INTRODUÇÃO

Visa o presente estudo traçar a grandes linhas da história da ilha da Boavista, a ilha mais oriental do Arquipélago de Cabo Verde. Temos a assinalar que a história de uma sociedade é um dos principais elementos fundamentais de identidade de um povo, pois é ao mesmo tempo essencial e distintivo desse povo e factor primordial da construção e do conhecimento de uma sociedade, principalmente quando ela tenha sido fruto de uma colonização de longa duração, como é o caso da sociedade cabo-verdiana, colónia de Portugal durante mais de 500. E dessa colonização emergiu um povo culturalmente distinto, o cabo-verdiano, que construiu uma experiência histórica singular em relação aos povos que lhe deram origem: europeus e africanos. Por isso, se quisermos compreender como vivia o povo de qualquer ilha desse arquipélago, temos de considerar, no quadro de uma abordagem holística ou de interpretação transdisciplinar e contextual, que a história desse arquipélago se desenvolveu em função dos processos culturais resultantes do encontro entre esses dois povos.

Nesse contexto, a reconstituição histórica de um espaço ilhéu como o da Boavista, situada entre os paralelos 15º 58' e 16º 14' de latitude norte e entre os meridianos 22º 42' e 23º 00' de longitude Oeste de Greenwich,[1] entre as ilhas do Sal, a Norte, e do Maio, a Sul, impôs-se-nos quando tentávamos organizar uma associação de apoio aos habitantes da referida ilha, logo após à Independência Nacional, a 25 de Julho de 1975.[2] Isto porque, como país recém independente, pouca coisa sabíamos da geografia, da história e da cultura das ilhas, pois o ensino colonial era curricular e ideologicamente voltado para as realidades geográficas, históricas e culturais da então Metrópole.

Impôs-se-nos, então, promover alguma reflexão sobre a realidade histórico-cultural da ilha da Boavista. Coube-nos desenvolver alguns temas sobre as suas dimensões histórico-culturais. Para tanto, fizemos um levantamento e alguma leitura exploratória da bibliografia disponível no Instituto do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, para além de pesquisas de terreno.[3] Dessa primeira pesquisa, demos conta de que a documentação disponível sobre essa ilha, embora dispersa em bibliografia variada e em vários fundos documentais, proporcionava a realização de um trabalho de maior fôlego

[1] NUNES, Mateus – "Os solos da ilha da Boavista". *Garcia de Orta* (Lisboa). Vol. 16 (nº 2), p. 227, 1968; DINIZ, A. Castanheira ; MATOS, G. Cardoso de – "Carta de Zonagem Agro-Ecológica da Vegetação de Cabo Verde : Ilha da Boavista". Separata de Revista *Garcia* de Orta (p. 49-72), Série Botânica. Lisboa, 1988, p. 49.

[2] Os estatutos da "Associação dos Amigos da Ilha da Boa Vista – 27 de Setembro" foram oficializados pelo Boletim Oficial de Cabo Verde. Praia: Imprensa nacional. Nº 31 (4 de Agosto de 1990). De acordo com o artº 3º dos referidos estatutos, a associação tinha como objectivo geral « contribuir para o desenvolvimento económico, social e cultural da Ilha da Boa Vista ».

[3] Para além da pesquisa de campo, existiam quatro arquivos locais na ilha da Boavista: o da Câmara Municipal, então denominado Secretariado Administrativo, o do Cartório Paroquial, o dos Serviços do Registo Civil e o dos Serviços da Fazenda, todos em péssimo estado de conservação.

e não apenas artigos em jornais, numa sociedade, ela mesma, então com um grande défice de estudos científicos e de indústria livreira.[4] Acrescia ainda a nossa responsabilidade como professor da disciplina de "História e Filosofia da Educação" no Instituto Superior de Educação que, como instituição de ensino superior, nos exigia actividades de investigação científica.

Decidimos, assim, realizar pesquisas sobre temáticas históricos e sócio-culturais da Boavista, a fim de aprofundarmos e alargarmos os nossos conhecimentos sobre essa ilha, pois cedo demos conta de que as referências bibliográficas que existiam a respeito, por um lado, careciam de uma análise mais aprofundada do passado sócio-económico e cultural da referida ilha, devido, do ponto de vista das fontes, à ausência de pesquisas de arquivos e de campo mais aprofundadas e mais originais; por outro lado, não faziam referências, umas vezes, a dimensões importantes para a compreensão da história da ilha, como por exemplo a administração e o património construído, e outras vezes, referiam-se de forma ligeira a aspectos não menos importante como o ensino, a formação da sociedade, entre outros. Decidimos então, por um projecto de doutoramento, o que nos exigia a procura de novas fontes, a utilização de novas metodologias e novas problemáticas, pois era nosso objectivo tirar a ilha da Boavista da poeira do esquecimento do tempo.

Mas, para além da competência metodológico-científica, uma tese de doutoramento exige motivações profundas. Para a realização deste trabalho, com efeito, somos animados por motivações cujas raízes mergulham na nossa infância, certamente influenciada pelos elementos sócio-culturais que entraram no processo da nossa socialização, realizada na espiritualidade e na materialidade da ilha da Boavista. Com isso, pretendemos esclarecer que, primeiro, as nossas motivações têm raízes psicossociais e materiais profundas e, segundo, a nossa atitude investigadora é uma atitude desinteressada, fruto de uma dívida para com a ilha onde se encontra a nossa "placenta cultural". É, pois, a pertença a essa placenta cultural, espiritual e material, que nos impõe a obrigação cívica e moral de tentar devolver ao povo da Boavista, através de um estudo científico, com recurso a métodos científicos adequados, alguns aspectos da herança sócio-cultural construída ao longo do tempo.

O tema deste trabalho poderá provavelmente surpreender, pois não é habitual na historiografia cabo-verdiana se abordar uma ilha em todas as suas

[4] Bibliografia como a "História Geral de Cabo Verde" (Vols. I e II, 1991 e 1995), "Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)", de António Carreira, "Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné (PARTES I a VI, 1899 a 1912), de Christiano José de Senna Barcellos, e "Ilha da Boa Vista, Cabo Verde", de Josef E. Kasper (1987), assim como os fundos documentais, como por exemplo, o da colecção do Boletim Oficial de Cabo Verde, publicado regularmente de 1842 aos nossos dias, e o da Secretaria Geral do Governo da Província de Cabo Verde, constituído a partir de 1810, bibliografia e fundo esses que se revelaram relevantes para a reconstituição histórica da ilha da Boavista, pelas inúmeras e pertinentes informações que detêm sobre essa ilha, todos reunidos pelo Instituto do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde (IAHN), criado logo após a Independência Nacional e que, a partir de 1985, procedeu ao inventário e à transferência dos documentos dos Serviços Públicos de todas as ilhas para os seus acervos. Assinalemos também que, por volta de 1980, não existiam revistas em Cabo Verde e a edição de livros, então a cargo do extinto Instituto do Livro e do Disco, era escassa. E o único jornal existente na praça era o igualmente extinto "Voz di Povo".

dimensões.[5] Por isso, alguém menos atento poderá perguntar porque estudar a nível de doutoramento a história de uma ilha como a da Boavista, com uma população de pouco mais de 3.000 habitantes contra os mais de 400.000 do Arquipélago de Cabo Verde. É evidente que tal perspectiva corresponderia a uma visão extremamente pouco informada sobre uma ilha a respeito da qual, apesar de toda a sua tradição histórico-cultural, significativa no contexto de Cabo Verde, não há um estudo histórico compacto que dela extraísse os elementos relevantes para a reconstituição do passado da sua sociedade. Este défice impede-nos de ter, consequentemente, uma visão de forma profunda e alargada da referida ilha, no sentido, respectivamente, dos campos da abordagem historiográfica e dos domínios históricos, como por exemplo o económico, o social e o cultural. Um ou outro estudo, de carácter geral, ou específico, que porventura se tenha debruçado sobre a ilha, embora seja útil para a sua compreensão histórica, dela não nos dá todavia, essa desejada e necessária visão alargada e profunda do seu passado histórico-cultural. Com efeito, a nível historiográfico, a ilha da Boavista não foi ainda abordada globalmente, isto é, nas suas várias dimensões sócio-económicas, político-administrativas, culturais e religiosas, enquanto alguma referência que se lhe tem dedicado a respeito desses domínios não é esclarecedora, porquanto carece de ser corroborada ou refutada, o que nos convence que o problema da investigação historiográfica referente à ilha da Boavista continua actual.

Com efeito, constatámos que, na historiografia cabo-verdiana, para além de Santiago e Fogo, a ausência da maioria das ilhas de Cabo Verde é uma constante, salvo uma ou outra referência dispersa, mesmo quando se trata da História Geral de Cabo Verde. No que se refere à ilha da Boavista, por exemplo, constatámos que a bibliografia consagrada a ela não passa de escassas considerações, nomeadamente na "História Geral de Cabo Verde" (Vols. I e II, 1991 e 1995), na "Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)", de António Carreira e nos "Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné (PARTES I a VI, 1899 a 1912), de Christiano José de Senna Barcellos. Josef Kasper porém elaborou, por encomenda das então entidades oficiais, um relatório sobre a ilha da Boavista, posteriormente publicado em livro, sob o título "Ilha da Boa Vista, Cabo Verde", destinado à concepção do Projecto Integrado da ilha. O relatório realça alguns aspectos sócio-económicos, físicos e ecológicos da Boavista, sem contudo ter a pretensão de uma análise histórica aprofundada, pois se trata de um documento para servir de instrumento para a implementação de um projecto de desenvolvimento sócio-económico da Boavista. De todas as maneiras, essas bibliografias dão-nos uma ideia genérica da ilha da nossa eleição, o que constitui um importante ponto de partida e de referência para as nossas pesquisas.

Do ponto de vista metodológico, a bibliografia compulsada sobre a ilha da Boavista pecava ainda pela ausência de uma documentação mais abrangente, que considerasse não só documentos bibliográficos mas também manuscritos,

[5] Salvo a tese de doutoramento de LOPES FILHOS, João – "Ilha de S. Nicolau. Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural". Vols. I e II. Lisboa: Secretaria-Geral, Ministério da Educação, 1996.

iconográficos, vestígios materiais e tradição oral. Tomámos também a consciência de que a escrita de uma história local, privilegiando uma determinada ilha, deve necessariamente estabelecer conexões com o todo do Arquipélago de Cabo Verde, o que pressupõe uma abordagem sistémica, o que falta às referidas bibliografias.

Assim, com base em toda a documentação compulsada no Instituto do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, pareceu-nos existir ainda um vasto campo de análise por desbravar em termos do conhecimento histórico da ilha da Boavista e é nessa medida que nos interessa equacionar um conjunto de temas que nos parecem ter merecido até agora pouca atenção por parte dos historiadores nacionais. Pouca atenção no sentido em que as questões historiográficas fundamentais não foram ainda suscitadas ao nível da reflexão crítica ou da problematização criticamente fundamentada.

Ora, a história constrói-se a partir de problemas, embora a descrição do passado das sociedades humanas, só por si, possa constituir também uma tarefa historiográfica necessária e, por vezes, louvável. Portanto, no seu ofício, deve o historiador levantar questões e ao mesmo tempo sugerir respostas às questões levantadas, o que não tem sido feito em relação à ilha da Boavista. Pelo contrário, o presente estudo tem origem num problema de fundo que, por sua vez, é resultado das pesquisas feitas anteriormente. Eis o problema: o passado da ilha da Boavista não tem merecido a devida atenção à historiografia cabo-verdiana, o que faz com que tenha permanecido num verdadeiro desconhecimento. Com efeito, pouco se tem avançado sobre o conhecimento do passado da ilha da Boavista, do seu descobrimento ao seu desenvolvimento económico, social e cultural. Assim, ocorre-nos perguntar: como é possível deixar no perfeito desconhecimento o passado de uma ilha, como a Boavista, parte tão importante do passado económico, social, cultural e mental do Arquipélago de Cabo Verde? Que lugar deve ocupar o estudo do passado da ilha da Boavista na historiografia cabo-verdiana? São perguntas a que urge responder. Por isso, o nosso estudo desenvolver-se-á na tentativa de dar uma resposta, a mais completa possível, ao referido problema, o que poderá contribuir para o resgate e preservação do Património Histórico-Cultural dessa ilha, e, com isso, proporcionar às novas gerações boavistenses, e não só, elementos históricos e sócio-culturais que lhes permitam situar-se melhor no mundo globalizante de hoje.

Com o presente trabalho, visando a obtenção do grau de doutor, pretendemos assim resgatar a História da ilha da Boavista. Trata-se de uma ilha onde, do arranque do seu povoamento efectivo até aos dias de hoje, criaram-se, à base de um sistema sócio-económico esclavagista, estruturas sociais, económicas e culturais, hoje seculares, cujos conteúdos simbolizam uma convivência ao longo do tempo entre grupos étnicos de diferentes origens geográficas e culturas, uma convivência originariamente nem sempre alheia a sofrimentos, a conflitos, a angústias e a esperanças.

Para o efeito, propusemo-nos então, para a escrita da História Local da ilha da Boavista, defender que 1) a sociedade boavistense emergiu de elementos históricos, económicos e sócio-culturais provenientes de europeus,

mestiços e escravos vindos maioritariamente da ilha de Santiago; 2) a Boavista contribuiu, por sua vez, para a formação e afirmação históricas, económicas e sócio-culturais das outras ilhas de Barlavento; 3) a crise da sociedade boavistense resulta de uma conjuntura internacional desfavorável e da consequente descapitalização da ilha.

Para tanto, definimos como objectivo geral realizar um estudo detalhado do passado da referida ilha, nas suas dimensões político-administrativa, económica, social e cultural, e como objectivos específicos:

a) explicar a génese da sociedade boavistense, como produto histórico do encontro de vários grupos humanos;

b) esclarecer a contribuição da ilha de Santiago na formação histórica e sócio-cultural da Boavista;

c) estabelecer a relação entre o ecossistema, as formas de exploração económica, bem como a emergência sócio-cultural da Boavista, no contexto de Cabo Verde;

d) explicar, através dos seus elementos constituintes, a formação sócio-cultural da ilha da Boavista;

e) demonstrar como é que alguns dos elementos sócio-culturais da Boavista, uns autóctones e outros introduzidos, se difundiram para algumas ilhas de Barlavento e, consequentemente, a contribuição dos mesmos na cimentação cultural das respectivas sociedades; e

e) explicar os factores que ditaram a crise da sociedade boavistense.

A nossa abordagem histórica enquadra-se, portanto, no âmbito da História Local. A este propósito, assinalemos que, no respeitante à contribuição da História Local à reconstituição da História Geral de um país, Oliveira Martins já escrevia: “considerei sempre que um dos subsídios principais para a história geral do país consiste nas monografias locais, onde se estuda arqueologia e história, as biografias e as tradições, com os documentos à vista e à mão os arquivos municipais e particulares”. É precisamente essa abordagem que nos permite compreender e relacionar as contribuições históricas, sócio-económicas e culturais recebidas mas também dadas pela ilha da Boavista, em maior ou menor grau, às outras ilhas, não só em termos étnicos mas também culturais e económicos. Assim, na óptica de Oliveira Martins, a nossa abordagem historiográfica inscreve-se no quadro da História Local, ainda pelas seguintes razões: primeiro, como estudo do homem em sociedade, convenhamos que é a comunidade o local onde o indivíduo mais integralmente se insere, se apoia para sobreviver, para se realizar, para cumprir os seus desejos e seus papéis, onde, enfim, se sente feliz. Ora, o estudo localizado é o objecto da História Local,

referindo-se esta a um estudo que parte da relação entre o homem e o espaço físico que o rodeia.[6]

No que se refere à metodologia utilizada para este estudo, evitaremos pontos de vista monolíticos. Pelo contrário, olhando para o fenómeno histórico da ilha da Boavista numa perspectiva plural de pontos de vista, assumimos mesmo nessa pluralidade uma diversidade metodológica que no entanto não brigue com a unidade do objecto em estudo. Assim, o fundamental deste trabalho persegue questões que poderemos englobar no âmbito daquilo que os Annales chamaram "História Nova". Outrossim, debruçando-nos sobre uma sociedade compósita, o nosso estudo realiza-se a partir dos seus elementos constitutivos, o que exigirá uma utilização plural de pontos de vista. Torna-se assim necessário o recurso a uma perspectiva metodológica construída, não tanto como um fenómeno interdisciplinar mas antes transdisciplinar, isto é, como "uma tentativa de síntese de todas as perspectivas, ou, se for preferido, um ensaio de organização dos vários pontos de vista por intermédio da construção de uma categoria integradora dos conceitos operacionais restritos.[7]

Assim, a perspectiva metodológica que perpassa este estudo sobre a ilha da Boavista é a "análise sistémica", sendo sistema aqui considerado como um todo ou conjunto de elementos identificáveis, inter-relacionados, com fronteiras bem definidas.[8] Queremos dizer que, por se tratar de uma sociedade compósita, o estudo da ilha da Boavista será feito a partir dos seus elementos constitutivos, quer nos seus domínios físico-geográficos e materiais quer nas suas dimensões sócio-económicos e culturais, mas sempre em inter-relação e interdependência, isto é, em função do todo histórico-cultural da ilha. Nesta perspectiva, a nossa análise científica visa, portanto, a sociedade boavistense na sua totalidade mas considerando os seus elementos ou domínios históricos em perfeita interligação e interacção.

A perspectiva sistémica é, portanto, o eixo de toda a nossa análise científica pois, como observa Adriano Moreira, "a acção social, nesta visão, se inscreve num conjunto de acções de uma ou várias intervenientes", nas quais "o agente é sempre um actor situado num ambiente, que compreende elementos físicos como território e, sobretudo, outros actores também em acção".[9] E nos espaços físicos da Boavista intervieram vários actores na formação e desenvolvimento da sua sociedade, uns na condição de colonos, outros na de escravos, outros ainda na condição de visitantes temporários ou de passagem, todos enquadrados, parafraseando Adriano Moreira, por um conjunto de normas e valores que lhes forneceram um paradigma de acção e uma definição das finalidades a atingir.[10]

A nossa opção metodológica obriga-nos a utilizar uma pluralidade de documentação, nomeadamente documentos escritos, materiais e orais, pois,

---

[6] MATTOSO, José – "A Escrita da História: Teoria e Método". Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 169.
[7] MOREIRA, Adriano – "Ciência Política". Coimbra : Livraria Almedina, 1992, p. 98.
[8] MOREIRA, … – Ciencia …, p. 93.
[9] MOREIRA, … – Ciência …, p. 94.
[10] MOREIRA, … – Ciência …, p. 94.

como sintetiza Henri-Irénée Marrou, "numa palavra: tudo aquilo que, na herança que resta do passado, pode ser tido por indício revelador de algo da presença, da actividade, dos sentimentos, da mentalidade do homem de outrora: tudo isso há-de entrar na nossa documentação".[11] Neste sentido, procurámos ressuscitar, de forma racional, metódica e crítica, os documentos de arquivos, nomeadamente dos notariados, registos civis, prediais e paroquiais, dos arquivos camarários, para além das Bibliotecas e Arquivos Públicos, locais, nacionais e estrangeiros; das fontes tradicionais de informação e cultura da historiografia local, do património construído, sem esquecer a língua cabo-verdiana, instrumento e fonte importantes para a investigação histórica. Com efeito, a língua, como forma peculiar de falar, é o meio de comunicação por excelência dos nossos antepassados, pois com ela denominavam os objectos, os lugares, as pessoas; se retratavam na sua época; referenciavam o seu mundo, exprimiam as suas emoções e as suas relações.

No tratamento dos documentos, a nossa posição, porém, não é, logo à primeira, a de aceitação ou de rejeição mas "é *tudo* considerar com espírito crítico, aceitando o que for fundamentado, rejeitando o que o não for".[12] Assim, todos os documentos a serem compulsados serão alvos de crítica, pois, como escreve Humberto Baquero Moreno, "a hermenêutica do documento implica contudo o maior dos cuidados. Desde a sua autenticidade ao sentido da informação que encerra, passível de muitas leituras no que respeita à captação da mensagem nele contido". E continua: "apenas a crítica histórica munida de preocupações poderá aquilatar do valor deste ou daquele conteúdo". Por último, adverte aquele conceituado historiador português que "a documentação oficial é uma das que obrigam a uma análise mais atenta e criteriosa".[13]

Nesta perspectiva documental contrariamos, assim, a linha hermenêutica que se tem seguido na historiografia cabo-verdiana, que tem primado pela documentação escrita de arquivos. Consequentemente, tem ignorado outras fontes não menos importantes, nomeadamente a tradição oral, colecções etnográficas em museus[14] e objectos e vestígios materiais ao ar livre, entre outras. Essa postura metodológica, do nosso ponto de vista, tem excluído, em grande medida, as contribuições de índole africana à reconstituição da História de Cabo Verde, sobretudo na dimensão cultural, cujo conhecimento se baseia essencialmente na tradição oral, enquanto estratégia privilegiada de entendimento do mundo e processo organizador e disciplinar dos saberes na África Negra.

---

[11] MARROU, Henri-Irénée – "Do Conhecimento Histórico". Trad. Henrique Barrilaro Ruas. Lisboa: Rei dos Livros, 1991, p. 76.

[12] GODINHO, Vitorino Magalhães – "A Economia dos Descobrimentos Henriquinos". Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1962, p. 7.

[13] MORENO, Humberto Baquero – "A importância da documentação na construção da história". Revista Africana. Porto: Universidade Portucalense – Centro de estudos Africanos e Orientais. ANO X, Nº Especial, 4 de Setembro 1996, p. 13.

[14] Aqui referimos a documentação etnográfico-museográfica, como fichas de identificação dos objectos, registos, informações morfológicas de referência correspondentes à descrição e função dos objectos etnográficos, entre outros.

Do ponto de vista espácio-temporal, temos a compreensão de que "todo o estudo histórico se situa no ponto de intersecção de duas dimensões, as mesmas cujo entrecruzamento define a posição da história de todo o ser e de toda a colectividade: o tempo e o espaço".[15] Assim, reconhecendo o papel do espaço geográfico na formação da sociedade boavistense, colocar-nos-emos na linha braudeliana, isto é, no cruzamento da Geografia e da História, visando melhor captar o movimento do homem boavistense e das suas implantações, as suas relações sociais e as suas produções, no espaço físico em estudo; da espessura temporal, o nosso estudo atravessa o período que vai dos descobrimentos, por volta de 1460, a 1850, por essa curva temporal coincidir, por um lado, com a descoberta e povoamento da ilha e, de outro, com o início da decadência sócio-económica da Boavista (a partir de 1850). Tal perspectiva temporal, relativamente longo, nos permitirá, certamente, compreender melhor a problemática da sua descoberta e povoamento como o processo da sua evolução e retrocesso, elementos-chave da compreensão da vida da sociedade ao longo do seu passado. O trabalho transvaza, porém, as datas estabelecidas, pois, para um melhor enquadramento histórico do período de 1460 a 1850, termos de nos referir, antes, às razões que conduziriam ao descobrimento das ilhas de Cabo Verde e à realidade sócio-económica da Boavista nos finais do século XIX e começos do século XX, para melhor situarmos a ilha no contexto de Cabo Verde entre os dois séculos.

O estudo estrutura-se em quatro partes, subdivididas em doze capítulos interdependentes mas onde as leituras autónomas e de conjunto não são completamente inviáveis.

Assim, a primeira parte, sob o título "a formação de uma identidade boavistnse" faremos, no primeiro capítulo, o enquadramento geográfico da Boavista, no qual passaremos em revisão o quadro físico-geográfico da ilha, nomeadamente a situação geográfica, a geologia, o relevo, o clima, a hidrologia, os solos, a vegetação e a flora. Procuraremos entender a realidade físico-geográfica da Boavista, tendo em conta a sua influência, tanto no modelo de ocupação e povoamento da ilha como no subsequente modo de vida do boavistense.

No segundo capítulo, com base em textos oficiais, em documentos bibliográficos e dados obtidos de observações de terreno, dissertaremos sobre o descobrimento da ilha da Boavista no quadro das ilhas orientais do Arquipélago de Cabo Verde. Com esta dissertação, tentaremos não só nos aproximar um pouco mais da autoria e da data do referido descobrimento, em relação às hipóteses e opiniões até este momento discutidas, mas também identificar subsídios que nos permitam responder com o maior rigor possível às perguntas

[15] REMOND, René – "Introdução à História do nosso tempo: do Antigo Regime aos nossos dias". Trad. Teresa Loureiro. Lisboa: Gradiva, 1994, p. 13.

acerca das motivações que teriam levado os portugueses quatrocentista a se fixarem na referida ilha.

O terceiro capítulo abordará o processo de povoamento da ilha da Boavista, no qual procuraremos compreender tanto as origens primitivas da sua população como os elementos antropológicos básicos do processo de formação da sociedade boavistense. Assim, iniciámos o capítulo com a Introdução de alguns conceitos que terão norteado o processo da ocupação das ilhas de Cabo Verde, como base para a compreensão das ideologias subjacentes ao sistema de exploração económica dos espaços geográficos das referidas ilhas, nomeadamente no que se refere aos aspectos político, antropológico e antropogeográfico. Referir-nos-emos, embora de forma breve, ao povoamento da ilha de Santiago, não só por ter sido a primeira ilha povoada do Arquipélago de Cabo Verde mas também por ser a ilha de onde partiram, mais tarde, os elementos humanos, económicos, sociológicos, culturais e religiosos fundamentais para o povoamento das outras ilhas, nomeadamente a da Boavista; referir-nos-emos também ao povoamento, respectivamente, das ilhas de S. Vicente e do Sal, por serem as ilhas que mais e directamente receberam da Boavista contribuições humanas, económicas, culturais e financeiras para os seus respectivos povoamentos. As doações do gado bravo da Boavista, o surgimento dos primeiros núcleos populacionais, o processo de povoamento efectivo com a fundação da primeira povoação e o surgimento de novos aglomerados populacionais serão, entretanto, os eixos principais da dissertação deste capítulo.

Esta primeira parte enquadra ainda um quarto capítulo sobre a administração, nos seus aspectos municipal, militar e eclesiástico, pois, do nosso ponto de vista, a reconstituição da história sócio-económica e cultural da ilha da Boavista passa também pela compreensão do sistema administrativo nela instituído e as suas relações com o Governo – Central, a partir da sua ocupação, no século XV, através de vários diplomas régios e do Governo da então Província de Cabo Verde. Assim, este capítulo foi coordenado à base de análises dos principais diplomas que considerámos fundamentais para a implementação do sistema administrativo no Arquipélago de Cabo Verde e as suas implicações na Administração da ilha da Boavista, a partir de 1490, altura em que esta ilha começou a ser ocupada regularmente.

Na segunda parte, sob o título “estruturas económicas e sociais”, debruçar-nos-emos sobre a evolução da economia da Boavista, a formação da respectiva sociedade e, finalmente, a evolução da população. Assim, no primeiro capítulo, discutiremos a criação do gado e os seus produtos, como carne salgada e seca, peles e couros; o cultivo do algodão, apanha da urzela e cultivo de sementes da purgueira; a indústria do sal, do pescado e da cal; o artesanato da tecelagem, da cerâmica, entre outros. Dissertaremos também sobre a exportação e comércio desses produtos e tentaremos demonstrar a sua importância para a ocupação, dispersão populacional e o desenvolvimento dos espaços físicos da Boavista, assim como o seu peso na decadência económica da ilha, quando deixaram de ter importância comercial nos mercados

internacionais. Finalmente, analisaremos o papel dos portos no escoamento desses produtos e, consequentemente, no desenvolvimento do comércio e da exportação e importação.

No segundo capítulo, referente à formação da sociedade, dissertaremos sobre a evolução social, destacando alguns dos principais factores definidores da estratificação social, como os aspectos somáticos e a posse dos meios de produção, sobretudo quando os reinóis e os escravos se encontraram na Boavista. Com base em alguma estatística, tentaremos tipificar as classes sociais existentes na Boavista dos finais do século XV aos meados do século XIX, demonstrando o peso das crises e da emigração.

Para a escrita do terceiro capítulo, tentaremos coordenar, mesmo que de forma breve, algumas informações estatísticas sobre a evolução da população da Boavista, dos finais do século XVI aos meados do século XIX, pois, embora o surgimento tardio das fontes oficias referentes às ilhas de Cabo Verde[16] e a carência e pouca fidedignidade das fontes corográficas, um esforço para compreensão da evolução da população dessa ilha torna-se imprescindível, por seu turno, ao conhecimento da sua evolução sócio-económica, isto é, ao entendimento da própria história da sociedade boavistense.

Integra a terceira parte a análise das estruturas sócio-culturais, onde abordaremos, no primeiro capítulo, as manifestações religiosas e supersticiosas, como elementos culturais que ainda dominam a mentalidade do povo boavistense, moldando muito dos seus comportamentos psicossociais. Assim, referir-nos-emos, primeiro, ao sincretismo religioso e aos comportamentos religioso-supersticiosos desse povo e, segundo, às manifestações supersticiosas, pela análise da feitiçaria e da bruxaria nas suas múltiplas formas; das crendices em malefícios; do "koza-runhe" ou almas de outro mundo e dos lugares e caminhos esconsos. Outros aspectos da mentalidade boavistense arreigados na sua cultura serão as manifestações sócio-culturais, com destaque para as Festas Tradicionais e para o ritual do casamento tradicional, assim como os cantos-dança,[17] como a "morna", o "landú" e a "koladera", cuja emergência e desenvolvimento também analisaremos no presente capítulo, através da busca das suas bases étnicas e sócio-culturais. A difusão desses cantos-danças para as outras ilhas de Cabo Verde, especialmente para as de Barlavento, será também nossa preocupação neste capítulo, destacando o papel da marinhagem boavistense como factor de difusão desses elementos culturais. As lendas não serão esquecidas, enquanto elementos que também influenciaram os comportamentos psicossociais dos boavistense ao longo dos tempso.

[16] Neste sentido, Cf., por exemplo, CARREIRA, António – "Demografia Caboverdeana (subsídios para o seu estudo, 1807-1983)". Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1985, p. 11.

[17] Observemos que o canto e a dança vêm sempre associados, pelo que doravante utilizaremos a expressão "canto-dança" (canto-dança morna, ...landú ou ... "koladêra") para descrever simultaneamente os dois elementos culturais, ou seja o canto e a dança cujas denominações são feitas através de um mesmo termo, como por exemplos: "morna" = "canto-morna" + "dança-morna"; "landú" = "canto-landú" + "dança-landú", etc. A título de clarificação, quando utilizamos o termo "morna", assim como a expressão "canto-dança morna", estamos a referir-nos simultaneamente ao canto e à dança do mesmo nome.

Partindo do princípio de que o ensino é um factor importante do desenvolvimento de uma sociedade, no segundo capítulo abordaremos a instituição do ensino na Boavista, não só enquanto elemento integrante das estruturas sócio-culturais da ilha mas também por ter certamente desempenhado um papel importante na mudança da mentalidade do boavistense, desde a sua implantação na forma de ladinização até à criação de escolas regulares na ilha, nos meados do século XIX.

Um dos elementos culturais fundamentais da Boavista é o seu património construído, representação da materialidade e da mentalidade do passado do referido povo. Assim, no terceiro capítulo daremos uma panorâmica geral do património construído dessa ilha, através dos elementos da cultura material que nos parecerem mais representativos: a habitação tradicional e a construção sacra. Escolhemos esses dois elementos pois, do nosso ponto de vista, reflectem mais objectivamente o percurso sócio-económico, cultural e cultural da referida ilha entre os finais do século XV e os meados do século XIX.

A quarta parte do nosso estudo reporta-se à crise de uma sociedade, com três capítulos. No primeiro, a conjuntura política, abordaremos os acontecimentos políticos da então metrópole, como por exemplo a transferência da Corte para o Brasil, a Revolução Liberal, a Independência do Brasil, a Guerra Civil e o abandono das ilhas de Cabo Verde por parte da Coroa Portuguesa, que contribuíram para a decadência económica da sociedade boavistense a partir dos meados doo século XIX.

No segundo capítulo, sobre o declínio económico, analisaremos os factores que contribuíram para a descapitalização da ilha da Boavista, como por exemplo o povoamento das ilhas do Sal e de S. Vicente, que chamou para essas ilhas os detentores de capitais da Boavista; o aparecimento de matérias-primas sintéticas no mercado internacional, que provocou a desvalorização comercial dos produtos da terra, como a urzela e a purgueira; o desenvolvimento da indústria salineira nos países antes importadores do sal da Boavista, e as consequências das crises, dos naufrágios e das epidemias na degradação da economia da ilha.

E, no terceiro capítulo, analisaremos as crises, as epidemias, o corso e a pirataria, ressaltando as suas respectivas consequências na vida dos boavistenses, pois também contribuíram para o retrocesso sócio-económico da ilha.

A investigação histórica reclama porém uma documentação relevante, isto é, fontes documentais capazes de fornecer informações que, como veículos do saber e do conhecimento científico, dêem respostas à resolução do problema cuja resolução se procura. Assim, para a escrita da história da ilha da Boavista, realizámos pesquisas nos seguintes arquivos e bibliotecas:

Na própria ilha da Boavista, consultámos os seguintes arquivos:

- No Cartório Paroquial de Santa Isabel, compulsámos o "Livro de assentos de baptizados, casamentos e óbitos, 1775", que pertencera à antiga Paróquia de S. Roque, do Rabil. Após uma análise crítica do livro, constatámos que apresenta entretanto falhas graves na sua conservação, detectando-se a ausência de muitas folhas e a existência de trechos ilegíveis.

- No Registo Civil, consultámos vários Livros de Assentos, como por exemplo o "Livro de assento de nascimentos da freguesia de Santa Isabel (1868 a 1879)", "Livro de registo de casamento celebrado no Civil (1891-1913)", entre outros. São livros transferidos da Igreja Matriz de Santa Isabel para o Registo Civil e reportam à época em que os registos de nascimento, casamento, baptismo e óbito eram feitos nos dois Cartórios Paroquiais da Boavista: no da freguesia de Santa Isabel, com sede na vila de Sal-Rei, e no da freguesia de S. João Baptista, com sede na povoação de Fundo das Figueiras. Nesses livros estão registados portanto nascimentos, casamentos, baptismos e óbitos feitos ainda pelos vigários. Os testemunhos fornecidos por esses dois livros são importantes para o estudo da vida espiritual dos boavistenses nos séculos XVIII e XIX. Não podemos deixar de apontar algumas falhas na sua organização e preservação e na ausência de algumas folhas.

- No Arquivos da Câmara Municipal, consultámos cinco Livros da Matriz Rústica, num total de cerca de 6.000 registos de propriedades rústicas, assim distribuídos: Volume I, do nº 1 ao nº 995; Volume II, do nº 996 ao nº 2387; Volume III, do nº 2388 ao nº 3787; Volume IV, do nº 3788 ao nº 5178; Volume V, do nº 5179 em diante (as últimas folhas deste livro estão, infelizmente, danificadas). Inventariámos um único Livro da Matriz Urbana, num total de 446 registos de prédios urbanos. Esses livros encerram registos de propriedades, rústicas e urbanas, de inestimável valor para o estudo económico da Boavista, sobretudo do século XIX. Para o registo das informações, elaborámos um quadro com os campos matriciais oficiais na época das respectivas inscrições, a saber: Nº do prédio / Localidade / Nome e morada do proprietário / Ano de inscrição / Elemento / Descrição do prédio /. Assim pudemos elaborar uma relação dos prédios rústicos existentes na Boavista até 1965.

Para além de pesquisas nos arquivos da Boavista, realizámos também pesquisa de terreno, pois se na área da história da ilha há uma razoável documentação escrita nos arquivos pesquisados, na vertente cultural tivemos, porém, que nos valer, na maior parte das vezes, de testemunhos não escritos, como os objectos materiais, a tradição oral, a iconografia, entre outros, que guardam o húmus da tradição histórica, social e cultural da sociedade boavistense.[18] Por isso, não pudemos deixar de pesquisar esses testemunhos no terreno, o que nos permitiu obter informações relevantes sobre as práticas

[18] A propósito de fontes escritas, que pudessem registar o quotidiano cabo-verdiano, observe-se que a tipografia em Cabo Verde só foi criada pelo decreto de 7 de Setembro de 1836, enquanto o primeiro Boletim Oficial só veio a ser editado em 1842. E até ao limiar do século XX, o Boletim Oficial da Província de Cabo Verde era praticamente a única publicação regular.

sociais do povo da ilha da Boavista, na medida em que essas fontes vêem preservando, ao longo dos tempos, aspectos da vida quotidiana dessa ilha que a escrita não registou. Assinalemos que essas pesquisas forneceram-nos, também, materiais que nos permitem confrontar as fontes escritas com as fontes não escritas, ambas legítimas para os estudos conducentes à reconstrução da história da Boavista, e daí extrair os índices da complementaridade entre as referidas categorias de fontes.

Na Praia, consultámos os seguintes arquivos:

- No Instituto do Arquivo Histórico Nacional inventariámos vários fundos, sendo o da Secretaria-Geral do Governo da Província de Cabo Verde e o dos Boletins Oficiais da então província os mais importantes para o nosso estudo. A Secretaria-Geral do Governo, embora criada em 1810, detém o espólio documental do sistema político e administrativo da Província de Cabo Verde desde 1674, isto é, desde a antiga Câmara da então Cidade da Ribeira Grande, hoje Cidade Velha. Assim, no fundo da Secretaria-Geral do Governo compulsámos originais e cópias de documentos manuscritos referentes à ilha da Boavista, nomeadamente cartas régias de doação e privilégios, ordens, nomeações, circulares, patentes, provisões, regimentos, provimentos e decretos sobre a ocupação e administração dos rendimentos da ilha e outros documentos respeitantes a Administração, às Alfândegas e Contas, portarias, alvarás, promoções, petições, mercês, ofícios, entre outros, expedidos tanto pelo Rei e por outras instituições da Metrópole ao Governo Geral da Colónia / Província como por este às autoridades das ilhas da colónia / província; nos Boletins Oficiais publicavam-se, desde 1842, assuntos oficiais, como ordens, portarias, extractos de decretos recebidos da metrópole, circulares, editais públicos, bandos, notícias várias, estatísticas diversas, preços de mercadorias, entre outros documentos, e também assuntos de interesse público, na "Parte não oficial". Não obstante a degradação de uma boa parte da documentação compulsada nesses fundos, ressalta-se entretanto que os testemunhos que fornecem são determinantes para o estudo, nomeadamente, das dimensões administrativas, económicas, sociais e culturais da Boavista, dos séculos XVII a XIX.

Em Portugal: é importante notarmos que uma parte significativa da documentação referente a Cabo Verde se encontra nos arquivos portugueses. Assim, nesse país, pesquisámos os seguintes arquivos:

- No Instituto do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), cujos espólios bibliográfico e documental, este organizado em caixas, são determinantes para o estudo das ilhas de Cabo-Verde, nomeadamente da Boavista, com destaque para os finais do século XVII aos meados do século XX. Detém também uma importante colecção cartográfica referente a Cabo Verde, de onde seleccionámos cartas impressas representando a ilha da Boavista;

- No Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (IAN / TT), detentor de um considerável espólio documental sobre Cabo-Verde, determinantes para o

estudo das ilhas, particularmente dos meados do século XV aos finais do século XVII, nomeadamente dos fundos das Chancelarias Reais, da Ordem de Cristo, do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

- Em Bibliotecas, Nacional de Lisboa (BNL), Municipal do Porto, da Universidade Portucalense, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, todas detentoras de ricos acervos bibliográficos referentes, nomeadamente, às ex-colónias portuguesas em África, incluindo as ilhas de Cabo Verde.

Não podemos ignorar os Arquivos e Bibliotecas dos países da Costa Ocidental Africana, nomeadamente do Senegal e da Guiné-Bissau, países que correspondem à parte dos territórios do tráfico e comércio negreiros e com os quais Cabo-Verde tem profundos laços histórico-culturais. Assim, no Senegal pesquisámos os seguintes arquivos:

- No Instituto Fundamental da África Negra (IFAN), demos prioridade às experiências nos domínios da metodologia da tradição oral, aplicada à pesquisa histórica nos países da Costa Ocidental africana, e à literatura de viagem referente à Costa Ocidental Africana e às ilhas de Cabo Verde, da autoria de viajantes e exploradores de outras nacionalidades, para além da portuguesa, o que nos permite ter uma ideia do ponto de vista dos autores portugueses sobre as mesmas viagens. Compulsámos também obras de autores africanos, referentes à metodologia e à reconstituição da história da África Ocidental, como por exemplo, Abdourahmane SOW, L. Massé, Rokhaya Fall Sokhna, Ibrahima Baba Kaké, entre outros, cujas actividades de investigação e de docência vêm marcando várias gerações de investigadores africanos, particularmente dos países da Costa Ocidental.

- Na Biblioteca da Universidade Cheikh Anta Diop de Dakar, pudemos recolher dezenas de documentos e estudos de investigadores africanos, dos quais destacamos Joseph Ki-Zerbo, Cheikh Anta Diop, Amadou Hampâté Ba, Elikia M´Bokolo, Zakari Dramani-Issifou, Diouldé Laya e Cheikh M'Backé Diop, cujas obras são importantes para o estabelecimento da ponte histórico-cultural entra as ilhas de Cabo Verde e o Continente Africano.

- No Arquivo Histórico do Senegal, compulsámos dois fundos: o fundo iconográfico e "o fundo do Senegal colonial (1816-1958)", este no que respeita mais precisamente ao tráfico negreiro e à escravatura praticados pelos franceses. Não encontrámos quaisquer registos de tráfico negreiro e escravatura praticados pelos franceses, respeitantes às ilhas de Cabo Verde. O fundo iconográfico revelou-se de grande importância para o tema das nossas pesquisas, nomeadamente no tocante aos usos, costumes e técnicas tradicionais existentes em Cabo Verde e provavelmente originários da Costa Ocidental africana da época da escravatura.

- Na ilha de Gorée, sob orientação de um guia local, realizámos várias visitas de estudo à ilha, com destaque para os seus monumentos, nomeadamente a Casa dos Escravos e o Museu Histórico.

No Senegal, para além de pesquisas em arquivos, realizámos também pesquisas de campo. Com efeito, assistimos a cerimónias religiosas muçulmanas e visitámos duas aldeias tradicionais, uma aldeia do povo wolof, um dos grupos étnicos da Costa Ocidental da África Negra de onde serão originários vários negros traficados como escravos para Cabo Verde, via ilha de Gorée, e outra do grupo étnico minoritário e *wolofizado*, onde observámos as canoas mais tradicionais do Senegal, pois há informações, embora nem confirmadas nem refutadas, de que um rei wolof, do Senegal, e a sua respectiva família terão aportado a Santiago numa dessas canoas, antes da descoberta das ilhas de Cabo Verde pelos portugueses.

Na Guiné-Bissau pesquisámos:

- No Instituto Nacional de Estudo e Património (INEP), para além dos contactos com os seus investigadores, realizámos pesquisa bibliográfica na Biblioteca da referida instituição. Nessa biblioteca tivemos a oportunidade de compulsar a "Revista Cultural", uma revista editada pelo INEP desde os anos 50 do século XX, referente à cultura dos diferentes grupos étnicos da Guiné-Bissau, nos domínios da demografia, migração, habitação tradicional, música e dança tradicionais, entre outros, pois há notícias históricas de que dos grupos étnicos da Guiné-Bissau vários negros teriam sido traficados como escravos para Cabo Verde e que constituiriam os elementos humanos que, ao lado dos portugueses, povoaram as ilhas desse arquipélago.

Como iremos discutir no capítulo sobre o povoamento, da Guiné viria o grosso do contingente de escravos que participaram no povoamento das ilhas de Cabo Verde, portanto, da Boavista. Assim, não podíamos deixar de realizar pesquisas de terreno, aproveitando uma oportunidade única de virmos poder confrontar uma amostragem dos elementos culturais dos países da Costa Ocidental Africana com a cultura cabo-verdiana, de cuja formação é co-participante.

Por isso, realizámos pesquisa de terreno em Torr, área da "Tabanka Reno",[19] uma das regiões do grupo étnico Papel, grupo de entre o qual saiu o maior contingente de negros traficados como escravos para as ilhas de Cabo Verde. Em Torr, observámos a população local na sua labuta diária em agricultura e pastoreio e entrevistámos o régulo local,[20] Chico Kó, sobre aspectos da história e da cultura tradicionais. Participámos num trabalho colectivo de preparação do terreno para a construção de uma escola, um tipo de actividade semelhante ao "djunta-mon" que se pratica nas ilhas de Cabo

[19] "Tabanka", termo da Guiné-Bissau, que significa Aldeia, em português.
[20] "Régulo" significa em português "dignidade política" ou "rei".

Verde.[21] Chico Kó deu-nos a conhecer o simbólico do poder entre o seu povo, nomeadamente o ritual da escolha dos régulos, e o simbólico do "Mato Sagrado" ou "Mato Grande", onde se realizam, por exemplo, o ritual do "fanado".[22] Numa das "moranças"[23] da Torr, assistimos aos preparativos do funeral de uma senhora já idosa, o que é acompanhado e até à hora do enterro propriamente dito, de comunicações permanentes às moranças da redondeza através de toques do "bombolon"[24]. Antes do enterro realiza-se a cerimónia de "toca-choro",[25] provavelmente ascendente das cerimónias da "estera" em Cabo Verde, nomeadamente em Santiago. Note-se que a finalidade do "toca-choro" é a de abrir o caminho ao defunto para o "Mundo dos Mortos", caso contrário ficaria neste mundo, causando grandes males aos vivos, o que se poderá comparar, como dissemos atrás, à simbologia da "estera", "guiza" ou "txoru", nas ilhas de Cabo Verde.

[21] "Djunta-mon", na língua cabo-verdiana, significa "ajuda mútua", na língua portuguesa.
[22] "Fanado" é a cerimónia em que é praticada a circuncisão, após a qual o jovem é introduzido no mundo dos adultos.
[23] Conjunto de casas de moradias familiares.
[24] Tambor comprido através do qual se comunica a morte de alguém.
[25] Para a população da Tabanka Reno "toca-choro" significa "cerimónia fúnebre" ou "missa fúnebre".

PARTE I: A FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE BOAVISTNSE

CAPÍTULO I

QUADRO FÍSICO-GEOGRÁFICO

Uma simples observação do meio natural e humano que nos rodeia mostra-nos que há uma cumplicidade entre a vida humana e o meio físico-geográfico que lhe serve de *habitat*. Assim, a relação entre o homem e seu meio-ambiente leva-nos a questionar as interinfluências, por exemplo, entre o solo e as sociedades humanas. Trata-se de um problema que tem preocupado filósofos, cientistas e historiadores, desde Hipócrates, passando por Frederic Ratzel e Paul Vidal de La Blanche, até Lucien Febvre, por exemplo.[26] Com efeito, não se pode estudar qualquer sociedade humana sem conhecer o quadro natural em que movem os seus membros. Não que o quadro natural determine os modos de vida dos homens em sociedade mas sim os condiciona. Com efeito, o condicionamento da vida do homem pelo quadro natural em que se move se poderá observar, por exemplo, no seu modo de vestir, de alimentar, de habitar, na sua própria psique, em síntese, na sua cultura.

Nessa interacção com a natureza, o homem é no entanto um ser activo, isto é, não se limita a se adaptar passivamente ao seu meio natural: pelo contrário, utiliza toda a sua capacidade para aproveitar das forças da Natureza, pondo-as ao seu serviço. A relação entre o homem e o seu meio ambiente é bem expressa por Buffon, geógrafo, quando diz que "a face da terra traz hoje bem impressos os sinais do poder do homem".[27] Esse geógrafo pretenderá dizer que o homem é, ao mesmo tempo, um produto e um agente de transformação da superfície terrestre e, como tal, não pode ser estudado historicamente separado do espaço físico que explora e lhe serve de "habitat". Com efeito, por um lado, o homem e as sociedades humanas existem porque a natureza lhes fornece o que precisam para a satisfação das suas necessidades, como a alimentação, a habitação e o vestuário;[28] por outro lado, "para satisfazer estas necessidades, tem o homem de exercer sôbre a superfície do solo uma constante e porfiada actividade modificadora – caçando, pescando, apascentando gados, cultivando terras, construindo casas, destruindo mesmo a própria Natureza".[29] Dessas relações entre o homem e a natureza, emergem as sociedades humanas, também objecto de estudos históricos. Assim, na tentativa de compreender o quadro natural da Boavista, como condicionante da história da referida ilha, começaríamos por nos colocar a seguinte pergunta: Que geografia física apresentava a ilha da Boavista quando foi descoberta?

---

[26] FEBVRE, Lucien – "A Terra e a evolução humana introdução geográfica à história". Lisboa : Edições Cosmos, 1991, p. 19-39.
[27] Citado por GIRÃO, Aristides da Amorim – "Lições de Geografia Humana". Coimbra: Coimbra Editora, 1936, p. 40.
[28] GIRÃO, ... – Lições …, p. 38.
[29] GIRÃO, ... – Lições …, p. 40.

Ora, em toda e qualquer sociedade, conjugam-se três elementos basilares: a terra, o homem e a tradição. De um modo breve, podemos dizer que, do ponto de vista geológico, a ilha da Boavista, com as do Sal e do Maio, é das ilhas de Cabo Verde de formação mais antiga, onde foram encontrados calcários mezozóicos com fósseis.[30]

No que se refere a flora, fauna e recursos hídricos, compulsando as fontes escritas coevas, temos, por exemplo, os relatos de Luís de Cadamosto, um dos prováveis descobridores das ilhas orientais de Cabo Verde, nas quais integra a da Boavista, que, enquanto descreve a ilha Santiago como "abundante de árvores", nada diz sobre a Boavista, a primeira ilha que terá descoberto; de animais, só encontrou pombos e, da presença humana, nem rastos de gente.[31] No "Manuscrito" de Valentim Fernandes, por sua vez, as ilhas de Santiago, Fogo, Santo Antão e S. Nicolau são descritas como possuidoras de muitos arvoredos; poucos arvoredos as ilhas do Sal, S. Vicente e Santa Luzia e ausência de arvoredos as ilhas de Boa Vista e Maio; de animais, só registou muitas cabras em todas as ilhas; quanto à água, as ilhas de Santiago, Santo Antão, S. Nicolau e Brava tinham muita, enquanto as ilhas do Fogo, S. Vicente, Santa Luzia, Boavista e Maio tinham pouca e muitas vezes salobras, e a ilha do Sal, nenhuma água.[32] Essas descrições históricas dão-nos a entender que no momento da sua descoberta a ilha da Boavista tinha um clima árido. E parece que, depois do seu descobrimento, a situação climática e de vegetação não terá mudado, pois Ernesto de Vasconcellos escreve em 1916 que as três ilhas salineiras, Maio, Boavista e Sal, "[…] partilham um tanto ou quanto do carácter desértico, já pelo seu pequeno numero de habitantes, já pela sua mesquinha vegetação".[33]

Quanto à presença humana, reza a tese oficial portuguesa que as suas ilhas foram encontradas desabitadas, portando, encontraram terras sem gente[34] e, consequentemente, sem tradição. Assim, para as povoar de gente, os portugueses tiveram de importar gente de fora, cujos traços da sua tradição de origem formariam uma nova cultura: a cabo-verdiana.

É nestas perspectivas que entendemos as íntimas relações que existem entre a Geografia e a História da ilha da Boavista, pois, como defende Orlando Ribeiro, "sem o conhecimento das coisas e dos sítios, não se vivificam os documentos nem se eleva a História acima do nível da simples erudição".[35]

---

[30] VASCONCELOS, Ernesto J. de C. E. – "As Colónias Portuguesas : geografia física, económica e política". 3ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1921, p. 26.

[31] PERES, Damião (Notas históricas de) – "Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra". II Parte. Lisboa: Academia Portuguesa da História, MCMLXXXVIII, p. 158.

[32] BAIÃO, António (Leitura e revisão das provas) – "O Manuscrito 'Valentim Fernandes". Lisboa: Academia Portuguesa da História, MCMXL, p. 119-121.

[33] VASCONCELLOS, … – Colonias … p. 5 e 71.

[34] Cf. carta régia de 19 de Setembro de 1462. ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord. de) – "História Geral de Cabo Verde: Corpo Documental". Vol. I. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988, p. 15 e 17.

[35] RIBEIRO, Orlando – "Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa". *Estudos das Ciências Sociais e Políticas*, № 59. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962, p. 159. Sobre a matéria, escreve mais o autor: "se o objectivo desta disciplina é, na verdade, 'o estudo dos

Por isso, abordar os aspectos geográficos da ilha da Boavista, mesmo de forma sintética, não é um objecto que interessa só a geógrafos mas também deve constituir uma preocupação dos historiadores, pois o progresso de um povo é influenciado pelos recursos que a Natureza lhe oferece. Assim, no presente trabalho abordaremos o elemento ”terra” ou quadro natural, nas suas componentes clima, solo, relevo, flora e fauna, factores enquanto condicionantes da vida humana na Boavista, pois, sem esses factores o homem boavistense não conseguiria satisfazer as suas necessidades primárias, nem tão-pouco as secundárias.[36]

Observemos que os limites do presente estudo não nos permitem abordar a problemática física da ilha da Boavista, nem na sua globalidade nem na sua profundidade. Limitar-nos-emos, portanto, aos aspectos que consideramos terem condicionado mais profundamente o homem boavistense, isto é, aos aspectos biofísicos. Assim, os elementos físico-geográficos descritos nesta parte do trabalho, sob a epígrafe “Quadro natural da ilha da Boavista” restringem-se à posição geográfica, à geologia e formas de relevo, ao clima, à hidrografia, aos solos, à vegetação, e à fauna da referida ilha, por os consideramos factores importantes de fixação, de dispersão ou de adensamento da população e da constituição da sociedade boavistense.

1.1. Posição geográfica

O Arquipélago de Cabo Verde é uma unidade territorial interposta entre três continentes, todos banhados pelo Oceano Atlântico: África, Europa e América. Faz parte das Ilhas Atlântidas ou Macaronésia – Açores, Madeira, Selvagens, Canárias e ilhas de Cabo Verde –, numa área de 15. 700 km^2 de terra emersa, compreendida entre os 40º e os 15º de latitude Norte e os 16º e os 25º de longitude Oeste. Situa-se na zona subtropical do Atlântico Norte, entre os 14º 48´ N. (ilha Brava) e 17º 12´ N. (ilha de Santo Antão) e os 22º 40´ W. Greenwich (ilha da Boavista) e 25º 22´ W. Greenwich (ilha de Santo Antão), a 455 km a W. S. W. do cabo que lhe deu o nome, “Cap Vert”,[37] e a cerca de 1.400 km a SSW das Canárias.

As ilhas de Cabo Verde formaram-se inicialmente de uma actividade vulcânica submarina central, mais tarde completada por uma rede fissural manifestada nos afloramentos. Assim, a “maior parte delas é dominada por emissões de escoadas lávicas e de materiais piroclásticos (escórias, bagacinas ou “lapilli” e cinzas) subaéreos, predominantemente basálticas”.[38] O Arquipélago

---

homens no tempo’, como é possível desenrolar o drama da sua evolução sem delinear o cenário, e enumerar grandes feitos e destinos ilustres sem que se conheçam as formas da vida quotidiana e humilde e as necessidades fundamentais da população, que em toda a parte procura modos de subsistência e de actividade produtiva?”.

[36] Sobre as influências dos factores naturais na vida humana, cf., por exemplo, DIAS, Jorge – “Estudos de Antropologia”. Vol. I. Lisboa : Imprensa Nacional, 1990, p. 17.

[37] O “Cap vert” integra a região hoje denominada “presqu’Ile du Sénégal”, da África Ocidental.

[38] GOMES, Alberto da Mota ; PINA, António Filipe de ; MELO, Teresa Condesso de [et al] - “Geociências”. Revista do Centro de Geologia. Vol. 1, Nºs 1, 2 e 3. Praia : Departamento de Geociência, 2004, p.27.

de Cabo Verde ocupa uma região elevada do actual fundo oceânico, que faz parte da "Crista de Cabo Verde" ("Cape Verde Rise")"; eleva-se de um soco submarino, em forma de ferradura, a cerca de 3.000 metros de profundidade; deste soco emergem três pedestais bem distintos, onde assentam as ilhas de Cabo Verde. Observemos a seguir a posição geográfica do Arquipélago de Cabo Verde:

FIG. Nº 1

Posição geográfica do Arquipélago de Cabo Verde em relação aos três continentes atlânticos

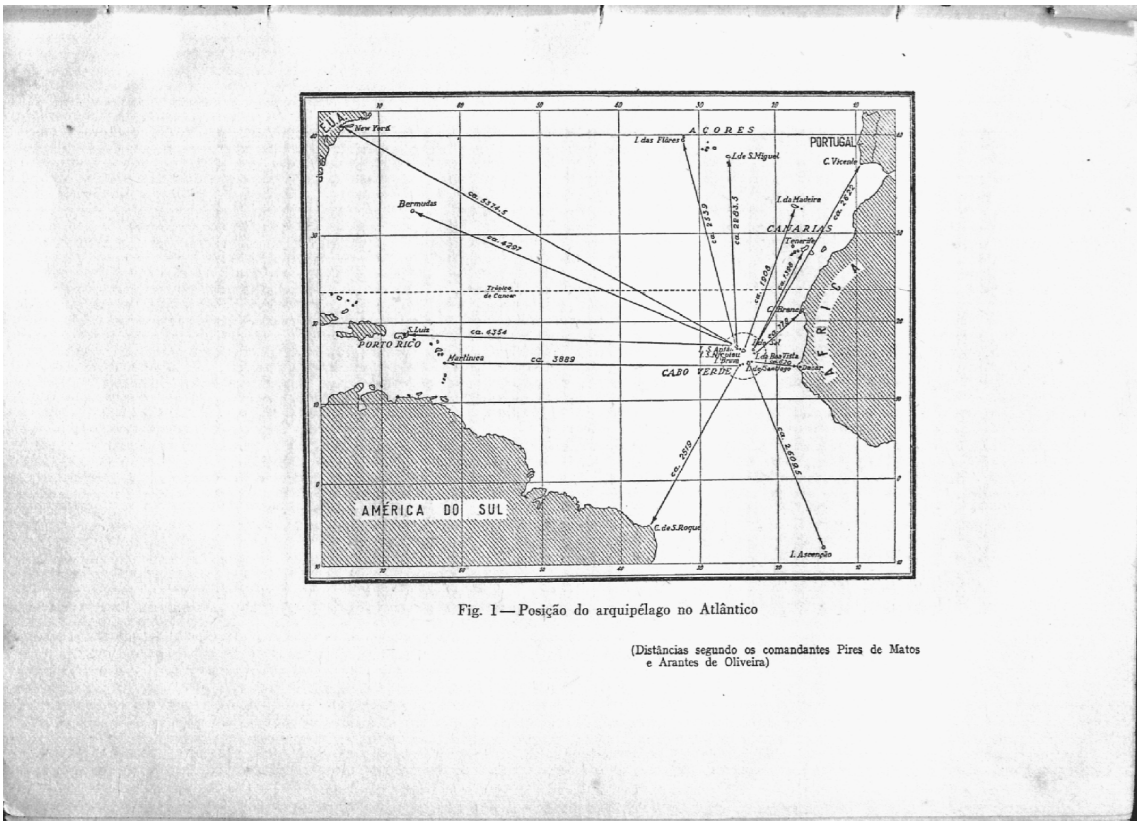


Fig. 1 — Posição do arquipélago no Atlântico

(Distâncias segundo os comandantes Pires de Matos e Arantes de Oliveira)

Fonte : Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP) _ J6 – 9 – 26 (2) _ Vol. II, p. 7

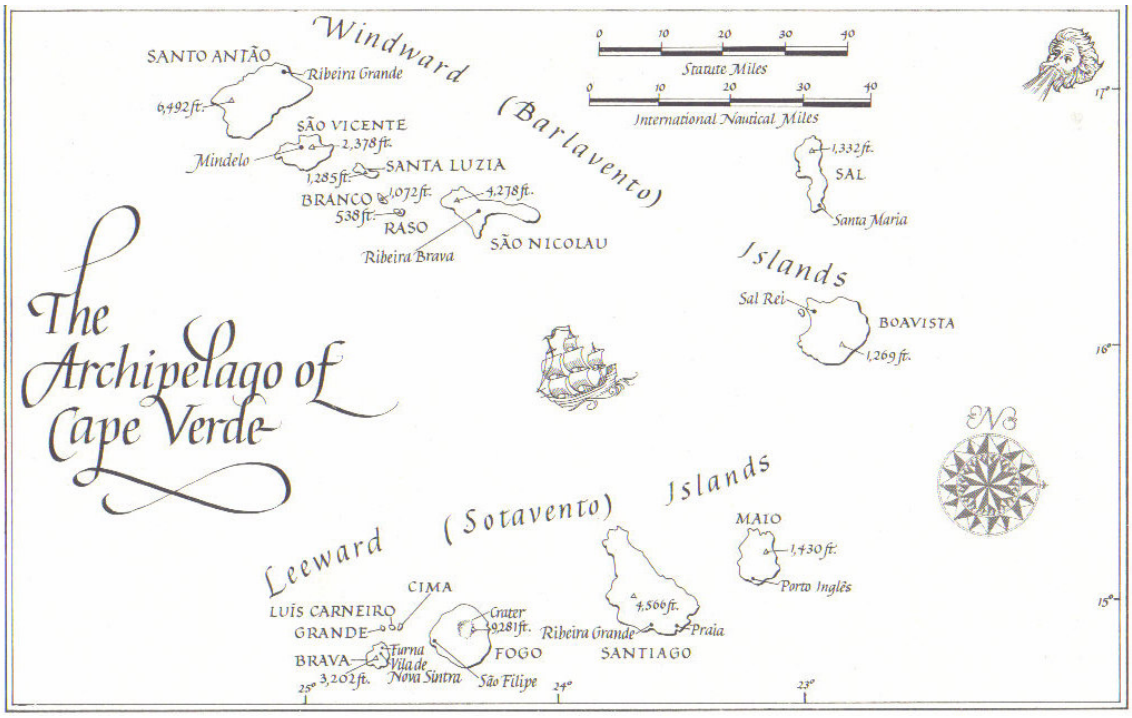
Situado assim na encruzilhada das rotas atlânticas que uniram culturas outrora afastadas e que se desconheciam mutuamente, o Arquipélago de Cabo Verde é composto por dois grupos de ilhas e ilhéus, tendo em conta o vento dominante de Nordeste. Ilhas de Barlavento: Boavista, Sal, São Nicolau, Santa Luzia, São Vicente e Santo Antão, com os ilhéus Boi, dos Pássaros (S. Vicente), Branco, Raso, Rabo de Junco, Curral de Dadó, Fragata, Chano, dos Pássaros (Boavista), Baluarte, Holandês e do Curral-Velho, com uma superfície total de

2.230 km^2; ilhas de Sotavento: Maio, Santiago, Fogo e Brava, com os ilhéus de Santa Maria, Grande, Luís Carneiro e de Cima, com uma superfície total de 1.803,37 km^2. A maior ilha é a de Santiago, com 991 km^2, e a menor é a de Santa Luzia, com 35 km^2.

A ilha da Boavista situa-se entre os paralelos 15º 58' e 16º 14' de latitude Norte e entre os meridianos 22º 42' e 23º 00' de longitude Oeste de Greenwich,[39] sendo a mais oriental das ilhas cabo-verdianas. Estende-se por uma superfície de 620 km^2, entre as ilhas do Maio e do Sal, a 77 km a norte da primeira e a 39 km a sul da segunda. Vejamos o mapa das ilhas de Cabo Verde, identificando-se a da Boavista como a mais oriental:

FIG. Nº 2

Representação das ilhas de Cabo Verde



FONTE : DUNCAN, T. Bentley – "Atlantic Islands : Madeira, the Azores and the Cape Verdes in Seventeenth-Century. Commerce and Navigation". Chicago: The University Chicago Press, 1972, p.159.

[39] NUNES, Mateus – "Os solos da ilha da Boavista". *Garcia de Orta* (Lisboa). Vol. 16 (nº 2), p. 227, 1968; DINIZ, A. Castanheira ; MATOS, G. Cardoso de - "Carta de Zonagem Agro-Ecológica da Vegetação de Cabo Verde : Ilha da Boavista". Separata de Revista *Garcia* de Orta (p.49-72), Série Botânica. Lisboa, 1988, p. 49.

A ilha assenta-se sobre um extenso "plateau", que se prolonga, em média, cerca de 20 km para o Norte, em fundos de 150 a 200 braças, e cerca de 120 km para Sul, em fundos de 100 a 150 braças; para Oeste, estende-se cerca de 30 km, em fundos de 200 braças, e para Leste, cerca de 150 km, em fundos de 150 braças. Calcula-se, assim, que a ilha da Boavista tem uma área marítima de entre 27.000 a 30.000 km2.[40]

1.2. Geologia e formas de relevo

1.2. 1. Geologia

Atendendo a que as ilhas de Cabo Verde são de origem vulcânica, tal como todas as outras ilhas atlânticas, as rochas são vulcânicas, com predomínio das basálticas, com "intercalações sedimentares fossilíferas no material eruptivo" ou calcários, ricos em moluscos, nas ilhas do Maio e da Boavista.[41]

Do ponto de vista petrográfico, em Cabo Verde as rochas basálticas ocupam cerca de três quartos dos 4.033 km^2 da área total do arquipélago. É o que poderemos constatar do quadro a seguir, que nos dá uma ideia da distribuição percentual das rochas em Cabo Verde:

QUADRO Nº 1

Distribuição percentual das rochas em Cabo Verde

Tipos de rochas	Superfície ocupada	Percentagem
Basaltos	3.347 km^2	83 %
Fonolitos	347 km^2	9 %
Calcários	236 km^2	5 %
Limburgitos	71 km^2	2 %
Outras	32 km^2	1 %

Fonte: Extraído TORRES, Sousa A. ; SOARES, J. M. Pires – "Formação Sedimentares do Arquipélago de Cabo Verde". Lisboa : Oficina Gráfica da Casa Portugusa, MCMXLVI (1946), p. 142.

Da sua orografia, a ilha da Boavista é dividida por um maciço principal, denominado Serra do Norte, que se estende na direcção Norte-Sul. Observemos a figura a seguir:

[40] SECCA, Mário – "A pesca em Cabo Verde". Praia : Serviços de Estatística da Colónia de Cabo Verde, 1945, p. 45.
[41] RIBEIRO, Orlando – "A Ilha do Fogo e as suas erupções". Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 33-34. ISBN 972-8325-45-2.

FIG. Nº 3

Maciços que dividem a ilha da Boavista



Fonte: Biblioteca Pública municipal do Porto (MPMP) _ C – M&A – Pasta nº 24 (29).

Sob o ponto de vista geológico, escreve o geólogo Alberto da Mota Gomes que, "[…] a ilha da Boa Vista é constituída por uma parte central ocupada por afloramentos de rochas da formação mais antiga, ao nível actual da erosão, que se designa por complexo Eruptivo Interno Antigo (CA). Essa unidade geológica é constituída, essencialmente, por rochas traquifonoliticas, às quais se associam rochas sieníticas e sienitos feldespatóidicos. Sobre o complexo Eruptivo Interno Antigo (CA) edificaram-se as outras unidades geológicas mais recentes até atingir a formação de Monte Negro, que é a ultima manifestação vulcânica da ilha".[42] A figura a seguir ilustra uma rocha constituída, sob o ponto de vista geológico, essencialmente por mantos fonolíticos, intercalados com conglomerados:

[42] GOMES, Alberto da Mota – "A Geologia e a Hidrologia da Boa Vista". Texto mimeografado. Praia: Instituto Superior de Educação, 1994, p. 4.

FIG. Nº 4
Rocha Estância



FONTE: Autoria de João Henrique Gomes da Cruz, Povoação-Velha, 2006

Assinala Mota Gomes que "a ilha da Boa Vista é constituída por Rochas Magmáticas e por Rochas Sedimentares, aliás, como todas as ilhas da República de Cabo Verde, uma vez que as manifestações de metamorfismo se traduzem por ligeiras acções de metamorfismos de contacto".[43] De acordo ainda com o citado geólogo, identificam-se, por outro lado, os calcários e calcarenitos, areias, argilas, aluviões, depósitos de vertente, depósitos de enxurrada, níveis de praia e conglomerados como manifestações evidentes de rochas sedimentares.[44]

As rochas vulcânicas ocupam uma maior área, nomeadamente, as granulares e basaltos, sob a forma de piroclastos (tufos e brechas vulcânicas), já as rochas sedimentares, compostas por areias, calcarenitos e crostas calcárias, estendem-se por cerca de dois terços da área. As areias cobrem ainda uma vasta superfície da ilha, sobretudo no sector ocidental.[45] A dinâmica marinha é relativamente activa, o que explica o surgimento de várias depressões salinas, barradas por cordões arenosos que nunca ultrapassam os 5 m de altitude. As

[43] GOMES, … – A Geologia …, p. 4.
[44] GOMES, … – "A Geologia …, p. 5.
[45] COSTA, Fernando Lagos – "Notas gerais de Geografia das ilhas rasas do arquipélago de Cabo Verde". Sep. Garcia de Orta, Série Geografia. Lisboa: 15 (2), 1996, p. 111.

salinas estão sujeitas a inundações na época das chuvas devido às inúmeras ribeiras ou linhas de água que nelas vão desaguar.[46] Se as características geológicas atrás apontadas, particularmente a areia, constituem factores impeditivos do desenvolvimento agrícola, o sal é, porém, um dos minerais de certo potencial económico que a ilha possui, ao lado, por exemplo, de algum enxofre,[47] das argilas, das rochas ornamentais, nomeadamente calcarenitos mais compactos, e ainda das areias e das rochas basálticas, fonolíticas e sieníticas.[48]

1.2. 2. O relevo

A superfície terrestre do Arquipélago de Cabo Verde é de 4.033,37 km^2 e a marítima de cerca de 600.000 km^2. Possui uma linha de costa relativamente extensa e diversificada e dispõe de uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) de cerca de 630.000 km^2.[49] As ilhas de Santo Antão, Santiago, Fogo, S. Nicolau e Brava pertencem ao grupo das ilhas montanhosas; a ilha de S. Vicente tem uma característica intermédia, entre montanhosa e plana; as do Sal, Boavista e Maio, as mais orientais do arquipélago, são rasas, pois nelas predominam as peneplanícies que atingem grande extensão, vales menos encaixados, declives mais suaves, altitudes que não ultrapassam os 450 m, costas mais baixas, formações de dunas e de extensas praias de areia branca.[50]

O quadro a seguir dá uma ideia de algumas das características físicas da ilha da Boavista, comparativamente às outras ilhas e ilhéus do Arquipélago de Cabo Verde:

QUADRO Nº 2
Características físicas das ilhas de Cabo Verde

Ilhas/Ilhéus	Comprimento	Largura	Altitude
Santo Antão	42.750 m	23.970 m	1.979 m
S. Vicente	24.250 m	16.250 m	744 m
Santa Luzia	12.370 m	5.320 m	395 m
Ilhéu Branco	3.975 m	1.270 m	327 m
Ilhéu Raso	3.600 m	2.770 m	164 m
S. Nicolau	44.500 m	22.000 m	1.304 m
Sal	29.700 m	11.800 m	406 m
Boavista	28.900 m	30.800 m	390 m
Maio	24.100 m	16.300 m	436 m

[46] COSTA, … – "Notas gerais… p. 111.
[47] TORRES, Sousa A. ; SOARES, J. M. Pires – "Formação Sedimentares do Arquipélago de Cabo Verde". Lisboa : Oficina Gráfica da Casa Portugusa, MCMXLVI (1946), p. 140-141.
[48] De acordo com o "Projecto de valorização dos recursos minerais da República de Cabo Verrde", da Direcção-Geral da Indústria e Energia, citado por GOMES, … – A Geologia …, p. 7.
[49] ARAÚJO, Manuel G. Mendes de Araújo ; NASCIMENTO, Judite – "A pesca artesanal em Cabo Verde : Evolução global e territorial". Garcia de Orta. Série Geografia. Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical. Vol. 17, Nºs 1 e 2, 2000, p. 36.
[50] COSTA, … – "Notas gerais…, p. 109.

Santiago	54.900 m	28.800 m	1.392 m
Fogo	26.300 m	23.900 m	2.829 m
Brava	10.500 m	9.310 m	976 m
Ilhéu Grande	2.350 m	1.850 m	095 m
Ilhéu Luís Carneiro	1.650 m	500 m	32 m
Ilhéu de Cima	2.400 m	750 m	77 m

Fonte: Extraído de TORRES, Sousa A. ; SOARES, J. M. Pires – "Formação Sedimentares do Arquipélago de Cabo Verde". Lisboa : Oficina Gráfica da Casa Portugusa, MCMXLVI (1946), 136-137.

Uma leitura do quadro leva-nos a constatar que a ilha da Boavista é a terceira em termos de área e a décima em termos de altitude mais elevada. Se compararmos as altitudes das três ilhas rasas, Sal, Boavista e Maio, com 406 m, 390 m e 436 m, respectivamente, observamos que a da Boavista ocupa a terceira posição, o que mostra que esta ilha terá sofrido mais intensamente a erosão. Aliás, as ilhas de Cabo Verde estão permanentemente sujeitas à erosão, provocada essencialmente pelos ventos e pelas águas das chuvas, embora haja outros factores provocadores de erosão, como os animais e o próprio homem, o que tem alterado o relevo das ilhas, não só no sentido de o aplanar e de o desgastar mas também no de empobrecer os solos, dificultando assim a prática da agricultura, base da subsistência do povo cabo-verdiano.[51]

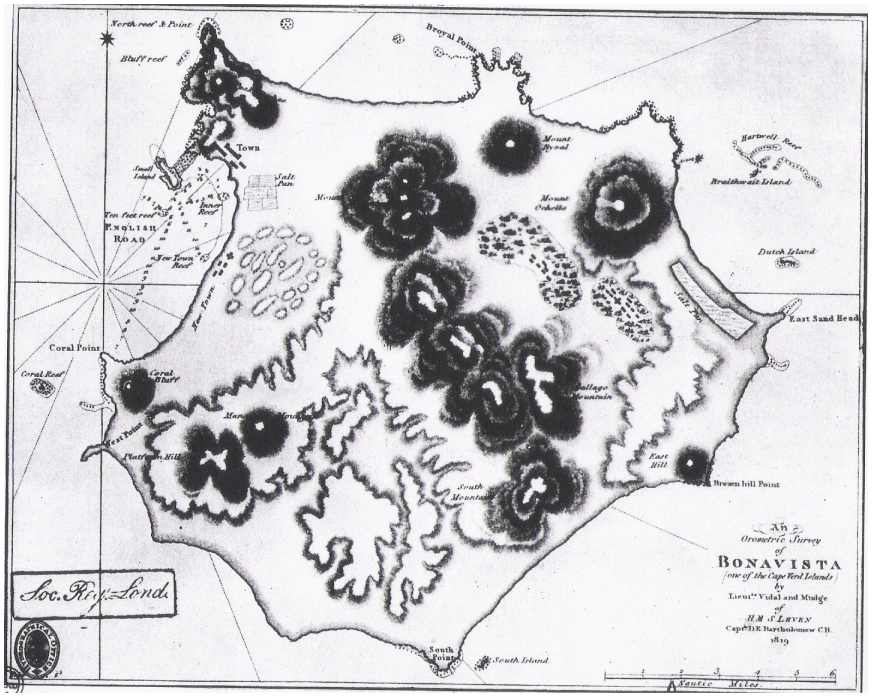
Do mesmo quadro, constata-se que a Boavista é uma ilha mais ou menos circular, tendo em conta que o seu comprimento é praticamente igual à sua largura, ou seja, 30,800 km por 28,900 km; é a mais extensa do conjunto oriental das três ilhas rasas e a terceira maior do arquipélago, com 620 km2, como se poderá observar no quadro atrás,[52] contra os 4.033,37 km2 de todo o arquipélago. A ilha possui vários pequenos ilhéus em volta, assim como longas tiras de praias e ainda muitos pequenos recortes denominados "calhetas", para além da grande baía de Sal-Rei, que lhe conferem, com a sua forma arredondada, uma orla marítima típica, em relação às outras ilhas. As praias, de areia branca, atingem vários kms de comprimento, sendo as maiores as do conjunto das praias de Chaves e Cascalho, com 12 km, e as do conjunto das praias do Curralinho, do Lacacão, do Curral-Velho e João Barrosa, com mais de 15 km de comprimento.[53] A costa é pouco recortada, com algumas amplas baías, como as de Sal-Rei, Boa Esperança e Curralinho, por exemplo. A plataforma insular submarina, superior aos 100 m de profundidade, atinge mais de 10 km de largura, com numerosos baixios e ilhéus em algumas zonas, principalmente do Costa do Norte.[54]

Em termos orográficos, a ilha é formada por pequenas elevações em geral arredondadas e por planícies mais ou menos extensas que resultaram do enchimento com materiais finos ("alluvium") das depressões, à medida que a ilha

[51] Cf. TORRES, … ; SOARES, … – "Formação Sedimentares …, p. 139.
[52] COSTA, … – "Notas gerais …, p. 109.
[53] COSTA, … – "Notas gerais … p. 110.
[54] COSTA, … – "Notas gerais … p. 110.

foi sendo erodida.[55] Ilustremos com a figura a seguir os aspectos orográfcos da ilha da Boavista:

FIG. Nº 5
Orografia da ilha da Boavista



Fonte: "An Orometic Survey of Bonavista (one of the Cape Verd Islands)". By Lieut[s] Vidal end Modge, 1819.. In MOTA, A. Teixeira – "Cinco Séculos de cartografia das ilhas de Cabo Verde: Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961. Estampa XVI.

Da sua característica denota-se "um acentuado grau de evolução morfológica, considerando-se no seu aspecto geral como uma ilha praticamente sem contrastes".[56] No sentido norte-sul dispõem-se os relevos mais elevados, formados pelos montes Abrolhal, com 288 m de altitude, o Pico Estância, a maior elevação da ilha, com 390 m, e ainda o Pico Forcado, o Monte Caçador e o Complexo de Monte Passarão. Este conjunto de elevações divide a ilha em duas áreas planas, uma a leste, com cerca de 18 km de comprimento e 6 km de largura, com altitudes inferiores a 80 m, talhada em escoadas basálticas (Formação de Chão da Calheta) e piroclastos alternando com escoadas basálticas (Formação de Fundo de Figueira);[57] outra a Oeste, a mais extensa e mais variada em termos de altitude (100-130 m, 60-80 m e 20-30 m).[58] Note-se que as superfícies de aplanação estendem-se para o interior, ladeadas no litoral

[55] NUNES, … – Os solos …, p. 227.
[56] DINIZ, … ; MATOS, … - Carta de Zonagem …, p. 51.
[57] COSTA, … – Notas gerias …, p. 110.
[58] COSTA, … – Notas gerais …, p. 111.

pelas baixas salgadas, que se desenvolvem limítrofe e quase paralelamente à orla das praias.[59] Por isso, a Boavista é considerada, com as ilhas do Sal e do Maio, como uma ilha rasa, tendo a sua aplanação resultado provavelmente do desgaste que tem sofrido e que aplanou montes e encheu vales de material muito fino.[60] Por outro lado, a ilha é marcada pela presença de dunas ou mantos de areia que progridem no sentido norte-sudoeste, "recobrindo vastas superfícies de primitivas plataformas calcárias e basálticas".[61]

1.3. Clima

A vida no Arquipélago de Cabo Verde é toda ela marcada, negativamente, pelos caprichos do clima.[62] Com efeito, o clima das ilhas apresenta-se árido, outras vezes semi-árido. Por exemplo, nas ilhas do Sal, Boavista e Maio, o clima actualmente é árido, comparável ao Sahara do litoral da Mauritânia, enquanto nas outras ilhas é semi-árido em certos anos e, noutros anos, completamente árido.[63]

Os caprichos do clima das ilhas de Cabo Verde são particularmente notórios pelas alternâncias das chuvas, fracas e irregulares, com as secas persistentes, pela temperatura e pelos ventos. Como já dizia um governador francês, "o homem tem fome porque a terra tem sêde".[64] Em épocas passadas, porém, as chuvas eram abundantes, o que poderá estar ligado a uma alteração na direcção do vento que, antigamente, tinha uma direcção dominante de sul e sudoeste, tendo rodado mais tarde para norte nordeste, hoje predominante.[65]

Por outro lado, o regime das chuvas condiciona-se pelo regime dos ventos. Com efeito, todas as ilhas estão sujeita a deslocações da frente inter-tropical que, quando atinge ou ultrapassa, no seu movimento anual, a latitude do arquipélago, tende a provocar precipitação abundante, superior ao que normalmente ocorre. Então, o ano de colheita é bom. Caso contrário, surgem crises e fomes, variáveis de ilha para ilha, segundo a posição e morfologia da sua constituição vulcânica: as ilhas de relevo mais acentuado podem ser beneficiadas, localmente, por chuvas orográficas, como é o caso de Santo Antão. De Dezembro a Junho prevalecem os ventos de Nordeste, denominados "alísios", geralmente frescos e sem chuvas, e "de Dezembro a Fevereiro, devido à invasão de massas de ar polar marítimo muito modificado, podem ocorrer alguns dias de chuva, embora fraca, sobretudo nas vertentes do lado norte das

---

[59] DINIZ, A. Castanheira ; MATOS, G. Cardoso de – "Carta de Zonagem Agro-Ecológica da Vegetação de Cabo Verde : Ilha da Boavista". Separata de Revista *Garcia* de Orta (p.49-72), Série Botânica. Lisboa, 1988, p. 51.

[60] NUNES, … – Os solos … p. 227.

[61] DINIZ, … ; MATOS, … – Carta de Zonagem …, p. 51.

[62] Cf. AMARAL, Ilídio do – "Cabo Verde: Introdução geográfica". In ALBUQUERQUE, Luís de (Dir. de) – *História Geral de Cabo Verde*. Vol. I. 2ª ed. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical (Portugal); Instituto Nacional de Investigação Cultural (Cabo Verde), 2001, p. 4.

[63] CHEVALIER, Auguste – "L'Extension du Sahara aux îles du Cap Vert". L Vie dans la Région Desertique Nord-Tropicale de l'encien Monde. Paris : Société de Biogeogrephie, 1938, 323.

[64] Citado por GIRÃO, Aristides da Amorim – "Lições de Geografia Humana". Coimbra: Coimbra Editora, 1936, p. 156.

[65] TORRES, …. ; SOARES, … – Formação Sedimentares …, p. 139.

ilhas mais setentrionais. É a situação de 'invernada' com ventos predominantemente dos quadrantes" de Norte, fracos e moderados".[66] "Nos primeiros meses do ano pode ainda chegar às ilhas, com pouca frequência e pequena duração, um ar tropical continental proveniente de um centro anticiclónico centrado com certa permanência no Norte de África […]. O ar que atinge as ilhas é seco, arrastado na circulação de Nordeste e Este, carregado de poeiras; é a "lestada", que provoca grandes prejuízos nas culturas e tem efeitos prejudiciais sobre o homem, pois exacerba certos males da circulação e das vias respiratórias […]".[67]

Os limites da temperatura, em média, oscilam, no geral de Cabo Verde, entre os 23º C, na estação mais fresca (tempo das brisas), e os 26º C, na estação mais quente (tempo das chuvas), o que fornece um quadro de temperatura média anual de 24,5º C.. O clima é caracterizado por duas estações: o "tempo das brisas" ou "estação seca", de Dezembro a Junho, e o "tempo das águas" ou "estação das chuvas", de Agosto a Outubro. Os meses de Julho e Novembro são considerados de transição.[68] De vez em quando as ilhas de Cabo Verde são fustigadas por perturbações ciclónicas, com rajadas superiores a 100 km / hora e quase sempre acompanhadas de chuvas diluvianas, trazendo estragos avultados às populações. Como se não bastasse, às primeiras chuvas surge o flagelo dos gafanhotos que, vindo do Continente Africano, passa por vezes pelas ilhas de Cabo Verde, causando grandes danos à agricultura, por si já débil.[69]

Todas as ilhas de Cabo Verde sofrem, em maior ou menor grau, influências dessas condições climáticas. Como as outras ilhas do arquipélago, a da Boavista integra-se na zona tropical do Atlântico, de clima árido a semiárido. Como escreve A. Castanheira Diniz e G. Cardoso de Matos, "tendo em conta as duas grandes unidades geomorfológicas em que se reparte a ilha, as aplanações e as formas de relevo salientes, não se manifesta qualquer diferenciação climática zonal, como aliás se torna patente através dos tipos de comunidade vegetal que são idênticos quer se trata duma ou de outra das situações".

Tal como em relação a todo o Cabo Verde, na Boavista o clima condiciona duas estações anuais: uma seca e outra das chuvas. Na Boavista, porém, a estação seca atinge os oito meses, como é o caso registado pelo posto meteorológico de Sal-Rei num espaço temporal de 30 anos, ou seja, de 1931 a 1960. A curta estação das chuvas, a mais importante da vida dos boavistenses, coincide com o período mais quente do ano, ou seja, nos meses de Agosto a Outubro e Dezembro, que se podem considerar meses húmidos.[70] As quedas

---

[66] AMARAL, Ilídio do – "Cabo Verde: Introdução geográfica". In ALBUQUERQUE, Luís de (Dir. de) – *História Geral de Cabo Verde*. 2ª ed. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical (Portugal); Instituto Nacional de Investigação Cultural (Cabo Verde), 2001, p. 8.

[67] AMARAL, Ilídio do – "Cabo Verde: Introdução geográfica". In ALBUQUERQUE, Luís de (Dir. de) – *História Geral de Cabo Verde*. 2ª ed. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical (Portugal); Instituto Nacional de Investigação Cultural (Cabo Verde), 2001, p. 8.

[68] AMARAL, … – "Cabo Verde…". In ALBUQUERQUE, …., p. 8.

[69] AMARAL, … – "Cabo Verde…". In ALBUQUERQUE, …., p. 5.

[70] COSTA, … – Notas gerais …, p. 111.

pluviométricas são muito escassas e apenas se esperam nos meses de Agosto, Setembro e Outubro.[71]A média anual de precipitação em Sal-Rei é de 150 mm.[72] O número de dias de chuva é muito pequeno, reduzido nalguns anos a um só dia e anos há em que praticamente não chove. Entre 1931 e 1960, registaram-se no posto meteorológico de Sal-Rei 83% do total das precipitações, com uma média total de 289,3 mm. Sendo a evaporação total de 1178,7, portanto muito superior à precipitação total, o clima é árido ou desértico quente.[73] O quadro a seguir mostra a pluviosidade na Boavista (em mm), tomando como referência a Vila de Sal-Rei, a Povoação Velha e Fundo de Figueira, de 1931 a 1960:

QUADRO Nº 3
Pluviosidade (em mm) na Boavista (1931-1960)

Ano	Sal Rei (16 m acima do nível do mar)	Povoação Velha (85 m acima do nível do mar)	Fundo de Figueira (20 m acima do nível do mar)
1931	075,5	--	--
1932	091,0	--	--
1933	205,0	--	--
1934	--	--	--
1935	332,7	--	--
1936	--	--	--
1937	--	--	--
1938	--	--	--
1939	218,0	--	--
1940	--	--	--
1941	064,6	--	--
1942	078,7	--	--
1943	223,0	--	--
1944	114,5	--	--
1945	059,0	--	--
1946	029,0	005,0	--
1947	017,5	000,0	--
1948	017,0	062,5	--
1949	190,0	176,0	--
1950	099,5	385,0	--
1951	144,9	--	--
1952	202,1	134,0	144,5
1953	159,5	071,0	058,0
1954	143,3	134,0	085,9
1955	171,4	162,0	139,0
1956	270,7	233,0	155,0

[71] NUNES, … – Os solos …, p. 227.
[72] NUNES, … – Os solos …., p. 228.
[73] COSTA, Fernando Lagos – "Notas gerais de Geografia das ilhas rasas do arquipélago de Cabo Verde". Sep. Garcia de Orta, Série Geografia. Lisboa: 15 (2), 1996, p. 111.

1957	362,9	357,0	199,7
1958	171,9	125,0	067,0
1959	039,8	017,0	000,0
1960	094,2	074,0	044,6
…….	.....	…….	…….

FONTE: Extraído de KASPER, E. Josef – "Ilha da Boa Vista, Cabo Verde". Trad. Luís Filipe da Silva Madeira. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1987, p. 28-29.

Note-se que, enquanto a temperatura média anual no Arquipélago de Cabo Verde é de 24,5º C., a temperatura média anual na ilha da Boavista é de 24,8º C, com médias das máximas anuais de 26,7 e das mínimas de 21,6. As médias mensais variam entre 24,1º C e 25,5º C.[74] O posto meteorológico de Sal-Rei registou no período indicado duas estações de regime térmico anual: uma quente, de Julho a Novembro, com temperaturas diárias variando entre os 24,8º C e 29,7º C, e outra fresca, entre 19,3º C e 24,4º C, no mês de Fevereiro. As amplitudes diárias e anuais são cerca de 5º C e a temperatura média é de 24,2º C, isto é, varia entre os 21,8º C, em Fevereiro, e 27,2º C, em Setembro.[75] O quadro a seguir dá uma ideia da temperatura média anual na Vila de Sal-Rei (16 metros acima do nível do mar), de 1942 a 1965:[76]

QUADRO Nº 4
Temperatura média na Vila de Sal-Rei (1942-1965)

Ano	Temperatura média anual	Max.	Mín.
1942	24,3	--	--
1943	24,5	--	--
1944	24,1	--	--
1945	24,1	--	--
1946	24,2	--	--
1947	--	--	--
1948	24,8	--	--
1949	24,6	--	--
1950	25,4	--	--
1951	24,3	--	--
1952	--	--	--
1953	24,5	--	--
1954	23,6	--	--
1955	23,0	--	--
1956	23,3	--	--
1957	23,5	--	--

[74] NUNES, … – Os solos …., p. 228.
[75] COSTA, … – Notas gerais …, p. 111.
[76] Citado por KASPER, Josef E. – "Ilha da Boa Vista, Cabo Verde". Trad. Luís Filipe da Silva Madeira. Praia : Intituto Cabo-verdiano do Livro, 1987, p. 27.

1958	24,4	--	--
1959	23,5	26,9	21,4
1960	23,5	25,9	21,8
1961	23,6	26,3	20,8
1962	24,1	26,3	21,4
1963	24,0	26,6	22,3
1964	23,5	26,2	21,0
1965	23,4	26,1	20,8
Média	24,8º	26,7º	21,6º

FONTE: Extraído de KASPER, E. Josef – "Ilha da Boa Vista, Cabo Verde". Trad. Luís Filipe da Silva Madeira. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1987, p. 27.

Observemos que a climatologia exige 30 anos para que se possa calcular a média de temperatura. Não o podendo fazer com os dados fornecidos pelo quadro, por se reportarem a 24 anos, a média apresentada serve simplesmente como um indicador.

Quanto aos ventos, os predominantes na Boavista sopram do quadrante Nordeste (69,4%), seguidos dos ventos de Leste (21,6%) e dos do Norte (8,1%).[77] A velocidade média dos ventos varia de quadrante para quadrante, sendo os quadrantes norte, leste e sul mais acentuados, atingindo os ventos do quadrante nordeste a velocidade média de 18,87 km/h e do oeste 8,3 km/h. A nebulosidade média é sempre superior a 5/10 e a humidade relativa com valores sempre superiores a 71% (Dezembro).[78]

Os factores climáticos reflectem inevitavelmente na pluviometria da ilha e, consequentemente, na constituição hidrológica, vegetal e da fauna. Vejamos.

1.4. Hidrologia

A ilha da Boavista não possui nem montanhas nem vales profundos, contrariamente às ilhas montanhosas referidas atrás, particularmente as do Fogo, Santiago e Santo Antão, de paisagens contrastantes e de aspectos ecológicos emblemáticos. Por isso, do ponto de vista hidrológico, "as linhas de água são pouco escavadas, na maioria dos casos seguindo o nível da aplanação sem definir vales aprofundados, exceptuando na parte setentrional que escavam nas formações calcárias pequenos vales em 'canhão'".[79] Com efeito, as ribeiras da Boavista drenam planícies de um e do outro lado da cadeia oriental de montes que se dispõem no sentido norte-sudeste e que dividem a ilha praticamente ao meio. Assim, essa cadeia de montes reparte a rede hidrográfica por duas importantes bacias, a da Ribeira do Rabil, que drena grande parte da área plana ocidental, e a da Ribeira do Calhau, na qual desaguam as ribeiras de Renca e do Norte, que drenam grande parte da parte plana oriental.[80]

[77] COSTA, … – Notas gerais …. p. 111-112.
[78] COSTA, … – Notas gerais …. p. 112.
[79] DINIZ, … ; MATOS, … – Carta de Zonagem …, p. 51.
[80] DINIZ, … ; MATOS, … – Carta de Zonagem …, p. 51.

Embora existam várias linhas de água ou ribeiras na ilha da Boavista, só essas duas bacias ocupam 51% da área hidrográfica da ilha, com 199 km^2 e 121 km^2, respectivamente,[81] recuperando as duas ribeiras conjuntamente mais de ⅓ das águas das chuvas de toda a ilha.[82] A bacia da ribeira do Rabil é quase circular e o curso de água principal tem um traçado geral sudeste-nordeste. Os vales, de fundos planos, têm um encaixe bem marcado, como na região entre o Rabil e a Estância de Baixo. Apenas nessa ribeira existem aluviões com possibilidades agrícolas.[83]

A rede hidrográfica é seca quase todo o ano, conduzindo água apenas quando chove, por vezes sobrevindo grandes enxurradas.[84] Não é de admirar, portanto, que os trabalhos hidrológicos realizados com o apoio técnico da empresa francesa BOURGEAP e das Nações Unidas tenham mostrado que, à semelhança das outras ilhas planas ou rasas, a Boavista é, ainda hoje, das ilhas mais pobres em recursos hídricos, tanto subterrâneos como de superfície, o que se relaciona com a baixa média de precipitação anual que se tem verificado ao longo dos anos.[85] Embora a curva temporal do pressente estude insira-se entre 1650 e 1850, exibimos a seguir um quadro de recursos hídricos de 1993 a 2005, por não termos encontrado informações referentes à referida curva temporal. Vejamos, então, o quadro a seguir que dá uma estimativa, em milhões de m^3 / ano, da média dos recursos hídricos da Boavista, comparativamente às outras ilhas, nos anos de 1993 a 2005:[86]

QUADRO Nº 5
Recursos hídricos das ilhas de Cabo Verde (1993-2005)

Ilha	Precipitação (Em mm) (período médio)	Água superficial (período médio) Em milhões de m^3/Ano)	gua subterrânea explorável (período médio) (Em milhões de m^3/Ano)
Santo Antão	186	27,0	21,3
S. Vicente	21	2,3	0,4
S. Nicolau	49	5,9	2,5
Sal	13	0,7	0,1
Boa Vista	42	2,5	0,7
Maio	41	4,7	0,9
Santiago	323	56,6	26,0
Fogo	233	79,0	12,0
Brava	17	2,3	1,6
Cabo Verde	925	181,0	65,0

Fonte: Schéma Directeur pour la mise en valeur des ressources en eau (1993 – 2005). Volume 1, Chapitre 3, p. 3.14 – Source: Projet PNUD/DDES CVI – 87 – 001.

[81] COSTA, … – Notas gerais …. p. 112.
[82] KASPER, …. – Ilha da Boa Vista…, p. 23.
[83] NUNES, … – Os solos … p. 227.
[84] DINIZ, … ; MATOS, … – Carta de Zonagem …, p. 51.
[85] Schéma Directeur pour la mise en valeur des ressources en eau (1993 – 2005). Volume 1, Chapitre 3, p. 3.14.
[86] GOMES, … ; PINA, … ; MELO, … – Geociências…, p.9.

São notórias, da análise do quadro que as ilhas de maiores capacidades de precipitação e, consequentemente, com maior índice de águas superficiais e subterrâneas, são, por ordem crescente, as do Fogo, Santo Antão e Santiago, ocupando a ilha de S. Nicolau uma posição intermédia. Na ilha da Boavista, as capacidades de precipitação e em águas superficiais e subterrâneas são muito fracas, o que não beneficia um desenvolvimento agro-pecuário sustentável e que cria, ao mesmo tempo, problemas em termos de água potável para a sobrevivência das pessoas.

1.5. Solos

Os solos em Cabo Verde são de natureza variada. De acordo com a bibliografia compulsada,[87] na Boavista os solos classificam-se em salinos, utilizados para a exploração do sal, apresentando uma vegetação halófila; eólios; áridos de carapaça calcária, com uma vegetação estépica no início da sua formação; desérticos, sem qualquer vegetação, existentes nos locais baixos da ilha, constituídos por fragmentos de rochas estilhaçadas e montões de lavas ou de tufo, mas que antigamente se encontravam enterrados num solo que foi arrastado pela água correndo em regatos e pela erosão, após a destruição da vegetação primitiva; e acastanhados ou "chernozens" das planícies, provenientes da "decomposição lenta de uma vegetação de estepe pura ou arbórea sob um clima quente de estação alternada, seca e chuvosa". De cor acastanhada, estes solos levaram milénios a formar-se quando a natureza era ainda completamente virgem. Por isso, são solos primitivos, ricos em húmus, de estrutura grumosa, predominantes nos terrenos planos, geralmente denominados "chãos", e cultiváveis quando chove, pois são muito férteis. Conservam a vegetação verde por muito tempo depois das chuvas, devido a bastante água que retêm armazenada, por vezes, a própria do orvalho. Por não ser uma ilha montanhosa, não se encontram nela os solos das montanhas.

A bibliografia consultada é unânime em afirmar que os solos da Boavista são pobres.[88] O quadro a seguir elucida-nos sobre a terra arável da Boavista, comparativamente às das outras ilhas e em referência às respectivas superfícies:[89]

QUADRO Nº 6
Comparação da terra arável na Boavista com as das outras ilhas

Ilha	Superfície		Terra arável	
	Km2	%	Ha	%
S.to Antão	785	19,3	8.800	21,4
S. Vicente	230	5,6	450	1,1
S..Nicolau	347	8,5	2.000	4,9
Sal	221	5,4	220	0.5

[87] Cf., por exemplo, TORRES, ... ; SOARES, … – Formação Sedimentares …, p. 143-148.
[88] Cf., por exemplo, TORRES, ... ; SOARES, … – Formação Sedimentares …, p. 143-148.
[89] GOMES, … ; PINA, … ; MELO, … – Geociências. p. 29.

Boavista	620	15,4	500	1,2
Maio	275	6,8	660	1,6
Santiago	1.007	24,7	21.500	52,3
Fogo	470	11,5	5.900	14,4
Brava	63	1,5	1.060	12,6
S.^{ta} Luzia	46	1,1	--	--
Cabo-Verde	4.033	100,0	41.090	100,0

Fonte: Organizado a partir do "Schéma Directeur pour la mise en valeur des ressources en eau (1993 - 2005)". Volume 1, Chapitre 1, p. 1.1.

Da leitura do quadro constata-se que, embora seja a terceira ilha em superfície, com 15,4% em relação ao total do arquipélago, depois de Santiago, com 24,7, e de Santo Antão, com 19,3, a Boavista ocupa o 9º lugar em terra arável, com 1,2%, sendo ultrapassada somente pelas ilhas do Sal, com 0.5, e de S. Vicente, com 1,1%.

A fraca capacidade cultivável dos solos da Boavista, quer em extensão quer em qualidade, vê-se agravada pelo facto de, ao longo da colonização da Boavista, o homem ter destruído os solos, devido ao mau condicionamento agrícola, à criação extensiva do gado, particularmente da cabra que terá sido a predadora por excelência, e à desflorestação para a lenha, empobrecendo assim drasticamente a vegetação. O empobrecimento da vegetação, por sua vez, contribuiu para a degradação dos solos, que ficaram descobertos e à mercê da acção devastadora dos ventos e das enxurradas, por exemplo.

FIG. Nº 6
Solos empobrecidos



FONTE : Foto da autoria de João Henrique Gomes da Cruz, no sentido Leste-Oeste. Povoação Velha, 2006.

Para além das causas antropógenas, existiram portanto as causas naturais, como por exemplo a erosão eólica e fluvial que também têm contribuído grandemente para a destruição dos solos da ilha da Boavista. Toda essa destruição vem efectuando ao longo do tempo transformações indeléveis nos solos da Boavista, provocando assim a sua regressão, com repercussões irreversíveis tanto na vegetação como na própria vida dos boavistenseses.

Conclui-se, portanto, que a ilha da Boavista teve sempre poucas capacidades agrícolas, devido à sua reduzida superfície em sol arável, o que terá contribuído para o não desenvolvimento de grandes propriedades agrícolas ou latifúndios, como aconteceu, por exemplo, nas ilhas de Santiago e de Fogo, onde as respectivas superfícies em sol arável eram maiores.

1.6. Vegetação e fauna

Notemos que o solo e o clima exercem forte influência sobre a vegetação e a fauna, elementos vitais para a vida do homem em sociedade. Por isso, não podemos deixar de nos referir à vegetação e à fauna, como factores naturais que também vêem influindo na vida do boavistense ao longo dos tempos.

1.6.1. Vegetação

O Arquipélago de Cabo Verde possuía, em épocas recuadas, pelo menos em certas regiões do seu território, uma vegetação densa hidrófila. Neste sentido, há notícias de que, aquando do descobrimento pelos portugueses, em todos os altos vales se encontravam florestas bastante densas de *Dracaena draco (L)*, de *Sideroxylon marginata* Lobin de *Ficus*, de *Echium* e de *Euphorbias*.[90]

Cabo Verde é entretanto um arquipélago de ecossistema frágil, agravado pela erosão permanente e intensiva a que estão sujeitos os seus solos. Essa degradação vegetal, de acordo com M. dos Santos Pereira, tem como causa fundamental as culturas irracionais, as queimadas e o pastoreio excessivo e desordenado do gado.[91] Sobre este último aspecto, escreve o autor: "o crescimento desordenado dos animais, a degradação dos terrenos e das pastagens e a falta de previdência de grande parte da população em fazer reserva de fenos, nos anos de abundância, dão como resultado que, quando surge um ano, ou mais, de escassez ou ausência de chuvas, morrem animais aos milhares".[92] Dá o exemplo das ilhas de Santo Antão e da Boavista, nas quais morreram em 1959 e 1960, respectivamente, cerca de 80% e 85% dos seus efectivos pecuários. Mas mais desolado é o caso da ilha do Maio que, se

[90] TORRES, … ; SOARES, … – Formação Sedimentares …, p. 147-148.
[91] Citado por PEREIRA, M. Dos Santos – "Cabo Verde, duas tentativas para a sua valorização agro-pecuária : Revegetacionamento das áres mais devastadas e Substituição das cabras por ovinos caracul". *CABO VERDE, SÃO TOMÉ E PRINCIPE : Curso de extensão universitária*. Ano lectivo de 1965-1966". Lisboa : Instituto Superior de Ciência Sociais e Política Ultramarina, p. 962.
[92] Citado por PEREIRA, …– Cabo Verde, duas tentativas …, p. 967.

em 1957 nela existiam 20.181 animais, este número desceu para 12.684 em 1958, para 2.425 em 1959 e para 1.000 por volta de 1965 / 66.[93]

Os solos pobres e as fracas condições de pluviosidade, predominantes em todas as ilhas de Cabo Verde, impõem fortes limitações ao desenvolvimento da vegetação, encontrando-se apenas umas 100 espécies endógenas.[94] De acordo com Auguste Chevalier, a maior parte dos elementos da flora cabo-verdiana foi importada da zona mediterrânica, via as ilhas da Madeira e das Canárias, onde existia uma flora originária da macaronésia e endémica.[95] Quanto à ilha da Boavista, Josef E. Kasper observa no entanto que as plantas existentes são, na sua maior parte, de origem trópico-africana e que "os elementos mediterrânicos e insulares atlânticos são de menor importância",[96] o que contradiz, em parte, a posição de Chevalier.

Não se beneficiando da humidade dos ventos alísios, a ilha da Boavista é "revestida por um coberto vegetal estepóide, pouco denso e muito esparso, com predomínio das espécies anuais e pseudo-anuais, salpicado de subarbustos de *Launaea malanostigma*, que outrora revestiram quase toda a ilha, constituindo brenhas densas, apenas interrompidas pelos relevos descarnados de solo e pelas linhas de água (ribeiras) marginadas de *Acácia albida, Phoenix atlantica, Ficus sycomorus* subsp. *gnaphalocarpus* e maciços arborescentes de *Tamarix canariensis*".[97] No geral, portanto, a vegetação da ilha da Boavista é constituída por plantas herbáceas de pequeno porte e efémeras, formando pastagens degredadas.[98]

De acordo com a natureza dos solos, a flora da Boavista pode-se dividir em três grupos: o do litoral, formado por plantas halófilas, que se desenvolvem em solos salinos, como *Suaeda, Zygophyllum* e *Arthrocnemu*m; o das regiões interiores de dunas, formado por plantas gramíneas, como *Cenchrus*, *Pennisetum, Sporobolus, Tamarix senegalensis* e *Launaea nudicaulis*; o do interior, formado por espinhos *Compositae Launaea nudicaulis* e gramíneos. Enquanto os montes são geralmente pobres m vegetação, nas margens das ribeiras crescem em abundância *Jatropha curcas* (purgueira), gramíneas, tamareiras e coqueiros.[99]

1.6.2. Fauna

A problemática da fauna está intimamente ligada à dos solos e à da flora. Neste sentido, escreve Aristides da Amorim Girão que "todo o desenvolvimento assumido pela cultura do solo – que representa em verdade uma *domesticação de plantas* – não poderá todavia compreender-se sem a *domesticação de animais*, que se tornam auxiliares preciosos do homem e contribuem em grande

[93] Citado por PEREIRA, …– Cabo Verde, duas tentativas …, p. 967.
[94] Informação prestada verbalmente pelo geógrafo José Maria Semedo, Presidente do Conselho Científico do "Instituto Superior de Educação" de Cabo Verde.
[95] CHEVALIER, … – L'Extension du Sahara …, 323.
[96] KASPER, ... – Ilha da Boa Vista … …, p. 30.
[97] DINIZ, … ; MATOS, … – Carta de Zonagem … p. 57.
[98] NUNES, … – Os solos …, p. 228.
[99] KASPER, … – Ilha da Boa Vista…, p. 30.

parte para o fazer atingir um estado de civilização mais elevada". Acrescenta ainda o autor que, "por seu lado, também a vida humana não poderia estender-se a certas regiões do globo, se não fôra um ou outro animal doméstico especialmente adaptado a essas regiões e que nelas se torna, portanto, uma verdadeira 'providência' para o homem".[100]

Assim como nas outras ilhas de Cabo Verde, na Boavista os animais domésticos foram importados de Portugal pelos colonos. Com efeito, os portugueses ali introduziram a cabra, o bovino, o burro, o porco, o cão, o gato, o cavalo, entre outras espécies.[101]

Nunca existiram animais ferozes nem répteis venenosos nas ilhas, para além de lagartos e vários insectos. Havia várias aves que só se encontravam na Boavista, como a fragata e "shearwaters" ou "pardilhões". Na época da sua descoberta, existiam muitos pombos, como no-lo testemunha, por exemplo, Luís de Cadamosto, seu provável descobridor em 1456, quando refere o facto de a ilha da Boavista ser desabitada, "[…] a não ser por enorme quantidade de pombos, os quais se deixavam apanhar à mão, não sabendo que coisa fosse o homem; deles nos trouxeram às caravelas muitos, que com paus e cacetes haviam apanhado".[102]

Note-se que, dos 62.000 hectares de superfície, se identificam nas zonas áridas da Boavista 19.000 hectares susceptíveis de aproveitamento agro-pecuário e que, de uma capacidade de pecuária para 5.325 animais em 1957, caiu para 789 em 1960 e 600 em 1961,[103] devido à degradação da vegetação, logo de pastos para gado. Tal facto reflectiria negativamente na economia agro-pecuária da ilha, como podemos constatar do decréscimo de 5.325 cabeças de gado, em 1957, para 600, em 1961, o que representa um défice de 4.727 cabeças de gado em apenas 4 anos, numa média de 1.181,2 por ano.

A fauna marítima da Boavista é influenciada pela sua extensa plataforma insular e pela sua proximidade às correntes frias das Canárias que chegam ao Senegal. Por isso, o mar era abundante em variedades de peixe e em tartarugas marinhas.[104]

No que respeita, por exemplo às tartarugas, há duas referências históricas que merecem ser aqui citadas. Neste sentido, defendendo a hipótese de as ilhas do Sal e da Boavista terem sido conhecidas por africanos antes dos portugueses, noticia Ibn Saïd que "ao lado desta ilha [refere-se à ilha do Sal], à distância de meio grau, encontra-se a Ilha do Ambar [Boavista], a qual mede dois graus de comprimento e dois terços de grau na sua maior largura. Dá-se-lhe também o nome de Ilha das Tartarugas, pela grande quantidade delas que ali vivem".[105] Aliás, no conjunto das ilhas, Valentim Fernandes regista que "no mês de mayo Junho e Agosto há nestas ylhas grande avondança de tartarugas

[100] GIRÃO, … – Lições …, p. 59.
[101] KASPER, … – Ilha da Boa Vista …, p. 30.
[102] PERES, … – Viagens de Luís de Cadamosto …, p. 158.
[103] PEREIRA, … – Cabo Verde …, p. 1000.
[104] Cf., por exemplo, SECCA, … – A Pesca …, p. 57-68.
[105] Ibn Saïd, citado por CORTESÃO, Jaime – "Os Descobrimentos Portugueses". Vol. II. Lisboa : Arcádia, [s.d.], p. 48.

de que os gaffos saram".[106] Abundavam também os mariscos, como lagostas, caranguejos, lulas, lapas, polvos, entre outros. A ilha era sazonalmente visitada por cardumes de atum, pelo que ali se criou a primeira "classe de pescadores" do arquipélago de Cabo Verde, em 1843.[107]

Podemos afirmar que, como ilha morfologicamente muito evoluída, na paisagem da Boavista não se manifestam os contrastantes que notoriamente se verificam nas ilhas de natureza montanhosa, como Santiago, Fogo, Santo Antão e S. Nicolau. Pelo contrário, ressalta uma unidade e homogeneidade de aspectos físicos próprios da sua especificidade de ilha rasa, tal como acontece nas ilhas do Sal e do Maio, respectivamente. Esta unidade e homogeneidade físico-geográficas marcaram indelevelmente a ecologia humana da ilha da Boavista, nomeadamente pelo seu acentuado ruralismo: a distribuição da população por diferentes zonas rurais e, consequentemente, os tipos de ocupação do meio rural, a utilização dos solos e suas potencialidades, em termos da sua vocação agro-pecuária e salineira.

O empobrecimento dos solos, para além da consequente e irreversível desertificação da ilha, terá contribuído para a existência das crises e fomes que fustigaram o povo da Boavista, afectando também e profundamente o seu modo de vida e a sua psique, levando-o geralmente a emigrar para o estrangeiro ou para as outras ilhas. Ao nível demográfico, por exemplo, essas crises e fomes provocaram também a diminuição da população, entre outras consequências graves, como por exemplo a desagregação familiar e mesmo social. A irregularidade das chuvas, cada vez mais acentuada, terá provocado o desequilíbrio ecológico, factor por sua vez de graves consequências económicas, nomeadamente no respeitante à criação do gado, que foi o primeiro chamariz económico da ocupação e povoamento da ilha a partir dos finais do século XV. Assim, para além do decréscimo do efectivo do gado, a alimentação é também gravemente afectada, pois sem chuva não se pode cultivar os géneros alimentícios, como o milho, o feijão, a batata comum e outras plantas que constituem a alimentação de base das populações.

Podemos constatar, portanto, que a descrição das condições geográficas da ilha da Boavista permite-nos compreender melhor, no quadro paisagístico nacional, não só o sistema da ocupação dos seus espaços físicos mas também a dinâmica do desenvolvimento histórico da sua sociedade, resultante, não só desse sistema de ocupação mas também da forma como decorreu o processo do seu povoamento. Por isso, reafirmamos, na reconstituição histórica da ilha da Boavista, não podemos ignorar a influência, directa ou indirectamente, dos seus elementos físico-geográficos, desde a situação geográfica à natureza dos solos, da geomorfologia à vegetação e à fauna, nas formas de vida do homem boavistense e, consequentemente, na formação e desenvolvimento da sua sociedade. Neste sentido, sabe-se, por exemplo, que com a degradação dos

[106] COSTA, José Pereira da (Leitura paleológica, nota e índice) – "Códice Valentim Fernades". Oferecido pelo Académico Titular Fundador., Joaquim Bensaúde (1859-1952). Lisboa: Academia Portuguesa da História, MCMXCVII, p. 154.
[107] SECCA, …– A Pesca …, p. 16 e 21.

solos é a própria sociedade humana que se regride, na medida em que, como já dizia Frederic Ratzel "o solo é 'o único laço de coesão essencial de cada povo'".[108] Com efeito, tendo em conta que o solo ou território é o suporte material de toda a actividade humana, nomeadamente a económica, a destruição dos solos na Boavista levou à desagregação do sistema económico, como por exemplo, a pastorícia e a agricultura que, por sua vez influíram na dinâmica social e cultural, logo nos laços da coesão social da ilha.

Em síntese, quadro natural da ilha da Boavista, nomeadamente a natureza do clima e a natureza do solo, vem influindo na vida do homem boavistense ao longo da sua história, marcando-o indelevelmente,[109] isto é, parafraseando Lucien Febvre, nas suas representações colectivas, nos seus mitos, nas suas lendas e nas suas artes.[110]

[108] Citado por FEBVRE, … – "A Terra e a evolução humana introdução geográfica à história". Lisboa : Edições Cosmos, 1991, p. 48.
[109] Cf. AMARAL, … – Cabo Verde…, p. 4.
[110] FEBVRE, … – « A Terra e a evolução humana introdução geográfica à história ». Lisboa : Edições Cosmos, 1991, p. 46.

CAPÍTULO II

A DESCOBERTA DA ILHA

Não existem estudos, parcelares ou monográficos, que indaguem ou problematizem os aspectos de que se revestiu a descoberta da ilha da Boavista. Nem tão pouco existe uma obra acerca do modo como se processou o povoamento nem como foi exercida a colonização na ilha. As poucas referências que se colhem em uma ou outra obra dispersa, não passam contudo de conjecturas mais ou menos prováveis, tanto a respeito do nome do descobridor como da data da descoberta. Portanto, o político, o económico, o social e o cultural da ilha da Boavista são temas que continuam a constituir, no seu todo, uma problemática que carece de resolução pela via da investigação científica. Neste sentido, o poeta José Lopes, referindo-se a estudos científicos da etnografia cabo-verdiana, já lamentava em 1929 "[...] que mais de um amigo da Sciência se tem doído do facto de nada se ter tentado, pode dizer-se, nesse sentido".[111] Ora, um estudo aprofundado da problemática histórica cabo-verdiana, nomeadamente a relativa ao descobrimento e ao povoamento, poderá fornecer-nos subsídios relevantes que, por seu turno, nos permitiriam responder às perguntas acerca das origens primitivas das populações cabo-verdianas.

Não poderíamos deixar, portanto, de tentar neste capítulo averiguar o problema do descobrimento da ilha da Boavista, afim de nos aproximarmos um pouco mais da autoria e da data do referido descobrimento, em relação às hipótese e opiniões até este momento discutidos, tendo sempre em mira o processo da formação da cabo-verdianidade, nomeadamente nas suas vertentes políticas, económicas, sociais e culturais. Mas, ao iniciarmos o exame de um problema que tem provocado tanta controvérsia, tanto o da descoberta da ilha da Boavista isoladamente, como o do grupo das ilhas orientais do Arquipélago de Cabo Verde – Sal, Boavista, Maio e Santiago –, entendemos como fundamental esboçar, antes, uma ideia, mesmo resumidamente, das linhas de força, quer no plano ideológico quer no da praxis, que engendraram e deram forma e dinâmica ao plano da expansão portuguesa. Procuramos com isso compreender um pouco melhor a complexa articulação da rede humana e comercial que, através do posterior sistema de povoamento e colonização, se instituiu nas ilhas de Cabo Verde. O foco da nossa abordagem será, porém, a ilha da Boavista, que constitui o universo específico de análise do nosso estudo.

Assim, antes de entrarmos na análise propriamente dita do problema da descoberta da ilha da Boavista, sempre no quadro das ilhas orientais, tentaremos esclarecer o significado antigo e moderno do termo "descobrimento"; evocar brevemente as razões que levaram os portugueses à empresa dos descobrimentos; referir a problemática gerada em torno da descoberta das ilhas

[111] LOPES, José – "Arquipélago de Cabo Verde". *Boletim da Agência Geral das*: Agência Geral das Colónias, Nº 43, ANO V, 1929, p. 14. *Colónias*. Lisboa

orientais e as possíveis visitas às ilhas orientais de Cabo Verde por povos antigos antes da chegada dos portugueses.

2.1. O conceito do termo descobrimento

Nesta perspectiva, começamos por formular duas perguntas: o que significava "descobrimento" para os homens quatrocentistas? E qual é o seu significado moderno?

O termo "descobrimento" nem sempre teve o sentido que nos ensinaram na disciplina da História, isto é, como uma empresa nacional abrangendo ao mesmo tempo os aspectos geográficos, económicos, políticos, religiosos e épicos, como aprendemos na História de Portugal.

Com efeito, nos primeiros diplomas régios da época dos descobrimentos, como por exemplo a carta de privilégio concedida ao Infante D. Henrique por D. Pedro, em nome do seu sobrinho D. Afonso V,[112] com a data de 22 de Outubro de 1443, não se utiliza o termo "descobrimento" mas sim expressões como estas: "[...] a mandar seus naujos a saber parte da terra que era alem do cabo de bojador por que atee Entã nõ auja njngem na cristandade que dello *soubese parte*[113] nem sabiam se avia la poboraçã [...]".[114] Na própria crónica de Gomes Eanes de Zurara, documento coeva da época dos descobrimentos, não encontrámos o termo "descobrimento". Pelo contrário, a expressão "saber parte" e "buscar terra" são utilizadas do princípio ao fim da referida crónica, como corolário da "vontade de saber a terra que ia além das ilhas de Canária e de um cabo que se chama do Bojador", que sempre animara o Infante D. Henrique, pois, o príncipe andava determinado a "haver de tudo manifesta certidão, movendo-se a isso por serviço de Deus e de el-rei D. Duarte, seu senhor e irmão, que àquele tempo reinava".[115]

Assim, da análise desses documentos entendemos que as primeiras viagens dos navegadores portugueses ao longo da Costa ocidental africana se destinavam exclusivamente ao reconhecimento geográfico de mares e de costas marítimas africanas. Conclui-se portanto que, até aos finais do século XV, por não ser da cultura social da época, não havia, nem no espírito do Infante D. Henrique nem no dos seus colaboradores, oficiais ou particulares, navegantes ou mercadores, a ideia de "descobrir", no sentido geográfico, económico, político, religioso ou épico, atrás referido, mas sim de conhecer terras, gentes e

[112] Tendo em conta a menoridade do rei D. Afonso V, D. Pedro é regente do reino de 1439 a 1446.

[113] O itálico é nosso.

[114] "Privilégio (Carta de) ao Infante D. Henrique, em virtude do qual ninguém poderia passar além do cabo de Bojador sem seu mandado ou licença, [...]", nº 339, de 22 de Outubro de 1443, transcrita por MARQUES, João Martins da Silva (Documentos para a sua História publicados e prefaciados por) – "Descobrimentos Portugueses". Vol. I (1147-1460). Lisboa : Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, p. 435.

[115] ZURARA, Gomes Eanes de –"Crónica dos Feitos da Guiné". Dir. Luís de Albuquerque. Transcrição em português actual Torquato de Sousa Soares. Lisboa : Publicações Alfa, 1989,cap. VII, p. 24.

mercadorias por eles até então desconhecidos mas que sabiam ou supunham existir algures: "o que se procura descobrir ou descobre são 'mercadorias, ouro e outras muitas coisas".[116] O próprio Infante D. Henrique, quando emprega o termo "descobrem" na sua carta atrás referida, é no sentido económico do termo: "[...] mandando muitos navios e caravelas com meus criados e servidores, os quais, por graça de Deus, passando o dito Cabo Não avante [...] alguns recebendo morte e outros postos em grande perigos, prove a Nosso Senhor me dar certa 'informação e sabedoria daquelas partes' [...] além das mercadorias, ouro e outras muitas causas que de lá vêm e se 'cada dia descobrem' [...]".[117]

Posto isso, neste trabalho a problemática do descobrimento da ilha da Boavista será abordada no sentido geográfico, económico, político, religioso e épico que é atribuído aos descobrimentos, quer na óptica do povo descobridor quer no do povo descoberto. E, na óptica deste, que ideia fazia dos descobrimentos e dos descobridores portugueses quatrocentistas? Eis uma questão que não temos conhecimento de ter sido alguma vez colocada ou discutida. É uma questão que se torna tanto pertinente quando se sabe que, se por um lado, como crê por exemplo José Manuel Garcia, o processo de descobrimento contribuiu, numa perspectiva universalista, para o encontro de civilizações,[118] o mesmo processo trouxe, ao mesmo tempo, aos povos ditos descobertos traumas psicológicos e sociológicos irreversíveis, através nomeadamente das razias de escravos, nos primeiros tempos, nas "partes" africanas que os navegadores iam descobrindo e, mais tarde, com o domínio desses territórios, a instituição do tráfico intercontinental de escravos. Por isso e por coerência e respeito para com os sentimentos dos povos ditos descobertos, pomos a questão neste trabalho.

Partindo portanto dessa perspectiva, devemos previamente considerar que, enquanto para os portugueses quatrocentistas, recém saídos de uma crise política e económico-social com a retoma da independência nacional, particularmente com a vitória da batalha da Aljubarrota em 1385, o movimento dos descobrimentos que se lhe seguiu poderá ter um sentido revolucionário e universal, para os povos ditos descobertos de África, da América ou da Ásia certamente que o início desse movimento significará o começo de um longo calvário. Por isso, não se terão colocado no lugar de descobertos, se considerarmos o termo "descobrir" na sua acepção latina, isto é, derivado de "discooperire", significando "pôr a descoberto" ou "achar o que se ignorava, desconhecido ou estava oculto",[119] mas sim de invadidos e de conquistados. Isto é, do ponto de vista conceptual, o que para os povos europeus é "descobrimento", pois acharam o que ignoravam, para os nativos africanos, americanos ou asiáticos é simplesmente uma invasão sangrenta, pela conquista,

[116] CORTESÃO, Jaime – "Os Descobrimentos Portugueses". Vol. II. Lisboa : Arcádia, [s.d.], p. 12.
[117] Citado por CORTESÃO, … –Os Descobrimentos …, p. 11.
[118] GARCIA, José Manuel – "Ao encontro dos descobrimentos: Temas de História da Expansão". Lisboa: Editora Presença, 1994, p. 13.
[119] Cf. " Diciopédia 2004". Porto: Porto Editora, 2003 (CD).

saque, escravatura e por outras formas de agressão a que foram vítimas com a chegada dos europeus, dos meados do século XIV em diante. No caso do Arquipélago de Cabo Verde, podemos dizer mesmo que as suas ilhas foram descobertas sob o signo de assaltos e de pirataria na costa ocidental africana, isto é, do Cabo Bojador ao Golfo da Guiné.[120]

Para o historiador das ilhas de Cabo Verde, este ponto de vista é importante, pois despido dos estereótipos formados em torno deste arquipélago nos séculos XIX-XX, terá a percepção da participação activa dos naturais na construção da sua própria história, contra a percepção de uma participação passiva, como pretendeu demonstrar aquela historiografia. Por exemplo, a caduca ideia de que o cabo-verdiano é um povo indolente é uma prova desta última percepção, o que a historiografia actual deve combater.

2.2. As razões que levaram aos descobrimentos marítimos portugueses

Assim, formulemos a seguinte pergunta: que razões terão motivado os portugueses a se lançarem ao mar, a fim de "saber parte da terra que era alem do cabo de Bojador"?

Referir as razões que conduziram os portugueses à descoberta das ilhas de Cabo Verde é importante para uma melhor compreensão da génese da descoberta da ilha da Boavista.

Vários são os historiadores que se têm debruçado sobre as razões que estimularam os portugueses a se laçarem na "empresa dos descobrimentos". O único documento coevo, entretanto, que menciona as razões dos descobrimentos é a "Crónica dos feitas da Guiné",[121] de Gomes Eanes de Zurara, que resumimos do seguinte modo: 1ª) desejo de "saber a terra" a sul das ilhas de Canária e do Cabo Branco; 2ª) procura da existência de povos cristãos e de portos seguros de onde podiam trazer e levar mercadorias através de um comércio frutuoso para ambas as partes; 3ª) necessidade de conhecimento do real poderio dos mouros das terras de África, que ouvia dizer "muito maior do que comummente pensava"; 4ª) procura de algum príncipe cristão que, em caridade e amor de Cristo, pudesse ajudar contra os inimigos da fé cristã; 5ª) desejo de dilatar a "santa fé de Nosso Senhor Jesus Cristo e trazer a ela todas as almas que se quisessem salvar […]". Da crónica de Gomes Eanes de Zurara denotam-se, portanto, razões intelectuais, morais e científicas: desejo de conhecer terras, gentes, usos e costumes de outros povos; económico-socias: necessidade de aumentar o comércio com outros povos cristãos; militares: necessidade de conhecimento do verdadeiro poderio bélico dos mouros; bélico-religiosas: combate contra os infiéis; religiosas: desejo de espalhar a fé cristã pelo globo.

[120] Sobre as viagens pela costa ocidental africana, Cf. ZURARA, … – Crónica …; GODINHO, Vitorino Magalhães – "Os descobrimentos e a Economia Mundial". Vol. IV. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, [s. d.], p. 153-156.

[121] ZURARA, … – Crónica …, p. 24-25.

Foi com essas motivações que o Infante D. Henrique desencadeou, a partir do ano de 1434, ano em que Gil Eanes ultrapassou o Cabo Bojador, aquilo que veio a ser generalizadamente denominado "a empresa dos descobrimentos", que um dia levaria os navegadores portugueses às ilhas de Cabo Verde.

Para nós, porém, há duas razões que terão tido maior peso na política de expansão portuguesa e que se enquadram na profunda crise por que passava a Europa na época anterior ao século XV: a económico-social e a religiosa. No primeiro caso, de acordo com Richard Henry Major, no século XIV a agricultura era a grande base da economia para os europeus: transformações climatéricas levaram a uma drástica diminuição dos cereais; o pão, base de alimentação de então, escasseava; as guerras, seguidas de pilhagens, a fome e a peste que devastavam as populações, provocando convulsões sociais; a economia carecia de metais preciosos, como o ouro e a prata, e de especiarias de África e do Oriente, importantes para a cozinha europeia. A Europa mergulhava, assim, numa crise muito profunda. Por isso, os europeus cobiçavam as especiarias asiáticas e africanas, o trigo do Norte de África e o ouro e escravos que vinha do Sudão e que chegavam aos portos mediterrânicos através das caravanas que atravessavam o Sara. A Europa tinha perdido a sua capacidade mercantil a favor dos árabes. Neste sentido, escreve Henry Major que "a civilização e o tráfico do mundo haviam meramente caído em mãos de novos possuidores. O vasto domínio adquirido pelos sectarios de Mahomet dera-lhes a supremacia de um commercio gigantesco".[122]

Tudo isso, aliado às histórias contadas por viajantes e missionários, umas vezes realísticas outras vezes fabulosas, estimulava nos europeus o desejo de descobrir outras vias, para além das controladas pelos árabes.[123] Esse desejo tinha, portanto, como pano de fundo a existência, por toda a Europa dos séculos XV e XVI, de "reis ávidos de grandeza e de riqueza, Estados lutando pela supremacia, mercadores e banqueiros decididos a enriquecer: eis as formas que estimularão o comércio, as conquistas e as guerras tornarão sistemática a pilhagem, a organizarão o tráfico de escravos, prenderão os vagabundos para obrigar a trabalhar".[124]

---

[122] De acordo com Richard Henry Major, o comércio dominado pelos árabes realizava-se por via terrestre, "[…] sendo as caravanas os meios que empregavam para transportar por terra as mercadorias, com que alimentavam um tráfico constante, que se estendia do Mediterraneo até á Índia, e do interior de Africa até Astrakhan e paizes do norte. Uma das estradas mais importantes d'estas caravanas era a que atravessava o grande deserto de Africa, e por ella se introduziam no Mediterraneo os escravos e o oiro em pó, o marfim e a malagueta, que se compravam aos negros". MAJOR, Richard Henry – "Vida do Infante D. Henrique de Portugal appelidado o Navegador e seus resultados comprehendendo o Descobrimento, no espaço de um século, de metade do mundo". Trad. José António Ferreira Brandão. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876, p. 100-101.

[123] Sobre as missões e embaixadas, viajantes e mercadores que viajaram para o Oriente e para a África nos séculos XIII e XIV, ver BOLÉO, José de Oliveira – "Por terra e mares da Ásia e África nos séculos XIII e XIV". Separata dos *Anais do Clube Militar Naval*. Lisboa: Editorial Minerva. № 1 a 3 – Janeiro / Março 1975.

[124] BEAUD, Michel – "História do Capitalismo. De 1500 aos nossos dias". Trad. José Vasco Marques. Lisboa: Editorial Teorema, 1992, p. 16. ISBN 972-695-188-7.

No segundo caso, havia a mentalidade da época, toda ela feita e controlada pela Igreja. Por isso, paralelamente às motivações económico-sociais, as motivações religiosas eram particularmente fortes, conferindo ao espírito da época um sentido missionário e de cruzada reacendida.

Mas havia um problema a ultrapassar: como chegar às especiarias, ao ouro, aos escravos e aos não cristãos, se vias terrestres, para a Índia e para a África, eram controladas pelos árabes? Restava o caminho pela via marítima, contornando a África pela Costa ocidental, o que exigia, por seu turno, três condições de base: conhecer minimamente a geografia da costa ocidental africana, as riquezas em ouro, escravos e especiarias da costa e do interior africanos, e os usos e costumes das suas gentes.

Conclui-se, portanto, que a expansão portuguesa, para fora do território continental, ao começar pela conquista da cidade de Ceuta, no Norte de África, o que marca, depois da "Reconquista", o início da expansão portuguesa fora da Península Ibérica, foi um acto intencional e planificado. Neste último aspecto, elucida-nos A. H. de Oliveira Marques que o plano visava, na verdade, canalizar, por um lado, "as energias turbulentas da nobreza" e, por outro, "conseguir pingues proventos para ela e para a burguesia". Tal política resultou, na medida em que, continua o historiador português, "a expansão também ajudou a aliviar a pressão da crise económica, desviando as atenções da situação interna do País, que estava longe de satisfatória".[125]

Nesta base, conclui-se também que Portugal, interessado inicialmente mais na riqueza em especiarias, ouro, escravos e outras mercadorias da África, chegou á ilha da Boavista graças à organização e implementação, sob o impulso da burguesia, de uma empresa expansionista que o levaria, a partir dos meados Quinhentos, a controlar os mares e a dominar alguns pontos terrestres estratégicos da costa ocidental africana, assenhoreando-se, assim, do controlo das rotas comerciais do Atlântico nos séculos XV e XVI. E as ilhas de Cabo Verde encontravam-se estrategicamente situadas no centro dessas rotas comerciais.

Uma outra questão que nos devemos colocar é a de saber se os portugueses tinham ou não conhecimento das riquezas e das rotas comerciais terrestres africanas, antes de se lançarem pelo Atlântico sul.

É possível que, antes da partida das primeiras caravelas henriquinas para a Costa ocidental africana, a Corte de Lisboa já tivesse uma vaga ideia da situação ali existente, principalmente o próprio Infante D. Henrique, tido como o ideólogo e obreiro de toda a empresa dos descobrimentos.[126]

---

[125] MARQUES, A. H. de Oliveira – "História de Portugal". Vol. I (Das origens ao Renascimento). Lisboa: Editora Presença, 1997, p. 217.

[126] Neste sentido, é sugestivo o que escreve Damião Peres, após a tomada da cidade de Ceuta: "é de crer que então começassem a tomar vulto no seu espírito [do Infante D. Henrique] as ideias de uma expansão ampla, estimulado pelo quadro de notícias e observações referentes às vizinhas regiões africanas, que, lá para o Sul, representavam campo de acção, tanto proselitista, visto serem povoadas por gentio idólatra ou islamizado, como económico, visto de lá provirem o ouro e outros géneros de que se sortia a Europa. De qualquer forma, a África e ilhas vizinhas constituíram, com os factos logo mostraram, o primeiro objectivo da expansão henriquina".

No que se refere ao Infante D. Henrique, com efeito, José Oliveira Boléo dá a informação de que ele não desconhecia "[…] os livros e escritos antigos e dos tempos mais a si chegados, livros que relatavam viagens e descreviam terras cujos rastos se havia perdido, como sejam obras de Heródoto, Estrebão, Conélio Nepos, Pompónio Mela, Ptolomeu, Marco Polo, e outros […]".[127] Ora, no que se refere concretamente ao continente africano, entre os séculos X e XIV viajantes árabes, como Ibn-Haukal, El-Bekri, El-Edrisi, El Omari e Ibn-Batuta, tinham já escrito importantes descrições da Sahara e do Sudão. Por outro lado, no século XIV as regiões saharianas e sudanesas eram já conhecidas pelos judeus da Escola de Maiorca. Assim, o atlas catalão de 1375, de Abraão e Jafuda Cresques, menciona algumas das principais cidades e oásis da orla setentrional do Sahara, a Tagaza das minas de sal e as grandes cidades do Sudão, como Mali, Tombuctu e Gao. O mesmo atlas refere-se à viagem de Jaime Ferrer para além do Cabo Não, por volta de 1346, à procura do Rio do Ouro, no Níger.[128]

Por outro lado, depois da conquista da cidade de Ceuta, em 1415, os conquistadores, particularmente o Infante D. Henrique, não deixariam de se informar junto dos vencidos, pois visavam também conseguir por qualquer meio subalternizar ou substituir os detentores do rendoso comércio que chegavam à Península Ibérica através das vias comerciais dominadas pelos árabes, das quais a referida cidade de Ceuta era a porta principal. É o que esclarece Damião de Góis nos seguintes termos: "Durante sua estada em Africa colheu importantes informações dos mouros, a respeito das populosas nações do interior e da costa de Guiné", nomeadamente "noticia da passagem de grandes caravanas, que iam de Tunis a Tumbuctu e a Cantor no Gambia, o que o moveu a mandar explorar aquelles paizes por via marítimo".[129]

Quanto ao conhecimento da Guiné, através da crónica de Gomes Eanes de Zurara sabe-se, por exemplo, que como Lançarote não tivera êxito na sua primeira viagem à Costa ocidental africana, algum tempo depois "[…] fez o Infante armar uma caravela, na qual mandou aquele Gonçalo de Sintra por capitão, avisando-o, antes da sua partida, que se fosse direitamente a Guiné e

---

PERES, Damião – História dos Descobrimentos Portugueses". Lisboa: Comissão Executiva da Comemoração do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1959, p. 32-33.

[127] BOLÉO, José Oliveira – "Descobrimentos Marítimos e Explorações Terrestres" (Conferências – Johannesburg 1953). Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955, p.

[128] SERRÃO, Joel (Direcção de) – "Dicionário de História de Portugal". Vol. I. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975, p. 52.

[129] MAJOR, … – Vida do Infante …, p. 102. Nesta linha, o que escreve João de Barros não deixa também de ser elucidativo: "ſempre ouue conquiſta, & deſcobrimentos, aſsi como da coſta donde veo a primeira malagueta, que ſe fez per o Infante dõ Henrique. Daqual algũa q em Italia ſe auia, antes deſte deſcobrimẽto: era per mãos dos Mouros deſtas partes de Guinê, que atraueſſauaõ a grãde região de Mandinga, & os deſertos da Libya, a que elles chamão C,aharà, te aportarem em o mar mediterraneo em hum porto per elles chamado Mundi barca, & corruptamente Monte da barca. E de lhe os Italianos não ſaberem o lugar de ſeu naſcimento por ſer eſpecearia tão precioſa, lhe chamarão Gràna paradiſi, que he nome q tem entre elles". "DÉCADA PRIMEIRA DA ÁSIA DE JOÃO BARROS DOS FEITOS, QUE OS PORTUGUEZES FIZERAM, No deſcobrimento, e conquiſta dos mares, e terra DOORIENTE", – LISBOA: Officina de PEDRO FERREIRA, Impreſſor da Auguſtiſſima Rainha Noſſa Senhora, Anno do Senhor M.DCCLII, fol. 33v .

que por nenhum caso fizesse o contrário".[130] Esta passagem em Zurara mostra que o Infante já tinha conhecimento das "terras de Guiné", nomeadamente através dos mouros cativos. É o que inferimos, por outro lado, do discurso de Lançarote, quando, na sua segunda viagem à Guiné, alcançou a foz do rio Sanaga, confundindo-o com o rio Nilo: "[…] ao qual rio chamam de Sanaga. [E bem conheceram] porque o Infante lhes dissera que depois de avistarem aquelas árvores, [a] pouco mais de 20 léguas, olhassem ao dito rio, porque assim o soube ele por alguns daqueles azanegues que tinha cativos".[131]

De posse de todas essas informações, o Infante D. Henrique tratou logo de contratar o judeu Jácome de Maiorca, cartógrafo, filho do célebre Abraão Cresques, ele também cartógrafo e construtor de bússolas.[132] Jácome de Maiorca, por seu turno, terá transmitido ao Infante D. Henrique importantes conhecimentos dos cartógrafos maiorquinos sobre o comércio do ouro e as rotas do Sara.[133]

Por tudo o que acabamos de referir sobre o conhecimento das riquezas e das vias comerciais de África pela Coroa portuguesa, senão da toda a Europa, somos obrigados a entender que, contrariamente ao que afirma Gomes Eanes de Zurara, no início do século XV o Infante D. Henrique já tinha notícias, embora vagas, sobre a África, quer através de cartas geográficas quer de relatos de viagens sobre o Sara, a Guiné e sertões para o interior, no que somos corroborados por Luís de Albuquerque.[134] Por isso, quando o Infante D. Henrique deu início à campanha dos Descobrimentos, a Coroa e os mercadores sabiam muito bem o proveito a obter das terras a sul do Bojador: o ouro.[135]

Com efeito, como ressalta J. Bacellar Bebiano,[136] o plano que resultou na descoberta das ilhas atlânticas resultou de um estudo metódico e consciente das condições do comércio entre a Europa e o Oriente dos séculos XIII, o que não era estranho ao facto de, já no século XIII, Portugal se ter infiltrado nas principais praças comerciais da Inglaterra, Flandres, Marselha, Veneza, entre outras. O rico comércio de especiarias e de pedras preciosas que vinham do Oriente para a Europa era entretanto monopólio dos muçulmanos estabelecidos no sudoeste da Europa e no norte de África, o que impedia o seu acesso aos cristãos. O plano começaria pelo Norte de África: Ceuta, cidade comercial da África do Norte, rica em cereal e ouro, mercado mouro distribuidor das especiarias vindas da Alexandria, foi conquistada pelos portugueses em 1415. Com a conquista da Ceuta, "das narrativas dos árabes souberam os portugueses colhêr valiosos elementos informativos acerca da geografia do Oriente, tendo tomado conhecimento da existência do ouro na Guiné, ao sul do

[130] ZURARA, … – Crónica …, p. 60.
[131] ZURARA, … – Crónica …, p. 114.
[132] SERRÃO, … – Dicionário …, p. 141.
[133] SERRÃO, … – Dicionário …, p. 52-53.
[134] ALBUQUERQUE, Luís de – "Navegações além do cabo Bojador no tempo do infante D. Henrique: seu objectivo", in ALBUQUERQUE, Luís de (Direcção de) – "Portugal no Mundo". Vol. I. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, p 139.
[135] ALBUQUERQUE, … – Navegações …, in ALBUQUERQUE, … – Portugal …p. 139.
[136] BEBIANO, J. Bacellar – "Portugal Ultramarino no presente e no passado". *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa: Agência Geral das Colónias. Ano XIII, № 140, 1937, p. 15-17.

Deserto do Sahara. Estava resolvida a dificuldade financeira, podia dar-se vida à idéia expansionista, e assim a mística dos descobrimentos se desenvolveu". Iniciaram-se, então, as viagens pela costa ocidental da África, que iriam terminar só com a conquista do caminho marítimo para a Índia das especiarias e das pedras preciosas.

Com esses conhecimentos e reformulados os conhecimentos científicos, fruto da simbiose da experiência e perícia dos mareantes lusos com os conhecimentos colhidos dos marinheiros do Mediterrâneo e do Atlântico Norte e com as informações teóricas e tecnológicas recebidas dos judeus e dos árabes;[137] inventados ou adaptados os instrumentos, como a bússola, o quadrante, o portulano e outros guias náuticos, que permitiam a orientação no alto mar, sem vista da terra; substituídas as velhas barcas por um novo tipo de navio, a caravela, com maior capacidade de carga e apetrechada com velas latinas ou triangulares e com o leme fixo no cadaste da popa, equipamentos que permitiam viagens mais seguras e mais rápidas, para além de permitirem a bolina[138] em casos de ventos contrários à rota, permitindo, assim, "viagens de regresso", tudo isso contribuiu para que o movimento da expansão, que conduziria aos descobrimentos portugueses, a partir dos meados do século XIV, fosse um sucesso.[139]

Graças ao êxito desse movimento, e criando uma verdadeira "empresa dos descobrimentos", a que viriam a envolver-se sucessivamente a Espanha, a Inglaterra, a Holanda, a França e outras potências, a Europa praticamente domina o Mundo. Os países europeus passam então a irradiar para os outros continentes, com a excepção da Ásia, as suas línguas, as suas religiões, as suas culturas, os seus sistemas económicos e sociais, em síntese, impondo as suas regras, os seus valores e o seu modelo civilizacional ocidental.[140] Observemos o mapa a seguir, que ilustra as vias terrestres do comércio africano de escravos:

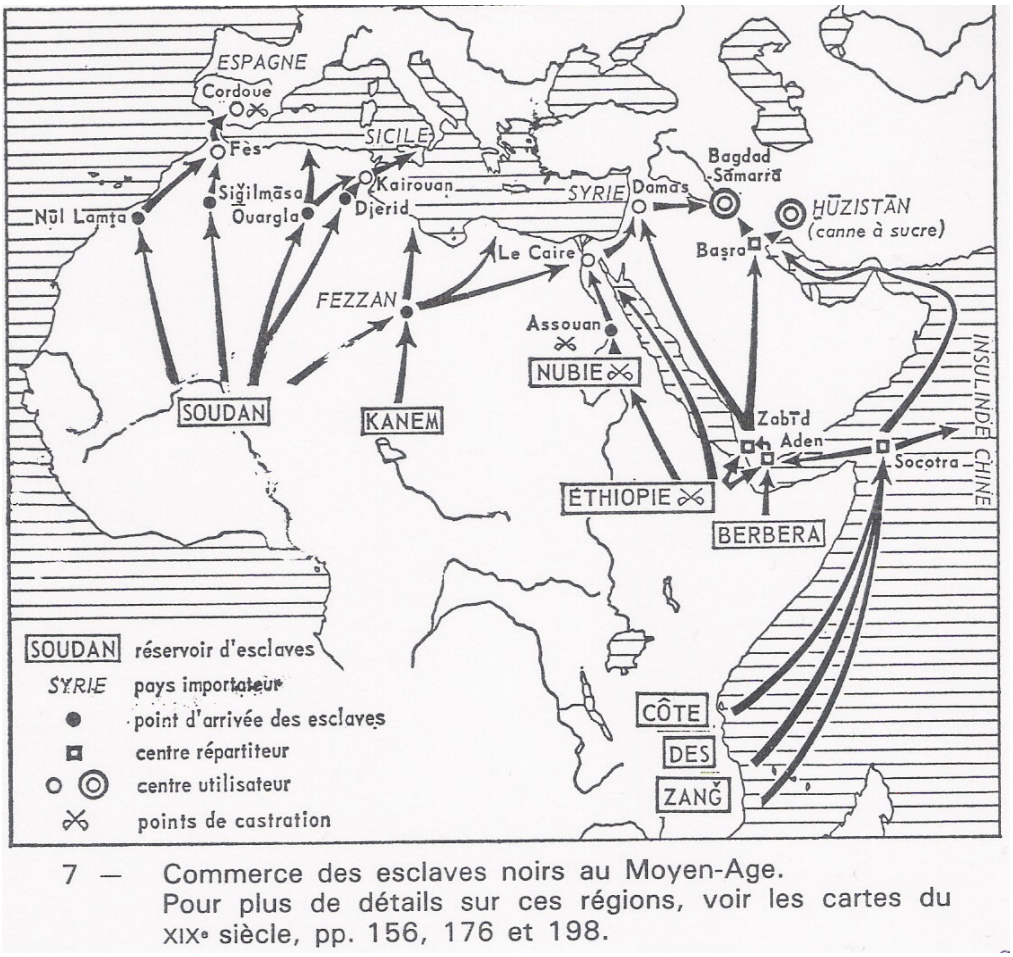
[137] A influência dos venezianos, por exemplo, já era actuante em Portugal desde o reinado de D. Dinis, quando este monarca organiza, por volta de 1318, a marinha nacional sob a égide do Almirante Pessanha (IRIA, Alberto – "O Algarve e os Descobrimentos", MARQUES, … – Descobrimentos …, p. 292 . A propósito do contrato de Pessanha, A. H. de Oliveira Marques faz a seguinte observação: "não se esqueça que, de acordo com o contrato que lhe concedeu o almirantado, Manuel Passanha e seus sucessores se comprometiam a ter sempre prontos 20 homens do mar, seus compatriotas, para servirem como alcaides e arraises das embarcações" (MARQUES, … – História …, p. 242); sobre o assunto, cf. tb. VERLINDEN, Charles – "A propos de L'Importance du Règne de D. João II dans L'Histoire des Découvertes Portugaises ». Separata da *Revista da Univerdiade de Coimbra*. Vol. XXXV. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1989, p. 407-420.

[138] Técnica de navegar que permitia a navegação em sentido contrário à direcção do vento.

[139] Cf. MARQUES, … – História …, p. 225-227.

[140] BOLÉO, … – Por terra …, p. 3.

FIG. Nº 7
As vias terrestres do comércio africano de escravos



Fonte: RENAULT, François; DAGEST, Serge – "Les traites négriéres en Afrique". Paris: Editions KARTHALA, 1985, Estampa nº 7, p. 29.

Uma análise do mapa leva-nos a concluir que o fluxo final dos escravos provenientes, nomeadamente, de Sudão, do Quénia e da Etiópia, confluía principalmente para o Norte de África e para o sul da Europa, pelo que deduzimos que o comércio de escravos na África Negra não era desconhecido dos europeus, nomeadamente dos portugueses.

2.3. Conhecimentos anteriores das ilhas orientais de Cabo Verde

Na sequência, podemos também nos interrogar: que conhecimentos tinham certos povos antigos das ilhas orientais de Cabo Verde? Esta é uma questão que muitos historiadores, defensores acérrimos das proezas dos

descobrimentos dos portugueses, têm combatido, por considerarem tais proezas incontestáveis.[141]

Não partilhamos dessa ideia, pois tem-se levantado a hipótese, com recurso a testemunhos de escritores antigos, de as ilhas orientais do Arquipélago de Cabo Verde terem sido visitadas, embora de forma esporádica, por povos do Norte de África, como fenícios ou cartagineses, e da Costa Ocidental africana, como senegaleses.[142]

Sobre essas hipóteses, temos o testemunho de Armando Cortesão, uma das maiores autoridades em história da cartografia portuguesa, que corrobora essa hipótese do seguinte modo: "eu estou convencido de que quase todas as ilhas atlânticas foram visitadas pelos Fenícios e provavelmente por outros antigos navegadores, e que há um fundo de realidade nas muitas referências dos Clássicos".[143] E explica que "se os navios que eram levados até às Canárias pelos alísios e correntes de nordeste não alcançassem essas ilhas, podiam facilmente ser arrastados mais para sul, até as Ilhas de Cabo Verde, situadas na zona de ventos variáveis. Só quando os alísios e correntes alcançam o seu limite mais meridional, a sul do Arquipélago de cabo Verde, inflectem para oeste formando a corrente equatorial do norte, que se dirige directamente para as costas americanas".[144]

Informa ainda que, se as ilhas de Cabo Verde aparecem pela primeira vez correctamente apresentadas nas cartas de Benincasa de 1468 e 1469, "[…] há algumas cartas mais antigas que representam umas ilhas indeterminadas a sul das Canárias. São elas as cartas de Viladestes, de 1413, de Zuane Pizzigano de 1424, catalã anónima de c. 1439, e de Bianco de 1448".[145] Pensa Armando Cortesão que as denominações "himadoro", em Pizzigano, "ymador", na carta catelã, "yles de gades", em Viladestes, e "dos ermanos", em Bianco, "[...] são reminiscências de ambas ou uma das duas ilhas Sal e Boavista, que teriam sido vistas e notadas em resultado de alguma viagem ou viagens para o sul, quer de

---

[141] Cf., por exemplo, ALBUQUEREQUE, Luis de – "O descobrimento das ilhas de Cabo Verde". In ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (Coordenação de) – *História Geral de Cabo Verde*. 2ª ed. Vol. I. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2001, p. 23-24.

[142] Sobre a possível presença fenícia, cf.: MARQUES, … – Descobrimentos …, p. 231; DORNELA, André – "Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde" (1625). Introdução, notas e apêndices de Avelino Teixeira Mota. Lisboa: Junta de Investigação Científica do Ultramar / Centro de Estudos da Cartografia Antiga, 1977, p. 124; BOXER, C. R. – "O Império Marítimo Português (1415-1825)". Trad. Inês Silva. Lisboa: Edições 70, 2001, p. 33; BASTO, Raphael Eduardo de Azevedo (Direcção de) – "ESMERALDO DE SITU ORBIS por Duarte Pacheco Pereira". Lisboa: Imprensa Nacional, 1892, Prólogo, p. 1; MAJOR, … – Vida do Infante …, p. 146-153; CAMPOMANES, D. Pedro Rodriguez – ANTIGÜEDAD *MARITIMA* DE LA REPUBLICA *DE CARTAGO* COM EL PERIPLE DE SU GENERAL HANNON". Madrid: Imprensa de Antonio Perez Soto, M.DCC.LVI, p. 93-94. Sobre a possível presença africana, cf. CORTESÃO, Jaime – "Os Descobrimentos Portugueses". Vol. II. Lisboa : Arcádia, [s.d.], p. 46-48; CAMPOMANES, … – "ANTIGÜEDAD …, p. 94-95; MARQUES, … – História …, p. 229 e 249.

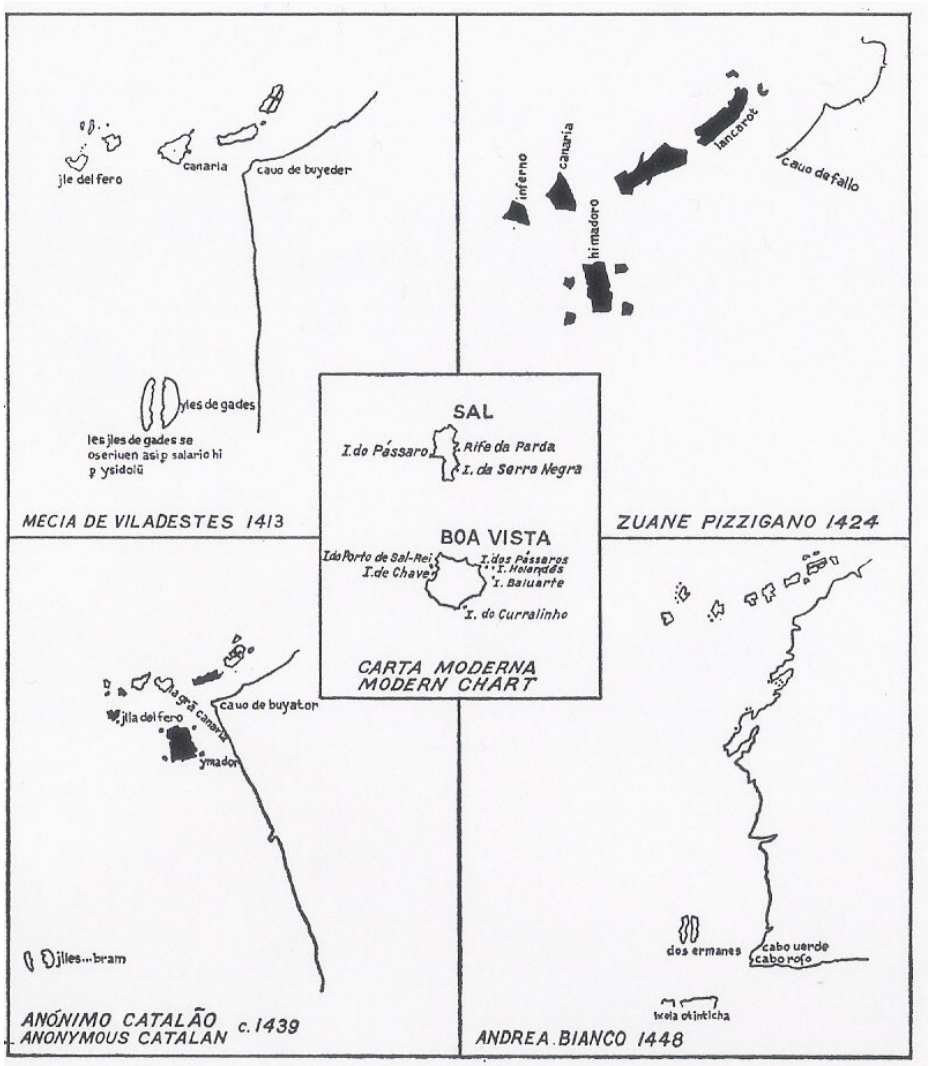
[143] CORTESÃO, Armando – "Descobrimento e representação das ilhas de Cabo Verde na cartagrafia antiga". *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa: Classe de Ciências*, TOMO XXI. Lisboa: Imprensa Nacional, 1976 / 77, p. 230.

[144] CORTESÃO, … – Descobrimento e representação …, p. 230.

[145] CORTESÃO, … – Descobrimento e representação …, p 230.

propósito quer acidentalmente, de que não ficou notícia em qualquer outro documento".[146] Observemos então a carta a seguir:

FIG. Nº 8
Carta de representações antigas das ilhas de Cabo Verde



Ilhas a sul das Canárias na cartografia da primeira metade do século XV

Fonte: Extraído de CORTESÃO, Armando – "Descobrimento e representação das ilhas de Cabo Verde na cartografia antiga". *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa: Classe de Ciências*, TOMO XXI. Lisboa: Imprensa Nacional, 1976 / 77, p. 238.

Como questiona o próprio Armando Cortesão, como é que essas ilhas aparecem em cartas desenhadas anteriormente à descoberta pelos portugueses? Em resposta, o cartógrafo é peremptório: "[…] não tenho dúvida

[146] CORTESÃO, … – Descobrimento e representação …, p 231.

que elas [as ilhas de Cabo Verde] já tinham sido avistadas antes de Diogo Gomes as redescobrir em 1460".[147]

Por seu turno, Chelmicky e Vernhagen aceitam a tese de fenícios, cartagineses e romanos terem conhecimento das ilhas de Cabo Verde, nos seguintes termos: "é verdade no entanto que o contemporaneo Cadamosto e o Barros nada dizem a este respeito. Todavia não podece duvida que os Phenicios, Cartagenos e Romanos conheciam estas ilhas, e chamavam as *Gorgonidas*, não ignorando que eram situadas ao sul das ilhas Fortunadas [Canárias]".[148]

Concluindo, de acordo com as informações coordenadas até aqui, não refutamos a hipótese de povos antigos terem visitado algumas das ilhas de Cabo Verde, particularmente as orientais, ou seja, Sal, Boavista, Maio e Santiago. Por isso, damos um certo crédito à possibilidade de os fenícios ou cartagineses e africanos terem visitado algumas das ilhas orientais do Arquipélago de Cabo Verde, antes dos portugueses no século XV, embora sem a intenção expressa de as povoar, como viria a acontecer com os portugueses a partir de 1460, não obstante uma certa passagem do texto de Campomanes deixe a entender a importância que os cartagineses atribuíam às ilhas de Cabo Verde como apoio à navegação. Neste sentido, diz o cronista: "los Cartagineſes viendo la importância de conſervar, y ſeñorear eſtas Islas, y reconocerlas para ſalicitar ſu navegacion, ſaltaron en tierra, y de dia nada deſcubriron".[149] Este é mais um elemento informativo que aponta no sentido de os marinheiros da armada de Hannon terem pisado as terras de alguma das ilhas orientais do Arquipélago de Cabo Verde, nomeadamente a mais oriental: a ilha da Boavista.

Tendo em conta os contactos que os portugueses tinham com os povos do Norte de África e, através deles, com os povos da África Negra, não será descabido questionar, portanto, se os portugueses tinham ou não conhecimento das próprias ilhas orientais de Cabo Verde, as mais próximas do Continente africano, através de povos antigos, nomeadamente fenícios e africanos da Costa Ocidental de África!

A este propósito, retenhamos o que nos diz Damião Peres, citando Diogo Gomes e referindo-se ao Infante D. Henrique: "[…] pois aí se diz que ele, 'desejando conhecer as regiões afastadas do oceano ocidental, se acaso haveria ilhas ou terra firme além da descrição de Ptolomeu, enviou caravelas a procurar terras'".[150] Conclui Peres: "ora essa frase é susceptível de interpretar-se como significativa de que o Infante D. Henrique admitia a possibilidade de existirem no Atlântico ocidental, […], terras não mencionadas por Ptolomeu, o grande geógrafo da Antiguidade, cuja descrição da Terra, no livro *Geografia* e correspondentes mapas, se tornara uma espécie de evangelho geográfico,

[147] CORTESÃO, … – Descobrimento …, p. 245.
[148] CHELMICKY, José Conrado Carlos de; VERNHAGAN, Francisco Adolfo de – "Corografia Cabo-verdiana ou descripção Geographico-historica da Provincia das ilhas de Cabo Verde e Guiné". TOMO II. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1841, p. 319.
[149] CAMPOMANES, … – ANTIGÜEDAD …, p. 95.
[150] PERES, ...– História …, p. 34.

desde que, pouco antes da era henriquina, por 1406-1410, Jacobus Angelus a tornara acessível pela sua versão latina".[151]

Uma outra conclusão a que se poderá chegar é a de que a ideia que norteou os descobrimentos portugueses não foi obra do acaso. Corrobora esta posição A. H. de Oliveira Marques que, ao se referir ao conhecimento anterior das ilhas e terras atlânticas, afirma: "todas estas ilhas e terras, tanto reais como imaginárias, exerceram enorme influência nas viagens dos Portugueses dos séculos XIV e XV. Constituíram um dos mais importantes estímulos a um objectivo preciso para muitas expedições de descoberta".[152] Admitimos, porém, que, confrontados no terreno com a realidade, os navegadores depararam-se com uma situação muito mais complexa do que podiam fazer crer os rudimentares conhecimentos que sobre ele dispunha o Infante D. Henrique e toda a Coroa.

2.4. A descoberta da ilha da Boavista no quadro das ilhas orientais do Arquipélago de Cabo Verde

Entendemos que o problema da descoberta da ilha da Boavista não poderá ser averiguado fora da problemática maior, ou seja, a da descoberta das ilhas orientais do Arquipélago de Cabo Verde, cujo grupo aquela integra. Por isso, do nosso ponto de vista, o exame do problema em torno do descobrimento desse grupo de ilhas é importante para o enquadramento e compreensão de qualquer hipótese referente à descoberta da referida ilha.

Notemos entretanto que a fragilidade e as contradições da documentação em torno do problema da descoberta dessas ilhas tem suscitado, consequentemente, várias opiniões e várias hipóteses, maior parte das vezes divergentes entre si. Mais concretamente, quanto aos descobridores, a divergência das opiniões gira em torno de Vicente Dias, Luís de Cadamosto, Diogo Gomes e António de Noli, e, no que respeita às datas, apontam-se ora 1445 ora 1456 ora ainda 1460. Essa divergência de opiniões advém, certamente, do facto de os documentos disponíveis umas vezes se contradizerem, outras serem incompletos, outras ainda nem sempre poderem responder total ou satisfatoriamente às inquirições dos historiadores, pelo seu fraco poder de sustentabilidade. Com efeito, se a resposta ao problema da descoberta das ilhas ocidentais do Arquipélago de Cabo Verde – S. Nicolau, Santa Luzia, S. Vicente e Santo Antão – parece pacífica,[153] responder à questão em torno do problema do descobrimento das ilhas orientais não se nos afigura tão fácil, devido talvez à fragilidade ou vulnerabilidade dos documentos a ele respeitante. Sem muitas delongas, vejamos as hipóteses que mais têm sido debatidas.

---

[151] PERES, … – História …, p. 34-35.
[152] MARQUES, … – História …, p. 229.
[153] Cf. BARCELLOS, Christiano de Senna Barcellos – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed. Vol. I, Parte I. Cap. II. Apresentação, Notas e Comentários de Daniel A. Pereira. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 31.

Com efeito, a historiografia que até hoje se tem debruçado sobre o problema da descoberta das ilhas orientais de Cabo Verde andou sempre em divergência, o que não tem contribuído para a resolução do referido problema. À título de exemplo, se para o grupo das ilhas ocidentais tem havido consenso, um tipo de "consenso tácito",[154] a prioridade e a autoria dos descobrimentos das orientais nunca reuniram consenso, pelo contrário, sempre despertaram controvérsia entre os vários historiadores, nacionais e estrangeiros, que delas se têm ocupado. Nem tão pouco a interpretação das cartas geográficas dos séculos XIV e XV que as representam tem merecido consenso. Essa discordância advém de duas razões fundamentais: a primeira, pelo facto de aparecerem mais de um navegador a auto proclamar-se descobridor das referidas ilhas; a segunda, por serem apontadas várias datas nas quais as ditas ilhas foram descobertas. Por isso, muitos historiadores têm-se debruçado sobre o descobrimento das ilhas orientais de Cabo Verde, nomeadamente José Joaquim Lopes de Lima, Christiano José de Senna Barcellos, Jaime Cortesão, A. Fontoura da Costa, F. C. Wieder, Vitorino Magalhães Godinho, Armando Cortesão, Luís de Albuquerque, Richard Henry Major, entre outros, dedicando à sua problemática muitas hipóteses e largas análises, umas concordantes outras divergentes.

A polémica que se instalou em torno do problema mostra claramente, do nosso ponto de vista, que o assunto está longe de estar resolvido, primeiro, devido à falta de documentos suficientemente concludentes sobre a matéria e, segundo, às posições declaradamente parciais, apaixonadas e nacionalistas de certos historiadores que delas se têm ocupado. Nesta confusão toda, nunca se chegou a um consenso, mínimo que fosse, nem sobre o descobridor nem sobre a data do descobrimento dessas ilhas. Apesar de todas as divergências, o ponto de partida documental tem sido sempre o mesmo: as "Navegações", relato escrito de Alvise Cadamosto sobre às suas próprias viagens pela Costa ocidental africana, e "Do primeiro descobrimento da Guiné', escrito por Martim Brhaim, baseado no relato oral do navegador Diogo Gomes sobre as suas viagens pela mesma costa. Trata-se de dois navegadores henriquinos, ambos reivindicando a autoria da descoberta das ilhas orientais do Arquipélago de Cabo Verde. O problema reside no facto de esses dois navegadores darem versões diferentes desse descobrimento, com defensores e críticos para um e para outro lado, o que tem dificultado ou mesmo impossibilitado a resolução do problema. A resolução do problema fica mais difícil de se alcançar, com o acréscimo de mais uma tese, que postula a descoberta de uma das ilhas cabo-verdianas por Vicente Dias, em 1445.

---

[154] O itálico é nosso. Consenso tácito, porque a maioria dos historiadores consultados e citados neste trabalho, nomeadamente Senna Barcellos e Luís Albuquerque, aceitam sem discussão a autoria da descoberta das ilhas ocidentais, Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia e S. Nicolau, por Diogo Afonso entre 1461 e 1462 (BARCELLOS, Christiano de Senna Barcellos – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed. Vol. I, Parte I. Cap. II. Apresentação, Notas e Comentários de Daniel A. Pereira. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 31; ALBUQUEREQUE, … – O descobrimento … In ALBUQUERQUE, …; SANTOS, … – *História Geral …*, p. 38-39).

Outros historiadores, por outro lado, consideram a discussão em torno do problema um debate estritamente académico e, por isso, irrelevante que seja Cadamosto, Diogo Gomes, António de Noli ou Diogo Gomes o descobridor das ilhas de Cabo Verde.[155]

Não concordamos com esse ponto de vista, pois, para nós, abordar o problema dos descobrimentos das ilhas de Cabo Verde, no geral, e de cada ilha, em particular, obriga-nos a identificar os respectivos autores e datas prováveis, na medida em que, por trás dos descobridores e das datas dos descobrimentos, está toda uma ideologia nacional ou estrangeira, de acordo com a nacionalidade do referido descobridor. Com efeito, que pensavam e esperavam os promotores, mais particularmente o Infante D. Henrique, dos descobridores, nacionais ou estrangeiros? E que interesses, umas vezes declarados, outras encobertos, tinham os países de origem dos descobridores estrangeiros, como é o caso, por exemplo, a Itália em relação a Luís de Cadamosto e António de Noli? Como é que essas ideologias condicionaram os processos de povoamento das ilhas de Cabo Verde, como, por exemplo, a escolha de António de Noli, estrangeiro, e não Diogo Gomes, nacional, em relação ao povoamento da Ribeira Grande de Santiago? E porque foi doado o gado bravo da Boavista a Rodrigo Afonso e não a outro fidalgo da corte? São questões que, do nosso ponto de vista, requerem respostas urgentes, pois dessas respostas dependerá também uma melhor compreensão do sistema histórico dessas ilhas, tanto no que a documentação a ela referente tem de verosímil como de inverosímil, pois se mais não seja, a História do Arquipélago de cabo Verde, caso tenha sido encontrado desabitado, começa precisamente pelo descobrimento e pelo tipo de povoamento das suas ilhas pelos portugueses.

Por isso, a questão fundamental que nos obriga a dar atenção a essa problemática reside no facto de haver, do nosso ponto de vista, a necessidade de lhe dedicar uma reflexão séria, sem subjectivismo, para que possamos compreender melhor a ideologia subjacente ao processo de povoamento e, consequentemente, à exploração económica dessas ilhas. Esta compreensão é, por seu turno, importante para que possamos inferir os papéis que os grupos étnicos, europeus e africanos, que participaram no referido processo de povoamento desempenharam na formação da sociedade cabo-verdiana, no seu todo, e na de cada ilha, em particular. Nesta perspectiva, e tendo em conta que as sociedades das ilhas de Cabo Verde se formaram numa encruzilhada de encontros de povos, de usos e de costumes diferentes, a problemática dos descobrimentos das ilhas deverá ser tratada numa perspectiva sistémica, isto é, global, pela articulação, como acentua José Manuel Garcia, da "[…] informação histórica sobre os descobrimentos com a ideia de que tal processo contribuiu, numa perspectiva universalista, para o encontro de civilizações", na medida em que, "ao findar do século IV, as várias civilizações então existentes viviam isoladas e tinham um muito limitado ou nulo conhecimento recíproco"[156].

---

[155] Por exemplo, Daniel Pereira, in BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed. Vol. I, Partes I e II (Apresentação, Notas e Comentários de Daniel Pereira). Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, Nota nº 22, p. 480.
[156] GARCIA, … – Ao encontro …, p. 13.

Ora, vista por este prisma, a chamada "empresa dos descobrimentos" teve, de facto, um papel revolucionário no contexto da História da Humanidade, pois muito contribuiu para a modernidade, para o conhecimento científico do mundo e dos homens, pondo fim ao isolamento que persistia entre as civilizações dos vários continentes. E, para o que nos interessa, o ponto fulcral desse acontecimento, ao mesmo tempo histórico, científico e cultural, reside no facto de social, económica, antropológica e culturalmente as ilhas de Cabo Verde, incluindo a da Boavista, terem emergido da encruzilhada das civilizações desses continentes, graças precisamente à empresa dos descobrimentos portugueses. Por isso, torna-se importante, porque necessário, desconstruir determinados mitos criados em torno dos descobrimentos portugueses, nomeadamente sobre as ilhas de Cabo Verde. Nesta óptica, temos para nós que a postura de não abordar profundamente a problemática dos descobrimentos das ilhas de Cabo Verde, ao mesmo tempo, no seu todo e individualmente, tem prejudicado, por omissão, a maior clarificação do problema, ao menos pela verosimilhança, pois, como se sabe, a verdade histórica dificilmente se alcança.

Outrossim, é uma atitude que não se coaduna com o facto, por um lado, como dissemos atrás, de a historiografia dos descobrimentos estar longe de esclarecer essa problemática; por outro lado, de não terem sido ainda esgotados, como nos parece, todos os instrumentos metodológicos e tecnológicos, nomeadamente os ligados à Arqueologia, ao carbono 14 ou à Informática, hoje ao dispor da História. Por exemplo, se algum dia forem achados objectos arqueológicos nas costas a Lestes das ilhas orientais, quer em terra quer no mar, e com auxílio do Carbono 14 se forem datados de períodos anteriores à descoberta dos portugueses, então poder-se-á concluir com segurança, se havia ou não presença humana no momento em que os portugueses encontraram as ilhas pela primeira vez. Um facto, pelo menos, inspira-nos este cuidado: há notícia de que "[...] na ilha de S. Vicente (Salamansa), há cerca de 5/6 anos, foram descobertas pontas de silex, no que parece ter sido uma estação de concheiros. A informação de que dispomos indica-nos que, pela datação efectuada através de Carbono 14, esses instrumentos seriam de entre 1450 e 1500".[157] E dizem os documentos oficiais que a ilha de S. Vicente foi descoberta pelos portugueses entre 1461 e 1462,[158] o que indica que terá havido alguma presença humana nesta zona antes dos portugueses.

Esclareçamos, no entanto, que não temos a pretensão de resolver cabalmente o problema, pois a documentação disponível não no-lo permitiria. Encare-se por isso a nossa acção investigadora sobre a matéria tão simplesmente como uma achega ao esclarecimento do problema. Tentaremos, entretanto, analisar os pontos de vista que julgamos terem suscitado maiores polémicas sobre o assunto e, ao mesmo tempo, rebater o que julgamos inadmissível e formular a nossa própria opinião, o que, certamente, não esgotará

[157] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed. Vol. I, Partes I e II (Apresentação, Notas e Comentários de Daniel Pereira). Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, Nota nº 22, p. 484.

[158] Carta de doação de El-Rei D. Afonso V, de 29 de Outubro de 1462 (Ver L.º 1.º, fl. 61).

a possibilidade de novos estudos sobre o problema. Nesta óptica, pomo-nos a seguinte pergunta: quem realmente descobriu as ilhas orientais de Cabo Verde, incluindo a da Boavista? Para tentarmos responder a ela, temos de nos referir às hipóteses que mais têm suscitado divergências.

2.4.1. As hipóteses sobre a descoberta das ilhas orientais de Cabo Verde.

Como chamou a atenção A. Fontoura da Costa, "deve distinguir-se entre descobridor histórico e oficial". Fontoura da Costa, por exemplo, seguindo este raciocínio, considera Vicente Dias, natural de Lagos, e Diogo Gomes os "descobridores históricos" da ilha de Santiago e António de Noli o "descobridor oficial" das cinco ilhas mais orientais do Arquipélago de Cabo Verde.[159]

Para a discussão dessa problemática, a documentação de base que mais nos interessa são os diplomas oficiais sobre as doações e as cartas de privilégios aos moradores das ilhas, por trazerem o gérmen que iria desencadear a aceitação da teoria oficial sobre a autoria e a data dos descobrimentos das ilhas de Cabo Verde; e os relatos de viagem de Luís de Cadamosto e de Diogo Gomes, por serem os únicos documentos coevos não oficiais ou históricos sobre a descoberta do grupo das ilhas orientais, do qual faz parte a ilha da Boavista, objecto do nosso estudo. A bibliografia resultante da discussão sobre essa problemática não será posta de lado, mesmo a mais controversa.

2.4.1.1. A hipótese sobre a autoria de Vicente Dias

A "Crónica dos feitos da Guiné" é um dos pontos de partida importantes para compreensão da génese dos descobrimentos portugueses. Mas sobre a problemática do descobrimento das ilhas de Cabo Verde, tem-se suscitado alguma confusão de interpretação de algumas das suas passagens. Por exemplo, com base nessa crónica, alguns historiadores têm discutido a hipótese de Vicente Dias, na companhia de Lançarote na demanda da Guiné, por ordem do Infante D. Henrique, ter avistado uma das ilhas orientais de Cabo Verde, em 1445.[160] Vejamos as passagens da crónica de Zurara que terão suscitado, quanto a nós infundadamente, essa hipótese: "[…] e foi que, sendo com estes ambos Vicente Dias (aquele de quem já dissemos que o guinéu feriu na praia do Nilo), por acaso se separou da companhia dos outros. E porque era de noite, não pôde tornar à sua companha".[161] E, no capítulo seguinte acrescenta: "[…] e repousando assim aquela noite – estando no outro dia para ter seu conselho –, começou um a dizer como lhe parecia que via uma vela que vinha contra eles; e olhando todos para isso, viram que era caravela, a qual presumiram ser a de Vicente Dias [e] que pouco havia perdera sua conserva".[162]

---

[159] COSTA, A. Fontoura da – "Descobrimentos marítimos". Congresso do Mundo Português. Vol. III, TOMO 1º, I Secção. Lisboa : Comissão Executiva dos Centenários, 1840, p. 271.
[160] F. C. Wieder, Armando Cortesão, Vitorino Magalhães Godinho, Damião Peres, Luís de Albuquerque, entre outros.
[161] ZURARA, … – Crónica, p. 124.
[162] ZURARA, … – Crónica …, p. 126.

Ora, neste trecho não se vislumbra, do nosso ponto de vista, que Gomes Eanes de Zurara tenha identificado alguma ilha de Cabo Verde descoberta por Vicente Dias. Se esse navegante de facto descobriu uma das ilhas orientais do Arquipélago de Cabo Verde, que poderá ser Sal, Boavista, Maio ou Santiago, e entretanto, se Zurara omitiu tal facto, dificilmente o saberemos, pois por mais que interroguemos a sua crónica, dela não conseguiremos extrair qualquer informação a respeito da tal descoberta.

À hipótese de Vicente Dias ter descoberto a ilha de Santiago em 1445, defendida pelo historiador holandês F. C. Wieder e exposta por A. Fontoura da Costa,[163] Vitorino Magalhães Godinho, das análises que fez da fundamentação de F. C. Wieder, conclui que "[...] não há quaisquer provas de descobrimento das ilhas de Cabo Verde anteriormente a 1448, embora esse descobrimento não fosse impossível".[164] Por seu turno, analisando esta questão, Armando Cortesão, apoiando-se em Yole Oldham, também a rejeita. Neste sentido, escreve Armando Cortesão que "na sábia discussão que se seguiu à notável comunicação *A Pré Columbian Discovery of América* que em 1894 Yule Oldham fez à Royal Geographical Society mostrou-se que a *ixola otinticha* era muito provavelmenteuma representação da célebre Antilha (a meu ver a interpretação mais acertada), que aparece pela primeira vez na carta de Zuane Pizzigano de 1424".[165]

Da mesma forma, a hipótese da pretensa descoberta por Vicente Dias é também refutada por Luís de Albuquerque, ao concluir, com base no capítulo LXIV da "Crónica dos Feitos da Guiné", de Gomes Eanes de Zurara, e numa carta de Andrea Bianco de 1448, que "o arquipélago de Cabo Verde não terá sido encontrado pela primeira vez por Vicente Dias; este navegador não pôde por consequência, dar notícia da sua existência a Cadamosto; e o problema da *íxola otinticha* do cartógrafo Bianco permanecerá um enigma (como lhe chamou Damião Peres) até que um feliz mas improvável acaso nos ofereça a chave da sua resolução".[166]

Por seu turno, após ter analisado as hipóteses de F. C. Wieder respeitantes à representação da ilha de Santiago na carta de Andrea Bianco e à possível descoberta de Vicente Dias, Damião Peres conclui que "[…] os factos não poderiam ter-se passado como supõe o Prof. Wieder, senão à custa de incríveis contrasensos: conservar-se secreto para os Portugueses o descobrimento, quebrando-se contudo a sigilosa discrição em favor de Cadamosto, ou não ter havido, nas viagens à costa africana subsequentes a

---

[163] COSTA, A. Fontoura da – "Sôbre uma nova versão do descobrimento da Ilha de Santiago de Cabo Verde". Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1938, p. 3-5; COSTA, A. Fontoura – "Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes". Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1939, p. 269-271.

[164] GODINHO, Vitorino Magalhães (Organização e notas de) – "Documentos sobre a Expansão Portuguesa". Vol. III. Lisboa : Edições Cosmos, 1956, Nota nº 4, p. 276.

[165] CORTESÃO, ... – Descobrimento …, p. 234-235.

[166] ALBUQUEREQUE, Luis de – "O Descobrimento das Ilhas de Cabo Verde". In ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord. de) – *História Geral de Cabo Verde*, Vol. I. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988, p. 30.

1445, um navegador sequer que procurasse explorar melhor a incipiente descobrimento de Vicente Dias, sendo isso, aliás, causa fácil".[167]

Se Vicente Dias não descobriu qualquer ilha de Cabo Verde, fica desde já, refutada a opinião de F. C. Wieder de que a ilha de Santiago foi descoberta pelo navegador português em 1445, quando regressava da costa ocidental africana, e que teria contado este facto a Luís de Cadamosto, na viagem que fizeram conjuntamente em 1454, pelo que a ideia em Wieder, de que Cadamosto terá sido um impostor, não tem consistência.[168]

Do nosso ponto de vista, tendo partido do ponto de onde se afastou dos seus companheiros e considerando a posição e a proximidade das ilhas da Boavista e do Maio em relação à ilha de Santiago, como é possível Vicente Dias ter avistado só esta ilha e não aquelas? Ora, quem navega na direcção Nordeste-Sudoeste, ou de Este-Oeste, partindo-se do ponto onde se desgarrou Vicente Dias, terá no mínimo de avistar, antes da ilha de Santiago, as da Boavista e do Maio, assim como, se continuar a viagem numa dessas direcções, avistará provavelmente Santiago, antes de avistar as ilhas do Fogo e Brava. Entendemos portanto que a discussão da hipotética descoberta de uma das ilhas orientais de Cabo Verde por Vicente Dias, só nos afastará do cerne do problema e, consequentemente, sem qualquer resultado para o esclarecimento do problema da descoberta dessas ilhas.

2.4.1.2. A hipótese sobre a autoria de António de Noli

A tese oficial portuguesa dá como descobridor das ilhas orientais do Arquipélago de Cabo Verde o genovês António de Noli. Tese oficial por ser a tese dos diplomas da chancelaria real, que tem em António de Noli o descobridor exclusivo dessas ilhas.[169] Infelizmente, não encontrámos qualquer relato do próprio Noli sobre o assunto, o que é estranho, tendo em conta a grandeza do feito.[170] É na base dessa tese oficial que lhe é doada a capitania de Santiago, doação que, de acordo com a opinião de Jaime Cortesão, não seria feita se o Infante D. Henrique fosse vivo. Neste sentido escreve o historiador: "mas pomos em dúvida que o Infante Navegador, se fosse vivo, lha tivesse confiado. E entregar a colonização dum arquipélago, potencialmente tão importante na geopolítica dos descobrimentos, a um genovês, que não podia ter quebrado todos os laços com a madre Génova, foi um acto imprudente, quando considerado à luz das restrições que o monopólio impunha. Convinha pois o Infante D. Fernando justificar perante o rei com o título de *descobridor* as

[167] PERES, Damião (Notas históricas de) – "Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra". II Parte. Lisboa: Academia Portuguesa da História, MCMLXXXVIII, PARTE III, Nota V, p. 193; PERES, … – História …, p. 160.
[168] Citado por GODINHO, … – Documentos …, Nota nº 4, p. 273.
[169] Cf. Diploma de doação de 19 de Setembro de 1462 e a Carta régia de 8 de Abril de 1497, "[…] que faz doação da capitania da Ribeira Grande a quem casasse com D. Branca de Aguiar, filha do mice António genovês que, afirma o Rei, 'foi o primeiro que a dita ilha [Santiago] achou, e começou a povoar', segundo fora informado".
[170] Cf. BRÁSIO, Pe. António – "Descobrimento / Povoamento / Evangelização do arquipélago de Cabo Verde". Separata de STVDIA. Lisboa: № 10, 1962, p. 68.

funções de *povoador*; e é sabido que o bom e fraco D. Afonso V acedeu quase sempre às ambições, tantas vezes excessivas e lesivas dos interesses do estado, de seu irmão".[171]

Tal opinião põe de certa forma em causa a autoria de Noli como o verdadeiro descobridor ou descobridor histórico das ilhas orientais de Cabo Verde. Há, porém, pelo menos dois cronistas que atribuem, conjuntamente com Noli, a co-autoria do descobrimento dessas ilhas a outros navegadores. Num primeiro caso, temos Damião de Góis que, na sua "Chronica do Prinçipe Dom Ioam", relata que Vicente de Lagos viajava, na companhia de Luís de Cadamosto, pelo rio Gambia; ali encontraram António de Noli e, ambos juntos chegaram ao dito rio; dali regressaram ao Reino; no ano seguinte (1445), esses navegadores tornaram a fazer viagem, numa mesma nau, para a Costa Ocidental de África; descobriram no mesmo ano de 1445 as ilhas de Cabo Verde; esses dois gentis homens chegaram às ilhas de Cabo Verde 16 dias após terem partido do Reino e, à primeira que viram, deram o nome de Boavista, à outra Santiago e S. Filipe, por nela terem chegado no dia 1º de Maio e a terceira a que foram puseram o nome de Maio, por lembrança do mês em que a descobriram.[172]

A propósito desta crónica, a Academia Real das Ciência, em 1812, assinala que o cronista era estudioso e, tendo viajado para muitas partes da Europa, teve conhecimentos da obra de Luís de Cadamosto.[173] É por isso estranho que o cronista, tendo conhecimento das Relações (I e II) de Cadamosto, não tenha feito qualquer referência aos relatos do navegador a respeito da descoberta dessas ilhas, incluindo a da Boavista!... Tendo escrito a crónica em honra ao Príncipe D. João, que reinou como D. João II de 1481 a 1495, e indicado a descoberta e a denominação das ilhas na mesma ordem descrita por Cadamosto, somos levados a concluir que a referida crónica terá uma forte carga panegírica, falseando ou omitindo assim factos históricos importantes em torno da descoberta das referidas ilhas, em desabono ao Cadamosto.

---

[171] Citado por CORTESÃO, … – Descobrimento …, Roda-Pé nº 30, p. 245.

[172] Na sua crónica, Damião de Góis escreve, a dado passo, que "Vicente de lagos, com quẽ iha Luis de cadamoſto, nauegando polo rio de Gambre, ſe encontrou com hum gentil homem Genoes per nome Antonieto de lolle, que cõ liçẽça do Infante iha tambem a deſcobrir, & ambos juntos chegaram aho dito rio, & dali ſem mais paſſarem a diante ſe vieram pêra ho Regno, hos quaes cõ licẽnça do Infante tornaram a fazer viagem no anno ſeguinte de M. ccccxlv [1445], em hũa não, que lhes mandou armar em Lagos, & deſta vez deſcobriram eſtes gentis homẽs hás ilhas do Cabo Verde, no meſmo anno de mil, & quatro centos, & quarenta & çinquo [1445], & não de mil cccclxj [1461], quomo tambem algũs erradamente cuidam, por no ãno de M. cccclx [1460], depois do faleçimẽnto do Infante dom Anrique, fez elRei dom Afonſo quinto doaçam dellas, & das Terçeiras aho Infante dom Fernando ſeu irmão, as quaes ilhas de Cabo verde eſtes dous gentis homẽs chegaram do dia que partiram do Regno a xvj. dias, & à primeira que virão poſeram nome Boauiſta, & à outra Sanctiago, & ſam Phelippe, por chegarem a ella ho primeiro dia de Maio, em q [uem] cae a ſeſta deſtes ſanctos, & a terçeira a que forã poſerão nome de Maio por lembrança do mes, & dia em q [uem] has deſcobriram". GOES, Damiam – "Chronica do Prinçipe Dom Ioam". Coimbra: Imprensa da Universidade, M. dccccv, p. 21-22.

[173] "Collecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos Domínios Portuguezes, ou lhes são visinhas". TOMO II, №s I e II. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1812, p. X.

Quanto a nós, o texto de Góis não é suficientemente claro, por outro lado, quanto à dupla sugerida nas expressões "ambos juntos" e "eſtes dous gentis homẽs", que descobriu as ilhas orientais do Arquipélago de Cabo Verde: Vicente de Lagos e Luís de Cadamosto? Ou Vicente de Lagos e António de Noli? Ou António de Noli e Luís de Cadamosto? Podemos entretanto entender que o cronista terá preferido Vicente de Lagos e António de Noli como descobridores dessas ilhas, no 1º de Maio de 1445, quando viajavam pela segunda vez e numa mesma nau à Costa ocidental africana.[174] Na sua opção, deixa antever a subtileza em aceitar a autoria da descoberta dessas ilhas por António de Noli, genovês, colocando, ao mesmo tempo, como co-autor o português Vicente de Lagos, pois nenhum estrangeiro podia navegar para as partes da Guiné sem que fosse acompanho por um nacional.

João de Barros, por seu turno, refere-se a António de Noli como o descobridor das ilhas do Maio, de Santiago e de S. Filipe (ilha do Fogo) mas não da Boavista.[175]

Em relação à crónica de Damião de Góis, o de João de Barros é um pouco omissa, quando restringe o descobridor a António de Noli e deixa a ilha da Boavista de fora, incluindo entretanto a ilha de S. Filipe que, na data em que escreve, já tinha sido descoberta mas não na data em que Noli terá descoberto as ilhas da Boavista, Maio e Santiago. Supomos assim que Barros terá seguido Góis, mas cometendo alguma omissão.

Por outro lado, tem se lhe observado que não é preciso em relação à data da descoberta a que se refere (1460), quando escreve que "neſte meſmo tempo achamos tambem que ſe deſcobrirao as ilhas a que ora chamamos do cabo Verde […]". Com efeito, nas suas expressões, como por exemplo, "neſte meſmo tempo achamos tambem que ſe deſcobrirao as ilhas […]", apreendemos que Barros não é preciso em termos de data, crítica, aliás, que lhe é feita por Vitorino Magalhães Godinho.[176]

Somos forçados a concluir, portanto, que se a António de Noli coube a autoria oficial das ilhas orientais de Cabo Verde, resta averiguar a autoria real ou a busca do descobridor histórico desse grupo de ilhas. Portanto, resta analisar outras hipóteses, como a amplamente consagrada ao navegador veneziano Luís

---

[174] A data apontada foi corrigida por *Tiraboschi* e *Ramusio*, citados por Joaquim José Lopes de Lima, como mais adiante vermos. Posteriormente, Vitorino Magalhães Godinho, por sua vez, "afasta resolutamente Góis como fonte para um descobrimento em 1445, por manifesto erro do cronista (GODINHO, … – Documentos …, Nota nº 4, p. 274).

[175] A dado passo da sua crónica escreve João de Barros "neſte meſmo tempo achamos tambem que ſe deſcobrirao as ilhas a que ora chamamos do cabo Verde, por hum Antonio de Nólles, Genoues de naçaõ, & homem, nobre: que per algũs deſgoſtos da patria veo a eſte Reyno com duas naos & hum barinel, em companhia do qual vinha hum Bartolomau de Nólle ſeu irmaõ & Raphael de Nólle ſeu ſobrinho. Aos quaes o Infante deu licença q foſſem deſcobrir, & do dia que partiraõ da cidade de Lisboa a dezaſseis dias foraõ ter á ilha de Mayo: á qual poſeraõ eſte nome, porque a viraõ em tal dia. E no ſeguinte, q era de Santiago & S. Philippe, deſcobriraõ duas, que tem ora o nome deſtes Sanctos". BARROS, João – "DÉCADA PRIMEIRA DA ÁSIA DE JOÃO BARROS DOS FEITOS, QUE OS PORTUGUEZES FIZERAM, No deſcobrimento, e conquiſta dos mares, e terra DOORIENTE", – LISBOA: Na Officina de PEDRO FERREIRA, Impreſſor da Auguſtiſſima Rainha Noſſa Senhora, Anno do Senhor M.DCCLII, fol. 32-32v.

[176] GODINHO, … – Documentos …, Nota nº 1, p. 291-292.

de Cadamoso. Por ter sido a mais controversa, a ela dedicamos uma atenção mais aprofundada.

2.4.1.3. A hipótese sobre a autoria de Luís de Cadamosto

Da narrativa do próprio navegador, fica-se a saber que se trata de um jovem de 22 anos de idade, quando sai da cidade de Veneza em 1454; ao serviço do Infante D. Henrique e com a incumbência de "saber partes" na costa ocidental de África, deixa o Cabo S. Vicente, numa caravela, da qual é patrão Vicente Dias, natural de Lagos, no dia 22 de Março de 1455; chega ao lugar de Budomel, na costa ocidental africana, e ali, encontra-se com duas caravelas, sendo uma de Antonieto Uso de Mar, genovês; em conserva e companhia, as três caravelas seguem para o Cabo Verde; viajam até ao "país de Gambra" e dali regressam ao Reino, ainda em 1455; no "ano seguinte", portanto em 1456, partem novamente de Lagos Cadamosto e Antonieto Uso de Mar, cada um na sua caravela, em viajem para a costa ocidental de África.

Mas o que nos interessa da narração de Luís de Cadamosto é a parte na qual relata a descoberta das quatro ilhas orientais do Arquipélago de Cabo Verde, ou seja, Sal, Boavista, Maio e Santiago, na sua segunda viagem à Costa ocidental africana. Dessa provável descoberta, narra o navegador: "pelo que, no ano seguinte, o sobredito genovês e eu, de comum acordo, armámos, mais uma vez, duas caravelas, a fim de percorrer mais uma vez este grande rio. Tendo ouvido dizer o já nomeado senhor Infante […], que tínhamos tomado esta deliberação, muito lhe aprove; e armou uma caravela sua para que viesse em nossa companhia. Aprestada [esta] de todas as coisas necessárias, partimos de um lugar chamado Lagos, que fica junto ao Cabo de S. Vicente, no princípio do mês de Março, com vento próspero; e tomámos a volta de Canária, pelo que, em poucos dias houvemos vista de ela, Canária; [e] ajudando-nos o tempo, não tratámos de tocar nas ilhas; antes navegando sempre para o sul no seguimento da nossa viagem, [e] com a corrente das águas que muito puxavam para sudoeste, corremos muito. Por fim, chegámos ao cabo Branco; e havendo vista de esse cabo, fizémo-nos um pouco ao mar: e na noite seguinte houve um temporal de sudoeste, com vento violento; pelo que, para não tornar para trás, fizémo-nos na volta do oes-noroeste, salvo o erro, a fim de aparar e costear o tempo, duas noites com três dias. No terceiro dia houvemos vista de terra. Gritando todos terra, terra, muito nos admirámos, porque não sabíamos que naquela parte houvesse qualquer terra […]".[177]

Relata ainda Cadamosto que mandou dois homens subir ao mastro, que descobriram mais "duas grandes ilhas".[178] Aportando a uma delas, mandou marinheiros à terra que a encontraram desabitada, "[…] a não ser por enorme quantidade de pombos, os quais se deixavam apanhar à mão, não sabendo que coisa fosse o homem; deles nos trouxeram às caravelas muitos, que com paus e cacetes haviam apanhado. E, do alto, houveram vista de três outras grandes ilhas, das quais não havíamos vista, pois que uma nos ficava a sotavento, pela

[177] PERES, … – Viagens …, p. 157.
[178] PERES, … – Viagens …, p. 157.

parte do norte, e as outras duas estavam encarreiradas uma com a outra, na direcção do sul, sobre nosso caminho, e cada qual à vista uma da outra".[179]

E mais à frente acrescenta: "Também lhes pareceu ver, para a parte do poente, muito ao mar, outras ilhas; mas não se distinguiam bem por causa da muita distância".[180] De acordo ainda com o relato do próprio Cadamosto, partiram da primeira ilha que aportaram e, correndo ao longo da costa de uma das duas ao Sul, fundearam na desembocadura de um rio, que pelas descrições de Cadamosto se trata da Ribeira Grande de Santiago.[181] À primeira ilha que aportou deu o nome de "Boa Vista, por ter sido a primeira vista de terra naquelas partes", e à outra, que lhe pareceu maior, deu o nome de "Santiago", porque as aportou no dia de S. Filipe e S. Tiago.[182]

Para nós o documento de Luís de Cadamosto é importante para o tratamento do problema do descobrimento das ilhas orientais de Cabo Verde, nomeadamente da ilha da Boavista. Cadamosto era um jovem veneziano mais preocupado em enriquecer-se do que granjear fama, pois, vivera graves privações económicas quando criança, após o pai ter sido condenado por fraude contra o Estado e exilado. Antes de chegar a Portugal, já tinha realizado várias viagens pelo Mediterrâneo e Atlântico Norte, dedicando-se ao comércio.[183] Sobre esta facete de Cadamosto, no Dicionário da História dos Descobrimentos Portugueses ressalta-se que "para um homem como Alvise, a profissão de mercador une-se estreitamente às suas exigências e aspirações. Para Da Mosto, viajar significa conhecer e 'experimentar mais coisas', mas também comerciar".[184] Nestas circunstâncias, é portanto absolutamente normal, como se nota no referido dicionário, que Cadamosto tenha dedicado pouco espaço às ilhas de Cabo Verde na sua "Navegação II", por serem apenas um ponto de passagem não muito importante para o veneziano, mais interessado na Costa da Guiné, onde os lucros com o comércio eram os seus objectivos prioritários.[185] Da importância das suas relações de viagens, é ainda opinião expressa no referido dicionário: "as *Navigazioni* de Alvise da Mosto, pela riqueza dos dados geográficos fornecidos, pela descrição das costas, da fauna, da flora e dos povos africanos, constituem um documento de grande importância na tradição da literatura de viagens".[186] E acrescenta-se de seguida: "a 'Navegação I' refere-se à expedição em África, começada em Março de 1455, atingindo a voz do rio Gâmbia. Esta parte é a mais rica, no que diz respeito ao material informativo,

---

[179] PERES, … – Viagens …, p. 158.
[180] PERES, … – Viagens …, p. 159.
[181] PERES, … – Viagens …, p. 159.
[182] PERES, … – Viagens …, p. 160. Note-se que Armando Cortesão supõe que Cadamosto chamou *Isola di Buona Vista* "talvez por que do topo duma sua montanha puderam avistar pelo menos três outras ilhas, à maior das quais chamaram Isola di San Jacobo – nome que Cadamosto naturalmente escreveu em italiano" (CORTESÃO, … – Descobrimento …, p. 239). Observe-se que, na sua *Navigazioni*, como vimos, Cadamosto, apresenta outro motivo, e repetimo-lo: "por ter sido a primeira vista de terra naquelas partes".
[183] SERRÃO, … – Dicionário …, p. 425.
[184] ALBUQUERQUE, Luís de (Direcção de) – "Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses". Vol I. Lisboa: Caminho, 1994, p. 157.
[185] ALBUQUERQUE, … – Dicionário …, p. 156.
[186] ALBUQUERQUE, … – Dicionário …, p.156.

pois nela ressalta a grande capacidade de Alvise em atender a objectivos económicos e a sua curiosidade descritiva, tornando o texto rico de anotações interessantes. A 'Navegação II' refere-se à viagem que Alvise, em companhia de Antoniotto Usodimare, nobre genovês encontrado no Senegal, realiza no ano seguinte. Durante esta viagem descobrem-se, por ventura, as ilhas de Cabo Verde, das quais Alvise, com Diogo Gomes e António da Noli, é um dos pretensos descobridores".[187]

Nas suas pretensões, Luís de Cadamosto é entretanto contestado e tido como vaidoso e impostor, por uns, e aceiteo por outros. Para nós, todavia, a própria veemência das refutações de Cadamosto como descobridor das ilhas orientais do Arquipélago de Cabo Verde constitui um testemunho da força das suas afirmações. Note-se que, até aos meados do século XIX, Luís de Cadamosto era tido como o descobridor mais provável das ilhas orientais de Cabo Verde.[188] Porém, com a publicação da obra de José Joaquim Lopes de Lima, em 1844,[189] as opiniões começaram a divergir e até hoje não se chegou a um consenso, nem quanto à autoria nem quanto à data da descoberta dessas ilhas. Vejamos os contra, começando pelo testemunho de Lopes de Lima.

José Joaquim Lopes de Lima, com efeito, contesta a veracidade da autoria dos descobrimentos das ilhas do Sal, Boavista, Maio e Santiago por Luís de Cadamosto, apresentando os seguintes argumentos:[190] 1º) Que as viagens de Luís de Cadamosto à Costa ocidental africana não se realizaram, respectivamente, em 1445 e 1446; 2º) Que Cadamosto não foi à descoberta de Cabo Verde na companhia de António de Noli; 3º) Acha improvável, se as ilhas tivessem sido descobertas em 1456, que o Infante D. Henrique não as mandasse povoar antes da sua morte, em 1460; 4º) Considera o 1º capítulo da segunda navegação de Cadamosto cheio de erros, de contradições e de incoerências, o que o leva a concluir que o navegador nunca esteve em nenhuma das ilhas de Cabo Verde; 5º) Cadamosto não podia ter descoberto essas ilhas no dia 1º de Maio, se partiu nesse mesmo dia de Lagos, Portugal; 6º) A caravela de Cadamosto, achando-se no mar de Cabo Branco, a quatro graus e meio ao Norte da ilha da Boavista e tendo sido assaltado por um violentíssimo temporal de sudoeste que o fez correr a oesnoroeste, de nenhum modo poderia ter avistado em três dias a referida ilha, pois ela lhe demorava 100 léguas ao sudoeste, exactamente donde soprava o vento; 7º) Não é possível avistar de qualquer ponto alto da ilha da Boavista, a ilha de Santiago, e mesmo da ilha do

[187] ALBUQUERQUE, … – Dicionário …, p.156.

[188] Ver PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme (redigido por) – "Diccionario Histórico Chorographico, Heráldico, Biographico, Bibliographico, Numismático e Artistico". Vol. II. Lisboa: João Ramos Torres-Editores, 1904, p. 563.

[189] Cf. LIMA, José Joaquim Lopes de – Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844.

[190] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE II. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 3-7.

Maio, mais próxima da Boavista, "apenas se divisa a sombra em tempo mui claro". E da ilha de S. Nicolau, no poente e considerada "quasi tão longe como S. Thiago" em relação à da Boavista, não poderia ser avistada pelos "exploradores da Boavista"; 8º) Termina Joaquim José Lopes de Lima o rol dos seus argumentos, e com muita ironia, afirmando categoricamente que, não existindo qualquer rio nas ilhas de Cabo Verde mas sim riachos, onde é impossível "nadar" mesmo uma pequena canoa, nenhum "Navio de setenta e cinco toneladas" poderia ter "entrado" no "Rio grande, e largo d'agoa doce" aludido por Cadamosto". Da mesma forma, nega qualquer possibilidade a Cadamosto de ele ter achado "deliciosas lagoas de sal branquíssimo e bello" no hipotético "rio", pois, na realidade, segundo o articulista, não existe sal em Santiago.

Os argumentos de José Joaquim Lopes de Lima contra a provável autoria de Luís de Cadamosto como descobridor das ilhas orientais do Arquipélago de Cabo Verde têm sido retomados, por vários historiadores, maior parte das vezes para os apoiar, sendo um dos mais vigorosos Christiano José de Senna Barcellos que, do nosso ponto de vista, se limita a repetir os argumentos de Lopes de Lima.[191]

Pensamos, com efeito, que Joaquim José Lopes de Lima e seus seguidores acabam mais por tentar enxovalhar injustamente Luís de Cadamosto, do que por apresentar argumentos documentados e irrefutáveis contra as pretensões do navegador veneziano. Ora, insistir por exemplo, nos lapsos identificáveis no texto de Cadamosto para negar a sua autoria dos descobrimentos das ilhas orientais, incluindo a da Boavista, é quanto a nós um erro, pois raras são as relações de viagens, mesmo as coevas, que sejam isentas de erros, de contradições e de incoerências. Aliás, este é o óbice das tentativas de explicação da maioria das hipóteses e opiniões em torno do problema dos descobrimentos portugueses.

Tentaremos, de seguida, desmontar ponto por ponto os argumentos de Lopes de Lima, por nos parecerem sem base de sustentação. Vejamos.

1º) Sobre a data, de acordo com Lopes de Lima, que não condiz com a indicada na narrativa de Luís de Cadamosto, editada pela Academia Portuguesa da História, eis os nossos comentários: como relata o próprio Cadamosto, para a sua primeira viagem ele partiu de Lagos no dia 22 de Março de 1455,[192] e para a segunda, no princípio de Março de 1456.[193] Note-se que a edição da Academia Real das Sciencias aceita, por influência de Damião de Góis, as datas de 1445 e

[191] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed. Vol. I, Partes I e II (Apresentação, Notas e Comentários de Daniel Pereira). Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 21-42.

[192] PERES, … – VIAGENS DE LUÍS DE CADAMOSTO E DE PEDRO DE SINTRA". Lisboa: Academia Portuguesa da História, MCMLXXXVIII. II PARTE, p. 90.

[193] PERES, Damião (Notas Históricas de) – "VIAGENS DE LUÍS DE CADAMOSTO E DE PEDRO DE SINTRA". Lisboa: Academia Portuguesa da História, MCMLXXXVIII. II PARTE, p. 157.

1446.[194] Observe-se que as datas indicadas por Góis são porém, corrigidas pelo próprio Joaquim José Lopes de Lima, que cita *Tiraboschi* e *Ramusio*, para 1455 e 1456, respeitantes às duas viagens de Cadamosto para a costa ocidental de África.[195] Neste ponto, quem é contraditório? Portanto, do nosso ponto de vista, o argumento das datas é de rejeitar. 2º) Vimos atrás que Cadamosto narra que em 1456 partem novamente de Lagos, ele e um tal Antonioto Uso de Mar, genovês, cada um na sua caravela, em viajem para a costa ocidental de África. Narra também que por altura do Cabo Branco, por causa de uma tempestade, se afastou da caravela de Uso de Mar e que foi durante este acidente que descobriu as ilhas orientais do arquipélago de Cabo Verde. Em momento algum, portanto, diz Cadamosto que avistou essas ilhas na companhia de Antonieto Uso de Mar, confundido com António de Noli, por sugestão de Amat di S. Filippo e defendido por Oliveira Boléo, aliás, confusão desfeita por aquele, há muitos anos.[196] Por outro lado, Th. Monod, R. Mauny e G. Duval identificam dois nomes diferentes, Antonieto Uso de Mar e António de Noli, embora ambos usassem o mesmo prenome, "António", fossem genoveses, navegassem para a Guiné e estivessem envolvidos na descoberta das ilhas de Cabo Verde.[197] Fica assim demonstrado que, neste ponto, Lopes de Lima tem razão, enquanto não a terá quando imputa a Cadamosto a afirmação de que viajara emparceirado com António de Noli. 3º) Quanto a este ponto, somos a entender que não chega a ser um argumento válido, na medida em que os quatro anos que medeiam entre 1456 (provavelmente Março) a Dezembro de 1460 são irrisórios, se interpostos: primeiro, ao capital tempo que era necessário para o conhecimento e exploração da costa ocidental africana; segundo, às preocupações do Infante D. Henrique e das classes de mercadores e de comerciantes, que tinham fortes interesses nas razias de escravos e no comércio de ouro e especiarias africanas, nomeadamente a malagueta. Acresce, por um lado, que só eram descobertas as quatro ilhas orientais e, por outro, nessa altura elas não eram atractivas, nem como lugar de captura de escravos, pois eram desabitadas, nem como produtor de ouro e de especiarias que não possuía. Neste aspecto, quer o Infante D. Henrique quer os navegadores, quer sobretudo os mercadores, estavam mais empenhados no tráfico de escravos, ouro e malagueta através de Arguim e das regiões do Senegal. Por outro lado, diz Vitorino Magalhães Godinho que "não está provado que D. Henrique vivesse obcecado pelo sonho de descobrir e colonizar; antes, pelo contrário, [...], a sua acção é intermitente e frouxa, por exemplo no povoamento dos Açores".[198] Neste sentido, Orlando Ribeiro é mais explícito, quando dá o exemplo da Madeira, ocupada provavelmente em 1419 mas que começa a se organizar cerca de 1425 e recebe a sua primeira carta de

[194] "Collecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos Domínios Portuguezes, ou lhes são visinhas". TOMO II, №s I e II. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1812, p. XIII-XIV.
[195] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 3.
[196] Citados por PERES, … – VIAGENS ..., III PARTE, NOTA V, p. 193-194.
[197] MONOD, Th.; MAUNY, R.; DUVAL, G. (Organização e notas de) – "De la première découverte da la Guinée". Bissau : Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1959, Nota № 81, p. 67-70.
[198] GODINHO, … – Documentos …, Notas, p. 286.

capitania apenas em 1450; no caso dos Açores, embora o grupo ocidental e central das suas ilhas estivessem reconhecidas desde 1439, a organização da capitania, para que foram tomadas como modelo as cartas da Madeira, só foi uniformizada em 1474, embora em diplomas anteriores se façam doações de várias ilhas a diferentes personagens.[199] 4º) De uma maneira geral, erros, contradições e incoerências constituem um denominador comum à maioria dos relatos de viagens da época dos descobrimentos, o que não justifica, entretanto, anular ou preterir este ou aquele relato, pois todos nos fornecem informações preciosas e o cruzamento das informações que cada um fornece é de extrema importância para a compreensão da história da referida época. As próprias informações de Lopes de Lima, contidas no seu "Ensaios" em apreço, ora não são isentas ora pecam pela fantasia ora ainda por um certo espírito racista, como se depreenderá da nota de roda-pé.[200] Nem por isso, o texto de Lopes de Lima, do nosso ponto de vista, deixa de ser uma obra de consulta obrigatória para quem se ocupa da história das ilhas de Cabo Verde, não só pelas informações que contém mas também pelo respeito que merece de todos quantos a queiram ou simplesmente desejem consultar. 5º) Claro que Cadamosto não poderia ter descoberto essas ilhas no dia 1º de Maio, se tivesse partido nesse mesmo dia de Portugal. Com efeito, como vimos atrás, o navegador, na sua segunda viagem, partiu "de um lugar chamado Lagos, que fica junto ao Cabo de S. Vicente, no princípio do mês de Março, com vento próspero", o que foi oo ano de 1456, portanto, entre 38 a 39 dias antes de ter avistado uma das ilhas orientais do Arquipélago de Cabo Verde, e não no dia 1º de Maio do mesmo ano.[201] 6º) Este argumento de Lopes de Lima é também discutível, pois a afirmação de Cadamosto de que "pelo que, para não tornar atrás, fizémo-nos na volta de oes-noroeste" é seguida da expressão "salvo erro",[202] o que impede uma interpretação taxativa ou absoluta. Por outro lado, o navegador veneziano utilizou a "caravela", substituta da barca e do varinel, que era um tipo de navio que, por volta de 1441, "[…] aproveitava melhor o vento, permitindo navegar com o de través, até mesmo quando sensivelmente de proa; com tais características, este navio tornou possível novos grandes avanços, para o sul, assegurando maior facilidade às viagens de retorno, visto que o seu

---

[199] RIBEIRO, Orlando – "Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa". *Estudos das Ciências Sociais e Políticas*, № 59. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962, Roda-Pé № 4, p. 134.

[200] Enquanto "Capitão de Fragata da Real Armada", José Joaquim Lopes de Lima teve a oportunidade de percorrer quase todas as Possessões do Ultramar português. A obra em análise foi-lhe encomendada, como ele mesmo afirma já no título: "Escriptos de ordem do Governo de Sua Magestade Fidelíssima a Senhora D. Maria II". Infelizmente, era daqueles que, ainda em meados do século XIX, não escondiam o seu espírito racista e se referiam ao Outro como "povos çafaros, ou semi-civilizados", como dizia o próprio Lopes de Lima. Lopes de Lima exclui, como fonte da sua obra, os relatos dos escritores estrangeiros, pelo contrário, se atem apenas aos nacionais que escreveram sobre as colónias, ignorando veemente "essas viagens românticas de Estrangeiros improvisados, que menos curam de *vêr bem*, e relatar a verdade do que viram, do que de excitar o interesse da *gente d'espirito* pelo lado do ridículo exaggerado, ou do maravilhos".

[201] PERES, … – VIAGENS …, p. 157.

[202] PERES, … – VIAGENS …, II PARTE, p. 157.

uso permitiu evitar o moroso e difícil bordejar das torna-viagens, originando a prática do regresso por meio da depois chamada *volta da Guiné*, rota traçada em afastamento pelo mar largo, a contornar o Nordeste, o alísio do Atlântico setentrional que sopra das Canárias para sul, e que gradualmente inflectida para norte, ia atingir as vizinhanças das águas açorianas, donde era fácil velejar para Portugal com auxílio dos ventos gerais de Oeste, dominantes em tais paragens".[203]

Ora, pelas viagens que já tinha feito, não se tratava de um navegador inexperiente nas lides com o mar: Cadamosto, em 1456, ou seja quinze anos de utilização da caravela como o navio de excelência das descobertas portuguesas, conhecia, certamente, essas novas técnicas de navegação pelo Atlântico. Assim, não seria difícil para ele bolinar a sua caravela nos ventos fortes e contrários que teve de enfrentar entre o largo do cabo Branco e a ilha que viria a denominar "Boa Vista", tal qual os pequenos veleiros de Cabo Verde, já na década de 40 de 1900, bolinavam no sentido Sul-Norte, com vento soprando do Norte, quando velejavam, por exemplo, de Santiago para Boavista ou Sal, ou então, das ilhas Brava e Fogo para Sal ou S. Nicolau.[204] Por isso, do nosso ponto de vista, a afirmação de Cadamosto não é de modo algum descabida, pelo que deve ser tomada como um sério testemunho da possibilidade de a caravela de Cadamosto ter atingido a ilha da Boavista, mesmo contra o temporal que a assolou. 7º) Da nossa vivência de mais de vinte anos e das observações directas da ilha da Boavista, refutamos essa afirmação, pois já avistámos muitas vezes e com muita nitidez no período compreendido entre os meses de Março e Julho, a fileira das ilhas de Maio, Santiago e Fogo. E as nossas observações têm sido feitas em pontos não muito altos, ou seja, a menos de 50 metros de altitude a partir do nível do mar, como é o caso do planalto da Malha Branca, longitudinal à praia e ao porto do "Curralinho", situado ao sul da ilha da Boavista. Subimos também várias vezes à "Rocha de Estância", a uns 9 km para o Noroeste do referido porto, com mais de 300 m de altitude a partir do nível do mar, e avistámos, sempre em tempo claro, as ilhas do Fogo, a Sudoeste, do Sal, a Norte, e embora com certa dificuldade, a de S. Nicolau, a Oeste.[205] 8º) Este é um ponto que, se não quisermos nos dar ao esforço da abstracção, poderá trazer alguma dúvida. Com efeito, trata-se a rigor da ciência geográfica, de uma

[203] PERES, … – História …, p. 53-54.

[204] De acordo com o relato de uma viagem de Santiago à Boavista, no veleiro "Maria Teresa", capitaneado por Martiniano Rogério Brito (Mano Nénézinho), na sua agenda de 1958 de testemunhos de vários marinheiros e de capitães (mestres de navios) das ilhas.

[205] Sobre este ponto, Barcellos observa: "é o único ponto exacto da narrativa, e admira que Lopes de Lima ignorasse isso, tanto mais que nas proximidades d'essa ilha [Boavista], em dias claros, se avistam todas as do archippelago, quanto mais S. Thiago, que está d'ella a pequena distancia". BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed. Vol. I, Partes I e II (Apresentação, Notas e Comentários de Daniel Pereira). Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 27. Notemos o exagero do próprio Barcellos, ao afirmar que "nas proximidades d'essa ilha, em dias claros, se avistam todas as do archippelago", o que na realidade não é verdade, pois em nenhuma circunstância são avistáveis da Baovista as ilhas de Santa Luzia, S. Vicente e Santo Antão, no Barlavento, e a ilha Brava, no Sotavento. Mas, entendemos que não se trata de um erro: trata-se, sim, de uma força da expressão do autor.

ribeira e não de um rio. Mas a Ribeira Grande é uma ribeira que, ainda hoje, quando chove, é das mais caudalosas do arquipélago, chegando, no passado, a inundar a própria Cidade, então do mesmo nome, na sua parte mais baixa e com graves estragos, como a inundações de 18 de Outubro de 1763, que levou para o mar casas inteiras e matou 9 pessoas.[206] Depreende-se, portanto, que a ilha de Santiago, da qual pertence a referida ribeira, chovia muito. E quando as chuvas eram abundantes, "vêem-se pequenas ribeiras nas ilhas mais montanhosas e de maior área, ribeiras que se transformam em verdadeiros e caudalosos rios na época das chuvas".[207]

Por outro lado, Cadamosto, ao dizer que "descobrimos a boca de um rio que saia desta ilha", é seguido, entre 1534 e 1541, pelo Piloto Anónimo, quando ao identificar a Ribeira Grande como um bom porto, faz a seguinte afirmação: "[…] porque está situada entre dois montes altos, e passa-lhe pelo meio um rio caudaloso de água doce, que nasce à distância de duas léguas".[208] Ora, para esses homens do mar, o termo "rio" não terá sido empregue com o mesmo sentido de "ribeira"? Que dizer da "Ribeira do Douro" ou "da zona ribeirinha do Tejo", expressões muito utilizadas em Portugal, ainda hoje? Mais, quando Cadamosto refere o rio caudaloso que podia ser navegado por um navio de 75 toneladas, não será uma força de expressão, num sentido figurado, tal como a utilizada pelo Piloto Anónimo? Ou a de Senna Barcellos, atrás referido, ao afirmar que "tanto mais que nas proximidades d'essa ilha [Boavista], em dias claros, se avistam todas as do archippelago", o que na realidade, em relação a certas ilhas, não é verdade? Da mesma forma, não entendemos que Valentim Fernandes quisesse dizer realmente que as cabras da ilha do Sal bebiam água do mar tal qual ela é, pois, pretenderá dizer com a afirmação de que "esta ylha nã tem agoa nenhũa e as cabras que aqui andã bebem dagoa do mar" que a água que essas cabras bebiam nessa ilha era de pouca quantidade e salobra.[209]

Parece que exageros do tipo eram frequentes nos séculos XV e XVI!... Compete portanto ao historiador das ilhas de Cabo Verde relativizar esses exageros. Nesta óptica, compreendemos as afirmações de Cadamosto de que

---

[206] Anónimo. "Noticia Corográfica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde desde o seu princípio até o estado presente, com um catálogo dos Exmos. Bispos, Governadores e Ouvidores, e os sucessos mais memoráveis e verídicos, tirados de livros e papéis antigos. E assim mais algumas insinuações dos meios mais conducentes para o restabelecimento dele, por se achar na última decadência. Composta pela infatigável diligência de um amante da Pátria e Leal Vassalo de Sua Magestade fidelíssima – 1784" (Apresentação, notas e comentários por CARREIRA, António). Lisboa: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1985, p. 20; Cf. tb. BARROS, Simão – "Origens da colónia de Cabo Verde". Cadernos Coloniais № 56. Lisboa: Edições COSMOS, 1939, p. 22

[207] "Diccionario de Geographia Universal". TOMO I. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 613.

[208] ALBUQUERQUE, Luís de (Direcção e comentários de) – "A Ilha de São Tomé nos Séculos XV e XVI: Navegação de Lisboa à ilha de São Tomé, escrito por um piloto português". Lisboa: Publicações Alfa, 1989, cap. IV, p. 13. Note-se que, de acordo com Luís de Albuquerque, o *Piloto Anónimo* terá escrito as suas memórias entre 1534 e 1541 (Cf. p. 35 dos comentários ao texto do referido piloto).

[209] BAIÃO, António (Leitura e revisão das provas) – "O Manuscrito 'Valentim Fernandes". Lisboa: Academia Portuguesa da História, MCMXL, p. 119.

"descobrimos a boca de um rio que saia desta ilha" e que nele podia entrar um "Navio de setenta e cinco toneladas" como forças de expressão, próprias da época, tanto é que, quer Cadamosto quer o Piloto Anónimo, homens do mar e experientes como eram, não confundiriam, em termos da ciência geográfica, um rio com uma ribeira. Por outro lado, se Cadamosto teve a percepção de que no hipotético rio podia entrar um navio de 75 toneladas, porquê não mandou entrar nele algum dos seus navios? Ora, se o "rio" fosse de facto navegável, mesmo que por uma canoa, estamos em crer que Cadamosto teria nele penetrado com os botes dos seus navios, pois já o fizera nos rios da Costa do Continente Africano.

Quanto ao sal, Cadamosto diz que "acharam alguns bocados de sal muito branco e excelente", não querendo dizer, pois de facto não o disse, que tivesse encontrado "lagoas de sal", o que implica grande quantidade de sal. Por outro lado, há o testemunho do Piloto Anónimo, referido atrás, que, ao se referir ao sal da ilha do mesmo nome e de como ele se produz naturalmente, dá conta da existência de sal em todas as ilhas de Cabo Verde, nos seguintes termos: "o mesmo acontece em todas as ilhas de Cabo Verde e também nas Canárias" […]".[210]

Tendo o Piloto Anónimo escrito as suas memórias cerca de oitenta e dois anos depois da viagem de Luís de Cadamosto,[211] é provável, portanto, que os homens da sua caravela tenham encontrado sal em algumas partes dessa ribeira, nomeadamente nas próximas do mar, pois tratava-se de uma ribeira que, principalmente quando não chovia, permitia a entrada de muita água do mar, directamente ou pela infiltração, como ainda hoje acontece.

Por outro lado, uma análise dos textos do próprio José Joaquim Lopes de Lima põe à nu a fragilidade dos seus argumentos.[212] Senão, vejamos. Começa por admitir que "nenhum documento digno de fé nos dá ao certo o como e quando esta Ilha [da Boavista] foi descoberta. Luiz de Cadamosto attribuiu a si na sua segunda navegação este descobrimento, dando a esta a prioridade das descobertas no Archipelago, e dizendo que por isso lhe puzera o nome *Boavista*".[213] Mais à frente, como mera suposição, escreve o autor: "o que me leva a suppôr, que António de Nolle tendo no 1º de Maio de 1460 descoberto as três Ilhas de – Maio – S. Thiago – e S. Filippe – rodeou S. Thiago pelo Norte, para melhor reconhecer uma Ilha tamanha; e ajudado dos ventos de Oeste, que já no mez de Maio alli se topam (e ás vezes de Sudoeste) foi levado no dia 3 de Maio (dias da Invenção da Santa Cruz) á vista de duas Ilhas ao Nordeste de S. Thiago, por entre as quaes desembocou para ir a Guiné (e era o seu melhor

[210] ALBUQUERQUE, … – A Ilha de São Tomé …, cap. II, p. 11.

[211] Para chegarmos a cerca de 82 anos, realizámos o seguinte cálculo: subtraímos 1534 de 1541 e encontrámos 7 anos; dividimos 7 anos por 2 e encontrámos 3,5 anos, mas consideramos, por arredondamento, 4; adicionámos os 4 anos a 1534 e encontrámos 1538; subtraímos 1538 de 1456, ano em que Cadamosto terá aportado a Ribeira Grande, e encontrámos 82 anos.

[212] Ver LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE II. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 43-53.

[213] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 43.

caminho), dando á maior que deixou á direita o nome de S. Christovão (santo patrono dos marinheiros de Génova), e á mais pequena, que lhe ficou á esquerda o nome de *Ilha Lana* ou *Lhana* por a ver tão plana e rasteira com o mar, como na realidade se mostra a quem a vê do Sul da *Ilha do Sal*".[214] Lopes de Lima vai mais longe na sua divagação, sem qualquer base documental, como se constatará ainda da leitura do seu próprio texto: "já disse ser isto uma méra *supposição*, a qual fundamento em uma usança peculiar á Ilha da Boavista, com exclusão de todas as outras, e que se não acha explicada por nenhuma outra legenda, nem orago daquella Ilha, – e vem a ser, – que o dia da *Vera Cruz* (3 de Maio) é por costume antiquíssimo um dia de regosijo popular na Ilha, e em que 24 horas os Escravos ficam livres em suas acções, e senhores de si para se divertirem como quizerem, e fazerem toda a casta de folias (e até perrarias[215]) sem obediencia a seus senhores: algum acontecimento mui plausível deve certamente ter dado origem a esta festa popular; e nos annaes, e tradições desta terra nenhum outro se encontra, a não ser – o da sua descoberta pelos Portuguezes nesse dia".[216]

E termina assim as suas alegações contra Cadamosto e a favor de António de Noli: "nem é tambem improvável (sem todavia ser certo), que voltando no anno seguinte Mice Antonio com os criados do Infante a demandar o Archipelago para povoar S. Thiago, fosse esta a primeira Ilha que avistassem, e por isso a appellidassem então *Boavista* (o que por ventura forneceria a Cadamosto a idéa de começar por ella o seu conto), com quanto nos Instrumentos da Regia Chancellaria continuasse a ser denominada *S. Christovam* até 1497, em que pela primeira vez appareceu em publico com o novo appellido de Boavista, por onde nunca mais deixou de ser conhecida: e foi tambem neste anno de 497 – que em 29 de Outubro doou El-Rei D. Manuel pela primeira vez o *gado bravo* desta Ilha ao Conselheiro Rodrigo Affonso, Capitam da parte Norte da Ilha de S. Thiago, e senhor do *gado apastoreado* da Ilha do Maio […]".[217]

Como é fantástico o esforço de Joaquim José Lopes de Lima para eliminar Luís de Cadamosto do grupo dos prováveis descobridores das ilhas orientais do Arquipélago de Cabo Verde, nomeadamente a da Boavista, e, ao mesmo tempo, a sua insistência em atribuir, quanto a nós, à força, essa autoria a António da Noli!...

No combate às pretensões de Luís de Cadamosto, a militância de Joaquim José Lopes de Lima só encontra paralelo, mais tarde, com o Pe. António Brásio, outro paladino da História nacionalista portuguesa do século XX, no momento em que as ex-colónias portuguesas já se encontravam em luta pela sua independência. Com efeito, o Pe. Brásio lança sobre Cadamosto epítetos

[214] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 43-44.
[215] Sobre essas "pirrarias", diz Lopes de Lima que "ainda não há muitos annos (parece-me em 1818), que aproveitando esta liberdade tentaram os Escravos da Ilha fazer uma revolta em tal dia, a qual felizmente se descobriu antes que elles se apoderassem, como projectavam, das armas e munições do Regimento de Milícias, que existiam em deposito: … e quasi todos os annos fazem tropelias". LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, nota de roda-pe nº 1, p. 44.
[216] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 44.
[217] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 44.

irónicos e vituperiosos, quando, por exemplo, classifica-o de "marinheiro amador" e "tratante"; julga a sua narrativa como "fruto da sua imaginação", por estar cheio de falsidades, inexactidão e má-fé e, consequentemente apropriador do mérito dos outros. Conclui o Pe. António Brásio que tudo o leva a crer que Cadamosto não realizou a sua segunda viagem.[218]

Posição muito contrária e complacente em relação à narrativa de Diogo Gomes quando, por exemplo, escreve que "[…] a narrativa de Diogo Gomes de Sintra, se bem que afirme várias inexactidões, estas são-lhe desculpáveis, pois narrava factos na casa dos oitenta anos, vinte anos depois da sua realização, e para mais em narrativa escrita por outrem". [219] Ao concluir, o historiador tem uma posição no mínimo ambígua: aceita versão oficial que dá António de Noli como descobridor das ilhas orientais de Cabo Verde; do ponto de vista da "crítica histórica", para utilizarmos a sua própria expressão, exclui Cadamosto e, face às teses "António de Noli-Diogo Gomes" e "Diogo Gomes-António de Noli", que ele mesmo constrói, opta por Diogo Gomes como descobridor dessas ilhas, afirmando, no que se refere à sua opção: "fazemo-lo mesmo com todo o gosto, pois muito nos ufana que tenha sido um bravo marinheiro do Infante D. Henrique a trazer para a história estas parcelas gloriosas da Pátria Portuguesa".[220]

Contra a hipótese sobre Luís de Cadamosto perfilha também Damião Peres que, numa das suas notas ao relato do navegador, descreve as objecções de José Joaquim Lopes de Lima contra tal hipótese e, após comentar alguns dos argumentos deste e se ter socorrido de alguns argumentos do oficial da Marinha, Abel Fontoura da Costa,[221] igualmente contra Cadamosto, termina tecendo, de forma ambígua, os seguintes comentários: "à vista de tudo o que fica dito, quase se aceitaria sem hesitação a veracidade do descobrimento caboverdeano, tal como o descreve Cadamosto, se contra ela outras razões não pudessem, como podem, ser invocadas. Com efeito, o Com. FONTOURA DA COSTA mostrou claramente a inverosimilhança dum fácil costeamento setentrional ou oriental da ilha da Boavista – e setentrional ou oriental tinha de ser, se os navios vinham do norte – pois, ainda nos tempos modernos, a navegação à vela e a vapor por essas paragens tem sido assinalada por tantos naufrágios, que os escolhos aí existentes podem ser considerados um ´lúgubre cemitério marítimo´".[222]

A este argumento acrescenta um outro, isto é, o de que Cadamosto terá inventado a existência de pombos na ilha da Boavista por ter ouvido relatos da existência de grande quantidade dessa ave na ilha da Madeira, o que prova, segundo Peres, que o navegador nem se quer esteve na ilha da Boavista.

Quanto ao primeiro argumento, tirado de Fontoura da Costa, apelemos outra vez à nossa vivência na ilha da Boavista, cujas costas conhecemos bem. As costas setentrionais e orientais são, de facto, traiçoeiramente perigosas,

---

[218] Cf. BRÁSIO, … – Descobrimento …, p. 61-65.
[219] BRÁSIO, … – Descobrimento …, p. 66-67.
[220] BRÁSIO,… – Descobrimento …, p. 76-77.
[221] A. Fontoura da Costa retoma os fundamentos de Lopes de Lima para concluir que "*Cadamosto e os seus companheiros não descobriram as ilhas mais orientais de Cabo Verde*" (COSTA, A. Fontoura – "Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes".Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1939, p. 13-14).
[222] PERES, Damião … – VIAGENS …, III PARTE, Nota V, p. 190.

mesmo quando, por ironia, faz bom tempo, pois não há arrebentação e, por isso, não há indicação prévia da existência de recifes, que abundam nas duas costas, principalmente o "Rifona", o maior, os baixos do "Salineiro ou Hartwell", o "Rifim" e, o mais afastado da terra, a "Boa Baixa". E o perigo é maior, às vezes fatal, quando uma embarcação costea incautamente esses recifes à noite, ou quando o tempo está turvo, particularmente no tempo de harmatão. Mas quando há temporal, como é o caso desse dia quando, diz Cadamosto, "ao terceiro dia houvemos vista de terra", a arrebentação vê-se a quilómetros de distância.[223] Ora, se havia temporal, havia rebentações de ondas nos recifes e nas praias, o que era indicação clara de perigo. Sendo de dia, esse perigo seria certamente avistado pela tripulação da caravela de Cadamosto. Assim, por mais inexperiente ou tolo que fosse um marinheiro, fugiria de certeza dos recifes provavelmente à sua proa. E Cadamosto já conhecia a costa ocidental africana, que nem sempre é um mar de rosas. Por outro lado, quando uma embarcação se livra da costa setentrional, por altura da Ponta do Ervatão e costea a ilha pelo lado Leste em direcção ao Sul e depois a Oeste, encontrará, antes de chegar ao Baixo da Varandinha, a Oeste, bons fundeadouros, cujas praias são de areia branca, sendo o maior fundeadouro, com 10 a 12 braças de fundo, o do porto do Curralinho, a Su-Sueste.

Do nosso ponto de vista, portanto, não é inverosímil que a caravela de Cadamosto tenha costeado a ilha da Boavista, pelos lados setentrional, oriental e meridional. Atenhamos ao que, a dado passo da sua narração, diz o navegador: "houvemos vista de terra", "[...] fizémo-nos na volta de terra, para uma dessas ilhas. Em pouco tempo, dela nos aproximámos. Chegados a ela, parecendo-nos grande, corremo-la por algum tempo, à vista de terra, até que chegámos a um lugar que nos parecia ser bom pouso, e aí lançámos ancora".[224] Ora, para quem já andou por todas as costas da ilha da Boavista, entenderá desse relato o seguinte: a tripulação da caravela de Cadamosto avistou a ilha ("houvemos vista de terra") ainda afastada dela; para ela se dirigiu ("fizémo-nos na volta de terra, para uma dessas ilhas"); percorreu ao longo da sua costa ("parecendo-nos grande, corremo-la por algum tempo, à vista de terra"[225]) até encontrar um fundeadouro seguro ("até que chegámos a um lugar que nos parecia ser bom pouso, e aí lançámos ancora"). Significa que, avistando a ilha da Boavista pelo lado setentrional, ou oriental, costeou-a em direcção ao Sul até encontrar um dos seguintes portos: Ervatão, Curral-Velho, Lacacão ou Curralinho. Qualquer um deles é bom porto. Mas se havia temporal, do nosso ponto de vista ele terá ancorado a caravela no porto do Curralinho, pois é o único que oferece segurança nessas situações, por ser um porto abrigado e de praia de areia branca que se vê à longa distância.

---

[223] PERES, Damião … – VIAGENS …, II PARTE, p. 157.

[224] PERES, Damião (Notas Históricas de) – "VIAGENS DE LUÍS DE CADAMOSTO E DE PEDRO DE SINTRA". Lisboa: Academia Portuguesa da História, MCMLXXXVIII. II PARTE, p. 157-158.

[225] Note-se que a ilha da Boavista é a terceira em ordem de grandeza (620 km^2), após Santiago (991 km^2) e Santo Antão (779 km^2).

Quanto à existência de pombos na ilha da Boavista dessa época, na Relação de Eustache de la Fosse, referindo-se à sua estada na dita ilha, colhe-se o seguinte relato: "pendant la pêche, nous allâmes jouer sur l'île, et nous y prîmes des petits oiseaux qui ne s'épouvantaient point de nous, car ils n'avaient jamais vu personne et ne savaient point ce que sont les gens. Puis nous les rotîmes et les mangeâmes, mais ils avaient un fort goût de jusquiame: car c'est un endroit où il en pousse, et les petits oiseaux s'en nourrissent".[226]

Na falta de outras fontes, nomeadamente botânicas, façamos também recurso à nossa memória e à memória colectiva. Neste sentido, temos na nossa memória que, até à nossa adolescência, por volta de 1960, os rochedos da Malha Branca, principalmente nas furnas de Padre e de Simão, no porto do Curralinho, as rochas de Merconde e de Mercondinho, a poucos quilómetros a Norte do referido porto, assim como outros sítios limítrofes, como os montes de Furneco e Tambarina de "Juquim Classe", eram locais, de entre muitos outros espalhados pela ilha, onde se podia observar grande quantidade de pombos. Interrogando os mais velhos, como João António da Cruz, entre outros,[227] eles testemunham a existência, desde que começaram a entender os seus nomes, de grandes quantidades de pombos em várias localidades rochosas da Boavista. Com as secas sucessivas na Boavista, e em todo o Cabo Verde, a flora praticamente desapareceu e, com ela, a fauna. Portanto, não é descabido terem existido, na época em que foi descoberta, pombos na ilha da Boavista.

Outros historiadores insurgem-se contra Luís de Cadamosto, como por exemplo, Richard Henry Major[228] e Luís de Albuquerque. Este, por exemplo, com base naquilo que ele acha contraditório no próprio relato de Cadamosto, refuta a pretensão de Cadamosto de ter descoberto essas ilhas.[229] Da mesma forma, examinando o relato de Diogo Gomes, também caravelista henriquino que atribui a si mesmo a descoberta da ilha de Santiago, Luís de Albuquerque, embora dê a esse relato mais crédito em relação ao de Cadamosto, acaba também por tirar àquele esta pretensão e atribuí-la, com base em diplomas oficiais,[230] a António de Noli, genovês ao serviço do Infante D. Henrique e companheiro de viagem de Diogo Gomes. Neste sentido, argumenta Albuquerque nos seguintes termos: "António da Noli deve ter sido o verdadeiro descobridor da ilha de Santiago do arquipélago de Cabo Verde que fez na companhia de Diogo Gomes". E de seguida acrescenta: "e ´verdadeiro´ porque a esporádica visita de Cadamosto não teve consequências em viagem em que também avistou outras ilhas do grupo oriental, posteriormente visitadas".[231]

---

[226] FOSSE, Austache de la – Voyage sur la côte de Guinée…, p. 43.

[227] Nascido a 10 de Junho de 1905, na ilha de Santo Antão e residente na Boavista desde os 9 anos de idade, onde constituiu família. Foi criador de gado, pescador e marinheiro da marinha mercante. Faleceu na Povoação-Velha, Boavista, em 1977.

[228] MAJOR, … – Vida do Infante …, p. 335 e 356.

[229] ALBUQUEREQUE, Luis de – "As ilhas que estavam lá…". *Oceanos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos. Nº 5, 1990, p. 61-63.

[230] Carta régia de 3 de Dezembro de 1460; Carta régia de 19 de Setembro de 1462; Carta régia de 4 de Outubro de 1462 e Carta régia de 8 de Abril de 1497.

[231] ALBUQUEREQUE, … – As ilhas …, p. 67.

Outros historiados, porém, aceitam a tese de Luís de Cadamosto como descobridor das ilhas orientais de Cabo Verde, umas vezes de forma ambígua e outras abertamente. No primeiro caso, Duarte Leite, por exemplo, parece aceitar a autoria de Cadamosto. Do nosso ponto de vista, porém, a posição de Leite sobre essa problemática contradiz aparentemente Luís de Albuquerque, quando argumenta e afirma que "não se deve pois duvidar de que Cadamosto, em Maio de 1456, achasse quatro das ilhas de Cabo Verde, por ele julgados novas". Aparentemente porque, a contrariar a sua própria afirmação, Duarte Leite aponta entretanto António de Noli, genovês ao serviço do Infante D. Henrique como descobridor das ilhas orientais do Arquipélago de Cabo Verde, com fundamento na carta régia de 19 de Setembro de 1462, na qual é atribuída a glória dessa descoberta ao Noli.[232] Mesmo quando confronta a autoria da descoberta das ilhas orientais entre António de Noli e Diogo Gomes, afirma categoricamente: "concluo que António de Noli descobriu em Julho de 1455 cinco ilhas do arquipélago do cabo Verde".[233] Neste ponto, Vitorino Magalhães Godinho retoma Duarte Leite, citando-o, nos seguintes termos: "em Julho de 1455 António de Noli teria descoberto cinco das ilhas; no ano seguinte, Cadamosto, que ignorava o descobrimento anterior do genovês, encontrou quatro, supondo-se – erradamente - o primeiro descobridor do arquipélago. Melhor ainda: a viagem de Noli teria sido em Maio e a do veneziano em Julho do *mesmo ano* – ambas em 1456; de modo que o segundo não podia saber que o primeiro visitara já o arquipélago". [234]

Duarte Leite rejeita a primazia de Diogo Gomes na descoberta dessas ilhas com base nos documentos oficiais.[235] Note-se que a Coroa portuguesa tinha também as suas pretensões e, consequentemente, a necessidade de omitir, pelo menos de não declarar imediatamente as descobertas, ou mesmo de falsificar, de forma deliberada, determinadas informações, já pensando nas cobiças das outras potências europeias, nomeadamente da vizinha Espanha.

Vitorino Magalhães Godinho, por seu turno, comentando o "Manuscrito Valentim Fernandes", na parte onde Luís de Cadamosto é visto como impostor, retoma os argumentos ai expostos e desmonta-os um a um, fazendo um pouco de justiça a Cadamoso.[236] Magalhães Godinho não é entretanto taxativo a favor de Cadamosto, aceitando apenas a inclusão do seu nome no rol dos prováveis descobridores dessas ilhas.[237]

---

[232] LEITE, Duarte – "História dos Descobrimentos". Vol. I. Lisboa: Edições Cosmos, 1958, p. 282.
[233] LEITE, … – História …, p. 283.
[234] Citado por GODINHO, … – Documentos …, Notas, p. 287.
[235] LEITE, … – História …, p. 285.
[236] GODINHO, … – Documentos …, Notas, p. 285-289.
[237] Como se poderá constatar do seguinte trecho: "deve ter-se dado, portanto, um dos três casos: prioridade de Cadamosto, que não se interessou pelo descobrimento, cabendo a Noli o descobrimento oficial, isto é, aquele de que resultaram consequências úteis; ou prioridade de Noli, vindo depois Cadamosto a passar pelas ilhas de cujo descobrimento anterior não tinha notícia; ou emparceiramento dos dois na mesma viagem, mas, dado o desinteresse do veneziano pelo achado, contemplação só do genovês. Seja como for, não me parece que se tenha até impugnado com fundamento a boa fé de Cadamosto, e é por isso de aceitar o seu

Para Godinho, aliás, "a Boavista deve ter sido reconhecida, talvez também por Noli, na terceira viagem, possivelmente a 24 de Julho, recebendo por isso o nome de São Cristóvão, que não prevaleceu sobre o primitivo que o veneziano lhe dera. O grupo oriental foi descoberto e explorado em três viagens distintas".[238] Como observa Damião Peres, Codine formulara esta hipótese por volta de 1902, nos seguintes termos: 'ainsi donc l'authenticité de la reconnaissance des îles du Cap Vert le premier Mai 1460 par António de Noli, et la découverte de ces îles de 25 Juillet 1456 par Cadamosto en compagnie d'António Usodimare et d'un capitaine portugais dont le nom n'a pas été conservé' ».[239]

A hipótese de CODINE é aceite por Damião Peres, que entretanto corrige as datas apontadas por aquele, atribuindo, pois a Noli o reconhecimento da ilha de S. Cristóvão em 24 e não 25 de Julho. Reforça a probabilidade da referida hipótese com o facto de, enquanto nos diplomas oficiais constar o nome S. Cristóvão, Cadamosto lhe chamar "Boavista". Ora, de acordo com Damião Peres, quando Cadamosto saiu de Portugal, em 1463, já o topónimo "Boavista" era usado na carta régia de 3 de Dezembro de 1460 e na de 19 de Setembro de 1462, pelo que, "[…] se Cadamosto quisesse, pura e simplesmente, chamar a si os louros dum descobrimento alheio, decerto não lhe ocorreria substituir aquela denominação por outra propositadamente inventada. Além do mais, ainda de acordo com Peres, "[…] por toda a múltipla cartografia de Benincasa, conterrâneo de Cadamosto, e em cujas cartas, desenhadas de 1468 a 1480, é Boavista, e não S. Cristóvão, o nome dado à ilha".[240]

2.4.1.4. A hipótese sobre a autoria de Diogo Gomes

Diogo Gomes não reivindica para si a autoria da descoberta da ilha de Boavista mas somente a de Santiago. Mas outros historiadores, como veremos mais à frente, incluem-no no rol dos prováveis descobridores das outras ilhas orientais, incluindo a da Boavista. Por isso, discutimos também a hipótese de ter descoberto esta ilha.

Com efeito, no seu relato, que transmitiu oralmente ao alemão Martin Behaim, este de passagem por Portugal por volta de 1484, o navegador português sustenta que descobriu a ilha de Santiago, na companhia de António de Noli, em 1460.[241] Martin Behaim começou a escrever o relato de Diogo Gomes em 1484,[242] portanto, depois da morte de António de Noli, ocorrida provavelmente entre 1496 e 1497.[243] De acordo com o relato de Gomes, dois anos após a morte do Infante D. Henrique, o rei D. Afonso V equipou uma

---

nome no descobrimento do grupo oriental das ilhas de Cabo Verde". GODINHO, … – Documentos …, Notas, p. 288.

[238] GODINHO, … – Documentos …, Notas, p. 289.

[239] Citado por PERES, … – História …, p. 162.

[240] PERES, … – História …, p. 162.

[241] MONOD, …; MAUNY, ...; DUVAL, … – De la première découverte …, p. 50-54.

[242] MONOD, …; MAUNY, ...; DUVAL, … – De la première découverte …, p. 8.

[243] COSTA, A. Fontoura da – "Cartas das ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes" (1506-1508)". Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1939, nota de roda-pé nº 29, p. 17.

caravela, deu-lha como capitão e enviou-o ao país dos "Barbacins", onde chegou 12 dias depois da partida, provavelmente de Lisboa.[244] Relata Gomes que no porto de Zaza encontrou duas caravelas, uma capitaneada por Gonzal Ferreyra e outra por Antonius de Noli, genovês; que enviou Gonzal Ferreyra para Portugal, a fim de conduzir sob prisão um tal Prado, mercador. Enquanto isso, partia de Zaza na companhia de Antonius de Noli também com destino a Portugal e, dois dias e uma noite depois avistavam ilhas no mar, tendo ele chegado primeiro a uma delas, onde fundeou a sua caravela, ao que foi seguido por Antonius de Noli. Chamaram a dita ilha de Santiago. Nela desembarcaram e não encontraram vestígios de homens. Em contrapartida, encontraram numeras aves exóticas que se deixavam aproximar a tal ponto que eles as matavam com paus. Da ilha de Santiago partiram para Lisboa e, tendo Antonius de Noli chegado primeiro, pediu a D. Afonso V a capitania da ilha de "Sanctus Jacobus". Tendo o rei anuído o pedido de Noli, ficou preterido Diogo Gomes. Chegado a Lisboa poucos dias depois, Diogo Gomes não reivindicou os seus direitos.[245]

Armando Cortesão atribui a autoria da descoberta das ilhas orientais de Cabo Verde a Diogo Gomes, no ano de 1460, refutando categoricamente a pretensão de Cadamosto como descobridor das referidas ilhas, com base nas informações de Valentim Fernandes. Note-se que este, que não era navegador, baseando-se por sua vez nas Relações, respectivamente, de Cadamosto e de Diogo Gomes e se referindo à ilha de Santiago, escreve que "'no ãno de 1463 foy achada esta ylha de Diogo Gomes almoxarife do paço de Sintra e porq˜ António de Noli vinha ẽ outra carauella cõ elle e veo primeyro a Portugal ouue a capitania della'".[246] Por outro lado, apoiando a tese de Verlinden [1958] de que Cadamosto teria deliberadamente trocado o nome S. Christovam por "Buona Vista", Armando Cortesão conclui que Benincasa registou na sua carta "yª de buonauista" por informação do próprio Cadamosto, do seu regresso à Itália depois 1463, o que mostra, "[…] a seu ver, que a ilha foi de princípio chamado *S. Christovam*, quando descoberto por Diogo Gomes em 1460, e que esse foi o seu nome até 1462, e depois *Boa Vista*, que deve ter sido o nome registado nalgumas cartas portuguesas levadas por Cadamosto quando depois de 1463 saiu de Portugal ou algumas outras que chegaram a Benincasa antes de desenhar a sua carta de 1468".[247]

A insistência de Armando Cortesão contra Cadamosto e a sua opção por Diogo Gomes e não por António de Noli é clara na seguinte passagem: "o Infante D. Fernando teve mais tarde de justificar a irreflectida promessa que provavelmente teria feito a Noli, dizendo ao rei que o Genovês fora o descobridor, mesmo que já então estivesse ciente, como certamente estava, de o descobrimento realmente pertencer a Diogo Gomes, que afinal de contas era

[244] O Infante D. Henrique faleceu a 13 de Novembro de 1460, pelo que a viagem de Diogo Gomes terá sido realizada, portanto, em 1462.
[245] PERES, … – Viagens …, PARTE III, p. 187.
[246] Citado por CORTESÃO, … – Descobrimento …, p. 241.
[247] CORTESÃO, … – Descobrimento …, Roda-Pé nº 26, p. 242-243.

quem comandava – a autoridade portuguesa de facto, Noli sendo apenas um mercador estrangeiro que se lhe tinha juntado".[248]

Em síntese, Armando Cortesão conclui os seus argumentos contra Cadamosto nos seguintes termos: "Cadamosto escreveu pela primeira vez uma colorida e valiosa descrição de algumas terras da Guiné, que têm interesse histórico considerável, mas num sentido geográfico não descobriu coisa alguma. Em 1455 ele embarcou, como passageiro-comerciante, numa caravela portuguesa comandada por Vicente Dias, experimentado navegador do Infante, mas não foram feitos quaisquer novos descobrimentos durante essa viagem […]".[249]

Por seu turno, Vitorino Magalhães Godinho refuta as pretensões de Diogo Gomes como se segue: "mas há um facto que tem passado despercebido e que se me afigura decisivo para negar a veracidade da reivindicação de Gomes. O almoxarife declara que descobriu a ilha de Sant'Iago, e não fala em quaisquer outras. Ora, Barros revela que Noli descobriu numa viagem *três* ilhas – Sant'Iago, São Filipe e Maias –, o que é confirmado pela toponímia, como já vincámos. Gomes, tão cioso dos seus feitos, não omitiria a referência ao descobrimento de mais duas ilhas, porque isso concorreria para realçar a sua glória. Conclui-se, portanto, que ele não fez a viagem com Noli e não descobriu o arquipélago, inventando mais tarde essa história da parceria com o genovês".[250]

Concluindo, nenhuma das hipóteses aqui arroladas, quanto a nós, nos indica com segurança o verdadeiro descobridor e a data da descoberta das ilhas orientais do Arquipélago de Cabo Verde, nomeadamente a ilha da Boavista. Não havendo uma documentação que nos permitisse corroborá-las ou refutá-las, no estado actual da investigação sobre a matéria devem ser tidas, no entanto, em consideração.

A hipótese sobre a autoria de Luís de Cadamosto nos parece porém a mais próxima da resolução do problema, por a considerarmos a mais provável, pela profundidade, coerência e consistência dos seus relatos, vistos no seu conjunto (I e II), embora se lhe apontem algumas contradições.[251] Ora, os relatos de Diogo Gomes, outro ponto de partida dos historiadores que corroboram as suas pretensões e refutam as de Cadamosto, estão também longe de serem isentas de contradições e mesmo de omissões.[252] Para além do mais, contrariamente ao relato de Cadamosto que é, não só feito pelo próprio mas

[248] CORTESÃO, … – Descobrimento …, p. 245.
[249] CORTESÃO, … – Descobrimento …, p. 249. A. Cortesão cita Verlinden e Magnino, quando se refere a Cadamosto como "passageiro-comerciante" (citados em Roda-Pé, da mesma pag.).
[250] GODINHO, … – Documentos …….., Nota nº 3, p. 294-295.
[251] Cf., por exemplo, ALBUQUERQUE, … – Dicionário …, p. 156.
[252] Cf., por exemplo, PERES, … – Viagens …, PARTE III, Nota V, nota de roda-pé nº 19, p. 187; BOLÉO, José de Oliveira – "O Descobrimento e os Descobridores das Ilhas de Cabo Verde". Separata do *Petrus Nonius*. Vol. II. Lisboa : Grupo Português da História das Ciências, 1939, p. 3 e 10; e GODINHO, … – Documentos …, Nota nº 3, p. 294-295.

também praticamente coeva à descoberta que diz ter sido o autor,[253] Diogo Gomes relatou oralmente a sua versão muito mais tarde, isto é, após a morte do seu companheiro de viagem, António de Noli, o que, em casos normais, dificilmente se compreende. As razões que terão levado Diogo Gomes a proceder dessa forma provavelmente não serão conhecidas. Mas que é estranho tal comportamento, isto o é, tendo em conta as vantagens que o feito de ter descoberto uma ou mais ilhas dava nessa época ao seu autor, mesmo que não tivesse pretensões económicas em relação à ilha por ele descoberta. Por outro lado, não encontrámos qualquer documento dos punhos de António de Noli que relatasse a descoberta da ilha de Santiago por ele e Diogo Gomes, o que é igualmente estranho, pois não há justificação para isso. Outrossim, a documentação por nós compulsada e referente a hipotética descoberta por António de Noli das ilhas de Santiago, Sal, Boavista e Maio não passam, do nosso ponto de vista, de suposições, sem fundamentação documental, como é o caso, por exemplo, de Lopes de Lima, quando tenta arquitectar, como transcrevemos atrás, a autoria da descoberta das ilhas da Boavista e do Sal pelo referido navegador.

Assinalemos também que os argumentos de Lopes de Lima, o ponto de partida e de chegada da maioria dos historiadores que refutam a hipótese de Cadamosto, são, como tentámos demonstrar atrás, inconsistentes, por não se basearem, como já referimos, em qualquer documentação mas sim nas suposições do próprio Lopes de Lima, como aliás, ele mesmo o admite. Note-se ainda que, quando Lopes de Lima acusa Cadamosto de nunca ter estado nas ilhas de Cabo Verde, nem passado por elas, poder-se-á dizer também que ele mesmo nunca terá estado na ilha da Boavista, que diz ter conhecido, por afirmar que a ilha não tem ribeiras,[254] o que não corresponde à verdade, pois, como descrevemos no capítulo sobre referente ao cenário geográfico, a ilha é atravessada, do Centro para Oeste e do Centro para o Norte, respectivamente, por duas extensas ribeiras: a do Rabil e a do Norte. Mas essa distracção, quanto a nós, não nos leva a pensar que ele não terá estado na referida ilha, pois, como veremos no capítulo sobre a administração, ele foi Secretário da Prefeitura de Cabo Verde, e essa Prefeitura estabeleceu muitas vezes a sua sede na ilha da Boavista.

Quanto à hipótese de Diogo Gomes ter descoberto a ilha da Boavista, atenhamo-nos que nunca afirmou ter descoberto outra ilha que não a de Santiago, nem mesmo a do Maio, a uns escassos 20 milhas marítimas de Santiago, portanto visível a olhos vendados, o que também é estranho. Da parte de Cadamosto, a sua despretensão inicial em relação à glória de ter descoberto algumas das ilhas de Cabo Verde poderá explicar-se com Valentim Fernandes, quando escreve que "Cadamosto não quis perder tempo para ir a estas últimas *ilhas ocidentais*, muito longínquas, que também julgou desabitadas e selvagens",[255] numa provável referência à ilha de S. Nicolau, avistada pelos

[253] A "Relação das Navegações" de Cadamosto, porém, só viria a ser publicada pela primeira vez em 1507, por Francesco de Montalboddo. COSTA, A. … – Cartas …, p. 8.
[254] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 51.
[255] COSTA, … – Cartas …, p. 12.

marinheiros de Cadamosto, do monte mais alto da Boavista. Cadamosto estava realmente mais interessado em riquezas do que glórias, o que as ilhas descobertas não lhe pareceram proporcionar, contrariamente à Costa Ocidental do Continente africano, a que deu inicialmente uma atenção mais consentânea com as suas aspirações económico-financeiras, reveladas quando do seu primeiro encontro com o Infante D. Henrique, em Lagos.

Face a todos esses argumentos, consideramos Luís de Cadamosto o descobridor mais provável das ilhas orientais de Cabo Verde e, consequentemente, da ilha da Boavista, em 1456, como ele mesmo narra na sua “Relação de Navegação II”.

CAPÍTULO III

O POVOAMENTO

O homem sempre procurou fixar-se em espaços geográficos que o abastecessem de meios necessários à sua sobrevivência, dando-lhe assim a tranquilidade psíquica, material e social. Por isso, o estabelecimento num determinado espaço geográfico pressupunha que o referido espaço fosse, em princípio, economicamente viável, de modo a poder garantir as mínimas condições de prosperidade às pessoas que ali se fixassem, pelos recursos naturais que possuísse. Nesta óptica, os recursos naturais de valor económico e por isso comercializáveis, seriam aqueles que permitissem a melhoria das condições de vida do homem, modificando, consequentemente, a estrutura social até então existente, ou fazendo nascer uma nova estrutura social, sempre acompanhada da mentalidade de que a melhoria da organização social e o progresso eram possíveis e de que a estrutura social existente era susceptível de transformações.

Mas quando os recursos naturais não lhe proporcionassem regularmente meios de sobrevivência no espaço geográfico de origem, tentava ocupar um novo espaço, habitado ou não, a fim de o dominar, explorar e administrar, pelo que tinha de emigrar para o referido espaço. Nesta acepção, a ocupação tornava-se colonização, fenómeno este universal e de todos os tempos.[256] Transparece aqui o aspecto económico como o fundamental para que o homem se fixe num novo espaço geográfico. De acordo com René Maunier, é de facto o terceiro motivo, sendo os dois primeiros respectivamente o político, que se manifesta pelo desejo de autoridade e de segurança ou "vontade de poder", e o teológico, sustentado pelo proselitismo ou "imperialismo religioso".[257] Mas será o povoamento das ilhas de Cabo Verde um caso de ocupação ou de colonização?

Antes de tentarmos uma reposta à pergunta, atenhamo-nos brevemente aos conceitos de René Maunier de "ocupação" e de "colonização", respectivamente. Para Maunier, "il y a eu 'occupation' quand des terres inoccupées et encore inhabitées, au vrai sens du mot, ont été occupées sans conflit";[258] enquanto que, para o mesmo autor, "la colonisation est un contact de peuples. Hors le cas de l'occupation d'un territoire inhabité, les colonisateurs ont rencontré de premiers occupants, avec lesquels il leur fallut entrer en relation: la colonisation est une communication".[259] Neste caso, ainda de acordo com o mesmo autor, "et l'on appelle 'colonie' un 'pays neuf', c'est-à-dire un pays non

[256] MAUNIER, René – "Sociologie Coloniale: Introduction a l'étude du contact des races". Vol. I. Paris : Les Éditions Domat-Montcherstien, 1932, p. 20-21.
[257] MAUNIER, … – Sociologie …, p. 40-42.
[258] Tradução : "há ocupação quando terras não ocupadas e ainda desabitadas, no verdadeiro sentido da palavra, foram ocupadas sem conflito".
[259] Tradução : "a colonização é um contacto de povos. No caso da ocupação de um território desabitado, os colonosadores encontraram os primeiros ocupantes, com os quais é necessário entrar em relação : a colonização é, nessa asserção, uma comunicação"

encore exploité selon nos modes d'industrie – un pays exotique, tout au moins pour nous, – où sont entrés en relation des colonisateurs et colonisés".[260]

Ora, seguindo a tese oficial portuguesa sobre as autorias dos descobrimentos, as ilhas do Arquipélago de Cabo Verde foram encontradas desabitadas. Logo, na linha conceptual de Maunier, o povoamento de Cabo Verde foi ocupação e não colonização. Tudo muito simples, se orientarmos a nossa análise exclusivamente nessa linha conceptual. Não podemos nos conduzir desta forma, pois como se sabe, a Coroa portuguesa, por um lado incentivou, com homens nobres, e forçou com degredados a ocupação das ilhas por elementos humanos europeus; por outro lado, fez transplantar, sob a força da escravatura, elementos humanos africanos para as mesmas ilhas, onde houve a dominação daqueles sobre estes, a fim de melhor dominar, explorar e administrar o novo espaço geográfico. Nesta relação entre os elementos europeus e os africanos no novo espaço geográfico, ao qual todos eram portanto estranhos, estes eram obrigados, na condição de escravos, a trabalhar para enriquecer aqueles, na qualidade de colonos.

Assim, por povoamento do Arquipélago de Cabo Verde referimo-nos à fixação, a partir dos meados do século XV, de elementos humanos europeus, na sua maioria portugueses, como colonos, e de elementos humanos africanos, como escravos, nos espaços geográficos do referido arquipélago, com a finalidade de, ao mesmo tempo, assegurar a posse política das novas terras descobertas e as explorar economicamente. Por isso, o povoamento das ilhas de Cabo Verde, implementado pela Coroa portuguesa, se converteu de imediato num dos instrumentos da política colonial portuguesa, ao mesmo tempo, de posse e de exploração económica efectivas das ilhas.

Como não há povoamento sem colonização, faz sentido esclarecermos desde logo o significado que atribuímos, neste trabalho, ao termo "colonização", socorrendo-nos de Luís de Albuquerque, para quem a "colonização" "será um acto de ocupar e aproveitar com 'colonos' terras desabitadas do Reino, consideradas prometedoras de potencialidades agrícolas; eram terras pertença da Coroa, por conseguinte disponíveis para as doações régias, que culminariam o acto de instalação de gentes capazes de se fixarem, através de incentivos de fruição dos bens que produzissem".[261]

Partindo desses pressupostos, entendemos a colonização do Arquipélago de Cabo Verde como sendo a ocupação dos seus espaços geográficos, onde os portugueses – os colonos –, tendo implantado um novo poder político, exploraram, a seu favor, os recursos naturais dos referidos espaços. Encontrando esses espaços desabitados, conforme reza a tese oficial portuguesa, os colonos tiveram de importar para os espaços ilhéus elementos humanos de África Negra – os colonizados – que, nesse processo de colonização, foram ao mesmo tempo submetidos ao trabalho forçado, através de um regime escravocrata, e acções ditas civilizacionais, de acordo com os matizes culturais do colonizador.

---

[260] MAUNIER, …– Sociologie …, p. 17-19.

[261] ALBUQUERQUE, Luís de – "Introdução". ALBUQUERQUE, Luís de (Direcção de) – *Portugal no Mundo*. Vol. I. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, p. 9.

Neste quadro conceptual, entendemos que, desde a primeira fase do povoamento das ilhas de Cabo Verde, fase que preferimos chamar de ocupação, o seu móbil foi político-económico, sobretudo económico, pelo que era necessário dominar as referidas ilhas, explorá-las e administrá-las, o que constitui os elementos estruturais da colonização.[262]

3.1. A génese do povoamento da ilha da Boavista

Não se pode, do nosso ponto de vista, tratar com rigor a problemática do povoamento da ilha da Boavista sem se referir, por um lado, aos aspectos institucionais que a enformaram e, por outro, mesmo de forma sintética, aos aspectos étnicos, isto é, aos elementos humanos com os quais se processou a sua colonização, pois, como se sabe, de acordo com a tese oficial, aquando do descobrimento pelos portugueses essas ilhas não possuíam elementos humanos autóctones.

Para os aspectos institucionais, começaríamos por dizer que, se para as ilhas de Santiago e do Fogo se pode falar, a rigor, de capitania como quadro institucional da ocupação e povoamento, para as outras ilhas de Cabo Verde já não tanto, pelo menos no sentido jurisdicional do termo. No caso da ilha da Boavista, por exemplo, a Coroa portuguesa limita-se a conceder aos sucessivos donatários o direito à exploração do gado bravo nela lançado a esmo, sem a possibilidade de se transferir para os herdeiros essa concessão, pois tudo passava novamente para a Coroa após a morte do donatário. Neste sentido, escreve José Joaquim Lopes de Lima que a colonização das ilhas "[…] corria por conta de Donatários principaes, a quem eram doadas só n'uma vida, ou em prémios de serviços, ou por contractos estipulados como medida de fomento".[263] Ao mesmo tempo, o rei impunha aos donatários a obrigação de pagarem, sobre

[262] Cf. MAUNIER, … – Sociologie …, p. 21.

[263] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE I. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. XII. Cf. tb. Alvará de doação de 31 de Maio de 1490, passada a Rodrigo Afonso pelo então duque de Viseu, D. Manuel, reconfirmado pela carta de doação do mesmo D. Manuel, já na qualidade de rei, a 29 de Outubro de 1496 (BARCELLOS, Christiano de Senna Barcellos – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné"". 2ª ed. Vol. I, Parte I. Cap. II. Apresentação, Notas e Comentários de Daniel A. Pereira. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 56). Sobre as doações, como escreve António Carreira, no geral "à institucionalização das doações e dos morgadios, seguiu-se a regulamentação: 1) – dos processos de exploração da terra e da criação e pasciga dos gados; 2) – da entrada nos portos dos 'navios de comércio' que em certas quadras do ano (e irregularmente) aportavam às ilhas onde efectuavam as transacções à borda. Esse negócio era baseado na permuta ou troca de bens de consumo da manufactura euro-americana, contra milhos, algodão, panos da terra, anil, urucú, frutas, animais domésticos, couros e peles, chacina, etc. de produção local. A exportação, no sentido que hoje lhe damos, abrangia apenas a urzela, explorada em regime de contrato monopolista. Só em data adiantada do século XVIII e daí por diante – sobretudo no século XIX – é que se tornou norma corrente; 3) – do fornecimento de sal (do Maio e da Boa Vista) aos navios baleeiros e aos que o iam comprar" (CARREIRA, António – "Demografia Caboverdeana (subsídios para o seu estudo) (1807-1983)". Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1985, p. 8).

os frutos da terra, como os produtos do gado e da agricultura, impostos régios à Fazenda Real, nomeadamente o quarto e a dízima, e impostos eclesiásticos à Igreja, como o dízimo.[264] Por outro lado, como assinala Simão Barros, a actividade dos povoadores era essencialmente comercial, predominando a iniciativa particular e correndo por conta dos donatários a colonização. Quanto à Coroa, ela não intervinha, ou quando o fizesse seria apenas em atenção aos interesses dos donatários.[265]

Por isso, concedida a Boavista para a exploração do gado bravo, a ilha ficava sob a exclusiva iniciativa dos donatários, sempre absentistas, o que não favorecia um povoamento regular e rápido, pois não era do interesse dos referidos donatários. O próprio Rodrigo Afonso, donatário da capitania da metade Norte da ilha de Santiago e do gado bravo da ilha da Boavista, nunca residiu em Cabo Verde, com a intervenção do próprio rei D. Afonso V, que o autorizara a "[…] teer em a dita jlha seu feytor de casa manteuda comtynuadamente", pois o mesmo lá não poderia residir devido às múltiplas ocupações junto do então duque de Beja, D. Manuel.[266]

Por outro lado, a ilha da Boavista não oferecia grandes possibilidades agrícolas, devido ao seu clima árido e semi-árido, portanto de fraca precipitação e, consequentemente, com pouca água para uma agricultura mesmo de regadio. Tais condições naturais não proporcionavam a aquisição de grandes propriedades, o que tornava a ilha não atractiva a moradores. O absentismo dos donatários da ilha da Boavista é flagrante, pois mantiveram, em grande parte do tempo, a ilha arrendada.[267]

Quanto aos aspectos étnicos, em aceitando a tese oficial portuguesa de que as ilhas foram encontradas desabitadas, temos de considerar o facto de os grupos humanos que deram origem à formação da população das ilhas de Cabo Verde terem vindo de fora, principalmente portugueses dos séculos XV e XVI e africanos provenientes da Guiné, África Ocidental, do século XV ao século XIX. Neste ponto, temos a observar que, enquanto do primeiro grupo os elementos humanos viajavam para Cabo Verde de moto próprio, os do segundo eram transportados para as ilhas, em condições vis, após serem, no início capturados em razias e, posteriormente, comprados. Vejamos algumas imagens referentes

---

[264] Cf. CARREIRA, António – "Alguns aspectos da administração pública em Cabo Verde no século XVIII". Separata do nº 105 do Ano XXVII do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. Bissau: 1972, p. 149-150.

[265] BARROS, Simão – "Origens da colónia de Cabo Verde". Cadernos Coloniais № 56. Lisboa: Edições COSMOS, 1939, p. 13.

[266] Carta régia de 9 de Abril de 1473, transcrita in ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord. de) – "História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental", Vol. I. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988, p. 39; De acordo com Senna Barcellos, Rodrigo Afonso a sua capitania encontrava-se entregue aos capitães que nomeava para elas (BARCELLOS, Christiano de Senna Barcellos – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné"". 2ª ed. Vol. I, Parte I. Cap. II. Apresentação, Notas e Comentários de Daniel A. Pereira. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 47).

[267] Como veremos mais à frente, os donatários seguintes, como Pedro Correia, Francisco Correia e António Correia da Silva, também não residiriam na Boavista, entregando os seus respectivos senhorios a arrendatários.

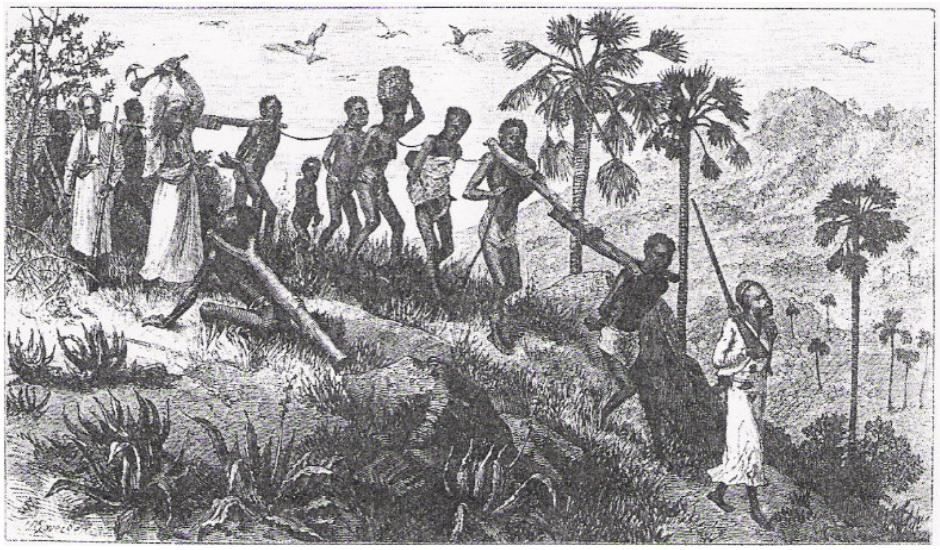
à captura, transporte e castigo infligido ao escravo rebelde, traficados genericamente por todos os países que praticaram a escravatura transatlântica:

FIG. Nº 9
Razia de escravos numa aldeia africana (Madagascar)



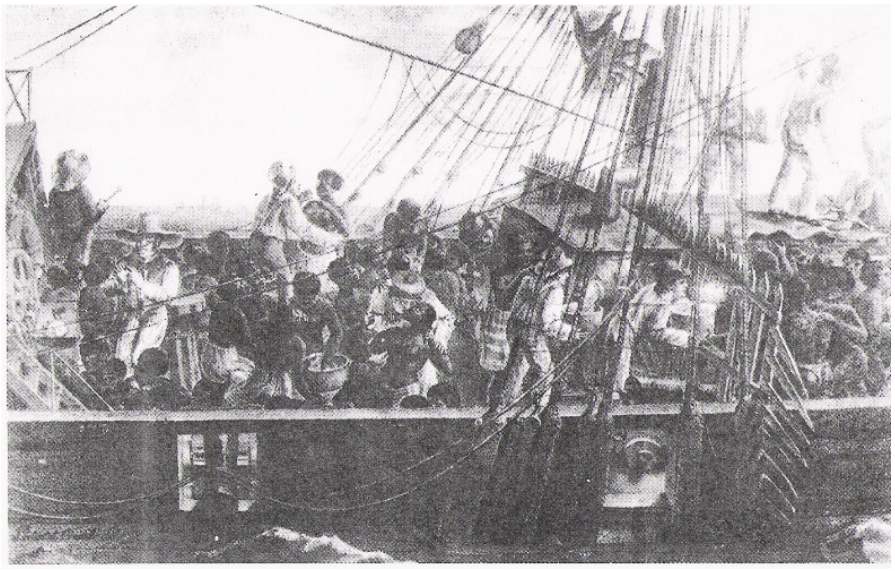
Fonte : Extraída de RENAULT, François; DAGEST, Serge – "Les traites négriéres en Afrique". Paris: Editions KARTHALA, 1985, Estampa nº 65, p. 212.

FIG. Nº 10
Transporte terrestre de escravos no Continente Africano



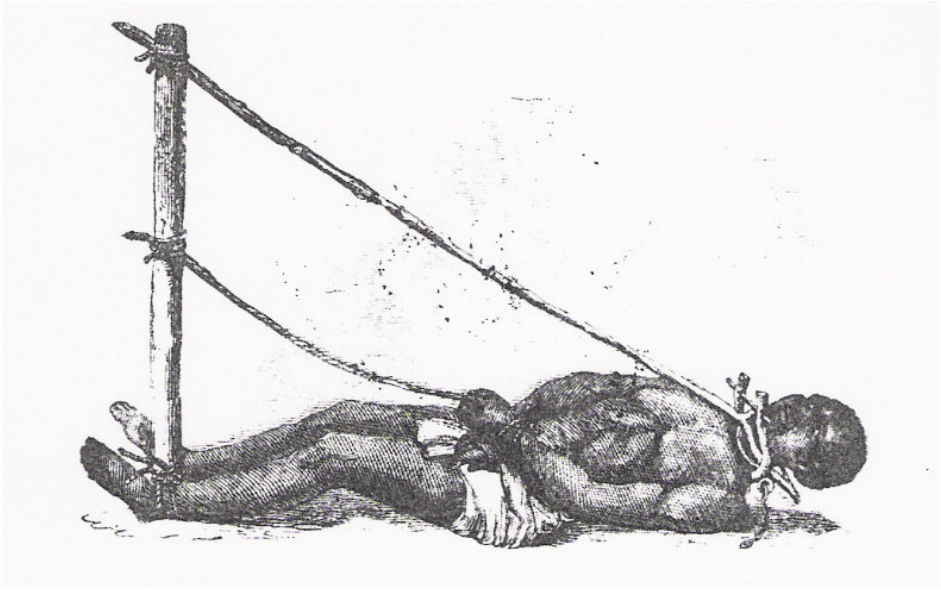
Fonte : Extraída de RENAULT, François; DAGEST, Serge – "Les traites négriéres en Afrique". Paris: Editions KARTHALA, 1985, Estampa nº 62, p. 205.

FIG. Nº 11
Transporte transatlântico de escravos num navio negreiro



Fonte: Extraída de RENAULT, François; DAGEST, Serge – "Les traites négriéres en Afrique". Paris: Editions KARTHALA, 1985, Estampa nº 33, p. 121.

FIG. Nº 12
Castigo infligido a um escravo rebelde



Fonte : Extraída de RENAULT, François; DAGEST, Serge – "Les traites négriéres en Afrique". Paris: Editions KARTHALA, 1985, Estampa nº 64, p. 207.

Essas imagens falam por si. Só temos a considerar, também, o facto de ter resultado, da miscigenação entre os dois grupos de povos, um terceiro grupo humano, o cabo-verdiano, somática e culturalmente diferente dos seus progenitores. Trata-se de uma população variada de ilha para ilha, não só em termos somáticos mas também nos aspectos psicológicos, linguísticos e costumeiros, devido a desigual mistura de sangue, desigual grau de cruzamento em todas as ilhas, diversidade do clima, influência de povos estrangeiros e ainda do género de ocupação principal dos habitantes: funcionalismo, comércio, agricultura, pesca, entre outros.[268] Nessa diversidade, assenta-se entretanto sobre um substrato e uma estrutura cultural comuns, formados sob a pressão dos mesmos rigores climatéricos, das mesmas dificuldades económicas e, sobretudo, das mesmas ansiedade e das mesmas esperanças

3.2. A proveniência geográfica dos elementos humanos que participaram no povoamento da ilha da Boavista

Antes esclareçamos que o significado que atribuímos à expressão "elemento humano" é o que entendemos por "elemento étnico", isto é, cada um dos habitantes de uma determinada região do Globo. Neste trabalho, preferimos entretanto utilizar a expressão "elemento humano", por ser uma expressão com menos carga pejorativa que "elemento étnico". Evitaremos, sempre que possível, utilizar os termos "branco" e "negro", em vez de "europeu" e "africano", respectivamente, simplesmente porque tanto entre os elementos humanos europeus como entre os elementos humanos africanos que deram origem à população cabo-verdiana há enorme diversidade de características somáticas.[269] A expressão "grupo humano" só aparecerá no texto quando nos referirmos à sociedade boavistense, pois, do nosso ponto de vista, antes da formação da referida sociedade, os elementos humanos que contribuíram para a sua formação não constituíam um grupo, no sentido de "grupo social" que se deva atribuir ao termo neste contexto. Com efeito, como veremos mais à frente, tanto os elementos europeus como os elementos africanos que contribuíram para a formação da sociedade boavistense procederam de várias regiões geográficas e de várias áreas culturais.

Uma vez esclarecido este ponto, entremos no assunto. Um dos prováveis indicadores das origens dos elementos humanos da população boavistense seria uma boa organização estatística, que discriminasse os donos de escravos ou elementos humanos de origem europeia e os escravos, elementos humanos de origem africana, utilizados no povoamento da ilha da Boavista a partir dos finais do século XV. Tal não acontece antes dos começos do século XIX, o que não nos permite verificar com rigor a participação numérica, quer dos elementos humanos originários da Europa quer dos originários da África nos primórdios do povoamento da dita ilha.

---

[268] BARROS, … – Origens …, p. 41.

[269] Cf., por exemplo, DIAS, Jorge – "Estudos de Antropologia". Vol. I. Lisboa : Imprensa Nacional, 1990, p. 17.

Os documentos oficiais indicam-nos a procedência dos elementos humanos que povoaram a ilha de Santiago e, posteriormente, de todas as ilhas de Cabo Verde. Com efeito, a carta régia de 1466, atrás citada, é um exemplo disso, quando o rei concede aos moradores de Santiago o privilégio do trato de escravos na costa ocidental de África, a fim de, ao mesmo tempo, atrair colonos europeus para o povoamento dessas ilhas. Mas não fornece a estatística dos respectivos contingentes, pois não os quantifica, nem tão pouco o podia fazer. Muitos são os autores que também se debruçaram sobre os elementos humanos, europeus e africanos, que foram utilizados no povoamento das ilhas de Cabo Verde, a partir da ilha de Santiago. Para Ernesto e Vasconcelos, por exemplo, a colonização das ilhas de Cabo Verde "[…] principiou a fazer-se pelo decorrer de 1562 [quererá provavelmente dizer 1462] por occasião de alguns familiares e creados do Infante D. Fernando, que recebera a doação d'ellas, serem por elle mandados para alli com obrigação de as povoarem, para o que elles levaram alguns casaes do Algarve e do Alentejo, e, como já ao tempo se traficasse na Guiné, juntaram-lhe casaes das tribus *balantas, papeis, bijagoz,* alguns *felupes* e *jalofos*, os quaes foram uns e outros os progenitores dos actuais caboverdeanos, devendo intercalar-se-lhes o ramo judaico, de que ainda ha numerosos representantes em todo o archipelago".[270]

De acordo com Ernesto Vasconcelos, portanto, o elemento humano europeu seria originário de Portugal continental, mais precisamente do Algarve e do Alentejo, de entre o qual se encontravam alguns judeus,[271] enquanto Orlando Ribeiro opta pelo Algarve, baseando-se no facto de a "mó de braço", tão utilizado em Cabo Verde, ser de uso corrente naquela região de Portugal nos primórdios do povoamento de Cabo Verde, para concluir:[272] "[…] parece lícito ver a influência de uma vaga de colonização algarvia nos primeiros tempos da expansão portuguesa".[273]

Para além dos portugueses, Simão Barros informa que "contribuíram também para a formação dos primeiros mestiços caboverdeanos os espanhóis, os franceses (normandos e bretões), os ingleses, os holandeses e, em menor escala, os judeus que, desde Filipe II de Portugal (século XVI), se mantiveram em Cabo Verde, embora as ordens expressas do monarca para a sua expulsão".[274] A este grupo de judeus se vieram juntar, no século XIX, judeus de Marrocos, que se estabeleceram na ilha de Santo Antão, cujos membros se espalhariam para as outras ilhas.[275]

A este rol acrescenta ainda povos nórdicos, cujos descendentes se encontram na população das ilhas de Santo Antão, S. Nicolau e Brava, onde

---

[270] VASCONCELOS, Ernesto de – "As Colónias Portuguesas : Geographia Phisica, Política e Económica". 3ª ed. Lisboa: Livraria Cássica Editora, 1921, p. 72.
[271] O texto não explicita se esses judeus seriam originários da Judaica (Israel) ou se teriam nascidos em Portugal.
[272] RIBEIRO, Orlando – "Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa". *Estudos das Ciências Sociais e Políticas*, № 59. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962, p. 22-26.
[273] RIBEIRO, … – Aspectos …, p. 136.
[274] BARROS, … – Origens …, p. 39.
[275] BARROS, … – Origens …, p. 39.

existem tipos louros com olhos azuis, característica dos povos escandinavos.[276] António Carreira, por seu turno, refere alguns genoveses, espanhóis e flamengos.[277]

No que se refere aos elementos humanos africanos, de acordo ainda com Ernesto Vasconcelos, seriam originários da Guiné, mais precisamente saídos de entre os povos "balantas", "papéis", "bijagós", "felupes" e "jalofos". Fortunato de Almeida acrescenta a esses grupos humanos os "mandingas", os "biafadas", os "bambarãs", e os "manjacos".[278] António Carreira, por seu turno, refere escravos negros trazidos da costa e rios da Guiné, para além de alguns escravos livres entrados voluntariamente,[279] para noutro lugar precisar que os escravos das ilhas de Cabo Verde procedem todos da costa de Guiné, Bissau, Cacheu, Serra Leoa, de entre outras zonas africanas.[280]

Do ponto de vista estatístico, temos somente vagas referências de que, nos primórdios do povoamento, emigraram para Cabo Verde poucos europeus e na maioria portugueses, pertencentes à classe dos nobres, apoiados por moços de câmara, criados e outros servidores, mas também artífices, trabalhadores braçais anónimos vieram para apoiar os "homens de qualidade", pois estes "não poderiam por si sós executar a tarefa exigida pela empresa".[281] Mesmo reportando-se a datas posteriores, não encontrámos uma organização estatística dos europeus que terão participado no povoamento das ilhas de Cabo Verde, a não sendo as mesmas referências vagas, tais como "*a vigésima parte destas duas classes ["brancos e naturais"] é a que possui bens; sendo o restante o número dos chamados vadios*",[282] ou, então, "terras […] ocupadas por muitos mestiços e pretos, e por 'alguma' gente branca – naturais e imigrantes", ambas as referências, numa clara alusão ao número de brancos, minoritário, em oposição ao número de negros, maioritário.[283] E mais à frente acrescenta António Carreira que "aos brancos cabia o encargo de dirigir e enquadrar os escravos, quantitativamente em maior número".[284] Uma notícia do Pe. Baltasar Barreira dá conta entretanto que, em 1582, existiam nas ilhas de Santiago e Fogo 13.700 escravos, contra "talvez uma centena de brancos", e em todo caso uma população livre difícil de definir em virtude da diversidade de designações usadas nos textos antigos".[285]

---

[276] BARROS, … – Origens …, p. 39.
[277] CARREIRA, António – "CABO VERDE. Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)".Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1983, p. 295.
[278] ALMEIDA, Fortunato de – "Portugal e as Colónias Portuguesas". Coimbra: Editor Fortunato de Almeida, 1918, p. 140.
[279] CARREIRA, …– CABO VERDE… … p. 295.
[280] CARREIRA, António – "As Companhias Pombalinas". Lisboa: Editora Presença, 1983, p. 101.
[281] CARREIRA, … – CABO VERDE… …, p. 296.
[282] FEIJÓ, João da Silva – "Ensaio económico sobre as ilhas de Cabo Verde – 1797". TOMO V (artº 1º, §§ 1º e 2º). in CARREIRA, António (Apresentação e comentários) – "Ensaio económico sobre as ilhas de Cabo Verde – 1797". Lisboa: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1986, p. 1-2; Citado por CARREIRA, … – CABO VERDE..., p. 297.
[283] CARREIRA, … – CABO VERDE..., p. 295.
[284] CARREIRA, … – CABO VERDE..., p. 298.
[285] Citado por CARREIRA, … – CABO VERDE..., p. 298-299.

Quanto à organização estatística dos elementos humanos africanos, a notícia atrás referida só se refere às ilhas de Santiago e do Fogo. No tocante a todas as ilhas habitadas, a primeira que conseguimos encontrar reporta-se ao ano de 1827, de acordo com quadro e o gráfico a seguir:[286]

QUADRO Nº 7

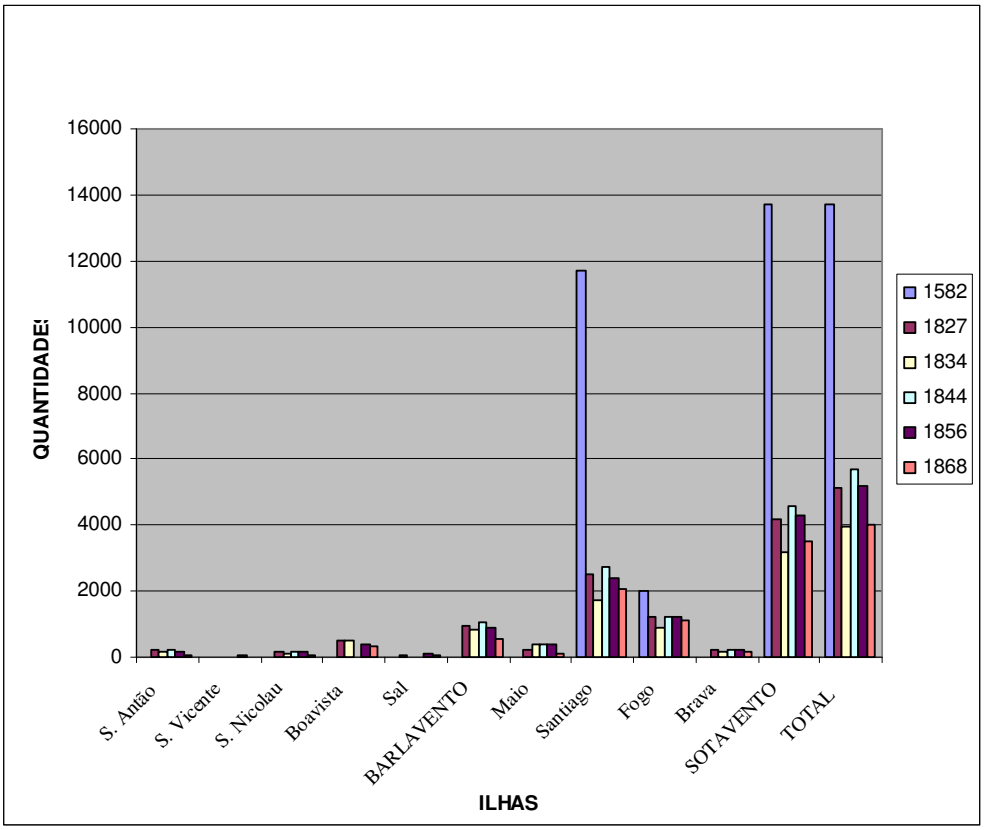
Número aproximado de escravos, por ilhas (1582-1868)

Ilhas	**1582**	**1827**	**1834**	**1844**	**1856**	**1868**
S. Antão	-	207	180	235	169	68
S. Vicente	-	14	5	-	32	-
S. Nicolau	-	171	125	163	158	70
Boavista	-	489	513	662*	372	322
Sal	-	72	-	-	137	78
BARLAVENTO	-	953	823	1.060	868	533
Maio	-	240	363	376	406	139
Santiago	11.700	2.505	1.714	2.744	2.422	2.068
Fogo	2.000	1.212	909	1.229	1.247	1.107
Brava	-	213	170	250	239	173
SOTAVENTO	13.700	4.170	3.156	4.599	4.314	3.487
TOTAL	13.700	5.123	3.979	5.659	5.182	4.020

Fonte: CARREIRA, António – "CABO VERDE. Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)". Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1983, p. 412.
* Incluindo escravos da ilha do Sal, sem indicação da quantidade.

[286] António Carreira adverte que, embora tenha havido muita documentação sobre escravos em Cabo Verde, muitos documentos preciosos da época do tráfico desapareceram na revisão, reorganização e transferência de arquivos públicos (CARREIRA, … – CABO VERDE..., p. 410-411).

GRÁFICO Nº 1
Número aproximado de escravos, por ilhas (1582-1868)



Fonte: Construído a partir do quadro precedente.

No que se refere ao ano de 1844, conseguimos apurar que, dos 662 escravos, 396 tinham mais de 18 anos e 266 menos de 18; 310 possuíam um ofício e 352 não. Conseguimos apurar também que, de 1856 até 31 de Dezembro de 1868, 34 escravos foram libertados pelos seus senhores, 7 foram resgatados e 9 faleceram, e que, em 1856, os 372 escravos, pertencentes a 112 proprietários, estavam distribuídos pelas seguintes faixas etárias:

QUADRO Nº 8
Distribuição etária dos escravos na Boavista (1844)

Até 1ano		1-10		11-20		21-30		31-40		41-50		51-60		61-70		+70	
M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
1	4	48	61	52	47	32	25	23	25	12	19	9	7	6	-	-	1
5		109		99		57		48		31		16		6		1	

FONTE: Construído a partir de CARREIRA, António – "CABO VERDE: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)". 2ª ed. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1983, p. 420.

Da análise dos números de escravos constantes do quadro, constatamos que havia um perfeito equilíbrio entre os escravos masculinos e os femininos, isto é, 183 para o primeiro sexo e 189, para o segundo. Este equilíbrio entre os dois sexos constituía uma grande vantagem para os senhores de escravos, pois por um lado, os do sexo masculino destinavam-se mais aos trabalhos pesados, como a pastorícia, a apanha e transporte do sal, etc., e os do sexo feminino destinavam-se à procriação, a trabalhos domésticos e agrícolas, à apanha de sementes da purgueira, entre outras actividades.

O quadro anterior dá-nos um total de 662 escravos para a ilha da Boavista, incluindo a ilha do Sal que dela dependia. Mas ocorre-nos perguntar: Qual seria a participação numérica dos escravos no povoamento de cada uma das povoações da Boavista? Uma resposta favorável a esta pergunta forneceria, certamente, mais um elemento importante à verificação e à compreensão da participação numérica dos escravos no povoamento da Boavista. Esta é uma ambição que acalentámos mas, em referencia a datas anteriores a 1856, não obtivemos, infelizmente, dados estatísticos que nos permitissem concretizá-la. Observemos, entretanto, o quadro estatístico que nos dá a distribuição dos escravos por povoações da Boavista em 1856:

QUADRO Nº 9
Distribuição dos escravos por povoações da Boavista (1856)

Povoações	Número de escravos
Vila de Sal-Rei	221
Rabil	97
João Galego	28
Cabeça de Tarafes	15
Povoação-Velha	11
Fundo de Figueiras	1
Total	373

FONTE: Organizado a partir de CARREIRA, António – "CABO VERDE. Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)". 3ª ed. Praia: Edição Comemorativa do XXV Aniversário do Banco de Cabo Verde, 2000, p.497-499.

Sejam quais forem as procedências geográficas e as estatísticas dos elementos humanos primordiais que participaram no povoamento das ilhas de Cabo Verde, os elementos humanos que povoaram a ilha da Boavista vieram maioritariamente da ilha de Santiago, quer na sua variante europeia quer na sua variante africana. Por outro lado, como veremos mais à frente, se a ocupação da ilha da Boavista, para fins de exploração económica do gado bravo, começou em 1490, 28 anos após o seu descobrimento, o povoamento efectivo ou devidamente organizado só se verificaria depois de 1600, portanto, cerca de 138 anos após o povoamento da de Santiago, pois, de acordo com um documento de 1606 transcrito pelo padre Brásio, "ao nordeste estão as ilhas de Santo

Então, de S. Nicolau e a da Boa Vista, nas quais não há mais que gado".[287] Note-se, portanto, que os elementos humanos que contribuíram para o povoamento da ilha já tinham passado por uma aculturação de entre 6 e 7 gerações, tomando para cada geração uma média de 20 a 25 anos. Por isso, ao tentarmos a busca da origem da população da Boavista, temos de procurar os seus traços de origem noutro espaço geográfico, social, cultural e psicológico: o da ilha de Santiago.

Começando por procurar entender a origem populacional da Boavista, faremos assim uma pequena incursão àquela ilha, dita berço da nacionalidade cabo-verdiana. Neste sentido, se a bibliografia consultada dá-nos uma ideia mais ou menos precisa da procedência geográfica do contingente de europeus que contribuíram para o povoamento da ilha de Santiago nos primórdios da sua ocupação, para verificarmos as procedências africanas a tarefa será dificultosa pois não encontrámos, apesar do nosso esforço, qualquer estudo sobre a matéria mas sim hipóteses e inferências. Esta, aliás, já tinha sido a constatação de Richard Pattee, ao escrever que "faltam estudos suficientes sobre as origens das populações africanas que permitam o conhecimento preciso da fixação nas diferentes regiões de Cabo Verde dos elementos diversos e variados que chegaram do continente africano".[288]

No que nos diz respeito, com efeito, não encontrámos um inquérito científico que nos permitissem identificar as áreas geográficas de procedência dos elementos humanos africanos que povoaram as ilhas de Cabo Verde. Predomina antes genericamente a ideia de que "foi grande o contingente africano importado, notando-se hoje certas indicações que levam a pensar que, ao lado de uma forte presença de elementos sudaneses, nos escravos vindos da costa houve também bantos".[289]

O Pe. António Brásio divulga entretanto um recenseamento oficial de escravos de 1856, feito no quadro do Regulamento de 25 de Outubro de 1853 e do Decreto de 14 de Dezembro de 1854,[290] do qual poderemos inferir, embora de modo vago, alguma procedência geográfica dos elementos humanos que vierem de África. Neste sentido, este recenseamento ser-nos-á de alguma valia, pois entre outras indicações sobre os escravos, traz o número e o nome de cada um, o sexo, a naturalidade, a idade provável, os sinais somáticos identificáveis, os ofícios que cada um professa, entre outras indicações.

---

[287] Doc. nº 45, de 1-8-1606, p. 162. In BRASIO, Pe. António – "Monumenta Missionária Africana-Africa Ocidental". 2ª série. Vol. IV, p. 162. De acordo com Christiano José de Senna Barcellos, "até o anno de 1500 apenas se pensou na colonisação da ilha de Santiago; seguiu-se-lhe a da Boavista, que poucos habitantes, pastores, podia ter" (BARCELLOS, Christiano de Senna Barcellos – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné"". 2ª ed. Vol. I, Parte I. Cap. II. Apresentação, Notas e Comentários de Daniel A. Pereira. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, 61).

[288] PATTEE, Richard –"Portugal em África. Impressões e reflexões de viagem pela África portuguesa". Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1959, p. 63.

[289] PATTEE, … – Portugal …, p. 65.

[290] Cf. BRÁSIO, Pe. António – "Descobrimento / Povoamento / Evangelização do arquipélago de Cabo Verde". Separata de STVDIA. Lisboa: № 10, 1962, p. 87.

Nesse recenseamento foram arrolados um total de 5.182 escravos, dos quais 83,2 % localizados em Santiago. Do número de escravos recenseados, só foram identificadas com precisão 34 Mandingas, 21 Fulas e Futa-fulas, 17 Balantas, 18 Bijagós; 9 Felupes, 5 Manjacos, 1 Brâmes, 4 Banhuns, 4 Bambarãs, 4 Kissis, 4 Tiliboneas, 3 Beafadas, 3 Papeis, 2 Uassaloncas, 1 Jalofes, 1 Nalus e 1 Suruás, num total de 132 indivíduos.[291] Esses números parecem insignificantes, porém significativos, tendo em conta que nessa altura a importação de escravos tinha já decaído e a maioria dos escravos recenseados tinha certamente nascido em Cabo Verde. Mostram, por outro lado, que, contrariamente à ordem apresentada pela bibliografia precedente, a sua origem africana mais representativos são, por ordem decrescente, os mandingas, os felupes, os manjacos e os balantas, enquanto os que consideramos de representação intermédia são os felupes, os manjacos, os benhuns, os bambarãs, os kissis e os tiliboneas. Já os menos representativos são os beafadas, os papéis, os uassaloncas, os brâmes, os jalofos, os nelus e os suruás.

Do ponto de vista numérico, vejamos ainda as informações a seguir. Em 1841, escrevia Chelmicky que: "nas ilhas de S. Antão, Santiago e Boa-Vista, a maioria dos habitantes é de cor preta", numa clara alusão ao número maioritário de africanos importados do continente e nascidos nessas ilhas.[292]

Por volta de 1860 as ilhas de Cabo Verde possuíam 5.168 escravos e 1.361 senhores, assim distribuídos:

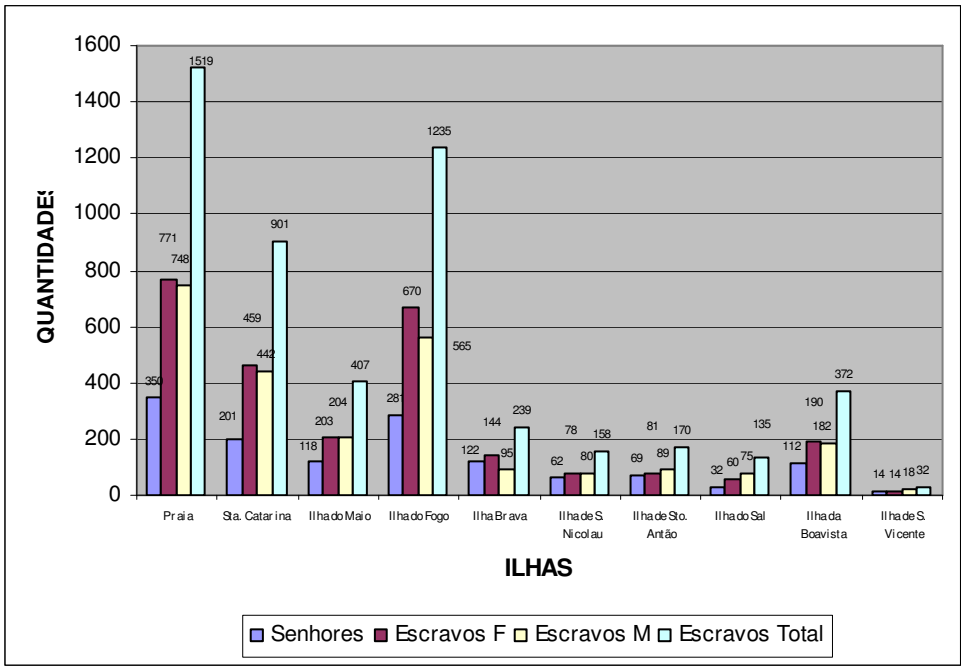
QUADRO Nº 10
Distribuição dos escravos por concelhos e por senhores (1860)

Concelhos	Senhores	Escravos		
		F	M	Total concelho
Praia	350	771	748	1519
Sta. Catarina	201	459	442	901
Maio	118	203	204	407
Fogo	281	670	565	1235
Brava	122	144	95	239
São Nicolau	62	78	80	158
Santo Antão	69	81	89	170
Sal	32	60	75	135
Boavista	112	190	182	372
São Vicente	14	14	18	32
Total concelhos	1.361			5.168
Total geral dos senhores e escravos..... 6.529				

[291] CARREIRA, … – As Companhias …, p. 102.
[292] CHELMICKY, José Conrado Carlos de; VERNHAGAN, Francisco Adolfo de – "Corografia Cabo-verdiana ou descripção Geographico-historica da Provincia das ilhas de Cabo Verde e Guiné". TOMO II. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1841, p. 325.

Fonte: Construído a partir de BRÁSIO, Pe. António – "Descobrimento / Povoamento / Evangelização do Arquipélago de Cabo Verde". Separata de STVDIA. Lisboa: № 10, 1962, p. 88-89.

GRÁFICO Nº 2
Distribuição dos escravos por concelhos e por senhores (1860)



Fonte: Construído a partir do quadro precedente.

Do quadro e da sua representação gráfica, vê-se que em 1860, entre os senhores de escravos, para além dos brancos europeus, muitos seriam mestiços, nascidos nas ilhas, ou mesmo negros originários do Continente africano, os chamados "brancos da terra". Dizem-nos também que, do conjunto dos 6.529 senhores e escravos de todo o Cabo Verde, 5.168 eram escravos, portanto, negros e mestiços nascidos no continente africano mas também já nascidos em Cabo Verde, e, neste caso, também na ilha da Boavista; dos brancos, contam-se 1.361 senhores, uns nascidos na Europa, outros em Cabo Verde, e mesmo na ilha da Boavista. Quanto à ilha da Boavista, uma leitura do quadro e da sua representação gráfica permite-nos apurar que, no ano em referência, existiam 372 negros e mestiços, de origem africana, uns, e nascidos em Cabo Verde, ou mesmo na Boavista, outros; dão-nos conta também de 112 brancos europeus, uns vindos da Europa, outros nascidos em Cabo Verde, ou mesmo na ilha da Boavista. Assim, constata-se que, quer no que se refere a Cabo Verde quer no que se refere à ilha da Boavista, em ambos havia uma maioria qualificada de mais de dois terços de negros africanos em relação aos seus patrões brancos europeus, ou seja, cerca de 79,2 % para Cabo Verde, contra os cerca de 76,9 % para a ilha da Boavista.

Assinalemos que nenhuma dessas informações estatísticas se refere à composição somática da população boavistense na época da escravatura. Encontrámos porém informações estatísticas referentes ao ano de 1731, que nos dão conta das proporções somáticas da população da Boavista, de acordo com o seguinte quadro:

QUADRO Nº 11
Proporções somáticas da população da Boavista (1731)

Brancos	Mestiços	Forros	Escravos	Total
0	108	264	71	443

Fonte: I.A.H.U., Cabo Verde. Cxa. 14, doc. nº 33, de 10 de Maio de 1731. Extraído do "Lista do Bispado de Cabo Verde, assim da Ilha de S. Thiago como das outras ilhas e terra firme de Guiné, de que é Bispo D. Frei Joseph de S.ta Maria de Jesus".

Fortunato de Almeida estabelece, para 1900 e 1918, as seguintes proporções somáticas da população cabo-verdiana:

QUADRO Nº 12
Proporções somáticas da população cabo-verdiana (1900 – 1918)

Anos	Grupos somáticos			
	Brancos	Mestiços	Pretos	Total
1900	3.856	94.639	48.929	147.424
1918	4.718	87.249	50.585	142.552
Variações (±)	+ 862	–7.390	+1.656	– 4.872

Fonte: ALMEIDA, Fortunato de – "Portugal e as Colónias Portuguesas". Coimbra: Editor Fortunato de Almeida, 1918, p. 140.

Ressalta-se das informações numéricas do quadro um decréscimo de 4.872 habitantes em 1918 em relação ao total do ano de 1900, que era de 147.424 habitantes, contra os 142.552 do último ano. Em referência a esse mesmo ano, o mesmo autor classificava, de uma maneira geral, a população de Cabo Verde, em termos somáticos, do seguinte modo: "são de tez morena, cabelos pouco crespos e feições muito aproximadas do tipo da raça branca".[293]

Há uma outra referência às proporções somáticas da população dessa ilha, aquando da realização da "Exposição-Feira de Angola", 1938. Com efeito, num quadro estatístico da população cabo-verdiana estimada em 1937, inserido no programa alusivo ao evento, dava-se à ilha da Boavista um total de 2.929 habitantes, sendo 45 brancos, 2.241 mistos e 643 pretos, contra os 164.845 de todo o Cabo Verde, sendo 6.480 brancos, 123.490 mistos e 34.875 pretos.[294]

[293] ALMEIDA, … – Portugal …, p. 140.
[294] Quadro inserto no "CABO VERDE na Exposição-Feira de Angola". Praia: Imprensa Nacional, 1938, p. 13.

Conclui-se portanto que, quer em relação a Cabo Verde quer em relação à ilha da Boavista, o contingente humano africano que contribuiu para o povoamento das ilhas era maioritário em relação ao contingente europeu que participou no mesmo povoamento. Como exemplo, se tomarmos como referência as informações estatísticas do ano de 1860, atrás discutidas, num cálculo estimado, provavelmente a relação percentual entre os dois contingentes, para Cabo Verde, é cerca de 79 % de africanos, contra 21 % de europeus e, para a ilha da Boavista, cerca de 77 % de africanos contra 23 % de europeus. Assim, conjugando todas as informações precedentes, concordamos com Simão Barros, na sua asserção de que o africano foi o largo fundo étnico do povoamento das ilhas de Cabo Verde.[295]

3.3. A presença de povos antigos na ilha da Boavista

Mas antes de nos debruçarmos sobre o povoamento da ilha da Boavista propriamente dito, procuraremos clarificar um pouco mais a ideia de que ela terá sido visitada, conjuntamente com as suas irmãs orientais – Sal, Maio e Santiago –, por povos antigos, nomeadamente fenícios e africanos. Neste sentido, para melhor discutirmos a problemática dos descobrimentos da Boavista, nos colocamos, logo à partida, a seguinte pergunta: a ilha da Boavista terá sido visitada por outros povos, antes que os portugueses nelas tivessem aportado pela primeira vez, no século XV?

A hipótese da presença de povos da Antiguidade na ilha da Boavista é-nos suscitada em textos antigos, como por exemplo o de Plínio e o de Ibn Saïd, este citado e analisado por Jaime Cortesão. No que se refere a Plínio, servimo-nos do texto de D. Pedro Rodriguez Campomanes, intitulado "Antigüedad Maritima de la Republica de Cartago con el periple de Su General Hannon", que se reporta a "Naturali Historia, da autoria de Plínio, por não termos tido acesso ao original dessa obra.[296] Ao que pudemos apurar em Campomanes, se Plínio dá notícia da possível passagem por Cabo Verde da Esquadra fenícia comandada por "Hannon", essa passagem terá sido entretanto ocasional, sem qualquer intenção, quer em termos de visita quer de povoamento no sentido da ocupação permanente e da exploração económica. De qualquer modo, fica aqui colocada a hipótese de os fenícios terem visitado a ilha da Boavista, cuja comprovação, ou refutação, será apurada quando documentos mais consistentes forem encontrados, nomeadamente em arquivos dos países do Norte de África, herdeiros da antiga Cartago, de onde era originária a Armada do General Hannon.

---

[295] Cf. BARROS, … – Origens …, p. 38.

[296] Cf. CAMPOMANES, D. Pedro Rodriguez – "ANTIGÜEDAD *MARITIMA* DE LA REPUBLICA *DE CARTAGO* COM EL PERIPLE DE SU GENERAL HANNON". Madrid: Imprensa de Antonio Perez Soto, M.DCC.LVI, p. 94-95. "Plínio, o Velho, é autor de uma 'História Natural' em 37 livros; Pompónio Mela, autor de uma 'Cosmographia' e do 'De Chorografia' que descreve, a partir do estreito de Gibraltar, as regiões de África" (COSTA, José Pereira (Leitura paleográfica, notas e índice de) – "Códice Valentim Fernandes". Lisboa: Academia Portugfuesa da História, MCMXCVII, Nota nº 76, p. 155).

O mais provável é a possibilidade de povos africanos terem visitado mais contínua e demoradamente as ilhas do Sal e da Boavista, com a finalidade da extracção e do comércio do sal com a costa ocidental africana. Este facto, noticiado por Ibn Saïd, falecido em 1282, é retomado e discutido, como referimos atrás, por Jaime Cortesão.[297] Com efeito, referindo-se à ilha do Sal, vizinha à da Boavista, escreve Ibn Saïd, citado por Cortasão: Os seus habitantes alimentam-se de peixes e tartarugas e fazem grande comércio de sal; navios carregados com esse produto sobem o rio e abastecem as regiões situadas nas suas margens. É o único sal que existe no país dos negros. Ao lado desta ilha, à distância de meio grau, encontra-se a Ilha do Ambar, a qual mede dois graus de comprimento e dois terços de grau na sua maior largura. Dá-se-lhe também o nome de Ilha das Tartarugas, pela grande quantidade delas que ali vivem".[298] N que respeita ao âmbar, é curioso notarmos que a Coroa mandava os habitantes da Boavista apanhá-lo na ilha do Sal, pela Provisão de 11 de Abril de 1732,[299] enquanto que nas praias se encontrava às vezes algum âmbar.[300]

A afirmação de Ibn Saïd é porém refutada por outros historiadores, como por exemplo José Joaquim Lopes de Lima, fundamentando a sua posição, como vimos atrás, com o argumento de que as canoas dos negros não tinham a capacidade que lhes permitisse alcançar as ilhas cabo-verdianas. Mas não terá sido numa embarcação com a idêntica capacidade da canoa, a barca, que os portugueses ultrapassaram o Cabo Bojador? Neste sentido, escreve Damião Peres que "foi numa destas pequenas embarcações, que em 1434 se realizou um dos feitos mais importantes para a história das descobertas. Gil Eanes dobrou o Cabo Bojador: *parecia cousa estranha aos mareantes apartarem-se do rumo que levavam e seguirem outro tanto para oeste*".[301] Armando Zuzarte Cortesão também informa que "em 1436 Afonso Gonçalves Baldaia, no mesmo barinel em que no ano anterior passara 50 léguas além do Cabo Bojador, descobriu o Rio do Ouro, chegando à Pedra da Galé".[302]

No que se refere às canoas dos negros da costa ocidental africana, Luís de Cadamosto já informava, da sua segunda viagem em 1456 pela referida costa, que havia canoas ou "almadias" estreitas e compridas no rio Senegal, enquanto ao lado, no rio Gâmbia, havia almadias que "[…] são na sua maior

---

[297] CORTESÃO, Jaime – "Os Descobrimentos Portugueses". Vol. II. Lisboa : Arcádia, [s.d.], p. 46-48.

[298] Ibn Saïd, citado por CORTESÃO, … – Os Descobrimentos …, p. 48.

[299] IAHN – Secretaria-Geral do Governo da Província de Cabo Verde – "Certidão do Livro em que se registão Ordens respectivas a Alfândega da Ilha da Boa vista", que contem o "Livro em que está Escripto a forma de arrecadação da real Fazenda, e as ordens por que Sua Magestade que Deos Guarde asim Manda Estabelecer nesta Ilha e alguns Capítulos de Regimento das Alfândegas por que os Feitores se devem reger nos despachos que derem aos Navios, como adiante se verá". Cx., Nº 426, 1825.

[300] VALDEZ, Francisco Travasso – "África Ocidental – Notícias e Considerações". TOMO I. Lisboa: Imprensa nacional, 1864, p. 171.

[301] PERES, Damião – "História dos Descobrimentos Portugueses". 4ª ed. Porto: Vertente, 1992, p. 181.

[302] CORTESÃO, Armando – "Subsídios para a história do descobrimento da Guiné e cabo Verde". Separata nº 76 do *Boletim da Agência Geral das Colónias*. Lisboa: Agência geral das colónias, 1931, p. 6.

parte, – por aquelas que depois eu vi –, quase todas de uma só peça, feitas de grandes troncos cavados, e ao modo dos batéis que se levam atrás destas nossas grandes chalupas".[303] Jaime Cortesão corrobora a informação de Cadamosto, ao afirmar que os árabes tiveram conhecimento das ilhas do Sal e da Boavista através dos senegaleses, "[…] os quais desde tempos imemoráveis as visitavam nas suas grandes canoas de alto-mar".[304] Por seu turno, A. H. de Oliveira Marques também aborda esta informação, embora não diga directamente respeito à ilha da Boavista, nos seguintes termos: "outras viagens árabes onde negros enquadrados na zona cultural muçulmana parecem ter alcançado a ilha do Sal, no arquipélago de Cabo Verde, visitada com regularidade durante algum tempo a fim de se carregar sal".[305]

Observemos, todavia, que para chegarmos a uma conclusão mais segura, quer em relação à possível presença dos fenícios quer em relação à presença dos senegaleses, gostaríamos de poder confrontar os textos escritos até aqui balanceados com outras fontes, nomeadamente com estudos arqueológicos que pudessem, por exemplo, revelar esqueletos humanos ou vestígios de utensílios em alguma parte da ilha da Boavista. Mas infelizmente estudos arqueológicos não passam, em Cabo Verde, de algumas experiências esporádicas e localizadas na Cidade Velha, antiga Cidade da Ribeira Grande, em Santiago. Neste sentido, não somos pessimistas ante a possibilidade de virem a ser descobertos documentos mais esclarecedores sobre a matéria. Pelo contrário, temos a esperança de que um dia documentos desaparecidos, ou desviados, venham a aparecer e que vestígios da presença humana em alguma ou algumas das ilhas de Cabo Verde, anteriormente à presença dos portugueses, venham a ser revelados pela conjugação de estudos arqueológicos com os métodos do carbono 14 e das Novas Tecnologias, como por exemplo a utilização de computadores na análise antropológica de restos mortais, como os ossos e os cabelos.

3.4. O povoamento pelos portugueses

Portanto, enquanto documentos mais esclarecedores não apareçam, o ponto de partida para a discussão da problemática do povoamento da ilha da Boavista não poderá ser encontrada na possibilidade de outros povos terem visitado a ilha, antes dos portugueses. Assim, a problemática em torno do povoamento da ilha da Boavista discute-se, do nosso ponto de vista, a partir da ocupação das ilhas de Cabo Verde, em meados do século XV, após os portugueses as terem descoberto. Neste sentido, a primeira referência sobre a presença humana na ilha da Boavista fê-la Luís de Cadamosto, um dos seus prováveis descobridores, no seu relato de viagem "Navegação II, impresso pela

[303] PERES, Damião (Notas históricas de) – "Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra". Lisboa: Academia Portuguesa da História, MCMLXXXVIII, II Parte, p. 123 e 151.
[304] Citado por CORTESÃO, Armando – "Descobrimento e representação das ilhas de Cabo Verde na cartagrafia antiga". *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa: Classe de Ciências*, TOMO XXI. Lisboa: Imprensa Nacional, 1976 / 77, p. 232.
[305] MARQUES, A. H. de Oliveira – "História de Portugal". Vol. I (Das origens ao Renascimento). Lisboa: Editora Presença, 1997, p. 229.

primeira vez em Veneza em 1507.[306] No seu relato, diz Luís de Cadamosto que, ao aportar a ilha da Boavista, em 1456, enviou à terra dez homens, "[…] pelo que, foram e não acharam senão que aquela ilha não era habitada a não ser por enorme quantidade de pombos, os quais se deixavam apanhar à mão, não sabendo que coisa fosse o homem".[307] Um outro documento coevo dos descobrimentos portugueses, o relato de Diogo Gomes, escrito por Martin Behaim por volta de 1484,[308] não faz, infelizmente, qualquer referência à ilha da Boavista, uma das quatro orientais: diz simplesmente que ele e António de Noli, ao regressarem do porto de Zaza da costa ocidental africana, em viagem para Portugal, avistaram ilhas no mar e descobriram a de Santiago, na qual aportaram; foram à terra mas não encontraram quaisquer sinais de homens.[309]

Logo após os descobrimentos das ilhas de Cabo Verde, tornou-se necessário povoá-las. Como assinalámos atrás, o processo seria inicialmente dificultoso, devido por um lado, como já vimos, ao pouco interesse que as ilhas despertavam e, por outro, à falta de meios financeiros e humanos suficientes, por parte da Coroa, para povoar todas as ilhas atlânticas: de Cabo-Verde, Açores e Madeira. Para contornar o problema, a estratégia adoptada foi a do sistema de capitania. Com efeito, de acordo com António Carreira, o recurso a este sistema prendia-se à falta de meios financeiros e humanos para levar avante a empresa do povoamento, o que obrigava a Coroa Portuguesa a doar as ilhas a homens nobres da sua confiança.[310] E, para atrair povoadores para elas, os reis concediam privilégios e regalias.[311]

Mesmo com esses privilégios, o povoamento de Cabo Verde não seguiu o mesmo ritmo em relação a todas as ilhas. Com efeito, após o seu descobrimento, entre 1456 e 1460, por mais de 50 anos as ilhas de Barlavento, mais as ilhas do Maio e da Brava, no Sotavento, mantinham-se praticamente abandonadas, pois, as preocupações se dirigiam para as ilhas mais rentáveis em termos de agricultura, Santiago e Fogo. Estas seriam, efectivamente, as primeiras a serem povoadas. O rei D. Afonso V doara ao Infante D. Fernando as ilhas de Cabo Verde,[312] e foi nesta base que o infante mandou povoar as duas ilhas, fundamentalmente com recurso ao trato de escravos na costa da Guiné.[313]

---

[306] "COLLECÇÃO DE NOTICIAS PARA A HISTÓRIA E GEOGRAFIA DAS NAÇÕES ULTRAMARINAS, QUE VIVEM NOS DOMÍNIOS PORTUGUEZES". TOMO I e II. Lisboa: Academia Real da Sciencias, 1812, p. XI.

[307] PERES, … – Viagens …I, p. 158.

[308] Vitorino Magalhães Godinho pensa, contudo, que Diogo Gomes terá escrito, por etapas, partes do seu relato provavelmente no período compreendido entre 1466 e 1474, com complementos anteriores a 1478 (Cf. MONOD, Th.; MAUNY, R.; DUVAL, G. (Organização e notas de) – "De la première découverte da la Guinée". Bissau : Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1959, p. 8).

[309] MONOD, ….; MAUNY, ….; DUVAL, …– De la première …, p. 52.

[310] Cf. as cartas régias de doação, referentes às ilhas de Cabo Verde.

[311] Como, por exemplo, os constantes na carta régia 12 de Junho de 1466, transcrita in ALBUQUERQUE, …; SANTOS, … – História Geral …, p. 19-22.

[312] Cf. Carta de doação de 19 de Setembro de 1462, transcrita in ALBUQUERQUE, …; SANTOS, … – História Geral …, p. 17-18.

[313] Cf. Cartas régias, respectivamente, de 12 de Junho de 1466 e de 8 de Fevereiro de 1472, transcritas in ALBUQUERQUE, …; SANTOS, … – História Geral …, p. 19-22 e 25-28.

Para o caso da ilha da Boavista, assim como todas as outras de Barlavento, o povoamento seria entretanto tardio e lento, por razões que tentaremos explicar ao longo deste capítulo.

3.4.1. O processo de povoamento da ilha da Boavista: as doações do gado bravo

A ocupação da ilha da Boavista dependeu exclusivamente do aproveitamento de um dos seus produtos naturais, que constituiu, aos olhos dos primeiros colonos, o seu principal potencial económico: o pasto, que proporcionou a criação de gado, para fins económicos. Com efeito, até hoje não foram descobertas riquezas minerais no seu subsolo: a sua única riqueza baseava-se na existência de solos onde crescia grande quantidade de plantas xerófilas, quando chovia, principalmente no interior da Ilha. Por ser uma ilha de clima árido e semi-árido, portanto de pouca precipitação, de pouca quantidade água potável e de fraca possibilidade agrícola, o seu povoamento não foi imediato.

É no quadro dessa adversidade físico-geográfica, principalmente dos solos e do clima, e da diversidade dos elementos humanos discutidos atrás e que contribuíram para a ocupação e o povoamento da ilha da Boavista, que tentaremos abordar o problema da ocupação e do povoamento dessa ilha. Neste contexto, aqui distinguimos a ideia da ocupação, como domínio de um determinado espaço geográfico com a intenção de explorar economicamente os seus recursos naturais, da ideia do povoamento propriamente dito, como "processo demográfico por meio do qual um território recebe a sua população", portanto, como fixação duradoura de uma população no referido território.[314]

Neste sentido, devemos assinalar antes de mais, que assim como o processo de povoamento do Arquipélago de Cabo Verde, o da Boavista não se realizou simultaneamente em todo o seu espaço geográfico. Por exemplo, enquanto os primeiros núcleos populacionais da Boavista surgem na zona Sul-Sudoeste da ilha por volta de 1490, quando foi ocupada com a finalidade de explorar o gado bravo nela que tinham sido largados a esmo, a primeira povoação no interior da ilha só é fundada por volta de 1650 e o último centro populacional, o povoado do Porto Inglês, hoje Vila de Sal-Rei, só emerge por volta dos meados do século XVIII. Vê-se portanto que o povoamento da ilha da Boavista se efectivou numa curva temporal de mais de dois séculos e meio.

Nesse espaço de tempo, é possível localizar três fases de povoamento, que se correlacionam com as forças geradoras das actividades económicas da ilha, como a pastorícia, a agricultura e o sal. Assim, a primeira fase localiza-se entre os finais do século XV e os inícios do século XVI: é a fase da ocupação com gado e escravos, que dá origem ao surgimento dos primeiros núcleos populacionais ou aglomerados de choças ou funcos de pastores; a segunda

[314] Para esta acepção de "povoamento", absorvemos o termo "povoação", por a acharmos mais apropriado ao caso das ilhas de Cabo Verde. Para o significado do termo "povoação", cf. ACADAMIA DAS CIENCIAS DE LISBOA – "Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea". Vol. II. Lisboa: Editorial VERBO, 2001, p. 2926.

fase, que se estende dos inícios do século XVI aos finais do século XVII, coincidindo com a emergência dos povoados, resultantes da evolução dos núcleos populacionais; e a fase da consolidação do povoamento, no século XVIII, com a demarcação e limites das chamadas "povoações regulares".[315]

Por isso, nesta parte do trabalho, serão questões centrais da nossa atenção, 1) a participação de colonos e escravos no processo de ocupação e de povoamento da ilha da Boavista e, 2) a emergência dos núcleos populacionais, povoados e povoações, resultantes da actividade económica agro-pecuária e salineira na referida ilha. Para efeito de análise do processo de povoamento da Boavista, neste trabalho, por "núcleo populacional" entendemos aglomerados de habitações pouco consistentes e com pouco conforto de habitabilidade, isto é, lugarejos de paragem humana temporária, constituídos geralmente por funcos ou choças; por "povoado", entendemos lugar pequeno, com casas habitadas em permanência mas sem qualquer organização administrativa; por "povoação", entendemos lugar habitado regularmente, isto é, aldeias de carácter permanente e detentoras de uma certa organização administrativa, económica, social, cultural e religiosa.

3.4.1.1. Primeira fase do povoamento: ocupação dos espaços geográficos da Boavista e a formação dos primeiros núcleos de povoamento (finais do século XV aos começos do século XVI)

Compulsando os principais documentos oficiais sobre a ocupação e o povoamento da ilha da Boavista, constata-se que eles se fizeram, inicialmente, quando os donatários de Santiago descobriram a possibilidade de ali se obterem produtos de gado necessários ao abastecimento de frescos aos navios que cruzavam o Atlântico e ao seu comércio internacional, nomeadamente com a Costa Ocidental da África e com as colónias europeias das Américas. Por outro lado, de acordo com alguns autores, a prática da agricultura e o comércio internacional do sal dariam novas dinâmicas ao processo da ocupação e do povoamento da ilha da Boavista. Somos levados a crer que a ocupação e o povoamento dessa ilha terão sido realizados por fases. Assim, para uma visão mais completa, o quanto possível, do processo da ocupação e do povoamento da Boavista, a seguir abordaremos a formação dos seus povoados e das suas povoações que, de acordo com a bibliografia consultada, estiveram sempre ligadas à exploração económica dos produtos do gado, da agricultura e das salinas.

A primeira fase, entendemo-la como a ocupação da Boavista com o gado bravo e escravos para o pastorear, pois inicialmente pretendeu-se simplesmente ocupar e explorar os solos da ilha. Inicia-se nos finais do século XV, precisamente quando em 1490 o duque de Beja, D. Manuel, doa a Rodrigo Afonso, que já era donatário da metade Norte de Santiago, o gado bravo da ilha da Boavista, para fins de exploração económica dos seus produtos, conforme se

[315] Sobre a nomenclatura "povoações regulares", ver "Processo relativo à delimitação das povoações a que se refere a portaria provincial Nº 309 de 16 de Setembro de 1913". IAHN, Praia, Secretaria Geral do Governo, D2.3 / Cxa. 514.

diz no próprio alvará de doação de 31 de Maio do referido ano, confirmado pelo próprio D. Manuel, sendo já rei, em carta de doação de 29 de Outubro de 1496.[316]

Rodrigo Afonso pertencia à família dos Athouguias, uma poderosa família da ilha da Madeira, do Arquipélago do mesmo nome.[317] Por outro lado, para além de sobrinho de Diogo Afonso, Rodrigo Afonso era escrivão de fazenda de D. Fernando e depois vedor de fazenda da infanta D. Beatriz, mulher de D. Fernando. Diz Senna Barcellos que foi D. Beatriz que fez doação a Rodrigo Afonso da capitania metade Norte de Santiago.[318] Por ai se compreende o porquê de tantos favores a Rodrigo Afonso, que viriam a ser extensos aos seus familiares. A doação do gado bravo da Boavista a Rodrigo Afonso era, porém, limitada à vida do donatário, pois na referida carta de confirmação o rei estipula expressamente "[…] que ele tenha de mim em dias de sua vida o gado bravo da minha ilha da Boavista […]". Assim, a doação valia enquanto vivesse o donatário, pois os filhos ou descendentes não podiam herdar a capitania. Assim, após a sua morte, como determinava o rei na citada carta régia, todo o gado, as casas, as bestas, cães e os aparelhos de matar o gado que houvessem na ilha reverteriam a ele, ao mesmo tempo que advertia ao contador e ao almoxarife da ilha de Santiago que não mandassem matar, a partir do falecimento do dito donatário, nenhum gado na Boavista.

Ao referir-se ao "gado bravo da minha ilha",[319] o rei diz expressamente, quanto a nós, que na ilha da Boavista já se encontrava gado lançado a esmo. Por seu turno, António Carreira não só corrobora a existência de gado na Boavista antes de 1470 mas também transmite a ideia de já haver escravos na Boavista por volta de 1472, ao escrever, referindo-se à "chacina de cabra" nas ilhas de Santiago e do Fogo por essa época, que "a criação de gado diverso começou pelo aproveitamento das boas pastagens do Maio e da Boa Vista, onde os animais eram largados sem outros cuidados além da vigia e pastoreio por escravos" que, ainda de acordo com Carreira, "ficavam isolados do resto do mundo, sem possibilidades de se evadirem".[320] Portanto, é bem provável que por volta de 1472 já houvesse gado na Boavista, lançado a esmo, o que explica

[316] Carta régia de D. Manuel, de 29 de Outubro de 1496. ALBUQUERQUE, …; SANTOS, …– História Geral …, p. 73-74.
[317] BARCELLOS, Christiano de Senna Barcellos – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". 2ªa ed. Vol. I, Parte I. Cap. II. Apresentação, Notas e Comentários de Daniel A. Pereira. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 46.
[318] BARCELLOS, Christiano de Senna Barcellos – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed. Vol. I, Parte I. Cap. II. Apresentação, Notas e Comentários de Daniel A. Pereira. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 46.
[319] Alvará de doação de 31 de Maio de 1490, passada a Rodrigo Afonso pelo então duque de Viseu, D. Manuel, reconfirmado pela carta de doação do mesmo D. Manuel, já na qualidade de rei, a 29 de Outubro de 1496. In BARCELLOS, Christiano de Senna Barcellos – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed. Vol. I, Parte I. Cap. II. Apresentação, Notas e Comentários de Daniel A. Pereira. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 56.
[320] CARREIRA, … – "CABO VERDE …, p. 39.

o chamado "gado bravo"[321] nas diversas cartas de doação que referiremos neste capítulo.

Quanto ao povoamento, Senna Barcellos informa que a ilha se encontrava deserta à data da doação do gado bravo a Rodrigo Afonso, em 1490.[322] Isto é, antes do ano de 1490 a ilha da Boavista se encontrava desabitada, encontrando-se ali apenas o gado bravo. Cruzando as duas informações, vê-se que Barcelos não considera os escravos referidos por Carreira em número suficiente para os considerar habitantes, pois nem os refere na sua informação.

Como primeiro donatário da Boavista, caberia a Rodrigo Afonso dar os primeiros passos para a ocupação, para fins de exploração económica dos produtos do gado bravo e o povoamento efectivo da ilha, o que não terá feito de ânimo leve, como se depreende da seguinte passagem: "o nome da Boa Vista parece-nos posto por alguem que Rodrigo Affonso, residente no reino, alli mandou pelos annos de 1489, a fim de estudal-a, e ver se satisfazia ás condições de pastagens e de agua, para creação de gados […]".[323] Terá tido resposta positiva dessa primeira acção, pois, a partir da doação do gado bravo da Boavista a seu favor, em 1490, passou a incentivar colonos europeus a se fixarem na Boavista, ao mesmo tempo que importava africanos da Guiné, como escravos, com o objectivo principal de trabalhar no pastoreio do referido gado bravo.[324]

Dizer que Rodrigo Afonso levou escravos da Guiné para a ilha da Boavista, subentende-se portanto que houve nesses primórdios da ocupação da ilha, sob a sua responsabilidade, alguma importação de escravos directamente do continente africano para essa ilha. Aliás, pela carta régia de 9 de Abril de 1473, ao doar-lhe a capitania do Norte de Santiago, o rei D. Afonso V outorgava-lhe "[…] todolos priuilegios framquezas e liberdades que per noso priuilegio temos outorguados aos moradores da dita jlha […]", incluindo o de importar escravos da Costa ocidental de África.[325]

---

[321] Por "gado bravo" entendemos todo o gado lançado a esmo num determinado espaço geográfico, que pasta livremente pelos campos, sem pastoreio, portanto.

[322] BARCELLOS, Christiano de Senna Barcellos – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed. Vol. I, Parte I. Cap. II. Apresentação, Notas e Comentários de Daniel A. Pereira. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 57.

[323] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed.. Vol. I, Parte I, Cap. II . Apresentação, Notas e Comentários de Daniel Pereira. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 58. Note-se que o nome "Boavista", em vez de S. Christovam aparece pela primeira vez no Alvará de 31 de Março de 1490, atrás citado.

[324] Cf. MÚRIA, Manuel – "Cabo Verde ; memórias breves". Lisboa: Agência geral das Colónias, 1939, p. 27.

[325] Carta régia de 9 de Abril de 1473, transcrita in ALBUQUERQUE, …; SANTOS, … – História Geral de …, p. 39. Note-se que Diogo Afonso falecera em 1473, pelo que provavelmente nessa data Rodrigo Afonso, seu sobrinho, já fosse donatário da capitania da parte Norte de Santiago, por doação de D. Afonso V de 9 de Abril de 1473, como se poderá ler, respectivamente, das cartas de confirmação da doação a Pedro Correia, de D. Manuel, de 27 de Outubro de 1496, e da carta de confirmação da doação do mesmo rei, de 3 de Janeiro de 1505. Cartas régias 27 de Outubro de 1496 e de 3 de Janeiro de 1505, respectivamente, ambas de D. Manuel. ALBUQUERQUE, …; SANTOS, … – História Geral…, p. 39-40 e 37-38.

Assim, tendo-lhe sido doada a exploração do gado bravo da ilha da Boavista, é certo que, para fazer prosperar os seus rendimentos, Rodrigo Afonso tenha sido impelido a lançar cada vez mais gado nos campos de pastagem da referida ilha. Por isso, usufruindo dos mesmos privilégios concedidos aos outros donatários de Santiago, terá sido obrigado a importar cada vez mais escravos da Guiné, para além dos que certamente mandava vir de Santiago, com a missão de pastorearem e caçarem o gado bravo, a fim de o matarem e prepararem os seus produtos para a comercialização, nomeadamente carnes, "txasinas",[326] queijos, manteiga e peles.[327] A corroborar essa hipótese, Christiano José da Senna Barcellos escreve que, "doada a ilha, n'aquellas condições, a Rodrigo Afonso, foi este, certamente, quem n'ella introduziu os primeiros habitantes oriundos da Guiné, para pastorearem e guardarem o gado".[328] Manuel Múrias corrobora esta asserção quando diz que "em 1490 Rodrigo Afonso começou a exploração da Boa Vista e Maio, levando para lá escravos da Guiné e outros para a guarda de gado que para lá mandou ir de Santiago".[329] Com efeito, Rodrigo Afonso, que já era donatário da capitania da metade Norte da ilha de Santiago, instituiu a indústria pecuária na Boavista, levando para ali aqueles que viriam a ser os primeiros habitantes da ilha: escravos da Guiné e de Santiago.[330]

Neste quadro político-económico, a ocupação da ilha da Boavista decorre assim, como indicam aliás as várias cartas régias de doação citadas neste capítulo, à sombra da ilha de Santiago, mais precisamente a partir da capitania do Norte, cujos donatários e familiares, à base de privilégios concedidos pela coroa, desempenhariam um papel relevante no povoamento da referida ilha.[331] Como discutiremos no capítulo sobre a "Administração da ilha da Boavista", os próprios modelos de administração desta ilha, definidos nos referidos diplomas, eram os já adoptados e experimentados em Santiago. Não é exagerado dizer-se, portanto, que a história da ilha da Boavista esteve intimamente ligada à da capitania da metade Norte de Santiago.

Note-se que desde D. Afonso V, na realidade as doações das capitanias também representavam um rendoso negócio para os reis, pois detinham o monopólio do todo o comércio na costa da Guiné e Cabo Verde, do qual se reservavam o direito de cobrar ¼ dos rendimentos. Assim D. Manuel, ao doar o gado bravo da Boavista a Rodrigo Afonso e, mais tarde, aos seus descendentes, soube guardar para si o dízimo sobre todos os produtos do gado que se viessem

---

[326] Carne seca, geralmente ao sol, depois de salgada.

[327] BARROS, … – Origens …, p. 18.

[328] BARCELLOS, Christiano de Senna Barcellos – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed. Vol. I, Parte I. Cap. II. Apresentação, Notas e Comentários de Daniel A. Pereira. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 58.

[329] MÚRIAS, … – Cabo Verde …, p. 27.

[330] VASCONCELLOS, Ernesto J. de C. e – "Colonias Portuezas I: Archipelago de Cabo Verde – Estudo elementar de Geographia Phisica, economica e politica". Lisboa: Centro Typographico Colonial, 1916, p. 6.

[331] Por exemplo, para atrair povoadores para as ilhas não povoadas, D. João III concedia àqueles que as fossem habitar as mesmas regalias de que gozavam os habitantes das ilhas de Santiago e do Fogo, podendo, por exemplo, a irem negociar à Guiné (Cf. Carta régia de confirmação de 3 de Janeiro de 1505, transcrita in ALBUQUERQUE, …; SANTOS, … – História Geral …, p. 38).

a aproveitar. Esse direito, com efeito, vinha consignado nas próprias cartas de graça e mercê que, neste particular, funcionavam como verdadeiros contratos entre o rei e o capitão-donatário.

Neste sentido, estipulava o rei que "[…] por algũas justas razões que me d'elo moveram me praz que ele tenha de mim em dias de sua vida o gado bravo da minha ilha da Boavista por esta guisa que ele o possa matar e [mandar] matar aos tempos e sazões que lhes bem parecer"; de todo o gado que matar ou que manda matar, o donatário ficava obrigado a pagar ao rei "[…] das peles enxutas e corrigidas e postas no porto e assi do sevo e das carnes se as ele aproveitar o dízimo tirado de todo o monte e depois de tirado o dízimo de todo o al o quarto"; o rei determinava ao donatário que, quando quisesse matar o gado, tinha de o fazer saber antecipadamente, para que avaliasse a possibilidade de mandar à ilha o seu escrivão, afim de fiscalizar os trabalhos da matança, registar e receber a parte que lhe coubesse; mais estipulava que "[…] ao dito Rodrigo Afonso será obrigado de levar e trazer em seu navio à sua custa e se o dito meu escrivão quiser trazer meu quarto no navio que ele mandar também será obrigado de o trazer e em Lixboa lhe será pago o quarto de frete por que ele navio trouxer fretado".

Do referido documento constata-se, portanto, que a ocupação dos espaços geográficos da ilha da Boavista teve primordialmente uma intenção essencialmente económica, à base da criação de gado, o que não era alheio aos interesses económicos do próprio rei. Foi este tipo de ocupação, entretanto, que arrastaria, embora de forma lenta, todo o processo de povoamento que se lhe seguiu. Com efeito, decorridos pouco mais de 30 anos após o descobrimento da ilha, o gado, principalmente a cabra, desenvolvia-se extraordinariamente, pelo que, já nos finais do século V e início do XVI, os seus produtos constituíam a maior riqueza da ilha.[332] Por exemplo, em 1490 sacrificaram-se, só na primeira matança, mais de 4.000 cabeças de cabras na ilha da Boavista.[333]

Ora, a primeira matança aqui referida só poderia ter tido lugar por volta de 1490, pois o objectivo era o lucro fácil e rápido. E como se sabe, a cabra é capaz de parir três vezes por ano, nomeadamente quando a sua exploração para fins económicos é intensiva, como deverá ter sido dos finais do século XV aos começos do XVIII. Esta é a conclusão a que nos leva Simão Barros, ao informar que a criação do gado na Boavista, tendo atingido um extraordinário desenvolvimento, passou a exigir gente permanentemente que, não só cuidasse do seu pastoreio e caçada mas também fizesse a exploração dos seus produtos, pois, "tornou-se notável a produção da manteiga e da carne salgada ["chacinas"] e a exportação de couros. Caçadores e pastores foram, portanto, os primeiros povoadores destas duas ilhas".[334]

Assim, essas actividades pastoris, que ocorriam paralelamente ao apanho do algodão, não implicavam, no tempo de Rodrigo Afonso, um povoamento regular da ilha da Boavista pois, como refere Valentim Fernandes por volta de

[332] BARROS, … – Origens …, p. 12.
[333] TEIXEIRA, A. J. da Silva – "Coordenadas da agricultura cabo-verdiana". Separata da "AGROS". Vol. XLII – Nº 4 – 1959, p. 328.
[334] BARROS, … – Origens …, p. 15.

1505, enquanto as ilhas de Santiago e do Fogo já eram povoadas, nas de Santo Antão, São Nicolau, Santa Luzia, Sal, Boavista, Maio e Brava só existiam cabras.[335] Mais tarde, José Joaquim Lopes de Lima diz que "[…] no começo do seculo dezeseis somente eram povoadas as de S. Thiago e Fogo, de que os rendimentos andavam arrendados por conta do Fisco, servindo as outras para pastagem de gados".[336] Por seu turno, diz Orlando Ribeiro que "até ao fim do século XV cuidou-se apenas desenvolver o povoamento de Santiago; daqui saíram alguns escravos para tomar conta do gado que havia na Boavista e que, em 1490, se arrendou a um indivíduo que também foi nomeado donatário da ilha do Maio, […]".[337] Bem entendido que Orlando Ribeiro refere-se ao capitão-donatário Rodrigo Afonso. Noutra obra, reafirma Orlando Ribeiro que, "[…] fora do tempo da matança do gado e da apanha do algodão, trabalhos executados provavelmente por escravos negros de Santiago, a ilha [da Boavista] era despovoada e assim se conservava ainda uns quinze anos depois da concessão destes privilégios".[338] Partindo-se de 1490 em que a ilha foi ocupada oficialmente pela primeira vez, a informação do geógrafo Orlando Ribeiro se reporta certamente ao ano de 1505, ano em que, de acordo com os autores atrás citados, a ilha da Boavista não era ainda habitada, pelo menos de forma regular.

Já António Carreira afirma que, por volta de 1580, só eram povoadas as ilhas de Santiago e do Fogo, o que dá a ideia de que a ilha da Boavista ainda era desabitada. Por seu turno, José Joaquim Lopes de Lima torna a infrmar que, ainda nos começos do século XVII, a ilha da Boavista "não tinha mais que pastores, e caçadores de gado bravo, e o seu tráfico consistia em carnes salgadas, e chacinas, e muita courama […]".[339] Não concordamos com as duas

[335] CARREIRA, António – "A Capitania das Ilhas de Cabo Verde (Organização civil, eclesiástica e militar, século XVI-XIX – Subsídios)". *Separata das Revista de História Económica e Social*, 1987, p. 36; Cf. tb. LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE I. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. XII.

[336] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. XII.

[337] RIBEIRO, Orlando – "A Ilha do Fogo e as suas Erupções" (Apresentação de Suzana Daveau). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 91.

[338] RIBEIRO, … – Aspectos …, p. 138. Sobre o algodão, em 1841 Chelmicky dá conta de ter visto uma plantação desse arbusto na propriedade do Sr. Hipólito, no sítio da Boa Esperança, próximo da Vila de Sal-Rei, ao mesmo tempo que considerava: "no Archipelago convem muito a cultura do algodão á ilha da Boa-Vista, Maio e ás desertas de S. Luzia e Raza" (CHELMICKY, José Conrado Carlos de – "Corografia Cabo-verdiana ou descripção Geographico-historica da Provincia das ilhas de Cabo Verde e Guiné". TOMO I. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1841, p. 176); Por seu turno, José Maria de Sousa Monteiro dá conta, em 1850, de que "produz esta Ilha bom algodão branco, e cor de ganga, e com muita abundancia, principalmente nos bancos de arêa sedentarios que a atravessam de Leste a Oeste" (MONTEIRO, José Maria de Sousa – "Diccionario Geographico das províncias e possessões portuguezas no Ultramar". Lisboa: Typografia Lisboense, 1850, p. 163).

[339] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE II. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 45.

asserções, pois, em 1580 já se dá conta de uma população na Boavista de 50 habitantes,[340] o que é significativo para a época, por indiciar a existência de um ou mais núcleos populacionais do tipo povoado, embora não tenham atingido ainda as características de aldeia.

De acordo com as informações de Valentim Fernandes, de Lopes de Lima e de Orlando Ribeiro, pois já dissemos que não concordamos com a de António Carreira, podemos considerar portanto que, em termos de povoamento, até aos começos do século XVI a ilha da Boavista ainda não se encontrava habitada regularmente, embora lá existissem escravos para cuidarem do gado bravo pois, como testemunha Lopes de Lima, os "donatários as foram pouco a pouco colonisando, e essa primeira colonisação foi pela maior parte de Pastores, e tambem de Caçadores, que tinham por officio fazerem carnes, e chacinas".[341] Do nosso ponto de vista, portanto, o período compreendido entre 1490, altura em que a ilha foi ocupada para a criação do gado, e o primeiro quartel do século XVI, corresponde mais a uma fase de ocupação para fins de exploração económica do gado do que ao povoamento propriamente dito. Admitamos, porém, que essa ocupação lançaria as bases para o povoamento efectivo da ilha da Boavista, pois, como discutiremos a seguir, a pastorícia serviu como motor do arranque do seu povoamento regular ou efectivo.

Seja qual for o ritmo que tenha tido o processo de povoamento da Boavista, o certo é que, vendo-se num novo ambiente geográfico e encontrando-o desabitado, na luta pela sua sobrevivência e obedecendo a uma dinâmica sempre evolutiva, pela abertura a influências e a adaptações múltiplas do próprio ambiente, os escravos e os colonos, estes na qualidade de orientadores daqueles, terão desenvolvido técnicas de construção das suas primeiras habitações. Se por um lado essas técnicas obedeciam às suas respectivas tradições, por outro adaptavam-nas sempre às novas necessidades e desafios que a "terra" lhes apresentava. É assim que surgem na ilha da Boavista as primeiras habitações, do tipo choupana, originário da tradição dos colonos, e os primeiros "funcos", da tradição dos africanos.[342] A corroborar esta asserção, Christiano da Senna Barcellos escreve "[…] que foi em 1490 que em S. Christovam se construíram as primeiras choupanas e se deu o começo ao povoamento com pretos mandados de Santiago".[343] Vejamos um modelo da choupana portuguesa, parente próximo do funco africano:

---

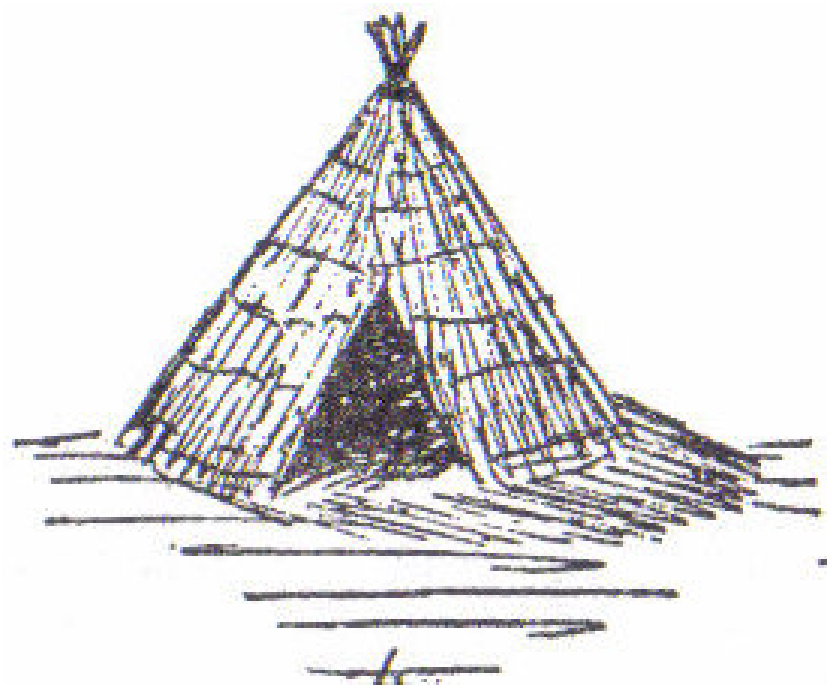
[340] DUNCAN, T. Bentley – "Atlantic Islands: Madeira, the Azores and the Cape Verde in Seventeenth-Century (Commerce and Navigation)". London: The University of Chicago Press, 1972, p. 255-256.

[341] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE I. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 19.

[342] "Funco" é o nome dado a um tipo de habitação muito usado da Gambia à Serra Leoa, na África Ocidental, cujo modelo se aparenta à choupana portuguesa.

[343] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "História de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed. Vol. I, Parte I, Cap. II. Apresentação, Notas e Comentários de Daniel Pereira. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 58. "S. Christovam" foi o nome primitivo oficial dado à ilha, em oposição ao nome "Boavista", dado por Luís de Cadamosto, seu provável descobridor.

FIG. Nº 13
Choupana de colmo para abrigo de pastor na Terra Chã



Fonte: RIBEIRO, Orlando – "Opúsculos geográficos". Vol. VI. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 382

E assim, como discutiremos mais à frente, emergem os primeiros núcleos populacionais da Boavista. Então, interrogamo-nos: Onde se localizavam esses primeiros núcleos populacionais da Boavista?

Seria importante que tivéssemos uma documentação que nos permitisse dar resposta a esta pergunta, pois a localização dos primeiros povoados da Boavista está intimamente ligada às condições naturais que permitiram a fixação humana e a realização da primeira actividade económica da ilha: a pastorícia.

Embora as cartas régias de doação do gado bravo nos conduzam à provável época da ocupação da ilha para a criação do referido gado, não encontrámos porém qualquer documento que mencionasse o local por onde terá começado a exploração do gado bravo nem a data da fundação dos primeiros núcleos populacionais nem tão pouco a sua localização e a sua disseminação pelos espaços físico-geográficos da Boavista. Formulemos, entretanto, alguma hipótese que eventualmente nos possa permitir dar resposta, a mais provável possível, à pergunta atrás formulada. A hipótese aventada será entretanto discutida, por falta de documentação, à base de cruzamentos de factos históricos.

Assim, como ponto de partida, aventemos a hipótese de os primeiros núcleos populacionais da ilha da Boavista terem-se localizado no Sul da ilha,

mais precisamente entre o Porto da Farrapa e o Porto do Curralinho.[344] O mapa a seguir dá-nos uma ideia da distribuição dos centros populacionais da Boavista:

FIG. Nº 14
Aglomerados populacionais da Boavista

Norte



Sul

Fonte: www.francophiles.co.uk

A história da ocupação humana dos espaços geográficos tem demonstrado que "geralmente, foram as necessidades do comércio que deram origem aos primeiros aglomerados de casas. Os primeiros povoadores fundaram as suas colónias nos portos de mar porque, dali, com mais facilidade podiam exportar seus produtos, negociar com os mercadores que demandavam aquelas

[344] Este porto era também conhecido por "Porto dos Portugueses, de acordo com vários autores, como por exemplo: CHELMICKY, … – "Corografia …, p. 50; VALDEZ, … – Africa …, p. 169; PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme (redigido por) – "Diccionario Histórico Chorographico, Heráldico, Biographico, Bibliographico, Numismático e Artistico". Vol. V. Lisboa: João Ramos Torres-Editores, 1904, p. 999. Note-se que "Curralinho" era também o nome do ilhéu situado junto da ponta do antigo povoado do Curral Velho, na parte Sueste da ilha da Boavista ("Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira". Vol VIII. Lisboa: Editorial Enciclopédia, s/d, p. 301).

paragens e enviar as suas caravelas à Guiné e regiões vizinhas para o resgate de escravos".[345] Neste sentido, toda a historiografia cabo-verdiana provará, por exemplo, que a fundação das duas povoações mais antigas deste arquipélago, a da Ribeira Grande e a dos Alcatrazes, obedeceu a esse móbil.

Por isso, antes de avançarmos na discussão da nossa hipótese, excluímos a possibilidade de os povoadores terem-se fixado, inicialmente, nas zonas Centro-Norte, Centro-Nordeste ou Centro Noroeste da ilha da Boavista, onde também existiam vastos campos de pastagem e salinas, do nosso ponto de vista, pelas seguintes razões: primeira, a zona Sul ficava mais próxima do Norte de Santiago, de onde, como veremos mais à frente, procederam esses povoadores; segunda, a referida zona oferecia melhores portos de embarque e de desembarque de pessoas e mercadorias; terceira, os portos do Norte, ao mesmo tempo que eram inacessíveis, devido aos inúmeros baixios que ali ainda existem, o que explica os vários naufrágios verificados nas suas costas, situavam-se longe dos campos de pastagem, de onde procediam os produtos para a exportação e comércio; quarta, do ponto de vista de políticas de povoamento, não era a pressão demográfica que impelia a Coroa portuguesa a expandir-se mas sim a necessidade de, ao mesmo tempo, legitimar a sua posse territorial e obter produtos de valor comercial. Por isso, entendemos que os primeiros povoadores, partindo das zonas do Sul-Sudoeste, foram-se adaptando ao quadro natural da ilha, conforme tentaremos explicar de seguida, nas direcções Noroeste e Nordeste. As zonas do Centro-Norte, Centro-Nordeste ou Centro Noroeste não deixariam porém de atrair povoadores, nomeadamente quando, nos séculos XVII e XVIII, com o aumento da navegação no Atlântico para o Oriente e para as Américas e com o desenvolvimento das colónias europeias no Continente Americano, se tornou necessário expandir o comércio dos produtos do gado e do sal.

Assim sustentamos a nossa hipótese, primeiro, no facto de existirem no Sul da ilha da Boavista os vastos campos de pastagem, respectivamente do Espargo, a Sudoeste, e da Manga, ao Sul, que certamente ofereceriam aos colonos óptimas condições de criação de gado, aliás razão primeira que os levara à ocupação da ilha; segundo, de esses campos de pastagem se localizarem limítrofes aos portos da Farrapa e do Curralinho, que são os portos da ilha da Boavista mais próximos da capitania do Norte de Santiago, numa distância de escassas 77 milhas marítimas,[346] o que permitia, portanto, mais rápido escoamento dos produtos de gado e menos dias de viagem até à povoação dos Alcatrazes, sede da referida capitania, onde residiam os representantes dos capitães-donatários que exploravam a ilha da Boavista; terceiro, de existir, próximo dos referidos campos de pastagem e portos, água potável e sal, que constituem factores facilitadores da exploração económica pastoril, porque sem a água não é possível a vida e sem o sal não é possível a conserva dos produtos do gado, numa época, século XV em diante, em que a refrigeração não existia.

---

[345] BARROS, … – Origens … p.34.

[346] TORRES, A. Sousa – "Formações sedimentares do Arquipélago de Cabo Verde". Lisboa: Oficinas Gráficas da Casa Portuguesa, MCMXLVI (ESTAMPA I).

Ora, historicamente as linhas de água e os portos sempre atraíram a fixação dos homens. Ou os primeiros colonos da ilha de Santiago do Arquipélago de Cabo Verde não se fixaram, respectivamente, no porto da desembocadura da Ribeira Grande e em Alcatrazes, situado na margem esquerda da desembocadura da Ribeira de S. Domingos, formando o Porto da Praia Baixo? No caso do Sul da ilha da Boavista, o topónimo do sítio da "Aguada", a menos de 2 Km do Porto do Curralinho, indica que provavelmente os navios que aportavam o referido porto se abasteciam de frescos, incluindo a água, nesse sítio, situado a cerca de 2 kms, o que é reforçado pelos vestígios, respectivamente, do poço "Fonte de César", a uns 2 Km da Aguada. É provável que, nos períodos prolongados de seca, as águas desses poços se tornassem salobras, o que terá levado Valentim Fernandes a noticiar, referindo-se à ilha da Boavista entre 1506 e 1507, que "as agoas desta ylha som salobras".[347]

Sobre o factor sal, com efeito, era nessa altura, para além de utilizado como tempero, a única substância indispensável à conservação de alimentos, como carne, queijo, manteiga e outros produtos resultantes das grandes matanças do gado. Ainda hoje se observam os vestígios das longas salinas do Espargo, situadas entre o Porto da Farrapa e o do Porto do Curralinho. Essas salinas, ao longo dos tempos, tornaram-se improdutivas, devido por um lado aos entulhos trazidos pela erosão provocada pelas águas das chuvas, através das muitas ribeiras que nelas desaguam e, por outro, às secas que devastaram as carquejas e tarafes que impediam a invasão da areia que vinham do mar, do lado oposto. Assim, os entulhos e as areias acabaram por assorear os leitos das referidas salinas, tornando-as estéreis, pelo que os colonos tiveram de procurar o sal noutro lugar, provavelmente nas salinas do Curral-Velho, as mais próximas, na direcção Sul-Sueste. E, mais tarde, na direcção Sul-Norte, no Porto do Canto.

Tendo-se provavelmente instalado os colonos no Sul da ilha da Boavista a partir de 1490 e sob a orientação inicial do donatário Rodrigo Afonso, com a multiplicação do gado e, consequentemente, com o envio de sucessivas levas de escravos para os pastorear, é lógico que começassem a desenhar na paisagem dos campos de pastagem limítrofes aos portos do Curralinho e da Farrapa povoados ou lugarejos, compostos essencialmente de choupanas e funcos de escravos pastores, atrás referidos. Notemos que o topónimo "Funco de Pascoal", situado no limite Leste do Espargo, fronteira com os sítios, respectivamente do Marcondinho e da Aguada, poderá testemunhar uma provável existência desse tipo de habitação, parente de origem africana das choupanas, choças ou casebres, cobertas de colmo e de uma só porta, de origem portuguesa, construídos no Sul da ilha da Boavista nos primórdios da sua ocupação.[348] Aliás, a habitação tipo funco, cabana ou choça, parece persistir

[347] "Códice Valentim Fernandes". Lisboa: Academia Portuguesa da História, MCMXCVII, 156.

[348] Por altura do povoamento de Santiago, os portugueses já tinham levado para a ilha a "choça", habitação simples, de planta circular e de cobertura cónica, sem quaisquer comodidades ; por seu turno, os africanos levaram o "funco", habitação com as mesmas características da choça (CARREIRA, António – "Aspectos da influência da cultura portuguesa na área compreendida entre o rio Senegal e o norte da Serra Leoa". *Actas do Congresso Internacional da Etnografia*. Vol. IV. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1963, p. 219).

na Boavista, pelo menos até 1864, pois Francisco Travasso Valdez dá conta, nessa altura, de "[…] cabanas ou choças n´um circuito de 1 ½ milha" do Rabil.[349] Por outro lado, o topónimo "Funco Palina", no sítio da Freguesia de S. João Baptista, denuncia a existência desse tipo de habitação também na parte Centro-Norte da Boavista.[350]

Será o núcleo populacional, formado por essas choupanas europeias mais os funcos africanos, o denominado "Povoado D. Rodrigo", que teimosamente persiste até hoje na memória colectiva dos boavistenses?

Não encontrámos qualquer documentação que testemunhasse o hipotético facto. Mas colhe-se por outro lado na tradição oral da Boavista a existência de uma povoação que se chamava "D. Rodrigo". A tradição oral não refere nem a localização nem a data da sua fundação. A propósito, é verdade que Rodrigo Afonso foi o primeiro donatário da ilha, o que poderá legitimar a formulação dessa hipótese, pois o nome poderá ter sido posto a título de homenagem ao referido donatário, como viria a acontecer mais tarde com as designações respectivamente, "D. Rodrigo", para a primeira "povoação" fundada na ilha de S. Vicente, e "D. Leopoldina", com a elevação da referida povoação à categoria de "vila".[351] Mas diga-se de passagem que esses antropónimos como denominação das referidas povoações não resistiram ao tempo. Se para o caso de S. Vicente há algum documento escrito, para o caso da povoação da Boavista não encontrámos nenhum documento que confirmasse ou refutasse essa hipótese. Colhe-se sim em Senna Barcellos que o navegador Colombo, da sua passagem pela ilha da Boavista em 1498, registou no seu diário de Bordo que "vino el mayordomo de Boa Vista, que llamaba Rodrigo Alonso, a verlo […]".[352] Reparemos que Colombo registou mordomo e não donatário. Com efeito, o referido "Alonso", que se deverá ter identificado com o nome do seu patrão, é, provavelmente, o representante ou Feitor do verdadeiro donatário Rodrigo Afonso, pois, como vimos atrás, este nunca residiu em Cabo Verde.[353] Ora, 1498 representa apenas 8 anos sobre a data da doação do gado bravo da Boavista a Rodrigo Afonso, o que nos faz supor que o topónimo "D. Rodrigo" do núcleo populacional dos primórdios da ocupação da Boavista se refira a um dos Rodrigo, o donatário, ou o mordomo. Como dissemos, não temos meios documentais suficientes que nos permitam confirmar ou refutar essa hipótese. Todavia, a existir a hipotética povoação, seria mais um núcleo populacional que povoação, que não terá podido resistir ao tempo, ou, então terá sido abandonado, devido à fragilidade da sua habitabilidade.

Por outro lado, calcorreámos em 2005 de ponta a ponta o campo de pastagem do Espargo, mas não encontrámos quaisquer vestígios de habitação.

---

[349] VALDEZ, … – Africa …, p. 26.

[350] LERENO, Álvaro – "Dicionário Corográfico do Arquipélago de Cabo Verde". Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952, p. 215.

[351] Cf. MONTEIRO, … – Diccionario Geographico …, p. 526.

[352] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "História de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed.Vol. I, Parte I & II (Apresentação, Notas e Comentários de Daniel Pereira). Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 27.

[353] Carta régia de 9 de Abril de 1473, transcrita in ALBUQUERQUE, …; SANTOS, … – História Geral …, p. 39.

O único topónimo que lembra um tipo de habitação antiga da Boavista é o referido “Funco Pacoal”. De acordo com a tradição oral, a zona onde se localizam o Marcondinho e a Aguada foi, em tempos antigos, habitada sazonalmente, pelo menos até à década de 50 de 1900. As informações colhidas junto da tradição oral não indicaram datas precisas da emergência das habitações que outrora terão ali existido. Das nossas visitas à referida zona em 2005, ainda observámos vestígios de casotas. Na Aguada ainda hoje existem vestígios de quintas e casotas que, no passado, eram propriedades agrícolas, de sequeiro e de regadio. Não havendo documentos escritos sobre a matéria, talvez os métodos arqueológicos, com recurso, nomeadamente ao carbono 14, venham a esclarecer o problema.

As primeiras choupanas a que se refere Senna Barcellos, que constituiriam os primeiros núcleos populacionais da ilha da Boavista, ter-se-ão formado mais provavelmente nas proximidades do Porto do Curralinho, por este beneficiar de uma grande vantagem em relação ao Porto da Farrapa: na ponta Leste do porto há um excelente local de embarque e desembarque, conhecido até hoje por “Desembarcador”. Por isso, não achamos descabida a ideia que ainda se encontra arreigada na memória colectiva boavistense, de que os primeiros colonos se teriam fixado no Porto do Curralinho. Na zona do Curralinho restam vestígios de algumas casotas, como possíveis testemunhos de uma fixação humana na referida zona. Mais uma vez, torna-se necessário um estudo mais aturado dos vestígios da Cultura Material da ilha da Boavista, com recurso a métodos arqueológicos. Vejamos:

FIG. Nº 15
Vestígios habitacionais e de pesca no Porto do Curralinho



FONTE: Foto do autor, Maio de 2005, no sentido Sudeste-Noroeste

3.4.1.2. Segunda fase do povoamento ou o povoamento efectivo (começos do século XVI aos meados do século XVII)

O incremento da navegação e do comércio pelo Atlântico, após o descobrimento do caminho marítimo para a Índia em 1497, e do Brasil em 1500, viria a dar porém um novo alento à ocupação e povoamento das ilhas, nomeadamente das ilhas não povoadas ou escassamente povoadas, incluindo a da Boavista.[354] Quanto à importância das ilhas de Cabo Verde para a navegação internacional, Manuel Múria escreve que "verdadeiramente, as ilhas são pobres; mas a posição excepcional que usufruem, a meio do Atlântico, entre a costa africana e a América, dá-lhes importância extraordinária, como escalas do comércio marítimo, entre os portos do norte e os do sul do Atlântico".[355] Luís de Albuquerque insiste neste ponto, isto é, no facto do progresso das navegações e da expansão portuguesa pelo Atlântico, até aos primórdios do século XVI, ter tornado imprescindível a ocupação de algumas ilhas que, "possuindo boas condições de defesa, constituíam também um ponto de apoio para a navegação oceânica, quer como escalas técnicas, quer como simples conhecenças, e para o domínio dos mares e regiões circunvizinhas".[356]

Um outro requisito para um rápido e regular ocupação e povoamento das outras ilhas de Cabo Verde, depois de Santiago e Fogo, prendia-se ao provimento de trigo, base da alimentação dos colonos, e de outros cereais para a alimentação dos escravos. Ora, as ilhas não produziam cereais nos primórdios da sua colonização. Porém, "a introdução do milho maïs, vindo do Brasil, anos antes de 1515, abriu todavia uma nova era para a colonização do arquipélago. Sem ele, a história da utilização da terra cabo-verdiana teria sido muito diferente".[357]

É assim que, a partir do século XVI, a Coroa portuguesa passou a se preocupar mais assumidamente com a ocupação e povoamento das restantes ilhas de Cabo Verde, depois de Santiago e Fogo, tendo para isso concedido aos novos povoadores as mesmas regalias concedidas anteriormente aos povoadores das duas referidas ilhas. Por exemplo, no que se refere às outras ilhas, "D. João III, para atrair povoadores para elas, concedeu àqueles que as fossem habitar as mesmas regalias de que gozavam os habitantes das ilhas de Santiago e Fogo. Deste modo, toda a população de Cabo Verde passou a poder

---

[354] Cf. RIBEIRO, … – Aspectos e Problemas …, p. 148. Por exemplo, em 1497 a armada de Vasco da Gama lança âncoras no Porto da Praia, em demanda do caminho marítimo para a Índia; em 1500 Pedro Álvares Cabral, viagem para o Brasil, também fundeia no mesmo porto; em 1522 aportam a Cabo Verde as naus de Fernão Magalhães, já no regresso da sua viagem de circum-navegação. Com essas viagens inaugurou-se uma nova fase no povoamento e valorização do Arquipélago de Cabo Verde, ligando-se as ilhas às grandes rotas marítimas (TEIXEIRA, António José da Silva; BARBOSA, Luís Augusto Grandvaux – "A Agricultura do Arquipélago de Cabo Verde – Cartas agrícolas. Problemas agrários". Lisboa: Junta de Exportação do Algodão, 1958, p. 31).

[355] MÚRIA, …– CABO VERDE… (introdução) e p. 35.

[356] ALBUQUERQUE, Luís de – "Necessidades estratégicas de ocupação das ilhas atlânticas". In ALBUQUERQUE, Luís de (Direcção de) – *Portugal no Mundo*. Vol. I. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, p. 201.

[357] TEIXEIRA, …; BARBOSA, … – A Agricultura …, p. 33.

ir negociar à Guiné, o que constituía monopólio, até então, dos habitantes de Santiago e Fogo".[358]

Repare-se que, para além de se situarem numa zona estratégica, tanto para fins militares como de apoio à navegação no Atlântico, como refere Albuquerque, do nosso ponto de vista, a fortuna das ilhas referida por Orlando Ribeiro dependeria, também, dos rendimentos que se pudessem tirar do comércio estabelecido entre os continentes atlânticos, no qual as ilhas de Cabo Verde desempenhariam um papel muito importante, devido à sua posição geográfica central em relação aos referidos continentes. E, no incremento da sua política de ocupação e povoamento, os reis de Portugal não eram alheios às vantagens comerciais que as navegações no Atlântico e o comércio com as ilhas de Cabo Verde representavam para a Coroa.

No que se refere à ilha da Boavista, como afirma Orlando Ribeiro, o principal rendimento da ilha da Boavista, à base da criação do gado, continuava a andar nas mãos da família do capitão-donatário da capitania da metade Norte de Santiago, com sede em Alcatrazes,[359] que pagava dízimas à coroa dos rendimentos do referido gado. Note-se que esse capitão-donatário também explorava, para além da ilha do Maio, a saboaria da ilha de Santiago, a qual o rei D. Manuel fizera mercê, por carta de 14 de Janeiro de 1485, e confirmara, por carta régia de 29 de Outubro de 1496, a Rodrigo Afonso.[360] Não causa estranheza portanto a informação de que, por exemplo, "os rendimentos de D. Manuel augmentaram muito com os monopólios da saboaria da ilha de Santiago e gado bravo das da Boavista e Maio".[361]

José Joaquim Lopes de Lima, por seu turno, escreve que a ilha da Boavista "andou nesta família [de Diogo Afonso de Athouguia] até ao tempo dos Filipes, em que começou a Ilha a ser governada por Capitães de nomeação regia, e se foi augmentando a povoação com fabrico do Sal; pois ainda no começo do século 17º não tinha mais que pastores, e caçadores de gado bravo, e o seu tráfico consistia em carnes salgadas, e chacinas, e muita courama […]".[362] O papel dessa família no povoamento da ilha da Boavistaé ainda ressaltada pelo Pe. António Brásio, quando afirma que "foi esta família quem a povoou e a tornou logradoiro de criação do gado".[363] Três documentos coevos poderão ainda corroborar essa asserção, sendo que Diogo Afonso de Athouguia

[358] BARROS, Simão – "Origens da colónia de Cabo Verde". Cadernos Coloniais № 56. Lisboa: Edições COSMOS, 1939, p. 14-15.
[359] RIBEIRO, … – "Aspectos e Problemas …, p. 138.
[360] Carta régia de D. Manuel, transcrita in ALBUQUERQUE, …; SANTOS, … – História Geral …, p. 49-50.
[361] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed.Vol. I, Parte I & II (Apresentação, Notas e Comentários de Daniel Pereira). Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 62.
[362] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE II. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 45.
[363] BRÁSIO, … – Descobrimento …, p. 81. Sobre os Athouguia, vimos atrás que era uma família muito influente da ilha da Madeira e que estava por trás de todos os Rodrigues da capitania da metade Norte de Santiago e da ilha da Boavista.

é o Diogo Afonso a quem D. Afonso V doara a capitania da metade Norte de Santiago e, por sua morte, ao seu sobrinho Rodrigo Afonso, em 1473. Vejamos os documentos. O de 1582 regista que "a ylha de Boa Vista, que está en 16 graos e hé de dona Maria, mulher de António Correla, defunto, aboo do marichal, pagua o quarto e dizimo do guado que a ylha tẽ, e dando outras nouidades, naõ pagará mais que o dizimo";[364] o outro documento, datando-se de 1625, faz referência a um outro descendente da família de Rodrigo Afonso, anotando que em data posterior a 1626 a ilha da Boavista era de António Correia.[365] O que é que dizem os documentos oficiais sobre o assunto?

Com efeito, a Rodrigo Afonso, falecido por volta de 1505,[366] sucedeu como donatário da Boavista o seu filho mais velho, Pedro Correia. Para tanto, a seu requerimento, Pedro Correia obteve de D. Manuel, por carta régia de 3 de Janeiro de 1505, a mercê do gado bravo da ilha da Boavista e a confirmação da mercê, liberdades e franquezas concedidos por seu tio D. Afonso V a Rodrigo Afonso por carta de 9 de Abril de 1473, carta essa que viria a ser reconfirmada, mais tarde, por D. João III, através da carta régia de 9 de Março de 1522.[367] Como absentista, arrendou a exploração do seu gado bravo da Boavista a Francisco Nunes, o "curtidor".[368] Pedro Correia, antes de senhorio da ilha da Boavista, já era senhor de Salvaterra e de Bellas e donatário da banda Norte de ilha de Santiago. Era também senhor da Cezimbra e vedor da fazenda da rainha D. Catarina, mulher de D. João III.[369] É nesse quadro que se compreende a doação de D. Manuel e, sobretudo, a confirmação da mesma por D. João III, concedendo-lhe os privilégios comuns aos moradores de Santiago, anteriormente concedidos ao seu pai Rodrigo Afonso, a 9 de Abril de 1473.

Pedro Correia terá dado um novo incremento ao povoamento da ilha da Boavista e assim, em 1918, Fortunato de Almeida já pôde escrever que "durante o mesmo século [século XVI] povoaram-se as ilhas de S. Nicolau, Bôa Vista, Brava, Maio e Santo Antão, contribuindo muito para a pronta cultura delas a divisão das terras incultas por pessoas assás abastadas para as poderem arrotear. Esta distribuição de terras foi ordenada em 1520 e deu úteis resultados".[370]

Como Pedro Correia não teve filhos e por carta de confirmação de 10 de Março de 1522 podia doar no seu testamento a seus sobrinhos, contemplou o seu sobrinho António Correia, alcaide-mor de Vila Franca, o senhorio da ilha da

---

[364] BOULÈGUE, Jean (apresentado por) – "Relation de Francisco d'Andrade sur les îles du Cap-Vert el la côte occidentale d'Afrique (1582)". Bulletin de l'I.F.A.N. T. XXIX, sér. B, nºs 1-2, 1967, p. 70.

[365] DORNELA, André – "Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde" (1625). Introdução, notas e apêndices de Avelino Teixeira Mota. Lisboa: Junta de Investigação Científica do Ultramar / Centro de Estudos da Cartografia Antiga, 1977, p. 372.

[366] Cf. CHELMICKY, ... – Corografia ..., p. 61.

[367] Carta régia de confirmação de 3 de Janeiro de 1505, transcrita in ALBUQUERQUE, …; SANTOS, … – História ..., p. 38.

[368] I.A.N.TT, CC, II -104-78, 1522.

[369] BARCELLOS, Christiano de Senna Barcellos – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed. Vol. I, Parte I. Cap. II. Apresentação, Notas e Comentários de Daniel A. Pereira. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 46.

[370] ALMEIDA, …– Portugal ..., Roda-Pé, p. 129.

Boavista. A 27 de Setembro de 1542 D. João III fez a doação do gado bravo da Boavista a António Correia, que lhe tinha deixado em testamento o seu tio Pedro Correia.[371] O donatário ficou obrigado a pagar ao rei 15.000 reis de pensão anual.

Por seu turno, o rei D. Sebastião, sucessor de D. João III, confirma a doação do gado bravo da ilha da Boavista, por volta de 1620, a Francisco Correia, filho de António Correia.[372] Também como absentista, arrendou a exploração do seu gado bravo da Boavista a Domingos Eanes durante 10 anos consecutivos, isto é, de 1581 a 1591,[373] e depois a Domingos Fernandes de Beco.[374] Francisco Correia teve dois filhos: António Correia [da Silva] e Manuel Correia. O primeiro foi donatário da Boavista, no domínio de Filipe I de Portugal.[375] Não encontrámos a carta desta doação mas por certo ela terá sido feita depois de 1580, ano em que começou a dinastia filipina em Portugal. Como o donatário era absentista, "Duarte Dias de Lisboa – arrendou os frutos da ilha da Boa Vista de que é donatário António Correia da Silva, paga ao rei 15.000 reis de pensão no lugar de António Correia até do que paga na ilha de Santiago dos dízimos das peles e couros que se carregam para Lisboa que havendo navios que carreguem importa essa ilha mais de duzentos mil reis cada ano e quando as não há se não paga nada e que vindo a esta cidade salvamento pago nesta alfandega 23% os quais não pagava o donatário quando os frutos iam por sua conta […]".[376] Essa doação foi a última a favor dos Athouguias e Correias, pelo facto de a exploração do gado da ilha da Boavista ter revertido para a Coroa, como também a da capitania da metade Norte da ilha de Santiago, tendo o rei D. Filipe I de Portugal mandado "[…] trancar a carta, por *diz a letra* d'ella, *o gado não pertencer á Ordem de Christo*".[377]

Vê-se portanto que os Rodrigos e os Correias, protegidos pela influente família de Diogo Afonso de Athouguia do Arquipélago da Madeira, eram os donos da ilha da Boavista e que o chamariz de povoadores para a referida ilha continuava a ser a criação do gado, pelo menos até ao primeiro quartel do século XVII, em ambos os casos.

Não podemos deixar de assinar aqui um facto que, em 1505, poderá ter levado para a ilha da Boavista alguns dos proprietários e outros habitantes dos Alcatrazes. Com efeito, nesse ano, a maioria da população da "vila" dos Alcatrazes, nomeadamente os criadores de gado, fixam-se "[…] n'um planalto

---

[371] BARCELLOS, Christiano de Senna Barcellos – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed. Vol. I, Parte I. Cap. IV. Apresentação, Notas e Comentários de Daniel A. Pereira. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 114.

[372] BARCELLOS, Christiano de Senna Barcellos – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed. Vol. I, Parte I. Caps. IV e V. Apresentação, Notas e Comentários de Daniel A. Pereira. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 93 e 140, respectivamente.

[373] I.A.N.TT, Cart. Not. 7A, Lº 5, 1582, fol. 26v; Cart. Not. 11, Lº 13, 1592, fols. 35-36v.

[374] I.A.N.TT, Cart. Not. 11, Lº…,1592, fols. 38v-39.

[375] BARCELLOS, Christiano de Senna Barcellos – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed. Vol. I, Parte I. Caps. IV e V. Apresentação, Notas e Comentários de Daniel A. Pereira. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 93 e 140, respectivamente.

[376] I.A.H.U., Cabo Verde. Papeis avulsos. Cxa. 3, doc.11, de 26 de Setembro de 1641.

[377] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE I, Cap. V. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1899, p. 147.

entre os valles da Fonte Anna e Praia Negra", em consequência de a capitania do Norte, com sede na vila de Alcatrazes, ter entrado em decadência irreversível: desaparecem as suas casas, restando apenas "choupanas de pastores".[378] Neste mesmo sentido informa Simão Barros que, enquanto prosperava a capitania da Ribeira Grande, a de Alcatrazes, embora tenha chegado a constituir um núcleo demográfico relativamente importante, devido sobretudo a grande importação de negros, cedo cai em decadência, devido ao facto de possuir fracas condições agrícolas. Por isso, os seus habitantes abandonam-na e dirigem-se "[…] para o porto da Praia de Santa Maria , situada a 15 quilómetros onde fundaram uma nova povoação".[379]

Nessas circunstâncias, embora a maioria dos habitantes de Alcatrazes tenham preferido fixar a nova residência no local que viria a ser a Vila e mais tarde Cidade da Praia, é provável que os membros da família de Rodrigo Afonso e outras pessoas a ele chegadas, particularmente os seus escravos, terão fixado residência na ilha da Boavista, pois essa família, como vimos, tinha interesses económicos na ilha, onde os produtos provenientes da criação de gado e de outras actividades económicas já davam avultados rendimentos. Por isso, essa família não seria alheia, não só à grande criação de cabras que já se fazia na Boavista nos começos do século XVI mas também à apanha do algodão e ao fabrico de sal. E assim se compreende o papel que essa família terá desempenhado, não só no arranque económico da ilha da Boavista, a partir dos finais do século XV, mas também no processo de povoamento efectivo dessa ilha, a partir dos começos do século XVI.

Neste sentido, considera-se que a partir do donatário Pedro Correia, de 1505 em diante, se criam as condições para o povoamento organizado e regular da ilha da Boavista, pois quando D. João III, a 27 de Setembro de 1542, confirma a doação do gado bravo da ilha da Boavista a António Correia, já se refere na respectiva carta régia que "se foi aumentando a povoação com o fabrico do sal",[380] entendido o termo "povoação" na sua acepção de "as pessoas que habitam uma localidade" e não na de "lugar povoado".

Um outro facto, porém, viria a contrariar o processo de povoamento da Boavista. Este facto prende-se ao governo dos Filipes da Espanha em Portugal, de 1580 a 1640. O domínio espanhol representa um período conturbado para Cabo Verde, causando uma paragem na evolução do povoamento, falta de segurança e ataque de piratas e corsos, em terra e no mar, tornando perigosa a navegação nos limites das ilhas de Cabo Verde, dificultando assim o comércio, que era a principal actividade económica das ilhas.

A ilha da Boavista não deixaria de sofrer as consequências. Quanto ao "fabrico do sal", por exemplo, já no século XVII os ingleses e os holandeses,

---

[378] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "História de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed.Vol. I, Parte I & II (Apresentação, Notas e Comentários de Daniel Pereira). Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 39-41.

[379] BARROS, …– Origens …, p. 12.

[380] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE II. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 45.

impedidos por Filipe I de Portugal de adquirir sal nas salinas de Setúbal, no continente português, vinham buscar esse precioso produto nas salinas junto aos indefesos portos, respectivamente, das ilhas do Maio, Boavista e Sal, sem pagar qualquer direito.[381] Tanta deverá ter sido a fama do sal das ilhas de Cabo Verde, que os escritores flamengos do século XVII denominavam-nas genericamente de "Ilhas do Sal",[382] embora, de facto, o sal só existisse nas três ilhas atrás referidas.

O papel do sal no povoamento da ilha da Boavista viria a ser entretanto relevante dos finais do século XVII em diante, século XVIII, verifica-se do seguinte trecho: "andou esta Ilha em doação desde 1497 até 1600 e tantos, em que começou a ser governada pelos Capitães-mores que o Capitão General da Colónia nomeava por Sua Magestade. Até então as rendas dos donatários eram o produto da venda das cabras, e outros gados, pelles e cebo, de que pagavam dizima a El-Rei; mas por esse tempo se descobriram as salinas, que ficam ahi perto do porto, com o cultivo dos quaes e commercio que logo alli chamaram, principalmente de inglezes, cresceu tanto em população e importancia, que em 1731, ou pouco depois, o Ouvidor José da Costa Ribeiro estabeleceu alli Câmara e Juízes".[383]

O texto demarca dois momentos do povoamento da ilha da Boavista, determinados, por sua vez, pelas duas fases de exploração económica, sugeridas no texto: a do gado e a do sal, não excluindo entretanto a sua coexistência. A primeira fase, de acordo com o texto, domina até cerca de 1600, portanto finais do século XVI, enquanto a segunda sobrepõe-se a partir daí, portanto já no século XVII, com a apanha e o comércio do sal pelos ingleses.

Conclui-se portanto que o sal, em conjunto com a criação de gado, já contribuía com alguma expressão para o aumento da população da Boavista. Ora, se a população foi aumentando, significa que esse aumento é consequência de novas dinâmicas de povoamento em relação ao período anterior, que vai até 1505, a partir do qual já é donatário da Boavista Pedro Correia.

3.4.1.2.1. Dos núcleos populacionais aos povoados

Nessas circunstâncias, é normal que os núcleos populacionais, constituídos por aglomerados de choupanas e funcos, tenham evoluído para

[381] "Diccionário de Geographia Universal ". Vol I. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 466 e 614, 1878; BEBIANO, J. Bacellar – "Alguns aspectos económicos do Arquipélago de Cabo Verde". *Boletim Geral das Colónias*. ANO VIII, № 82 [1932], p. 6.

[382] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE I. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 11. Cf. tb. BEBIANO, … – Alguns aspectos …, p. 6;. CHELMICKY, … – Corografia …, p. 8; PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme (redigido por) – "Diccionario Histórico Chorographico, Heráldico, Biographico, Bibliographico, Numismático e Artistico". Vol. VI. Lisboa: João Ramos Torres-Editores, 1904, p. 478.

[383] MONTEIRO, … – Diccionario Geographico …, p. 163.

povoados. Assim, perguntamo-nos: como é que os povoados da ilha da Boavista se formaram e como se disseminaram pelos espaços geográficos da ilha?

A importância desta pergunta suscita-se pelo facto de o entendimento da formação e da dispersão populacionais pelos espaços geográficos da ilha da Boavista tornar-se, por seu turno, necessário à análise do desenvolvimento económico da referida ilha e, assim, à compreensão da emergência da sua sociedade. Para respondermos à pergunta, aventemos a hipótese de os povoados da Boavista terem emergido dos núcleos populacionais localizados no Sul-Sudeste da ilha, disseminando-se, à medida que iam evoluindo para povoações, em direcção ao Nordeste, Norte e Noroeste, graças à existência da água potável, aos ataques de piratas que afugentavam as populações e ao potencial agrícola mais favorável em novas zonas sucessivamente descobertas.

Comecemos por referir o núcleo populacional mais antigo do interior da ilha, de que temos notícia, no sopé do monte então denominado "Povoação". Neste sentido, colhemos em Simão Barros que "na ilha da Boavista despontou-se a futura Povoação Velha, nas faldas do monte chamado Povoação. Em pouco tempo deixou de ser um pequeno aglomerado de cabanas de pastores. Fixaram-se nelas alguns lavradores, e a sua população começou a dedicar-se à agricultura, em pequena escala, contudo".[384]

Sem no entanto apontar datas, o texto conduz-nos, com efeito, à ideia de que se fixou no sopé do monte denominado "Povoação" um grupo de pastores, constituindo ali um núcleo populacional de cabanas, a futura "Povoação-Velha", e que, com a agricultura, embora em pequena escala, o referido núcleo populacional começou a crescer em população e, assim "em pouco tempo deixou de ser um pequeno aglomerado de cabanas de pastores". Tal asserção leva-nos a concluir que o núcleo populacional evoluiria, mais tarde, para uma povoação, que viria a se chamar "Povoação-Velha", e que os seus habitantes viviam inicialmente à base de uma economia pastoril, a que se associou, mais tarde, a prática da agricultura. Quais terão sido então, os principais motivos que levaram os moradores da Boavista a se fixarem no sopé do referido monte?

Para respondermos à pergunta, socorramo-nos de algum testemunho da tradição oral e, indirectamente, de um documento escrito, pois neste último caso não encontrámos material escrito que ao assunto se referisse directamente. Com efeito, colhe-se do testemunho oral na Boavista que os colonos que habitavam o "Sul da ilha"[385] abandonaram posteriormente esse local, devido por um lado, à insuficiência da água potável e, por outro, aos ataques de piratas ingleses e "cartagenas."[386] No que se refere ao primeiro caso, Valentim

[384] BARROS, … – Origens …, p. 22.

[385] Até hoje, as regiões situadas no Sul e no Sudoeste da ilha da Boavista são genérica e popularmente denominadas "Sul d'Ilha".

[386] De acordo com a tradição oral, "Cartagena" era o nome genérico que o povo dava aos piratas sul-americanos de Buenos-Aires, que atacavam a ilha da Boavista. A "Carta do Governador de Cabo Verde a S. Majestade El-Rei (21-6-1652)", relata o caso de "huã fragata de Cartagena", de nacionalidade castelhana, surto no porto do Maio, "com prata a comprar negros". Pelo teor da carta, vê-se que os cartagenas não eram bem vindos nos portos de Cabo Verde. BRÁSIO, António Pe. – "Monumenta Missionária Africana. África Ocidental", Vol. VI, 2ª série (1651-1684). Lisboa: Academia Portuguesa da História, MCMXCI, p. 8-9; Sobre a influência dos ataques de

Fernandes, citado atrás, já relatava entre 1506 e 1507, que a água da Boavista era salobra. Das nossas observações de terreno, em 2005 e 2006, constatámos que nas zonas Sul e Sudoeste da ilha da Boavista, compreendendo os campos de pastagem do Espargo, da Manga e do Curral-Velho, há poucos vestígios de poços. Por exemplo, no extracto de terreno de cerca de 60 km2, que percorremos nessas zonas, conseguimos contar apenas 14 vestígios de poços, o que corresponde, em média, a 1 poço por cerca de 4,28 km2. A escassez de água potável na zona Sul da ilha que conjugada com o aumento do número de habitantes, terá obrigado os colonos a procurar o precioso líquido noutros lugares. Essa busca conduzi-los-ia a duas nascentes de água potável no sopé do monte referido por Simão Barros, que viriam a ser denominados, respectivamente, "Fonte Matias" e "Fonte de Riba", cujos vestígios ainda hoje existem.

Quanto aos ataques dos piratas ingleses, por exemplo, temos informações da tradição oral local que dão conta de descendentes de piratas ingleses na Povoação-Velha, antiga "Povoação". Neste sentido, Apolinário Fortes Varela, atrás citado, por exemplo, conta que a bisavó da mãe dele era filha de um "inglês pirata", que mantivera relações sexuais forçadas com a mãe da sua bisavó. Os informantes afirmam que os piratas, para além de roubarem, violavam as mulheres. Por isso, acrescentam os informantes, quando se avistavam os navios corsos, a população inteira fugia para as furnas das rochas, muitas vezes quase inacessíveis, principalmente para o monte que antigamente se chamava também "Povoação", hoje "Rocha da Estância". Note-se que a mãe do informante, conhecida por "Ti Bia", morreu em 1969 com 89 anos de idade. Nascida em 1879 a "Ti Bia", e pertencendo à terceira geração em relação à sua bisavó, a trisavó do informante, a sua bisavó terá nascido, no mínimo, por volta de 1839 – 40, pelo que terá recebido informações mais ou menos fiáveis de três gerações anteriores, ou seja, informações respeitantes a factos, no mínimo, de 1779 – 80. Ora, os ataques de piratas à ilha da Boavista vinham dos finais do século XVII. Neste sentido, o Governador de Cabo Verde, Inácio França Barbosa, em carta dirigida ao Conselho Ultramarino a 20 de Julho de 1684, dá conta do saque feito na ilha da Boavista por um navio inglês, tendo roubado ornamentos de uma igreja.[387]

Por outro lado, em documento escrito colhemos que, de uma maneira geral, os ataques de piratas influenciaram, de facto, a localização dos núcleos populacionais da Boavista, obrigando os respectivos moradores a se fixarem no interior da ilha, pois, como no-lo informa Mário Secca, havia "[…] a necessidade de construir as povoações em lugares afastados do litoral, para se defenderem da pirataria".[388] Note-se que "neste período, 1495-1580 [2º período de povoamento das ilhas de Cabo Verde], como no anterior, o povoamento limita-se

---

piratas no povoamento nas ilhas de Cabo Verde, ver BARROS, … – Origens …, p.17; CARREIRA, … – CABO VERDE…, p. 349-350.

[387] I.A.H.U. – Cabo Verde, papéis avulsos. Cxa. 7, doc. nº 28, 1684.

[388] SECCA, Mário – "A pesca em Cabo Verde". Praia: Divisão dosa Serviços de Estatística da Colónia de Cabo Verde, 1945, p. 51-52.

ao litoral. Mostra, entretanto, tendência para se estender ao interior".[389] É neste quadro que o mesmo fenómeno terá acontecido, aliás, nas ilhas de Santiago e de S. Nicolau.[390]

No que se refere à ilha da Boavista, os primeiros núcleos populacionais localizavam-se, como discutido atrás, no litoral da ilha, primeiro, no lado Sul-Sudoeste e mais tarde no Noroeste. Com os repetidos ataques de piratas, esses núcleos populacionais devem ter sido obrigados a se transferirem para o interior, nomeadamente com o saque de um navio corso inglês à ilha da Boavista em 1684, tendo os piratas levado os ornamentos e cálices da sua igreja, indo vendê-los à Gambia,[391] e com o saque da Vila de Sal-Rei, efectuado por um corsário de Buenos-aires em 1817.[392]

3.4.1.2.2. A fundação da primeira povoação: da Estância à Povoação-Velha

Mas uma razão de fundo terá ainda pesado na decisão dos habitantes de se mudarem da zona Sul da ilha da Boavista para o sopé do monte Povoação: os espaços físicos inicialmente ocupados não ofereciam condições à agricultura, devido nomeadamente à sua natureza calcária, embora abundantes em plantas herbáceas próprias para o gado. Em contrapartida, o sítio onde se viria a formar a futura "Povoação-Velha" situava-se relativamente perto, cerca de 6 km, dos terrenos agrícolas denominados genericamente "Areia". É ainda Simão Barros que assinala o peso da agricultura na referida decisão de mudança, quando afirma, de acordo com o texto atrás citado que, repetimos, "[...] em pouco tempo deixou de ser um pequeno aglomerado de cabanas de pastores. Fixaram-se nelas alguns lavradores, e a sua população começou a dedicar-se à agricultura [...]". Acrescente-se ainda que a escolha do novo sítio habitacional não terá sido, outrossim, alheio à proximidade do sítio escolhido, em média cerca de 5 a 6 kms, não só da Areia mas também do campo de pastagem e das salinas do Espargo e dos portos da Farrapa e do Curralinho.

Concluímos, portanto, que a escassez de água potável na zona Sul, a insegurança devido aos ataques de navios corsos e de piratas, a falta de solos propícios à prática da agricultura e a proximidade do novo espaço habitável em relação aos campos de pastagem, aos terrenos agricultáveis, aos portos e às salinas, obrigariam os primeiros habitantes da ilha da Boavista, fixados inicialmente na zona Sul, a se refugiarem em sítios mais seguros no interior da ilha, de preferência em lugares altos e de difícil acesso, de onde podiam se defender. E o sítio no interior da ilha mais próximo e que oferecia todas essas

[389] BARROS, … – Origens …, p. 15.
[390] Cf. BARROS, … – Origens …, p. 17 e 36.
[391] I. A. H. U. - Cabo Verde. Papeis avulsos. Cxa. nº 7, doc. nº 28. Lisboa, 1684. Cf. tb. BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE II, Capítulo III. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1900, p. 82.
[392] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE I. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 49.

requisitos era o monte então denominado "Povoação".[393] Por isso, dirigiram-se para o referido monte, acabando por se fixar no sopé do mesmo, onde viria a emergir o núcleo populacional que evoluiria para um povoado que, mais tarde, viria a denominar-se "Povoação-Velha". Realizava-se assim a primeira progressão habitacional no terreno na ilha da Boavista, dada no sentido de Sul-Sudoeste para Noroeste.

Mas o que era, então, a "Povoação-Velha"? Esta é a designação actual do antigo núcleo populacional formado por pastores na base do monte então "Povoação", que mais tarde evoluiria, sucessivamente, para povoado e povoação. Questionamos, também, se esse núcleo populacional inicial se (tirar este se) terá sido denominado "Povoação", tendo mais tarde recebido o qualificativo "Velha".

Colhemos a denominação "Povoação" em José Maria de Sousa Monteiro, quando informa que a Povoação-Velha é uma pequena aldeia da Boavista que "está assentada nas faldas de um monte, que do seu nome tomou o de povoação",[394] asserção essa corroborada, 28 anos depois, no "Diccionário de Geographia Universal".[395] Simão de Barros, 61 anos mais tarde, informa que "na ilha da Boavista despontou-se a futura Povoação Velha, nas faldas do monte chamado Povoação".[396] Simão Barros não identifica claramente se a antiga povoação se chamava ou não "Povoação". Mas, em qualquer dicionário encontramos que o adjectivo "velho" significa "que não é novo, que existe há muito tempo", e, se se preferir, "antigo ou que já tem muitos anos". Ora, todo o topónimo tem um sentido, toda a designação tem a sua história. Neste quadro linguístico, "Povoação-Velha" significará que terá existido uma povoação antiga denominada efectivamente "Povoação" que, por uma razão histórica, foi rebaptizada com o nome de "Povoação-Velha". Esta asserção seria aceite pacificamente se não existisse uma outra designação para o núcleo populacional em questão, também antiga e coexistente, pelo menos até década de 70 do século passado, com a denominação "Povoação-Velha": a "Estância".

Se nos ativermos aos pormenores dos textos citados atrás, respectivamente, de José Maria de Sousa Monteiro, como "pequena aldea da Ilha da Boa-Vista […]", e de Simão Barros, como "[…] despontou-se a futura Povoação Velha […]" e "[…] em pouco tempo deixou de ser um pequeno aglomerado de cabanas de pastores" […], entenderemos, efectivamente, que a denominada "Povoação" tratava ainda de um núcleo populacional de carácter mais transitório do que fixo, que, tendo ali estabelecido "[…] alguns lavradores, e a sua população começou a dedicar-se à agricultura […], o núcleo populacional terá evoluído, certamente, para povoado, rebaptizado então com o

[393] Quanto à designação "Povoação" para o referido monte, cf. MONTEIRO, … – Diccionario Geographico …, p. 434; "Diccionário de Geographia Universal ". TOMO III. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 790; BARROS, … – Origens …, p. 22.
[394] MONTEIRO, … – Diccionario Geographico …, p. 434.
[395] "Diccionário de Geographia Universal ". TOMO III. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 790.
[396] BARROS, … – Origens …, p. 22.

nome de “Estância”, já com o sentido de lugar onde se reside ou vive habitualmente.[397]

Por outro lado, o antigo “Monte Povoação” é entretanto até hoje conhecido popularmente por “Rocha Estância”. Observe-se, para um melhor entendimento desta informação que, dos estudos que conseguimos apurar e que trataram nos séculos XIX e XX os aspectos corográficos da ilha da Boavista, o “Diccionário de Geographia Universal“, de 1878,[398] e “Origens da colónia de Cabo Verde”, de 1939,[399] registam o “Monte Povoação”, enquanto o “Diccionario Geographico das províncias e possessões portuguezas no Ultramar”, de 1850,[400] não faz menção explicita ao referido monte; já o “Dicionário corográfico do Arquipélago de Cabo Verde”, de 1952,[401] regista “Rocha Estância”, como região da Freguesia de Santa Isabel, da ilha da Boavista, com altitude máxima de 354 metros, e “Rocha de Povoação Velha”, localidade da mesma ilha e da mesma freguesia. Não faz qualquer referência ao “Monte Povoação”, enquanto menciona a “Povoação Velha”, como povoação e não como localidade.[402]

Por seu turno, as representações topográficas da ilha da Boavista dos finais dos séculos XIX e dos princípios do século XX dão denominações diferentes para o referido Monte. Assim, o mapa de 1888 regista “Monte Estância”, e não “Monte Povoação”,[403] enquanto que os de 1911 e 1924 registam “Rocha Estância”.[404]

Por não termos encontrado qualquer informação escrita, oficial ou não, nem sobre a designação “Monte Povoação” nem sobre o nome “Rocha Estância” ou “Rocha de Povoação Velha” anteriormente aos meados do século XIX, e tendo em conta as denominações, para o mesmo monte, contidas nos estudos corográficos e nas representações topográficas atrás aludidos, uma conclusão, mesmo que com alguma reserva, se impõe: entendemos que, tanto os topónimos “Povoação” e “Monte Estância” como os topónimos “Rocha Estância” e “Rocha de Povoação Velha” passaram à escrita, respectivamente, nos meados do século XIX e nos meados do século XX, pela via da tradição oral, cujas géneses se deveram, por sua vez, ao modo de vida pastoril dos séculos XV, XVI e XVII.

---

[397] Ver significados, respectivamente, de “estância”, substantivo, e “estanciar”, verbo. ACADAMIA DAS CIENCIAS DE LISBOA – “Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea”. Vol. I. Lisboa: Editorial VERBO, 2001, p. 1565.

[398] “Diccionário de Geographia Universal“. TOMO III. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 790.

[399] BARROS, ..– Origens …, p. 22.

[400] MONTEIRO, … – Diccionario Geographico …, p. 434.

[401] LERENO, … – Dicionário corográfico …, p. 508 e 509.

[402] LERENO, … – Dicionário corográfico …, p. 422.

[403] Instituto do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Comissão de Cartografia: Carta da ilha da Boa Vista (Cabo Verde). Cxa. CABO VERDE, doc. nº 105, 1888.

[404] Instituto do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Comissão de Cartografia: Carta da ilha da Boa Vista (Cabo Verde). Cxa. CABO VERDE, doc. nº 107, 1911; Instituto do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Comissão de Cartografia: Carta da ilha da Boa Vista (Cabo Verde). Cxa. CABO VERDE, doc. nº 108, 1924.

Como se explica, em conformidade, a mudança toponímica de "Monte Povoação" para "Rocha Estância"? É importante a resposta a esta pergunta, pois dela poder-se-á explicar também o rebaptismo "Estância" para o antigo núcleo populacional "Povoação".

Não encontrámos, até ao presente momento, qualquer documento escrito ou iconográfico sobre a matéria. E como vimos aludindo, na ilha da Boavista nunca foram feitas pesquisas arqueológicas que, com apoio do carbono 14, pudessem ajudar a resolver o problema, no sentido da confirmação ou refutação. Resta-nos referirmo-nos aos significados dos termos "povoação", e "estância", embora não sejamos especialistas em linguística, tão-somente no intuito de lançar alguma pista em direcção à resposta à pergunta formulada.

Com efeito, em vários dicionários e enciclopédias encontrámos o substantivo "povoação", entre outras acepções, com o significado de "conjunto de pessoas que habitam uma determinada localidade" ou "população", e de "local com casas habitadas" ou "aldeia, povoado".[405] Pela aproximação entre esses significados linguísticos e os factos históricos discutidos sobre o núcleo populacional "Povoação", cremos que por exemplo, quando Simão Barros, atrás citado, diz que "na ilha da Boavista despontou-se a futura Povoação Velha, nas faldas do monte chamado Povoação", estará a referir-se ao conjunto das pessoas, na sua maioria pastores, que no sopé do referido monte se instalavam temporariamente, e não a um local com o sentido de aldeia ou povoado de carácter permanente. Por isso mesmo, ter-se-á dada, em data que não conseguimos apurar, a mudança de nome para "Estância", significando "paragem em jornada" ou "residência temporária".[406] Porém, com o desenvolvimento da economia à base dos produtos do gado e, sobretudo, com a prática de agricultura com a chegada de lavradores, que exige residência fixa, "em pouco tempo deixou de ser um pequeno aglomerado de cabanas de pastores", como escreveu Simão Barros, já citado. Neste momento, a Estância consolidou o seu topónimo, não como "lugar onde se está por algum tempo" mas como "estabelecimento rural destinado [ao mesmo tempo] à cultura da terra e criação de gado"[407] e, consequentemente, com o significado de "lugar, casa ou região onde se reside ou vive habitualmente".[408]

Vimos atrás que uma das razões que levaram os primeiros habitantes da Boavista a mudarem a sua residência para o sopé do monte em discussão foi o medo dos piratas. Então, desde logo instituiu-se uma estreita cumplicidade entre os habitantes e o monte, seu protector. Neste quadro, o "Monte Povoação" terá dado o seu nome ao núcleo populacional então emergente. Assim, ainda na linha dessa cumplicidade e no caso dos novos topónimos, respectivamente,

---

[405] Cf. o significado do termo in ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA – "Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea". Vol. II. Lisboa: Editorial VERBO, 2001, p. 2926.

[406] Cf. o significado do termo in ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA – "Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea". Vol. I. Lisboa: Editorial VERBO, 2001, p. 1565.

[407] Quanto à acepção do termo "estância" utilizada no texto, cf. CUNHA, Antônio Geraldo da – "Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa". 2ª ed. (10º impressão). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998, p. 328.

[408] Cf. o significado do termo in ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA – "Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea". Vol. I. Lisboa: Editorial VERBO, 2001, p. 1565.

"Rocha de Estância" e "Povoação da Estância", ocorre-nos perguntar: Qual deles terá emprestado o nome, um ao outro?

Depreende-se que, desta vez, é o novo topónimo da povoação, a Estância, que empresta o seu nome ao monte, que passa a se chamar "Rocha Estância", pelas seguintes razões: primeiro, popularmente, não se conhece, nem o referido monte nem o referido povoado por "Povoação" mas sim por "Estância"; segundo, não encontrámos nenhum texto oficial que a tal nome se referisse, para além dos textos não oficiais atrás citados; terceiro, são vários os textos, em contrapartida, de autoria particular, entre os quais um publicado num órgão oficial, que se referem à "Povoação da Estância".

Com efeito, a designação "Estância" é mencionada por um anónimo num artigo publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, em 1843, ao se referir à ilha da Boavista nos seguintes termos: "a água em geral é pesada, e um pouco salobra, se se exceptua a da Estancia, a trez leguas da povoação que é límpida e saborosa";[409] vinte e um ano mais tarde, referindo-se à insuficiência da água potável na Vila de Sal-Rei, Francisco Travasso Valdez escreve que "as pessoas abastadas mandam-na buscar á Estanxa […]";[410] por seu turno, João Augusto Martins, em 1891, ainda refere "[…] a povoação velha ou Estancha, logarejo aprasível pela alegria e obsequiosidade da sua gente […]".[411] Esses textos levam-nos a concluir que, pelo menos até ao último quartel do século XIX, a designação "Povoação-Velha" era ainda pouco usada. Mesmo na década de 70 do século XX, testemunhamos pessoalmente a denominação "Estância" sobreposta à "Povoação-Velha", opção que nos dias de hoje se inverteu. Hoje, efectivamente, mesmo popularmente, se utiliza mais o nome Povoação-Velha do que o nome Estância.[412] Nós pensamos que a Administração Local, introduzida com a Independência Nacional em 1975, poderá ter contribuído grandemente para que a última opção se vincasse, pois as entidades administrativas e partidárias mantinham contactos permanentes com as populações, utilizando exclusivamente, por escrito e oralmente, o topónimo "Povoação-Velha". Assim, podemos considerar que, a partir de 1975, houve uma espécie de consagração da designação "Povoação-Velha" para o centro populacional mais antigo da Boavista.

Somos levados a crer que o antigo centro populacional de nome "Povoação" terá tido posteriormente a denominação de "Povoação de Estância", designação que perdurou, até à década de 70 de 1900.

---

[409] "Memoria sobre as Ilhas de Cabo Verde". Boletim Oficial Nº 30, de 17 de Maio de 1843, p. 119.

[410] VALDEZ, … – Africa …, p.168.

[411] MARTINS, João Augusto – "Madeira, Cabo Verde e Guiné". Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1891, p. 139.

[412] A nossa criação, dos dois aos 18 anos (1954-1970), foi realizada nessa povoação, durante a qual presenciámos as pessoas a chamar mais "Estancha" do que Povoação-Velha. Com o 5 de Julho de 1975 veio a independência nacional e, dessa data a 1977, trabalhámos como Delegado Escolar na ilha da Boavista. Nessa qualidade, pudemos viver, pela via burocrática e partidária, a sobreposição, na apelação popular, do nome "Povoação-Velha" em relação à 'Estância".

Concluímos, portanto, que o topónimo "Estância", não sendo realmente a designação do primeiro núcleo populacional formado na Boavista, foi certamente o nome do primeiro centro populacional digno de ser considerado povoação, no sentido que definimos atrás.

Quanto à data da fundação dessa povoação, no estado actual das investigações sobre a matéria, não a pudemos identificar com certeza. Mas podemos aduzir uma data provável, a partir dos seguintes factos: vimos atrás que pelo menos desde de 1684 corsários e piratas já vinham atacando e saqueando a ilha. Ora, se os corsários e os piratas acossavam as populações da Boavista em 1684, tal facto é um sinal de que nesse final do século XVII a ilha já detinha algum rendimento económico que a tal justificasse, pois o corso e a pirataria não visitavam espaços geográficos que não demonstrassem alguma importância económica. Neste sentido, Kasper escreve que "em 1697, a localidade [a Povoação-Velha] deveria já ter atingido um certo nível de riqueza, pois que nesse ano foi vítima de um ataque de piratas, pelo que em 1707 a população foi armada pelo Governador do Arquipélago a fim de se defender de um novo ataque";[413] e, em 1749, o Ouvidor Inocêncio Álvares da Silva informa da ilha da Boavista que dois navios ingleses atacaram um navio português no Porto de Sal-Rei, fizeram aguada, roubaram nove mulheres, que devolveram mais tarde, e 120 moios de sal.[414] Por outro lado, colhemos a informação de que "pelo conselho da fazenda foram postos em praça, em Dezembro de 1705, os rendimentos da Boa Vista, S. Nicolau e ilhas annexas, sendo arrematados por ignacio Franco com a condição de não pagar os quartos, como succedia no tempo dos donatários, em que ficavam para o contratador".[415] Tais factos levam-nos a situar a fundação da antiga povoação da Estância em data anterior a 1684.

A antiguidade dessa povoação em relação às outras povoações da Boavista poderá ser corroborada, também, através da existência de dois cemitérios, construídos em épocas diferentes: um em desuso, por superlotação, conhecido por "Sentiróna de Estanxa",[416] cuja construção não conseguimos identificar, e outro em activo, conhecido por "Sintere Novo",[417] construído, de acordo com o testemunho oral, na década de 60 de século XX, quando o cemitério velho já não comportava mais defuntos.[418]

---

[413] KASPER, Josef E. - "Ilha da Boa Vista, Cabo Verde". Trad. Luís Filipe da Silva Madeira. Praia : Instituto Caboverdiano do Livro, 1987, p. 38.

[414] I.A.H.U. – Cabo Verde, papéis avulsos. Cxa. 7, doc. nº 28, 1684.

[415] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE II, Cap. III. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1899, p. 176.

[416] "Cemitério Velho da Estância".

[417] "Cemitério Novo".

[418] Observe-se que na Vila de Sal-Rei existem três cemitérios: dois dos católicos e um dos judeus. Dos dois dos católicos, um desapareceu por desuso, não devido à superlotação, como o "Sentiróna" da Povoação-Velha, mas à sua má localização, sobre uma praia, o que, com a maresia, desenterrava os cadáveres, provocando, muitas vezes epidemias, como é o caso da febre-amarela de 1845 a 1847 (Sobre essa febre, ver SANTA-RITA VIEIRA, Henrique Lubrano de – "História da Medicina em Cabo Verde". Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, 1989, p. 151-184).

3.4.1.2.2.1. A Povoação-Velha

O texto mais antigo que encontrámos sobre a designação "Povoação-Velha" é o da autoria de José Maria de Sousa Monteiro, de 1850, que diz o seguinte: "pequena aldea da Ilha da Boa-Vista, que tira o seu nome da circunstância de ser aqui que, se estabeleceram os primeiros povoadores da Ilha: é neste logar que se achava a Igreja Parochial, que em 1810 o Bispo D. Fr. Silvestre transferiu para o Rabil, onde ainda hoje se conserva, sendo-lhe para isso necessario vencer uma grande opposição. Está assentada nas faldas de um monte, que do seu nome tomou o de povoação […]. Conta 71 fogos com 341 habitantes pela maior parte pastores".[419]

Com efeito, no "Diccionário de Geographia Universal", 28 anos mais tarde, a Povoação-Velha já é identificada como povoação da Freguesia de S. Roque de Rabil. No referido dicionário corroboram-se as afirmações colhidas em Sousa Monteiro, explicitando-se, entretanto, que a Povoação-Velha foi durante muito tempo capital da ilha da Boavista e que, com a mudança da igreja paroquial para o Rabil, em 1810, o bispo D. Silvestre de Maria Santíssima instituiu a Freguesia de S. Roque, que se manteve capital da ilha até 1878.[420]

FIG. Nº 16
Povoação-Velha



FONTE: Foto Germano da Cruz Lima, 1962, no sentido Sudeste-Noroeste

[419] MONTEIRO, … – Diccionario Geographico …, p. 434. Francisco Travasso Valdez regista 400 habitantes (VALDEZ, … – Africa …, p. 168).
[420] "Diccionário de Geographia Universal ". TOMO III. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 790.

Antes de prosseguirmos, urge dois esclarecimentos sobre as informações atrás citadas. Primeiro, estranhamos que o monte tenha dado nome à povoação. Pensamos que terá sido o contrário, pois o termo "povoação" significa "acto ou efeito de povoar"; "as pessoas que habitam uma localidade"; "lugar povoado"; "lugarejo". Assim, entendemos que, tendo-se fixado no sopé do referido monte, provavelmente ainda sem nome, os primeiros moradores tê-lo-ão baptizado de "Povoação". Segundo, se aceitássemos a afirmação de que foi no sopé do monte chamado "Povoação" "que se estabeleceram os primeiros povoadores da Ilha", estaríamos a defender a ideia de que a referida povoação terá surgido com a chegada dos primeiros colonos, em 1490, no quadro da ocupação da ilha com a criação de gado. Pelo contrário, não concordamos com essa hipótese, pois a referida povoação não seria atractiva à fixação dos primeiros colonos. Não seria atractiva porque, nos primeiros tempos, os colonos procuravam campos de pastagem onde pudessem criar gado, enquanto o sítio em torno do monte não tinha espaços para a criação de gado, que seria a razão primeira da ocupação da ilha da Boavista. Só mais tarde é que se descobriram água potável no sopé do referido monte e terrenos propícios à agricultura na zona conhecida por "Areia", a uns 6 km do sítio "Povoação".

Seja qual for o caso, os elementos humanos, económicos, sociais e religiosos que convergiriam para a fundação dessa povoação vinham, porém, dos primórdios da colonização, de acordo com a notícia de que desde os finais do século XVI, mais precisamente por volta de 1580, já tinha sido construída uma capela na ilha, enquanto por ela passavam padres visitadores, uma vez por ano, a fim de confessar e ministrar outros sacramentos aos seus respectivos habitantes. Com efeito, Francisco de Andrade acusa a existência de igrejas nas ilhas de Santo Antão, Boavista, Brava e S. Nicolau em 1582 "nas quais […] se confessão e comungam no ano todos os moradores delas" por um padre por lá deslocado.[421] Assim sendo, já nos finais do século XVI existia na referida ilha uma certa organização sócio-religiosa, pois a construção de igreja num determinado lugar e a presença de padres são, por sua vez, indicadores da existência de uma população significativa.

Do nosso ponto de vista, é a partir daí que o antigo povoado toma a feição de povoação, portanto possuindo já uma certa organização administrativa, social e religiosa. Neste sentido, escreve Simão Barros que "na ilha da Boa Vista, os primeiros colonos estabeleceram-se na Povoqação Velha, pequena aldeia a dez quilómetros do pôrto de Sal-Rei. Foi capital até 1810, ano em que o Bispo D. Silvestre de Maria Santíssima mudou a igreja para o Rabil".[422]

A Povoação-Velha seria assim sede administrativa nos primeiros tempos do povoamento da Boavista e, por isso, sede da Freguesia de S. Roque, e não o Rabil, como vulgarmente se crê. Com efeito, se a igreja paroquial foi transferida da Estância para o Rabil em 1810, este não podia ser, antes dessa data, sede da referida freguesia. Por outro lado, pela Provisão de 11 de Abril de 1732 o Governo manda construir "Casa da Alfândega" no Rabil, por situar-se mais

[421] AGS, Guerra Antiga, maço 122, fls. 180 e segs., in Brásio, MMA, Vol. III, p. 98.
[422] BARROS, … – Origens …, p. 37.

próximo do porto, referindo-se ao então Porto Inglês, o que sugere que o Rabil não era ainda sede do poder local da Boavista. Outrossim, S. Roque era inicialmente patrono da Povoação da Estância, onde, aliás, ainda hoje é festejado a 8 de Maio de cada ano.

Em 1810 a imagem do Santo foi transferida para a igreja do Rabil, quando esta povoação foi então erigida sede da Freguesia de S. Roque, como se colhe das informações atrás citadas, contra a vontade dos moradores da Povoação-Velha, na altura ainda denominada "Estância". Perguntemo-nos, então: Quais as possíveis causas da despromoção da Povoação da Estância, como sede administrativa e religiosa, a favor do Rabil? Que tem a ver essa transferência com a mudança da designação Estância para Povoação-Velha?

Os documentos escritos compulsados são omissos em relação às razões que terão motivado a transferência da sede da Freguesia da antiga Povoação da Estância para o Rabil. Combinando alguns factos históricos da época, tal transferência terá resultado, do nosso ponto de vista, de quatro motivos fundamentais: o económico, o geo-estratégico, o demográfico e o religioso.

Com efeito, em termos económicos, o ano de 1810 representa o culminar do primeiro momento auge da ilha da Boavista, cujo centro principal fora, de certo, a Povoação da Estância, a "Estancha" de outrora, a que em 1891 João Augusto Martins se refere com saudades.[423] Este primeiro momento do desenvolvimento económico da ilha é porém bruscamente interrompido, devido à grande crise de que vinha dando mostras desde 1808 mas que flagelou a ilha da Boavista de 1810 a 1814.[424] Esse flagelo contribuiu grandemente para a decadência da povoação mais antiga da ilha.

Por exemplo, a crise foi tão grave que numa exposição dirigida ao Rei de Portugal, 16 proprietários e negociantes da Boavista solicitavam àquele soberano, a 24 de Agosto de 1811, medidas tendentes a acabar com a referida crise que, desde 1810, já ceifara muitas vidas humanas e reduzira o gado a quantidades insignificantes: morreram 60 pessoas em 1811, das quais 8 na Freguesia de S. João Baptista e 50 na de S. Roque, do Rabil.[425] Em menos de dois anos, portanto, pois a crise começou verdadeiramente em 1810 e a referida exposição foi feita em 1811, das 50.000 cabras que havia, só restavam 1.200; dos 20.00 jumentos, restavam 200; das 6.000 vacas e bois, ficaram 42, dos 4.000 cavalos e éguas, restaram apenas 4, "[…] todos vítimas de falta de pastos e de água".[426] De acordo ainda com Barcellos, agravou a crise o facto de a guerra entre os americanos e os ingleses, que impediu aqueles de comprar coiros, peles e sal na Boavista.[427]

---

[423] MARTINS, … – Madeira… …, p. 139.
[424] CARREIRA, … – CABO VERDE …, p. 209.
[425] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "História de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed.Vol. II, Parte III (Apresentação, Notas e Comentários de Daniel Pereira). Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 189.
[426] CARREIRA, … – CABO VERDE …, p. 210.
[427] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "História de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed.Vol. II, Parte III (Apresentação, Notas e Comentários de Daniel Pereira). Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 189.

Ligado estritamente ao motivo económico está o geo-estratégico, no sentido de que a posição geográfica do Rabil possibilitava, por um lado, um escoamento mais rápido aos produtos agro-pecuários do que a Povoação-Velha e, por outro, residência mais próxima das salinas do então Porto Inglês, onde a exploração e o comércio do sal, como veremos mais à frente, já eram importantes para a economia da ilha. Com efeito, o Rabil ficava mais próximo do principal porto da ilha, o então Porto Inglês; era circundado por terrenos agrícolas, que forneciam de frescos aos navios que demandavam a ilha da Boavista; ficava melhor centralizado em relação aos campos de pastagem do Norte, do Sul e do Este da ilha.

Do motivo demográfico, a transferência da sede da Povoação-Velha para o Rabil não seria alheia ao facto de, em 1810, a primeira contar 71 fogos com 341 habitantes, contra os 1.500 do Rabil, diferença que terá aumentado com a mortandade provocada pela fome de 1809-1811, atrás referida. Aos motivos económico e demográfico junta-se o religioso, pois no Rabil fora construído, em 1806, um sumptuoso Templo, obrigando a que se transferisse, em 1810, a sede paroquial da Povoação Velha para a então chamada "vila do Rabil",[428] o que terá gerado grande indignação no seio dos moradores da antiga povoação, pois, "esta transferência provocou grande oposição da população de Povoação Velha, que perdeu os seus foros de capital da ilha".[429]

Por tudo isso, a então denominada "vila do Rabil" reunia, em 1810, as melhores condições para ser, efectivamente, a capital da ilha da Boavista. Quanto à "perda de foro de capital" por parte da "Povoação-Velha", com efeito, a transferência da sede paroquial levou com ela a sede da Administração da ilha, pois, de acordo com Senna Barcellos, na mesma altura passou também para o Rabil a Câmara Municipal que antes tinha a sede na Povoação-Velha.[430] E, no que restava desta povoação, a sua evolução continua lenta, pois, se contava, em 1810, 71 fogos com 341 habitantes, em 1878 a sua população orçava 80 fogos com cerca de 400 habitantes.[431] Isto é, em 68 anos a sua população aumentou em 59 habitantes, numa média anual de cerca de 0,87 habitantes. Por isso, a designação "Povoação-Velha", a partir de 1810 e que coabita com "Povoação da Estância" durante muito tempo, do nosso ponto de vista lhe assentava bem.

---

[428] "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira". Vol. XXII. Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [s. d.], p. 974.

[429] "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira". Vol. XXII. Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [s. d.], p. 974; Cf. tb. "Diccionário de Geographia Universal ". TOMO IV. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 26; "Diccionário de Geographia Universal ". TOMO III. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 790; BARROS, Simão – "Origens da colónia de Cabo Verde". Cadernos Coloniais № 56. Lisboa: Edições COSMOS, 1939, p. 37.

[430] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "História de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed.Vol. II, Parte III (Apresentação, Notas e Comentários de Daniel Pereira). Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 165-166.

[431] "Diccionário de Geographia Universal ". TOMO III. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 790.

3.4.1.3. A terceira fase do povoamento ou o aparecimento de outras povoações

De acordo com vários autores, para além dos núcleos populacionais do Sul-Sudoeste da ilha da Boavista que evoluíram para a Povoação-Velha, emergiriam, dispersos pelos campos da Boavista, outros núcleos populacionais, que em tempos antigos terão sido habitados, ora por pastores ora por agricultores ora ainda por tratadores do sal. Esses núcleos populacionais viriam, por seu turno, a evoluir para novas povoações regulares, como a do Rabil, a do Fundo de Figueiras, a do Porto de Sal-Rei, de entre outras.

De seguida, abordaremos os núcleos populacionais e as povoações da ilha da Boavista, que terão sido fundados, provavelmente, depois da Povoação-Velha. Dizemos depois da Povoação-Velha porque, seguindo a bibliografia compulsada sobre a matéria, as outras povoações da Boavista emergiriam entre os meados do século XVII e finais do século XVIII, enquanto que aquela povoação terá sido fundada cerca de 1650. Com o aumento populacional e a dispersão dessa população por todo o espaço físico da Boavista, é normal que tenham surgido nos séculos XVII e XVIII novas povoações. Por exemplo, escreve Josef Kasper que, "[...] provocado pelo desenvolvimento económico da Ilha, principalmente através do sal e da criação de gado, todas as outras povoações tenham sido fundadas a partir do fim do século XVII e no decorrer do século XVIII".[432] Note-se que, se por volta de 1720 a ilha toda contava cerca de 1.000 habitantes, desta data a 1800 a população cresce para 2.200 habitantes.[433]

Se para a Povoação-Velha existe algum documento mais ou menos esclarecedor, não encontrámos nenhum documento que nos permitisse verificar nem a data nem a ordem exactas do aparecimento das outras povoações da ilha da Boavista. Se cruzarmos porém as informações sobre o pastoreio, a agricultura e a exploração do sal na ilha, poderemos aventar, como hipótese, a ordem a seguir discutida, começando pela Povoação do Curral-Velho.

3.4.1.3.1. O Curral-Velho

No seu "Dicionário corográfico do Arquipélago de cabo Verde", Álvaro Lereno regista "Curral-Velho" como povoação e como região no Sul da ilha da Boavista.[434] Da observação que fizemos no terreno, pudemos constatar que a povoação do Curral-Velho, hoje abandonada e em ruínas avançadas, foi outrora uma pequena povoação situada, efectivamente, entre grandes campos de pastagem, terras agrícolas e o mar, na costa Sul da ilha da Boavista.

[432] KASPER, …. – Ilha da Boa Vista …, p. 40.
[433] Cf. DUCAN, … – Atlantic Islands …, p. 255-256.
[434] LERENO, … – Dicionário Corográfico …, p. 171.

Flg. Nº 17
Povoado do Curral Velho



FONTE: Foto do autor, Maio de 2005, no sentido Oeste-Leste.

Como região caracterizada por extensos campos de pastagem, o topónimo "Curral" provirá certamente dos inúmeros currais de cabra outrora nela existentes. As ruínas desses currais, pelas suas dimensões em forma de circunferência de cerca de 30 metros de diâmetro, em média, testemunham, por seu turno, a existência de grandes proprietários de cabras, como o Ti Leão, o Ti Canto de Serafina, de quem herdou o Ti Pétxa, o Djô de S. Domingos, o Alfredo Xis, entre outros. Aliás, pelas suas dimensões, são conhecidos popularmente por "currais grandes", em oposição aos "currais menos importantes", como nos informa, por exemplo, Apolinário Fortes Varela.[435]

Na falta de uma documentação escrita sustentável, o topónimo é aqui um ponto de partida para discutirmos a anterioridade do Curral Velho, depois da Povoação-Velha, em relação às outras povoações, se nos ativermos ao qualificativo "velho", um dos indicadores de que se trata de uma povoação precedida de algum núcleo populacional ou aglomerado de casotas de pastores denominado "Curral". Do ponto de vista da tradição oral, a povoação do Curral-Velho terá sido fundada por dois pastores, um do Rabil e outro da Cabeça de Tarafes, que, atraídos pelos seus campos de pastagem, pelas suas terras agrícolas e pelas suas salinas, para lá foram morar nos meados do século XVIII,

[435] Apolinário Fortes Varela. O informante passou a sua infância muito ligada ao Curral-Velho e em adulto residiu ali, onde os irmãos mais velhos permaneciam em tempo de pesca, pois os pais dele eram proprietários de um bote.

levando as respectivas famílias.[436] Conseguimos identificar o nome do pastor do Rabil, que era conhecido por "Ti Pétxa". Ora, vimos atrás, da mesma tradição oral, que o Ti Pétxa por exemplo, herdou o seu curral do Ti Canto de Serafina. Logo, Ti Pétxa não poderá contar como um dos primeiros povoadores do Curral-Velho. Portanto, a fundação da povoação poderá situar-se em data anterior aos meados do século XVIII.

Em termos comparativos, o topónimo "Curral", sem contar as designações "curralinhos", "curraletes" e "curralzinhos", denomina 112 localidades, sítios e regiões espalhados pelas ilhas de Cabo Verde onde a pastorícia foi uma das actividades mais antigas e mais importantes, nomeadamente Santiago, Fogo, Boavista, Maio, S. Nicolau e Santo Antão, e é nome de 8 povoações, sendo 2 em Santo Antão, 2 no Fogo, 2 em S. Nicolau 1 na Boavista e 1 em Santiago.[437] Esta constatação toponímica, relacionada com a actividade da pastorícia nos primeiros séculos da ocupação das ilhas de Cabo Verde, leva-nos a crer que a designação "Curral", para aglomerados de casotas de pastores ascendentes das povoações do mesmo nome, é provavelmente dos finais do século XVI aos inícios do século XVII.

Para o caso do núcleo populacional "Curral" da ilha da Boavista, provavelmente seria abandonado pelos seus moradores fundadores, que viviam essencialmente da pastorícia, com a crise de 1809-1811, durante a qual, como referimos atrás, para além de ter morrido muita gente na freguesia de S. Roque, a que administrativamente o núcleo populacional pertencia, das 50.000 cabras que havia em toda a ilha, só restaram 1.200, tendo morrido portanto o equivalente a 97,6 % das cabras existentes antes da crise. Passada a catástrofe, os pastores terão regressado ao antigo povoado nos meados do século XVIII, asserção que poderá estar de acordo com a ideia que ficou retida pela tradição oral atrás referida. Surge então, um novo topónimo, o "Curral Velho". Note-se que o fenómeno de adjectivar de "velho" a lugares habitados, e não só, já sucedera com a antiga cidade da Ribeira Grande, em Santiago, hoje "Cidade Velha", ou com a mudança da sede paroquial da povoação da Estância para o Rabil, tendo aquela sido rebaptizada de Povoação-Velha.

Por outro lado, Josef Kasper informa que, "com o forte desenvolvimento da Boa Vista até 1720 (cerca de 1.000 habitantes), é provável que perto da Povoação Velha tenha existido, nessa época, um outro centro populacional".[438] Compulsada a bibliografia sobre o povoamento da Boavista, lidas as obras corográficas, observados os mapas da ilha e pesquisado algum vestígio de terreno, a povoação mais próxima da Povoação-Velha que encontrámos foi a do Curral-Velho, a cerca de 10 kms de distância para Este. Será esta a povoação próxima da Povoação-Velha a que se refere Kasper? O próprio Kasper diz que não encontrou documentos escritos que pudessem confirmar ou refutar essa hipótese.

[436] Maria Livramento Brito, nascido na povoação do Curral-Velho a 15 de Janeiro de 1915, residente na Povoação Velha, onde constituiu família.
[437] Cf. LERENO, … – Dicionário Corográfico …, p. 167-172.
[438] KASPER, … – Ilha da Boa Vista…, p. 40.

As informações até aqui colhidas apontam no sentido de a povoação do Curral-Velho ter sido fundada à base da criação de gado nos finais do século XVII, ao que se juntaria mais tarde a agricultura e a apanha do sal. O sal, como já referimos, era na época a única substância indispensável à conservação da carne e de outros produtos de gado na Boavista. Por isso, as salinas do Curral-Velho, que produziam sal de boa qualidade, também constituiriam um chamariz aos criadores de gado, e não só.

Visitámos o que resta dessa povoação em 2005 e 2006. Ficámos desolados com o que observámos: uma ou outra casa de pé e um monte de ruínas em estado avançado.

3.4.1.3.2. De povoados dispersos à "villa do Rabil"[439]

A então "villa do Rabil", hoje povoação do Rabil, situava-se sobre uma eminência de rochas calcárias defronte da barra, ladeada a Este por um verdejante vale, o da Ribeira do mesmo nome, e a Oeste pelos terrenos agrícolas do "Baguincho", a primeira abundante em água potável e ambos de grandes capacidades agrícolas.

O que é conhecido por "villa do Rabil resulta, provavelmente, da união de um conjunto de povoados circunvizinhos, fundados provavelmente entre os começos do século XVII e começos do século XVIII, com a expansão da criação do gado, que exigia a demanda cada vez mais de novos campos de pastagem e de água potável, aliada à procura de terrenos agrícolas de maiores capacidades produtivas, de preferência perto de salinos. Este fenómeno do Rabil não seria, aliás, o único em Cabo Verde: também "a povoação de S. João Baptista, na ilha Brava, hoje Vila de Nova Sintra, resultou da junção de pequenas aldeias onde os colonos madeirenses se tinham estabelecido, e que depois se estenderam até tocarem umas nas outras".[440]

No caso do Rabil, a respectiva povoação ter-se-á formado, do nosso ponto de vista, de um conjunto de povoados limítrofes ao vale agrícola, genericamente denominado Ribeira do Rabil", situado relativamente perto do então Porto Inglês, onde já despontara a exploração do sal. O Boletim Oficial nº 10, de 11 de Janeiro de 1843, regista essas "povoações", ou seja, Boaventura, Cabeçada, Moradinha, Nossa Senhora das Dores e Estância de Baixo, Chan da Losna e Santa Cruz.[441] Desses núcleos populacionais, a Boa Ventura e a Cabeçada fundiram-se, dando origem à chamada "villa do Rabil", enquanto a Estância de Baixo evoluía para povoação autónoma e a Nossa Senhora das Dores e a Moradinha desapareciam.[442]

---

[439] O nome "Rabil" foi tomado "[...] de uns pássaros assim chamados pela sua comprida cauda que se encontram em quantidade n'aquelles sítios" (MONTEIRO, José Maria de Sousa – "Diccionario Geographico das províncias e possessões portuguezas no Ultramar". Lisboa: Typografia Lisboense, 1850, p. 458; VALDEZ, … – Africa Occidental…, p. 168).

[440] BARROS, …– Origens …, p.35.

[441] I.A.H.N.. Praia. Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde nº 10, de 11 de Janeiro de 1843.

[442] No artº 1º, da Portaria de 17 de Janeiro de 1843, do Governo-Geral da Província de Cabo Verde referem-se as mesmas "povoações", menos a da Moradinha Também não são referidos

Essa posição poderá ser corroborada por dois autores do século XIX. Um deles é Maria de Sousa Monteiro que, em 1850, descreve o Rabil como uma aldeia da ilha da Boavista, composta pelos mesmos povoados registados anteriormente pelo Boletim Oficial. Mais informa que o Rabil contava, no conjunto desses povoados, 284 fogos com cerca de 1.403 habitantes; era a sede da Freguesia do mesmo nome, da invocação de S. Roque, onde se encontravam também a Câmara, a Cadeia e a única escola pública da ilha; sujeitava-se porém ao paludismo, devido à sua proximidade da Ribeira do mesmo nome, onde se estagnavam as águas das chuvas em certos meses do ano.[443] Francisco Travasso Valdez, por seu turno, em 1864 informa que a "villa do Rabil compunha-se das povoações da Boa Ventura, Cabeçada, Moradinha, Nossa Senhora das Dores e Estância de Baixo, formando uma freguesia com 1.860 habitantes, e que nela existia a única escola da ilha.[444] Nessa altura, o Rabil possuía "[...] algumas bonitas casas de pedra (entre as quaes avulta a municipalidade), tendo de roda muitos jardins e cabanas ou choças [funcos] n´um circuito de 1 ½ milha".[445]

Não encontrámos qualquer registo sobre a data da fundação da povoação do Rabil. No início do século XIX já era, porém, um importante centro para a época e no contexto da Boavista: "estas aldêas [as do Rabil], e a de *S. João Baptista do Norte* situada além das montanhas do lado Leste, são as únicas que possue a Ilha da Boavista, aonde se encontram também alguns casaes dispersos, - não em Ribeiras, porque as não há, - mas em logares de pasto". [446] Como se poderá constatar, aqui Lopes de Lima faz uma omissão, contradizendo a si mesmo, pois exclui a Povoação Velha que identifica como "a mais antiga de todas". Com efeito, o testemunho de José Joaquim Lopes de Lima sobre o Rabil, datado de 1844, diz que "esta Freguesia do Rabil foi instituida em 1810 pelo Bispo D. Fr. Silvestre de Maria Santíssima, que para alli a transferio da *Povoação velha* – a mais antiga de todas – logar bem povoado de cabanas de pastores, e mui poucos lavradores, que ainda hoje subsiste na falda do monte chamado da Povoação – a duas logoas do porto". E acrescenta Lopes de Lima que "esta transferencia soffreu nesse tempo viva opposição, da qual triumphou por fim a presença daquele Prelado".[447] Para tanto, o bispo D. Silvestre de Maria Santíssima mandara construir a Igreja Matriz do Rabil, sob a invocação de São

---

os povoados de Bafureira e da Espingueira. Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde, nº17, de 4 de Fevereiro de 1843, p. 65.

[443] MONTEIRO, … – Diccionario Geographico …, p. 457.

[444] VALDEZ, … – Africa Occidental …, p. 169.

[445] VALDEZ, … – Africa Occidental …, p. 169; "Diccionário de Geographia Universal ". TOMO IV. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 26.

[446] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE II. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 50.

[447] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE II. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 50; Ver tb. Diccionário de Geographia Universal ". TOMO III. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 790.

Roque. No frontispício da referida igreja encontra-se inscrito o ano de 1806, o que poderá indicar, ou o término da sua construção ou a inauguração do Templo.

Quanto às razões que terão levado o bispo D. Fr. Silvestre de Maria Santíssima a construir esse "sumptuoso templo'', não encontrámos dados que no-las indicassem. Assim temos as nossas dúvidas se seria pela importância do Rabil ou se pelo desejo do bispo de residir na Boavista, pois queria sair da cidade da Ribeira Grande, em Santiago, devido não tanto ao clima doentio mas sobretudo devido às convulsões políticas e religiosas por que passava a Ribeira Grande nessa época. Por exemplo, no que se refere à situação religiosa, queixava-se o bispo, em 1808, da falta de "sujeitos capazes para se ordenarem e para supprirem as parochias, o que é de necessidade"; ou então, "estando o bispo assistindo noutra ilha, o que presentemente se faz necessário, aquelle cabido se oppõe ás suas determinações, porque a ignorancia que os domina é atrevida; ou ainda, que "se alguns se offerecem do reino são uns vadios, no principio fingidos e depois petulantes, sem sciencia de religião, mas de má índole".[448] Terá o bispo tido alguma intenção de residir no Rabil? Não encontrámos informações que nos permitissem responder a esta pergunta. Notemos entretanto que a tentativa de mudar a sede episcopal da Ribeira Grande de Santiago para a Povoação, em Santo Antão, já tinha sido feita pelo Bispo D. Fr. Jacinto Valente, entre 1755 e 1774, mas o Papa não aprovou tal pedido.[449] Curioso é o facto de o referido bispo ter também construído um sumptuoso templo em Santo Antão, pensando na possibilidade dessa transferência!

Voltando ao caso do Bispo D. Fr. Silvestre de Maria Santíssima, em relação à Boavista, dos informação colhidas em Senna Barcellos o máximo que conseguimos apurar é que o referido bispo terá passado em visita pela ilha, pois Lopes de Lima afirma que a transferência da paróquia da Povoação-Velha para o Rabil triunfou, apesar da forte oposição dos habitantes daquela povoação, devido à presença daquele Prelado,[450] o que nos leva a concluir que o bispo terá de facto visitado a ilha da Boavista na altura da referida transferência, pois o acontecimento assim certamente o exigia.

A transferência da paróquia da Povoação-Velha para o Rabil é corroborada por Senna Barcellos, em 1899, ao se referir ao Rabil de 1810 nos seguintes termos: "n'este anno mudou o bispo D. fr. Silvestre a egreja parochial da povoação velha da ilha da Boa Vista para o Rabil, onde se ergueu um sumptuoso templo, sendo seu orago S. Roque. Para alli passou a camara municipal, e como o sítio de Sal-rei offerecesse maiores commodidades aos

[448] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "História de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed.Vol. II, Parte III (Apresentação, Notas e Comentários de Daniel Pereira). Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 160.

[449] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap.IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 245.

[450] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE II. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 50.

habitantes, para carga e descarga dos navios, ficaram alli residindo as autoridades civil e militares, erigindo-se então uma capella sob a invocação de Santa Isabel".[451] Em 1810, a "linda villa" do Rabil possuía 1.500 habitantes, contra os 341 da Povoação-Velha[452] que era até a essa data a povoação mais importante da ilha da Boavista, sendo então e pelo menos até 1844, Cabeça de Concelho da ilha da Boavista, compreendendo ainda a ilha do Sal.[453]

Esses factos poderão confirmar portanto a formação do Rabil em data muito anterior a 1810, provavelmente em meados do século XVIII, enquanto que os povoados que lhe deram origem terão emergido dos começos do século XVII em diante, com o incremento da criação do gado.

O Rabil cresce rapidamente, como demonstra a importância dos seus edifícios, nomeadamente, para além do Templo já referido, o da Câmara Municipal e o da Alfândega, esta mandada construir provavelmente em 1732.[454] Da Igreja Matriz de S. Roque do Rabil, Lopes de Lima classifica-a de "muito bom Templo", tendo-o indicado como próprio para servir de Cathedral da Provincia.[455] Essa ideia é também defendida por Travasso Valdez, quando afirma que o "templo do Rabil, pela sua vastidão e belleza, é proprio para cathedral da provincia [...]",[456] e retomada em 1878 no "Diccionario Geographico Universal", registando-se que a povoação do Rabil, para além do edifício da municipalidade, "[…] tem um templo com invocação de S. Roque […] e pela sua grandeza proprio para cathedral da província".[457] Tal pretensão não seria de estranhar, se considerarmos a situação decadente em que se encontrava a Cidade da Ribeira Grande.

As referências ao Rabil mostram que a Freguesia de São Roque vivia, na segunda metade do século XIX, uma relativa opulência, que se baseava sobretudo na actividade agro-pecuária. Quanto à agricultura, por exemplo, apesar de não ter ainda muita expressão em toda a Boavista, em 1874 - 1875, na Freguesia de São Roque, com sede no Rabil, a extensão dos terrenos

---

[451] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap.III. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 189.

[452] MONTEIRO, … – Diccionario Geographico …, p. 434. Francisco Travasso Valdez regista 400 habitantes (VALDEZ… – Africa Occidental …, p. 168).

[453] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE I. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 5.

[454] Na Provisão de 11 de Abril de 1732 recomendava-se a construção da "Casa da Alfândega" no Rabil, por esta povoação se situar mais próximo do porto. In IAHN – Secretaria-Geral do Governo da Província de Cabo Verde – "Livro em que está Escripto a forma de arrecadação da real Fazenda, e as ordens por que Sua Magestade que Deos Guarde asim Manda Estabelecer nesta Ilha e alguns Capítulos de Regimento das Alfândegas por que os Feitores se devem reger nos despachos que derem aos Navios, como adiante se verá". Cxa. Nº 426, 1825.

[455] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE II. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 50 e 53.

[456] VALDEZ, … – Africa Occidental …, p. 168.

[457] "Diccionário de Geographia Universal ". TOMO IV. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 26.

consagrados à cultura distribuía-se do seguinte modo: 6 hectares de cana sacarina, 500 hectares de algodão, contra os 785 de toda a ilha; 640 litros de feijão, contra os 1.136 de toda a ilha; 840 litros de milho, contra os 1.152 de toda a ilha e 480 litros de batata, contra os 830 de toda a ilha. No referido ano, produziram-se no Rabil 410 litros de aguardente extraída de cana sacarina, 4.110 kg de algodão, 20.020 litros de feijão, 15. 263 litros de milho e 16. 220 kg de batata. Empregavam-se nessas culturas 634 trabalhadores.[458] Por outro lado, em 1841 temos uma outra informação de que a ilha da Boavista produzia nessa altura, para além do algodoeiro branco e amarelo, milho, feijão, inhame, abóbora, melões e melancias, reputados por Chelmicky como as melhores do arquipélago.[459] No que se refere aos produtos da pecuária, por exemplo, a Senhora Bowdich, quando da sua passagem por Boavista em 1823, já escrevia: "não posso esquecer entretanto de assegurar aos futuros viajantes que a ilha da Boavista produz excelente manteiga, leite e ovos, coisas tão deliciosas ao término de uma viagem".[460] Assinalemos que, como observámos atrás, os relatos da Senhora Bowdich se reportam à Vila de Sal-Rei. Mas temos de considerar que a maior parte dos produtos que afluíam a essa vila era proveniente dos terrenos agrícolas do Rabil, pois os terrenos limítrofes à referida vila nunca produziam praticamente nada, devido à sua natureza salitre.

Apesar de todo esse desenvolvimento do Rabil, Sal-Rei tendia a ameaçar destroná-lo como sede administrativa e paroquial da ilha. Dois factores contribuíam para que tal viesse a acontecer: primeiro, como escreve Simão Barros,[461] "esta povoação era, porém, doentia, e comunicava com Sal-Rei através de dunas de areia"; segundo, como ainda noticia o mesmo autor, os comerciantes transferiram-se para Sal-Rei, onde o comércio do sal florescia. Esses dois factores ditariam a despromoção do Rabil a favor de Sal-Rei, primeiro, como sede administrativa em 1820[462] e, mais tarde, como sede paroquial.[463] A sede da freguesia em Sal-Rei passaria a chamar-se Santa Isabel cerca de 1857, altura em que terá sido construída a igreja de invocação à Santa.[464]

---

[458] "Diccionario de Geografia Universal". TOMO I. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 466 e 615.

[459] CHELMICKY, … – Corografia Cabo-verdiana …, p. 53-54.

[460] M^me. BOWDICH – "Excursions dans les Isles de Madéra et de Porto-Santo, faites dans lÁutomme de 1823, pendant son troisième voyage en Afrique, par T. E. Bowdich". Paris: Chez F. G. Levrault, 1826, p. 287. Traduzido da língua francesa.

[461] BARROS, … – Origens …, p. 37.

[462] KASPER, … – Ilha da Boa Vista …7, p. 45.

[463] Cf. "Diccionario de Geographia Universal". TOMO IV. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 186; Como testemunha José Joaquim Lopes de Linha, em 1844 Sal-Rei ainda não era nem vila nem freguesia e, por isso, dependia da Matriz de S. Roque do Rabil. LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE II. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 49-50.

[464] Como anota Kasper, "a data exacta do fim dos trabalhos da Igreja de Santa Isabel em Sal-Rei não é conhecida. Os sinos que hoje se encontram nas duas torres da Igreja datam de 1857. É portanto possível, que a construção tenha sido acabada por volta dessa época". KASPER, … – Ilha da Boa Vista…, nota de fim de páginas nº 8, p. 175.

3.4.1.3.3. Povoações do Norte

Assim como acontecera com a Povoação do Rabil, as povoações do Norte, João Galego, Fundo das Figueiras e Cabeça dos Tarafes, ter-se-ão formado provavelmente a partir da concentração dos habitantes dos povoados dos campos de pastagem limítrofes à Ribeira do Norte, a segunda maior bacia hidrográfica da ilha da Boavista. Os povoados ascendentes das povoações do Norte desapareceram. Mas ficaram registados por Álvaro Lereno, na obra corográfica sobre as ilhas de Cabo Verde.[465] Com efeito, nessa obra, Lereno regista vários povoados, outrora habitados e situados no Centro-Norte e Centro-Nordeste da ilha da Boavista, nomeadamente Nova Sintra na Freguesia de Santa Isabel, o Canto, situado perto das salinas da Costa Norte, o Campo da Serra, o Nhã Piripiri,[466] o Barreiras, o João Barrosa e o Pai Amaro, situados em margens de ribeiras e todos pertencentes à Freguesia de S. João Baptista. Não encontrámos as datas prováveis em que terão sido fundados. Todavia, o facto de a tradição oral e os mapas de entre finais do século XIX e os começos dos séculos XX indicarem as suas respectivas localizações geográficas em plenos campos de pastagem, faz-nos supor que terão emergido com a expansão da pastorícia na direcção do Sul-Sudoeste para o Norte-Nordeste nos séculos XVII e XVIII. Por outro lado, por se situarem em margens de ribeiras, isto leva-nos a crer que os seus habitantes praticavam, paralelamente à criação de gado, alguma agricultura, enquanto eram servidos pelas salinas do Canto, a que nos referiremos mais à frente.[467] Assim, mais uma vez temos os campos de pastagem, a água e o sal como os principais geradores do povoamento da ilha da Boavista. No que resta desses povoados, pudemos observar, em 2005, quase que imperceptíveis vestígios de casotas e de terrenos outrora agricultados. De todas as ruínas observadas, as do povoado do Campo da Serra porém ainda estão visíveis, incluindo bandas de parede da sua antiga capela de invocação a Nossa Senhora de Piedade.[468]

Com a descoberta das terras agrícolas da Ribeira do Norte e do sal das salinas da Costa do Norte, os moradores desses povoados ter-se-ão concentrado ao longo dessas ribeiras, pouco ao Sul das referidas salinas, dando origem então às povoações de João Galego, Fundo das Figueiras e Cabeça dos Tarafes, genérica e popularmente conhecidas por "Povoações do Norte", nome dado, como diz o poeta José Lopes, pelas pessoas da Povoação-Velha, devido à direcção que tomavam quando a um dessas povoações se dirigiam. [469]

---

[465] LERENO, … – Dicionário Corográfico …, 1952.

[466] Não confundir com "Nhô Piripir", registado como sítio, também da Freguesia de S. João Baptista, da ilha da Boavista.

[467] Sobre a localização geográfica desses povoados, ver, por exemplo, a "Carta da ilha da Boa Vista (Cabo Verde)". Instituto do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Comissão de Cartografia: Cxa. CABO VERDE, doc. nº 108, 1924.

[468] Referenciada em 1841 por CHELMICKY, …; VERNHAGAN, … – Corografia Cabo-verdiana …, 1841, p. 157.

[469] LOPES, José – "A Barca Sicília". In *CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação*. Praia: Imprensa Nacional, Nº 90, ANO VIII, (1957) p. 29.

FIG. Nº 18
Uma das ruas antigas da Povoação de João Galego



FONTE: De álbum familiar, 1960. Rua no sentido Oeste-Leste, na década de 60 de 1900

De acordo com a tradição oral local, a primeira povoação a ser fundada no conjunto das povoações do Norte seria a de Fundo das Figueira, nome que lhe foi dado, devido às inúmeras figueiras que existiam na ribeira em cuja margem se situa.[470] De acordo ainda com a tradição oral, o topónimo "João Galego" advém do facto de os seus primeiros habitantes terem sido escravos que se chamavam galegos, porque comiam muito e trabalhavam "mais do que burro". Ou o nome será emprestado do "Monte João Galego"? Uma hipótese neste sentido seria improvável de ser corroborada, pois o referido monte situa-se a Sudeste da povoação de Cabeça dos Tarafes que, por sua vez, se localiza a Sul das povoações de João Galego e de Fundo de Figueiras. Mas o nome do monte poderá ter sido tirado do nome da povoação!... São questões que não podemos responder por ora, pois não encontrámos documentos escritos que nos pudessem dar os devidos esclarecimentos.[471] Da mesma forma, o nome "Cabeça dos Tarafes" será posto ao povoado pelo facto de se situar no extremo sul das plantas de tarafes, que abundavam na Ribeira da Renca, na margem

[470] João António Baptista, por exemplo, nascido em 1914, é natural da ilha do Fogo mas trabalhou durante 30 anos consecutivos na ilha da Boavista como faroleiro, onde constituiu família.

[471] Sobre o "Monte Joâo Galego", ver a "Carta da ilha da Boa Vista (Cabo Verde)". Instituto do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Comissão de Cartografia: Cxa. CABO VERDE, doc. nº 105, 1888.

direita da qual se situa a referida povoação. Não encontrámos, entretanto, quaisquer documentos escritos referentes à fundação dessas povoações.

Da documentação escrita, encontrámos, sim, as suas descrições. Em 1864 Francisco Travasso Valdez, por exemplo, descreve a "Povoação do Norte" como uma "aldeia" cabeça da Freguesia de S. João Baptista, com 787 habitantes, situada a Sul do Porto do Norte, onde existiam salinas que produziam sal cristalizado, "perto do povo denominado João Gallego, sua dependencia";[472] por seu turno, José Maria de Sousa Monteiro regista João Galego, em 1850, como "Povoação da Ilha da Boa Vista, sita na parte de Leste da Ilha, ou do Norte, como alli se chamam, e que conta 144 fogos com 639 habitantes. É uma dependencia da freguezia de S. João Baptista do Norte".[473]

Enquanto, portanto, Travasso Valdez identifica a "Povoação do Norte", hoje Fundo das Figueiras, Sousa Monteiro regista a Povoação de João Galego. De Cabeça dos Tarafes, colhemos em Álvaro Lereno[474] que se situa na margem direita da Ribeira da Renca, constituindo a terceira das três povoações que compõem a actual Freguesia de S. João Baptista, de que falaremos mais à frente.

O "Porto do Norte" a que nos referimos atrás também era conhecido por Porto da Salina, Porto de S. João Baptista e Porto do Canto. Situava-se na costa Nordeste da ilha da Boavista.[475] Embora produzisse sal de boa qualidade, o porto em si era perigoso à navegação, devido aos seus inúmeros baixios, tendo causado vários naufrágios.[476] Por isso, as dificuldades na exploração do sal, devido às más condições de acesso ao referido porto, não permitiram que ali se formasse uma povoação, embora, como informa Carlos Chelmicki, para além de Álvaro Lereno atrás citado, junto dele existisse uma "aldeia" do mesmo nome.[477]

Supomos, portanto, que os primeiros moradores do povoado do Norte ou Canto terão abandonado o local e, com a atracção pela ribeira agrícola de Fundo das Figueira, ali se teriam fixado. Em 1878 dá-se conta que na Ribeira do Norte, junto da qual se agregavam 210 fogos, se cultivavam, efectivamente, 285 hectares de terreno, que produziam 1.700 kg. de algodão; 496, que davam 10.200 litros de feijão; 312, que davam 7.213 litros de milho; e 550 hectares, que produziam de 5.720 quilos de batata.[478] Quanto ao Porto do Norte ou Canto, como observámos da nossa visita ao local em Fevereiro de 2005, ainda existem

---

[472] VALDEZ, … – Africa Occidental …, p. 169. Ver tb. LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE II. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 48.

[473] MONTEIRO, … – Diccionario Geographico …, p. 324.

[474] LERENO, … – Dicionário corográfico …, 1952, p. 71.

[475] "Grande enciclopédia Portuguesa e Brasileira". Vol. VXIII. Lisboa: Editorial Enciclopédia, [s/d], p. 901; Cf. tb. "Diccionario de Geographia Universal". TOMO III. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 413.

[476] Cf., por exemplo, "Diccionario de Geographia Universal". TOMO III. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 413.

[477] CHELMICKY, … – Corografia Cabo-verdiana …, p. 50.

[478] Diccionario de Geographia Universal". TOMO II. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 819.

as ruínas das antigas casotas ali construídas, provavelmente quando se experimentou explorar as sua salinas, em data que não conseguimos apurar.

Pela vocação essencialmente agro-pecuário das três povoações do Norte, temos para nós, até se provar o contrário, que elas terão sido fundadas posteriormente à Povoação-Velha, tendo seguido um percurso temporal semelhante à da formação do Rabil: os povoados que provavelmente lhe deram origem terão emergido dos começos do século XVII em diante, com a expansão da criação do gado pelos campos da Boavista; com o incremento da agricultura na Ribeira do Norte e a apanha do sal no Porto do Norte, esses povoados evoluem para povoações já nos começos do século XVIII, pois já no terceiro quartel desse século, entre 1755 e 1765, é erigida a Freguesia do Norte, da invocação de S. João Baptista, pelo Bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente.[479] Sobre a autoria da fundação dessa freguesia, José Conrado Carlos de Chelmicky & Francisco Adolfo de Vernhagen limitam-se a afirmar, em 1841, aquilo que já tinha sido noticiado pelo Anónimo em 1784.[480] Uma outra bibliografia refere "a freg. que foi erigida pelo bispo D. Jacinto Valente, em 1764, tem a invocação de S. João Baptista, com uma população de 854 habit. e 373 fogos".[481]

A criação da Freguesia de S. João Baptista enquadra-se, com efeito, nas providências do referido bispo em organizar a sua Diocese, pois a encontrara, à sua chegada, numa certa desordem, em boa parte devido à decadência da então Cidade da Ribeira Grande.[482] Quanto à data da sua criação, temos a seguinte observação a fazer: enquanto Valdez indica o ano de 1775, o Anónimo e Chelmicky & Vernhagen não apontam qualquer data. Porém, o Apenso nº 2 ao texto do Anónimo, diz que o Bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente chegou na ilha de Santiago a 13 de Maio de 1754, seguiu para S. Nicolau no mesmo ano e embarcou nesta ilha para a de Santo Antão no dia 22 de Junho de 1755 "[…] e aí fez a sua constante residência, donde nunca mais saiu no espaço de 19 anos que ainda viveu".[483] Portanto, de acordo com o citado apenso, a freguesia terá sido erecta entre 1754 e 1774, data da sua morte. Já numa petição enviada pelo

---

[479] Anónimo. "Noticia Corográfica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde desde o seu princípio até o estado presente, com um catálogo dos Exmos. Bispos, Governadores e Ouvidores, e os sucessos mais memoráveis e verídicos, tirados de livros e papéis antigos. E assim mais algumas insinuações dos meios mais conducentes para o restabelecimento dele, por se achar na última decadência. Composta pela infatigável diligência de um amante da Pátria e Leal Vassalo de Sua Magestade fidelíssima – 1784" (Apresentação, notas e comentários por CARREIRA, António). Lisboa: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1985, p. 32.

[480] CHELMICKY, …; VERNHAGAN, … – Corografia Cabo-verdiana …, p. 154.

[481] "Diccionario de Geographia Universal". TOMO III. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 413.

[482] Cf. CERRONE Frederico – "História da Igreja de Cabo Verde (Subsídios)". Praia, 1983.

[483] Apenso nº 2, dos "Anais do Conselho Ultramarino, Parte não Oficial, Série II, Fevereiro de 1859". In "Noticia Corográfica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde desde o seu princípio até o estado presente, com um catálogo dos Exmos. Bispos, Governadores e Ouvidores, e os sucessos mais memoráveis e verídicos, tirados de livros e papéis antigos. E assim mais algumas insinuações dos meios mais conducentes para o restabelecimento dele, por se achar na última decadência. Composta pela infatigável diligência de um amante da Pátria e Leal Vassalo de Sua Magestade fidelíssima – 1784" (Apresentação, notas e comentários por CARREIRA, António). Lisboa: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1985, p.97-99.

próprio bispo ao rei em 1765, diz o referido bispo ter erigido uma freguesia em S. Nicolau e outra igual na ilha da Boavista.[484] Assim, somos levados a admitir que a Freguesia de S. João Baptista, na ilha da Boavista, terá sido erecta, provavelmente, antes de 1765. Assim, na falta de outros dados, absorvemos 1764, indicado no "Diccionario de Geographia Universal", como a data mais provável da fundação da Freguesia de S. João Baptista.

Aquando da fundação da referida freguesia, já existia a então Freguesia da invocação de S. Roque. Diz o Anónimo "[…] que tem Pároco com côngrua de 50 000 réis pagos pela Fazenda Real", enquanto à freguesia recém-criada "[…] não tem côngrua, mas tão-somente cada casal do povo lhe paga um bolo de 100 réis ao Pároco".[485] De acordo como Senna Barcellos, o da freguesia de S. João Baptista passa, porém, a ter um vencimento fixo de 50$000 réis anuais, a partir de 27 de Maio de 1781, data em que o rei assina côngruas para os párocos, a serem pagas pela Fazenda Real.[486]

Como não há freguesia sem igreja, acreditamos que terá havido nas povoações do Norte uma capela, construída anteriormente à actual Igreja de Fundo de Figueiras, pois esta foi acabada de construir depois de 1850, cerca de 100 anos após a erecção da Freguesia S. João Baptista. Sobre a conclusão da referida igreja, temos uma notícia de que "TENDO varios habitantes da Freguezia de S. João Baptista da Ilha da Boa-Vista, representado, que estando por concluir, a obra da Igreja Matriz da dita Freguesia, obra que chegou ao estado em que se encontra, pelos donativos que os fieis teem dado; e que não tendo podido continuar com os mesmos donativos, em rasão da febre amarella e da fome que os perseguío em 1845 e 1846 - e posteriormente, pela escacez das colheitas que os deixaram n'umas circumstancias difficeis […]".[487]

Não encontrámos, entretanto, fontes escritas que nos indicassem a data provável da construção dessa capela. Existem sim a tradição oral e as ruínas da "Igreja Velha", ruínas essas situadas num ermo a uns três kms a Sudeste da povoação de Cabeça dos Tarafes, que poderão ser restos da hipotética capela.

3.4.1.3.4. Estância de Baixo

Esta povoação situa-se a uns 2 kms a Norte do Rabil. O primeiro documento escrito por nós compulsado que fala da Estância de Baixo é o

[484] I.A.H.N. Cabo Verde. Papéis avulsos. Cxa. 29, doc. 24, 1765.

[485] Anónimo. "Noticia Corográfica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde desde o seu princípio até o estado presente, com um catálogo dos Exmos. Bispos, Governadores e Ouvidores, e os sucessos mais memoráveis e verídicos, tirados de livros e papéis antigos. E assim mais algumas insinuações dos meios mais conducentes para o restabelecimento dele, por se achar na última decadência. Composta pela infatigável diligência de um amante da Pátria e Leal Vassalo de Sua Magestade fidelíssima – 1784" (Apresentação, notas e comentários por CARREIRA, António). Lisboa: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1985, p. 32; Cf. tb. CHELMICKY, …; VERNHAGAN, … – Corografia Cabo-verdiana …, 1841, p. 154.

[486] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "História de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed.Vol. II, Parte III (Apresentação, Notas e Comentários de Daniel Pereira). Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 80.

[487] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 16 (20 de Abril de 1850).

Boletim Oficial nº 10, de 11 de Janeiro de 1843, atrás citado. Dos sete povoados registados nesse documento, a Estância de Baixo é a única que evoluiu, como dissemos, para povoação autónoma. Tal como os povoados que formaram a povoação do Rabil, o da Estância de Baixo terá emergido nos começos do século XVII em diante, com o incremento da criação do gado e da agricultura na parte Norte do Vale do Rabil, limítrofe ao referido povoado. Portanto, tal como a população do Rabil, a da Estância de Baixo vivia da criação do gado e da agricultura. Tendo em conta as suas proximidades, a Estância de Baixa acabaria por absorver parte dos moradores dos povoados da Nossa Senhora das Dores e da Moradinha, que desaparecem.

3.4.1.3.5. Bafureira

A cerca de 6 Kms da Estância de Baixo, na direcção Norte-Nordeste desta povoação, também em data que não nos foi possível apurar com certeza, foi fundado o povoado da Bafureira, que evoluiria mais tarde para povoação do mesmo nome.

FIG. Nº 19
Povoação de Bafureira



Fonte: Foto de KASPER, Josef E. – "Ilha da Boa Vista – Cabo Verde". Trad. Luís Filipe da Silva Madeira. Praia: Instituto Cabo-verciano do Livro, 1987, p. 84.

De acordo com a tradição oral, o povoado seria fundado por pastores que iam sazonalmente da Estância de Baixo e do Rabil pastorear cabras nos campos de pastagem da localidade onde se situava. Esses pastores acabaram por ali se fixar. Quanto à possível data da sua fundação, encontrámos a Portaria de 17 de Janeiro de 1843, do Governo-Geral da Província de Cabo Verde, que manda plantar purgueira na Boavista, mencionando todas as povoações então existentes na ilha da Boavista, menos as da Moradinha, da Bafureira e da

Espingueira.[488] Da Moradinha, mencionada em documentos anteriores, vimos que integrou a povoação do Rabil; da Bafureira e da Espingueira, não encontrámos menção em qualquer documento anterior aos meados do século XX, quando Álvaro Lereno a regista, já como povoação, em 1952.[489] Assim, em termos de datas, só podemos dizer, por enquanto, que terá sido fundado posteriormente à fundação das povoações do Rabil e da Estância de Baixo, portanto, provavelmente nos princípios do século XIX em diante.

Por isso, pouca coisa se nos ofereceria dizer sobre este centro populacional, se não fosse o sentido económico que o seu topónimo nos sugere. É neste quadro que formulamos a hipótese de a designação "Bafureira" ter sido retirada da flora da localidade, pois, "bafureira" era a planta rícino, que espontaneamente nascia e crescia na localidade e de onde se tirava o óleo rícino muito comercializado na época, pois aplicava-se na indústria têxtil, na saboaria, na indústria do papel, na siderurgia, nos vernizes e pinturas e nos perfumes sintéticos. O rícino (*Ricinus communis L.*) é uma planta herbácea ou lenhosa, anual ou vivaz, também conhecido por "mamona" ou "baforeira". Aparece em todo o arquipélago. "É vulgar encontrar-se nas habitações, nos quintais ou nos locais de deposição de detritos […]".[490]

Neste particular, concluímos portanto, que, não sendo essa planta o vector primordial da fundação da povoação da Bafureira, seria, todavia, um factor secundário de peso, paralelamente aos campos de pastagem que levariam os habitantes da Estância de Baixo e do Rabil a se fixarem nessa localidade.

3.4.1.3.6. Espingueira

A Nordeste da Bafureira, mais próximo do mar e ladeado por terrenos agrícolas, situa-se a "Espingueira", praticamente abandonada na década de 80 e hoje está sendo transformada numa aldeia turística por investidores estrangeiros, conforme nos foi dado a observar da nossa visita ao local em 2005 e 2006. O povoado nunca ascendeu à categoria de povoação, poistal como o conhecemos em 1975, servia mais aos habitantes da Povoação da Bafureira e, em menos constância, aos da Estância de Baixo e do Rabil, respectivamente, ao mesmo tempo como morada na época das sementeiras, principalmente do milho, quando chovia, e como refúgio de pescadores, nas épocas da pesca, quando não chovia, principalmente quando a crise batia à porta.

É bem provável, portanto, que os agricultores da Bafureira, e também da Estância de Baixo e do Rabil, construíssem espigueiros junto desses terrenos, onde guardavam as espigas de milho e outras colheitas. Assim, para a designação "Espingueira", aventamos a hipótese de o topónimo ter derivado do

---

[488] Cf. Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa nacional. Nº 17 (4 de Fevereiro de 1843), p. 65-66.

[489] O autor regista "Bafareira" e "Bofareira" (LERENO, … – Dicionário corográfico …, p. 49 e 66). Note-se que são designações utilizadas pelos populares, o que não correspondem ao topónimo "Bafureira", utilizado na bibliografia científica (Cf. TORRES, …; SOARES, … – Formações sedimentares …, p 225).

[490] TEIXEIRA, …; BARBOSA, … – A Agricultura …, p. 96-97.

termo “espigueiro”, que significa “lugar onde se guardam as espigas”, neste caso de milho, sendo portanto, “espingueira” uma corruptela da palavra “espigueiro”, pela interpolação da letra “n”, como em “espi(n)gueira”. Assim sendo, o topónimo Espingueira para o povoado que designa é também retirado da flora local e, tal como no caso do topónimo “Bafureira”, no quadro de uma finalidade económica. Quanto à provável data da sua fundação, aventamos a mesma hipótese em relação à Bafureira, atrás discutida, com base na Portaria de 17 de Janeiro de 1843, inserido no Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde nº 17, do mesmo ano.

Do que ficou dito dos dois últimos núcleos populacionais, Bafureira e Espingueira, constata-se que são uma dimanação da acção pastoril dos habitantes das povoações da Estância de Baixo e do Rabil, como consequência da necessidade de novos campos de pastagem, ao que vieram se juntar as actividades agrícola e piscatória.

3.4.1.3.7. Do povoado do Porto Inglês à Vila de Sal-Rei

A vila que hoje se conhece por Sal-Rei, sede administrativa e eclesiástica da Boavista, teve as suas origens com a fundação do povoado do Porto Inglês, mais tarde povoação de Sal-Rei, tendo o povoado e povoação crescido sob o signo do seu porto e das suas salinas. Comecemos por observar a vista geral de Sal-Rei, em meados do século XX, exibindo o cais de madeira:

FIG. Nº 20
Vista geral da Vila de Sal-Rei (1936)



FONTE: I. A. N. / T. T. – Fundo “O Século”. Arquivo de Fotografia de Lisboa – CPF / MC, 1936

Com efeito, Porto Inglês foi o nome dado ao porto situado na parte Noroeste da ilha da Boavista, onde navios ingleses e navios de outras nações costumavam apanhar sal desde o século XVI, tal como aconteceu com o Porto dos Ingleses da ilha do Maio. Os topónimos dos respectivos portos principais poderão denunciar, com efeito, uma presença regular e demorada dos ingleses nas duas ilhas, pois o da Boavista denomina-se "Porto Inglês" e o do Maio "Porto dos Ingleses",[491] topónimos por que foram denominados os povoados que, em consequência, surgiram junto dos referidos portos, "[…] por ser alli que levantavam as suas barracas os Inglezes que iam á colheita e embarque do sal".[492]

O Porto Inglês da Boavista era vasto e espaçoso, medindo cerca de 10 km de abertura e 3 de concavidade; tinha um bom fundo de areia e era abrigado de todos os ventos, o que o tornava seguro em todas as estações, com apenas duas ou três arrebentações por ano. Essas condições tornavam-no no segundo melhor porto natural do arquipélago, depois do Porto Grande de Mindelo, na ilha de S. Vicente, devido ao grande comércio externo de sal que a partir dele se fazia. O sal e o referido porto traçam, assim, a partir dos meados do século XVII, o destino não só da fundação mas também da evolução do núcleo populacional que emergia junto do referido porto e que seria baptizado de Porto Inglês.[493] A opinião de Joaquim José Lopes de Lima de que o Porto de Sal-Rei era bom e seguro durante todo o ano foi entretanto contrariada por Chelmicky que, pelo contrário, afirma que a "maresia" ou arrebentações nos meses de Dezembro, Janeiro e às vezes Abril o tornam muitas vezes perigoso, nesses meses, às embarcações.[494] Observemos que, das nossas pesquisas de terreno, a tradição oral, sobretudo no seio dos marinheiros da ilha da Boavista, corrobora a informação de Chelmicky. Note-se porém que, no geral, ainda de acordo com Chelmicky, "o porto de Sal-Rei com tudo é o único do Arquipelago, que offerece o melhor desembarque, existindo na villa um caes de pedra, embora muito tosco, mas aonde com tudo, tanto as pessoas como as fazendas podem desembarcar com segurança e commodiade; este caes foi feito a custa do Sr. Martins e é propriedade sua". [495]

Assim como foi a pecuária que serviu de força geradora ao povoamento da zona Sul-Sudeste da ilha da Boavista, o sal exportado através do Porto de Sal-Rei seria o responsável pela fundação e evolução do núcleo populacional, na zona Noroeste da ilha, onde foi descoberta a possibilidade de fabricar essa substância, então muito procurada por navios estrangeiros. De acordo com T. Bentley Duncan, desde o século XVI, paralelamente à criação do gado, o sal já

[491] MONTEIRO, … – Diccionario Geographico …, p. 180.
[492] MONTEIRO, … – Diccionario Geographico …, p. 363 e 428-429; "Diccionario de Geographia Universal". TOMO I. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 614.
[493] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE II. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 46-48.
[494] CHELMICKY, … – Corografia Cabo-verdiana …, p. 49.
[495] CHELMICKY, … – Corografia Cabo-verdiana …, p. 51.

atraía colonos para a ilha da Boavista.[496] E no mesmo século, as ilhas salineiras do Sal, da Boavista e do Maio são mais frequentadas por navios ingleses, americanos e holandeses, que nos seus portos vão carregar clandestinamente sal.[497] Foi entretanto no século XVII que se deu conta do potencial económico do sal das salinas da localidade que viria a ser denominada, sucessivamente, "Porto Inglês" e "Sal-Rei". Neste sentido, nos finais do século XVII e princípios do XVIII os ingleses iam, tanto aos seus portos da ilha da Boavista como aos do Maio buscar e preparar sal, com que carregavam os seus navios, gratificando os seus habitantes pelo trabalho com algum dinheiro.[498]

No caso da Boavista, "descobertas porém junto do porto magnificas, cuja exploração chamou para ali principalmente a attenção dos inglezes, cresceu tanto a sua população e tanto augmentou a importancia da ilha, que foi necessario crear e estabelecer uma câmara e juízes. Decaindo depois, como vimos, parece renascer agora pela agricultura para um futuro mais prospero".[499]

Com a chegada à ilha da Boavista do reinol Aniceto António Ferreira e nomeado Capitão-mor Comandante da ilha em 1787,[500] incrementou-se a exploração e o comércio do sal das salinas do Porto Inglês, o que terá contribuído para que, nos finais do século XVIII, o povoado evoluísse para povoação, com o nome de "Sal-Rei". Com efeito, lê-se na legenda à carta da Vila de Sal-Rei de 1888, cerca de um século mais tarde, que a sua fundação "regula pelos últimos anos do século passado", e que a referida fundação é atribuída a Aniceto António Ferreira.[501] Logo, partindo dessa informação, a povoação do Porto Inglês é erigida a vila nos finais do século XVIII, pelo menos em data até ao ano de 1788. O topónimo "Sal-Rei" tirou-o do excelente sal das salinas próximas do porto que, por isso mesmo, granjeara o epíteto de Rei, por isso, "Sal-Rei".[502]

A evolução do povoado do Porto Inglês, que vivia à sombra da então "villa do Rabil", que então era a sede administrativa e paroquial da ilha desde 1810, não parece, contudo, ter sido tão dinâmica. Neste sentido, de acordo com Chelmicki, em 1812 a chamada Vila de Sal-Rei possuía apenas seis casas e algumas choupanas.[503] Parece que a situação não era melhor em 1823, pois de passagem por Boavista nesse ano, a Senhora Bowdich refere a Vila de Sal-Rei

---

[496] DUCAN, … – Atlantic Islands …, p. 187.
[497] DUNCAN, … – Atlantic Islands …, 1972, p. 255-256.
[498] MONTEIRO, ….. – Diccionario Geographico …, p. 180; "Diccionario de Geographia Universal". TOMO IV. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 614.
[499] "Diccionario de Geographia Universal". TOMO I. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 466; Cf. tb. PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme (redigido por) – "Diccionario Histórico Chorographico, Heráldico, Biographico, Bibliographico, Numismático e Artistico". Vol. II. Lisboa: João Ramos Torres-Editores, 1904, p. 354.
[500] Carta Patente de Novembro de 1787. IAHN, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0017, fol. 223v.
[501] IAHU – Cartografia Impressa: "Vila de Sal-Rei, Povoação Principal da Ilha da Boa Vista". Doc. Nº 104, 1875.
[502] "Diccionario de Geographia Universal". TOMO IV. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 2; VALDEZ, … – Africa Occidental …, p. 166; MONTEIRO, … – Diccionario Geographico ….., p. 430.
[503] CHELMICKY, … – Corografia Cabo-verdiana …, p. 52.

como uma "[…] reunião de cabanas, que se chama vila […]".[504] A apreciação da Senhora Bowdich colide com a de Senna Barcellos que, ao se referir à transferência da igreja paroquial da Povoação-Velha para a do Rabil, em 1810, acrescenta: "[…] e como o sitio de Sal-Rei offerecesse maiores commodidades aos habitantes, para carga e descarga dos navios, ficaram alli residindo as auctoridades civil e militar, erigindo-se então uma capela sob a invocação de Santa Isabel".[505] Outrossim, do ponto de vista comercial, como escreve Simão Barros, "o desenvolvimento do comércio do sal chamou os comerciantes para Sal-Rei, cujas salinas ficavam perto do porto". Assim, "em pouco tempo a nova povoação cresceu em riqueza, edifícios e importância social, até que por fim foi elevada a vila e a capital da ilha".[506]

Acresce ainda, a favor da promoção de Sal-Rei, o facto de a povoação do Rabil ser, por volta de 1820, doentia e comunicar com a então povoação do Porto de Sal-Rei através de dunas de areia.[507] Mas referindo-se à Freguesia de S. Roque, no Rabil, em 1841, Chelmicky e Vernhagen afirmam que "é allí que se conserva ainda tanto a Paroquia como a caza da Camara, e não no Sal-Rei",[508] embora, como escrevem ainda Chelmicky e Vernhagen, "[…] de poucos annos para cá augmentou consideravelmente: tem grande numero de cazas boas, e melhora de dia em dia com a maior frequencia de navios estrangeiros, tanto para tomar refrescos e negociar, como principalmente para carregar de sal".[509]

Essas informações mostram que, na década de 40 de 1800, o povoado do Porto Inglês cresceu muito. Mas, ainda em 1844 continua a ser denominado, "povoação de Sal-rey" por Joaquim José Lopes de Lima, quando escreve que "[…] a povoação de Sal-rey cresce cada dia em riqueza, e em edifícios, e em importância social; e todavia não é ella ainda nem Villa, nem ao menos freguesia, o que é grave falta, tendo apenas uma Capella, sem Cura, e sem Sacramentos, para os quaes depende da Matriz de S. Roque do rabil […]".[510]

O desenvolvimento comercial e urbano de Sal-Rei dessa época não era alheio à exploração do sal, cujo fabrico e comercialização atraíam cada vez mais colonos, exigiam cada vez mais mão-de-obra escrava, o que, aumentando a população da ilha, contribuía para a mudança da fisionomia urbanística dos centros populacionais, particularmente da referida vila. Nesta última asserção, com efeito, com a exploração das salinas da Boavista, tanto as do Porto de Sal-Rei como as do Porto do Norte, tornou-se necessária a importação de mais contingentes de africanos como escravos. Neste sentido, temos a informação de

---

[504] Traduzido da língua francesa. M^me. BOWDICH – Excursions …, p. 281.

[505] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "História de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed.Vol. II, Parte III (Apresentação, Notas e Comentários de Daniel Pereira). Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 165-166.

[506] BARROS, … – Origens …, p. 37; Cf. tb. "Diccionario de geographia Universal". TOMO IV. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 186.

[507] BARROS, … – Origens …, p. 37.

[508] CHELMICKY, …; VERNHAGEN, … – Corografia Cabo-verdiana …, p. 153.

[509] CHELMICKY, … – Corografia Cabo-verdiana …, p. 52.

[510] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE II. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 47 e 49-50.

Simão Barros de que "no século XIX houve grande importação de escravos da Guiné e das outras ilhas para o serviço do embarque do sal".[511]

Há uma outra notícia que dá conta do ofício nº 61, de 4 de Setembro de 1829, dirigido ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, sob a cobertura do qual se enviava um requerimento de Manuel António Martins, onde este pedia licença à Coroa para transportar de 100 a 150 escravos de Bissau e Cacheu, para trabalharem nas salinas das ilhas da Boavista e do Sal, respectivamente. Embora não tenhamos encontrado nem o ofício nem o requerimento de António Manuel Martins, tivemos porém acesso à carta resposta ao referido ofício, na qual o então Governador de Cabo Verde transmitia ao requerente o deferimento do seu requerimento por "Avizo" régio, nos seguintes termos: "portanto ficando V. Excia. na inteligencia desta Regia e Muieficiente Ordem deve tambem estar certo de que terei toda a satisfação em poder observalla de hum modo que surta os dezejaveis fins a que V. Excia. se propõe, e para isto espero que V. Excia. me dirija quaes quer conducentes informações, e requerimentos principalmente o respectivo ao transporte dos cem a cento e cincoenta Escravos, declarando quantos devem embarcar nos Estabelecimentos de Bissau, e quantos nos de Cacheu afim de serem passados os respectivos Passaportes e dirigidas as necessarias Ordens aos Comandantes daquelas Posseções".[512]

Por seu turno, Christiano da Senna Barcellos refere que a 30 de Dezembro de 1812 a chalupa inglesa *Souvereign*, dando entretanto o nome de *Dryne*, aprisionou, no Porto de Sal-Rei, o lugre "Princeza da Beira" que, procedendo de Bissau, trazia um carregamento de negros. O capitão-mor da Boavista protestou junto do capitão do navio inglês mas este não deu atenção aos protestos do capitão-mor. Pelo contrário, convicto de que o lugre trazia um carregamento de escravos, conduziu o referido lugre à Serra Leoa, onde o seu capitão foi condenado pelas autoridades inglesas, encarregados de vigiar o tráfico de escravos.[513] Ora, por que se estava na época da proibição do tráfico negreiro, podia tratar-se de um caso de contrabando do comércio de escravos, tão em voga na altura.

A mão-de-obra escrava foi fundamentais para o desenvolvimento de Sal-Rei, nomeadamente no trabalho nas salinas. Por isso, de acordo com o testemunho de Francisco Travasso Valdez, em 1864 "ha em Sal-Rei muitas casas de commercio com boas residencias e armazéns edificados ao gosto

---

[511] BARROS, … – Origens … p. 43.

[512] Carta do Governador, dirigida a Manuel António Martins. IAHN, Praia. Secretaria Geral do Governo da Província de Cabo Verde, A2.3 / Livº. 0116, s/p. Quanto à ilha do Sal, Manuel António Martins já a vinha explorando, economicamente, a partir da ilha da Boavista onde residia desde 1793, como testemunha Ernesto Vasconcelos, nos seguintes termos: "[…] alguns caboverdeanos activos e emprehendedores procuravam explorar algumas das ilhas, entre eles citaremos Manuel António Martins que em 1793 passou á ilha do Sal, então deserta, para tratar da creação de gado, aproveitando os seus pastos, conseguindo em três anos exportar bastante para as Antilhas" (VASCONCELLOS, … – Colonias Portuezas …, p. 18).

[513] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "História de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed.Vol. II, Parte III (Apresentação, Notas e Comentários de Daniel Pereira). Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 183-184.

europeu, de maneira que esta villa, hoje capital da ilha, com perto de 1.000 habitantes, poderia competir, se é que não compete já, com a capital do archipelago, a cidade da Praia na ilha de S. Thiago".[514] Sendo o sal o principal produto exportado entre 1830 e 1870, a ilha da Boavista era "[…] bastante importante pelo seu movimento comercial, chegando a dizer-se nesse tempo: S. Tiago é o empório de Sotavento, Boa Vista o de Barlavento".[515]

Esses testemunhos mostram que o comércio na Vila de Sal-Rei era, nos meados do século XIX, bastante movimentado, em relação ao contexto de Cabo Verde, o que justificava a ideia de que a ilha da Boavista era considerada em 1864, como o empório do grupo das ilhas de Barlavento, pois "[…] tem muito mais giro commercial do que as ilhas do Sal e do Maio; possuindo diversas casas de commercio fortes e agentes das outras ilhas que vendem toda a qualidade de mercadorias, assim nacionaes como estrangeiras, importando as ultimas principalmente da Europa e dos Estados Unidos da America por meio de permutação dos productos insulares".[516] E a propósito de agentes das outras ilhas na Boavista, assinale-se que em Sal-Rei também residiam, no século XIX, agentes de representações diplomáticas estrangeiras, como o primeiro cônsul dos E.U.A, Elisa Field, antes de 1817; mais tarde o cônsul geral da Inglaterra, John Rendall, pelo menos até 1845, e, por volta de 1850, um outro representante inglês; um vice-cônsul brasileiro e um cônsul da Argentina.[517]

Como testemunhos dessa fase áurea da Vila de Sal-Rei, em 1878 uma outra fonte dá conta da copiosa igreja de Santa Isabel, da casa da alfândega, com vastos armazéns, e de uma grande casa que servia ao mesmo tempo de quartel militar e de cadeia civil, para além dos seus sobrados.[518] Observemos a seguir uma planta da Vila de Sal-Rei, referente a 1888:

[514] VALDEZ, … – Africa Occidental …, p. 168.
[515] TORRES, …; SOARES, … – Formações sedimentares …, p 225.
[516] VALDEZ, … – Africa Occidental …, p.171. Ver tb. LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE II. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 49.
[517] KASPER, … – Ilha da Boa Vista …, p. 47; Cf. Tb. DUNCAN, … – Atlantic Islands …, p. 240.
[518] "Diccionario de geographia Universal". TOMO IV. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 186. Observámos os vestígios dessa decadência nas pesquisas de terreno que realizámos na Boavista durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 2005.

FIG. Nº 21

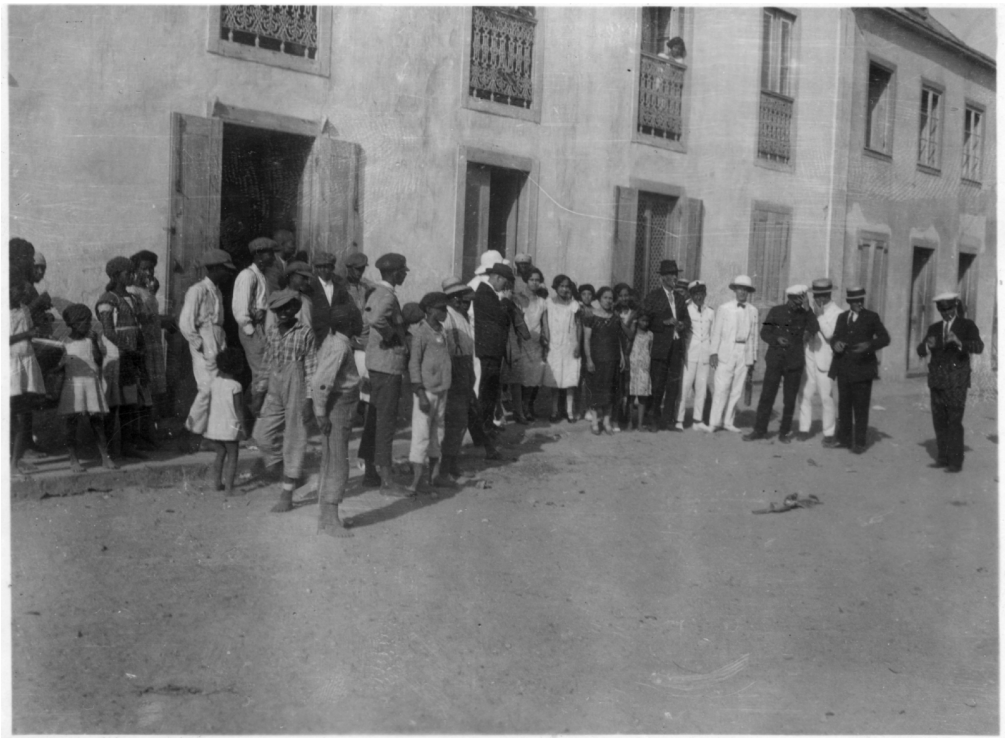
Planta da Vila de Sal-Rei (Finais do século XIX)



Fonte: IAHU – Cartografia Impressa: "Vila de Sal-Rei, Povoação Principal da Ilha da Boa Vista". Doc. Nº 104, 1975.

A planta dá conta que essa vila contava, em 1888, 161 fogos, constituídos por 30 sobrados e 131 rés-do-chão. Mais informa que, dos 161 fogos, 151 eram habitados e 10 desabitados e em ruínas; habitavam neles 902 indivíduos, dos quais 408 eram masculinos e 494 femininos; dos 902 indivíduos, 64 eram da raça branca, 682 eram mistos e 156 da raça negra; do ponto de vista profissional, entre os varões maiores, 32 eram empregados públicos, 36 comerciantes, 44 artistas e 95 trabalhadores. Observemos uma rua de Sal-Rei dos meados do século XX:

FIG. Nº 22
Aspecto de uma rua movimentada de Sal-Rei (1936)



FONTE: I. N. / T. T. – Fundo "O Século". Arquivo de Fotografia de Lisboa – CPF / MC, 1936

Das informações atrás arroladas e da figura, podemos depreender que nos finais do século XIX a Vila de Sal-Rei ostentava uma certa importância urbana e sócio-laboral. De acordo com o mesmo documento, nomeadamente quando diz que, dos 161 fogos, 10 eram desabitados e em ruínas, infere-se porém que é precisamente nesse mesmo final de século que começa a decadência da referida vila, embora ainda existissem importantes edifícios, de acordo com a legenda principal do referido mapa, a seguir transcrita:

"Edifícios do Estado" – "(a) "Edifício ao rés-do-chão construído em 1884 e 1885, para n'elle funcionar a repartição fiscal. (b) Edifício de sobrado, em ruínas, aonde funccionava a alfandega, hoje são aproveitados os armazéns e o pateo para depósito de mercadorias sujeitos a direitos. (c) Edifício ao rés-do-chão, antigo quartel militar e hoje cadeia do julgado. (d) Barracão ou telheiro para abrigo dos escaleres d'alfandega. (e) Posto fiscal. (f) Edifício em ruínas pertencente ao município. (g) Edifício particular em que funcciona a câmara municipal".[519]

A decadência da Vila de Sal-Rei e, com ela a de toda a ilha da Boavista, deve-se, por ironia, precisamente à pouca produtividade da indústria salineira,

[519] I.A.H.U. – Cartografia Impressa: "Vila de Sal-Rei, Povoação Principal da Ilha da Boa Vista". Doc. Nº 104, 1875.

por causa, por sua vez, de vários factores, nomeadamente o da invasão das salinas pelas dunas,[520] condenando a qualidade do sal e assim a sua exploração e comércio para o exterior. Acompanhando essa decadência, a própria população decresce drasticamente. Por exemplo, dos 5.804 em 1850, decresce para 2.647, em 1860.[521]

O golpe final viria com o pesado imposto de 400 réis por alqueire de sal, imposto pelo governo brasileiro em 1887, tornando o sal da Boavista não competitivo com o sal do próprio Brasil, cuja produção começara nessa época. Boavista acabara de perder, então, um grande mercado.[522] Em termos populacionais, a ilha da Boavista tinha, nos finais do século XIX e em relação ao grupo das ilhas de barlavento e de todo o Cabo Verde os seguintes números populacionais, nos anos que se indicam:

QUADRO Nº 13
População da Boavista comparado com o número de habitantes de Barlavento e de Cabo Verde (Finais do século XIX)

Anos	**População da Boavista, Barl.to e C. Verde**		
	Boavista	**Barlavento**	**Cabo Verde**
1881	2.727	35.197	103.762
1885	3.086	38.585	110.927
1890	2.957	42.438	127.390
1895	3.776	46.365	138.796

Fonte: Extraído do QUADRO Nº 2, in CARREIRA, António – "A evolução demográfica de Cabo Verde". *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Vol. XXIV. Nº 94. Abril, 1969, p. 496-497

O quadro revela-nos que, enquanto no cômputo geral, tanto das ilhas de Barlavento como no total de Cabo Verde, a população cresce, na Boavista a população apresenta ainda uma forte oscilação entre o crescimento e o decréscimo, devido à sua dependência de factores externos, como do comércio internacional, como é o caso de sementes da purgueira. Com efeito, o comércio de sementes de purgueira veio a substituir, a partir dos meados do século XIX, o comércio da urzela, que até a essa época, quando desapareceu o seu comércio, equilibrava o orçamento da Província de Cabo Verde.[523] "Mas é de esperar", escreve Valdez, "que bem depressa exporte igualmente purgueira, pois que em 1844 a 1845 se semearam ali alguns moios de noz d'esta arvore, e em 1860 foi recommendada pelo governo a sua plantação".[524] Efectivamente, a exploração

[520] PEREIRA, …; RODRIGUES, … – Diccionario Histórico Chorographico…, p. 479.
[521] VALDEZ, … – Africa Occidental …, p.172.
[522] MARTINS, … – Madeira …, p. 83.
[523] CARREIRA, António – "A urzela e o pano de vestir – dois produtos de exportação das ilhas de Cabo Verde". Revista do Centro de Estudos de Cabo Verde. Série de Ciências Humanas. Praia, I (1973), 1-3 , p. 19-21.
[524] VALDEZ, … – África Ocidental …, p. 169.

comercial de sementes da purgueira durou até cerca de 1930, pois a partir daí "[…] a purgueira foi batida por outras oleaginosas melhores a de maior teor de gorduras".[525]

Não obstante todos esses contratempos e condicionalismos, o povoamento da Boavista parece estabilizar-se com uma população oscilante, de 1900 a 1960, entre os 2.310 habitantes, mínimo, em 1905, e os 3.309 habitantes, máximo, em 1960. Essa população distribuía-se, já por volta de 1900, por duas freguesias, a de Santa Isabel, com sede na Vila de Sal-Rei, cabeça das povoações do Rabil, da Estância de Baixo, da Bafureira, da Espingueira, da Povoação-Velha e do Curral-Velho; e a de S. João Baptista, com sede em Funde das Figueiras, cabeça das povoações de João Galego e de Cabeça dos Tarafes.

Da Vila de Sal-Rei, das nossas pesquisas de terreno na Boavista em 2005 e 2006, encontrámos uma vila cheia de casas modernas, substituindo os antigos sobrados da época colonial. Dos sobrados, verificámos apenas alguns casarões coloniais, a maior parte em ruínas, testemunhando ainda o período áureo da ilha da Boavista dos séculos XVIII-XIX.

3.4.2. A demarcação e limites das "povoações regulares" da ilha da Boavista

A bibliografia referente aos centros populacionais da ilha da Boavista é dos meados do século XIX em diante, o que dificultou um pouco a nossa procura da emergência e do percurso evolutivo dessas povoações. O texto mais antigo que encontrámos e que se refere às povoações da ilha da Boavista é de 1826, da autoria da Senhora Bowdich, reportando-se a uma missão científica à ilha, realizada pelo seu marido T. E. Bowich, em 1823. Mas parece que a Senhora Bowdich não saiu da Vila de Sal-Rei, pois a única referência que faz dos centros populacionais da ilha é sobre a Vila de Sal-Rei, em 1823, nos seguintes termos: "a reunião de cabanas, que se chama vila, está perfeitamente escondida ao fundo da baía […]".[526] De seguida, isto é, em 1841, José Conrado Carlos de Chelmicky refere-se, de modo breve, à "villa de Sal-Rei", à "villa do Rabil" e à aldeia do Norte ou da Salina.[527] Cruzando entretanto as várias informações colhidas em outros textos escritos, dos meados do século XIX em diante, tentaremos a busca da emergência dos principais centros populacionais da ilha da Boavista, por entendermos que a fundação e a evolução desses centros populacionais estão intimamente ligadas à vida sócio-económica dos seus habitantes, dos meados do século XVII aos finais do século XIX, quando já estão definidos todos os espaços habitados da ilha, o que se mantém praticamente inalterável até aos dias de hoje. Comecemos pela povoação tida como a mais antiga: a "Povoação-Velha".

De todas as maneiras, concluímos que, após um longo percurso evolutivo, nos finais do século XVIII os centros populacionais da ilha da Boavista

[525] CARREIRA, … – A urzela e o pano …, p. 21.
[526] M^me.^ BOWDICH – Excursions …, p. 281.
[527] CHELMICKY, … – Corografia Cabo-verdiana ...z, p. 48 e 50.

já estavam definidos, pois nos começos do século XIX estão todos demarcados e limitados territorialmente. Com efeito, a demarcação e limites das "povoações regulares" da ilha da Boavista estipulam-se na portaria provincial nº 19, de 25 de Janeiro de 1904,[528] que ditou o registo dos seguintes centros populacionais: Povoação-Velha, Rabil, Estância de Baixo, Vila de Sal-Rei, Bafureira, Espingueira (hoje transformada numa aldeia turística), Curral-Velho (hoje em ruínas), Cabeça dos Tarafe, Fundo de Figueiras e João Galego. Mais tarde, no mapa topográfica da ilha da Boavista de 1937[529] fixam-se os mesmos centros populacionais, dispersos geograficamente, a partir do Sul da ilha, 1) no sentido Sul-Noroeste: a Povoação-Velha, o Rabil, a Estância de Baixo, a Vila de Sal-Rei, a Bafureira e a Espingueira; 2) no sentido Sul-Nordeste: o Curral-Velho, a Cabeça dos Tarafe, o Fundo de Figueiras e o João Galego.

[528] "Processo relativo à delimitação e limites das povoações a que se refere a portaria provincial Nº 309 de 16 de Setembro de 1913". IAHN, Praia, Secretaria Geral do Governo, D2.3 / Cxa. 514.
[529] "Carta da ilha da Boa Vista, 1937". Junta da Mi/ssões Geográficas e de Investigações Coloniaes. Cxa. CABO VERDE, doc. nº 109.

CAPÍTULO IV

A ADMINISTRAÇÃO

A reconstituição da história da ilha da Boavista passa, do nosso ponto de vista, pela compreensão do sistema administrativo instituído no Arquipélago de Cabo Verde, desde o início do seu povoamento, em 1462, até aos meados do século XX, altura em que se começou a esboçar a luta pela independência política do referido arquipélago, conseguida a 5 de Julho de 1975. É nosso entender, por outro lado, que qualquer estudo sobre a administração de qualquer uma das ilhas de Cabo Verde deverá ter em conta as base legislativas que suportaram as instituições e os modelos administrativos implantados nessas ilhas, a que todo o processo de ocupação e colonização das mesmas esteve sujeito.

Assim, ao estudarmos a organização administrativa instituída na ilha da Boavista, procederemos a uma análise das bases legislativas do referido sistema, cuja implantação marcou indelevelmente a vida quotidiana das suas populações. Não se trata, porém, de uma análise exaustiva, pois tentaremos tão-somente compreender os mecanismos legais subjacentes à ocupação e exploração do espaço boavistense, dos finais do século XV aos meados do século XIX.

Nesta óptica, a nossa abordagem basear-se-á em análises dos principais diplomas que consideramos fundamentais para a implementação do sistema administrativo no Arquipélago de Cabo Verde e as suas implicações na administração da ilha da Boavista, de 1490, altura em que esta ilha começou a ser ocupada regularmente, até 1850, quando inicia o seu retrocesso económico-social. Tentaremos ajustar as nossas análises aos momentos que marcaram a vida quotidiana dos boavistenses, de acordo com os modelos administrativos que foram instituídos ao longo do referido período.

4.1. A administração régia e municipal

4.1.1. Dos finais dos séculos XV aos finais do século XVII

Com a descoberta das ilhas cabo-verdianas, tornava-se necessária a sua ocupação efectiva, pelo que se impunha a implementação, não só de políticas tendentes ao aproveitamento dos seus recursos naturais mas também de uma estrutura administrativa capaz de assegurar uma correcta gestão e controle da sua ocupação e colonização. Essa estrutura seria incorporada pelo sistema de capitanias, um procedimento político-administrativo, aliás, que já tinha sido utilizado para a colonização dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, respectivamente, que consistia em doações de terras a senhores da corte, a quem se transmitiam amplos poderes económicos, jurídicos e administrativos. Neste sentido, escreve Salvador Magalhães Mota que “o sistema político e administrativo que os portugueses instalaram em Cabo Verde, como aliás noutros arquipélagos, Praças Africanas e Brasil, durante o Antigo

Regime (séc.os XV a XVII) é feito à base de pessoas e de cargos e não propriamente de Órgãos administrativos tal como os conhecemos para os séculos XIX e XX".[530] Nesta lógica, tratou-se, com efeito, de um sistema político-administrativo de uma circunscrição territorial concedida geralmente a um fidalgo ou nobre da Corte. O beneficiado recebia então o título de capitão-donatário através de um diploma genericamente denominado "carta de doação", que preceituava os seus direitos e deveres perante o rei, única entidade a quem prestava conta, quer directamente quer através dos seus agentes ou fiscais na capitania.[531]

Sob o móbil de incrementar o povoamento das ilhas, nessas cartas o monarca concedia aos capitães-donatários amplos poderes e privilégios, como por exemplo, o de distribuir terras e cobrar foros e tributos, o de administrar a justiça e o de comerciar em certas partes da Guiné, na Costa Ocidental de África. Para a coroa, ficava mais fácil, menos custoso e, ao mesmo tempo, mais rendoso implementar o povoamento com recurso a esse sistema de administração, pois, por um lado, os custos com o povoamento ficavam às custas do capitão-dinatário e, por outro, era um meio de o rei aumentar os seus próprios proventos. As cartas de doação funcionavam, assim, como um tipo de estatuto através do qual as sociedades emergentes deviam se organizar e reger. De acordo com esses diplomas régios, extensivas a todas as ilhas de Cabo Verde, enquanto os capitães-donatários dependiam directamente do rei, os moradores dependiam deles, a quem competia, entre outras atribuições, passar certificados de moradores àqueles que pretendessem se fixar na sua capitania e administrar a justiça.[532]

É neste quadro político-administrativo que as primeiras formas de governo das ilhas foram as capitanias-donatarias, instituídas pelo Rei D. Afonso V de Portugal, em 1462, ao atribuir as ilhas de Cabo Verde ao seu irmão infante D. Fernando.[533] O infante D. Fernando, como donatário dessas ilhas, torna-se, assim, o senhorio delas, conforme a vontade expressa do próprio rei: "[…] queremos que ele haja livremente as ditas Ilhas e Senhorio e povoadores delas, assim tão compridamente como a nós poderiam pertencer por qualquer maneira que seja […]".[534] O infante, por sua vez, doa as suas ilhas a dois homens nobres

---

[530] MOTA, Salvador Magalhães – "Subsídios para o estudo da Secretaria-Geral de Cabo Verde (1810-1926)". Separata do Nº 14 da Revista Africana. Porto: Universidade Portugcalense, 1994, p. 10.

[531] Cf., por exemplo, a Carta de doação de 19 de Setembro de 1962, transcrita in ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord. de) – "História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental", Vol. I. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988, p. 17-18; ou a Carta régia de 9 de Abril de 1473, transcrita in ALBUQUERQUE, …; SANTOS, … – História Geral …, p. 39.

[532] Ver BRASIO, António. Doc. Nº 64, p. 435; Cf., por exemplo, a Carta de doação de 19 de Setembro de 1962, transcrita in ALBUQUERQUE, …; SANTOS, …– História Geral …, p. 17-18; e a Carta régia de 12 de Junho de 1466, transcrita in ALBUQUERQUE, …; SANTOS, … – História Geral …, p. 19-22.

[533] ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. I, fl. 61. *História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental*, Vol. I, doc. Nº 3, p. 17-18.

[534] ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. I, fl. 61. *História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental*, vol. I, doc. Nº 3, p. 15.

de sua confiança, António de Noli para a Capitania da Ribeira Grande e Diogo Afonso, para a Capitania dos Alcatrazes, dos quais exige lealdade mas também concede, através das respectivas cartas de doação, privilégios e poderes administrativos, judiciais e fiscais. Este modelo, como veremos mais à frente, difundir-se-ia para todas as ilhas de Cabo Verde, a medida que iam sendo colonizadas. Antes, portanto, da instituição da figura do Governador-Geral no Arquipélago de Cabo Verde, "cada ilha teve, conforme se ia colonizando, o seu capitão donatário, a quem foram concedidos, com maior ou menos amplitude, as franquias concedidas a Santiago".[535]

No que se refere à ilha da Boavista, nos finais do século XV a Coroa portuguesa decide valorizá-la economicamente com a ocupação humana dos seus espaços físicos, por duas razões fundamentais: uma, prende-se ao desenvolvimento da navegação no Atlântico, que precisa cada vez mais de abastecer de frescos e de fazer aguada; outra, à pastorícia que começa a ser rentável, sobretudo pelo fornecimento da carne seca e salgada aos navios que aportavam os portos da Boavista nas suas travessias no Atlântico e pela exportação dos produtos de gado, como a carne seca e salgada, o animal vivo, a pele e o sebo. A ilha da Boavista ganha, então, à sombra e no prolongamento de Santiago, uma certa posição estratégica para os interesses económicos da potência colonizadora. Por outro lado, outras potências, como a Inglaterra, a Holanda, a França e a Espanha, que já a partir do séc. XV vinham clandestinamente com os seus navios carregar sal na Boavista, incentivavam, com essas frequentes investidas, a urgente ocupação efectiva da ilha.

Nesse quadro, a ilha da Boavista ficou afecta à capitania dos Alcatrazes, doada a Diogo Afonso, mais tarde outorgada, por falecimento prematuro do filho primogénito deste, a favor de Rodrigo Afonso, através da carta régia de 9 de Abril de 1473.[536] Por seu turno, ao subir ao trono D. Manuel faz graça e mercê a Rodrigo Afonso do gado bravo da Boavista, através da carta régia de 31 de Maio de 1490.[537] Assim, Rodrigo Afonso, como o primeiro donatário do gado bravo da Boavista, passou à sua exploração a partir do ano da dita doação. Uma nova doação régia dá de arrendamento o gado bravo da Boavista a Pedro Corrêa, filho de Rodrigo Afonso, a 3 de Janeiro de 1505.[538] Em 1542, D. João III doa a António Corrêa, sobrinho de Pedro Corrêa, o gado bravo da dita ilha. Por volta de 1620, é a vez de D. Sebastião confirmar a doação do gado bravo da ilha a Francisco Corrêa, doação esta que tinha sido feita anteriormente por António Corrêa ao seu sobrinho Francisco.

Portanto, até ao primeiro quartel do século XVII, altura em que ainda predominava uma exploração económica à base da pecuária, a ilha da Boavista era administrada por capitães-donatários da capitania da metade Norte de

[535] MÚRIA, Manuel – "CABO VERDE: Memória breve". Lisboa: Agência geral das Colónias, 1939, p. 35.
[536] Carta régia de 9 de Abril de 1473, transcrita in ALBUQUERQUE, …; SANTOS, … – História Geral …, p. 39.
[537] Carta de mercê de D. Manuel de 31 de Maio de 1490, transcrita in ALBUQUERQUE, …; SANTOS, … – História Geral …, p. 73-74.
[538] Carta de confirmação da doação a Pedro Correia, por D. Manuel, de 3 de Janeiro de 1505, transcrita in ALBUQUERQUE, …; SANTOS, … – História Geral ..., p. 37-38.

Santiago e regida por cartas régias de doação. Estes documentos régios limitavam-se, até esta época, a doar e a impor condições que salvaguardassem os interesses económicos da coroa, exigindo que o donatário, capitão da capitania da metade Norte da ilha de Santiago, pagasse ao rei a dízima e outros direitos sobre todos os rendimentos do gado bravo da Boavista. E para que as exigências fossem cumpridas, as cartas de doação estipulavas que o donatário tinha que avisar antecipadamente o rei das matanças, para que este pudesse enviar o seu escrivão à Boavista, a fim de fiscalizar o acto e cobrar a parte a que o rei tinha direito.

Atendendo que a maior parte dos capitães-donatários não residia nas suas capitanias, os seus poderes encontravam-se, assim, nas mãos dos seus representantes oficiais locais, geralmente denominados capitães ou feitores, a quem eram delegados todos os poderes atribuídos ao capitão-donatário pelo rei. De uma maneira geral, esses agentes da administração local, não só organizavam e orientavam os trabalhos, particularmente dos escravos, mas também administravam a justiça. Eram eles, portanto, que administravam a ilha da sua jurisdição.

A ligação com a Administração Central, em Santiago, era feita através dos Almoxarifes e dos Contadores, instituídos, respectivamente, em 1466 e 1480,[539] que, embora se tenham estabelecido na antiga Cidade da Ribeira Grande, deveriam deslocar-se periodicamente às ilhas então povoadas, a fim de exercerem o indispensável controlo sobre os rendimentos destinados à coroa e promoverem uma certa ordem administrativa ao nível local. Salienta-se que, na maior parte das vezes, essas autoridades tinham sérias dificuldades em se deslocarem de Santiago às outras ilhas, pelo menos com regularidade, o que estimulava abusos por parte dos seus representantes locais, mais precisamente dos feitores, situação que se manteria pelo menos ainda no século XIX.[540]

Assim, a fim de acabar com esses abusos, muitas vezes incentivados e alimentados pelos capitães-donatários, por carta de 20 de Março de 1550 a coroa passou a nomear os seus próprios representantes, os capitães corregedores, mais tarde ouvidores, pelo que detinham, portanto, poderes superiores aos dos próprios capitães-donatários. Note-se, como diz Simão Barros, que a administração das ilhas de Cabo Verde sofreu, no período de 1495 a 1580, uma modificação importante: "esboçou-se uma tentativa de centralização, pois D. João III, pretendendo aumentar os rendimentos do arquipélago, começou a intervir no seu governo"; como vimos atrás, desde o seu povoamento, as ilhas de Cabo Verde eram governadas por capitães-donatários mas, a partir de 1530, passaram a ser governadas por capitães-mores;[541] em 1592, instituiu-se a figura do governador-geral, cujo poder viria a se fazer sentir

---

[539] Cf. DOMINGUES, Ângela – "Administração e Instituições: transplante, adaptação, funcionamento". In ALBUQUERQUE, …; SANTOS, … – História Geral …, p. 69-83.

[540] Cf., Por exemplo, PUSICH, António – "Dissertação dos reais rendimentos e da sua administração nas Ilhas de Cabo Verde e de algumas providência necessária para o seu melhoramento". CARREIRA, António – *Descrição Oitocentista das Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa: Ed. Do autor, 1987, p. 147.

[541] BARROS, Simão – "Origens da colónia de Cabo Verde". Cadernos Coloniais № 56. Lisboa: Edições COSMOS, 1939, p. 16.

em todas as ilhas:[542] era a centralização do poder em Cabo Verde, protagonizado desde de D. João III. E com a ascensão dos Filipes da Espanha ao poder em Portugal, precisamente em 1580, uma das primeiras medidas de Filipe I de Portugal, II da Espanha, foi nomear, a 7 de Agosto de 1587, o primeiro Capitão-Mor de todo o Cabo Verde, Duarte Lobo da Gama, com o poder, portanto, de superintender toda a administração e justiça das ilhas, ficando sob a sua tutela os próprios capitães-donatários,[543] embora estes continuassem com os seus privilégios especiais.[544] De acordo com Senna Barcellos, nas ilhas que tivessem donatários, estes continuavam a nomear os seus capitães e feitores mas tal nomeação sujeitava-se à confirmação régia. Porém, à medida que as doações iam caducando, as terras revertiam-se novamente à Coroa, que passava a nomear directamente os capitães-mores e os feitores da Real Fazenda, com funções de arrecadarem os rendimentos e zelarem pelos interesses da Coroa. Esses agentes régios da administração local ficavam, entretanto, sob a superintendência do governador e capitão general e do ouvidor geral.[545] No que se refere à cessação das doações, devemos assinalar que, no caso da Boavista, António Correia [da Silva] foi o último donatário da ilha, pelo facto de a exploração do gado bravo ter revertido à Coroa.[546]

A primeira consequência das medidas tendentes a disciplinar a administração das ilhas de Cabo Verde foi a unificação da sua administração, com a concentração dos poderes, doravante delegados pelo rei num único agente, o Capitão-Mor ou Capitão-General, que tinha também funções militares. Podemos dizer que, com os Filipes em Portugal, após mais de um século (cerca de 130 anos) de governo de capitães-mores com jurisdição apenas nas ilhas em que residiam, estes passaram a ser superintendidos pelos capitão-generais ou governadores, o primeiro dos quais, como vimos atrás, foi Duarte Lobo da Gama. E, em 1623 é nomeado o primeiro ouvidor encarregado de administrar justiça aos habitantes das ilhas.[547] Estavam, assim, lançadas as bases para a organização administrativa em Cabo Verde como um todo.

No que se refere ao poder local, ainda no reinado de D. Sebastião, falecido a 4 de Agosto de 1578, só existiam duas câmaras no Arquipélago de Cabo Verde: a da Ribeira Grande, na ilha de Santiago, e a de S. Filipe, na ilha do Fogo,[548] pelo que se conclui que nessa altura não se encontrava ainda instituída câmara na ilha da Boavista. Pelo contrário, a governação da ilha

[542] BARROS, …– Origens …, p. 18.
[543] MÚRIA, …– CABO VERDE …, p. 36.
[544] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap. IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 368.
[545] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap. IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 368.
[546] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE I, Cap. V. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1899, p. 147.
[547] "Diccionário de Geographia Universal ". Vol I. Lisboa: Editor-David Corazzi, 1878, p. 614.
[548] LOPES FILHO, João – "Ilha de S. Nicolau. Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural". Lisboa: Edição da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 1996, p. 44.

encontrava-se, para além de 1600, nas mãos do capitão-mor, agora nomeado pelo capitão-general da colónia, sujeito entretanto a confirmação do rei.[549]

4.1.2. Dos finais do século XVII aos finais do XIX

Com a restauração da Coroa portuguesa em 1640, é aclamado rei de Portugal D. João IV. Os sucessivos governos dos Filipes tinham contribuído significativamente para a degradação administrativa e económica das ilhas de Cabo Verde. Por outro lado, como veremos mais à frente, os corsários e os piratas não davam sossego aos portos, às povoações e às populações das ilhas. Da mesma forma, a prepotência a corrupção por parte dos feitores, almoxarifes e escrivães era uma constante, pois o controlo das suas actividades por parte do governo da província era remoto. Tudo isso leva-nos a crer que a administração nas ilhas, nomeadamente na da Boavista, não era nada pacífica. Pelo contrário, existiam conflitos entre os vários agentes administrativos, contra os quais pendiam, aliás, várias queixas por parte das populações que se sentiam lesadas nos seus rendimentos pelo arbítrio desses agentes.[550]

Urgia, pois, pôr cobre a essas situações. Assim, terminados os governos dos reis espanhóis em Portugal, a primeira medida do novo rei, D. João IV (1640-1656), foi a de cuidar da defesa e segurança dos habitantes e da melhoria da administração do Arquipélago de Cabo Verde.[551] Sempre no quadro das políticas de regeneração e visando um controlo mais eficaz das possessões ultramarinas, o rei criou, através do Decreto de 14 de Julho de 1643, o Conselho Ultramarino, que funcionava sob a tutela do monarca e se encarregava de superintender todo o comércio das suas colónias, incluindo a gestão de todos os contenciosos daí provenientes.[552] Este órgão especializado passou a ser os olhos e os ouvidos do rei em matéria dos negócios dos territórios do além-mar, pois, de acordo com o referido decreto, tudo o que dizia respeito às colónias tinha de passar pelo seu crivo antes de ser submetido às apreciações e subsequentes decisões do monarca. Uma outra medida, com o objectivo de acabar com as prepotências que os capitães-donatários continuavam a praticar nas ilhas, não acatando mesmo as ordens dos governadores e dos ouvidores, foi o começo, no reinado de D. João IV, da nomeação régia de capitães-mores para Cabo Verde, agora como autoridades máximas da ilha da sua jurisdição, com funções administrativas e militares, neste caso, devido aos saques dos corsários e dos piratas que as ilhas continuavam a ser alvo.[553]

---

[549] "Diccionario de Geographia Universal". Vol I. Lisboa: Editor-David Corazzi, 1878, p. 466.
[550] I. A. H. U., Cabo Verde, Caixa 24, doc. 41, 15-1-1758, Santiago de Cabo Verde, 15-1-1753, Custódio Correia de Matos.
[551] BARROS, …– Origens …, p. 19 e 38.
[552] CORDEIRO, Luciano (Obras de) – "Questões Coloniais", Relatório como Secretário da S. G. L. de 1880. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934, p. 397 (Citado por LOPES FILHO, João – "Ilha de S. Nicolau. Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural". Lisboa: Edição da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 1996, p. 47).
[553] Cf. BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap. IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 368-369.

Repare-se, como vimos atrás, que se inicialmente os capitães-mores eram de nomeação régia, mais tarde os governadores passaram a prover homens de confiança nesse posto, mas sempre em nome e sujeito a reconfirmação do rei. No caso da ilha da Boavista, por exemplo, quando João António Teixeira Carneiro substitui temporariamente Aniceto António Ferreira no Posto de Capitão-Mor Comandante da ilha da Boavista, de acordo com Carta de Patente, de 1 de Fevereiro de 1790, o Governador Francisco José Teixeira Carneiro estipulava que "pello que mando a todos os Officiaes e Soldados seos subordinados e mais habitantes desta Ilha de Boa Vista cumprão e guardem suas Ordens concordantes ao Real Serviço, por escripto e de palavra como devem ser obrigadas e confirmar a esta por sua Magestade e no tempo de hum anno na forma das Reaes ordens".[554]

Note-se que a ilha da Boavista fora, até por volta de 1650, praticamente doada à família de Rodrigo Afonso. A 4 de Março de 1644, é concedida "carta de foral de povoação" a um irlandês que residia na ilha da Boavista[555] e por volta de 1650 é fundada a primeira povoação da ilha: a povoação que viria a ser denominada Povoação Velha, o que poderá significar uma forma de diminuir os tradicionais poderes do capitão-donatário, neste caso, através dos seus representantes na ilha. Com efeito, ainda no início do século XVIII havia perturbações na administração da ilha. Por isso, "em 20 de Outubro [de 1702], ordenou-se que o ouvidor geral [Escobar] passasse uma vez no seu triennio à Boavista e S. Nicolau para pôr em boa fórma a administração da justiça".[556]

Do provimento de capitães-mores para ilha da Boavista, não identificámos os seus respectivos detentores, até 1787. O primeiro que conseguimos averiguar foi Manuel Leitão Roza, cuja nomeação começa a vigorar em data anterior a esse ano. Com efeito, embora não tenhamos conseguido localizar o documento do seu provimento, tivemos entretanto acesso a um outro documento, na qual se informa que Manuel Leitão Roza foi suspenso e substituído neste posto em 1787 por Aniceto António Ferreira, através da Carta Patente de Novembro do mesmo ano, passado pelo Governador, António Machado de Faria e Maia, por Serviço de Sua Majestade.[557] Assim, entendemos que Manuel Roza exerceu o seu mandato anteriormente ao ano de 1787. Sobre o caso, conforme informa Senna Barcellos, o governador não só suspendeu o Capitão-Mor Manuel Leitão Roza do seu cargo mas também mandou "[…] levantar-lhe uma syndicancia pelas prevaricações de que era accusado n'aquele naufrágio [de *Hartwell*], remetendo-o preso para Lisboa".[558]

---

[554] Carta de Patente, de 1 de Fevereiro de 1790. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, A1/ Liv. 0018, fols. 21-21v.

[555] "Carta de Foral de Povoação, …". Chancelaria de D. João IV, Liv 1, p. 398-401.

[556] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE II, Cap. III. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1900, p. 170.

[557] Carta Patente de Novembro de 1787. IAHN, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0017, fol. 223v.

[558] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Capítulo II. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 107.

Os capitães-mores na Boavista não tinham vencimentos mas gozavam de outros privilégios. Com efeito, estipula, por exemplo, a carta patente passado a Aniceto António Ferreira que o recém capitão-mor não vencerá soldo algum da Real Fazenda mas goza de todas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas, em razão de lhe pertencerem.

Um documento da Secretaria-Geral do Governo da Província de Cabo Verde dá conta, entretanto, que pelo menos até 1795 a ilha da Boavista era administrada por um capitão-mor.[559] E, pelo menos até 1803, nela ainda existia o Posto de Feitor, como se poderá averiguar do provimento de Aniceto António Ferreira, a 11 de Outubro de 1796, no Posto de Feitor da Real Fazenda da referida ilha, por um período de três anos,[560] e reconfirmado no referido Posto, por "Real Avizo" de 9 de Novembro de 1802, a 5 Dezembro de 1803.[561] Observe-se que a recondução de Aniceto António Ferreira, que já tinha sido provido no Ofício de Feitor da Fazenda Real da ilha da Boavista pelo Provimento de 9 de Junho de 1787, por um período de três anos, se deve ao facto, como justifica o próprio Governador Marcelino António Basto na respectiva Carta Patente, nos seguintes termos: "faço saber aos que este Provimento virem, que sendo me presente as desordens com que anda a Administração da Fazenda Real da Ilha da Boa Vista, pella erregular arrecadação dos seus rendimentos, e outros motivos, que me forão presenttes […].[562]

Aliás, no que se refere a capitães-mores e às desordens administrativas na ilha da Boavista, Senna Barcellos já observara que até 1732 as ilhas de Cabo Verde eram ainda administradas por capitães-mores, pois, com a excepção das ilhas de Santiago e do Fogo, que tinham governos regulares, as restantes ilhas continuavam a ser governadas por esses capitães, que muitas vezes se consideravam senhores absolutos da ilha da sua jurisdição.[563] Por isso, para acabar uma vez mais com esse tipo de prepotência, "[…] a que era preciso dar-se remedio, assim do espírito como do temporal […]",[564] "por proposta do ouvidor Costa Ribeiro, approvada por El-rei em carta de 27 de Agosto de 1731, mandaram-se pôr em vigor nas ilhas Brava, Maio, Boa-Vista, S. Nicolau e Santo Antão as leis do reino, e crearam-se officiaes de justiça que as fizessem executar".[565] Tal procedimento do rei não era alheio aos rendimentos da ilha da Boavista. Por exemplo, "em 1730 rendeu a Boa Vista, de dizimos dos productos e fructos, como de direitos de navios que n'ella aportavam, 197$370 réis,

[559] Conferir o registo de provimento de Aniceto António Ferreira no Posto de Capitão-Mor Comandante da ilha da Boavista, datada de 21 de Agosto de 1795. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo. A1/ Liv. 0018, fol. 98 [1795].
[560] Registo de Provisão de 11 de Outubro de 1796. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, A1/ Liv. 0018, fol. 111.
[561] de Provisão de 5 Dezembro de 1803. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, A1/ Liv. 0018, fol. 212.
[562] de Provisão de 9 de Junho de 1787. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, A1/ Liv. 0017, fol. 213.
[563] Citado por LOPES FILHO, … – Ilha de S. Nicolau …, p. 50.
[564] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE II, Cap. IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1900, p. 265.
[565] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 263.

mandados incorporar no almoxarifado",[566] em Santiago. Por outro lado, em 1731 o rei ordenou que o Ouvidor-Geral José da Costa Ribeiro visitasse as ilhas de Santo Antão, S. Nicolau e Boavista.[567] Na sequência dessas visitas, ao visitar a ilha da Boavista o referido ouvidor deixou um Regulamento, que veio a ser aprovado pelo Conselho Ultramarino a 30 de Agosto do mesmo ano e promulgado pelo rei por provisão régia de 11 de Abril de 1732. Este regulamento tornou-se extensivo às ilhas de Santo Antão e S. Nicolau, igualmente visitadas por aquele ouvidor.[568]

De acordo com esse regimento, a ilha da Boavista, assim como as demais ilhas de Cabo Verde, passou a ter um feitor com um escrivão, nomeado trienalmente, ou pelo Governo ou pela Câmara.[569] Daí, poder-se-á concluir que, antes de 1733, já existia câmara na Boavista, paralelamente à administração do feitor.[570] Este, de acordo com o regimento atrás citado, torna-se um agente administrativo representante da coroa e não do donatário, pois, competia-lhe zelar pela "[…] administração e arrecadação das coisas pertencentes à Fazenda Real nas ilhas e nos foros e direitos que devem de hoje em diante pagar os moradores dela".[571] Embora fossem amplas as suas atribuições, pois os moradores careciam da sua licença para qualquer actividade na ilha da sua jurisdição,[572] ao feitor era "proibido vender aos estrangeiros nessa Ilha peles e couros porque como todo o gado pertencente à Fazenda Real e é o maior rendimento que tem neste Ilha a pelame dele se não deve este género vender a estrangeiro; nem os Feitores têm essa autoridade".[573] Tal limitação por parte do rei demonstra que o gado era, de facto, uma das principais fontes de rendimento que a coroa detinha na ilha da Boavista.

---

[566] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 262.
[567] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 272.
[568] IAHN – Secretaria-Geral do Governo da Província de Cabo Verde – "Certidão do Livro em que se registão Ordens respectivas a Alfândega da Ilha da Boa vista", que contem o "Livro em que está Escripto a forma de arrecadação da real Fazenda, e as ordens por que Sua Magestade que Deos Guarde asim Manda Estabelecer nesta Ilha e alguns Capítulos de Regimento das Alfândegas por que os Feitores se devem reger nos despachos que derem aos Navios, como adiante se verá". Praia, Cx. Nº 426, 1825.
[569] IAHN – Secretaria-Geral do Governo da Província de Cabo Verde – "Certidão do Livro em que se registão Ordens respectivas a Alfândega da Ilha da Boa vista", que contem o "Livro em que está Escripto a forma de arrecadação da real Fazenda, e as ordens por que Sua Magestade que Deos Guarde asim Manda Estabelecer nesta Ilha e alguns Capítulos de Regimento das Alfândegas por que os Feitores se devem reger nos despachos que derem aos Navios, como adiante se verá". Praia, Cx. Nº 426, 1825.
[570] Senna Barcellos dá conta que a ilha da Boavista possuía, em 1818, câmara, uma companhia de Ordenanças e demais autoridades, nomeadamente, feitor da Fazenda Real, comandante militar, oficial de tropa, capitão-mor, sargento-mor de milícia, (BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap. IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 396).
[571] CARREIRA, António – "Alguns aspectos da Administração pública em Cabo Verde no século XVIII". Separata do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa nº 105. ANO XXVII. Bissau, 1972, p. 181.
[572] CARREIRA, …– Alguns aspectos …, p. 189, § 30.
[573] CARREIRA, … – Alguns aspectos …, p. 174, § 6.

Terá sido, portanto, sob a proposta do Ouvidor Geral José da Costa Ribeiro de 1731 que se estabeleceu uma Câmara Municipal na ilha da Boavista, com o objectivo, também, de acabar com o despotismo que os representantes dos capitães-donatários continuavam a exercer sobre as populações.[574]

Uma outra medida importante para a administração da ilha da Boavista respeita-se à construção do edifício da alfândega no Rabil, por volta de 1731-32. Neste sentido, ordenava o rei nos seguintes termos: "o feitor fará e ordenará fazer no citio de Rabil por ser mais perto do porto huma caza para servir de Alfandega e para os Despachos dos navios que conste de huma caza grande donde despachará, e outra para dentro forte e segura onde se recolha os efeitos, e rendimento desta Ilha e as fazendas que arrecadar Direitos cuja despeza será a custa da Fazenda Real por serem estas cazas de necessidade, e senão poder escuzar a despeza dellas e tudo o que despender na dita obra mandará escrever pelo Escrivão da fazenda cobrando recibos dos officiaes a quem cobrar ou pagar, e do pagamento dos Materiaes para a obra e acabada que seja remeterá o Provedor da Fazenda os ditos documentos para lhe mandar passar conhecimento em forma para sua Despeza".[575]

Estes factos indicam um marco importante da organização administrativa da Boavista. Esta tese poderá confirmar-se pelos articulados do Regulamento deixado na Boavista pelo Ouvidor Geral José da Costa Ribeiro, inscrito no "Livro de Ordens Régias da ilha da Boa Vista" de 1732, pois no referido regulamento fixam-se as atribuições do Feitor da ilha, no que se refere à "boa cobrança de réditos reais", e estipula-se que o Feitor da Boavista, tal como os de Santo Antão e de S. Nicolau, deve ser eleito trienalmente ou nomeado pelos Oficiais da Câmara das respectivas ilhas. Por outro lado, no referido Livro está inserida a Provisão de 11 de Abril de 1732, através da qual o rei D. João V aprova o regulamento atrás referido, que podemos considerar como um verdadeiro estatuto administrativo da ilha da Boavista.

Essas medidas poderão ser uma das consequências das actividades dos Desembargadore, que tinham sido expressamente colocados em Cabo Verde a partir de 1729 a fim de corrigirem a má administração das ilhas e acabarem com os sucessivos abusos e corrupções de certos agentes da Administração da Colónia. Aliás, no cômputo geral da colónia todos esses procedimentos regimentais demonstram, citando Carreira,[576] que a "Administração Pública nas Ilhas estava sendo profundamente remodelada". Com efeito, essas medidas legislativas decorreram das frequentes anomalias administrativas da época em toda a colónia, anomalias essas consequências dos permanentes conflitos entre os governadores, ministros da Fazenda Real e o próprio clero, o que provocava

[574] A. H. U., Cabo Verde, Cxa. Nº 14, Carta do Desembargador Geral das Ilhas de Cabo Verde, José da Costa Ribeiro.

[575] IAHN – Secretaria-Geral do Governo da Província de Cabo Verde – "Certidão do Livro em que se registão Ordens respectivas a Alfândega da Ilha da Boa vista", que contem o "Livro em que está Escripto a forma de arrecadação da real Fazenda, e as ordens por que Sua Magestade que Deos Guarde asim Manda Estabelecer nesta Ilha e alguns Capítulos de Regimento das Alfândegas por que os Feitores se devem reger nos despachos que derem aos Navios, como adiante se verá". Praia, Cx. Nº 426, 1825.

[576] CARREIRA, … – Alguns aspectos …., 1972.

graves prejuízos às receitas públicas, perturbando, assim, a ordem social. A presença do desembargador Custódio Correia de Matos em Cabo Verde, de 1750 a 1754, por determinação do rei, a fim de fazer correição às ilhas,[577] é sintoma de que as políticas administrativas implementadas anteriormente não surtiram os efeitos a que se propunham. Esta constatação poderá ser também corroborada pelo próprio desembargador quando, por exemplo, em relação à ilha de S. Nicolau, após a sua sindicância à referida ilha, escreve que "he incrivel a dezordem, que tem havido nesta Ilha sobre a cobrança dos Direitos Reaes […]; faltando os meyos de se poderem averiguar; para que se possa proceder contra os culpados: ou já porque passão annos sem virem a ella os Provedores: ou porque com sua vinda, ficão impuníveis aquelles delictos por falta de tomarem delles conhecimento, como erão obrigados".[578]

Neste sentido, no particular da Boavista, uma das provisões do Desembargador Dr. Custódio Correia de Matos, de 1753, é bastante elucidativa: "com a provisão para a Boa Vista composta de 10 Capítulos, o Desembargador quis regular apenas algumas matérias não previstas na de 1732 e que urgia fazer para pôr termo a desmandos dos Feitores, escrivães e outros agentes da Fazenda".[579] É neste sentido que, no "Livro de Ordens Régias da ilha da Boa Vista", de 1732, o Desembargador regista, a 11 de Março de 1753, os "Apontamentos sobre a arrecadação dos réditos reais".[580]

Esses regimentos, por outro lado, dão conta da criação, desde 1732, de um corpo de agentes administrativos na ilha da Boavista, instituído, como se depreende das mesmas medidas, mais para zelar pelos proventos da Fazenda Real do que para fazer uma administração à favor das populações da ilha. De entre esses agentes encontravam-se o Feitor, o Recebedor, o Escrivão da Feitoria, o da Alfandega e o de Contos, o Meirinho e os Guardas de campo ou Pastores da Fazenda Real.

Em 1769 ainda cuidava dos negócios da ilha um administrador, conforme o edital de 20 de Fevereiro de 1771, "[...] mandando suspender a cobrança, na Boa Vista, de um imposto arbitrário e ilegalmente lançado em Setembro de 1769 pelo Administrador Maurício José da Silva Cardoso, [...]".[581] Para a administração da Fazenda Real da mesma ilha, é no entanto nomeado, por provimento de 30 de Janeiro de 1790 do Governador Francisco José Teixeira Carneiro, no ofício de Feitor da Boavista, por um período de três anos, João António Teixeira Carneiro. Confere o ordenado que lhe competir e gozará de

[577] MATOS, Correia de – "O Relatório de 1753", in Luiz de Bívar Guerra, "A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos às ilhas de Cabo Verde de 1753 d o Regimento que deixou à Ilha de S. Nicolau". Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Separa de Stvdia – revista semestral, nº 2, Julho, 1958, p. 10.

[578] MATOS, Correia de – "O Regimento da Fazenda que devem observar o Feitor e mais officiaes de S. Nicolau", in Luiz de Bívar Guerra, "A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos às ilhas de Cabo Verde de 1753 d o Regimento que deixou à Ilha de S. Nicolau". Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Separa de Stvdia – revista semestral, nº 2, Julho, 1958, Tit. 1º, cap. 4º, p. 39.

[579] CARREIRA, …– Alguns aspectos .., 1972.

[580] CARREIRA, … – Alguns aspectos …, 1972.

[581] CARREIRA, … – Alguns aspectos …, 1972.

todas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas, que em razão lhe pertencerem.[582]

A prepotência atrás referida, por parte do Administrador Maurício José da Silva Cardoso, poderá residir no facto de não haver separação de poderes entre os órgãos encarregues de administrar a ilha da Boavista, como nos mostra, por exemplo, o caso de o então Governador, António Machado de Faria e Maia, ter nomeado em 1788, por Serviço de Sua Majestade, António José dos Santos no ofício, ao mesmo tempo, de Escrivão da Câmara e Judicial da ilha da Boavista, por um período de hum ano.[583] Note-se, portanto, que não há ainda na Boavista uma nítida separação de poderes entre a Câmara Municipal e o Judicial. Essa confusão devia-se, portanto, a uma certa mistura de poderes entre as diferentes funções administrativa locais.

Com efeito, muitas vezes as funções administrativas na Boavista se concentravam num mesmo agente, o que dava origem a desvios de procedimentos e prepotências por parte desse agente. É o caso de Aniceto António Ferreira, então Capitão-mor da ilha que, em Abril de 1805, exercia ao mesmo tempo as funções de juiz. É na qualidade de capitão-mor e de juiz que se vê processado pelo governador, porque "[…] havia condemnado a galera *Bella União*, com carga de milho, a qual fôra comprada pelo seu genro Manuel António Martins por 320$000 réis, quando uma só amarra tinha sido comprada havia pouco tempo por mais de 400$000 réis".[584] Mais ainda, administrava os rendimentos da Fazenda Real na ilha, pois, acusando o mesmo capitão-mor de desleixo nessa administração, diz António Pusich, em 1819, na altura intendente da Marinha portuguesa, "que elle [Ferreira] tinha sido desleixado na prestação d'essas contas, pois desde 1814 que não as dava á junta, nem mandara a mais pequena remessa de dinheiro". Acusava também o Governador, D. António, e a própria Junta de nesse lapso de tempo de 5 anos não terem exigido as contas ao referido capitão-mor.[585]

Nesse ano de 1819, porém, o governador deu seguimento ao estipulado na carta régia de 5 de Outubro de 1818, que mandava "[…] desannexar os empregos de feitores dos de commandantes das ilhas, nomeando-se, por portaria da Junta da real fazenda, feitor para S. Nicolau , José António de Araújo, e para a Boa Vista, Seraphim de Brito Livramento, ficando assim desligados os respectivos commandantes".[586]

Esta duplicação de funções num mesmo agente administrativo perece predominar ainda em 1830, quando "foi enviada ao Conselho ultramarino uma consulta sobre a fórma de governo que deviam ter as ilhas […]".[587] A 8 de

[582] Provimento de 30 de Janeiro de 1790. IAHN, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0018, fol. 21.
[583] IAHN, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0017, fol. 235.
[584] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap. III. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 173-174.
[585] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap. IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 243.
[586] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 238.
[587] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 392.

Janeiro de 1831 o referido Conselho dava o seu parecer, ao que o Rei D. Miguel anuiu, o que iria contribuir para uma certa divisão de poderes nas ilhas de cabo Verde, nomeadamente na da Boavista.

Dada a importância desse parecer, cujas recomendações, como veremos mais à frente, foram aplicadas em Cabo Verde, transcrevemos alguns extractos. Com efeito, o parecer opinava, no geral, que "[…] os commandantes d'ellas não sejam puramente militares, mas sim mistos, sendo por isso a denominação de *capitães-mores commandantes* que lhes é mais própria […]". Em particular, no seu ponto nº 1, o referido parecer dizia "que cada uma das ilhas do Fogo, S. Nicolau, Santo Antão, Boa Vista, S. Vicente, Brava e Maio deve ter um capitão-mor commandante, o qual exerce este emprego por três annos, cujo dever será cumprir bem as ordens do governador geral da capitania e da Junta do melhoramento da agricultura, recebendo do governador geral as instruções para poder administrar com interessa"; no seu ponto nº 2, opinava o parecer "que o governador deve já propôr para cada uma das ilhas de Santo Antão, Boa Vista e Brava tres pessoas para esses empregos, acompanhadas de informações, e pode propôr em paizanos, milicianos, officiaes de ordenanças, reformados, e em caso de necessidade em officiaes de primeira linha, com a declaração, porém, de que não perderão o posto militar aquelles que o tiverem, nem antiguidade, nem soldo, e serão attendidos nas promoções uma vez que n'esses commandos se portem bem"; no ponto nº 5, acrescentava que "cada um dos capitães-móres vencerá pela real fazenda a gratificação de 80$000 réis […]".[588] Com esses novos preceitos, pretendia-se deslocar o regime de administração das ilhas de puramente militar para um regime misto, pois podiam ser nomeados para o posto de capitão-mor, tanto militares como civis, mas sempre sob a superintendência do governador-geral. E a Boavista, como as outras ilhas da Cabo Verde, terá tido, assim, o seu primeiro capitão-mor comandante em 1831, pela resolução régia de 22 de Julho, através da qual "[…] mandou-se extinguir em todas as ilhas os commandos militares e substituí-los por capitães-móres com a gratificação annual de 80$000 réis".[589] A divisão de poderes na administração das ilhas começa a germinar com essas recomendações do Conselho Ultramarino, nomeadamente no seu ponto nº 6, ao opinar que "os capitães-móres não podem ser nomeados feitores da real fazenda, nem se considerarão subordinados á Junta da real fazenda da capitania, o que é de absoluta necessidade para evitar conflictos de jurisdição". [590]

Uma lenta evolução no sentido de separação dos poderes entre os órgãos da Administração da ilha da Boavista parece, entretanto, se processar naturalmente de 1810 até ao ano de 1832. Neste sentido, tudo terá começado com a transferência da sede administrativa da Boavista, em 1810, da Povoação Velha para a chamada "villa do Rabil" que, como vimos no capítulo sobre o povoamento, oferecia melhores condições económicas e sociais, pois, para além das "lindas casas" rodeadas por jardins, possuía uma igreja matriz e a única

[588] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 392-393.
[589] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 394.
[590] BARCELLOS, … – Subsídios ..., p. 393.

escola pública da ilha. Com cerca de 1.500 habitantes, foram transferidas para o Rabil a sede paroquial e a câmara municipal.

A partir de 1820, dez anos mais tarde, alguns dos órgãos administrativos da ilha começam, porém, novamente a se transferir para a Vila de Sal-Rei. Aliás, desde a transferência da paróquia da Povoação-Velha para o Rabil, em 1810, as autoridades civil e militares passaram a residir na Vila de Sal-Rei, onde erigiram uma capela.[591] Note-se que, a 24 de Maio do referido ano, João Cabral da Cunha Goodolphim era nomeado interinamente, com funções civis e militares, comandante da ilha da Boavista, com a graduação de sargento-mor, substituindo, assim, Aniceto António Ferreira, que se reformara, por decreto de 12 de Junho de 1819, no posto de brigadeiro.[592] Foi, portanto, no governo desse comandante que a referida transferência se efectuou, pois, como vimos no capítulo sobre o povoamento, o Porto de Sal-Rei já oferecia melhores comodidades de habitabilidade e de carga e descarga dos navios.[593]

A transferência das autoridades para a Vila de Sal-Rei não se fez, entretanto, de pronto, devido à falta de edifícios condignos para a instalação dos serviços nesta vila, o que obrigou a que a Câmara Municipal se mantivesse por mais algum tempo no Rabil. Com efeito, no que se refere aos aspectos urbanísticos, uma das condições facilitadores da referida transferência, a senhora Bowdich, de passagem em 1823 por Boavista, refere-se à Sal-Rei como sendo uma "reunião de cabanas que se chama a vila".[594] Do ponto de vista político, os reflexos das lutas na Boavista, entre os partidários de D. Miguel, absolutistas, e os de D. Pedro, liberais, poderão ter obstado a que essa transferência se fizesse de imediato. Neste sentido, o comandante Goodolphim, atrás referido, encabeça na ilha, em 1820, com apoio de algumas pessoas poderosas da ilha, nomeadamente da família de Manuel António Martins, uma "insubordinação" contra o Governo absoluto de D. Miguel, proclamando a nova Constituição liberal, defendida pelos apoiantes de D. Pedro. Constituiu-se, então, um "governo independente" ou Junta provisória independente da Junta da capital na Boavista, sob a direcção do referido Goodolphim que, entretanto, aclamara o governo absolutista aquando da sua chegada em Cabo Verde.[595] O Governador António Pusich relata o facto ao Governo de D. João IV, no Brasil, nos seguintes termos: "[…] Cunha Goodolphim, manifestando uma absoluta insubordinação tanto ao governo como á junta da real fazenda, e mão dadas com alguns dos mais poderosos habitantes d'aquella ilha [Boavista], dirigira uma

[591] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap.III. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 189.
[592] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap. IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 265.
[593] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "História de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed.Vol. II, Parte III (Apresentação, Notas e Comentários de Daniel Pereira). Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 165-166; Cf. tb. BARROS, … – Origens …, p. 37; Cf. tb. "Diccionario de geographia Universal". TOMO IV. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 186.
[594] Mrs. Bowdich. "Uma estadia na Boa Vista em 1823". In Revista RAÌZES Nº 4, Ano I, Praia, 1977.p. 94.
[595] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap. IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 289.

representação ao actual governador de Portugal, em que declarava tornar-se independente d'este governo geral, abraçando o novo systema politico alli estabelecido, ou reduzir toda esta capitania ao mesmo systema, dando-se-lhe as forças necessarias, e que determinava o dia 19 de março para se arvorar o estandarte da revolta".[596] Dessa insurreição, o Governador António Pusich, defensor do absolutismo miguelista, informava o Governo no Rio de Janeiro, em 16 Abril de 1821, "que a Boa Vista era um ovo onde se chocavam as discordias; que a insubordinação e o absoluto domínio que alli existia se deve a numerosa e influente família Martins, que ocupava todos os logares publicos".[597]

Por isso, não é estranho que a Câmara se mantivesse no Rabil entre 1832-1836, facto que é corroborado por Senna Barcellos, ao informar que "em 21 de junho de 1832 houve na ilha da Boa Vista uma sublevação da camara, povo e alguns officiaes milicianos, que proclamavam o systema constitucional". A sublevação foi encabeçada pelo então juiz presidente Luiz Antonio dos Santos, enquanto era comandante militar Joaquim Pereira da Silva que, no momento da sublevação, se encontrava na igreja matriz de S. Roque, preparando-se para acompanhar a procissão de "*Corpus Christi"*. Após um breve inquérito do referido comandante militar, o coronel Manuel António Martins, na qualidade de juiz de remissão, abriu uma devassa, tendo então sido presos o juiz presidente, Luís António dos Santos, e o vereador, Manuel Vicente Brito.[598] Sobre essa devassa, Manuel António Martins é denunciado de "elle e o genro influiram na devassa contra a Camara do Rabil quando alli se quiz acclamar a Rainha [D. Maria II] em 1832, sendo denunciante de fieis portuguezes".[599] Tais denúncias, de entre muitas outras, foram consideradas pelos ministros da Corte de meras calúnias e, portanto, não surtiram qualquer efeito.[600]

A propósito desses conflitos, deve-se ter em conta a importância política da Boavista dos meados do séc. XVIII aos meados do XIX, advinda do seu papel económico no contexto da então colónia, o que, por sua vez, dava um certo peso político a alguns "donos da terra", como Manuel António Martins, José Joaquim Lopes de Lima, entre outros.[601]

Com todos esses percalços, as condições favoráveis à mudança de sede administrativa e paroquial do Rabil para a Vila de Sal-Rei só começa a surgir, pelo menos do ponto de vista urbano, poucos anos antes de 1841. Neste sentido, no referido ano Carlos Chelmicki, referindo-se à dita vila, observa que "[…] de poucos annos para cá augmentou consideravelmente: tem grande numero de cazas boas, e melhora de dia em dia com a maior frequencia de

[596] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 276.
[597] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 276..
[598] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 398.
[599] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 43.
[600] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE IV, Cap. I. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1910, p. 50.
[601] Por exemplo, o peso político e económico de Manuel António Martnis era tão grande que, numa exposição contra ele enviada à Corte, os principais proprietários da Santa Catarina o consideravam como rei das ilhas de Cabo Verde (BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 48).

navios estrangeiros, tanto para tomar refrescos e negociar, como principalmente para carregar de sal".[602]

Esse processo de mudança da sede administrativa mostra que, necessariamente, os poderes da administração dos rendimentos da Fazenda Real e militares, sedeados em Sal-Rei, e os da Câmara municipal, no Rabil, carregava o gérmen da separação dos poderes locais. Mas os actores das turbulências políticas na Boavista pareciam não se darem conta das mudanças político-adminsitrativas que se desenhavam na metrópole, em direcção às colónias. Com efeito, em 1832, dera-se uma nova viragem à administração nas colónias, embora a autoridade máxima nelas continue sendo o Governador: a lei de 16 de Maio de 1832, conhecida pelo "Código Administrativo de Mouzinho da Silveira", separa, finalmente, a administração central, sob tutela do Governador, dos poderes civil e judicial, fixando ao mesmo tempo as atribuições dos detentores dos referidos cargos, pois, como se reconhece no preâmbulo da referida lei, "entre os Portugueses nunca foi bem definido, e por isso nunca bem sabido, o que podia fazer um General, e um Juiz, um Eclesiástico, ou um Capitão-Mor […]".[603]

Inspirada certamente no ideal liberalista, essa lei era fortemente marcada por um carácter social, pois, para além da diferenciação das atribuições entra a administração do Governo Central, as Câmaras Municipais e a Justiça, o espírito da referida lei trazia a ideia de que a "administração é a cadea que liga todas as partes do corpo social, e forma della um todo fazendo-as referir a elle", por isso, só tinha sentido se colocada ao serviço das populações.[604] Nesta linha, impunha o desenvolvimento das localidades onde habitavam as populações, em prol do bem comum, obrigando os detentores dos cargos administrativos a residirem-se nos locais onde exerciam os seus cargos.[605] Demarcando, por outro lado, a independência da Justiça em relação à Administração, considerava aquela "a inspectora que impede que os anneis de cada [uma delas] se rompam, corrigindo os vícios, e os abusos de todas as divergências […]".[606]

Com essa nova lei, Cabo Verde ganhou a estatuto de província, governado por um Prefeito, de nomeação régia, que veio a substituir os capitães e os capitães-gerais. A província de Cabo Verde foi dividida em duas comarcas e estas em concelhos, governados por provedores, nomeados pelo rei, auxiliados por Câmaras Municipais, eleitas pelo povo a quem serviam.[607] Os provedores eram, porém, considerados "o depositário único e exclusivo da Authoridade Administrativa" local.[608] No que se refere ao Governo de Cabo

[602] CHELMICKY, José Conrado Carlos de – "Corografia Cabo-verdiana ou descripção Geographico-historica da Provincia das ilhas de Cabo Verde e Guiné". TOMO I. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1841, p. 52.
[603] SILVEIRA, Mouzinho da – "Lei de 16 de Maio de 1832", in *Colecção de Decretos e Regulamentos publicados durante o governo da Regência do reino estabelecida na Ilha Terceira*, 1ª Série, 2ª ed., Lisboa: Imprensa nacional, 1836, p. 59
[604] SILVEIRA, … – Lei de 16 de Maio de 1832 …, p. 62.
[605] SILVEIRA, … – Lei de 16 de Maio de 1832 …, p. 62.
[606] SILVEIRA, … – Lei de 16 de Maio de 1832 …, p. 62e 64.
[607] SILVEIRA, … – Lei de 16 de Maio de 1832 …, p. 62 e 87.
[608] SILVEIRA, … – Lei de 16 de Maio de 1832 …, p. 96.

Verde, por ter felicitado a Rainha por ocasião da sua aclamação em Lisboa, a 24 de Julho de 1833, Martins veio a ser nomeado, pelo regente do reino, Duque de Bragança, Prefeito de Cabo Verde, por mercê de 17 de Dezembro de 1833, *"[…] por ter coadjuvado a causa da Rainha e da Carta Constitucional e ter dado provas de amor da Pátria*".[609] Observe-se aqui que, tal como o comandante João Cabral da Cunha Goodolphim, atrás referido, Manuel António Martins, durante as lutas liberais em Portugal, teve um comportamento oscilante, ora para um ora para outro lado das contendas entre os absolutistas e os liberais. Por outro lado, Martins contava com o apoio de amigos íntimos no reino, como Margiochi, ministro do Governo Liberal.[610] É certamente este factor amizade que terá pesado na sua nomeação como Prefeito do Arquipélago de Cabo Verde. Na mesma altura, é nomeado para Secretário da Perfeitura o 1º tenente da armada, José Joaquim Lopes de Lima.[611]

As novas políticas legislativas não podiam deixar de se fazer sentir na ilha da Boavista. Com efeito, como vimos atrás, para além do administrador e da Câmara Municipal, funcionavam também nessa ilha, por volta de 1832, mais precisamente na chamada "villa do Rabil", tribunal e destacamento militar. Um outro facto político, provavelmente decorrente dos ideais liberalistas defendidos na Boavista, foi o de a ilha da Boavista continuar a ser administrada, em 1832, por uma Junta provisória, na altura dirigida pelo coronel de milícias Manuel António Martins, antes de ser nomeado Prefeito. Por outro lado, uma das primeiras medidas de Manuel António Martins e da sua equipa governativa foi a transferência, em Junho de 1834, da sede da Prefeitura, com a respectiva Secretaria, da Vila da Praia de Santa Maria de Esperança, na ilha de Santiago, para a Vila de Sal-Rei, na ilha da Boavista, deixando encarregado da administração das ilhas de Sotavento Joaquim José Pereira, Conselheiro provisório da Prefeitura. Na Boavista, Manuel António Martins assina várias portarias e manda, a 12 de Setembro de 1834, "proceder à eleição dos procuradores para Junta Geral da província", tendo sido os respectivos regulamentos elaborados na referida ilha. Esta medida não agradou aos proprietários do Concelho de Santa Catarina que, em Fevereiro de 1835, queixavam-se à Rainha D. Maria II, acusando Martins de ter transferido "[...] a séde das Eleições da Capital para a ilha da Boa Vista, onde elle se achava por que sabia que na Capital sua influencia seria menos respeitada. Reunidos os eleitores, muitos já escolhidos sob sua influencia, declarou os candidatos da sua escolha, e uma mez antecipadamente já se sabia quaes havião de ser os Deputados". Em consequência, Manuel António Martins veio a ser demitido pelo Decreto de 6 de Junho de 1835, sucedendo-lhe o coronel Pereira Marinho no cargo de Governador, que toma posse a 13 de Setembro do mesmo ano.[612]

---

[609] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE IV, Cap. I. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1910, p. 4.
[610] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 4; Sobre o seu apoio aos absolutistas, cf., por exemplo, BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap. IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 320).
[611] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE IV, Cap. I. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1910, p. 4.
[612] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 107.

No governo de Marinho criou-se, por decreto de 18 de Julho de 1835, a Junta Geral de Distrito; um outro decreto de 17 do mesmo mês substituíra os Provedores por Administradores de Concelho".[613] Entretanto, a 30 de Julho de 1836 toma posse como Governador de Cabo Verde Arouca. Na altura, as ilhas eram ainda governadas por militares e os soldados encontravam-se em mísero estado. Em muitas ilhas não havia destacamentos militares.[614]

Assim, uma das primeiras medidas do novo governador, foi a de enviar para todas as ilhas oficiais com nome de comandantes militares, sem gratificação, proibindo os de ingerir nas funções judiciárias, administrativas ou municipais. Na parte civil, valorizou os lugares de administrador, fazendo aplicar às ilhas de cabo Verde o decreto de 28 de Julho, que só vigorava no reino e nas ilhas adjacentes[615] e "restituiu os antigos Provedores dos concelhos, de nomeação régia, aos sues logares, em harmonia com o disposto no decreto de 16 de maio de 1832, que era a lei administrativa em vigor na província";[616] e "ordenou ás Câmaras que propuzessem ou indicassem logares mais apropriados para cemiterios e passeios públicos, para n'estes se estabelecerem viveiros de plantas indígenas e exóticas; e ainda lhes recommendou, assim como aos Provedores, que nomeassem inspectores para cuidarem do asseio das ruas".[617] Essas medidas de Arouca vieram ser reforçadas pelo decreto de 7 de Dezembro de 1836, que se inscrevia na política de organização da administração dos domínios coloniais, cuja autoridade máxima é entregue a um governador-geral, que superintende qualquer outro tipo de autoridade ali estabelecida,[618] portanto, militar ou civil.

Na Boavista, a Câmara Municipal continuava ainda no Rabil, segundo nos informa Senna Barcelos nos seguintes termos: "que no dia 1 de Novembro de 1836 se reuniu no sítio do Rabil a Camara municipal da ilha da Boa Vista e todos os habitantes, incluindo Manuel António Martins, o seu genro Joaquim Pereira da Silva, major de milícias e Provedor do concelho, e o commandante da força armada o tenente de infantaria da guarnição José António Serrão, [...]".[619]

O Código Administrativo de 18 de Março de 1842, do Governo de Costa Cabral, divide o Arquipélago de Cabo Verde em Distritos Administrativos e estes em Concelhos, governados por Administradores do Concelho,[620] nomeados pelo rei, dando preferência aos residentes ou naturais de cada concelho.[621] As Câmaras Municipais continuavam a ser eleitas pelo povo e a funcionar junto dos administradores do concelho.[622]

---

[613] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 107.
[614] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 125.
[615] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 126 e 130.
[616] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 126 e 130.
[617] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 130.
[618] LOPES FILHO, João – Ilha de S. Nicolau. Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural. Lisboa: Edição da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 1996, p. 80-81.
[619] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 144.
[620] Collecção de Leis e outros Documentos Officiais (Edição Oficial). Lisboa: Imprensa Nacional, 1840, Tit. 1º, cap. II, p.108.
[621] Collecção de Leis …, Tit. 3º, cap. II, artº 240, p. 130.
[622] Collecção de Leis …, p. 109.

Um marco importante para a Administração Pública no Cabo Verde colónia é, sem dúvida, a Reforma Administrativa de 1842, de que resulta o Código Administrativo Português de então. Poderá mostrar a importância da ilha da Boavista da época o facto de o Decreto das Cortes Gerais de 1842, que altera e revoga em parte as disposições do referido código, terem sido publicadas nessa ilha, onde se encontrava a sede do Governo Geral da Província.[623] Neste período, as frequentes mudanças da sede do governo de ilha para ilha levou o Governo Central a estabelecer-se várias vezes na Boavista, tendo numa dessas transferências da sede ter sido publicado nesta ilha, a 24 de Agosto de 1842, o primeiro número do Boletim Oficial de Cabo Verde.[624]

Decorrente das disposições do Código Administrativo Português, o Governador-Geral de Cabo Verde, Francisco de Paula Bastos, em Conselho, esboça, por Portaria-Circular de 20 de Junho de 1842, o primeiro desenho dos órgãos municipais, assim como das suas composições, provimentos e respectivos poderes.[625]

Os reflexos dessas medidas organizativas na Boavista ficam patentes, por exemplo, com as providências do Administrador, Manuel de Brito Lima, no sentido de nomear, em 1850, um Regedor de paróquia para a Povoação Velha, por ser "[…] ûma aldeia composta de sessenta fogos, e afastada do local Cabeça d'este Concelho 3 a 4 Legoas de distencia, já merecia o epíteto de Freguesia, porem como o não é, e tendo ella uma numeroza População, e com indícios de alguma desmoralização, assentei a nomear na mesma um Regedor de Parrochia, em quem deleguei as minhas atribuições Administrativas, para por melhor maneira ser contido e regido a boa ordem publica, cuja nomeação fiz na pessoa do Cidadão Manuel Joaquim Silva, pessoa de probidade e mérito […]".[626]

Do extracto, observemos que, para além do intuito de levar o poder local a todas as povoações da ilha, visava também o administrador moralizar, descentralizar e disciplinar a ordem pública, provendo ao referido cargo cidadãos honestas, que dessem a garantia de exercer as suas funções com probidade. Neste sentido, apontava também o Decreto promulgado a 1 de Dezembro 1869, por Rebelo da Silva que, mais uma vez, tinha por móbil a reforma da administração das províncias ultramarinas.[627] Nesta base, o mesmo

---

[623] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Sal-Rei: Imprensa Nacional. Nº 3 (31de Agosto, 1942), p. 9-12; Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Sal-Rei: Imprensa Nacional. Nº 4 (31de Agosto, 1942), p.13-14.

[624] Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde. Sal-Rei: Imprensa Nacional. Nº 1 (24 de Agosto de 1842), p. 1-4.

[625] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Sal-Rei: Imprensa Nacional. Nº 4 (31de Agosto de 1942), p.14-15; Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, Nº 5. Sal-Rei: Imprensa Nacional, 31de Agosto de 1942, p. 18-19.

[626] Ofício dirigido pelo Administrador, Manuel de Brito Lima, ao Governador Geral da Província, a 30 de Janeiro de 1850. I. A. H. N. Praia. Secretaria Geral do Governo. Cxa. 123, SGG. Fevereiro – Novembro de 1850.

[627] *Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar apresentados às Cortes na Sessão Legislativa de 1870*. Edição comemorativa do I Centenário da Reforma Administrativa Ultramarina de 1 de Dezembro de 1869, Lisboa: Ministério do Ultramar, 1969.

estadista elabora a Carta Orgânica da Governação e Administração das Províncias Ultramarinas.[628] De acordo com a referida carta, cada concelho era governado por um administrador, com prerrogativas de comandante militar, nomeado pelo governador, e uma câmara municipal.[629]

Apesar de todas essas medidas administrativas, tendentes a organizar, descentralizar, disciplinar e moralizar os órgão do poder local, na Boavista gerava-se, porém, muito conflitos entre os agentes administrativos locais, como, por exemplo, o entre o Administrador do Concelho, Francisco Tavares de Almeida e Máximo Valeriano Tiburcio Silva, Regedor da Paróquia de S. Roque, com sede no Rabil, tendo sido o Regedor autuado pelo Administrador, "[…] em consequencia do dito regedor não ter cumprido com as ordens do mesmo Administrador faltando assim ao seu juramento, e alem disso por ter dirigido a elle Administrador um officio insolente […]".[630] Outras vezes, eram autoridades municipais acusados de emperrar os serviços da administração local, como, por exemplo, a acusação que recaiu sobre o Presidente da Câmara da Boavista em 1871, relatado ao Secretário do Governo Geral da Província, a 11 de Outubro de 1871, pelo então Administrador do Concelho, André Norton. Com efeito, no preâmbulo do seu ofício, referia o administrador "o insigne desvia que ha tempos a esta parte tem soffrido a Administração pubblicanesta ilha, e o estado de confusão em que tudo se acha pelos continuados embaraços que surgem de uma infinidades de tropeços que teem collocado tudo no maior chãos, difficultando as cousas mais simples, e embaraçando as de mais facil execução […]".[631]

A situação administrativa conflituosa parecia comum a maioria das ilhas de Cabo Verde, pois, no seu relatório referente aos anos de 1872 a 1874, o então Governador da Província de Cabo Verde dizia que a administração municipal estava em notável estado de atraso, acusando "[…] que o povo aqui ainda não está educado para gosar de todas as franquias politicas e administrativas".[632] Assim, propunha o governador "nas circumstancias actuaes d'esta província, o que mais conviria para o andamento regular dos negócios municipaes seria o substituir as câmaras eleitas, por comissões municipaes, conservando-se unicamente a câmara na capital da província, aonde o maior grau de illustração permitte essa garantia".[633]

---

[628] *Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar*..., 319-320.

[629] *Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do …*, p. 371 e 377-378.

[630] "Auto de desobediência e falta de respeito", de 15 de Janeiro de 1869. I. A. H. N. Praia. Secretaria Geral do Governo. Cxa. 200, SGG. Janeiro – Novembro de 1869.

[631] Ofício dirigido pelo Administrador, André Norton, ao Secretário do Governo Geral da Província, a 11 de Outubro de 1871. I. A. H. N. Praia. Secretaria Geral do Governo. Cxa. 200, SGG. Janeiro – dezembro de 1871.

[632] Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar na Sessão Legislativa de 1875. "Relatórios dos Governadores das Províncias Ultramarinas sobre o estado da Administração Pública nas mesmas Províncias referidos aos annos de 1872 a 1874". Vol. I. Lisboa: Imprensa nacional, 1975, p. 7.

[633] Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar na Sessão Legislativa de 1875. "Relatórios dos Governadores …., p. 7.

No que se refere à ilha da Boavista, na sequência dos conflitos entre as autoridades administrativas locais e os emperramentos dos serviços administrativos atrás discutidos, o referido governador mandou fazer uma sindicância à Câmara Municipal e, apurando a veracidade das acusação que contra a câmara pendiam, dissolveu-a, com a justificação de que "[…] os seus vereadores, não só descuravam os seus deveres, como impediam toda a marcha regular da administração". Para além do mais, o seu tesoureiro foi julgado, por desobediência, em polícia correccional e condenado a 30 dias de prisão.[634] Notemos que, ao dissolver a Câmara Municipal da Boavista, o governador cometeu, do nosso ponto de vista, um grave erro, pois tal medida só poderá ter significado um retrocesso da democratização da administração local.

No que se refere à Administração da Justiça na Boavista, no quadro do Decreto de 21 de Maio de 1841 e com a pretensão de uma "Novissima Reforma Judiciaria", um anúncio de Éditos inserto no Boletim Oficial nº 10, de 11 de Janeiro de 1843, editado na ilha da Boavista, dá conta do "Juiz Ordinário do Julgado das Ilhas da Boa Vista e Sal", servido pelo Escrivão Lisboa Júnior. Nesta altura, as duas ilhas encontravam-se submetidas uma mesma administração, com sede na Boavista. Esta informação colhe-se do artigo "Memórias sobre as Ilhas de Cabo Verde", sem assinatura do autor, inserto no Boletim Oficial nº 30, de 17 de Maio de 1843, que nos informa, referindo-se à ilha da Boavista nos seguintes termos: "tem 3:570 habitantes distribuidos pelas freguezias de S. Roque do Rabil, e S. João Baptista do Norte; estas duas freguezias com a Ilha do Sal formam o Concelho da Boa Vista".

Do ponto de vista eleitoral, inferimos que pelo menos até 1842 as duas ilhas, em conjunto, elegiam 1 deputado por Província de Cabo Verde. Com efeito, enquanto a Carta de Lei de 27 de Outubro de 1840 regia as eleições para Deputados por esta província,[635] a Portaria de 2 de Agosto, dada na Boavista e assinada pelo Governador Francisco de Paula Bastos, estipula no § único, do artº 8º, determina a separação das Assembleias eleitorais das duas ilhas nos seguintes termos: "exceptua-se da disposição do artº precedente o Concelho da Ilha da Boa-Vista, onde alêm das que tem havido até á publicação da presente Portaria, haverá uma nova Assembleia eleitoral na Ilha do Sal, creada por Portaria de 27 de Julho deste anno", portanto de 1842.[636]

O número de eleitores a que cada concelho da Província de Cabo Verde deverá dar era o constante de uma tabela fixada no artº 9º da Portaria de 2 de Agosto de 1842, como se segue:

[634] Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar na Sessão Legislativa de 1875. "Relatórios dos Governadores …, p. 7.
[635] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Sl-Rei: Imprensa Nacional. Nº 1 (24 de Agosto de 1942), p. 1.
[636] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Sal-Rei: Imprensa Nacional. Nº 1 (24 de Agosto de 1942), p. 3.

QUADRO Nº 14
Número de eleitores por concelhos, de acordo com a Portaria de 2 de Agosto (1842)

Concelhos	Povoações principais	Nº de Fogos	Nº de Eleitores
Praia	Vila da Praia	1.200	2
Santa Catarina	Santa Catarina	1.300	2
Maio	Povoação do Porto	320	1
Fogo	Vila de S. Filipe	1.050	1
Brava	S. João	700	1
Santo Antão	Ribeira Grande	2.500	4
S. Nicolau	Ribeira Brava	1.090	1
Boavista	Rabil	520	1
Total		8.590	13

Fonte: Boletim Oficial do Governo-Geral de Cabo Verde, Nº 1. Sal-Rei: Imprensa Nacional, 24 de Agosto de 1942, p. 3.

A ilha da Boavista, é o segundo concelho menos expressivo em termos de número de eleitores por Província de Cabo Verde, com 520, antecedido pela ilha Brava, com 700 eleitores, e seguido da ilha do Maio, com 320. Note-se que a ilha do Sal não aparece nesta tabela, pois, nessa altura ainda se encontrava anexada ao Concelho da ilha da Boavista. Por exemplo, o quadro estatístico a seguir, referente às populações das duas ilhas em 1846, é elucidativo da dependência da ilha do Sal em relação à ilha da Boavista:

QUADRO Nº 15
Ilustração da dependência da ilha do Sal em relação à da Boavista

Concelho	Ilhas	Pov.princi.	NºFreg.	População				Total
				Fogos	Livre	Escrava	Grumetes	
Boa-Vista	Sal	Sta.Maria	1	199	324	224		548
	BV	Rabil	2	1.056	4.366	438		4.804

Fonte : Estraído de MONTEIRO, José Maria de Sousa – "Diccionario Geographico das províncias e possessões portuguezas no Ultramar". Lisboa: Typografia Lisboense, 1850, p. 540.

A separação definitiva da Administração Municipal das duas ilhas só veio a concretizar-se pela Portaria nº 21-A, de 30 de Janeiro de 1855, quando era Governador-Geral da colónia António Maria Barreiros Arrobas.[637] Com efeito, a referida portaria estipula o seguinte: "a Ilha do Sal fica d'hoje em diante separada da Ilha da Boa-Vista, pelo que respeita á Administração Municipal somente" (nº 1º). Enquanto, porém, a população da ilha não se preste a criar um

[637] Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 169 (26 de Maio de 1855), p. 689.

Concelho e a eleição de uma Câmara Municipal, será criada uma Comissão Municipal, presidida pelo administrador e composta de cinco membros, nomeados pelo Governo da Província (nº 2º). A comissão Municipal terá as mesmas competências de uma Câmara Municipal (nº 3º). No preâmbulo da referida portaria, o articulista justifica a autonomização administrativa da ilha do Sal em relação à ilha da Boavista pelo facto de aquela contar já com uma certa importância, graças à exploração e comércio do sal, de se sentir a necessidade da realização de obras e de melhoramentos para o bem-estar de uma população nascente, de os rendimentos destinados à ilha do Sal estarem a ser absorvidos pelo Concelho da ilha da Boavista, a que até então pertencia, e, ainda, de serem as Câmaras Municipais instituídas para administrarem os teres e rendimentos do Concelho e a bem dos seus moradores e contribuintes.

Tendo a Administração da ilha do Sal autonomizado da ilha da Boavista, em 1878 já existem nesta última, de forma consolidada e com competências bem demarcadas, as freguesias, em número de duas, o de S. Roque e o de São João Baptista, dirigidas por regedores, com uma junta de paróquia presidida pelo pároco, sob a tutela do administrador do concelho.

A Câmara Municipal, atesta da qual se encontrava um presidente eleito, funcionava normalmente, assim como o Juiz Ordinário.[638] Para o exercício da população na gestão municipal, como estipulava a Base Nº 44ª da Lei Nº 277, só eram considerados eleitores dos corpos administrativos das câmaras e comissões municipais e das juntas locais "[…] os indivíduos residentes na respectiva circunscrição que saibam ler e escrever em qualquer língua, e com profissão, comércio, indústria ou bens que lhes assegurem meios de vida; incluindo os estrangeiros que tenham, pelo menos, dois anos de residência habitual na colónia".[639] Tais preceitos negavam, portanto, à maioria da população, constituída pelos desfavorecidos de letras e de bens materiais, o direito a eleger os seus próprios representantes nos órgãos municipais, o que contradizia um dos princípios da criação desses órgãos, consagrados mais tarde na Lei Orgânica de Administração Civil das Províncias Ultramarinas, que era o de […] educar os habitantes para a efectiva e útil colaboração nos corpos representativos superiores da colónia […]. [640]

As eleições para os órgãos municipais e locais eram precedidos de recenseamentos, dos quais eram elaborados os respectivos cadernos eleitorais, como se poderá verificar do caderno de recenseamento dos eleitores elegíveis das freguesias de S. Roque, com 74 eleitores, e de S. João Baptista, com 86 eleitores, de 27 de Março de 1872,[641] ou do caderno dos eleitores elegíveis das freguesias de Santa Isabel e de S. João Baptista, de 16 de Novembro de 1884,

[638] Relatório do Governador-Geral da Província de Cabo Verde, referido ao ano de 1878. Lisboa: Imprensa Nacional, 1879, p. 6.
[639] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 14 (1914), p. 9.
[640] Suplemento Nº 14 ao Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde Nº 35. Praia: Imprensa nacional (4 de Setembro de 1914), p. 8.
[641] "Caderno de recenseamento dos leitores elegíveis das freguesias de S. Roque e de S. João Baptista", de 1872. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Q3.9 / Cx. 755.

no qual consta, respectivamente, 318 eleitores de Santa Isabel e 172 de S. João Baptista.[642]

O exercício do direito de reclamações, de acordo com artº 88º do Código Administrativo, era frequentemente praticado, sempre que houvesse ilegalidades nos cadernos ou nos processos eleitorais. É o caso, por exemplo, da reclamação de ilegalidades cometidas no acto eleitoral para vereadores da Câmara da Boavista, em 1874,[643] ou os protestos de vários eleitores acerca de ilegalidades cometidas no acto da eleição de vereadores da Câmara Municipal do Concelho da Boavista, em 1882.[644] Embora todos esses contratempos, as eleições municipais continuavam a se realizar regularmente, conforme se poderá averiguar do Edital de 30 de Outubro de 1888, convocando os eleitores para a eleição da nova Câmara Municipal da Boavista, para o biénio de 1889-1890.[645]

Em 1892, através do Decreto de 24 de Dezembro, é promulgada a "Organização Administrativa da Província de Cabo Verde", na medida em que as providências legislativas anteriores não tinham surtido os efeitos desejados, isto é, o estabelecimento de meios legislativos que facilitassem uma governação mais eficiente e eficaz da província. Neste sentido, no que se refere, por exemplo, à divisão concelhia, o preâmbulo do referido Decreto dizia que "até hoje a divisão concelhia da província de Cabo Verde não obedecia de uma maneira completa ás necessidades da correlectiva administração".[646] A Província de Cabo Verde ficou então administrativamente dividido em seis concelhos de 1ª classe: Santo Antão, S. Vicente, S. Nicolau, Praia (ilha de Santiago e Maio), Santa Catarina (Ilha de Santiago) e Fogo, e três de 2ª classe: Sal, Boavista e Brava.[647] Cada concelho foi dividido em freguesias, conforme se poderá observar mais à frente no quadro representativo dos concelhos e das freguesias de Cabo Verde em 1892.

O referido Decreto determina que em cada concelho haverá um administrador do concelho efectivo e outro substituto,[648] ambos nomeados por portaria do governador-geral, sendo o primeiro imediatamente subordinado ao governador e prestando juramente nas mãos deste por si ou por procuração.[649] O administrador do concelho assistia às sessões das câmaras municipais, sendo ouvido quando pedisse (nº 1, artº 37º). Competia-lhe também servir de

---

[642] "Caderno de recenseamento dos leitores elegíveis das freguesias de Santa Isabel e de S. João Baptista", de 1884. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Q3.9 / Cx. 755.

[643] "Processo eleitoral da Câmara Municipal da Administração do Concelho da Boa Vista" – Ofício s/ Nº, de 2 de Dezembro de 1874. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Q3.9 / Cx. 755.

[644] "Eleições municipais do Concelho da Boa Vista" – Ofício Nº 245, de 8 de Novembro de 1882. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Q3.9 / Cx. 755.

[645] Edital de 30 de Outubro de 1888. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Q3.9 / Cx. 755.

[646] "Decreto de 24 de Dezembro de 1892" (Preambulo). "Diário do Governo", nº 297, de 30 de Dezembro, de 1892, p. 3054.

[647] "Decreto de 24 de Dezembro de 1892". Diário do Governo. Título I, Capítulo I, artº 2º. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Nº 297 (30 de Dezembro, 1892), p. 3055.

[648] "Decreto de 24 de Dezembro de 1892". Diário do Governo. Título I, Capítulo I, artº 36º. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Nº 297 (30 de Dezembro, 1892), p. 3057.

[649] "Decreto de 24 de Dezembro de 1892". Diário do Governo. Título I, Capítulo I, artº 38º. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Nº 297 (30 de Dezembro, 1892), p. 3057.

intermediário entre as câmaras e Governador-Geral (nº 3, artº 37) e representar o governo no concelho em todos os assuntos das suas atribuições (nº 6, artº 37).[650] O administrador do concelho pode ser suspenso pelo governador-geral, transferido ou demitido, por infracção, desobediência, negligencia ou procedimento irregular.[651] Das câmaras municipais, estipula ainda que o Governador tem o direito suspensivo nas suas resoluções respeitantes ao aumento de encargos ou criação de impostos (nº 1, artº 18º) e às posturas municipais que afectem desnecessariamente os costumes ou possam derivar alterações da ordem pública (nº 2, artº 18º), num prazo de 40 dias, findo os quais, se não tiver usado o direito suspensivo, julga-se definitiva a resolução (§ 1, nº 2, artº 18º).[652]

De acordo ainda com o referido Decreto, o Concelho da Boavista continuava dividido em duas freguesias, correspondendo a duas paróquias: a de Santa Isabel, antes de S. Roque e com sede no Rabil, agora com sede na Vila de Sal-Rei, e a de S. João Baptista, com sede em Fundo de Figueiras. Em cada freguesia ou paróquia havia um regedor (artº 151º), nomeado pelo governador-geral, sob proposta do administrador (artº 152º).

Vê-se, portanto, que Decreto de 24 de Dezembro de 1892, referente à "Organização Administrativa da Província de Cabo Verde", trouxe três elementos novos à administração da província: a) o princípio da descentralização administrativa, responsabilizando os governadores pelos actos cometidos na sua administração; b) o reforço da intervenção dos elementos de eleição popular, legítimo auxiliar dos detentores dos cargos públicos, através das câmaras municipais; c) o reordenamento concelhio, dividindo os concelhos em seis de 1ª e três de 2ª classes. Vejamos um quadro representativo dessa nova reestruturação concelhia:

QUADRO Nº 16
Reordenamento concelhio (1892)

Concelhos		
Classes	**Concelhos**	**Freguesias**
1ª	Santo Antão (Sede na Ribeira Grande)	Nossa Senhora do Rosário; Santo Crucifixo; S. Pedro Apóstolo; Santo António das Pombas; S. João Baptista.
	São Vicente (Sede em Mindelo)	Nossa Senhora da Luz.
	S. Nicolau (Sede na Ribeira Brava)	Nossa Senhora do Rosário; Nossa Senhora da Lapa.
	Praia (Sede na Praia, integrando parte da ilha de	Nossa Senhora da Luz (ilha do Maio);

[650] "Decreto de 24 de Dezembro de 1892". Diário do Governo. Título I, Capítulo I, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Nº 297 (30 de Dezembro, 1892), p. 3057.
[651] "Decreto de 24 de Dezembro de 1892". Diário do Governo. Título I, Capítulo II, artº 39º, nºs 1, 2, 3 e 4. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Nº 297 (30 de Dezembro, 1892), p. 3057.
[652] "Decreto de 24 de Dezembro de 1892". Diário do Governo. Título I, Capítulo I, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Nº 297 (30 de Dezembro, 1892), p. 3056.

	Santiago e a ilha do Maio)	Nossa Senhora da Graça; Nossa Senhora da Luz (ilha de S. Tiago); S. Nicolau Tolentino; S. Tiago Maior; S. Lourenço dos Órgãos; S. Salvador do Mundo; S. João Baptista; Santíssimo Nome de Jesus.
	Santa Catarina (Sede na Assomada, integrando parte da ilha de Santiago)	Santa Catarina; S. Miguel; Santo Amaro Abade.
	Fogo (Sede em S. Filipe)	Nossa Senhora da Conceição; S. Lourenço; Nossa Senhora da Ajuda; Santa Catarina.
2ª	Sal (Sede em Santa Maria)	Nossa Senhora das Dores.
	Boa Vista (Sede em Sal-Rei)	Santa Isabel; S. João Baptista.
	Brava (Sede Nova Sintra)	S. João Baptista; Nossa Senhora do Monte.

Fonte: Organizado a partir do "Decreto de 24 de Dezembro de 1892". Diário do Governo. Título I, Capítulo I, artº 3º. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Nº 297 (30 de Dezembro, 1892), p. 3055.

Observe-se que esta reforma administrativa, assumindo, de certa forma, as bases gerais da reforma de 1842, reordena, entretanto, a divisão administrativa da província e dos concelhos e redefine as competências dos órgãos colegiais e individuais locais. Quanto às Câmaras Municipais e às Freguesias, as eleições continuavam a realizar-se, pelo menos entre 1894 e 1900. No primeiro caso, temos, por exemplo, actas e mais documentos, incluindo o caderno de recenseamento de 1894, respeitantes à eleição da Câmara Municipal do Concelho da Boavista, para o exercício de 1895-1897.[653] E no que se refere ao segundo caso, o caderno de recenseamento eleitoral de 1900, respeitante às freguesias de Santa Isabel, com 152 eleitores inscritos e elegíveis, e de S. João Baptista, com 85 eleitores inscritos e elegíveis, confirma a nossa afirmação.[654]

4.1.3. Dos finais do século XIX à primeira metade do século XX

A 5 de Outubro de 1910 triunfa a revolução republicana e inaugura-se, assim, a I República portuguesa. Os ideais republicanos, sob o lema reformista em relação ao ideal monárquico, foram calorosamente aclamados em Cabo Verde.[655] No quadro da ideologia da revolução de Outubro, a Lei nº 277, "Lei Orgânica de Administração Civil das províncias ultramarina", de 15 de Agosto de 1914,[656] consagra os territórios ultramarinos como organismos administrativos

[653] Ofício Nº 185, de 15 de Novembro de 1894. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Q3.9 / Cx. 755.
[654] Ofício nº 7, de 20 de Julho de 1900. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Q3.9 / Cx. 755.
[655] LOPES FILHO, … – Ilha de S. Nicolau …, p. 97.
[656] Publicada no Suplemento Nº 14 ao Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 35 (4 de Setembro de 1914), p. 1-10.

autónomos mas sob a superintendência e fiscalização dos poderes da Metrópole (artº 1º), nomeadamente do Conselho Colonial (§ 1º, artº 2º e Base 3ª). Nas Bases anexas à referida lei, os territórios ultramarinos mantêm a categoria de governador (Base 6ª), como representante do Governo da Metrópole e, assim, autoridade máxima da colónia (Base 10ª), que conta com a colaboração do Conselho de Governo, criado para defender os interesses das populações (Base 22ª e 23ª).

Absorvendo o regime de descentralização, no quadro da referida lei dividem-se os territórios ultramarinos em áreas administrativas, ou seja, concelhos, para a povoação sede de governo de colónia ou outra aglomeração da população branca ou assimilada, ou ainda a aglomeração que tenha atingido um certo desenvolvimento comercial e industrial, ou então a população de indígenas que tenha atingido um grau apreciável de instrução e de progresso; circunscrições civis para as áreas administrativas habitadas por povos indígenas completamente dominados e pacificados mas não civilizados; nas áreas habitadas por povos indígenas não inteiramente pacificados instituem-se capitanias-mores ou comandos militares (Nºs 2º, 3º e 4º da Base 31ª). A Base 37º estipula que à testa de cada concelho encontrará um administrador ou chefe, como autoridade máxima e, nesta qualidade, delegado do governador e a ele subordinado. A lei em análise, na sua Base 37º fixa ao administrador a competência de "prover às necessidades do serviço administrativo em todos os assuntos que não estejam especialmente cometidos a outras autoridades ou funcionários, e exercer as funções atribuídas aos administradores de concelho, nos artigos 276º a 279º do Código Administrativo de 4 de Maio de 1892, na medida especialmente definida para cada colónia nos decretos especiais". Paralelamente à divisão administrativa dos territórios ultramarinos, "procurar-se hão desenvolver em todas as colónias as instituições municipais e locais, a fim de educar os habitantes para a efectiva e útil colaboração nos corpos representativos superiores da colónia, a vigorar a vida local, e assegurar uma cuidada e progressiva administração dos interesses privativos dos diversos núcleos de população civilizada" (Base 41ª).

Já a Base 42ª determina que essas instituições municipais e locais serão representadas por câmaras ou comissões municipais e juntas locais, que poderão ser nomeadas, eleitas ou de procedimento misto, de acordo com o governador, com voto deliberativo do Conselho de Governo. No que respeita às câmaras municipais, as com sede nas capitais de colónia e cabeças de concelho poderão ser eleitas, desde que o número de habitantes elegíveis para tais cargos não sejam inferiores a quinze vezes o dos vereadores a eleger, em número de três, ou de cinco, ou, excepcionalmente, mais que cinco. "Nas povoações, aldeias ou lugares que não forem sede de câmara, comissão municipal ou edilidade, mas onde existam, pelo menos, vinte indivíduos elegíveis para corpos administrativos, poderá haver juntas locais, eleitas, de três membros. Se na localidade houver professor de instrução primária, e o número dos elegíveis for inferior a trinta mas não a vinte, pode constituir-se a junta com o professor e dois membros eleitos (Base 42ª). As competências das câmaras e comissões municipais confundem-se com as do administrador, pois, reza a Base

45ª que "aos administradores das edilidades incumbem os serviços de carácter urbano usualmente a cargo das câmaras e a execução de melhoramentos de interesse local que caibam nos seus recursos, não lhes sendo permitido estabelecer impostos ou taxas, resolver sôbre contractos e empréstimos, adquirir ou alienar bens, criar empregos nem outras deliberações da mesma importância, que são reservadas ao govêrno local, nos termos legais". Às juntas locais competem, entre outras atribuições, abrir, conservar e arborizar os caminhos estradas vicinais; cuidar da limpeza e regularização, iluminação e arborização das ruas; abrir fontes e poços; construir tanques e chafarizes; construir, ampliar, reparar e limpar o cemitério; regular por meio de posturas as condições sociais e económicas e a polícia das ruas; angariar e aceitar donativos ou contribuições em dinheiro, serviços, instrumento de trabalho ou materiais para obras de utilidade local; votar o orçamento necessário à execução das obras ou serviço de utilidade pública.

Dando cumprimento ao estipulado no artº 2º, da Lei 277, de 15 de Agosto de 1914, é aprovada pelo Decreto nº 3:108 – B "Carta Orgânica da Província e Cabo Verde", de 25 de Abril de 1917. Neste novo diploma a autonomia administrativa é alargada à autonomia financeira, sob a superintendência e fiscalização da Metrópole,[657] pelo que se considera a Província de Cabo Verde "pessoa moral", com poderes para adquirir, contratar e estar em juízo, em seu nome e sob a sua responsabilidade.[658] A referida Carta classifica ainda os concelhos de Cabo Verde em regulares e irregulares, como ilustra o quadro a seguir:

QUADRO Nº 17
Classificação dos concelhos de Cabo Verde (1917)

Concelhos			
Tipo	**Região/Ilha**	**Sede**	**Freguesias**
Regular	Praia/S. Tiago	Praia	Nossa Senhora da Graça; Santíssimo Nome de Jesus; Nossa Senhora da Luz; S. Nicolau Tolentino; S. Lourenço dos Órgãos; S. Tiago Maior; S. Salvador do Mundo.
	Fogo	S. Filipe	Nossa Senhora da Conceição; S. Lourenço; Santa Catarina.
	Brava	S. João Baptista	S. João Baptista; Nossa Senhora do Monte.
	Ribeira Grande/	Ponta do Sol	Nossa Senhora do

[657] "Decreto nº 3:108 – B". Suplemento ao Diário do Governo. 1ª Série. Cap. I, artº 2º. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Nº 65 (25 de Abril de 1917), p. 318 – B.
[658] "Decreto nº 3:108 – B". Suplemento ao Diário do Governo. 1ª Série. Cap. I, artº 5º. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Nº 65 (25 de Abril de 1917), p. 318 – B.

	Santo Antão		Livramento; Nossa Senhora do Rosário; Santo Crucifixo; S. Pedro Apóstolo.
	S. Vicente	Mindelo	Nossa Senhora da Luz.
	S. Nicolau	Ribeira Brava	Nossa Senhora do Rosário; Nossa Senhora da Lapa.
	Boa Vista	Sal-Rei	Santa Isabel; S. João Baptista.
Irregular	Tarrafal/S.Tiago	Tarrafal	Santo Amaro Abade; S. Miguel.
	Santa Catarina/ S. Tiago	Assomada	Santa Catarina; S. João Baptista.
	Maio	Nssa Sra. da Luz	Nossa Sra. da Luz.
	Sal	Santa Maria	Nossa Senhora das Dores.
	Paul/Santo Antão	Pombas	Santo António das Pombas; S. João Baptista.
	Mosteiros/Fogo	Igreja	Nossa Senhora da Ajuda.

Fonte: Organizado a partir do "Decreto nº 3:108 – B". Suplemento ao Diário do Governo. 1ª Série. Cap. X, artº 150º. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Nº 65 (25 de Abril de 1917), p. 318 – B.

Uma análise do quadro, de acordo com essa Carta Orgânica, constata-se que se estabelece uma nova divisão administrativa da Província (artº 150º), em relação à anterior, e que a ilha da Boavista aparece classificada como concelho regular, com as duas freguesias, indicadas no quadro em apreço. Por ser um conselho regular ou município perfeito, a ilha passa a contar com um "administrador do concelho (artº 153º) e uma câmara municipal, "[…] composta de cinco vogais eleitos directamente pelos eleitores da respectiva área concelhia e servem por três anos a contar do dia 2 de Janeiro imediato à eleição ordinária" (artº 179). Contará também com duas juntas locais, eleitas, compostas por três vogais" (artº 181º), uma na Freguesia de Santa Isabel e outra na de S. João Baptista.

Com a entrada de António Oliveira Salazar, a partir de 1928, na cena política portuguesa como Ministro das Finanças, deu início, pelos anos de 1930, ao chamado "Estado Novo", cuja ideologia era tornar Portugal um Estado forte e indivisível, corporativista e autoritário, sob o slogan "nada contra a Nação, tudo pela Nação". Para Salazar, a Constituição devia basear-se num nacionalismo sólido, prudente e conciliador.[659] Esses ideais ultra-nacionalitas salazaristas reflectem-se nas colónias, aliás, ali implementados através do chamado "Acto Colonial", elaborado em 1930, "essencialmente para demonstrar a grandeza e o poderio de Portugal e não para desenvolver os territórios de além-mar",[660] pois

[659] MARQUES, A. H. de Oliveira – "História de Portugal". Vol. II. 2ª ed.. Lisboa: Palas Editores, 1981, p. 417.
[660] LOPES FILHO, … – Ilha de S. Nicolau …, p. 111.

visava a consolidação, o prestígio e o engrandecimento de Portugal.[661] Neste prisma, os territórios ultramarinos passaram a ser denominados "colónias", constituindo o chamado "Império Colonial Português", cabendo a Mão-Pátria desempenhar o papel histórico de colonizador dos territórios ultramarinos e de civilizador das respectivas populações indígenas.[662] Decorrente do Acto Colonial, a "Carta Orgânica do Império Colonial Português", referendada no Decreto nº 23.228, de 15 de Novembro de 1933, divide o império colonial em oito colónias: Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Estado da Índia, Macau e Timor.[663] No seu artº. 18º, a referida carta estipula que "cada colónia é superiormente administrada, sob a superintendência do Ministro das Colónias, por um governador", nomeado em Conselho de Ministro, sob proposta do referido ministro (artº 19º).[664] Como órgão consultivo, no seu artº 50º a carta institui em cada colónia um Conselho de Governo, presidido pelo governador ou pelo seu substituto e que "será ouvido pelo governador para o exercício da competência legislativa que o Acto Colonial e a presente Carta Orgânica lhe atribuem".[665]

Quando ao poder local, no seu artº 136º, a Carta Orgânica estipula que "as instituições municipais e locais são representadas nas colónias por câmaras municipais, comissões municipais e juntas locais, conforme a importância, desenvolvimento população europeia da respectiva circunscrição".[666] No artº seguinte, determina que "os concelhos, com o seu corpo administrativo, são pessoas jurídicas, com a autonomia administrativa que a lei lhes atribui", mas sujeitos a fiscalização do Poder Central.[667] As câmaras municipais, as comissões municipais e as juntas locais só poderão ser criadas ou extintas pelos governadores-gerais ou de colónia (artº 139º). Ressalva-se, porém, que "é preciso voto afirmativo do Conselho de Govêrno e aprovação expressa do Ministro das Colónias sempre que se trata da criação ou extinção de câmaras municipais".[668] O artº 142º demarca claramente os poderes entre às instâncias administrativas nas colónias, ao prescrever que "ninguém pode exercer simultâneamente funções em mais de um corpo administrativo".[669]

---

[661] "Decreto nº 18570". Diário do Governo. 1ª Série. Cap. I, artº 2º. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Nº 156 (8 de Julho, 1930), p. 1307.
[662] "Decreto nº 18570". Diário do Governo. 1ª Série. Cap. I, artº 2º. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Nº 156 (8 de Julho, 1930), p. 1309.
[663] Suplemento Nº 18, do Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Brava: Imprensa Nacional. Nº 50 (15 de Dezembro de 1933), p. 1-2.
[664] Suplemento Nº 18, do Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Brava: Imprensa Nacional. Nº 50 (15 de Dezembro de 1933), p. 5.
[665] Suplemento Nº 18, do Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Brava: Imprensa Nacional. Nº 50 (15 de Dezembro de 1933), p. 9.
[666] Suplemento Nº 18, do Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Brava: Imprensa Nacional. Nº 50 (15 de Dezembro de 1933), p. 16.
[667] Suplemento Nº 18, do Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Brava: Imprensa Nacional. Nº 50 (15 de Dezembro de 1933), p. 16.
[668] Suplemento Nº 18, do Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Brava: Imprensa Nacional. Nº 50 (15 de Dezembro de 1933), p. 16.
[669] Suplemento Nº 18, do Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Brava: Imprensa Nacional. Nº 50 (15 de Dezembro de 1933), p. 17.

Na sequência da Carta Orgânica do Império Colonial Português, a "Reforma Administrativa Ultramarina", que aliás lhe acompanha, referendada no Decreto nº 23.229, também de 15 de Novembro de 1933, vem funcionar, na verdade, como um verdadeiro Código para o Ultramar, que instituía, ao fim e ao cabo, o início dos municípios corporativos.[670] Neste sentido, as colónias são divididas em circunscrições, concelhos e postos administrativos. As povoações cabeças de concelho deviam deter "forte aglomeração de população civilizada, actividade mercantil ou industrial intensa e numerosos edifícios com boas condições de aspecto, duração e higiene", pelo que eram elevadas à categoria de vilas ou de cidades.[671] O prestígio do administrador, que continua a ser nomeado pelo governador, sai, assim, reforçado: era ainda a autoridade máxima do concelho,[672] à frente, assim, de uma "autarquia local", com o seu respectivo corpo administrativo[673]

Com a proposta do Governador de Cabo Verde, Amadeu Gomes de Figueiredo, ao Ministro das Colónias, através do Diploma Legislativo nº 456, de 29 de Junho de 1934,[674] a administração da colónia obteve uma nova classificação e organização territorial, como se segue:

QUADRO Nº 18
Reorganização territorial (1934)

Concelhos			
Classes	**Local**	**Sede**	**Freguesias**
1ª	Praia	Praia	Nossa Senhora da Graça, com sede na Praia; S. Nicolau Tolentino / S. Domingos; S. Lourenço dos Órgãos / João Têves; S. Salvador do Mundo / Picos; Nossa Senhora da Luz / Cabeça de Horta; S. Tiago Maior / Pedra Badejo; Santíssimo Nome de Jesus / Cidade Velha.
	S. Vicente	Mindelo	Nossa Senhora da Luz / Mindelo.
2ª	Fogo	S. Filipe	Nossa Senhora da Conceição / S. Filipe; S. Lourenço / Santa Marta; Santa Catarina / Cova Figueira; Nossa Senhora de Ajuda / Mosteiros.
	Brava	Nova	S. João Baptista /Nova Sintra; Nossa

[670] Diário do Governo. 1ª Série. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Nº 261 (15 de Novembro 1933), p. 1915.
[671] Diário do Governo. 1ª Série. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Nº 261 (15 de Novembro, 1933), p. 1919.
[672] Diário do Governo. 1ª Série. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Nº 261 (15 de Novembro 1933), p. 1928.
[673] Diário do Governo. 1ª Série. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Nº 261 (15 de Novembro 1933), p. 1962.
[674] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 26 (30 de Junho de 1934), p. 283-284.

		Sintra	Senhora do Monte / Nossa Senhora do Monte.
	S. Nicolau	Ribeira Brava	Nossa Senhora do Rosário /Ribeira Brava; Nossa Senhora da Lapa / Queimados.
	Ribeira Grande	Ponta do Sol	Nossa Senhora do Livramento / Ponta do Sol; Nossa Senhora do Rosário / Ribeira Grande; Santo Crucifixo / Coculi; S. Pedro Apóstolo Chã de Igreja.
3ª	Santa Catarina	Assomada	Santa Catarina / Assomada; S. João Baptista / Gouveia.
	Tarrafal	Tarrafal	Santo Amaro Abade / Tarrafal; S. Miguel / Calheta.
	Paúl	Pombas	Santo António das Pombas / Pombas; S. João Baptista / Porto Novo; Santo André / Ribeira da Cruz.
	Sal	Santa Maria	Nossa Senhora das Dores / Santa Maria
	Boa Vista	Sal Rei	. Santa Isabel / Sal Rei; S. João Baptista / Fundo Figueiras.
	Maio	Porto Inglês	Nossa Sra. da Luz / Porto Inglês.

Fonte: construído de acordo com o "Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde". Nº 26, de 30 de Junho de 1934, p. 284.

Os sistemas administrativos analisados até aqui funcionaram até logo após a II Grande Guerra, quando os países colonialistas começaram a ser amplamente questionados sobre a ilegitimidade da manutenção das respectivas colónias. No caso de Portugal, Salazar preferiu ignorar esses novos ventos da cena internacional. Pelo contrário deu um novo rosto ao "Acto Colonial", trocando a expressão por "Do Ultramar Português". Outras expressões e termos, como por exemplo, "império colonial" e "colónia" cedem lugar a "província ultramarina" e "ultramar".[675] Foi, portanto, mais uma política de fachada e não uma verdadeira intenção de realizar reformas profundas na administração dos territórios coloniais.

Por exemplo, o Decreto nº 45.371, de 22 de Novembro de 1963, em pleno governo salazarista, pretende rever o Estatuto Político-Administrativo da Província de Cabo Verde, de acordo com a Lei nº 2119, de 24 de Junho de 1963 (Lei Orgánica do Ultramar).[676] Constata-se entretanto que, conforme o artº 46º-I

[675] Cf. SILVA, A. E. Duarte – "Salazar e a política colonial do Estado Novo: o Acto Colonial (1930-1951)". In ROSA, Fernando; BRITO, J. Brandão de (Org. de) – *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1989, p. 101-152; ROSAS, Fernando (Coord. de) – "O Estado Novo nos Anos 30". In MATTOSO, José (Dir. de) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. Vol. 7, p. 243-299.

[676] "Estatuto Político-Administrativo da Província de Cabo Verde". Agência Geral do Ultramar. Lisboa, 1963.

e o artº 48º do referido Estatuto, a estruturação da província, seus concelhos e freguesias mantiveram-se, retomando, porém, a antiga classificação de concelhos de 1ª e concelhos de 2ª classes, ainda de acordo com a reforma administrativa de 1842. Por sua vez, no Decreto nº 541/72, de 22 de Dezembro, a revisão do Governo de Marcelo Caetano mantém basicamente as estruturas do governo de Salazar, mudando entretanto, no ponto 2) do artº 55º, a designação "Junta local" por "Junta de freguesia", geridos por regedores. Nessa altura, o regedor da Junta da Freguesia de Santa Isabel residia no Rabil e o da Freguesia de S. João Baptista em Fundo das Figueiras, ou seja, nas sedes, respectivamente, das duas freguesias. Nas outras povoações havia um agente administrativo denominado "Cabo-Chefe".

Podíamos continuar a analisar os principais diplomas, como por exemplo a "Lei Orgânica do Ultramar", de 1953, e o "Estatuto Político-Administrativo da Província de Cabo Verde", de 1963, que ditaram os vários modelos de administração do Arquipélago de Cabo Verde e suas implicações na administração da ilha da Boavista. A análise desses diplomas não cabe, porém, nos horizontes temporais que traçámos para o presente estudo.

4.2. Organização paroquial

Preferimos falar de organização paroquial e não de administração eclesiástica na ilha da Boavista, pois, a escassa documentação encontrada sobre a matéria nos dão a entender que a maioria das questões religiosas respeitantes à referida ilha era dirigida de Santiago, contando a Boavista com visitas esporádicas dos Bispos.[677] Mas, como veremos mais à frente, desde a fundação da primeira povoação da ilha, em 1650, uma atenção especial terá sido dada à organização paroquial, na medida em que a criação de paróquias era inseparável, nos primórdios do povoamento efectivo das ilhas, da fundação de uma povoação. Não conseguimos encontrar, no rol dos documentos compulsados, nem o local exacto nem a data da criação da primeira paróquia da ilha da Boavista. É natural, do nosso ponto de vista, que ela tenha sido entretanto instituída por volta de 1650, quando da fundação da primeira povoação da ilha, a Povoação da Estância, atrás referida.

Entendemos, com efeito, que as bases para a organização paroquial na ilha da Boavista terão sido lançadas a partir dos finais do século XVI. Senão, vejamos: há uma notícia popular, por toda a ilha, de que a primeira missa ali terá sido rezada numa furna contígua à Praia do Curralinho, aquando da primeira ocupação da ilha da Boavista, furna essa que ficou a ser conhecida até hoje por "Furna de Padre". Observemos a figura da referida furna:

[677] Sobre a presença de bispos na Boavista, cf., por exemplo, LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE II. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 50.

FIG. Nº 23
Furna de Padre



FONTE: Foto do autor, Maio de 2005, no sentido Sul-Norte

Trata-se de uma furna natural, ampla e abrigada. Testemunhamos pessoalmente este facto das nossas brincadeiras de adolescência no interior da referida furna, na década de 60 de 1900, das quais ainda temos a sensação de abrigo e de segurança que a furna oferecia, tanto em relação ao sol como ao vento e ainda à poeira.

Por seu turno, Josef E. Kasper informa que "é muito provável que a Igreja de Nossa senhora da Conceição, na Povoação Velha, que data de 1828, tivesse uma ascendente datando do século XVII, talvez do início (aproximadamente a partir de 1680) fosse apenas uma capela";[678] esta asserção poderá ser corroborada pelo facto de, como vimos no capítulo sobre o povoamento, a ilha ter em 1650 cerca de 150 indivíduos e, como noticia Senna Barcellos, "em 3 de Junho de 1677 dizia o bispo ter mandado parochos para o Maio, Boa vista e S. Nicolau, que nunca os tiveram, em companhia do visitador, e com o provimento necessário para aquellas egrejas". Cada pároco ficava na sua ilha apenas um ano e recebia uma congrua de 40$000 réis do feitor.[679] Diz ainda Barcellos que, antes de 1677, o bispo enviava anualmente um visitador para confessar e sacramentar os cristãos dessas ilhas mas decidiu nesse ano dar-lhes párocos, embora as dificuldades que se deparava no que se refere ao fornecimento de embarcações, por parte do Provedor da Fazenda e do Almoxarife, para os

[678] KASPER; Josef E. – "Ilha da Boa Vista Cabo Verde". Trad. Luís Filipe da Silva madeiro. Praia: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 1987, p. 44-45.
[679] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE II, Cap. II. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1900, p. 66.

transportar às referidas ilhas.[680] E mais à frente regista ainda Senna Barcellos que ao padre que ia confessar à ilha da Boavista recebia 10$000 réis.[681] Mas a determinação do bispo em prover essas ilhas de padres era tanta que delas, e ainda da ilha de Santo Antão, "[…] mandou o prelado vir oito moços, dois de cada uma, ensinando-lhes grammatica e educando-os, para coadjutores d'aquellas egrejas, porque, dizia o prelado, *não é justo que um clérigo forasteiro vá ser parocho de uma ilha e estar n'ella um anno sem ter com quem se confessar*".[682]

Das informações de Senna Barcellos, depreendemos que, por um lado, antes de 1677 os cristão da ilha da Boavista eram confessados e sacramentados por um visitador, isto é, por um pároco que deslocava à ilha uma vez por ano, e, por outro, que a partir desse ano a ilha passou a contar com um padre, por um período de um ano, e que na ilha já existia igreja, mais precisamente, uma capela. Notemos também que na Povoação Velha existem vestígios de ruínas de uma capela denominadas pelos populares "Igrejona".

Por seu turno, em carta de 15 de Junho de 1684, dirigida a S. Magestade, o Bispo D. Frei António de S. Dionísio informa que "[...] proui a Ilha do Mayo de nouo de tudo o necessaario, para se poder dizer Missa, por que a robou hum Cossario Inglez, e não deixou couza da Igreja, assy nessa Ilha como na da Boa Vista que tambẽ prouy de tudo, e tambẽ de nouo prouy a Brava, e outro calix que tenho mandado para a Ilha de Sam Niculao que fazem quatro, e que despeza considerauel [...]".[683]

Cruzando esses testemunhos, ficamos com a ideia do grau da importância que os primeiros colonos já davam aos ofícios religiosos paralelamente à ocupação do espaço da ilha da Boavista. Aliás, a própria Coroa não descuidava do cuidado das almas, pois "por carta régia, a pedido do bispo, mandou-se que o dizimo das ilhas de barlavento fosse dado aos parochos; constando, porém, a El-rei que o dizimo da manteiga da Boa Vista ere remettido para a alfandega de s. Thiago, ordenou-se ao governador que inquerisse sobre esta affirmação, tendo-se concluido que era verdade, e que esse uso durara desde 1668, passando em 1702 para os parochos das ilhas".[684]

O texto revela que dos próprios rendimentos das ilhas, como é o caso da manteiga da Boavista, se retirava impostos para o sustento dos padres colocados nas outras ilhas, para ale das de Santiago e do Fogo, que eram então as ilhas mais privilegiadas em termos político-administrativas, económicos e religiosos. No caso concreto da Boavista, há outra notícia que diz que "em carta de 27 de outubro [1704], assinada pela rainha de Inglaterra, D. Catherina,

---

[680] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 67.

[681] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE II, Cap. III. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1900, p. 122.

[682] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE II, Cap. II. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1900, p. 67.

[683] BRÁSIO, Padre António (Coligido e anotado pelo) – " Monumenta Missionária Africana: África Ocidental (1651-1684)". Segunda Série, Vol. VI. Lisboa: Academia Portuguesa da História, MCMXCI, p. 515.

[684] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE I, Cap. III. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1899, p. 171.

infanta de Portugal, foi ordenado que tendo se mandado pôr em pregão os dízimos da Boa Vista, incluindo os da manteiga para a congrua e ordinários do parocho, e fabrica da egreja, se não entregasse ao parocho os dízimos quando houvesse alguém que offerecesse um lance maior, dando o contractor a parte pertencente ao parocho, ficando o resto para a Fazenda".[685] Este novo texto refere-se, da nossa leitura, ao pároco e à igreja ou capela da ilha da Boavista, conforme a expressão "[…] incluindo os da manteiga para a congrua e ordinários do parocho, e fabrica da egreja […]", do referido texto.

Apesar disso, parece que até 1731 ainda não havia a definição de freguesia na ilha da Boavista, pois, nesse ano, o bispo de Cabo Verde, D. Frei José de Santa Maria de Jesus, dava conta das freguesias da ilha de Santiago, em número de 11, com um total de 18.234 habitantes; das freguesias da ilha do Fogo, em número de 3, com um total de 3.766 habitantes; e das ilhas não divididas em freguesias: Brava, com 587 habitantes; São Nicolau, com 2.658 habitantes; Santo Antão, com 4.302 habitantes; Boavista, com 443 habitantes; e Maio com 407 habitantes.[686]

Entendemos, porém, de acordo com as informações fornecidas pelos textos atrás transcritos, que desde os começos do século XVIII o gérmen da primeira freguesia da Boavista já estava lançado na antiga Estância, hoje Povoação Velha, pois a existência de uma freguesia pressupunha a de uma paróquia, que por sinal já existia. Neste sentido, como vimos no capítulo sobre o povoamento, se a primeira povoação foi fundada em 1650, é normal que, a partir daí se acelerasse a criação de uma paróquia na ilha. É neste quadro, aliás, que entendemos as providências do bispo atrás referido em prover a Boavista de pároco. Mas, interrogamo-nos: em que data terá sido criada essa paróquia ou freguesia?

Antes de tentarmos responder esta questão, analisemos algumas informações referentes à uma possível paróquia na antiga Estância. Neste sentido, José Maria de Sousa Monteiro é explícito, em 1850, quando, referindo-se à Povoação Velha, afirma que "[…] é neste logar que se achava a Igreja Parochial, que em 1810 o Bispo D. Fr. Silvestre transferiu para o Rabil, onde ainda hoje se conserva, sendo-lhe para isso necessario vencer uma grande opposição".[687] Por seu turno, Senna Barcellos também informa que, em 1810, é transferida a referida paróquia da Estância para a então "villa do Rabil", que contava com uma igreja matriz e cerca de 1.500 habitantes, contra os 400 da Povoação de Estância,[688] que passou a denominar-se Povoação Velha.

---

[685] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 173.

[686] I.A.H.U., Cabo Verde. Cxa. 14, doc. nº 33, de 10 de Maio de 1731. Extraído da "Lista do Bispado de Cabo Verde, assim da Ilha de S. Thiago como das outras ilhas e terra firme de Guiné, de que é Bispo D. Frei Joseph de S.ta Maria de Jesus".

[687] MONTEIRO, José Maria de Sousa – "Diccionario Geographico das províncias e possessões portuguezas no Ultramar". Lisboa: Typografia Lisboense, 1850, p. 434. Francisco Travasso Valdez regista 400 habitantes (VALDEZ, Francisco Travasso – "Africa Occidental: Notícias e Considerações". TOMO I. Lisboa: Imprensa nacional, 1864, p. 168).

[688] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "História de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed.Vol. II, Parte III (Apresentação, Notas e Comentários de Daniel Pereira). Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 165.

Essas informações fazem pressupor que na antiga povoação da Estância já existia uma paróquia ou freguesia, em anos anteriores a 1810, que seria a primeira da Boavista. Mas uma outra informação parece contrariar essa primazia. Com efeito, entre 1755 e 1765 o Bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente, em carta de 1765, dirigida ao rei, diz ter erigido uma freguesia na ilha da Boavista,[689] a de S. João Baptista, com sede em Fundo das Figueiras, o que pressupunha a existência de uma capela nessa povoação. Atá aí a contradição, quanto a nós, não é flagrante. Porém, a propósito da transferência da paróquia da Estância para o Rabil em 1810, escreve José Joaquim Lopes de Lima, em 1844, que "esta Freguesia do Rabil foi instituida em 1810 pelo Bispo D. Fr. Silvestre de Maria Santíssima […]". [690]

Cruzando essas informações, podemos afirmar, todavia, que na antiga povoação da Estância já existia uma freguesia, conhecida mais por "Paróquia", antes da criação da Freguesia de S. João Baptista em 1765. Justificamos a nossa posição com o facto de, se o Bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente criou, de facto, a segunda freguesia da Boavista, a de invocação de S. João Baptista, em 1765, então a Freguesia de S. Roque, a primeira, no sentido eclesiástico do termo, não poderá ter sido criado em 1810, no Rabil, mas sim na antiga povoação da Estância, antes de 1765. Quanto à informação de Lopes de Lima, recém-nomeado Secretário da Prefeitura de Cabo Verde, na altura sedeada na ilha da Boavista, estamos em crer que ele se refere à freguesia como divisão administrativa e não eclesiástica.

Como suporte da divisão paroquial ou de freguesias, está a existência de capelas e / ou igrejas. Notemos, por isso, como veremos no capítulo sobre o património construído, que se regista, para além da capela do século XVII, a construção, entre os séculos. XVIII e XIX, de várias outras capelas e igrejas na ilha da Boavista, sobretudo no século XIX, o que mostra o fervor religiosos da sua gente. Com efeito, no início deste século, partindo das informações de Chelmicki, na Boavista já existiam as capelas particulares de Nossa Senhora das Dores, Santo António, Nossa Senhora da Piedade e Santa Isabel.[691] Note-se que a capela de Fundo das Figueiras foi construída por volta de 1755; a igreja matriz[692] do Rabil mandou-se construir em 1806; na Povoação-Velha foi erigida uma nova capela em 1822; a igreja matriz de Sal-Rei mandou-se erigir entre

[689] I.A.H.N. Cabo Verde. Papéis avulsos. Cxa. 29, doc. 24, 1765.

[690] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE II. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 50; Ver tb. Diccionário de Geographia Universal ". TOMO III. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 790.

[691] CHELMICKY, José Conrado Carlos de; VERNHAGAN, Francisco Adolfo de – "Corografia Cabo-verdiana ou descripção Geographico-historica da Provincia das ilhas de Cabo Verde e Guiné". TOMO II. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1841, p. 157. Capelas construídas pelos proprietários junto das suas respectivas propridades no interior da Ilha, onde assistiam a missa com os seus escravos e serviçais

[692] "Matriz" designa a igreja paroquial. Na Boavista temos as paróquis de Santa Isabel, com sede na Vila de Sal-Rei, que substituiu a de S. Roque (Rabil), e de S. João Baptista, com sede em Fundo de Figueiras.

1851 e 1869 e em Fundo das Figueiras mandou-se erguer entre 1850 e 1870 a igreja matriz da Freguesia de S. João Baptista.

Com o comércio internacional do sal, a Povoação do Porto dos Ingleses desenvolve-se num tempo relativamente curto e, com o nome de Vila de Sal-Rei, em 1820 começa-se a transferir novamente para ali a sede da Freguesia de S. Roque, já agora sob a invocação de Santa Isabel. Essa transferência não se realizou de imediato, por inexistência de uma igreja matriz. Quanto a este constrangimento, não só na Vila de Sal-Rei existia apenas uma capela como também, segundo Senna Bercelos, a mesma foi demolida pelo temporal de 2 e 3 de Setembro de 1850. Portanto, não existia igreja em Sal-Rei, requisito indispensável para que se instalasse uma freguesia, caso que já não se dava com o Rabil. Por isso, segundo Barcellos, durante algum tempo residiu em Sal-Rei o *coadjutor* do pároco, que ainda residia no Rabil. Anote-se que a igreja em honra a Santa Isabel só veio a ser construída entre 1851 e 1869.[693] Só então é que foi possível a transferência definitiva da freguesia do Rabil para Sal-Rei, mudando ao mesmo tempo de nome para Santa Isabel. A Vila de Sal-Rei contava, por volta de 1864, cerca de 1.000 habitantes.[694]

A Reforma Administrativa de 1842, através das Cartas de Lei de 27 e 29 de Outubro de 1840, já vinha entretanto implantando a instituição da administração paroquial em Cabo Verde, paralelamente à consolidação das autoridades civis locais. Neste sentido, o governador de então, através da circular inserida no B.O. nº 4, já citado, determinava no seu artº 1º que "haverá em cada Freguezia uma Junta de Parochia, que será composta de tres membros nas que tiverem até quinhentos fogos, e de cinco nas que tiverem esse ou maior numero". No artº 2º da referida circular estipulava que, nas freguesias que tivessem até 500 fogos, seriam membros da Junta o Pároco, que presidia, o Regedor e um juiz, este por eleição. Nas de mais de 500 fogos, além dos membros já referidos, faziam parte da Junta mais dois membros, escolhidos de entre as Irmandades ou Confrarias que existissem na freguesia. Caso não existissem Irmandades ou Confrarias na freguesia, seriam nomeados dois "fabriqueiros da Igreja".

Não obstante essas imposições legislativas, não conseguimos dados que indicassem a data precisa da implantação efectiva na Boavista da Junta de Paróquia. Temos porém a circular nº 56, inserida no Boletim Oficial nº 5, de 2 de Fevereiro de 1850, na qual o então Governador Fontes Pereira de Melo constatava que, excluindo as ilhas de S. Nicolau e Santo Antão, as restantes, logo a da Boavista também, não tinham instalado as respectivas Juntas de Paróquia, pelo que alertava para a sua urgente implantação. Logo, entenda-se que até esta data a Ilha da Boavista não tinha instalado a referida Junta.

---

[693] De acordo coma a subscrição aberta no Porto de Sal-Rei, em 1851, para s edificação da referida igreja (Boltim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde, Nº 68, de 30 de Agosto de 1851, p. 273; Boltim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde, Nº 1, de 4 de Janeiro de 1868, 6-7.

[694] VALDEZ, … – Africa Occidental …, p. 168.

4.3. Organização militar

Os recursos naturais da Boavista, como o sal, despertou, desde o início da sua ocupação nos finais do século XV, cobiça por parte de outras potências europeias. Assim, era constantemente atacada por navios corsários e piratas e, como a maioria das ilhas irmãs, ameaçada por países mais poderosos do que Portugal, como a Inglaterra, a França, a Holanda e a Espanha. Por isso, é normal que as autoridades de então a armassem militarmente. Com efeito, perante as investidas dos navios corsários e piratas, tornou-se urgente garantir um corpo militar em todas as ilhas de Cabo Verde, nomeadamente na ilha da Boavista.

Os primeiros representantes da Coroa nas ilhas, com funções de superintendência ao mesmo tempo militares e administrativas, terão sido os Capitães-Mores Comandantes. Neste sentido, as Cartas Patentes de provimento desses Capitães-Móres estipulavam, como poderemos averiguar, por exemplo, na Carta Patente de 1 de Fevereiro de 1790, que "pello que mando a todos os Officiaes e Soldados seos subordinados e mais abitantes desta Ilha de Boa Vista cumprão e guardem suas Ordens concordantes ao Real Serviço, por escripto e de palavra como devem ser obrigadas e confirmar a esta por sua Magestade e no tempo de hum anno na forma das Reaes ordens". [695] Neste quadro, era ao Capitão-Mór Comandante que competia dar juramento a qualquer agente militar ou administrativo nomeado para ilha da sua jurisdição, como se poderá constatar das cartas passadas nesse sentido.[696]

No que se refere à ilha da Boavista, os reis e mais tarde os governadores-gerais, estes no quadro do Capítulo 10º do Regimento do Governo da Província, nomeavam para a Boavista Capitães-Móres Comandantes, Capitães-Móres Agregados, Sargentos-Móres e outros agentes militares, a fim de ali assegurarem uma administração segura dos interesses da Coroa. No quadro desta nova política, a ilha da Boavista passaria provavelmente a contar com um Capitão-Mór já no início do séc. XVII, se consideramos a informação de José Maria Sousa Monteiro de que as doações vigoraram de 1497 a cerca de 1600, altura em que o Capitão-General da Colónia passou a nomear, a mando do rei, os Capitães-Móres para as ilhas povoadas.[697] Ora, por volta de 1600, isso é, entre os finais do século XVI e começos do XVII, a ilha da Boavista, como vimos no capítulo do povoamento, já era povoada e seus recursos naturais explorados economicamente, nomeadamente as pastagens, o algodão e o sal. Note-se que, como vimos atrás, o cargo de Capitão-General fora instituído pelo rei Filipe I de Portugal, em 1587, unificando, assim, a administração e a justiça da Província, submetendo os próprios capitães-donatários à sua tutela. O facto da nomeação de um Capitão-General para governar a Província dá um certo peso militar à

[695] Carta de Patente, de 1 de Fevereiro de 1790. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, A1/ Liv. 0018, fols. 21-21v.
[696] Cf., por exemplo, a Carta Patente de 17 de Dezembro de 1788, passada a Francisco da Silva Neves, pelo Governador das ilhas de Cabo Verde, António Machado de Faria e Maia. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, A1/ Liv. 0017, fol. 243.
[697] MONTEIRO, … – Diccionario Geographico …, p. 163.

referida governação, o que não tinham os capitães-donatários, cuja missão principal incidia sobre a exploração dos recursos naturais dos espaços ilhéus em termos económicos e sobre o povoamento dos mesmos espaços.

Com o reinado dos Filipes da Espanha em Portugal, de 1580 a 1640, as possessões ultramarinas deste último país praticamente caíram em decadência. Para combater esse mal, ao subir ao trono a 15 de Dezembro de 1640, D. João IV, encontrando o país e as suas possessões ultramarinas pobres e sem defesa, uma das primeiras providências que tomou em relação a Cabo Verde, conforme expressas na sua carta de 20 de Dezembro de 1640 e dirigida ao governador de Cabo Verde, foram no sentido de proteger os interesses económicos da coroa contra as investidas dos espanhóis, de criar as condições mínimas de defesa das ilhas e de franquear o comércio na Costa da Guiné.[698] No que se refere à defesa de Cabo Verde, por exemplo, em Carta Régia ao Governador de Cabo Verde sobre a fortificação da ilha de Santiago, de 6 de Novembro de 1645, manda "[...] tambem buscar para as ditas fortificações, as des ou doze peças de artilharia que estão na Ilha da Boa Uista, das naos olandezas que ahy se perderão, de que tambem auizastes".[699] Tendo em conta as relações tensas com a vizinha Espanha, essas medidas enquadravam-se, evidentemente, numa política de Regeneração de Portugal em relação àquele país, quer no campo político quer na área económica, após os 60 anos de posse da coroa portuguesa pelos Filipes. Por isso, como referimos atrás, os Capitães-Mores para Cabo Verde eram investidos pelo rei com funções de superintendência, não só administrativas mas também militares.[700]

Os esforços da protecção militar da ilha da Boavista continuava nos primórdios do século XVIII, pois em 1701-1702 "o governador, com o fim de defender S. Nicolau e Boa Vista da acção dos piratas, ordenou aos feitores d'ellas que diligenciassem com os moradores para que todos comprassem armas, e achava conveniente que alli se formassem companhias com seus officiaes, dizendo que o ouvidor geral alli iria em correição para tratar d'isso".[701] E em 1704 o então governador manda organizar uma companhia de milícias na Boavista e outra em S. Nicolau, "[…] e para ellas pediu armas, propondo a creação de um sargento-mór para cada uma".[702] Tais esforços continuavam em 1706[703] e, pelo menos até 1810, as milícias ainda lá continuavam, pois o então governador, em visita à Boavista e outras ilhas, constatou a pouca vontade dos

[698] Decreto de 19 de Dezembro de 1640, publicado por Andrade e Silva – Colecção Cronológica da Legislação Portuguesa, vol. 1640-1647, p. 11; Decreto de 10 de Outubro de 1641, publicado por Andrade e Silva – Colecção Cronológica da Legislação Portuguesa, vol. 1640-1647, p. 108.
[699] BRÁSIO, Padre António (Coligido e anotado pelo) – " Monumenta Missionária Africana: África Ocidental (1623-1650)". Segunda Série, Vol. V. Lisboa: Academia Portuguesa da História, MCMLXXIX, p. 415.
[700] Cf. BARCELLOS, Christiano de Senna Barcellos – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed. Vol. II, Parte II. Cap. I. Apresentação, Notas e Comentários de Daniel A. Pereira. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 225-249.
[701] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE II, Cap. III. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1900, p.166.
[702] BARCELLOS, … – Subsídios …,, p. 172.
[703] BARCELLOS, … – Subsídios ..., p. 177.

habitantes dessas ilhas em sustentar a tropa. O facto foi comunicado a Sua Alteza Real para o Brasil. Viria a ser exigida pela força esse tributo.[704]

Um outro motivo que obriga as autoridades a darem mais atenção à organização militar no Arquipélago de Cabo Verde parece ter sido suscitado pela presença dos americanos nas ilhas de Cabo Verde, cada vez mais crescente a partir de 1787. Isto porque "os americanos declaravam que não conheciam o domínio d'ellas e insultavam os officiaes da fazenda e os habitantes, como sucedeu na Boa Vista, em que se negaram a pagar os direitos por não lh'os terem cobrado no Maio e por serem géneros prohibidos pelos alvarás de 23 de janeiro de 1687 e 16 de setembro de 1733; com o mesmo fundamento se navegavam os navios que iam para Guiné carregados de pannos".[705] Assinale-se, por exemplo, que nessa altura a fiscalização dos portos de Santiago era precária, com poucas alfândegas e residindo afastados delas os oficiais seus encarregados. "Eram estes officiaes: o provedor da fazenda, que recebia como juiz de fora os emolumentos das visitas dos navios; o escrivão, com 72$000 réis; o thesoureiro, com 66$000 réis; o meirinho, com 12$000 réis, e o guarda-mór da alfandega, com 4$000 réis"; "na villa assistia durante um anno um dos officiaes e era permanente o meirinho". No que se refere à outras ilhas, em cada uma delas, como é o caso da Boavista, havia um capitão-mór, que não recebia soldo; do ponto de vista militar, não tinham fortalezas nem bandeiras e, por isso, o prestígio dos capitães-mores era baixo.[706]

Como vimos atrás, os agentes militares destacados na ilha da Boavista encontravam-se sob o comando do Capitão-Mór Comandante, quem lhes dava juramento e aquém deviam obediência. O Capitão-Mór Comandante mais antigo da Boavista poderá ter sido Manuel Leitão Roza, atrás referido.[707] A importância dos Capitães-Móres na Administração da ilha da Boavista é notória ainda em 1795, quando se regista a Carta Patente de Capitão-Mor Aggregado à guarnição militar da Ilha da Boa Vista a Manuel António Martins, pelo Governador José da Silva Maldonado, de 9 de Julho. Não vencerá soldo algum da Real Fazenda mas gozará de todas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas, que em razão lhe pertencerem. Estipula o governador na referida Carta Patente que

---

[704] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap. III. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 197.

[705] Cf. BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap. II. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 110; sobre as desordens praticadas pelos americanos na ilha da Boavista, no que eram também seguidos pelos ingleses, cf. tb. BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE V, Cap. I. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1911, p. 23-24.

[706] Cf. BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap. II. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 110; sobre as desordens praticadas pelos americanos na ilha da Boavista, no que eram também seguidos pelos ingleses, cf. tb. BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE V, Cap. I. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1911, p. 23-24.

[707] Cf. a Carta Patente de Novembro de 1787. IAHN, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0017, fol. 223v.

" o Capitão-Mor Comandante da dita Ilha por tal o reconheça, honre e estime, e o deixe servir o dito Posto".[708]

Em 1796, a ilha da Boavista, com duas freguesias, era governada por um capitão-mor e tinha um feitor,[709] enquanto, por Carta Patente de 27 de Junho de 1796, dado pelo Governador, é novamente provido Manuel António Martins no Posto de Sargento-Mór de Infantaria da Guarnição da ilha da Boavista, que tem sido Capitão-Mor Agregado da mesma ilha. Não vencerá soldo algum da Real Fazenda mas gozará de todas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas, que em razão lhe pertencerem.[710] Neste mesmo ano Manuel António Martins é entretanto substituído no Posto de Capitão-Mor Agregado da ilha da Boavista por João José de Barros, por Carta Patente dada pelo Governador. Dará juramento nas mãos do Capitão-Mor Comandante. Não vencerá soldo algum da Real Fazenda mas gozará de todas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas, que em razão lhe pertencerem.[711] Tudo indica que essa substituição visava uma nova "Carta Patente a Manuel António Martins de Sargento-Mor do Regimento de Milícias auxiliares dos destricto da Ilha da Boa Vista", dada pelo Governador Marcelino António Bastos, a 27 de Junho de 1797. Vencerá o soldo que Sua Majestade heaver de lhe consagrar e gozará de todas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas, que em razão do mesmo lhe pertencer.[712]

Outras figuras e postos militares tinham, aliás, sido providos na ilha da Boavista, como por exemplo, Manuel de Brito Pinheiro, promovido do Posto de Tenente de uma Companhia da Guarnição da ilha da Boavista ao Posto de Adjunto da Praça da mesma ilha, por despacho de 6 de Agosto de 1785, pelo Governador das ilhas de Cabo Verde, António Machado de Faria e Maia, por um período de três anos. Não vencerá soldo algum da Real Fazenda mas gozará de todas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas, que em razão lhe pertencerem.[713]

As relações tensas entre Portugal e França também punham à prova a segurança das ilhas de Cabo Verde, o que preocupava as autoridades da província. Com efeito, a França acaba por declarar guerra a Portugal,[714] tendo uma escuna francesa tomado, pelo menos por alguns momentos, a ilha Brava a 28 de Janeiro de 1798.[715] Por isso, o Governador, Marcellino António Bastos, prepara-se para a defesa das ilhas contra os ataques dos franceses, no que foi

[708] "Registo de Carta Patente de Capitão-Mor Aggregado da Ilha da Boa Vista a Manuel António Martins". IAHN, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0018, fol. 84.
[709] Cf. BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap. III. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 135.
[710] Carta Patente de 27 de Junho de 1796. IAHN, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0018, fol. 44.
[711] IAHN, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0018, fol. 45.
[712] "Carta Patente a Manuel António Martins". IAHN, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0018, fols. 147v-148.
[713] Carta Patente, dada na Quinta da Trindade, a 8 de Agosto de 1785. IAHN, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0017, fol.19v-20v.
[714] Cf. BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap. III. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 152.
[715] Cf. BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 140.

apoiado pelo governo do reino.[716] Neste sentido, para combater os invasores, da metrópole veio para Cabo Verde uma fragata.[717]

É neste quadro que, 30 de Janeiro de 1798, o referido governador, conduzindo a sua política de reforço da defesa das ilhas, pediu a confirmação do rei de alguns capitães e sargentos-mores por ele nomeados, nomeadamente para as ilhas do Fogo, Santo Antão, Boavista e Praça da Cidade da Ribeira Grande, em Santiago. Para Boavista pediu a confirmação de Aniceto António Ferreira, "[…] que já a commandava com muita distinção e que prestara bons serviços no naufrágio da fragata *Hartwell*".[718]

O regime militar na Boavista era tão intenso que abrangia até aos portos, principais e das costas, como, por exemplo, se poderá verificar, no primeiro caso, da Carta Patente pela qual Martinho Fortes Gomes é provido de Capitão do Porto dos Ingleses da ilha da Boavista, pelo Governador António Machado de Faria e Maia, por despacho de 8 de Agosto de 1785. Não vencerá soldo algum da Real Fazenda mas gozará de todas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas, que em razão lhe pertencerem.[719] No segundo caso, averiguámos provimentos no Posto de Capitão para diferentes portos das costas da Boavista, nomeadamente, Ervatão, Curralinho, entre outros.[720]

Por vezes funcionários civis eram nomeados para exercerem os seus ofícios em guarnições militares, como por exemplo, Respicio da Cruz de Andrade e Vitorino Alves que são nomeados, por despacho de 8 de Agosto de 1785 do Governador da Província de Cabo Verde, António Machado de Faria e Maia, para exercerem os ofícios, respectivamente, de Escrivão e de Meirinho de uma Companhia da Guarnição da ilha da Boavista.[721] Tal procedimento de provimento mostra, mais uma vez, que os ofícios de administração misturavam-se, por vezes, com os das guarnições militares, isto é, até meados do século XVIII não havia na Administração da ilha da Boavista uma nítida separação entre os poderes administrativos e militares. Procedimento, aliás, diferente quando, a 16 de Janeiro de 1786, o mesmo governador nomeia Escrivão e Meirinho, respectivamente, Vital Lopes Correa e Manuel Lopes Bento, para exercerem na Fazenda Real e a pedido do Administrador da "Caza da Sociedade do Comércio Exclusivo das ilhas de Cabo Verde", por seis meses. Vencerão os ordenados e emolumentos que em razão dos ditos ofícios lhes pertencerem.[722] Uma nota diferenciadora do procedimento anterior é o facto de darem juramento nas mãos do juiz e não do Capitão-Mór Comandante. Como vimos atrás, a separação dos poderes entre os diferentes órgão da Administração da ilha da Boavista só se fez sentir com a Lei de 16 de Maio de 1832, conhecida pelo "Código

[716] Cf. BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 151.
[717] Cf. BARCELLOS, … – Subsídios …, p., p. 151.
[718] Cf. BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 905, p. 135.
[719] Despacho de 8 de Agosto de 1785. IAHN, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0017, fol. 22.
[720] Cf., por exemplo, Cartas Patentes de 1785 e 1786. IAHN, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0017, fols. 22v, 23v, 197 e 156.
[721] Despacho de 8 de Agosto de 1785, do Governador António Machado de Faria e Maia. IAHN, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0017, fol. 24.
[722] IAHN, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0017, fol. 46v.

Administrativo de Mouzinho da Silveira", que, finalmente, determinar a separação da administração central, sob tutela do Governador, dos poderes civil e judicial.

Um factor impulsionador da actividade militar na Boavista, como referimos atrás, foram os ataques de corsários e de piratas à ilha, que vinham desde o século XVII. Mas os de 1815, 1817 e 1818, também já referidos, foram as piores. E, mais uma vez, aplica-se o velho ditado: "depois da casa roubada trancas a porta". Com efeito, para combater os corsários e piratas que atacaram a ilha da Boavista nesses anos, o governador António Pusich enviou, em 1818, uma força militar da Vila de Santa Maria da Praia para a ilha da Boavista composta por 7 soldados, sob o comando de um alferes. Como material de guerra, a força foi apetrechada de 4 barris de pólvora, 3 *peças* de calibre 12 com 60 balas, 15 metralhadoras, 30 espingardas, 3.000 cartuchos com balas para espingardas, 1.000 cartuchos sem balas, 60 cartuchos para as peças, entre outros materiais.[723]

Entretanto, Manuel António Martins possuía o seu próprio material de guerra, constituído por 1 peça de calibre 18, vários obuzes, armamentos de fuzilaria e munições. Por que o Capitão-Mór da ilha, Aniceto António Ferreira, não fizera uso desse material contra os ataques atrás referidos, em Janeiro de 1819 António Pusich acusou-o de covardia e de não ter prestado contas à Fazenda desde 1814, admirando-se, ao mesmo tempo, do facto dos piratas terem roubado a 28 de Novembro de 1818 todo o dinheiro dos cofres e toda a papelada da administração de Aniceto António Ferreira. Devido a estas acusações, Aniceto Ferreira foi chamado à Corte no Rio de Janeiro, onde se defendeu. De regresso à Boavista, retomou o seu posto de Capitão-Mór.[724]

De regresso à Boavista, o Conselheiro Manuel António Martins, embora os seus esforços para apanhar os corsários e recuperar sua filha Maria, nada pôde fazer. Tomou então a decisão de mandar construir, às suas expensas, um forte no ilhéu defronte à Vila de Sal Rei. Com efeito, a construção do referido forte foi noticiada por Senna Barcellos, nos seguintes termos: "o mesmo Martins fez tambem ao governo o generoso e patriotico offerecimento de construir á sua custa, na ilha da Boa Vista, onde tinha casa commercial, uma fortificação capaz de pôr o porto d'ella em pé de segurança e respeito".[725] Aceitando a oferta, em carta régia de 3 de Outubro de 1818, foram então expedidas ordens ao então comandante da ilha, coronel Aniceto António Ferreira, "[…] para debaixo da sua direcção e disposição começasse logo a projectada defesa, para a qual se lhe enviariam em tempo oportuno as competentes bocas de fogo, tiradas das que existiam na ilha de S. Thiago, e que a mandassem guarnecer com um cabo de esquadra e dez soldados da companhia de artilharia da villa da Praia, os quaes, juntos com alguns soldados milicianos que se haviam de disciplinar na Boa

[723] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Capítulo IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 243.

[724] BARCELLOS, .. – Subsídios …, p. 243.

[725] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 231 e 397.

Vista, ficariam encarregados de serviço regular d'aquelle forte".[726] Tendo o forte permanecido durante muito tempo sem nome, o Governador-Geral, Francisco de Paula Bastos deu-lhe finalmente o nome de "Duque de Bragança".[727]

O nome "Duque de Bragança" não será alheio ao papel que o referido duque desempenhara na nomeação de Manuel António Martins como Prefeito de Cabo Verde. Com efeito, foi o Duque, na qualidade de regente do reino, que agradecera Martins, quando este felicitou a Rainha D. Maria da Glória, por ocasião da sua aclamação, após a vitória dos liberais contra os absolutistas, e foi o mesmo Duque de Bragança quem nomeara Martins como Prefeito de Cabo Verde em 1832.[728] Observemos os resquícios do referido forte:

FIG. Nº 24
Resquícios do Forte Duque de Bragança, no Ilhéu de Sal-Rei



FONTE: Foto do autor, Ilhéu de Sal-Rei, Maio 2005.

[726] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 231.
[727] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, Nº 12, de 18 de Janeiro de 1843, p. 50.
[728] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE IV, Cap. I. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1910, p. 4.

FIG. Nº 25
Vestígios de bocas de fogo do Forte Duque de Bragança



FONTE: Foto do autor, Ilhéu de Sal-Rei, Maio 2005.

Sobre o forte, diz José Joaquim Lopes de Lima que ele foi mal construído e que, da sua eficácia em termos de defesa, "[…] porém será inútil, se o dito Forte não cruzar o seu fogo com duas baterias, ou tres, ao lume d'agoa, – uma horisontal na ponta próxima do Cães, – e mais uma, ou duas, enterradas nas Praias, que bordam o fundo da Bahia por baixo da povoação do *Rabil*".[729]

Por que os piratas e os contrabandistas se refugiavam no Porto do Curralinho, situado na parte Sul-Sudoeste da ilha, devido ao facto de ser pouco frequentado por navios,[730] ali mandou-se construir também um pequeno forte, ao lado da famosa "Furna de Padre". A propósito, notemos que Senna Barcelos,

[729] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE I. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 67.
[730] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE II. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 44.

como veremos mais à frente, refere "comandantes de fortificações" na ilha da Boavista, no plural, e não "fortificação", no singular, portanto. O texto de Barcellos estará a referir-se, respectivamente, aos fortes Duque de Bragança, no Ilhéu de Sal-Rei, e ao Porto do Curralinho? Ora, para além dessas duas fortificações, não conseguimos identificar outras. Não encontrámos, entretanto, documentos que nos confirmassem explicitamente tal hipótese. Observemos os resquícios do forte do Curralinho:

FIG. Nº 26
Resquícios do Forte do Curralinho



FONTE: Foto do autor, no sentido Norte-Sul. 2006.

Tarde de mais mas esses acontecimentos obrigaram o Governo a organizar corpos de milicianos em todas as ilhas, com oficiais de todas as patentes, pelo que foi proposto ao ministro, conde de Arcos, a criação dos referidos corpos em 28 de Maio de 1819.[731] Esta facto poderão explicar que, em 1820, tenha sido nomeado comandante do Destacamento da Guarnição da Boavista o tenente graduado da Companhia de Artilharia da Guarnição da Praça da Vila da Praia da ilha de Santiago, José Joaquim de Sá.[732] A reforçar essa ideia, temos também o facto de o Rei D. João, no Rio de Janeiro, ter nomeado a 11 de Abril de 1821 Joaquim Pereira da Silva como Comandante da ilha da Boavista, por um período de três anos. Receberá soldo que lhe tocar, pagos

[731] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap. IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 243.
[732] Cf. o "Registo de Patente do Primeiro Tenente Aggregado da Companhia de Artilharia Jozè Joaq.^{m} de Sá", pelo Governador António Pusich. IAHN, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0020, fol. 33-33v.

pelas Reais Ordens do Rei, e gozará de todas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas, que em razão lhe pertencerem. Exercia antes o cargo de Ajudante do Regimento de Milícias da Vila da Praia, da ilha de Santiago.[733]

Essas providências em organizar militarmente as ilhas não serão certamente alheias à anarquia que se vivia em Cabo Verde. Neste sentido, o Governador Chapuzet, que chegara à Praia no dia 11 de Fevereiro de 1823, relatava para o reino, a 17 de Junho daquele ano, que havia desordem e anarquia em Cabo Verde, nomeadamente em Santiago, onde germinava a ideia de o arquipélago se desligar de Portugal e unir-se ao Brasil, que se tinha tornado independente em 1822. Tal ideia causava receios de algum levantamento do povo,[734] pois, "[…] antes de desembarcar, teve notícia que algumas pessoas procuravam iludir o povo, fomentando um partido a favor do Brasil, querendo depôr a Junta governativa, e não o receber nem á tropa europêa, e que ao Rio de Janeiro mandaram uma deputação".[735] Por outro lado, tinha-se o levantamento de 1822 do povo da Ribeira do Engenho que, armado, desobedecia às autoridades, estava ainda fresco na memória dos governantes.[736] No caso da ilha da Boavista, como vimos atrás, dera-se as insurreições, lideradas pelo comandante João Cabral da Cunha Goodolphim, a favor dos liberais contra os absolutistas.

Por isso, a nomeação de altas patentes para ilha da Boavista continuava em 1823. A confirmar esta asserção, como testemunha Senna Barcellos, em 1823 Manuel António Martins, que já era sargento-mór da companhia de Ordenanças, foi proposto para o posto de coronel de milícias na Boavista a 6 de Agosto, "[...] onde residia, unicamente por ser alli a pessoa mais abastada, ennobrecida e de melhor disposição".[737] Nessa altura, as guarnições militares compunham-se de Companhias de Ordenanças. Mais um facto a reforçar a ideia de que a defesa da ilha da Boavista merecia uma certa atenção da parte das autoridades competentes. Neste mesmo sentido, em 1825 o governador Chapuzet mandou construir na Vila de Sal-Rei uma casa do governador e um quartel.[738] Esta medida do governador dava resposta ao facto de, conforme Senna Barcellos, a 18 de Novembro de 1824, o ministro conde de Subserra ter ordenado ao governador Chapuzet "[…] para apresentar um plano geral, fixando as guarnições militares de cada uma das ilhas e das Praças e presídios do continente na Guiné".[739] E, na sequência do cumprimento do referido plano, em 1825 foi enviado para Boavista um Destacamento Militar composto por 1 capitão, 1 alferes, 2 segundos sargentos, 1 furriel, 6 cabos, 6 anspeçadas, 1 tambor e 64 soldados, sendo 24 infantes e 40 artilheiros, num total de 82

[733] "Registo de Patente de Joaquim Pereira da Silva, Comandante da Ilha da Boa Vista". IAHN, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0020, fol. 56v-57v.
[734] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 287.
[735] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 285.
[736] Sobre essa revolta, cf. CARREIRA, António – "CABO VERDE : Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata" (1460-1878). Praia : Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1983, p. 357.
[737] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 320 e 373.
[738] BARCELLOS, … – Subsídios …, p., 373.
[739] BARCELLOS, … – Subsídios …, p., 339.

homens.[740] Assim, deduz-se que a partir de 1825 a ilha da Boavista possuía comandante militar e oficial de tropa pago pelo governo.

Em 1834, o coronel Pereira Marinho é nomeado governador para Cabo Verde, cargo do que toma posse, como vimos atrás, a 13 de Setembro de 1835. Antes de chegar à capital, porém, toca na Boavista, "[…] onde organisou logo um deposito militar de instrução para officiaes e praças que fossem mais bem comportadas, poupando-as assim da residencia na capital que era insalubre". Para as despesas, deixou 1:000$000 dos 4:000$000 réis que trouxera de Lisboa para as despesas mais urgentes.[741]

Com a chegada do governador Arouca em Cabo Verde, a providência de maior peso que tomou foi a da organização militar nas ilhas, de acordo com o artº 2, da instrução que recebeu em Lisboa, datada de 1 de Julho de 1836. Assim, mandou instalar em cada ilha "[…] um destacamento composto de praças do corpo de brigada de marinha, tendo 15 homens nas ilhas de S. Vicente, Brava e Maio, 18 homens em Santo Antão e S. Nicolau e 23 homens na Boa Vista e Fogo"; "[…] um commandante geral das fortificações, que seria escolhido entre os mais probos e aptos, e que possuíssem bens sifficientes para á sua custa conservarem e repararem as mesmas fortificações, excepto as de S. Thiago, que seriam reparadas á custa do governo, e das quaes seria commandante geral o governador";[742] Nos concelhos com mais de 4 freguesias criou batalhões e nos com menos de 4 criou companhias. No caso da Boavista, com duas freguesias, criou duas companhias, com 50 soldados cada, sendo uma na Freguesia de Santa Isabel e outra na Freguesia de S. João Baptista.[743]

Assim, em 1836 a ilha da Boavista tinha um destacamento composto de praças do corpo de brigada de marinha, com 23 homens, um commandante geral das fortificações e duas Companhias de milicianos com 50 tropas cada. Mas, no ano seguinte, a ilha contava apenas com um destacamento de 12 praças, comandado pelo tenente José António Serrão, coadjuvado pelo alferes Luís Xavier da Cunha Velloso e dois sargentos. Oficiais e sargentos e tropas, porém, encontravam-se presos, os dois primeiros por violências cometidas, os sargentos por roubo de pólvoras e cartuchos e os soldados por terem incendiado uma loja para a roubar.[744]

Entretanto, de acordo com a Portaria do Ministério da Marinha e Ultramar, Nº 519, de 7 de Maio de 1841, foi autorizado o Governador, general Francisco de Paula Bastos, a organizar os Corpos de segunda Linha em Cabo Verde, tendo sido criado na Boavista, em vereação geral, um Corpo de Infantaria de 2ª Linha, por Portaria do Governo da Província de 9 de Janeiro de 1843.[745] No

[740] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 340.

[741] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE IV, Cap. I. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1910, p. 108-109.

[742] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 127.

[743] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 127-128.

[744] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 166.

[745] "Matrícula de oficiais e soldados do Corpo de Infantaria da 2ª linha da Ilha da Boa Vista". In *Livro de Registo das Companhias do Regimento de Milícias da Ilha da Boa Vista. Corpo de*

âmbito desta portaria, o Corpo de Infantaria de 2ª linha ficou composto de duas Companhias e comandado por um Comandante Geral com a graduação de Major (artº 1º). Esse Corpo de Infantaria, para além do Comandante Geral, detinha, para a 1ª Companhia, a seguinte força: 1 Capitão; 1 Tenente e 1 Alferes. E para a 2ª Companhia, 1 Capitão; 1 Tenente e 1 Alferes. Ainda para cada uma das companhias haveria um 1º Sargento, dois 2ºs Sargentos, 1 Furriel, 1 Tambor, 6 Cabos, 6 Anspeçadas e 44 soldados, num total de 129 homens.[746] Mostra a importância desse Corpo de Infantaria o tipo de fardamento utilizado pelas altas patentes, como se descreve a seguir: "o Grande uniforme será o mesmo de que uza a Infantaria do exercito de Portugal, com as seguintes Alterações:

A chapa da Barretina terá, no centro em relevo = Boavista = nas iniciaes **B.V**, e em circunferência: Corpo d'Infantaria de segunda linha.

A Farda terá golla e carcella = azul claro = os virados das abas, e vivos brancos: as calças serão de pano cor da farda, ou brancas segundo as estações".[747]

Por outro lado, no intróito da Portaria do Governo da província esclarece-se que o Corpo de Infantaria destinava-se a coadjuvar uma outra força de 1ª linha já existente na ilha em casos que se mostrassem necessários. No artº 2º, estipulava-se que se alistam na 1ª Companhia os indivíduos da Freguesia de S. Roque do Rabil e, na 2ª Companhia, os da Freguesia de S. João Baptista do Norte. Foi nomeado Comandante Geral do Corpo de Infantaria de 2ª linha da ilha da Boavista, com a graduação de Major, João António Martins, natural do Porto de Sal-Rei, proprietário, filho de Manuel António Martins, tendo jurado bandeira a 12 de Janeiro de 1843.[748] E para Comandante do Forte Duque de Bragança, com a graduação de Capitão, foi nomeado Vicente António Martins, também filho de Manuel António Martins, natural do Porto de Sal-Rei, tendo jurado a bandeira a 6 de Fevereiro de 1843, passou à 1ª linha por Decreto de 19 de Abril de 1843 e tomou posse do referido forte a 5 de Julho do mesmo ano.[749]

Infantaria de Segunda Linha. Livro Nº 216, 1843. I. A. H. N. Praia. A1, G / 0988. SGG. 1843 – Janeiro, 1851.

[746] "Matrícula de oficiais e soldados do Corpo de Infantaria da 2ª linha da Ilha da Boa Vista". In *Livro de Registo das Companhias do Regimento de Milícias da Ilha da Boa Vista. Corpo de Infantaria de Segunda Linha*. Livro Nº 216, 1843. I. A. H. N. Praia. A1, G / 0988. SGG. 1843 – Janeiro, 1851; Cf. tb. Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, Nº 12, de 18 de Janeiro de 1843, p. 50.

[747] "Matrícula de oficiais e soldados do Corpo de Infantaria da 2ª linha da Ilha da Boa Vista". In *Livro de Registo das Companhias do Regimento de Milícias da Ilha da Boa Vista. Corpo de Infantaria de Segunda Linha*. Livro Nº 216, 1843. I. A. H. N. Praia. A1, G / 0988. SGG. 1843 – Janeiro, 1851.

[748] "Matrícula de oficiais e soldados do Corpo de Infantaria da 2ª linha da Ilha da Boa Vista". In *Livro de Registo das Companhias do Regimento de Milícias da Ilha da Boa Vista. Corpo de Infantaria de Segunda Linha*. Livro Nº 216, 1843. I. A. H. N. Praia. A1, G / 0988. SGG. 1843 – Janeiro, 1851; Sobre a referida nomeação, cf. tb. Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, Nº 12, de 18 de Janeiro de 1843, p. 50.

[749] "Matrícula de oficiais e soldados do Corpo de Infantaria da 2ª linha da Ilha da Boa Vista". In *Livro de Registo das Companhias do Regimento de Milícias da Ilha da Boa Vista. Corpo de*

Não encontrámos a data a partir da qual a ilha da Boavista terá deixado de ter militares na época colonial. Os últimos destacamentos militares na ilha da Boavista foram os dos primeiros meses da Independência Nacional, em 1975, que logo foram transferidos para a ilha do Sal.

Infantaria de Segunda Linha. Livro Nº 216, 1843. I. A. H. N. Praia. A1, G / 0988. SGG. 1843 – Janeiro, 1851.

PARTE II

ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS

CAPÍTULO I

A PASTORÍCIA, A AGRICULTURA, O COMÉRCIO E A ACTIVIDADE ARTESANAL

1.1. Aspectos gerais do desenvolvimento económico da ilha da Boavista

Neste capítulo, ocupar-nos-emos das actividades económicas da ilha da Boavista, actividades essas desenvolvidas com base nos produtos naturais e cultivados de valor comercial que a ilha oferecia aos colonos, dos finais do século XV aos meados do século XIX. Tais produtos resultaram, certamente, das condições físico-geográficas predominantes na ilha, sobretudo da constituição dos solos e das características do clima. Nesta ordem de ideias e tendo em conta que a ilha da Boavista se encontrava desabitada à chegada dos primeiros povoadores, os aspectos físico-geográficos da ilha terão influenciado, como tentaremos demonstrar neste e nos capítulos seguintes, não só a distribuição da população mas também os tipos de ocupação dos seus espaços e da formação da respectiva sociedade.

O capítulo sobre "O cenário geográfico da ilha da Boavista" forneceu-nos as bases que nos permitirão compreender melhor como é que os aspectos físico-geográficos marcaram ao longo da sua história a vida humana nessa ilha. Mas, nesta caracterização genérica do desenvolvimento económico da ilha da Boavista, procuraremos resumi esse quadro natural, mais precisamente naqueles aspectos dos quais resultaram os recursos naturais de valor económico, a fim de estabelecermos mais estreitamente a relação entre esses recursos e o desenvolvimento económico, social e cultural da ilha. Com efeito, em todo e qualquer espaço geográfico intervém um conjunto de factores mesológicos que condicionam ou afectam assim directamente o homem no seu meio físico.

Começando pelos aspectos geológicos, a ilha é composta por rochas vulcânicas, que ocupam a maior área, e por rochas sedimentares, compostas por areias, calcarenitos e crostas calcárias; a dinâmica marinha, relativamente activa, contribuiu largamente para a formação de amplas salinas, que produziam um sal de boa qualidade; no seu subsolo encontra-se algum enxofre, argila, rochas ornamentais, nomeadamente calcarenitos mais compactos; o relevo é predominantemente constituído por peneplanícies, que atingem grande extensão, enquanto os vales são pouco profundos, declives suaves e altitudes pouco acentuadas; as costas são baixas, com formações de dunas e de extensas praias de areia branca; os solos, sujeitos permanentemente à erosão, em termos da sua utilização distribuem-se da seguinte forma: "55% (litólicos, dunas, salinos) são impróprios para uma exploração agrícola, 40% são pardo-vermelhados, compostos principalmente por calcário, constituindo potenciais campos de pastagem, os restantes 5% são aluviossolos e solos férteis nos quais

é possível a lavoura em forma de sequeiro ou regadio"[750] mas nunca permitindo uma agricultura sustentada ao longo dos tempos; os solos pobres, aliados às fracas condições de pluviosidade, fazem com que a flora da Boavista seja pobre, com uma vegetação constituída por plantas herbáceas;[751] a fauna terrestre é igualmente pobre mas a marítima, em contrapartida, é abundante em variedades de peixes, mariscos, como lagostas, caranguejos, lulas, lapas, polvos, entre outros, enquanto era sazonalmente visitada por cardumes de atum e por baleias, e nas costas, de grande plataforma submarina, crescia o coral; nas relações do homem cabo-verdiano com as condições climáticas, áridas e semi-áridas, "o clima tem definido as características físicas e humanas das ilhas, determinado tipos particulares de solidariedade entre as diversas ordens de fenómenos, como a evolução das formas topográficas, dos solos e da vegetação, do regime hídrico e dos tipos de ocupação humana";[752] dependendo da alternância dos períodos chuvosos e das secas, a Boavista é das ilhas do Arquipélago de Cabo Verde mais pobres em recursos hídricos, tanto subterrâneos como de superfície, devido à baixa média de precipitação anual que se tem verificado ao longo dos tempos e, por isso, a rede hidrográfica é seca quase todo ano, recuperando as duas ribeiras agrícolas conjuntamente cerca de ⅓ das águas das chuvas de toda a ilha.[753]

Sem riquezas naturais, como minérios por exemplo, a constituição do solo da Boavista foi o principal factor condicionante do processo de exploração económica da ilha. Com efeito, sendo 55% dos solos da ilha impróprios para a exploração agrícola, restavam aos primeiros colonos 40% dos seus solos que constituíam potenciais campos de pastagem, pois para além do mais, só 5% do total dos solos eram férteis, nos quais era possível alguma cultura mas nunca permitindo uma agricultura sustentada ao longo dos tempos; possuindo entretanto solos salinos entre os 55 % impróprios para agricultura, a ilha da Boavista oferecia porém aos colonos a possibilidade da extracção do sal das amplas salinas localizadas nas partes Sul, Sudeste, Noroeste e Norte da ilha; por seu turno, as salinas do Sul, do Sudeste e do Norte situavam-se limítrofes a campos relativamente vastos de pastagem, detentoras porém de uma vegetação de plantas herbáceas de pequeno porte e efémeras, formando pastagens degradadas, enquanto que a melhor e mais contínua cobertura correspondia geralmente a invasoras, que o gado não comia.[754]

Foram entretanto essas pastagens degradadas que, como vimos no capítulo sobre o povoamento, incentivaram a ocupação e povoamento da ilha da Boavista, a partir de 1490, com a exploração do gado bravo para fins económicos.

---

[750] Mateus Nunes e G. Ducommun, Citados por KASPER, Josef E. – "Ilha da Boa Vista, Cabo Verde". Trad. Luís Filipe da Silva Madeira. Praia : Intituto Cabo-verdiano do Livro, 1987, p. 31.
[751] Bacelar Bebiano, citado por NUNES, Mateus – "Os solos da ilha da Boavista". *Garcia de Orta* (Lisboa). Vol. 16 (nº 2), 1968, p. 228.
[752] AMARAL, Ilídio do – "Cabo Verde: Introdução geográfica". *História Geral de Cabo Verde*. 2ª ed. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical (Portugal); Instituto Nacional de Investigação Cultural (Cabo Verde), 2001, p. 4.
[753] KASPER, …. – Ilha da Boa Vista…, p. 23.
[754] Bacelar Bebiano, citado por NUNES, … – Os solos …, p. 228,

Sobre o gado, por exemplo, Aniceto António Ferreira, na segunda metade do século XVIII, terá dado um certo incremento à sua exploração, exportação e comércio, paralelamente ao sal. Com efeito, Aniceto António Ferreira, reinól procedente provavelmente dos Açores, teria chegado à Boavista por volta de 1750, pois, de acordo com Senna Barcellos, em 1759 já se considerava relevantes os seus serviços, tendo dado um grande impulso ao desenvolvimento da ilha pelas exportações do sal.[755] Estava ligado à pesca da baleia, que se encontrava nas mãos dos anglo-americanos. Tendo-se fixado na ilha da Boavista, ali constituiu família e exerceu os cargos de capitão de milícias, capitão-mor, Juiz e Feitor da Fazenda Real. No que se refere ao gado, de acordo com António Carreira, recebeu das mãos do pastor principal, Simão Évora, centenas de cabeças de gado, pertencentes à Fazenda Real. Neste sentido, Carreira observa que "no livro de Provisão da Boa Vista, de 1732, o primeiro termo assinado por Aniceto António Ferreira, na qualidade de Feitor da Fazenda Real, data de 1776 e refere-se à recepção de gado pertencente ao Rei, que lhe foi entregue pelo pastor principal, Simão Évora". Ele mesmo foi mais tarde negociante, agricultor, criador de gado e detentor de salinas, que representavam os principais produtos comercializáveis da Boavista da época.[756] Aniceto Ferreira, que estudou profundamente as potencialidades económicas da ilha, escreveu várias memórias sobre essas potencialidades e a forma de as aproveitar.[757]

O quadro a seguir dá-nos uma ideia estatística dos principais produtos da ilha da Boavista, ou seja, o sal e o gado, exportados de 1804 a 1811, assim como dos países para onde se dirigiu essa exportação:

QUADRO Nº 19

Principais produtos exportados da ilha (1804 – 1811)

Anos	Países	Sal (em moios)	Gados e animais					Produtos de gado	
			Bois	Cavalos	Jumentos	Cabras	Porcos	Peles	Couros
1804	Portug.	103,00	--	--	11	--	--	138	--
	Ingla.	124,00	5	--	--	101	128	--	--
	E.U.A.	3.300,30	2	--	14	329	109	13.403	45
	Espa.	--	--	--	--	--	--	--	--
Total ano		3.527,30	7	--	25	430	237	13.541	45
1805	Portug.	444,00	8	--	--	12	13	46	--
	Ingla.	52,50	1	--	--	45	4	185	--
	E.U.A.	3.203,50	97	--	9	298	104	14.895	31
Total ano		3.700,00	106	--	9	355	121	15.126	31
1806	Portug.	203,00	7	--	--	--	--	--	--
	Ingla.	7.14	--	--	--	19	19	--	--

[755] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap. I. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 27

[756] CARREIRA, António (Recolha, anotações e apresentação) – "Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde". Mem Martins: edição de António Carreira, 1987, p.11 e 47;

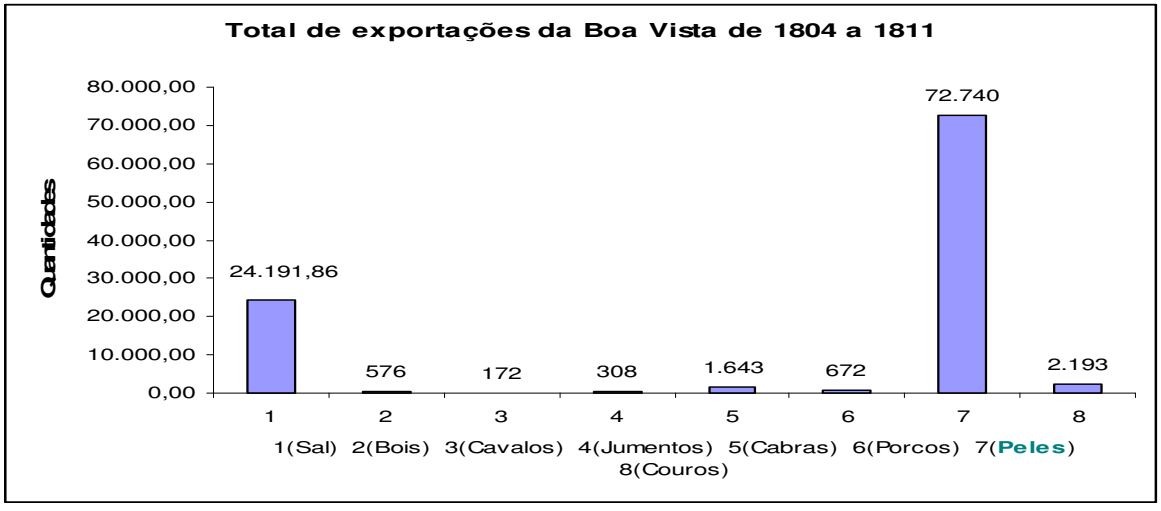
[757] Cf., FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde", in CARREIRA, … – Descrições …, 1987.

	E.U.A.	2.581,27	181	27	60	331	73	11.766	93
Total ano		2.791,41	188	27	60	350	92	11.766	93
1807	Portug.	670,50	7	--	--	16	--	58	--
	Ingla.	133,00	--	--	--	--	--	--	--
	E.U.A.	1.607,00	47	--	83	178	58	3.952	152
Total ano		2.410,50	54	--	83	194	58	4.010	152
1808	Portug.	309,00	11	--	--	4	--	975	486
	Ingla.	240,50	64	60	58	69	56	--	84
	E.U.A.	1.239,45	106	--	13	174	55	7.156	85
Total ano		1.788,95	181	60	71	247	111	8.131	655
1809	Portug.	503,00	--	--	--	--	--	--	35
	Ingla.	47,00	3	83	16	5	11	5.783	31
	E.U.A.	2.347,55	37	2	44	58	26	9.314	419
	Espa.	--	--	--	--	--	--	--	--
Total ano		2.899,55	40	85	60	63	37	15.097	485
1810	Portug.	330,00	--	--	--	--	--	358	27
	Ingla.	21,00	--	--	--	--	--	--	--
	E.U.A.	3.647,15	--	--	--	--	--	4.614	694
	Espa.	3,00	--	--	--	--	--	--	--
Total ano		4.001,15	--	--	--	--	--	4.972	721
1811	Portug.	227,50	--	--	--	4	16	--	--
	Ingla.	224,50	--	--	--	--	--	--	--
	E.U.A.	2.621,00	--	--	--	--	--	97	11
Total ano		3.073,00	--	--	--	4	16	97	11
Total geral		24.191,86	576	172	308	1.643	672	72.740	2.193

Fonte: Organizado a partir do "Mapa dos navios que aportaram nesta Ilha da Boa Vista desde o ano de 1804 até o de 1811". FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde", in CARREIRA, António (Recolha, anotações e apresentação) – "Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde". Mem Martins: Edição de António Carreira, 1987, p. 56-57.

Observemos a representação gráfica do quadro acima:

GRÁFICO Nº 3



Fonte: Organizado a partir dos dados do quadro precedente

Uma leitura do quadro e do respectivo gráfico confirma, no período indicado, a superioridade do volume da exportação do sal e do gado caprino e dos seus produtos na exportação da Boavista, em relação à exportação de outros gados e dos seus respectivos produtos. Por outro lado, a indicação dos principais países para os quais os mesmos produtos eram exportados é outro indicador da importância das exportações e do comércio da ilha: Estados Unidos da América, Inglaterra, Portugal e Espanha. Note-se porém que o sal continua sendo ainda o produto de maior volume na exportação. Não é por acaso, portanto, que por volta de 1844 José Joaquim Lopes de Lima afirmava que "a principal riqueza desta Ilha [da Boavista] consiste também, como a das suas duas companheiras orientais, no muito sal que exporta, o qual póde calcular-se uns annos por outros em 2:500 moios por anno".[758]

Assinale-se outrossim que no cômputo geral do arquipélago, os principais produtos que foram exportados pelas diferentes ilhas no ano económico de 1842-1843 foram o sal, a pele, o couro e a semente de purgueira.[759] Esses produtos foram exportados principalmente para Portugal, América do Norte e Inglaterra.[760] Quanto aos americanos, por exemplo, diz Lopes de Lima que "[…] ahi vendem as suas cadeiras, e leitos de pinho envernisado de antiquissimo e invariavel modelo. Venero essa Nação industriosa, sisuda e benefica: sei que os povos de Cabo Verde lhe devem uma eterna gratidão, porque lhes matou a fome, e salvou as vidas, quando D. Miguel os abandonava á penúria".[761]

Embora não conste do quadro atrás, a urzela foi também outro produto de exportação de certo peso na economia boavistense. Com efeito, a urzela viria no primeiro quartel do século XIX a começar a ocupar um importante lugar no sector do comércio externo da Boavista, embora, de acordo com António Carreira, a sua exploração em Cabo Verde tivesse começado em 1469;[762] durante todo o século XVII o seu comércio era de pouca importância: o gado e sal eram na altura os produtos escolhidos para a exportação; ainda antes de 1818, a exportação da urzela não terá tido muita expressão na Boavista, pois, na sua "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da capitania de Cabo Verde", apresentada à Corte no Rio de Janeiro em 1813, Aniceto António Ferreira não faz menção a esse líquen.[763] Por volta de 1818,

[758] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE II. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 49.
[759] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 39-40.
[760] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 38.
[761] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 39.
[762] Em 1469 foi celebrado, por Carta Régia de 30 de Setembro, o primeiro contrato entre a Coroa e os irmãos João e Pedro de Lugo, moradores em Sevilha, na Espanha. CARREIRA, António – "Estudos de economia caboverdiana". Lisboa: Imprensa Nacional, 1982, p.17; Cf. tb. SENNA, Manuel Roiz Lucas de – "Dissertação sobre as Ilhas de Cabo Verde (1818)". Anotações e Comentários de António Carreira. Mem Martins: edição de António Carreira, 1987, roda-pé, p. 30-31.
[763] I. A. H. U. – Cabo Verde – Papéis avulsas, 1812-1814. Maço 54.

porém, António Pusich opina que a exploração da urzela poderia constituir um importante ramo de actividade económica para todas as ilhas de Cabo Verde.[764]

Um grande impulsionador da exportação da urzela da Boavista, aliás, de todas as ilhas de Cabo Verde, foi o genro de Aniceto Ferreira, Manuel António Martins. Sobre a sua chegada à Boavista, escreve Senna Barcellos que arribou à ilha em 1792 a bordo de uma "sumaca" por ele capitaneada, conforme o próprio Martins terá relatado. O navio encontrava-se a descarregar vinho nos Açores, propriedade de um senhor da ilha do Faial, por nome de Borralho, quando foi surpreendido por um temporal que o levaria à referida ilha. Uma vez na Boavista, Martins é seduzido pelas oportunidades de fortuna que a ilha oferecia, nomeadamente o sal e a urzela, enveredando-se imediatamente pela exploração, exportação e comercialização desses produtos. Deixando-se ficar na ilha, casou-se com a filha do então Capitão-mor e coronel de milícias, Aniceto António Ferreira.[765]

Dedicando-se ao tráfico de escravos e ao comércio geral, tanto na ilha da Boavista como na do Sal,[766] Manuel António Martins tornou-se um influente comerciante, industrial e político. A 17 de Dezembro de 1833 foi nomeado Prefeito de Cabo Verde. Nesta mesma data foi nomeado Secretário da Prefeitura, José Joaquim Lopes de Lima. Durante o seu mandato como Prefeito, Martins, como já referido no capítulo sobre a administração, coadjuvado pelo seu Secretário, sem o qual não dava um passo, estabeleceu com frequência a sede do Governo na ilha da Boavista.

Dada a sua influência económica e política, é nomeado administrador do comércio da urzela de Cabo Verde em 1818[767] e, nessa qualidade, como veremos mais à frente, dá um grande impulso ao apanho e à exportação da urzela que, ao lado do sal e dos produtos de gado, aparece então como o produto de exportação de maior volume, devido ao desenvolvimento da indústria têxtil na Europa, nomeadamente na Inglaterra, França e Holanda, que passam a consumir grandes quantidades desse líquen. Todo o comércio desse líquen era monopólio da sua própria casa comercial na Boavista. Foi porém algumas vezes alvo de queixas e de protestos junto do Governador-Geral da Província, pelas usuras e despotismos de que era acusado de praticar.[768] Tal como o seu sogro, investe nas salinas e incrementa também a exportação do sal, para além de outras iniciativas, como a agricultura. Como escreve Mário Secca, "ao seu

[764] PUSICH, António – "Dissertação dos Reais rendimentos e da sua Administração nas Ilhas de Cabo Verde e de algumas providências necessárias para o seu melhoramento". "Da urzela". I. A. H. U. – Cabo Verde – Papéis avulsas, 1810-1818. Maço 56; CARREIRA, …– Descrições …, p. 129.

[765] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE IV, Cap. I. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1910, p. 17.

[766] CARREIRA, …– Estudos …, p. 32.

[767] "Alvará de 18 de Setembro de 1818". Arquivo dos Serviços de Administração Civil, Praia. Cxa. Nº 41. Apenso nº 4, 1837. Foram vários os contratos celebrados com Manuel António Martins, que vigoraram, sucessivamente, de 1818 a 1836,

[768] "Urzeleiros da Ilha de Boa Vista" – "Reclamação apresentada a 29 de Dezembro de 1833". Serviços de Administração Civil da Praia. Cxa. 39. Apensos nºs 20, 1833.

dinamismo e inquebrantável vontade ficou a ilha a dever a prosperidade que gosou em alguns anos, principalmente com a exportação do sal para o Brasil".[769]

Graças ao comércio com os navios estrangeiros a à exportação da urzela e do sal centralizada na Vila de Sal-Rei, em 1844 a ilha da Boavista atinge um nível de desenvolvimento que a torna o "emporium" das de Barlavento.[770] Por isso, nesse mesmo ano Lopes de Lima propunha-a, na altura com 3.570 habitantes, para a capital de Cabo Verde, apresentando vários argumentos, nomeadamente o de ocupar uma posição central em relação às outras ilhas; o de ter edifícios necessários à instalação do Governo, "[…] porque há nella casas de sobra, e armazéns, para o Governo poder alugar as de que carecessem – […] – e poderem ainda os Empregados achar alojamentos para suas pessoas e famílias"; o de possuir o segundo melhor porto do arquipélago, depois do Porto Grande de S. Vicente; o de ter o Templo mais apropriado, a Igreja Matriz de S. Roque do Rabil, para substituir a Catedral da Ribeira Grande, em Santiago, para além da povoação do Rabil possuir casas nas quais poderiam se acomodar, com ligeiros arranjos, o Prelado, o Seminário e a Colegiada; o de possuir um clima saudável e ameno e recursos sociais que não existem nas outras ilhas, com excepção da de Santiago; o de, aumentando o seu consumo enquanto capital, poder incrementar a agricultura da sua vizinha e fértil ilha de S. Nicolau, "que é a dispensa, donde Baovista tira os seus mantimentos, e muitos mais tirará em tendo – mercado diário, – e açougo diário, – que não tem ainda por falta de consumidores certos".[771] As pretensões de Lopes de Lima não foram entretanto aceites.[772] Chelmicky no-lo informa, nos seguintes termos: "no estado actual tudo se oppõe á idea do Sr. Lima de mudar a capital para a esta ilha "[…]".[773]

Do nosso ponto de vista, a proposta de Lopes de Lima terá sido motivada, provavelmente, de um lado pela decadência da Ribeira Grande[774] e, de outro, pela insalubridade da então Vila de Santa Maria da Praia da Esperança, então capital da Província de Cabo Verde. Em contrapartida, a ilha da Boavista "tem um excellente clima, sempre refrescante de brisas, pelo que era muito sadia;

---

[769] SECCA, Mário – "A pesca em Cabo Verde". Praia: Divisão dos Serviços de Estatística da Colónia de Cabo Verde, 1945, p. 52.

[770] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 49.

[771] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 52-53; Ver tb. Memorias sobre as Ilhas de Cabo Verde". In Boletim Oficial Do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 30 (17 de Maio, 1843), p. 119. Sobre o clima da ilha da Boavista, diz também António Pusich que "o seu clima é muito quente, e se poderia dizer geralmente sadia, se às vezes não fosse sujeita a sezões, particularmente em tempo das águas" (PUSICH, António – "Descrição hidrográfica das ilhas de Cabo Verde que ofereci à Academia das Ciências de Lisboa". In CARREIRA, … – Descrições …, p. 81).

[772] Sobre proposta da mudança de capital para a ilha da Boavista, cf. tb. BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE IV, Cap. I. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1910, p. 21.

[773] CHELMICKY, José Conrado Carlos de – "Corografia Cabo-verdiana ou descripção Geographico-historica da Provincia das ilhas de Cabo Verde e Guiné". TOMO I. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1841, p. 53.

[774] Cf. BARROS, Simão – "Origens da colónia de Cabo Verde". Cadernos Coloniais № 56. Lisboa: Edições COSMOS, 1939, p. 20-21.

apenas pelo tempo das aguas há algumas sezões nas immediações da ribeira do Rabil, e algumas disenterias, a que chamam levadias, mas de mui fácil curativo".[775] Outrossim a proposta de Lopes de Lima não terá sido alheia ao facto de, desde 13 de Dezembro de 1769, vários governadores da Colónia terem mantido temporariamente a sede do Governo da Província na Vila de Sal-Rei.

Devido sobretudo à exportação da urzela, mas também do sal e, em menor quantidade, de outros produtos, parece que até ao último quartel do século XIX a ilha da Boavista terá atingido o seu auge em termos económicos. Com efeito, ainda em 1850 a sua maior riqueza consistia na exportação da urzela, do sal e do comércio das peles e couros. A ilha contava então o seu maior número populacional atingido até hoje, ou seja cerca de 5.804 habitantes, incluindo 463 escravos, agrupados em 1.056 fogos e distribuídos por duas freguesias: 3.499 habitantes, agrupados em 595 fogos, na Freguesia de S. Roque do Rabil, e 2.305, agrupados em 461 fogos, na Freguesia de S. João Baptista.[776] Só a Vila de Sal-Rei, integrada na Freguesia de S. Roque, abrangendo ainda as povoações do Rabil, Estância de Baixo, Bafureira e Povoação-Velha e o povoado da Espingueira, contava em 1850 199 fogos, com 866 habitantes.

Para além de servir temporariamente de sede do Governo da Província, pelo menos até 1848, e de nela ter sido editado o primeiro número do Boletim Oficial de Cabo Verde, outros acontecimentos demonstram a importância da ilha da Boavista. Por exemplo, a 7 de Junho de 1843 instalava-se na Boavista a Comissão Mista anglo-portuguesa, que resultara do tratado de 3 de Julho de 1842, entre S. M. a Rainha de Portugal e dos Algarves e S. M. a Rainha do Reino-Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, cuja finalidade era controlar o cumprimento do referido tratado, no tocante à completa abolição do tráfico de escravos.[777]

É assim que, tendo atingido um certo grau de desenvolvimento, graças ao comércio internacional da urzela, do sal e dos produtos do gado, Simão Barros escreve o seguinte: "a ilha da Boavista, antes da valorização do Porto Grande da ilha de S. Vicente [por volta de 1850], era o principal centro comercial do grupo de Barlavento. As suas casas comerciais eram importantes, o seu movimento exigia um grande pessoal branco, e por isso foram fixar-se ali muitas famílias brancas das outras ilhas. Já havia nela muitos descendentes dos escravos para ali enviados como pastores e mestiços resultantes da união dos caçadores brancos com as escravas". [778]

Com 2.337 habitantes, sendo 971 de sexo masculino e 1.366 do feminino, em 1878 a ilha da Boavista ainda dá mostras da sua importância, pois possui 3 escolas de instrução primária, sendo uma para o sexo feminino, com um total de

[775] MONTEIRO, José Maria de Sousa – "Diccionario Geographico das províncias e possessões portuguezas no Ultramar". Lisboa: Typografia Lisboense, 1850, p. 162.
[776] MONTEIRO, … – Diccionario Geographico …, p. 164.
[777] O referido tratado vem transcrito em vários números do Boletim Oficial de Cabo Verde, a partir do nº 14, de 25 de Janeiro de 1843.
[778] BARROS, … – Origens …, p. 43.

126 alunos, numa proporção de 1 aluno para cerca de 18,50 habitantes; possui quartel, hospital, ambulância e alfandega de 2ª classe, o que indica efectivamente um certo grau de desenvolvimento. Nessa altura, as suas principais indústrias, embora em níveis reduzidos, são a extracção do sal, o preparo de peles e couros, o fabrico da cal magra e de louças de barro,[779] ao que se pode ajuntar a exportação de sementes de purgueira e do peixe seco e salgado, que também contribuem para relançar o comércio externo de Boavista.[780] Quanto à cal, à louça de barro, às sementes da purgueira e ao peixe seco e salgado, com efeito, embora tivessem sido explorados em anos anteriores, é contudo a partir do último quartel do século XIX que adquirem valor comercial com o exterior, constituindo-se assim em novos produtos essenciais de exportação. Isso vai representar, após a drástica diminuição do comércio dos produtos do gado, do sal e da urzela, um curto período da movimentação comercial da ilha da Boavista, pelo menos até ao primeiro quartel do século XX.

O quadro comparativo das receitas arrecadadas nas ilhas de Cabo Verde, nos anos que se indicam, poderá dar uma ideia da posição económica da Boavista no geral do Arquipélago de Cabo Verde. Vejamos o quadro a seguir:

QUADRO Nº 20

Receitas arrecadadas nas ilhas de Cabo Verde (1895 – 1904)

Anos	**Concelhos**					
	SOTAVENTO					Total / concelhos
	Maio	Praia	S^{ta} Catarina	Fogo	Brava	
1895-896	--	93.568,017	27.828,729	22.034,017	13.189,001	156.619,764
1896-897	--	80.401,397	13.135,956	16.750,387	13.751,914	124.039,654
1897-898	1.111,758	94.370,613	10.400,488	14.687,420	11.070,235	130.528,756
1898-899	1.427,797	86.387,566	20.595,995	16.536,030	12.297,251	135.816,842
1899-900	1.211,982	98.243,149	20.503,556	14.674,767	17.656,258	151.077,730
1900-901	1.239,664	111.401,714	19.522,860	17.242,802	18.218,874	166.386,250
1901-902	1.272,276	93.667,075	16.166,366	19.718,045	22.269,640	151.821,126
1902-903	1.152,120	76.817,076	13.711,381	15.913,856	22.369,634	128.811,947
1903-904	1.205,165	84.135,878	7.557,645	18.534,662	24.003,024	134.231,209
Total / Sot.^{to}	8.620,762	818.992,485	149.422,976	156.091,986	154.825,831	1.279.333,278
Anos	**Concelhos**					
	BARLAVENTO					Total / concelhos
	Sal	Boavista	S. Nicolau	Sto. Antão	S. Vicente	
1895-896	3.638,821	3.729,404	13.665,877	26.951,902	148.246,914	192.594,097

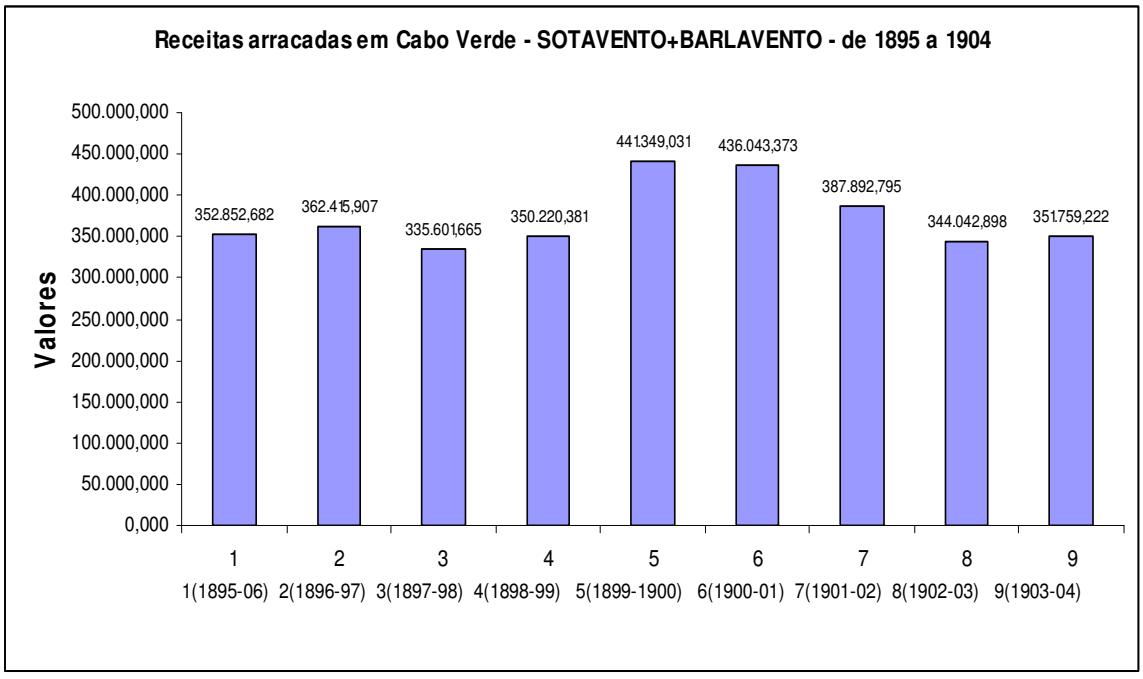
[779] "Diccionario de Geographia Universal". TOMO I. Lisboa: Editor-David Corazzi, 1878, p. 466.
[780] Cf. KASPER, …. – Ilha da Boa Vista …, p. 109.

1896-897	3.424,525	3.197,132	12.092,921	41.869,008	177.792,667	234.951,728
1897-898	2.243,128	3.013,964	9.757,945	33.669,821	155.276,293	201.718,023
1898-899	1.875,887	3.691,210	14,496,498	30.426,265	176.982,380	211.099,855
1899-900	2.235,761	3.551,568	13.099,109	33.343,490	236.829,391	286.823,558
1900-901	1.217,596	4.083,063	10.931,777	33.255,224	218.929,799	267.199,863
1901-902	1.719,297	3.680,665	12.205,053	28.986,301	188.208,077	233.080,096
1902-903	1.652,549	2.978,701	12.029,470	30.552,976	166.865,135	212.426,282
1903-904	2.253,314	2.600,999	10.211,705	27.521,214	173.735,616	214.069,534
Total / Bar^{to}	20.260,878	30.526,706	93.993,857	286.576,201	1.642.866,272	2.053.963,036
Total Geral	28.881,640	849.519,191	243.416,833	442.668,187	1.797.692,103	3.333.296,314

Fonte: Organizado a partir do "Mapa das receitas arrecadas na província de Cabo Verde". FREITAS, António Alfredo Barjona de – "Considerações sobre a Província de Cabo Verde". Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1905, p. 26-27.

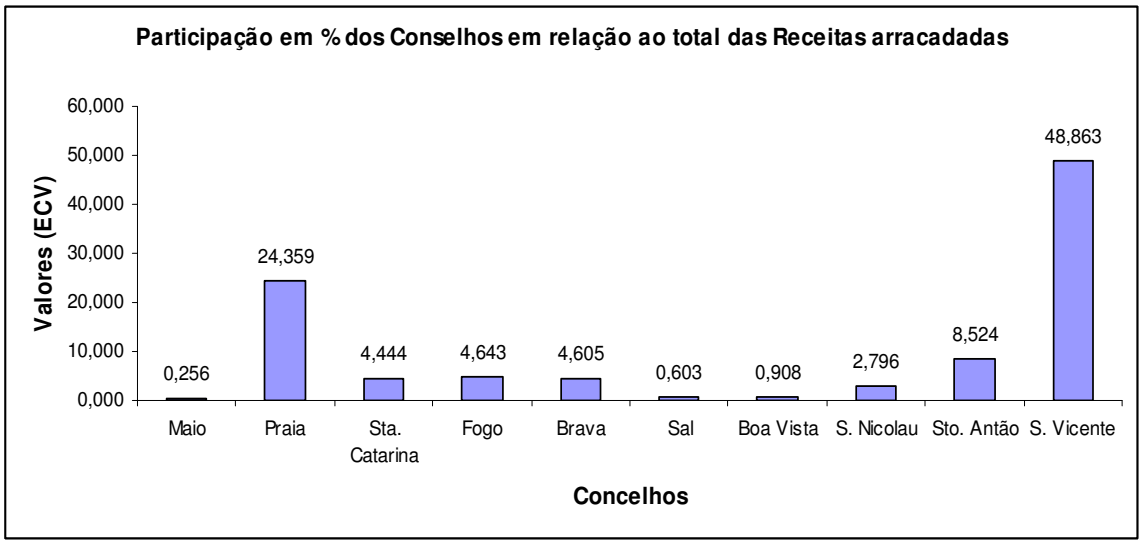
Observemos também os gráficos representativos do quadro, construídos a partir dos dados estatísticos fornecidos pelo mesmo quadro:

GRÁFICO Nº 4



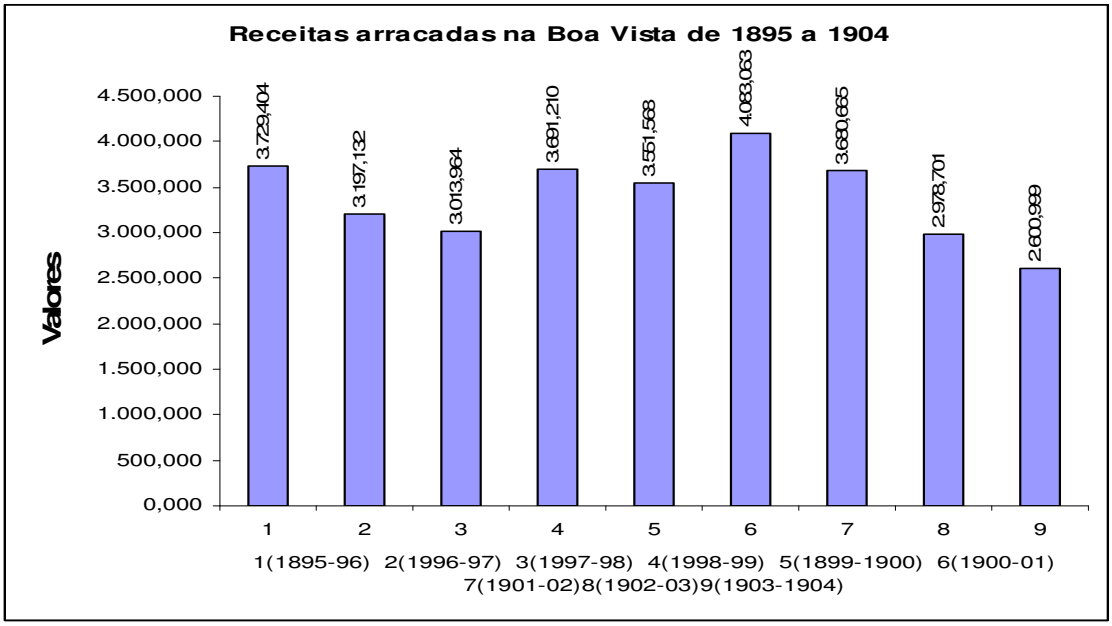
FONTE: Construído a partir do quadro precedente.

GRÁFICO Nº 5



FONTE: Construído a partir do quadro precedente (1895-1904).

GRÁFICO Nº 6



FONTE: Construído a partir do quadro precedente.

Uma leitura do quadro e dos seus gráficos representativos mostra-nos que, com base nos direitos cobrados, as exportações da ilha da Boavista terão de facto aumentado, pois as receitas são claramente superiores às das ilhas do Maio e do Sal, que eram anteriormente superiores. Lê-se também a inequívoca superioridade da ilha de S. Vicente, devido certamente à afluência de navios estrangeiros no Porto Grande, para o abastecimento de carvão como combustível e de frescos, estes certamente importados das ilhas vizinhas de Santo Antão e de S. Nicolau, pois a ilha, de clima desértico, não tinha uma produção agrícola que desse para fornecer a todos os navios que demandavam o seu porto.

No conjunto das ilhas salineiras, Boavista, Sal e Maio, constata-se das informações do quadro que elas apresentam as menores receitas, comparadas às outras ilhas, que são de vocação agrícola. É que, como veremos mais à frente, a exportação do sal de Cabo Verde começa a decair a partir dos meados do século XIX, particularmente na ilha da Boavista, quando as suas salinas começarem a ser invadidas por areias. Mas as causas mais determinantes seriam outras, como o fabrico do sal nos antigos mercados do sal do arquipélago, nomeadamente na Costa Ocidental de África e no Brasil. Entre as ilhas salineiras, a da Boavista apresenta maiores receitas, devido ao comércio da cal, da louça de barro, do peixe seco e salgado e sobretudo às sementes da purgueira, cuja exportação era em maiores quantidades em relação às outras duas ilhas. Por exemplo, enquanto em 1933 a ilha da Boavista atinge uma área cultivada de purgueira de 700 hectares, com uma produção de 100 toneladas, a ilha do Maio fica pelos 20 ha, com uma produção de 10 toneladas, e a ilha do Sal não chega se quer a aparecer nas estatísticas.[781]

Partindo desse intróito genérico sobre o desenvolvimento económico da ilha da Boavista, de seguida tentaremos responder à seguinte pergunta: Que produtos naturais, ou cultivados, e como determinaram o desenvolvimento económico da ilha da Boavista? É uma pergunta que tentaremos responder de seguida, à base da documentação disponível.

1.2. A pastorícia e os produtos do gado

Se a fixação humana nas ilhas de Cabo Verde não tiver sido fácil e rápida, já o mesmo não se poderá dizer de gado, pois "a indústria animal goza de especiais privilégios nas regiões áridas e semi-áridas", ao mesmo tempo que "contribui poderosamente para a estabilização da agricultura, resistindo o agricultor, com gado, mais facilmente aos anos de crise".[782] Apontam-se duas razões fundamentais: a primeira prende-se ao facto de os animais poderem se

[781] SILVEIRA, José Cunha da – "Contribuition a l'Étude du pulghère aux îles du Cap Vert". *Anais do Instituto Superior de Agronomia* . Vol VI, Fasc. 1º. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 1934, p. 6.

[782] TEIXEIRA, António José da Silva; BARBOSA, Luís Augusto Grandvaux – "A Agricultura do Arquipélago de Cabo Verde – Cartas agrícolas. Problemas agrários". Lisboa: Junta de Exportação do Algodão, 1958, p. 138.

defender melhor das secas, porque ao contrário das culturas, podem procurar novas pastagens; a segunda, ao facto de a vegetação espontânea, constituída por plantas xerófilas, ser melhor adaptada e mais facilmente mantida do que as plantas cultivadas.[783] Por isso, "as cabras, soltas nas ilhas logo nos primeiros reconhecimentos, multiplicaram-se em grande número e o mesmo sucedeu às manadas de gado vacum que foram pouco a pouco introduzidas, primeiro na Boa Vista e Maio, a seguir em Santiago e Fogo e depois noutras ilhas".[784] Duarte Pacheco, entre 1506 e 1508, já afirmava que das ilhas [de Cabo Verde] "em cada ano vem muita pelaria de gado cabrum para Portugal".[785] José Joaquim Lopes de Lima também informa, em 1844, que havia grande quantidade de cabras em todas as ilhas de Cabo Verde, das quais se faziam todos os anos grandes matanças para lhes tirarem a pele, que era o principal produto de exportação para a América do Norte e, em menor escala, para Portugal, assim como couros de boi. Estes valiam, de acordo com o seu peso, de 800 a 1$000 réis, e a pele de cabra de 240 a 300 réis, de acordo com o seu tamanho. Mais informa que no ano de 1842 a 1843 se exportaram de Cabo Verde 606 quintais de peles e couros.[786]

Para que houvesse tanto gado na ilha da Boavista, era necessário que existisse muita vegetação nos seus solos, nomeadamente plantas que servissem de pastos para os gados, isto é, pasto alpestre ou, parafraseando Orlando Ribeiro, pasto espontâneo e sempre independente de qualquer operação agrícola,[787] assunto que abordaremos de seguida.[788]

1.2.1. A vegetação e a introdução do gado bravo na Boavista

No que se refere à vegetação na Boavista, há notícias de que, nos primórdios da sua descoberta pelos portugueses, a ilha se apresentava arborizada, pelo "muito e magnífico arvoredo que povoava, nos tempos primitivos, os seus sombrios montes, e a extrema alvura de suas areias, é de presumir que tornassem esta importante ilha de um aspecto muito agradável para os descobridores, [...]".[789] Os relatos de viagem que conhecemos, como

[783] TEIXEIRA, …; BARBOSA, … – A Agricultura …, p. 138.
[784] TEIXEIRA, A. J. da Silva – "Coordenadas da agricultura cabo-verdiana". Separata da "AGROS". Vol. XLII – Nº 4 – 1959, p. 328.
[785] COSTA, A. Fontoura da (Comentários e notas de) – "Cartas das ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes" (1506-1508)". Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1939, nota de roda-pé nº 107, p. 46.
[786] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE I. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 20.
[787] RIBEIRO, Orlando – "Opúsculos geográficos". Vol. VI. Lisboa: Fundação Galouste Gulbenkian, p. 351.
[788] Na relação dos dízimos, de acordo com Aniceto António Ferreira, por "gado" entendia-se o vacum, o lanígero e o caprino, e por "animalis", os cavalos, as mulas e os jumentos. Citado por CARREIRA, … – Descrições …, p. 13.
[789] VALDEZ, Francisco Travasso – "África Ocidental – Notícias e Considerações". TOMO I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864, p. 174.

por exemplo o de Luís de Cadamosto, um dos seus prováveis descobridores, não referem entretanto esse "magnífico arvoredo",. Mais concretamente, no seu relato coevo da sua passagem por Boavista, Cadamosto nada diz a respeito. Outros há também que testemunham a falta de vegetação de grande porte na ilha da Boavista, como, por exemplo, Valentim Fernandes que, entre 1505 e 1506, dá a notícia de que essa ilha "[…] é rasa, sem arvoredos, despovoada de gente". Mais informa que "as águas desta ilha são salobras" e que "há nesta ilha grande criação de cabras".[790] Outrossim, se existiram arvoredos no passado, hoje os solos da Boavista apresentam uma imagem bastante desoladora, do tipo lunar.

Ora, as ilhas de Cabo Verde, embora sejam todas de origem vulcânica, cada uma apresenta características naturais próprias, que a particularizam em termos de recursos naturais: as ilhas de Santiago, Santo Antão, S. Nicolau, Fogo e Brava, são de natureza agrícola; as do Maio e Boavista, são próprias para a criação do gado e para a produção do sal; a do Sal é própria para a produção do sal, enquanto as ilhas de S. Vicente e Santa Luzia são estéreis.[791] Cada uma dessas particularidades deu origem a modos de produção diferentes.

No que se refere à ilha da Boavista, a sua particularidade baseava-se na existência, nas épocas chuvosas, de grande quantidade de plantas xerófilas, próprias para a criação de gado, constituindo assim vastos campos de pastagem. Como ilha árida e semi-árida, com excepção das suas ribeiras agrícolas, os campos da Boavista não podiam ser cultivados e, por isso foram utilizados essencialmente para a pastorícia. Como escrevem os especialistas na matéria, "as pastagens áridas e extremamente áridas cobrem grande parte da ilha" e "a segundas correspondem, na grande maioria dos casos, aos pedregais calcários".[792] No geral, nas suas planícies cresciam, quando chovesse, uma vegetação herbácea, gramínea, muito fraca e efémera. Utilizando a classificação de António José da Silva Teixeira e Luís Augusto Grandvaux Barbosa, contrariamente às pastagens das regiões de altitude, como Santiago, Santo Antão e S. Nicolau, por exemplo, podemos identificar nas regiões baixas, como Boavista, Maio e Sal, os seguintes subtipos de pastagens, entre outros: a) pastagens da orla litoral desabrigada e extremamente árida, com solos pedregosos; b) pastagens desertos salinos, variável com a salinidade; c) pastagens das dunas; d) pastagens das áreas baixas, com bons solos; e) pastagens das zonas semi-áridas.[793]

Foi à base desses tipos de pastagens que se deu início à ocupação da ilha da Boavista com a pastorícia, pois a única alternativa económica que se apresentava aos olhos dos colonos era a criação de gado, particularmente do gado caprino, aliada, pouco mais tarde, à plantação de algum algodão e à prática de alguma agricultura. É assim que, nos finais do século XV, a ocupação da ilha da Boavista começou pela sua vocação essencialmente pecuária, como a caracteriza Simão Barros, nos seguintes termos: "foram a seguir ocupadas as

[790] COSTA, … – Cartas das ilhas …, p. 46.
[791] BARROS, … – Origens …, p. 31.
[792] TEIXEIRA, …; BARBOSA, … – A Agricultura …, p. 63.
[793] Cf. TEIXEIRA, …; BARBOSA, … – A Agricultura …, p. 104-112.

ilhas do Maio e Boavista. Os colonos notaram a propriedade dos seus prados para a criação do gado e por isso as consagraram à pastorícia";[794] então, "nelas se lançou grande número de animais domésticos, que se reproduziram e desenvolveram extraordinariamente. Como assinala Josef Kasper, a "[...] Ilha não possuía animais, foi importado da Europa gado para a ilha da Boa Vista. De início tratava-se exclusivamente de cabras e também alguns bezerros. As outras espécies, como burros, cavalos, muares, porcos e galinhas teriam sido trazidas para a Ilha a partir de 1650 com a colonização".[795]

Por isso, "a ilha da Boa Vista já em 1490 era mencionada como lugar de criação de gado e apanha de algodão, subordinada ao donatário da capitania do norte de Santiago. Durante muitos anos se conservou sem gente, com excepção das épocas de matança do gado e de colheita do algodão".[796] Por exemplo, "sabe-se que só na primeira matança feita na Boa Vista se sacrificaram para cima de 4.000 cabeças".[797] Essas matanças tinham como finalidade produzir carne salgada, carne seca, peles e salsichas para a exportação e para fornecimento dos navios que procuravam refrescos nas ilhas, após longas viagens entre os três continentes do Atlântico.[798]

De entre o desenvolvimento dos animais lançados nos campos de pastagem da Boavista, sobressaiu numericamente a cabra, pois, nos anos chuvosos, cada uma dava geralmente mais de uma cria. Do ponto de vista alimentar, por outro lado, a cabra fornecia boa carne, principalmente a sua cria, o cabrito, que era preferido das populações, pois a sua carne, para além de saborosa, era mais barata: cerca de 15 réis cada um. A cabra também fornecia o leite, do qual se fabricava o queijo caseiro, utilizado tanto no comércio como na alimentação.[799]

1.2.2. O quadro político-económico da introdução da pastorícia na ilha da Boavista

Neste ponto, ocorre-nos interrogar: em que quadro político-económico foi ocupada a ilha da Boavista?

Esta é uma questão cuja resposta de certo não será alheia à dinâmica do comércio internacional que, a partir dos começos do século XVI, já movimentava a navegação no Atlântico, no qual as ilhas de Cabo Verde ocupavam uma posição geográfica central, na encruzilhada das rotas entre a Europa, a África e a América. Mesmo assim, na primeira fase do povoamento do Arquipélago de Cabo Verde, isto é, de 1462 a 1495,[800] as únicas ilhas povoadas eram as de Santiago e do Fogo, que se desenvolviam graças ao tráfico de escravos nos rios da Guiné. As outras ilhas, porém, mantinham-se despovoadas de gente, embora

[794] BARROS, … – Origens …, p. 31-32.
[795] KASPER, … – Ilha da Boa Vista …, p. 112.
[796] TEIXEIRA, …; BARBOSA, … – A Agricultura …, p. 31.
[797] TEIXEIRA, … – Coordenadas da agricultura …, p. 328.
[798] Cf. KASPER, …. – Ilha da Boa Vista …, p. 113.
[799] Cf. SENNA, … – Dissertação …, p. 55.
[800] Sobre este assunto, cf., por exemplo, BARROS, … – Origens …, 1939.

nos finais do século XV e começos do século XVI nelas houvesse gado, como noticia o Padre Baltasar Barreira 1606.[801]

Como referimos no capítulo sobre o povoamento, o descobrimento do caminho marítimo para a Índia e, posteriormente do Brasil, vieram valorizar as outras ilhas em termos comerciais, pois os navios que transitavam pelo Atlântico necessitavam de frescos e, por isso, demandavam os seus portos, onde deixavam suas mercadorias e recebiam em troca outros produtos do Arquipélago e, mais tarde, da Guiné.[802] A ocupação das ilhas da Boavista e do Maio por exemplo, com a criação de gado, deve muito às novas políticas de exploração económica então adoptadas, neste caso, de doação dos seus respectivos gados bravos. António Carreira corrobora essa asserção ao informar que "a criação de gado diverso começou pelo aproveitamento das boas pastagens do Maio e da Boa Vista, onde os animais eram largados sem outros cuidados além da vigia e pastoreio por escravos. Estes ficavam isolados do resto do mundo, sem possibilidades de se evadirem".[803]

A Coroa detinha entretanto o monopólio de todos os produtos de valor económico das ilhas de Cabo Verde. Mas como não tinha meios de os explorar directamente, concedia esse direito a particulares, sob a condição de pagar dízimos, quartos e outros impostos régios. Foi nessas condições, enquanto detentora do gado bravo da Boavista, que a Coroa portuguesa concedeu a Rodrigo Afonso o gado bravo da ilha. Por isso, como escreve Manuel Múrias, "em 1490 Rodrigo Afonso começou a exploração da Boa Vista e Maio, levando para lá escravos da Guiné e outros para a guarda de gado que para lá mandou ir de Santiago".[804] Em consequências, esse donatário e os familiares que se lhe seguiram como donatários, implantaram na ilha uma exploração económica baseada essencialmente na pecuária. E o povoamento dos espaços geográficos da Boavista desenrolava-se condicionado pelo desenvolvimento da criação de gado, que exigia cada vez mais gente para o seu cuidado e para a exploração dos seus produtos comercializáveis, como por exemplo, carne salgada (chacina), a carne seca, a pele e o couro.[805]

Foram portanto as pastagens que atraíram a atenção, não só da Coroa portuguesa mas também dos primeiros colonos para a ilha da Boavista pois, de acordo com Fontoura da Costa, "parece pois que antes de 1490 já ali tinha sido lançado gado bravo – caprino. Isto não indica que a *ilha* tivesse logo sido povoada […]".[806] Esta asserção poderá ser corroborada não só pela própria carta de doação do gado bravo da ilha da Boavista a Rodrigo Afonso, quando nela se estipula expressamente "[…] que ele tenha de mim em dias de sua vida

[801] Citado por CARREIRA, António – "CABO VERDE. Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)". Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1983, in nota de roda pé, p. 298-299.
[802] BARROS, ..– Origens …, p. 13.
[803] CARREIRA, … – "CABO VERDE …, p. 39.
[804] MÚRIAS, Manuel – "CABO VERDE: Memória breve". Lisboa: Agência Geral das colónias, 1939, p. 27.
[805] BARROS, … – Origens …, p. 15.
[806] COSTA, … – Cartas das Ilhas …, roda-pé, p. 46.

o gado bravo da minha ilha da Boavista […]"[807] mas também por António Carreira, ao informar, referindo-se à "chacina de cabra" nas ilhas de Santiago e do Fogo por volta de 1472, que a criação de gado diverso começara pelas ilhas do Maio e da Boa Vista. [808] Concluímos, portanto, que o gado caprino teria sido introduzido na ilha da Boavista provavelmente por volta de 1472, seguindo-se-lhe outros gados, como o bovino, o asinino, o cavalar, o suíno, entre outros. Por causa da prosperidade dos seus produtos, deve-se no entanto ao gado caprino o mérito de demonstrar a viabilidade económica da ilha da Boavista.

1.2.3. O desenvolvimento da economia do gado

Dissemos no capítulo referente ao povoamento que a ocupação da ilha da Boavista dependeu exclusivamente do aproveitamento do pasto, que propiciou a criação de gado e exploração económica dos seus produtos. Aliás, a propósito do seu povoamento tardio em relação às ilhas de Santiago e do Fogo, um documento de 1606, transcrito pelo pe. António Brásio, já dizia que "ao nordeste estão as ilhas de Santo Antão, de S. Nicolau e a da Boa Vista, nas quais não há mais que gado".[809]

Do desenvolvimento do gado e do impacto económico dos seus produtos na ilha da Boavista, não encontrámos entretanto informações estatísticas referentes a Cabo Verde até aos começos do século XIX, como veremos mais à frente, para além de referências vagas, como a do Anónimo que, reportando-se à criação de gado na ilha da Boavista em 1784, escrevia: "há nessa ilha uma quase imensa produção de cabras e burros".[810] Por outro lado, os quartos, as dízimas, as redízimas e os dízimos sobre os produtos do gado e os rendimentos do sal e os direitos dos navios despachados na ilha da Boavista eram enviados para a "Alfandega de Cabo Verde", em Santiago,[811] e esta ilha, como informa António Carreira, "[…] nunca foi grande produtor de couros e peles, como o Maio e Boa Vista".[812] O autor aponta o caso da Boavista que, em contra partida, "[…] em 1752, só as peles recebidas em pagamento de dízimos ascendiam a 3.650,

[807] Carta de mercê de D. Manuel de 31 de Maio de 1490, transcrita in ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord. de) – "História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental", Vol. I. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988, p. 73.
[808] CARREIRA, … – CABO VERDE…, p. 39.
[809] Doc. nº 45, de 1-8-1606, p. 162. In BRASIO, Pe. António – "Monumenta Missionária Africana-Africa Ocidental". 2ª série. Vol. IV, p. 162.
[810] Anónimo. "Noticia Corográfica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde desde o seu princípio até o estado presente, com um catálogo dos Exmos. Bispos, Governadores e Ouvidores, e os sucessos mais memoráveis e verídicos, tirados de livros e papéis antigos. E assim mais algumas insinuações dos meios mais conducentes para o restabelecimento dele, por se achar na última decadência. Composta pela infatigável diligência de um amante da Pátria e Leal Vassalo de Sua Magestade fidelíssima – 1784" (Apresentação, notas e comentários por CARREIRA, António). Lisboa: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1985, p. 33.
[811] Cf. I.A.H.U. Cabo Verde. Papeis avulsos. Cx 9, doc. 20, 1701; Cxa. 14, docs. 8 e 12, 1730; Cxa. 16, doc. 39, 1736.
[812] CARREIRA, António – "A urzela e o pano de vestir – dois produtos de exportação das ilhas de Cabo Verde". Revista do Centro de Estudos de Cabo Verde. Série de Ciências Humanas. Praia, 1 (19 1973, 1-35, roda-pé, p. 7.

vendidos a navios americanos em regra a 100 réis cada".[813] Ora, não encontrando uma organização estatística oficial que pudesse revelar o papel da exportação dos produtos de gado da ilha da Boavista antes do referido século, alguma referência bibliográfica nos indica, no entanto, que já no século XVI se exportavam produtos do gado para Portugal e ocasionalmente para a Guiné. O produto do gado era também comprado pelos navios que aportavam a à ilha da Boavista, não só a carne seca ou salgada, para alimentação dos marinheiros mas também o sebo para a conservação do leme e cordoaria dos navios.[814] Note-se que o sebo servia também para o fabrico do sabão. Por isso, não deixaria de ser procurado pelas indústrias de sabão, não só de Santiago mas também da Europa.

A partir de 1600, a ilha da Boavista exportava produtos do gado para as ilhas Bermudas e Brasil e, mais tarde passou a exportar também cavalos, burros, muares, principalmente para as Caraíbas.[815]

Por outro lado, o peso do gado na economia da Boavista poderá ser avaliado através da própria legislação da época. Neste sentido, referindo-se à Provisão de 11 de Abril de 1732, do rei D. João V (1706-1750), que aprova os Regimentos dados pelo Desembargador Dr. José da Costa Ribeiro para a ilha da Boavista, António Carreira escreve que "a importância do gado na economia local da época, pode ser avaliada pela forma detalhada como foi regulamentada a instituição de montados destinados à criação e os processos de escolha, ferra e recenseamento de animais, da Fazenda e de particulares".[816] Justificando o facto, o autor deixa outro testemunho do nível de desenvolvimento do gado na ilha da Boavista, ao escrever que "estava-se no período de intensa comercialização de animais, sobretudo com estrangeiros. Vacas, cavalos, jumentos e porcos, eram avidamente procurados por ingleses e franceses para as suas possessões de África (Serra Leoa) e Antilhas, Jamaica, Barbados, etc., especialmente reprodutores. Preferiam o gado cabo-verdiano, já afeito aos climas quentes e também pela sua rusticidade. Cruzavam-no com raças de outras proveniências. Este comércio (bastante antigo), perdurou por todo o século XVIII e mesmo durante alguns anos do seguinte".[817] Do conhecimento da história portuguesa referente ao reinado de D. João V, sabe-se que o Rei era muito religioso e que, para manter o seu fervor religioso, não media os gastos. Assim, muito do dinheiro que precisava ia buscá-lo às colónias. Com efeito, o seu fervor religioso levara-o a construir sumptuosos palácios, conventos e igrejas, como por exemplo o grandioso Palácio e Convento de Mafra, que custou à Coroa cerca de 120 milhões de cruzados; realizou despesas avultadas com a Igreja Católica. Como se isso não chegasse, dividiu a cidade de Lisboa em duas partes: a Oriental, cidade metropolitana, e a Ocidental, urbe patriarcal, onde assinou, aliás, a Provisão de 1732. Por outro lado, a pedido do Papa Clemente

[813] CARREIRA, … – A urzela e o pano …, 1-35, roda-pé, p. 7.
[814] KASPER, … – Ilha da Boa Vista…, p. 113.
[815] KASPER, … – Ilha da Boa Vista…, p.114.
[816] CARREIRA, António – "Alguns aspectos da administração pública em Cabo Verde no século XVIII". Separata do nº 105 do Ano XXVII do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. Bissau: 1972, p. 133.
[817] CARREIRA, … – Alguns aspectos …, p. 133-134.

XI, em 1716 o rei envolvera Portugal em guerra religiosa contra os turcos, o que sobrecarregou as finanças do país.[818] Portanto, é no quadro das potencialidades naturais da ilha da Boavista em pastagem e das políticas financeiras da Coroa portuguesa do reinado de D. João V que a ilha conhece, em 1732, a sua primeira legislação específica, apropriada à exploração económica dos seus produtos de valor comercial, como o gado e o seu comércio com os estrangeiros.[819] Quanto à especificidade dessa legislação, como escreve António Carreira, "a tendência da época era, por evidente, a de imprimir às *leis* uma feição vincadamente local, ou quando muito, regional. Eram, sobretudo, as características da insularidade, agravadas pela escassez de meios de transporte marítimo, que o exigia".[820] Assim, por exemplo, sem prejuízo das disposições comuns a todas as ilhas, como as formalidades a cumprirem na entrada e desembaraço de navios estrangeiros e comércio com eles, as taxas de direitos alfandegários, entre outras,[821] "as disposições reguladoras da apanha e do comércio de sal abrangiam apenas as ilhas salineiras – então apenas as de Boa Vista e do Maio (a ilha do Sal era deserta); as referências à criação de gado, manso e bravio (com montados delimitados e currais e poços), são para a Boa Vista e S. Nicolau".[822]

Com efeito, da análise do documento "Certidão do Livro em que se registão Ordens respectivas a Alfândega da Ilha da Boa vista", 28 dos 48 parágrafos consagrados às atribuições do Feitor, da Previsão de 11 de Abril de 1732, dispõem sobre o gado e do seu comércio na ilha da Boavista.[823] Do ponto de vista genérico, por exemplo, nos "Capítulos e forma por que o feitor deve dar despacho a todos os navios de qualquer nação que forem e que venham comerciarem a esta ilha", essa Provisão estipulava, no seu Tit. 6º, Cap. 3º, § 1º, que quando os navios fizessem compra de mantimentos na Boavista, os vendedores pagariam um imposto de 5% sobre o valor da transacção; no Tit. 6º, Cap. 4º, § 3º, dizia que se o navio pagasse em moedas correntes, não estaria sujeito a quaisquer taxas de entrada mas, se pagasse em fazendas, estaria obrigado a pagar uma taxa de 10% de entrada sobre o valor transaccionado.

Por essa disposição regulamentar, nota-se claramente a existência de procedimentos alfandegários na ilha, não só nos "Capítulos e advertencias das couzas que deve fazer o Feitor desta Ilha pertencente a boa administração da fazenda Real" mas também e sobretudo nos capítulos "Dos escrivães de

---

[818] Cf. BORGES, Alexandre; ROSA, Hugo – "Histórias Secretas dos reis de Portugal". 2ª ed. . Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 89-90.

[819] "Certidão do Livro em que se registão Ordens respectivas a Alfândega da Ilha da Boa vista", que contem o "Livro em que está Escripto a forma de arrecadação da real Fazenda, e as ordens por que Sua Magestade que Deos Guarde asim Manda Estabelecer nesta Ilha e alguns Capítulos de Regimento das Alfândegas por que os Feitores se devem reger nos despachos que derem aos Navios, como adiante se verá". IAHN, Praia. Cxa. Nº 426. Secretaria-Geral do Governo da Província de cabo Verde, 1825.

[820] CARREIRA, …– Alguns aspectos …, p. 143.

[821] CARREIRA, … – Alguns aspectos …, p.144.

[822] CARREIRA, … – Alguns aspectos …, p. 143. Sendo a ilha do Maio uma ilha de criação de gado, o autor diz não conhecer o Regimento referente a essa ilha.

[823] Certidão do Livro … IAHN, Praia. Cxa. Nº 426. Secretaria-Geral do Governo da Província de cabo Verde, 1825.

Alfândega e Contos", Cap. 1º, do § 1º ao § 6º.[824] Por exemplo, como vimos atrás, trata-se da prática de fornecimento aos navios de *refrescos*, livres de direito, das frutas da terra, gado, perus, entre outros; mas, se os mantimentos constarem de milho, feijão, porcos, vacas e cabras, os vendedores pagavam uma taxa de 5%, de saída; o fornecimento de géneros alimentícios ficava sujeito a uma licença da Câmara para evitar que as provisões desses géneros faltassem às populações; as fazendas vendidas a troco dos géneros da terra, pelos navios, pagavam 10% de direito de entrada.[825]

No que se refere especificamente à criação de gado, nas atribuições ao Feitor, atrás referidas, o Regimento abrangia as seguintes matérias: "Montadas da Fazenda e sua demarcação"; "Pastores do gado da Fazenda. Salários e deveres"; "Recenseamento do gado"; "Manteiga. Sua confecção e fiscalização"; "Proibição de venda do gado da Fazenda"; "Controle do gado da Fazenda. Montarias. Abate de bodes e de fêmeas infecundas"; "Criação de gado por particulares. Dízimos reais e da Igreja. Sua cobrança"; "Permissão de criar gado na parte sul da ilha. Currais e poços. Tombamento do gado"; "Ferra de gado bravio achado nos montados e seu recenseamento"; Liberdade de criação de gado por particulares nos montados", entre vários outros disposições que mostram, de facto, a importância que era dada à exploração económica do gado ainda na primeira metade do século XVIII. Assinale-se que muitas dessas matérias foram retomadas pela Provisão de 14 de Março de 1753, na qual, por exemplo, os três pastores da Fazenda Real continuavam a ser designados de "Pastores de S M".[826] Já o Regulamento de 1754 previa não só pastores e caçadores, mas também guardas de campo e criadores do gado da Feitoria. Estes foram instituídos a fim de se combaterem os desvios do gado por parte dos pastores e dos caçadores.

Todos esses procedimentos legislativos demonstram que o gado e seus produtos tinham, efectivamente, por volta de 1732, grande peso no desenvolvimento económico da Boavista. Caso contrário, os desembargadores não teriam a preocupação de consagrar ao gado e ao comércio dos seus produtos, na dita Previsão, mais da metade dos 48 parágrafos referentes às atribuições do Feitor, atrás referidas.[827] Como escreve António Carreira, "estava-se no período de intensa comercialização de animais, sobretudo com estrangeiros. Vacas, cavalos, jumentos e porcos, eram avidamente procurados por ingleses e franceses para as suas possessões de África (Serra Leoa) e Antilhas, Jamaica, Barbados, etc., especialmente reprodutores. Preferiam o gado cabo-verdiano, já afeito aos climas quentes e também pela sua rusticidade".[828]

---

[824] CARREIRA, … – Alguns aspectos …, p. 143.
[825] Certidão do Livro … IAHN, Praia. Cxa. Nº 426. Secretaria-Geral do Governo da Província de Cabo Verde, 1825.
[826] Certidão do Livro … IAHN, Praia. Cxa. Nº 426. Secretaria-Geral do Governo da Província de Cabo Verde, 1825.
[827] Certidão do Livro … IAHN, Praia. Cxa. Nº 426. Secretaria-Geral do Governo da Província de Cabo Verde, 1825.
[828] CARREIRA, …– Alguns aspectos …, p. 133-134.

Por seu turno, João da Silva Feijó informa, em 1797, que na ilha da Boavista existiam, em 1785, mais de 45.000 cabeças de cabras mansas, além de imensa quantidade de cabras bravas, pertencentes à Fazenda Real.[829] No mesmo ano, Feijó testemunha também a exportação de pele e de couros para América do Norte, nos seguintes termos: "[…] a das pelles sobe, hum anno por outro, de duas a tres mil, pelo valor corrente de cem réis; e a dos couros, ainda que hoje mui diminuta, deita a mil e quinhentos, tendo sido nos annos de 1792 e 1793 de vinte para trinta mil (pela grande mortandade que então houve de gados) e todos levados pelos Americanos, pelo preço de setecentos e cincoente réis, huns por outros".[830] Escreve ainda Feijó que "a extracção das cabras, no annual refresco dos Estrangeiros, chega em todas as Ilhas a quatro para cinco mil cabeças, no valor cada huma de trezentos réis até setecentos e cincoenta réis".[831]

FIG. Nº 27
Gado caprino na Boavista



FONTE: Foto de Mário Évora, direcção Este-Oeste. Ribeira d'Água, 2000

[829] "ENSAIO POLÍTICO SOBRE AS ILHAS DE CABO VERDE PARA SERVIR DE PLANO À HISTÓRIA FILOSÓFICA DAS MESMAS" (1797). In CARREIRA, António (Apresentação e comentários de) – "Ensaio e memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde (século XVIII)". Lisboa: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1986, p. 31.
[830] FEIJÓ, João da Silva – "Ensaio economico sobre as ilhas de Cabo Verde em 1797". §. XLVII. In MEMORIAS ECONOMICAS DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA. TOMO V. Lisboa: Academia Real das Ciências, M.DCCCC.XV, (145-154), p.191.
[831] FEIJÓ, … – Ensaio economico …, p. 192.

No rol dos gados e animais exportados, Feijó enumera ainda bois, cavalos, burros, porcos, leitões, galinhas e perus.

Internamente, da Boavista exportava-se gado vivo para as outras ilhas, nomeadamente burros, como refere a seguinte passagem da carta do Capitão-mor da Boavista: "[…] o dito João Carlos me anunciou haverem dois Navios, que ficavão para partir para esta ilha [da Boavista], e que a um deles tinha aconselhado a trazer alguns Burros para trocar por Milho, e leva-lo á essa [ilha do Fogo]".[832] Entretanto, era proibida a "[...] extracção das bestas para fora destas Ilhas porque a dita negociação só pertence aos Administradores da dita Companhia".[833] Assim, os proprietários da Boavista ficavam impedidos de vender as suas bestas aos estrangeiros, mas sim directamente à administração da referida Companhia que, por sua vez, as vendia a estrangeiros. Esta proibição foi feita pelo então Desembargador João Gomes Ferreira, Ouvidor Geral das ilhas da Cabo Verde e Conservador da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, através do edital de 30 de Junho de 1766 afixado na Boavista, com suporte legal no Alvará de 28 de Novembro de 1757.[834] Como se isso não bastasse e numa manifesta protecção à Companhia que representava, por meio de um novo edital, desta vez de 10 de Julho de 1766, e com base legal nos Alvarás de 6 de Outubro de 1705 e de 16 de Agosto de 1722, respectivamente, o mesmo Desembargador determina que a partir da publicação do referido edital "'[...] nenhuma pessoa de qualquer qualidade ou condição que seja possa ir a bordo dos ditos navios (estrangeiros) sem expressa licença do Capitão-mor desta Ilha da Boa Vista sob pena de 30 dias de prisão e 50 cruzados dos quais serão do denunciante a terça parte e as duas se aplicarão pela dita Companhia'".[835]

O gado caprino e outros animais de maior porte continuavam sendo, porém, exportados da Boavista para as outras ilhas, não só para o consumo, mas também para a criação. Como exemplo, Senna Barcellos regista que em 1810 moradores da Boavista teriam mandado cabras para S. Vicente que, sem

---

[832] Carta ao Capitão-mor da Boavista. I.A.H.N. Praia. SGGG / A1®. 49 – Fls. 109-109v.

[833] Refere-se à Companhia de Grão Pará e Maranhão, à qual foi entregue a administração das ilhas de Cabo Verde em 1757. Essa administração seria catastrófica para o povo das ilhas. Por isso, quando elas passaram novamente a ser administradas directamente pelo governo, o povo regozijou-se e, "[…] em 24 de Abril de 1778, a Câmara e os homens bons de Santiago dirigiram à Rainha D. Maria I uma mensagem de agradecimento 'por os ter livrado do jugo da companhia do Grão Pará e Maranhão, que durante vinte anos explorara o país e o povo, por falta de comércio livre, proibindo a exportação dos produtos da terra; que êste mal viera agravar ainda mais a cruel fome, que durara três anos, chegando a ilha à sua total desolação; o povo reduzido a um estado tão precário que, faltando-lhe todo o alimento, se vira constrangido à extrema angústia de devorar tudo a até bestas silvestres; excedendo quási os limites da crueldade, também se arrojaram alguns a comerem os seus semelhantes a até os cadáveres que encontravam'". Citado por MÚRIA, Manuel – "CABO VERDE: Memória breve". Lisboa: Agência geral das Colónias, 1939, p. 39.

[834] Inserido no "Certidão do Livro … IAHN, Praia. Cxa. Nº 426. Secretaria-Geral do Governo da Província de Cabo Verde, 1825; Cf. tb. CARREIRA, … – Alguns aspectos …, p. 196-198.

[835] Inserido no "Certidão do Livro … IAHN, Praia. Cxa. Nº 426. Secretaria-Geral do Governo da Província de Cabo Verde, 1825; Cf. tb. CARREIRA, … – Alguns aspectos …, p. 198-199.

pastores, danificavam a incipiente agricultura ali então existente.[836] Enquanto isso, alguns produtos do gado caprino, nomeadamente o leite, a manteiga e o queijo eram consumidos internamente, ou exportados para as outras ilhas.

De acordo com Manuel Roiz Lucas de Senna, "só a ilha da Boa Vista, de 1804 a 1811, exportou para as Antilhas, 3.371 animais diversos e 78.000 peles e couros".[837] É precisamente neste ano que os proprietários de gado e comerciantes da Boavista enviam uma petição ao rei, na qual "'protestam contra os direitos lançados sobre mantimentos e animais vendidos a navios estrangeiros, na base de 24%, quando esses direitos para os navios nacionais e ingleses eram fixados em 15%'".[838]

Por volta de 1813, Aniceto António Ferreira, então Feitor da Fazenda Real na ilha da Boavista, dá conta das planícies abundantes em animais, como vacas, cavalos, jumentos e cabras, e excelentes pastos. Sobre a cabra, calcula o número em 50.000 cabeças. Nessa altura, de acordo com Aniceto Ferreira, um boi custava 12.000 réis e uma galinha 150 réis, observando que nas outras ilhas eram mais baratos.[839]

No primeiro quartel do século XIX, embora a importância da economia do gado começasse a decrescer face à predominância da do sal, ainda se regista, entretanto, alguma exportação do gado e do seu produto. Como exemplo, por volta de 1818 os fazendeiros nos campos da ilha da Boavista sustentavam os seus escravos com carne de cabra, "[…] e por isso que há muita pele da cabra, as quais eles vendem aos negociantes da terra a 80 e a 100 réis, e estes vendem aos estrangeiros a 200 e 240 réis cada uma [com] que carregam destes género muitos navios",[840] enquanto um cavalo custava 6.400 réis e o burro entre 2.250 e 3.000 réis.[841] Nota ainda o autor que em todas as ilhas de Cabo Verde as cabras dão muito leite e de boa qualidade, com o qual se fazem bons queijos.[842] E ainda em 1864, Francisco Travasso Valdez testemunha a exportação de "[…] muita carne salgada, salchichas, carne ensacada e talvez mais de 7:000 pelles de cabra" da ilha da Boavista para o exterior.[843]

Como assinalámos atrás, as estatísticas oficiais em Cabo Verde só são organizadas a partir dos finais do século XIX e início do século XX, como se poderá comprovar dos próprios documentos oficiais. Neste sentido, Machado Saldanha, Director dos Serviços de estatística da Colónia de Cabo Verde, escreve na introdução ao "Anuário Estatístico", cujo primeiro número saiu em 1933, o seguinte: "A alínea a) do artigo 4º da portaria nº 854, de 22 de Fevereiro de 1933, que pôs em execução a organização dos serviços de Estatística da Colónia de Cabo Verde, estabelece a publicação periódica do Anuário

[836] CHELMICKI, … – Corografia Cabo-…, p. 25.
[837] SENNA, … – Dissertação …, nota de roda-pé, p. 54.
[838] Citação de CARREIRA, … – Alguns aspectos …, 1972.
[839] FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde", in CARREIRA, … – Descrições …, p. 48-49.
[840] SENNA, … – Dissertação …, p. 55.
[841] SENNA, … – Dissertação …, p. 57 e 58.
[842] SENNA, … – Dissertação …, p. 55.
[843] VALDEZ, … – África Ocidental …, p. 169.

Estatístico que deva ser precedido dum comentário".[844] Porém, no início do século XIX, já há alguma informação bibliográfica da estatística de gado e dos seus produtos na ilha da Boavista, mais precisamente nos anos de 1804 a 1811, como elucidam os dois quadros a seguir:

QUADRO Nº 21

Exportação do gado vivo da Boavista, por países, 1804-1811

Anos	Países	Gados e animais				
		Bois	Cavalos	Jumentos	Cabras	Porcos
1804	Portug.	--	--	11	--	--
	Ingla.	5	--	--	101	128
	E.U.A.	2	--	14	329	109
	Espa.	--	--	--	--	--
Total ano		7	--	25	430	237
1805	Portug.	8	--	--	12	13
	Ingla.	1	--	--	45	4
	E.U.A.	97	--	9	298	104
Total ano		106	--	9	355	121
1806	Portug.	7	--	--	--	--
	Ingla.	--	--	--	19	19
	E.U.A.	181	27	60	331	73
Total ano		188	27	60	350	92
1807	Portug.	7	--	--	16	--
	Ingla.	--	--	--	--	--
	E.U.A.	47	--	83	178	58
Total ano		54	--	83	194	58
1808	Portug.	11	--	--	4	--
	Ingla.	64	60	58	69	56
	E.U.A.	106	--	13	174	55
Total ano		181	60	71	247	111
1809	Portug.	--	--	--	--	--
	Ingla.	3	83	16	5	11
	E.U.A.	37	2	44	58	26
	Espa.	--	--	--	--	--
Total ano		40	85	60	63	37

[844] In Introdução ao "Anuário Estatístico". Ano I-1933. Serviços de estatística. Cidade da Praia. Cabo Verde. Composto e impresso na tipografia Leitão de Anjos & Cª Limitada – Porto, 1934.

1810	Portug.	--	--	--	--	--
	Ingla.	--	--	--	--	--
	E.U.A.	--	--	--	--	--
	Espa.	--	--	--	--	--
Total ano		--	--	--	--	--
1811	Portug.	--	--	--	4	16
	Ingla.	--	--	--	--	--
	E.U.A.	--	--	--	--	--
Total ano		--	--	--	4	16
Total geral		576	172	308	1.643	672

Fonte: Organizado a partir do "Mapa dos navios que aportaram nesta Ilha da Boa Vista desde o ano de 1804 até o de 1811". FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde", in CARREIRA, António (Recolha, anotações e apresentação) – "Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde". Mem Martins: Edição de António Carreira, 1987, p. 56-57.

QUADRO Nº 22

Produtos de gado exportados da Boavista, por países (1804-1811)

Anos	Países	Produtos de gado	
		Peles	Couros
1804	Portug.	138	--
	Ingla.	--	--
	E.U.A.	13.403	45
	Espa.	--	--
Total ano		13.541	45
1805	Portug.	46	--
	Ingla.	185	--
	E.U.A.	14.895	31
Total ano		15.126	31
1806	Portug.	--	--
	Ingla.	--	--
	E.U.A.	11.766	93
Total ano		11.766	93
1807	Portug.	58	--
	Ingla.	--	--
	E.U.A.	3.952	152
Total ano		4.010	152

1808	Portug.	975	486
	Ingla.	--	84
	E.U.A.	7.156	85
Total ano		8.131	655
1809	Portug.	--	35
	Ingla.	5.783	31
	E.U.A.	9.314	419
	Espa.	--	--
Total ano		15.097	485
1810	Portug.	358	27
	Ingla.	--	--
	E.U.A.	4.614	694
	Espa.	--	--
Total ano		4.972	721
1811	Portug.	--	--
	Ingla.	--	--
	E.U.A.	97	11
Total ano		97	11
Total geral		72.740	2.193

Fonte: Organizado a partir do "Mapa dos navios que aportaram nesta Ilha da Boa Vista desde o ano de 1804 até o de 1811". FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde", in CARREIRA, António (Recolha, anotações e apresentação) – "Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde". Mem Martins: Edição de António Carreira, 1987, p. 56-57.

De seguida, no que conseguimos apurar, nos finais do século XIX vêm também publicados no Boletim Oficial da Província de Cabo Verde e nos documentos da Secretaria-Geral do Governo da Província de Cabo Verde informações estatísticas sobre o gado, o que nos permite ter uma quantificação do gado na Boavista nesse final de século.

Comecemos pelo quadro do número de cabeças de gado, por concelhos, em 1875, embora com alguma omissão em relação ao gado suíno do concelho de Paul, quadro esse que nos fornece as seguintes informações:

QUADRO Nº 23

Número de cabeças de gado, por concelhos, em 1875

	Praia	Sta Catarina	Fogo	Brava	S. Vicente	Ribeira Grande	Paul	Maio	S. Nicolau	Boa Vista	Sal	Total Concelhos
Vacum	4050	4073	4176	580	657	1154	600	714	4269	973	168	21.414
Cabrum	15000	12420	11407	800	4755	1200	1638	6100	8745	15.215	4.832	82.112
Ovelhum	1000	950	1591	40	1165	55	638	1500	1817	1.371	522	11.145
Suino	4.000	4.860	--	--	166,00	1.178,00	--	--	--	14	--	10.218

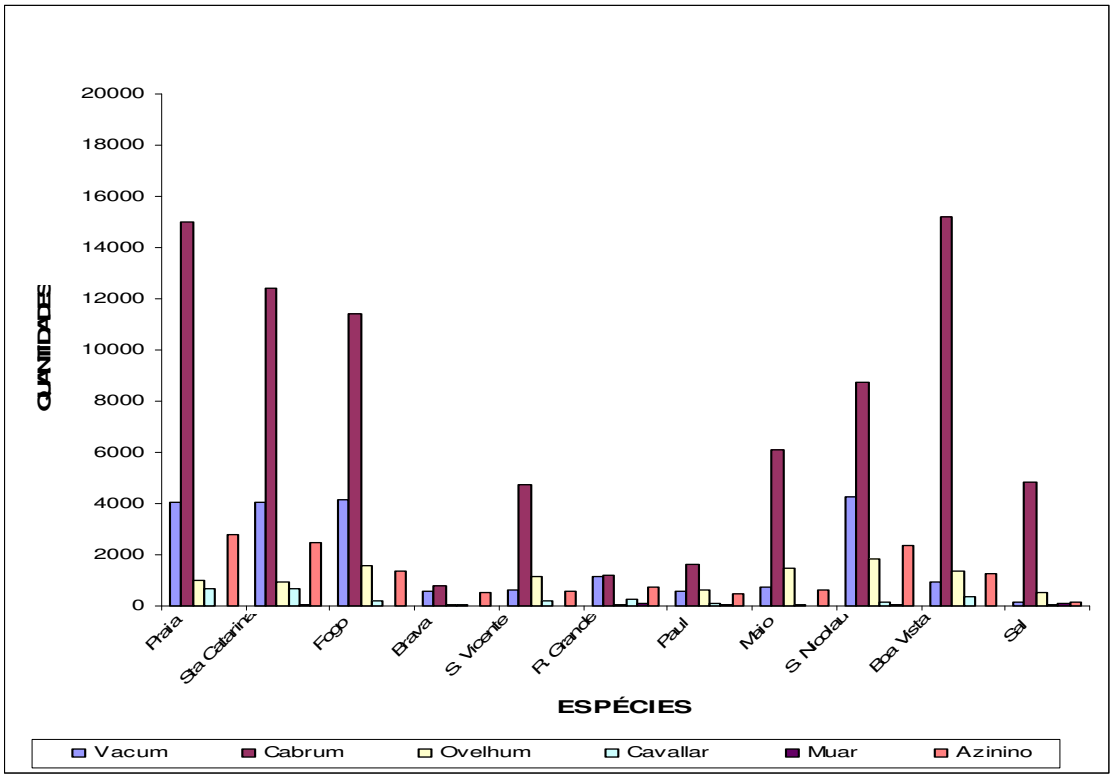
Cavallar	710	696	207	36	213	238	120	40	180	391	62	2.893
Muar	24	35	18		11	92	39	6	72	13	127	437
Azinino	2800	2461	1366	540	602	728	455	653	2356	1.240	151	13.352

Fonte: Extraído do Anexo ao Boletim Oficial nº 38, de 18 de Dezembro de 1875.

Vejamos a representação gráfica do número de cabeças de gado, por concelhos, em 1875, de acordo com o quadro:

GRÁFICO Nº 7

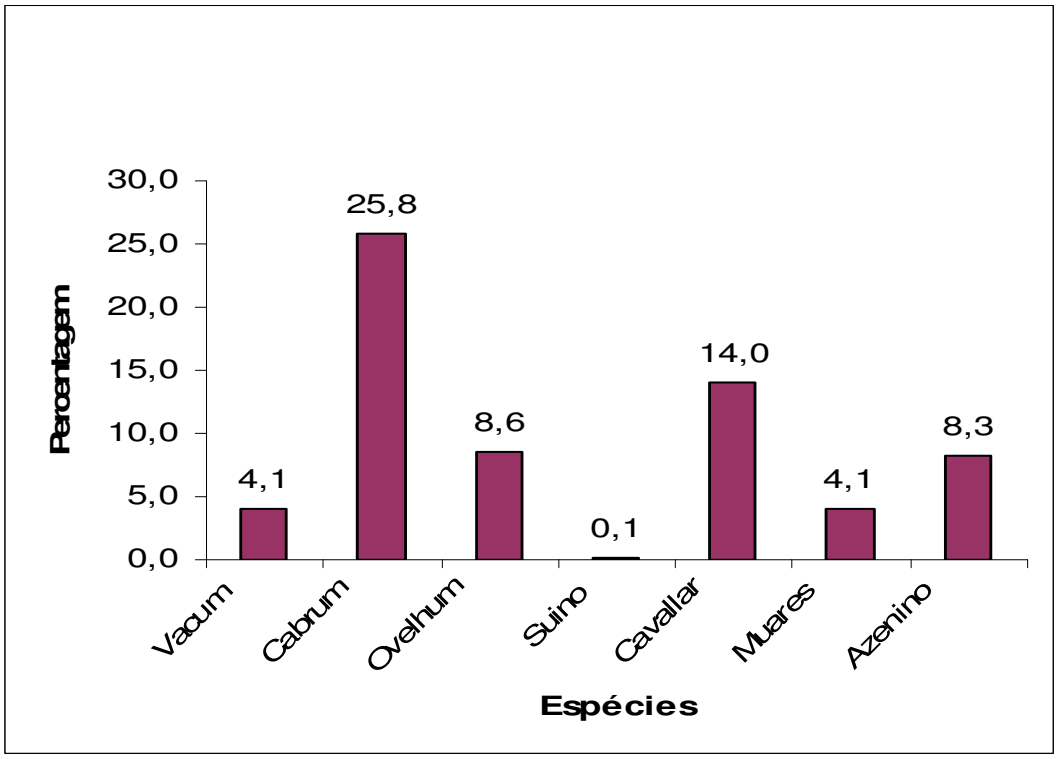
Número de cabeças de gado, por concelhos (1875)



FONTE: Construído a partir do quadro precedente.

A representação gráfica a seguir dá-nos a percentagem do número de cabeças de gado da ilha da Boavista, em relação a Cabo Verde, em 1875, com a predominância da cabra, 25,8%, seguido do cavalo, da ovelha e do burro, com 14%, 8,6% e 8,3% porcento, respectivamente, o que no quadro geral das ilhas consideramos significativo. Vejamos o referido gráfico:

GRÁFICO Nº 8
Percentagem do número de gado na Boavista (1875)



FONTE: Construído a partir do quadro precedente.

Do ponto de vista económico, observemos o quadro de valores de gado, por concelhos, em 1875, o que nos dá uma ideia da participação da ilha da Boavista no geral de Cabo Verde:

QUADRO Nº 24

Valores de gado em réis por concelhos (1875)

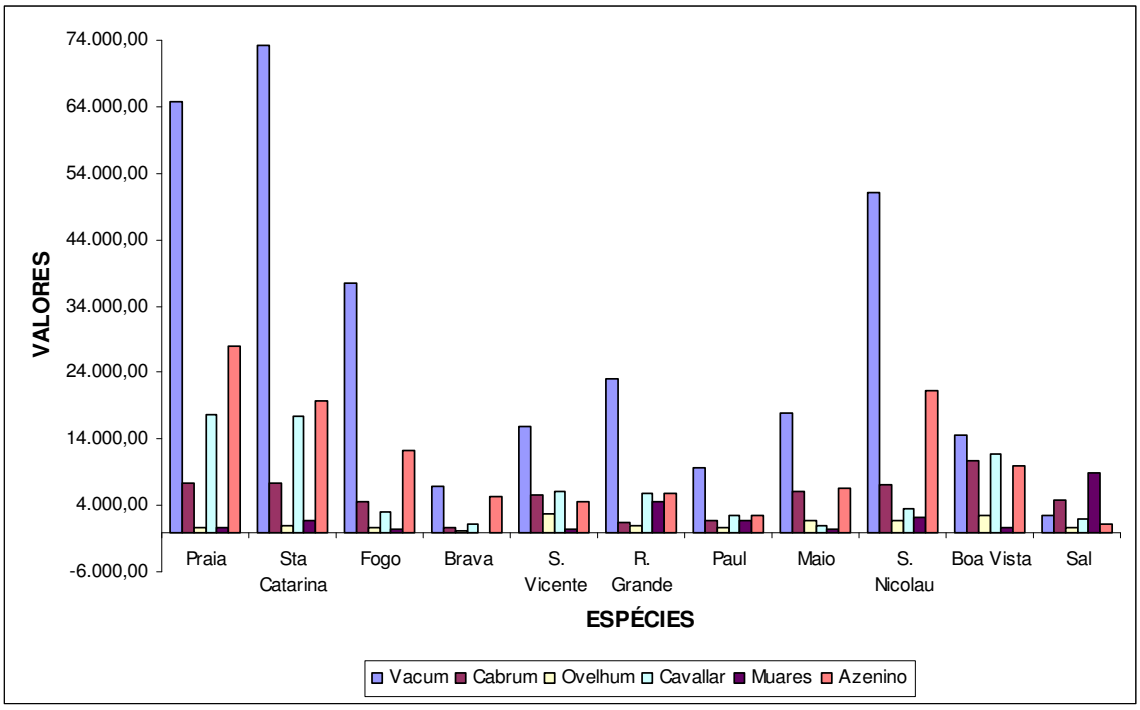
Sta. Catarina	Fogo	Brava	S. Vicente	Ribeira Grande	Paul	Maio	S. Nicolau	Boa Vista	Sal	Total Concelhos
73.314,00	37.584,00	6.960,00	15.740,406	23.080,00	9.600,00	17.850,00	51.228,00	14.595,00	2.520,00	317.261,406
7.452,00	4.562,80	560,00	5.468,25	1.440,00	1.638,00	6.100,00	6.996,00	10.650,50	4.832,00	56.253,35
950,00	795,50	60,00	2.679,50	991,80	701,80	1.800,00	1.817,00	2.467,80	626,40	15.003,00
9.720,00	--	--	1.590,778	5.890,00	--	--	--	140,00	--	33.340,778
17.400,00	3.105,00	1.080,00	6.123,75	5.950,00	2.400,00	1.000,00	3.600,00	11.730,00	1.860,00	71.998,75
1.750,00	540,00		527,076	4.600,00	1.755,00	480,00	2.160,00	650,00	8.890,00	21.955,076
19.688,00	12.294,00	5.400,00	4.614,932	5.824,00	2.502,50	6.530,00	21.204,00	9.920,00	1.208,00	117.185,432

Fonte: Extraído do Anexo ao Boletim Oficial nº 38, de 18 de Dezembro de 1875.

E a representação gráfica dos valores de gado, por concelhos, em 1875, de acordo com o quadro:

GRÁFICO Nº 9

Valores de gado em réis por concelhos (1875)

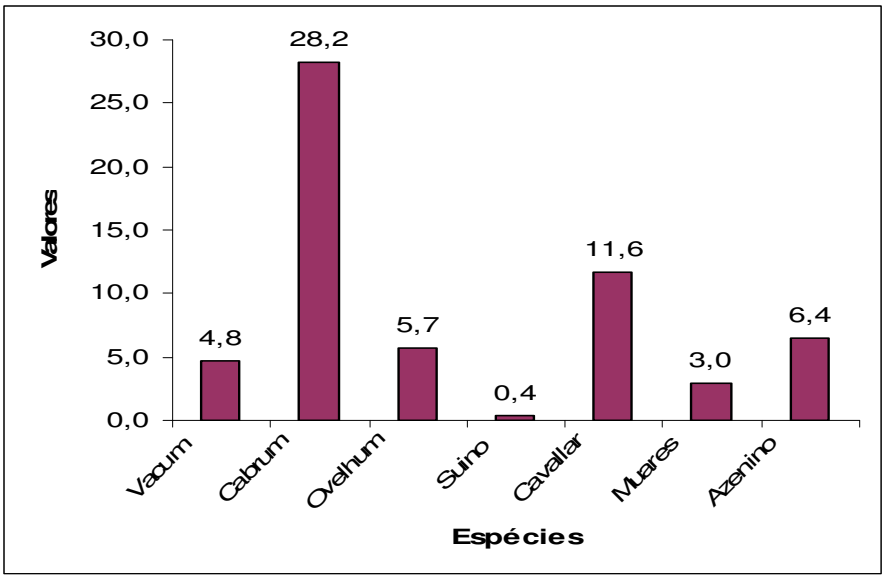


FONTE: Construído a partir do quadro precedente.

A representação gráfica a seguir dá-nos, do ponto de vista económico, a percentagem dos valores de gado da ilha da Boavista, em relação a Cabo Verde, em 1875, com a predominância da cabra, 28,2%, seguido do cavalo, 11,6%, do burro, com 6,4%, e da ovelha, 5,7%, o que, em relação às outras ilhas, consideramos significativo:

GRÁFICO Nº 10

Percentagem de valores de gado na Boavista (1875)



FONTE: Construído a partir do quadro precedente.

Já referente ao ano de 1880, o quadro e a sua representação gráfica a seguir dão-nos o número de cabeças de gado do concelho da Boavista e o seu valor, em termos económicos:

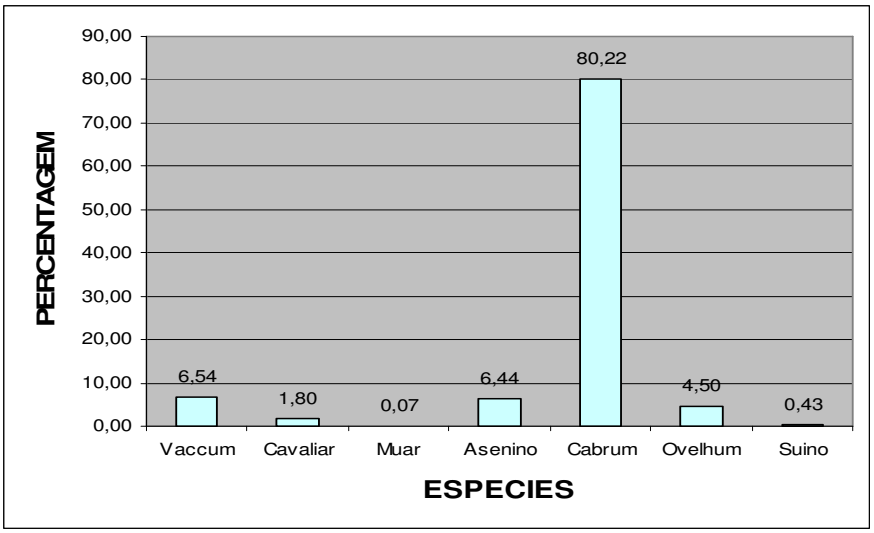
QUADRO Nº 25

Número de cabeças de gado do concelho da Boavista e seus valores em réis (1880)

Gado	Nº de cabeças	% por cabeça	Valor médio por Cabeça	Total em escudos
Vaccum	1.886	6,54	15,00	28.290,00
Cavaliar	520	1,80	30,00	15.600,00
Muar	20	0,07	50,00	1.000,00
Asenino	1.859	6,44	8,00	14.872,00
Cabrum	23.141	80,22	0,80	18.512,80
Ovelhum	1.298	4,50	2,00	2.596,00
Suino	123	0,43	10,00	1.230,00
Total	28.847	100	--	82.100,80

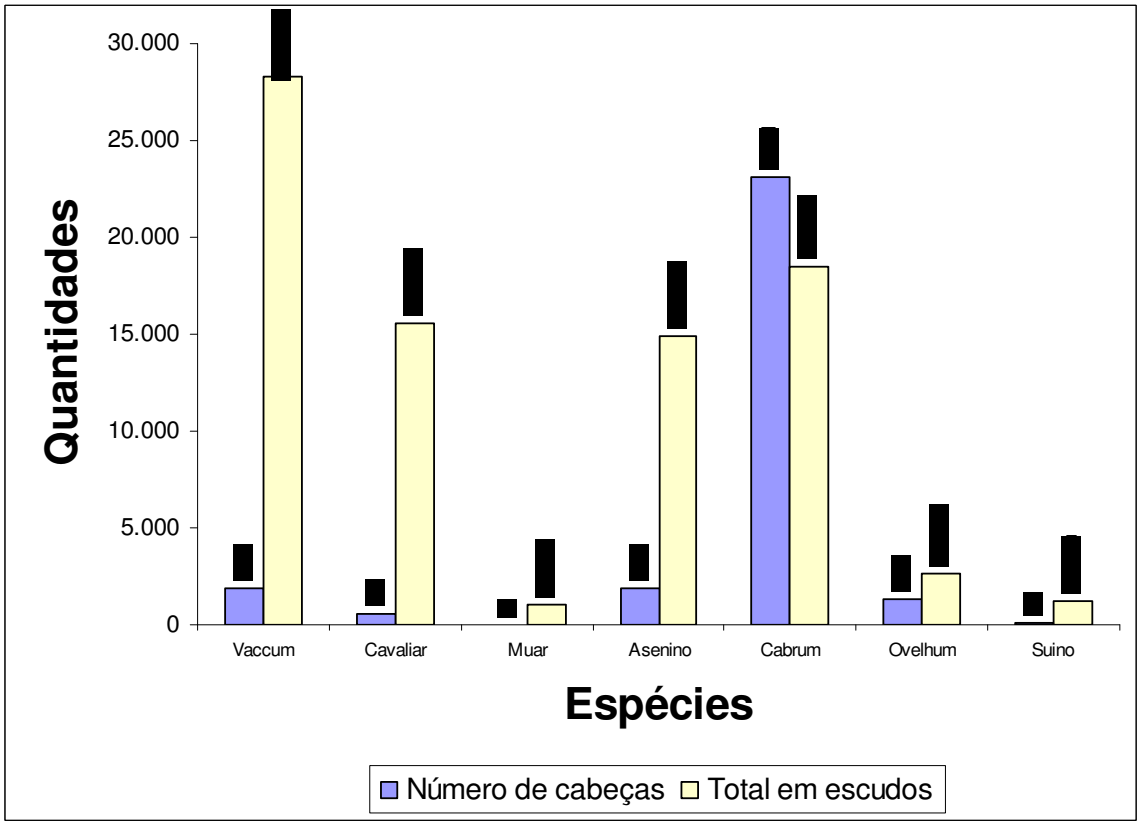
Fonte: IAHN, Praia. Cxa. 200. Secretaria-Geral do Governo da Província de Cabo Verde, Janeiro-Dezembro de 1880.

GRÁFICO Nº 11
Percentagem por cabeças de gado do concelho da Boavista (1880)



FONTE: Construído a partir do quadro precedente.

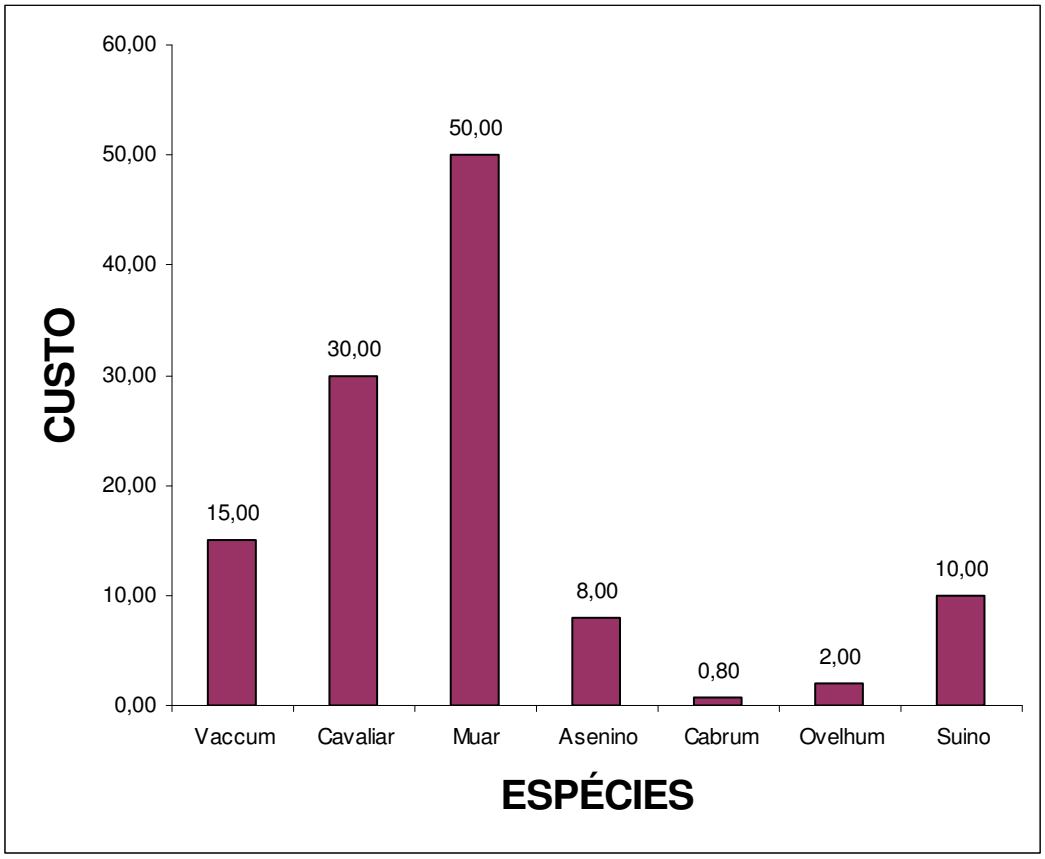
GRÁFICO Nº 12
Número de cabeças de gado do concelho da Boavista e seus respectivos valores (1880)



FONTE: Construído a partir do quadro precedente.

O gráfico a seguir dá-nos uma ideia, do ponto de vista económico, dos valores médio por cabeças de gado do concelho da Boavista, referente ao ano de 1880:

GRÁFICO Nº 13
Valor médio por cabeças de gado (em réis)



FONTE: Construído a partir do quadro precedente.

O mapa comparativo do número de cabeças de gado, por concelhos, em 1885, mostra-nos a posição da ilha da Boavista em relação às outras ilhas:

QUADRO Nº 26

Número de cabeças de gado, por concelhos (1885)

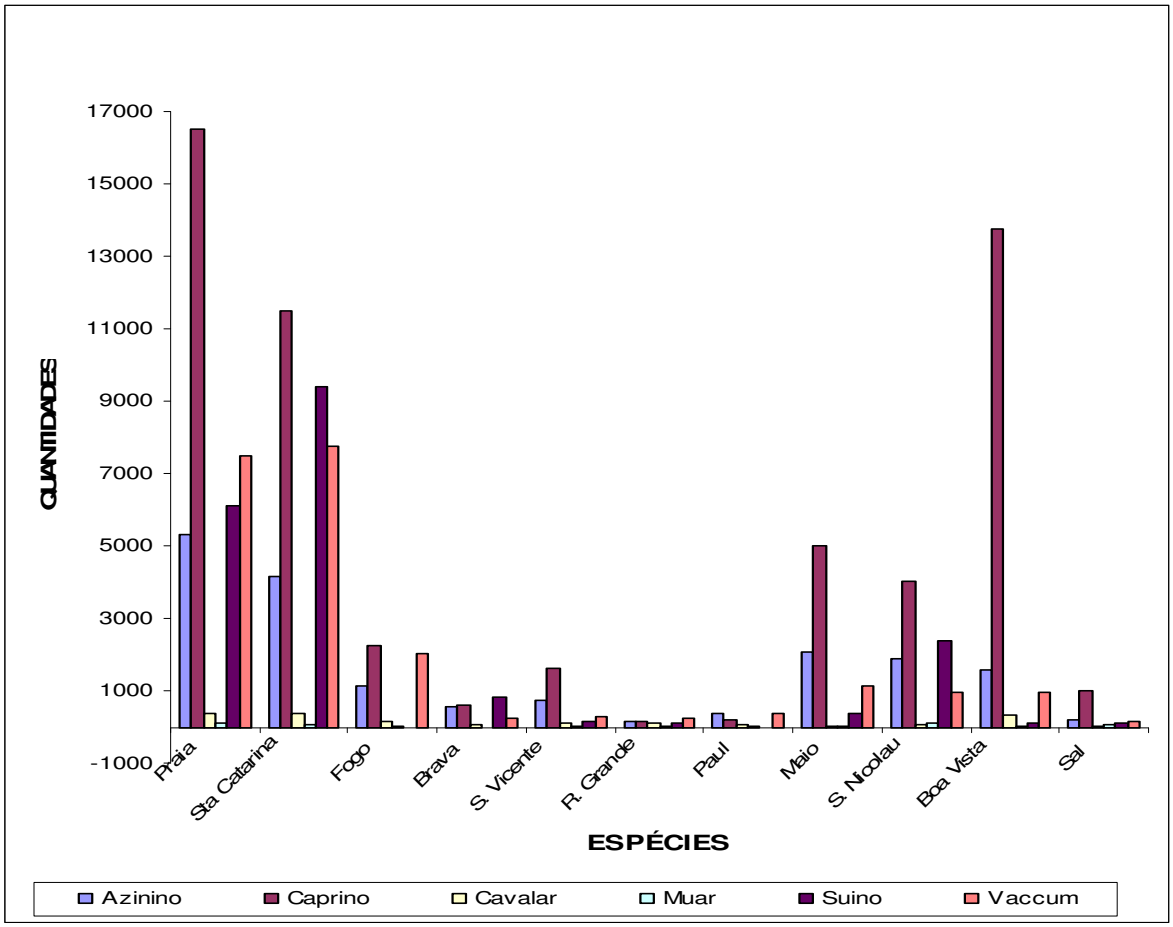
Gado	Praia	Santa Catarina	Fogo	Brava	S. Vicente	Ribeira Grande	Paul	Maio	S. Nicolau	Boa Vista	Sal	Total Concelhos
Asinino	5328	4160	1113	535	750	170	393	2073	1873	1.582	200	18.177
Caprino	16521	11481	2237	600	1621	172	221	5000	4040	13.734	1.000	56.627
Cavalar	398	393	151	65	92	91	81	41	82	344	40	1.778
Lanígero	1.638	1.774	237	85	695	60	97	3.200	1.225	732	115	9.858

Muar	100	74	39		9	44	42	10	98	9	77	502
Suíno	6125	9382		819	154	125		400	2394	96	100	19.595
Vacum	7468	7762	2036	250	310	241	392	1117	961	950	142	21.629

Fonte: Boletim Oficial da Província de Cabo Verde nº 46, de 13 de Novembro de 1886.

Representação gráfica do número de cabeças de gado, por concelhos, em 1885:

GRÁFICO Nº 14
Número de cabeças de gado, por concelhos, em 1885

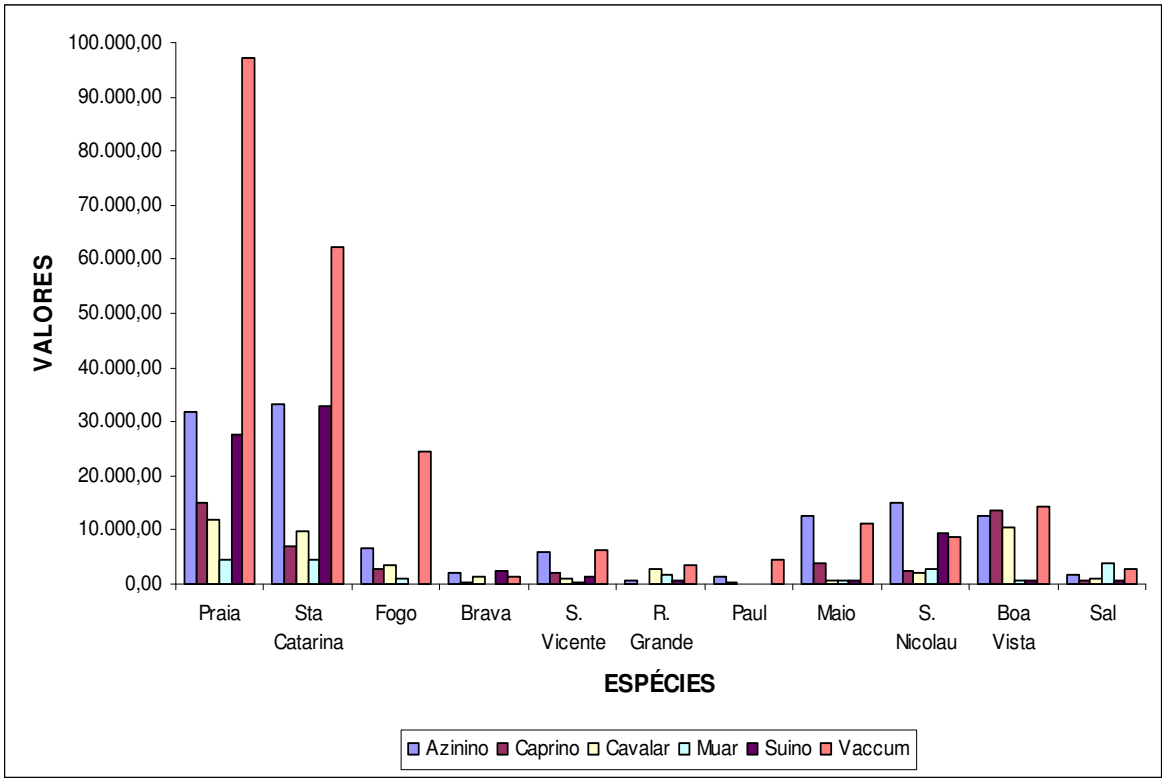


FONTE: Construído a partir do quadro precedente.

O quadro e o gráfico mostram que a ilha da Boavista ocupa, por exemplo, o 2º lugar em termos do gado caprino, depois do concelho da Praia, o o 5º lugar em termos do gado azinino, depois dos concelhos da Praia, Santa Catarina, Maio e S. Nicolau, e o último lugar em termos do gado suíno.

Vejamos o gráfico de valores por cabeça de gado (em escudos) e por concelhos, em 1885:

GRÁFICO Nº 15
Valores por cabeças de gado e por concelhos (1885)



FONTE: Construído a partir do quadro precedente.

Este gráfico revela-nos, por exemplo, que, enquanto o gado caprino ocupa o 5º lugar em relação às outras ilhas, em termos de valores ocupa o 4º valor, o que significa que, depois de Santa Catarina, Praia e S. Nicolau, respectivamente, era a ilha que mais exportava esse gado.

Com o quadro do número de cabeças de gado da ilha da Boavista, vejamos a posição desta ilha em relação ao total de Cabo Verde, em 1898:

QUADRO Nº 27
Número de cabeças de gado da ilha da Boavista (1898)

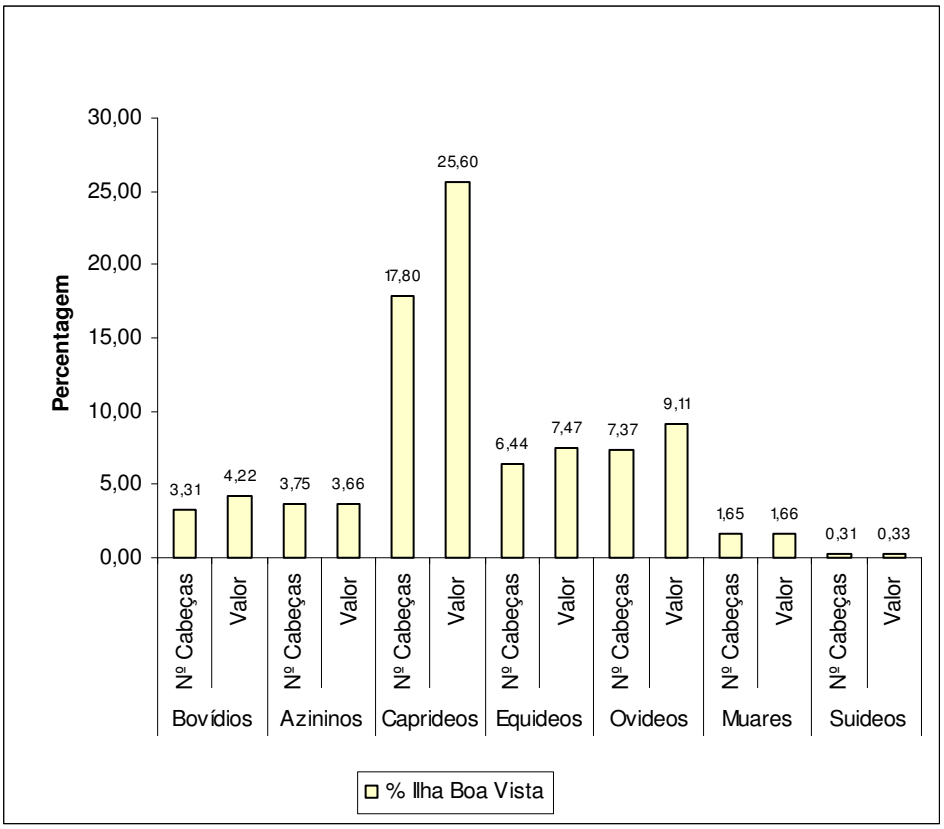
Gado		Ilha da Boa Vista	Total Concelhos	% Ilha Boa Vista
Bovídios	Nº Cabeças	430	12.975	3,31
	Valor	5.160,00	122.314,00	4,22
Azininos	Nº Cabeças	680	18.149	3,75
	Valor	3.400,00	93.018,00	3,66
Caprideos	Nº Cabeças	6.900	38.770	17,80
	Valor	6.900,00	26.949,00	25,60
Equideos	Nº Cabeças	140	2.174	6,44
	Valor	4.200,00	56.256,00	7,47
Ovideos	Nº Cabeças	800	10.850	7,37
	Valor	1.200,00	13.171,00	9,11

Muares	Nº Cabeças	10	607	1,65
	Valor	1.200,00	36.100,00	3,32
Suideos	Nº Cabeças	71	22.903	0,31
	Valor	281,00	84.381,00	0,33

Fonte: Apenso ao Boletim Oficial da Província de cabo Verde nº 33, 1900

Representação gráfica da percentagem do número de cabeças de gado da ilha da Boavista, em relação ao total de cabo Verde, em 1898:

GRÁFICO Nº 16
Percentagem do número de cabeças de gado da Boavista (1898)



FONTE: Construído a partir do quadro precedente.

Vimos no capítulo sobre o povoamento que António Correia da Silva foi o último donatário do gado bravo da ilha da Boavista, em doação feita por Filipe I de Portugal, portanto, depois de 1580. A exploração do gado e de outros produtos passa, então, a ser feita novamente pela Coroa, através dos seus representantes, nomeadamente feitores. Desses feitores destaca-se, por exemplo, Aniceto António Ferreira, atrás referido.

De uma maneira geral, esses feitores e outras autoridades locais tiravam grandes proveitos dos rendimentos da ilha, ao contrário do povo que vivia na miséria, o que era facilitado pelo facto, por um lado, de o reino estar distante e,

por isso, a comunicação ser rara e morosa; por outro lado, de os donatários serem absentistas.[845] Por isso tudo, quando alguma queixa fosse feita, os queixosos ficavam sujeitos a represálias e ao aumento do despotismo por parte das autoridades locais.[846] Por outro lado, as devassas ordenadas do reino geralmente demoravam a realizar-se, ou, ao se realizar, muitas práticas ilícitas já tinham prescrito.

Se o desenvolvimento sócio-económico da ilha da Boavista deve muito ao gado, a história da ilha deve registar também que, por causa da exploração intensiva e extensiva da pecuária, os solos degradaram-se e, com eles, a vegetação. Neste sentido, em 1864, por exemplo, Francisco Travasso Valdez já lamentava que "é lastima que ultimamente hajam descurado tanto os arvoredos, a ponto que, posto que já ali houvesse muitos n'outras eras, hoje quasi litteralmente não existem, o que priva de combustível a ilha. É isto tanto mais reprehensivel que, sem lembrarmos o que fica dito relativamente á plantação das arvores, os coqueiros dão-se perfeitamente nas áreas".[847] Com efeito, os colonos não exerceram sobre a superfície dos solos da ilha da Boavista uma actividade necessariamente modificadora, mais precisamente, com a exploração de gado. Pelo contrário, os gados largados a esmo pelos seus campos de pastagem, acabaram por destruir a capacidade dos já frágeis solos de pastagens, para além de outros causas, devido à criação intensiva e extensiva do gado. A cabra, particularmente, terá sido a predadora por excelência, contribuindo assim grandemente para a devastação da vegetação da ilha, ficando em consequência os solos expostos a uma permanente erosão eólica e fluvial, o que por seu turno conduziu ao irremediável empobrecimento dos terrenos de pastagens de hoje.[848]

Tendo em conta os malefícios que a cabra causava à agricultura, Aniceto António Ferreira propunha a sua substituição por ovelhas, "[…] pelas grandes vantagens que desta troca resultará, não só aos interesses do estado, mas também dos habitantes; porquanto nesta ilha, e nas outras, este gado não é só livre das morrinhas e doenças que experimenta na Europa, mas não há animais que o prejudiquem, ale de ter a vantagem de se lhe tirar a lã duas vezes no ano".[849] Das cabras escrevia que "[…] é verdade que dão algum leite mais do que ovelhas (única vantagem que só nesta parte tem); porém à excepção das criações, nenhum outro lucro delas tira o criador, senão vendendo-as, ou matando-as".[850] Por seu turno, em 1939 Fontoura da Costa já dia que "o gado caprino, tão necessário aos habitantes das ilhas, é ainda hoje o maior inimigo da arborização insular".[851]

Toda a destruição dos solos não deixaria, portanto, de ter repercussões irreversíveis, não só na vegetação mas também na própria vida do boavistense,

---

[845] Cf., por exemplo, CARREIRA, … – CABO VERDE …, p. 298.
[846] CARREIRA, … – Alguns aspectos …, p. 124.
[847] VALDEZ, … – África Ocidental …, p. 174.
[848] Sobre a degradação dos solos pela a acção da cabra, cf. CARREIRA, …– Descrições …, p. 48.
[849] CARREIRA, … – Descrições …, p. 48.
[850] CARREIRA, … – Descrições …, p. 49.
[851] COSTA, … – Cartas das ilhas …, nota de roda-pé nº 107, p. 46.

devido nomeadamente ao aumento da secura e à modificação negativa no clima, o que provocaria, ao longo dos anos, decréscimos consideráveis no número de cabeças de gado. Observemos, como breve exemplo, o quadro e a sua representação gráfica a seguir, que mostram a diminuição numérica da criação do gado na ilha da Boavista, de 1875 a 1920:

QUADRO Nº 28
Flutuação numérica de cabeça de gado na ilha da Boavista (1875 – 1920)

Ano	Cabra	Bovin	Burro	Caval.	Ovelh	Porco	Muar	Total
1875	15.215	973	1.240	591	1.371	14	13	19.217
1877	14.681	1.115	1.445	409	722	30	16	18.418
1899	10.952	404	1.044	155	1.383	147	22	14.107
1912	5.917	390	701	160	693	88	13	7.962
1920	825	110	368	26	108	48	5	1.490

FONTE: Extraído de KASPER, E. Josef – "Ilha da Boa Vista, Cabo Verde". Trad. Luís Filipe da Silva Madeira. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1987, p. 118.

Do quadro e da sua representação gráfica nota-se o acentuado decréscimo do gado, particularmente do caprino, embora houvesse recuperações rápidas nos anos de chuva, como no de 1899, por exemplo. Dos outros gados, todos decresceram, uns, como os asininos, os suínos e os muares, com ligeiras recuperações numéricas nos anos de chuva mas retomando decréscimos significativos em anos de seca, como por exemplo, dos 1.044 burros em 1899, restavam 701 em 1912 e 368, em 1920.

Para além da acção do homem e dos animais, vários são outros factores que influíram na degradação dos solos da Boavista, como por exemplo a falta de chuvas, o clima seco e quente, as calamidades, entre outros. Comparando, por exemplo, os dados do quadro atrás com as crises que fustigaram a ilha da Boavista, constata-se que essas crises coincidem com as pesadas baixas de cabeças de gado, devido, sobretudo, à falta de chuvas, como a de 1912-1920. Com efeito, as secas persistentes e prolongadas, por um lado, e a tecnologia naval e a industrialização de produtos comestíveis, por outro, estão na base da queda da criação e comércio do gado na Boavista. Hoje, é uma actividade meramente doméstica e reduzida a uma meia dúzia de famílias, nomeadamente nas povoações do Norte.

Da possível execução da proposta de Aniceto António Ferreira, atrás referida, sobre a substituição das cabras por ovelhas, não encontrámos registo. Certo é que o quadro que acabamos de analisar indica a criação de ovelhas na ilha da Boavista, pelo menos de 1875 a 1920. Contudo, de acordo com o mesmo quadro, as cabras em cada ano mantinham a sua hegemonia numérica em relação a todos os outros gados, mesmo nos momentos de maiores crises e de consequentes baixas numérica.

Ainda na tentativa de melhorar as condições dos solos e das pastagens da ilha da Boavista, em 1958 escreviam António José da Silva Teixeira e Luís Augusto Grandvaux Barbosa, referindo-se às pastagens áridas e extremamente

áridas, que "umas e outras atingiram uma degradação extrema, necessitando de estudos detalhados e de acção intensa para efectuar o seu melhoramento. São de aconselhar e de fácil execução os trabalhos de conservação do solo e da água".[852]

Note-se, portanto, uma certa tendência em acabar com as cabras, com o fundamento da sua nocividade para com os solos. O certo porém é que esse gado foi sempre útil à economia da Boavista, senão de todas as ilhas de Cabo Verde e, como observa António Carreira, "há ilhas, como as da Boa Vista e do Maio, em que, pode dizer-se, o homem não sobreviveria sem a cabra".[853]

No caso da Boavista, a importância que os seus habitantes terão dado à criação da cabra poderá ser averiguada pelo facto de a criação e a exploração económica do gado na Boavista terem deixado na toponímia da ilha marcas indeléveis, cuja fixação não é certamente alheio aos articulados da própria Provisão de 11 de Abril de 1732. Esse topónimo mostra o quanto a criação de gado marcou os espaços geográficos da ilha da Boavista, constituindo assim os respectivos topónimos autênticos testemunhos históricos, se mais não seja, da história económica da ilha que vier, amanhã, a ser escrita. Com efeito, identificam-se, espalhados pelos espaços geográficos da ilha da Boavista, vários topónimos e mesmo antropónimos ligados à actividade pastoril, como por exemplo, Curral-Velho, povoação; Água de Cavalo, localidade; Água Doce, região; Fonte Engrácia, localidade; Fonte Catarina, localidade; Fonte de Leandro, localidade; Fonte Santo António, sítio; Fonte Vicente, localidade; Quinta de António Barros, sítio; Quinta de Duas Mulheres, sítio; Tapada de Ti Naite; Campo da Serra, localidade; Chã de Manuel Ambrósio, localidade; Chã da Tia Josefa, sítio; Curral d'Asno, localidade; Curral do Bode, sítio; Curral Mateus, sítio; Curral de Chica, sítio; Curral de Vaca, sítio; Curralinho, sítio; Curral Nhâ Tomé, sítio; Curral Nhô Brito, sítio, e outros.[854] Segundo, a importância que esses habitantes terão dado à criação do gado caprino no passado poderá ser também averiguada pelo facto de os boavistenses merecerem o epíteto de "cabreiro", o que constitui, até aos dias de hoje, um dos elementos com os quais eles se identificam como sendo naturais da ilha da Boavista.

1.3. A agricultura

1.3.1. Produtos hortícolas

A agricultura é uma actividade humana que exige, antes de mais, muita água e solo arável. As águas relacionam-se com a humidade e, em Cabo Verde, as zonas relativamente húmidas se encontram nas ilhas montanhosas de Santiago, Santo Antão, Fogo, S. Nicolau, Brava e S. Vicente, com precipitações relativamente elevadas; as zonas áridas e semi-áridas localizam-se nas ilhas

[852] TEIXEIRA, …; BARBOSA, … – A Agricultura …, p. 63.
[853] CARREIRA, … – Alguns aspectos …, nota de roda-pé nº 15, p. 149.
[854] Cf. LERENO, Álvaro – "Dicionário corográfico do Arquipélago de Cabo Verde". Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952.

rasas de Santa Luzia, Sal, Boa Vista e Maio, com escassas precipitações, fraca nebulosidade, por vezes ventos fortes e dessecantes. As zonas áridas situam-se geralmente no litoral, principalmente no sector sul das ilhas e, em termos de vegetação, compreendem pastagens pobres e efémeras; as zonas semi-áridas alargam-se sobretudo no sector sul, e compreendem pastagens relativamente ricas em espécies, de ciclo vegetativo mais longo e algum milho e feijão.[855]

Os solos das ilhas de Cabo Verde, tanto nas zonas semi-áridas como nas zonas áridas, apresentam-se pouco evoluídos, acinzentados, avermelhados, alcalinos. Na ilha da Boavista, não se encontrando, nem zonas húmidas nem sub-húmidas mas sim áridas e semi-áridas, os únicos terrenos onde se possa cultivar encontram-se nas Ribeiras do Rabil, do Norte e, com menor capacidade de produção, a zona genericamente denominada "Areia", a uns 5 km a Oeste da Povoação-Velha. Por outro lado, as dunas cobrem importantes áreas de terreno, sobretudo no norte e oeste da ilha, e existem alguns salgados, nomeadamente nos arredores da Vila de Sal-Rei, perto da Ribeira do Rabil, do Curral-Velho e na foz da Ribeira do Norte.[856]

Da documentação compulsada, pudemos organizar a distribuição dos terrenos na Boavista do seguinte modo:

QUADRO Nº 29
Distribuição dos terrenos da Boavista por áreas da ocupação agro-pecuária (Até de 1965)

Localidades	Áreas
TAPADAS PARA PASTAGEM E GADO	
Baguincho	108.259m2 (total).
Baguincho	N / indicada
Baguincho	376.000m2
Baguincho	49.615m2.
Morro d'Areia	54.048m2.
Canto (Povoação Velha)	1.360.000m2.
Forneco	N / indicada
Mancarrita	104.652m2.
PERÉDIOS RÚSTICOS PARA PASTAGEM	
Ribeira de Espingeuira	56.238m2.
Mór Vermelho	6.580m2.
Pedragal	166.217m2.
Mór Vermelho	50.260m2.
Sól d'Areia	261.430m2.
Morro Vermelho (Antes da Bafureira)	372.666m2.
Bafureira	29.532m2.
Morro Branco	95.832m2.
PRÉDIO RÚSTICO COBERTO DE AREIA	

[855] TEIXEIRA, …; BARBOSA, … – A Agricultura …, p. 53-55.
[856] TEIXEIRA, …; BARBOSA, … – A Agricultura …, p. 55 e 63.

Sól d'Áreia	72.842m2
PURGUEIRAL	
Estanchinha	1.300m2.
Rotchinha (Fusca)	140.000m2.
Ervatão	218.000m2.
Pico Reich	490.000m2.
Pedra Ruça	25.000m2.
Maria da Cruz	11.350m2.
Ribeira Brava	69.041m2.
TERRENOS PARA SALINAS E MARINHAS	
Ilheuzinho (Sal-Rei)	N / indicado.
Ilheuzinho (Sal-Rei)	1.170m2
Ilheuzinho (Sal-Rei)	40 marinhas entupidas, 1.200m2.
Ilheuzinho (Sal-Rei)	50 marinhas entupidas, 1.055m2.
Ilheuzinho (Sal-Rei)	298 marinhas entupidas, 9.854m2.
Ilheuzinho (Sal-Rei)	110 marinhas entupidas, 4.500m2.
Ilheuzinho (Sal-Rei)	62 marinhas, 2.800m2.
Ilheuzinho (Sal-Rei)	- 82 marinhas entupidas, 3.274m2.
Ilheuzinho (Sal-Rei) "Ilheuzinho"	108 marinhas desemtupidas, 7.200m2.
Ilheuzinho (Sal-Rei)	19 marinhas, 1.500m2
Ilheuzinho (Sal-Rei)	20 marinhas entupidas, 1.200m2.
Ilheuzinho (Sal-Rei)	40 marinhas, 2.400m2
Ilheuzinho (Sal-Rei)	70 marinhas, 5.600m2
Táboa (Sal-Rei)	5 marinhas entupidas, 500m2
Táboa (Sal-Rei)	26 marinhas, 1.800m2
Esmola (Sal-Rei)	120 marinhas entupidas, 14.292m2.
Esmola (Sal-Rei)	30 marinhas entupidas, 1.880m2.
João Limado (Dina Antónia, Sal-Rei)	62 marinhas, 15.220m2.
João Limado (Dina Antónia, Sal-Rei)	180 marinhas inundadas de areia, 6.800m2.
João Limado (Dina Antónia, Sal-Rei)	18 marinhas inundadas de areia, 3.358m2.
João Limado (Dina Antónia, Sal-Rei)	Um terreno para marinhas, 1.050m2
Curralona (Sal-Rei)	Um grupo de marinhas entupidas, 14.055m2.
Curralona (Sal-Rei)	140 marinhas entupidas, 16.980m2.
Boca de Porto	46 marinhas entupidas, 6.789m2.
PRÉDIO RÚSTICO PARA FEIJÃO	
Ribeira Verdura	145.424m2.
Diogo	527.347m2.
Banda d'Dentro	365.467m2.
António da Luz	24.870m2.
Caminho do Mar	de 41.450m2.
Cavoco	63.692m2.
Lugar de Meio	132.645m2.

Tia Guida	26.600m2.
Banda d'Fora	9.340m2.
Fralda	27.427m2.
Horta "Licenciado"	5.000m2.
Pedro António	1.500m2.
PRÉDIOS RÚSTICOS PARA BATATA	
Bando Dentro	9.800m2.
Lugar de Meio	22.500m2
"Licenciado"	1.500m2
Pedro António	6.900m2.
António Faxinha	5.800m2.

FONTE; Construído a partir dos Livros de Matriz da Câmara Municipal da Boavista: Livros da Matriz Rústica, num total de cerca de 6.000 registos de propriedades rústicas, assim distribuídos: Volume I, do nº 1 ao nº 995; Volume II, do nº 996 ao nº 2387; Volume III, do nº 2388 ao nº 3787; Volume IV, do nº 3788 ao nº 5178; Volume V, do nº 5179 em diante (Inscrições matriciais ate´12 de Janeiro de 1965).

Assim, a escassez de chuvas, devido ao clima árido e semi-árido, o solo pobre e a extensão da areia, são as principais causas das fracas condições agrícolas da ilha da Boavista, tendo-se a população ocupado, ao longo da sua história, "[…] quasi unicamente no fabrico do sal, ou em colher urzella e commerciar com as ilhas vizinhas".[857] No entanto, quando chovia as populações cultivavam inhame, abóboras, milho, favas, batatas, melões, e melancias, estas consideradas as melhores do arquipélago, e também o algodão branco e amarelo em abundância, especialmente em alguns terrenos arenosos,[858] enquanto nas planícies da ilha cresciam excelentes pastos.[859] Neste sentido, no "Diccionario de Geographia Universal" escrevia-se em 1878 que, na Boavista, "em épocas normaes é prodigiosa a fertilidade do solo, mas quando há falta absoluta de chuvas ou são copiosas em demasia, e acompanhadas de temporaes violentos, a agricultura perde-se totalmente e sobrevem as fomes, flagello a que estão muito sujeitas as ilhas de Cabo Verde".[860] No que respeita a temporal, por exemplo, um ofício de 5 de Outubro de 1873 dá a notícia das chuvas e temporal dos dias 1 e 2 do mesmo mês "a ponto de vir grandes cheias e levar quasi toda a sementeira que já se tinha feita, deixando na freguesia de São João Baptista 44 casas arrombadas e no Porto de Sal Rei 38 incluindo a da Fazenda, e do Município, fasendo tambem immensos estragos no Rabil, aonde

[857] VALDEZ, … – África Ocidental …, p. 173.
[858] VALDEZ, … – África Ocidental …, p. 173.
[859] FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde". In CARREIRA, … – Descrições …, p. 48. Deve-se observar, de acordo com os especialistas na matéria, que as culturas das regiões secas, como é o caso da Boavista, geralmente são o milho, feijões, batata-doce (*Ipomaea batatas L.*), mandioca, mancarra (*Arachis hypogaea*), purgueira (*Játropha curcas L.*), rícino (*Ricinus communis L.*), algodão (*Gossypium hirsutum L.*) e carrapato (*Furcraea foetida L.*). Cf. TEIXEIRA, …; BARBOSA, … – A Agricultura …, p. 73-104.
[860] "Diccionário de Geographia Universal". TOMO I. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 613.

cahiu a Sáchristhia da Igreja matriz".[861] Todos esses condicionalismos explicam o facto de a ilha da Boavista ter sido aproveitada, no início da sua ocupação, para a criação de gado, não tendo a agricultura, nos primórdios da colonização, muita expressão, pois as pessoas ocupavam-se mais da pastorícia.

Observe-se entretanto, que a juntar à exploração de gado em Cabo Verde, por volta de 1520, o rei D. Manuel determinou que os colonos se dedicassem também à agricultura. Para tanto, decretou que os escravos fossem empregados exclusivamente no arroteamento dos terrenos.[862] Por isso, pesem embora as limitações naturais atrás apontadas, a política de D. Manuel terá tido alguma aplicação na ilha da Boavista, pois reportando-se à criação de gado e à agricultura nessa ilha, o Anónimo escrevia em 1784 que "há nessa ilha uma quase imensa produção de cabras e burros. Mas não produz mantimentos senão nas duas únicas ribeiras que tem; e isto é somente quando elas se inundam com grandes chuvas, porque depois de enxutas se semeia nelas milho, que se colhe duas vezes no ano, produzindo, ao mesmo tempo, abóboras e os melhores melões de todas estas ilhas. E desta forma fica a Ilha abundante de mantimentos". De seguida acrescenta que, "porém, se não há inundações nas ditas ribeiras, ficam os habitantes sem ter outro algum mantimento mais do que carne ou leite".[863]

As duas únicas ribeiras referidas pelo Anónimo são certamente as do Rabil e do Norte, respectivamente, mencionadas atrás. Aliás, o próprio povoamento disperso por zonas rurais, com centros populacionais junto de campos de pastagem e das margens dessas duas ribeiras, ilustra o sistema de exploração económica agro-pecuário implantado na ilha da Boavista. Este sistema de exploração económica é, outrossim, corroborado por Simão Barros, quando informa mais tarde que "na ilha da Boavista despontou-se a futura Povoação-Velha, nas faldas do monte chamado Povoação. Em pouco tempo deixou de ser um pequeno aglomerado de cabanas de pastores. Fixaram-se nelas alguns lavradores, e a sua população começou a dedicar-se à agricultura, em pequena escala, contudo".[864]

Como vimos no capítulo sobre o povoamento, a povoação referida por Simão Barros terá sido fundada por volta de 1650. Quando o autor se refere a "cabanas de pastores" e a "lavradores", poder-se-á inferir, portanto, que pelo menos uma agricultura de subsistência já era praticada, paralelamente à pastorícia, antes dessa data. A prática dessa agricultura é, mais tarde, confirmada pela Provisão de 11 de Abril de 1732, citada na parte referente a gados, porquanto regulamenta a venda de refresco e frutos da terra, incluindo milho e feijão, a navios estrangeiros, deixando entender, tal como as fontes atrás citadas o fizeram, que a produção agrícola nem sempre era suficiente de modo a suprir as necessidades das populações, ao estipular, no § 5º, que, "porém na

[861] O ofício nº 110, da Administração do Concelho da Boavista, dirigido ao Secretário do Governo Geral da Província de Cabo Verde, a 5 de Outubro de 1873. IAHN, Praia. Secretaria Geral do Governo, Cx. 200.
[862] BARROS, … – Origens …, p. 15.
[863] Anónimo. "Noticia Corográfica e Chronológica … (Apresentação, notas e comentários por CARREIRA, António). Lisboa: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1985, p. 33.
[864] BARROS, … – Origens …, p. 22.

compra dos mantimentos, como milho e feijão e coisas semelhantes, se advirta que deve ser tirando-se os capitães licença dos oficiais da Camara, aos quais pertence saber se convém ou não convém tirar o dito mantimento da terra e se há nela o bastante para o sustento dos moradores".[865]

A precariedade da agricultura da ilha da Boavista é mais claramente expressa por Aniceto António Ferreira, por volta de 1813, nos seguintes termos: "é o modo das suas sementeiras diferente das mais ilhas adjacentes, apesar da ilha ser a maior parte plana, suas grandes planícies não são susceptíveis para sementeiras de milho, feijão, abóboras, melões e melancias, artigos estes que os habitantes só cultivam para sua subsistência, nos vales [das ribeiras do Rabil e do Norte, respectivamente] onde se ajuntam as águas quando chove, e quando estes são inundados pelas mesmas águas, porque ainda que venham chuvas, não sendo suficiente água para cobri-los, se semeiam nada produzem, segundo as muitas experiências que se têm feito, à excepção do algodão".

De seguida, o autor reconhece porém que, quando chove e haja inundação, seja em qualquer época do ano e mesmo sem mais chuvas, se semeiem, colhe-lhe os frutos mais famosos e bem criados que as outras ilhas, "[…] porque é a terra destes vales muito valente como espécie de nateiro em que se não acha uma só pedra". E mais à frente acrescenta que "os vales que são próprios para esta sementeira não prometem uma colheita ou abundância, de que se possa extrair grande porção para fora, só suficiente para a fartura da Ilha e nos anos abundantes poderá exportar até cem moios".[866] No que respeita ao aproveitamento dos terrenos, diz finalmente Aniceto António Ferreira: "quando fui para aquela ilha não tinham aproveitado metade do terreno das sementeiras; porém do ano de 1778 para cá, e especialmente de 1797, com influência minha, têm aproveitado quase tudo o que há de melhor. E bem se demonstra porque não chegando a arrematação dos dízimos valor maior a mais de 80 mil réis já este presente subirá a 520 mil réis, assim como os fóros do terreno aproveitado tem crescido mais de metade".[867] Quanto aos foros de terreno, é aliás a própria provisão de 1732 que dava, no seu § 24º, garantia da propriedade de terra e da sua transmissão por herança ou alienação, o que, como vimos, mesmo assim não ajudou a elevar a produção agrícola para além da subsistência e de uma comercialização que não ultrapassou a borda dos navios que aportaram à Sal-Rei.

No primeiro quartel do século XIX parece que as entidades governativas continuavam a desenvolver esforços no sentido de incentivar a prática da agricultura na Boavista pois, em 1818, a escuna "Pastora" saíra de Lisboa com um carregamento de material de guerra para Praia e de utensílios vários de lavoura para essa ilha.[868] De iniciativa privada, o conselheiro Manuel António

[865] Certidão do Livro … IAHN, Praia. Cxa. Nº 426. Secretaria-Geral do Governo da Província de cabo Verde, 1825.
[866] FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde". In CARREIRA,… – Descrições …, p. 47.
[867] FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde". In CARREIRA, … – Descrições …, p.47-48.
[868] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap. IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 241.

Martins, por exemplo, "[...] levou a ilha a um grande desenvolvimento agrícola e pode-se dizer, sem contestação, que foi ele quem mais concorreu para o seu progresso".[869] Por isso, não é estranho que, na primeira metade do século XIX, a calcular pelas informações de Mário Secca, a área cultivada fosse de 410 hectares.[870] Em relação à produção agrícola, o autor faz a seguinte observação: "é interessante notar que a ilha se bastava agricolamente e exportava o excedente da sua produção, principalmente algodão, feijão, milho, batata-doce e aguardente".[871] Esta é uma informação que contradiz as anteriores do Anónimo e do Aniceto António Ferreira, respectivamente. Supomos entretanto que Mário Secca estará a referir as produções das épocas de muitas chuvas, o que poderá ser confirmado pelo próprio, quando, mais à frente, testemunha que "para o interior da ilha encontravam-se propriedades agrícolas cujo rendimento, com o da pecuária, bastavam à manutenção dos seus proprietários".[872] Porém, acrescenta Mário Secca, "tudo isso desapareceu!... As fazendas foram abandonadas e as iniciativas morreram".[873]

Observemos que, com a perda do poder comercial do sal e da urzela, é normal que, paralelamente à exploração de sementes da purgueira e aos produtos de gado que ainda persistiam, as populações fossem impelidas à prática de outras actividades, como a pesca e a agricultura. Neste sentido, por volta de 1878, o valor dos terrenos de cultura dos principais géneros de comércio é calculado do seguinte modo: cana sacarina 1.540$000 réis, algodão 6.420$000 réis, milho 19.890$000 réis, feijão 21.810$000 réis, batata 7.600$000 e azeite de purga 13.360$000 réis.[874] O quadro e os gráficos a seguir dão uma ideia das principais culturas por concelho e por extensão dos terrenos disponíveis, em 1875:

QUADRO Nº 30
Principais culturas por concelho e por extensão dos terrenos disponíveis

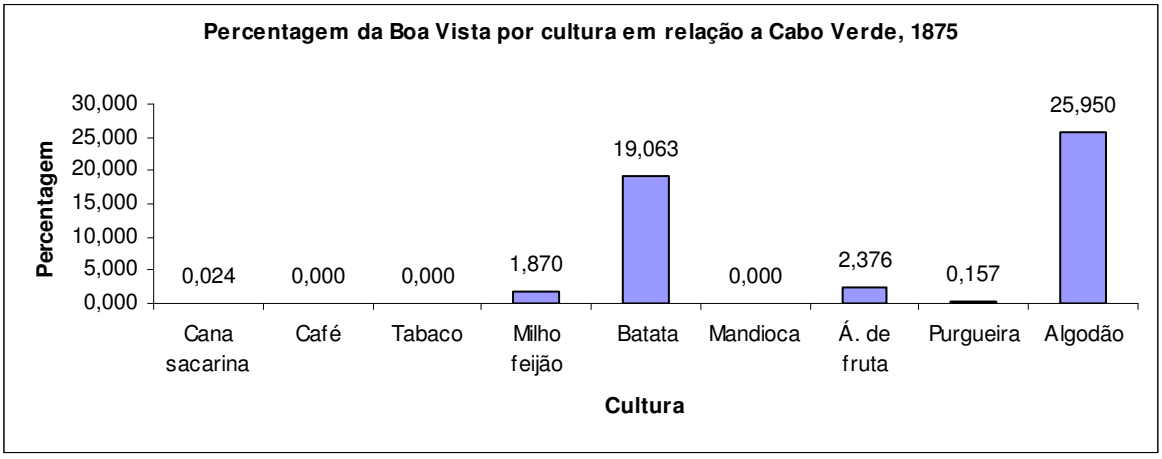
Concelhos	Extensão dos terrenos por culturas e por hectares em 1875									
	Cana sacarina	Café	Tabaco	Milho feijão	Batata	Mandioca	Á. de fruta	Purgueira	Algodão	Total ha concelho
Praia	4.444	662	150	9.658	750	1.711	500	39.500	--	57.375
Sta. Catarina	19.000	1.000	1.500	89.000	2.000	19.000	1.500	84.000	2.000	219.000
Fogo	30	3	7	14.493	100	200	40	1.000	60	15.933
Brava	35	4	4	1.320	420	28	14	175	30	2.030
Maio[875]	--	--	--	--	--	--	--	--	--	0
S. Vicente	--	--	--	1.171	12	--	--	--	2	1.185
Rra. Grande	951	341	91	1.980	90	600	--	30	45	4.128
Paul	400	200	3	2.000	52	139	--	--	3	2.797
Sal	--	--	--	453	100	--	--	--	100	653

[869] SECCA, … – A pesca …, p. 52.
[870] SECCA, … – A pesca …, p. 52.
[871] SECCA, … – A pesca …, p. 52.
[872] SECCA, … – A pesca …, p. 53.
[873] SECCA, … – A pesca …, p. 53.
[874] "Diccionário de Geographia …p. 466.
[875] Refere o texto que a ilha do Maio tinha uma cultura limitada à sementeira do milho e do feijão na época das chuvas e em pequenas quantidades.

Boa Vista	6	--	--	2.288	830	--	50	196	785	4.155
Total (ha) CV	24.866	2.210	1.755	122.363	4.354	21.678	2.104	124.901	3.025	307.256

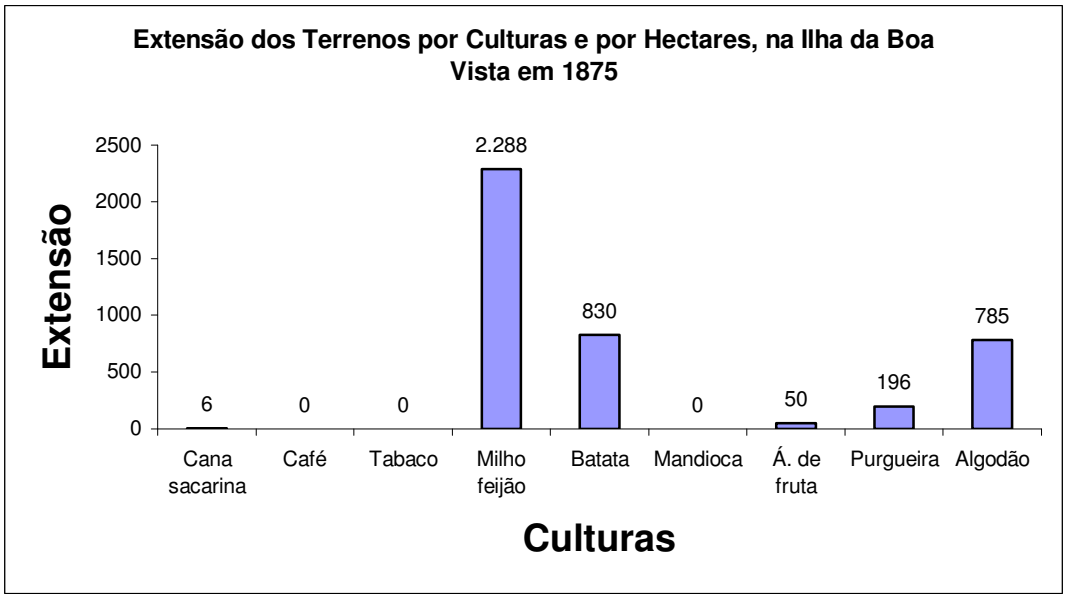
Fonte. Organizado a partir do "Diccionário de Geographia Universal ". TOMO I. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 615.

GRÁFICO Nº 17



FONTE: Construído a partir do quadro precedente.

GRÁFICO Nº 18



FONTE: Construído a partir do quadro precedente.

Ressalta à vista que, em termos de área cultivável, a ilha da Boavista ocupa o quarto lugar, com 4.155 ha, contra os 219.000 da Santa Catarina, que possui a maior área cultivada em Cabo Verde, e os 653 ha do Sal, que ocupa o último lugar. Constata-se que, das culturas inventariadas, o milho e o feijão

ocupam maior extensão do terreno cultivável na Boavista, com 2.288 hectares, seguidos da batata e do algodão, com 830 e 785 has respectivamente. Por seu turno, o gráfico nº 17 mostra que, no cômputo geral de Cabo Verde, o algodão atinge 25,950% da área cultivada e a batata, os 19,063 %.

Assinale-se que, contrariamente aos produtos de exportação para o exterior, nomeadamente gado, sal, urzela e, de certa forma, sementes da purgueira, cuja perda do poder comercial teve por causa factores exógenos, a perda do poder comercial dos produtos da agricultura, teve como causa factores endógenos. Com efeito, um dos inimigos da agricultura da Boavista era o gafanhoto que, às primeiras chuvas, devorava toda e qualquer planta que encontrasse pela frente.[876] Os gados eram outros inimigos das plantações, principalmente o gado caprino. Por exemplo, sobre a degradação dos solos pela acção da cabra, em 1813 Aniceto António Ferreira já advertia que, "tendo subido esta última espécie ao 'número de 50 mil' é ela a mais prejudicialíssima à cultura pelo abuso com que criam os insulanos, pois não só não a pastoreiam, mas ainda a trazem perto das terras cultivadas, e posto que no foral da Alfândega está destinado lugar para este gado pastar, e no Conselho há postura de Corregedores dirigidas a obviar os danos da lavoura; como porém devem ser executadas pela Câmara, nada fazem, apesar de ser a sua Pátria e de ser a sua infracção destrutiva da agricultura". Tendo em conta os malefícios que a cabra causava à agricultura, Aniceto António Ferreira propunha a sua substituição por ovelhas.[877]

Assim, não raras eram as queixas que os agricultores apresentavam às autoridades contra os criadores de gado, por este invadir as suas culturas. Por seu turno, os criadores de gado alegavam que a lei lhes facultava pastorear o gado nas suas propriedades. Daí existirem, e existem até hoje vários conflitos, opondo muitas vezes famílias inteiras, entre os pastores e os lavradores na ilha da Boavista. As autoridades eram frequentemente chamadas a intervir. Por exemplo, para tentar resolver esses conflitos, foi sugerido por um Administrador do Concelho da ilha da Boavista ao então Governador-Geral da Província de Cabo Verde que determinasse sujeitos ao regime florestal os campos de cultura do Baguincho, da Ribeira do Rabil, do Pai Velho e da Ribeira do Norte,[878] sítios que até hoje são de maior peso agrícola na ilha, quando chove.

1.3.2. A urzela

A urzela (*Rocella tinctória*), assim como o sal, era um outro produto natural e de extracção espontânea, muito exportado de Cabo Verde.[879] Do ponto

[876] Cf., por exemplo, o Ofício nº 119, de 25 de Maio de 1904, dirigida à Secretaria-Geral do Governo. I.A.H.N.. Cxa. 123, SGG. 1904, 1908 e 1913.

[877] FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde". In CARREIRA, …– Descrições…, p. 48.

[878] Ofício nº 21, do Administrador do Concelho da Boavista, de 3 de Fevereiro de 1915, dirigido à Secretaria Geral do Governo. I.A.H.N. Cxa. 123, SGG. Janeiro-Dezembro, de 1915.

[879] De acordo com o naturalista João da Silva Feijó, em 1797, "o que vulgar e mercantilmente se chama Urzella, he a fécula roixa, que se prepara de duas especies de *Lichen*; a qual dissolvida

de vista botânico, "he a verdadeira Urzella huma herva *fruticosa*, fibrosa, macia, roliça, flexível, de côr cinzenta, sem folhas, e dividida em ramos, coberta de certas prominencias alternativamente espalhadas; e conhecida em o systema de Linneo com o nome de *Lichen Roccella*". Cresce nos rochedos os mais áridos e expostos de ordinário aos vapores do mar e encontra-se em abundância nas ilhas de Cabo Verde.[880]

Da urzela extraía-se uma tinta muito utilizada na indústria têxtil. A tinta obtinha-se pela maceração da planta em uma infusão de urina podre misturada com amoníaco, arsénico e cal apagada. Como escreve João da Silva Feijó, "para depois tingir, he dissolvida, e fervida esta fécula em sufficiente porção d'agoa, então necessario outro trabalho, mais do que o de conservar ela em a decocção segundo a quantidade do que se quer tingir, e a intensidade da côr; não sendo da Urzella, por mais ou menos tempo".[881]

Das ilhas de Cabo Verde, a exportação da urzela em rama terá começado nos primeiros tempos do povoamento dessas ilhas para a Itália, a Inglaterra e outros Países, donde depois de preparada, era reexportada para diversos outros países da Europa. Nessa época, exportou-se também para Lisboa uma boa quantidade de urzela.[882] Neste sentido, também António Carreira informa que a exploração da urzela começa em 1469;[883] torna-se, depois do sal, o produto mais rendoso das ilhas de Cabo Verde.[884]

Em Cabo Verde a urzela era explorada, ora por arrendamentos ora por administração directa pela Fazenda Real ora ainda por regime de comércio livre. Neste sentido, o comércio da urzela, tal como o comércio de escravos, do gado e do algodão, era monopólio da Coroa portuguesa que, sob o pretexto de escassez de dinheiro, não investia no desenvolvimento do Arquipélago. Assim, celebrava contratos com companhias ou comerciantes abastados, a quem concedia o direito de comercializar a mercadoria. O contrato valia por um determinado período de tempo e deveria ser paga anualmente ao rei uma determinada quantia. Em 1520, por exemplo, deveriam ser pagos anualmente ao rei 55$550 pela concessão da urzela.[885]

---

em agoa quente, dá na Tinturaria grande numero de cores de mais ou menos estimação: a mais ordinária he a chamada da *terra* ou de França, preparada naquelle paiz com hum *Lichen*, que ali se colhe pelos rochedos; a melhor, e mais estimada he a que se prepara na Inglaterra, Itália, e ainda na mesma França, e Hollanda, com a verdadeira herva Urzella das Ilhas do Archipelago, Canárias, Cabo Verde, &c. e por isso conhecida com esses nomes". FEIJÓ, João da Silva – "Memória sobre a Urzella de Cabo Verde em 1797". Preâmbulo. In MEMORIAS ECONOMICAS DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA. TOMO V. Lisboa: Academia Real das Ciências, M.DCCCC.XV, p. 145.

[880] FEIJÓ, João da Silva – "Memória sobre a Urzella de Cabo Verde em 1797". §. II. In MEMORIAS ECONOMICAS DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA. TOMO V. Lisboa: Academia Real das Ciências, M.DCCCC.XV, p. 145.

[881] FEIJÓ, … – Memória sobre a Urzella …, p. 147.

[882] FEIJÓ, … – Memória sobre a Urzella …, p. 149 e 152.

[883] Em 1469 foi celebrado, por Carta Régia de 30 de Setembro, o primeiro contrato entre a Coroa e os irmãos João e Pedro de Lugo, moradores em Sevilha, na Espanha. CARREIRA, … – Estudos de economia …, p.17; Cf. tb. SENNA, … – Dissertação …, roda-pé, p. 30-31.

[884] TEIXEIRA, …; BARBOSA, … – A Agricultura …, p. 30; Cf. SENNA, … – Dissertação …, p. 30.

[885] KASPER, … – Ilha da Boa Vista …, p. 142.

Vê-se portanto que o rendimento da urzela de Cabo Verde pertencia por direito à Coroa, enquanto que a sua exploração, ou seja, a apanha e a comercialização, obedecia ao regime de monopólio, através, primeiro, de concessões, até 1740; depois, de arrendamentos, de 1740 até 1818; de seguida, de administração, de 1818 até 1839; e, de novo, de arrendamentos, de 1839 até 1849, altura em que foi, finalmente, liberalizada a sua apanha, comercialização e exportação, por Carta de Lei de 6 de Julho.[886]

A compra da urzela era dirigida por agentes administrativos, pelo que em cada ilha onde se colhesse a urzela havia um comprador privativo responsável pela sua compra. Este comprador era o próprio Feitor da Real Fazenda, que muitas vezes era ao mesmo tempo Comandante Militar.[887]

Para além desse agente administrativo, que como dissemos controlava todo o negócio da urzela, trabalhavam no apanho propriamente dito da urzela os urzeleiros "profissionais" e simples "apanhadores" da urzela, ou seja, homens livres-urzeleiros e os escravos-urzeleiros, estes por imposição dos Administradores da Fazenda Real, dos morgados, dos Feitores, dos proprietários rurais, dos negociantes, dos militares e do próprio clero.[888] Os homens livres-urzeleiros classificavam-se em "profissionais", que viviam essencialmente da urzela, e "eventuais", que se subdividiam em dois grupos: os apanhadores esporádicos, em certas épocas do ano, quando as suas actividades principais o permitiam, e os apanhadores de ocasião ou conjunturais, conforme o ano fosse de seca, de chuva ou de cotação alta ou baixa da urzela.[889] Por tudo isso, vê-se que era uma actividade comercial muito bem sistematizada em Cabo Verde, devido aos lucros que trazia, principalmente à Coroa e aos contratadores.

O apanho da urzela era uma tarefa árdua e arriscada, pois a urzela dava-se em lugares alcantilados, em escarpas cortados a pique, onde era geralmente mais abundante. Nesses casos, só os "profissionais" aventuravam-se a lá irem colher a urzela.[890] Muita gente tombava das rochas e morria. As principais ferramentas do ofício do urzeleiro eram a "corda de urzeleiro" (cordas de linho com 2 a 2,5 polegadas) e "raspadores de ferro" e "facas", geralmente fornecidos pelos compradores.[891]

---

[886] Cf. CARREIRA, António – "Estudos de economia caboverdiana". Lisboa: Imprensa Nacional, 1982, p. 14-23.

[887] Para Pusich, "este comprador é pesador com pesos próprios: ele compra ou rejeita a compra da urzela quando quer; paga em género, e não em dinheiro metálico; depois embarca a urzela nos navios, quando a este fim lhe são mandados, vencendo 10 por cento sobre toda a compra e despesas. Este modo de comprar, pesar e pagar é a única causa da pouca urzela que se colhe; é certo que o preço de 25 rs. que se paga por cada libra é ténue, atendendo ao risco e trabalho, que há com aquela colheita, porém as únicas causas da sua diminuta quantidade são as acima descritas". PUSICH, António – "Dissertação dos Reais rendimentos e da sua Administração nas Ilhas de Cabo Verde e de algumas providências necessárias para o seu melhoramento". In CARREIRA, … – Descrições …, p.129.

[888] CARREIRA, … – Estudos de economia …, p. 117.

[889] CARREIRA, … – Estudos de economia …, p. 118.

[890] CARREIRA, …– Estudos de economia …, p. 119.

[891] CARREIRA, … – Estudos de economia …, p. 120.

No que se refere à ilha da Boavista, embora dos seus montes se pudesse tirar muita urzela,[892] durante todo o século XVII o comércio da urzela era, porém, de pouca importância. O gado e o sal eram na altura os produtos de maior rendimento para a exportação. Com o aparecimento e o desenvolvimento da indústria têxtil inglesa no século XVIII, a exploração da urzela transforma-se, em todo o Cabo Verde, nomeadamente na ilha da Boavista, numa actividade económica extremamente rentável, pois dela se extraía um excelente corante vegetal, muito útil à referida indústria.[893] Por isso, consideramos estranho que João da Silva Feijó, tendo visitado a ilha em 1785,[894] não tenha referido a urzela da Boavista, quando escreveu em 1797 a sua memória sobre a existência desse líquen em Cabo Verde. Igualmente achamos estranho que Aniceto António Ferreira, na sua "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da capitania de Cabo Verde", apresentada à Corte no Rio de Janeiro em 1813, não tenha dado atenção à urzela em Cabo Verde.[895] Um pouco mais tarde, para António Pusich, porém, "este importantíssimo ramo pode com benefício da sua renda ser de mais utilidade à Real Fazenda do que os outros três juntos acima descritos, exterminando-se radicalmente os vícios e monopólios que há na sua compra, peso e pagamento, par se aumentar a sua colheita". Pusich denuncia esses abusos e propõe medidas para a sua correcção.[896]

Foi com Manuel António Martins, que a exportação da urzela se incrementou na Boavista. Com efeito, em 1818 a Coroa celebrou com esse influente político e comerciante, estabelecido nessa ilha, o contrato de exploração da urzela, numa primeira fase por um período de três anos, através do qual foi nomeado "Administrador-geral da urzela das ilhas de Cabo Verde".[897] Nos seus oito artigos do referido contrato, ao contratador ou, neste caso, o administrador, "[…] se obriga a comprar toda a porção que apareça, acondicionada, suprir com toda a Sacadura, fretar navios pelos preços mais cómodos, segurar as carregações, sacando letras da importância das mesmas sobre as pessoas a que forem consignadas, pagando-se-lhe 6% sobre o produto da sua venda".[898]

A escolha de Manuel António Martins por parte da Coroa não foi por acaso, pois esse tipo de contrato celebrava-se com pessoas influentes e de posse. Ora, quando Manuel António Martins assumiu a liderança da exploração

---

[892] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 52.

[893] VASCONCELLOS, Ernesto J. de C. e – "Colonias Portuezas I: Archipelago de Cabo Verde – Estudo elementar de Geographia Phisica, economica e politica". Lisboa: Centro Typographico Colonial, 1916, p. 5 e 71; Cf. tb. KASPER, … – Ilha da Boa Vista …, p. 142.

[894] Cf. Carta do Governador Geral da Província de Cabo Verde ao Secretário de Estado. I.A.H.N. Praia. SGG/A1 ®. 49 – fls. 17v-18.

[895] Fonte: I. A. H. U. – Cabo Verde – Papéis avulsas, 1812-1814. Maço 54.

[896] PUSIC, António – "Dissertação dos Reais rendimentos e da sua Administração nas Ilhas de Cabo Verde e de algumas providências necessárias para o seu melhoramento". "Da urzela". I. A. H. U. – Cabo Verde – Papéis avulsas, 1810-1818. Maço 56.

[897] "Alvará de 18 de Setembro de 1818". Arquivo dos Serviços de Administração Civil, Praia. Cxa. Nº 41. Apenso nº 4, 1837.

[898] "Alvará de 18 de Setembro de 1818". Arquivo dos Serviços de Administração Civil, Praia. Cxa. Nº 41. Apenso nº 4, 1837.

da urzela, praticava o tráfico de escravos; o comércio de tecidos, quinquilharias, géneros alimentícios, entre outros, nas ilhas da Boavista e do Sal, e explorava as salinas nas mesmas ilhas.[899] Graças às suas actividades comerciais, Manuel António Martins tornou-se um abastado comerciante, político activo e, enquanto seu genro, praticamente foi quem sucedeu Aniceto António Ferreira nas actividades comerciais e salineiras.[900]

Na ilha da Boavista, mesmo na época das chuvas, muita gente vivia da colheita da urzela, particularmente quando as cotações eram altas.[901] Por isso, como assinala António Carreira, quanto à mão-de-obra para o apanho da urzela, Manuel António Martins, "[…] obtinha-a com relativa facilidade. Recrutava-a na própria população da Boavista, toda ela afectada por uma pobreza confrangedora, a pobreza resignada, carente de recursos de toda a ordem – até dos essenciais. As remunerações, essas eram ridículas e em regra pagas em géneros alimentícios, vestuários e outros bens de consumo, normalmente dos mais ordinários. Esse processo de pagamento encobria sempre uma forma de abaixamento do magro salário ajustado (ou imposto) porque no acto do pagamento os artigos eram entregues por preços muito superiores aos normais – procedimento esse institucionalizado nas ilhas. Era a exploração que as próprias disposições legais consagravam ao prever o 'pagamento a dinheiro' ou 'em fazenda'. Neste último caso o custo sofria um agravamento da ordem dos 25 a 30 %, segundo os textos oficiais. Na prática seria superior".[902] Acrescenta Carreira que "as duas ilhas – da Boa Vista e do Sal – constituíam um feudo seu, e mais tarde da família".[903]

Por outro lado, de acordo ainda com António Carreira, quem mais enriqueceu com a exploração da urzela foi a Fazenda Real e "quem menos vantagens colheu foi o povo em geral, e os denodados urzeleiros".[904] Os urzeleiros ficavam nas mãos dos contratadores, pois, "no regime de contratos de arrendamentos, toda a acção a desenvolver para o bom êxito da exploração era exercida pelos contratadores e seus empregados, sem qualquer interferência dos organismos ou agentes da fazenda Real".[905]

Mas nem sempre os habitantes da ilha da Boavista compactuavam com os abusos do contratador e administrador Martins. Com efeito, os habitantes da Freguesia de S. João Baptista, em reclamação apresentada ao Governador Geral a 29 de Dezembro de 1833, queixavam-se dele, a quem acusavam de "[…] grandes danos e prejuízos que actualmente temos sofrido pela grande usura nos temos tolerado da referida administração […], e ele como coronel de milícias e todos da ilha serem milicianos ter feito os maiores despotismos, inquietando-a constantemente, estribado nos poderes que tem, chamando vários em sua casa, aonde entrementes os tem descomposto, e com vários ameaços, já de prisão, degredos, etc., é geral do povo sofrendo por vingança e suspensão

[899] CARREIRA, … – Estudos de economia ..., p. 57.
[900] CARREIRA, … – Descrições Oitocentistas …, p. 12.
[901] CARREIRA, …– Estudos de economia …, p. 118.
[902] CARREIRA, …– Estudos de economia …, p. 33.
[903] CARREIRA, … – Estudos de economia ..., p. 33.
[904] CARREIRA, … – Estudos de economia ..., p. 10-11.
[905] CARREIRA, … – Estudos de economia ..., p. 26.

da compra da urzela nesta Freguesia, sítio Porto Jackson, aonde até o presente se administrava a dita compra […]".[906] Queixavam-se também os urzeleiros que, ao invés de pagar os 40 réis ao arrátel, conforme o estipulado, Manuel António Martins pagava como quisesse e maior parte das fezes em "[…] comer, fazendas, loiças, no preço que quer, e este levanta-se conforme os apertões que flagela o povo".[907]

Ora, em 1841 o preço da urzela era de 35 réis o arrátel para a produção de S. Antão, S. Vicente e Boa Vista, tida como de melhor qualidade, e de 30 réis para a de Santiago e da Brava, contra os 25 réis o arrátel em 1817-1818 e 40 réis o arrátel fixados pela Coroa em 1822.[908] Fixado portanto o preço em 1822 em 40 réis o arrátel, no projecto-base em que se previam as condições a impor no contrato de 1838, reafirmava-se, em 7 artigos, que o preço da compra desse líquen não poderia exceder os mesmos 40 réis o arrátel em moeda corrente, e livre de despesas para a Fazenda, para além de outras condições do trabalho da urzela.[909] Porém, as reclamações da população da Boavista não foram resolvidas, pois as próprias autoridades estavam envolvidas no sistema. E quando lhe era difícil recrutar mão-de-obra, mandava-as vir da ilha do Sal, onde tinha muitos escravos. Por exemplo, quando em 1827 o povo fustigado pela fome de 1826 não conseguiu dar os rendimentos esperados no apanho da urzela na Boavista, Manuel António Martins mandou vir da ilha do Sal 17 dos seus escravos, homens e mulheres, para empregar nas suas salinas e no apanho da urzela.[910]

Com Martins, a urzela de Cabo Verde era exportada nomeadamente para a Inglaterra, a França, a Holanda, Antuérpia e Génova, pois de acordo com António Carreira, a urzela foi, de 1469 até 1916, "[…] o sustentáculo principal da indústria europeia de tinturaria de testeis".[911] A título exemplificativo, vejamos o quadro a seguir, referente à produção da urzela por ilhas, nos anos que se indicam:

QUADRO Nº 31
Exportação da urzela por ilhas (1790-1799)

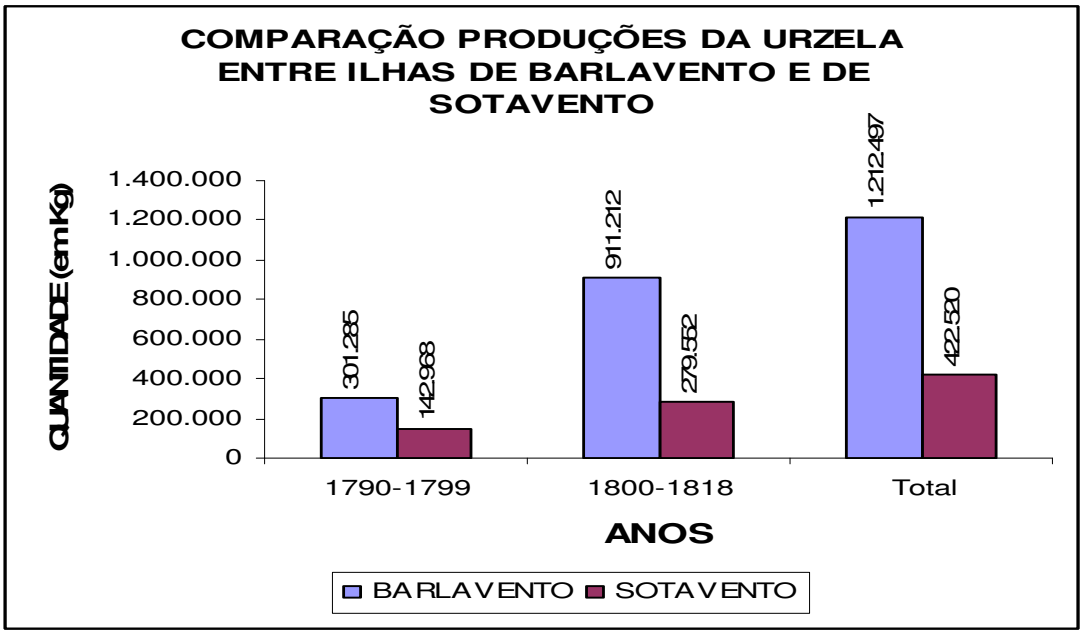
Ilhas	Produção em quilos		
	1790-1799	1800-1818	Total
Santo Antão	24.377	270.040	294.417
Desertas[912]	85.125	161.555	246.680
S. Nicolau	116.771	347.764	464.535
Sal	–	–	–
Boavista	75.012	131.853	206.865

[906] "Urzeleiros da Ilha de Boa Vista" – "Reclamação apresentada a 29 de Dezembro de 1833". Serviços de Administração Civil da Praia. Cxa. 39. Apensos nºs 20, 1833.
[907] CARREIRA, … – Estudos de economia ..., p., p. 198.
[908] CARREIRA, … – A urzela e o pano …, p. 19.
[909] I.H.H.N. – Praia. Arquivo dos Serviços de Administração Civil. Cxa. Nº 41, 1837.
[910] I.A.H.N. – Praia. Arquivo dos Serviços de Administração Civil. Cxa. Nº 39, 1835.
[911] CARREIRA, … – Estudos de economia ..., p. 10 e 57.
[912] Designação então dada ás ilhas de S. Vicente e ilhéus Branco e Raso.

BARLAVENTO	301.285	911.212	1.212.497
Tarrafal Santiago	86.462	125.322	211.784
Maio	–	–	–
Fogo	–	17.731	17.731
Brava	56.506	136.499	193.005
SOTAVENTO	142.968	279.552	422.520
N/Identificadas	247.296	540.507	787.803
Total	691.549	1.731.271	2.422.820

Fonte: Extraído de CARREIRA, António – "Estudos de economia caboverdiana". Lisboa: Imprensa Nacional, 1982, p.101.

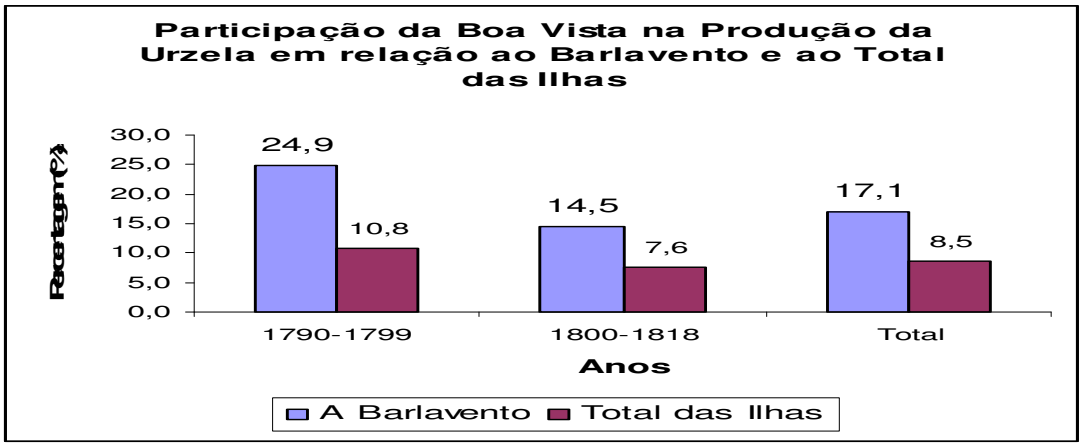
GRÁFICO Nº 19



FO

NTE: Construído a partir do quadro precedente.

GRÁFICOS Nº 20



FO

NTE: Construído a partir do quadro precedente.

Observe-se que no grupo das ilhas de Barlavento, no período de 1790-1799 a ilha da Boavista ocupa o penúltimo lugar na produção da urzela. A situação parece entretanto inverter-se nos anos seguintes, como se poderá averiguar nos anos de 1800-1818, inscritos no quadro atrás e nas suas respectivas representações gráficas, assim como nos dois quadros e respectivas representações gráficas a seguir:

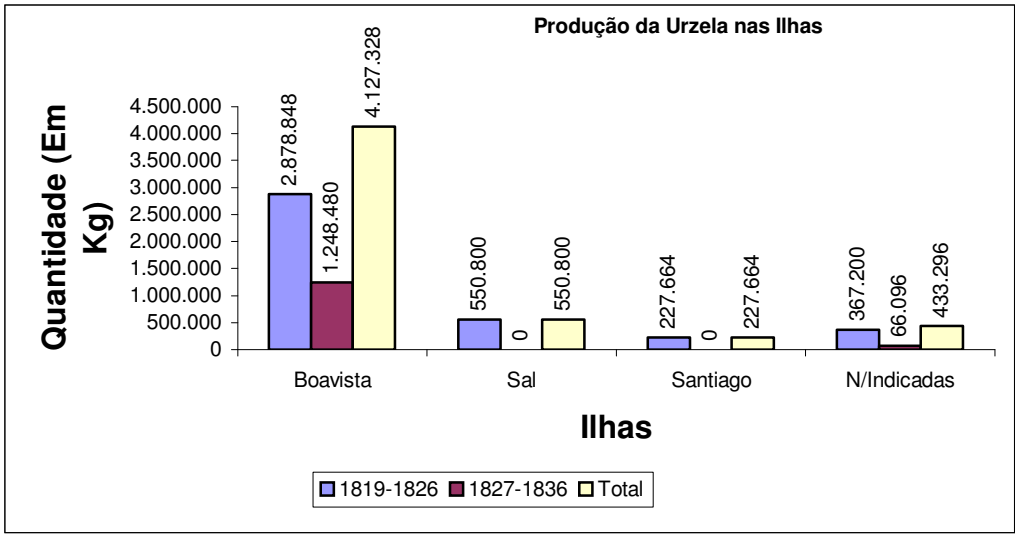
QUADRO Nº 32

Exportação da urzela nas ilhas da Boavista, do Sal, Santiago e ilhas não indicadas (1819-1826 / 1827-1836)

Ilhas	1819-1826 (Em Kg)	1827-1836 (Em Kg)	Total (Em Kg)
Boavista	2.878.848	1.248.480	4.127.328
Sal	550.800	0	550.800
Santiago	227.664	0	227.664
N/Indicadas	367.200	66.096	433.296
Total	4.024.512	1.314.576	5.339.088

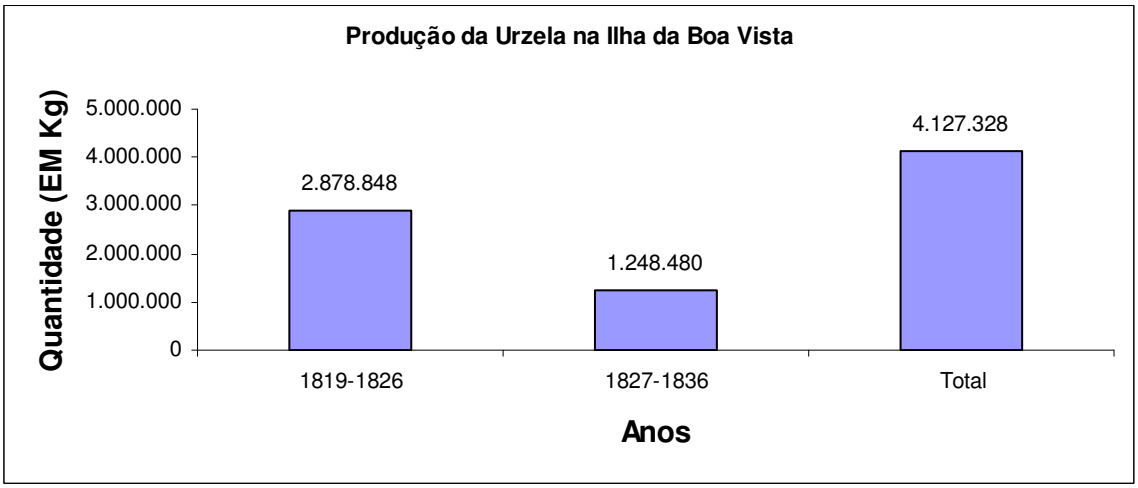
Fonte: CARREIRA, António – "Estudos de economia caboverdiana". Lisboa: Imprensa Nacional, 1982, p. 59.

GRÁFICO Nº 21



FONTE: Construído a partir do quadro precedente.

GRÁFICO Nº 22



FONTE: Construído a partir do quadro precedente.

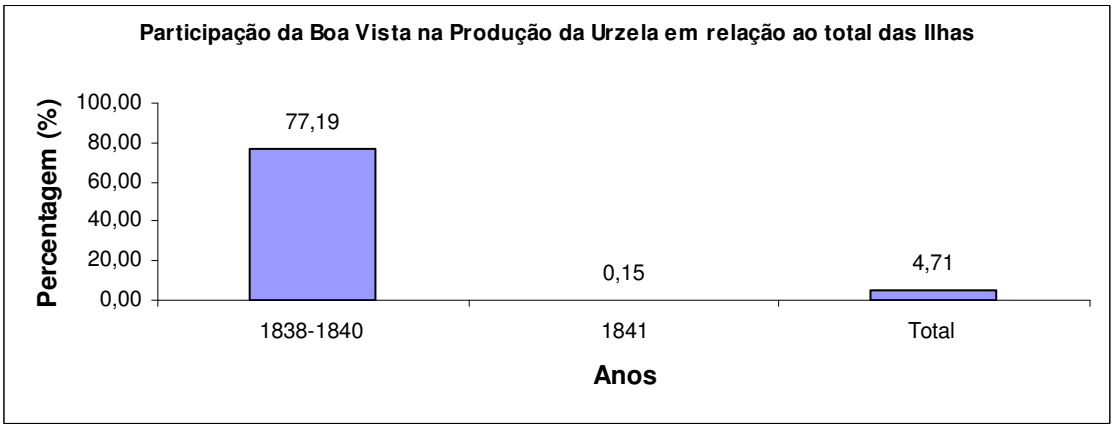
QUADRO Nº 33

Exportação da urzela nos concelhos de Cabo Verde (em Kg) (1838-1840 / 1841)

Ilhas	1838-1840 (Em Kg))	1841 (Em Kg)	Total (Em Kg)
Tarrafal	220.320	205.632	425952
Maio	477.360	0	477360
Fogo	0	22.972.032	22.972.032
Brava	249.696	51.408	301104
SOTAVENTO	947.376	23.229.072	24.176.448
S. Antão	110.160	227.664	337.824
S. Nicolau	146.880	82.605.312	82.752.192
Sal	323.136	205.632	528.768
Boavista	5.170.176	161.568	5.331.744
BARLAVENTO	5.750.352	83.200.176	88.950.528
TOTAL	6.697.728	106.429.248	113.126.976

Fonte: Extraído de CARREIRA, António – "Estudos de economia caboverdiana". Lisboa: Imprensa Nacional, 1982, p. 219.

GRÁFICO Nº 23



FONTE: Construído a partir do quadro precedente.

Sobre as quantidades da urzela, referentes à ilha da Boavista, apresentadas nos quadros, António Carreira faz os seguintes comentários: "abstraindo as cifras respeitantes às proveniências não averbadas, a parte substancial da urzela é da Boa Vista. Foi, na verdade, desde sempre a grande produtora e onde existiu o maior número de urzeleiros, e dos mais experimentados e hábeis. É, todavia, provável que nem toda a urzela tenha, na realidade, sido colhida na Boa Vista. Muita dela deve ter sido apanhada em S. Vicente, nos ilhéus Branco e Raso, em Santa Luzia e S. Nicolau, e concentrada na Boa Vista, onde o administrador podia fiscalizar e preparar as exportações. Ao fazer-se o carregamento, os despachos respectivos corriam pela alfândega do porto de concentração e daí poder ser dada como oriunda desta ilha".[913] Concluímos, portanto, que embora a ilha da Boavista fosse uma produtora da urzela de certo peso, nem toda a quantidade desse líquen apresentada no quadro era da sua safra.

Quanto aos preços da urzela, não eram uniformes. Observemos, como exemplo, os preços em réis, por ilhas e por arrobas, nos anos que se indicam:

QUADRO Nº 34
Preço da urzela em réis (1790-1818)

Períodos	Ilhas fornecedoras						
	S, Antão	Desertas	S. Nicolau	Boavista	Santiago	Fogo	Brava
1790-1791	–	$640	–	$775	–	–	$750
1792	$640	–	$640	$800	–	–	$750
1793	$640	–	$695	$800	–	–	$750
1794-1804	$640	$750	$640	$800	$750	–	$750
1805	$695	$750	$750	$750	$750	–	–
1806-1818	$800	$800	$800	$800	$800	$800	$800

[913] CARREIRA, … – Estudos de economia ..., p. 59.

Fonte: Extraído de CARREIRA, António – "Estudos de economia caboverdiana". Lisboa: Imprensa Nacional, 1982, p. 103.

Uma rápida leitura do quadro indica-nos, com efeito, que os preços variavam, tanto em relação à própria ilha de ano para ano como de uma ilha para outra. Observa-se que os preços da urzela da ilha da Boavista foram sempre os mais altos, devido certamente à sua melhor qualidade, como se disse anteriormente. Aqui residirão também as razões que levavam os produtores muitas vezes a transportar quantidades da urzela de algumas ilhas para a da Boavista, geralmente com o objectivo deliberado de proceder nesta ilha à sua venda, por serem as cotações mais vantajosas. Neste sentido, remata António Carreira, "os pequenos negociantes e mesmo os contratadores, levavam a urzela de Sotavento, designadamente do Tarrafal de Santiago, da Ribeira da Prata, da Ribeira da Barca, etc. para a Boa Vista, apresentando-a como oriunda das (então) Desertas – ou sejam as de S. Luzia, S. Vicente, e ilhéus adjacentes, e Sal".[914]

Pelo sistema da sua exploração e comercialização, constata-se que o rendimento da urzela era canalizado para o reino. A título de exemplo, temos o caso em que, considerando as fomes que grassavam em Cabo Verde, a 14 de Novembro de 1823 o governador João da Matta Chapuzet foi obrigado a escrever, do seu Quartel-General no Porto de Sal-Rei da ilha da Boa Vista, ao Ministro Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, solicitando-lhe que parte dos rendimentos da urzela entrassem nos cofres da Província.[915] O procedimento do Governador justifica-se, por outro lado, pelo facto de ser com os rendimentos da urzela que se equilibrava o orçamento da Província de Cabo Verde, como no caso do orçamento para 1837-1838, para o qual "na previsão das receitas de 1838, num total de 82 contos, concorria com 24; e no orçamento de 1842-1843, para uma receita total de pouco mais de 95 contos, 45 saíam do rendimento líquido deste musgo".[916] Por aí se avalia a consequência negativa nas economias das ilhas de Cabo Verde devido à perda do poder comercial da urzela.

Uma das possíveis causas da perda do poder comercial da urzela, pelo menos a longo prazo, fora apontada, já por volta de 1797, por João da Silva Feijó, quando identifica dois inimigos da urzela: o facto de a sua colheita ser livre, muitas vezes fazia-se a sua recolha em tenra idade (leva três anos para amadurecer), o que diminuía a sua quantidade anual e a sua qualidade; as cabras bravas que povoavam todas as serras e montanhas daquelas ilhas, pois, comiam toda a urzela que pudessem alcançar.[917] Mas é o Decreto de 30 de Junho de 1837, abrindo todos os portos portugueses à importação da urzela de S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, que veio a provocar a decadência da exportação da urzela de Cabo-Verde,[918] atingindo consequentemente a ilha

[914] CARREIRA, … – Estudos de economia ..., p. 104.
[915] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap. IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 296.
[916] CARREIRA, … – A urzela e o pano …, p. 20.
[917] FEIJÓ, … – Memória sobre a Urzella …, p. 153-154.
[918] CARREIRA, …– A urzela e o pano …, p. 19.

da Boavista. Tudo se complica ainda mais com a descoberta e utilização de corantes de origem industrial, mais baratos e mais práticos na aplicação à tinturaria de têxteis europeias.[919]

Assim, a partir de 1850 a exploração da urzela torna-se irregular em todas as ilhas. Em relação à da Boavista, Francisco Travasso Valdez informa que "o Senhor Hortel Raymundo mandou dois sacos com mostras d'esta urzella para a exposição de Londres de 1862" e que, ainda em 1864, "exportam-se annualmente da Boa Vista 60:000 arráteis, custando cada arrátel 40 a 50 réis, e vende-se por pouco mais, conforme a procura".[920] A partir de 1879, porém, a urzela é declarada "Não há" na lista dos géneros comerciais no Arquipélago de Cabo Verde, publicada no Boletim Oficial da época.[921]

1.3.3. O algodão

O algodão (*Gossypium hirsutum L.*) existe subespontâneo em quase todo o Arquipélago de Cabo Verde, [922] pois, originário da África Ocidental, dá-se bem em qualquer terreno, desde que fique abrigado das brisas de Norte e de Este, mesmo nas ilhas mais estéreis, ou sejam, Boavista, Maio, S. Vicente e Santa Luzia, e nos ilhéus Raso, Secos e Rombo.[923] Trata-se de um arbusto de 1,10 a 1,70 m de altura, com o caule ramificado desde a base. O seu fruto é constituído por uma "*cápsula* subglobosa com cerca de 2,5 cm de diâmetro, com glândulas punctiformes, apresenta geralmente 4 lóculos e 3 a 9 sementes por lóculo (geralmente 4 a 6). Sementes negras fibrosas, sem fibrilha".[924] O algodoeiro de Cabo Verde é da espécie de "[…] *gossypium herbaceum*, que dá o algodão amarello com o qual se fabricam gangas cuja côr nunca se desvanece, dá-se com especialidade em Cabo Verde".[925]

Como dizem os especialistas na matéria, "na Boa Vista, apesar da sua aridez, da acção traumática e dessecante dos ventos e da avidez do gado, o algodoeiro tem larga representação". Especialmente "na Ribeira do Norte observaram-se mesmo uns rudimentos de cultura".[926] Referindo à ilha da Boavista, escreve-se no Boletim Oficial de Cabo Verde que ela "é mui escassa de chuvas, e por isso não produz nada nos annos em que não chove, mas póde

[919] TEIXEIRA, …; BARBOSA, … – A Agricultura …, p. 30; CARREIRA, … – A urzela e o pano …, p. 20.
[920] VALDEZ, … – África Ocidental …, p. 174.
[921] CARREIRA, … – A urzela e o pano …, p. 21.
[922] Diccionário de Geographia …I, p. 613.
[923] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE I. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 14
[924] TEIXEIRA, …; BARBOSA, … – A Agricultura …, p. 97-98.
[925] "Diccionário de Geographia Universal ". TOMO I. Lisboa: Editor-David Corazzi, DCCCLXXVIII, p. 613.
[926] TEIXEIRA, …; BARBOSA, … – A Agricultura …, p., p. 101.

produzir para mais de 400 arrobas de algodão, e 100 pipas de azeite de purgueira".[927]

Sob essas condições, o cultivo do algodão seria introduzido na Boavista via Santiago, provavelmente por Rodrigo Afonso, tal como fizera na ilha do Maio, que tinha características naturais similares.[928] Vários historiadores consultados nos indicam que, desde os primórdios da colonização das ilhas de Cabo Verde, os escravos não só guardavam o gado, como também plantavam e colectavam o algodão. Orlando Ribeiro, por exemplo, escreve que "[…] fora do tempo da matança do gado e da apanha do algodão, trabalhos executados provavelmente por escravos negros de Santiago, a ilha era despovoada e assim se conservava ainda uns quinze anos depois da concessão destes privilégios".[929]

Muitos outros testemunhos dão conta da produção do algodão na Boavista. Por exemplo, da sua passagem por Boavista em 1722, Roberts, o capitão da marinha mercante americana, relata que "na ilha da Boa Vista o algodoeiro e o anil nasciam sem dificuldades, mas por preguiça, os nativos desprezavam o algodão, se bem que a sua ilha produza mais, do que todo o arquipélago junto. Esperam, para o colherem que chegue qualquer navio que o procure e as mulheres só pensam em fiar, quando dele precisam. Assim, quando passa a altura da colheita, não se encontra quarenta quilos de algodão em toda a ilha. Todavia, a ilha podia fornecer facilmente, em cada ano, a carga de um grande navio. Nos anos em que as outras ilhas têm falta de algodão, a Boa-Vista, tem-no sempre em abundância";[930] por seu turno, Aniceto António Ferreira, por volta de 1813, escreve que "quase todo o terreno da ilha [da Boavista] é excelente para a cultura do algodão, máximo nas áreas onde a sua colheita é actual, e posto que a ilha produz em maior abundância e que supre mesmo às demais ilhas, esta colheita é ainda diminuta para que pode ser aumentada";[931] José Joaquim Lopes
de Lima também testemunha, em 1844, que a ilha da Boavista produz algodão branco e amarelo[932] e, em 1850, José Maria de Sousa Monteiro afirma que "produz ésta Ilha bom algodão branco, e cor de ganga, e com muita abundancia,

[927] "Memorias sobre as Ilhas de Cabo Verde". Boletim Oficial da Província de Cabo Verde nº 30, de 17 de Maio, de 1843, p. 119.
[928] Cf. KASPER, … – Ilha da Boa Vista …, p. 145.
[929] RIBEIRO, Orlando – "Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa". *Estudos das Ciências Sociais e Políticas*, № 59. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962, p. 138. Sobre o algodão, em 1841 Chelmicky dá conta de ter visto uma plantação desse arbusto na propriedade do Sr. Hipólito, no sítio da Boa Esperança, próximo da Vila de Sal-Rei, ao mesmo tempo que considerava: "no Archipelago convem muito a cultura do algodão á ilha da Boa-Vista, Maio e ás desertas de S. Luzia e Raza" (CHELMICKY, … – Corografia Cabo-verdiana …, p. 176); Por seu turno, José Maria de Sousa Monteiro dá conta, em 1850, de que "produz esta Ilha bom algodão branco, e cor de ganga, e com muita abundancia, principalmente nos bancos de arêa sedentarios que a atravessam de Leste a Oeste" (MONTEIRO, … – Diccionario Geographico …, p. 163).
[930] Citado por FONSECA, Armando Xavier da – "A cultura do algodoeiro em Cabo Verde". In *CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação*. Nº 37, ANO IV. Praia: Imprensa Nacional, 1952, p. 20.
[931] FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde". In CARREIRA, … – Descrições …, p. 48.
[932] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 51,

principalmente nos bancos de arêa sedentarios que atravessam de Leste a Oeste; este era em tanto abundancia, que costumava até fornecel-o para as outras Ilhas; mas hoje acha-se esta cultura muito abandonada".[933]

Embora a ilha produzisse algodão, e parece de boa qualidade, o seu comércio, porém pelo menos até 1878, se encontrava pouco desenvolvido, "[…] comquanto o governo e as pessoas influentes tenham tomado a peito promovel-o".[934] Neste sentido, referindo-se ao ofício nº 16, da Secretaria-Geral do Governo, dando instruções sobre a plantação do algodão na Boavista, o Administrador informa àquela repartição que "fil-as [as instruções] distribuir convenientemente pelo Parocho e Regedores e com todos os meios de publicidade para que todos hajam de compenetrar-se da utilidade da mesma cultura e das vantagens que offerece no sentido mais generoso á riqueza e prosperidade do Concelho".[935] As preocupações do administrador são, de facto, reveladoras do pouco interesse que as populações da Boavista tinham para com o cultivo do algodão, embora não explique porquê.

O algodão, junto com a carne e peles, era exportado no século XVI para Portugal[936] e, durante algum tempo, para os rios Casamansa e S. Domingos. Normalmente era vendido entre os 40 a 50 réis / libra.[937] Internamente era utilizado no fabrico de panos e de colchas que, depois de prontos, eram tingidos com a tinta do anil, igualmente produzida na ilha, e finalmente exportados. A tinta do anil obtinha-se da planta do mesmo nome, cuja manufactura resultava numa decoada com cinzas da bananeira e da purgueira. A tinta era vendida por 40 réis / pão, ou mais cara quando era comercializada com as outras ilhas.

Não encontrámos entretanto uma organização estatística que nos desse uma ideia concreta sobre os quantitativos do algodão e do anil exportados da ilha da Boavista. Por exemplo, no quadro estatístico dos principais produtos dessa ilha exportados de 1804 a 1811, exposto na parte sobre a agricultura, constam sal, bois, cavalos, jumentos, cabras, porcos, peles e couros mas não aparece nem o algodão nem o anil, talvez porque, como se disse atrás, o seu comércio fosse, pelo menos até 1878, de baixa expressão, embora as potencialidades da ilha em termos das culturas fossem boas. Há no entanto a informação de que, por exemplo, em 1863 ainda se cultivava algodão na ilha da Boavista, chegando a atingir as 6.000 libras anuais.[938]

Note-se que no ano anterior, o algodão da ilha da Boavista tinha participado na Exposição Universal de Londres de 1862, para a qual Porfírio António de Oliveira mandara dois sacos com algodão branco em caroço e Lourenço José Vieira outros dois sacos com algodão amarelo, também em caroço".[939] Nessa mesma exposição participou também o anil da Boavista, com

---

[933] MONTEIRO, … – Diccionario Geographico …, p. 163.
[934] Diccionário de Geographia …, p. 613.
[935] Ofício nº 15, do Administrador do Concelho da ilha da Boavista, de 16 de Agosto de 1880. I.H.A.N. Cxa. 200, SGG. Janeiro-Dezembro, de 1880.
[936] KASPER, … – Ilha da Boa Vista …, p. 145.
[937] 1 Libra corresponde a 1 Arrátel.
[938] CARREIRA, António – "Panaria Cabo-verdeana-Guineense". Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1983, p. 69.
[939] VALDEZ, … – África Ocidental …, p. 173.

dois sacos de anil em pães, a que na ilha se chamava tinta, pois "é ali empregado na tinturaria dos pannos do algodão com magnifico resultado, fazendo a decoada com as cinzas da purgueira. Comtudo há pouco d'isto na ilha, mas podia haver muito se as chuvas fossem regulares. Custa ordinariamente 40 réis cada pão, e vende-se por pouco mais quando é exportado de ilha para ilha".[940] Todas essas informações mostram-nos que o algodão tinha, na ilha e fora dela, um certa importância, embora não tenha atingido os volumes de exportação de outros géneros comerciáveis, como o gado, o sal, a urzela e a purgueira. Tanto é que, em 1875, depois do Concelho de Santa Catarina, com a maior extensão de terreno cultivado de algodão, 2.000 hectares, seguia-se a ilha da Boavista com 785 hectares, num total de todas as ilhas de Cabo Verde na ordem dos 3.025 hectares.[941]

Tal como em relação aos outros produtos de importância comercial externa, a utilização e a exportação do algodão também dependiam da conjuntura do comércio internacional. Com efeito, "os muitos e vastos tratos de terreno, que, antes da industria franceza começar a introduzir na Guiné tecidos de algodão melhores e mais baratos do que os fabricados aqui, eram aproveitados em grandes plantações de algodão, plantações que se acham actualmente quasi mortas, foram empregados a muito custo e com visivel repugancia dos naturaes na cultura da purgueira, que é considerada a melhor de todo o archipelago e a que tem a noz mais oleaginosa".[942] Logo, compreende-se que a concorrência foi um dos factores que causaram a descida lenta do comércio do algodão na Boavista.

Outras vezes, eram factores endógenos que prejudicavam a cultura do algodão. Como exemplo, António Carreira dá conta de doenças da ferrugem no algodoeiro da Boavista por volta de 1864-1866, algumas delas possivelmente resultantes da degenerescência motivada por uma exploração desregrada e intensiva ou até pela erosão dos solos.[943] O próprio desinteresse do povo, classificado por Valdez de indolente, que não cuidava do algodão, apesar dos esforços do Governo, e a voracidade dos gados, que danificavam as plantações, contribuíam também para diminuir a exportação do algodão que, na década de 60 do século XIX, mesmo em anos prósperos, não ultrapassa os 4.000 a 5.000 libras, custando 30 réis / libra na compra e 40 réis libra na venda.[944] Por isso, como já dizia José Maria de Sousa Monteiro, embora a ilha da Boavista produzisse algodão em abundância, tendo mesmo exportado para as outras ilhas, a sua cultura se encontrava muito abandonada,[945] tendo produzido 4.110 kg em 1874 e, no fim do século, 3.000 kg.[946]

[940] VALDEZ, … – África Ocidental …, p. 173.
[941] "Diccionário de Geographia …, p. 615.
[942] Diccionário de Geographia …, p. 466.
[943] CARREIRA, … – Panaria …, p. 69.
[944] VALDEZ, ... – África Ocidental …, p. 173.
[945] MONTEIRO, … – Diccionario Geographico …, p. 163.
[946] KASPER, … – Ilha da Boa Vista …, p. 146.

1.3.4. A purgueira

A purgueira (*Játropha curcas L.*), é originária das regiões quentes da América do Sul. Adaptou-se em Cabo Verde, onde teve uma elevada importância económica no século XIX. O seu fruto é formado por uma cápsula subglobosa de 2-3 cm de diâmetro, contendo de 1 a 3 sementes, semelhantes ao rícino.[947]

Quanto à procedência da planta da purgueira, Barjona de Freitas, por exemplo, sugere que ela terá entrado em Cabo Verde entre os séculos XVI e XVII, vindo do Brasil ou das Antilhas, nos porões dos navios negreiros.[948]

Da semente da purgueira extraía-se um tipo de azeite que era muito utilizado no fabrico do sabão, na lubrificação e iluminação doméstica e pública. E a própria planta, que raras vezes ultrapassa os 4m de altura, servia para a manufactura de sebes. Por isso, do ponto de vista comercial, a semente de purgueira, oleaginosa útil à indústria de saboaria e de velas na Europa, veio substituir, no século XIX, a urzela em Cabo Verde.[949] Ora, nós vimos na parte referente à urzela que a agonia desse líquen terá começado a partir dos anos 50, do século XIX. E, como diziam os entendidos na matéria, "Cabo Verde é a única região em que a purgueira representa um valor económico, se bem que o seu óleo possa ser aplicado em farmácia e saboaria e como lubrificante e combustível. Todo o óleo é consumido pelas indústrias metropolitanas portuguesas".[950]

Assim, tendo em conta o seu valor económico, muitos Governadores da Colónia ordenariam a plantação e a sementeira da purgueira em todas as ilhas. Foi o caso, por exemplo, do Governador Pusich que, em 1819, ordenou fosse feita intensa plantação e sementeira da purgueira em todas as ilhas de Cabo Verde.[951] No século XIX, como se escreve no "Dicicionario de Geografia Universal", "em consequencia do desenvolvimento da exportação e commercio d'este producto, um grande numero de embarcações entretem esta especulação entre Portugal e as ilhas. A colheita da purgueira é o principal rendimento do archipelago, tanto para os insulanos, como para o estado."[952] Para além do seu valor comercial, a purgueira prestava para outras utilidades, como assinala José

[947] TEIXEIRA, …; BARBOSA, … – A Agricultura …, p. 95-96. De acordo com os autores, o rícino (*Ricinus communis L.*) é uma planta herbácea ou lenhosa, anual ou vivaz, também conhecido por "mamona" ou "baforeira". Aparece em todo o arquipélago. "É vulgar encontrar-se às habitações, nos quintais ou nos locais de deposição de detritos […]". "Exige mais humidade que a purgueira […]. Necessita, por outro lado, de solos férteis, dada a sua características de planta esgotante". "O próprio gado destrói bastante esta cultura". O seu óleo aplica-se na indústria têxtil, na saboaria, na indústria do papel, na siderurgia, nos vernizes e pinturas e nos perfumes sintéticos. "É um lubrificante de grande valor para os aviões (ADAM, 1933), incluindo os de reacção".

[948] Cf. por exemplo FREITAS, António Alfredo Barjona de – "Considerações sobre a Província de Cabo Verde". Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1905.

[949] CARREIRA, … – A urzela e o pano …, p. 21.

[950] TEIXEIRA, …; BARBOSA, … – A Agricultura …, p. 95-96.

[951] CARREIRA, … – A urzela e o pano …, p. 21.

[952] "Diccionario de Geographia …, p. 613.

Cunha da Silveira, nos seguintes termos: "comme les îles sont, d'un façon générale, très déboisées, le pulghère représente, jusqu'à un certain point, un facteur correctif de valeur, en l'absence d'une meilleur régime de revêtement forestier, si important pour la régularisation et l'augmentation des chutes pluviométriques indispensables à la prospérité de l'agriculture"; também, "les tourteaux obtenus aprés l'extraction de l'huile des grains du pulghère sont amployés comme engrais, surtout melangé avec le superphosphate dans la culture du blé et du maïs et avec le sulfate de potasse et superphosphate dans celle de la vigne et des pommes de terre".[953] Por tudo isso, a política de plantação e sementeira da purgueira iniciada por Pusich continuaria pelos anos seguintes, pois "a plantação da purgueira em grande escala nas ilhas de Boa Vista, Brava, Fogo, Santo Antão, S. Nicolau e S. Thiago foi recommendada pelo governo em 1860".[954]

No que se refere especificamente à ilha da Boavista, o estudo sobre a purgueira é escasso. António Carreira, um dos que fez um estudo económico mais completo sobre a purgueira das ilhas de Cabo Verde, é quase omisso em relação a essa ilha.[955] Outros estudiosos, anteriores a Carreira, dão conta entretanto de uma pequena indústria de sabão de sementes da purgueira, concentrada em S. Nicolau e na Boavista, cujo produto era consumido nas outras ilhas.[956] Nesta última ilha, com efeito, o azeite de purga, que serviu em 1784 de objecto de tributo dos fiéis da Igreja Católica, segundo a determinação do então Bispo, D. Frei Cristóvão de S. Boaventura, era utilizado na Boavista para a manufactura do sabão caseiro, iluminação doméstica, e até como remédio para certas doenças.

Para incrementar a exportação da semente de purgueira na Boavista, no século XIX fazem-se intensas plantações e sementeiras dessa planta oleaginosa nessa ilha, como nos testemunha por exemplo a Portaria de 26 de Janeiro de 1843, do Governo-Geral da Província, Francisco de Paula Bastos. Na referida portaria, o Governador considera a noz de purgueira ou purga, pelo azeite que dela se extrai, um objecto importante de comércio e um meio de sobrevivência das populações. Assim, conformando-se com a resolução tomada pela Junta do Melhoramento da Agricultura, em sessão de 26 de Janeiro de 1843, o Governador determinou a plantação da purgueira para uso comum do Concelho da Boavista (artº 1º), a realizar-se a título de trabalho voluntário pelo povo (artº 2º), vigiado por Zeladores escolhidos entre os membros da população de maior influência (artº 3º), de 16 de Junho a 30 de Novembro de cada ano (artº 6º). No fim de Dezembro de cada ano, o Administrador do Concelho dava parte do número de pés de purgueira plantados (artº 7º) e da purga produzida pelos arbustos plantados (artº 8º). Neste mesmo artigo, estipulava-se que o azeite que

[953] SILVEIRA, José Cunha da – "Contribuition a l'Étude du pulghère aux îles du Cap Vert". *Anais do Instituto Superior de Agronomia* . Vol VI, Fasc. 1º. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 1934, p. 6-7.
[954] "Diccionario de Geographia Universal". TOMO I. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 613.
[955] Cf. CARREIRA, António – "Estudos de economia caboverdiana". Lisboa: Imprensa Nacional, 1982, p. 289-328.
[956] SILVEIRA, … – Contribuition a l'Étude …, p. 6.

dela se fizesse não pagaria dízimo estipulado no Alvará de Dezembro de 1811.[957]

Os resultados dessa política deverão ter sido rendosos, pois um ofício de 1871 dá conta da sementeira das seguintes quantidades de purgueira, por povoações e por alqueire (Al) e quartas (Qu):

QUADRO Nº 35

Sementes da purgueira (1871)

J. Galego		Rabil		C. Tarafes		F. Figueiras		P. Velha		P. Sal-Rei	
Al.	Qu.	Al.	Qu.	Al.	Qu.	Al.	Qu.	Al.	Qu.	Al.	Qu.
13	--	18	--	13	02	16	--	13	--	78	02

Fonte: Ofício do Administrador do Concelho da ilha da Boavista ao secretário-Geral do Governo Geral da Província de Cabo Verde, de 20 de Março de 1871. I.A.H.N.. Praia. Cxa. 200, SGG. Janeiro-Dezembro de 1871.

Em 1871, portanto, foram semeados na ilha da Boavista 151 alqueires e 4 quartas de sementes de purgueira.

Prosseguindo com essas sementeiras na ilha da Boavista, em 1875 dois homens e seis mulheres, durante 33 dias, semearam no sítio de "Pico da Richa", e igual número de trabalhadores em 26 dias, no ilhéu, na ilha da Boavista, todos situados na região de Sal-Rei, um total de 60 alqueires de sementes de purgueira.[958] Por seu turno, o Governador Pereira Sampaio, no seu relatório de 1879, dá conta de terem sido semeados na Boavista 130 litros de purgueira, numa área de 9.700 m2, enquanto que a "Folha de pessoal empregado na sementeira de purgueira nos sítios de Boca do Azuleiro, Areinha, Cruz dos mortos e Ponta d'Asno, na Freguesia de S. João Baptista", processada pela Administração do Concelho da ilha da Boavista, a 30 de Julho de 1880, dá conta de 137 pessoas, homens e mulheres, empregadas na sementeira de purgueira, duraram dois dias, com salários diários de 100 e 90 réis, para homens, e 80 réis, para mulheres. Semearam 12,5 alqueires de semente de purgueira, à razão de 480 litros o alqueire. E na Freguesia de Santa Isabel, os trabalhos duraram 6 dias e meio, a 200 réis diários para homens e 160 para mulheres, num total de 54 trabalhadores. Semearam na Povoação-Velha, Recanto, Rocha da Moradinha, Curral de Culaça e Baguincho 31,3 alqueires de purgueira, a (à) razão de 480 litros o alqueire, e plantaram 7.530 estacas.[959]

---

[957] Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde, nº17, de 4 de Fevereiro de 1843, p. 65-66; MONTEIRO, … – Diccionario Geographico …, p. 163. Em relação aos anos de 1844-1845 e de 1860, cf. tb. VALDEZ, … – África Ocidental …, p. 169.

[958] "Mapa demonstrativo da quantidade de sementes lançados a terra", do Administrador do Concelho da ilha da Boavista, de 6 de Outubro de 1875; Ofício do capataz, Irmoencio Boaventura Almeida, dirigido ao Administrador do Concelho, de 29 de Setembro de 1875. I.A.H.N.. Praia. Cxa. 200, SGG. Janeiro-Dezembro de 1875.

[959] I.A.H.N.. Praia. Cxa. 200, SGG. Janeiro-Dezembro de 1880.

Com essas informações, somos a concluir que a exportação e o comércio de sementes de purgueira tinham no século XIX um importante peso na economia da Boavista.

A produção das sementes da purgueira da Boavista seguia geralmente para S. Vicente, onde era depositada, e dali então exportada para a Europa, nomeadamente para Lisboa[960] e Marselha e para os Estados Unidos da América. Nestes países era muito utilizada na iluminação. Em 1844, a sociedade Viúva Burney & Filhos, com uma representação em S. Vicente, comprava toda a semente de purgueira e embarcava-a em seus próprios navios para Portugal, onde alimentava as suas próprias fábricas no local de Santa Apolónia. Em Portugal, geralmente a semente de purgueira era utilizada no fabrico de sabão e o azeite de purga na iluminação.

Como dissemos atrás, a purgueira da ilha da Boavista não mereceu até esta um estudo relevante. Assim, não conseguimos uma estatística compacta que nos pudesse elucidar sobre a produção e a exportação dessa oleaginosa na referida ilha. Talvez a informação estatística sobre a ilha da Boavista tivesse ficado diluída nas de S. Vicente, para onde seguia a produção da Boavista antes de ser exportada para o exterior. Vejamos entretanto o que conseguimos, ou seja, o quadro de semente de purgueira exportada pela Alfândega da Boavista, nos anos que se indicam:

QUADRO Nº 36

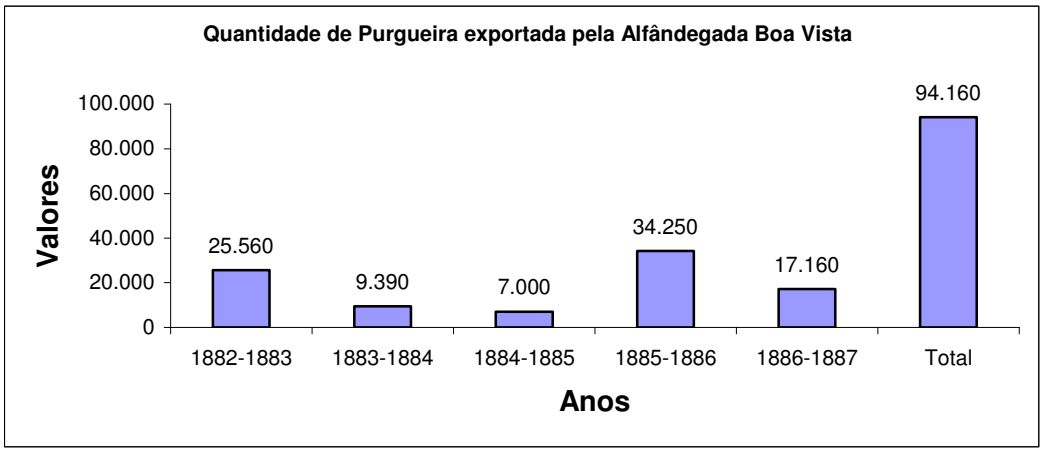
Exportação de sementes da purgueira pela Alfândega da Boavista (1882-1887)

Anos	Quantidade	Valores (em réis)
1882-1883	25,^{m} 56	548$000
1883-1884	9,^{m} 39	226$000
1884-1885	7,^{m} 00	140$000
1885-1886	34,^{m} 25	645$000
1886-1887	17,^{m} 16	255$000
Total	94,^{m} 16	1.814$000

Fonte: Extraído do mapa anexo ao ofício nº 147, de 1 de Outubro de 1887, da Alfândega da Boavista, dirigida ao Secretário-Geral do Governo-Geral da Província de Cabo Verde. I.A.H.N.. Praia. Cxa. nº 427, SGG. Janeiro-Novembro de 1887.

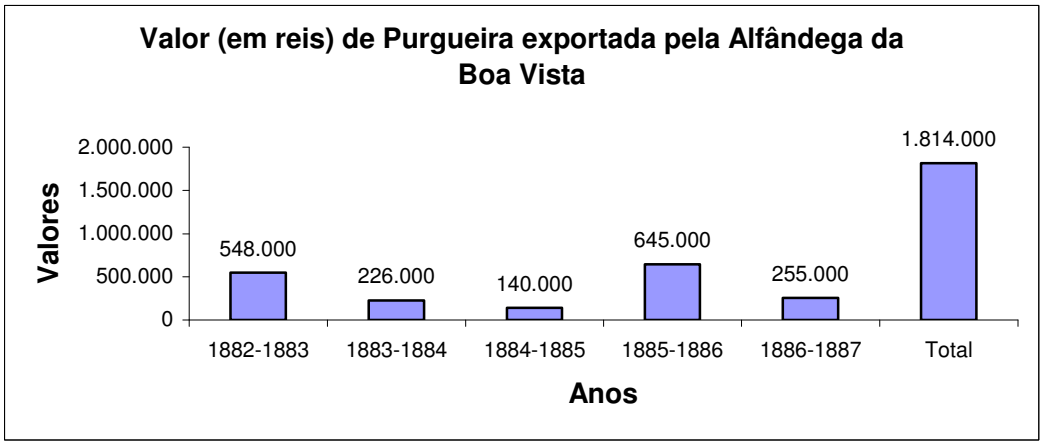
[960] SILVEIRA, … – Contribuition a l'Étude …, p. 7.

GRÁFICO Nº 24



FONTE: Construído a partir do quadro precedente.

GRÁFICO Nº 25



FONTE: Construído a partir do quadro precedente.

Poucas coisas nos dizem os dados fornecidos pelo quadro e pelas suas representações gráficas, a não ser a flutuação da exportação ao longo dos anos referidos. O quadro comparativo de sementes de purgueira exportadas, em kg, pelas ilhas e nos anos que se indicam, poderá nos elucidar melhor:

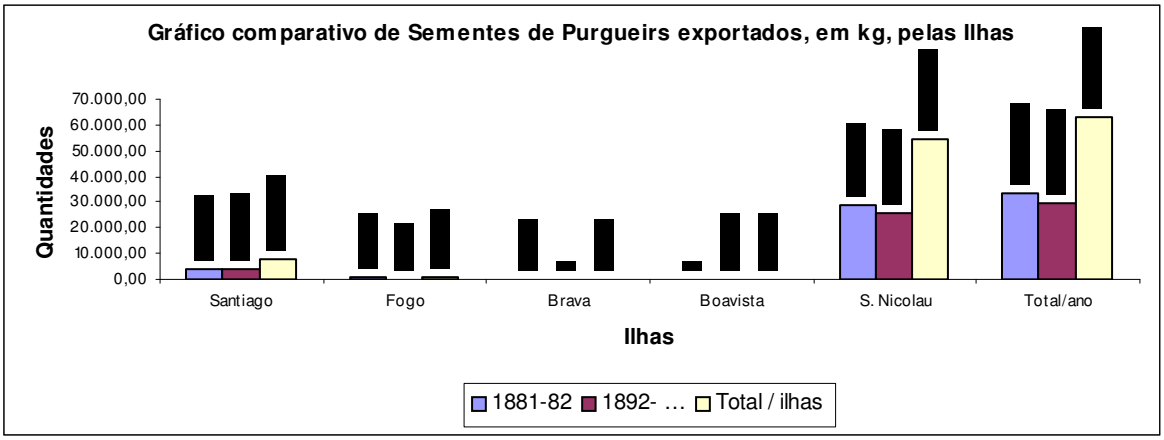
QUADRO Nº 37
Exportação de sementes de purgueira (1881-1882 / 1892)

Anos	Santiago	Fogo	Brava	Boavista	S. Nicolau	Total/ano
1881-82	3.844,726	725,075	53,836	--	29.133,000	33.756,647
1892- …	3.648,683	168,780	--	125,000	25.646,000	29.588,463
Total / ilhas	7.493,409	893,865	53,836	125,000	54.779,000	63.345,100

Fonte: Extraído de FREITAS, António Alfredo Barjona de – "Considerações sobre a Província de Cabo Verde". Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1905, p. 48.

Vejamos também a representação gráfica do quadro:

GRÁFICO Nº 26



FONTE: Construído a partir do quadro precedente.

Tendo em conta a carência estatística no período de que nos ocupamos, ou seja de 1650 a 1850, de seguida expomos informações do século XX, a fim de termos uma ideia mais clara da produção e exportação da semente de purgueira na Boavista.

Em 1929, por exemplo, a produção de sementes da purgueira foi de 3.500 toneladas, enquanto a de 1933 foi de 2.259 toneladas, numa área cultivada de 8.748,2 há. Vejamos o quadro e as suas representações gráficas a seguir:

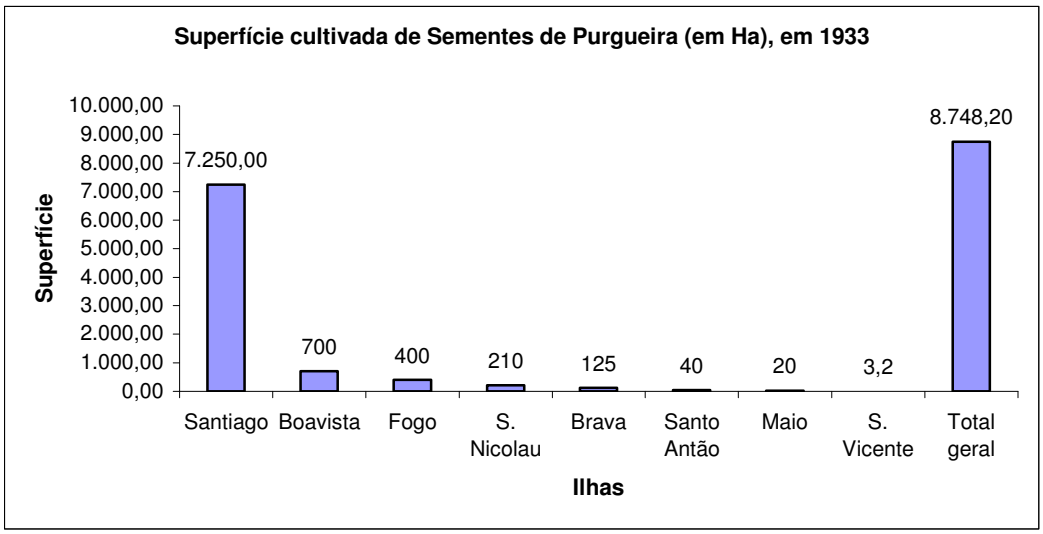
QUADRO Nº 38
Áreas do cultivo da purgueira e as respectivas produções em ton. (1933)

Ilhas	Superfície cultivada (em Ha)	Produção (em ton)
Santiago	7.250,00	1.800
Boavista	700,00	100
Fogo	400,00	200
S. Nicolau	210,00	84
Brava	125,00	50
Santo Antão	40,00	15

Maio	20,00	10
S. Vicente	3,20	--
Total geral	8.748,20	2.259

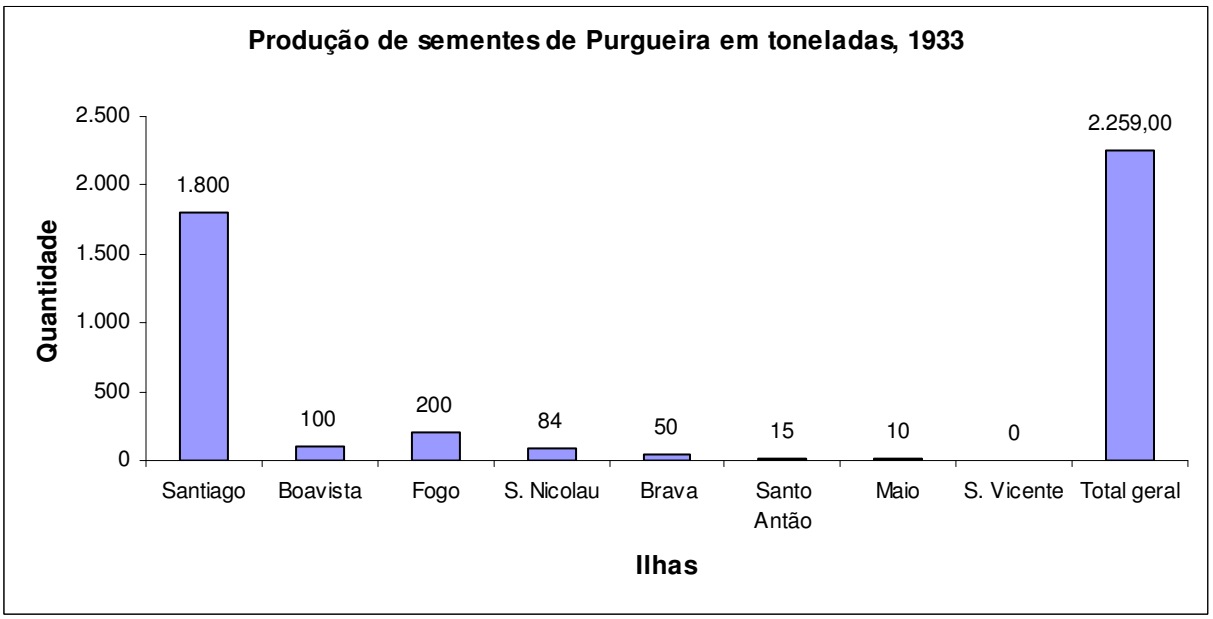
Fonte: Extraído de SILVEIRA, José Cunha da – "Contribuition a l'Étude du pulghère aux îles du Cap Vert". *Anais do Instituto Superior de Agronomia*. Vol VI, Fasc. 1º. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 1934, p. 6.

GRÁFICO Nº 27



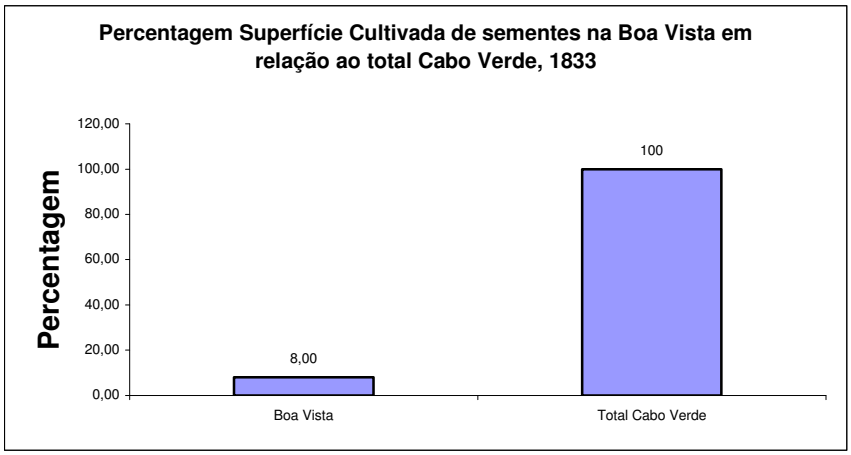
FONTE: Construído a partir do quadro precedente.

GRÁFICO Nº 28



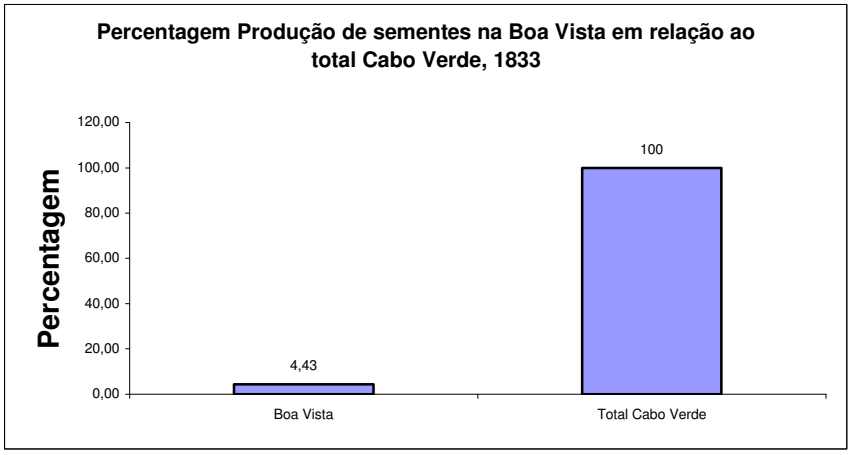
FONTE: Construído a partir do quadro precedente.

GRÁFICO Nº 29



FONTE: Construído a partir do quadro precedente.

GRÁFICO Nº 30



FONTE: Construído a partir do quadro precedente.

O quadro e as suas representações gráficas mostra-nos que, depois de Santiago e do Fogo, a ilha da Boavista é o terceiro produtor de sementes de purgueira. Mostra-nos também que a produção por área é fraca, se compararmos a sua área cultivada de 700 hectares, com uma produção apenas de 100 toneladas, contra os 400 hectares de área cultivada do Fogo mas com 200 toneladas.

De uma maneira geral, a exportação de sementes de purgueira em Cabo Verde sofria grandes flutuações, como por exemplo, no período de 1878 a 1881,

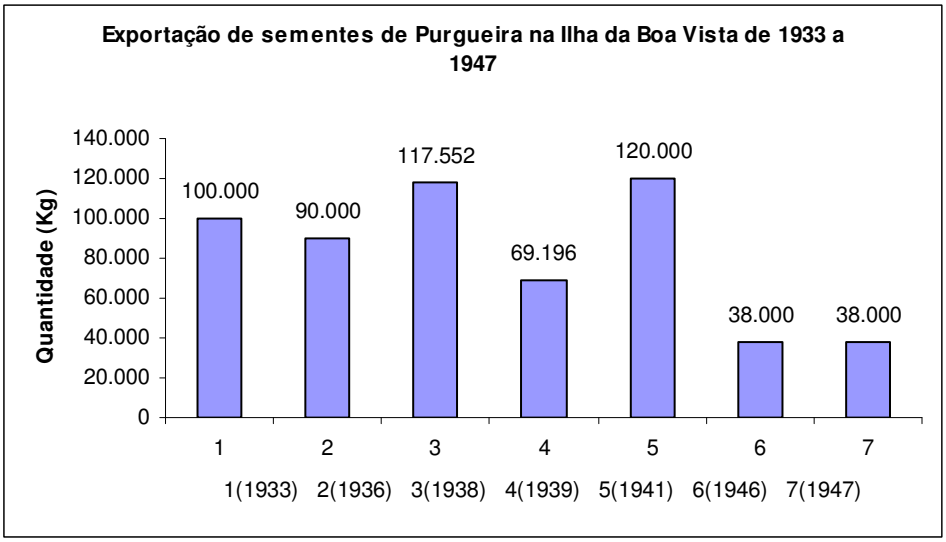
durante o qual a exportação excedeu 140 contos, descendo em seguida e não voltando a atingir aquela cifra, em oscilações que baixaram a 73,5 contos em 1898, para subir além de 117,8 contos em 1902.[961] A ilha da Boavista sofre também do mesmo mal. Vejamos o quadro e a sua representação gráfica a seguir, com referência à ilha, nos anos de 1933 a 1947:

QUADRO Nº 39
Flutuações da exportação de sementes da purgueira (1933 – 1947)

Ano	1933	1936	1938	1939	1941	1946	1947
Kg	100.000	90.000	117.552	69.196	120.000	38.000	38.000

FONTE: Extraído de KASPER, E. Josef – "Ilha da Boa Vista, Cabo Verde". Trad. Luís Filipe da Silva Madeira. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1987, p.150.

GRÁFICO Nº 31



FONTE: Construído a partir do quadro precedente.

Embora a purgueira seja uma planta que "subsiste por conter venenos e repulsivos que a defendem dos animais famintos, inclusive a cabra",[962] Barjona de Freitas aponta porém quatro causas da sua destruição: o gado solto sem pastor, que não come mas calca, arranca ou quebra, sobretudo as plantações novas; o fabrico do sabão indígena, que consome grande quantidade de cinzas da purgueira no seu fabrico; a utilização da lenha de purgueira e as doenças, como "coccidaes" e "armillaria".[963]

[961] FREITAS, ... – Considerações …, p. 48.
[962] TEIXEIRA, …; BARBOSA, … – A Agricultura …, p. 95-96.
[963] FREITAS, … – Considerações …, p. 49.

A exploração das suas sementes duraria apenas cerca de 80 anos, não tanto por causa da sua destruição mas sobretudo devido ao facto de serem batidas, a partir do primeiro quartel do século XX, por outras oleaginosas, de melhor a de maior teor de gorduras.[964] A utilização em larga escala do petróleo e do gás natural na indústria, aliada às secas prolongadas em Cabo Verde, ditaria finalmente a desvalorização do poder comercial da semente de purgueira em todas as ilhas de Cabo Verde, pelo que já nos anos 40 do século XX não tinha muito valor económico. Com efeito, nos finais da primeira metade do referido século XX, o preço da semente de purgueira na origem mal pagava a colheita e o transporte. Toda a produção oscilava entre os 1.500 e os 2.600 toneladas, continuando a ser exportada para Portugal. Apesar de ser um produto pobre, ainda constituía uma das principais receitas do arquipélago.[965] Por aí se vê o estado lamentoso em que se encontravam as ilhas de Cabo Verde, altura em que, aliás, começa a decadência económica da ilha da Boavista. Da purgueira, hoje resta na Boavista apenas a toponímia de alguns lugares, outrora ricos desse arbusto, como a "Purgueira de Chica", por exemplo, a uns 3 kms a Norte da Povoação-Velha.

1.4. A produção industrial

1.4.1. O sal

Em termos económicos, tem-se dividido habitualmente o Arquipélago de Cabo Verde, como assinala Manuel Múria, em ilhas agrícolas: Santiago, Santo Antão, S. Nicolau e Fogo; e ilhas salineiras: Maio, Boavista e Sal.[966] Na Boavista, porém, a existência de pastagens ditaria o início da sua ocupação, como vimos atrás, com a exploração dos produtos do gado bravo nela lançado a esmo. Quanto ao sal, um dos produtos naturais e de extracção espontânea da ilha da Boavista, a sua exploração para fins comerciais com o exterior, conquanto paralelo à criação de gado, só viria a florescer, como veremos mais à frente, a partir dos meados do século XVIII, começando então a suplantar a economia baseada nos produtos de gado e a ter, por isso, um peso importante na economia da ilha. Não nos é possível porém apresentar aqui o volume do comércio interno e externo desse produto natural até aos meados do século XIX, pois as estatísticas só começaram a ser organizadas a partir dos finais do século XIX e inícios do XX. Assim, até esse período, socorremo-nos da bibliografia existente sobre a matéria que, em abono da verdade, não é muita, conquanto que dos meados do século XIX possamos contar com alguma estatística referente ao referido comércio.

[964] CARREIRA, … – A urzela e o pano …, p. 21.
[965] TEIXEIRA, …; BARBOSA, … – A Agricultura …, p. 95-96.
[966] VASCONCELLOS, … – Colonias Portuezas …, p. 5 e 71; MÚRIA, … – CABO VERDE: …, p. 51.

1.4.1.1. A importância do sal da ilha da Boavista

O sal é um produto natural que tem originado topónimos e despertado, ao longo da humanidade, paixões, guerras, superstições e outros comportamentos e sentimentos. Em Cabo Verde, por exemplo, deu nome à ilha do Sal e provocou conflitos entre os portugueses e os ingleses, porque estes queriam apoderar-se da sua exploração nas ilhas da Boavista e do Maio desde os séculos XVI e XVII; na Boavista, deu o nome primeiro ao porto e, depois ao centro populacional mais importante da ilha, a Vila de Sal-Rei, e é espalhado pelos cantos e pelo telhado da casa aos sete dias do nascimento de uma criança, para afugentar as feiticeiras que, na crença popular, nesse dia procuram a todo o custo come-la. Mas o que é o sal?

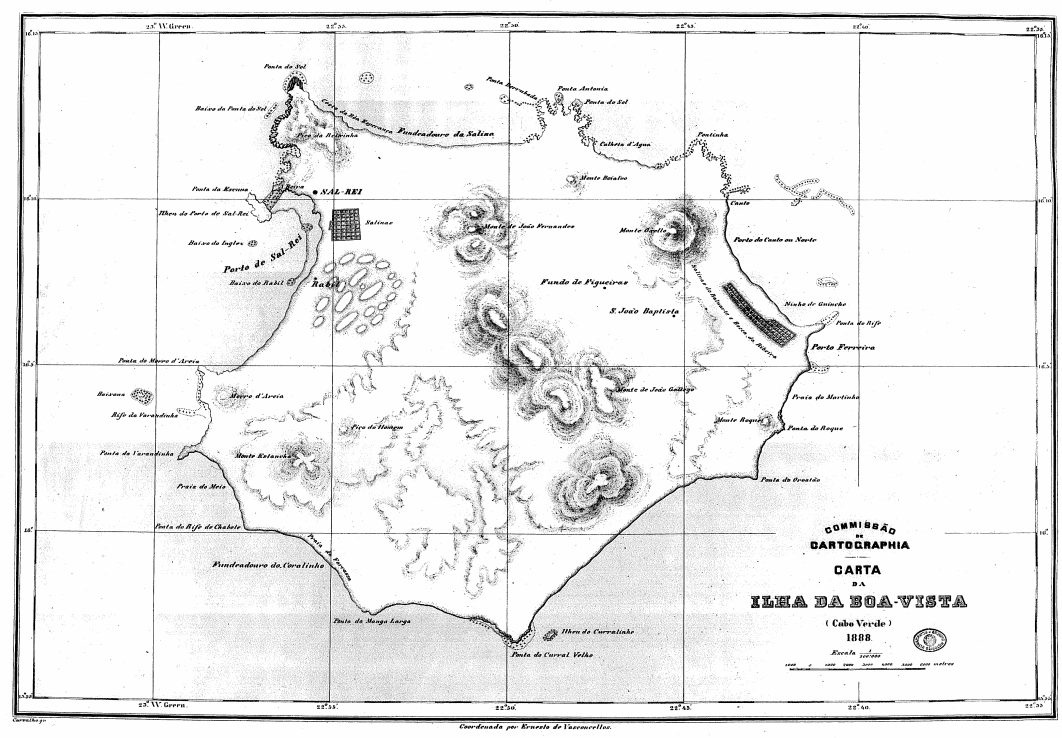
Vulgarmente, o sal é um condimento utilizado para temperar a alimentação, para a salga da carne, da pele, do couro e do peixe, para o fabrico do gelo, para a cura de algumas doenças, entre outras aplicações. Do ponto de vista químico, é o "Cloreto de Sódio – Cl Na". Na realidade, o que motiva a procura e o consumo do sal é o facto de ser "[…] imprescindìvelmente necessário à saúde e que, se todo o sal do nosso corpo fosse inesperadamente retirado, a título experimental, deixaríamos de viver em quarenta e oito horas".[967] Assim se explica o apetite que o ser humano sente pelo sal, pois o alimento insosso não desperta o paladar. Pela sua importância para o homem, o sal é com efeito um produto que desde os primórdios da humanidade despertou o interesse do homem, tendo sido utilizado para pagar salário, como escreve Luís Romano, nos seguintes termos: "no império romano, os legionários ou os militares recebiam parte do sôldo em sal. Essa porção de pagamento chamava-se 'salarium' e desta antiga expressão latina derivou a palavra salário, empregada actualmente".[968] E, no caso do Arquipélago de Cabo Verde, tendo em conta a sua abundância e a sua qualidade nas ilhas do Sal, da Boavista e do Maio, o sal, como supõe Carreira, não terá sido utilizado nos rios da Guiné como moeda de troca, logo no início do tráfico de escravos, na segunda metade do século XV?[969]

Todo este arrazoado para compreendermos melhor a procura que o sal teve nas ilhas de Cabo Verde por diversos povos, nomeadamente europeus, desde a sua ocupação no século XV, ou mesmo africanos, antes da descoberta das ilhas pelos portugueses, como pretendeu Ibn Saïd, retomado por Jaime Cortesão, citado no capítulo sobre o povoamento. Como vimos no referido capítulo, o sal foi com efeito o produto natural que mais contribuiu para o enriquecimento dos colonos e proprietários e para o desenvolvimento urbanístico dessa ilha, nomeadamente com a descoberta das salinas do antigo Porto Inglês, hoje Vila de Sal-Rei. Se a ilha da Boavista foi considerada no século XIX, como ficou dito atrás, o empório das ilhas de Barlavento, foi precisamente graças ao comércio interno e externo do sal. A figura a seguir

[967] ROMANO, Luís – "Aspectos do sal na história e na antropologia cultural através dos tempos". Separata da Revista "Ocidente". Vol. LXVIII. Lisboa, 1965, p. 149.
[968] ROMANO, …– Aspectos do sal …, p. 153.
[969] CARREIRA, …– CABO VERDE…, p. 105 e 112.

mostra as duas salinas, a do Norte, a Leste, e a da Vila de Sal-Rei, a Oeste, que contribuíram para o desenvolvimento económico-social da ilha da Boavista, principalmente nos século XVIII:

FIG. Nº 28
Salinas de Sal-Rei e de Salineiro do Norte (Finais do séc. XIX)



Fonte: Instituto do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Comissão de Cartografia: Carta da ilha da Boa Vista (Cabo Verde). Cxa. CABO VERDE, doc. nº 105, 1888.

De acordo com Jaime Cortesão, a primeira notícia da existência de sal nas ilhas de Cabo Verde, mais precisamente nas ilhas do Sal e da Boavista, foi dada no século XIII pelo viajante árabe Ibn Saïd, falecido em 1282.[970] Com a descoberta da ilha da Boavista pelos portugueses, ela foi ocupada, a partir de 1490, essencialmente para a exploração económica dos produtos do gado, numa época em que não existia outra forma de conservação dos produtos deterioráveis, como é o caso dos do gado, como a carne e a pele, senão o sal. Por isso, quando "[…] Rodrigo Affonso, residente no reino, alli mandou [alguém] pelos annos de 1489, a fim de estudal-a, e ver se satisfazia ás condições de pastagens e de agua, para creação de gados […]",[971] a existência do sal não terá passado despercebido ao visitante. Do ponto de vista comercial, tendo em

[970] CORTESÃO, Jaime – "Os Descobrimentos Portugueses". Vol. II. Lisboa : Arcádia, [s.d.], p. 46-48.
[971] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed.Vol. I, Parte I & II (Apresentação, Notas e Comentários de Daniel Pereira). Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 58.

conta a sua procura na Europa e, pouco mais tarde, nas suas possessões de África e da América, essa substância não terá sido também ignorada pelos colonos desde os primórdios da ocupação da ilha. Com efeito, como vimos no capítulo sobre o povoamento, noticiam alguns autores dos séculos XVI e XIX, paralelamente à grande criação de cabras e ao apanho do algodão em 1505, também já se fabricava sal na ilha da Boavista. O sal não seria também desconhecido de outros povos, pois os holandeses ali iam carregar os seus navios de sal, e as ilhas do Maio e da Boavista foram muito cedo procuradas pelos baleeiros americanos que pescavam nos mares de Cabo Verde, tanto é que os holandeses chamavam as ilhas de Cabo Verde de "ilhas do Sal".[972] Ora, como regista Blaeu, já em 1644 "[…] centenas de navios carregam no arquipélago sal com destino à Alemanha, Inglaterra e Dinamarca".[973]

A exploração do sal nas ilhas do Maio, Boavista incrementara-se, todavia, com o encerramento dos portos de Lisboa e de Setúbal, em 1585, à navegação inglesa, francesa, holandesa e alemã, no reinado do Filipe II de Portugal, III da Espanha,[974] devido à guerra dos trinta anos que opunha este país àquelas nacionalidades. Com efeito, em 1580 Portugal começara a ser governado por Filipe II da Espanha, cuja aventura imperialista trouxera vexames e miséria para Portugal. A reavivar as antigas rivalidades entre os dois países peninsulares, antes de morrer, a 13 de Setembro de 1589, Filipe I de Portugal e II da Espanha, deixara instruções ao seu filho e sucessor, ordenando-lhe "o assenhorear-se integralmente de Portugal, sem examinar se justo era ou injusto; que conquistasse a França; enfraquecesse a Inglaterra e espalhasse o terror das armas espanholas até aos confins do Norte". Essas instruções visavam também, logo que as guerras terminassem e tivessem sido moldados os povos conquistados ao domínio espanhol, a "espanholização" paulatina de Portugal.[975] Dando rigoroso seguimento a essas instruções, a Espanha declarou guerra simultaneamente à França, à Inglaterra e aos Países Baixos. Porque Portugal estava sob o domínio da Espanha, aqueles países declaram guerra também a Portugal, atacando e conquistando algumas das suas possessões no Ultramar, ao mesmo tempo que os seus corsários e piratas cometiam assaltos e pilhagens aos portos e navios portugueses.[976] Tais actos conjunturais trouxeram consequências funestas para Cabo Verde, quando por exemplo, não só a cidade da Ribeira Grande, em Santiago, é assaltada e arrasada em 1585 pelo corsário inglês, Francis Drake[977] mas também os ingleses tentam assenhorear-se da ilha do Maio e, como veremos mais à frente, do sal desta ilha e da Boavista, sem

[972] CHELMICKI, … – Corografia Cabo-Verdiana …, p. 8.
[973] Citado por FRANÇA, Arnaldo – "Exportação do sal no século XIX – Ilha do Sal". Revista do Centro de Estudos de Cabo Verde. Série de Ciências Humanas. Praia, I (1973), 1-35, p. 37.
[974] FRANÇA, … – Exportação do sal …, p. 37.
[975] GARCIA, Miguel – "A obra civilizadora dos portugueses e a época dos seus descobrimentos – Perda e reconquista da Independência". Lisboa: Sociedade Histórica da independência de Portugal, 1933, p. 18.
[976] GARCIA, …– A obra civilizadora …, p. 19-20. Sobre a influência nefasta do governo dos Filipes em cabo Verde, Cf. tb. MÚRIA, … – CABO VERDE …, p. 35-37.
[977] MÚRIA, … – "CABO VERDE: Memória breve". Lisboa: Agência geral das Colónias, 1939, p. 35-36.

pagar os respectivos direitos a Portugal, como faziam também os holandeses e os franceses, que aí iam carregar abusivamente seus barcos desse produto e nada pagavam de direito.

Em 1737, Du Verney informa que o Arquipélago de Cabo Verde abastecia de sal quase toda a América ou Nova Inglaterra e Terra Nova.[978] Por seu turno o Anónimo, reportando-se à criação de gado e à agricultura na ilha da Boavista em 1784, escrevia que "tem também esta Ilha uma salina, como a da Ilha do Maio, ou ainda maior, mas com o incómodo de ser mais longe do porto de mar".[979] Ainda em 1818, Manuel Roiz Lucas de Senna informava que "o sal nativo de que a ilha pròpriamente do Sal, a Ilha do Maio e da Boa Vista, e outras produzem em tanta quantidade, que tantos navios lá vão buscar este género todos vão carregados, e iriam todos que lá fossem de todas as nações do mundo".[980] De acordo com este autor, o conjunto das ilhas do Sal, Boavista e Maio exportou, de 1790 a 1900, 670.000 moios de sal.[981] Correspondendo cada moio, de acordo com o autor, a 960 quilos, essas ilhas, exportaram, portanto, no seu conjunto, 643.200.000 quilos de sal, em 110 anos.

Sobre a qualidade do sal da Boavista, Lopes de Lima diz em 1844 que "o melhor sal de todas as Ilhas, e o único cristalisado, é o que produzem as salinas naturaes do porto chamado do *Norte*, na Ilha da Boavista: vem depois o da Ilha do Sal: depois o da Ilha do Maio (com preferência o da *Salina Velha*): e por ultimo o das salinas artificiaes do Porto de Sal-Rey, na Boavista, que é mão, miúdo, e sujo".[982] Por seu turno, o "Diccionario de Geographia Universal" dá conta, em 1878, que as salinas da ilha da Boavista são magníficas e abundantes, sendo o sal a principal indústria da ilha. Nesse ano, exportaram-se para o estrangeiro 4:329 litros de sal, no valor de 329$000 réis.[983] Por isso, não é por acaso que "[…] no meado do século XVII e no principio do immediato os inglezes iam ás ilhas da Boa Vista e de Maio buscar e preparar o sal, com que carregavam os seus navios, pagando uma pequena remuneração aos carregadores das duas ilhas, rasão por que os principaes portos d'ellas foram denominados, o da primeira Porto Inglez, o da segunda Porto dos Inglezes".[984]

Para combater a gratuidade com que os ingleses exploravam o sal da ilha da Boavista, nos "Capítulos da nova criação para boa arrecadação da Fazenda Real a qual mandou fazer o Desembargador Ignocencio Alves da Silva", a 24 de Janeiro de 1749, estipula-se no § 1º, que "os estrangeiros principalmente os Inglezes pela grande soberba que tem; entendem que estas Ilhas lhes pertencem chegando para isso noticias erradas, e falças alegaçõens, para evitar essas desordens toda atendendo o não pagamento dos Direitos do commercio que fazem he precizo observar mais esta circunstancia". No § 2º determina-se que "Primeiramente o Feitor quando vier algum Navio despachar se o Navio for

[978] Citado por FRANÇA, … – Exportação do sal …, p. 37.
[979] Anónimo. "Noticia Corográfica e Chronológica … (Apresentação, notas e comentários por CARREIRA, António). Lisboa: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1985, p. 33.
[980] SENNA, … – Dissertação …, p. 29.
[981] SENNA, … – Dissertação …, nota de roda-pé, p. 29.
[982] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 11.
[983] Diccionário de Geographia …, p. 466.
[984] "Diccionário de Geographia …, p. 614.

lotado e pedir quantia certa do sal cobrará os Direitos na forma do regimento, a razão de três tustons a Moio, e não sendo lotado o Navio, e querendo carga segundo o que entender, poderá carregar, o Feitor terá cuidado de receber maior quantia em caução do que entende poderá levar o dito navio para evitar alguma fugida como custumão fazer alguns navios depois de se achar carregado".[985] Nesta mesma linha, e ainda na tentativa de acabar ou diminuir os abusos dos ingleses, o próprio rei D. João V é obrigado a passar ao Desembargador sindicante Dr. Custódio Correia de Matos a Provisão de 1751, recebida por este na ilha da Boavista em Março de 1753, na qual se encarregava de várias diligências dos serviços reais nas ilhas de Cabo Verde e Praça de Cacheu.[986] A coberto desta provisão, o Desembargador sindicante Dr. Custódio Correia de Matos regula a venda e a exportação do sal na ilha da Boavista dando, a 14 de Março de 1753, os "Apontamentos que deve observar o Feitor da Ilha da Boa Vista com Navios salineiros enquanto se lhe não dá Regimento formal para a boa arrecadação da Fazenda Real'.[987]

As disposições desses regulamentos mostram que a preocupação do rei não era só a de combater a impunidade com que os ingleses apanhavam o sal na ilha da Boavista: por esses regulamentos impunham-se também procedimentos alfandegários mais rigorosos nos despachos aos navios, assegurando desta forma o pagamento dos Direitos a que os navios que carregassem sal deviam à Fazenda Real. Por isso, pela atenção que a própria Coroa portuguesa dava à regulamentação da exploração e comércio do sal da ilha da Boavista, somos levados a concluir que este produto natural já tinha, no primeiro quartel do século XVIII, um peso importante nos rendimentos da Fazenda Real, pois, como noticia António Pusich, em 1804, "destas ilhas se exporta muito, e bom sal, a saber das ilhas da Boa Vista, e Maio".[988]

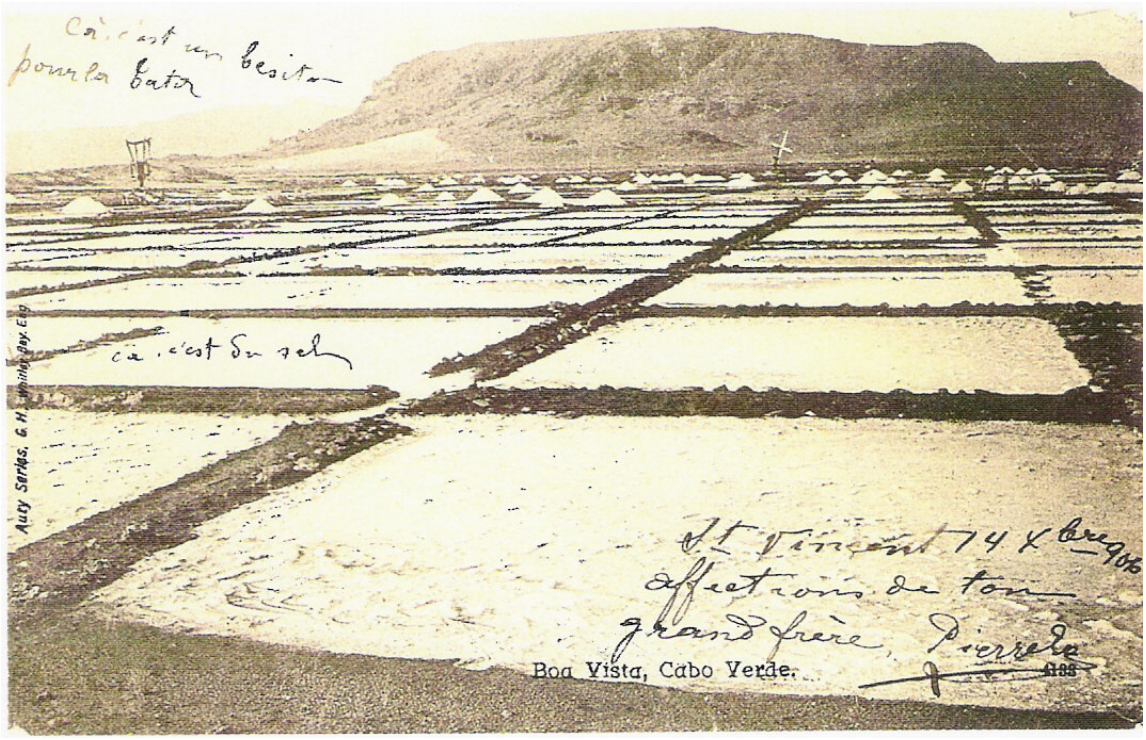
1.4.1.2. Exploração das salinas da ilha da Boavista

Na Boavista há, com efeito, muitas salinas naturais junto das costas, nomeadamente das costas Sudoeste (salina do Espargo), Sul-Sueste (salina do Curral-Velho), Norte (salina do Porto do Norte ou do Canto, também conhecida por Salinas do Baluarte ou Boca da Ribeira) e Nordeste (salina da Vila de Sal-Rei).[989] Porém, só foram exploradas, que se saiba por documentos escritos, a salina do Porto do Norte e a da Vila de Sal-Rei.

---

[985] "Certidão do Livro … IAHN, Praia. Cxa. Nº 426. Secretaria-Geral do Governo da Província de Cabo Verde, 1825.
[986] CARREIRA, … – Alguns aspectos …, p. 191-192.
[987] "Certidão do Livro … IAHN, Praia. Cxa. Nº 426. Secretaria-Geral do Governo da Província de cabo Verde, 1825.
[988] PUSCH, … – Descripção …, p. 121.
[989] Diz Aniceto António Ferreira que foi ele quem descobriu as salinas do nordeste (Norte) e do sueste (Sul-Sudeste) em 1788 (FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde", in CARREIRA, … – Descrições …, p. 52).

FIG. Nº 29
Salina de Sal-Rei (cerca de 1906)



FONTE: LOUREIRO, João – "Postais antigos de CABO VERDE". Lisboa: João Loureiro e Associados, 1998. p. 83.

Das duas salinas, por ser o Porto do Norte muito perigoso à navegação, embora possuísse um sal "crystallisado",[990] a salina da Vila de Sal-Rei mereceria melhor atenção por parte dos exploradores salineiros. As salinas do Espargo e do Curral-Velho foram exploradas pelas populações mais para o consumo interno, sobretudo para a salga da carne e do peixe. O sal que se formava naturalmente nas salinas do Sul e do Sudeste era propriedade de todos. Neste sentido, escreve Francisco Valdez que "o sal natural extrahido de vários logares, situados a E. da ilha é propriedade commum a todos que queiram tirar da lagoa onde se congela".[991] A do Espargo cedo seria abandonada devido ao facto de ser invadida por água doce das Ribeiras da Água Gonçalo, Ribeira da Aguada, Ribeira do Conde, Ribeira de Meio, entre outras.

[990] O Porto do Norte ou da Salina, escreve Francisco Valdez, "[…] é um porto perigoso por ter a entrada cheia de recifes, havendo ali naufragado muitos navios durante os nordestes, entre outros a nau ingleza *Hartwel*, em 1787, que deu o nome aos rochedos da ponta do N.". Por isso, embora "o sal do Porto do Norte é excellente", como o classifica Valdez, o autor escreve mais à frente que "os negociantes vêem-se obrigados a vende-lo pelo mesmo preço d'aquelle que se obtem por uma qualidade inferior em outras partes da ilha". VALDEZ, … – África Ocidental …, p. 169 e 171.
[991] VALDEZ, … – África Ocidental …4, p. 171.

A exploração das salinas da Boavista terá sido iniciada pelos ingleses nos finais do século XVI, conjuntamente com as ilhas do Maio e do Sal.[992] No que se refere à ilha da Boavista, de acordo com o testemunho de um viajante, por volta de 1720 os tripulantes dos navios apanhavam, maior parte das vezes, directa e pessoalmente o sal das salinas. Porém, o transporte do sal para a praia de embarque era feito por burros que alugavam aos nativos. Cada grupo de 15 burros era conduzido por um escravo.[993] Com efeito, até aos anos de 1732, altura em que se deram as primeiras formalidades alfandegárias na Boavista,[994] o sal era fornecido aos navios gratuitamente, pois os habitantes não recebiam nada por esse produto: "eles eram simplesmente remunerados pelo seu trabalho e pelo transporte para os barcos com algum dinheiro, roupas ou outros objectos de troca". T. B. Duncan também dá conta que o sal era transportado das salinas para cais de burros e do cais aos navios de pequenos barcos de fundo chato.[995]

Em 1797, o naturalista João da Silva Feijó informa que o sal era então "[…] o primeiro objecto de hum activo Commercio, na annual exportação de milhares de moios, que dali fazião particularmente os Inglezes, e Francezes para América".[996] No particular da ilha da Boavista, escreve que, "[…] pelo pouco zelo dos habitantes principalmente da Ilha da Boavista, se tem destruído aquellas salinas [da Boavista] com as innundações das arêas, e por isso, e por mal trabalhado o seu sal, nem o seu preço he regular, nem a concorrencia frequente, dirigindo-se quasi todas as embarcações á do Maio: com tudo sempre se computa a actual sahida daquella Ilha até mil e quinhentos moios, que vendidos pelo ultimo preço estabelecido de mil e oitocentos reis, dá o annual rendimento de dous contos e setecentos mil reis a seus habitantes".[997] O sal era efectivamente exportado, durante os séculos XVII e XVIII, principalmente para a Nova Inglaterra ou América do Norte pois, tendo em conta o seu preço baixo, ali as empresas de peixe utilizavam, desde 1620, o sal de Cabo-Verde. Para além da América do Norte e Caraíbas, a partir do século XVIII o sal começou a ser exportado também para o Brasil e para a África Ocidental.[998]

Como se vê da informação de Feijó, em 1797, eram os ingleses e os franceses que promoviam a exportação do sal para a América. Portanto, ao fim e ao cabo, os habitantes das ilhas não lucravam com a exportação directa do sal. Mas lucravam, sim, com o comércio paralelo, nomeadamente do abastecimento de produtos alimentares, principalmente carne salgada e chacina, e do fornecimento da água potável aos navios transportadores de sal.[999]

---

[992] KASPER, … – Ilha da Boa Vista…, p. 122.

[993] BONNAFFOUX, Désiré (Trad. de) – "As ilhas de cabo Verde nos anos de 1720. Quatro anos de viagens do capitão George Roberts". Revista Ponto & Vírgula. Nº 7 – Janeiro / Fevereiro, 1984, p. 4.

[994] Cf. "Certidão do Livro …, IAHN, Praia. Cxa. Nº 426. Secretaria-Geral do Governo da Província de cabo Verde, 1825.

[995] Citado por KASPER, … – Ilha da Boa Vista …, p.123.

[996] FEIJÓ, … – Ensaio economico …, p. 188.

[997] FEIJÓ, … – Ensaio economico …, p. 192-193.

[998] Cf. DUNCAN, T. Bentley – "Atlantic Islands : Madeira, the Azores and the Cape Verdes in Seventeenth-Century. Commerce and Navigation". Chicago : The University Chicago Press, 1972, p. 188-194.

[999] T. B. Duncan, citado por KASPER, … – Ilha da Boa Vista…, p.123.

A exploração do sal nas ilhas de Cabo Verde não requeria grandes técnicas. Neste sentido, por exemplo, em 1818, referindo-se ao apanho do sal por navios estrangeiros nas ilhas do Sal, Maio e Boavista, Manuel Roiz Lucas de Senna escreve o seguinte: "porque é incrível o sal que apanham sem mais artifício que tirá-lo das minas aonde se cria, e dali carregá-lo para bordo".[1000] No tocante à ilha da Boavista, Lucas de Senna refere-se, evidentemente, ao sal produzido nas salinas naturais, especialmente nas salinas do Norte. Na Vila de Sal-Rei o sal era preparado artificialmente em caldeiras apropriadas que se denominavam marinhas, pertencentes aos proprietários da Boavista. Vejamos o número e percentagem dessas marinhas por famílias, suas respectivas proprietárias:

QUADRO Nº 40
Número e percentagem de marinhas de sal por famílias (Sécs. XIX / XX)

Apelidos das famílias	Número de marinhas	% por família
Ferreira Santos	10	11,63
Benoliel	02	02,33
Sousa Carvalho	03	03,49
Carvalho	13	15,12
Sousa Pinto	01	01,16
Barbosa Vicente	09	10,47
ULTRA	01	01,16
Tavares de Almeida	01	01,16
Silva Santos	01	01, 16
Oliveira	03	03,49
Spencer	05	05,81
Silva	02	02,33
Vicente Silva	02	02,33
Martins	05	05,81
Pinto	01	01, 16
Almeida	04	04,65
Spencer Santos	03	03,49
Ferreira Lima Lopes da Silva	07	08,14
Anahory	03	03,49
Mosso de Magalhães	01	01,16
Vieira	03	03,49
Silva Brito	01	01, 16
Lima	02	02,33
Ferreira Carvalho	01	01,16
Câmara Municipal	02	02,33
Total	086	100,00

[1000] SENNA, … – Dissertação …, p. 29.

FONTE: construído a parte de inscrições matriciais inventariadas nos "Livros da Matriz Rústica" da Câmara Municipal da Boavista. Volumes I-V, Nºs 0001 a 5179.

De acordo com Francisco Valdez, em 1864, "a maior parte do seu sal é preparado nas caldeiras artificiaes durante o tempo seco […]".[1001] Isto é, a técnica salífera então utilizada era rudimentar, pois baseava-se no processo natural da evaporação da água do mar, captada e depositada em marinhas para o efeito, pela incidência dos raios solares.[1002] Em Sal-Rei, o sal produzido da água do mar e pelo método solar continha alguma impureza, o que lhe conferia um aspecto sujo e por isso mais preferido, pois, para além do mais, era mais barato do que o sal cristalino das salinas naturais do Norte.[1003] Empregavam-se na apanha e no transporte do sal um grande número de indivíduos, homens e mulheres. O sal era também carregado em burros, na altura denominados genericamente de bestas, das salinas para o cais e embarque.[1004]

Como vimos atrás, a apanha e o comércio do sal na ilha da Boavista eram regulamentados pelas provisões de 1732 e 1753.[1005] Na altura a ilha do Sal era ainda deserta. Embora o sal nela existisse em abundância e de excelente qualidade, só viria a ser descoberto por Manuel António Martins a partir de 1796, o que daria origem ao povoamento da ilha por volta de 1833.[1006]

O sal da Boavista, de uma excelente qualidade, para além de se destinar maioritariamente à exportação, era também internamente utilizado na salga da carne, da pele, do couro e do peixe e na conservação de outros produtos do gado, como a manteiga, o queijo, a salsicha, entre outros. O antigo povoado de Sal-Rei recebeu esse nome, conforme já dissemos, devido à excelência do sal das suas salinas, enquanto que a sua antiga prosperidade se deveu essencialmente à exploração dessa substância. Aliás, as informações atrás balanceadas habilitam-nos a afirmar que o incremento do povoamento e do próprio crescimento populacional da Boavista se devem à exploração daquele recurso natural.

No século XVIII, antes da chegada de Aniceto António Ferreira por volta de 1776, houve uma crise de mais de 40 anos, durante a qual o sal quase não foi exportado. Neste sentido, informa o próprio Aniceto António Ferreira que antes da sua administração o sal "[…] esteve quase totalmente extinto,

---

[1001] VALDEZ, … – África Ocidental …, p. 1671.

[1002] De acordo com Luís Romano, "hoje há três fontes principais, de onde se extrai o sal, a saber: o mar, pelo sol; a mina, pelo processo subterrâneo; a sonda, pela perfuração especial". ROMANO, … – Aspectos do sal …, p. 151 e 155.

[1003] Cf. VALDEZ, … – África Ocidental …, p. 171. Quanto à impureza, informa ainda Luís Romano, no Norte de África o sal sujo era preferido ao sal branco dos europeus e "em Kaolac, no Senegal, os negros do interior, quando vinham comprar sal, directamente na salina, escolhiam os torrões mais escuros para se deliciarem, como se fossem crianças lambendo sorvetes". ROMANO, … – Aspectos do sal …, p. 155.

[1004] Cf. VALDEZ, … – África Ocidental …, p. 171.

[1005] "Certidão do Livro …, IAHN, Praia. Cxa. Nº 426. Secretaria-Geral do Governo da Província de cabo Verde, 1825.

[1006] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap. IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p.401.

chegando a não se exportarem da ilha em catorze anos mais do que 260 moios, da única salina do Porto de Inglês já perdida há mais de 40 anos".[1007]

Com a sua chegada, sempre no interesse da Fazenda Real e do povo, mandou limpar, às suas despesas, as salinas, abrir poços e marinhas, tendo conseguido exportar em 998,5 moios de sal e, mais tarde, 2.785 moios e 53 alqueiros.[1008] Tendo em conta que, devido à sua pobreza, o povo não podia comprar equipamentos apropriados para as salinas, e no sentido de melhorar a sua produção, mandou vir da América do Norte 38 carretas de mão, alavancas e morrões, com os quais as equipou. Cuidou também de apetrechar o porto, mandando construir, ainda às suas custas, dois cais, um de madeira, destruído posteriormente pelo povo, e outro de pedra, a fim de promover o transporte do sal,[1009] incrementando assim a exploração e o comércio desse produto natural. Aliás, foi ele mesmo, não só um grande criador de gado mas também um dos grandes comerciantes e proprietários de salinas.

De acordo com Aniceto António Ferreira, de 1804 a 1811, portanto em 8 anos, demandaram os portos da ilha da Boavista, a fim de negociarem, 639 navios mercantes, dos quais 222 Galeras; 205 Bergantins; 202 Escunas; 9 Chalupas e 1 Corveta. Esses navios procediam dos E.U.A., 497; de Portugal, 86; da Inglaterra, 52; e da Espanha, 4. Na Ilha, carregavam-se sal, couros, peles e animais vivos, estes geralmente transportados para as Antilhas. Em média anual, aportaram à ilha da Boavista 80 navios. Os 639 navios distribuíram-se, por nacionalidades, do seguinte modo: americanos, 497 navios, 77,8%; portugueses, 86 navios, 13,6%; ingleses, 52 navios, 8,0%; e espanhóis, 4 navios, 0,6%". De entre outros produtos, esses navios carregaram um total de 23.190 moios de sal, numa média anual de 2.899 moios.[1010]

Note-se a superioridade numérica da presença americana, enquanto, como referia António Carreira, "[…] os próprios navios portugueses que se movimentavam, deveriam ser os fretados para o transporte de sal, peles e gado para as Antilhas".[1011] Essa afluência de navios no Porto de Sal-Rei e as transacções que ali se faziam dão-nos uma ideia da movimentação comercial na Boavista da época. Nessa altura, portanto por volta de 1813, da exportação do sal, de acordo ainda com Aniceto António Ferreira, a Fazenda Real cobrava 450 réis por cada moio de sal que se exportasse.[1012]

[1007] FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde", in CARREIRA, … – Descrições …, p. 51.

[1008] FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde", in CARREIRA, … – Descrições …, p. 51-52. Em 27 de Março de 1813, Manuel Alexandre de Medina e Vasconcelos também recomendava a limpeza das salinas da Boavista (VASCONCELOS, Manuel Alexandre de Medina e – "Providências necessárias para a regeneração das ilhas de Cabo Verde", in CARREIRA, … – Descrições …, p. 76).

[1009] FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde", in CARREIRA, … – Descrições …, p. 52.

[1010] FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde", in CARREIRA, … – Descrições …, p. 56-57.

[1011] CARREIRA, … – Descrições …, p. 14.

[1012] FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde", in CARREIRA, … – Descrições …, p. 53.

Vimos atrás que o sal era exportado para a América do Norte, Caraíbas, África Ocidental e Brasil. Assinale-se que o sal da Boavista foi também exportado, nos séculos XVIII e XIX, para as Repúblicas do Rio da Prata: Argentina e Uruguai.[1013] O sal era vendido a moios, correspondendo cada moio a 2.495,53 litros. Um moio posto a bordo custava 4$800 reis. Do produto total das vendas, Sal-Rei pagava à capital da colónia, Praia, um tributo, no valor de 3$000 réis. O quadro a seguir dá-nos uma ideia estatística do sal exportado da ilha da Boavista, de 1804 a 1811:

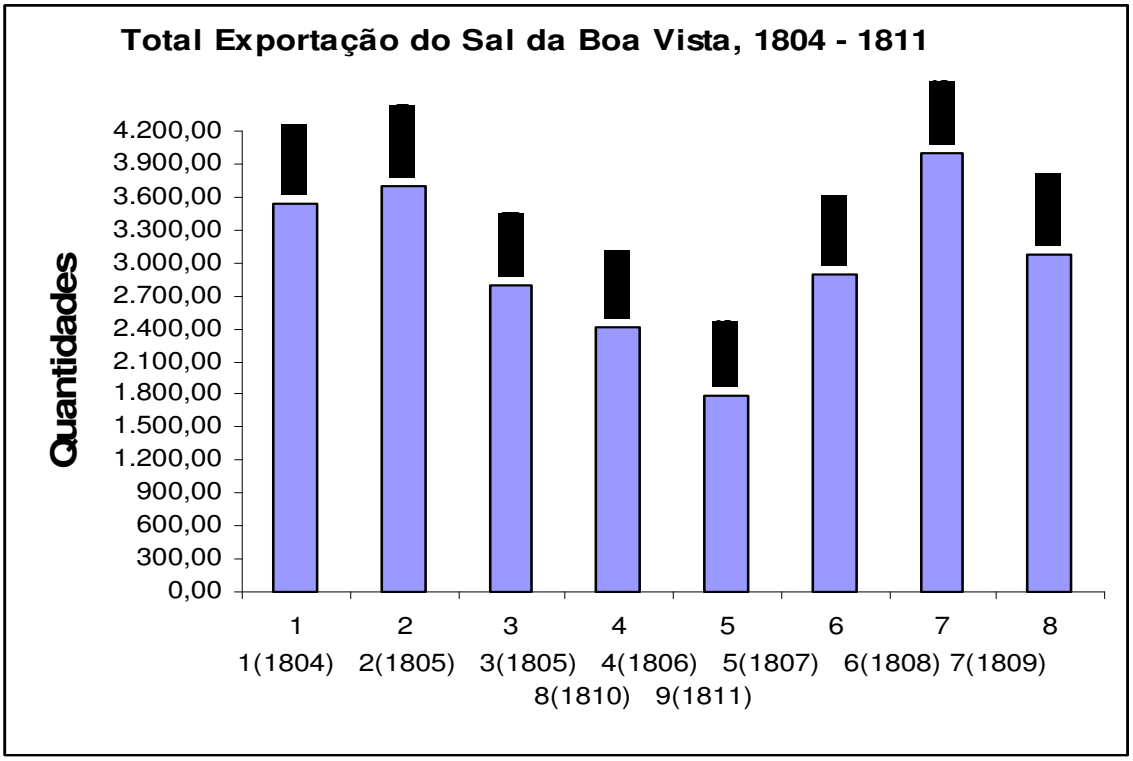
QUADRO Nº 41
Exportação do sal da ilha da Boavista (1904-1811)

Anos	Países	Sal (em moios)
1804	Portug.	103,00
	Ingla.	124,00
	E.U.A.	3.300,30
	Espa.	--
Total ano		3.527,30
1805	Portug.	444,00
	Ingla.	52,50
	E.U.A.	3.203,50
Total ano		3.700,00
1806	Portug.	203,00
	Ingla.	7.14
	E.U.A.	2.581,27
Total ano		2.791,41
1807	Portug.	670,50
	Ingla.	133,00
	E.U.A.	1.607,00
Total ano		2.410,50
1808	Portug.	309,00
	Ingla.	240,50
	E.U.A.	1.239,45
Total ano		1.788,95
1809	Portug.	503,00
	Ingla.	47,00
	E.U.A.	2.347,55
	Espa.	--
Total ano		2.899,55
1810	Portug.	330,00
	Ingla.	21,00
	E.U.A.	3.647,15
	Espa.	3,00
Total ano		4.001,15
1811	Portug.	227,50
	Ingla.	224,50
	E.U.A.	2.621,00
Total ano		3.073,00
Total geral		24.191,86

[1013] FRANÇA, … – Exportação do sal …, p. 42.

Fonte: Organizado a partir do "Mapa dos navios que aportaram nesta Ilha da Boa Vista desde o ano de 1804 até o de 1811". FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde", in CARREIRA, António (Recolha, anotações e apresentação) – "Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde". Mem Martins: Edição de António Carreira, 1987, p. 56-57.

GRÁFICO Nº 32



Fonte: Extraído do quadro precedente.

O Conselheiro Manuel António Martins, influente político e comerciante na maioria das ilhas de Cabo Verde, cujo navio naufragara carregado de vinho na baía de Sal-Rei, da ilha da Boavista, em 1792, viria a casar-se com a filha de Aniceto António Ferreira e a sucedê-lo nas actividades salineiras e comerciais. Para além de explorar as salinas da ilha, explorava também as da ilha do Sal e negociava em sal com os salineiros da ilha do Maio, no que era apoiado por uma segura clientela estrangeira.[1014] Na Boavista, coube a Martins o mérito de ter introduzido, no primeiro quartel do século XIX, novas técnicas de exploração do sal. Organizou junto do povo a forma de produzir o sal, incentivando "[…] a população a organizar pequenas marinhas, prestando-lhe para o efeito auxílio financeiro e outro. Como estes salineiros não tinham capacidade para produzir as quantidades pretendidas pelos navios estrangeiros, Martins adquiria-lhes os pequenos estoques a preços de miséria com finalidade de avolumar os

[1014] CARREIRA, … – Estudos de economia …, p. 57.

próprios".[1015] Tal procedimento, sempre a seu favor, aumentou todavia a exportação do sal da Boavista. O quadro e as suas representações gráficas seguintes poderão elucidar-nos sobre a evolução e o retrocesso da exportação do sal da ilha da Boavista, em moios,[1016] em relação à exportação da ilha do Sal, nos anos que se indicam:

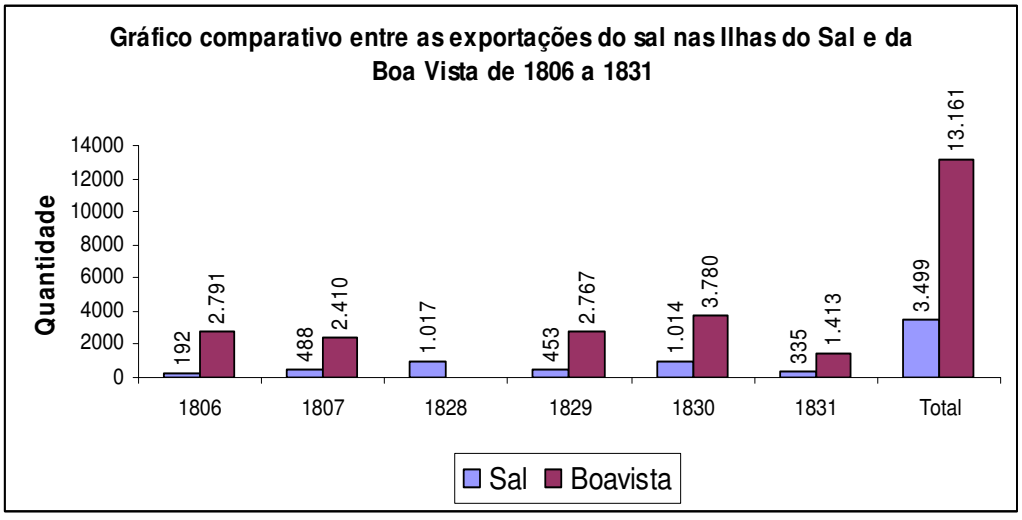
QUADRO Nº 42

Comparação das exportações do sal das ilhas do Sal e da Boavista (1806-1831)

Anos	Sal	Boavista	Total	% Boavista
1806	192	2.791	2.983	93.56
1807	488	2.410	2.898	83.16
1828	1.017	-	1.017	0.00
1829	453	2.767	3.220	95.93
1830	1.014	3.780	4.794	78.85
1831	335*	1.413	1.748	80.84
Total	3.499	13.161	16.660	79.00

FONTE: FRANÇA, Arnaldo – "Exportação do sal no século XIX – Ilha do Sal". Revista do Centro de Estudos de Cabo Verde. Série de Ciências Humanas. Praia, I (1973), 1-35, p. 39.
* De Janeiro a Abril.

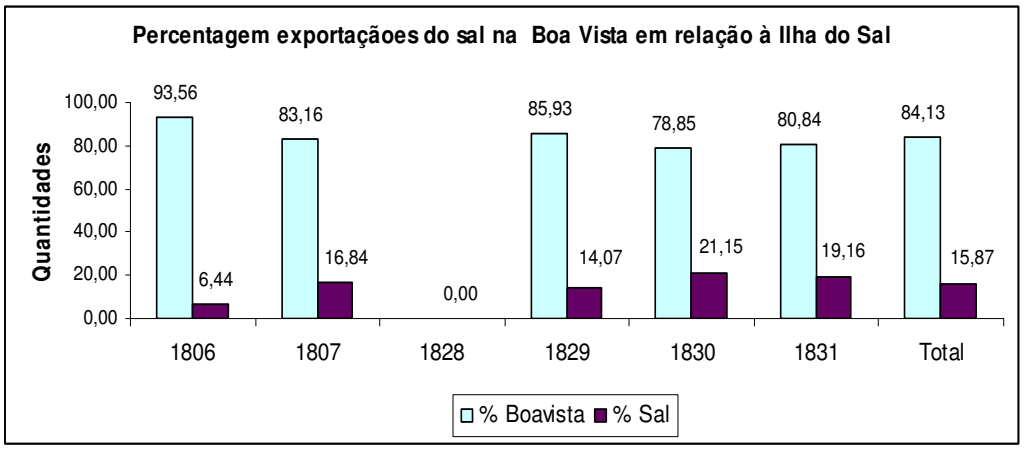
GRÁFICO Nº 33



Fonte: Extraído do quadro precedente.

[1015] CARREIRA, … – Estudos de economia …, p. 32.
[1016] De acordo com Joaquim Vieira Botelho da Costa, um moio de Cabo Verde corresponde a 2.495,58 litros. Citado por FRANÇA, … – Exportação do sal …, nota de roda-pe nº 8, p. 39.

GRÁFICO Nº 34



Fonte: Extraído do quadro precedente.

Uma leitura deste primeiro quadro e das suas representações gráficas mostra-nos que, nos anos indicados, a ilha da Boavista sempre exportou mais sal do que a sua vizinha ilha do Sal. Já do quadro e das suas representações gráficas a seguir, onde se comparam as exportações da ilha da Boavista com as das ilhas do Sal e do Maio, constata-se que a superioridade, em primeiro lugar, da ilha do Sal e, em segundo lugar, da ilha do Maio, em relação à Boavista, é explícita. Vejamos:

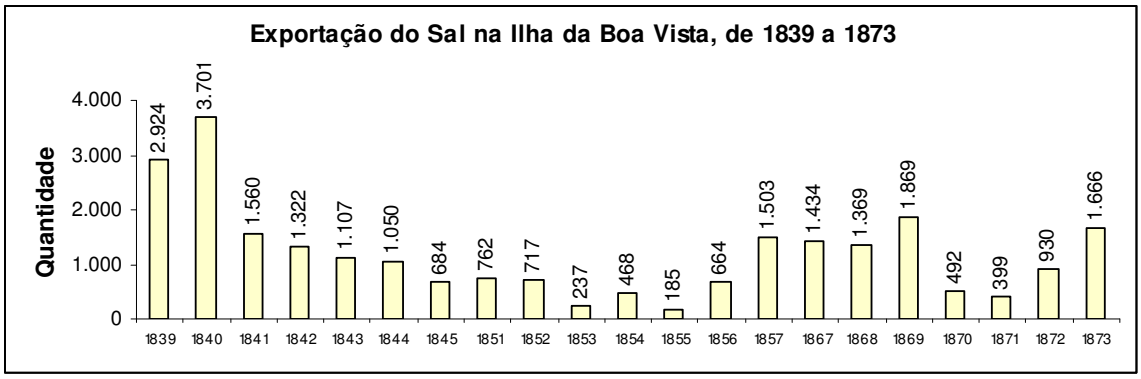
QUADRO Nº 43
Comparação da exportação do sal da ilha da Boavista com as do Sal e do Maio (1839-1873)

Ano	Sal	% Sal	Boavista	% B.vista	Maio	% Maio	Total
1839	2.891	35,08	2.924	35,49	2.425	29,43	8.240
1840	5.132	32,76	3.701	23,62	6.834	43,62	15.667
1841	7.681	56,17	1.560	11,41	4.434	32,42	13.675
1842	4.677	53,51	1.322	15,13	2.741	31,36	8.740
1843	3.935	45,83	1.107	12,89	3.545	41,28	8.587
1844	4.369	57,37	1.050	13,79	2.196	28,84	7.615
1845	6.137	64,16	684	7,15	2.744	28,69	9.565
1851	7.009	57,52	762	6,25	4.415	36,23	12.186
1852	9.685	71,28	717	5,28	3.186	23,45	13.588
1853	5.090	83,37	237	3,88	778	12,74	6.105
1854	8.226	80,66	468	4,59	1.504	14,75	10.198
1855	8.371	78,34	185	1,73	2.120	19,84	10.685
1856	6.274	63,02	664	6,67	3.017	30,31	9.955

1857	8.472	62,29	1.503	11,05	3.625	26,65	13.600
1867	11.006	78,01	1.434	10,16	1.668	11,82	14.108
1868	8.953	73,54	1.369	11,24	1.853	15,22	12.175
1869	7.068	41,56	1.869	10,99	8.069	47,45	17.006
1870	5.729	50,44	492	4,33	5.136	45,22	11.357
1871	5.602	60,19	399	4,29	3.306	35,52	9.307
1872	11.132	62,34	930	5,21	5.796	32,46	17.858
1873	8.347	53,57	1.666	10,69	5.569	35,74	15.582
Total geral	145.786	59,31	25.043	10,19	74.961	30,50	245.799

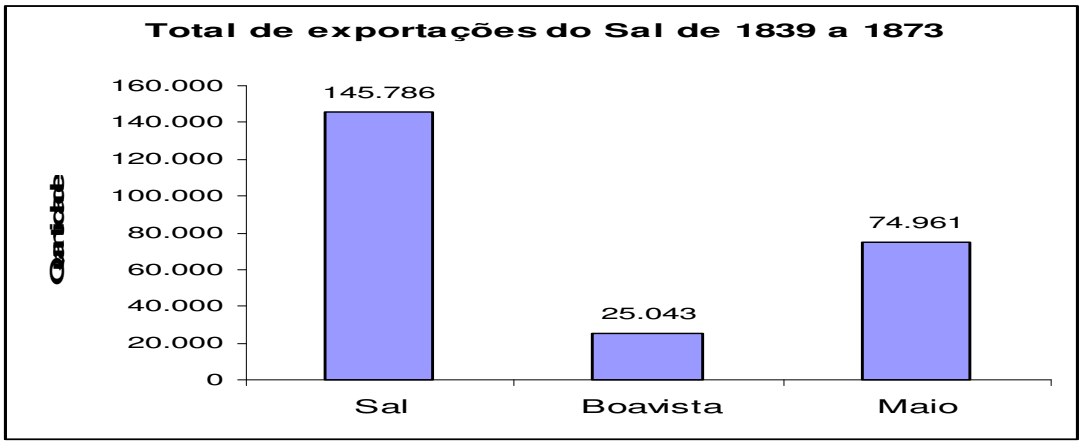
Fonte: Construído a partir de LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE I. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 7; FRANÇA, Arnaldo – "Exportação do sal no século XIX – Ilha do Sal". Revista do Centro de Estudos de Cabo Verde. Série de Ciências Humanas. Praia, I (1973), 1-35, p. 39.

GRÁFICO Nº 35



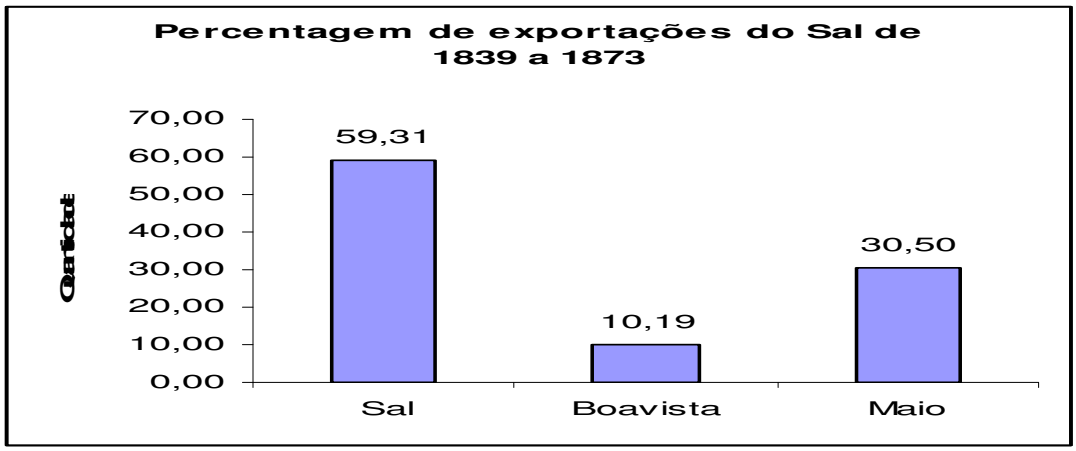
Fonte: Extraído do quadro precedente.

GRÁFICO Nº 36



Fonte: Extraído do quadro precedente.

GRÁFICO Nº 37



Fonte: Extraído do quadro precedente.

Ora, se no quadro anterior observámos que a ilha Boavista exportara o sal em maior quantidade em relação à ilha do Sal, isto é, de 1806 a 1831, neste quadro e nas suas representações gráficas constata-se que a partir de 1840 se assiste à superioridade da ilha do Sal, com 5.132 moios contra os 3.701 daquela. A combinação das informações dos dois quadros mostram-nos, por outro lado, que, enquanto a exportação da ilha da Boavista diminuía quase para metade de 1806 a 1873, a da ilha do Sal, no mesmo período, aumentava de 192 para 8.347 moios, tendo atingido o pique de 11.132 moios em 1872.

No que se refere aos custos do sal, até 1857 cada moio custava 1.200 réis no local de produção. Já a 18 de Abril de 1859 estava regulado em 1.800 réis por cada moio e a despesa de transporte do local de produção para o porto de embarque é de 600 a 900 réis, cada moio. O sal pagava de dízimo 120 réis por cada moio: em três anos, o rendimento deste imposto foi, em média anual, de 146$175 réis.[1017] Sabe-se que, com um custo médio de 500 a 700 réis, se exportava sal dos portos do Norte, nomeadamente de Ferreira e de Jackson, pois os habitantes da Freguesia de S. João Baptista fizeram, a 4 de Janeiro de 1844, uma exposição ao Governador-Geral da Província de Cabo Verde, no sentido de autorizar os navios estrangeiros a aportarem aos referidos portos, a fim de carregarem sal, que lhes tinha sido proibido. É de presumir que os habitantes do Norte tenham tido, de imediato, resposta satisfatória do Governador, tendo em conta que o Administrador e o Director da Alfândega da ilha da Boavista emitiram pareceres favoráveis às pretensões da referida exposição.[1018] Porém, a confirmação por escrito da autorização de os navios

[1017] Ofício nº 20, do Director da Alfândega da ilha da Boavista, dirigida ao Secretário-Geral do Governo da Província de Cabo Verde, de 18 de Abril de 1859. I.A.H.N. Praia. Cxa. 427, SGG. Janeiro-Dezembro de 1859.

[1018] Por exemplo, diz o Director da Alfândega "que nenhum inconveniente haverá em se conseder aos Navios estrangeiros a permissão de ali hirem carregar, uma vez que os Cônsules

estrangeiros frequentarem os portos das costas, como o de Ferreira e o de Jackson, encontrámo-la no "Edital" de Abril de 1865, assinado pelo então Director da Alfândega Francisco António de Lemos.[1019]

Como assinala Arnaldo França, "no decurso do século XIX, até 1887, toda a produção de sal tinha mercado seguro […].[1020] Contudo, a monopolização, quer pela Coroa quer pela Companhia de Grão Pará e Maranhão quer ainda por particulares, viria a prejudicar o comércio do sal, começando portanto a decair nos finais do referido século.[1021] No caso concreto da Boavista, Manuel António Martins monopolizou a exploração e o comércio do sal desde o primeiro quartel do século XIX. Contribuindo, após Aniceto António Ferreira, inicialmente para a reanimação da sua exploração na Boavista, viria entretanto a prejudicar, mais tarde, o comércio do sal dessa ilha, com a transferência dos seus interesses salineiros para a ilha do Sal, já no primeiro quartel do século XIX, tendo levado para esta ilha muitos trabalhadores daquela, conforme se poderá averiguar de uma informação da Câmara da Boavista de 1824, na qual se dizia que "Martins '[…] ocupou muito povo desta ilha, salvando assim a muitas famílias de perecer nos anos de grande secas que houve em 1810, 1813 e 1814 e 1815'".[1022] Em 1840 cerca de 600 operários da ilha da Boavista trabalhavam nas salinas da ilha do Sal,[1023] o que poderá significar que as salinhas da Boavista já não ofereciam muito trabalho.

Vários foram os factores que concorreram para a decadência da exportação e do comércio do sal da ilha da Boavista: as salinas de Sal-Rei começaram, por volta de 1840, a ser irreversivelmente invadidas por areia, o que leva Chelmicki, em 1841, a classificar o sal dessas salinas como o pior da Boavista,[1024] em relação ao sal das salinas da costa Norte, de excelente qualidade mas cujos portos dificultavam o seu carregamentos; se o encerramento, em 1585, das salinas de Setúbal, em Portugal, aos ingleses, franceses e holandeses revitalizara então a exploração do sal das ilhas do Maio, Boavista e Sal, a sua abertura ao comércio internacional, no início do século XIX, viria a ditar a morte lenta da exportação do sal de Cabo Verde, pois sobre o sal de Setúbal pendia uma carga fiscal mais leve, o que o tornava num concorrente com o qual as ilhas salineiras de Cabo Verde não podiam competir;[1025] Senegal, Marrocos e outras regiões da costa da África passaram a produzir sal a um preço mais competitivo; no último quartel do século XIX, o Brasil, um dos maiores mercados do sal de Cabo Verde, instalou a suas própria

---

respectivos, se responsabilizem pelos direitos do sal que se carregar" e se sujeitem a outras medidas impostas pela Alfandega. I.A.H.N. Praia. "Parecer do Director da Alfândega da Boavista", ao Secretário-Geral do Governo Geral da Província de Cabo Verde, de 25 de Maio de 1844. Cxa. nº 427. SGG, Março-Outubro de 1865.

[1019] "Edital", do Director da Alfândega da Boavista", ao Secretário-Geral do Governo Geral da Província de Cabo Verde, de 16 de Abril de 1865. I.A.H.N. Praia. Cxa. nº 427. SGG, 1865.

[1020] FRANÇA, … – Exportação do sal …, p. 39.

[1021] FRANÇA, … – Exportação do sal …, p. 39.

[1022] Citado por FRANÇA, … – Exportação do sal …, p., p. 40.

[1023] KASPER, … – Ilha da Boa Vista…, p. 124.

[1024] CHELMICKI, … – Corografia Cabo-Verdiana …, p. 52.

[1025] FRANÇA, … – Exportação do sal …, p. 41.

indústria de sal, aplicando ao mesmo tempo taxas fiscais proibitivas à importação do sal das ilhas de Cabo Verde;[1026] finalmente, a navegação para as ilhas produtoras do sal ia-se tornando cada vez mais reduzida.

Todos esses factores juntos fizeram com que a exportação do sal da ilha da Boavista durasse até 1880, altura em que as salinas foram pouco a pouco abandonadas e o comércio caiu vertiginosamente, o que foi muito desastroso para a economia da Ilha. Da vizinha ilha do Sal, o sal continuava a ter, por mais algum tempo, uma exportação significativa.

Como veremos no capítulo próprio, com a queda da exportação e do comércio do sal da ilha da Boavista, começa a decadência da Vila de Sal-Rei e, com ela, de toda a Ilha. Hoje, Os aspectos económicos do sal e a dor escrava da sua exploração restam-nos no canto do poeta:

> "Onde o horizonte amorenou a ilha
> e sabe mais a sal e a maresia,
> nasci antes do Sol. E já trazia,
> cingida à ilharga, a dor como uma cilha".[1027]

1.5. A pesca

Quando no preâmbulo do Decreto nº 31.880, de 1942, se dizia que "Cabo Verde tem de produzir o que puder e ir buscar ao mar não apenas o sal mas também, em maior quantidade, o peixe de que suas águas são abundantes",[1028] estava-se a admitir ao mesmo tempo que o sal não era a única riqueza do arquipélago de então e que a pesca poderia vir a ser também uma actividade económica importante, tendo em conta a abundância de peixes no seu mar. Isto, num momento em que as ilhas de Cabo Verde, como se lê no referido preâmbulo, sofria de uma "forte crise".

Da abundância de peixes no mar da Boavista, dizem os entendidos na matéria que a riqueza piscícola nessa ilha era de grande valor económico, devido não só à sua extensa plataforma marítima da ilha mas também ao seu rico e variado plâncton.[1029] Neste sentido, afirmava aliás José Joaquim Lopes de Lima em 1844 que "a todas as Bahias, e enseadas da Ilha da Boavista, e em torno de muito recifes que a cercam, bem como no parcel de João Leitão, […], acode uma tão prodigiosa quantidade de peixe, – encontrando-se muitas *Bicudas*, grandes *Pargos*, e *Garoupas*, e muito *Mero* (especie de *Bacalhau*) […]".[1030] Por seu turno, Travasso Valdez escreve que "o peixe também é uma verba importante nas provisões, e póde obter-se em abundância em roda da

[1026] FRANÇA, … – Exportação do sal …, p. 43.
[1027] Daniel Filipe, poeta natural da ilha da Boavista, da diáspora cabo-verdiana em Portugal, onde faleceu – In GOMES, Simone Caputo – "Uma recuperação de raiz: Cabo Verde na obra de Daniel Filipe". Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, 1993, p. 61.
[1028] Decreto nº 31:880. Ministério das Colónias. Diário da República. I Séria, Nº 32, de 9 de Fevereiro de 1942, p. 143.
[1029] Cf., por exemplo, SECCA, … – A pesca …, p. 35-37 e p. 57-58; FREITAS, … – Considerações …, p. 31.
[1030] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 51.

ilha, particularmente uma espécie de bacalhau, a que chamam, como em Angola, "mero".[1031] Também Senna Barcellos não deixa de assinalar a abundância e variedade de peixe nos mares da Boavista, ao informar que "ceou uma companhia de pescadores na ilha da Boa Vista onde abundam variadas especies ichthyologicas, e neste sentido, elaborou um regulamento concedento privilegios aos pescadores, de isenção do recrutamento militar e de todos os encargos do concelho, mas obrigados á pescaria tres vezes por semana".[1032]

Havia porém épocas, como ainda testemunham os pescadores da ilha, em que certas variedades de peixes praticamente desapareciam. Observemos o quadro a seguir, referente as espécies de peixes existentes na ilha da Boavista:

QUADRO Nº 44
Espécies de peixes existentes na ilha da Boavista

Ordem	Espécie	Número das espécies
Cetáceos	Baleias	04
Quelónios	Tartarugas	02
Esqualos	Tubarões	15
-----	Peixes diversos	72
Moluscos e crustáceos	Lagostas, polvos, …	05
Conquilióide	Conchas, …	10
Total		108

Fonte: Construído a partir de SECCA, Mário – "A pesca em Cabo Verde". Praia: Divisão dos Serviços de Estatística da Colónia de Cabo Verde, 1945, p. 58-68.

Embora esse potencial em peixes existisse quando ali chegaram os primeiros povoadores da ilha da Boavista, eles não terão dado entretanto muita atenção à pesca: havia alguma prática quotidiana, mas como simples meio de sobrevivência, pois toda a actividade económica concentrava-se na exploração dos produtos do gado que eram os produtos mais procurados para refrescos pelos navios que transitavam pelo Atlântico médio. Por outro lado, como assinala Mário Seca, a deficiência de métodos de pesca adequados às condições do meio marítimo e a fuga aos ataques de piratas, por parte dos primeiros povoadores, do sul-sudoeste para o centro da ilha, como vimos no capítulo sobre o povoamento, não facilitaria a prática da pesca na Boavista.[1033] Mais à frente, afirma que "a ilha, desde que o seu Donatário a colonizou, viveu de pastorícia e da agricultura que, em dada altura, representou valor na sua exportação" e que "a pesca limitava-se ao fornecimento do pescado em fresco para o consumo interno, secando-se o excesso para o suficiente abastecimento

[1031] VALDEZ, … – África Ocidental …, p. 170-171.
[1032] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE V, Cap. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911, p. 1.
[1033] SECCA, … – A pesca …, p. 32.

das outras ilhas. Não havia exportação".[1034] Mesmo no limiar do século XX, comia-se pouco peixe, exceptuando na época da *bicuda* em que se consumia muito deste peixe. A pesca tradicional fazia-se em pequenos botes, geralmente tripulados por 2, 3 ou 4 homens, nas proximidades da costa.[1035] Na época própria, pescava-se muita *albacora*, uma espécie de pequeno atum, que constituía então a base da alimentação popular, particularmente nas povoações mais próximas da orla marítima.[1036]

A primeira pescaria da Boavista, criada só no limiar do século XVIII, serviria a estrangeiros, nomeadamente à indústria da pesca da baleia dos Estados Unidos da América, cujo óleo era importante para a alimentação das suas indústrias. Com efeito, embora um parecer do Conselho Ultramarino, de 26 de Junho de 1725, dê conta da pesca de tartarugas nas costas da Boavista por um navio francês,[1037] a pesca da baleia terá sido a primeira experiência industrial de pescaria na ilha da Boavista, já no século XVIII, pois, "em 14 de Março de 1732, a pesca da baleia pelas firmas americanas foi regulamentada por uma lei específica na Boa Vista e em S. Nicolau".[1038]

Mas quem praticava a pesca da baleia nas águas de Cabo Verde eram os americanos, como já lembrava Aniceto António Ferreira em 1813, nos seguintes termos: "a Real Fazenda poderia vir a ter uma avultado benefício da pesca da baleia espermacete, das quais se têm até agora utilizado os Americanos, e proximamente um vindo da Ilha de Nantuckete, que nos fins do ano passado entre as Ilhas do Sal e S. Vicente em três meses carregou uma embarcação de 90 toneladas, derretendo parte delas no porto de S. Vicente, onde encontrando o Sargento-mor, Manuel António Martins lhe disse não dava a carga por 14.000 patacas […]".[1039] No que toca à ilha da Boavista, acrescenta Aniceto António Ferreira que "abundam também os canais de todas as ilhas do peixe denominado *Boto*, do qual se pode extrair azeite, como têm praticado os habitantes da Boa Vista, nas frequentes vezes que ele tem nela dado à costa".[1040] Neste último aspecto, o ofício nº 159, da Alfândega da ilha da Boavista, de 5 de Novembro de 1887, dá conta, com efeito, de que "[…] nas costas do Norte, haviam saído alguns baleotes arrojados pelo mar ás praias". Em número de 21, os baleotes foram vendidos em hasta pública, a favor da Fazenda Real, no valor de 19$935 réis.[1041]

Quanto à pesca da baleia nas costas da ilha da Boavista, um outro ofício da Alfândega da ilha da Boavista, nº 70, datado de 24 de Abril, dá conta, por exemplo, da pesca da baleia nos mares da Boavista em 1882, quando se

---

[1034] SECCA, … – A pesca …, p. 35.
[1035] Observámos esta prática ainda na década de 60 / 70 de 1900, nomeadamente na Vila de Sal-Rei e na Povoação-Velha.
[1036] FREITAS, … – Considerações …, p. 31.
[1037] I.A.H.U. Cabo Verde. Pappeis avulsas. Cxa. 11, doc. 23, 1725.
[1038] KASPER, …. – Ilha da Boa Vista…, p. 132.
[1039] FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde". In CARREIRA, … – Descrições …, p. 53.
[1040] FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde". In CARREIRA, … – Descrições …7, p. 53.
[1041] I.A.H.N.. Praia. Cxa. 427, SGG, Janeiro-Novembro de 1887.

comunica ao Secretário-Geral do Governo-Geral da Província de Cabo Verde que "o palhabote americano "Eduard Lee" que se empregava na pesca da baleia nos mares deste archipelago, depois de percorrer as Costas do Sul desta ilha [da Boavista] com passe desta alfandega, e por apenas ter conseguido apanhar duas baleias, despachou no dia 20 do corrente sahindo no dia 21 com destino a Santa Lusia, no intuito de continuar o trabalho respectivo". Mais se comunica no referido ofício que "no dia 23, porém, chegou a ponte caes desta ilha duas baleeiras do dito palhabote conduzindo toda a tripulação composta de 16 homens incluindo o capitão e este declarou que o navio havia varado no 'Cantinho' de Varandinha desta mesma ilha pelas 12 horas da noite de 22 […]". O navio,de 107 toneladas de lotação, de propriedade de Charles Toylor da Praça de Provincetoun, acabara por afundar, sem deixar vestígios, enquanto os dois botes baleeiros foram vendidas em hasta pública, na Vila de Sal-Rei.[1042]

Por seu turno, Travasso Valdez, referindo-se à ilha da Boavista, escreve que "encontram-se igualmente baleia n'aquelles mares, e houve uma epocha em que foram tão numerosas, que se estabeleceu no governo de D. António de Lencastre uma companhia de pescaria, a qual mandou construir os grandes armazéns chamados *Beira*".[1043] A criação dessa "Companhia de Pescaria" já tinha sido aliás referida por José Joaquim Lopes de Lima em 1844, ao afirmar que a mesma fora estabelecida quando era Governador D. António Coutinho de Lencastre e que foi ele quem mandara construir os armazéns da referida Beira.[1044]

São dois testemunhos que nos levam a acre que a indústria da pesca da baleia terá dado os seus primeiros passos na ilha da Boavista entre os finais do século XVII e os começos do século XVIII. Porém, como se vê, a Real Fazenda tirava pouco proveito da pesca da baleia, contrariamente aos americanos. Em contrapartida, parece que o povo da ilha tirava algum proveio dessa actividade dos americanos, pois "a gente da Boa Vista alistava-se então para trabalhar nestes barcos americanos; eram hábeis pescadores de baleias e muito estimados".[1045] A dar crédito à informação de Kasper, concluímos que a pesca da baleia terá sido vivida com uma certa intensidade pelos boavistenses da época. Porém, como assinalava António Barjona de Freitas em 1905, nos finais do século XIX já eram raros os palhabotes que se aventuravam ao largo nos mares da Boa Vista e Sal, na pesca da baleia. Apontava como causa principal a falta de instrução nas técnicas da pesca, pelo que propunha a introdução nos planos de estudo da escola de pilotagem noções de ictiologia, piscicultura e conservação do peixe.[1046]

Em 1818 tentou-se organizar uma companhia de pesca na Boavista, tendo sido a 17 de Maio do referido ano elaborado o respectivo regulamento. Com um capital de 14.800$000 réis, nessa companhia entrava quase toda a

[1042] I.A.H.N.. Praia. Cxa. 427, SGG, Janeiro-Dezembro de 1882.
[1043] VALDEZ, … – África Ocidental …, p. 170-171.
[1044] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica ..., p. 51; Cf. tb. KASPER, … – Ilha da Boa Vista…, p. 132.
[1045] KASPER, …. – Ilha da Boa Vista …, p. 132.
[1046] SECCA, … – A pesca em …, p. 32.

família de Manuel António Martins. Embora o governador, D. António, tenha enviado e referido regulamento para aprovação régio, tal não aconteceu "[…] por os accionistas serem todos de uma família e n'ella haver privilégios que podiam dar logar a abusos e complicações; mais tarde foi devolvido ao Pusich para o modificar e esclarecer".[1047]

A prática da pesca na Boavista só viria a organizar-se de facto quando na Vereação Geral Extraordinária, realizada na Boavista a 10 de Janeiro de 1843, foram decididas medidas tendentes à sua implementação. Presidida pelo então Governador-Geral Francisco de Paula Bastos, na Assembleia da dita Vereação "lamentou-se, e com razão, que sendo estes mares tão abundantes de peixe, que é também o sustento mais ao alcance da população indigente, quasi nunca apparecesse no mercado: para obviar a este inconveniente, nenhum meio pareceu mais opportuno, que formar dos que actualmente se chamam pescadores, uma companhia de trinta indivíduos o maximo, destinados unicamente á pescaria […]".[1048] Esta proposta seria regulamentada pela Portaria de 16 de Janeiro de 1843, assinada pelo referido governador, cujo Quartel-general se encontrava sedeada na Ilha.[1049]

Estavam assim dados os primeiros passos oficiais para a criação de uma classe de pescadores na ilha da Boavista, composta por trinta indivíduos (artº 1º); em conformidade com a Portaria de 23 de Dezembro de 1842, os pescadores eram obrigados a se matricularem na Patronia, pelo Patrão mor, que lhes passava um certificado (artº 2º); o artº 3º estipulava que "os pescadores assim matriculados, e que se derem habitualmente á pesca ou seja com rede, ou com linha, indo ao mar pelo menos três vezes por semana, permitindo-o o tempo, e que trouxerem ao mercado o producto da sua pesca, serão isemptos do recrutamento de primeira e segunda linha, e de todos os encargos do Concelho".[1050] As mesmas regalias estendiam-se ao filho mais velho, desde que se dedicasse à pesca, embora não matriculado na Patronia (§ único). Integravam a classe pescadores do Norte, da Povoação-Velha e da Vila de Sal-Rei e deles exigiam-se a "moralidade e maior idoneidade" (artº 4º), pelo que eram controlados pelos Juizes Eleitos, pelo Patrão mor e pelo Administrador do Concelho (artº 5º).

Não obstante todo esse esforço da parte das entidades oficiais para incentivar a prática da pesca nessa ilha, até 1874 parece que essa providência legislativa não tinha surtido os efeitos preconizados. O ofício nº 70, da Administração do Concelho da Boavista, datado 15 de Abril de 1878, dirigida ao Secretário-Geral do Governo-Geral da Província, poderá confirmar essa asserção, quando, em resposta a uma circular do Governo-Geral da Província, insiste que "[…] será de grande utilidade estabelecer aqui [na Boavista] uma

[1047] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap. IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 236.
[1048] I.A.H.N. Praia. Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde nº 10, de 11 de Janeiro de 1843.
[1049] I.A.H.N. Praia. Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde nº 16, de 1 de Fevereiro de 1843.
[1050] I.A.H.N. Praia. Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 16 (1 de Fevereiro, 1843).

pescaria em grande escala para servir de estimulo e exemplo aos demais pescadores", propondo mais à frente que "[…] bastará encarregar este trabalho a um ou dois pescadores do Algarve que desejam o serviço da pesca pelos diversos modos que ella se faz no Reino" e que, quanto aos rendimentos dos pescadores das respectivas pescas, devia-se adoptar o sistema de partes, que era hábito na ilha, devendo-se fornecer-lhes ao mesmo tempo, por conta da pesca, os mantimentos e utensílios necessários. Finalmente, recomendava-se no referido ofício que "[…] muito convirá em harmonia com as leis vigentes, isentar do serviço militar os que quizerem dedicar-se a esta indústria, impondo-lhes condições rigorosas para que em tempo algum faltem ao que se obrigarem os pescadores que desejam inscrever-se no registro que para este fim deve especialmente ser creado n'esta repartição"[1051] [dos Paços do Concelho].

Note-se, com efeito, que no referido ofício as entidades oficiais retomam as mesmas preocupações e tomam as mesmas medidas decididas na Vereação Geral Extraordinária de 1843, nomeadamente no que se refere à isenção dos serviços militares, o que mostra, de facto, que aquelas medidas não tinham surtido os efeitos esperados, 35 anos depois, dando razão às inquietudes de José Joaquim Lopes de Lima reveladas na citação atrás.

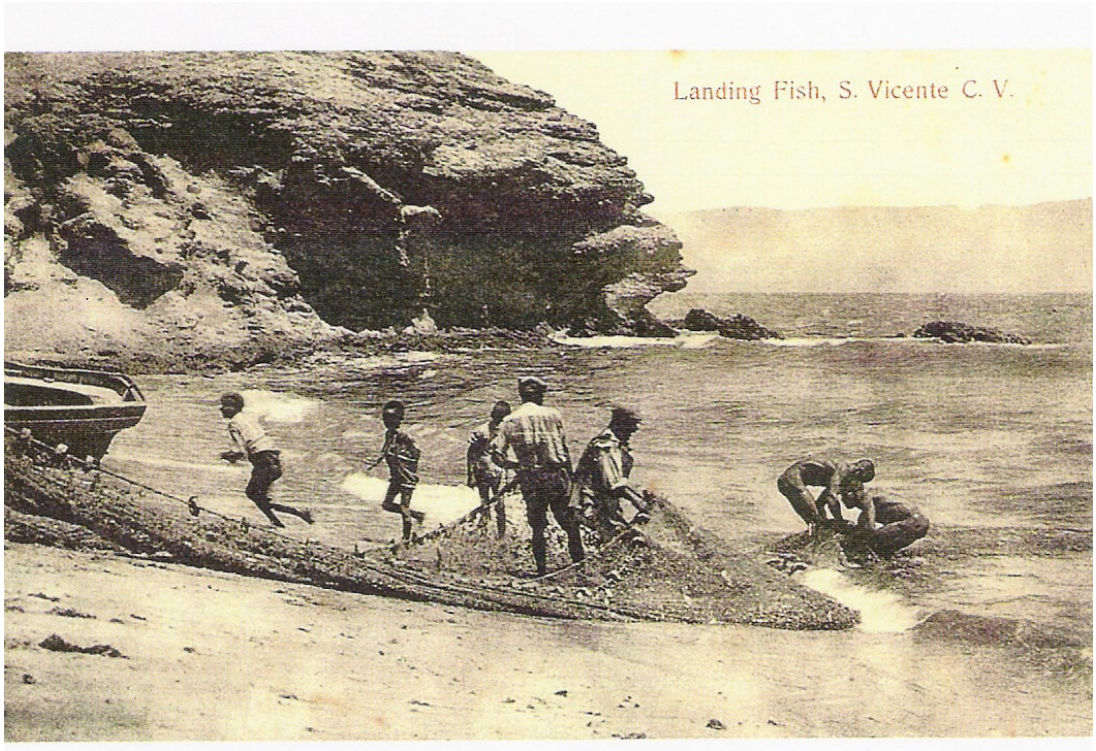
Para além dos factores atrás referidos por Mário Secca, o autor aponta ainda como condicionantes da pouca prática da pesca no geral das ilhas de Cabo Verde, o facto de a actividade dos trabalhadores cabo-verdianos dispersar-se por várias profissões, com o único objectivo de equilibrar as suas necessidades. Assim, "o mesmo indivíduo, pescador, é pastor, caiador, carpinteiro, etc., e, consequentemente, só exerce a pesca quando das outras profissões não pode tirar o necessário para a sua manutenção". O autor aponta ainda o baixo preço por que o pescado era pago e do sistema de exploração da pesca.[1052] Essa diversidade profissional deve ter atravessado toda a história da ilha da Boavista pois, ainda na década de 60 de 1900, quer as mulheres quer os homens não exerciam uma actividade especializada.[1053]

A pesca à rede só viria a ser introduzida a 3 de Janeiro de 1860, por alguns mestres pescadores, peritos nessa arte, provavelmente do Arquipélago da Madeira, contratados pelo Governador-Geral Caldeiros e Menezes. O Governador nomeou uma comissão, presidida pelo então capitão dos portos, Capitão-de-fragata Rodrigo de Sá Nogueira. Este capitão ficou encarregado de treinar os pescadores com recurso a redes e aparelhagem que o Governo mandara importar da Metrópole. De acordo com o relatório da comissão, o recurso à aparelhagem não resultou, devido à natureza do fundo rochoso do mar e à voracidade dos tubarões. A pesca à rede de arrastar teve mais sucessos, "[…] pois, em algumas vezes, chegou-se a colher, num só lanço, mais de 100

[1051] I.A.H.N.. Praia. Cxa. 200, SGG, Janeiro-Dezembro de 1878.
[1052] SECCA, … – A pesca …, p. 32-33.
[1053] Quando chovia, por exemplo, todos eram ao mesmo tempo agricultores e pastores, embora as mulheres dedicassem mais à agricultura e os homens mais à pastorícia; em tempos de carestia, os homens, uns tornavam-se pescador ou queimador de fornos de cal, outros marinheiros, enquanto as mulheres cuidavam dos animais domésticos, como burros, cavalos e aves diversos.

arrôbas de pescado".[1054] Não conseguimos uma figura referente à ilha da Boavista. Por isso, ilustrámos a pesca à rede com uma fotografia referente à ilha de S. Vicente. Vejamos:

FIG. Nº 30-A
Pesca à rede em S. Vicente (1910)



Fonte: LOUREIRO, João – "Postais antigos de CABO VERDE". Lisboa: João Loureiro e Associados, 1998, p. 111.

Assinale-se que, embora o mar da ilha da Boavista fosse rico em peixes, havia os chamados pesqueiros onde se encontravam centralizados os cardumes de peixes. Mário Secca identifica os pesqueiros mais importantes de todos os tempos, como Pontinha, a SE e a 7,5 milhas da costa, e ainda o "Lourenço Marques", o "Rio de Janeiro", o "Lestinho" e o "João Leitão", a SO do Curralinho.[1055] Para além desses pesqueiros, por via da tradição oral identificámos o Pesqueiro-Grande, o Baixona, o Pico da Estância, o Pico Forcado, o Bancona, o Abrolhal, o Abrolhalinho, o Ponta de Escuma, e tantos outros. Tradicionalmente, os pesqueiros eram, na sua maioria, marcados do mar, com o cruzamento de dois pontos fixos em terra firme. Os portos exerciam também grande influência na actividade piscícola da Boavista, pois era deles que partiam e para eles que regressavam as embarcações de pesca. O mais importante deles era o Porto de Sal-Rei. Outros também como o das Gatas, o de Orvatão, o Ferreira, o do Curralinho, o do Curral-Velho, o do Anicetinho e o de

[1054] SECCA, … – A pesca …, p. 17.
[1055] SECCA, … – A pesca …, p. 44.

Chaves,[1056] não deixaram de marcar a sua importância nas actividades piscícola da Boavista.

O peixe que não fosse consumido fresco era preparado com sal e secado ao sol, pois a ilha possuía óptimas condições climáticas para a seca do pescado. A secagem era feita geralmente em 4 ou em 2 dias, conforme se tratasse de peixe grosso ou de peixe miúdo, respectivamente.[1057] Vejamos uma figura respeitante à seca do peixe salgado na Vila de Sal-Rei, na ilha da Boavista:

FIG. Nº 30-B
Seca de peixe ao sol (1987)



Fonte: Foto de KASPER, Josef E. – "Ilha da Boa Vista – Cabo Verde". Trad. Luís Filipe da Silva Madeira. Praia: Inatituto Cabo-verciano do Livro, 1987, p. 133.

Internamente, a Boavista era a ilha que mais exportava peixe seco para as outras ilhas, incluindo a bicuda para a Praia.[1058] Não encontrámos todavia informações estatísticas respeitantes a essa exportação. Para o exterior, a "Industrial de Pesca, Limitada" da ilha da Boa Vista dedicava-se à secagem de peixe. Tendo deixado de operar em 1939,[1059] essa empresa exportou para o Congo Belga e S. Tomé, chegando a atingir volume muito apreciável,[1060] como

[1056] SECCA, … – A pesca …, p. 110.
[1057] SECCA, … – A pesca …, p. 47.
[1058] SECCA, … – A pesca …, p. 141.
[1059] SECCA, … – A pesca …, p. 93.
[1060] SECCA, … – A pesca …, p. 141.

demonstra, por exemplo, o quadro de exportação do peixe seco e salgado, de 1901 a 1914:

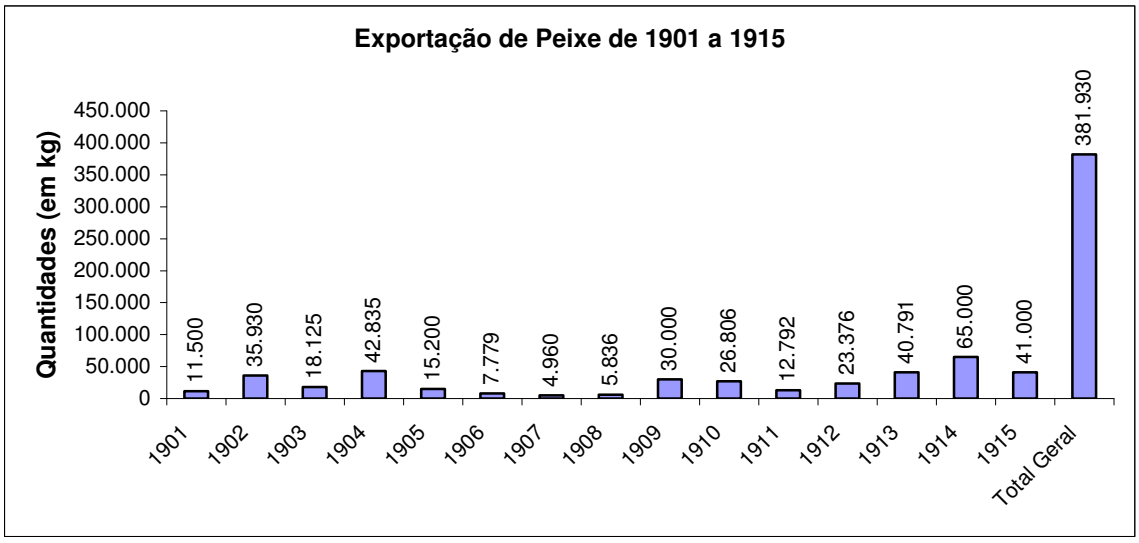
QUADRO Nº 45

Exportação do peixe seco e salgado (1901 e 1914)

Anos	Exportação (em kg)	Anos	Exportação (em kg)
1901	11.500	1909	30.000
1902	35.930	1910	26.806
1903	18.125	1911	12.792
1904	42.835	1912	23.376
1905	15.200	1913	40.791
1906	7.779	1914	65.000
1907	4.960	1915	41.000
1908	5.836	Total geral = 381.930	

Fonte: SECCA, Mário – "A pesca em Cabo Verde". Praia: Divisão dosa Serviços de Estatística da Colónia de Cabo Verde, 1945, p. 142.

GRÁFICO Nº 38



Fonte: Extraído do quadro precedente.

Da leitura das informações do quadro e da sua representação gráfica, constatam-se claramente as flutuações na exportação do peixe seco e salgado. Atenha-se, por exemplo, ao significativo aumento de 11.500 quilos em 1901 para 35.930 em 1902, para logo no ano seguinte cair para 18.125 quilos e tornar a aumentar para 42.835 em 1904. Observe-se também a flutuação entre 1905

com 15.200 quilos, e 1908 com 5.836, o que significa diminuições drásticas em relação à média dos anos anteriores, para em 1809 atingir os 30.000 quilos e, em 1914, o volume mais elevado de 65 toneladas quilos.

Com o incremento da exportação do peixe seco e salgado para S. Tomé, onde encontrara consumo, para a sua conservação o peixe fresco era mantido na salga durante 10 a 15 dias e a secagem fazia-se durante 4 a 6 dias. Também era tratado em salmoura, com a utilização de tanques e giraus, com a parte superior de caniço. Para a exportação, o peixe era simplesmente ensacado, no máximo condicionado em "malotes de 30 quilos, prensados, amarrados e revestidos com sarapilheira".[1061]

Para o sucesso da exportação do peixe seco terá contribuído o sal da própria ilha, que Mário Secca comparou com o sal de Santa-Maria da ilha do Sal e classificou "[…] como um bom sal para todas as operações da salga, embora seja um pouco mais sujo devido a não ser defendido das areias, cujo movimento é grande na área das salinas".[1062] Para o efeito da salga e da salmoura, instalaram-se na Ilha duas empresas: a "Indústria de Pesca, Limitada", que exportava o peixe seco para as outras ilhas e para a África. Deixou de exercer as suas actividades em 1939; uma outra empresa, que não conseguimos identificar, mas provavelmente com sede no Porto do Curralinho, dedicava-se à salmoura e ao fabrico de um "sucedâneo do bacalhou" que terá conquistado o mercado metropolitano.[1063]

Em 1915 o peixe seco e salgado da Boavista deixou de ser exportado para S. Tomé, quando Angola retomou a sua exportação para esse mercado. Mesmo em relação a outros mercados o peixe seco e salgado da Boavista foi diminuindo cada vez mais, até cessar definitivamente por volta de 1934, com por exemplo 4.200 quilos para o Congo Belga e 2.200 quilos para a Costa do Ouro, incluindo peixes em conserva.[1064]

1.6. A cal

A exploração da cal da Boavista para fins comerciais começaria no segundo quartel do século XIX quando, de acordo com José Joaquim Lopes de Lima, o primeiro forno na Boavista foi construído por um espanhol, entre 1820/30, a mando de Lourenço José Vieira. A cal desse e de outros fornos seria utilizada, inicialmente, na construção das casas de Sal Rei e de outras povoações do interior.

[1061] …, p. 77 e p. 78. Sobre a exportação do peixe seco e salgado para S. Tomé, ver tb. FREITAS, … – Considerações …, p. 32.
[1062] SECCA, … – A pesca …, p. 86.
[1063] SECCA, … – A pesca …, p. 78.
[1064] SECCA, … – A pesca …, p. 142.

FIG. Nº 31
Forno de cal em Campo da Serra



Fonte: Foto do autor, no sentido Sul-Norte. Campo da Serra, 2005

A cal da Boavista era produzida em fornos tradicionais, utilizando como matéria-prima pedras calcárias, queimadas a fogo com carqueja.[1065] A cal, vendida a granel, de entre 240 a 300 réis, destinava-se essencialmente ao consumo interno e à exportação para as outras ilhas. Pequena quantidade foi exportada, conjuntamente com tijolos e ladrilhos, para a costa da África Ocidental, nomeadamente Guiné Portuguesa. Seria também exportada, embora com pouca expressão, para Portugal e Estados Unidos da América. Essas exportações parecem ter tido pouca monta, pois "são diversos os que se ocupam da industria da cal na Boa Vista, mas sem maior proveito por falta de compradores. Fabricam anualmente de 3:000 a 4:000 barricas (que regula cada uma por 9 alqueires de Lisboa), mas é comprado e vendido a granel, e não embarricada, custando 200 réis em primeira-mão, e vendendo-se a 240 réis ou 300 réis posto abordo".[1066] O quadro e a sua representação gráfica abaixo dão-nos uma ideia do peso da exportação da cal na Boavista:

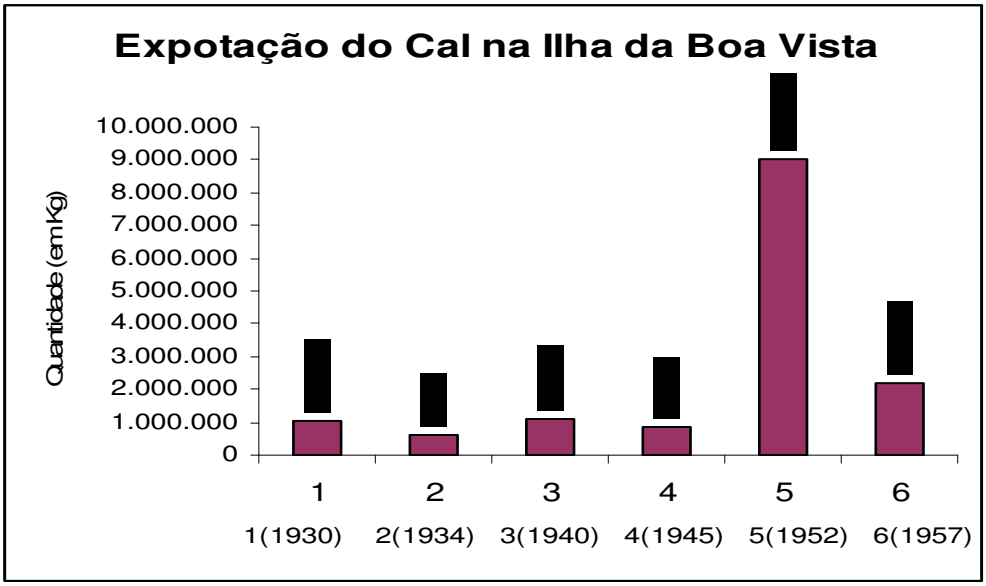
QUADRO Nº 46
Exportação da cal (1930-1957)

Ano	1930	1934	1940	1945	1952	1957
Kg	1.032.833	617.610	1.107.395	828.672	9.000.000	2.186.890

[1065] VALDEZ, … – África Ocidental …, p. 170.
[1066] VALDEZ, … – África Ocidental …, p. 170.

FONTE: Extraído de KASPER, E. Josef – "Ilha da Boa Vista, Cabo Verde". Trad. Luís Filipe da Silva Madeira. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1987, p. 154.

Gráfico Nº 39



De acordo com um ofício do Administrador do Concelho da Boavista, nos finais do século XIX ainda se exportava alguma cal da ilha para as outras ilhas de Cabo Verde. Com efeito, dizia o referido administrador em 1873 que "[…] pelo que respeita ao comercio algum sal se tem já exportado, esperando se mais navios para o mesmo fim, assim como para carregam de cal e os demais artigos da producção da mesma ilha".[1067] Porém, a utilização, em larga escala, do cimento importado e a falta de combustível, à base da carqueja e da lenha, devido às secas persistentes, viriam, já no século XX, a extinguir a exportação da cal da Boavista. Num apanhado geral, restam hoje, espalhados por toda a Ilha, mais de 500 fornos, na sua maioria em ruínas.

1.7. O Artesanato

Do ponto de vista económico, é verdade que os produtos naturais ou espontâneos, como sal e urzela, ou produzidos e cultivados, como gado e purgueira, constituíram os principais factores de povoamento e desenvolvimento da ilha da Boavista. Mas desde que o colono e os escravos chegaram à ilha, tiveram numa primeira fase a necessidade de manufacturar objectos e utensílios para os ajudar na exploração dos recursos naturais, produzidos ou cultivados, com recurso a matéria-prima existente na ilha, de origem mineral, como a argila,

[1067] Ofício nº 87, de 8 de Setembro de 1873. I.A.H.N. Praia. Cxa. 200, SGG. Janeiro-Fevereiro de 1873.

de origem vegetal, como o algodão, o junco ou junça, curtume e ramos da tamareira, de origem animal, como peles de cabra, couros e chifres de boi, e de origem marítima, como o casco de tartaruga.

Se a existência da matéria-prima proporcionou a criação de um artesanato utilitário na Boavista, tal não seria entretanto possível sem artífices. Da sua existência na ilha da Bovista, José Joaquim Lopes de Lima já dizia em 1844 que "tambem aqui se tecem pannos d'obra, e colchas e ha bons Ferreiros, Carpinteiros, e Calafates, e alguns Pedreiros".[1068] E, em 1878, escrevia-se no "Diccionario de Geographia Universal" que "os officios de ourives, relojoeiros, carpinteiros, pedreiros, ferreiros e outros desenvolvem-se; os seus productos, porém, demandam ainda melhoramentos. Estes officios estão restrictos apenas á Villa da Praia, em S. Thiago, de Sal-Rei, na Boa Vista, de Santa Cruz, em Santo Antão, e á Ilha Brava".[1069] Com efeito, é a existência desses dois elementos, o artífice e a matéria-prima, que levou à criação na Boavista, numa segunda fase do seu povoamento, de uma pequena indústria especializada artesanal, nomeadamente de tecelagem e de cerâmica.

Essa pequena indústria artesanal não deixaria de ter uma certa expressão comercial no cômputo geral das mercadorias da Boavista transaccionadas nas outras ilhas e mesmo na Costa da Guiné, principalmente os objectos da tecelagem, nos primórdios do povoamento da ilha e, mais tarde, da cerâmica. Por isso, ocupar-nos-emos mais dessas duas formas da indústria artesanal na Boavista, sem ignorarmos outros artesanatos que, embora em menor escala, também terão contribuído para o desenvolvimento económico da ilha. Vejamos.

1.7.1. A tecelagem

De acordo com as nossas pesquisas na Boavista, a indústria artesanal nessa ilha assumiu diversas formas. A mais antiga é a tecelagem, entrado na referida ilha via Santiago, com os escravos que, como vimos no capítulo sobre o povoamento, para ali foram introduzidos nos finais do século XV, para a guarda e o pastoreio do gado caprino. Entre os escravos enviados para a ilha da Boavista, também se encontravam escravos-tecelões, portanto, escravos conhecedores das técnicas da cultura do algodão e do anil e do manejo do tear africano. Isto porque os donatários traficavam escravos na Costa da Guiné com os panos das ilhas de Cabo Verde – "panos da terra" – e, por isso, era necessário manufacturá-los, o que era facilitado pelo cultivo do algodão na ilha e do anil. Nas ilhas de cabo Verde, os escravos eram os principais artífices da tecelagem. Com efeito, vários testemunhos corroboram a tese de que a tecelagem, nas ilhas de Cabo Verde, era uma actividade exercida quase exclusivamente por escravos, tais como o de João da Silva Feijó, ao afirmar, em 1797, que "os panos eram fabricados a maior parte pelos escravos […]".[1070]

[1068] LIMA, … – Ensaios sobre …, p. 52; Cf. tb. VALDEZ, … – África Ocidental …, p. 170.
[1069] Diccionário de Geographia …, p. 613-614.
[1070] FEIJÓ, … – Ensaio e Memórias …, p. 14.

Lucas de Senna, por seu turno, em 1818 aponta a existência de muitos "lavradores que têm 30 escravos sòmente ocupados em tecer panos, uns para o uso familiar, outros para o negócio da Costa […]";[1071] Finalmente, António Carreira informa que "o tecelão surgiu em Cabo Verde com o escravo africano".[1072]

No que se refere à Boavista, essas afirmações são por sua vez corroboradas pela senhora Bowdich que, de passagem pela ilha em visita de estudo, escrevia em 1823 que "[…] entretanto eu vi um artífice negro, vindo da costa fronteira, que fabricava xailes magníficos em seda ou em algodão; para os primeiros ele fazia-se fornecer de materiais por aqueles que o empregavam. O seu tear era pequeno e constituído segundo o uso de África; mas a trama era muito mais larga do que a dos tecidos feitos na costa. Os ornamentos que ele imaginava não eram sem graça, ainda que bem longe da simplicidade dos Ashantis aliás não se podia encontrar nada mais durável do que o que saía das suas mãos".[1073]

Enquanto a tinta do anil servia para tingir o pano e para a exportação para a Europa, nomeadamente Portugal, na ilha da Boavista, de acordo com Aniceto Ferreira, os panos eram utilizados como vestimenta, ao mesmo tempo que serviam como moeda de troca no comércio de escravos na costa ocidental de África.[1074] E, de acordo com António Carreira, na Boavista os panos de vestir diferenciavam-se dos destinados ao resgate de escravos, pois enquanto que os primeiros eram feitos em "[…] faixas de algodão da largura de um palmo, os segundos constavam de seis faixas na largura e de 10 palmos no comprimento".[1075] Em África, o pano denominado "pano de vestir"[1076] "[…] constitui uma peça de vestuário usado por indivíduos de ambos os sexos, para envolver o corpo a partir da cintura para baixo". A função do pano em África era portanto a de servir de vestuário, em substituição do vestuário europeu, geralmente calças e camisas para os homens, e vestidos para as mulheres. Daí, como assinala António Carreira, o importante papel que o pano desempenhou nas sociedades africanas tradicionais.[1077]

Em 1813 escreve Aniceto António Ferreira que "elas [as manufacturas] se reduzem nesta ilha, como nas demais, a tecer umas faixas de algodão da largura de um palmo, que aplicam para se vestirem, assim homens, como mulheres".[1078] Tal asserção desencontra-se com a da senhora Bowdich, de cujo testemunho atrás transcrito se depreende que a tecelagem não se circunscrevia

[1071] SENNA, …. – Dissertação…., p. 43.
[1072] CARREIRA, … – Panaria …, p. 73.
[1073] M.me BOWDISCH – "Excursion dans les isles de Madére e Porto-Santo par T. E. Bowdish". Paris: Chez F. G. Levrult, 1826, p. 299-300.
[1074] FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde". In CARREIRA, … – Descrições …, p. 50.
[1075] FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde". In CARREIRA, … – Descrições …, p. 50.
[1076] É também denominado "pano de lambú" e "pano de bambú".
[1077] CARREIRA, … – A urzela e o pano …, 21.
[1078] FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde". In CARREIRA, … – Descrições …, p. 50.

ao fabrico de panos: ali foram também manufacturados mantas, colchas e xailes, classificados de tecidos de bandas largas. Com efeito, "entre as fazendas manufacturadas há pannos e colchas de um lavor riquíssimo", escreve Francisco Travasso Valdez, e continua: "a senhora D. Maria Thereza Montel mandou para a exposição de Londres de 1862 dois d'estes pannos tecidos com retroz de cores, á moda do paiz, de um gosto e excllencia admiráveis. Custaram de 10$000 réis a 12$000 réis cada um. A obra foi dirigida pela expositora, e executada por um liberto chamado Francisco do Livramento".[1079] Por seu turno, António Carreira distingue "colcha" da "manta", nos seguintes termos: "a colcha é toda feita em fio de algodão; a manta tem a urdidura em fio de algodão e a trama em lã da ovelha de criação local. "[…] outrora faziam-se [as mantas de lã] também em S. Nicolau, Boa Vista e Brava".[1080] Utilizavam-se fios de algodão branco e em cores, em regra, amarelo, verde e azul, umas simples, outras com alguns lavores. As simples custavam 8.000 réis e as com lavores a fio dela ou seda, 20.000 a 25.000 réis.[1081] Na Boavista, enquanto que as mantas serviam de cobertores, as colchas eram utilizadas para enfeitar as camas em ocasiões especiais.

De uma maneira geral, os portugueses mostravam-se desinteressados no comércio do pano, apesar de deterem o exclusivo da compra e exportação dos chamados "panos da terra" para a Costa de Guiné, pois aos estrangeiros era proibido negociarem o algodão e o pano com os nativos. Na Boavista havia entretanto os chamados exportadores ocasionais de panos, como é o caso, por exemplo, de Manuel António Martins, então Sargento-mor da ilha.[1082]

As contrafacções eram punidas com a pena de morte. Neste sentido, a Provisão de 11 de Abril de 1732 proibia a venda de panos a estrangeiros restringindo a referida venda somente aos portugueses.[1083] Essa legislação, que previa a pena de morte para o transgressor, não impediu entretanto que o pano da Boavista fosse vendido em contrabando aos estrangeiros que aportavam a Sal-Rei, pois os portugueses raras vezes passavam pela ilha para os comprar, o que deu origem aos referidos contrabandos, na medida em que o povo não podia morrer à míngua. Referindo-se à venda do pano, dizia Aniceto António Ferreira em 1813 que "a sua compra na forma da lei daquelas ilhas, é privativa dos portugueses, cominada a pena de morte e de confiscação de bens aos transgressores que os venderem aos estrangeiros".[1084] Com essa lei, de acordo com Aniceto Ferreira, tanto a Real Fazenda como o povo saía prejudicado, pelas razões atrás apontadas: a Real Fazenda perdia os direitos da exportação dos mesmos panos; o povo vivia à míngua de recursos e, para não se expor às penas da lei, deixava de cultivar o algodão, preferindo remediar com a pobreza,

[1079] VALDEZ, … – África Ocidental …, p. 170.
[1080] CARREIRA, … – Panaria …, p. 99.
[1081] CARREIRA, … – Panaria …, p.100.
[1082] CARREIRA, … – A urzela e o pano …, p. 28.
[1083] CARREIRA, … – Alguns aspectos …, p. 150.
[1084] FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde". In CARREIRA, … – Descrições …, p. 50.

o que diminuía o comércio do algodão, trazendo novos prejuízos à Real Fazenda, desta feita na diminuição dos dízimos.[1085]

Mas quem não quis saber das medidas da Coroa portuguesa foram os americanos: "o problema do comércio ilegal assumiu tais proporções que os Americanos declaravam abertamente não reconhecer o nosso domínio nas ilhas, em especial na Boa Vista e Maio (nesta por causa do sal), insultando os 'oficiais da Fazenda e habitantes' e, depois de adquiridos os géneros, com aquele mesmo fundamento deixavam de pagar direitos 'os navios que iam para a Guiné carregados de panos". Para acabar com esses males, propunha Aniceto Ferreira que "[…] seria para apetecer que ou se aumentasse a navegação portuguesa a comprá-los [os panos], ou se derrogasse a lei neste parágrafo, facultando-se a venda deles aos estrangeiros. Os fins por si mesmo se demonstram".[1086] As diligências de Ferreira parecem não terem sido suficientes para fazer a tecelagem escapar-se da derrocada, pois outros factores negativos viriam a juntar-se a essa nefasta medida legal. Com efeito, o desaparecimento do cultivo do algodão e do anil na Boavista, tanto pelas razões atrás expostas como pelo desenvolvimento da indústria têxtil na Europa e como ainda pela abolição da escravatura, o fabrico de panos nessa ilha cessaria completamente no limiar do século XX. António Carreira registe este facto, ao assinalar que "no final do século XIX desaparecia, de vez, na Brava, na Boa Vista e em Santo Antão, a tecelagem da banda de algodão, para panos".[1087] E, no ano de 1900, por exemplo, havia em toda a ilha apenas um tecelão que fazia os referidos panos. Depois dele, a indústria artesanal da tecelagem morreu completamente na Boavista.[1088]

1.7.2. A cerâmica

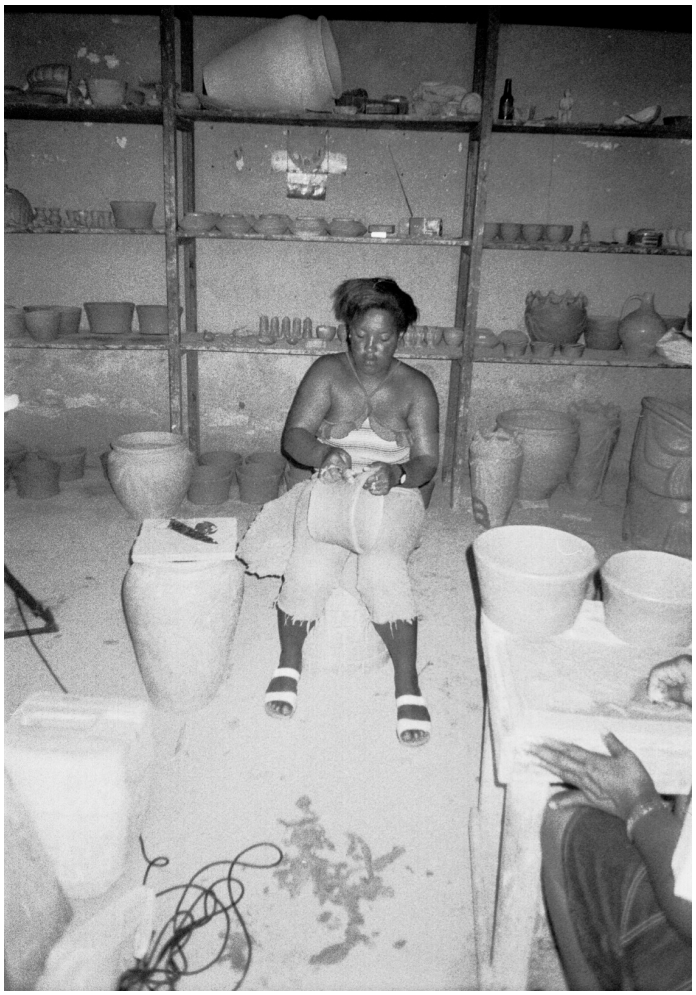
Do ponto de vista da indústria artesanal, a cerâmica é outra actividade económica que fez história na ilha da Boavista. Por isso, não podemos deixar de a considerar nesta parte do nosso trabalho.

A cerâmica é tão antiga como o homem, remontando aos povos sumérios, cerca de 4.500 anos a. C.[1089] Terá chegado à ilha da Boavista pela mesma via da tecelagem: escravos-pastores idos de Santiago no século XVI. A existência de quantidades inesgotáveis de argila na Boavista, mais precisamente na localidade do Rabil, facilitou a introdução e o desenvolvimento da indústria artesanal da cerâmica na ilha. Para além de servir como matéria-prima da cerâmica, à argila da Boavista é atribuído um alto valor medicinal, razão por que,

[1085] FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde". In CARREIRA, … – Descrições …, p. 51.
[1086] FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde". In CARREIRA, … – Descrições …, p. 51.
[1087] CARREIRA, …– Panaria …, p. 71.
[1088] "Diccionario de Geographia …, p. 465-466; Cf. tb. CARREIRA, … – Panaria …, p. 71.
[1089] Cf., por exemplo, DURANT, Will e Ariel – "História da Civilização: Nossa Herança Cultural". Rio de Janeiro: Editora Record, 1963.

para tal, é bastante procurada. Vejamos duas ceramistas tradicionais da Boavista, em épocas diferentes:

FIG. Nº 32
Ceramista artesanal (2005)



FONTE: Foto do autor. Rabil 2006.

As peças de cerâmica de maior volume na exportação para as outras ilhas eram o cântaro, a tigela, o garrafão, o alguidar, o bacio, o moringue e o binde. Também se manufacturavam panelas e outros objectos de uso doméstico. A tigela de barro era o utensílio por excelência de uso nas cozinhas. Existiam panelas de ferro em Cabo Verde mas como eram importadas da então Metrópole, a maioria da população pobre não as podia comprar. Daí a fama das panelas de cozinhar da ilha da Boavista nas outras ilhas de Cabo Verde, onde aliás todos os objectos de cerâmica da Boavista eram comercializados. Esse comércio era grandemente facilitado pela numerosa frota de navios a vela existente na época, segundo ainda se colhe na tradição oral da Boavista. Em 1988, tivemos o privilégio de observar, na ilha de S. Nicolau, uma tigela de

barro, já gasta pelo tempo, em casa da avó do nosso amigo Carlos Gomes, mais conhecido por Carlitos.[1090]

Com o aparecimento de matérias-primas sintéticas como o plástico, a folha de flandre, entre outros, que suplantaram a argila, a produção e o comércio da cerâmica cessaram, o que foi agravado pela falta de combustível para a queima dos objectos da cerâmica. A queima era feita à base de lenha que, por sua vez, escasseou com as secas cíclicas e prolongadas. Hoje, encontram-se ainda umas quatro ou cinco famílias, na Povoação do Rabil, que praticam a indústria artesanal da cerâmica.

Por volta de 1895, de iniciativa privada, instala-se na Praia de Chaves uma fábrica de cerâmica, conhecida por "Fabrica de Chaves",[1091] especializada na produção de telhas, tijolos e ladrilhos. Vejamos as ruínas dessa fábrica:

FIG. Nº 33
Vestígios da Fábrica de Chaves.



FONTE: Foto da nossa autoria, Chaves, 2005, no sentido Leste-Oeste.

Os materiais de construção fabricados nessa unidade fabril, para além de uso local e nas outras ilhas, eram exportados em larga escala para a África Ocidental, nomeadamente para o Senegal e para Gâmbia. O embarque era feito

[1090] Carlos Gomes exercia na altura as funções de Delegado Escolar na ilha de S. Nicolau. Exibiu para nós, com muito orgulho, a referida tigela que pertencera a seu avó, informando-nos que, segundo ela, o objecto era proveniente da Boavista.

[1091] Lá ainda estão a alta chaminé e os ferros velhos, como testemunhos vivos. Hoje, está-se a construir nos seus arredores um Complexo Turístico.

ali mesmo no Porto de Chaves, através de um cais de pedra, hoje desaparecido, para o efeito construído. Mas como essa fábrica fora instalada pelos franceses e fazia concorrência a fábricas similares portuguesas, nomeadamente a Sacavém, que também começou a produzir tijolos e ladrilhos, o Governo de Portugal incentivou uma forte propaganda negativa contra as qualidades nomeadamente das telhas, o que contribuiu para a falência da referida fábrica, até ser comprada pela família Carvalho (Casa de João Miguel de Carvalho), mas sem atingir os sucessos dos outros tempos.

1.7.3. Outros artesanatos

Outros artesanatos também são dignos de registo, como por exemplo, odres curtidos de peles de cabra, objectos em carapaças da tartaruga, balaios de ervatão e de ramos da tamareira, chapéus de palha, ceirões de junça, candeeiros de quatro bicos em folhas de flandres ou de latão, cordas e vassouras de fios ou lã da casca de coco, bordados, colheres de pau e de chifres de bois, entre outros. Vejamos como é que se processava a manufactura de alguns desses artesanatos:[1092]

1.7.3.1. Da vassoura

Para a manufactura da vassoura utilizava-se como matéria-prima a lã de coco; desfiavam -se 5 ou 6 cascas de coco, batendo-as contra uma pedra; dos fios assim obtidos formava-se um molho; num dos extremos do molho embutiam-se as pontas, transformando-as num tipo de “soco duro e oco”; por esta parte oca metia-se um pau, amarrava-se na altura do soco cosendo-o e, mais abaixo, pregava-se com dois pregos de duas polegadas, um de cada lado; na outra extremidade do molho os fios ficavam soltos, pois era sobre ela que repousava a eficácia da vassoura.

71..3.2. Do ceirão

Quanto ao ceirão, utilizava-se como matéria-prima a palha de junça, normalmente retirada das vertentes das ribeiras e de sítios húmidos, nomeadamente em sítios como o Ervatão, Calhau, Meio de Banco (próximo da Vila de Sal-Rei) e Morro de Amador; colectada a junça, era posta a secar ao sol; depois de seca, faziam-se as transas, contendo cada transa de 4 a 5 fios entrelaçados por cada perna, caso se tratasse de um ceirão do “tipo fino” (“delicado”), ou de 5 a 6 fios, no caso de um ceirão do “tipo grosso”. Em termos de dimensão, um ceirão deveria ter as seguintes medidas: do “tipo fino”, Comp. = 6 palmos (um palmo é medido com a mão bem aberta, contando a distância que vai do dedo mindinho ao dedo polegar) e Alt. = 3 palmos; do “tipo grosso”, Comp. = 6 palmos e Alt. = 3,5 palmos. Essas dimensões decorriam do porte dos

[1092] Informações colhidas junto dos artesãos das povoações de João Galego, do Fundo das figueiras e da Cabeça dos Tarafes, na ilha da Boavista.

burros: do “tipo fino”, para os burros de porte médio, e do “tipo grosso”, para os de porte grande.

1.7.3.3. Da corda de coco

E, para a corda de coco, utilizava-se como matéria-prima a lã de coco; obtinha-se a lã de coco pelo mesmo processo do caso da vassoura; com auxílio de um “cabide”, entrelaçavam-se os fios do tamanho que fosse necessário. A estrutura da corda dependia do fim a que se destinava: para amarrar burros, utilizavam-se 2 fios ou duas pernas, com o comprimento de 9 braças, dobrados em 3, para dar uma corda de 3 braças; para amarrar cabras, utilizava-se 1 fio ou uma perna, igualmente com o comprimento de 9 braças, dobrado em 3, para dar uma corda de 3 braças.

1.8. A lã de origem vegetal e animal

A lã, quer vegetal quer animal, teve pouca expressão económica na Boavista, pelo que a sua exportação se limitou a outras ilhas, embora em 1862 Pedro António Fortes mandasse para a Exposição de Londres dois sacos desse têxtil. O primeiro, como escreve Travasso Valdez, provinha de um arbusto muito frágil que não era cultivado nem defendido, e por isso apenas se aproveitavam 500 a 600 arráteis cada ano, comprado a 40 réis a libra e vendido, depois de limpo, pelo dobro. De uso local, a lã vegetal era utilizada para enchimento de colchões e travesseiros, como a de carneiro, e, misturada com o algodão, servia para tecer. Depois de limpa, a lã era vendida por 80 réis / libra. Porém, oferecia uma dificuldade, o que prejudicava a sua comercialização: rejeitava as cores da tinturaria.[1093]

O bombardeiro produz uma fibra sedosa, argêntea e brilhante. Não apodrece facilmente com a humidade.[1094] Das cascas extraem-se fibras duráveis para fio de pesca e redes. As maiores plantações eram feitas nas ilhas da Boavista e do Maio, onde se efectuavam maiores colheitas do bombardeiro.[1095]

A lã animal, a de carneiro, não terá tido muita expressão na economia da Boavista, não obstante a informação de Josef Kasper, a única que encontrámos, de que em 1874 foram exportados da Boavista 1.920 kg de lã de carneiro.[1096] Por exemplo, o mesmo autor regista os seguintes quantitativos de ovelhas na Boavista, nos anos que se indicam:

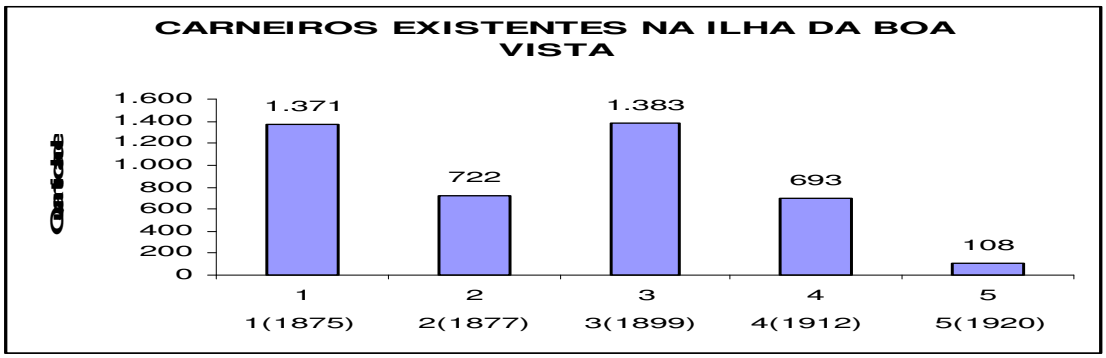
QUADRO Nº 47
Número aproximado de ovelhas existentes na Boavista (1875-1920)

Anos	1875	1877	1899	1912	1920
Quantidade	1.371	722	1.383	693	108

[1093] VALDEZ, … – África Ocidental …, p. 174.
[1094] TEIXEIRA, …; BARBOSA, … – A Agricultura …, p. 103.
[1095] TEIXEIRA, …; BARBOSA, … – A Agricultura …, p. 103-104.
[1096] KASPER, … – Ilha da Boa Vista…, p. 115.

FONTE: Extraído de KASPER, Josef E. – "Ilha da Boa Vista, Cabo Verde". Trad. Luís Filipe da Silva Madeira. Praia : Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1987, p. 118.

GRÁFICO Nº 40



Fonte: Extraído do quadro precedente.

A leitura do único quadro que encontrámos e da sua representação gráfica nos mostra que, com efeito, os quantitativos de caneiros na ilha da Boavista, pelo menos nos anos referidos, não eram suficientes para alimentar uma exportação substancial de lã.

1.9. O comércio e as comunicações

1.9.1. As importações e exportações

O comércio, em qualquer espaço geográfico, regula-se pela capacidade e pelo equilíbrio entre a importação e a exportação. O comércio da Boavista, quer interno quer externo, dos primórdios do povoamento da ilha ao século XIX, foi conjuntural, pois fazia-se à base de produtos, como por exemplo o sal, a urzela e a purgueira, cujo valor comercial dependia da sua importância para a indústria internacional, particularmente da Europa, das Américas do Norte e do Sul. Por isso, as importações e exportações dependiam dos movimentos oscilatórios do desenvolvimento industrial dos países desses continentes, como explicámos atrás. Nesta parte do trabalho, tentaremos analisar a movimentação comercial da Boavista, dos finais do século XV até ao século XIX, tentando estabelecer, pontualmente, as relações entre a importação e a exportação.

Como vimos atrás, o povoamento da ilha iniciou-se nos finais do século XV sob o signo da criação de gado e da cultura do algodão. Por isso, os primeiros produtos de exportação, nos finais do século XV e no século XVI, foram os derivados de gado, principalmente do gado caprino, como carne salgada e seca, peles, salchichas e sebos. De igual modo, exportavam muito animal vivo para as outras ilhas e para o exterior, nomeadamente para as Caraíbas. Paralelamente, exportava-se também o algodão e o pano de algodão. Vimos também que esses produtos eram vendidos tanto à borda dos navios que

na ilha procuravam refrescos como exportados para a Europa, América e África. Do século XVII em diante, seria a vez do sal, da urzela e de sementes da purgueira. Além desses produtos, da ilha transaccionavam-se para as outras ilhas a louça de barro e outros objectos da indústria artesanal. Em contrapartida, importavam-se alimentos, como bolacha e farinha de trigo, combustível, fato feito, ferramentas, mobília, pregos, tabaco, materiais de construção, incluindo a cal da então Metrópole, quinquilharias, tábuas, tecidos diversos, e outros. As importações vinham, na maior parte das vezes, da Europa e dos Estados Unidos da América.

Os produtos e frutos da terra, aliados à facilidade de escoamento através dos portos da Boavista, especialmente do Porto Sal-Rei, à existência de uma frota de navios locais e de um corpo de marinheiros, fizeram com que surgissem e proliferassem várias casas comerciais na Boavista, com residências, armazéns e em edifícios do tipo europeu: os sobrados.

Até ao início do século XIX não conseguimos encontrar registos de casas comerciais na Boavista. É normal que antes desse século já existisse alguma casa comercial na ilha, pois por exemplo, no ano económico de 1842-1843, as ilhas do arquipélago importaram e exportaram os seguintes valores:[1097]

QUADRO Nº 48

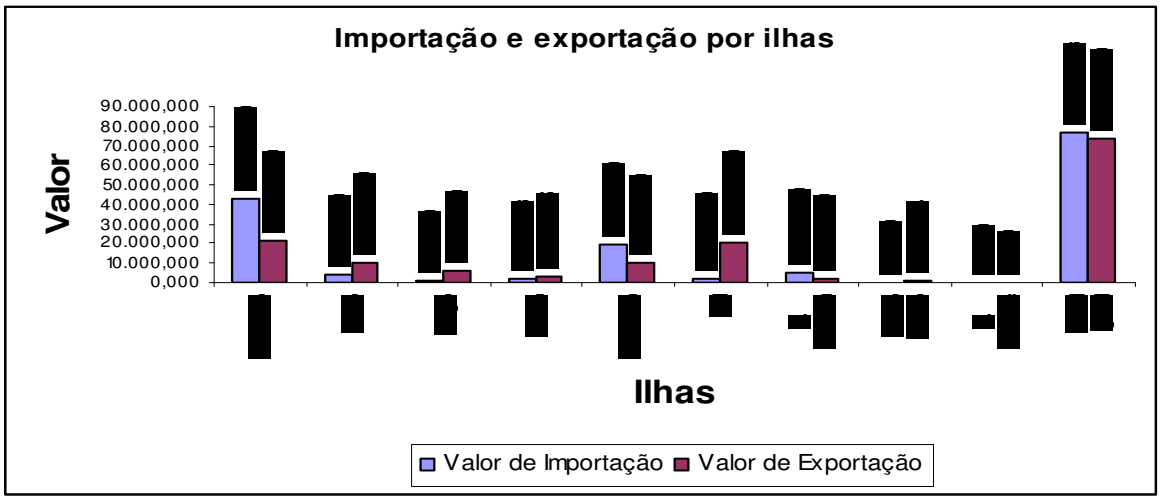
Valores em réis de importação e exportação por ilhas (1842-1843)

Ilhas	Valor de Importação	Valor de Exportação
Santiago	42.881$000	21.027$000
Maio	4.174$000	10.429$560
Fogo	594$000	5.813$020
Brava	2.352$153	2.946$985
Boavista	19.511$000	10.132$000
Sal	2.302$960	20.077$800
S. Nicolau	4.724$000	2.479$000
Santo Antão	26$320	1.086$784
S. Vicente	55$320	- $ -
Total geral	76.620$853	73.992$147

Fonte: LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE I. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 40.

[1097] As estatísticas de importações e exportações que encontrámos reportam-se aos anos de 1842 em diante.

GRÁFICO Nº 41



Fonte: Extraído do quadro precedente.

Da leitura do quadro e do gráfico constata-se que as ilhas que mais importaram foram as de Santiago e da Boavista, as únicas que tinham Alfândegas Superiores, dirigidas por Directores.[1098] Por outro lado, as ilhas de Santiago, Sal, Boavista e Maio são as que mais exportaram. Como informa Lopes de Lima, os valores da urzela não foram incluídos no mapa. Portanto, de Santiago a exportação constaria essencialmente de sementes de purgueira, peles e couros, pois a ilha nunca produziu sal, pelo menos o suficiente para o comércio. Em relação às ilhas do Sal, da Boavista e do Maio, podemos dizer que o sal terá sido o principal produto de exportação, por serem ilhas salineiras por excelência. É neste quadro que se compreende o facto de a ilha do Sal, recém povoada, ter uma exportação quase igual à de Santiago. Mas o que queremos ilustrar com este quadro é o facto de não existir importações e exportações sem a existência de casas comerciais. Portanto, o movimento das importações e exportações de 1842-1843 é indicador da existência de casas comerciais na ilha da Boavista, pelo menos antes dos meados do século XIX. Esta asserção poderá ser corroborada pelo testemunho de José Joaquim Lopes de Lima, ao escrever em 1844 que a ilha da Boavista "tem casas ricas com agentes nas outras Ilhas, pelas quaes distribuem géneros nacionaes, e estrangeiros, que recebem da Europa, e da América, e dessas mesmas Ilhas recebem os seus productos vendaveis, que resgatam com estranhos, ou carregam por sua própria

[1098] As outras ilhas tinham Alfandegas mas não superiores, dirigidas por Sub-Directores. LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE II. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 55.

conta para a Metropole: este giro mercantil, que teve começo há pouco mais de trinta annos (apesar do saque alli effectuado em 1817 por um Corsário de Buennos-aires) vai tomando incremento de anno para anno".[1099]

Em 1842 a importação nas diferentes Alfândegas da Província de Cabo Verde, menos a de S. Nicolau, que não forneceu dados, foi de 34.539$000 e a exportação de 29.953$760 réis. A importação constou de fazendas de algodão, artefactos de seda, lã, linho, metais, taboado, telha de pau, farináceos, fato feito, quinquilharias, papel, vinho, azeite, vinagre, cerveja, manteiga, queijo, arroz, mancarra (amendoim), cal e telha de barro; a exportação constou de sal, semente de purgueira, peles e couros.[1100] O quadro a seguir dá-nos uma ideia dos valores da importação e da exportação, em réis e por ilhas, em 1842:

QUADRO Nº 49

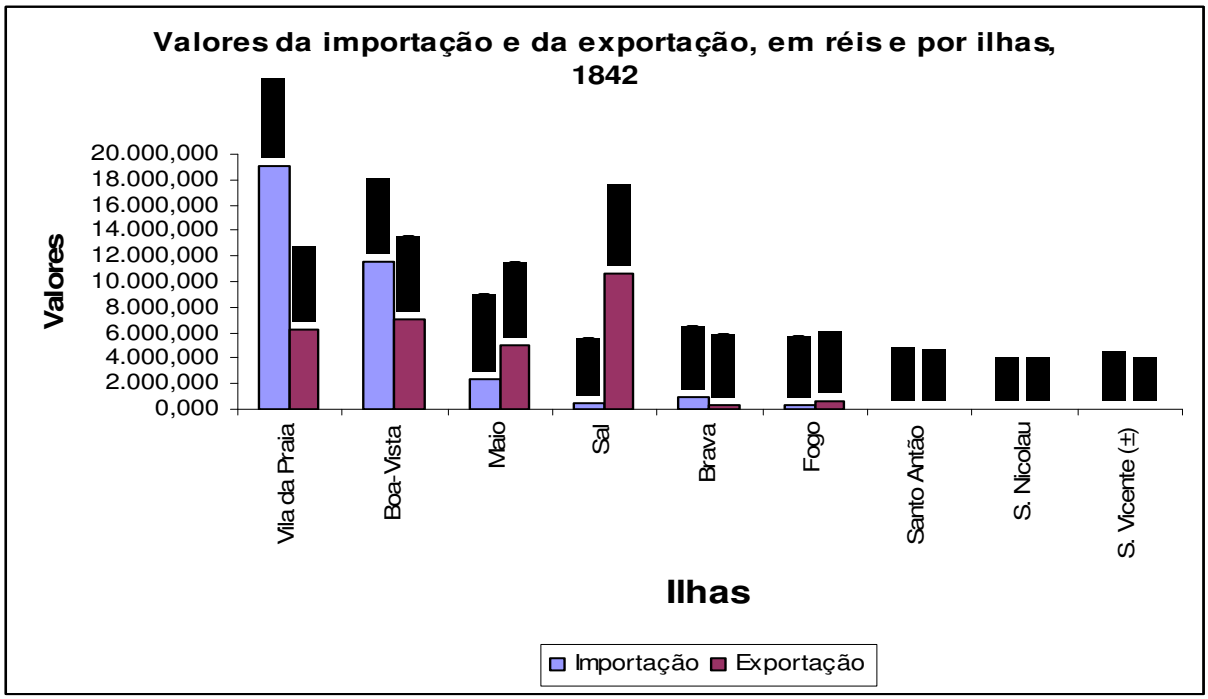
Valores da importação e da exportação (em réis) por ilhas (1842)

Ilhas / Concelhos	Importação	Exportação	Nº de Navios
Vila da Praia	19.013$000	6.307$000	27
Boa-Vista	11.597$000	7.090$000	23
Maio	2.288$000	4.993$760	12
Sal	516$000	10.678$400	09
Brava	832$000	260$000	30
Fogo	254$000	599$000	08
Santo Antão	23$000	25$000	01
S. Nicolau	-$-	-$-	--
S. Vicente (±)	16$000	-$-	(N / indicado)[1101]
TOTAL	34.639$000	29.953$160	110$000

Fonte: Organizado a partir do "Commercio". Boletim Oficial da Província de Cabo Verde nº 33, de 27 de Maio, de 1843, p. 131.

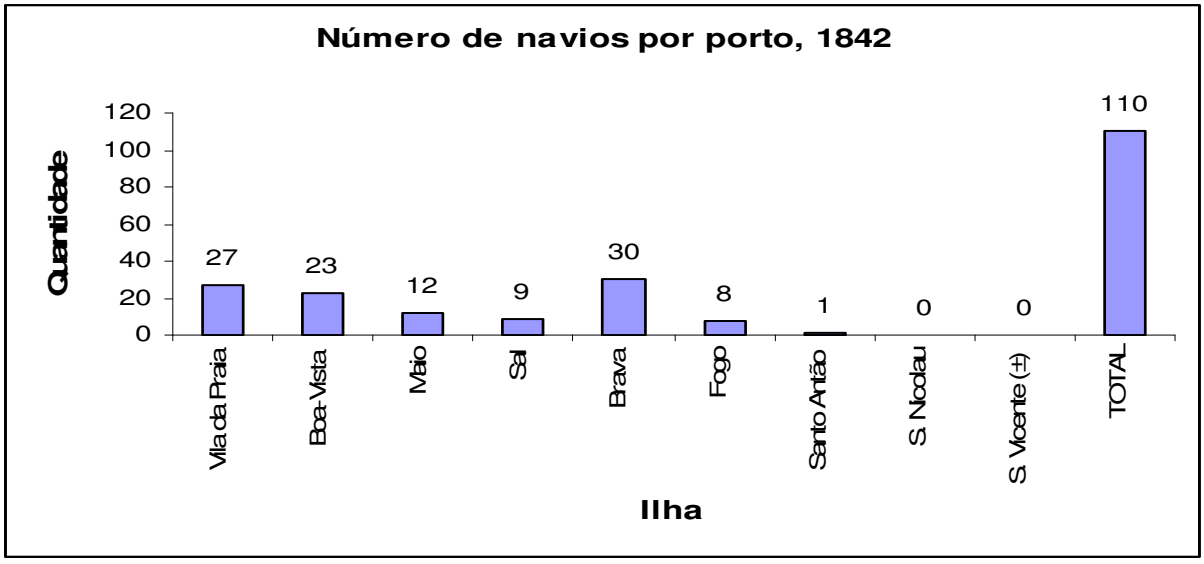
[1099] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 49.
[1100] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 33 (27 de Maio, 1843), p. 131.
[1101] No texto regista-se que a ilha era aportada "por alguns baleeiros, que alli vão fazer agua".

GRÁFICO Nº 42



Fonte: Extraído do quadro precedente.

GRÁFICO Nº 43



Fonte: Extraído do quadro precedente.

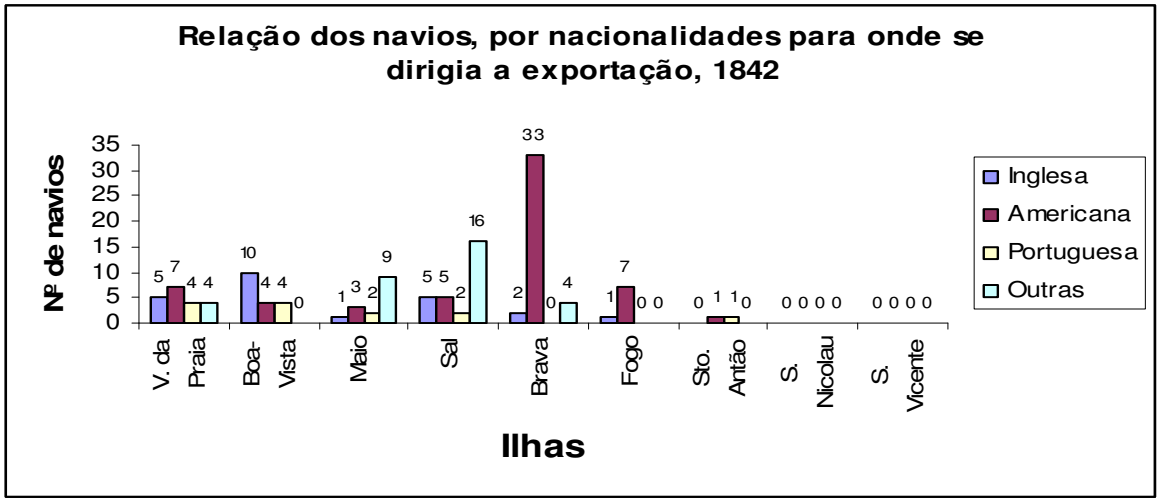
Vejamos a relação dos navios, por nacionalidades para onde se dirigia a exportação da ilha da Boavista em 1842:

QUADRO Nº 50
Número de navios por nacionalidade (1842)

Ilhas/Conc.	Nacionalidades					Total
	Inglesa	Americana	Portuguesa	Outras	N/ Indicada	
V. da Praia	5	7	4	4	--	20
Boa-Vista	10	4	4	--	--	18
Maio	1	3	2	9	--	15
Sal	5	5	2	*16	--	28
Brava	2	**33	--	4	--	39
Fogo	1	**7	--	--	--	8
Sto. Antão	--	1	1	--	--	2
S. Nicolau	--	--	--	--	--	--
S. Vicente	--	--	--	--	--	--
Total geral	24	60	13	33	--	130

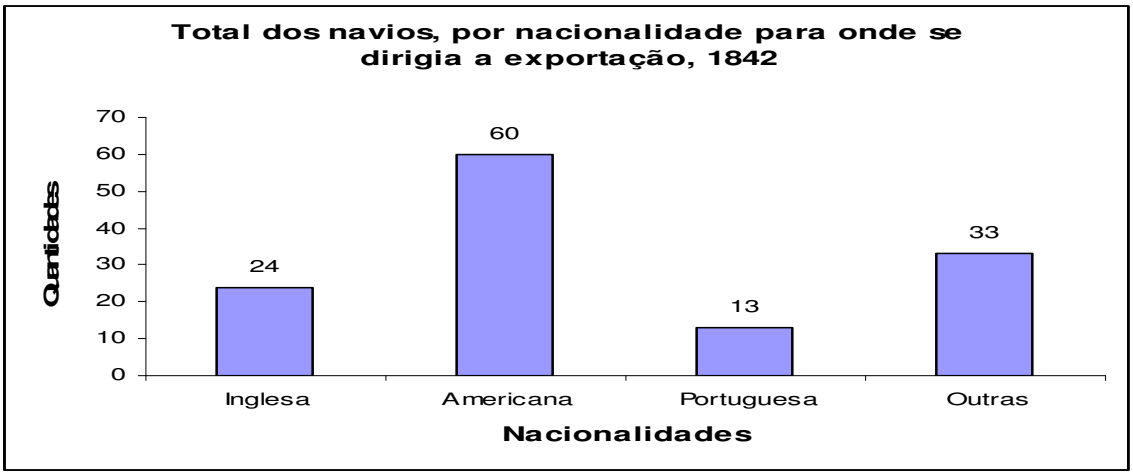
Fonte: Organizado a partir de dados fornecidos pelo Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 33 (27 de Maio, 1843), p. 131.
** Em refrescos.

GRÁFICO Nº 44



Fonte: Extraído do quadro precedente.

GRÁFICO Nº 45



Fonte: Extraído do quadro precedente.

Por seu turno, Francisco Travasso Valdez escrevia, mais tarde, que "o principal expositor do sal da ilha da Boavista á exposição universal de Londres de 1862 foi Martins & Lima",[1102] pelo que supomos ser uma das casas comerciais mais ricas da Boavista dos meados do século XIX. Quanto aos proprietários dessa casa comercial, não conseguimos dados que nos permitissem saber se pertenciam exclusivamente à família Martins ou se se tratava de uma sociedade dos descendentes de Manuel António Martins com uma das famílias Lima da Boavista.

Vimos atrás que Manuel António Martins chegou à Boavista em 1792, tendo de seguida impulsionado o comércio desta, se não de todo o Cabo-Verde, nomeadamente através da exportação do sal e da urzela. Com efeito, chegado à ilha da Boavista, dedicou-se e dominou quase todo o comércio do sal desta ilha e da do Sal, e ainda estendeu os seus interesses comerciais desse produto à ilha do Maio. No período compreendido entre 1818 e 1839 e na qualidade de administrador da urzela, deteve também o monopólio do comércio desse líquen.

O comércio da ilha tinha vários mercados, nomeadamente na Inglaterra, no Brasil e nos Estados Unidos da América, para além de Portugal, Itália, França e algumas regiões da África Ocidental. Por isso, no século XIX um certo número de pessoas ricas existia na Boavista, muitos provavelmente "brancos da terra", como por exemplo, "o cônsul da confederação argentina, Martins, Antonio Maria Moraes, Bernardo Filipe Montel, Francisco José Narciso Cibrão, João Baptista Ferreira Santos, Hypolito José Xavier d'Almeida, João Baptista da Silva Santos, José António Ferreira, José Francisco António Spencer, Lourenço José Vieira, Thimótio Silva Brito; e as senhoras D. Gertrudes Ferreira Almeida, D. Maria das Dores Almeida, D. Maria Rosa Almeida, D. Izabel Almeida Vieira, etc.".[1103]

[1102] VALDEZ, … – África Ocidental …, p. 172.
[1103] VALDEZ, … – África Ocidental …, p. 172.

Outras pessoas ricas também se registam, como por exemplo, Christovam António do Livramento, Ignácio Corrêa Carvalhal e Luiz António dos Santos, António Narciso Brito, Porphyrio António Oliveira, Miguel António de Carvalho, Joaquim Inácio Lima, entre outras.[1104] Como estas famílias teriam chegado à Boavista, não conseguimos dados. Muitas delas, certamente, seriam descendentes dos antigos donatários e colonos. Por exemplo, é muito provável que um dos ramos da família Almeida da Boavista tenha sido do mesmo tronco da família Almeida a que pertencia o fidalgo da Casa de El-Rei, Amador de Almeida, falecido a 8 de Novembro de 1546 e sepultado no adro da Igreja do "Santíssimo Nome de Jesus", na antiga Cidade da Ribeira Grande, hoje Cidade Velha.

Esse número de pessoas ricas harmoniza-se com o testemunho de Francisco Travasso Valdez que, referindo-se à ilha da Boavista em 1864, escrevia o seguinte: "tem muito mais giro commercial do que as ilhas do Sal e do Maio; possuindo diversas casas de commercio fortes e agentes das outras ilhas que vendem toda a qualidade de mercadorias, assim nacionaes como estrangeiras, importando as ultimas principalmente da Europa e dos Estados Unidos da America por meio de permutação dos productos insulares".[1105]

O quadro demonstrativo das importâncias dos valores importados e exportados pelas alfândegas da província de Cabo Verde durante os três anos económicos de 1872 a 1875, mostra-nos a posição da ilha da Boavista no geral do arquipélago. Vejamos:

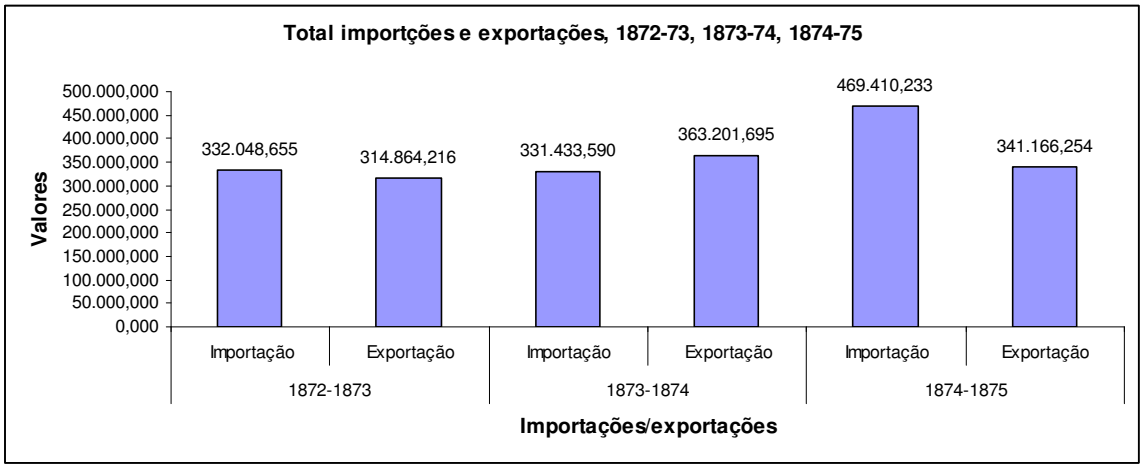
QUADRO Nº 51
Importação e exportação por alfandegas das ilhas de Cabo Verde (1872-1875)

Ilhas	**1872-1873**		**1873-1874**		**1874-1875**	
	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação
Santiago	165.621$000	191.269$000	174.798$000	164.749$000	201.392$951	159.352$620
S. Vicente	52.435$743	2.454$060	73.934$118	102.803$931	195.618$162	105.513$180
Sal	13.449$004	28.484$158	14.622$036	17.110$096	11.384$583	16.854$764
Boavista	4.031$620	7.373$553	8.705$147	6.394$193	7.085$657	7.030$975
Maio	4.994$120	11.556$180	3.338$250	11.099$050	4.676$277	9.136$120
Sto. Antão	36.741$520	49.260$125	33.489$635	27.380$675	17.884$425	29.243$520
S. Nicolau	21.654$192	4.172$640	11.347$222	3.105$6000	7.690$627	3.380$355
Brava	6.315$356	527$380	5.800$732	2.484$500	10.231$251	859$080
Fogo	26.806$100	19.767$120	5.398$450	28.074$650	13.446$300	9.795$640
Total	332.048$65	314.864$216	331.433$590	363.201$695	469.410$233	341.166$254

Fonte: I.A.H.N.. Praia. Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 44 (30 de Outubro, 1875), p. 271.[1106]

[1104] Todas essas famílias eram grandes proprietárias de escravos, de gado e de terras. Das campas mais ricas e lindas do cemitério da Povoação do Rabil, encontrámos as datas de 19/03/1817 e 24/09/1889 referentes, respectivamente, ao nascimento e à morte, de José António Spencer e as datas de 07/09/1832 e 01/11/1903 referentes, respectivamente, ao nascimento e à morte de Miguel António de Carvalho.
[1105] VALDEZ, … – Africa Occidental …, p.171.
[1106] Cf. tb. "Diccionario de Geographia …, p. 615.

GRAFICO N° 46



Fonte: Extraído do quadro precedente.

Observe-se que, de acordo com os números fornecidos pelo quadro e pela sua representação gráfica, de 1872 a 1873, a ilha da Boavista é a que menos importa, ao mesmo tempo que exporta mais do que S. Vicente, S. Nicolau e Brava; em 1873-74, importa mais do que as ilhas da Brava, do Fogo e do Maio e menos do que as restantes ilhas; exporta mais do que as ilhas da Brava e de S. Nicolau e menos do que as restantes; em 1874-75, importa mais do que a ilha do Maio e menos do que as restantes ilhas e exporta mais do que as ilhas da Brava e de S. Nicolau e menos do que as restantes. Assim, o valor médio da importação e da exportação da ilha da Boavista, em relação às outras ilhas, nos anos indicados, é de 377.630$824 e 339.744$06, respectivamente. Tal posição indica que o movimento comercial na Boavista já dava mostras de decadência a partir do último quartel do século XIX, comparada, nomeadamente, com as ilhas de Santiago, Fogo, Santo Antão e Sal, devido ao afrouxamento do valor comercial dos seus principais produtos de exportação, como o gado e os seus produtos, o sal e a urzela.

Já nos finais do século XIX chegam à Boavista, provavelmente vindos de Marrocos, umas famílias de origem judia que, enquanto comerciantes ricos, deram uma nova dinâmica ao comércio da ilha. De entre essas famílias identificam-se a de Abraham Ben'Oliel, a de Isaak Ben'Oliel, a de Isaak Anahory e a de Isaak Bodana.[1107] No último quartel desse século, referindo-se à Boavista, informava-se que "os navios que se dirigem á ilha para fazer commercio procedem quasi todos de Bóston, Swansee, Gorea e Lisboa". Portanto, o comércio promovido por essas famílias resultava de alguma importação e exportação que ainda se realizava na ilha.

[1107] Os restos mortais dessas famílias repousam no seu cemitério privativo, construído a Sul do monte "Rotxinha", a norte da Vila de Sal-Rei.

O expoente máximo do comércio judeu na Boavista foi David Ben'Oliel, filho de Abraham Ben'Oliel.[1108] Com efeito, na segunda metade do século XX, David Ben'Oniel era proprietário da casa comercial mais rica da Boavista. Ainda em 1949 vinha no nº 6 do Boletim de Informação e Propaganda CABO VERDE a seguinte publicidade: "DAVID BEN OLIEL – IMPORT. & EXPORT - BOA VISTA". Dizem os mais velhos que a Casa David Ben'Oliel era, nessa época, o pulmão de todo o comércio da Ilha. Para além da Casa David, florescia na mesma época em Sal-Rei uma outra: "Miguel António de Carvalho & Filhos", que entretanto viria a se transferir para a ilha de S. Vicente, com o desenvolvimento do Porto Grande desta ilha.

O movimento comercial da Boavista fez com que ao mesmo tempo que as casas comerciais da ilha criavam sucursais e agências noutras ilhas, atraíam não só representações de firmas estrangeiras mas também representações diplomáticas estrangeiras em Sal-Rei, tais como o primeiro cônsul dos Estados Unidos da América, Elisa Field, falecida e enterrada na Ilha em Outubro de 1817; posteriormente, o cônsul-geral da Inglaterra, John Rendall, até 1845; na década de 50, um outro cônsul inglês, um vice-cônsul do Brasil e um cônsul da Argentina. Segundo C. J. Barcelos, o próprio John Rendall, como tantos outros, teria em Sal-Rei o seu próprio negócio, por sinal ilegal, para fugir ao pagamento de impostos. Anota-se que, de entre os representantes diplomáticos comerciantes em Cabo Verde, se destaca a figura do cônsul americano Samuel Hodges, substituto da Elisa Field. Samuel Hodges chegara à ilha do Maio a 3 de Dezembro de 1918 e, tendo-se logo associado à Firma Cole, Nichol's & C.º, de Londres, e com Manuel António Martins, em breve transformou-se num grande comerciante. Neste sentido, escreve Félix Monteiro que [...]" em pouco tempo Hodges dominou por completo o comércio das Ilhas, tendo por outro lado conseguido penetrar na rede das rivalidades e dos exclusivos mantidos pelos franceses, ingleses e portugueses no comércio com os povos africanos das regiões compreendidas entre o norte de Senegal e o sul de Serra Leoa".[1109] Pelas suas transacções comerciais ilícitas, com apoio de Manuel António Martins, nomeadamente no tráfico clandestino de escravos entre Goré, Gâmbia e Cabo Verde, o cônsul Hodges seria classificado de "atrevido contrabandista" por Rocha Martins.[1110]

Enquanto na Vila de Sal-Rei existiam os ricos da terra, na maioria das povoações do interior havia pequenos comerciantes, retalhistas que, nas suas tabernas, se dedicavam à venda do vinho, grogue ou aguardente de cana

[1108] A família de David Ben'Oliel era proprietária da capela de Fátima, situada a Noroeste do monte de "Rotxinha". É que a esposa de David Ben'Oliel era católica e, por isso, o marido fez-lhe a vontade, por volta de 1917-18, de lhe oferecer uma capela. A esposa encontra-se sepultada no cemitério do Rabil, ao lado dos pais, que eram naturais dessa povoação (observámos e fotografámos as respectivas campas em 2005 e 2006).

[1109] Nota ao artigo "Descrição corográfica e estatística das ilhas de Cabo Verde", de autoria de António Marques da Costa Soares, inserto na Revista RAÌZES. Praia: Edições Raízes. Nº 5/6, Ano 2 (1978).

[1110] Nota ao artigo "Descrição corográfica e estatística das ilhas de Cabo Verde", de autoria de António Marques da Costa Soares, inserto na Revista RAÌZES. Praia: Edições Raízes. Nº 5/6, Ano 2 (1978).

sacarina, tecidos, cigarros, linhas de costura e agulhas, petróleo, géneros alimentícios, como milho, feijão, açúcar, entre outros. O rendimento da população em geral não ultrapassava o da sobrevivência, pois de escravizada tinha passado à condição de homens livres mas sem posse de propriedade, que se concentrava nas mãos dos ricos. Vivia da prestação de serviços e da venda à borda dos navios estrangeiros, como "[...] os pescadores p. e. trazendo peixe a bordo, nunca o querem vender a dinheiro, mas por um balde de bolaxa ou feijão dão um ou dous de peixe". [1111]

1.9.2. Os portos, a marinhagem e o desenvolvimento do comércio

Os portos e a marinhagem foram sempre dois factores essenciais de trocas comerciais e de movimentação de pessoas e de bens entre espaços geográficos distantes e separados por mar, constituindo assim dois factores importantes do desenvolvimento económico desses espaços e em todos os tempos.

1.9.2.1. O Porto de Sal-Rei e os portos das costas

Sal-Rei, situado na parte O. N. O. da Boavista, é um dos portos de Cabo Verde que muito contribuiu para o desenvolvimento, não só da ilha mas também de todo o arquipélago. Relacionando a Vila de Sal-Rei com o comércio e a movimentação de navios no seu porto, em 1878 dizia-se no "Diccionario de Geographia Universal" que "é n'esta bahia que está a villa de Sal-Rei, capital da ilha, com boas casas e caes, e importante movimento commercial, pela concorrência dos navios tanto nacionais como estrangeiros que a frequentam".[1112] Com efeito, as exportações do sal, da urzela, da purgueira, do algodão e de outros produtos seriam difíceis se não existisse um porto como o de Sal-Rei. Outrossim, para além de a ilha da Boavista ocupar uma posição central em relação às outras ilhas, possui o segundo melhor porto do arquipélago, depois do Porto Grande de S. Vicente.[1113]

Na ilha da Boavista existiram, historicamente falando, três portos principais – o Português ou Curralinho, hoje Santa Mónica, o do Norte, também conhecido por Canto ou Salians, e o do Porto Inglês, hoje "Sal-Rei" – e vários portos secundários, de que falaremos mais à frente.

Seguindo a trajectória do povoamento, os portos dos Portugueses ou Curralinho e da Farrapa terão desempenhado, nos primórdios da colonização da ilha da Boavista, um papel relevante na exportação dos produtos de gado, do sal e do algodão para as outras ilhas, e mesmo para o exterior. Do porto da Farrapa, embora conste dos mapas da Boavista, não encontrámos nenhuma descrição sobre ele. O do Curralinho, antigamente conhecido por Porto dos Portugueses, situado na costa S. O., António Pusich já escrevia em 1808 que se tratava de um porto coberto das brisas e abrigado das maresias, exposto,

[1111] CHELMICKI, José Conrado Carlos de e VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, in Op. Cit.
[1112] Diccionario de Geographia …I, p. 465.
[1113] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 119.

porém, aos ventos de S. e S. E. Nele os navios fundeiam-se entre as 10 e os as 12 braças de água; porém muito pouco frequentado por não haver ali comércio algum.[1114] Embora nos primórdios da colonização da ilha da Boavista tenha existido junto do porto algum povoado, foi sempre praticamente desabitado, como refere Pusich. Por seu turno, Lopes de Lima, em 1844, dizia que "não ha neste porto [do Curralinho] povoação, nem commercio, e por isso poucos Navios lá vão, a não serem corsarios, piratas, ou contrabandistas; é bom ancoradouro, limpo e seguro no tempo das brisas, porém mau, e de perigoso levante no tempo das agoas".[1115] Por isso, seria abandonado, provavelmente nos finais do século XVII, sobretudo com o incremento da exportação do sal das salinas descobertas na costa Norte e no sítio que viria a ser denominado Porto Inglês, a O. N. O. da ilha.

Com a descoberta das salinas do Porto do Norte ou Salinas, relativamente perto da Povoação de João Galego, também conhecido por Povoação do Norte, este porto tornou-se não menos importante. Porém, a sua entrada é tapetada de recifes, tendo causado muitos e graves naufrágios, para além de o vento de Nordeste afrontar no tempo das águas os navios que ali iam carregar sal.[1116] Por ser perigoso à navegação, foi então abandonado.

O principal porto da Boavista era, e ainda o é, portanto o de Sal-Rei. Até cerca de 1850, altura em que o Porto Grande de S. Vicente não tinha ainda a importância que veio a ter com os depósitos de carvão, Sal-Rei era considerado o melhor porto do Arquipélago de Cabo Verde. A este propósito, em 1844, José Lopes de Lima dizia que "depois do de S. Vicente é este o melhor porto do Aqchipelago, e mui frequentado de navios Nacionais e Estrangeiros, em todos os mezes do anno, os quaes descarregam, e carregam com mais facilidade, que em outro algum, pela commodidade do Caes, e por haver muitas e boas Lanchas de aluguel para descarrega".[1117] O nome antigo de Porto Inglês foi-lhe posto pelos ingleses que ali iam carregar sal, tendo criado um povoado junto ao mesmo porto, a que deram o mesmo nome. Com efeito, foram as salinas próximas do referido porto, como vimos no capítulo sobre o povoamento, que para ali atraíram a presença humana, principalmente dos ingleses, pois o sal era muito procurado, tanto pelos naturais como por estrangeiros, especialmente por aqueles.

O Porto de Sal-Rei é constituído pela grande baía do mesmo nome. Esta baía tem quase duas léguas de abertura, fundo de areia branca e atinge das 4

[1114] PUSICH, António – "Descrição hidrográfica das ilhas de Cabo Verde que ofereci à Academia das Ciências de Lisboa". In CARREIRA, … – Descrições …, p. 96.

[1115] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 52-53; Ver tb. Memorias sobre as Ilhas de Cabo Verde". Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 30 (17 de Maio, 1844), p. 47.

[1116] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica ..., p. 52-53; Ver tb. Memorias sobre as Ilhas de Cabo Verde". Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 30 (17 de Maio, 1844), p. 47; Cf. tb. PUSICH, António – "Descrição hidrográfica das ilhas de Cabo Verde que ofereci à Academia das Ciências de Lisboa". In CARREIRA, … – Descrições …, p. 96.

[1117] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 52-53; Ver tb. Memorias sobre as Ilhas de Cabo Verde". Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 30 (17 de Maio, 1844), p. 48.

às 12 braças de água. É considerado abrigado dos ventos desde N. até ao S. pela parte E. Por isso, é tido como "bom porto para todas as Estações", embora esteja sujeito a arrebentações (maresia), geralmente entre Janeiro e Março, com uma duração de dois a três dias.[1118] Por causa da maresia, que muito incomodava os navios no embarque do sal, em 1797 "[...] mandou que se entulhasse o canal entre o ilheu e a ilha, construindo-se para esse fim um paredão com quatro braças de largura e nove palmos de alto".[1119] De acordo com Barcellos, os trabalhos para o referido entulho terão iniciado, "[…] porque existiam alli vestígios de um muro, ainda coberto de agua, sobre o qual, em marés baixas, a sonda indica proximamente um metro".[1120] Aliás, em 1844 José Joaquim Lopes de Lima sugeria a possibilidade de se construir um molhe que ligasse o ilhéu à terra mas não disse se o molhe foi ou não construído.[1121]

Outros portos há, os pequenos portos genericamente chamados na gíria popular "Portos das Costas", que também desempenharam um papel importante no desenvolvimento económico da ilha, porquanto uma boa parte dos "produtos da terra", como por exemplo o gado, o sal, a cal, a urzela e a purgueira, escoavam-se através deles, quer para as outras ilhas quer para o exterior. Enumeram-se, por exemplo, o porto Ferreira, o do Derrubado, o de Ervatão, o do Curral-Velho, o de Aniceto, entre outros. Entretanto, para se navegar nos referidos portos, era necessário o concurso de um prático conhecedor dos seus perigos, avisava Pusich em 1808.[1122] A corroborar Pusich, no seu diário de bordo de 1958, o mestre de navios,[1123] Martiniano Rogério José Brito, refere ter "[…] pago ao prático José Ramos 3 dias de prático a bordo do cuter "Mª Tereza" a 40$00 por dia. São 120$00".[1124]

[1118] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 52-53; Ver tb. Memorias sobre as Ilhas de Cabo Verde". Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 30 (17 de Maio, 1844), p. 46; Cf. tb. PUSICH, António – "Descrição hidrográfica das ilhas de Cabo Verde que ofereci à Academia das Ciências de Lisboa". In CARREIRA, … – Descrições …, p. 97.

[1119] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap. III. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 137.

[1120] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap. III. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 137.

[1121] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 52-53; Ver tb. Memorias sobre as Ilhas de Cabo Verde". Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 30 (17 de Maio, 1844), p. 47.

[1122] PUSICH, António – "Descrição hidrográfica das ilhas de Cabo Verde que ofereci à Academia das Ciências de Lisboa". In CARREIRA, … – Descrições Oitocentistas …, p. 96.

[1123] O "mestre de navios" entre as ilhas dera um profissional, formado para o respectivo exercício. Com efeito, em 1843, segundo os Boletins Oficiais nºs 9 e 10, o Governos da Província de Cabo Verde regulamentava os direitos e deveres dos mestres de navios e, segundo informações colhidas no Boletim Oficial nº 104, de 29 de Novembro de 1852, impunha que "nenhuma embarcação da Província poderá navegar entre as Ilhas d'este archipelago, sem que o respectivo Mestre, ou Patrão saiba tomar a altura – cartear milhas – e as demais regras de nautica, indispensaveis para evitar os desastres que podem acontecer por falta d'esses conhecimentos".

[1124] Diário de Bordo do capitão da marinha mercante cabo-verdiana, Martiniano Rogério José Brito, natural da ilha da Boavista, escrito em 1958, a bordo do navio a vela "Maria Teresa".

Quanto à rotina das navegações desses portos para as outras ilhas e vice-versa, atenhamos-nos ao seguinte registo do referido mestre de navio:

"– Saída do Sal-Rei para Ervatão 19/5/58. Saída Ervatão para o Sal 21/5/58, às 9 horas vento escasso. Saída do Sal para B. Vista via Ervatão às 10 horas 24/5/58;

– Cristovão tomou lugar do Carlos no dia 21/7-58 para o Canto e Sal. Saida do Canto para Sal 25/7/58 às 8 horas vento escasso;

– Chegado no Derrubado 30/7/58 às 9 horas. Vento fresco do NN. Não deixou carregar um dia. Saída do Derrubado para o Sal-Rei. Só conseguimos acabar de descarregar dia 31/7/58;

– Carregamento na Cháve em 28/8/58 do Álvaro Almeida.

Carregamento atrasado até às 17 horas e não ficamos tudo carregado, com intenção de tomar um outro resto no Porto. Poucas mulheres, poucos homens, poucos sacos, etc. Assim não pude sair no dia 28/8/58. […]".

O Mestre Martiniano Rogério José Brito parece mais preocupado com os horários e com os ventos, aliás, "motor" do navio a vela, do que as actividdes a bordo, como o carregamento, por exemplo. Mas o que é que se poderia carregar nesses portos, além de sal, cal, sementes da purgueira ou peixe salgado e seco? No presente caso, pensamos que seria a cal, numa altura em que havia grandes obras na ilha do Sal, em torno da construção do Aeroporto Internacional.

A partir dos finais do século XVIII, como dissemos atrás, Aniceto António Ferreira, chega à Boavista e incrementa o desenvolvimento da economia da ilha, nomeadamente pela racionalização da criação de gado e da exploração dos seus produtos e pela exploração do sal, dando ao mesmo tempo alguma atenção à pesca e à agricultura. As suas preocupações tendentes ao desenvolvimento económico da referida ilha tê-lo-á levado a cometer alguns exageros, como foi o caso de propor que os comandantes da ilha proibissem os "jogos de parar", nomeadamente aos artífices e jornaleiros, certamente com o iobjectivo de forçar a população a produzir mais.[1125] António Carreira supõe que se trata do jogo de *ouri* ou *ourim*, dito *ôril* na língua cabo-verdiana, jogo tão divulgado em toda a costa ocidental africana, até ao sul de Angola.[1126]

No que se refere ao Porto de Sal-Rei, Aniceto António Ferreira não deixou de cuidar do seu apetrechamento, nomeadamente de cais e de pontos, pois esses equipamentos eram indispensáveis ao desenvolvimento da exportação e importação dos produtos da terra ou industriais. Os cais ou pontes tornavam-se, com efeito, a carga e a descarga dos navios mais rápidas e mais fáceis. Assim, por volta de 1796-1797 Aniceto Ferreira mandou construir no Porto de Sal-Rei dois cais, sendo um de pedra e outro de madeira. O de pedra foi construído na

[1125] FERREIRA, Aniceto António – "Lembranças". In CARREIRA, … – *Descrições …*, p. 58.

[1126] CARREIRA, … – Descrições Oitocentistas …, p. 15. Das nossas pesquisas no Senegal em Novembro de 2004, perguntámos a um artesão-vendedor nas ruas de Dakar como é que se chamava, na sua língua, o "ôril" que exibia no seu posto de vende e respondeu-nos que, na língua materna do Senegal, "Wolof", se chama "wouré". Portanto, ôril na língua cabo-verdiana, do nosso ponto de vista, poderá ser uma derivação de Wouré.

zona de Chave e o de madeira junto ao povoado.[1127] Deverá ser este o cais referido por Senna Barcellos, quando nos informa que "concluiu-se o caes na Boa Vista para embarque do sal".[1128] Por seu turno, Manuel António Martins manda construir, no primeiro quartel do século XIX, um outro cais de pedra na ponta mais interior do ilhéu de Sal-Rei.[1129] Vejamos um dos aspectos do cais de Sal-Rei, na década de 30 de 1900:

FIG. Nº 34
Aspecto do cais do Porto de Sal-Rei (1936)



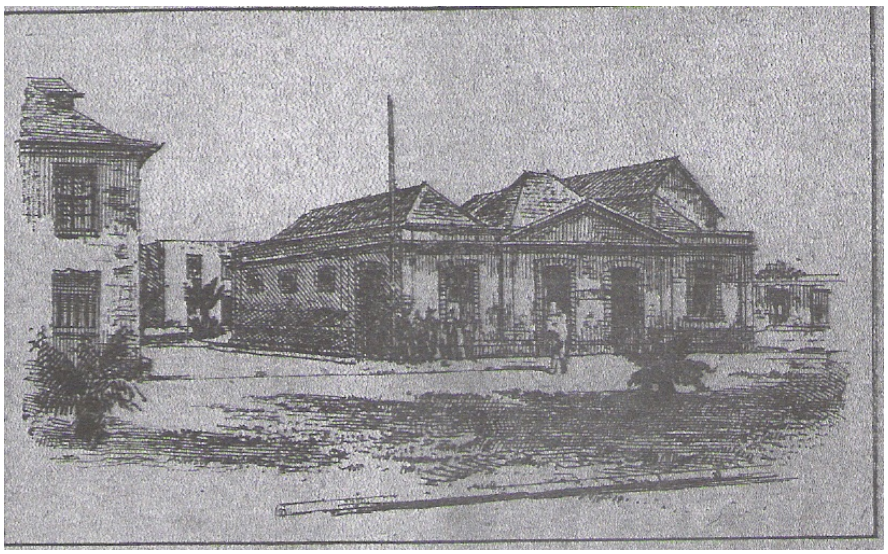
FONTE: I. N. A. / T. T. – Fundo: "O Século". Arquivo de Fotografia de Lisboa – CPF / MC

A importância do Porto de Sal-Rei poderá ainda ser averiguada pelo facto de muito cedo existir na Boavista procedimentos alfandegários, pois por sua vez, esse tipo de procedimento indicava transacções e frequência de navios ao referido porto. Aliás, como vimos no capítulo sobre a administração, para o efeito, o rei mandara construir uma "casa de âlfandega" no Rabil por volta de 1732.[1130] Mais tarde, mandou-se construir, em Sal-Rei, um novo edifício para

[1127] FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde", in CARREIRA, António (Recolha, anotações e apresentação) – "Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde". Mem Martins: Edição de António Carreira, 1987, p. 52.
[1128] Cf. BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap. III. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 139.
[1129] VALDEZ, … – Africa Occidental …, p. 167.
[1130] Sobre os edifícios da Alfândega e da Fazenda, em 1989 Tiago Almeida, natural do Rabil, onde nasceu em 1915, ajudou-nos a localizar os seus alicerces junto, respectivamente, do

albergar os serviços da Alfândega. É o que deixa a entender o Edital de 25 de Agosto de 1842, assinado pelo escrivão deputado, José Evaristo de Almeida, através do qual a Contadoria da Junta da Fazenda da Boavista coloca à venda em hasta pública, a 4 de Agosto do mesmo ano, a "Casa velha d'Alfandega" de Sal-Rei.[1131] Parece, porém, que em 1848 o dito edifício não se encontrava ainda construído, pois "os negociantes d'esta ilha [Boavista] reclamaram ao governador" [Fontes], que se encontrava de visita à ilha, "da perda de tempo e despesas que faziam, obrigados a isso pela muita distancia que havia entre a casa em que funcionava a alfandega e o logar do desembarque". As obras foram avaliadas, na altura, em 1:817$000 réis, determinando o governador que os custos seriam pagos pelos rendimentos da própria alfândega.[1132] Por outro lado, informa Travasso Valdez, em 1864, que, para substituir o antigo edifício da Alfândega, o então Governador-Geral, Januário Correia de Almeida, mandara construir um novo edifício da Alfândega, conhecido até hoje por Alfândega Nova.[1133] Com efeito, escreve Senna Barcellos que a construção do referido edifício foi concluída em 1860.[1134] Observemos um desenho do edifício da Alfândega em apreço:

FIG. Nº 35
Edifício da Alfandega (Meados do século XIX)



FONTE: "ALMANACH LUSO-AFRICANO". PARTE I. Redigido em S. Nicolau e editado em Paris: Guillard, Ailland, 1899, p. 462.

---

edifício da igreja matriz de S. Roque e da casa de António Lima Évora. Mais informou-nos que no terreno da antiga Câmara Municipal do Rabil foi construída a casa de Maninho Liminha

[1131] Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde, Nº 3, de 31 de Agosto, de 1842, p, 12.

[1132] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE V, Cap. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911, p.131.

[1133] VALDEZ, … – Africa Occidental…, p. 167.

[1134] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE VI, Cap. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1912, p.175.

FIG. Nº 36
Edifício da alfandega (2005)



FONTE: Foto do autor, no sentido Sul-Norte, Sal-Rei, 2005

Ora, a existência dos cais e do forte e a instalação da alfândega demonstram que em meados do século XVIII o Porto de Sal-Rei detinha uma certa movimentação marítima. Em 1776, Senna Barcellos, por exemplo, dá conta de mais de 100 navios que iam carregar sal nos portos da Boavista e do Maio.[1135]

De 1804 a 1811 aportaram o Porto de Sal-Rei os seguintes navios, discriminados por nacionalidade e categoria:

QUADRO Nº 52

Número de navios que aportaram Sal-Rei (1804-1811)

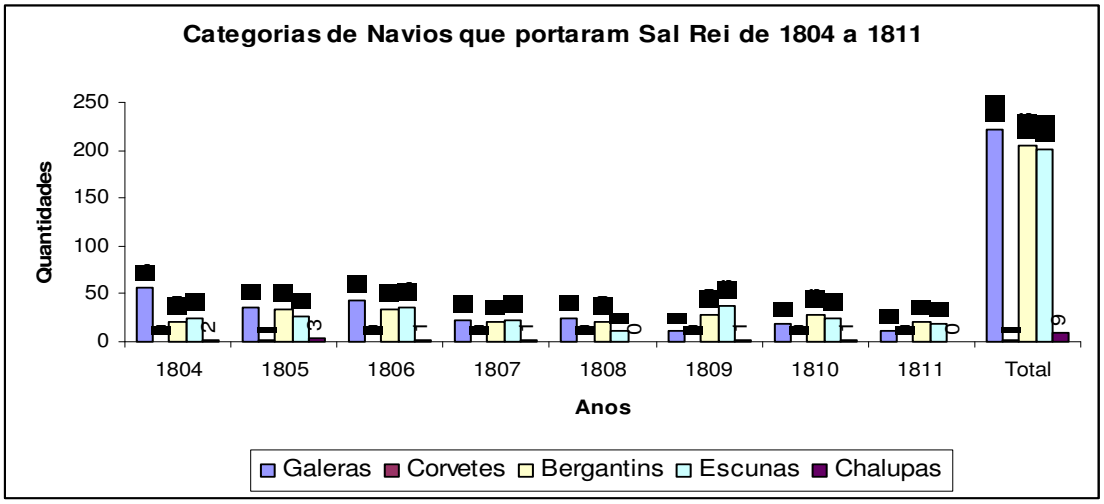
Anos	Nacionalidades	Categoria dos navios				
		Galeras	Corvetas	Bergantins	Escunas	Chalupas
1804	Portuguesa	01	--	02	02	01
	Inglesa	11	--	03	--	--
	Americana	44	--	15	21	01

[1135] Cf. BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap. II. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 110.

	Espanhola	--	--	--	01	--
Total Ano		56	--	20	24	02
1805	Portuguesa	05	--	04	03	--
	Inglesa	05	--	--	02	--
	Americana	25	01	29	22	03
Total Ano		35	01	33	27	03
1806	Portuguesa	04	--	02	02	--
	Inglesa	02	--	--	--	--
	Americana	37	--	31	34	01
Total Ano		43	--	33	36	01
1807	Portuguesa	03	--	06	03	--
	Inglesa	01	--	01	--	--
	Americana	18	--	14	20	01
Total Ano		22	--	21	23	01
1808	Portuguesa	02	--	08	06	--
	Inglesa	10	--	04	01	--
	Americana	13	--	08	04	--
Total Ano		25	--	20	11	--
1809	Portuguesa	02	--	07	06	--
	Inglesa	03	--	01	02	--
	Americana	06	--	20	30	--
	Espanhola	--	--	01	--	01
Total Ano		11	--	29	38	01
1810	Portuguesa	01	--	06	02	--
	Inglesa	--	--	01	03	--
	Americana	17	--	20	19	01
	Espanhola	--	--	01	--	--
Total Ano		18	--	28	24	01
1811	Portuguesa	01	--	02	05	--
	Inglesa	01	--	--	01	--
	Americana	10	--	19	13	--
Total ano		12	--	21	19	--
Total dos anos		222	01	205	202	09

Fonte: Organizado a partir do "Mapa dos navios que aportaram nesta Ilha da Boa Vista desde o ano de 1804 até o de 1811". FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde", in CARREIRA, António (Recolha, anotações e apresentação) – "Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde". Mem Martins: Edição de António Carreira, 1987, p. 56-57.

GRÁFICO Nº 47



Fonte: Extraído do quadro precedente.

Da leitura do quadro e da suas representações gráficas, constata-se que, de 1804 a 1811, se registam 639 navios mercantes no Porto de Sal-Rei, dos quais 222 Galeras, 01 corveta, 205 Bergantins, 202 Escunas e 9 Chalupas, numa média anual de cerca de 73 navios. Esses navios procedendo dos E.U.A. 497, de Portugal 86, da Inglaterra 52, e da Espanha 3, na Boavista carregaram 23.190 moios de sal, média anual de 2.899 moios; 2.193 couros e 76.740 peles, média anual de 9.867. Das peles, 69.197 (90,2%) foram comprados pelos americanos; 5.958 (7,8%) pelos ingleses, e apenas 1.575 (2,0%) pelos portugueses. Pela frequência dos navios americanos na Boavista, os E. U. A eram o principal mercado. Carregaram 3.371 animais vivos, numa média anual de 421, sendo: 1.643 cabras, 672 porcos, 576 bois, 308 jumentos e 172 cavalos.[1136]

Um outro exemplo da movimentação marítima no Porto de Sal-Rei é-nos dado pelo Boletim Oficial nº 49, de 9 de Dezembro de 1843, que regista 13 navios ancorados nos portos da Boavista em 6 dias, isto é, entre os dias 2 e 9 de Dezembro do referido ano.[1137] Já de Janeiro a Dezembro de 1873 e 1874, respectivamente, os movimentos dos portos da ilha eram os seguintes:

QUADRO Nº 53
Movimento marítimo nos portos da Boavista (1873-1874)

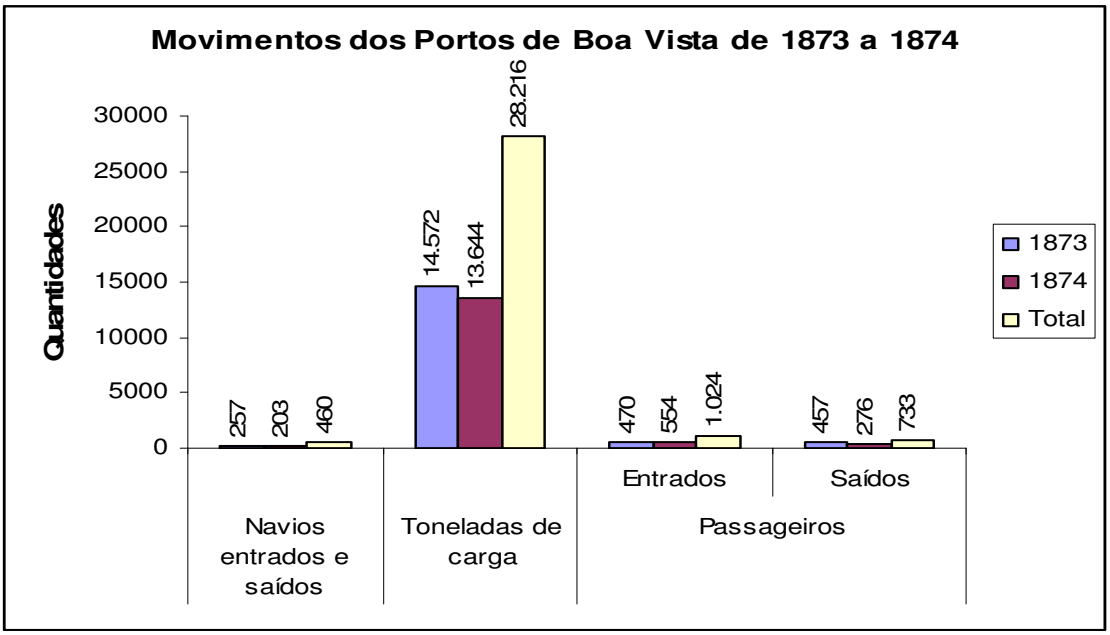
Ano	Portos	Navios entrados e saídos	Toneladas de carga	Passageiros	
				Entrados	Saídos
1873	N/especificado	257	14.572	470	457

[1136] FERREIRA, Aniceto António – Do quadro apenso à "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde". In CARREIRA, …– Descrições …, p. 56-57.
[1137] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 49 (9 de Dezembro, 1843).

1874	N/especificado	203	13.644	554	276
Total	--	460	28.216	1.024	733

Fonte: Extraído do mapa inserido no Boletim Oficial Nº 20, de 15 de Maio de 1875, p. 141.

GRÁFICO Nº 48



Fonte: Extraído do quadro precedente.

Essa movimentação de navios e de mercadorias dá uma pequena imagem da importância do Porto de Sal-Rei para o comércio da Boavista naquela época.

Cerca de meio século mais tarde, ou seja em 1864, já no período da decadência económica da Boavista, Francisco Travasso Valdez registava uma movimentação de mais de quarenta navios nacionais e estrangeiros por ano que aportavam a Sal-Rei, dos quais trinta seriam ingleses e americanos, para além de numerosos barcos e catraias que ali existiam.[1138]

Assinale-se que no século XIX a navegação para os portos do arquipélago sofreu pesadas baixas, devido, entre outros factores, aos progressos da indústria e da navegação, esta com navios cada vez mais velozes e de maior capacidade de carga, o que lhes dava mais autonomia em termos de distância e de conforto. Já dificilmente passavam por Boavista, pois os produtos como o sal, a urzela, a pele e couros, que constituíam os principais produtos de exportação da ilha, os antigos países importadores os obtinham, ou seus equivalentes, através da indústria; por outro lado, a febre-amarela de 1845 afugentaria durante muito tempo uma boa parte da navegação estrangeira que

[1138] VALDEZ, … – África Ocidental …, p. 167.

demandava os portos da Boavista em negócio. Porém, o maior factor da decadência do Porto de Sal-Rei foi a descoberta da importância do Porto Grande de S. Vicente para a navegação internacional cuja propulsão passara a ser a vapor que, no Atlântico médio, necessitava do carvão. E este combustível, em Cabo Verde, só se encontrava nos depósitos das grandes companhias inglesas sedeadas no referido porto. Então, o Porto de Sal-Rei sucumbia ao peso da concorrência incontornável de seu maior rival.

Em 1899, porém, aportaram Sal-Rei 101 navios nacionais, sendo 82 de vela e 19 de vapor, contra os 1.204, de vela e os 195 de vapor, que aportaram todo o arquipélago.[1139] No referido ano, embarcaram no Porto de Sal-Rei 59 passageiros, desembarcaram 93 e transitaram 402.[1140]

1.9.2.2. A marinhagem

Não se pode falar do papel dos portos no desenvolvimento da ilha da Boavista, sem se referir aos bravos marinheiros boavistenses. Com efeito, se o mar em si não atraiu significativamente o boavistense para a pesca, já o mesmo não se poderá dizer da marinhagem no mar alto. Neste sentido, o fluxo de navios nos portos da Boavista, devido às exportações dos produtos da terra que se efectuavam desde os primórdios da colonização, terá certamente despertado o gosto pela marinhagem. Note-se que a vida no mar alto na Boavista é tão antiga como a pesca da baleia nos mares de Cabo-Verde, provavelmente já no século XVII, pois como referimos na parte sobre a pesca, é desses recuados tempos o recrutamento de boavistenses pelos baleeiros americanos.

Mais tarde, a vida de marinhagem seria inculcada no espírito do boavistense pela frota de navios da própria Boavista. Não conhecemos a data certa em que os proprietários da ilha começariam a adquirir os seus próprios navios. Sabe-se, sim, que por volta de 1817, o Conselheiro Manuel António Martins terá adquirido um dos seus veleiros, pois como vimos a atrás, uma escuna dele foi alvo de ataque de um navio corso na Baía de Sal-Rei nessa altura; já em 1823 a senhora Bowdich refere-se aos navios de Martins nos seguintes termos: “ele [Martins] prometeu a Mr. Bowdich tudo que ele podia desejar, não somente barcos prontos a cada instante para facilitar o seu projecto de visitar as ilhas vizinhas, mas ainda mandar conduzir-nos à Gâmbia num dos seus próprios *schooners*”.[1141] Um desses navios, o brigue “Dois amigos”, tornar-se-ia muito falado na primeira metade do século XIX, não só por ser utilizado no transporte da urzela, de cujo comércio Martins tinha monopólio para Lisboa mas também porque, antes de pertencer a Martins, era utilizado no tráfico negreiro, com o nome de “Boxer.[1142] Até aos meados do século XX, vários proprietários,

[1139] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 37 (15 de Setembro, 1900), p. 1-2.
[1140] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 37 (15 de Setembro de 1900), p. 1-2.
[1141] M.me BOWDISCH – Excursion …, p. 283.
[1142] CARREIRA, … – CABO VERDE…, p. 399.

geralmente comerciantes, adquiriram os seus navios, como por exemplo, o *Milay*, antes de nome *Virgínia; Garça*, de Irene Secca; *Mosteiros*, de Severo Anahory; *Sal-Rei* e *Boavista*, de David Ben'Oliel, entre outros.

Um outro factor que incentivaria o surgimento de uma classe de marinheiros na Boavista prende-se ao facto de se construírem nessa ilha, assim como na ilha Brava, "[…] embarcações de 25-26 tonelladas, que chamam Lambotes (do inglês 'long-boat') e são empregados na navegação entre o archipelago".[1143] A corroborar esta afirmação, em 1862 foi lançado ao mar o palhabote "Gaguida", de 24,064 toneladas em metros cúbicos, construído na ilha da Boavista. Destinava-se à navegação entre as ilhas do Arquipélago de Cabo Verde.[1144]

Assim, a presença permanente do mar, a afluência de navios na Boavista, o surgimento de uma classe de proprietários e comerciantes nativos, a construção de embarcações na ilha, tudo isso seria motivo mais do que suficiente para que emergisse e se desenvolvesse uma classe de marinheiros nessa ilha. Vejamos, com Maria Helena Spencer, filha, aliás, de um dos bravos marinheiros da Boavista, Plotinho de Ti Maia, um dia a bordo de um navio no mar alto, vivido pelos marinheiros da Boavista:

"O relógio de bordo tocou quatro pancadas duplas. E quase logo, surgiu na escotilha da proa a cabeça do marinheiro que entrava de quarto.

– Nada de novo? – perguntou:

– Tudo bem, respondeu o que deixava o leme.

E acrescentou a indicação do rumo:

– Sul, quarta de Sueste.

O outro tomou-lhe o lugar. Esteve ainda parado por uns momentos, como a gozar da quietude das coisas. Por fim, olhando a lua a boiar no céu limpo de nuvens, murmurou:

- Ponta de Norte em pé, marinheiro deitado. Boa noite, ó Manel. […].[1145]

Para além dos aspectos económicos, a marinhagem, nomeadamente os mestres de navio, desempenharam um papel muito importante, tanto no desenvolvimento cultural como no intercâmbio entre as pessoas residentes em ilhas diferentes. Ora, a vida do alto mar, como contam os velhos marinheiros, nunca foi fácil e isenta de perigo para o marinheiro. As horas tristes eram sempre afogadas com o violão e o canto da morna. Vejamos as letras de uma morna composta pelo mestre de navio Martiniano Rogério José Brito, retirado do seu diário de bordo:

"Kurré, kurré, Marí Tereza
bo é ke é kabalinhe de mar
ke ta ta lebâ boas nóvas

[1143] CHELMICKI, …; VARNHAGEN, … – Corografia Cabo-Verdiana …, p. 6-7.
[1144] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional, (17 de Abril, 1869), p. 119.
[1145] SPENCER, Maria Helena – "O homem de leme". In *CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação*. Praia: Imprensa Nacional. Nº 122, ANO XI (1959), p. 11.

pa tude akel ke kré ubí.

Ken udjó-me kantâ, dexó-me kantâ
ken udjó-me tokâ, dexó-me tokâ
pamô é triste bo despedí
de algen ke bu kré na ólte mar.

Note fetxâ, mi N ka udjâ ‘Senador’.
Dja-l sigí si destine.
Deus ke lebó-be, ta torna trazê-be
até dia ke nu torna enkontrâ”.

Observemos a seguir o navio a vela “Maria Teresa” da morna:

FIG. Nº 37

Navio a vela “Maria Teresa”



FONTE: Foto familiar, cedido gentilmente por Charles Oliveira

Observemos também uma foto, ilustrando um dia de folga, no porto:

FIG. Nº 38
Tripulantes do N/M no cais da Guiné-Bissau (1961)



FONTE: Álbum familiar. Foto cedido gentilmente por Herculano Vieira, natural da Boavista, capitão do N/M Neptuno. Na foto, é o 1º de esquerda para direita.

Por outro lado, os familiares e pessoas amigas que residiam em ilhas diferentes, mantinham entretanto uma ligação utilitária e afectiva muito grande com as que ficavam em terra, na ilha de origem, graças também aos marinheiros dos navios que desempenhavam, por isso, um relevante papel no intercâmbio entre os que partiram e os que ficaram. Por exemplo, no tempo em que não havia telefone nem Internet, nem aviões, e que a ligação entre as ilhas se fazia exclusivamente de navios a vela, as cartas eram o meio por excelência de comunicação entre os que ficavam na ilha e os que partiam dela para as outras ilhas ou mesmo para o exterior. A maioria dos remetentes não utilizavam os correios, diga-se de passagem pouco desenvolvidos ainda, mas sim a boa vontade dos marinheiros, principalmente do mestre. A este propósito, vejamos ainda os registos do diário que vimos citando, que no dia 19 de Abril de 1958:

"Encombencias alheias de S. Vicente a B. Vista -
Carta para Fausta c / = 270$00
Carta para João Dico c / 150.00 e 2 embrulhos
1 embrulho fasenda para Zita. Outro pª Antonia Mª Chiquinha, outro pª Fulgêncio.

Embrulho pª Nizi, 16 peças de madeira do Fortinho para seu pai, e um emb: com 20$00 pª despesa. Bem = de Hipólito e uma sorredeira c / 2.00 pª despesa. Emb: do Agostinho mor-negro, bem = Victor, emb mana Bia Santo. 1 atº madeira de Ildo e 1 emb pª receber frete em B. Vista. 1 saco palha milho do Afonso. Pª Juca 10.00 pª Bia (nome ilegível) 10.00".

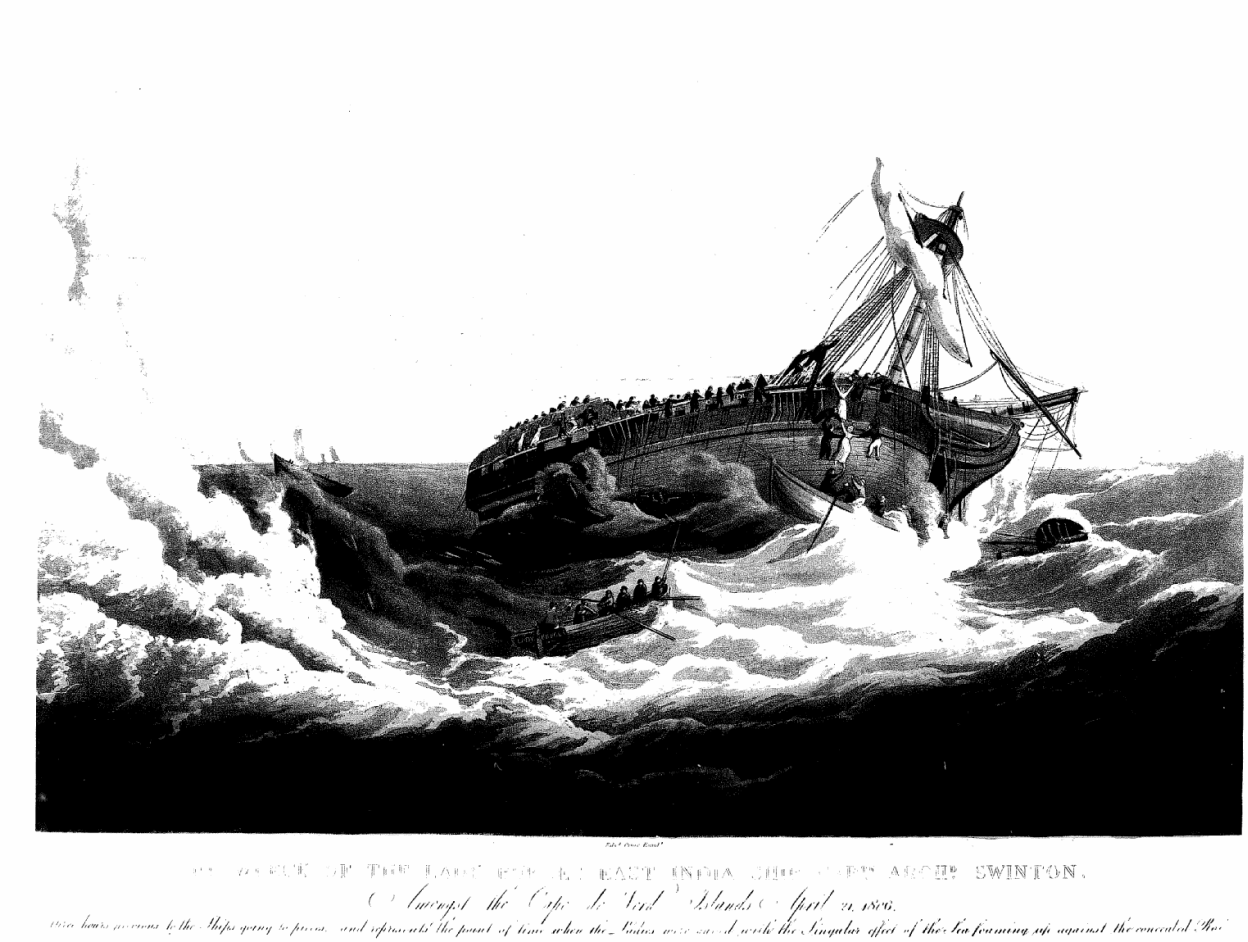
Portanto, os portos e a marinhagem foram dois sectores de actividade que, em relação à ilha da Baovista, contribuiriam não só para o desenvolvimento económico mas também para as relações sociais entre os seus habitantes residentes e emigrados e para o desenvolvimento cultural, sobretudo, como veremos em capítulo próprio, a música.

1.10. Naufrágios e "moias-moias"

Poderá parecer estranho introduzirmos assuntos como naufrágios e "moias-moias" num capítulo sobre a economia. Do nosso ponto de vista, nada mais legítimo quando se trata da ilha da Boavista, como veremos nesta abordagem, pelas seguintes razões: a primeira deve-se ao facto de a Alfândega da ilha ter lucrado, por um lado, com os despachos dos salvados,[1146] popularmente conhecidos por moías-moias, pois uma parte desses salvados era reexportado, ou para o país de origem, ou para o país de destino na viagem que terminaria com o naufrágio, e, por outro, arrendava a terceiros a exploração dos "fundos dos navios" naufragados, isto é, o casco e o respectivo equipamento e carga que com ele tivessem afundado; a segunda, decorrente da primeira, prende-se com o facto de muitas pessoas, principalmente comerciantes, terem enriquecido com os salvados dos navios naufragados; a terceira razão diz respeito ao facto de, quando as crises, principalmente as seguidas de fome, acossavam a ilha da Boavista e acontecesse um infortúnio de naufrágio, a maioria do povo faminto via a sua vida remediada com as moias-moias que conseguia apanhar nas praias. Vejamos um dos naufrágios antigos na Boavista:

[1146] Nome dado às cargas e aos destroços dos navios encalhados, que se davam às praias.

FIG. Nª 39
Naufrágio da Nau "Lady Burgen" (1806)



FONTE: I. A. H. U. Cartografia e Iconografia, grav. nº 2. Lisboa, 1995

Os naufrágios ou encalhes, com as suas moías-moias, ficaram, assim, tão arreigados na memória do povo boavistense que o poeta os cantou do seguinte modo: "ao ritmo do mar quebrando no paredão / o velho marinheiro conta histórias dolentes / de naufrágios [...]".[1147]

A história da ilha da Boavista não pode deixar, assim, de registar os naufrágios de inúmeros navios nas suas costas, devido ao papel que esses naufrágios desempenharam no quotidiano das suas populações, nomeadamente com as famosas "móias-móias", que ajudavam a alimentar as referidas populações em tempos de crises e fomes. Com efeito, por ironia do destino, se os encalhes foram catastróficos para os armadores dos navios e para os náufragos, para os boavistenses, nomeadamente nos tempos de crise alimentar, contribuíram para salvar muita gente de morrer de fome,

[1147] Daniel Filipe, poeta natural da ilha da Boavista, da diáspora cabo-verdiana em Portugal, onde faleceu – In GOMES, … – Uma recuperação …, p.41.

principalmente quando os navios vítimas de naufrágios traziam como cargas mantimentos, como milho, arroz, feijão, açúcar, vinho, azeite e outros do género. Traziam também outros tipos de carregamentos, como ouro em barra e em moedas, tecidos, madeira, papel, entre outros.

As possíveis causas desses encalhes estariam nas deficiências das cartas de navegar da época; nas perturbações magnéticas provocadas pela constituição geológica da ilha; na inexistência de faróis; ou ainda, segundo Mudge, num "[…] braço da corrente Equatorial do Norte [que] faz ali um desvio muito pronunciado e, se embravecido o Oceano, atira com as embarcações para longe do seu rumo fixado, fazendo as, em movimentos circunvolventes, declinar até irem cair na rede de escolhos e recifes que rendilham daquele lado da Boa Vista'".[1148]

1.10.1. A frequência de naufrágios na Boavista

Há notícias vagas de que nas costas da Boavista terão encalhado, dos finais do século XV aos meados do século XX, cerca de 150 navios. Nós conseguimos compulsar em documentos coevos, referentes aos anos de 1770 a 1897, 42 navios naufragados nas costas da ilha, como ilustra o quadro a seguir:

QUDRO Nº 54
Navios naufragados (1770-1897)

Nº	Tipo e nome do navio	Tonelagem	País origem	Data
01	Nau "Leymuiden"[1149]	--	Holandesa	12 de Março de 1770
02	Fragata Hartwell[1150]	--	Inglesa	1787 …
03	Nau "Lady Burgen"[1151]	--	Inglesa	21 de Abril de 1806
04	Brigue "Astrea"	--	Inglesa	21 de Janeiro de 1842
05	Brigue "Guide"	210 tnl.	Inglesa	06 de Março de 1843
06	Brigue "Naine"	--	Inglesa	16 de Out. de 1844

[1148] MONTEIRO, Félix (Notas de) – "Descrição corográfica e estatística das ilhas e capitania de Cabo Verde". In Raízes". Praia: Edições Raízes. Nºs 5/6, ANO II (1978), Nota de Roda-pé nº 2, p. 128.

[1149] I. A. H. N.. Secretaria-Geral do Governo. Liv. 0013, fol. 8v. Praia: 1770. Desse naufrágio, salvaram-se 317 holandeses com 5 mulheres e 17 barras de ouro (I. A. H. U., *Cabo Verde, Papéis Avulsos,* cx. 31, doc. 29. Lisboa: 1770).

[1150] Ao abordarmos o corso e a pirataria na ilha da Boavista, vimos que Senna Barcellos noticiou esse encalhe nos seguintes termos: "tendo constatado que no baixo das salineiras, na Boavista, naufragara a fragata ingleza Hartwell, que levava grandes sommas de dinheiro em ouro, foram alli cinco navios piratas, bem artilhados e com 20 mergulhadores, para se apoderarem do que encontrassem, fazendo estes fogo sobre os navios que se aproximassem" (BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Capítulo II. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 113-114).

[1151] I. A. H. U. Cartografia e Iconografia, grav. nº 2. Lisboa, 1995; Cf. tb. CHELMICKY, José Conrado Carlos de – "Corografia Cabo-verdiana ou descripção Geographico-historica da Provincia das ilhas de Cabo Verde e Guiné". TOMO I. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1841, p. 55; VALDEZ, … – Africa Occidental …, p. 175.

07	Brigue “Fillip”	--	Inglesa	23 de Março de 1845
08	Barca “Satocniza”	335 tnlo.	Austríaca	1 de Nov. de 1847
09	Brigue “Ergyra”[1152]	--	Inglesa	28 Maio de 1850
10	Galera “Leocadia&Anna”[1153]	--	Francesa	25 de Set. de 1850
11	Escuna Sussox-Lass[1154]	--	Inglesa	4 de Março 1851
12	Barca “Esther Aun”	--	Inglesa	27 de Junho de 1851
13	Brigue “Gaston Caen”[1155]	175 tnl.	Francesa	30 de Set. de 1851
14	Barca “Rubens”	--	Belga	24 de Dez. de 1851
15	Barca “Union”	--	Inglesa	27 de Set. de 1854
16	Cuter “Vandal”	100 tnl.	Inglesa	03 de Abril de 1856
17	Galera “Santo André”	--	Espanhola	25 de Julho de 1856
18	Brigue “Gabriel e Charles”	174 tnl.	Francesa	14 de Junho de 1857
19	Escuna “La Bayadere”	182 tnl.	Francesa	01 de Out. de 1857
20	Galera “Windsor”	1000 tnl.	Inglesa	1 de Dez. de 1857
21	Barca “Phantom”	508 tnl.	Inglesa	25 de Fevereiro1859
22	Barca “Emilie”	268 tnl	Francesa	3 de Outubro 1859
23	Barca” Minerve”	309 tnl.	Francesa	29 de Nov. de 1859
24	Brigue “August Ebehard”	197 tnl.	Bremense	31 de Janeiro de 1860
25	Barca “Sicília”	550 tnl.	Italiana	5 de Nov. de 1863
26	Brigue “Jeune Mariame”	176 tnl.	Francesa	8 de Nov. de 1863
27	Brigue “Les Belles de Nuit”	198 tnl.	Francesa	13 de Maio de 1865
28	Golera “Ardilla”	112 tnl.	Espanhola	27 de Out. de 1865
29	Galera “Circe”	1661 tnl.	Inglesa	18 de Out. de 1873
30	Barca “Mavourneen”	587 tnl.	Inglesa	10 de Março de 1875
31	Barca “City of Seringapatam”	1190 tnl.	Inglesa	12 de Dez. de 1876
32	Lugre “Spes Nostra”	264 tnl.	Holandesa	29 de Março de 1878
33	Lugre “Pfeib”	--	Alemã	13 de Maio de 1878
34	Navio “Alexandre”	--	Francesa	1879 …

[1152] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 37 (15 Setembro, 1850), p. 148.
[1153] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacionl. Nº 43 (26 de Outubro, 1850), p. 174. De acordo com o citado Boletim Oficial, a casco e pertences do navio e carga e carga salvada e por salvar foram arrematados em hasta pública no dia 7 de Outubro, pela quantia de 1:275$220 réis.
[1154] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 72 (27 de Setembro, 1851), p. 290.
[1155] Salvou-se toda a tripulação e passageiros que trazia a bordo (Carta da Alfândega da ilha da Boavista de 11 de Outubro de 1851, dirigida ao Secretário do Governo Geral da Província. IAHN, Praia, Secretaria-Geral do Governo, Cxa. 426.

35	Galera “Norfolk”	953 tnl.	Inglesa	1879 …
36	Barca “Nuova Catterine”	396 tnl.	Italiana	23 de Set. de 1881
37	… “Pacific”	--	--	1881 …
38	… “Princess Alice”	--	--	1881 …
39	Palhabote “Eduard Lee”	109 tnl.	Americana	22 de Abril de 1882
40	Vapor “Stº. Mungo”	--	Inglesa	30 de Agosto de 1887
41	Barca “Thunder Bolt”	1.193 tnl	Inglesa	3 de Nov. de 1893
42	Vapor “Grantor”	--	Inglesa	31 de Março de 1897

Fonte: Tabela elaborada a partir das correspondências recebidas da Alfândega e da Administração do Concelho da ilha da Boavista dirigidas ao Governo Central, nas datas que se indicam. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cxas. 122, 199, 200, 426, 427 e 428.

Da leitura do quadro, constata-se que, se em mais de 500 anos naufragaram nas costas da Boavista cerca de 150 navios, numa média de 0,3 navios por ano, da leitura do quadro constata-se que, de 1770 a 1897, portanto, num espaço temporal de 127 anos, encalharam nessa ilha 42 navios, numa média anual de 0,33 navios. Foi-nos entretanto impossível identificar os primeiros navios naufragados na Boavista, isto é, dos meados do século XV a 1770. Com efeito, o primeiro navio naufragado nos recifes da Boavista, que conseguimos apurar, de acordo com o quadro atrás, foi a Nau “Leymuiden”, em 1770, de nacionalidade holandesa. O navio trazia um carregamento de ouro em barra. Refere-se o documento a um holandês da tripulação que terá roubado alguma porção de ouro em barra e tentado vendê-la na Boavista.[1156]

A tradição oral da ilha da Boavista mantem viva na memória do povo vários encalhes célebres, pelo seu impacto na vido das populações da ilha. Por exemplo, as pessoas mais idosas da Boavista ainda hoje falam de encalhes de navios nas costas do Norte que traziam carregamentos em ouro. A corroborar a tradição oral, há, não só o caso da Nau “Leymuiden” mas também outros testemunhos, como o de Christiano José de Senna Barcellos que, por exemplo, informa o encalhe da fragata inglese “Hartwell”, em 1787, que trazia um carregamento em ouro. Conta o autor que a 24 de Maio de 1787 encalhou no baixo das salineiras, ao lado do Ilhéu Holandês, na Costa Norte, a referida fragata.[1157]

As possíveis causas do encalhe são relatadas pelo próprio Bercellos, nos seguintes termos: “os tripulantes d’esta fragata, antes de chegarem à Boa Vista, revolucionaram-se a bordo. Attribue-se aos tripulantes a causa d’este naufragio,

[1156] “Bando” de 22 de Março de 1770. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo. A1 (R) / Liv. 0013, fol. 8v.

[1157] BARCELLOS, Christiano José de Senna – “Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné”. PARTE III, Capítulo II. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 107. Ver tb. VALDEZ, … – Africa Occidental …, p. 169.

levando o navio para os baixos da Boa Vista depois de terem avistado a ilha do Sal".[1158]

De acordo com o mesmo autor, a fragata era nova e vinha armada de 24 "peças" ou canhões de fogo; transportava 60:000 libras em ouro e um importante carregamento para a China; vinham a bordo 128 pessoas.

Das providências do então Governo da Província, a 27 do mesmo mês foram transportados da Boavista para a Praia 8 oficiais e 7 marinheiros a bordo de um escaler e, mais tarde, 52 marinheiros a bordo de outro escaler e 39 num hiate português. Ficaram na Boavista 22 náufragos. No momento do encalhe morreu 1 homem e outro suicidou-se quando o barco que transportava os náufragos entrava em Sal-Rei, deitando-se ao mar. A 3 de Junho embarcaram para Barbados 23 homens e 1 piloto; a 14 do mesmo mês os restantes oficiais viajaram para Madeira, a bordo da corveta "Nossa Senhora do Monte do Carmo", enquanto que os restantes sinistrados seguiram outros rumos, em navios portugueses e estrangeiros.

Apesar do perigo das costas da Boavista, um ou outro navio salvava-se do encalhe nos rifes dessas costas. É o caso da Galera inglesa "Red Rower", de lote de 1.700 toneladas que, tendo entrado, a 9 de Setembro de 1865, num fundo cercado por três baixos e rochas, sob forte brisa, foi entretanto salvo, a mando do Administrador do Concelho, "pelo melhor pratico d'aquelles sítios, Nicolau Tolentino Carvalhal", "[…] que apenas encarara o Capitão, completamente dezanimado este lhe perguntou – 'Vem quebrar-me o navio d'encontro a essas rochas, ou vem salvar me? Venho salvalo', lhe redarguira aquelle: que para logo principiou as suas manobras com grande perícia e coragem, conseguindo afinal pólo a salvo sem o menor prejuízo". Quem, porém, não gostou foi o povo que, aglomerado nas praias contíguas ao local fatídico, "[…] não obstante tão heróica e generoza acção, […] vociferava contra os dois por não terem concorrido para o navio se partir! Taes são os sentimentos d'esta gente, que contavam com a preza para á força se apossarem d'elle!".[1159] A referida Galera trazia carga geral, 25 pessoas de tripulação e 30 passageiros, de Londres para Nova Austrália.[1160]

Outras vezes, um ou outro navio passaria por momentos tormentosos nas costas da Boavista: são os casos, por exemplo, do navio "Lord Merville", que teria milagrosamente escapado junto do baixo de João Leitão, quando por ali passava uma esquadra inglesa, e do navio do famoso navegante CooK, que se viu em grandes apuros, a 10 de Agosto de 1776, quando na sua terceira viagem

[1158] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Capítulo II. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 108.

[1159] Ofício nº 32, de 11 de Setembro de 1865, da Alfândega da ilha da Boavista, dirigido ao Secretário-Geral do Governo da Província. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cxa. 427.

[1160] Ofício Nº 38, da Administração do Concelho da Boavista dirigida Secretário do Governo-Geral da Província de Cabo Verde, a 2 de Novembro de 1865. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cx. 199.

passava no mesmo local onde encalhara irremediavelmente a fragata inglese "Hartwell", em 1787, na costa Norte da ilha da Boavista.[1161]

1.10.2. O quotidiano dos naufrágios: procedimentos institucionais e episódios caricatos

Do ponto de vista institucional, a participação dos encalhes, de acordo com a Portaria de 27 de Maio de 1843,[1162] era obrigatório, quer pela autoridade fiscal mais próximo do local do naufrágio[1163] quer, na falta desta, por parte de qualquer outra autoridade, oficial, militar ou eclesiástica, quer ainda por parte dos habitantes (§1º, artº 1º). No atº 2º, da referida portaria, estipula-se que essas autoridades e os habitantes devem dar toda assistência aos náufragos e tomar as providências necessárias, não só para salvar vidas e fazendas mas também para evitar roubos. Em contrapartida, "a primeira pessoa que participar á Alfandega a existência de um navio naufragado na Costa, e tomar as providencias de que tracta o artº 2º, terá direito a uma gratificação de quatro mil e oitocentos réis, ale do que lhe competir pelos salvados que tiver feito; e todas as authoridades próximas ao sitio, que não acudirem ao naufrágio, e não o participarem á Alfandega, incorrerão na pena correspondente ás consequências da ommissão" (artº 12º). No que se refere às punições, no artº 15º, da referida portaria, previa-se que "os habitantes da povoação, próxima á qual teve logar o naufrágio, que deixarem de o participar á Alfandega, ou praticarem excessos, violências, ou extravios nas pessoas, fazendas, ou quaesquer outros effeitos naufragados, pagarão uma multa proporcional ao damno que causarem pela sua ommissão, alêm das penas que a cada um devam competir por seus actos criminosos". Observemos um naufrágio nas costas da Boavista que testemunhámos na década de 60 de 1900:

[1161] CHELMICKY, … – Corografia Cabo-verdiana …, p. 51. O próprio Capitão Cook deixou o relato desse episódio. Transcrevamos um pequeno extracto: '... no dia 10 d'Agosto de 1776 as nove horas da tarde, avistamos a ilha da Boa-Vista ao Sul pouco mais d'uma legoa; pensavamos ser mais distantes, mas em breve reconhecemos o nosso engano, andando para leste até ao meio dia para evitar rochas cobertas d'agua, que jazem uma lagoa da ponta S-E da ilha, achamos-nos em cima d'ellas. Nessa situação foi terrível durante alguns minutos. (Viagens do Cap. Cook T. I. Caop. 30).

[1162] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 33 (27 de Maio, 1843), p. 129-131.

[1163] Em 1859 era Guarda-fiscal das Costas do Norte António J. Mendes, de acordo com o ofício nº 18, de 19 de Março do referido ano, através da qual o próprio pede a sua exoneração do referido cargo (Ofício nº 18, da Alfândega da ilha da Boavista. IAHN, SGG. Cxa. Nº 427, Praia, 1859).

FIG. Nº 40
Naufrágio do vapor "Cabo Santa Maria", na Praia de Atlântida (1962)



FONTE. Foto Charles de Oliveira. Praia da Atlântida, (s/d)

Recebida a participação do sinistro, o Director da Alfândega mandava imediatamente para o local do encalhe oficiais da Alfândega, como um Meirinho, com a função de comissário ad hoc (regulava os serviços, os deveres fiscais e quaisquer providências extraordinárias), empregados fiscais, um Escrivão, remadores da tripulação do Escaler e Guardas.[1164]

Quando a população invadia o local do naufrágio e roubava os salvados, então enviava soldados, porque "o Povo porem correndo de todas as Povoações da Ilha ao lugar do naufrágio, roubou a maior parte do carregamento que tinha sahido nas Praias […], atreveu-se também querer roubar a porção de pipas de vinho que se achavão sob a salva guarda dos sentinellas, atacando estes armados de paos, facas e espadas, de maneira que os soldados para cumprir as ordens que tinhão recebido tiveram de disparar alguns tiros para o ar, para fazer dispressar o Povo, o que conseguirão em parte tirando n'essa occazião a um Escravo a Espada com que se achava armado; deu-se porem infelismente o cazo de ser ferido em um braço um dos paizanos que andava armado".[1165] Refere "[…] quarenta Pipas de vinho que escaparam á rapina e

[1164] Carta da Alfândega da ilha da Boavista nº 17, de 23 de Maio de 1865, dirigida ao Secretário do Governo-Geral da Província. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cxa. Nº 427.
[1165] Carta da Alfândega da ilha da Boavista de 11 de Outubro de 1851, dirigida ao Secretário do Governo-Geral da Província. IAHN, Praia, Secretaria-Geral do Governo, Cxa. 426. Do paisano

dezemfreada ambição de um Povo, cuja desmoralização, em cazos idênticos, chega a ponto de roubar as próprias roupas que vestem os infelizes náufragos.[1166] Por exemplo, informa o Director da Alfândega da Boavista ao Secretário-Geral do Governo da Província que "no penúltimo naufrágio, o da Barca Ingleza 'Esther Sun', já o Povo dezarmou um soldado depois de o terem atordoado com pauladas, agora a sua audácia cresceu aponto de aparecerem armados como deixo ditto […]". "[…] um semelhante procedimento não deixa de ser um precedente terrível para um Povo que diz ser-lhe enviado pela Providencia todo o Navio que naufragou, e isto sem dúvida pelo costume em que estão de roubar impunamente a maior parte da carga, e objectos pertencentes a taes Navios".[1167]

Outras vezes a própria Alfândega instalava postos provisórios no local do naufrágio, como é o caso desta ordem do Director da dita Alfândega que diz: "mando levantar amanhã o resto do cerco fiscal d'esta Alfandega, que se achava portado nas praias dos portos das Gatas e Canto, a onde naufragou o Brigue Francez 'Les Belles de Nuit, e arrematar os salvados actualmente existentes, e os que, por ventura, hoje se poderem resgatar".[1168]

Para combater os chamado roubo, o Director da Alfândega, Francisco Cosme Nunes, por exemplo, elaborou um regulamento, no qual estipula que os Empregado Fiscal, designado para assistir a qualquer naufrágio, distribuirá senhas, com o nome do Director e o selo da Alfândega, a todas as pessoas que estiverem a trabalhar no salvamento das cargas dos navios naufragados (artº 1º); o Administrador comunicará por Bando às pessoas de todas as povoações que queiram se empregar no salvamento dos objectos dos navios naufragados que deverão dirigir-se ao Empregado Fiscal, a fim de receberem a referida senha, seguindo-se depois para o local indicado pelo dito empregado (artº 2º); por Bando, o Administrador avisa que os Guardas-fiscais abrirão fogo sobre quem se aproximar das praias sem estar munido da respectiva senha e que não obedecer às intimidações que lhe for feita para se retirar (artº 3º); o Empregado Fiscal tomará todas as medidas necessárias para que as pessoas possuidoras de senha sejam facilmente reconhecidas pelas sentinelas, de modo a não correrem riscos de serem baleadas (artº 4º).[1169]

---

ferido, trata-se de "[…] António Nazaro que era um dos que andava armado, e foi elle mesmo que ferio um outro paizano com uma faca por lhe ter advertido que não rezistisse contra o soldado nem roubasse ali, o que estava entregue a Sentinella […]"; e do escravo, trata-se do negro João, escravo da Senhora Cecília Assunção Silva. (Participação do Cabo e Comandante da Força, Athanazio Pies, da Praia do Baluarte, na Costa do Norte da ilha da Boavista, dirigida ao Aspirante da Alfândega da ilha da Boavista, no Porto do Canto, a 2 de Outubro de 1851 (IAHN, Praia, Secretaria-Geral do Governo, Cxa. 426).

[1166] Carta da Alfândega da ilha da Boavista de 11 de Outubro de 1851, dirigida ao Secretário-Geral do Governo da Província. IAHN, Praia, Secretaria-Geral do Governo, Cxa. 426.

[1167] Carta da Alfândega da ilha da Boavista de 11 de Outubro de 1851, dirigida ao Secretário-Geral do Governo da Província. IAHN, Praia, Secretaria-Geral do Governo, Cxa. 426.

[1168] Carta da Alfândega da ilha da Boavista nº 18, de 23 de Maio de 1865, dirigida ao Secretário-Geral do Governo da Província. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cxa. Nº 427.

[1169] Regulamento inserido na carta da Alfândega da Boavista, de 11 de Outubro de 1851, dirigida ao Secretário do Governo-Geral da Província. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cxa. Nº 426.

Mas não era só o povo que roubava: havia casos em que as próprias autoridades oficiais se envolviam em comportamentos ilícitos, em relação aos salvados dos navios naufragados, com o é o caso do Capitão-Mor, Manuel Leitão Rosa, atrás referido. Outras vezes eram os próprios tripulantes que aproveitariam a ocasião do sinistro para prevaricar, como é o caso do roubo de barras de ouro, aquando do encalhe da nau "Leymuiden. Deste caso, dá conta, com efeito, o então Governador da Província de Cabo Verde, em carta dirigida ao Desembargador a 22 de Março de 1770, nos seguintes termos: "não sopunha ainda assim tanto descaminho permitir dito capitam do referido Navio naufragante que alguma parte do ouro que salvou a tinha achado em tres pessoas de sua equipagem ao sahir do dito trato na Ilha da Boa Vista e que por este principio me pedia os mandasse prender ao que dizendo eu que o fazia logo que ele o indicasse, sahio do meu quartel e não falou mais em tal ao mesmo tempo que dezendosse que hum dos olandezes tinha aparecido com hum pedaço de ouro fiz aviza o dito capittam, e prender o denunciado que depois de estar huns poucos de dias seguro veyo o mesmo capitão olandez pedir o saltasse e o fiz hir para bordo da não olandeza que neste Porto se achava e assim pelo que fica dito como pelo que vmce bem se lembrará já lhe faley a este respeito ?? que parecer mais ? (fl. 26v.) conveniente /.../."[1170]

Os denominados "salvados" e "fundos previlegiados" eram geralmente colocados em praça pública e arrematados, a seu requerimento e por Portaria do Ministério da Marinha e Ultramar, por pessoas abastadas da ilha, pelo que se lhe passava um termo de arrematação, [1171] como por exemplo, os salvados e os fundos privilegiados do Brigue "Astrea" arrematados pelo comerciante Porfírio António d'Oliveira, em 1845.[1172] Num dos seus requerimentos, dis "Miguel Antonio de Carvalho, negociante estabelecido n'esta ilha, pretende que pretende que V.Excia. lhe conceda licebça para explorar os fundos de navios naufragados n'esta ilha e que não são previlegiados; pelo que P. a V. Excia. Defferimento".[1173] Às vezes a arrematação era feita pelos próprios proprietários e seguradores, como é ocaso da Galera "Santo André, encalhado em 1856, cujos salvados e os fundos privilegiados foram arrematados pelo proprietário e pela seguradora, pela quantia de 1:320$000 reis.[1174] Com efeito, a Galera "Santo André "[…) foi arremata pelo representante do Vice Consul Hespanhol

[1170] I. A. H. N.. Cabo Verde. Liv. nº 26, doc. nº 29, fls. 25v.-26v. Praia, 1770.

[1171] Cf., por exemplo, carta da Alfândega da ilha da Boavista, de 23 de Julho de 1846, dirigida a S. Fidelíssima A Rainha. Secretário do Governo-Geral da Província. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cxa. Nº 200; Veja-se também a Portaria do Ministério da Marinha e do Ultramar Nº 149, de 22 de Julho de 1857, que recomenda a arrematação do fundo da Galera Espanhola "Santo André" (Ofício Nº 39, da Alfândega da ilha da Boavista, de 29 de Julho de 1864, dirigido ao Secretário do Governo Geral da Província. Secretário do Governo-Geral da Província. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cxa. nº 427).

[1172] Carta do Director da Alfândega da Boavista, dirigida ao Secretário-Geral do Governo, a de 20 de Outubro de 1847. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cxa. 122.

[1173] Requerimento de Miguel António de Carvalho, de 9 de Setembro de 1881, dirigido ao Conselheiro Governador-Geral da Província. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cxa. nº 427.

[1174] Ofício nº 6, da Alfandega da Boavista, de 1862 dirigido ao Secretáro-Geral do Governo da Província. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cxa. Nº 427.

nesta Província por conta e risco de quem pertencesse, e encarregado de sua salvação Hippolito Joze Xavier d'Almeida, o qual tem conseguido salvar nos annos anteriores apezar das marezias quasi constante na dita Costa, uma somma de perto de oito mil pezos em prata e oiro – setecentas setenta e cinco barras de chumbo, alem de outros objectos como cobre, ferragem e troço".[1175] Hippolito Joze Xavier d'Almeida, negociante da ilha da Boavista, ficou encarregado dos trabalhos de salvação dos restos do naufrágio pelo arrematante, na ausência deste.[1176] Aos arrematantes era também passado um termo de responsabilidade que, com o requerimento, constituíam um processo de garantia e de segurança, a favor de ambas as partes e da própria população, "porque era mister adoptar uma medida extraordinária, mas energica, que pusesse um dique ás violências e roubos, que constantemente se fazia n'aquelle e outros fundos previlegiados, com grave prejuízo da sociedade em geral", tal como aconteceu com o arrematante do fundo privilegiado do Brigue Francez "Les Belles de Nuit".[1177] Por outro lado, os direitos dos arrematantes eram salvaguardados por portaria do Ministério da Marinha e Ultramar, como é o caso da Portaria de 22 de Julho de 1850, a favor dos arrematantes e do encarregado dos salvados da Galera "Santo André".(In "Arquivos da Repartição da Alfândega da ilha da Boavista", 7 de Março de 1864). Nem por isso deixava de haver desentendimentos entre os arrematantes e outros membros da população, pois muitas vezes estes iam com as suas embarcações explorar os fundos dos barcos arrematados mas abandonados, o que lesava o legítimo dono e dava origem a processos criminais, pois tais acções eram consideradas roubo. Casos desses eram frequentes, como foi o relacionado com o Brigue "Les Belles de Nuit", atrás referido, de cuja arrematação ficara encarregado Hippolito José Xavier d'Almeida.[1178] Sobre o requerimento de Hippolito José Xavier d'Almeida, o Director da Alfândega da Boavista exarou o seguinte despacho: "Vedar a pesquiza dos fundos abandonados, na presente crise, seria um mal, de que proviria perniciosas consequências para os habitantes d'esta ilha. Guarda também não posso dispensal-o, porque, tendo esta Alfandega apenas dous, d'esses careço eu para o serviço ordinário da fiscalização: d'ora avante porem só permitterei guias para os pontos indicados, mediante um termo de responsabilidade por qualquer roubo, que as tripulações das embarcações respectivas fizerem no fundo em questão = Boa Vista 26 de d'Agosto de 1865 = (Ass.) Lemos =".[1179]

[1175] Oficio nº 39, da Alfândega da Boavista dirigido ao Secretáro do Governo-Geral da Província a 29 de Julho de 1864. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cxa. Nº 427.

[1176] Boletim Oficial do Governo-Geral de Cabo Verde, Nº 17, de 23 de Outubro de 1857, p. 87.

[1177] Carta da Alfândega da ilha da Boavista nº 31, de 10 de Setembro de 1865, dirigida ao Secretário-Geral do Governo da Província. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cxa. Nº 427.

[1178] Despachos do Director da Alfândega da Boavista sobre o requerimento de Hippolito José Xavier d'Almeida de 2 de Setembro de 1865. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cxa. 427.

[1179] Despachos do Director da Alfândega da Boavista sobre o requerimento de Hippolito José Xavier d'Almeida de 2 de Setembro de 1865. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cxa. 427.

O ofício nº 7, da Alfândega da ilha da Boavista, dirigido ao Secretário Geral do Governo da Província, a 15 de Janeiro de 1862 dá conta "[…] que ao terceiro dia de trabalho da exploração, houve desconfiança e suspeita, que os mergulhadores empregados nesta, tinham encontrado dinheiro, teve por fundamento o apparecerem pezos no mercado que não obstante limpos, tinham vestigios de terem estado por muito tempo no fundo do mar". Uma nota feita à margem do referido ofício deixa a entender que as moedas terão sido retiradas dos fundos da Galera Espanhola "Santo André". Os mergulhadores foram imediatamente despedidos.[1180]

Em torno dos encalhes às vezes aconteciam episódios caricatos, nos quais se envolviam as próprias entidades oficiais, para além do povo. Quanto às entidades oficiais, temos, por exemplo, o caso Capitão-Mor, Manuel Leitão Rosa, atrás referido, em relação aos salvados da Fragata Hartwell; da mesma forma, podemos também exemplificar com o naufrágio do Brigue inglês "Astrea", em cujo salvamento das cargas, tidas como valiosas, o cônsul britânico, John Rendall, é acusado, justa ou injustamente, de se ter envolvido. A esse respeito, o Boletim Oficial traz o seguinte anúncio: "TENDO uma indisposta e mal intencionada pessoa, que se suppõe ser residente nesta Ilha, falsamente accusado o Consul de Sua Magestade Britannica, JOHN RENDALL, […] por ser clandestinamente sócio com pessoas ou pessoas interessadas no salvar das fazendas do naufragado Brigue Inglez 'Astrea' como também por ter commetido varios actos deshonrosos, elle Consul offerece a quantia de 100$000 réis a quem lhe declara com certeza qual é o author ou authores deste vil, escandaloso, e diffamatorio libello. Quem se achar nessas circumstâncias dirija-se ao Consulado Britannico. - Boa-Vista na Provincia de Cabo-Verde, 27 de Agosto de 1842".[1181]

Já no caso do naufrágio do Brigue francês, "Gaston Caen", são a própria população e ainda as autoridades, cujo comportamento deixou mágoa em todo o arquipélago. Com efeito, naufragara o referido brigue na costa Norte da Boavista, com um carregamento de vinhos. Não só as autoridades administrativas e militares não prestaram qualquer auxílio aos náufragos como também o povo […] roubou quasi todos os objectos da carga, que vieram ter á praia".[1182] Este acto criminoso e bárbaro, como foi classificado na época, mereceu o repúdio tanto das autoridades governamentais e eclesiásticas como da sociedade civil. Observe-se que nos anos de 1850 - 51 havia crise na Boavista, assim como na maioria das restantes ilhas de Cabo Verde, menos a de S. Nicolau que, aliás, prestou socorro a várias delas, nomeadamente a da Boavista. Tal facto leva-nos a entender que o povo da Boavista terá agido de forma "criminosa" e "bárbara" por necessidade vital: a fome.

[1180] Carta da Alfândega da ilha da Boavista, nº 7, de 15 de Janeiro de 1862, dirigida ao Secretário Geral do Governo da Província.
[1181] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, Nº 3, de 31 de Agoste de 1842. p. 12.
[1182] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 76 (19 de Novembro, 1851).

Um outro episódio, desta vez de triste memória, refere-se ao naufrágio da Barca Cicília, de nacionalidade italiana, na noite de 5 de Novembro de 1863, do qual morreram 72 pessoas. Essa tragédia assemelha-se, em ponto pequeno, à que aconteceu ao grande e famoso transatlântico "Titanic", na sua viagem inaugural de Londres para os Estados Unidos da América. Sobre a Barca Cicília, citemos, em largos traços, José Lopes, professor e poeta, casado com uma senhora da Estância de Baixo, da ilha da Boavista:

"A Barca italiana Cicília tinha partido de Gêneva ... carregada de emigrantes com destino a Montevideo ...

A bordo vinham contentes porque dançavam na câmara em a noite da fatal catástrofe...

Quando o capitão percebeu o perigo, mandou fechar à chave a porta da câmara. Foi um grande erro!...

Lá dentro era um verdadeiro horror!... A dança da vida transformou-se em macabra dança de morte!...

[…] - a única esperança era acabar, acabar depressa!...

Alguns, e entre eles uma linda jóvem, foram encontrados com as cabeças introduzidas nas vigias na ânsia impotente de saírem!... Um rapaz, de fora, louco, puxava pelos cabelos a noiva morta!...

Uma rapariga, nova e bonita, foi transportada para Sal-Rei, povoação principal da ilha.

Tratada com carinho por todos, meia louca, muda de dor, passeava pelas praias chorando... Recusava-se a mudar de vestido... Um dia não se podia estar junto dela... Examinaram-na. Tinha o bolso cheio de mariscos apodrecidos…".[1183]

A Barca Cicília trazia carga geral, 148 passageiros e 19 tripulantes. Das 167 pessoas a bordo, como dissemos, morreram 72 pessoas.[1184] O fundo da referida barca viria a ser arrematado por Ignacio Ferreira e outros.[1185]

Por outro lado, muitas vezes as móias criavam problemas às populações. É verdade que, como discutimos atrás, a infelicidade dos náufragos representava, geralmente, a salvação das populações da Boavista, nos momentos de crises e fomes. Mas nem sempre as móias resultavam bem sucedidas para as populações: muitas vezes, segundo cantou o músico e trovador Adão Silva, carinhosamente conhecido por Adão d'Juvita, as móias davam cadeia ou "tijolo" ou "tramóia".[1186] O que salvava, de certo modo, os presos, era o facto das portas das cadeias terem como segurança uma pedra por detrás. A este propósito, colhe-se na tradição popular que, um belo, dia um indivíduo foi preso, por um período de seis horas. Vencido o tempo, sai o preso

[1183] LOPES, José – "A Barca Sicília". In *CABO-VERDE: Boletim de Propaganda e Informação*. Praia: Imprensa Nacional. Nº 90, Ano VIII (1957), p 29-30.
[1184] IAHN, Praia, Secretaria-Geral do Governo, Cxa. 427, 1863.
[1185] Ofício Nº 39, da Alfândega da ilha da Boavista, de 29 de Julho de 1864, dirigido ao Secretário do Governo-Geral da Província. Secretário do Governo-Geral da Província. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cxa. nº 427.
[1186] "Tijolo" e "tramóia" são termos criados pelo compositor, já falecido, Adão d'Juvita, natural do Rabil, Boavista, para significar cadeia.

da cela, à procura do carcereiro, e diz-lhe: Sr. F., visto que já cumpri as seis horas, faça-me o favor de ir pôr-me fora da cadeia!...

Essas "tramóias" tinham entretanto enquadramento legal na Portaria do Ministério da Marinha e Ultramar nº 635, de 21 de Maio de 1842, conforme se colhe no Boletim Oficial nº 33, de 27 do mesmo mês, do ano de 1843. Na Colónia de Cabo Verde, esta Portaria veio regulamentada no mesmo Boletim Oficial, integrando o Regulamento Provisional das Alfândegas da Província. Com efeito, no seu artº 12º previa-se, de entre outros preceitos, que "a primeira pessoa que participar á Alfandega a existência de um navio naufragado na Costa, e tomar as providências de que tracta o artº 2º, terá direito a uma gratificação de quatro mil e oitocentos réis, alêm do que lhe competir pelos salvados que tiver feito; e todas as authoridades proximas ao sitio, que não acudirem ao naufragio, e não o participarem á Alfandega, incorrerão na pena correspondente ás consequencias da omissão". Porém, o artº 15º estipulava que as pessoas que não fizessem a participação referida no artº 12º, ou praticassem "[...] excessos, violencias, ou extravios nas pessoas, fazendas, ou quaesquer outros effeitos naufragados, pagarão uma multa proporcional ao damno que causaram pela sua ommissão, alêm das penas que cada um devam competir por seus actos criminosos".

Outras vezes, quando não davam "tramóia", as móias-móias resultavam em situações bastante caricatas, como foi o caso do "Ti Jon Grande", que deu origem a uma das mornas muito antigas da ilha da Boavista: "Dlan! Dlan! Ti Jon Grande". Conta-se o episódio de que Ti Jon foi à móia e se encantou com um desconhecido achado e, a partir daí, não quis saber de mais nada: tratava-se de um lindo relógio. Contente e orgulhoso, Ti Jon sai do barco sinistrado com o seu relógio dentro de um saco e dirige-se à praia, onde se encontrava um dos guardas da Alfandega. No preciso momento em que passava pelo guarda, desperta o relógio, e Ti Jon é apanhado. Daí o Ti Jon Grande em morna, uma das representações por excelência do cómico e do gentílico das móias no passado musical da Boavista.

Constata-se, portanto, que os naufrágios nas costas da Boavista foram, ao mesmo tempo, catastróficos para os armadores e, sobretudo, para os náufragos, pois muitas vezes representaram perdas de vidas humanas, e benéfica para o povo da ilha que, em épocas de crise, viam nesses infortúnios alheios a única esperança de salvação.

CAPÍTULO II

A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE

A formação das sociedades das ilhas de Cabo Verde diferencia-se de ilha para ilha, devido à sua diversificada composição étnico-cultural, aliada aos condicionalismos do ambiente físico próprio de cada uma delas e ao facto de elas serem separadas por mar, do que resultou uma estrutura social heterogénea no arquipélago. Por isso, como escreve Nuno Miranda, "o arquipélago de Cabo Verde é um mosaico de paisagens humanas, representando quadros e cenas, actividades e costumes típicos".[1187] Neste sentido, os habitantes de cada ilha desenvolveram, por exemplo, os seus próprios dialectos, usos, costumes e individualidades. Assim, em consequência dessa miscigenação étnico-cultural, qualquer estudo sobre as sociedades ilhéus, para que seja consistente, terá de partir, não só do conhecimento das condições naturais impostas pelo ambiente físico aos povoadores mas também das características dos elementos humanos e culturais que participaram na formação das sociedades de cada uma das respectivas ilhas.

Como primeira ilha a ser povoada, foi em Santiago que se deu o caldeamento das relações sociais de produção colonial que se difundiram, de acordo com as políticas de povoamento do Arquipélago de Cabo Verde, para todas as outras ilhas. Assim, deduzimos que as relações sociais e a estruturação das classes sociais, decorrentes dos modos de produção ensaiados em Santiago, serviram de modelo, com as necessárias adaptações, à formação da sociedade boavistense, pois, quando os negros, brancos e mestiços saíram daquela ilha para o povoamento da Boavista e das outras ilhas já eram portadores de um certo grau de aculturação.

2.1. Reinóis e escravos

As origens da formação e da estratificação social na Boavista estão intimamente ligadas, ao mesmo tempo, à cor da pele e à posse dos meios de produção implantados na ilha. É o que tentaremos demonstrar a seguir.

No capítulo sobre o povoamento, constatámos que o grosso dos elementos humanos que contribuíram para o povoamento da ilha da Boavista veio da ilha de Santiago; do ponto de vista político-administrativo, sabemos também que os princípios e as políticas de povoamento da ilha da Boavista foram emanados e conduzidos a partir de Santiago, mais precisamente da capitania da metade Norte ou dos Alcatrazes; por outro lado, a maioria dos elementos humanos africanos, na qualidade de escravos, era enviada da referida ilha às outras já ladinizados, processo que, segundo António

[1187] MIRANDA, Nuno – "A propósito da situação sício-cultural de Cabo Verde". *Garcia de Orta*. Revista da Junta de Investigação do Ultramar. Vol. 9, Nº 1. Lisboa, 1961, p. 95.

Carreira,[1188] implicava o baptismo e a aprendizagem da catequese e de rudimentos da língua portuguesa. Vimos também nos capítulos anteriores que, quando chegaram à ilha da Boavista os primeiros elementos humanos, compostos essencialmente por escravos, tiveram de se adaptar a uma realidade do um meio natural e de um modo de produção próprio, à base da pastorícia. Encurralados pelo mar e com ilhas para além do horizonte, a vigia cerrada do escravo, contrariamente ao que acontecia na ilha de Santiago, era dispensada, devido ao isolamento que a configuração do meio natural da própria ilha da Boavista impunha aos escravos. Por outro lado, como referimos no capítulo referente à pastorícia, os colonos ou seus representantes que visitavam a ilha até aos finais do século XVI eram em número reduzido, cuja missão era a de controlar os trabalhos dos escravos e cuidar das transacções comerciais sazonais dos produtos de gado. Desses condicionalismos emergem, assim, os alicerces da sociedade boavistense, tendo como base os pastores e caçadores escravos, enviados para a ilha da Boavista com o objectivo de pastorear gado, largado a esmo pelos campos de pastagem da referida ilha.

A génese e o desenvolvimento da sociedade da Boavista assentam-se, portanto, essencialmente sobre os elementos humanos africanos que participaram no seu povoamento a partir dos finais do século XV, com o início da ocupação da ilha para fins da pastorícia. Aos escravos juntaram-se paulatinamente elementos humanos europeus. Notemos que esses elementos humanos, brancos e negros, pertenciam a povos que já eram detentores de culturas milenárias, elas mesmas já muito variados e misturados ao longo de milhares de anos. Como em relação a todas as ilhas de Cabo Verde, a sociedade boavistense não foi, assim, uma criação de povos autóctones: trata-se, com efeito, de uma realidade social compósita, cujos elementos étnicos primordiais ou fundamentais que a criaram vieram de fora e de regiões diversas, no quadro de um encontro forçado, pois, na sua essência, quando ali chegaram já traziam as marcados do sistema escravocrata: o elemento europeu, o branco, como proprietário de escravos, e o elemento africano, o negro, como escravo.

Forçados, assim, a se entenderem, das relações mútuas entre esses elementos humanos e as suas respectivas culturas, conjugados com o meio natural, emergiu a sociedade boavistense, pela aquisição de características somáticas, de costume e de formas de pensar, de sentir e de querer que lhes outorgaram autonomia em relação a outros povos, nomeadamente em relação aos seus próprios progenitores. O começo da formação dessa sociedade não é, portanto, milenário. Pelo contrário, é relativamente recente: dos finais do século XV em diante.

Quanto ao grupo humano de procedência africana, sabe-se que os escravos das ilhas de Cabo Verde eram traficados da Costa de Guiné, nomeadamente de Bissau, Cacheu, Serra Leo e outras partes da África Negra, onde eram comprados com panos, pólvoras, espingardas, espadas, aguardente

[1188] Sobre o processo de ladinização, ver CARREIRA, António - CABO VERDE: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878). 3ª ed. Praia: Edição Comemorativa do XXV Aniversário do Banco de cabo Verde, 2000, p. 259-280.

e outros produtos que nessas partes têm muito valor.[1189] Depositados na Cidade Ribeira Grande da ilha de Santiago, em Cabo Verde, eram posteriormente vendidos entre 60 a 100 mil réis cada um. Já vimos que muitos desses escravos seriam enviados para a ilha da Boavista para pastorearem o gado bravo ali lançado a esmo. Os escravos seriam, portanto, os primeiros habitantes da ilha. Neste sentido, como vimos no capítulo sobre o povoamento, a primeira colonização, de acordo com o testemunho de Joaquim José Lopes de Lima, "foi pela maior parte de Pastores, e tambem de Caçadores, que tinham por officio fazerem carnes, e chacinas".[1190]

2.1.1. A sociedade boavistense: a estrutura social

2.1.1.1. Os colonos brancos

Não encontrámos entretanto a estatística dos aspectos somáticos da população da Boavista dos primórdios do seu povoamento. Os primeiros cálculos estatísticos da população da ilha da Boavista registam, porém, 50 habitantes em 1580, constituídos, como vimos em capítulos precedentes, na sua maioria por escravos. A primeira estatística que encontrámos na qual aparecem os brancos da Boavista é fornecida pelo recenseamento de 1807, que agrupa a população da Boavista em branca, mestiça e preta. Observemos o quadro elucidativo a seguir:

QUADRO Nº 55
Estrutura somática da Boavista (1807)

Ilha	Raças				Total Geral
	Brancos	Mulatos ou mestiço	Pretos escravos	Pretos forros	
Boavista	100	1.000	300	100	1.500

Eontes: Construído a partir de CHELMICKY, José Conrado Carlos de; VERNHAGAN, Francisco Adolfo de – "Corografia Cabo-verdiana ou descripção Geographico-historica da Provincia das ilhas de Cabo Verde e Guiné". TOMO II. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1841, p. 321. Cf. tb. MONTEIRO, José Maria de Sousa – "Diccionario Geographico das províncias e possessões portuguezas no Ultramar". Lisboa: Typografia Lisboense, 1850, p. 181.

De uma análise das informações fornecidas pelo quadro, constata-se, portanto, que os 1.500 habitantes da ilha da Boavista se dividiam em classe branca, 100 habitantes; classe dos mulatos, 1.000; classe dos escravos libertos,

[1189] SENNA, Manuel Roiz Lucas de – "Dissertação sobre as ilhas de Cabo Verde (1818)" (Anotações e comentários de António Carreira). Mem Martins: Edição do Autor, 1987, p. 60.
[1190] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE I. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 19.

300; e classe dos escravos, com 100 habitantes. De entre os brancos, distinguiam-se os puros e os misturados com outras raças de cor branca, como, por exemplo, os cristãos-novos, que chegaram a Cabo Verde com os primeiros povoadores, os judeus do Norte da África que, como já referimos, aportaram Sal-Rei em meados do século XIX e os degredados, que não se misturavam com os seus patrícios de cor, pois eram criminosos e, por isso, considerados impuros, embora fossem por eles, de certa forma protegidos.

Note-se que os degredados não constituíram uma classe, nem em Cabo Verde nem na Boavista: eram indivíduos expulsos temporária, ou definitivamente do Reino para as ex-colónias, a fim de cumprirem penas dos crimes cometidos. Mas, tendo em conta o peso numérico e o seu papel social nas sociedades das ilhas, merecem ser aqui referidos. Assim, os documentos compulsados dão conta, por exemplo, de que, de 1800 até ao fim de 1873, foram degredados de Portugal para Cabo Verde 2.346 indivíduos, sendo 2.265 do sexo masculino e 81 do sexo feminino.[1191]

Os degredados eram enviados da Metrópole para a ilha de Santiago, de onde eram reenviados, ou para Guiné ou para as outras ilhas de Cabo Verde. No que se refere à ilha da Boavista, de 1826 a 1828, foram transferidos da ilha de Santiago para a ilha da Boavista um total de 22 degredados, assim distribuídos:

QUARO Nº 56
Número de degredados transferidos de Santiago para a Boavista (1826-1828)

Ano	Degredados
1826	14
1827	06
1828	02
Total	22

Fonte: IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo (SGG), A2.3. Liv. 0116

Em 3 anos, portanto, foi transferida para a Boavista uma média de cerca de 7 degredados por ano. Na ilha eram divididos pelas suas duas freguesias, de Santa Isabel e de S. João Baptista, respectivamente, justificando-se esse procedimento "pelo justo receio de que estando aqui juntos, e ociosos, comettessem algum novo crime, de acordo com os que tem roubado a alfandega e algumas lojas".[1192] Muitas vezes, todavia, a distribuição dos degredados para as diversas freguesias da ilha não resultava eficaz, como reza

[1191] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: imprensa nacional: Nº 26 (27 de Janeiro de 1874), p. 160.
[1192] Carta do Secretário da Administração do Concelho da Boavista ao Administrador do mesmo concelho, de 10 de Março de 1875. IAHN, Praia, Secretaria-Geral do Governo, Cxa. 200.

o citado documento: “isto porem de nada serviu, pois regeitando elles o trabalho ou ocupação que no interior da ilha melhor poderiam obter, voltavam immediatamente para este Porto aonde tambem nada fasem, mas recebendo e gastando o subsidio sem utilidade algum”. Note-se portanto que os degredados não eram largados a esmo pela ilha. Com efeito, como se constata do referido documento, era-lhes atribuído, à chegada, um subsídio e podiam trabalhar, desde que o quisessem fazer.

De um modo geral, os degredados desempenharam um papel muito importante no ensino de certos ofícios aos escravos, o que contribuiu para a formação de uma estrutura sócio-profissional que, logicamente, veio a consolidar-se, mais tarde, em todas as ilhas. Mas, nem todos desempenharam esse papel: uns, por não terem tido oportunidade de o fazer, outros, porque de Portugal já traziam no espírito a marca do crime, não conseguiram mudar de conduta e, por isso, continuaram desintegrados da sociedade, embora nela vivessem.

2.1.1.2. Os escravos

Do ponto de vista social, os escravos constituíram o primeiro grupo social formado na ilha da Boavista. Do ponto de vista numérico, por exemplo, ainda em 1731, quando se realizou o primeiro levantamento detalhado da população das ilhas de Cabo Verde, nas proporções somáticas da população da ilha da Boavista não constavam os brancos, como se observa do seguinte quadro:

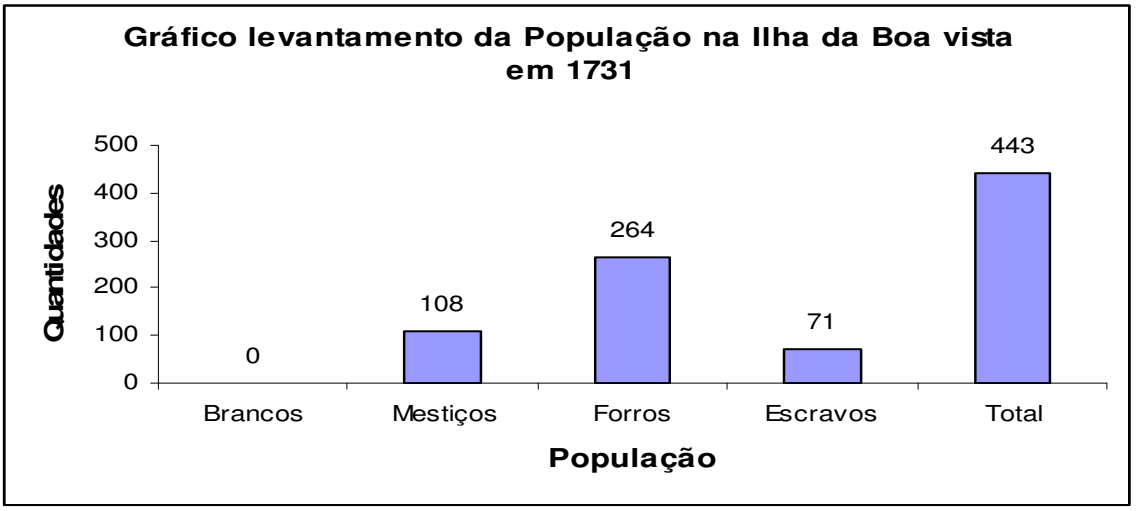
QUADRO Nº 57

Levantamento da população na ilha da Boavista (estrutura somática) (1731)

Brancos	Mestiços	Forros	Escravos	Total
0	108	264	71	443

Fonte: I.A.H.U., Cabo Verde. Cxa. 14, doc. nº 33, de 10 de Maio de 1731. Extraído do “Lista do Bispado de Cabo Verde, assim da Ilha de S. Thiago como das outras ilhas e terra firme de Guiné, de que é Bispo D. Frei Joseph de S.ta Maria de Jesus”.

GRÁFICO Nº 49
Levantamento da população na ilha da Boavista (estrutura somática) (1731)



FONTE: Extraído do quadro precedente.

Do quadro e da sua representação gráfica poderemos inferir que, ou não existia ainda uma população branca significativa na ilha da Boavista, ou os poucos brancos que ali pudessem existir estariam na condição de passagem, pois é impensável que, se existissem brancos na Boavista de residência, não constassem das referidas estatísticas. Assim, concluímos que a população negra era a maioria, já distribuída em mestiços livres, forros e escravos. Isto é, já existiam em 1731 a classe dos mestiços livres, a dos escravos alforriados e a dos escravos. Como vimos, o quadro estatístico não regista a presença de brancos na Boavista.

O quadro a seguir dá, por outro lado, uma ideia do número da classe dos escravos da Boavista, nos anos que se indicam:

QUADRO Nº 58

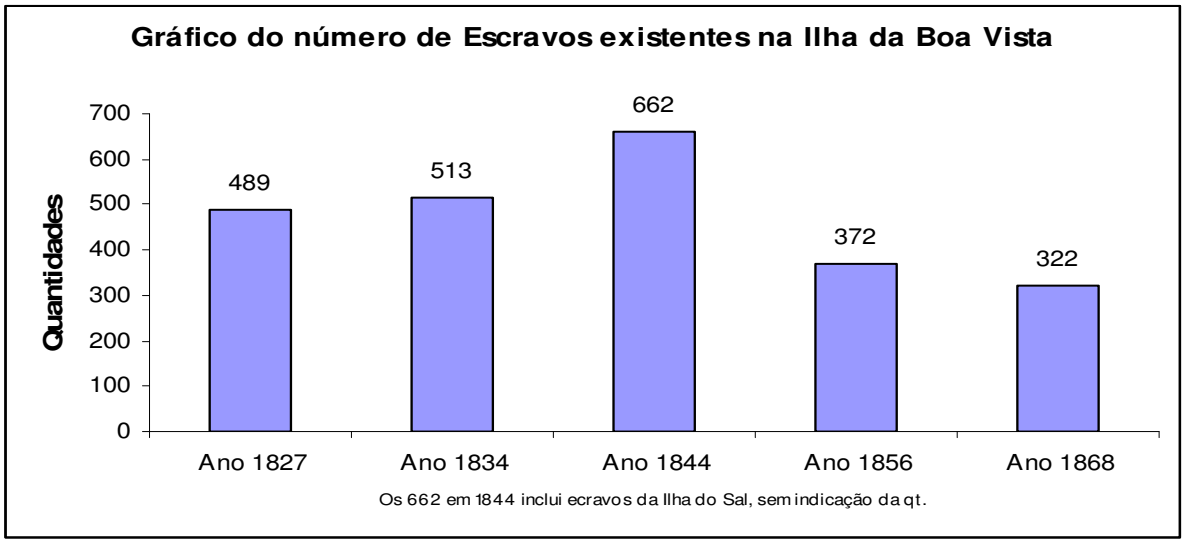
Número de escravos na Boavista (1827-1868)

1827	1834	1844	1856	1868
489	513	662[1193]	372	322

[1193] Incluindo escravos da ilha do Sal, sem indicação numérica.

Fonte: Extraído de CARREIRA, António – "CABO VERDE: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)". Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1983, p. 412.

GRÁFICO Nº 50



FONTE: Extraído do quadro precedente

Com a observação de que os 662 escravos de 1844 incluem escravos da ilha do Sal, note-se que de 1827 a 1868 a tendência foi para uma gradativa diminuição do número de escravos na ilha da Boavista. Em 1827, os 489 escravos integravam uma população de 3.000 habitantes, dos quais 2.511 eram pessoas livres; [1194] o recenseamento de 1834, por seu turno, distribui a população das ilhas de Cabo Verde do modo seguinte:

QUADRO Nº 59

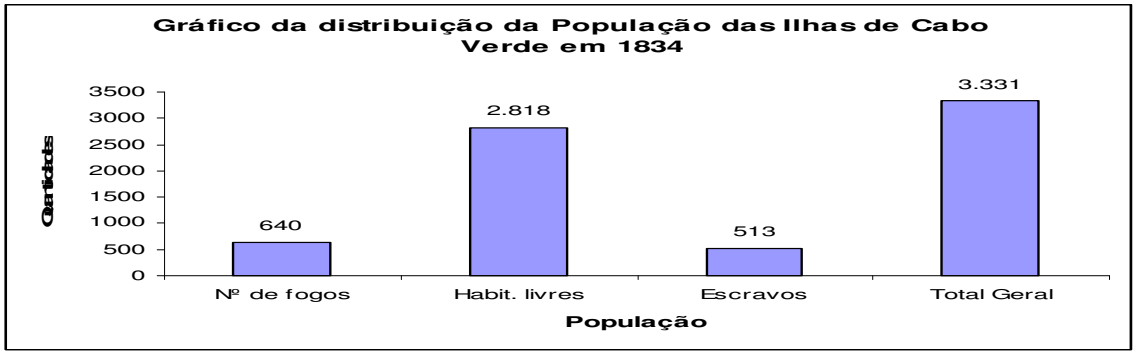
População de Cabo Verde (1834)

Nº de fogos	Habit. livres	Escravos	Total Geral
640	2.818	513	3.331

Fonte: LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE I. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia". Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 1.

[1194] Dados extraído do mapa da população geral das ilhas de Cabo Verde referente ao ano de 1827. IAHN. Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cxa. 123, 1850.

GRÁFICO Nº 51



FONTE: Extraído do quadro precedente

Note-se que, em referência ao ano de 1844, dos 662 escravos da Boavista, incluindo os da ilha do Sal, 396 tinham mais de 18 anos e 266 menos de 18; 310 possuíam um ofício e 352 não;[1195] e que, em referência aos anos compreendidos entre 1844 e 1846, com 1.056 fogos e num total de 4.804 habitantes, as classes, obedecendo ao critério "cor da pele", distribuem do seguinte modo: livres, 4.366; escravos, 438.[1196]

A superioridade da Vila de Sal-Rei, com 221 escravos, deve-se, principalmente, à exploração do sal e da urzela, que exigia maior número de mão-de-obra, e à exportação dos produtos comerciáveis que se fazia através do seu porto. De seguida vinha a povoação do Rabil, com 97 escravos, utilizados mais na agricultura e na pastorícia. Quatro anos mais tarde, ou seja, em 1860, o número de escravos por senhores distribuía-se do seguinte modo:

QUADRO Nº 60

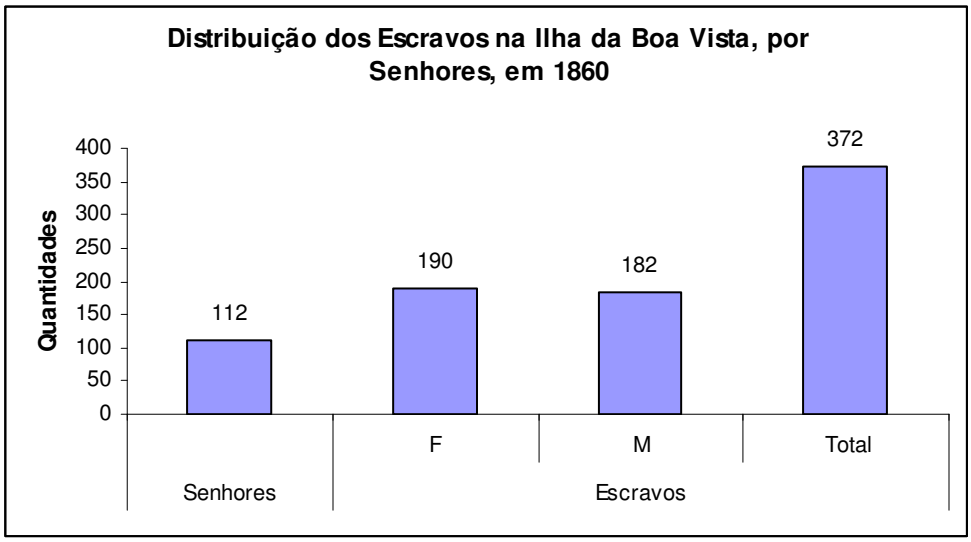
Distribuição de escravos na Boavista por senhores (1860)

Senhores	Escravos		
	F	M	Total
112	190	182	372

[1195] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 1.
[1196] MONTEIRO, José Maria de Sousa – "Diccionario Geographico das províncias e possessões portuguezas no Ultramar". Lisboa: Typografia Lisboense, 1850, p. 540.

Fonte: Construído a partir de BRÁSIO, Pe. António – "Descobrimento / Povoamento / Evangelização do arquipélago de Cabo Verde". Separata de STVDIA. Lisboa: № 10, 1962, p. 88-89.

GRÁFICO Nº 52



No que se refere ao quotidiano dos escravos,[1197] a começar, em Cabo Verde distinguiam-se os "escravos de casa", aqueles que prestam serviços domésticos, e os "escravos de quintal", os que labutavam na pastorícia, nas salinas, no apanho de algodão e da urzela, e em outras actividades do campo. Portanto, na ilha da Boavista os colonos ocupavam-nos nas lides domésticas ou no trato familiar da casa, na agricultura, na manufactura de panos, na apanha da lenha e da água para casa, do anil e do algodão.[1198] Aliás, já na Grécia Antiga, o filósofo Xenofonte, referindo-se à economia doméstica, escrevia que "ciência do senhor reduz-se a saber utilizar o seu escravo".[1199]

Na Boavista, os escravos pertenciam, assim a última escala social, pelo que, para além de serem obrigados a trabalho forçado, vagueavam pelos campos da ilha a pastorear o gado bravo, habitavam em funcos, alimentavam-se e vestiam-se mal. Quanto à alimentação, por exemplo, por volta de 1818 os fazendeiros nos campos da ilha da Boavista ainda sustentavam os seus

[1197] O termo "quotidiano" é aqui utilçizado na sua acepção de preocupação com as experiências e com as relações que se estabelecem entre os intervenientes no processo de povoamento e entre estes e os espaços envolventes, isto é, vivências diárias, formas como vivem, como se alimentam, como passam os tempos livres e como expressam a sua sexualidade, etc. (Sobre o assunto, Cf. TEIXEIRA, Nuno Severino – "Faim et Nostalgie: Les Prisionniers Portugais de la Grande Guerre, in "Guerre Mundiales et Conflits Contemporains", nº 178, 1995, p. 26).
[1198] SENNA, … – Dissertação …, p. 62.
[1199] Citado por TAYLOR, Arthur – "As Grandes Doutrinas Económicas". 10ª ed. Mem Martrins: Publicações Europa-América, 1997, p. 17.

escravos basicamente da carne de cabra,[1200] o que conduzia com os seus afazeres de pastor. De acordo com Manuel Roiz Lucas de Senna, "é fácil sustentar um escravo, pois "uma cana doce custa dez réis; um *cufango*, custa um vintém; três ou quatro mandiocas, dez réis, qualquer destas coisas com uma garrafa de leito dormido, que custa um vinte, e às vezes sem ele, é bastante para o sustento de um escravo em um dia: e sé é negro, ou negra de casa, a que chamamos de portas adentro, a lambuja da louça que sai da mesa lhe basta".[1201] No que se refere ao vestuário, "se não anda sempre nú, anda rôto esfrangalhado e descalço, enquanto os seus donos geralmente vestem-se e calçam-se pelos escravos artífices".[1202] E, "[…] por mais enfeitados e mimosos que seus senhores os tragam, não lhes é permitido andarem calçados".[1203] "Até aos oito anos os escravos andam nus e, a partir dessa idade vestem-lhes das roupas mais velhas que há em casa, sempre na maior indiferença, pois é o costume da terra.[1204]
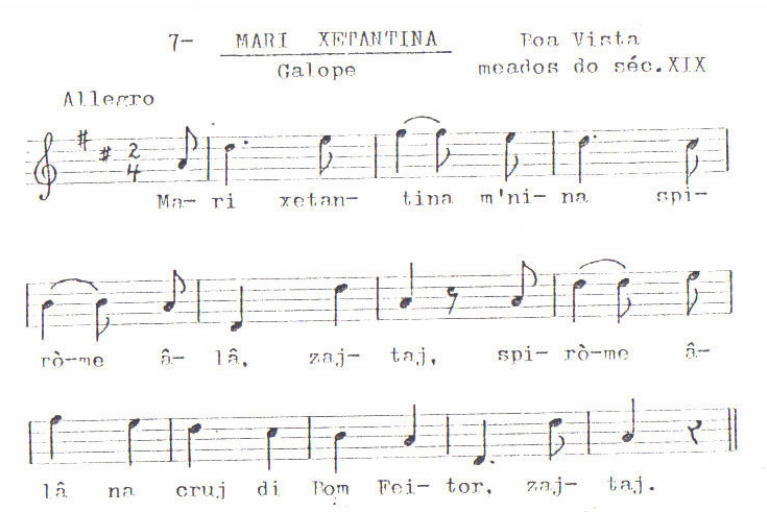
De uma maneira geral, e de acordo ainda com o mesmo autor, raros eram os escravos bem tratados de alimentação e de vestuário, salvo quando acompanhavam o seu dono, ou lhe faziam algum serviço importante, ou às vezes por simples ostentação: "aquelas escravas que são de trato familiar de casa, quando as mandam, ou levam algum recado ou visitar alguém em nome da Senhora, ou fazer qualquer recado de importância (muitas vezes recados bem sinistros), ou, finalmente, que acompanham as suas senhoras, ou outras que as tem visitado, então cai sobre elas todo o precioso da casa; os melhores e mais ricos panos que há em casa lhe os fazem vestir, digo enrolar, adornando-as de custosos adreços; porém nada disto pertence às escravas, mas só às senhoras".[1205]

Dos divertimentos dos escravos, se tinham tempo e direito a esse desiderato, não tivemos notícias. Das suas actividades culturais, temos entretanto a informação de que um escravo da Boavista terá composto, por volta de 1845, um canto musical (Galope), sob o título "*Mari Xetantina*", de cujas letras reproduzimos o seguinte extracto:[1206]

> "*Mari Xetantina*
> *m'nina spirò-me â lâ, zaj-taj*
> *spirò-me â lâ na cruz di Feitor, zaj-taj* ..."[1207]

[1200] SENNA, … – Dissertação …, p. 55.
[1201] SENNA, Manuel Roiz Lucas de – "Dissertação sobre as ilhas de Cabo Verde (1818)" (Anotações e comentários de António Carreira). Mem Martins: Edição do Autor, 1987, p. 60-62.
[1202] SENNA, … – Dissertação …, p. 61.
[1203] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 108.
[1204] SENNA, … – Dissertação …, p. 62.
[1205] SENNA, … – Dissertação …, p. 61.
[1206] BONNAFFOUX, Désiré – "Música Popular Antiga de Cabo Verde". Transcrição musical nº 7.. s/l: Edição do autor (Texto policopiado), 1978, 30. (Em jeito de nota, escreve Désiré Bonnaffoux: "Foi-me comunicado nos anos 1920 por uma tia-avó minha nascida cerca de 1845, explicando que o autor fora um escravo para uma moça de que gostava").
[1207] "*Maria Xetantina*
menina espera-me lá, zaj-taj!
espera-me lá junto da Cruz do Feitor, zaj-taj!"

Eis a transcrição musical do canto:



Fonte: BONNAFFOUX, Désiré – "Música Popular Antiga de Cabo Verde". Transcrição musical nº 7. s / l: Edição do autor (Texto policopiado), 1978, 30.

O canto conduz-nos às emoções afectivas do escravo para com a moça "Mari Xetantina", por quem certamente nutria alguma paixão, o que evidencia, assim, as convivências psicossociais entre os escravos da época. As letras do canto remetem-nos, ao mesmo tempo, para uma entidade que, em nome da Coroa, nessa altura administrava a ilha da Boavista: o Feitor. Com efeito, era o Feitor que orientava e dirigia quotidianamente os escravos nos seus trabalhos, nomeadamente da pastorícia pelos campos da ilha, a que, por seu turno, a escrava, como amante, mulher, filha ou apaixonada, não era alheia. O canto "Mari Xetantina" integrava-se, portanto, o quotidiano cultural e relacional do escravo da Boavista da época da escravatura, constituindo, assim, uma das reminiscências dos traços culturais africanos por ele trazidos para a ilha da Boavista.

2.1.1.3. O mestiço

Como todo o Cabo-Verde, em presença encontraram-se na Boavista elementos humanos provenientes de dois grupos étnicos: o branco europeu e o negro africano. O branco que emigrava para as colónias portuguesas não se faziam acompanhar das suas mulheres. E aqueles que não tinham deixado mulher em Portugal, não constituía família nuclear do tipo europeu na Boavista, enquanto se relacionava com a mulher negra na base de uma poligamia não de jure mas de facto, portanto diferente da praticada tradicionalmente em África, onde as relações poligâmicas eram o quotidiano das populações e reguladas por leis costumeiras.

Observe-se que as relações sexuais entre o branco e a negra se tornaram uma actividade cujas regras e limites eram impostos pelo primeiro. Por não termos podido obter dados sobre Boavista, vejamos, por exemplo, o que escreve António Carreira sobre o assunto, referindo-se à ilha do Fogo, caso perfeitamente generalizável a todas as outras ilhas: "as escravas, como qualquer alimária ou traste caseiro, faziam parte do património do seu senhor e dono, que as utilizava como melhor lhe aprouvesse, e daí o seu uso como instrumento de prazer, num desregramento que veio a tornar-se hábito e a que se deve a intensidade do ritmo em que se processou a miscigenação da ilha (do Fogo)".[1208] Por conseguinte, não havia uma relação tipo família nuclear entre o branco e a negra, mas sim relações poligâmicas não de jure, isto é, o branco mantinha relações sexuais com várias mulheres negras, com as quais procriava muitos filhos, sem que se constituísse uma família poligâmica do tipo africano. Conforme colhemos na tradição oral da ilha da Boavista, uma prole numerosa era um sinal de fartura, pois se tratava de muita mão-de-obra para os trabalhos domésticos, na lavoura e na pastorícia.

Foi deste modo que, por todo o Cabo Verde, das relações sexuais desregradas entre os dois grupos étnicos surgiu o "escravinho" ou mestiço. Observemos o tipo mestiço da ilha da Boavista:

FIG. Nº 41
Raparigas mestiças da Boavista



FONTE: Álbum familiar.

[1208] In "Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)", *2ª ed.*, Biblioteca Ulmeiro nº 9, Lisboa, 1984.

A população da Boavista já era no primeiro quartel do século XIX constituída por negros, mestiços e brancos.[1209] Neste sentido, como vimos atrás, em 1827 a ilha da Boavista contava cerca de 3.000 habitantes, dos quais 489 eram escravos, negros e provavelmente alguns mestiços; já em 1871, na Freguesia de S. Roque existiam 34 brancos e 1.570 pessoas de cor e na Freguesia de S. João Baptista, 2 brancos e 970 de cor. Dos brancos, 4 eram do reino, 2 estrangeiros; dos de cor, 13 eram da Guiné.[1210] Portanto, este quadro racial não nos elucida ainda sobre o número de mestiços existentes na Boavista, embora a expressão "de cor", em Cabo Verde, significasse mestiço. Em outras fontes encontrámos entretanto algumas informações que nos permitiram fazer uma ideia da percentagem dos diferentes grupos somáticos na ilha da Boavista, como mostra o quadro a seguir, nos anos que se indicam:

QUADRO Nº 61

Percentagem dos grupos somáticos na Boavista (1900-1950)

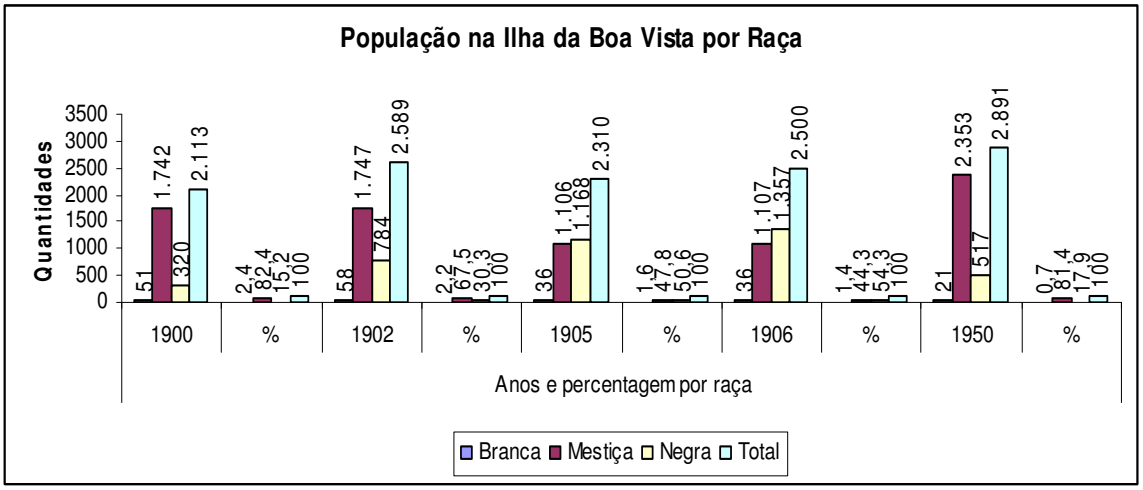
Raças	Anos e percentagem por raça									
	1900	%	1902	%	1905	%	1906	%	1950	%
Branca	51	2,4	58	2,2	36	1,6	36	1,4	21	0,7
Mestiça	1.742	82,4	1.747	67,5	1.106	47,8	1.107	44,3	2.353	81,4
Negra	320	15,2	784	30,3	1.168	50,6	1.357	54,3	517	17,9
Total	2.113	100	2.589	100	2.310	100	2.500	100	2.891	100

Fontes: 1900- Sup. nº 22, B. O. nº 50, 14/12/1901;1902 - Sup. nº 23, B.O. nº 51, 19/12/1903; 1905 - Sup. nº 18, B. O. nº 23, 9/06/1906; 1906 - Sup. nº 6, B. O. nº 24, 15/06/1907; 1950 - Nuno Miranda, in "Compreensão de Cabo Verde". Lisboa: J.I.U., 1963.

[1209] Cf., por exemplo, M.me BOWDICH – "Excursions dans les isles de Madère e Porto-Santo par T. E. Bowdich". Paris: Chez F. G. Levrault, 1826, p. 284

[1210] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde: Imprensa Nacional. Nº 21 (25 de Maio de 1871).

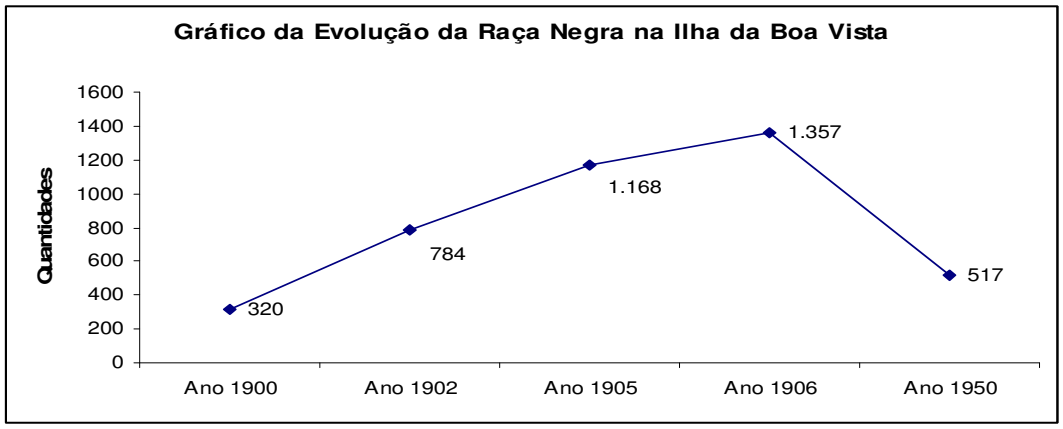
GRÁFICO Nº 53



FONTE : Extraído do quadro precedente

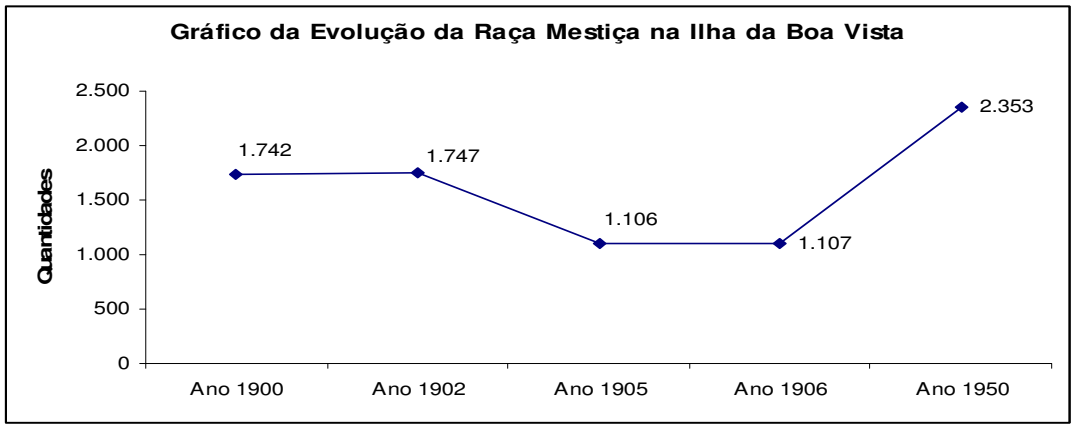
Pelo que se poderá observar do quadro, já em 1900 havia uma significativa predominância do mestiço na Boavista, com 1.742 mestiços, contra 51 brancos e 320 negros, num total geral de 2.113 habitantes. Embora os anos de 1900 a 1950 transvazem o espaço temporal do nosso trabalho, o quadro não deixa de nos incentivar a tentar uma amostragem da evolução dos grupos somáticos da Boavista ao longo do referido período. Assim, observemos os gráficos a seguir, elaborados a partir do referido quadro:

GRÁFICO Nº 54



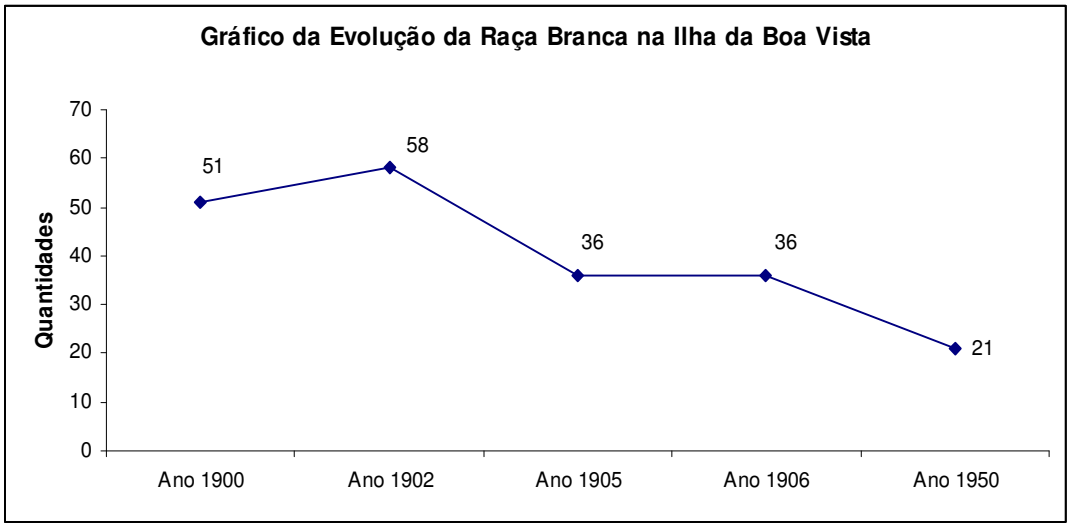
FONTE : Extraído do quadro precedente

GRÁFICO Nº 55



FONTE : Extraído do quadro precedente

GRÁFICO Nº 56



FONTE : Extraído do quadro precedente

Uma observação do conjunto dos três gráficos mostra-nos, efectivamente, que o mestiço predominou na Boavista de 1900 a 1950, embora com diminuições nos anos de 1902 a 1906. Constata-se que a raça negra aumenta significativamente de 1900 a 1906 para decrescer de 1906 a 1950. Quanto à raça branca, é notória a sua tendência para o decréscimo sucessivo.

O crescimento numérico do mestiço na ilha da Boavista tem a ver com a organização familiar dos seus progenitores que, umas vezes constituíam famílias nucleares, do tipo europeu, outras vezes mantinham relações sexuais com duas ou mais mulheres, com as quais tinham filhos, sem que com elas, entretanto, constituíssem famílias. Assim, não há dúvida de que do produto das relações sexuais, ora consentidas pelas negras, livres ou escravas, ora forçadas

entre o colono e a sua escrava, resultasse na Boavista uma alta taxa de filhos mestiços, classificados pelo sistema de filiação colonial de ilegítimos.

2.2. A posse dos meios de produção como factor definidor das classes sociais

Com o crescimento económico da ilha da Boavista e com a chegada significativa dos colonos de "morada",[1211] começaria a estruturar uma estratificação social, onde, de um lado, se encontrava uma maioria de negros e mestiços e, de outro, uma minoria de brancos, com funções, papéis e estatutos bem definidos. Por exemplo, enquanto os negros eram escravos, os brancos eram, ora proprietários ora representantes dos proprietários, cuja missão era vigiar e organizar o trabalho dos escravos. Observe-se que entre os escravos havia negros e mestiços, assim como entre os homens livres havia brancos e mestiços.

O crescimento económico da Boavista, inicialmente à base da comercialização dos produtos de gado, explica toda a evolução demográfica da ilha, relativamente rápida, com a participação de negros e de brancos. Como vimos no capítulo sobre o povoamento, cerca de 1697, o primeiro centro populacional, a Povoação-Velha, fundada cerca de 1650, já detinha um bom nível de riqueza e, em 1720, a ilha toda contava cerca de 1.000 habitantes; por volta de 1755 Boavista foi dividida em duas freguesias, o que testa uma certa importância social e religiosa; em 1810, a sede administrativa e paroquial é transferida da Povoação-Velha, então com 400 habitantes, para a então "villa do Rabil", já com 1.500; a Freguesia de S. João Baptista, em 1784 contava 787 almas; em 1857, a sede é novamente transferida, desta feita para a Vila de Sal-Rei, numa altura em que já se falava da nobreza da referida vila.

Com essa população, o desenho social da Boavista terá sido determinado, primeiro, pela cor da pele, pelo que um dos itens dos vários recenseamentos populacionais realizados pelo menos até 1950 foi a classificação da população pela cor da pele: branca, negra e mestiça; segundo, pela posse de meios de produção: a classe dos brancos, que detinha os meios de produção, a dos mestiços, filhos dos brancos com as pretas, os mestiços, que gozavam de algum privilégio concedido pelo pai colono, e a dos pretos, maioritariamente escravos, que não possuíam qualquer bem.

Da posse dos meios de produção, definidora da estratificação social na Boavista, temos na ilha um primeiro ciclo, em que o escravo, a maioria populacional e tratado como se mercadoria fosse, é pastor, caçador de gado e cultivador do algodão, sem quais quer direito. O branco, como discutimos atrás, praticamente não existe. Num segundo ciclo, o do sal e da agricultura de subsistência, provavelmente dos meados do século XVII e meados do século XIX, o desenho social apresenta-se da seguinte forma: o branco, a minoria populacional, detentora de quase todos os meios de produção, inclusivo do próprio escravo; o mestiço, detentor de algum meio de produção; o escravo que,

[1211] Colonos que residiram definitivamente na ilha da Boavista e que ali, uns deixaram famílias, outros simplesmente descendentes.

para além de ser ele próprio propriedade do branco e de alguns mestiços, não detém qualquer tipo de direito. Num terceiro ciclo, o da urzela e de outros produtos de exportação, aparece, em meados do século XIX ao lado do branco, os mestiços detentores de propriedades, com algum peso na economia boavistense, como é o caso, por exemplo, dos herdeiros de Manuel António Martins que, como vimos no capítulo sobre a economia, era casado com uma nativa da Boavista. Como sempre, vinham os desprovidos de qualquer propriedade: os forros e os escravos, cuja única propriedade era a sua força de trabalho. Além do mais, não possuíam quaisquer direitos. E mesmo quando se tornavam livres ou eram alforriados, ficavam na dependência dos seus antigos donos.

Note-se que, como por todo o Cabo Verde, na Boavista o mestiço ascendeu a proprietário devido ao esquema proteccionista do pai colono, nomeadamente pelo processo de concessão de alforria ao "escravinho" ou filho do colono com a negra. Outros factores terão igualmente contribuído para que o mestiço ascendesse a proprietário, como por exemplo, a fuga da maioria branca para S. Nicolau e Fogo, por causa da febre amarela que flagelara Boavista em 1844, e, mais tarde, para S. Vicente, graças à ascensão do Porto Grande que, já em 1850, oferecia melhores oportunidades de negócio. Nessas fugas, o colono levava a maior parte dos seus bens móveis, incluindo capitais, deixando ao filho da mãe negra - o ex-escravinho - as propriedades imóveis.

Na ilha da Boavista as grandes propriedades restringiam-se ao gado, às salinas, às casas comerciais, a uma ou outra fazenda agrícola e ao próprio escravo. Da agricultura, nem grandes nem médios proprietários de peso terão existido na ilha. Efectivamente, a agricultura nunca teve grande peso económico: foi mais uma agricultura de sobrevivência. Quando houvesse algum excedente, destinava-se ao abastecimento dos navios que aportavam o Porto de Sal-Rei. Caso tenha havido alguma exportação de produtos agrícolas, ela terá sido pontual e referente a algum excedente ocasional de uma ou outra fazenda ou quinta pertencente a uma minoria branca, como por exemplo, a quinta "Esperança", da família Almeida, as duas fazendas de António Martins, em "Belmonte".

O chamado pequeno proprietário, muitas vezes confundia-se com o povo: contentava-se com magras parcelas de terra para uma agricultura de sobrevivência, algum gado, apanho de pequenas quantidades do sal, urzela e purgueira.

2.2.1. Estratificação social da Boavista

Assim, no que se refere à estratificação social, temos nos primórdios do povoamento da ilha da Boavista, uma larga classe de escravos, antes de os colonos brancos terem feito da ilha a sua morada permanente. Com o desenvolvimento económico, inicialmente à base da criação de gado, e com a chegada dos colonos ou dos seus representantes, desenha-se uma estratificação social em duas classes: a dos brancos, dominante e donos dos meios de produção, e a dos escravos, mão-de-obra forçada, sem direito à posse

de qualquer propriedade. Cerca dos meados do século XVIII, temos a classe dominante, constituída por uma minoria branca e alguns mestiços, que agora se tornaram "brancos da terra", ambos descendente dos primeiros colonos, contra a classe dos negros, numericamente maioritária. Como exemplo, em 1841 existia na Boavista uma população maioritariamente negra, pois, como escreve Chelmicky no referido ano, "nas ilhas de S. Antão, Santiago e Boa-Vista, a maioria dos habitantes é de cor preta", numa clara alusão ao número maioritário de africanos importados do continente e nascidos nessas ilhas.[1212]

Continua entretanto nas mãos dos brancos e de alguns mestiços todos os bens de produção e, por isso, os únicos que tinham privilégios. Eram ainda servidos por um grupo de agentes administrativos, como Capitães-mores, Feitores e outros. De seguida vinha uma classe intermédia, de que faziam parte os "pequenos proprietários rurais", os rendeiros, pequenos negociantes, os tecelões libertos, e outros que detivessem algum meio de sobrevivência. Esta classe possuía parcos meios de produção e limitados direitos, como convinha aos verdadeiros proprietários. Finalmente vinha a classe dos ex-escravos alforriados e os escravos, sem quaisquer meios de produção, sem quaisquer direitos e, ainda por cima, espezinhados. A figura a seguir dá-nos uma clara imagem de duas classes sociais: uma, à direita, de gente de fatos, sapatos e chapéus, símbolos de riqueza e ostentação, à esquerda, outra de gente vestida modicamente, descalça e de chapéus vulgares, símbolos de condições humildes.

FIG. Nº 42
Aspecto de uma rua de Sal-Rei (1936)



FONTE: I. N. / T. T. – Fundo "O Século". Arquivo de Fotografia de Lisboa –CPF / MC, 1936

[1212] CHELMICKY, José Conrado Carlos de; VERNHAGAN, Francisco Adolfo de – "Corografia Cabo-verdiana ou descripção Geographico-historica da Provincia das ilhas de Cabo Verde e Guiné". TOMO II. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1841, p. 325.

Entenda-se, portanto, que a classe dominante da Boavista restringia-se a uma meia dúzia de famílias brancas, de entre elas os proprietários de gado, de salinas e de outros meios de produção, os diplomatas que em Sal-Rei representavam os seus respectivos países e ao mesmo tempo faziam negócios, e os comerciantes. Uma meia dúzia de famílias mestiças engrossavam a classe dos proprietários brancos. Mais concretamente, no século XVIII dominou económica, social e politicamente Boavista, de entre outras, a família de Aniceto Ferreira; no século XIX as famílias Martins, Montel, Ferreira Santos, Almeida, Spencer, Brito, Lima, entre outras.[1213] Por exemplo, a senhora Bowdich ressalta, 1823, o estatuto social de Manuel António Martins, nos seguintes termos: "[…] parece que neste país um dos recursos dos filhos família é desposar alguma velha parente do Sr. Martins, a fim de ter direito a um lugar na sua mesa, a um quarto na sua casa, e poupar assim todos as despesas do lar". Mais adiante refere a citada visitante: "todos os habitantes pertencem a este rico proprietário ou dependem dele, […]". Aliás, na mesma data da visita a que se refere a Sra. Bowdich, Manuel António Martins hospedava na sua casa, para além do então Governador de Cabo Verde e toda sua corte, o próprio casal Bowdich, que se fazia acompanhar de dois filhos e de uma empregada doméstica.

Mesmo ao lado de toda esta ostentação branca, a que Manuel Martins simbolizava, a arraia-miúda vivia miseravelmente. É ainda Bowdich que no seu relato de visita à Boavista no-lo sugere, ao descrever as pompas de uma procissão: "o resto da procissão andava misturado; todas as categorias sociais aí estavam confundidas, e ao lado das pessoas mais distintas pelo brilho e esmero dos seus trajes se viam farrapos de escravos e negros, finalmente o resto da população comprimia-se na estrada para contemplar este aparato de pompa e grandeza".[1214]

Pelos dados arrolados até aqui, constata-se, porém, que na ilha da Boavista nunca existiu uma classe burguesa de peso, devido às frágeis estruturas económicas, dependentes sempre da navegação e do comércio estrangeiros. Observe-se, por outro lado, que com a ausência de uma burguesia forte, a abolição do trabalho escravo pelo Decreto-Lei de 1878, o aumento dos chamados brancos da terra e a ascensão do mestiço à instrução desapareceu a classe escrava e emergiu uma classe de pequenos burgueses.

Ao lado dessa pequena burguesia, a que pertencia um punhado de famílias ricas, vivia a maioria do povo. A classe do povo provinha maioritariamente dos escravos libertos, mas continuando aos serviços da minoria abastada, agora como rendeiro ou assalariado, perpetuando, assim, a servidão e a dependência escravocratas.

Um dos indicadores do estatuto das classes sociais não escravas na Boavista era a forma como os seus membros se alimentavam, se vestiam e habitavam. Por exemplo, na ilha havia açougue na Vila de Sal-Rei para matar bois mas só quando havia navios, pois a "população sustenta-se de milho

[1213] Sobre as famílias ricas da Boavista do século XIX, cf., por exemplo, VALDEZ, Francisco Valdez – "Africa Occidental: notícias e considerações". Lisboa: imprensa nacional, 1864, p. 172.
[1214] M.me BOWDICH – Excursions …, p. 293.

cosido, e quando comem carne é de cabra, ou de bode-capado".[1215] No que se refere ao milho, observemos com Ernesto Vasconcelos que esse cereal era a base da alimentação do povo cabo-verdiano, portanto, também dos boavistenses. Depois de tirado a camada cortical ou farelo no pilão e tentido ou aventado, o milho era preparado como os seguintes pratos: "cachupa", uma substancia gorda, cozida com toucinho e carne de porco ou de vaca (muitas vezes deixa de ter carne ou é cozinhado com peixe, por exemplo, na Boavista), feijão branco e couve migada; "xerem", milho tirado o farelo, triturado e cozido; "cuscus", farinha de milho cozinhada em vapor de água a ferver; "batanga", farinha de milho amassado com água, melaço e frita; "parentem", grão de milho torrado; "camoca", grão de milho torrado moído, feito em papas ou café, ou leite fresco ou azedo; "fongo", farinha de milho amassada com banana madura, formando uma espécie de pão, assado sobre as cinzas. Ainda de acordo com o mesmo autor, além do milho, entrava na alimentação do povo o peixe, o feijão, a mandioca, batatas, bananas, papaia, cana-de-açúcar, laranja e a abóbora.[1216] Os pratos típicos da Boavista ainda são a canja de capado, o caldo de peixe, a cachupa com peixe, a buchada, o arroz de malandro, a papa e o cuscus de potóna.

Do vestuário, em 1844 José Joaquim Lopes de Lima dá um testemunho coevo da forma de vestir em todas as ilhas do arquipélago, nomeadamente na Boavista, onde residiu por algum tempo como Secretário da Perfeitura de Cabo Verde, nos seguintes termos: "o vestuário dos homens consiste de ordinário em camisa, e umas calças de riscado azul d'algodão grosso, e um chapeu de palha, feito por elles mesmos, e (os que podem) uma jaleca ou de *Bertangil* (Zuarte azul), ou de panno; as mulheres vestem camisa afogada de algodão crú com mangas ao punho, e uma saia de chita; cobrem e enfeitam a cabeça com um grande lenço d'algodão escarlate, ou amarello (a que lá chamam *igualada*) disposto com muita arte, e pertenção, em fórma de toucado alto; adornam as orelhas com brincos; o pescoço e braços com coraes, e contas; e os dedos com anneis, se podem; e cobrem o seio com um panno dos que no paiz se fabricam lançado sobre sobre os hombros, e ás vezes sobraçado de um lado". Quanto ao calçado, acrescenta: "os homens e mulheres do povo no interior andam habitualmente descalços, mas os homens quando montam a cavallo prendem uma espora no pé".[1217]

No que se refere às vilas, escreve Lopes de Lima que "[…] os homens e as mulheres andam geralmente de çapatos, menos a gente do mar, os urzelleiros, e os pescadores (classes, que não há no Sertão a não ser algum urzelleiro), e esses mesmo andam de ordinário mais bem vestidos, e tem um alimento mais substancial: Empregados Publicos, Negociantes, e pessoas principaes apparecem de casaca, ou sobrecasaca: as *Nhánhas* (senhoras) trajam modas da Europa, mas sem grande requinte, usando mais dos seus

/[1215] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 19.
[1216] VASCONCELOS, Ernesto J. de C. E. – "As Colónias Portuguesas : geografia física, económica e política". 3ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1921, p. 76-77.
[1217] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 107; Ver tb. VASCONCELOS, …. – As Colónias Portuguesas …, p. 78-79.

panos ricos, que dos chailes, e cobrindo antes a cabeça com lenço, do que com uma touca". Quanto à habitação, escreve ainda aquele autor que "nas Villas, e povoações maritimas as casas eram até agora (por descuido dos Portuguezes de cá) construídas no interior de madeiras Americanas, cobertas de telhas Americanas, mobiladas com mobilia Americana (nada barata); Americanas eram as louças, o vestido, o calçado, etc….".[1218]

2.2.2. A emigração: emergência de uma nova classe

Antes de prosseguirmos, definiríamos a emigração como sendo um fenómeno complexo, em que um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, de um determinado país, de origem, vivendo no estado de penúria, fome ou pobreza, procura noutro país, de acolhimento, os meios indispensáveis à urgente satisfação dessas necessidades; ou então, embora não esteja sofrendo de qualquer uma dessas privações, busca uma vida melhor, conforto, ou fortuna, de preferência num país rico e acolhedor; outras vezes ainda, é motivado a deixar a sua torrão natal devido ao espírito de aventura. E o chamado à emigração é tanto mais forte quando a presença do mar está sempre presente ao potencial emigrante, tornando-o, assim, sonhador de terras longínquas.

A emigração, sejam quais forem as suas motivações, nem sempre, entretanto, proporciona ao sujeito emigrante sucesso. Mas nunca se desanima, pois, no dizer do nosso pai, ex-emigrante, o emigrante é um indivíduo que se contenta com pouco, mas que espera sempre mais. Ele tem sempre o seu país de preferência, embora, geralmente, não tenha poder de escolha: ou por que é enganado com promessas falsas de sucesso, como é o caso da emigração para São Tomé e Príncipe e Angola, genericamente denominada "emigração para o Sul, ou por que as suas necessidades o obrigam a aproveitar a primeira oportunidade que se lhe oferece. Entretanto, na óptica do emigrante há países opulentos, ou ricos, há os remediados, isto é com algum recurso, e ainda há os pobres, sem recursos. Prefere, é claro, os países opulentos, como os Estados Unidos da América, Canadá, França, Alemanha, Holanda e outros países europeus.

A causa primeira da emigração do povo destas ilhas, são as secas e as fomes cíclicas e persistentes que assolavam o arquipélago com um cortejo de famintos e de mortos.[1219] Assim, o cabo-verdiano cedo foi forçado a procurar nos quatro cantos do Mundo aquilo que a sua própria terra lhe negava: a possibilidade de sobrevivência.

António Carreira informa que a primeira leva da emigração espontânea, isto é, de iniciativa individual, se verificou para os Estados Unidos da América, provavelmente entre os séculos XVII e XVIII.[1220] Quanto à emigração forçada,

---

[1218] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 108.

[1219] Sobre a influência das secas e as fomes na emigração cabo-verdiana, ver CARREIRA, António – "Migrações nas ilhas de Cabo Verde". Lisboa: universidade Nova de Lisboa, 1977, p. 35-39.

[1220] CARREIRA, António – "Migrações nas ilhas de Cabo Verde". Lisboa: universidade Nova de Lisboa, 1977, p. 63.

constituída por emigrantes contratados como serviçais, o mesmo autor informa que terá tido início para a Guiné dita portuguesa, na segunda metade do século XVIII, quando a Companhia de Grão-Pará e Maranhão decidiu levantar uma fortaleza na zona de Bissau, enviando, para a construção da dita fortaleza, não sem alguma resistência, trabalhadores de Cabo Verde.[1221] Mas, a emigração forçada de maior envergadura foi a para as ilhas de S. Tomé e Príncipe, em 1863, onde os contratados, assim eram conhecidos esses emigrantes forçados, trabalhavam nas roças de café e de cacau.[1222] Nessa altura Cabo Verde atravessava um grave escassez de alimentos, devido às prolongadas secas de 1850-1866, o que ceifou mais de 30.000 pessoas, cerca de 31% da população recenseada.[1223] Assim, essa desgraça pareceu entretanto aos olhos dos famintos uma saída à fome: uma segunda leva forçada de emigrantes seria, assim, enviada para as roças de S. Tomé e Príncipe, a partir de Dezembro de 1863.

Não conseguimos apurar a data certa em que os boavistenses terão começado a emigrar. Pensamos que essa emigração terá acompanhado a emigração para o Sul que, segundo alguns historiadores, começará no século XIX, quando alguns trabalhadores, acossados pela fome, devido às secas permanentes, foram forçados a aceitarem os contratos para as culturas do café e do cacau de S. Tomé e Angola. Aliás, mesmo internamente, o boavistense foi obrigado a emigrar da sua ilha para outras em momentos de crise ou fome. Como exemplo, temos o caso da crise de 1809 a 1814 que, por falta de chuvas, levou muita gente da Boavista a emigrar para as ilhas de S. Nicolau e do Fogo, respectivamente.[1224] Portanto, é bem provável que sejam os meados do século XIX a data da primeira leva organizada de emigrantes boavistenses, neste caso, dentro de uma política forçada e direccionada para o Sul.

Mas a saída dos boavistense para os países de imigração, individual, ou em pequenos grupos, poderá ser anterior a essa data. A corroborar essa asserção, como vimos atrás, António Carreira levanta a hipótese de os primeiros emigrantes cabo-verdianos terem partido para a América do Norte entre os finais do século XVII e os primeiros anos do século XVIII. Ora, no caso específico da Boavista, tendo em conta a predisposição do boavistense para o mar e considerando a afluência dos barcos de baleia nos portos da ilha, é mister perguntarmos: quando é que os pescadores da Boavista teriam sido contratados como baleeiros? E quantos iam ficando, na primeira oportunidade, nos Estados Unidos da América?

Para respondermos a essas perguntas, não temos notícias precisas. Mas, sobre o assunto, sigamos a história da pesca da baleia nos mares de Cabo Verde, em particular, na ilha da Boavista, actividade essa que terá levado os primeiros emigrantes dessas ilha para os Estados Unidos da América, fugindo, assim, à pobreza.

[1221] CARREIRA, … – Migrações …, p. 148-149.
[1222] CARREIRA, … – Migrações …, p. 149.
[1223] CARREIRA, … – Migrações …, p. 150-151.
[1224] CARREIRA, … – Migrações …, p. 209.

Como discutimos, ao abordarmos a pesca em Cabo Verde, a primeira pescaria desse cetáceo seria organizada na Boavista no limiar do século XVIII e serviria particularmente à indústria americana que utilizava o óleo do referido cetáceo.[1225] Aniceto António Ferreira fazia referência, em 1813, à referida pesca nos mares das ilhas do Sal e de S. Vicente por barcos americanos.[1226] Conforme uma notícia de Josef Karsper, "a gente da Boa Vista alistava-se então para trabalhar nestes barcos americanos; eram hábeis pescadores de baleias e muito estimados".[1227] Por seu turno, escreve Felix Monteiro que "[…] já em 1831/33, quando a estiagem causava cerca de trinta mil vítimas em Cabo-Vrerde, não terá morrido ninguém de fome nas ilhas do Maio e da Boa-Vista graças não só ao comércio de exportação de sal como também ao estacionamento de baleeiros nos portos e ao recrutamento de marinheiros ou simples tarefeiros cabo-verdianos para os navios americanos que visitavam as Ilhas para o efeito, durante as campanhas de pesca".[1228]

Logo, de acordo com a referida notícia, da ilha da Boavista teriam partido os primeiros pescadores-baleeiros muito antes de 1831, data em que, provavelmente, os primeiros emigrantes boavistenses, individual e, certamente, clandestinamente, já teriam emigrado para os Estados Unidos da América do Norte. Falta, entretanto, identificar a data precisa a partir da qual o boavistense se tornaria efectivamente emigrante.

A emigração organizada para os Estados Unidos da América torna-se entretanto mais evidente no início do século XX, quando, por exemplo, a 12 de Março de 1903, vinte e sete boavistenses partiram, como emigrantes, da Boavista, via Brava, para os Estados Unidos da América, no navio "Portugal".[1229]

Não conseguimos encontrar uma estatística dos emigrantes da Boavista. Temos, porém, a informação de António Carreira, que é de certa forma sugestiva quanto aos quantitativos dos emigrantes da Boavista em 1903. Neste sentido, António Carreira escreve que "[…] para o deplorável estado de miséria em que infelizmente se encontra a maior parte do povo desta ilha (Boa Vista) – já sem recurso algum para adquirir meios de subsistência; e se não fossem as enormes dificuldades em se arranjar dinheiro para passaporte, passagens, etc., em breve tempo tínhamos a ilha quase despovoada, e se ainda continuarmos neste 'statuo quo' o caso não será para menos!'".[1230] Este extracto, sem precisar

[1225] KASPER, Josef E. – "Ilha da Boa Vista, Cabo Verde". Trad. Luís Filipe da Silva Madeira. Praia : Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1987, p. 132.
[1226] FERREIRA, Aniceto António – "Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde". In CARREIRA, António (Recolha, anotações e apresentação) – "Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde". Mem Martins: edição de António Carreira, 1987, p. 53.
[1227] KASPER, …. – Ilha da Boa Vista …, p. 132.
[1228] MONTEIRO, Félix (Notas de) – "Descrição corográfica e estatística das ilhas e capitania de Cabo Verde". In Raízes" nºs 5/6, ANO II. Praia: Edições Raízes, 1978, Nota de Roda-pé nº 9, p. 136.
[1229] In Jornal "Opinião", citado por CARREIRA, … – Migrações …, p. 85.
[1230] CARREIRA, … – Migrações …, p. 85.

a estatística dos emigrantes da Boavista, dá entretanto uma ideia de que um bom número de boavistenses terá emigrado, pelo menos até ao ano de 1903.

Assinale-se que os emigrantes para os Estados Unidos da América, no século XIX, raras vezes regressavam à Terra, o que não aconteceu, mais tarde, com a emigração para a Europa. Com efeito, enquanto que a maioria dos emigrantes para a Europa, nos meados do século XX, regressavam à casa, ano sim, ano não, fazendo algum investimento em moradias próprias, na pesca artesanal e pequenos comércios, os emigrantes para os Estados Unidos da América, nos finais do século XIX, genericamente conhecidos por "mercon", regressavam, sim, mas geralmente para morrer na Terra, já velhos: com alguma economia, construíam ou compravam uma boa casa, conhecida por "casa de mercon", adquiriam algumas propriedades e gado e, deste modo, acabavam os poucos anos de vida que lhes restavam.

Em termos de consciência de classe social, porém, é só dos meados do século XIX ao século XX que emerge uma classe forte de emigrantes, com um certo poder de intervenção e de influência na sociedade boavistense. Nesse momento, aos poucos os seus poderes económicos são os únicos capazes de tirar a ilha da miséria quase generalizada em que se encontrava, contrabalançando, assim, uma economia colonial evidentemente decadente. Neste sentido, a partir dos meados do referido século, a emigração contribuiria significativamente para uma a mudança radical no panorama socio-económico e cultural da Boavista, em três sentidos: no aspecto social, o estatuto, não só da pessoa emigrada, mas também de todos os familiares próximos, subiu, passando, muitas vezes, de simples zé, para o senhor (X); do anonimato, o emigrante e os seus familiares passaram a ser objecto de referencia social; de ignorados, transformaram-se em motivos de concorrência para o compadrio e outras relações interpessoais e familiares. Essa nova classe viria a destronar a velha classe dos proprietários de gado, de terrenos e fazendas agrícolas, de casas comerciais e dos próprios emigrantes "mercon".

Essa emigração trouxe também muito exibicionismo: os objectos de exibição, e mesmo de ostentação social, passaram a ser o vestuário, ou seja, o fato, o vestido e o chapéu confeccionados na Europa, o ouro, principalmente o ouro de Portugal, o tipo de habitação, entre outros. Em certas povoações, como, por exemplo, no Rabil e nas do Norte, o cavalo, engordado à base do milho, passou a ser também um animal de luxo, portanto, de ostentação. É que, por um lado, veículos automóveis não eram ainda muito vulgarizados em Cabo Verde e, por outro, as secas prolongadas acabaram com os pastos no campo. Assim, quem não tivesse dinheiro suficiente não poderia suportar as despesas que a compra, a criação e a manutenção de um cavalo comportavam. Ora, só o emigrante bem sucedido se encontrava em condições financeiras de dar-se a luxo de possuir um cavalo.

Do ponto de vista da escolaridade, a ilha da Boavista ganhou muito com a emigração, pois, embora não tivesse o Ensino Secundário, muitas famílias passaram a mandar os seus filhos para as ilhas de S. Vicente e de Santiago, a fim de frequentarem os respectivos liceus. Assim, ter um filho a estudar fora da ilha da Boavista, principalmente em Mindelo, S. Vicente, ou na Praia, em

Santiago, passou a ser um motivo de orgulho e de ostentação sociais para o boavistense. Porém, no que se refere à cultura, a ilha perdeu um pouco, quando os emigrantes começaram a infestar a ilha de aparelhos de som, substituindo os grupos musicais tradicionais, e de músicas e danças estrangeiras, cada um conforme a moda da época e / ou do país de acolhimento: valsa, mazurca, samba, entre outros. Outras músicas e danças entretanto resistiram até hoje, como a morna e o landu, primeiro, por se terem enraizado na textura cultural boavistense e, segundo, por serem músicas e danças do amor e do casamento e, consequentemente, integrarem o sistema psicossocial desse povo.

Mas os emigrantes tinham a consciência dos aspectos negativos da emigração, como, por exemplo, cantou Adão Ramos na morna "Raiz". Nas letras dessa morna extrai-se a mensagem de que os filhos da terra, por causa da fome, deixam a sua terra para irem procurar a vida em terras estrangeiras. O autor interroga-se: – mas, que vida, se os filhos da terra esquecem-se da sua cultura, da sua identidade, enquanto outros perdem a sua própria vida? Neste caso, conforme se extrai ainda da referida mensagem, a emigração é ingrata porque separa os emigrantes das suas famílias, da sua terra e da sua cultura. Finalmente, o compositor pede à emigração que não lhe corte as suas raízes para que se finque cada vez mais no seu chão, pois é este chão que é dele.[1231]

[1231] Morna "Raiz", in CD musical "Raiz", da autoria de Adão Ramos.

CAPÍTULO III

A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

O estudo estatístico das populações é hoje em dia de extrema importância para a compreensão da própria história das sociedades. E esse estudo não poderá ser feito desligado de um conjunto de factores, interligados e interdependentes, dos quais se destacam os factores naturais, políticos, administrativos, económicos e, consequentemente, os sociais e os culturais, na medida em que a evolução da população é condicionada pela oscilação desses factores.

Advertimos porém que as fontes estatísticas oficiais sobre a população cabo-verdiana só aparecem na segunda metade do século XIX e, mesmo assim, revelam-se escassas.[1232] Por exemplo, considera-se como primeiro censo geral da população de Cabo Verde o realizado a 31 de Dezembro de 1878, publicado no Boletim Oficial nº 2, de 1880,[1233] já fora do espaço temporal do nosso trabalho, que vai até ao ano de 1850. Por outro lado, as fontes corográficas, nomeadamente as referentes à ilha da Boavista, são igualmente escassas e as informações estatísticas que apresentam são fruto de cálculos estimados e muitas vezes contraditórias entre si, o que não nos proporcionam dados fidedignos, pelos menos até aos meados do século XIX, quando começam a aparecer as estatísticas oficias sobre as ilhas de Cabo Verde.

Embora essa lacuna de fontes, não podemos deixar de coordenar, mesmo que de forma breve, algumas informações estatísticas sobre a evolução da população da Boavista, dos finais do século XVI aos meados do século XIX, pois a compreensão da evolução populacional da ilha é imprescindível, por seu turno, ao conhecimento da sua evolução sócio-económica, isto é, ao entendimento da própria história da sociedade boavistense.

Começaríamos por frisar que até a época anterior a 1580 não encontrámos estatísticas da população da ilha da Boavista. Com efeito, as primeiras referências estatísticas da sua população que conhecemos dão conta que em 1580 a ilha tinha 50 habitantes, constituídos provavelmente por escravos

[1232] Tenhamos presente que, como escreve Salvador Magalhães Mota, "embora as preocupações científicas com o estudo da população remonta aos séculos XVII, XVIII e XIX, só após a 2ª Guerra Mundial a disciplina de demografia assume foros de cidadania" (MOTA, Salvador Magalhães "Demografia: Programa – Conteúdo – Bibliografia – Métodos". Porto: Universidade Portucalense, 2001, p. 7. No que se refere a Cabo Verde, António Carreira já chamava a atenção para o facto de, por exemplo, a organização das séries estatísticas da natalidade e da mortalidade ter sido feita só a partir de 1860. Cf. CARREIRA, António – "Demografia Caboverdeana (subsídios para o seu estudo, 1807-1983)". Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1985, p. 11.

[1233] Boletim Oficial do Geverno Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 2 (10 de Janeiro de 1880), p.14.

na sua maioria não cristianizados. O quadro a seguir dá-nos uma ideia da distribuição da população de Cabo Verde pelas ilhas então habitadas:

QUADRO Nº 62
Distribuição da população por ilhas (1580)

Ilhas									Total
ST	F	SA	SN	B	BV	M	S	SV	
8.000	1.200	400	140	100	**50**	50	0	0	9.940

Fonte: Construídos a partir de dados de DUCAN, T. Bentley – "Atlantic Islands: Madeira, the Azores and the Cape Verde in Seventeenth-Century (Commerce and Navigation)". London: The University of Chicago Press, 1972, p. 255-256.

Uma leitura das informações do quadro mostra-nos que, com 50 habitantes em 1580, a percentagem populacional da ilha da Boavista era cerca de 0,50%, em relação ao total das ilhas.

Do nosso ponto de vista, 50 habitantes representavam, para a época e para o espaço geográfico em apreço, um razoável número populacional que, pela natureza da pastorícia, se dispersava por vários centros de criação de gado. Como vimos no capítulo sobre o povoamento, devia ser uma população constituída maioritariamente por escravos pastores e caçadores, acompanhados de algum vigilante representante do colono, pois, de acordo com António Carreira, por volta de 1595, a ilha da Boavista e a do Maio se encontravam "[…] ocupadas por escravos que vigiavam o gado ali lançado pelos donatários e que se reproduzia livremente, atentas as boas pastagens e a ausência de animais nocivos de qualquer espécie".[1234]

O crescimento populacional dos primeiros tempo da ocupação da Boavista não terá sido estranho ao desenvolvimento da pastorícia e a agricultura, esta embora ainda incipiente. Por outro lado, a fome de 1582 não deixaria de provocar baixas na população da Boavista, o que se poderá inferir da notícia do Bispo de Cabo Verde, D. Frei Pedro Brandão, em carta dirigida ao rei a 11 de Junho de 1592, referindo-se a uma fome que terá tido lugar provavelmente em 1582, que atingira, nomeadamente, as ilhas de Santiago, Boavista e Maio.[1235]

Seja qual for o caso, se em 1580 a ilha contava 50 habitantes, este número eleva-se para 150, em 1650, ano que coincide com a fundação da primeira povoação propriamente dita da ilha, antiga aldeia da Estância, hoje

[1234] CARREIRA, António – "A Capitania das Ilhas de Cabo Verde (Organização civil, eclesiástica e militar, século XVI-XIX – Subsídios)". *Separata das Revista de História Económica e Social*, 1987, P. 40.

[1235] In Brásio – *Monumenta Missionária Africana*, vol. III, série 2ª, 1964 – Doc. nº 82. Citado por CARREIRA, António – "Crises em Cabo Verde nos séculos XVI e XVII". Revista da Socieade de geografia de Lisboa – ANO II, nº 6. Abril 1966, p. 39-40; Cf. tb. MOTA, Avelino Teixeira da (Introdução, notas e apêndices). "Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde (1625)". Trad. Francesa por Léon Bourdon. Lisboa: junta de Investigações do Ultramar, 1977, p. 109.

conhecida por "Povoação-Velha". A distribuição da população pelo Arquipélago de Cabo Verde era, então, a seguinte:

QUADRO Nº 63
Distribuição da população por ilhas (1650)

Ilhas									Total
ST	F	SA	SN	B	BV	M	S	SV	
9.500	2.500	1.000	300	400	150	120	10	0	13.980

Fonte: Construídos a partir de dados de DUCAN, T. Bentley – "Atlantic Islands: Madeira, the Azores and the Cape Verdes in Seventeenth-Century (Commerce and Navigation)". London: The University of Chicago Press, 1972, p. 255-256.

A leitura das informações estatísticas do quadro leva-nos a perceber que, com 150 habitantes em 1650, a percentagem populacional da ilha da Boavista, em relação ao total das ilhas, era de cerca de 1,07%. Esse aumento populacional não será ainda alheio ao crescimento económico proveniente da criação e comércio do gado e dos seus produtos.

Dos 150 habitantes em 1650, a população passa para 1.000 em 1720. Tal facto vai permitir que novos espaços geográficos, até agora não ocupados ou fracamente ocupados, venham a ser definitivamente povoados, dando origem a novas aldeias e consolidando outras, como discutimos no capítulo sobre o povoamento. A população das ilhas de Cabo Verde era a seguinte:

QUADRO Nº 64
Distribuição da população por ilhas (1720)

Ilhas									Total
ST	F	SA	SN	B	BV	M	S	SV	
12.000	5.000	3.000	650	1.200	1.000	250	30	0	23.130

DUNCAN, T. Bentley – "Atlantic Islands: Madeira, the Azores and the Cape Verdes in Seventeenth-Century (Commerce and Navigation)". London: The University of Chicago Press, 1972, p. 180.

Do quadro constata-se que, de 1650 para 1720, isto é, em 70 anos, a população da Boavista cresceu em 850 habitantes. Este crescimento populacional, relativamente explosivo para a época e para as condições da ilha, deve-se, certamente, não só ao incremento do comércio do gado vivo, dos seus produtos e da agricultura mas também ao comércio do sal que, se durante o século XVI terá atraído alguns colonos para a ilha da Boavista,[1236] já no século XVII a ilha era classificada como pertencente ao grupo das ilhas salineiras, que

[1236] DUNCAN, T. Bentley – "Atlantic Islands: Madeira, the Azores and the Cape Verdes in Seventeenth-Century (Commerce and Navigation)". London: The University of Chicago Press, 1972, p. 187.

englobava ainda as ilhas do Sal e do Maio.[1237] Aliás, como escrevia Bentley Duncan em 1872, "mais importante do que a agricultura para o comércio transatlântico era o sal das ilhas do Maio, Sal e Boavista, porque as salinas são baixas e planas, largas sem cobertura vegetal e exigem poucas pessoas para a sua manutenção".[1238]

Em 1800, contava a ilha da Boavista 2.200 habitantes. Eis o quadro populacional das ilhas de Cabo Verde em 1800:

QUADRO Nº 65
Distribuição populacional, por ilhas (1800)

Ilhas									Total
ST	F	SA	SN	B	BV	M	S	SV	
26.000	8.000	12.000	4.000	3.000	2.200	700	50	100	56.050

Fonte: Construído a partir de dados de DUCAN, T. Bentley – "Atlantic Islands: Madeira, the Azores and the Cape Verdes in Seventeenth-Century (Commerce and Navigation)". London: The University of Chicago Press, 1972, p. 255-256.

Constata-se que o número de habitantes da ilha da Boavista mais que duplica, passando de 1.000 para 2.200 em 80 anos, correspondendo a um crescimento, no período de 1720 a 1800, de cerca de 1.200 indivíduos, isto é, um crescimento na ordem dos 43,00%.

Não há dúvida que o comércio do sal com o exterior, nomeadamente com o Brasil e com os Estados Unidos da América, foi o principal factor favorável a esse crescimento. Detentor de importantes salinas, a povoação do Porto de Sal-Rei, que em breve é elevada à categoria de vila e de sede do concelho da Boavista, torna-se uma das mais movimentadas do arquipélago, devido ao crescente comércio do sal que nela se fazia.

De 1800 a 1850, devido a vários factores, a população da Boavista passaria por constantes variações, umas vezes com diminuições drásticas, outras registando aumentos significativos. Vejamos, por exemplo, os dados populacionais fornecidos pelo recenseamento de 1807, com a discriminação das raças, onde aparecem, portanto, e pela primeira vez, a relação dos escravos em todas as ilhas:

QUADRO Nº 66
Número da população das ilhas de Cabo Verde (1807)

Ilhas	Raças				Total Geral
	Brancos	Mulatos	Pretos escravos	Pretos forros	
Santiago	200	6.000	2.000	6.000	14.200
S. Antão	500	8.000	150	5.000	13.000

[1237] DUNCAN, … – Atlantic Islands …, p. 180.
[1238] Original em inglês. DUCAN, … – Atlantic Islands …, p. 184.

Fogo	150	5.000	2.000	6.000	13.150
S. Nicolau	200	3.000	300	4.000	8.300
S. Vicente	01	50	09	140	200
Maio	01	200	2.000	50	451
Brava	600	200	180	6.000	6.950
Boavista	100	1.000	300	100	1.500
Total	1.752	25. 250	5.109	27. 290	58.401

Eontes: Construído a partir de CHELMICKY, José Conrado Carlos de; VERNHAGAN, Francisco Adolfo de – "Corografia Cabo-verdiana ou descripção Geographico-historica da Provincia das ilhas de Cabo Verde e Guiné". TOMO II. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1841, p. 321. Cf. tb. MONTEIRO, José Maria de Sousa – "Diccionario Geographico das províncias e possessões portuguezas no Ultramar". Lisboa: Typografia Lisboense, 1850, p. 181.

Ressalta-nos logo à vista que a população da Boavista decresceu de 2.200 em 1800 para 1.500 em 1807, numa diferença, para menos, de 700 habitantes em apenas 7 anos, o que representa um défice de cerca de 31,82%.

Mais uma vez, temos a fome como causa fundamental. Com efeito, segundo apurámos, este facto deve-se à mortandade por causa da fome de 1807, que prolongaria até ao ano de 1814.[1239] Note-se que esta situação viria a ser agravada, a partir de 1808, pela escassez das chuvas, o que trouxe uma crise aguda de alimentos entre 1810 e 1814. Atingindo mais as ilhas de Santiago e do Maio, a ilha da Boavista foi também duramente castigada, "[...] provocando nesta o êxodo da população para S. Nicolau e Fogo".[1240] Quanto ao referido êxodo, Senna Barcellos já registara que, "devido à muita fome que houve n'este anno na ilha da Boa Vista, o povo emigrou quasi todo para S. Nicolau e Fogo", tendo morrido muito gado.[1241]

Para complicar ainda mais a situação, ilha da Boavista continuava a ser assaltada e pilhada por piratas, tendo sido os assaltos e as pilhagens do ano de 1818 os mais graves, durante os quais foi ferida e morta muita gente.[1242]

De 1807 a 1827, a população da Boavista apresentava um crescimento de 2.002 habitantes, como consta do quadro a seguir, pois se em 1807 a ilha tinha 1.500 habitantes, em 1827 contava 3.502. Observemos o mapa da população da ilha da Boavista, comparada com a população geral das ilhas de Cabo Verde em 1827:

[1239] CARREIRA, António – "CABO VERDE: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)". 2ª ed. Lisboa: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1983, p. 209.
[1240] CARREIRA, … – CABO VERDE …, p. 209.
[1241] CARREIRA, … – CABO VERDE …, p. 210.
[1242] Cf. BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Capítulo IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 241.

QUADRO Nº 67
Comparação da população da Boavista com a de Cabo Verde (1827)

	Boa Vista	Cabo Verde	% Boa Vista
Extensão em léguas quadradas	20	184	10,87
Fogos	482	11727	4,11
Pessoas livres	2511	69184	3,63
Escravos	489	5123	9,55
Total	**3502**	**86218**	**4,06**

Fonte: Extraído do mapa da população geral das ilhas de Cabo Verde referente ao ano de 1827. IAHN. Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cxa. 123, 1850.

Até 1827, num horizonte temporal de 20 anos, a população da Boavista cresceu, portanto, 133,5% em relação a 1807, numa taxa média anual de cerca de 6,70%. Observe-se que no período em análise se registaram as fomes de 1824 a 1826, que atingiram as ilhas de Santo Antão, S. Nicolau e Boavista,[1243] de acordo com a informação de que "em 1827, ano em que o apanho de urzela na Boa Vista não decorreu de feição em consequência da fome de 1826, Martins mandou buscar à ilha do Sal '17 dos seus escravos (machos e fêmeas) para empregar nas salinas e no apanho de urzela'".[1244] Não há a indicação de eventuais vítimas.

De 1830 a 1833, porém, a maior parte das ilhas de Cabo Verde foram severamente flageladas pela fome.[1245] De acordo com os cálculos de António Carreira, a mortalidade geral situou-se entre os 31.000 e os 33.000 indivíduos.[1246] Parece entretanto que tal calamidade não terá afectado o crescimento populacional da Boavista em 1831, embora António Carreira afirme ter atingido todas as ilhas. Com efeito, nesse ano, em plena crise de 1830-1833, a ilha da Boavista contava 3.860, como ilustram o quadro a seguir:

QUADRO Nº 68
População de Cabo Verde (1831)

Ilhas	Nº de população
Santiago	26. 220
Santo Antão	21.670
Fogo	16.870
Brava	9.320
S. Nicolau	8.530
Boavista	3.860

[1243] CARREIRA, … – CABO VERDE …, p. 211-212; Cf. tb. CARREIRA, … – Crises em Cabo Verde …, p. 38.
[1244] I.A.H.N. Praia. Arquivo dos Serviços de Administração Civil. Cxa. Nº 39, 1835. Citado por CARREIRA, António – "Estudos de economia caboverdiana". Lisboa: Imprensa Nacional, 1982, nota de roda-pé nº 1, p. 32.
[1245] CARREIRA, … – CABO VERDE …, p. 212.
[1246] CARREIRA, … – CABO VERDE …, p. 213.

Maio	1.648
S. Vicente	250
Total geral	88.460

Fonte: CHELMICKY, José Conrado Carlos de; VERNHAGAN, Francisco Adolfo de – "Corografia Cabo-verdiana ou descripção Geographico-historica da Provincia das ilhas de Cabo Verde e Guiné". TOMO II. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1841, p. 322.

Os dados estatísticos do quadro apontam, efectivamente, para um aumento populacional na ordem dos 358 habitantes em relação a 1827. Isto é, em 4 anos, verificou-se um crescimento de 10,22%, numa média anual de 2,56%. De acordo com as informações fornecidos pelo quadro e comparando a sua população com as das outras ilhas, constata-se que a da Boavista só ultrapassa as do Maio e de S. Vicente, esta continuando escassamente povoada, pois, ainda não se tirava vantagem da posição estratégica do seu porto para a navegação internacional. A ilha do Sal não consta do mapa populacional de 1831, pois não era ainda povoada, embora fosse frequentada esporadicamente por pastores da Boavista.

Em 1832, a população da Boavista experimenta, porém, um decréscimo considerável, passando dos 3.860 habitantes do ano anterior para 3.200, o que representa, em apenas um ano, um decréscimo na ordem dos 660 habitantes, correspondentes a 17,09%.[1247] Tal facto deve-se, certamente, à crise seguida de fome que atingiu todas as ilhas de Cabo Verde de 1830 a 1833, tendo morrido muita gente. O quadro a seguir mostra a evolução da população de Cabo Verde a partir de 1832 e nos anos que se indicam. Vejamos.

QUADRO Nº 69
População do Arquipélago de Cabo Verde (1832-1879)

Ilhas	1832	1861	1864	1867	1871	1874	1878
Santiago	20.000	40.852	44.200	25.628	27.585	39.609	41.076
Fogo	4.000	14.341	14.426	7.441	8.935	11.788	12.221
Brava	2.000	6.557	6.824	5.874	8.653	6.584	8.158
Maio	2.500	1.863	2.067	955	881	1.265	1.600
Santo Antão	18.000	14.643	17.965	17.403	18.183	18.785	20.507
S. Vicente	300	1.141	1.337	1.690	1.817	2.436	3.297
S. Nicolau	10.000	6.372	6.731	5.522	6.683	7.079	8.733
Sal	-	894	838	814	740	827	1.082
Boavisra	3.200	2.647	2.621	2.030	2.576	2.337	2.643

[1247] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 34 (21 de Agosto de 1875).

Total	60.000	89.310	97.009	67.357	76.053	90.710	99.317

Fonte: Extraído do Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa nacional. Nº 2 (10 de Janeiro de 1880), p.14.

O crescimento populacional da ilha da Boavista viria a decrescer ainda mais, precisamente com a ocupação e povoamento da ilha do Sal, para os quais concorreu com um bom número de elementos humanos, particularmente a partir de 1833, quando Manuel António Martins, abastado comerciante da Boavista, descobriu as salinas artificiais do Portinho.[1248] Com efeito, embora continuasse pouco povoada em 1800, com apenas 50 habitantes, a ilha do Sal já era, entretanto, explorada por comerciantes da Boavista desde os finais do século XVII. Neste sentido, diz José Joaquim Lopes de Lima, referindo-se à ilha do Sal, que "nunca foi povoada em tempos antigos, apesar do – então povoado (sem dizer quando, e como) que Feijó arrisca á tôa no § 39 do seu Ensaio económico; a não se querer chamar povoação a residência incerta desde os fins do século 17º de alguns escravos, que alli mantinham certos habitantes da Boavista para o fabrico de algumas marinhas de sal mandando-lhes para lá mantimentos, e agoa em pipas: e os que iam em certo tempo á caça das cabras para lhes tirar as pelles".[1249] Por seu turno, reportando-se ao sal da ilha do mesmo nome, diz José Maria de Sousa Monteiro: "[…] e parece que foi este um bom ramo de commercio para alguns individuos da Ilha da Boa Vista, que alli tinham escravos a trabalhar, com quanto se dos fins do 17.º século em diante é que se começasse a ter idéas de alguma espécie de povoação neste Ilha, a qual comtudo se defez logo nos princípios do 18.º século por causa da fome do anno de 1705".[1250] Uma outra notícia diz ainda que "desde os finais do século XVII que a ilha [do Sal] servia de residencia temporária a pastores e a alguns escravos que mantinham ali os habitantes da Boa Vista para a fabricação do sal, trabalho este, porém, abandonado em 1705, devido á terrivel estiagem e fome que então flagellou todo o aechipelago".[1251]

Sabe-se, com efeito, que Manuel António Martins, por exemplo, passou a partir 1793 a criar gado na referida ilha, aproveitando os seus pastos, enviando para o pastorear alguns dos seus escravos da Boavista.[1252] E, após a fome de

[1248] MONTEIRO, José Maria de Sousa – "Diccionario Geographico das províncias e possessões portuguezas no Ultramar". Lisboa: Typografia Lisboense, 1850, p. 473.

[1249] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE I. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia". Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 53-54.

[1250] MONTEIRO, … – Diccionario Geographico …, p. 473.

[1251] PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme (redigido por) – "Diccionario Histórico Chorographico, Heráldico, Biographico, Bibliographico, Numismático e Artistico". Vol. VI. Lisboa: João Ramos Torres-Editores, 1904, p. 479. Este fome enquadra-se na estiagem de 1704 a 1712, registada por António Carreira como muito prolongada (CARREIRA, … – CABO VERDE …, p. 205).

[1252] VASCONCELLOS, Ernesto J. de C. e – "Colonias Portuezas I: Archipelago de Cabo Verde – Estudo elementar de Geographia Phisica, economica e politica". Lisboa: Centro Typographico Colonial, 1916, p. 5 Dos relatos da Mme. Bowdich sobre a ilha da Boavista, infere-se que Manuel

1807, o mesmo Martins retoma a exploração regular da ilha do Sal a partir de 1808, fornecendo à gente da Boavista que para lá mandou residir casais, gado e sustento.[1253] Mas, o povoamento efectivo da ilha do Sal só começa em 1833, ainda sob o impulso de Manuel António Martins, que obtivera o aforamento da ilha, que leva desta vez grande número de famílias da ilha da Boavista e de um maior número de escravos. Esta informação é corroborada no "Diccionario Geographico Universal", ao referir que a primeira população da ilha do Sal "[…] foi de alguns escravos que ali mantinham os hab. da Boa Vista para o amanho de algumas marinhas; essa população tinha porém apenas uma residencia por assim dizer temporaria até ao anno de 1833 em que a ilha começou a ser povoada regularmente e a desenvolver-se pela esforçada iniciativa do sargento-mór M. A. Martins […]".[1254]

Não restam dúvidas, portanto, que para o povoamento da ilha do Sal a Boavista contribuiu com grande número de indivíduos.[1255] Neste sentido, estamos perante um facto de natureza ao mesmo tempo político e económico, no primeiro caso, por se tratar da decisão de povoar uma ilha até então desabitada regularmente; no segundo, pela referida decisão ter como objectivo explorar os recursos naturais da referida ilha para fins económicos. Essa medida político-económica não deixaria de contribuir para uma nova diminuição do número de habitantes da ilha da Boavista, como poderemos observar no quadro a seguir, respeitante a 1834, que expõe a população das ilhas de Cabo Verde do seguinte modo:

QUADRO Nº 70
Número aproximado de fogos e de população de todo o Cabo Verde (1834)

Ilhas	Nº de fogos	Habit. livres	Escravos	Total Geral
Santiago	5.374	19.932	1.714	21.696
Fogo	1.096	4.706	909	5.615
Brava	1.071	3.820	170	3.990
Maio	372	1.542	363	1.905
Boavista	640	2.818	513	3.331
S. Nicolau	1.048	5.293	125	5.418
Santo Antão	2.032	13.407	180	13.587
S. Vicente	61	336	5	341
Total geral	12.694	51.854	3.979	55.883

António Martins tinha, em 1823, um grande número de escravos (M^me.^ BOWDICH – "Excursions dans les Isles de Madéra et de Porto-Santo, faites dans l'Áutomme de 1823, pendant son troisième voyage en Afrique, par T. E. Bowdich". Paris: Chez F. G. Levrault, 1826, p. 281).

[1253] PEREIRA, …; RODRIGUES, … – Diccionario Histórico …, p. 479; Cf. tb. BARROS, Simão – "Origens da colónia de Cabo Verde". Cadernos Coloniais Nº 56. Lisboa: Edições COSMOS, 1939, p. 32

[1254] "Diccionario de Geografia Universal". TOMO IV. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 186.

[1255] BARROS, … – Origens …, p. 24.

Fonte: LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE I. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia". Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 1.[1256]

Não temos o número de indivíduos que Manuel António Martins terá levado da Boavista para a ilha do Sal, a não ser a informação de José Joaquim Lopes de Lima de 1844, de que "os seus habitantes [refere à ilha do Sal] que serão hoje umas 600 almas, não são por ora mais que uma Colónia nascente da Ilha da Boavista: nem ha Freguezia nesta Ilha, mas apenas uma Ermida para se dizer Missa (havendo quem a diga), com quanto já haja Alfândega; e um Commando militar, e um Destacamento de tropa".[1257] Mas o certo é que, comparado com os números do quadro anterior, é notório neste quadro o decréscimo do número dos habitantes da Boavista, de 3.860 em 1831, para 3.331 em 1834. Trata-se de um decréscimo na ordem dos 529 habitantes, aproximando portanto das 600 almas apontadas por Lopes de Lima.[1258] O decréscimo populacional verificado em 1834 corresponde a 13,7% da população de 1831, numa taxa média anual de 4,56%. A ilha da Boavista continuava a diminuir de população, pelo menos até ao ano de 1841, quando, de acordo com Chelmicky, conta 3.000 habitantes.[1259] Isto é, a população da Boavista decresceu, em 7 anos, 331 habitantes, correspondentes a cerca de 9,94% da população de 1834, numa taxa média anual de cerca de 1,42%.

A febre-amarela, que assolou a ilha da Boavista a partir de Agosto de 1845 a 1847, fez muitas baixas populacionais na ilha. Com efeito, esse febre deixou um rastro de morte na Boavista, como se poderá averiguar dos dados referente aos seus efeitos na ilha. Observemos as informações contidas no quadro e no gráfico a seguir:

QUADRO Nº 71

O número populacional e as mortes provocadas pela febre-amarela (1845-1847)

Povoações	Fogos	Populaçã	Atacados	Curados	Mortos	N/atacados	Emigrados
F. Armadas	Q.^{tel}-SR	56	53	41	11	3	2
Pto. Sal-Rei	199	866	664	582	81	109	93

[1256] Reproduzido, com alguns erros, por CHELMICKY, José Conrado Carlos de; VERNHAGAN, Francisco Adolfo de – "Corografia Cabo-verdiana ou descripção Geographico-historica da Provincia das ilhas de Cabo Verde e Guiné". TOMO II. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1841, p. 323.

[1257] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 58.

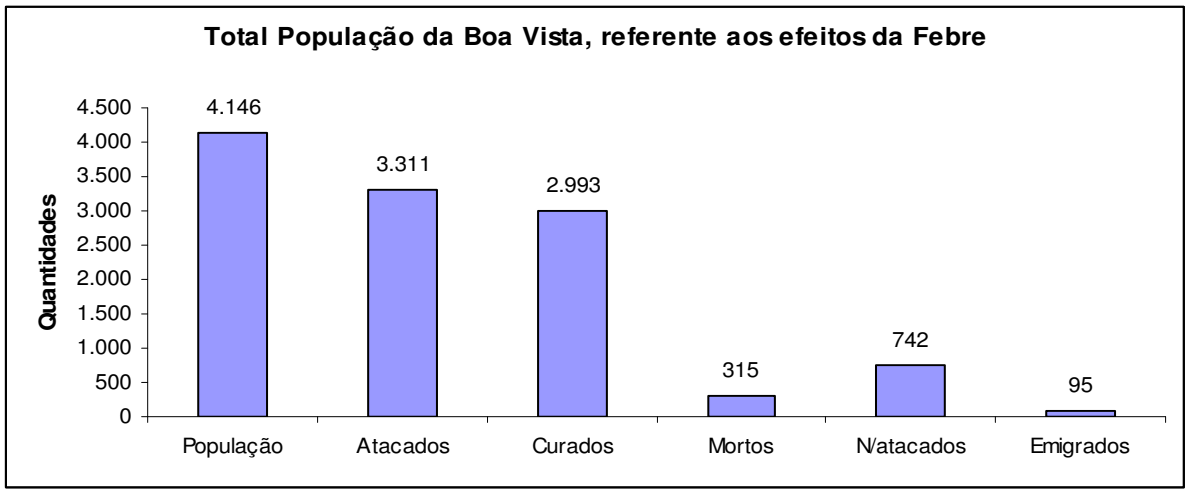
[1258] Deve-se ter em conta aqui que os cálculos populacionais eram feitos por estimativas, o que poderá ter dado origam a algum desencontro numérico das informações estatísticas da época.

[1259] CHELMICKY, José Conrado Carlos de – "Corografia Cabo-verdiana ou descripção Geographico-historica da Provincia das ilhas de Cabo Verde e Guiné". TOMO I. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1841, p. 48.

Boa-Ventura	75	491	361	329	32	130	--
Cabeçada	128	576	538	498	44	38	--
Moradinha	18	82	72	61	11	10	--
Na. Sa. Dores	6	22	10	8	2	12	--
E. de Baixo	57	234	90	85	5	144	--
João Galego	144	639	541	487	54	98	--
F. Figueiras	100	437	3598	333	26	78	--
C. Tarafes	70	402	335	305	30	67	--
Pção. Velha	72	341	288	269	19	53	--
Total	869	4.146	3.311	2.993	315	732	95

Fonte: Organizado a partir do Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 186 (8 de Maio, 1847).

GRÁFICO Nº 57



FONTE. Construído a partir do quadro precedente

Ora, como se poderá ler no referido quadro e no respectivo gráfico, se dos 4.146 habitantes em 1845, morreram 315 e emigraram 95, de Agosto desse ano a Maio de 1847, restaram, portanto, 3.736 habitantes na ilha da Boavista nesta última data. Como é possível a população da Boavista ter crescido, em 1846, para 4.804? Isto é, no espaço de um ano, ter havido um crescimento na ordem dos 1.068 habitantes, correspondente a 22,23%?

Para além da febre-amarela atrás referida, outros factores, com realce para os de natureza climatérica, mais particularmente a falta de chuvas, continuavam a perturbar o crescimento demográfico da ilha da Boavista. Com efeito, as oscilações populacionais nessa ilha pareciam estar periodicamente ligadas e dependentes das chuvas. Neste sentido, também de 1850 a 1860, de acordo com António Carreira, se verifica um decénio de estiagem, tendo atingido, em maior ou menor grau, todas as ilhas. Em 1850-1851 houve escassez de chuvas em S. Antão, S. Nicolau, Boavista e Sal e, em 1855, as chuvas caíram fora do período normal, pelo que não houve colheitas nas ilhas

de S. Antão, Boavista, Sal e Fogo.[1260] Não conseguimos informações que nos elucidasse sobre os efeitos dessas crises na Boavista. Temos entretanto o mapa estatístico da população e seu movimento no concelho da ilha da Boavista em 1860, que se apresentavam como se segue:

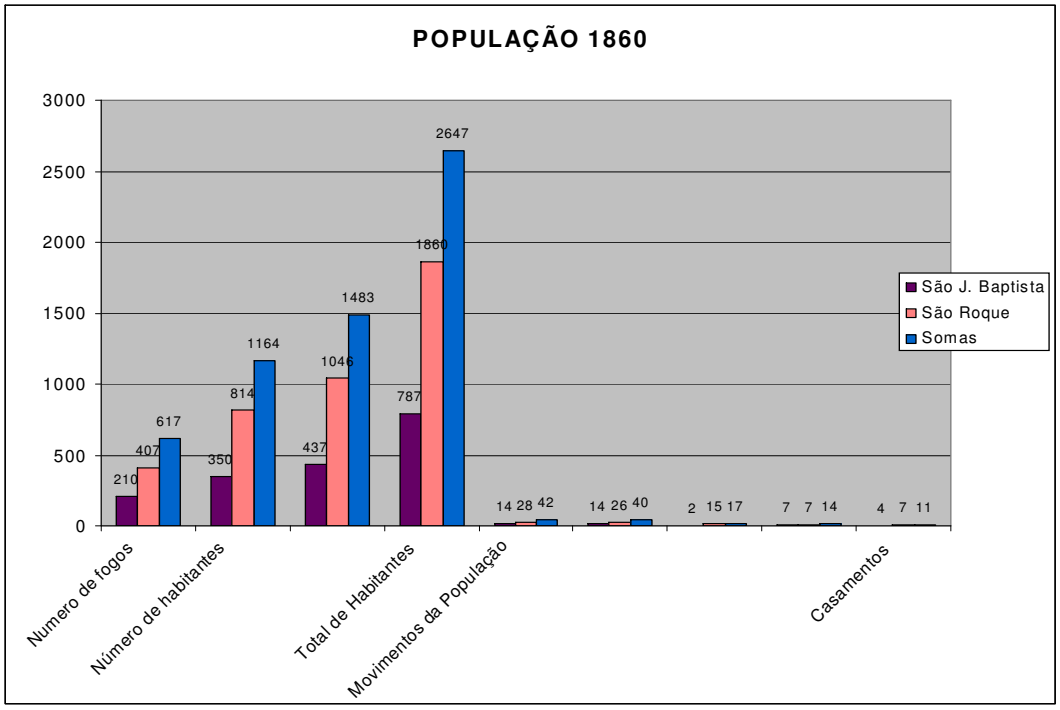
QUADRO Nº 72
População da Boavista (1860)

Freguesias	Fogos	Nº habitantes		Total de Habitantes	Movimentos da População				Cas.tos
		M	F		Nascimentos		Óbitos		
					M	F	M	F	
S. J. Baptista	210	350	437	787	14	14	2	7	4
São Roque	407	814	1.046	1.860	28	26	15	7	7
Total	617	1.164	1.483	2.647	42	40	17	14	11
Total nascimentos / óbitos					82		31		

Fonte: Carta da Administração do Concelho da Boavista, de 20 de Setembro de 1861. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cx. 199.

Para uma mais clara elucidação, observemos o gráfico a seguir, construído a partir das informações numéricas fornecidas pelo referido quadro:

GRÁFICO Nº 58



[1260] CARREIRA, … – CABO VERDE …, p. 213.

FONTE: Construído a partir do quadro precedente

O quadro e o gráfico mostram-nos que de 1846, com 4.804 habitantes, a 1860, com 2.647 habitantes, a população da Boavista diminuiu, em 14 anos, 2.157 habitantes, o que corresponde a um défice de 44,9%, numa média anual de 3,20%. Constata-se também que nasceram na Boavista 82 indivíduos e falecerem 31 em 1860, resultando um saldo fisiológico positivo de 51 indivíduos, o que significa que até 1859 a ilha da Boavista tinha 2.596 habitantes.

No período de 1862 a 1865 verifica-se uma nova estiagem em todas as ilhas, sendo a mais grave a de 1863, acompanhado de fome geral, nomeadamente as ilhas do Maio, Brava, Fogo, Santo Antão e Boavista. Esta estiagem contribuiu para que, no seu todo, 30.652 indivíduos parecessem, dos quais, 30.000 morreram de fome.[1261] O número populacional da Boavista continua a decrescer, quando apresenta uma população de 2.621 habitantes em 1862, com um défice, portanto, de 2.183 em relação a 1846, e de 1.400 em 1867, com um défice de 3.404 em relação ao mesmo ano, num espaço temporal de 21 anos.[1262]

A população da ilha torna no entanto a crescer para 2.374 habitantes em 1869 e para 2.576 em 1871,[1263] o que mostra mais uma vez a constância das oscilações populacionais da referida ilha, oscilações essas que acompanham, como veremos mais à frente, todo o século XIX e a primeira metade do século XX.

Neste ponto, detenhamo-nos um pouco sobre o movimento da população da ilha da Boavista, na medida em que foi só a partir de 1871 que conseguimos alguns dados estatísticos respeitantes ao assunto.[1264]

Analisemos, assim, o movimento demográfico da Boavista com os dados estatísticos que temos. Neste sentido, o mapa do movimento da população da ilha da Boavista, em 1871, por freguesias e em relação a Cabo Verde, se apresentava do seguinte modo:

[1261] CARREIRA, … – CABO VERDE …, p. 214.

[1262] Cf. CARREIRA, António – "A evolução demográfica de Cabo Verde". *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Vol. XXIV. Nº 94. Abril, 1969, p. 496.

[1263] De acordo com o mapa estatístico da população do Arquipélago de Cabo Verde, referente a 31 de Dezembro de 1871. Boletim Oficial do Governo de Cabo Verde Nº 21, de 25 de Maio de 1872; Cf. tb. o "Relatório dos Governadores das Províncias Ultramarinas sobre o estado da Administração Pública nas mesmas Províncias, referidos aos annos de 1871 a 1874". Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da marinha e Ultramar na Sessão Legislativa de 1875. Vol. I. Lisboa: Imprensa nacional, 1875, p. 62-63.

[1264] Note-se, no que respeita ao todo das ilhas de Cabo Verde, que António Carreira já chamava a atenção para o facto de, por exemplo, a organização das séries estatísticas da natalidade e da mortalidade ter sido feita só a partir de 1860 (CARREIRA, António – "Demografia Caboverdeana (subsídios para o seu estudo, 1807-1983)". Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1985, p. 11).

QUADRO Nº 73

Movimento da população (1871)

Freguesias	Baptizados				Total	Óbitos		Total	Cas.tos
	M		F			M	F		
	Legít.	Ilegít.	Legít.	Ilegít.					
S. Roque	21	17	12	14	64	11	10	21	13
S. João Baptista	8	2	12	8	30	2	4	6	5
Cabo Verde	759	1.322	670	1.338	4.089	771	771	1.542	406
% BV em Relação a Cabo Verde	3,82	1,44	3,58	1,64	2,30	1,69	1,82	1,75	4,43

Fonte: "Relatório dos Governadores das Províncias Ultramarinas sobre o estado da Administração Pública nas mesmas Províncias, referidos aos annos de 1871 a 1874". Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da marinha e Ultramar na Sessão Legislativa de 1875. Vol. I. Lisboa: Imprensa nacional, 1875, p. 60.

E no ano seguinte o movimento populacional da Boavista era o seguinte:

QUADRO Nº 74
Movimento populacional (1872)

Concelhos	Baptizados		Total	Óbitos		Total	Casam.tos
	M	F		M	F		
Praia	425	543	968	263	222	485	56
Santa Catarina	435	432	867	119	151	270	98
Fogo	283	284	567	90	75	165	31
Brava	113	90	203	47	31	78	66
Maio	33	46	79	8	8	16	6
Boavista	30	31	61	5	11	16	13
Sal	9	28	37	5	2	7	2
S. Nicolau	187	171	358	48	39	87	48
S. Vicente	38	42	80	19	12	31	13
Ribeira Grande	308	301	609	122	109	231	74
Paul	118	123	241	38	34	72	18
Cabo Verde	1.979	2.091	4.070	764	694	1.458	425

Fonte: "Relatório dos Governadores das Províncias Ultramarinas sobre o estado da Administração Pública nas mesmas Províncias, referidos aos anos de 1871 a 1874". Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da marinha e Ultramar na Sessão Legislativa de 1875. Vol. I. Lisboa: Imprensa nacional, 1875, p. 196.

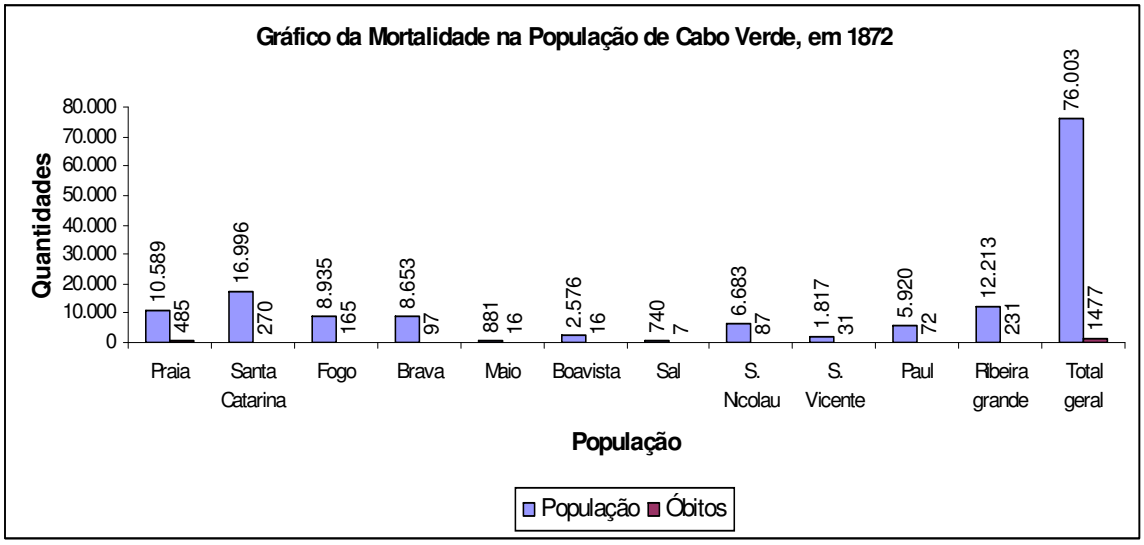
No que se refere à mortalidade na população de Cabo Verde, em 1872 as estatísticas se encontravam organizadas por concelhos, da seguinte forma:

QUADRO Nº 75
Mortalidade por ilhas (1872)

Concelhos	População	Óbitos	% óbito em relação à população
Praia	10.589	485	4,58
Santa Catarina	16.996	270	1,59
Fogo	8.935	165	1,85
Brava	8.653	97	1,12
Maio	881	16	1,82
Boavista	2.576	16	0,62
Sal	740	7	0,95
S. Nicolau	6.683	87	1,30
S. Vicente	1.817	31	1,71
Paul	5.920	72	1,22
Ribeira grande	12.213	231	1,89
Total geral	76.003	1.477	1,94

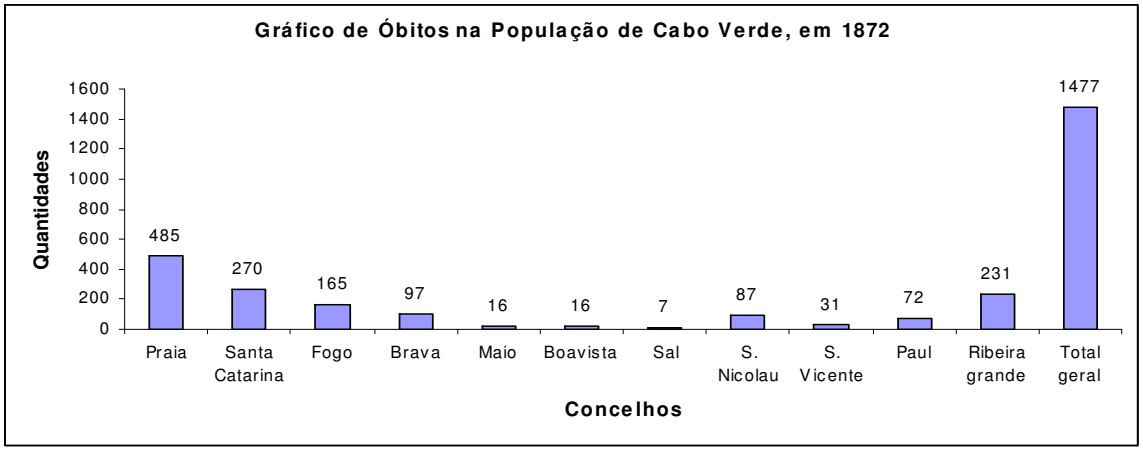
Fonte: "Relatório dos Governadores das Províncias Ultramarinas sobre o estado da Administração Pública nas mesmas Províncias, referidos aos annos de 1871 a 1874". Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da marinha e Ultramar na Sessão Legislativa de 1875. Vol. I. Lisboa: Imprensa nacional, 1875, p. 160.

GRÁFICO Nº 59



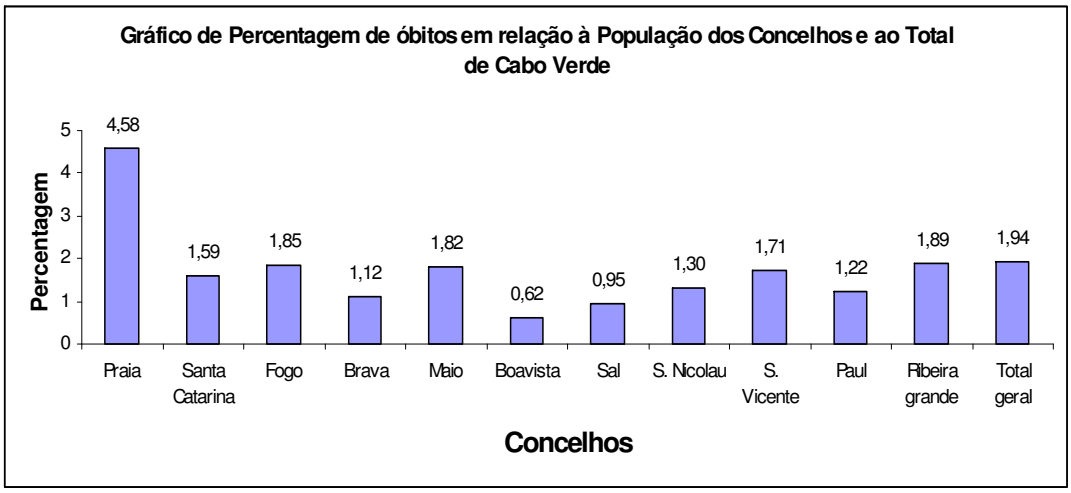
FONTE: Construído a partir do quadro precedente

GRÁFICO Nº 60



FONTE: Construído a partir do quadro precedente

GRÁFICO Nº 61



FONTE: Construído a partir do quadro precedente

A ilha da Boavista chega aos finais do século XIX e limiar do XX com uma população em oscilações alternadas, de 1871 a 1900, como nos indica, por exemplo, o seguinte quadro:

QUADRO Nº 76
População da ilha da Boavista nos finais (Séc. XIX)

Anos	População B. V.	Variações (p/ + -)	% variações (p/ + -)
1871	2.576	0	0

1873	2.534	-42	-1,63
1874	2.337	-197	-7,77
1879	2.643	306	13,09
1881	2.727	84	3,18
1885	3.086	359	13,16
1890	2.957	-129	-4,18
1895	3.776	819	27,70
1898	3.375	-401	-10,62
1899	3.395	20	0,59
1900	2.613	-782	-23,03

Fonte: Construído a partir dos dados do QUADRO Nº 2, in CARREIRA, António – "A evolução demográfica de Cabo Verde". *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Vol. XXIV. Nº 94 (Abril, 1969), p. 496-497; do Apenso ao Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa nacional. Nº 33, (1900); e do Apenso ao Boletim Oficial do Governo Geral da província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 41 (1900).

Uma análise dos dados fornecidos pelo quadro mostra-nos que a população da Boavista tende a crescer nos dois últimos anos do século XIX. Comparemos, no quadro a seguir, os números populacionais da Boavista e de Cabo Verde, nos anos de 1898 e 1899, respectivamente:

QUADRO Nº 77
População da Boavista nos anos (1898 – 1899)

		Boavista		**Cabo Verde**		**% Boavista**	
Anos		**1898**	**1899**	**1898**	**1899**	**1898**	**1899**
Freguesias		2	2	30	30	6,67	6,67
Cidades		--	--	2	2	--	--
Vilas		--	--	6	5	--	--
Aldeias		9	9	376	377	2,39	2,39
Fogos		984	984	30.905	30.985	3,18	3,18
População absoluta	M	1.507	1.523	66.107	66.945	2,28	2,28
	F	1.868	1.872	76.430	77.437	2,44	2,42
	Totais	3.375	3.395	142.537	144.382	2,37	2,35
Comparação a 1898-1897	Para +	--	--	1.369	--	--	--
	Para -	177	--	720	--	24,58	--
Comparação a 1899-1898	Para +	--	20	--	1.999		1,00
	Para -	--	--	--	152		

Fontes: Apenso ao Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa nacional. Nº 33 (1900); Apenso ao Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa nacional. Nº 41 (1900).

Constata-se, com efeito, que nesse final de século a população da Boavista cresceu de 2.576, em 1871, para 3.375, em 1898, contra 142.537, ou seja, 2,37%, de todo o Cabo Verde. Os 3.375 habitantes em 1898 representam,

em relação a 1871, portanto, em 27 anos, um crescimento na ordem dos 799 habitantes, numa média anual de cerca de 29,59. Um ano depois (1899), o crescimento e da ordem dos 20 habitantes, em relação ao ano anterior (1898), atingindo 3.395 habitantes, contra os 144.382 do conjunto das ilhas habitadas de Cabo Verde.

O quadro comparativo a seguir indica-nos como se apresentava, por faixas etárias, a população da Boavista em 1898 e 1899:

QUADRO Nº 78
População da Boavista, por faixa etária (1898 – 1899)

		Boa Vista		Cabo Verde		% Boa Vista	
Anos		**1898**	**1899**	**1898**	**1899**	**1898**	**1899**
Até 10 anos	Varões	212	230	17.896	18.177	1,18	1,27
	Fêmeas	274	278	19.550	19.818	1,40	1,40
De 10 a 20	Varões	312	312	13.449	13.560	2,32	2,30
	Fêmeas	445	445	14.934	15.086	2,98	2,95
De 20 a 30	Varões	333	333	11.376	11.532	2,93	2,89
	Fêmeas	392	392	14.022	14.210	2,80	2,76
De 30 a 40	Varões	307	307	8.183	8.254	3,75	3,72
	Fêmeas	342	342	10.814	10.939	3,16	3,13
De 40 a 50	Varões	166	166	6.795	6.839	2,44	2,43
	Fêmeas	197	197	7.461	7.516	2,64	2,62
De 50 a 60	Varões	101	101	4.138	4.181	2,44	2,42
	Fêmeas	129	129	4.628	4.690	2,79	2,75
De 60 a 70	Varões	65	65	2.321	2.364	2,80	2,75
	Fêmeas	82	82	2.866	2.920	2,86	2,81
De 70 a 80	Varões	8	8	1.205	1.462	0,66	0,55
	Fêmeas	6	6	1.456	1.526	0,41	0,39
+ de 80 anos	Varões	3	3	744	788	0,40	0,38
	Fêmeas	1	1	699	772	0,14	0,13

Fonte: Apenso ao Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa nacional. Nº 33 (1900).

Da análise das informações contidas no quadro, constata-se que, no que se refere à ilha da Boavista, as variações entre os 1898 e 1899 só se verificam na faixa etária até 10 anos, ou seja, 212 homens contra 230, no primeiro, e 274 mulheres contra 278, no segundo, o que nos remete para uma certa estabilização populacional nas referidas faixas etárias entre 1898 e 1899. Observe-se que, já em relação a Cabo Verde, as variações entre os dois anos se verificam em todas as faixas etárias. Constata-se também que a população da ilha da Boavista, apesar do crescimento verificado no fim do século XIX, entra entretanto no século XX sob o signo de diminuições cíclicas, contando logo em 1900 com 2.613, portanto, com menos 782 habitantes em relação a 1899, e chegando, por exemplo, a 1915 com 3.092 habitantes e a 1960 com 3.309 habitantes, como nos mostra o quadro a seguir:

QUADRO Nº 79
População da Boavista (século XX)

Anos	Boavista	Variações (p/ + -)	% variações (p/ + -)
1900	2.613	0	0
1901	2.575	-38	-1,45
1903	2.578	3	0,12
1904	2.317	-261	-10,12
1905	2.310	-7	-0,30
1906	2.500	190	8,23
1910	2.691	191	7,64
1912	2.727	36	1,34
1913	2.823	96	3,52
1915	3.092	269	9,53
1920	2.454	-638	-20,63
1930	2.346	-108	-4,40
1933	2.316	-30	-1,28
1940	2.653	337	14,55
1950	2.903	250	9,42
1960	3.309	406	13,99

Fonte: Extraído do QUADRO Nº 2, in CARREIRA, António – "A evolução demográfica de Cabo Verde". *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Vol. XXIV. Nº 94. Abril, 1969, p. 496-497.

Concluindo, na discussão deste capítulo, constatámos que a evolução da população da ilha da Boavista foi condicionada, ao longo dos tempos, negativamente por factores vários, com destaque para os factores naturais, como por exemplo, o clima que, decorrente da situação geográfica da ilha, na zona subtropical do Atlântico Norte, é árido e desértico. Assim, a pluviosidade da ilha é fraca, alternando os períodos de algumas chuvas com períodos de secas persistentes e prolongados. Por outro lado, como vimos no capítulo sobre o quadro físico-geográfico, para além dos solos da Boavista serem pobres, só 5% são férteis, o que não terá permitido, ao longo da sua história, uma agricultura sustentada, privando, assim, as populações de um sector chave de alimentação. Tais condições naturais terão contribuído para a escassez de alimentos, por vezes seguida de fomes catastróficas que, de forma alternada, fustigaram o povo da Boavista do século XVI ao século XX. Assim, essas fomes provocaram diminuições constantes nos efectivos populacionais da ilha, umas vezes por altas taxas da mortalidade, outras por emigração forçada para as outras ilhas ou para o Continente africano.

PARTE III

ÉSTRUTURAS SÓCIO-CULTURAIS

CAPÍTULO I

MENTALIDADE E CULTURA

Os condicionalismos naturais e diversificados motivaram processos de povoamento diferentes, daí resultando modos de vida e mentalidades igualmente diferentes, de ilha para ilha. Neste sentido, João Lopes Filho escreve que se tornaram "[...] evidentes que as diferenças de comportamento, hábitos, estilos de vida, tradições, crioulo local, enfim, a 'personificação social' das diversas ilhas cabo-verdianas, advindas, por certo, dos vários processos utilizados nos respectivos povoamentos e suas consequências na evolução sócio-cultural de cada uma".[1265] Por isso, como escreve Nuno Miranda, "o Arquipélago de Cabo Verde é um mosaico de paisagens humanas, representando quadros e cenas, actividades e costumes típicos".[1266] Neste sentido, os habitantes de cada ilha desenvolveram os seus próprios dialectos, usos, costumes e individualidades. A formação da socieade boavistense não fugiria à regra. Para tanto, contribuíram vários factores diferenciadores, em relação às outras ilhas.

Com efeito, como vimos no capítulo sobre a economia, ocupada e explorada economicamente graças aos rendimentos do gado, do sal, da urzela e de outros "produtos da terra", Boavista conheceu nos séculos XVIII e XIX períodos áureos que a transformaram no empório das ilhas de Barlavento.[1267] Deste modo, a ilha da Boavista tornava-se, já a partir dos finais do século XVII, numa pequena placa giratória do movimento marítimo e comercial das ilhas de Barlavento, onde tudo ia ter, incluindo o primeiro dos depósitos de carvão antes da sua instalação definitiva em S. Vicente, a partir de 1840. Entrementes, na segunda metade do século XVIII a então Cidade da Ribeira Grande entra em decadência,[1268] o que leva o Governador Joaquim Salema de Saldanha Lobo a transferir definitivamente o Governo em 1771 para a Vila da Praia.[1269] Sobre a decadência e a transferência do poder político da Ribeira Grande para a Vila da

[1265] FILHO, João Lopes - *Contribuição para o estudo da Cultura Cabo-verdiana*. Lisboa: Biblioteca Ulmeira, 1983. p. 28-28.
[1266] MIRANDA, Nuno – « A propósito da situação sício-cultural de Cabo Verde ». *Garcia de Orta*. Revista da Junta de Investigação do Ultramar. Vol. 9, Nº 1. Lisboa, 1961, p. 95.
[1267] VALDEZ, Francisco Travasso – "África Ocidental – Notícias e Considerações". TOMO I. Lisboa: Imprensa nacional, 1864, p. 171.
[1268] Sobre este assunto, leiam-se PEREIRA, Daniel – "Marcos Cronológicos da Cidade Velha". Praia: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 1988, p. 34 e 74-81; CARREIRA, António – "O Tráfico de Escravos nos Rios de Guiné e Ilhas de Cabo Verde (1810-1850)". Estudos da Antropologia Cultural. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar – Centro de Estudos de Antropologia Cultural. Nº 14 (1981), p. 19.
[1269] VIEIRA, Henrique de Santa Rita – "Construção". Praia: MIT. Nº 4, Ano III (Dezzembro, 2000). p. 33.

Praia, escreve ainda António Carreira: "o estrangulamento dos pequenos negociantes pela acção das companhias também concorreu para a 'morte' da velha Ribeira Grande, obrigando ao desvio do poder político e administrativo, com transferência, em 1769-1770, do Governo para a Vila da Praia de Santa Maria, por essa altura um inestético aglomerado de casas térreas, todas cobertas a colmo, edificadas numa planura de reduzido espaço aproveitável, que lhe condicionou todas as possibilidades de expansão urbana minimamente aceitáveis".[1270]

Com a perda da importância económica da Cidade da Ribeira Grande e com a insalubridade da Vila da Praia, ao contrário do clima saudável da ilha da Boavista e às possibilidades que esta ilha oferecia em termos do comércio, nomeadamente dos produtos de gado, do sal e da urzela,[1271] o Governo da Província sedeava-se então, geralmente de Junho a Dezembro, ora na Boavista ora na Brava. No que se refere à Boavista, perece que essa política já vinha sendo posta em prática em datas anteriores a 1823, pois a Senhora Bowdich, de passagem por Boavista, relata que neste ano "o Governador da colónia e toda a sua comitiva, estavam hospedados em casa do Sr. Manuel, aonde ele tinha vindo com o pretexto de tratar da sua saúde".[1272]

Para além do Governo e da toda a Administração da Província, na Boavista residiam os membros da Comissão Mista anglo-portuguesa, ali então instalada para a completa abolição do tráfico de escravos,[1273] e vários membros diplomáticos, nomeadamente, o cônsul dos EUA, Elisa Field, e o cônsul da Inglaterra, John Rendall, e pelos seus portos passavam vários marinheiros estrangeiros, nomeadamente ingleses, americanos, franceses e brasileiros.

Foram esses e outros factores de grande valor histórico-cultural que fizeram da Boavista um ponto de referência de entre as outras ilhas de Cabo Verde, particularmente as de Barlavento, do sec. XVIII aos meados do sec. XIX.[1274] Tudo isto mostra que, a partir da sua ocupação, povoamento e desenvolvimento socio-económico, criaram-se na Boavista condições materiais, sociais e psicológicas para que se produzissem estruturas sócio-culturais

---

[1270] CARREIRA, ... - O Tráfico ..., p. 20.

[1271] Com a decadência da Ribeira Grande, António Carreira, na obra atrás citada, dá a informação de que, entre 1760 e 1770, os seus habitantes mais dinâmicos abandonam-na, preferindo as fazendas e os povoados mais modestos do interior de Santiago, ou, então, emigrar para o Brasil, levando consigo os capitais, evitando assim a derrocada.

[1272] RAÍZES. Praia: Edições Raízes. Nº 4, Ano I (1977). p. 94. De acordo com a nota nº 5 de A. F., a página 106 da referida revista, trata-se do Governador João da Matta Chapuzet. Ainda sobre as mudanças da sede do Governo da Província, ora para Boavista ora para Brava, consulte-se o Boletim Oficial nº 2, de 1842.

[1273] O referido tratado vem transcrito em vários números do Boletim Oficial de Cabo Verde, a partir do nº 14, de 25 de Janeiro de 1843. Para vigiar o cumprimento do referido tratado, fixaram residência na Ilha o Juiz Real da Inglaterra, Charles Pettingal, e o português Ladislau Benavente dos Santos, capitão de fragata.

[1274] Em 1895, Pedro António Oliveira, poeta e prosador boavistense, assim dizia da ilha: "a Boa Vista é uma cidadã excêntrica, esquipática, cuja formação metafísica se afasta inteiramente da regra geral". Citado por LIMA, Mário. – "Um breve olhar sobre a literatura boavistense". Praia: Edição do Autor, 1982, p. 2.

próprias no contexto de Cabo Verde, da qual se destacam os elementos culturais que passamos a analisar.

Advertamos, porém, que esta é uma matéria sobre a qual as fontes escritas, por si sós, não são suficientes para a analisar, pois muitos dos elementos culturais que a constituem foram transmitidos pela via da tradição oral e cujo registo escrito ainda não se realizou. Assim, para o estudo do presente capítulo fazemos também recurso à tradição oral como fonte das nossas pesquisas, embora se possa levantar a questão da sua fiabilidade. Mas longe já vai a ideia dos "povos sem história" porque a sua documentação se repousavam na tradição oral, isto é, "gente sem escrita, cujas tradições orais não são dignas de crédito, em que as verificações orais só permitem conjecturas e sobre quem as observações alheias foram raras e superficiais".[1275] Chamemos de tradição oral tudo o que é transmitido pela boca ou pela memória. Por isso, na África Negra se diz que "quand un vieillard meurt, c'est une bibliothèque qui brûle".[1276] Ou como nos dizia o informante, Germano da Cruz Lima: "a história do Curralinho, quem a devia contar já não existe".[1277]

Com efeito, hoje, a tradição é também aceito pelos historiadores como "um conhecimento difundido em cada sociedade, mais ou menos largamente transmitido pela educação e ao sabor das circunstâncias práticas da vida; conhecimentos mais especializados, não sujeitos a uma forma fixa de expressão nem socialmente reservados, podem, contudo, ser propriedade de um número mais restrito de pessoas, que, a este respeito, serão os informadores privilegiados".[1278]

Por isso, por mais que valorizemos os textos escritos, em relação a outras fontes, o estudo aprofundado da realidade psicossocial e cultural cabo-verdiana não poderá se alhear do exame das tradições, usos e instituições transmitidas pela via oral e captadas auditiva e visualmente. Nesta perspectiva, é nossa convicção que nenhum historiador da história profunda de Cabo Verde será indiferente aos conhecimentos psicossociais e culturais que nos são transmitidos pela tradição oral, em conversas, no decurso de uma coabitação durável ou através de inquéritos por entrevistas e questionários. Mas também é nossa convicção que a tradição oral deverá ser, porém, considerada complementarmente a outras fontes de transmissão de conhecimentos, como a escrita, a arqueologia, o património construído, entre outras, e suportar a crítica, a começar no momento da recolha, passando pela crítica 'textual' (julga o grau de fidelidade e integridade do material recolhido – conteúdo e forma – e

[1275] Sobre o assunto, cf., por exemplo, MONIOT, Henri – "A história dos povos sem história". In LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir. e apresentação de) – *Fazer História*. 2ª ed. Venda Nova: Bertrand Editora, 1987, p. 129-130.

[1276] BÂ, Amadou Hampâté – "Amkoullel l'enfant peul". Paris: Éditions J'ai lu, 1996 (Capa). Tradução: "quando um velho morre, é mais uma biblioteca que desaparece".

[1277] Germano da Cruz Lima, é natural da Povoação-Velha, Boavista, nascido a 28 de Maio de 1928. Criou-se praticamente no Curralinho, porto de pesca situado na parte Sul-Sudeste da ilha da Boavista, onde muitas pessoas da Povoação-Velha se refugiavam nas épocas de crises.

[1278] Cf. MONIOT, … – A história …, p. 133.

compreendê-lo literalmente), até à observação das condições e das circunstâncias da recolha, das maneiras por que o testemunho foi recolhido e o exame das condições da sua transmissão.[1279]

De acordo com este quadro teórico, nas nossas pesquisas fizemos recurso à tradição oral, pelo que tivemos de participar directa e activamente em algumas das manifestações sócio-culturais da Boavista e de fazer entrevistas, particularmente a "informadores privilegiados", que preferimos denominar "sábios do povo", não só por reterem e guardarem o conhecimento do quotidiano tradicional da Boavista, transmitindo-o com sabedoria e mestria às novas gerações por via da tradição oral mas também por continuarem a ser uma referência para as novas gerações. A língua utilizada nas entrevistas foi a caboverdeana ou o "crioulo de Cabo Verde". Infelizmente, ao transcrevermos as informações para as fichas temáticas fomos obrigados a traduzi-las para a língua portuguesa, devido ao facto de, por um lado, a língua da tese ser a portuguesa e, por outro, de a escrita da língua cabo-verdiana não ser ainda totalmente estandardizada, fixada e oficializada

Assim, para a recolha de informações em fontes orais:

1) participámos nos festejos das seguintes Festas Tradicionais da Boavista: Santa Cruz (Povoação do Rabil, 3 de Maio); S. João Baptista (Povoação de Fundo de Figueiras, 24 de Junho); S. Roque (Povoação do Rabil, 16 de Agosto); Santa Isabel (Vila de Sal-Rei, 4 de Julho); Nossa Senhora da Conceição (Povoação-Velha, 8 de Dezembro). Durante a nossa participação nesses festejos, entre outros procedimentos, conversámos informalmente com as pessoas; entrevistámos os mordomos das festas e os festeiros; tirámos apontamentos, fotografámos e filmámos; fizemos a audição de músicas tradicionais cabo-verdianas, principalmente da Boavista.
2) realizámos entrevistas aos "sábios do povo" sobre elementos culturais tradicionais cujas informações não são possíveis de se colherem em fontes escritas. Desses elementos culturais, foram privilegiados os seguintes: festas, casamentos, cantos e danças e superstição (feitiçaria e "koza runhe" ou fantasma).
3) registámos as informações em fichas e fitas magnéticas (cassetes áudios e vídeos e fotografias).

Como as fontes orais não constituem, em si mesmas, "elementos de prova" suficientes, as informações delas recolhidas foram interpretadas e comparadas entre si e com as fontes escritas, pois, como adverte Humberto Baquero Moreno, "embora a tradição oral possa em determinadas circunstâncias colmatar a ausência do documento escrito, levanta-se a questão da sua fiabilidade".[1280]

[1279] Cf. MONIOT, …– A história …, p. 134.

[1280] MORENO, Humberto Baquero – "A importância da documentação na construção da história". Revista Africana. Porto: Universidade Portucalense – Centro de estudos Africanos e Orientais. ANO X, Nº Especial, 4 de Setembro 1996, p. 13.

3.1. Comportamentos e práticas religiosas

Face à sua impotência perante as forças da Natureza, o homem acreditou sempre, e ainda acredita, em seres sobrenaturais, reflectidos na sua mente na forma de personificações capazes de conduzir a sua própria vida.[1281] A essas personificações o homem designou genericamente de divindades, com nomes diversos, de acordo com cada cultura na qual é adorada ou venerada. Por exemplo, é denominada "Deus" no mundo ocidental, "Allah" entre os muçulmanos e "Buda" entre alguns povos orientais, nomeadamente, chineses e indianos. Na África Negra, como Ser Supremo que criou o Mundo, recebe o nome de "Mesa Dambali" entre os negros ao sul do Saara; "Olorun" entre os "Yorubas", da Nigéria; "Mzambi-Mpungu" entre os povos do Congo; "Mulungo" entre os povos da Zâmbia e da Tanzânia; e "Mbori" entre os Azande, do Sudão. Entre os "Kulin" da Austrália, denomina-se "Bundjil".[1282] O fenómeno religioso parece, assim, abranger todos os homens, em todos os lugares e em todos os tempos. Como diz Durkheime, a religião não começa em parte alguma e não há um instante radical em que a religião tenha começado a existir. [1283] Esta asserção exprime, com efeito, a ideia da universalidade e da intemporalidade da religião, pois a religião não tem nem lugar privilegiado nem tempo marcado.

Do ponto de vista da prática religiosa, perante o seu deus, os crentes manifestam a sua fraqueza através de um conjunto de princípios e de práticas rituais, como meio de reconciliação com o mesmo. Fundada no místico sagrado, mistério e temor, a religião define-se, assim, como sentimento assumido e manifestado pelo homem perante uma divindade da qual se reconhece dependente, à qual se submete e a quem presta culto. Os princípios e as práticas religiosos manifestam-se assim através de cultos, como forma mais autêntica de adoração e de súplicas ao deus a quem o homem reconhece poderes sobre-humanos, por respeito divino e dever sagrado. Daí, decorre que as manifestações religiosas mais não são do que a exteriorização privada ou colectiva de sentimentos, através da qual o homem exprime a sua impotência perante o deus da sua adoração e, ao mesmo tempo, de quem roga, através de cerimónias religiosas e pela comunhão e reconciliação, a protecção e a salvação.

[1281] A este propósito, leia-se Friedrich Engels, citado por GROMIKO, A. [et al] – "As Religiões da África (Tradicionais e Sincréticas)". Moscovo: Edições Progresso, Academia das Ciências da URSS, 1987, p. 9.

[1282] Sobre a nomenclatura dos deuses, Cf., entre outros, ELIADE, Mircea – "O Sagrado e o Profano - A Essência das Religiões". Lisboa: Edições 'Livros do Brasil', 1999. p. 131-135; GROMIKO, A. [et al] – "As Religiões da África (Tradicionais e Sincréticas)". Moscovo: Edições Progresso, Academia das Ciências da URSS, 1987. p. 25-30; BELCHIOR, Manuel – "Fundamentos para uma Política Multicultural em África". Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1966. p. 220; e EVANS-PRITCHARD, E. E. Bruxaria, Oráculos e Magias entre os Azande. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1978, p. 284.

[1283] DURKHEIM, Emile – "Formes élémentaires de vie religieuse". Paris: P.U.F., 1968, p. 11.

Nesta dissertação consideramos, portanto, a religião como uma obra divina, um meio através do qual os homens estabelecem relações com o deus que intervém na sua vida, pois cada grupo humano sente a divindade à sua maneira. E quando dois ou mais grupos humanos se encontram num determinado espaço geográfico, os elementos das suas respectivas religiões se misturam, dando origem a um sincretismo religioso.

3.1.1. O sincretismo religioso na Boavista

Neste prisma, quando os portugueses, na qualidade de colonizadores, e os africanos, na qualidade de escravos, se encontraram na era de quatrocentos na ilha de Santiago, eram ambos portadores de crenças religiosas milenárias: os portugueses a creditavam e prestavam culto ao seu Deus Cristão; e os africanos genericamente acreditavam e prestavam culto aos seus antepassados e veneravam os seus ancestrais, ao mesmo tempo que praticavam a magia. Portanto, enquanto a fé dos portugueses baseava-se na existência de Cristo, "[...] a fé na existência da alma e dos espíritos que teriam povoado todos os objectos e fenómenos sensorialmente perceptíveis da natureza viva e morta e que teriam tido uma capacidade prodigiosa de influenciar a vida dos homens, constitui um dos elementos básicos das crenças tradicionais africanas".[1284]

Essas duas formas de crenças e de práticas religiosas misturaram-se em Santiago e esse sincretismo dela difundiu-se para as outras ilhas do Arquipélago de Cabo Verde ao longo dos tempos que iam sendo povoadas. A ilha da Boavista, recebendo os elementos humanos portugueses, africanos e nascidos em Santiago que a povoaram, terá então recebido, após cerca de 120 anos do povoamento de Santiago, uma religião sincrética, portadora, portanto, de elementos religiosos tanto dos portugueses como dos africanos.

Com efeito, nessa ilha a religião do colonizador impusera-se desde logo à do escravo, numa tentativa de ocidentalização do africano por meio da "ladinização".[1285] Suportada por uma filosofia de não reconhecimento do "Outro", visava esse processo de ocidentalização, em primeiro lugar, alienar os escravos recém-chegados das Costas Africanas da sua realidade sócio-cultural e religiosa; em segundo lugar, prepará-los para o trabalho forçado; em terceiro lugar, transformá-los numa mais-valia quando exportados para as Américas. Mas, apesar das consequências do processo de "ladinização", os traços religiosos do escravo não desapareceram totalmente. Para uma melhor compreensão desse fenómeno, temos de considerar a possibilidade de a degradação do negro, provocada pela escravatura, tê-lo obrigado a refugiar-se nos elementos primordiais da sua religião. Isto é, o referido processo tê-lo-á levado, do nosso ponto de vista, a procurar nos seus rituais religiosos de origem

[1284] GROMIKO, A. ... – As Religiões ..., p. 55; sobre esta matéria, leia-se também, entre outros, TEMPELS, P. Placide – La Philosophie Bantone. 3ª ed. Paris: Prèsence Africaine, 1965.

[1285] Em Santiago, logo à chegada, os escravos eram submetidos à *ladinização*, processo de aculturação forçada e acelerada dos escravos, através de transmissão da doutrina de Cristo, pela via da catequização e do baptismo, complementados com o ensino rudimentar da língua portuguesa e de algumas técnicas profissionais rudimentares.

os instrumentos psicológicos da sua resistência, na busca permanente da sua libertação. Neste sentido e referindo-se ao africano, escreve Manuel Belchior que "[...] ele, em verdade, não abandona as suas crenças, o que faz é, por vezes, adicionar as dos outros às suas, num sincretismo que tem uma fácil imagem no exemplo da trepadeira que se enleia na árvore".[1286]

Graças a essa resistência, do encontro das religiões do colonizado com a do colonizador terão resultado formas sincréticas religiosas, já no primeiro século da colonização de Santiago (1462-1562). Foram traços dessa miscigenação religiosa que, a partir dos finais do séc. XVI, chegaram à Boavista, com os primeiros grupos de habitantes. Por isso, não é de estranhar que a simbiose religiosa, iniciada em Santiago, continuasse a realizar-se na Boavista, contribuindo assim para que nela a combinação dos elementos das religiões africanas com os da religião dos portugueses, dois povos tementes aos seus respectivos deuses, resultasse numa religiosidade que tornasse o boavistense num povo católico mas, ao mesmo tempo praticante, como ilustraremos mais à frente, de determinados traços dos ritos africanos. Nisso, a Igreja Católica terá desempenhado, a partir do povoamento da Boavista, como em todas as ilhas de Cabo Verde, um relevante papel na reintegração e acompanhamento espiritual dos seus habitantes. Aliás, é neste quadro religioso e institucional que o povo boavistense cultivou, sempre com devoção, a sua religiosidade mas também as suas superstições.

Um outro exemplo do sincretismo na Boavista prende-se ao acto de responsar, uma prática de origem reinol. Com efeito, para além das esconjuras para afugentar maus espíritos, maus pensamentos e mesmo intenções maldosas de outrem, acreditava-se também no poder que detinha o responso, rezado pelo padre, sob encomenda do supersticioso, mediante um pré-pagamento de 2$50, 5$00 ou 10$00, conforme o poder da "alma penada", ou do malefício. Para além de padres, havia gente curiosa que também rezava responso como, por exemplo, a falecida "Tia Juliana", da Povoação-Velha, ainda por volta de 1955. Entre os santos, Santo António de Pádua, de origem portuguesa, era o mais responsado. Ora, comportamento religioso idêntico se verificava também na África Negra, quando os feiticeiros benfazejos de certas aldeias, através de danças rituais, entravam em contacto com os espíritos dos antepassados, mediante uma contrapartida material por parte do crente suplicante, a fim de saber se aqueles espíritos estavam dispostos a atender e proteger o referido crente.[1287] Por isso, as atitudes, respectivamente de encomendar aos feiticeiros preces a favor dos antepassados, nas culturas afro-negras, e aos padres a favor das almas e dos santos, na cultura ocidental, não encontraram substancialmente dificuldades em se fundirem. Da mesma forma, não podemos deixar de assinalar aqui a fusão entre os rituais do culto dos mortos, no Ocidente, e os do culto dos antepassados, ou da veneração dos ancestrais, na África Negra, resultando em Cabo Verde no geral e na Boavista

[1286] BELCHIOR, ..., – Fundamentos ..., p. 225.
[1287] GROMIKO,. ..., – As Religiões ..., p. 69.

em particular, em práticas religioso-supersticiosas, por ocasião do Dia dos Fiéis Defuntos, descrito a seguir.

3.1.2. Atitudes religiosas e supersticiosas na Boavista: Dia de todos os Santos e Dia dos Fiéis Defuntos

Um comportamento místico, baseado, ao mesmo tempo em práticas religiosas e supersticiosas prende-se aos rituais, respectivamente, do "Dia de Todos os Santos" e, particularmente, do "Dia dos Fiéis Defuntos" ou "Dia de Finados", popularmente denominado Dia de "Gongon".[1288]

Trazidos para Cabo Verde pelos portugueses,[1289] os ritos aos defuntos aí cruzaram-se com traços dos cultos aos antepassados e de veneração aos ancestrais que, como vimos atrás, integravam a maioria dos sistema religiosos da África Negra. Compreende-se portanto que os rituais religiosos supersticiosos consagrados a todos os santos e aos defuntos, em Cabo Verde, tenham resultado da simbiose entre o culto dos mortos, vindo da Europa, e o culto dos antepassados, trazido pelos escravos africanos.

No que se refere à Boavista, colhemos junto de informantes boavistenses que as práticas religiosas supersticiosas ao Dia de Todos os Santos, no dia 1 de Novembro, e ao Dia dos Fiéis Defuntos, no dia 2 do mesmo mês, realizavam-se em todas as povoações da Ilha: – nesses dias, era proibido trabalhar, pois se tratava de ocasiões de muito respeito; eram dias em que os gongon se levantavam das suas respectivas covas, com o propósito de perturbar os vivos, caso estes não orassem por eles, afirma Apolinário Fortes Varela.[1290]

Os rituais do Dia de Todos os Santos e do Dia dos Fiéis Defuntos caracterizavam-se mais por orações a Deus pela salvação dos defuntos do purgatório e das almas penadas e por peditórios de porta em porta para os pobres. Neste particular, em Portugal, mais precisamente nos Açores, o [...] 'pão por Deus é puramente a esmola que se dá em tenção dos defuntos, ou seja no dia próprio ou na véspera [...].'[1291] Clara Brito Lima, carinhosamente conhecida por Mana Bentinha,[1292] informa-nos que antigamente, na Boavista, por ocasião do Dia de Todos os Santos e do Dia dos Fiéis Defunt*os*, um grupo de mulheres já de idade avançada, necessitadas ou não, saiam de porta em porta pedindo esmolas, o que mais não era do que um gesto simbólico de chamar a atenção

[1288] "Gongon", na Boavista, é o espírito do finado que se apresenta física e transfiguradamente às pessoas.

[1289] Sobre as origens, respectivamente, do "Dia de Todos os Santos" e do "Dia dos Fiéis Defuntos" Cf., por exemplo, RIBEIRO, José – Brasil no Folclore. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Aurora, [s. d.]. p. 467; BRAGA, Teófilo – "O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições". Vol. I. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995, p. 149; BRAGA, Teófilo – "O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições". Vol. II. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1996, p. 223.

[1290] Nascido a 9 de Fevereiro de 1917, na Povoação-Velha, onde reside.

[1291] José de Torres, citado por BRAGA, ... – O Povo Português …, p. 223.

[1292] De nome próprio Clara Brito, nascida a 28 de Março de 1911, na Povoação-Velha, onde reside.

das pessoas para a solidariedade: — “esmolinha por amor de Deus, Paixão de Jesus Cristo!...”

Quanto às orações, Josefa dos Santos Lima Brito[1293] lembra-se das pessoas mais velhas, homens e mulheres, a rezarem e a cantarem de porta em porta, na noite do dia 1 para o dia 2 de Novembro. Para a alma de cada defunto ou “*gongon”*, chamando-o pelo seu respectivo nome, rezava-se um Pai-Nosso e uma Ave-maria e dedicava-se-lhe um canto. Essas rezas e cantos eram, geralmente, dirigidos por mulheres mais idosas e abalizadas no assunto, como por exemplo Carlota Silva Brito, mais conhecida por “Ti Karlóta”, falecida por volta de 1955,[1294] com cerca de 90 anos, e Maria Amália Lima, conhecida por “Ti Marí Mália”, mulher contemporânea da Ti Karlóta, entre outras. Neste sentido, Apolinário Fortes Varela diz ter participado em vários grupos de rezas aos Fiéis Defuntos. Ressalva, entretanto, que a oração aos Fiéis Defuntos era ofício de mulheres, embora nela participassem alguns homens. Precisam os informantes que, à meia-noite em ponto, do dia 1 para o dia 2 de Novembro, grupos de reza, nomeadamente das povoações do Norte,[1295] do Rabil e da Povoação-Velha, partiam das respectivas cruzes das almas e se dirigiam às povoações, onde de porta em porta, rezavam tantos Padre Nossos e Ave-maria, e tantos cantos conforme o número de defuntos de cada aglomerado familiar.

As orações obedeciam ao seguinte esquema: um “Padre-nosso” para o falecido (Fulano X) + uma Ave-maria para o falecido (Fulano X) + um canto: — “Pai Nosso ku Ave-maria / Seja feita [...] pelo amor de Deus”.[1296] Após o ritual, o cabeça da casa dava ao grupo uma oferta, geralmente, em géneros alimentícios, ou algumas vezes em dinheiro. Em algumas zonas de Portugal, segundo Teófilo Braga, distribuíam-se feijões às pessoas pobres que rezavam pela alma dos defuntos. Citando Viterbo, o autor fala dos “Bodivos, ou refeições, jantar ou comedoria, que se dava aos pobres pelas almas dos defuntos”.[1297]

Essas orações de porta em porta não excluíam, entretanto, o pedido de responsos ao padre, por parte dos crentes, a favor da salvação das almas do Purgatório. Vejamos extracto de uma jaculatória pelas almas, dos responsos da época:

> “.....
> V. Dai-lhes, Senhor, o descanso eterno.
> R. Entre os resplendores da luz perpétua.
> V. Descansem em paz.
> R. Assim seja”.

[1293] Nascida a 8 de Março de 1919, na Povoação-Velha, onde reside.

[1294] Conforme informações de Eutrópio Lima da Cruz, natural da Povoação-Velha, nascido a 30 de Abril de 1949. É teólogo de formação e músico. Foi presidente da Câmara da Boavista e Deputado da Nação. Dedica-se também ao estudo da cultura caboverdeana, especialmente na área musical. O informante diz lembrar-se da *Ti Karlóta* e da morte dela.

[1295] Conforme se colhe na Boavista, *Norte* é o nome genérico dado às três povoações da freguesia de São João Baptista: João Galego, Fundo de Figueiras e Cabeça dos Tarafes, pelas pessoas da Povoação-Velha, quando se dirigiam para uma das povoações da referida freguesia.

[1296] “Um Pai Nosso com uma Ave Maria / Seja feita [...] pelo amor de Deus”.

[1297] BRAGA, ... – O Povo Português …., Vol. I, p. 167-168.

Após o ritual das orações, os finados, já aplacados, eram finalmente conduzidos aos cemitérios. Neste sentido, temos a informação de que, por exemplo em João Galego, Fundo das Figueiras e Cabeça dos Tarafes, no dia 2 de Novembro, Dia dos Fiéis Defuntos ou Dia de Gongon, conduziam-se os finados até ao cemitério, rezando o Pai-Nosso e a Ave-Maria. Sobre a matéria, diz Serapião Oliveira[1298] que antigamente, na Boavista acreditava-se que "na véspera do Dia de Todos os Santos, os defuntos vinham assistir à missa de Todos os Santos. Depois faziam-se rezas na igreja, Cruz das Almas ou no cemitério para conduzi-los de novo ao cemitério, até à meia-noite do Dia dos Fiéis Defuntos".

3.1.3. Igrejas e capelas como marcos materiais da religiosidade boavistense

As igrejas e as capelas, como fazendo parte das construções sacras[1299] da humanidade, constituem suportes físicos da espiritualidade do povo seu detentor. Um dos marcos materiais da religiosidade boavistense é a forte presença de edifícios sacros, constituindo símbolos preciosos da espiritualidade do seu povo. Observe-se porém que a construção sacra da Boavista se restringe a igrejas e capelas.[1300] Com efeito, a ilha ainda exibe as suas igrejas e capelas dos finais do séc. XVI aos inícios do séc. XIX, como testemunhos fiéis da referida espiritualidade.

O grosso das igrejas e capelas, entretanto, terá sido construído nos séculos XVIII e XIX, períodos em que Boavista se encontrava em franco progresso. É precisamente a partir do séc. XVIII que nessa ilha a vida religiosa ganha uma certa intensidade, o que, entre outros factores, motivou as entidades eclesiásticas e civis a criarem uma nova freguesia: a de São João Baptista. Com efeito, até 1755 a Boavista constituía uma freguesia, com sede na então Povoação da Estância, hoje Povoação-Velha. Nesse ano, o Bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente manda criar a de S. João Baptista, com sede em Fundo das Figueiras e abrangendo ainda as povoações de João Galego e de Cabeça de Tarafes.[1301] É todavia a edificação de igrejas e capelas, com o apoio popular,[1302]

[1298] Natural de Sal-Rei, Boavista, nasceu a 30 de Novembro de 1923: é trovador de mornas e de sambas.

[1299] Entendemos por *construção sacra* algo edificado pelo homem e que se destina ao sagrado, isto é, para a adoração do seu Deus e/ou a veneração dos seus Santos, por exemplo, na religião cristã, ou para o culto dos antepassados e veneração dos ancestrais, em sociedades classificadas religiosamente de animistas, pelas culturas ocidentais.

[1300] Nesta acepção, o termo "igreja" diferencia-se do termo "Igreja" que significa *Assembleia* dos cristãos, simbolizando a comunhão espiritual entre os crentes.

[1301] CHELMICKI, José Conrado C.; VERNHAGEN, Francisco Adolfo de - *Corografia Cabo-verdiana ou Descripção Geográphico-Histórica da provincia das ilhas de Cabo Verde*. Lisboa: [s. n.], 1841. TOMO II. p. 151-152.

[1302] Sobre a participação dos populares nas construções e reparações de igrejas e capelas na Boavista, leia-se, entre outros, Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 16 (Abril, 1850); Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 69 (Set., 1851); Boletim Oficial do Governo Geral da

que simboliza diacronicamente a intensidade da prática religiosa na Boavista, particularmente da religião católica, pois as outras religiões nunca tiveram, pelo menos até à década de 60 do século passado, grande expressão entre os crentes da ilha.[1303] No que se refere à religião nazarena, por exemplo, ela só começou a penetrar no tecido religioso e cultural dos boavistenses a partir de 1956, com o pastor Eudo Tavares de Almeida, natural da ilha, em cuja missão se construiu o primeiro templo de uma religião não católica na ilha da Boavista.

3.2. Comportamentos e práticas supersticiosas

A superstição prende-se com a credulidade infundada ou crendice em seres misteriosos, possuidores de poderes sobre-humanos, o que leva ao receio e à confiança em seres fantásticos, capazes de praticar tanto o bem como o mal. O sentimento supersticioso porém tal como o religioso, faz parte de todas as sociedades, cristãs ou não, e é tão velho como a existência humana.

A superstição, como vestígio de uma religião decaída, assume formas diversas, nomeadamente as de feitiçaria, bruxaria, sortilégio e maçonaria.[1304] No que respeita às suas etapas, Teófilo Braga escreve que[1305] "[...] depois de forma 'espontânea' das superstições que compreende o campo ilimitado e caprichoso dos agoiros, vem a forma 'revelada' que é o segredo de uma classe especial que tem o poder de comunicar com os espíritos, de os evocar e de os esconjurar". A classe especial a que se refere Teófilo Braga poderá abranger, por exemplo o feiticeiro, o bruxo, o sortílego, o feiticeiro-curandeiro, entre outros.

A eficácia da superstição depende dos recursos que utiliza, tais como feitiço, mau olhado, rito mágico, encantamento, droga, entre outros expedientes. Através desses meios, o supersticioso acredita que é possível dominar o arbítrio dos espíritos, benignos ou malignos, tornando-os acessíveis.[1306] Por isso, a superstição é tida, em todas as sociedades, como um factor desestabilizador da ordem social, devido sobretudo aos conflitos que gera. Assinalemos entretanto

---

Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 1 (Jan., 1868); Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 3 (Jan., 1869); e BONNAFFOUX, Désiré - *As Habitações da Ilha da Boa Vista e da Ilha do Sal*. Sal: Policopiado, 1973. p. 16.

[1303] Observe-se que da Igreja Nazarena, o pastor Eudo Tavares de Almeida, natural da ilha da Boavista, tendo iniciado a sua missão em 1956, construiu um Templo na Estância de Baixo. Na sequência e já com o pastor João Filipe Gonçalves, construiu-se um outro Templo Nazareno em Sal-Rei, que veio a ser inaugurado em 1966 pelo Missionário James Elton Wood.

[1304] Note-se que, na Africa Negra, termos como *feitiçaria*, *bruxaria* ou *sortilégio* não existem: os termos *feitiço* e *feitiçaria*, por exemplo, foram introduzidos pelos portugueses de quinhentos, para designarem, respectivamente, os objectos e os ritos de culto entre povos da África Ocidental. Existem sim por exemplo, nganga (feiticeiro), entre os Bantos ocidentais; mbatswa (sortílego) entre os Tiv, da Nigéria; e diresogo (sortílego) e sogo (feiticeiro), entre certos povos do Senegal. Já entre os Azande, do Sudão, a "alma da bruxaria" denomina-se mbisimo mangu; os "objectos da bruxaria", anumangu; a "bruxaria", mangu (sobre esta matéria, consulte-se GROMIKO, ... - As Religiões ..., p. 25-76). Neste trabalho faremos uso de termos africanos, sempre que o assunto se refira à África Negra.

[1305] BRAGA, ... - O Povo Português ..., Vol. II. p. 30.

[1306] De um modo geral, na África Negra os espíritos maléficos denominam-se agirisa e os benéficos atoro (GROMIKO, ... - As Religiões ..., p. 52-55).

que alguns actos supersticiosos, como o da feitiçaria da cura e o da adivinhação por exemplo, têm contribuído, em maior ou menor grau, para um certo comedimento comportamental em determinadas sociedades, nomeadamente, nas de forte influência tradicionalista.

Da superstição na Boavista, debruçar-nos-emos porém somente sobre a feitiçaria, a crendice no malefício e o "koza runhe" (alma do outro mundo), por serem as mais dominantes e, por isso, as que mais condicionam os comportamentos supersticiosos do povo boavistense.

3.2.1. A feitiçaria nas culturas afro-negras e europeias

A feitiçaria é uma das práticas mais usuais das manifestações supersticiosas, tendo sido um dos meios mais utilizados pelos primeiros homens para combaterem o terror do desconhecido, quer na forma natural quer na espiritual.[1307] Na sua essência, a feitiçaria é ao mesmo tempo um instrumento de controle da natureza, um meio para provocar a aparição de espíritos, benignos ou malignos, e uma arte através da qual os seres sobrenaturais são influenciados. No primeiro caso, por exemplo, Sigmund Freud, ao relacionar a feitiçaria com o animismo, este como doutrina dos seres espirituais em geral, considera-a uma técnica dos primeiros homens para controlar as forças sobrenaturais.[1308]

Assim, a feitiçaria poderá ter sido uma das formas práticas e técnicas das religiões dos homens antigos quando, parafraseando Empédocles (c. 495-435), citado por Mircea Eliada, os próprios deuses personificavam as forças da Natureza.[1309]

Neste trabalho porém, a feitiçaria é tratada na sua forma supersticiosa e não como uma das possíveis formas primitivas da religião. Mas antes, para melhor compreendermos a génese da feitiçaria na Boavista, referir-nos-emos, de modo breve, a algumas das formas da superstição afro-negra tradicional, em contacto com algumas das portuguesas da época dos descobrimentos. Vejamos.

No que se refere às tradições africanas, é generalizada a crença na existência de pessoas misteriosas, enigmáticas e possuidoras do princípio do mal, que constantemente perturbam a vida das pessoas e a ordem social.[1310] Acredita-se que a qualidade dessas pessoas advém do facto de possuírem um "[...] poder congénito nocivo, malfazejo, ou uma substância material, que lhes permite causar o mal, sem realizarem cerimónias mágicas, sem recorrerem a conjures e sem aplicarem drogas".[1311] Por exemplo, as pessoas detentoras desse poder, entre os Azande do Sudão e do Zaire, denominam-se "boro

[1307] Cf. FREUD, Sigmund - Totem e Tabu. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2001. p. 114-117; GROMIKO, A. ... - As Religiões ... p. 9, 10 e 20.
[1308] FREUD, ... - Totem e Tabu. p. 113, 114 e 117.
[1309] ELIADE, ... - O Sagrado e o Profano-A Essência das Religiões. p. 9.
[1310] Cf. GROMIKO, A. ... - As Religiões ... p. 73; e EVANS-PRITCHARD, ... - Bruxaria, Oráculos e Magias entre os Azande. p. 56-59.
[1311] GROMIKO, A. ... - As Religiões ... p. 73

mangu" (sortílego ou bruxo), por possuirem a substância nociva "mangu".[1312] Já entre os "Tiv", da Nigéria Central, essa substância, de acordo com os estudos dirigidos por A. Gromico,[1313] recebe o nome de "tsav" e, entre os "fangs" dos Camarões e do Gabão, "ewus". De acordo com a crença desses povos, para que esse poder nocivo cresça e seja cada vez mais forte, é necessário que o indivíduo que o possuir coma carne humana, de preferência a mais tenra. Para outros povos, como por exemplo certas tribos do Senegal, do Mali e da Guiné, nomeadamente os "malinkes" e os "fulbes, os indivíduos possuidores do poder malfazejo são tidos literalmente como "devoradores de homens". Para eles, esses indivíduos têm olhos ocultos e são capazes de ver de noite e tudo o que existe noutro mundo. Para além da crença nos "boro mangu", nos conceitos africanos existem também, de uma maneira geral, os "boro ngua" (feiticeiro), que tanto podem praticar o bem (feitiçaria benfazeja) como o mal (feitiçaria malfazeja), por utilizar, por ingestão, a substância "ngua" (drogas), que tanto pode ser utilizada para o bem como para o mal. Quando a "ngua" é utilizada para o mal, o indivíduo que a possui denomina-se "ira gbegbere ngua (feiticeiro malfazejo). [1314]

Os "boro mangu" e os "ira gbegbere ngua", após se livrarem dos seus invólucros corporais, executam sempre em grupo e em segredo os seus rituais e cerimoniais, nos quais só participam os membros da classe, após convocados, no caso dos Azande, através de um pequeno "tambor".[1315] Reúnem-se nas matas, nas moitas, ou seja, em zonas fora das áreas habitadas. Actuam de acordo com o código do grupo e, quem transgredir esse código, é morto pelos restantes membros.

Na África Negra não se toleram as forças do mal, pois na sua essência o africano é um cultor da ordem social, em oposição aos "boro mangu" e aos "ira gbegbere ngua", que são por natureza amantes da desordem. A este respeito, escreve Manuel Belchior que "o Negro é colectivista, sociável, alegre, ama a tradição, a paz e a concórdia. A negação de tudo isso é o feiticeiro".[1316] Para combater as forças do mal, existem corporação de adivinhos especializados em combater a bruxaria,[1317] os adivinhos-curandeiro e os mágicos-curandeiros. Esses agentes do bem exercem os seus poderes pela utilização de benzeduras, da magia branca, de ritos apaziguadores, de encantamentos e de drogas benéficas, denominadas "sima". [1318]

[1312] EVANS-PRITCHARD, ... - Bruxaria, ... p. 52.

[1313] GROMIKO, A. ... - As Religiões ... p. 73-86.

E. E. Evans-Pritchard refere-se ainda à existência dessa substância material em bruxos de outros povos, nomeadamente, da África Central e Ocidental (EVANS-PRITCHARD, ... - Bruxaria, ... p. 38)

[1314] EVANS-PRITCHARD, ... - Bruxaria, ... p. 282-283. Entre os Azande, a droga benéfica denomina-se wene ngua e, a maléfica, gbegbere ngua.

[1315] GROMIKO, A. ... - As Religiões ... p. 52.

[1316] BELCHIOR, ... - Fundamentos ... p. 229.

[1317] Nos conceitos de certas tribos africanas, um adivinho pode praticar também o mal. Neste caso, possui tanto o mangu como a ngua (EVANS-PRITCHARD, ... - Bruxaria, ... p. 156)

[1318] Cf. GROMIKO, A. ... - As Religiões ... p. 53, 65 e 73; e EVANS-PRITCHARD, ... - Bruxaria, ... p. 108, 282 e 284.

No contexto sócio-cultural europeu, crenças em forças sobrenaturais são também muito antigas. Assim, os portugueses de quinhentos, ao pisarem a África Negra, acreditavam na existência de bruxos, feiticeiros, sórtílegos, curandeiros, adivinhos, entre outros agentes da superstição.[1319] A bruxaria e a feitiçaria, por exemplo, eram consideradas pela Igreja Católica, a qual professavam os portugueses, como sendo a evocação de espíritos maus, através da magia negra e da utilização de drogas malignas, com vista à utilização dos poderes que Deus permitiu ao Diabo após tê-lo expulso do Céu. Neste quadro conceptual, encontra-se por exemplo a posição do então Bispo de Cabo Verde, Dom Joaquim Augusto de Barros,[1320] quando ao analisar a situação religiosa dos diocesanos cabo-verdianos, dizia que "[...] entre os cristãos não há idolatria propriamente dita, mas há uma espécie de recurso ao demónio que é mui comum e a isto é que propriamente se chama superstição [...]". E continua mais à frente: "[...] a absurda lenda das bruxas teve fundamento na mitologia grega e latina, e fez acreditar que as suas operações versam sobre três fins particulares: a advinhação de assuntos desconhecidos, execução de acontecimentos sobrenaturais com uma danada intenção, e faculdade de transportar-se pelo ar".

N. A. Molina, por seu turno, refere-se à feitiçaria e à bruxaria como instrumentos da evocação de espíritos para cometerem actos maléficos contra as pessoas, o que nos traz a ideia de que, para os europeus, a bruxaria e a feitiçaria são sempre agentes malfazejas.[1321] Margarida Afonso Rodrigues porém descreve por exemplo a bruxaria em Portugal como uma prática muito antiga, tanto para o bem como para o mal, referindo-se também à feitiçaria, ao curandeirismo, à adivinhação, entre outras forças sobrenaturais.[1322]

No caso das bruxas, as suas operações classificam-se em malfazejas e benfazejas. As bruxas malfazejas actuam durante a noite, no campo, em reuniões secretas, nas quais prestam culto ao Diabo. Elas não podem ser reconhecidas nem denunciadas. Caso contrário, quem as denuncia, morre. Como método utilizam a magia negra, o feitiço, o mau olhado, a sucção do sangue, a maldição, o agouro, entre outros. Realizam voos nocturnos e transfiguram-se em aves ou outros animais.

As práticas das forças malfazejas podem ser dominadas e desfeitas pelas bruxas benfazejas, especificamente classificadas de adivinhas, curandeiras ou espíritas, conforme a especialidade das suas práticas. As bruxas benfazejas actuam abertamente e a qualquer hora, de dia ou de noite, procurando ajudar quem as procura, pois são partidárias da ordem social, contrariamente às bruxas malfazejas. Como método utilizam a magia branca, os ritos, as mezinhas, as

---

[1319] Sobre esta matéria, leia-se, entre outros, ARAÚJO, Benedita - *Superstições Populares Portuguesas*. Lisboa: Edições Calibri, 1997. p. 125-142.

[1320] *Carta Pastoral de 6 de Fevereiro de 1899*, inserido no *Livro das Cartas Pastorais*, dos Arquivos da Paróquia de S. Miguel, na Ilha de Santiago. A Carta Pastoral em referência foi dada na residência do Bispo Dom Joaquim Augusto de Barros na Ilha de S. Nicolau.

[1321] MOLINA, N. A. - *Antigo Livro de São Cipriano (O Gigante e Verdadeiro Capa de Aço)*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Espiritualista, 1993. p. 41.

[1322] RODRIGUES, Maragarida Afonso - *Vilas e Vidas*. Torino: Edizioni Locchillo, 1988. p. 165-172.

benzeduras ou mesmo o diálogo com os espíritos, através dos quais adivinham o futuro, curam doentes, previnem desgraças e infelicidade no amor, etc.

A autora transcreve um relato de uma informante que dá conta que, em Portugal, a bruxaria não é hereditária mas aprendida, geralmente da mãe ou da avó de um noviciado ainda adolescente. Assinala que se o aprendiz tiver nascido de sete meses, o seu poder de bruxaria será mais forte do que se tiver nascido de nove.

Note-se que, quer na Europa quer na África Negra, as práticas supersticiosas visam as mesmas eficácias, utilizando métodos muito idênticos, quer na vertente benfazeja quer na malfazeja.[1323] Sendo actos secretos, quer nas culturas ocidentais quer nas afro-negras, é nas zonas rurais onde mais predomina a superstição, por se acreditar mais profundamente na força dos espíritos malignos.[1324]

3.2.2. A feitiçaria e a bruxaria em Cabo Verde: o caso da ilha da Boavista.

Quando povos portugueses e povos africanos se encontraram em Cabo Verde, as suas superstições fundiram-se, dando origem à superstição cabo-verdiana. Cremos, com efeito, que a feitiçaria e a bruxaria malfazejas em Cabo Verde são o produto do sincretismo entre os elementos, tanto do "boro mangu" como do "ira gbegbere ngua", do lado dos africanos, e os elementos da bruxaria, possuidora do princípio do mal, do lado dos portugueses. Esse sincretismo terá sido facilitado pelas semelhanças dos seus respectivos métodos e eficácias. Quanto à feitiçaria benfazeja, o respectivo sincretismo ter-se-á realizado entre os elementos da bruxaria benfazeja, do lado dos portuguesa, e os do "boro ngua", possuidores da substância "wene ngua", do lado dos afro-negros. Observe-se que em Cabo Verde, termos como "boro mangu", "ira gbegbere ngua", "boro ngua", entre outros, não se utilizam. Com efeito, os termos mais utilizados são "feiticeira, bruxa, curandeiro, adivinho", entre outros.

Não é só na Boavista que feiticeiras, bruxas, curandeiros e adivinhos povoam o imaginário cabo-verdiano. Vejamos, a título de exemplo, um facto presenciado por Henrique Oliveira,[1325] na Ilha Brava. O informante conta que na altura em que era aluno do liceu, aos 15 anos de idade, durante uma das suas férias de Verão, o seu irmão mais velho, que gostava da sua aguardente, viveu a seguinte situação: ao regressar de madrugada à casa, vindo de um baile realizado em outra povoação da Ilha Brava, ao irmão deparou-se um caixão que lhe impedia o caminho e, como mandam as regras, desviou-se pelo lado direito

[1323] Sobre as superstições portuguesas, leiam-se, por exemplo, BRAGA, ... - O Povo Português ... Vol. II; MOLINA, ... - Antigo Livro de São Cipriano (O Gigante e Verdadeiro Capa de Aço); e RODRIGUES, ... - Vilas e Vidas. p. 165-184. No que se refere às superstições afro-negras, ver, por exemplo, GROMIKO, ... - As Religiões…; e EVANS-PRITCHARD, ... - Bruxaria… .

[1324] Sobre esta matéria, leia-se RODRIGUES, ... - Vilas ... p. 165.

[1325] De acordo com o informante Henrique Teixeira Oliveira, nascido na Brava, a 27 de Setembro 1943. Foi professor de Filosofia no Liceu Domingos Ramos, da Praia, foi professor de Pedagogia na Escola do Magistério Primário, da Praia (1974-1975), e actualmente é professor de Filosofia no Liceu Pedro Gomes, da Praia.

ultrapassando o obstáculo pois, se tivesse passado por cima dele, teria morte certa, segundo a tradição; mais à frente foi atacado por um enorme gato preto cujo tamanho era sinal suficiente para ser identificado como uma feiticeira. Apanhando pedras do chão, ele atirou-as ao bicho com a mão esquerda, pois se o tivesse feito com a mão direita, nunca acertaria no mesmo. Ao atingir o gatarrão, ouviu-se uma voz de mulher gritando: — "Ai! dja bu mata-n!".[1326] De seguida, o gato fugiu.

No dia seguinte ele foi buscar o irmão e ambos se dirigiram às cercanias da casa de uma velhota que tinha fama de ser feiticeira no sentido de, às escondidas, observarem a mulher a ver se pelo andar ela não acusaria a agressão à pedrada da madrugada anterior. E para a surpresa de ambos, a velhota coxeava. Ambos ficaram convictos, frente à descoberta, de que o coxear era sinal evidente de que fora ela a atingida. Assim, exclamaram em uníssono: — "É el propi! El é fetesera!" [1327] É desses casos insólitos que, também no imaginário do boavistense, surge a personificação da feitiçaria.

3.2.2.1. A feitiçaria na Boavista

Na Boavista, a crendice na feitiçaria é um fenómeno muito antigo e abrange todas as comunidades, tanto a nível individual como a nível social. É todavia no seio das povoações que se dedicaram principalmente à pastorícia e à agricultura que se encontram mais arraigadas crendices na existência de feiticeiras e de outras formas da superstição. Eram propensas a ser feiticeira a filha mais velha, quando é o primeiro filho do casal, e a filha de sete, depois de seis rapazes do casal.

A feitiçaria também se aprendia. Neste sentido, apurámos que antigamente, quem quisesse aprender a arte da feitiçaria, podia fazê-lo mediante um pagamento a preço de ouro. Houve quem na Boavista tivesse pago um boi e uma cama para aprender a arte da feitiçaria só para se vingar de alguém.

Nessa ilha, o fenómeno da feitiçaria bifurcou-se em benfazeja e malfazeja. Havia poucas feiticeiras que só realizavam práticas benfazejas, como por exemplo Prisca Lima Melo e Ermalho Spencer. As feiticeiras malfazejas (raríssimas vezes se fala em feiticeiros), com os seus longos rabos e as suas "*luzeiras"*, em largos voos nocturnos, povoavam o nosso imaginário de criança. Reuniam-se na cumeeira dos montes e noutros lugares isolados, dali planificando as suas actividades. Os seus lugares preferidos, onde realizavam todas as terças e sextas-feiras reuniões secretas, eram entre outros o "Tódje", a "Aspédra" e o cume da "Rótxa de Santantone", situados longe das povoações.

Na crendice boavistense, para que uma feiticeira deixe a sua forma humana, tem que tirar a pele ou invólucro e guardá-la em lugar seguro e limpo: nada deve tocar nela, pois tem de se manter em estado de pureza até a reintegração do corpo da feiticeira na sua pele. Caso contrário, a feiticeira pode até morrer. Expedientes de transfiguração acontecem em todas as ilhas de Cabo

[1326] Ai! Já me mataste!
[1327] É ela mesma! Ela é feiticeira!

Verde, embora os métodos variem nalgumas ilhas. Apontemos os casos das ilhas Brava e de Santo Antão, respectivamente.

De acordo com as informações de Henrique Oliveira, na tradição bravense a condição fundamental para que uma feiticeira deixe a forma humana e possa assumir qualquer forma animal, é retirar as tripas, guardando-as em local secreto, de modo a permanecerem bem limpas, pois em caso de sujidade fica-lhe impossibilitado retomar a sua forma humana normal. As tripas são normalmente guardadas dentro de um pilão e cobertas com folhas de bananeira bem lavadas. Em caso de alguém descobrir estas tripas, pode fazer mal à feiticeira, sujando-as com uma mãozada de cinza. A feiticeira, antes do amanhecer, tem de retomar a forma humana, sob perigo de morrer.

Em Santo Antão, conforme Arcádio Monteiro,[1328] a feiticeira, antes de passar de figura humana para a de feiticeira propriamente dita, separa a cabeça do tronco e sai para a sua vida nocturna só com o tronco. A cabeça deve ficar intocável no lugar onde normalmente dorme a feiticeira. Se a cabeça for tocada por alguém, ao regressar para retomar a forma humana a feiticeira fica desorientada e pode até morrer, se não conseguir repor a cabeça no corpo. Enquanto isso, anda descoordenadamente de um lado para outro, dizendo: – "Ondê mi N pô, mi n' otxá!... Ondê mi N pô, mi n' otxá!... Ondê mi N pô, mi n' otxá!..."[1329]

As vítimas preferidas das feiticeiras malfazejas da Boavista eram as crianças, que procuravam comer, principalmente as recém-nascidas, por possuírem carne mais tenra.[1330] Contudo, só conseguiam o seu intento quando os recém-nascidos não fossem devidamente protegidos através do ritual denominado "Note de Séte",[1331] ao completarem sete dias de vida.

O "Note de Sete" era um marco muito importante para o recém-nascido, pois tanto podia viver por muitos anos como ser comido pelas feiticeiras, neste caso se não fosse rodeado de mil e um cuidados durante os sete primeiros dias após o nascimento. Com efeito, num dos primeiros sete dias de vida da criança, as feiticeiras podiam aparecer em forma de gato preto, de coruja, de leitão ou de outro animal, com a finalidade de comer a criança. Assim, era obrigatório fecharem-se as portas e as janelas e vedarem-se todos os buracos da casa, impedindo-se assim que as feiticeiras entrassem na casa onde se encontrava a criança recém-nascida. Colocavam-se debaixo do travesseiro da criança umas tesouras ou facas velhas para afugentar as feiticeiras. Era também costume espalhar sal por toda a casa e arredores, mesmo sobre os telhados, pois se as feiticeiras resolvessem fazer uma visita à criancinha, o seu corpo, sem o

[1328] Nascido a 16 de Novembro de 1926, natural da Ilha de Santo Antão. Arcádio Monteiro, hoje aposentado, exerceu, de entre outras, as seguintes funções no Estado de Cabo Verde: Topógrafo da Brigada Hidráulica (1948-1974, Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Praia (1974-1976), e Delegado de Governo da Ilha da Boavista (1976-1978).

[1329] Onde eu o pus não o encontrei! Onde eu o pus não o encontrei! Onde eu o pus não o encontrei!

[1330] Por *comer criança* deve-se entender *sugar o sangue da criança*, até provocar a sua morte.

[1331] Noite de sete ou ao sétimo dia de nascimento.

invólucro, ficaria a arder, e assim a feiticeira afugentar-se-ia a mil passos. Esses cuidados, em rituais genérica e popularmente denominados "guarda-kabésa" (guardar a cabeça),[1332] estavam geralmente a cargo de uma mestra[1333] que não só dirigia os esconjuros, à base do tradicional "figas kanhóta,... bordoléga!" (figa!), "mar de Espanha![1334] mas também velava para que tudo fosse eficaz. Enquanto isso, bebia-se, cantava-se, tocava-se e dançava-se, servindo a barulheira tanto para afugentar as feiticeiras como para manter todos os presentes atentos e alegres durante o tresnoite.

Aos adultos considerados inimigos, as feiticeiras faziam "mal féte", prejudicando-os ou mesmo matando-os. Caso a pessoa visada possuísse um espírito forte, as feiticeiras faziam tudo para matar uma outra pessoa da família, geralmente uma criança indefesa. Como exemplo, contou-nos um informante que a sua mãe brigou publicamente com uma feiticeira. A mãe levou a melhor, o que para uma feiticeira é uma afronta. Não podendo vingar-se directamente da sua rival, a feiticeira matou o filho dela, de 6 anos de idade.

Muitas vezes, após um farto manjar macabro, as feiticeiras procuravam algum viajante nocturno para lhe meter medo, atormentando-o. Na tentativa de consumar o seu intento, as feiticeiras cercavam, em forma de porco, de vaca, de burro ou de outro animal, as pessoas que viajavam à noite ou a qualquer hora dita minguada,[1335] de uma povoação para outra, particularmente da Vila de Sal-Rei para qualquer uma das povoações do interior da Ilha. Outras vezes ainda, elas simplesmente pregavam partidas a algum indivíduo de espírito fraco, ou que se encontrasse bêbado em lugares não habituais. Juventino e uma feiticeira é um destes casos. Vejamos:

– "Ó povo, mi djó-me stâ sólve!..."[1336] é, a propósito, o grito angustiante da "estória" que ouvíamos, em criança, da própria vítima, o Juventino Brito Lima, mais conhecido por "Juventinóna"[1337], nascido na Povoação-Velha, por volta de 1900. Uma certa noite, "cheio-d'água" (embriegado),[1338] vinha calmamente montado no seu burro, da Vila de Sal-Rei para Povoação-Velha, passando pelo Rabil. Às tantas, já na Aspédra, feiticeiras arrumaram-se nele, deitaram-no ao chão, fizeram dele tudo o que queriam e, finalmente, tomaram-lhe o burro e libertaram-no. A vítima fez então, da "Aspédra" à Povoação-Velha, cerca de 7

[1332] Sobra "guarda-kabésa" em Cabo Verde, que com o nascimento, o casamento e as cerimónias fúnebres formam o "ciclo da vida", ver LOPES FILHO, João – "Cabo Verde - Retalhos do quotidiano". Lisboa: Editorial Caminho, 1995, p. 19-58.

[1333] Pessoa versada em esconjurar feiticeiras e "koza-runhe". Por isso, era encarregada de dirigir as actividades de "guarda-kabésa".

[1334] O "figas kanhóta" faz-se com o dedo polegar enfiado entre o dedo indicador e o médio. Note-se que, no imaginário boavistense, "figas kanhóta" tem a mesma função de um talismã ou resguardo; bordolega, tem o sentido de algo sem valor, neste caso significando que as feiticeiras perderam o seu poder, devido ao ritual do "Guarda kabésa"; e "mar de Espanha" significa que, com o ritual do "Guarda kabésa", as feiticeiras são obrigadas a viajarem para muito longe, regressando só quando a criança já anda com os seus próprios pés e por isso se encontra fora de qualquer perigo.

[1335] Hora em que o "koza-runhe" aparece aos vivos.

[1336] Ó povo, salvei-me desta!

[1337] Se vivo, a vítima teria hoje cerca de 115 anos de idade.

[1338] Embriagado.

Km de distância, num fôlego. Chega, numa lástima, à Cruz das Almas. Finalmente e já dentro de casa, grita o Juventinóna: – Ó povo, mi djó-me stâ sólve!... O burro, porém, amanheceu morto ao sul da povoação, após as feiticeiras todas terem feito, montadas no pobre animal, uma longa viagem.

As feiticeiras malfazejas, na Boavista, não são imunes. Com efeito, a pessoa que possui espírito forte, obriga à base de açoites as feiticeiras a retrocederem nos seus intentos malévolos. A propósito, conta-se que, um certo dia, ao jantar, um espinho de peixe ficou trancado na garganta do "Nha Nóxe" (Francisco Inácio Lima), um dos maiores criadores de gado da Povoação-Velha. Os quatro filhos não entenderam o sucedido: atribuíram logo o facto à acção malévola de uma tal Marilene Brito, tida como uma das mais perigosas feiticeiras da Povoação-Velha que, por coincidência ou não, encontrava-se a trabalho pessoal na povoação do Rabil, a uns 11 km da Povoação-Velha. Então, os filhos de "Nha Nóxe" montaram em possantes cavalos e largaram rumo ao Rabil. Ali encontraram a Marilene Brito, açoitaram-na do Rabil à Povoação-Velha, eles a cavalo e ela a pé. A meio do caminho, a suposta feiticeira, sangrando, suplicou: – "ka busês sutó-me más: óra ke busês txegâ, busês ta enkontrâ busês pai bon!... – Nau", retorquiram os rapazes: "N ta sutó-be até Stanxa, até ke nu udjâ nôs pai bom".[1339] Assim fizeram. E a pobre mulher chegou à Povoação-Velha num estado lastimoso. Certo é que, quando os rapazes entraram em casa, "Nha Nóxe" encontrava se divertindo, a jogar cartas com os amigos.

Uma outra forma de se defender da feiticeira, podendo-se até matá-la, é bater-lhe com um pau, alternadamente na sua sombra e no seu próprio corpo em forma de animais, como porco, cão, gato preto e outros, como aliás aconteceu várias vezes, conforme se conta na ilha. Por exemplo, conta-se que, perto de uma certa povoação do interior da Boavista, uma famosa feiticeira apareceu a um seu inimigo, na forma de uma porca. O homem que não era para levar desaforo de "koza runhe" para casa, pôs-se de imediato a bater com o seu pau de pastor, ora na sombra ora no corpo da bicha. No dia seguinte, a feiticeira amanheceu todo dolorida, sem poder levantar-se da cama.

Não se deve porém pisar a sombra de quaisquer animais, pois, sendo o animal uma transmigração de uma feiticeira, a pessoa que pisar a sua sombra encontrará morte certa.[1340] Acredita-se também que se amarra uma feiticeira quando, pedindo água em casa de outrem, se este emborque a caneca por onde ela tenha acabado de beber. Esta é uma das técnicas para se afastar a feiticeira, utilizada aliás na maioria das ilhas de Cabo Verde, nomeadamente em S. Nicolau, Santo Antão e S. Vicente. Mas há ilhas que apresentam técnicas diversificadas, como é o caso da Ilha Brava, por exemplo. Nesta Ilha e conforme a tradição, acredita-se que o órgão sexual feminino serve de defesa contundente da mulher em caso de ataque de feiticeira: era suficiente a atacada levantar as

[1339] Não me batem mais: quando chegarem em casa encontrarão o vosso pai bom de saúde!... – Não, […] Nós te batemos até à Povoação-Velha e até depois de vermos o nosso pai bom de saúde.

[1340] *Por todo o mundo a sombra é entidade julgada quase independente do corpo que a projecta. Não se deve pisar numa sombra, crendice espalhada por quase toda a Europa. 'Quem brinca com a sombra s'assombra'* (CASCUDO, Câmara - *Dicionário do Folklore Brasileiro*. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Editorial Tecnoprint, 1972. p. 831).

saias mostrando o seu sexo à feiticeira, que geralmente se apresenta em forma de bicho. Ou então, em caso de ataque, se o atacado se refugiar junto de uma vaca, ele fica automaticamente protegido.

Casos havia em que eram as próprias feiticeiras que se afastavam de certas pessoas, devido ao espírito demasiadamente forte que essas pessoas possuíam. Como exemplo, temos ainda na memória as "estórias" fantásticas do Mateus Brígida Brito, conhecido por "Mateus de Xika de Lóka", Povoação-Velha, e do Maurício Santos Rocha, conhecido por "Moríse", Vila de Sal-Rei,[1341] relatando as suas próprias aventuras, quando eram cercados à noite por feiticeiras em forma de porco ou de gatos enormes: a um simples sinal ou mando de voz, as feiticeiras, resmungando mas obedecendo sempre, saíam do caminho; ou então, a "estória" daquele marido que, desconfiando que a sua mulher fosse feiticeira, um belo dia fingindo dormir, deixou-a despir-se da sua pele, nele colocou sal e malagueta, e está-se a ver a afronta da feiticeira quando, de regresso de mais uma laboriosa faina de feitiçaria, tornou a entrar no seu invólucro!... Uma situação parecida terá tido, entretanto, um desfecho menos traumatizante. A este respeito, conta-se que um rapaz sabia que a sua namorada era feiticeira. Mas tanto gostava dela que não fazia caso: fingia desconhecer o facto. Um belo dia, entretanto, apareceu-lhe uma tartaruga no meio do caminho e, voltando-se para a criatura, disse-lhe: – "udjâ, djó-me sabé ken bô é. Voltâ jente, parké algen pudé udjó-be, pensâ mô bô é un tataruga na devéra-devéra y mató-be".[1342] Então, toda envergonhada, de tartaruga volta a ser a sua linda e querida namorada.

As feiticeiras boavistenses, porém, nunca ficavam passivas. Pelo contrário, procuravam por todas as formas possíveis e imaginárias vingar-se duramente de quem as descobrisse, ainda que involuntariamente, mesmo que não as denunciasse. A este respeito, foi-nos relatado na Povoação-Velha que, certo dia, Marco Jonas, nascido dos finais do séc. XIX, regressava tranquilamente da Cabeça das Salinas, após um dia de apanha de sal, para a sua morada, Povoação-Velha . O Sol, na posição do meio-dia, horas minguadas, brilhava com os seus raios dourados e escaldantes. Entre Cabeça das Salinas e a morada ficava um poço, conhecido por "Fontóna". "Fontóna" transbordava de água: nos tempos áureos da pastorícia, fora um bebedouro natural adjacente ao extenso campo de pastagem dos Espargos.

Ao aproximar-se da "Fontóna", Marco Jonas viu qualquer coisa estranha e, aproximando-se ainda mais, constatou que era um monte de cabeças de mulheres, misturadas com ossos descarnados e peles. Logo reconheceu aquilo como sendo obra de feiticeiras. De imediato, tratou de salgar as cabeças, os ossos e as peles, indo-se depois esconder de trás das pedras que abundavam ao redor do poço. As feiticeiras, mulheres da sua morada, entretanto divertiam-se à brava, tomando banho nas temperadas águas da Fontóna. Elas também regressavam à morada, após um dia de apanha de lenha nos Espargos. Satisfeitos os seus apetites, saíram do poço a voar e, encontrando as suas

[1341] *Mano Mateus* e *Nha Morise* nasceram no início do séc. XX.

[1342] Olha, já sei quem és. Torne-se gente, porque se alguma pessoa te vê e, pensando que és na verdade uma tartaruga, pode matar-te.

ossaturas naquele estado, bradavam, voando sempre em largos círculos: — "Katxô, katxô, katxô, N pô N ka utxâ!... — Katxô, katxô, katxô, N pô N ka utxâ!... — Katxô, katxô, katxô N pô N ka utxâ!..."[1343] Os voos e as ladainhas repetiram-se várias vezes.

Marco Jonas, por fim, embora chocado com os procedimentos das suas conterrâneas, condoeu-se delas e, aproveitando um dos seus largos voos, lavou as cabeças, os ossos e as peles. Chegadas as feiticeiras, encaixaram as suas carapaças, puseram o seu feixe de lenha à cabeça e retomaram o caminho para a morada, numa cantarola como se nada tivesse acontecido.

Marco Jonas, entretanto, logo após ter lavado as carapaças, foi esconder-se mais à frente, atrás de umas pedras próximas de um outro poço, conhecido por "Fontinha". No momento em que as feiticeiras passavam por ele, saiu do seu esconderijo, com gestos graves, repreendeu-as do seguinte modo: — "Malcriadas, desaforadas, busês ka ten vergónha na kara!? Busês ka ten maride, fidjes y fidjas na kaza!?..."[1344] Todas as feiticeiras, uníssonas, rogaram ao homem: — "Ó Marco Jonas, pa bu saúde, ka bu flâ ningen na Stanxa, anton nu ta dó-be un rol de algodão, un lensol y un pakote de vela".[1345]

Marco Jonas chegou à casa e não disse nada a ninguém. Oito dias depois, porém, amanheceu morto na sua residência. Ele não tinha percebido a mensagem das feiticeiras, pois o algodão era para tapar o nariz, os ouvidos e o ânus; o lençol significava a mortalha; as velas eram para o seu próprio velório. Mais ainda: desconhecia que a feiticeira mata sempre quem voluntária ou involuntariamente a descobrir, mesmo que o descobridor não a denuncie.

As feiticeiras malfazejas matavam até colegas que realizassem acções não aprovadas pela classe. Neste sentido, as feiticeiras benfazejas, sobretudo as de fracos poderes, eram sempre visadas, pois, para as malfazejas há só uma ordem social: a do mal. Ermalho Spencer, feiticeiro benfazejo, foi uma dessas vítimas. Detinha grandes poderes mas já se encontrava em idade muito avançada. Por isso, os seus poderes nada lhe valeram: um certo dia, todas as feiticeiras da Boavista arrumaram-se nele e mataram-nos sem piedade. Além do mais, elas espreitavam um momento para se vingarem dele, pois só assim deixaria de praticar o bem.

Por outro lado, na Boavista, nas coisas das feiticeiras, malfazejas ou benfazejas, ninguém tocava, pois que o mexer nas coisas das primeiras trazia malefícios, e nas das segundas, reprimendas ou castigos. A propósito das reprimendas de feiticeiras benfazejas, conta-se que certo dia, pela calada da noite, um cavalo do senhor Gonçalo de Almeida teve a ousadia de ir comer plantas da horta da mais famosa feiticeira benfazeja da Boavista, Prisca Lima Melo. Ao amanhecer, esta chamou um dos seus escravos e ordenou-lhe que fosse avisar ao senhor Gonçalo de Almeida que cuidasse do seu cavalo, pois

[1343] Onde eu o pus não o encontrei! Onde eu o pus não o encontrei! Onde eu o pus não o encontrei!

[1344] Malcriadas, desaforadas, não têm vergonha na cara? Não têm maridos, filhos e filhas na casa?

[1345] Ó M. J., pela tua saúde, não diga a ninguém na Povoação-Velha, então dar-te-emos um rol de algodão, um lençol e pacote de vela".

este andava a comer na sua horta. O Senhor Gonçalo de Almeida estranhou: — "Ká pudé ser!.... ami, nha kabóle ta durmí tude dia marróde na kintal!... Ná, ka pudé ser!... Bá flâ Prisca ke mô dese bez el anganâ redondamente",[1346] disse o senhor Gonçalo de Almeida, cheio de si. — "Ben, nha dóna djâ mandâ avizâ busé",[1347] replicou o escravo.

Regressado à casa, o escravo transmitiu à sua dona a resposta do senhor Gonçalo de Almeida, mas ela nem se afligiu. Só respondeu: — "A mi djó-me sabia!...Djó-me sabia ke akel dezaforóde de Gonçalo de Almeida asin é ke el ta respondia!... Ma depois el ka ta flâ ke N ka avizá-l".[1348] Efectivamente, já tinha antevisto nas cartas a resposta do senhor Gonçalo de Almeida. Prisca Lima Melo só quis cumprir com o seu dever de advertir o infractor. Já tinha igualmente previsto que o cavalo tinha saído do quintal do dono pela calada da noite, comera e bem na sua horta e, ao amanhecer, regressara ao quintal de origem, sem que alguém desse por ele. Por isso, após ter recebido o recado do senhor Gonçalo de Almeida, sugou pachorrenta e tranquilamente um "fumaço" do seu cachimbo, depois entrou no seu quarto privativo e preparou daqueles feitiços que só ela sabia fazer.

A eficácia do seu feitiço já se viu: no dia seguinte, para o espanto de todos, o cavalo do senhor Gonçalo de Almeida encontrava-se de boca arreganhada e presa pelos dentes a uma das abóboras da horta de Prisca Lima Melo. Foi um abalo geral. Mas Prisca Lima Melo não se incomodou. Pelo contrário, quis dar uma lição ao senhor Gonçalo de Almeida mas que servisse também a todos na redondeza. Quando bem entendeu, dirigiu-se à sua horta e lá se encontrava o senhor Gonçalo de Almeida, rodeado por uma multidão de curiosos e esvaindo-se de vergonha, pois ainda não tinha entendido como aquilo tudo fora possível. Prisca Lima Melo chamou-o à parte e advertiu-o: — "Bu sabé ke Prisca nunka el ta falhâ. Pâ ese bez bu ta lebâ bu kabóle, ma ka bu dexá-l ben otra bez".[1349]

Com base na recolha da tradição oral, priviligiando informadores cujos familiares um dia foram apodados de feitiçaria, como por exemplo, Maria de Conceição Lima Melo e Marculino Lopes Spencer,[1350] apontemos aqui alguns feiticeiros que ficaram célebres na Boavista, uns por terem praticado o mal e outros por terem cultivado a prática do bem.

[1346] Não pode ser ! o meu cavalo dorme todos os dias amarrado no meu quintal! Não, não poder! Diga à P… que desta vez ela se enganou redondamente.

[1347] Bem, a minha patroa já mandou avisar o senhor.

[1348] Eu já sabia!... eu já sabia que aquele desaforado de Y assim é que ele responderia!... Mas depois ele não diz que não o avisei.

[1349] Tu sabes que Prisca [Lima Melo] nunca ela falha. Desta vez, levas o teu cavalo mas não o deixes invadir outra vez.

[1350] Maria de Conceição Lima Melo, neta de Prisca Lima Melo, nasceu a 10 de Outubro de 1921, na povoação de João Galego, onde reside; Marculino Lopes Spencer, neto de Ermalho Spencer, nascido a 24 de Setembro de 1916, na povoação de Cabeça dos Tarafes, onde reside.

3.2.2.1.1. Feitiçaria malfazeja

A ilha da Boavista conheceu várias feiticeiras famosas, a maior parte delas pelas suas maldades, conforme ainda se acredita, não só pelas crianças recém-nascidas que comiam mas também pelos "mal féte" (mal feito) que faziam às pessoas por elas tidas como indesejadas, ou por encomenda de outrem, e ainda pela morte muitas vezes cruel que davam às pessoas que as descobrissem ou lhes divulgassem, voluntária ou involuntariamente, o nome. A Marilene Brito era uma de entre as muitas feiticeiras malfazejas espalhadas por toda a ilha. Vejamos um caso protagonizado pela feiticeira Marilene, atrás referida.

Contou-nos uma informante,[1351] corroborada por várias outras pessoas, que uma tia dela foi vítima mortal da feiticeira Marilene. A tia era casada com Baleno Silva e este era irmão da feiticeira em apreço, tida como uma das mais perigosas da Boavista. Um certo dia, a tia e Marilene Brito envolveram-se numa briga muito feia, devido a questões que se prendem com a prática da feitiçaria. O Baleno não ficou contente com a sua própria esposa por ela ter brigado com a Marilene, sua irmã, por causa de feitiçaria, e repreendeu a esposa, defendendo a irmã. Esta atitude de Baleno, entretanto, desagradou à própria irmã que na sua óptica se viu desmascarada como feiticeira. E, como vimos, as feiticeiras nunca admitem que alguém as defenda ou interceda por elas, pois isto significa desmascará-las publicamente, o que, para elas, é a pior das afrontas e humilhações.

Por isso, a feiticeira planificou vingar-se do próprio irmão mas na pessoa da esposa deste. Portanto, enquanto que o objectivo da vingança era castigar o Baleno causando-lhe uma grande perda e dor, a vítima-objecto da vingança era a esposa dele.

Baleno Silva e a esposa não tinham filhos e já se encontravam em idade avançada. Para o espanto de todos, poucos dias depois a esposa do Baleno engravida. A alegria em casa foi total. Rodeada de todo o carinho e de cuidados especiais, a gravidez correu normalmente, tendo a esposa do Baleno uma barriga muito bonita, como se costumava dizer na Boavista. Impacientes e ansiosos, marido e esposa esperam o desenrolar da dita gravidez ao longo dos nove meses ditados pela natureza.

Chegou o dia tão esperado. O marido mandou chamar a parteira e todo o ritual do parto foi preenchido. Entretanto, as dores da grávida não resultavam. A um dado momento, veio a desgraça. A esposa do Baleno explode em sangue, tendo de seguida uma morte horrível. Em contrapartida, lá para as bandas do Monte Claro, a feiticeira Marilene Brito, acompanhada dos seus pares, voava do monte do mesmo nome à Lomba Gregório, toda altiva e vaidosa da sua macabra proeza: tinha-se vingado do irmão, por este a ter desmascarado, mesmo que involuntariamente, na pessoa da sua própria esposa. E assim conseguiu castigar os dois, o Baleno Silva, provocando-lhe uma grande dor, e a esposa do Baleno, com quem tinha brigado anteriormente, provocando-lhe uma morte cruel.

[1351] Maria Tavares, nascida a 14 de Fevereiro de 1918, na Povoação-Velha, onde reside.

3.2.2.1.2. Feitiçaria benfazeja

Paralelamente à feitiçaria malfazeja, havia a benfazeja. O expoente desta última era a falecida Prisca Lima Melo, que povoa o imaginário boavistense, pois ela e as suas actividades feiticistas são ainda muito recordadas na ilha da Boavista. Esta feiticeira benfazeja viveu no Campo da Serra e ali detinha grandes riquezas em gado e terrenos agrícolas. Sobre esta figura, colhemos informações em todas as povoações da ilha. Os informantes são unânimes em afirmar que, de todas as feiticeiras da Boavista, a mais famosa era Prisca Lima Melo. Ela tornou-se figura lendária, muito ligada à feitiçaria benfazeja, pois, não só curava mas também adivinhava.

A Prisca Lima Melo não praticava malefícios. Em nenhum momento os informantes ouvidos nos relataram casos em que Prisca Lima Melo tivesse utilizado a sua arte de feitiçaria para o mal, como por exemplo o de comer menino, de matar ou simplesmente de prejudicar deliberadamente alguém. Mas quando fosse incomodada, dava severos correctivos aos infractores, advertindo-os ou assustando-os previamente. Como exemplo, conta-se que certo dia, o seu pastor principal, João Évora, a informou da falta de alguns capados no campo de pastagem. Prisca Lima Melo, que já tinha antevisto o facto nas cartas, não vacilou: – "Bá flâ senhor Ploto Brito pa-l soltó-me nhas kapóde, se nãu, el ta kustá-l kóre",[1352] ordenou ao pastor, ao que este obedeceu de imediato, pois sabia que a sua dona não falhava nas suas previsões. No dia seguinte, logo de manhã, os capados roubados já estavam novamente entre os restantes do rebanho de Prisca Lima Melo.

Afirmam os informantes contactados que Prisca Lima Melo não era feiticeira: era uma grande cientista, porque tinha capacidade espiritual de saber muitas coisas passadas ou que estivessem para acontecer. Prisca Lima Melo não aceitava fazer mal por encomendas", acrescenta o informante.

Do testemunho material da existência da Prisca Lima Melo, restam tão somente os alicerces da sua casa do Campo da Serra, constituindo ao mesmo tempo um dos raros símbolos da abastança rural dos tempos da pastorícia, tal como os vestígios das casotas de Salto Mentira, Fonte Vicente e de tantas outras localidades.

3.2.2.1.3. Feitiçaria da cura

A existência de pessoas que curam é tão antiga como a humanidade e persiste até aos dias de hoje, principalmente lá onde a medicina científica é desconhecida e também onde as crendices são muito arreigadas na consciência das pessoas.[1353]

Assim como em Portugal existiam as bruxas-curandeiras que curavam doenças e prestavam outras ajudas benéficas às pessoas, também existiam na África Negra os "abinza", os "ira avure", os "binza" e os "boro ngua", que praticavam o bem ou a magia branca.

[1352] Diga ao senhor X para soltar os meus capados, se não isso vai lhe custar caro.
[1353] Cf. MOLINA, ... - Antigo Livro ... p. 41.

Cabo Verde, desde os primórdios do colonialismo, não constitui excepção. Neste quadro, na Ilha da Boavista, como ainda hoje se acredita, existiram pessoas curiosas que tinham o poder mágico da cura. Neste sentido, de acordo com vários informantes, Prisca Lima Melo e Ermalho Spencer, atrás referidos, utilizavam os seus poderes sobrenaturais também para a prática da cura, pelo que para os boavistenses da época eram a salvação de muita boa gente. Aqui está um exemplo de curandeiros-rurais na Boavista, tal qual nos sugere esta informação: - "Prisca Lima Melo curava, se fosse possível escapar o doente. Caso contrário, avisava logo a pessoa que não era fácil escapá-la da doença e podia morrer. Tinha-se muito respeito por ela, afirma um informante. Por isso, Prisca Lima Melo era constantemente procurada e a ela cabia sempre a última palavra", acrescenta. Em todos os casos e segundo é ainda voz corrente na Ilha, Prisca Lima Melo operava autênticos milagres de cura. Muitas vezes, porém, se recorria a ela tarde demais, como ilustra a seguinte passagem.

Colhemos junto de alguns informantes que um indivíduo por nome de Pedro Alcântera, nascido por volta de 1890, teve um acidente a bordo de um bote, quando pescava nos mares do Sul da ilha da Boavista. Neste acidente fracturou uma das pernas que infelizmente viria a gangrenar. Os familiares não tiveram outro remédio senão evacuá-lo, de barco à vela, para a Ilha de Santiago. No hospital da Praia a perna piorava cada dia mais. Então os familiares na Boavista, preocupados com o seu estado, procuraram a Prisca Lima Melo, pedindo-lhe socorro e cura para o Pedro Alcântera no hospital. Tarde de mais, pois, Prisca Lima Melo, que já os esperava na soleira da porta da sua casa, avisou-os de longe, nos seguintes termos: — "Djó-me sabé pamode é ke busês ben, mas dja é tarde: Pedro Alcântera kabâ de murré gurinha sin na Praia".[1354] Como as previsões de Prisca Lima Melo eram infalíveis, toda a gente sabia-o, os mensageiros, entristecidos, fizeram a meia-volta e regressaram à casa, sita na Povoação-Velha, ali por volta das 5 horas da tarde. Já na Cruz das Almas, a uns 200 metros da povoação, ouviram os gritos de choro: os familiares tinham recebido notícias da Praia de que, efectivamente, o Pedro Alcântera falecera naquela manhã.

Outras vezes, as pessoas procuravam Prisca Lima Melo simplesmente para lhe pedir orientações para as suas vidas. Para ilustrarmos este caso, um informante, corroborado por outros, contou-nos que, certa vez o senhor Ceríaco Tavares, da Povoação-Velha, mandou o seu filho mais velho ao Campo da Serra a fim de pedir a Prisca Lima Melo que visse nas cartas (adivinhasse) a sorte da sua família. Como presente, o senhor Ceríaco Tavaras deu ordens ao filho que fosse à dispensa e apanhasse três dos melhores peixes secos que lá tinha e os levasse à feiticeira. Assim fez o filho: foi à dispensa, escolheu três bons chernes e meteu-os numa sacola. Ao chegar ao Campo da Serra, bateu à porta da casa de Prisca Lima Melo e esta, ao abrir-lhe a porta, foi-lhe dizendo: — "Djó-me sabé u-ke é ke trazê-be. Pamode anton bu ka panhâ na despénsa kel amedjor

[1354] Já sei porque vieram ma já é tarde: P. A. Acabou de falecer agora mesmo na Cidade da Praia.

garopa ke bu pai Ceríaco ten la pa bu trazê-me? Mi, N ta gostâ mais é de un bon garopa!..."[1355] A feiticeira fez o seu serviço e ganhou o peixe de presente.

Desfazer ou ajudar a desfazer "mal féte" (mal feito) das feiticeiras malfazejas, era uma das outras especialidades da Prisca Lima Melo, pelo que era também muito solicitada.

Tal como a Prisca Lima Melo, o Ermalho Spencer também detinha poderes de cura, sendo por isso muito solicitado para socorrer pessoas doentes de malfeitiço e de outras causas. Do Ermalho Spencer conta-se que uma certa vez adoeceu uma senhora na Povoação-Velha. Deram-lhe toda a casta de remédio, mas nada de melhorias. Chamaram o único enfermeiro da ilha, que residia na Vila de Sal-Rei. Mesmo assim, nem a sabedoria nem os esforços do enfermeiro valeram à senhora. Assim, à medida que o tempo passava, a infeliz estava mais perto da cova. Nisso, um dos presentes lembrou-se dos poderes sobrenaturais do Ermalho Spencer: — "Deprésa, nha fidje, bá selâ nha kabóle bu bá txemâ Ermalho Spencer na João Galego pa ben sokorré ésa pobre amedjer,[1356] ordenou um outro, possuidor do melhor cavalo da povoação, a um rapaz que se encontrava logo ao seu lado. Este não se fez rogado: selou o cavalo e em pouco tempo tinha vencido os 24 km que separam o Norte da Povoação-Velha. Chegou à casa do Ermalho Spencer e este, antes que o rapaz lhe dissesse do que se tratava, ordenou-lhe: — "Nha fidje, bu pudé bá ta andâ. N'ta pegó-be pa kaminhe".[1357] O Ermalho Spencer chegou à Povoação-Velha e curou a senhora, para a alegria e admiração de todas as pessoas da povoação.

3.2.2.1.4. Feitiçaria da adivinhação

Conta-se, por exemplo, que Ermalho Spencer também "via coisas no tempo", isto é, adivinhava. Um dos informantes lembra-se das suas adivinhações, contadas pelo seu avô materno, nascido por volta de 1870. Ouviu do seu avô que uma certa vez o feiticeiro encontrava-se de visita aos seus familiares na Povoação-Velha. Essas visitas constituíam momentos de convívio e de muita alegria. Nesse dia, com um tempo convidativo, um grupo de homens de certa idade juntou-se em honra do visitante, na taberna de uma senhora muito popular na Povoação-Velha. Tomavam calmamente o seu grogue ou aguardente. Como era de costume em ocasiões do tipo, os homens saíram para uma volta à povoação, a fim de se juntarem a outros amigos e como pretexto para tomarem um grogue ali e outro acolá. E assim iam andando até que, a um dado passo, o Ermalho Spencer pára de repente e, com uma feição abatida, fixa os olhos no céu. Os amigos, nada entendendo desse gesto, perguntam admirados e ao mesmo tempo preocupados: — "Moze, kel-li é u-kê!? Bu tâ ta sintí mal?"[1358] Ao que ele respondeu, contristado, como alguém que gagueja ao

[1355] Já sei o que te trouxe. Porque então não apanhaste na despensa aquele melhor garopa que o teu pai tem lá guardado para me trazeres?
[1356] Depressa meu filho, prepare o cavalo e vá chamar o E. do Norte em João Galego para vir socorrer esta pobre mulher!
[1357] Meu filho, podes ir andando. E. do Norte pega-te pelo caminho.
[1358] Homem, o que é isto? Estás a sentir-te mal?

soletrar palavras soltas: — “Nhas amigu, kabâ de kontesé un grande trajédia gurinha sin, un desgrasa, un grande naufrájiu! Un bórke kabâ de ankadjâ gurinha sin na kósta de Norte y txeu jente djâ murré y ótes stâ riba d'óga de mar!”.[1359]

Incrédulos, os seus amigos esconjuravam, enquanto a antevisão do Ermalho Spencer ia-se espalhando pela povoação. E nisso, as pessoas iam aglomerando-se na rua de Santa Bárbara, sob uma ventania que se levantava naquele momento sem que alguém soubesse de onde tinha surgido. Só ao anoitecer é que chegaria a notícia da Vila de Sal-Rei de que, efectivamente, um navio cheio de passageiros encalhara nos recifes e cascalhos da costa do Norte, do que resultara a morte e ferimento de muita gente entre tripulantes e passageiros, para além de outras calamidades.

Esse naufrágio foi registado em 1957 por José Lopes, identificando o navio sinistrado como “Barca Cecília”, na costa do Norte da Boavista. na noite de 5 de Novembro de 1863. Do naufrágio morreram 72 pessoas.[1360] Note-se que, se o avô do informante tivesse nascido por volta de 1870, o seu nascimento dar-se-ia 7 anos depois do encalhe. Ora, nesta altura a trágica noite de 5 de Novembro de 1863 ainda se encontrava fresca na memória do boavistense. Mas fomos atrás da documentação de arquivo e encontrámos vários documentos manuscritos sobre o referido naufrágio, confirmando, assim, a adivinhação do Ermalho Spencer e as informações de José Lopes.[1361]

3.3. Crendices no “mal féte” ou malefício e no “koza runhe”

Os boavistenses, principalmente os habitantes das zonas rurais onde a pastorícia mais se fez sentir, acreditavam no mal feito e na alma do outro mundo, como forças sobrenaturais causadoras do mal. Aliás, em todo o Arquipélago de Cabo Verde o malefício era, com efeito, considerado como uma das mais terríveis práticas dos espíritos maus, por ser uma invocação do demónio, com o danado intento de fazer mal aos outros.[1362] Os agentes fundamentais dessas práticas pertencem à classe da feitiçaria e do bruxedo, a quem são encomendados os mal féte.

[1359] “Meus amigos, aconteceu mesmo agora uma tragédia, uma desgraça, um grande naufrágio! Um navio acabou de encalhar no Norte e muita gente morreu e outras estão a boiar!”

[1360] “CABO-VERDE: Boletim de Propaganda e Informação”. Praia: Imprensa Nacional. Nº 90, Ano VIII (Março, 1957). p. 30.

[1361] Naufrágio de triste memória: a Barca, de nacionalidade italiana, de 550 tnl., trazia para além da carga geral, 148 passageiros e 19 tripulantes. Das 167 pessoas a bordo, morreram 72 (IAHN, Praia, Secretaria-Geral do Governo, Cxa. 427, 1863). O fundo da “Barca Sicília” foi arrematado por Ignacio Ferreira e outros (Ofício Nº 39, da Alfândega da ilha da Boavista, de 29 de Julho de 1864, dirigido ao Secretário do Governo Geral da Província. Secretário do Governo-Geral da Província. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cxa. nº 427).

[1362] BARROS, Bispo Dom Joaquim Augusto de – “Carta Pastoral aos diocesanos de Cabo Verde”. In “Livro das Cartas Pastorais”. Calheta de S. Miguel: Regisos paroquiais, 1899, p. 4.

3.3.1. O "mal féte"

A crendice no "mal féte" era também muito arreigada no espírito do povo boavistense, o que provocava desentendimentos e conflitos de vária ordem, não só entre pessoas mas também entre familiares. O "mal féte" visa causar mal a uma pessoa, através do mau olhado, de fios de cabelo ou unhas do visado e ainda de peças da roupa interior, entre outros objectos de feitiço. Muitas vezes o mal féte tem mesmo objectivos de matar a pessoa visada. A morte de Manuel Brito Évora é um dos exemplos da crendice no "mal féte", entre os boavistenses.

O Manuel Brito Évora, segundo ainda é tido na ilha, era um dos melhores tocadores de rabeca da Boavista, quiçá de todo o Cabo Verde dos anos 20 do século XX. Conta-se até hoje que ele e mais um grupo de tocadores, da Boavista e de outras ilhas, foram chamados à Praia para tocar no palácio do governador. Virtuoso tocador de rabeca, de entre os seus colegas foi o melhor. Então, um dos seus colegas, por ciúmes, fez malefício ao Manuel Brito Évora. De regresso à Boavista, Manuel Brito Évora já não era o mesmo: - "uma doença ruim", dizem os informantes, "tomara conta do seu corpo e fugira-lhe a alegria de viver". Por isso, nem da sua maior paixão, a rabeca, queria saber. Tinha sido o malfeito de um colega dele que lhe arruinara a saúde. Por causa disso, Manuel Brito Évora atirou-se do alto da Varandinha, uma das mais temíveis falésias do lado Sudoeste da ilha, indo cair mortalmente ao mar.

Sobre a trágica morte de Manuel Brito Évora, contou-nos Teodósia Lima Rodrigues[1363] que certo dia Manuel Brito Évora passa logo de manhã junto da casa da sua prima Olívia Lima, mãe da informante, e esta convida-o para tomar um gole de café. Manuel Brito Évora que nunca recusava nada que fosse amabilidade – ele era um indivíduo alegre, amável por natureza e dado com todos – naquele dia, muito custosamente aceitou o convite da prima: entrou, bebeu alguns goles de café e saíram ele, a prima e a filha desta, por sinal a própria informante, com destino à Areia. Chegados à Areia, Manuel Brito Évora tomou o caminho do mar de Esbóxe e Olívia Lima, acompanhada da filha Teodósia Lima Rodrigues, ficou na sua horta de Firmina a apanhar feijão verde e outras hortícolas.

Muito antes da hora normal do regresso à casa, aparece uma tal Francisca Barbosa por cima de um banco de areia (duna), toda esbaforida e com ares de quem tinha visto gongon, enquanto Olívia Lima apanhava feijão. Face à imagem da Francisca Barbosa, a informante volta-se para a mãe Olívia, e diz-lhe: — "Mamã, udjâ Nha Francisca!..."[1364] Olívia Lima, estranhando ver Francisca Barbosa assim tão cedo por aquelas bandas e ainda mais com aqueles ares tão perturbados, exclama: — "Ai!... É Nha prime Manuel!... Nha korpe ka stâ bon!... Sónbra de Manuel pasâ na mi gurinha sin!...".[1365] Mal Olívia

[1363] Nasceu na Povoação-Velha, onde formou família e reside, em Maio de 1921.
[1364] Mamãe, olha D. Xika!...
[1365] Ai!.. É o meu primo Maninhe!... O meu corpo não está bom!... A sombra de Maninhe passou por mim agora mesmo!...

Lima fecha a boca, Francisca Barbosa dá-lhe a notícia da morte do Manuel, seu primo.

Ainda sobre o caso, conta-nos o informante João Santos Ramalho que ele tinha cerca de 15 anos de idade quando se deu o trágico acidente do Manuel Brito Évora:[1366] na companhia do pai, encontrava-se a pescar nos arredores da Varandinha no dia do acidente; minutos antes de receber a notícia da morte do Manuel Brito Évora, vira um chapéu a boiar no mar, foi até ele nadando e apanhou-o, pensando que tivesse sido perdido por alguém. Só depois é que veio a saber que o chapéu pertencera ao malogrado Manuel Brito Évora. Ele e o pai encontraram o corpo, já comido por tubarões num dos lados da barriga, dois dias depois na Praia de Meio, situada ao sul da Varandinha.

Assinale-se porém que nem todas as crendices resultavam em medo. Por exemplo, acreditava-se no poder de Santa Bárbara em produzir e acalmar ventanias e trovoadas. Da hagiologia católica, consta que Santa Bárbara, virgem, porque se recusara a casar, foi decapitada pelo próprio pai, a mando do Juiz Marciano, por se ter convertido à religião cristã. Em todo o mundo ela é evocada contra trovoada, raios, tempestade e outros azares ou fenómenos naturais. Na ilha da Boavista, as ruas largas e voltadas para o vento levam o nome da Santa, como uma na Vila de Sal-Rei e outra na Povoação-Velha. Isso porque ainda hoje, quando aparece uma lufada de vento, que é quase sempre associada ao gongon, fazendo redemoinhos, as pessoas esconjuram-se, gritando: - Santa Barba Virgem!...

3.3.2. O medo do *Koza-runhe*

Koza-runhe, alma do outro mundo ou fantasma, são espíritos que voltam do mundo dos mortos para atormentarem os vivos. N. A. Molina informa que os fantasmas só aparecem àqueles que acreditam nos espíritos malévolos e não aos incrédulos.[1367]

Neste mundo os espíritos maus recebem tormentas redobradas. Daí a importância do auxílio dos vivos, pedindo por eles a Deus através de orações, tanto através de missas como de responsos. Assim, recomenda-se aos vivos que não esconjurem esses espíritos, pois eles vêm ao mundo para lhes pedir ajuda e não para, de início, fazer-lhes mal. Conforme aquele autor, os espíritos maus só fazem mal aos vivos se estes os esconjurarem, trazendo-lhes várias tormentas. A crendice em fantasmas parece assim ser um fenómeno universal e muito ligada ao medo de espíritos malévolos.

Agostinho Rocha escreve que "a crendice apoderou-se do povo no passado, por contiguidade com povos de África, e por ignorância […]".[1368] Não concordamos com essa posição, pois, como defendemos anteriormente, essas crendices resultam da simbiose entre as superstições africanas e as europeias.

[1366] João Santos Ramalho nasceu em 1912, na Povoação-Velha. Ora, 1912 + 15 anos = 1927. Este é o ano provável da morte do *Maninhe Mórke.*

[1367] MOLINA, ... - Antigo Livro ... p. 37-38.

[1368] ROCHA, Agostinho – Subsídios para a História da Ilha de Santo Antão (1462/1983). Praia: Edição do autor, 1990. p. 101.

Os temores perante as perseguidoras almas do outro mundo não se encontrarão profundamente enraizados tanto na alma do colonizador como no espírito do colonizado?[1369] De facto, temos de aceitar a simbiose entre as crendice dos europeus e as dos africanos como produtora das crendices cabo-verdianas, refutando assim a afirmação discriminatória de Agostinho Rocha.

Assim, é nossa opinião que os escravos terão levado para a ilha da Boavista os espíritos africanos produtores do "koza-runhe".[1370]

Na Boavista, a existência do "koza-runhe", depois da das feiticeiras, é das crendices que, em tempos passados, muito influenciaram pelo medo os comportamentos psico-sociais do boavistense. A sua aparição acontece fora das horas normais ou seja em horas minguadas, também denominadas de horas abertas ou genérica e localmente ditas "horas de koza runhe". Conforme ainda se acredita na Boavista, não são horas de gente viva estar na rua, pois pode ver "koza runhe". Nestes casos, as pessoas transgressoras são sempre repreendidas pelos familiares. Horas de *koza runhe* são as das 12 horas para as 13 horas e as das 23 horas para as 24 horas e também da 1 hora de madrugada até à primeira *poza de góle*.[1371] Das horas minguadas, as mais perigosas são as das 12 horas para as 13 e as das 23 horas para a meia-noite.

O medo que o "koza runhe" provoca mais não é do que um desarranjo ou desequilíbrio emocional provocado pela ideia e/ou presença de espíritos malévolos. É bem provável que a solidão da Ilha, nos primeiros tempos, o escuro da noite, o silêncio monótono da planície e ainda os poucos mas sombrios montes, lugares predilectos das almas mal assombradas, tenham incentivado ainda mais o medo do "koza-runhe".

Com efeito, fruto das crendices supersticiosas, lugares havia que eram referenciados, pela via do imaginário supersticioso boavistense, de mal-assombrados ou esconsos, devido ao medo que inculcavam nas pessoas: "Tambarina de Jokin Klase", "Béku", "Unha de Kapotóna", "Paskonde", entre outros. Ora, todos esses lugares foram, desde os primórdios do povoamento da ilha, uns, grandes campos de pastagem e outros, terras agrícolas. Assim, suporte de uma economia rural, esta realidade geográfica e económica terá contribuído para uma maior interiorização do medo do "koza runhe" no boavistense.

A propósito de "Paskonde", por exemplo, contou-nos Joaquim dos Santos Lima[1372] que por volta de 1940, na sua plena juventude, ele e outros colegas parodiavam na Povoação-Velha, de onde são naturais, em comemoração à Festa dos Reis, cujos festejos centrais se realizam nas três povoações do Norte: João Galego, Fundo das Figueiras e Cabeça de Tarafes, cerca de 24 km da Povoação-Velha. Às tantas da noite, decidiram dirigir-se ao Norte. Ao passarem por "Paskonde", a uns 16 Km da Povoação-Velha e 8 Km de João Galego, de

[1369] Sobre as superstições portuguesas, no geral, e as crendices em particular, leia-se por exemplo BRAGA, Teófilo - O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições.. Vol. II. p. 39-177.
[1370] EVANS-PRITCHARD, ... - Bruxaria, ... p. 52-53.
[1371] Por "poza de gole", entenda-se canto do galo à madrugada.
[1372] Natural da Povoação-Velha, nascido a 30 de Agosto de 1915.

repente escutaram um melodiosa morna, tão bem cantada e tocada como nunca tinham ouvido. Daí que alguns dos seus companheiros começassem a esconjurar pelo que, acto contínuo, todos sentiram um medo nunca antes experimentado, o que os obrigou a acelerar os passos. Deixado para trás o "Paskonde", o medo acabou. Chegaram ao Norte e ali festejaram a bem festejar, com toda a normalidade e no meio dos divertimentos próprios da Festa dos Reis. Remata o nosso informante que se tratava de alguma "alma penada" que não tinha, em vida, festejado o suficiente.[1373]

De uma maneira geral, o "koza-runhe" ou é "gongon" ou é "kapotóna". Gongon é a representação física do espírito de uma pessoa falecida que vem ao mundo dos vivos. O gongon aparece na forma de fantasma e de ventania em redemoinhos ou vento de gongon, sobretudo nas encruzilhadas, quando por ali passa a pessoa visada. Para além de aparecer às pessoas, também penetram nelas, em forma de espírito, visando possui-las e fazer-lhes mal. Para que se tire o gongon da pessoa possuída, conforme a crendice popular, ela deverá ser severamente chicoteada com o cordão de S. Francisco.

Muitas vezes, o gongon não só aparece às pessoas na forma de fantasmas ou de ventos de gongon mas também entrava nelas. Na concepção boavistense, o "kapotóna" é uma caveira que sai da sua cova e se apresenta à pessoa visada para a amedrontar ou mesmo matá-la. Aparece aos vivos alegoricamente na forma de uma ossada desengonçada, vestida de um longo "kapote" e com um chapéu preto na cabeça. Do "kapote", veio-lhe a designação de "kapotóna". Esta alegoria da morte prefere perseguir os vivos que andem fora da casa nas horas minguadas, horas que o "kapotóna", de acordo com os boavistenses, reclama exclusivamente para si.

3.3.4. Lendas e medo: o caso das vacas da "Tia Minga"

Por lenda entendemos narrativas de acontecimentos fantásticos pertencentes à tradição popular e transmitidos de geração em geração por via da tradição oral. Algumas das lendas da Boavista que pudemos registar têm um sentido mitológico, pois através delas se tenta popularmente explicar o aparecimento de determinados fenómenos religiosos na ilha, como é o caso do aparecimento da imagem do S. Roque, assunto que será descrito no capítulo das Festas Tradicionais. Outras lendas porém muitas vezes inspiravam o medo, entroncando-se assim com as crendices locais. Como exemplo, descrevemos a lenda "As Vacas da Tia Minga".

"Tia Minga" era o nominha da Benvinda Mingao Gomes. Da lenda, conta-se na Boavista que, devido às crises prolongadas, era também hábito as mulheres frequentarem as praias de mar à procura de algum recurso para matar a fome: produtos de móia, um peixe voador, um cachalote dado à terra, pois qualquer coisa que Deus mandasse à terra servia para enganar a fome.

Certo dia, Tia Minga nada tinha em casa para comer. Então levantou-se cedo, ao sinal da segunda "poza de gole". À primeira "poza", praguejara o

[1373] Neste mesmo sentido, diz-se na Boavista que as raparigas que nunca frequentaram as salas de baile, se morrerem jovens ainda, voltam ao mundo dos vivos para com eles dançarem.

insolente galo da casa da D. Francisca Barbosa que a acordara antes das suas previsões de largada para a faina quotidiana: buscar nas praias do mar o pão de cada dia. À segunda "poza de gole" Tia Minga levantou-se, esfregou as duas mãos uma em cada olho, vestiu-se, fez a higiene matinal, engoliu, às pressas cerca de meio litro de café de uma caneca, sem "katxupa",[1374] sem pão... e de seguida acomodou as crianças, abriu a porta da frente e saiu rumo ao mar de Aniceto.

Ao chegar à praia de Aniceto, ainda o luar dominava o cenário, qual não foi o espanto da Tia Minga quando se deparou com uma manada de vacas, pachorrentamente estendidas nas praias. — Como!... Exclamou Tia Minga. — Tantas vacas nesta época de crise!... Com toda a convicção, disse para os seus botões, esconjurando e benzendo-se na testa: – Não pode ser!... Isto é coisa do Diabo!...

Tia Minga não era pessoa para tolerar desaforo de vivalmas, quanto mais do koza-runhe. É que Tia Minga parecia inverter o conceito do medo: para ela, gente viva era mais terrível do que depois de se tornar coisa do outro mundo. Assim e segura de si, Tia Minga aproximava-se cada vez mais das vacas, enquanto as descompunha: — Atrevidas!... Saiam do meu caminho!... — Pateados do diabo!... Sim, esta é obra daquele maldito pateado da Povoação-Velha que faz tudo para gente morrer de fome!... — Mas nessa vontade fica, bandido!... — Figas!... Mar de Espanha...

Face à coragem e determinação da Tia Minga, as vacas uma a uma foram entrando no mar — talvez para uma longa viagem ao mar da Espanha — e nunca mais apareceu uma vaca sequer na Praia de Aniceto. Até hoje não é recomendável estar-se sozinho nessas bandas, pois a zona é tida como lugar de pateados e de outras coisas malfazejas.

A propósito dessa lenda, numa visita que fizemos à praia do Curralinho, no dia 4 de Novembro de 1998, demos um pulo até à praia da Calheta Funda, onde pudemos observar rastos de vacas. Admirados, perguntámos ao nosso pai, Germano da Cruz Lima,[1375] porque é que as vacas ali tinham estado. Respondeu-nos que na Boavista em épocas de calor, portadores de muitas moscas e mosquitos, as vacas frequentam a orla marítima, deitando-se nas praias a fim de fugirem às tormentas desses insectos e tomarem o ar fresco do mar. De regresso à Povoação-Velha, indagámos junto de Apolinário Fortes Varela, que exerceu actividades de agricultura e de pastorícia, e de Ceríaco Leitão Brito,[1376] antigo pescador, marítimo e também pastor, tendo ambos corroborado a informação de Germano da Cruz Lima. Mais, acrescentaram que, em épocas de muito calor, já se chegou a contar para cima de cinquenta vacas numa única praia de mar. Informaram ainda que as praias preferidas das vacas, em toda a Boavista, eram as do Aniceto, do Curralinho, da Calheta Funda, da Calheta de Trás, entre outras. Talvez sejam esses factos que explicam a lenda que acabamos de descrever.

[1374] Prato típico de Cabo Verde, à base do milho.
[1375] Nascido a 28 de Maio de 1928, na Povoação-Velha, onde reside.
[1376] Nascido em 1916, na Povoação-Velha, onde reside.

Note-se que as supertições marcaram indelevelmente a psique do boavistense mas, actualmente, tendem a desaparecer.

3.4. As manifestações sócio-culturais

As Festas Tradicionais fazem parte das manifestações sócio-culturais, estas aqui entendidas como expressões públicas, organizadas ou espontâneas, que têm por objectivo imediato o reavivar colectivo de temas culturais e religiosos já consagrados pela sociedade e, por objectivo mediato, a manutenção da coesão social. Com efeito, de entre os mecanismos fundamentais das manifestações sócio-culturais destacam-se as Festas Tradicionais, estas entendidas como organizações festivas de carácter religioso, religioso-profano ou profano, comuns a todos os membros de uma comunidade e que se destinam a assinalar ocasiões especiais, como homenagem aos Santos de veneração e padroeiros de cada aglomerado populacional, ou fixar acontecimentos que marcaram a vida da comunidade, como a Festa de Cruz "Nha Lolo", por exemplo, que simboliza o fim de uma longa crise na Boavista, com a abundância das chuvas caídas.

3.4.1. Descrição das Festas Tradicionais

O cabo-verdiano foi sempre propenso ao divertimento, à alegria e à convivência, certamente como formas de compensação das energias dispendidas no trabalho. O boavistense não fugiu à regra: Gabriel Mariano, por exemplo, identifica nesse povo alguns traços da sua personalidade, como sendo "despreocupado, folgazão, levemente atrevido".[1377] Com efeito, histórica e culturalmente jovial e folgazão, aproveita sempre as suas horas de folga para o lazer e o convívio. Todavia, os momentos altos de lazer e de convívio verifica-se por ocasião das Festas Tradicionais.

3.4.1.1. Caracterização genérica dos festejos das Festas Tradicionais

Genericamente, o que caracteriza os festejos das Festas Tradicionais são, ao mesmo tempo, as práticas religiosas e profanos, sempre em torno de um Santo Padroeiro. No primeiro caso, a missa é o grande momento dos católicos.

Na ilha da Boavista, um dos aspectos fundamentais dos festejos religiosos, na sequência da missa, era a procissão. Tratava-se, com efeito, de um ritual ambulatório pelas principais ruas da localidade onde se realizavam os festejos, através do qual se inundava os espaços físicos de um clima religioso, numa autêntica humanização espiritual do ambiente comunitário. Observemos, por exemplo, a figura ilustrativa de uma porcissão na Vila de Sal-Rei, pelos festejos em honra à Santa Isabel:

[1377] MARIANO, Gabriel Lopes da Silva – "A morna expressão da alma de um povo". *CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação*. Praia: Imprensa Nacional. Nº 30, Ano III (Março, 1952). p. 19.

FIG. Nº 43
Procissão na Vila de Sal-Rei (1936)



FONTE: I. N. A. / TT. Lisboa. Fundo "O Século". Arquivo de Fotografia de Lisboa – CPF / MC.1936.

Durante o circuito da procissão, como que a tomar posse do espaço comunitário, os sinos repicavam-se à saída e à entrada do andor do santo padroeiro na igreja ou na capela, ao mesmo tempo que o fervor dos crentes, os cânticos e os foguetes se intensificavam. Por ocasião das Festas Tradicionais, especialmente durante as procissões, era costume os membros da comunidade enfeitarem as ruas com arcos de ramos de coqueiros e de tamareiras, estenderem colchas e outros ornamentos de panos nas janelas e varandas à passagem da procissão. Era um costume importado da Europa colonizadora. Terminadas a missa e a procissão, era crença que a missa tinha de ser levada para casa, senão não teria qualquer efeito, o que tornava a pessoa infractora vulnerável a espíritos malévolos. Assim, uma breve passagem pela casa e uns minutos de convívio familiar tornavam-se obrigatórios. E, a partir desse momento, espírito estava preparado para os festejos de rua, com encontros e cumprimentos entre amigos, conhecidos e mesmo desconhecidos; visitas a amigos e parentes; reconciliações; prendas, oferendas e esmolas; comida de

Anjo;[1378] baptizados de bonecas; corridas de burros e de cavalos; "koladeras";[1379] tocatinas de rua e de porta em porta, enfim...

À noite, vinha o quinto grande momento, esperado com muita ansiedade por todos: o baile. Os bailes tradicionais da Boavista eram muito populares. Neles dançavam-se a morna, o landú, a "coladeira",[1380] a mazurca, a contradança, a valsa, entre outras. Os instrumentos por excelência eram a rabeca, o violão, a viola, o cavaquinho, o banjo e, a partir da década de 50 de 1900, a bateria. Manuel Mendes recorda, 1957, os bailes antigos da Boavista, nos seguintes termos: "nos bons tempos em que não eram necessários licenças para fazer bailes, estes eram improvisados a toda a hora da noite, em Qualquer das ilhas, particularmente na Boa Vista, pessoa que em certa ocasião desembarcou nesta ilha às 22 horas, apetecendo um destes divertimentos, duas horas depois encontrava-se perante uma verdadeira festa, admiràvelmente concorrida".[1381]

As cantadeiras não podiam faltar aos bailes tradicionais.[1382] Como veremos no capítulo sobre a morna, foi com a famosa cantadeira Maria Barba, no convívio de um baile e em diálogo cantante com o Tenente Serra, que se criou a linda morna Maria Barba, um tipo de hino de morabeza da Povoação-Velha.

Observe-se que, com o aparecimento da aparelhagem, dos conjuntos musicais e com a influência das danças estrangeiras, sobretudo com a emigração para a Europa, os bailes tradicionais da Boavista vêm paulatinamente caindo em desuso.

Digno de nota em todas as Festas Tradicionais da Boavista era o abundante e bom grogue. Não faltavam fartas refeições, em todos os momentos e em qualquer casa, de rico ou de pobre, com honrarias para a famosa "buchada" e para a deliciosa canja de capado. Mas era na casa do mordomo que a organização da comezaina pública era ansiosamente esperada.

Com efeito, de uma maneira geral, os festejos da Boavista organizavam-se sob a responsabilidade de um mordomo. Esta figura veio com os portugueses e, tal como em Portugal, os moradores com o seu pároco faziam votos ou promessas ao Espírito Santo "[...] de em todos os anos elegerem um homem dos melhores do povo, a quem os mais haviam de tributar ofertas dos seus

---

[1378] Antigamente, à base de canja de carne de *kapóde* e farinha de milho, *comida d'ónje* era distribuída a todas as crianças, como sinal de gratidão ou como forma de pagar uma promessa. Outras vezes servia para exibir a opulência económica do benfeitor.

[1379] Canto-dança que progride essencialmente à base do ritmo do tambor e de palmas, enquanto a sua coreografia se desenvolve à base de umbigadas. O tambor é o instrumento membrafone por excelência utilizado na *koladera*. A *koladera* distingue-se do canto-dança *coladeira*, esta de melodia bem estruturada e definida, de compasso binário e ritmo ligeiro, cantada a solo e acompanhada por um conjunto de instrumentos, desde os cordofones aos membrafones. Este género musical possui quase sempre uma autoria bem identificada.

[1380] Dança de salão, aos pares, animada com instrumentos de corda.

[1381] MENDES, Manuel – "Poderá Cabo Verde ser um Centro Turístico?". CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação. Nº 97, de 1957.

[1382] kantaderas eram mulheres que antigamente cantavam nas salas de baile, nas ribeiras, nos campos de pastagem e de lavoura, na apanha do sal, da urzela e de sementes da purgueira e noutros lugares e actividades quotidianas.

frutos, para que com o nome de Imperador do Espírito Santo festejasse ao mesmo Divino nos dias de Páscoa, Ressurreição e Pentecoste [...]".[1383]

Na Boavista, o mordomo, homem ou mulher, era quem organizava e patrocinava os festejos. Outrora era eleito pelos membros da sua comunidade, obedecendo aos critérios de espírito de iniciativa e de probidade moral, independentemente do seu credo religioso. Neste particular, dizia-se que "o padre manda na igreja e o mordomo nas festas". Em Santiago, ainda hoje, conforme temos observado, exerce estas funções um casal, marido e mulher, denominado Juízes da Festa, escolhido entre pessoas idóneas pelos membros da comunidade.

Devemos assinalar os festejos infantis. As crianças festejavam de várias maneiras, com destaque para os bailes, geralmente organizados por um adulto mais chegado à criançada. Antigamente, muitas vezes as crianças pagavam uma quota de 2$50 a l0$00, conforme a idade. Os bailes infantis eram de violino, acompanhados por outros instrumentos de corda. Outras vezes eram os próprios violinistas que ofereciam às crianças esse deleite, dando-lhes assim a oportunidade de aprender e aperfeiçoar-se nas danças tradicionais. A dança "*koladera"*, ao ar livre, era outra manifestação cultural em que as crianças, à sua maneira, participavam com muito entusiasmo, ao lado dos adultos.

Uma outra forma de festejar era o peditório da "*parte da festa"*: as próprias crianças organizavam-se para esse peditório, amealhando alguns tostões dos parentes e de pessoas amigas. A tradicional Comida de Anjo não faltava, oferecendo o benfeitor às crianças francos momentos de confraternização. Quando isso acontecia, elas faziam autênticas correrias em direcção à casa do benfeitor, como um Ceríaco Nazarro Lima, por exemplo, sob o tradicional apelo do bando: – "Ó meniz, busês bá parâ kumida de ónje na ká Tio Diku".[1384] Na Vila de Sal-Rei distinguiu-se uma grande cozinheira de comida de anjo, não só pelas suas técnicas de bem cozinhar mas também por ser uma grande distribuidora de comida: D. Bitinha.

Durante os festejos das Festas Tradicionais registava-se uma ou outra briga entre os adultos, que muitas vezes servia para aquecer um pouco o ambiente: festa que não tivesse briga, não era boa, diziam os populares.[1385]

A este propósito, recordamo-nos ainda de uma briga entre Afonso Henriques Lima e Juvêncio Brito Lima na Povoação-Velha. Porque no momento da briga lá se encontrava o então Administrador do Concelho, Adalberto Barbosa, quis o cabo-chefe, Senhor Augusto Brito, prender os dois jovens. O Administrador, que no local espreitava divertido a briga, advertiu o cabo-chefe que deixasse os rapazes em paz, pois não faziam outra coisa senão brincar. Com efeito, no fim dessas brigas, as partes acabavam geralmente trocando uns copos ou tomando uma boa canja de capado, num mesmo prato.

[1383] BRAGA, ... - O Povo Português ... Vol. II. p. 202.
[1384] Ó meninos, vão tomar comida de anjo na casa do Tio Diku!...
[1385] Sobre o caso de Santo Antão, ler por exemplo RODRIGUES, Moacyr; LOBO, Isabel - CABO "VERDE • Festas de Romaria • Festas Juninas". Mindelo: Edição dos autores, 1997. p. 15.

3.4.1.2. A cronografia das Festas Tradicionais

As Festas Tradicionais, comemoradas em honra aos Santos Padroeiros da ilha, obedecem a uma cronografia própria, geralmente de acordo com o calendário gregoriano, de 1582.[1386] É neste quadro que a Boavista, assim como acontece em todas as ilhas de Cabo Verde, acolhe anualmente uma plêiade de festas, autênticas manifestações religiosas e sócio-culturais.

Uma boa parte dessas festas ainda hoje se celebra todos os anos na ilha da Boavista, embora com menor fulgor, em termos de intensidade e conteúdo.

Assim, para que tudo aconteça em bem e de acordo com a tradição, uma semana antes do início dos festejos propriamente ditos começa a limpeza geral, o enfeite das ruas e a caiação ou pintura das casas; no dia anterior aos festejos, dão-se os retoques finais no vestuário, cuidadosamente costurado ou seleccionado para o efeito; também procede-se à matança do *kapóde*,[1387] do *txuke*[1388] ou da galinha. Enquanto isso, para o aglomerado populacional que acolha a festa aflui grande número de pessoas, que são recebidas com toda a morabeza à entrada da povoação, geralmente na Cruz das Almas, não faltando o rufar dos tambores que dão o ritmo às frenéticas "koladeras", estas com o arrazoado das boas pragas improvisadas aos forasteiros, emigrantes, amigos ou simples merecidos. Vejamos as principais Festas Tradicionais comemoradas na Boavista.

3.4.1.2.1. Ano Novo

O Ano Novo, de carácter universal na cultura ocidental e essencialmente profano, é festejado a 1 de Janeiro. Festa trazida pelos colonos, nos rituais portugueses o Ano Novo era anunciado por S. Silvestre, que representava assim a *véspera de 'janeiras'*, dia em que à meia-noite as buzinas, herdadas dos romanos, anunciavam o novo ano. No 1º de Janeiro celebrava-se a *'Circuncisão*', que mais não foi do que uma tentativa da Religião Católica para substituir os festejos pagãos das *Estreias das Mascaradas*, *Jogos e Banquetes*.[1389]

Os festejos do Ano Novo, assim como em relação a todas as ilhas de Cabo Verde, acomodou-se aos hábitos e aos costumes boavistenses. O ponto alto desses festejos caracteriza-se pelos abraços de Boas-Festas entre os familiares, amigos e conhecidos, continuando, para uma boa parte dos membros das populações, com os "Bailes do Fim do Ano". O 1 de Janeiro, durante o dia, é reservado a visitas aos parentes e amigos e à continuação das *Boas-Festas* e, à noite, aos bailes.

[1386] Sobre este calendário, consulte-se SERRÃO, Joel (direcção de) – Dicionário de História de Portugal. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985. Vols. I. p. 435-438.
[1387] Bode castrado, engordado especialmente para a produção de carne.
[1388] Porco doméstico e engordado propositadamente para o efeito da produção de carne.
[1389] BRAGA, ...- O Povo Português ... Vol. II. p. 182.

3.4.1.2.2. Reis Magos

A Festa dos Reis Magos, ou simplesmente Reis para os populares da Boavista, é uma das formas de celebração do nascimento de Jesus e Sua revelação aos gentios, relacionando-se mais precisamente com a visita dos três Reis Magos ao Menino Jesus, recém-nascido em Belém da Judeia. É, por isso, de carácter universal. Em Portugal, de acordo com Teófilo Braga, "o `Dia dos Reis', celebrado a 6 de Janeiro, é uma forma de comemoração do nascimento de Cristo, da igreja do Oriente influenciada pelo 'achado de Osiris' (Creuzer)".[1390]

Em Cabo Verde, o Dia dos Reis é tradicionalmente comemorado em todas as ilhas, a 6 de Janeiro. Acomodados aos hábitos e aos costumes locais, na Boavista os festejos religiosos e profanos realizam-se nas povoações do Norte: Fundo das Figueiras, que é a sede da Freguesia de S. João Baptista, João Galego e Cabeça dos Tarafes. Os Reis são também festejados em outras povoações da Ilha mas em menor intensidade. Nas vésperas, crianças e adultos cantam os Reis. Em criança, nós mesmo participámos em várias cantigas de Reis na Povoação-Velha. Vejamos as letras de uma cantiga de Reis, repescada das nossas lembranças de criança:

"Deus txegó-ne us Três Reis Magos
Deus txegó-ne us Três Reis Magos
de óne en óne, d'óne koté
de óne en óne, d'óne koté.
Esta casa está bem caiada
esta casa está bem caiada
tanto por dentro como por fora
tanto por dentro como por fora".[1391]

Quando o ano era bom, isto é quando chovesse e houvesse muita produção agrícola e de gado, as pessoas que participavam nas cantigas de Reis eram brindadas com diversos produtos da terra. Caso o ano fosse mau, então ofertava-se dinheiro. Após terem recebido as prendas, os grupos das cantigas de Reis agradeciam do seguinte modo: – "Senhóra dóna désta kaza, Deus txegó-ne otre óne kome dia de oje, kon goste y ligria.[1392] E a Senhora, dona da casa respondia: – Amen!..". Do produto das prendes faziam-se merendas ou comezainas para todas as pessoas envolvidas nas cantigas, formando grupos de crianças ou de adultos.

[1390] BRAGA, ... - O Povo Português ... Vol. II. p. 185.
[1391] "Deus chegue-nos os Três Reis Magos / Deus Três Reis Magos / de ano em ano d'óne koté / de ano em ano, d'óne koté. / Esta casa está bem caiada / esta casa está bem caiada / tanto por dentro como por fora / tanto por dentro como por fora".
[1392] "A Senhora dona desta casa, Deus chega-nos outro ano como o dia de hoje com gosto e alegria".

3.4.1.2.3. Carnaval

A Festa do Carnaval, exclusivamente profana, realiza-se quarenta e um dias antes da Páscoa, o que acontece entre Fevereiro e Março. Não é tradicional na Boavista. Por influência de S. Vicente, onde é essencial e intensamente festejado, tem havido alguma tentativa, desde os velhos marinheiros boavistenses entre as ilhas, para a sua introdução no plantel das Festas da Boavista. A sua expressão, porém, até hoje é pouco representativa. Os rituais da Quarta-Feira de Cinzas, que têm lugar no dia seguinte ao dos festejos do Carnaval, são inexistentes na Boavista. Realizam-se essencialmente em Santiago.

3.4.1.2.4. Páscoa

A Festa da Páscoa, exclusivamente litúrgica, celebra-se sempre no primeiro domingo depois da Lua Cheia que se segue ao equinócio da Primavera. Da data da Páscoa derivam as datas das celebrações, respectiva e sucessivamente, das Festas da Ascensão, do Pentecostes e do Espírito Santo. Por isso são denominadas de festas *móveis*. Integrada nos hábitos e nos costumes da Boavista, a Páscoa é celebrada exclusivamente pelos cristãos.

3.4.1.2.5. Santa Cruz

A Festa de Santa Cruz, religioso-profana, tem a sua origem na descoberta da Cruz do Senhor Jesus Cristo, em Jerusalém, pela primeira imperatriz romana cristã, Helena, hoje Santa Helena, a 14 de Setembro de 320 da era cristã.[1393] Roubada a Cruz do Senhor e levada para Constantinopla, foi pela primeira vez ali celebrada a sua exaltação no séc. V, por ocasião do aniversário da sua descoberta. A 3 de Maio de 629 foi novamente reconduzida a Jerusalém, data a partir da qual o Ocidente começou a comemorar a festa da sua recondução, talvez como símbolo da libertação da Cruz das mãos da Constantinopla. No fim do séc. VII, a celebração da exaltação da Cruz do Senhor foi introduzida em Roma. Em 1960 porém, a Reforma Litúrgica fixa universalmente a Festa em honra à Cruz do Senhor a 14 de Setembro.[1394]

Em Portugal, a exaltação da Cruz do Senhor foi tão grande que motivou a construção do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, cuja primeira pedra foi

---

[1393] A propósito do achado, é dedicada à Santa a seguinte oração (extracto): "[…].Tiveste um sonho no qual viste a Santa Cruz em vossos braços. Descobristes a Cruz de Nosso Senhor, a Sagrada Coroa de espinhos, os sagrados cravos com que os Seus algozes pregaram as Suas mãos e os Seus pés no madeiro. Destes um cravo ao vosso irmão, ficastes com outro e o terceiro atirastes ao mar, para amainar a tempestade que ameaçava afundar o barco em que conduzíeis a Santa Cruz" (MOLINA, ... - Antigo Livro ... p. 467).

[1394] Sobre estas matérias leia-se Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura Nº 6. Editorial VERBO, 1980. Cols. 478-479.

lançada pelo arcediago da Sé de Coimbra, D. Telo, a 28 de Junho de 1131, que fora fundador do referido mosteiro cerca de 1070.[1395]

Trazida pelos portugueses, não conseguimos informações a respeito da data da sua introdução nas ilhas. Em Cabo Verde, é quase certo que a Festa da Santa Cruz continuasse a ser celebrada pelos brancos a 14 de Setembro, pelo menos até ao dia em que foi totalmente absorvida pelos escravos, passando a celebrar-se a 3 de Maio. No caso de S. Nicolau, por exemplo, colhemos em João Lopes Filho[1396] que, enquanto que a Festa de Santa Cruz dos escravos era celebrada a 3 de Maio, a dos brancos era celebrada a 13 de Setembro. A data da sua celebração pelos brancos a 13 de Setembro decorre, certamente, da Reforma Litúrgica atrás referida. Mas não conseguimos apurar as razões da mudança da data de 14 para 13 de Setembro!... Quanto à sua celebração pelos escravos a 3 de Maio, é bem provável que isso se deva ao facto de a Cruz ter sido libertada em Jerusalém das mãos da Constantinopla a 3 de Maio de 629. É por isso que para o escravo, tal como acontece com a Festa do Espírito Santo, a Festa da Santa Cruz, simbolizando a sua libertação, alimentou sempre a esperança de um dia quebrar as correntes do cativeiro em que se encontrava submetido pela força.

Com efeito, Francisco Travassos Valdez, que visitou todas as ilhas de Cabo Verde em 1835, dá a notícia de que Boavista é a única ilha onde "[...] no dia da Vera Cruz (3 de Maio) era, por costume antiquíssimo, occasião ali de verdadeiro regosijo publico, a ponto que durante vinte e quatro horas os escravos ficavam livres, e tão 'livres' que faziam diabruras terriveis, mesmo aos seus amos".[1397]

Não conseguimos apurar os motivos dessa condescendência dos donos de escravos na Boavista. Ou terá sido inicialmente uma estratégia armadilhada para capturar os escravos fujões? Infelizmente, não conseguimos dados que pudessem dar resposta à nossa interrogação. É ainda Francisco Travassos Valdez[1398] quem de seguida nos informa que em 1811, precisamente no dia da Santa Cruz, os escravos da Ilha da Boavista planificaram uma conspiração para se libertarem da escravidão, o que passava pelo assassínio dos seus donos. Tal intentona gorou e os escravos foram impedidos de se apossarem dos armamentos e munições da milícia, como antes tinham planificado. Francisco Travassos Valdez não o especifica mas certamente os principais cabecilhas terão sido fuzilados.

Na ilha da Boavista, para além dos preceitos religiosos inerentes a todas as Festas Tradicionais da Ilha, o 3 de Maio é o dia por excelência da "koladera". Observemos um cenário festivo, por ocasião da celebração da Santa Cruz, no Rabil, com a presença do tambor e da "Cruz da Santa Cruz":

[1395] "Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura". Lisboa: Editorial VERBO. Nº 17 (1980). Cols. 1245-1246. D. Telo faleceu a 9 de Setembro de 1136 e está sepultado no Mosteiro de Santa Cruz, junto do altar do Espírito Santo.

[1396] FILHO, ... - Ilha de S. Nicolau….., Vol. II. p. 192.

[1397] VALDEZ, Francisco Travasso - *África Ocidental – Notícias e Considerações*. Lisboa: Escriptorio de Francisco Arthur da Silva, 1864. TOMO I. p.175.

[1398] VALDEZ, ... - África Ocidental…, p.175.

FIG Nº 44

Festejo de rua da Santa Cruz, no Rabil



FONTE: Foto da autoria de Mário Évora. Rabil, 2002.

No que se refere às comemorações da Santa Cruz, Germana Soares Brito[1399] informa que no dia 2 de Maio de cada ano, véspera da Santa Cruz no Rabil, içava-se a bandeira de Santa Cruz[1400] no pau da Santa Cruz,[1401] realizavam-se "koladeras" em torno do pau, faziam-se "tocatinas",[1402] nas quais tomavam parte grandes tocadores de tambor já falecidos, como Morgado, António Piedade e Eusébio. Finalmente à noite realizavam-se bailes de rabeca.

A 3 de Maio, dia festivo propriamente dito, o pároco celebrava a Santa Missa na igreja matriz de S. Roque, seguida de procissão; de seguida retomavam-se as "koladeras" e "tocatinas" pela povoação, ao mesmo tempo

[1399] Natural do Rabil, onde nasceu a 11 de Outubro de 1932. É corroborada por Romão Gonçalves Ramos, mais conhecido por *Katok*, nascido a 19 de Dezembro de 1923, e outros informantes.

[1400] A bandeira de Santa Cruz é um quadrado branco com 47 cm de lado, atravessado ao meio por uma cruz vermelha, medindo 39 cm de braços, cada braço 5 cm de largura. Estas medidas podem variar conforme os gostos do Mordomo da Festa, quem patrocina e organiza os festejos.

[1401] Pau espetado no chão, medindo entre 3,5 a 4 m de altura por 15 a 20 cm de diâmetro.

[1402] Toque de instrumentos musicais e canto ao ar livre ou em recintos fechados.

que se iam tomando prendas ou ofertas dos populares; à noite retomavam-se os bailes de rabeca.

Vinha para Rabil gente de todas as povoações e os festejos duravam cerca de três dias. Apolinário Fortes Varela informou-nos que, conforme ouviu da sua mãe, a Festa da Santa Cruz era a "Festa dos Negros" e que, por ocasião das suas comemorações, se faziam muita "koladera", corridas de cavalo e de burro nos antigos povoados do Rabil, como Moradinha, Nossa Senhora das Dores, Chã de Losna, Cabeçada, e Boaventura. As corridas de cavalo e de burro, acrescenta o informante, realizavam-se da Chã de Nossa Senhora das Dores, passando pelo Béku, até ao Rabil. Nesta povoação também realizavam-se corridas de cavalo na Chã de Baguincho. Nas zonas da Moradinha e de Nossa Senhora das Dores a família Lacaio era antigamente muito influente, tendo inclusivamente a cabeça da família, o próprio Lacaio que, mesmo à revelia dos populares, fazia sempre as vezes de Mordomo dos festejos.[1403]

Mais tarde, Lacaio foi destronado por José Brígida Brito Gomes, mais conhecido por Monkite, natural de Povoação-Velha onde nasceu e residente no Rabil, onde nasceu a 4 de Maio de 1905 e faleceu a 1 de Fevereiro de 1998. De acordo com Marinha Silva Pinto,[1404] foi Monkite quem introduziu os festejos da Santa Cruz na Kabesada, pois antes a Santa Cruz era festejada só na Boaventura. Nessa altura, era Mordomo dos festejos a Liza de Palmira, que fora precedida por Palmira e Gustinha. Como Mordomo, Monkite mandou construir uma Cruz na Cabeçada, dedicada à Santa Cruz. Para além de organizar os festejos, também oferecia comida, bebidas, drops e outros ingredientes a todos os festeiros. Esta comezaina poderá ter tido as suas origens nos costumes dos bodos ou comezaina pública entre os celtas e muito em voga no tempo do rei português D. Manuel I.[1405]

Quanto à Vila de Sal-Rei, Auta Maria Duarte Pereira[1406] conta que os festejos da Santa Cruz, no dia 3 de Maio, se realizavam junto da Cruz das Almas do Largo da Cruz que, na ocasião, era toda vestida de panos e ramagens, deixando de fora só a cruz propriamente dita. Na casa de Maria Celeste, Manuel Ana Pires (Manel d'Ana), nascido em 1886, vendavam os olhos às pessoas que de seguida dirigiam-se à Cruz das Almas, ao som dos tambores, dos cantos das mulheres-koladeras[1407] e dos apitos, a fim de participarem no ritual do kortâ góle gabésa. Este ritual, que também era muito praticado por ocasião dos festejos do

---

[1403] *Lacaio*, conforme consta na Boavista, mais precisamente nas povoações do Rabil e da Estância de baixo, era um indivíduo *de un kone só* (indivíduo de uma estatura física bruta, que come muito, possuidor de muita força e, por isso, proibido de bater em outras pessoas). Foi deportado da Ilha do
Maio. Devido à sua força bruta, na Boavista praticava muitos abusos, nomeadamente apropriar-se descarada e indevidamente de coisa alheia, como animais, por exemplo.

[1404] Nasceu na povoação do Rabil, a 18 de Julho de 1923. Esta informação é corroborada pela própria filha do Monkite, Germana Soares Brito e por outros informantes da Boavista.

[1405] BRAGA, ... - O Povo Português ... Vol. II. p. 201. *Bodo* tem o sentido de comezaina pública.

[1406] A informante é natural de S. Nicolau, nascida em 12 de Setembro de 1931 e residente em Sal-Rei a partir de 1942. As suas informações são corroboradas por Serapião António Oliveira.

[1407] Para designarmos a mulher que canta e dança na *koladera*, utilizamos doravante a expressão *mulher-koladera*.

Espírito Santo, constituía um dos pontos altos dos festejos. Eis uma figura da "Cruz das Almas":

FIG. Nº 45
Cruz das Almas do Rabil



FONTE: Foto do autor, no sentido Sul-Norte.
Rabil, 2006

Esta tradição terá vindo de Portugal, mais precisamente da vila de Nisa, de onde era exclusiva a festividade do corte dos galos. Em Nisa, os membros da comunidade ofereciam galos que eram recolhidos de porta em porta por um

mordomo; de seguida, os melhores galos eram seleccionados, atados um a um na corda fatal e então sacrificados com uma espada por aqueles que os ajustam e compram à divindade que se festeja. Segundo José Diniz da Graça Mota e Moura, citado, tratava-se de uma imitação deturpada dos sacrifícios que os romanos anualmente votavam a Ceres, filha do deus Saturno, e a Cibele, divindade ligada à agricultura.[1408]

Na Boavista, deturpou-se "corte dos galos" para "kortâ góle kabésa", cujo ritual em que todos os que quisessem podiam participar, consistia no sacrifício de um galo, nos seguintes modos: enterrava-se o galo até ao pescoço, ficando de fora só a cabeça; sentado numa mesa ao lado, um Secretário cobrava a cada participante algumas moedas e, de seguida, vendava os olhos a cada um dos participantes com um pano, dava-lhe algumas voltas em redor do galo; abandonado à sua sorte, com um pau e ao som ensurdecedor dos tambores e dos cantos das mulheres-koladeras, o participante ia tentar cortar a cabeça ao galo; o tamborilar e a gritaria das koladeiras destinavam-se a desnortear a pessoa que ia tentar cortar a cabeça ao galo, num tempo pré-estabelecido de 5 minutos; findo esse tempo e se não conseguisse, cedia o lugar a uma outra pessoa; se por acaso conseguisse, tornava-se dono do galo, que se destinava a canja para todos os participantes; porém, no próximo ano, o vencedor teria que oferecer um outro galo para o sacrifício. O galo morto destinava-se a fazer canja para todos os membros da comunidade presentes. Servida a canja, os festejos terminavam.[1409]

Com o povoamento da ilha do Sal por Manuel António Martins, que antes era considerado o dono da Boavista, os festejos à Santa Cruz ter-se-ão estendido àquela Ilha.

3.4.1.2.6. "Pidróna"

"Pidróna" segue imediatamente à Festa de Santa Cruz, a 4 do mês de Maio, ainda no Rabil. De índole eminentemente profana, esses festejos foram introduzidos no plantel das Festas da ilha a 4 de Maio de 1971, pelo simples facto de alguns rapazes folgazões, liderados por Joaquim de António Santiago, conhecido por Móne Antone Táta, e Luís Bernardino Lima, terem decidido brincar em torno de uma pedra de grande porte situada junto à empena da casa de Nha Txansa. Contam os informantes que no dia seguinte ao da Festa de Santa Cruz, Joaquim de Guida, à laia de brincadeira, resolveu correr atrás do Móne Antone Táta em torno de uma pedra grande. Como não conseguiu alcançá-lo, Joaquim decidiu então tirar a pedra do seu lugar e colocá-la num lugar estratégico, pelo que contou com ajuda de outros rapazes, como por exemplo Manuel Maria Morais, Jorge Eugénia Gomes, Valério Evaristo José Ramos e outros. Tal procedimento foi rodeado de toques de tambores, de "koladera" e de muito grogue. Como mulheres-koladeras participaram: Izolina

[1408] José Diniz da Graça Mota e Moura, citado por BRAGA, ... - O Povo Português ..., Vol. II. p. 205.

[1409] Era uso entre os Celtas fazerem-se grandes banquetes, o que ainda persiste nos bodos e festas do Espírito Santo (BRAGA, ... - O Povo Português …, Vol. I. p. 64).

Fortes Alves, Alice Fortes Alves, Marí de Lorença, Néta de Txansa, Maria das Dores Ramos Tomar, Pascolina Fortes Alves, Rosa Ramos e outras. Estava assim dado o mote para o surgimento de mais uma festa na Boavista, cujo móbil era a busca de uma razão para mais algum divertimento.[1410] É curioso notarmos que em S. Nicolau os festeiros utilizaram a mesma estratégia para prolongar as "brincadeiras" da Festa de S. Pedro, a 29 de Junho: o S. Pedrinho.

Voltando à Festa da Pidróna, a partir das brincadeiras atrás descritas criou-se uma Comissão ad hoc que se encarregou de preparar e organizar os festejos para o ano seguinte. Para dar um carácter menos profano, encimaram a pedra com uma cruz, à imagem da Cruz da Sanat Cruz. Observemos um aspecto dos festejos da Pidrona, esta encimada pela Crus da Santa Crua:

FIG. Nº 46
Aspectos de festejos junto à Pidrona



FONTE: Foto de Mário Évora, no Sentido Sul-Norte. Rabil, 2002

E assim nasceu a "Festa da Pidróna". Caídos porém em desuso logo depois devido às secas e crises que se seguiram, os festejos da Pidróna seriam entretanto retomados, e desta feita para ficar, a partir de 1986.

Pela Pidróna, com muita koladera, brinca-se ao Kolá-Boi: um brincalhão veste-se de boi e, imitando o animal, lá vai ao som de tambores, dando chifradas a quem apanhar pela frente. Chifrada a "vítima", ela é imediatamente multada a pagar uma certa quantia em grogue; à Polícia: um ou vários brincalhões vestem-

[1410] Estas informações foram prestadas pelos próprios autores da criação da *Pidróna* e por outros informantes que presenciaram as cenas que deram origem aos festejos.

se de polícia e, indiscriminadamente, lá vão prendendo os mais incautos que, para se livrarem das malhas da justiça, terão que pagar cauções em grogue. Tudo termina em grandes festejos de rua e de bailes, numa autêntica confraternização.

3.4.1.2.7. S. Roque

S. Roque é, na Boavista, uma festa religioso-profana. Nascido em meados do séc. XIV em Montpellier, na França, S. Roque foi o Santo mais popular na Europa Ocidental, do século XV ao século XIX. A popularidade deste Santo é notória na Boavista, pelo facto de ser o único Santo que ali é homenageado em duas povoações e em duas datas diferentes, como veremos mais à frente.

O nome Roque veio-lhe de uma cruz vermelha na pele do peito. Em vida carnal, S. Roque sofreu de lepra e, nos finais da sua vida, vivia da esmola de um seu vizinho que lhe mandava diariamente pão por um cão. É tido por advogado na peste. Tanto é que, por exemplo, quando a peste vitimou Veneza, foram instituídas, segundo Ferreira de Mitra, as quarentenas e o culto a S. Roque.[1411] O Santo foi muito venerado na Antiga Cidade da Ribeira Grande, Santiago, tendo sido ali elevada uma capela à sua honra, que centraliza os festejos em comemoração à Festa à ele dedicada, a 16 de Agosto. S. Roque esteve preso por suposta espionagem e morreu no cárcere.

A Festa de S. Roque não consta do plantel das Festas Litúrgicas arroladas por Teófilo Braga no livro que vimos citando. Só encontrámos uma referência à igreja de S. Roque em Lisboa, onde os jesuítas instituíram o "Jubileu das Quarenta Horas, *com pomposas festas da igreja*", para impedir o povo de festejar o Carnaval.[1412] Sabemos entretanto que na cidade do Porto existe uma copiosa igreja dedicada a S. Roque, assim como no Bairro Alto, em Lisboa.

Da sua implantação na Boavista, diz uma lenda popular[1413] que, dos destroços do naufrágio, no Porto de Farrapa, de um barco de nacionalidade francesa, uma imagem do Santo veio a sair dias depois sã e salva na Praia de Meio, sita ao lado do referido porto; logo foi acolhida pelos populares, passando daí em diante a ser o Patrono da Povoação-Velha. Devido a esse milagre, a Praia de Meio passou a denominar-se, até hoje, de Porto de S. Roque. O que é certo, na Boavista a Festa de S. Roque é festejada a 8 de Maio na Povoação-Velha e a 16 de Agosto na Povoação do Rabil, para onde a imagem do Santo foi transferida em 1810.

[1411] Citado por VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa-Rita – "História da Medicina em Cabo Verde". Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1987. p. 45.

[1412] BRAGA, ... - O Povo Português ..., Vol. II. p. 191.

[1413] Contou-nos essa lenda Benvindo Searêncio Brito, nascido na Povoação-Velha a 10 de Janeiro de 1941, no que é corroborado por outros informantes. Benvindo Searêncio Brito, afirma, ouviu a lenda da sua tia-avó Maria Lourença Brito (*Lénxa*), nascida por volta de 1890, na Povoação-Velha.

Os festejos nas duas povoações da Boavista prendem-se, segundo os mais idosos, à paixão do S. Roque[1414] pela sua povoação preferida: Povoação-Velha. A este propósito, conta uma outra lenda popular em torno do Santo que, após a construção da Igreja Matriz de S. Roque no Rabil,[1415] a imagem do Santo foi transferida para a referida igreja. Este facto desagradou ao S. Roque: Cheio de raiva, a imagem do Santo foge para a Povoação-Velha, recolhendo-se à sua humilde capela. Descoberta, ela é novamente conduzida à igreja matriz do Rabil. Resolve então fugir outra vez, mas esconde-se atrás de uma pedra, sita a uns 500 metros da sua querida Povoação-Velha. Denunciada por um cão, a imagem é novamente encontrada. Desgostoso das pessoas da Povoação-Velha por não terem protegido a sua imagem, o Santo nunca mais fugiu da igreja matriz do Rabil, onde até hoje se encontra. Os populares do Rabil iniciaram então a sua devoção ao S. Roque, homenageando-o anualmente com uma Festa a 16 de Agosto. Arrependidas, as pessoas da Povoação-Velha passaram a partir daí a chamar a pedra onde S. Roque por duas vezes se escondera de "Pédra *de* S. Roque"*,* constituindo-se, por isso, em lugar de veneração por ocasião da celebração da missa do dia de S. Roque na Povoação-Velha, a 8 de Maio de cada ano. Com efeito e de acordo com informações colhidas junto de populares da Povoação-Velha, após a missa na actual capela de Nossa Senhora, as pessoas, em procissão, iam até à Pédra de S. Roque, conduzindo a imagem do Santo aos ombros, passando pelas principais ruas e regressando à referida capela. Esta tradição caíra em desuso[1416] mas o Pe. Guy, então pároco da Freguesia de Santa Isabel, tentou a sua recuperação em 1994. Com a morte inesperada deste padre em 1999 e com a ausência de padres na Povoação-Velha, deixou-se de realizar a referida procissão.

Temos a assinalar que S. Roque tornou-se Santo Padroeiro do Rabil a partir de 1810, quando se transferiu a sede da Freguesia de S. Roque da Povoação-Velha para a então "villa do Rabil".[1417] Daí, o imaginário do boavistense ter criado a lenda das fugas do S. Roque, atrás relatada. No "Martirológio Romano", porém, faz-se referência a S. Roque a 16 de Agosto.[1418] Assim, com a transferência oficial da sede da Freguesia de S. Roque para o Rabil, é normal que a data da comemoração da Festa ao Santo também mudasse, de acordo com o estipulado no Martirológio Romano.

> A fuga de santos não termina com a de S. Roque. Como exemplo, apontemos uma lenda em Santo Antão que narra, de acordo com informações de Arcádio Monteiro, a fuga de São João, do Porto Novo para a Ribeira das Patas, onde permanece até às vésperas de S. João, altura em que regressa a Porto Novo, aos ombros de populares. Mas há outra lenda que vem de longe: no programa da RTP África do dia 24 de Junho de 1998, às 24 horas e 35 minutos, informa o apresentador a um dado passo, que a construção do

[1414] Denominação carinhosa que ainda hoje na Povoação-Velha se atribui ao Santo.
[1415] A Igreja Matriz do Rabil acabou de construir-se em 1806.
[1416] Até à sua recuperação, não temos presente essa tradição (nascemos a 30 de Janeiro de 1952).
[1417] VALDEZ, ... - África Ocidental ..., p. 168.
[1418] Grande Dicionário Enciclopédico. Lisboa: Editorial VERBO, 1997. Vol. III. p. 414.

Templo de Jericó no local onde se encontra deve-se ao facto de os bois que transportavam o respectivo santo terem-se recusado a dar mais um passo, quando pisaram o referido local.

Uma outra lenda[1419] narra que, pelos festejos de S. Roque, saía-se em procissão da igreja matriz do Rabil, na Boaventura, e o cortejo dirigia-se à capela de Nossa Senhora das Dores, situada num ermo ao sul da povoação da Estância de Baixo. O comando profano do cortejo encontrava-se sob a responsabilidade do então Regedor do Rabil, sempre postado à frente. Chegado ali, S. Roque gritava: — "Ó Branca das Dores!... Dás licença para que o Roque entre?" E então a porta abria-se de par em par. Neste momento o S. Roque, todo altivo e com todo o cortejo, entrava na capela à guarda de Nossa Senhora das Dores.

3.4.1.2.8. Cruz de "Lolo"

A 28 de Maio festeja-se, profanamente, a Cruz de Lolo.[1420] Esta Festa surgiu, segundo algumas pessoas, em 1929 e, segundo outras, entre 1930 e 1932, em homenagem a Lolo. Conta-se que Boavista passava por uma grande crise e que, milagrosamente, chove com abundância nesse ano. Em jeito de boas graças às copiosas e bem-vindas chuvas, um senhor de Estância de Baixo, por nome de Lolo, resolve oferecer à população uma rica refeição, junto a uma cruz que se passou a chamar de Cruz de Lolo, às vezes denominada "Cruzinha Lolo";[1421] mas existe uma outra versão um pouco diferente: diz-se que efectivamente havia crise e que, de repente, chove com abundância. Mas, contrariamente ao que a primeira versão diz, não seria Lolo a oferecer a comezaina mas sim o "djunta-mon" ou entreajuda das populações. Diz ainda esta versão que a crise de 1940 teria conduzido os festejos da Cruzinha Lolo ao esquecimento, até que a população da Estância de Baixo, sob a liderança de alguns rapazes, fá-los ressurgir entre 1976 e 1977.

O certo é que, a partir de 1976/77, todos os anos realizam-se festas de carácter pagão junto da Cruzinha Lolo, com tocatinas, tambores, koladeras, baptizados de bonecas, estas geralmente personificadas numa abóbora ou noutro fruto da terra, simulação de casamentos, com landú e tudo, para além das tradicionais corridas de burro, de cavalos, etc.; elege-se a Rainha da Festa, geralmente uma senhora idosa; quem simplesmente a tocar, paga uma multa e quem a beijar, paga a dobrar. Oferecem-se bebidas e, de seguida, a habitual comezaina, que também é de graça. A animação termina com grandes e participados bailes. Estes festejos, que eram celebrados a 28 de Maio de cada ano, passaram a ser realizados, por decisão da população, no último sábado do mesmo mês, a partir de 1993. Isto porque, não sendo feriado o 28 de Maio ou

[1419] Esta informação foi-nos transmitida por Mário Lima e outros informantes da Boavista.
[1420] "Nha Lolo" era avô do popular e divertido Ricardo Ben'Oliel (*Ti Maninhe Karol*), nascido na Estância de Baixo em 1894.
[1421] "Cruz das Almas", perto da Povoação de Estância de Baixo, em redor da qual se realizam os festejos à "Cruzinha Lolo".

não coincidindo esta data com Sábado ou Domingo, as pessoas estariam a trabalhar e assim não teriam tempo de festejar como manda a tradição.

3.4.1.2.9. Espírito Santo

A Festa do Espírito Santo, ou "Espírito de Javé ou Eloim", entre os judeus,[1422] de índole religioso-profana na Boavista, remonta à antiguidade cristã.

Em Portugal, como informa Teófilo Braga, a Festa do Espírito Santo era conhecida entre os populares por "Páscoa rosada" e, na linguagem litúrgica, por Pentecoste. Para o pe. Manuel da Esperança, citado por Teófilo Braga, as festividades ao Espírito Santo foram instituídas em Portugal pela rainha D. Isabel, esposa de D. Dinis, em Alenquer, de onde passou para Sintra e depois para todo o país. A sua introdução em Portugal, "[...] andava ligada às cerimónias religiosas contra a peste [...]", através das quais as populações faziam anualmente "[...] gravíssimas deprecações ao divino Espírito Santo, para que os livrasse de tão grande estrago [...]".[1423]

Com essas motivações, a Festa ao Espírito Santo era celebrada popularmente em várias localidades de Portugal incluindo os Açores, nos dias da Páscoa, Ressurreição e Pentecostes, com os seguintes ingredientes: folias; comezaina ou bodos do Espírito Santo; missa e procissão, com cantigas e danças; elevação de um mastro no meio do largo dos festejos, encimado por um pombo ou uma pequena bandeira do Espírito Santo; exibição da bandeira do Espírito Santo pelas ruas; ofertas, geralmente em produtos agrícolas e da pastorícia; cantos litúrgicos e profanos; bailes públicos e outros. Assim como se praticava na Idade Média, era costume em Portugal a utilização do tambor nos festejos profanos e religiosos ao Espírito Santo, como por exemplo nas margens do rio Zêzere nos Açores, e em Monção nas procissões do "Corpus Christi".[1424]

Em 1763 ainda se celebrava a Festa do Espírito Santo em Portugal continental, pelo menos na paróquia de Santos. Entretanto, enquanto decaíam, a partir dos meados do séc. XIX no Continente, devido a certos abusos dos festeiros, a escândalos e a motins que vinham desde 1560 e 1694, respectivamente, as celebrações à Festa do Espírito Santo continuavam porém vivas nas ilhas dos Açores, de que se tornaram Festa característica.[1425]

Em Cabo Verde, o Espírito Santo era cultuado em todas as ilhas. Apropriada pelos escravos, esta Festa passou a ser o móbil da sua Páscoa, pois acreditavam que a sua libertação aconteceria um dia graças ao Espírito Santo, através do mastro. Na ilha da Boavista, a Festa do Espírito Santo, associada ao culto ao Coração de Jesus, celebrava-se de entre os meses de Maio e Junho de cada ano, ou seja pelo Pentecostes, 50 dias depois da Páscoa dos colonos.

[1422] Para não pronunciar o nome de Deus, os judeus utilizavam a sigla E. S., com os significados de Espírito de Deus, Poder Divino, Purificação Messiânica, esta anunciada por João Baptista (Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Nº 7. Lisboa: Editorial VERBO, 1980. Cols. 1250-1251).
[1423] BRAGA, ... - O Povo Português ..., Vol. II. p. 201-202.
[1424] BRAGA, ... - O Povo Português ..., Vol. II. p. 202-203 e 208.
[1425] BRAGA, ... - O Povo Português ..., Vol. II. p. 203-207.

A Festa celebrava-se no Rabil, na Vila de Sal-Rei, em João Galego e em povoados já desaparecidos, tais como Moradinha, Nossa Senhora das Dores, Chã da Losna, Curral Velho, entre outros. Embora tipicamente religiosos, em que o ponto alto era a Santa Missa, seguida de procissão, realizavam-se festejos pagãos, nos quais a koladera era o elemento fundamental.

Na Vila de Sal-Rei festejava-se intensamente o Espírito Santo tanto com missa como com jogos lúdicos e Miron ou Festa do Mastro:[1426] junto de uma cruz de pedra calcária improvisava-se um altar, em redor do qual fincava-se um pau no solo, de cerca de 20 centímetros de diâmetro por 3 metros de altura, que era denominado mais genericamente de *mastro*; no topo do mastro, em vez de pombo ou bandeira, como se fazia em Portugal e se faz na Vila do Paul, Povoação e Cuculi, Ilha de Santo Antão,[1427] colocava-se uma lanterna acesa.

Em João Galego, o mastro era enfeitado de papel multicolor, de bolos, de "midje alióde" ou milho torrado, de espigas de milho, de garrafas de grogue de cana e de coisas mil. Este particular de revestir o mastro com produtos agrícolas era em Portugal, segundo José Diniz da Graça Mota e Moura,[1428] uma tradição da Vila de Nisa, no Alto Alentejo onde, por ocasião das Festa do Espírito Santo, os antigos camponeses erigiram à sua honra uma capela, elevaram-lhe um estandarte e, no topo do pau, colocaram um molho de espigas de milho e um bolo, como símbolos da fertilidade agrícola. Esta simbologia parece encontrar-se também nos rituais do Mastro das *Bandeiras da Ilha do Fogo*.[1429]

No que se refere a Rabil e a João Galego, enquanto no primeiro predominavam actividades lúdicas em que participavam crianças, jovens e adultos, no segundo predominava o Miron.

Germana Soares Brito, atrás citada, informou-nos que, por ocasião das Festa do Espírito Santo, na povoação do Rabil faziam-se *koladeras* junto do pau ou mastro do miron, colocado geralmente junto da casa da Maria de Piedade Gomes. Maria de Piedade Gomes e Vicente Adolfo Gomes, seu marido, carinhosamente conhecido por *Pá Txansa*, foram os Mordomos da Festa do Espírito Santo até 1961/62. Com a morte de *Txansa*, a função de Mordomo passou a ser exercida pelo filho José Brígida Brito Gomes. O mastro era forrado com ramagens de tamareiras, de tarafes e com flores de acácia martins. No topo do mastro o Mordomo colocava uma lanterna acesa, para a qual cada família contribuía com um bocadinho de petróleo.

Diferentemente de João Galego, nos mastros do Rabil e da Vila de Sal-Rei, respectivamente, não se punha comida: enfeitados, neles e em cada um só se colocava uma lanterna que, com a sua luz do Espírito Santo, iluminava os arredores durante um mês.

[1426] Esta tradição foi deixada em Santo Antão pelos antigos frades e pelos açorianos (ROCHA, ... – Subsídios para a História da Ilha de Santo Antão (1462/1983). p. 53). Para além de Santo Antão e Boavista, o "Miron" é também tradicional nas ilhas Brava e de Santiago.

[1427] Arcádio Monteiro, atrás citado, informa que na Povoação, Ilha de Santo Antão, ao pé do Miron viam-se muitas velas acesas, cujas lágrimas eram recolhidas pela criançada que as levavam para casa e eram transformadas em novas velas para iluminar a casa.

[1428] Citado por BRAGA, ... - O Povo Português ..., Vol. II, p. 205.

[1429] Sobre esta matéria, leia-se o artigo "Bandeiras da Ilha do Fogo", de Félix Monteiro (Claridade (revista de arte e letras). Mindelo: Grupo Claridade. Nº 8 (Maio, 1958), p. 14-15.

Na Vila de Sal-Rei, conforme alguns informantes,[1430] a Festa do Espírito Santo recebia o nome de Festa da Cruz do Espírito Santo. Nessa Vila, conforme eles mesmos ouviram dos mais idosos, esta Festa comemorava-se no Largo da Cruz, situado na Zona de Santa Bárbara.

Ainda na década de 60 de 1900, festejava-se com fulgor a Cruz do Espírito Santo, conforme testemunhos dos nossos informantes. Tudo começava a partir da "Rotxinha", pequeno monte situado a norte da Vila de Sal-Rei: a poucos metros, ao sul da Rotxinha havia um calvário onde se guardava uma cruz muito bem vestida.

Todos os anos, uma semana antes do dia da Cruz do Espírito Santo, uma senhora de nome Idalina, que era o Mordomo da Festa, recebia de cada pessoa da Vila de Sal-Rei um bocadinho de petróleo que se destinava a manter acesa a luz de uma lanterna pendurada no mastro da Cruz do Espírito Santo, todo vestido de pano. Essa luz era considerada como a Luz Guia do Espírito Santo. Durante a semana que antecedia os festejos propriamente ditos, muita gente ia rezar e pedir para os seus ao pé do mastro. No último dia da semana, a luz era arriada do mastro e as pessoas ainda bem cedo, caminhavam a pé até à Rotxinha onde iam buscar a Cruz, ao som de koladeras. Sempre ao som do tambor e ao ritmo da koladera, dali a referida Cruz era transportada para um altar preparado no Largo da Cruz, junto do qual as pessoas kolavam o dia inteiro. O informante Serapião Oliveira esclarece que se ia à Cruz do Calvário da Rotxinha buscar a respectiva Cruz, para se ajuntar à Cruz Principal, na Rua da Santa Bárbara, a fim de cumprimentar a Santa Isabel e os restantes Santos da igreja matriz da referida Santa.[1431]

Conforme os informantes atrás referidos e outros, durante os festejos do Espírito Santo tanto no Rabil como na Vila de Sal-Rei, realizavam-se para além do kortâ góle kabésa atrás descrito, várias actividades lúdicas, destacando-se entre outras, as seguintes: 1) Enfiada da Agulha: com uma linha e uma agulha muito fina, seguem os corredores a pé, numa distância pré-determinada, na sua sina de enfiar a linha no buraco da agulha; 2) Kebrâ moringe: montados a cavalo em grande velocidade, os cavaleiros tentam quebrar os moringos de boca larga pendurados em fila num estendal de cordas, fixado no sentido perpendicular ao sentido da corrida do cavalo. Dos moringes saíam pombos do Espírito Santo que voavam pelos ares. Este jogo era antigamente muito praticado também na Ilha do Fogo, onde se denominava Kebrâ-bidjas; 3) Pegâ Kéda: trata-se de um tipo de luta-livre, muito praticada em todas as povoações e localidades da Boavista. Não conseguimos uma imagem dessa luta na Boavista. Por isso, como ilustração utilizamos uma imagem da prárica dessa luta em S. Vicente. Vejamos:

[1430] Como testemunha José Carlos Lima Mosso, nascido a 5 de Agosto de 1966: é funcionário da Câmara Municipal e investiga a música e as Festas Tradicionais da Boavista.

[1431] Observe-se que a Cruz processional aparece no Ocidente com as *estações romanas*. A devoção ao Crucifixo, isto é, à Cruz com Jesus Cristo nela cravado, começou na Síria, tendo sido no século VI utilizada sobre o altar e, nesta nova modalidade, adoptada pelos romanos. Daí a utilização do Crucifixo sobre o altar generalizou-se para todos os espaços da cultura ocidental ("Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura". Nº 6. Lisboa: Editorial VERBO, 1980. Col. 479).

FIG. Nº 47
Luta da Luia (Pegâ kéda)



FONTE: Instituto de Investigação Científica Tropical. http:// www.iict.pt

Na Boavista, por ocasião dos festejos do Espírito Santo, todas as tardes, durante os quatro dias que duram os festejos, os rapazes mais valentes "ta pegaba kéda"[1432] junto da Cruz do Espírito Santo, pelo que eram rodeados de muitos espectadores, nomeadamente as namoradas. A luta era ganha, geralmente, pelos que melhor dominavam as técnicas de "passar gónxe": "gónxe pur dentre"; "gónxe pur fora"; "gónxe das duas pernas", "zoedjóna", entre outras técnicas da luta-livre, utilizadas empiricamente.

[1432] Praticavam luta livre.

Observe-se que os prémios de todos esses jogos, geralmente constituídos pelos produtos das quotas pagas pela população ao Mordomo da Festa, pertenciam aos vencedores, aos vencidos e a toda a população. Destinavam-se a comezainas, bebidas, bailes e outros divertimentos. O que restasse, em dinheiro, ficaria para os festejos do ano seguinte.

Terminados os festejos, mais precisamente após o ritual do kortâ góle kabésa, descia-se a lanterna do mastro e a cruz era reposta no seu pedestal, perto da Rotxinha, onde permaneceria até ao ano seguinte, quando tudo recomeçava.

3.4.1.2.10. Santo António

Santo António nasceu em 1190 em Lisboa, de uma família rica e de cavaleiros da reconquista contra os árabes, que dominaram a Península Ibérica durante mais de cinco séculos. Estudou na Sé Catedral de Lisboa e no Convento de Stª Cruz, em Coimbra, onde se fez franciscano. Seguiu depois para Norte de África, desejando seguir as pisadas dos Santos Mártires de Marrocos.[1433] Fixou-se em Pádua, onde foi grande pregador, vindo ali a falecer mais tarde.

Canonizado pelo Papa Gregório IX a 30 de Maio de 1231, veio a ser declarado Doutor da Igreja pelo Papa Pio XII a 16 de Janeiro de 1946. Santo milagreiro, é tido no seio do povo como Santo de todo o mundo e visto como remédio contra todos os males.[1434] Por isso era muito venerado pelo povo, nomeadamente com responsos. Vejamos duas das quadras do responsório típico e universal a Santo António:[1435]

> "Se milagres desejais,
> Recorrei a Santo António;
> Vereis fugir o demônio
> E as tentações infernais.
>
> Recupera-se o perdido,
> Rompe-se a dura prisão
> E no auge do furacão
> Cede o mar embravecido".

[1433] TAVARES, Jorge Campos - *Dicionário de Santos*. Porto: Lelo & Irmão, 1990. p. 22-23.

[1434] Ao Santo é universalmente dedicada a seguinte oração supersticiosa: "Meu glorioso Santo António, com sua força bendita, ajudai-me nesta jornada, para que eu possa conseguir (objecto do pedido); com o seu cordão de prata, que traz em sua cintura, prender o que eu desejo, até que venha em minhas mãos, sem prejudicar os meus irmãos. Mesmo com minhas necessidades, mostrai-me o caminho a seguir, na vontade de Deus. Se estiver em meu caminho alguma cilada, desmanchai-a e o mal que nele estiver seja por vós destruído, com a permissão do Pai, pelo vosso poder e merecimento, meu glorioso Santo António. Assim seja" (MOLINA... - Antigo Livro ..., p. 450).

[1435] MOLINA... - Antigo Livro ..., p. 470.

De acordo com as crendices portuguesas, o Santo António tem de satisfazer todos os pedidos dos seus devotos, nem que for amarrado, como às vezes acontece. Ele deve propiciar casamento a quem lho peça, pois o Santo é universalmente tido como casamenteiro. Tanto é que até petições escritas lhe entregavam na sua igreja, como, por exemplo, "[...] uma requerente pede ao Santo pelas almas de seu pai e de sua tia Maria Dias, que lhe alcance casar com quem ela tem no sentido, com o seu Luís".[1436]

Na Itália, os lavradores e comerciantes observavam com cuidado o desenvolvimento das sementeiras de cereais durante a "trezena de Santo António", de 1 a 13 de Junho.[1437] Em Portugal, adoração a Santo António poderá ter as suas origens na devoção dos criadores de gado a Santo Antão, derivado por sua vez do culto a "Aton" ou "Adon", deus pastor.[1438] Em Lisboa, de acordo com o "Annuario das Tradições Portuguesas",[1439] pela Festa de Santo António era tradição as crianças pobres armarem tronos nas ruas, desde os primeiros domingos de Maio até ao dia 13 de Junho, para pedirem esmolas aos transeuntes *para a cera do Santo* ou velas para serem acesas em honra a Santo António.

Na ilha da Boavista, a Festa de Santo António celebra-se no dia 13 de Junho, em torno de uma capela situada em campo aberto, mais ou menos no centro da Ilha. A construção desta capela rodeia-se da seguinte lenda, o que poderá explicar a origem desta Festa, na Ilha:[1440] em meados do século XIX, um indivíduo abastado da Vila de Sal-Rei mandou transportar em burros mantimentos e outras cargas, de entre elas uma imagem de Santo António, para o interior da Ilha. A partir de uma determinada altura, o burro que carregava o Santo recusou-se a avançar, parando estaticamente sobre um cabeço, localizado a Leste do monte que hoje se denomina "Rocha de Santo António". Fizeram tudo para que ele continuasse a marcha, mas o burro não arredava o pé dali. Alguém se lembrou de retirar o Santo do ceirão. Acto contínuo o burro, muito alegre, recomeçou a marcha. Milagre! Por ser considerado milagre, o indivíduo abastado mandou construir no mesmo sítio uma copiosa capela, em louvor a Santo António. A partir daí, o sítio passou a ser lugar de veneração ao Santo e, por isso, de festa. Ainda criança, temos na memória a "Ká Djô Pinto" (Casa de José Pinto), uma vistosa casa mandada construir pela família Pinto sobre um pequeno morro, a Norte da referida capela. Terá sido a família Pinto quem mandara erigir a referida capela? Não encontrámos dados que no-lo pudessem confirmar. De qualquer modo, a capela ainda lá está, constituindo um ponto de encontro, onde Santo António de Pádua Milagroso é muito venerado pelo povo, com a seguinte oração: "se procuras milagre pelo patrocínio do António Santo, a morte, o erro, a calamidade, a lepra, o demónio, e põe-te logo

---

[1436] Ribeiro Guimarães, citado por BRAGA, ... - O Povo Português ..., Vol. II. p. 209.
[1437] BRAGA, ... - O Povo Português ... Vol. II. p. 209.
[1438] Nota explicativa nº 11 à fotografia do Altar de Santo António em Óbidos, na Estremadura (SANTOS, Moisés Espírito - Fontes Remotas da Cultura Portuguesa. Lisboa: Assírio & Alvim, 1989. p. 176-177).
[1439] Citado por BRAGA, ... - O Povo Português ..., Vol. II. p. 211.
[1440] Esta lenda foi-nos contada por Marinha Silva Pinto, conforme ouviu-a da sua mãe, nascida por volta de 1900.

em fugida. Aplaca os mares, a tempestade, restabelece os membros paralíticos e cessa a indigência: di-lo a todos os mercadores da Pádua".

Outrora, Santo António era uma das Festas Tradicionais mais concorridas da Ilha, pois em torno da sua capela concentravam-se caravanas e mais caravanas de pessoas, vindas de todas as povoações, principalmente da Povoação-Velha, Rabil e Estância de Baixo. Para além da missa e procissão, Santo António era festejado com tambores e koladeras, corridas de cavalos e de burros e bailes. Ainda hoje recordamos a famosa canja de kapóde de Sabina Monteiro da Rocha, da Estância de Baixo, "moradeira"[1441] da casa dos nossos avós, na Povoação-Velha, pelas Festa de Nossa Senhora da Imaculada Conceição.[1442]

A Festa de Santo António galvanizava multidões. O ponto alto da festa tinha lugar nas famosas corridas de burro e de cavalo, principalmente quando os montadores entravam nas povoações, fazendo acrobacias e mil maravilhas sobre suas montadas, previa e especialmente treinadas para o efeito. Neste ponto, abrimos um parêntese para recordarmos alguns dos grandes domadores de animais e habilíssimos montadores de cavalo da Boavista, como por exemplo Manuel Evaristo Lima, natural do Rabil (falecido), Filipe Tavares, natural da Povoação-Velha, e tantos outros. Da nossa infância, lembramo-nos do popular, divertido e já falecido Ricardo Ben'Oliel, carinhosa e respeitosamente conhecido por Tio Maninhe Karol. Ti Maninhe Karol, habilíssimo curador de animais e montador de cavalo, era sobretudo uma pessoa afável, que a todos deleitava, grandes e pequenos, tendo dado origem a um sem número de partidas que ainda hoje se contam na Boavista. Por isso, ficou na nossa memória de criança. Recordemos também o Severo Livramento Lima, natural da Povoação-Velha, aquela figura como um fio de linha sobre o seu cavalo, de pernas e braços abertos, às vezes de braços cruzados, lá na curva da Cruz das Almas da sua Povoação, ou já atravessando aquela perigosa esquina da casa Manuel Encarnação Lima, subindo "Spitalóna" acima. Estas façanhas repetiam-se várias vezes, por exemplo sob os repentes[1443] das irmãs, hoje falecidas, Antónia Cristina Lima, natural da Povoação-Velha, Maria Cristina Lima e Prisca Lima, ao som do "tum-raka-tum-tum" do cadenciado tambor de João Coelho, também falecido, no que eram acompanhadas dos "oi sabe!" das mulheres do "baxon".[1444]

[1441] Denominação dada aos hóspedes que vinham das outras povoações e que durante os festejos "moravam" (habitavam) em casas de amigos, ou de parentes.

[1442] Curioso notarmos que junto da capela-mór de santo Antão, em Óbidos, havia uma cozinha com um forno onde se preparavam os assados de carne, autênticas refeições gratuitas e públicas, denominadas bodos (SANTOS, ... - Fontes Remotas da Cultura Portuguesa. Nota explicativa nº 10. p. 176-177).

[1443] Ditos improvisados e arrastados, em forma de versos. Do latim repente, significando, que se arrasta**.**

[1444] Baxon é um termo que na Boavista significa coro. Isto é, uma "mulher-kantadera" canta uma morna a solo e um grupo de outras "mulheres-acompanhantes" responde em coro; ou então, uma "mulher-koladera" tira um repente de uma "koladera" e as "mulheres-acompanhantes" respondem em coro.

Em Cabo Verde, Santo António era também festejado noutras ilhas. Com efeito, por volta de 1885, segundo Teófilo Braga, o Santo António era festejado também na Ilha de Santiago, nos seguintes moldes: no 1º de Junho, duas meninas saiam pelas ruas pedindo oferendas; no dia 11, um homem anunciava a solenidade tocando corneta ou búzio; reunindo assim a multidão, formavam-se dois grupos, sendo um denominado *'os brancos*' e outro *'os escravos*'; de seguida, a imagem do Santo era colocada numa barraca em forma de capela, também chamada de *casa de oração*; terminados ritualmente esses preparativos, no dia 14 ou 15 mandava-se rezar uma missa, para a qual as pessoas se trajavam a rigor e durante a qual se comportavam à forma pagã; após a missa, os convivas regressavam à casa, onde os esperava uma farta comezaina, seguida no dia seguinte de ladainha, para a qual eram convidados os melhores cantores; cinco dias depois da missa, um escravo era obrigado a simular o roubo da imagem do Santo e ir vendê-la algures, cujo produto era destinado à missa e às festanças; de seguida, o mesmo escravo era novamente obrigado a resgatar, à sua custa, a imagem do Santo e recolocá-la no seu lugar de origem. E assim terminavam os festejos.[1445]

3.4.1.2.11. São João Baptista

A Festa de São João Baptista, religioso-profana, prende-se ao solstício de Verão a 24 de Junho. Segundo Teófilo Braga,[1446] os festejos do solstício de Verão têm as suas origens entre os povos indo-europeus e semíticos. Este autor refere que as Festas de São João têm o mesmo fenómeno solar das "festas de Julen", dos antigos Esquimós que povoaram a Península Ibérica em épocas recuadas.[1447]

João Baptista, o Precursor de Jesus Cristo na terra, foi o primeiro mártir do Cristianismo. No deserto da Judeia, em penitência permanente, pregando e baptizando inúmeros fiéis, ali deu baptismo ao próprio Jesus Cristo, o Messias.

João Baptista foi preso por Herodes Antipas, a quem denunciava de ter cometido adultério com a própria sobrinha e cunhada. Viria a ser decapitado, a mando de Herodes. É o único Santo a quem a Igreja Católica dedica duas festas litúrgicas: uma a 24 de Junho comemorando o seu nascimento, e outra a 29 de Agosto, data do seu martírio, na qual se celebra a sua morte.[1448] É Santo Padroeiro dos alfaiates, peleiros e correeiros; dos presos, dos condenados à morte e dos músicos. Em todo o espaço onde ele é venerado, como em Portugal, Cabo Verde e Brasil, São João é também tido como casamenteiro, mulherengo e dorminhoco.

Em Portugal, já em 1464 praticava-se a "cavalhada na véspera de São João com sina e bestas muares".[1449] Nos Açores e na vila de Nisa, Portugal

[1445] BRAGA, ... - O Povo Português ..., Vol. II, p. 210-211.
[1446] BRAGA, ... - O Povo Português ..., Vol. II, p. 211.
[1447] BRAGA, ... - O Povo Português ..., Vol. I, p. 60.
[1448] Grande Dicionário Enciclopédido. Lisboa: Editorial VERBO. Vol. II. p. 576-577.
[1449] Documento da Câmara de Coimbra, citado por BRAGA, ... - O Povo Português ..., Vol. II, p. 212.

continental, rapazes e raparigas faziam fogueiras nas ruas, sobre as quais saltavam e em volta das quais brincavam, cantavam ao som da viola e de outros instrumentos.

São João Baptista é Santo Padroeiro da freguesia do mesmo nome, na Boavista. A Festa à sua honra, o São João Baptista, tendo entrado na Boavista com a colonização portuguesa, é ainda hoje a festa principal das três povoações da Freguesia de São João Baptista: João Galego, Fundo das Figueiras e Cabeça dos Tarafes. É comemorado a 24 de Junho de cada ano. Os festejos em honra ao Santo Padroeiro centralizam-se na sede da Freguesia, Fundo das Figueiras, onde se mandou erguer, nos finais do séc. XIX, uma Igreja ao Santo. Trata-se de uma Festa com festejos religios e festejos pagãos. Na vertente religiosa, o ponto alto culmina com a procissão, depois da Santa Missa, colo ilustra a figura a seguir:

FIG. Nº 48
Procissão em Fundo das Figueira, em honra a S. João Baptista, 2002.



FONTE: Foto de autoria de Mário Évora. Fundo das Figueiras, 2002.

O fervor religioso leva os crentes a fazerem grandes oferendas ao Santo, que são depois leiloadas a favor da Paróquia. De acordo com Arcádio Monteiro, o hábito de se leiloarem as oferendas por ocasião do São João é também praticado na ilha de Santo Antão durante as festas de romaria.

Na vertente pagã, tal como nos Açores e na vila de Nisa, Portugal continental, faziam-se fogueiras nas ruas, sobre as quais as pessoas, crentes ou não, saltavam e em volta das quais também brincavam e cantavam em louvor ao Santo Padroeiro. As fogueiras de São João terão, provavelmente, as suas origens remotas na "[...] fogueira que Santa Isabel – mãe do Precursor – mandara acender no alto da colina em que morava, a fim de, por aquele sinal ignívomo, avisar sua prima, a Virgem Maria de Nazaré, do nascimento do seu filho".[1450]

Muito praticadas em Portugal, nomeadamente em Nisa e nos Açores, as fogueiras de São João, ou simplesmente "lumenór", eram também intensamente vividas em toda a Boavista, nas vésperas e no dia da Festa propriamente dita. Nessa ilha, acreditava-se no poder das cinzas da fogueira de São João em afugentar ventanias. Por isso, as cinzas muitas vezes eram religiosamente guardadas e lançadas ao ar, nos momentos de temporais ou ventanias. Registe-se que, segundo Kuhn,[1451] em certas zonas da França, como por exemplo *Poitou*, *Touraine* e *Commercy,* as fogueiras de São João faziam parte de uma festa pagã cujo objecto era esconjurar a estiagem. Ora, na Boavista, a ventania é muitas vezes sinal de estiagem.

Acreditava-se também na Boavista, tal qual em Santo Antão e em outras ilhas de Cabo Verde, na magia do ovo, feito na noite de São João Baptista.[1452]

Um outro elemento muito vivido durante os festejos de São João Baptista era as corridas de cavalo e de burro, ao som do tambor e do canto das mulheres-koladeras. As corridas e o tamborilar de São João[1453] terão sido herdados, certamente, das cavalhadas ou da Festa dos Cavaleiros de Óbidos, por ocasião da Festa de São João em Portugal.

No dia seguinte ao do São João Baptista, brinca-se o S. Joãozinho, mais conhecido por Pau de S. Joãozinho. No Porto Novo, Santo Antão, festeja-se também o S. Joãozinho, regozijando-se assim do regresso do Santo da Ribeira das Patas, para onde tinha fugido. Na Boavista, o centro dos festejos do São Joãozinho é na Cabeça dos Tarafes e o ponto alto dos festejos acontece quando é amarrada uma vítima a um pau, que só será libertada sob o pagamento de um resgate. O responsável pela coordenação dos festejos é um Mordomo ou Cabeça da Festa, todos os anos eleito para o efeito.

Do nosso tempo de adolescência festejámos o São João Baptista, na Ribeira de Julião, concelho de S. Vicente. Da nossa vivência de Santiago, participámos dos festejos ao São João em Chã de Igreja, na Freguesia de São João Baptista. Festeja-se também o São João Baptista no concelho do Porto Novo, em Santo Antão, onde o São João. Nessa Ilha, para além dos elementos tambor, koladera, gastronomia tradicional, aguardente de cana fabricada localmente e outros, no kolá São João entra a componente o navio de São João, cuja simbologia tanto pode representar a antiga caravela portuguesa ou o antigo

[1450] RIBEIRO, ... – Brasil no Folclore. p. 220.
[1451] Citado por BRAGA, ... - O Povo Português ..., Vol. II, p. 214.
[1452] Sobre a superstição do ovo de São João, leia-se MOLINA, ... - Antigo Livro ..., p. 291.
[1453] Do tambor nos festejos de São João em Portugal, dá notícia Leite de Vasconcelos, citado por BRAGA, ... - O Povo Português ..., Vol. II, p. 214.

palhabote do canal S. Vicente-Santo Antão!... Na Brava, o kolá São João é mais conhecido por Kolá Kabalo e não tem a umbigada do kolá São João das outras ilhas:[1454] o que se kóla como o São João é a kolinha. É curioso notar que, na Ilha do Fogo, no kolá San Jon, conforme as nossas observações num dos festejos do 1º de Maio, os cavalos ladeiam-se,[1455] conduzidos pelos respectivos cavaleiros, ao som do tambor.

3.4.1.2.12. Santa Isabel

A Festa de Santa Isabel, religioso-profana, é festejada na Vila de Sal-Rei a 4 de Julho, em homenagem à Santa Isabel. Filha de Constança da Sicília, nasceu em 1271 e morreu em 1336. Casada com D. Dinis, rei de Portugal, depois da morte do marido recolheu-se no mosteiro de Santa Clara. Era tão amiga como protectora dos pobres e dos doentes que lhe chamavam, ainda em vida, de Rainha Santa. Esteve presa em Alenquer, acusada pelo próprio marido. Por interceder sempre pela paz, é também chamada de "anjo da paz". Neste sentido, é dedicada à Santa Isabel a seguinte oração: "Ó Deus, autor da paz e da caridade, que destes a santa Isabel de Portugal a graça de conciliar os desunidos, concedei-nos por sua intercessão trabalhar pela paz, para que possamos ser chamados filhos de Deus".[1456]

Canonizada pelo Papa Urbano VIII a 25 de Maio de 1625, Santa Isabel é padroeira de Portugal. É atribuído à Santa o milagre das rosas. Conta-se que certo dia de Janeiro a Isabel carregava pães para pobres famintos quando, inesperadamente interceptada pelo marido que lhe perguntou o que levava na cesta, respondeu: rosas. Antes de fechar a boca, os pães tinham-se transformado efectivamente em rosas, o que era estranho, pois o mês de Janeiro não era época de rosas. Observe-se que o milagre das rosas foi primeiro atribuído a Isabel da Hungria, por sinal sua bisavó, nascida em 1207 e falecida vinte e quatro anos depois.

Na Boavista, Santa Isabel é padroeira da Vila de Sal-Rei, onde se construiu em 1857 uma Igreja à Santa. Durante os festejos, para além da Santa Missa e bailes, realizam-se hoje não só vários tipos de desportos, com destaque para corrida de cavalo, regatas e torneios de futebol, mas também manifestações culturais. Antigamente, davam-se fartos almoços populares e realizavam-se também o pegâ kéda, o miron e o kortâ-góle-kabésa. Hoje, tanto os almoços como as lutas-livres e os jogos praticamente caíram em desuso.

No dia da Santa Isabel, antes da Santa Missa assistia-se à cerimónia religiosa dos botes na Baía da Vila de Sal-Rei. Mais precisamente, as embarcações vinham até aos lados da rua Santa Bárbara, acompanhando assim a cerimónia religiosa em terra. Essa cerimónia realizava-se com procissão, orações, cânticos e bênçãos dirigidos pelo pároco da Freguesia, nas imediações

[1454] De acordo com Henrique Teixeira Oliveira. Esta informação é corroborada por outros informantes da Brava e pelos meus alunos, naturais daquela Ilha, no Instituto Superior de Educação.
[1455] Na gíria popular, diz-se que o "cavalo dança".
[1456] "A Capela de Santa Isabel2.. Praia: Hospital "Agostinhos Neto", 2000. (contra-capa).

da Cruz das Almas na Rua da Santa Bárbara. De acordo com a tradição oral, tratava-se da "bênção do mar", com oração e aspersão do mar com água benta pelo oficiante. A procissão continuava até à igreja, seguindo-se a liturgia eucarística. Só depois desta terminada, ocorriam a regata a partir do cais da Alfândega, os concursos de natação e do pega-kéda na Praia de Diante.

3.4.1.2.13. Nossa Senhora da Piedade

A Festa de Nossa Senhora da Piedade celebra-se a 15 de Agosto. Quanto à sua origem portuguesa, só colhemos em Teófilo Braga[1457] a notícia de que pela Eucaristia (ou Corpo de Deus), celebrada depois do Pentecostes, fazia-se uma procissão nas vésperas de *Nossa Senhora de Agosto*. Será essa Nossa Senhora de Agosto a mesma figura da nossa Senhora da Piedade? Não conseguimos, infelizmente, a resposta.

Na Boavista a festa, religioso-profana, era antigamente comemorada no Campo da Serra, mais precisamente na Chã de Nossa Senhora da Piedade, onde aliás existia uma capela particular, pertencente portanto a alguma família proprietária de gado.[1458] Isto leva a crer que a Festa de Nossa Senhora da Piedade foi introduzida na Ilha da Boavista por algum colono ido de Santiago e devoto da Santa. Em Santiago porém a Nossa Senhora da Piedade corresponde à Nossa Senhora da Graça, Padroeira do concelho da Praia. Na Ilha do Sal festeja-se a Nossa Senhora da Piedade. A Festa de Nossa Senhora da Piedade terá sido levada da Boavista para a Ilha do Sal por António Manuel Martins, que da Boavista se transferira a partir de 1834, a fim de explorar as salinas de Santa Maria e de Pedra de Lume. Para tanto, levou também consigo todos os seus escravos, familiares, capitais e instrumentos de extracção do sal.

Na Boavista, com a decadência da pecuária e da pequena agricultura, desapareceram *ipso facto* tanto a festa como a capela. Mas na década de 60 do séc. XX, a Festa de Nossa Senhora da Piedade foi transferida para a povoação mais próxima, João Galego, no Norte, onde foi construída uma nova capela dedicada à Santa. A imagem da Nossa Senhora da Piedade foi então para ali transferida e até hoje é muito venerada. Conta-se a esse propósito que Maninhe Mília, de nome próprio Gabriel Correia, natural de João Galego, grande fazedor de cordas de coco, era muito devoto à Santa. Para cada corda que ele vendesse, oferecia à sua Santa 2$50. Acontece que não chovera havia muito e que, por isso, grassava crise por toda a Ilha. As cordas não se vendiam. Aborrecido com a sua sina, um belo dia, nada tendo vendido após um dia árduo de trabalho mas querendo agradar à Santa, dirigiu-se à capela e, ajoelhando-se junto do altar, avisou a sua devota: "Nósa Senhóra, oje nada N ka bindé. Asin, N ta dó-be sô $50. Se bu kré mais, bu ten ke bá fazé kórda móda mi".[1459]

[1457] BRAGA, ... - O Povo Português ..., Vol. II, p.206.

[1458] Da última visita que fizemos ao local, no dia 23 de Agosto, as ruínas lá estavam, com a banda da parede do lado de Leste ainda de pé.

[1459] "Nossa Senhora, hoje nada vendi. Assim, dou-te apenas $50. Se queres mais, tens que ir fazer corda como eu".

3.4.1.2.14. Nossa Senhora das Dores

Não conseguimos dados sobre os rituais religiosos da Festa de Nossa Senhora das Dores. Isto deve-se ao desaparecimento prematuro do povoado do mesmo nome e, consequentemente, da decadência da sua capela e da transferência da imagem da Santa para a igreja de S. Roque, no vizinho Rabil. A notícia que temos é a de que, antigamente, era festejada no Rabil exclusivamente, conforme Paulina Silva[1460] e outros informantes, com a realização de grandes corridas de burros e de cavalos. Perto da Estância de Baixo existia uma capela votada à Santa, mandada construir no século XIX pela família Almeida. Na parte frontal da referida capela encontram-se as lápides dos túmulos dessa família.

Um outro boavistense, Rufino Santos Pinto, conhecido por *Plote de Máximo*,[1461] informou-nos que a festa a Nossa Senhora das Dores realizava-se a 24 de Setembro, no Rabil, com grandes corridas de burro e de cavalo. As corridas de burro faziam-se da Boaventura à Cabeçada e vice-versa, enquanto as de cavalo realizavam-se na antiga Chã de Espargona, hoje campo de aviação. Para estas corridas vinham pessoas de todas as povoações da Ilha. Havia duas classes de corridas: dos cavalos mais corredores, que se alimentavam de palha nos campos de pastagem, e dos menos corredores, que se alimentavam de milho em casa. Essas corridas eram feitas em ambientes de grandes festejos e os prémios destinavam-se a alimentar as festas em *comes e bebes*. Seguiam-se os famosos bailes de rabeca.

Porque a Festa de Nossa Senhora das Dores no Rabil e não na Estância de Baixo? Ora, dissemos em capítulos anteriores que a Nossa Senhora das Dores era um dos povoados que constituíam a chamada "villa do Rabil", ainda depois de 1810. Referimo-nos também ao desaparecimento deste povoado. Portanto, é normal que a Festa à Santa, com o desaparecimento do povoado da Nossa Senhora das Dores, tenha sido transferida para o Rabil, conservando algumas das suas actividades mais pagãs, como as corridas de burro e de cavalo.

Ainda conforme Rufino Santos Pinto, os "kakeres"[1462] do Rabil introduziram os festejos do Santo Dorinho, a 24 de Outubro, motivados simplesmente pelo desejo de tomar justificadamente mais uns grogues. O Santo Dorinho, entretanto, viria a ter a mesma sorte da Nossa Senhora das Dores: o desaparecimento, devido certamente a alguma seca prolongada, que terá provocado em consequência a extinção paulatina de burros e cavalos.

Geralmente acredita-se que, para se conseguir qualquer graça ou ajuda da Nossa Senhora das Dores, deve-se rezar a seguinte oração: "Maria Santíssima, Virgem Mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo, venho ajoelhar-me perante vós, arrependido dos meus pecados, implorando-vos que intercedais junto ao vosso Divino Filho, pelo perdão das minhas grandes faltas. Nossa Senhora das Dores, Sete espadas transpassaram vosso coração. Sete Dores

[1460] Natural da Boavista, nascido a 2 de Maio de 1908.
[1461] Nascido na Povoação da Estância de Baixo a 30 de Julho de 1927.
[1462] Consumidores de grogue ou aguardente.

mortificaram vossa alma. Sete sofrimentos sangraram vosso corpo, virgem e santa. Sete vezes vos peço, Nossa Senhora das Dores, a graça de (mencionar o pedido). Assim seja".[1463]

Assim como aconteceu com a Festa de Nossa Senhora da Piedade, Nossa Senhora das Dores foi transferida para a Ilha do Sal, de que se tornou Padroeira. Manuel António Martins será o responsável por mais este facto, pelas mesmas razões apontadas em relação à Nossa Senhora da Piedade. Note-se que as festividades à Nossa Senhora das Dores eram também celebradas na Achada de Santo António, bairro da cidade da Praia, em Santiago.

3.4.1.2.15. Nossa Senhora de Fátima

A presença de Nossa Senhora de Fátima na Boavista relaciona-se com a aparição da Santa aos três pastorinhos da Cova da Iria (Diocese de Leiria), em Portugal, cujo lugar de veneração e peregrinação passou a ser denominado popularmente "Fátima". Na Boavista entretanto, o dia dedicado à Santa, 13 de Maio de cada ano, era comemorado, conforme se colhe junto de pessoas idosas, somente com uma missa, na Igreja Matriz da Freguesia de Santa Isabel, em Sal-Rei. Tudo muda entretanto com uma visita de David Ben'Oniel e esposa a Fátima, em Portugal.

Com efeito, David Ben'Oliel e a esposa Maria Isabel Carvalho Ben'Oliel, fazeram uma visita à Fátima 1918 e 1920 e dali trouxeram a promessa de construir uma capela na Boavista, dedicada à Santa. David, nascido na Boavista, era filho de pais judeus mas a sua esposa, da família Spencer e natural da mesma Ilha, era católica. O marido porém fazia todas as vontades à esposa, informa Alice Carvalho Spencer.[1464]

Foi assim que em 1929 inicia-se a Oeste do monte "Rotxinha" a construção da capela, para a qual o povo dá grande contribuição. Em 1928 a referida família encomendara de Portugal uma imagem da Santa, tendo a mesma chegado à Boavista no dia 13 de Outubro de 1929, no próprio navio da família, um cúter denominado "Sal-Rei". A imagem ficou exposta na Igreja Matriz de Santa Isabel até ao término da construção da capela em 1930. A 13 de Maio de 1931 o Pe. Porfírio nela celebra a primeira missa, de acordo com a nossa informante.

A partir dessa data, os populares da Boavista passam a comemorar, junto à dita capela, a Festa de Nossa Senhora de Fátima no dia 13 de Outubro, dia da chegada da sua imagem à Ilha. Para o local afluíam pessoas de todos os cantos da Boavista que, para além da missa e da procissão, se divertiam com tambores, koladeras, comida de anjo, comezaina e outras actividades festivas.

David faleceu em 1950 e a esposa em 1953. Infelizmente, com a morte dos mentores da Festa, os festejos caíram em desuso. De seguida, a capela entrou irremediavelmente em decadência, no que foi ajudada por algum elemento da população que a profanou várias vezes, caindo finalmente em

[1463] MOLINA, ... - Antigo Livro de ..., p. 452-453.
[1464] Nesceu em 1911, na Vila de Sal-Rei. Era sobrinha da esposa de David Ben'Oliel.

ruínas, embora a informante e as irmãs tenham tentado, sem sucesso, preservá-la. As ruínas da capela são até hoje conhecidas por “Capela de Fátima”. A imagem de Nossa Senhora de Fátima foi tranferida da sua capela para a Igreja de Santa Isabel, acto que se realizou com uma procissão organizada pelo Pe. Campos, hoje pároco na Cidade-Velha.

3.4.1.2.16. Nossa Senhora da Imaculada Conceição

Com a Nossa Senhora da Imaculada Conceição, ou simplesmente Nossa Senhora, fechamos o ciclo das Festas Tradicionais típicas da Boavista. Celebra-se na Povoação-Velha, que acolhe a 8 de Dezembro a sua Padroeira.

Geralmente conhecida por Imaculada Conceição, Nossa Senhora e Maria Santíssima, a Mãe de Deus, segundo a Bíblia, nasceu sem pecado, toda pura, toda formosa, toda santa, o que a distingue, até hoje, de todos os descendentes da genealogia de Jesus Cristo.

As Festas de Nossa Senhora têm as suas origens no Oriente, entre os séculos VII e VIII. Chegaram a Portugal através do primeiro Bispo de Lisboa, o inglês D. Gilberto, depois de terem sido implantadas na Irlanda no séc. IX e na Inglaterra no séc. XI. Em Portugal, a primeira celebração a Nossa Senhora teria tido lugar a 8 de Dezembro de 1149. Foi proclamada Padroeira de Portugal por D. João IV, o que veio a ser confirmado pelo Papa Clemente X a 8 de Maio de 1671 e reconfirmado pelo Papa Pio XI a 25 de Maio de 1936.

A Nossa Senhora são consagradas muitas igrejas e até catedrais. A 6 de Fevereiro de 1818, D. João VI mandou instituir a Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Em Portugal e por extensão nas suas colónias, podia ser usada, como privilégio e com autorização expressa de Roma, a cor azul-celeste nas Festas da Imaculada Conceição.

Parece também que a Imaculada Conceição tinha alguma vocação militar. À guisa de exemplo, historiadores há, como Alexandre Herculano, que dão conta da existência em Ceuta de uma imagem de Nossa Senhora, da época da primeira invasão e ocupação portuguesas e de que, entre os Mouros, a Santa era conhecida por “la portuguesa guerrera”. Foi efectivamente padroeira e protectora das tropas estacionadas naquela cidade marroquina, cerca do século XV.

Padroeira da Povoação-Velha, em honra à Mãe de Deus foi erguida, como informámos atrás, uma capela em 1828. Depois da Santa Isabel, era a Festa que mais forasteiros chamava, principalmente do Rabil e Estância de Baixo, como também das povoações do Norte, da Vila, do Curral-Velho e da Bafureira. Para o dia de Nossa Senhora reservava-se o melhor vestuário, o melhor capado, porco ou galinha, e ainda a colcha de luxo, para ser exibida nas janelas, enquanto passasse a procissão. O baile tinha que ser de rabeca, acompanhada por instrumentos tradicionais de corda, tais como o violão, a viola e o cavaquinho.

A Festa de Nossa Senhora Imaculada é ainda celebrada na Ribeira da Barca, no concelho da Santa Catarina, da Ilha de Santiago.

3.4.1.2.17. Natal

Litúrgica por excelência, a Festa do Natal, comemorada a 25 de Dezembro, é a mais universal festa de todo o mundo cristão, cujos elementos essenciais são a Missa do Galo, o Presépio, a Ceia do Natal, a Árvore do Natal e as Boas-Festas.

De carácter universal, levado para a ilha da Boavista pelos portugueses e ali acomodado, o Natal, como em todo o mundo cristão, é tradicionalmente a Festa da família e, em menor ou maior grau, é comemorado do mesmo modo: celebração da Santa Missa do Galo, representação do Presépio, a realização da Ceia do Natal, a exibição da Árvore do Natal e os cumprimentos das Boas-Festas.

3.4.1.2.18. S. Silvestre

A Festa de S. Silvestre, universal e essencialmente profana, realiza-se a 3l de Dezembro. Em toda a parte do mundo, o S. Silvestre anuncia o Ano Novo. No tocante a Cabo Verde, um dos aspectos característicos do S. Silvestre tradicional era "o dar as Boas-Festas", para o qual individualmente ou em grupo, as pessoas, de porta em porte, davam as Boas-Festas, cantando ao som de rabecas, de violões, violas, cavaquinhos, pandeiros de fabrico doméstico e outros instrumentos improvisados, pelo que os visitantes eram honrados com presentes diversos, especialmente em produtos da terra como feijão, batata, queijo e outros, mas também em dinheiro. O Jorge ou recebedor de presentes, carregando às costas um saco gordo e fundo, era sempre "um homem de má consciência que, onde ia, tirava mais e deixava menos". Por isso, era denominado de Jorge de má consciência.

O tradicional de S. Silvestre mantém-se ainda na ilha da Boavista, mas não com aquela intensidade e significado de outrora, onde até os instrumentos tradicionais vêm sendo paulatinamente substituídos por gravadores e CDs portáteis.

Pelos festejos do S. Silvestre, assim como era costume muito arreigado em Portugal,[1465] de onde terá sido exportado para Cabo Verde, na Boavista grupos de pessoas adultas andavam pelas ruas, de porta em porta, cantando o Recordai e dando as Boas-Festas, cedendo lugar, à meia-noite, aos festejos do Ano Novo, momento que era assinalado com apitos, assobios e continuação das Boas-Festas.

Na tarde de S. Silvestre e no dia do Ano Novo, as crianças também saíam em bando pelas ruas, de porta em porta, cantando o "daka-daka" e dando as Boas-Festas, utilizando como apoio instrumentos improvisados. Como recompensa, recebiam oferendas à base de produtos agrícolas como feijão, melancia, melão e outros produtos da terra, em sinal de que o ano agrícola fora bom, isto é, de que a "tera stâ mute floride".

[1465] Leia-se BRAGA, ... - *O Povo Português ...* Vol. II. p. 182-183.

Hoje, o canto do "daka-daka" é mais esporádico. Vejamos, porém, as letras de um "daka-daka" cantado em 1999: [1466]

"Daka-daka

– Daka-daka ondé ke bu ta bai?
– N ta bai é pa Kaza Santa
Kaza Santa de Jorge Além [1467]
Jorge Além parí un fidjinhe.
I agora el ba ka Nha Xika y
Nha Xika da-l un balansiínha.
Se fidje pô ta txorâ.
N perguntá-l se kel tá ta txorâ.
El flâ mô el tá ta txorâ
mô éra térra ke ka tá mute
floride".[1468]

Note-se que, na altura em que essas letras foram produzidas,[1469] contrariamente aos bons anos, o ano agrícola era fraco: "si fidje pô ta txorâ. / N perguntá-l se kel tá ta txorâ? El flâ mô el tá ta txorâ / mô éra térra ke ka tá mute floride". Quando assim acontecia, e para que a tradição se mantivesse, as oferendas eram geralmente em dinheiro, sobretudo com a emigração, a partir dos anos 60 de 1900.

Da descrição das Festas Tradicionais da Boavista, constatamos que elas têm amioriatriamente origem portuguesa, embora integrem alguns elementos africanos. Constata-se umas são festejadas em mais do que uma povoação e outras numa só povoação; outras ainda, hoje desaparecidas, com o declínio da pastorícia, acantonaram-se em determinados sítios, como a Nossa Senhora da Piedade, antigamente no Campo da Serra a 15 de Agosto.

3.5. O ritual do casamento tradicional

O casamento na Boavista é outro grande momento de festejo e de confraternização, não só por ser uma cerimónia que se realiza em princípio uma vez só na vida, mas também e sobretudo por ser um dos instrumentos sociais fundamentais da constituição da família nuclear e, consequentemente, da

[1466] Por um grupo de crianças, na tarde de S. Silvestre de 1999, na Povoação-Velha, lideradas por Rosalina Brito Lima, nascida em 1986.
[1467] Corruptela do termo "Jerusalém", onde Cristo nasceu.
[1468] " - Daka-daka", para onde tu vais? / - Eu vou para a Casa Santa. / Casa Santa de Jerusalém / Jerusalém pariu um Filhinho. / E agora Ele foi para a Casa da Senhora Xica e / a Senhora Xica deu-Lhe uma melancia. / Seu Filho ficou a chorar. Eu perguntei-Lhe porque chorava. / Ele respondeu-me que chorava / porque a terra não estava muito florida".
[1469] Esta cantiga é muito antiga. É o que conseguimos apurar. As pessoas idosas indagadas sobre a sua possível, responderam que ela é muito antiga e que nem os seus avós souberam indicar-lhes uma data da sua origem.

manutenção da coesão social. Por isso, como instituição social, o casamento tradicional boavistense, como na maioria das ilhas de Cabo Verde, obedecia a rituais próprios que hoje tendem a desaparecer.

Observe-se que, quando se fala do casamento em qualquer parcela do território nacional, tem de se ater à "instituição casamento", não só nos territórios europeus mas também nos africanos ocupados pelos portugueses durante a época colonial. É que, entre os europeus, o casamento da época dos descobrimentos se assentava essencialmente sobre os preceitos de leis civis e canónicas, de inspiração cristocêntrica, que defendiam a família nuclear, constituída por pai, mãe e filhos. Já na África Negra, o casamento obedecia a leis costumeiras, baseadas na filosofia da família extensa como factor de coesão social e, por isso, de segurança. Em Cabo Verde, a repressão colonial destruiu a maioria dos preceitos da filosofia afro-negra, persistindo entretanto muitos aspectos da sua simbologia, numa simbiose com os aspectos institucionais do sistema de casamento do colonizador.[1470] Nesta parte, descreveremos esses rituais, tentando reconstituí-los a partir das memórias individual e colectiva dos boavistenses.

3.5.1. Da conquista ao noivado

3.5.1.1. Conquista e namoro

Toda a vida marital entre o homem e a mulher começa, geralmente, pelos galanteios da conquista. Este galanteio manifestava-se, da parte do rapaz para a rapariga, de muitas maneiras. Geralmente o rapaz escrevia uma carta de pedido de namora à rapariga, denominada "carta de casamento". Caso esta a aceitasse e gostasse do rapaz, respondia-lhe favoravelmente: o namoro acontecia, seguido, maior parte das vezes, de casamento ou de uma convivência marital sem casamento; caso contrário, devolvia imediatamente a carta à sua procedência e muitas vezes acompanhada de alguma descompostura: tudo ficava esclarecido e então o rapaz desistia das suas pretensões em relação à rapariga; no caso de a rapariga não responder nem devolver a carta ao pretendente, este fazia duas interpretações: ou a rapariga gostava dele, mas tinha algum acanhamento em responder-lhe a carta, ou a rapariga não gostava dele, mas queria brincar com ele. Seja qual fosse o caso, o rapaz julgava-se no direito de a beijar, mesmo à força, se ela não o aceitasse. Via de regra, este comportamento acabava em namoro, pois a rapariga beijada à força geralmente não denunciava o rapaz, por vergonha. Assim, acabava por aceitar namorar com

[1470] Sobre as "Formas populares primitivas do Casamento" em Portugal, leia-se BRAGA, ... - O Povo Português ..., Vol. I, p. 179-196; para uma comparação com os casamentos tradicionais afro-negros, leia-se J. A. Soares Fernandes, in artigo "A mulher africana – Alguns aspectos da sua promoção social em Angola", inserido na revista Estudos de Ciências Políticas e Sociais — Colóquios sobre Problemas de Povoamento. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais, JIU. Nº 33 (1966). p. 775-632, e BELCHIOR, ... - Fundamentos ..., p. 147-169.

o rapaz, o que sempre dava em casamento ou convivência marital sem casamento.[1471]

Outras vezes, o rapaz manifestava o seu galanteio atirando uma pedrinha à rapariga, quando esta por ele passasse. Se a rapariga gostasse, fingia nada ter sentido. Repetia o rapaz a façanha e continuava a rapariga no seu fingimento: era sinal evidente de que ela gostava do rapaz. Mas se a rapariga não gostasse do rapaz, o ambiente transformava-se em brigas pois ela agredia-o imediatamente e descompunha-o publicamente com obscenidades, tais como: – "bá namorâ bu mãi!...; bá gostâ de bu mãi!..."[1472] Entrementes, os familiares do rapaz sentiam-se ofendidos e retrucavam com as mesmas agressões verbais. A rapariga estava a defender publicamente a sua honra!... Da parte do rapaz e dos familiares ofendidos, tratava-se da defesa legítima da sua honra posta na rua. Finalmente, o rapaz desistia ofendido e definitivamente da rapariga, enquanto as suas respectivas famílias ficavam de relações cortadas por muito tempo.

A sala de baile era o lugar preferido, dos rapazes e das raparigas, para manifestarem as suas pretensões amorosas. Para a rapariga, por uma questão de recato, era o único lugar de mostrar ao rapaz que gostava dele. Este, se gostasse da rapariga, aproveitava uma das danças em que fazia par com a sua pretendida e pisava-lhe de mansinho um dos pés. Acontecia muitas vezes que uma rapariga gostava dum rapaz, mas este ou não gostava dela ou não tinha percebido as suas intenções, ou, então era acanhado e dava-se por despercebido. Neste caso, em se tratando de uma rapariga desinibida, ela aproveitava uma dança em que fizesse par com o seu pretendido e abotoava-lhe um dos botões da camisa: era um sinal de que gostava do rapaz. Este reagia sempre favoravelmente, mesmo que tivesse outra namorada, mas que não estivesse no baile. Se estivesse presente e se apercebesse das intenções da outra rapariga, as brigas por ciúmes eram inevitáveis, o que podia acontecer acto contínuo ou depois, quando as duas entrassem no meio da morada ou no campo em afazeres domésticos. Tais brigas também arrastavam algum conflito familiar.

Geralmente, no tradicional boavistense, da conquista ao namoro desenrolava-se um ritual de certa seriedade. A este propósito, informa-nos João Baptista em entrevista, no que é corroborado por vários outros informantes: "um rapaz gostava da filha de um senhor, escrevia-lhe ou falava com ela directamante e, depois de muita insistência, se essa rapariga gostasse do rapaz, aceitava-o. Mas essa rapariga, já sendo namorada de fulano, não podia estar com ele sempre: às vezes o rapaz visitava-a na casa dos seus pais, quando os dois declarassem a estes esse namoro e caso o namoro fosse aceite por eles".[1473]

De acordo com os nossos informantes, a rapariga não saía com o namorado para sítio algum, pois havia muito respeito. E se por exemplo

[1471] Registámos muitos casos do género em todas as povoações da Boavista.
[1472] Vá namorar a tua mãe!...; vá gostar da tua mãe!...; puta que o pariu!..."
[1473] Nasceu na ilha do Fogo a 20 de Outubro de 1914. Dos seus 84 anos de idade, viveu 30 anos na Boavista, onde se casou e exerceu as funções de faroleiro em Morro Negro.

houvesse um baile em que a rapariga tomasse parte, a mãe tinha que estar presente durante a noite, a fim de vigiar a filha. Este procedimento durava até à altura do pedido de casamento ou às vezes até à realização do mesmo. Nos tempos recuados, era tradição os namorados prendarem as suas namoradas com queijo, garrafa com leite ou com manteiga, feijão, melancia, abóbora, melão e outros *produtos da terra*, bem como com pirinhas e outras castas de guloseimas. De acordo com informações colhidas na Boavista, este gesto ao mesmo tempo simbolizava amor, provava que o futuro marido era um homem de trabalho e assim podia sustentar a futura família.

Aqui impõe-se distinguir duas facetas do namoro: a que acontecia com o consentimento dos pais da rapariga e a que se furtava à aprovação daqueles. O noivado decorrente do primeiro caso, evoluía normalmente. Mas já no segundo caso, como veremos, impunha-se alguma medida cerimoniosa complementar.

Quer num quer noutro caso, o noivado era sempre a consequência de um namoro bem sucedido, assim como o era o casamento em relação ao noivado.

3.5.1.2. O pedido de casamento e o noivado

O pedido de casamento entre os boavistenses era um procedimento muito cerimonioso como aliás acontecia na maioria das ilhas de Cabo Verde, com destaque para Santiago. Geralmente era o pai, e na falta deste o padrinho ou o tio mais velho do noivo, que pedia aos pais da noiva a mão desta em casamento para seu filho, afilhado ou sobrinho. Na falta de familiares próximos, o pretendente pedia a um amigo, a quem a comunidade tributasse respeito, consideração e admiração, para assumir essa responsabilidade.

Com efeito, conforme se depreende das informações colhidas no terreno, ainda que não exista hoje qualquer tipo de constrangimento por parte da pretendida, antigamente a noiva não podia estar presente no acto do pedido. A este respeito diz-nos ainda João Baptista que "o amigo ia pedir o casamento à casa dos pais da noiva [...] a noiva, que já sabia, ficava num quarto qualquer. Depois chamavam-na para vir dizer se ela é que tinha mandado o homem à casa pedi-la em casamento. Ela tem que dizer sim. As pessoas que pedem o casamento são pessoas conhecidas dos pais e, por isso, nunca é negado um pedido".

Estes dados, corroborados por inúmeros outros informantes, evidenciam que antigamente imperavam a moral, o respeito e a consideração em torno do acto do pedido de casamento. Vejamos um caso elucidativo: à nossa insistência, o entrevistado acabou entretanto por nos informar que, durante os trinta e tal anos que viveu na Boavista, presenciou uma única negação ao pedido de casamento: "negou-se uma vez um casamento: um homem tinha uma amante e com ela já tinha tido muitos filhos; resolveu, entretanto, casar-se com uma outra rapariga; mandou pedi-la em casamento mas o pai negou; negou e disse-lhe que devia casar-se era com aquela mulher com quem tinha muitos filhos. A filha, entretanto, deixou logo depois a casa dos pais, morou sozinha durante uns

tempos e casou-se com o homem que amava e a quem o pai negara o pedido de casamento tempos antes".

Para que o pai desse o seu consentimento ao casamento da filha, não bastava que a pessoa incumbida de pedir a mão da filha fosse alguém de respeito: o pai da noiva atendia, ao mesmo tempo, às qualidades comportamentais e às posses do pretendente. As posses resumiam-se, antigamente, a bens em gado e terreno. Quando as secas, seguidas de crises, fustigavam os campos da Boavista, o pai da noiva dava preferência ao pretendente que possuísse a profissão de marinheiro e, mais tarde, ao emigrante.[1474]

3.5.2. A organização dos festejos das cerimónias do casamento

Consentida a mão da rapariga ao rapaz, começava-se o noivado propriamente dito, com a data do casamento já marcada. Assim, começavam os preparativos para e celebração do casamto.

3.5.2.1. Os preparativos

O dia do casamento era esperado com muita ansiedade por todos os membros da comunidade. Por parte dos familiares, a maior tarefe agora eram os preparativos. E a atenção principal centrava-se na costura do vestido da noiva e no fato do noivo. Com a emigração porém, tanto o vestido como o fato passaram a ser adquiridos no estrangeiro, ou mesmo em Lisboa, capital da antiga metrópole.[1475] A complementar o vestido de noiva, recomendava-se a confecção da "flor de noiva" na Vila de Sal-Rei. Por exemplo, na primeira metade do século XX distinguiu-se como organizadora da flor de noiva Tia Amélia, na referida vila.

A noiva e os seus familiares procuravam com dias de antecedência os provimentos alimentícios, bebidas e mobiliários necessários em S. Vicente, se não existissem na Vila de Sal-Rei. Paralelamente os noivos e os pais faziam os convites, de porta em porta, tanto na povoação de morada dos noivos como noutras povoações. O bolo de noiva, para as povoações do interior, era igualmente mandado confeccionar na Vila de Sal-Rei e raras vezes em S. Vicente.

[1474] Note-se que entre certos povos da África Negra, como os Bantos do Centro, por exemplo, para a completa aceitação de um pretendente como genro, ele tinha de passar por diferentes fases de aceitação junto dos sogros, incluindo a demonstração de que era capaz de sustentar a sua futura mulher e de apoiar os pais desta em caso de necessidade. Só então é que se celebrava o rito conhecido por "kuingishya" ou "a entrada do genro". Através deste ritual, retiravam-se os últimos tabus e o jovem ficava definitivamente aceite como mais um membro da "lupwa" ou "família", constituída pelo grupo de parentes próximos da sua esposa. (RICHARDS, A. I. – "Alguns tipos de estrutura familiar entre os Banto do Centro", in RADCLIFFE-BROWN, A. R..; FORDE, Daryll (organização de) - Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982. p. 306).

[1475] Então potência administradora da colónia de Cabo Verde.

Na "kontra-rabéspa"[1476] do dia do casamento, nos quintais das casas dos respectivos noivos começava-se a matança do "kapóde" (bode castrado) e o "kutxí"[1477] milho para a confecção do xeren[1478] e do rolon.[1479] Da mesma forma, dos vários quintais da comunidade ouviam-se os berros dos kapóde e o barulho cavo do pau no pilão do kutxí. Era a preparação das bandejas[1480] que, na rabéspa[1481] do casamento, começavam a desfilar perante os noivos na sala de estar da casa da noiva. Nesse dia, a koladera do casamento ou "koladera da bandeja"[1482] também começava, ao som do rufar dos tambores. Grogue,[1483] vinho e outras bebidas acompanhavam os ritmos do kutxí, ao som do tambor e do canto da koladera, à base de ditos populares, em honra aos noivos e aos familiares.

Enquanto isso, os padrinhos dos noivos preparavam os discursos, ansiosamente esperados por todos. Quando não tinham o dom da oratória, encomendavam-no a um entendido na Vila de Sal-Rei ou mesmo em S. Vicente. As bandejas eram cuidadosamente preparadas na revéspera, à base de produtos e efeitos da terra, todos colocados em pratos e em balaios de aventar.

3.5.2.2. A oferta da bandeja e a "koladera da bandeja"

Chegava finalmente um dos momentos mais esperados pela comunidade: a oferta da bandeja. A oferta da bandeja era um espectáculo que começava três dias antes do casamento, a que ninguém perdia a oportunidade de assistir: era um ritual que parecia vir dos ancestrais africanos ou das cerimónias do alambamento[1484] da África Negra. Na Boavista, participavam nas cerimónias da

---

[1476] Quatro dias antes do dia propriamente dito.

[1477] Aqui referimos o acto de pilar o milho no pilão, a fim de tirar-lhe farelo.

[1478] "Milho rachado no pilão ou moinho, depois de limpo do farelo" (FERNANDES, Armando Napoleão Rodrigues - O Dialecto Crioulo: léxico do dialecto crioulo do Arquipélago de Cabo Verde. Mindelo: [s. n.], [c. 1940]. p. 165). Aqui referimos a variante que Napoleão Fernandes denomina de xeren de festa.

[1479] É a variante do "xeren médio", nas designações de Armando Napoleão Rodrigues Fernandes (FERNANDES, ... - O Dialecto Crioulo: léxico do dialecto crioulo do Arquipélago de Cabo Verde. p. 165).

[1480] A "bandeja" mais não era do que ofertas aos noivos, compostas de frutos da terra, isto é, produtos agrícolas e pastoris. Note-se que a agricultura e a pastorícia eram duas actividades-chaves da África- Negra e que simbolizavam a fertilidade da terra. A *bandeja* era apresentada aos noivos numa bandeja (um tipo de tabuleiro ou abano de bordo baixo para aventar cereais). Daí o nome de *bandeja* ao presente aos noivos na véspera do casamento.

[1481] Três dias antes do dia propriamente dito.

[1482] Ritual da entrega da oferta da bandeja com canto e dança, ao toque de tambor, perante os noivos, nas vésperas do casamento.

[1483] Aguardente fabricada artesanalmente da cana sacarina.

[1484] Alambamento, diz respeito à indemnização da parte da família do noivo à família da noiva pela cedência desta para casamento e, de acordo com as concepções africanas de casamento, como força de trabalho. Trata-se portanto de uma compensação à família da noiva por parte da família do noivo, pois aquela, com a cedência da noiva, perdeu uma força geradora de filhos e de produção de bens. Alambamento distingue-se assim de dote pois este, da cultura ocidental, significa os bens que a noiva leva para a formação do seu novo lar (VALENTE, José Francisco – Paisagem Africana. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1973. p. 218-219). Para mais informações sobre alambamento, leia-se também FERNANDES, J. A. Soares, in "A

bandeja não só todos os membros da comunidade onde se realizavam as cerimónias, mas também os convidados de outras povoações da Ilha. Portanto, era uma festa social, em que predominava a solidariedade.[1485] A este propósito, conta-nos João Baptista: "quando chegava uma família com a sua bandeja, acompanhada de tambor e de coladeira, a bandeja era depositada na sala, a seguir outra, etc. Começava três dias antes do casamento. Pessoas de todas as povoações levavam bandeja. Isso naquele tempo antigo".

Neste dia, tiravam-se todos os mobiliários da sala, colocavam-se duas cadeiras a um canto e os noivos, nelas sentados, recebiam as prendas ou as bandejas. Cada bandeja era acompanhada de koladera. O desfile das bandejas começava geralmente logo depois do almoço e terminava à noitinha.

Nas vésperas, saía de cada casa um grupo de mulheres com as prendas à cabeça, em direcção à casa dos pais da noiva, variando o número de mulheres de dois a cinco, conforme fosse o poder de compra de quem oferecesse a bandeja; uma vez chegadas à casa dos pais da noiva, as bandejas punham-se em fila, pois eram koladas uma a uma de cada vez; terminada a koladera de uma bandeja, esta depositava-se na despensa, aos cuidados de um despenseiro;[1486] acto contínuo, os tocadores de tambor, seguidos das mulheres-koladeras, repentistas e baxon, iam buscar a bandeja seguinte, que era colocada sobre o soalho ao pé dos noivos e recomeçava a "koladera da bandeja", e assim sucessivamente até que fosse kolada a última bandeja da fila. Mas havia excepções: as bandejas das repentistas, como a duma Maria Cristina Lima, atrás referida, não obedeciam a estas regras:[1487] chegava com o seu cortejo, começava o repente da koladera ainda na rua, entrava, colocava a bandeja ao pé dos noivos e começava de imediato a improvisação do repente da koladera da sua própria bandeja, aumentando assim as emoções da noiva que entretanto já tinha os olhos inchados de tanto chorar.

As bandejas das repentistas eram as mais esperadas: ao chegarem, os tambores repicavam, a repentista colocava-se magistralmente em pose de dança, no que era seguida pelas mulheres do baxon, apertava o pano à cintura, as vozes e os batimentos de palmas aumentavam-se, confundindo-se com apitos e assobios. A propósito da bandeja, vejamos o que mais uma vez nos diz João Baptista: "antes do casamento, as pessoas convidadas, vizinhos e parentes, etc, levam presentes. Esses presentes constituíam-se de produtos da terra: cabritos, 'txasina', queijo, abóbora, milho, feijão, batata-doce, galinhas,

---

mulher africana – Alguns aspectos da sua promoção social em Angola", inserido na revista *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*. Lisboa: ISCSPU. Nº 2, Vol. IV (1966). p. 618-627 e 644.

[1485] Quando uma família não está em condições económicas de oferecer uma bandeja, não deixa mesmo assim de participar: presta algum serviço, no quadro dos festejos do casamento.

[1486] Este papel era geralmente desempenhado por uma mulher. Na Boavista, lembramo-nos da "Nha Bitinha", natural da Vila de Sal-Rei mas que era sempre chamada para casamentos das povoações do interior. Para além disso, era uma das cozinheiras preferidas dos casamentos da Boavista. Da Povoação-Velha, temos ainda na memória a *Bibel Puldina*, despenseira e cozinheira das festas de casamentos, que também servia em várias povoações da Ilha.

[1487] Esclarece-se que nunca entrava a meio da *koladera* da bandeja que estivesse no soalho: fazia tempo pelo caminho, de modo a que a sua chegada coincidisse com o término da *koladera* da bandeja que precedia a dela.

ovos, grogue e outras coisas mais. Era uma bandeja acompanhada de tambor e de coladeira: chamava-se 'levar bandeja ao casamento'. As bandejas eram um acto de solidariedade para com os pais dos noivos".

É curioso notar que o alambamento entre os povos banto e sudanês era constituído fundamentalmente também por produtos da agricultura e da pastorícia, símbolos da fertilidade da terra.

Outra nota curiosa diz respeito ao facto de a oferta da bandeja, sempre acompanhada da koladera de bandeja, realizar-se na casa dos pais da noiva, na véspera do casamento, revelando-se assim uma oferta à noiva ou uma forma reminiscente e reconstitutiva do alambamento dos reinos longínquos do Congo e de Angola, transformado na Boavista em gesto de solidariedade comunitária. Neste sentido, escreve Monica Wilson que nesses territórios "um casamento legal efectua-se por meio da transferência de gado — tradicionalmente 1 a 3 cabeças, agora 5 a 20 — pelos representantes do noivo ao pai da noiva. É esta transferência de gado que torna possível a uma mulher dar à luz filhos legítimos, e que concede ao marido o controle legal destes filhos. Se um pai recusa aceitar o gado em nome da sua filha esta não pode casar e fica desprestigiada, pois considera-se muito ultrajante uma rapariga solteira gerar filhos".[1488]

O simbólico da fertilidade poderá estar também intimamente presente nos rituais da koladera da bandeja, ao lado da dança do landú. Essas manifestações culturais lembram assim uma herança das cerimónias do casamento de determinadas regiões da África. Só que na Boavista os rituais dessas cerimónias passaram a realizar-se em dois momentos altos: nas vésperas com as ofertas das bandejas festejadas com a koladera da bandeja, e no dia do casamento propriamente dito, com a dança do landú, o que culmina à meia-noite, quando os recém-casados se retiram para o quarto nupcial.

A oferta da bandeja na Boavista poderá representar assim formas ancestrais da solidariedade comunitária para com os noivos, o que eventualmente constitui uma reminiscência das cerimónias matrimoniais do alambamento dos antepassados das terras distantes que hoje correspondem aos territórios do Congo e de Angola, por via da divindade "kilundu", divindade afro-negra com a qual a dança do landú está intimamente ligada.[1489] Essa forma de solidariedade também se verifica nas outras ilhas, nomeadamente em S. Nicolau, como no-lo retrata o personagem "Chiquinho", ao presenciar um batuque das vésperas de casamento: "o batuque prometia ser bom. As bandejas eram em quantidade. Presentes de carneiro, de galinha, de arroz". [1490]

Na koladera da bandeja, faziam-se expressivamente várias alusões aos noivos, ora deitando saúde e enaltecendo as qualidades dos noivos ora advertindo o noivo no que se referia à escolha da noiva. Em especial, as repentistas da koladera da bandeja dirigiam as suas palavras aos noivos e aos pais.

[1488] Artigo "O parentesco Nyakyusa", inserido em RADCLIFFE-BROWN, ...; FORDE, ... (organização de) - Sistemas políticos …, p. 163).

[1489] A relação entre o landú e o kilundu será tratada no capítulo sobre o landú.

[1490] SILVA, Baltazar Lopes - Chiquinho. Lisboa: Círculo de Leitores, 1971. p. 50.

Havia quatro elementos fundamentais que caracterizavam as koladeras da bandeja da Boavista: o tamborilar, o repente, o baxon e a coreografia da koladera. A coreografia da koladera da bandeja excluía a umbigada.[1491] Dizem os populares que a "koladera da bandeja não tinha umbigadas porque era outra seriedade".

3.5.3. As fases cerimoniais

O testemunho do casamento tradicional na Boavista ou era pelo religioso ou pelo civil. Caso fosse civil, logo depois se formalizava no religioso. Com as transferências da sede da Paróquia e da Câmara Municipal sucessivamente da Povoação-Velha para o Rabil (1810) e deste para a Vila de Sal-Rei (1820), os casamentos civis passaram a ser realizados nesta vila. Até meados de 1900, os casamentos civis do interior da Boavista ainda se realizavam na Vila de Sal-Rei, como por exemplo os de António Assis Lima e Cecília Leitão Brito Lima (1948), Apolinário Fortes Varela e Octávia da Cruz Fortes (1951) e Ernesto Gregório Brito e Teresa Lima Teixeira Brito (1951), todos naturais da Povoação-Velha; Sabino Ramos Pinto e Vitorina Lima (1952), ele da Estância de Baixo e ela do Robil;[1492] José Gabriel Pinto e Ernestina Josefina Gomes (1955), ambos do Rabil.

3.5.3.1 A vestimenta dos noivos

Logo de manhã, os noivos começavam a se preparar: banho, penteado, vestimenta, …mil e um preparativos. A preparação da noiva era sempre mais complexa e, por isso, mais demorada do que a do noivo.

Um dos momentos mais emocionantes era a altura da vestimenta da noiva, tarefa que geralmente competia à sua madrinha. Temendo os maus agoiros, ela não devia ser vista pelo noivo, antes de se encontrarem na igreja ou no Registo Civil. Caso o casamento fosse civil, os noivos e toda a comitiva dos casamentos das povoações do interior eram obrigados a dirigir-se, a cavalo uns e de burro outros, sempre debaixo do estalejar de foguetes, à Vila de Sal-Rei, onde até hoje se encontra a sede do Registo Civil. Os noivos e os principais acompanhas[1493] iam sempre a cavalo. Nos casamentos civis, a primeira vestimenta era de jornada. A vestimenta do cerimonial propriamente dito realizava-se na casa de um parente próximo, na Vila de Sal-Rei. Enquanto isso, a comitiva ou acompanha tinha de se aprontar primeiro e se dirigir à casa onde se encontrava a noiva, à porta da qual a esperava. Os homens, rigorosamente trajados de fato e gravata, faziam a mesma coisa em relação ao noivo.

[1491] Bater do umbigo contra o umbigo durante a evolução da dança, depois de cada volteio.

[1492] Tendo a esposa falecida de parto, Sabino Ramos Pinto veio a contrair, em 1955, um novo matrimónio, com Isabel Livramento, natural da Cabeça dos Tarafes.

[1493] Acompanhantes das cerimónias de um casamento: a noiva tinha as suas acompanhantes e o noivo tinha os seus.

3.5.3.2. O “tomâ bensa” e pedido de perdão das faltas[1494]

Antes da saída da casa dos respectivos pais, os noivos, em observância à tradição, recebiam a bênção e pediam perdão ao pai e à mãe pelas faltas cometidas durante a vida de solteiro. Este ritual realizava-se na soleira da porta de frente, com os noivos ajoelhados e de costas voltadas para rua. Era um outro momento não menos emocionante e contagiante para toda a comunidade.

O ritual, conhecido popularmente por tomâ bénsa e perdão das faltas, simbolizava a despedida da casa dos pais por parte dos noivos, pois a partir desse momento iniciavam a caminhada para uma nova vida, independente da casa dos respectivos pais. Este ritual é ilustrad na figura a seguir:

FIG. Nº 49
Ritual do “toma bensa”



FUNCO: Foto Casimiro Fortes. Povoação Velha, s/d.

[1494] Ritual do tomar bênção e pedido das faltas cometidas contra os pais.

O tomâ bénsa e perdão das faltas consistiam em dar conselhos aos noivos em matéria de vida conjugal. O aspecto fundamental era o pedido da união do casamento, por parte dos noivos, seguido de desejos de felicidades, saúde, boa convivência e que tivessem muitos filhos. No caso da noiva, por exemplo, os pais geralmente expressavam-se nesses termos: "- ó filha, Deus ta kré ke bu ta ser flis pamóde nôs tude ta dezejó-be txeu flisidade; ke bu ka ta ten nenhun rependimente, nen bô nen bu maride, nen bu família; pa busês vivé ben até fin de busês vida".[1495]

3.5.3.3. Os testemunhos religioso e civil do casamento

Terminado o ritual do tomâ bénsa e perdão das faltas, o pai ou na falta deste o padrinho, tomava a noiva e conduzia-a à igreja local, onde era entregue ao noivo. Quando o casamento era originário de uma das povoações do interior e fosse civil, empreendia-se a viagem, a cavalo, à Vila de Sal-Rei, como ilustra a figura a seguir:

FIG. Nº 50
Viagem nupcial a cavala à Vila de Sal-Rei



FONTE: Álbum familiar. Povoação Velha, 1951. Foto cedida gentilmentepelo pelo casal Apolinário Fortes Varele e Octávia da Cruz Fortes.

[1495] "- Ó filha, Deus queira que tu sejas feliz porque nós todos te desejamos muita felicidade; que tu não tenhas nenhum arrependimento, nem tu nem o teu marido nem a tua família; para que vivam até ao fim das vossas vidas".

Da parte do noivo, ele dirigia-se ou à igreja ou ao registo civil, onde esperava a noiva, sempre rodeado dos acompanhas. No caso do casamento civil, a chegada a Sal-Rei era uma festa para toda a comunidade dessa vila que, na bóka de Porto,[1496] esperava ansiosamente a comitiva. Os acompanhas entravam na Vila em grande correria de cavalos e de burros, enquanto que os noivos, os respectivos pais, padrinhos e alguns familiares mais próximos continuavam a caminhar a passos das suas montadas, pois o acto exigia mostras de seriedade.

Chegados ao Largo de Santa Isabel, os acompanhas regressavam à comitiva e daí em diante acompanhavam com pompas e circunstâncias os noivos até ao seu destino. Estes, logo à chegada à Vila de Sal-Rei, despiam a roupa de jornada e vestiam as roupas da praxe. Então, de seguida o cortejo dirigia-se ao Registo Civil para as cerimónias do casamento propriamente ditas.

Terminadas as cerimónias, o estalejar de foguetes anunciava o início de uma nova vida em comum. Saídos do registo civil, os recém-casados eram saudados com arroz e flores de árvores sobre as suas cabeças e, de seguida, o cortejo regressava à povoação de origem. O regresso para as povoações de morada era uma autêntica festa: os recém-casados e acompanhas eram recebidos com muita alegria junto da Cruz das Almas pelos populares da povoação. Apeados os recém-casados e ao som da rabeca entoando lindas mornas, o cortejo chegava finalmente à casa dos pais da mais jovem esposa da povoação, onde os recém-casados eram recebidos pelos presentes com lágrimas nos olhos.

Mais tarde, os casamentos das povoações do interior passaram a ser realizados nas respectivas povoações de morada da noiva. Então, depois da vestimenta da noiva, esta era conduzida pelo pai ou pelo padrinho ao local onde se iam realizar as cerimónias matrimoniais, pelo que era seguida, ao som da rabeca, de um longo cortejo a pé, formado não só por todos os acompanhas mas também por outros membros da comunidade.

Quer o cortejo viesse da Vila de Sal-Rei quer da igreja local, os pais do mais jovem casal da comunidade, adiantando-se-lhe, esperavam os nubentes de braços abertos na soleira da porta onde os recebiam, felicitando-o, abençoando-o e rogando-lhe boas pragas. De seguida, os recém-casados dirigiam-se aos bancos, no canto da casa, onde se sentaram no dia anterior durante o ritual da koladera da bandeja, de onde recebiam afectuosos parabéns e rogos de boas pragas. Saíam, depois, sempre seguido do cortejo e ao som de um conjunto tradicional, em visitas a alguns familiares e pessoas amigas. De acordo com os dados colhidos na ilha da Boavista, da chegada dos recém-casados à casa e durante as referidas visitas, a recém-casada ia distribuindo a cada um dos acompanhas uma flor do respectivo ramalhete, ou então grampos pequenos da sua grinalda,[1497] em ambos os casos como prenúncio de novos casamentos.[1498]

[1496] Entrada da Vila de Sal-Rei. Porto é o nome popular da Vila de Sal-Rei, devido ao Porto do mesmo nome.

[1497] Tipo de coroa e véu que a noiva virgem usava durante as cerimónias dos casamentos tradicionais.

Enquanto isso, preparava-se a mesa do jantar cerimonial. O esposo aproveitava para exibir modestamente aos amigos a sua esposa: era uma praxe tradicional, muito antiga, durante a qual a jovem esposa exibia, também modestamente e numa pose muito séria, a sua beleza e as suas virtudes.

3.5.3.4. O jantar

A partir das dezanove horas, três foguetes estalejando um atrás do outro anunciavam a hora do primeiro jantar cerimonial, que se realizava na casa dos pais da noiva. O pai da noiva colocava os recém-casados ao centro do lado direito[1499] da longa mesa, o padrinho da esposa à cabeça da mesa do lado direito dos recém-casados e o padrinho do noivo à outra cabeça da mesa. De seguida e por ordem de proximidade, os familiares e as madrinhas ocupavam seus lugares: os pais da esposa, na sequência mãe $\Rightarrow$ pai, do lado direito do esposo e os pais do esposo, na sequência pai $\Rightarrow$ mãe, do lado esquerdo da esposa; a madrinha da esposa seguia-se ao pai do esposo e a madrinha do esposo seguia-se à mãe da esposa. Para completar o lado direito da mesa, alguns acompanhas ocupavam o resto dos lugares. Do lado esquerdo da mesa ocupavam os lugares o resto dos acompanhas, os convidados de honra e os parentes mais próximos dos recém-casados.

Terminado o acto protocolar, o pai da noiva mandava servir finalmente o jantar, confeccionado à base dos efeitos da terra. Finda a primeira mesa, vinham os discursos, seguidos da segunda mesa e novos discursos. E ao término da segunda mesa, muitas vezes vinha uma terceira: o importante era que todo o mundo estivesse servido, ou seja, bem comido e bem bebido. Para além das mesas cerimoniais, havia concomitantemente noutros compartimentos ou mesmo no quintal da casa pequenas meses informais, onde os mais humildes também participavam dos manjares.

No dia seguinte servia-se o pequeno almoço na casa dos pais do noivo, o almoço na casa dos pais da noiva e o jantar na casa dos pais do noivo. Essa alternância repetia-se até ao oitavo dia do casamento, denominado na Boavista de “dia de oito dia de casamento”. O último jantar cerimonial era entretanto sempre servido na casa dos pais da noiva, seguindo o mesmo cerimonial do primeiro jantar.

Anote-se que paralelamente às cerimónias e festejos de casamento nas casas dos pais dos noivos, nas casas dos seus padrinhos pequenas mesas eram postas para servirem a ocasionais visitantes.

3.5.3.5. Os discursos

Os discursos seguiam-se ao término de cada mesa: era o momento em que os padrinhos e outros convivas aproveitavam para desejar solenemente aos

---

[1498] No casamento tradicional da Boavista não era costume arremessar, de costas voltadas para os convivas de um casamento, o ramalhete de flores.

[1499] Na ordem dos pontos cardeais, a direita fica para o lado Oeste, quando a mesa é colocada no sentido N-S; quando a mesa é colocada no sentido L-O, a direita fica para o lado Norte.

recém-casados felicidades, saúde e que tivessem muitos filhos ao longo da sua convivência, a qual igualmente se desejava boa e por toda a vida. Esses discursos não só eram esperados com muita ansiedade como também eram muito aplaudidos e comentados, geralmente devido à sua seriedade e também pelas suas piadas, muitas vezes picantes.[1500]

Seguindo uma certa hierarquia, competia ao padrinho da noiva fazer o primeiro discurso. De seguida, vinha o discurso do padrinho do noivo, ou do pai deste, conforme as circunstâncias do momento. Finalmente, a palavra era passada para aqueles que de entre os convivas o quisessem utilizar. Ao último discurso, levantava-se finalmente a primeira mesa, ao que se lhe seguia uma segunda, que seguia, em menor importância, o mesmo esquema.

3.5.3.6. O baile

Tocatina de rabeca acompanhada de outros instrumentos, nunca parava. E enquanto decorria o jantar, havia um grupo de pessoas que cuidava dos preparativos para o baile cerimonial: arrumação das salas; comida e bebidas especiais para os tocadores; fornecimento de comidas e de bebidas à despensa improvisada da sala do baile, cujos mantimentos se destinavam ao consumo de todos os convivas; afinação dos instrumentos e ensaios das kantaderas, entre outros arranjos.

Finalmente chegava a hora tão esperada: todos os tocadores postados estrategicamente num dos cantos da sala, davam os últimos retoques à afinação dos instrumentos; damas dispunham-se em redor da sala, umas sentadas outras de pé; cavalheiros deambulavam pela sala, cada um seleccionando mentalmente a sua estratégia, todos à espera da chegada dos recém-casados, pois era regra fundamental que ninguém pudesse dançar sem que o baile se abrisse oficialmente por eles, o que sempre acontecia, por tradição, sob estrondosos aplausos dos presentes. A seguir os presentes entravam na dança, sob os olhares curiosos dos assistentes do lado de fora, apinhados às portas e às janelas Outras regras também se impunham. Neste sentido e conforme Apolinário Fortes Varela, as boas regras mandavam também que o baile cerimonial se realizasse na melhor sala da povoação – Sala Nobre – onde dançavam os recém-casados, os pais, os acompanhas, os familiares e os convivas de uma maneira geral. Os convidados ao casamento que não possuíssem fato e gravata e os eventualmente não convidados, dançavam numa sala menos nobre, especificamente preparada para o efeito. Isto porque o baile de casamento era tido como coisa cerimonial e qualquer cerimónia, nos tempos antigos, exigia gente trajada de fato e gravata. Conforme o mesmo informante, até à meia-noite os acompanhas e todos os convivas, damas e cavalheiros, não podiam abandonar ou retirar-se da sala do baile. Caso contrário, eram automaticamente multados.

Um elemento que nunca faltava era o dos vivas. Vivas aos recém-casados! Vivas aos pais dos recém-casados! Vivas aos parentes, presentes e

[1500] Infelizmente, não conseguimos quem nos reproduzisse um desses discursos.

ausentes! Vivas às pessoas importantes da comunidade! Enfim!... Neste tipo de baile, a tradição e os bons costumes mandavam também que cada cavalheiro dançasse com todas as damas, uma a uma, a ponto de ser uma ofensa muito grave um cavalheiro não dançar com uma dama. Tida como uma desfeita, a dama ofendida costumava nunca mais trocar palavras com o faltoso.

O auge do baile cerimonial todavia acontecia com o badjâ landú (dança do landú), de origem afro-brasileira, conforme descreveremos no capítulo sobre o landú. E ao primeiro baile cerimonial seguiam-se outros. O último baile realizava-se após o último jantar cerimonial, isto é, no "dia de oito dia de casamento". Os aparatos eram idênticos aos do primeiro baile cerimonial mas desta vez terminava de madrugada, porque ao amanhecer os recém-casados tinham de começar a vida de casados.

3.5.3.7. A retirada para os aposentos nupciais

No preciso momento em que os convivas entravam na roda da dança do landú, os recém-casados aproveitavam para, sem darem nas vistas, se retirarem para os seus aposentos nupciais, onde deveriam realizar, conforme exigiam as regras tradicionais, o primeiro acto sexual do casal.

De acordo com informações colhidas,[1501] primeiro retirava-se a recém-casada que, acompanhada da "bokera",[1502] dirigia-se imediatamente ao quarto nupcial. Para além de ser cúmplice da recém-casada na sua fuga, a bokera tinha também as funções de preparar o quarto nupcial, zelar pela sua inviolabilidade por terceiros ou mesmo pelo seu marido antes da hora própria, ajudar a recém-casada a despir-se, acompanhá-la e guardá-la até à chegada do jovem marido. Este, após a sua fuga, não devia acompanhar a noiva: dava algumas voltas pela povoação, sem que fosse visto antes de entrar no quarto nupcial. Caso contrário era capturado, resgatando-se com a paga de pesadas multas.

Só muito depois de a esposa estar preparada e na cama à sua espera é que o marido devia entrar no quarto nupcial. Então, a bokera verificava se realmente se tratava do marido e, caso sim, a partir deste momento podia retirar-se tranquilamente. Neste particular, em Santiago o acto da retirada para os aposentos nupciais oferecia contornos um pouco diferentes. Com efeito, terminados os "batuques" dos escravos, os recém-casados, tal como acontecia na Boavista logo que terminasse a dança do landú, dirigiam-se acompanhados de grande pompa à câmara nupcial. Em Santiago, contudo, fruto de um costume muito antigo, à chegada à "câmara nupcial", ali encontravam uma forte resistência das donzelas das suas amizades íntimas, na tentativa de os impedir de entrar, ao que eram prontamente derrotadas pela impetuosidade do marido, simulando fazer-se entrar com a recém-casada à força.

Na Boavista, durante a primeira noite nupcial o baile continuava muito animado ou seja, cada vez mais divertido e participado, até ao raiar da manhã. A

[1501] Junto de pessoas idosas do Rabil, Povoação-Velha, Vila de Sal-Rei, João Galego e Cabeça dos Tarafes.

[1502] Mulher responsável pela arrumação e guarda do quarto nupcial e pela inviolabilidade da noiva até esta se entregar ao marido para o primeiro acto sexual.

este propósito, conforme o testemunho de João Santos Ramalho atrás citado, continuava a festa, durante a noite até amanhecer, hora em que os convivas iam acordar os noivos, com rabecadas, meninas a cantarem boas mornas, todos desejando saúde e felicidades aos noivos. O brilho do baile dependia, em grande medida, das possibilidades de a recém-casada ser virgem. Dava-se sempre o benefício da dúvida mas ninguém saía da sala para que pudesse participar no ritual de "acordar os noivos", descrito de seguida. E quem tentasse uma fuga antes da hora normalmente aceite[1503] era automaticamente multado, pelo que se lhe amarrava um lenço num dos braços como sinal de que a partir deste momento estava cativo. Para que se libertasse, teria que pagar uma multa, em dinheiro ou em bebidas.

3.5.4. O "acordar os noivos" e a comprovação da virgindade

No dia seguinte, quando o Sol estivesse já alto, era o momento de acordar os recém-casados. O ritual era conhecido por acordar os noivos. Estava ligado intimamente às provas de virgindade da recém-casada e era, outrossim, um costume que vinha dos tempos antigos.

Assim por volta das 8 horas começava-se a organização do cortejo, composto por todos os convivas, que eram obrigados a comparecer, por membros e curiosos da comunidade. O cortejo, ao som da rabeca, dirigia-se à janela do quarto nupcial, debaixo da qual o rabequista, acompanhado de violões, violas, cavaquinhos e de outros instrumentos, tirava o solo de uma das mornas mais significativas ao momento, no que era seguido pelo canto das cantadeiras de sala de baile.

É curioso notarmos que entre certos povos afro-negros havia o costume da comprovação da virgindade, nomeadamente os Mandingas, Fulas e outros,[1504] povos esses que contribuíram com grande contingente de escravos para o povoamento de Santiago e das outras ilhas do Arquipélago de Cabo Verde. Tal como entre os Mandingas e Fulas, em Santiago o anúncio da virgindade da recém-casada por parte do marido era obrigatório e devia ser feito com tiros de espingarda ou de pistola.[1505] Levado para Boavista, via Santiago, o anúncio de que a mulher era virgem, com tiros de espingarda ou de pistola, foi substituído por estalejar foguetes.

Na questão de tirar virgindade ou desflorar a mulher na primeira noite nupcial, inventariámos, na Boavista, cinco situações possíveis de acontecerem: a) a recém-casada ser virgem e o marido conseguir tirar-lhe a virgindade na primeira noite; b) ser virgem e o marido não conseguir tirar-lhe a virgindade na primeira noite; c) ter sido desflorada por outro homem e ter enganado o marido de que era virgem; d) ter sido desflorada pelo próprio marido antes de se casarem, sem que entretanto a comunidade tenha tido conhecimento, antes do casamento; e) terem vivido juntos antes do casamento. Cada uma das situações atrás identificadas merecia um ritual diferente de acordar os noivos.

[1503] Variava, entre as 7 e as 8 horas.
[1504] SENNA, Lucas de, citado por CARREIRA, ... - CABO VERDE: ..., p. 433.
[1505] VALDEZ, ... - África Ocidental ..., p. 252.

3.5.4.1. A comprovação da virgindade

Se a recém-casada fosse virgem, muitas vezes a tarefa de lhe tirar a virgindade não era fácil para o seu companheiro pois o decoro, geralmente acompanhado de um certo acanhamento, exigia alguma resistência da parte dela. Neste caso, entretanto, as pessoas que do lado de fora espreitavam às janelas do quarto nupcial, como era tradição, encorajavam o marido a cumprir dignamente a sua "missão de homem macho". A este propósito, conta-se que numa dessas lutas no quarto nupcial, alguém terá gritado para o marido, por sinal, um seu compadre: "- Ó konpadre!.. marrá-l!..."[1506]

Conforme vários informantes, a prova da virgindade da recém-casada era dada pelo próprio marido, logo que o acto de desfloramento se consumasse. Fazia então estalejar três foguetes nos ares, para que todos ficassem a saber que a sua esposa era virgem. Ninguém dormia antes desse sinal. Pelo contrário, até este momento a ansiedade era enorme. O estalejar dos foguetes, entretanto, não constituía em si prova convincente: é que a recém-casada, sendo virgem, o marido podia ter runsióde;[1507] ou então, a recém-casada podia ter enganado o esposo até ao acto do desfloramento de que era virgem mas o marido, por vergonha, preferira por sua vez enganar a comunidade.

A jovem esposa, com efeito, não obstante ter usado grinalda e o marido ter anunciado com foguetes a sua virgindade, ela tinha de dar outras provas da sua virgindade. Assim, os recém-casados, acordados pelo cortejo, escancaravam as portas e as janelas do quarto nupcial e, lado a lado, enquanto o marido distribuía grogue especialmente mandado buscar de Santo Antão, a esposa distribuía prendas, que geralmente eram constituídas de "drops" e outras guloseimas. Brindava também as raparigas solteiras com florzinhas, como voto de honra do seu casamento. Tudo isso era feito debaixo de pirraças e de muitas brincadeiras. Estes gestos traduziam a alegria, tanto dos recém-casados como dos presentes, mas estes, sempre desconfiados, não se davam ainda por satisfeitos. Assim, A bokera e outras mulheres mais chegados ao jovem casal, iam procurar a prova mais convincentes na cama nupcial. Primeiro, entravam sorrateiramente no quarto e, retirando o pano branco da cama, exibiam-no depois ao grande público que, já impaciente, esperava a prova final: manchas de sangue no lençol branco. Então, a bokera mudava o pano da cama e pendurava o lençol manchado de sangue na janela do quarto nupcial, a fim de ser observado por todos os membros da comunidade. E, com a prova da virgindade finalmente dada, para o orgulho e contentamento de todos, cessavam as funções da bokera.

A partir deste momento a alegria geral chegava ao seu auge, pois a recém-casada acabara de dar provas de honra e de exemplo a todas as jovens da comunidade. De imediato, em cortejo conduziam-se os recém-casados sucessivamente às casas dos seus respectivos pais, onde eram triunfalmente

[1506] "- Ó compadre!... amarre-a!..."

[1507] "Runsióde" (de "runsiâ") utilizava-se na Boavista para caracterizar o marido que não tivesse conseguido desflorar sua esposa na primeira noite nupcial.

recebidos e novamente abençoados. O regozijo geral e os parabéns aos pais dos recèm-casados redobravam-se.

Na casa dos pais da noiva, o seu pai proferia umas breves palavras em torno da virgindade da filha, como amostra de que a educara bem e de que a entregara virgem ao marido. Não era para menos, pois o maior orgulho de qualquer pai na Boavista era entregar a filha virgem ao marido. Havia até um ditado na ilha que dizia: "- Fidja féma é kazóde sede, pa ote ka estragá-l".[1508] Isto devido às amargas experiências de certas moças que se tinham engravidado porque se entregaram a homens que, entretanto, não se casaram com elas. Para evitar esta situação, a todos os títulos condenável pelos antigos costumes, cada pai procurava casar a filha na primeira oportunidade pois, se ficasse solteira, poderia ter filhos com um ou com mais homens e nunca se casar.

Por isso, na casa dos pais da recém-casada a alegria era mais explosiva. Ali, o ritual de acordar os noivos continuava debaixo de foguetes estalejando nos céus, enquanto o bom grogue de Santo Antão, vinho e outras bebidas passavam de mão em mão. E a festa não terminava: ao meio-dia era servido o almoço de "saturdia de kazamente",[1509] no qual não faltavam pratos típicos, regados com aguardente e vinho. E a meio da tarde começava o "sanbrás"[1510] "Saturdia de saturdia" [1511] havia ainda rescaldos da festa. O último ponto entretanto das festas do casamento tradicional na Boavista acontecia com o baile do dia de oito dia, findo o qual os recém-casados se viam livres para empreenderem, no lar próprio, a longa caminhada da vida em comum.

3.5.4.2. Troça do marido "runsióde"

O marido tinha de tirar virgindade à sua esposa na primeira noite de casados. Era uma exigência, principalmente do esposo, dos pais da recém-casada e dos familiares dos jovens cônjuges, pois no dia seguinte à primeira noite nupcial toda a comunidade tinha de saber se a recém-casada fora uma rapariga honrada. Para além do mais, o exemplo tinha de ser dado a todas as jovens da comunidade. Caso contrário, era a moral da própria comunidade que ficava manchada.

Se a recém-casada fosse virgem e o marido não tivesse conseguido tirar-lhe a virgindade na primeira noite ou runsióde, então toda a comunidade, em tom de brincadeira, troçava dele. E no acto de acordar os noivos era a própria recém-casada que vinha à porta denunciar publicamente o marido, dizendo que o mesmo runsiâ ou não tinha podido tirar-lhe a virgindade. É que a jovem esposa, tendo em conta as exigências comunitárias, não podia sentir-se ferida na sua honra por causa de um marido impotente. Entre os Ashanti, havia um costume idêntico. Nesta óptica, escreve Meyer Fortes que "[...] uma mulher casada pode divorciar-se de um homem que a negligencia sexualmente ou

[1508] "- Filha fêmea é casada cedo, para que um outro não a estrague".
[1509] Dia seguinte ao dia do casamento.
[1510] Repetição do baile da noite anterior, com uma duração mais curta.
[1511] Dois dias depois.

quando se prove que ele é impotente ou estéril".[1512] No caso da Boavista, as provas da virilidade, como mandava a lei costumeira, tinham de ser dadas na primeira noite nupcial.

De seguida aos protestos públicos da jovem esposa, os presentes iam buscar o marido no quarto e, sempre em tom de brincadeira, enrolavam-lhe uma das pernas das calças até ao joelho, montavam-no no burro mais velho e trôpego da povoação, punham-lhe um chapéu velho e todo furado na "kakruta"[1513] e davam-lhe várias voltas pela povoação. Tudo isso num quadro composto pela figura do infortunado, montado no burro, conduzido pela arreata por uma pessoa e várias outras pessoas em cortejo atrás, fazendo um barulho infernal, com todo o tipo de material velho como latas, frigideiras, ossos de animais mortos, etc. Era o sinal de protesto da comunidade pela impotência do jovem-marido que devia, já na primeira noite, dar prova de virilidade, como dera a entender na noite anterior ao dançar o landú. O marido tinha que dar uma desculpa plausível. Geralmente o único responsável pela falta de virilidade na noite nupcial era sempre o *grogue*, o que todos pacificamente aceitavam. E a festa continuava, até ao desfecho final que sempre acontecia na noite seguinte, a partir da qual tudo acontecia como descrito no ponto anterior.

3.5.4.3. A desgraça da "Lua-sen-mel"[1514]

Casos havia, muito poucos, em que a recém-casada já tinha sido desflorada por outro homem e, entretanto, enganara o marido de que era virgem. Tal comportamento era considerado indigno pela comunidade e, por isso, tido como uma autêntica desgraça. Nos poucos casos em que isso aconteceu,[1515] a festa terminava logo que o jovem marido denunciasse publicamente tal facto, o que normalmente acontecia logo nos primeiros minutos do acto de acordar os noivos.

O facto dava lugar, por vezes, a graves conflitos generalizados entre os familiares dos cônjuges, seguidos da entrega imediata da recém-casada aos seus pais. Isto porque a pior vergonha que podia acontecer a um rapaz que sempre sonhara com um casamento honrado e bonito, era ser enganado pela esposa na noite de núpcias em matéria de virgindade: é que a seriedade e a beleza final do casamento tradicional residiam na virgindade da recém-casada até à primeira noite nupcial.

Por isso, factos do tipo escandalizavam todos os membros da comunidade, sempre solidários para com o rapaz envergonhado pois, se a festa era comunitária, a desgraça também era compartilhada por todos os membros da comunidade. Mas como nada é irredutível, a própria comunidade, tempos depois, ajudava na reconciliação do casal, o que sempre acontecia com êxito.

[1512] Artigo "Parentesco e Casamento entre os Ashanti", inserido em RADCLIFFE-BROWN, ...; FORDE, ... - Sistemas ..., p. 377).
[1513] Coroa do chapéu.
[1514] Lua-de-mel sem que a recém-casada fosse virgem.
[1515] Os nossos informantes apontam três casos na Boavista, de 1920 a 2000.

Esta solidariedade poderá explicar-se pelo facto de na Boavista ter havido uma intrincada relação de parentesco, devido por um lado aos casamentos entre parentes consanguíneos[1516] e pretendentes originários de famílias diferentes[1517] e, por outro, aos vínculos sócio-culturais ou laços de afinidade, adquiridos através de casamentos, compadrios, adopções espontâneas, companheirismos por faixa etária, etc.. Assim as regras, as atitudes e os comportamentos baseavam-se fundamentalmente nos costumes e tradições herdados, valorizados e cultivados pelo parentesco, cuja unidade familiar, pelas ligações consanguíneas e de afinidades atrás descritas, transbordava para a comunidade. Por isso, quer a alegria quer a desgraça eram intensamente sentidas por todos os membros da povoação e, como acabamos de descrever, cada um desses sentimentos tinha o seu devido tratamento.

3.5.4.4. Troça da Lua-sem-mel: o gracejo

Por último, há o caso em que a recém-casada fora desflorada pelo próprio marido antes de se casarem, sem que entretanto, a comunidade tivesse tido conhecimento. Ou então o caso em que os cônjuges tinham vivido juntos antes do casamento. Enquanto que este último caso era do conhecimento, é claro, da comunidade, o primeiro caso geralmente não o era. E, nestas circunstâncias, o jovem esposo tinha de o declarar publicamente no acto de acordar os noivos. Quer numa quer noutra situação, os rituais que se seguiam ao acto de acordar os noivos faziam-se entretanto à mesma, em ambos os casos com a aplicação do competente correctivo.

Assim, ao som da morna que soava do lado de fora da janela, o jovem esposo abria a porta de mansinho e saía com uma das pernas das calças arregaçada até ao joelho, como sinal de que nada encontrara, mas anunciando de imediato que tinha sido ele o autor do desfloramento da sua esposa antes do casamento. Em todo o caso e porque assim ditava a tradição, ele tinha de ser penalizado por ter cometido o tamanho atrevimento de desrespeitar os bons costumes.

Como castigo comunitário e com o objectivo de comunicar à comunidade a sua insensatez, montava-se o jovem esposo num burro selado e com um ceirão todo roto, como sinal de desprezo, pois um homem que se prezasse, deveria ter respeitado a honra da virgindade da sua futura esposa até ao casamento. De seguida e sempre montado no burro, era obrigado a dar voltas por toda a povoação, acompanhado do cortejo do acordar os noivos, pois a comunidade era a única e fiel depositária do testemunho dos fenómenos que a todos diziam respeito. Terminada a volta pela povoação, os presentes atavam duas cordas ao pescoço do infeliz, uma de bolina e outra de coco, aparelhavam-no como se de um burro se tratasse, com sela, cilha, rabicheira e cabresto e depois dois homens simulavam puxá-lo, através de duas cordas. Quanto à

[1516] Estamos em condições de apresentar vários exemplos mas não o fazemos por razões éticas.
[1517] Como por exemplo Brito Évora, resultante das famílias Brito e Évora; Brito Lima, resultante das famílias Brito e Lima; Lima da Cruz, resultante das famílias Lima e Cruz; etc.

recém-casada, ela ficava trancada no quarto nupcial como sinal de vergonha, o que também fazia parte do ritual.

Tudo isto era suportado pelo recém-casado, pois mais não se tratava do que de uma simulação do descontentamento da comunidade pelo acto atrevidamente cometido antes do casamento. Para além do mais, era uma brincadeira que também vinha de longe e que funcionava não só como mais um motivo para o prolongamento dos festejos do casamento mas também como exemplo moral para os jovens. E por isso, não deixava de ser uma sadia brincadeira, autêntica animação teatral de rua, que poderia ser perfeitamente denominada "troça de Lua-sem-mel", de carácter sarcástico, nuns casos, ou brejeiro, noutros.

A propósito da não virgindade na primeira noite de núpcias, houve situações bizarras. Estas situações davam-se com recém-casadas desfloradas pelo próprio marido antes do casamento e sem que ninguém da comunidade soubesse e mesmo com maridos enganados na noite nupcial mas que preferiam não expor a mulher a ultrajes. Então, quer num quer noutro caso, os cônjuges, preferindo esconder a vergonha, decidiam de comum acordo enganar os membros da comunidade com determinadas artimanhas.

Neste sentido, colhemos informações de casos em que recém-casados tentaram um estratagema para tentar provar, na hora de acordar os noivos, que a mulher foi virgem para o casamento, embora na verdade não o fosse. Para tal os cônjuges, durante a noite, matavam secretamente uma galinha ou um cabrito e espargiam o sangue do animal pelos pontos-chave do lençol. Muitas vezes contavam com a cumplicidade da própria "bokera" e, algumas vezes, dos próprios pais ou dos padrinhos. Exibindo assim o manto branco sujo de sangue ao público, livravam-se do escândalo público. Nem sempre porém conseguiam sucessos com o seu intento, pois, pessoas versadas em assuntos da comprovação da virgindade acabavam por descobrir o estratagema.

3.5.5. Morada dos recém-casados

Quando os recém-casados fossem da mesma povoação, o mais comum era residirem na povoação de origem dos dois. A menos que tivessem de migrar para outra povoação, para outra ilha ou para o estrangeiro à procura de dias melhores. Mas no caso de cada um dos cônjuges pertencer a povoações diferentes, a decisão sobre a sua nova morada era fortemente condicionada pelos bens económicos que detinham os cônjuges, situação geralmente mais favorável ao marido. O tipo de povoações dispersas e a falta de transportes para além do burro e do cavalo, dificultavam entretanto namoros entre rapazes e raparigas de povoações diferentes. Assim, havia poucos casos de rapazes que se casavam com raparigas de outras povoações.

Infelizmente, não temos dados estatísticos sobre a morada dos recém-casados na Boavista. Das informações obtidas, estamos entretanto em condições de afirmar que na maior parte das vezes a esposa morava na povoação do marido.

Mas casos havia em que o marido ia morar na povoação da esposa, por esta possuir bens económicos superiores aos do marido: às vezes a mulher era herdeira de pequenas fortunas, geralmente em forma de gado ou em propriedades agrícolas, o que exigia a presença de homens para o seu manejo; ou porque a crise flagelou a povoação do marido e, então, vê-se obrigado a morar na povoação da esposa.

Registam-se, todavia casos em que o marido ia morar na povoação da esposa, por amor ou simplesmente pelo prazer de satisfazer a vontade da sua esposa. É o caso por exemplo de Sabino Ramos Pinto, natural da Estância de Baixo, que contraiu dois casamentos e que, em ambos os casos, fixou residência na marada das respectivas esposas, por prazer. Com o primeiro casamento, adoptou a povoação do Rabil, de onde era natural a esposa, como morada; tendo esta falecido, o esposo mora até hoje, na Cabeça dos Tarafes, de onde é natural a sua nova esposa.

3.5.6. As bodas de prata e de ouro: o caso de uma comemoração

O maior desejo de qualquer recém-casado era que pudesse viver feliz, ter muitos filhos, criar e educar bem os filhos, alcançar os 25 anos de casado – bodas de prata – e, sobretudo, comemorar os 50 anos de casado – bodas de ouro. Esse desejo era compartilhado pelos seus familiares e por todos os membros da comunidade a que pertencia.

A comemoração das bodas de prata era geralmente organizada pelo próprio casal e nela participavam os familiares, amigos e membros da comunidade. Já a comemoração das bodas de ouro era organizada pelos filhos, pelo que era sagrada a presença de todos, mesmo os emigrados. Fazia-se tudo para que os irmãos de ambos os cônjuges estivessem também presentes. Competia ou ao filho mais velho ou ao mais novo fazer o discurso da praxe. Mas, caso nenhum deles estivesse em condições ou, por uma razão qualquer, os dois faltassem ao encontro, o que raras vezes acontecia, um dos filhos presentes podia cumprir essa obrigação. Era, antes, um discurso de reconhecimento e de agradecimento por todos os sacrifícios consentidos pelos pais durante a criação e a educação dos filhos.

Tivemos a sorte de assistir na Boavista a algumas comemorações, respectivamente dos 25 e dos 50 anos de casado. De todas elas, a que mais nos tocou foi a dos 50 anos de casado de Apolinário Fortes Varela e Octávia da Cruz Fortes, a 22 de Dezembro de 2001, na Povoação-Velha. Dos filhos, só uma filha faltou, por força maior. Dos irmãos dos cônjuges, infelizmente os de Apolinário Fortes Varela faleceram todos. Estiveram entretanto presentes dois sobrinhos, um deles vindo da Franca, especialmente para estar com o tio nesse dia tão grande, conforme ele mesmo nos confidenciou. Em contrapartida, da parte da Octávia da Cruz Fortes só uma irmã esteve ausente, também por razões alheias à sua vontade.

Na véspera, realizou-se a koladera da bandeja e serviram-se o almoço e o jantar para todos os membros da comunidade e convidados de outras

povoações. À noite houve baile. No dia do aniversário do casamento, realizou-se o cortejo à capela local, tendo a comitiva preparada com antecedência os vestuários apropriados. Os noivos, que a 22 de Dezembro de 1951 seguiram para a Vila de Sal-Rei em cortejo montados em dois garbosos cavalos, no dia 22 de Dezembro de 2001, vestidos como manda a praxe, iam à frente do cortejo, a pé, como dois pombinhos. O ribombar de foguetes entre as rochas da "Estância" e de "Gombeza" esteve sempre presente. O padre veio especialmente da ilha de S. Vicente para celebrar, na capela de Nossa Senhora da Conceição, a Eucaristia em acção de graças, durante a qual enalteceu as virtudes do casal, apontando-o aos jovens presentes como exemplo a ser seguido. Lágrimas de emoção não paravam de rolar na maioria dos rostos presentes. À saída da capela, disputaram-se as poses junto dos homenageados, para uma foto para a posteridade.

De regresso à casa, sempre em cortejo a pé, a comunidade inteira saudava os aniversariantes, mesmo aqueles membros com os quais o casal tivesse tido algum desentendimento. É que esse tipo de momento é propício a reencontros e reconciliação. Na soleira da porta da casa do casal estavam os irmãos mais velhos, para os receber, como antigamente faziam os pais, por ocasião do casamento dos filhos. É que, observemos, os pais do casal já não pertencem ao mundo dos vivos.

Após os parabéns, o rogo das boas pragas e os vivas, veio o jantar do dia, não com o ritual de outrora mas com uma certa solenidade. Ao término do jantar, Casimiro Fortes proferiu, em nome de todos os filhos do casal, o discurso ocasional.

Depois do jantar foi a vez do baile da noite, na qual, à meia-noite, os aniversariantes dançaram o landú. O baile continuou até ao amanhacer. Durante os dois dias seguintes, comezaina e bebidas não faltaram para todos os membros da comunidade.

Concluindo, podemos dizer que o casamento tradicional da Boavista é, do ponto de vista dos rituais institucionais e normativos, essencialmente de índole europeia, embora incorpore alguns elementos africanos, como a dança do landú, por exemplo.

3.6. Os cantos e as danças

O canto e a dança fazem parte do sistema cultural de cada povo. Da simbiose cultural entre os povos que se encontraram nas ilhas de Cabo Verde, ressaltam hoje, de entre os elementos da nossa cultura, os cantos e as danças, fortemente marcados pela resistência dos escravos.

O termo "canto" é aqui referido como a união expressiva e musical da palavra e do som pela modulação da voz humana. Utilizaremos canto na acepção de cantos profanos, e cânticos na dos religiosos. O termo "dança" é utilizado para referir um conjunto de movimentos coreográficos encadeados (gestos, passos e movimentos corporais), à base de ritmos musicais. Neste quadro conceptual, com a expressão "canto-dança" queremos significar um

subsistema cultural de representações simbólicas do modo de vida de um povo. Este subsistema cultural consubstancia-se ao mesmo tempo por meio da música, poesia e coreografia, elementos esses que por sua vez se revelam como expressão de estados afectivos do povo que os (re) cria, imprimindo-lhes significados sociais bem definidos.

Note-se que nas ilhas de Cabo Verde vigorou o cultivo informal do canto e da dança, à base do pendor musical e coreográfico do cabo-verdiano.[1518] Os traços dos cantos e das danças vindos da África Negra, da Europa e do Brasil, fortemente marcados pela religiosidade, não seguiram em Cabo Verde porém o mesmo curso do desenvolvimento histórico: uns, frutos directos da resistência escrava, mantiveram-se muito próximos dos traços das suas origens africanas, nomeadamente o batuque, o funaná, a koladera e o landú; outros, trazidos pelos europeus, aculturaram-se em Cabo Verde e ali ganharam uma nova cidadania, adaptando-se ao meio psico-social cabo-verdiano, como seja a mazurca, a contra-dança e a valsa; outros ainda, como a morna por exemplo, resultante da criação autóctone, definiram-se com um perfil tipicamente cabo-verdiano. Por conseguinte, nos dias de hoje, a eficácia cultural destes cantos e danças é a seguinte: a maioria dos que vieram com os negros-escravos, mantêm-se muito próximos das suas origens; os que foram introduzidos pelos europeus, enfrentaram uma grande tendência para caírem em desuso, devido sobretudo à forte influência de músicas estrangeiras introduzidas em Cabo Verde pela emigração dos anos 60-70 de 1900; os de origem autóctone encontram-se cada vez mais firmes.

Os cantos-dança aqui tratados, quer adquiridos pela acomodação cultural quer pela aculturação ou, principalmente, pela criação autóctone, são símbolos da luta dos cabo-verdianos na sua afirmação como povo. Neste quadro, como fenómeno psicossocial, integram sobretudo o património espiritual que, por sua vez, simboliza a resistência passiva do povo cabo-verdiano, desde a conquista e a afirmação da sua identidade, até à luta contra as condições de uma vida agreste, através nomeadamente da emigração.

Nesta parte do nosso trabalho, tentaremos descrever o canto-dança morna, tida como originária da Boavista, o landú, de origem afro-brasileira, radicado na Boavista, e a koladera, provavelmente originária da simbiose entre elementos do batuque afro-santiaguense e a coreografia das pungas, do Nordeste brasileiro.

3.6.1. A morna

O canto-dança "morna", produzido no quadro de um sistema de exploração económico-escravocrata, é um misto da dor nostálgica, proveniente

[1518] Na vertente musical por exemplo, Baltazar Lopes da Silva, em 1958, chamava a atenção das autoridades competentes pelo facto de não existir uma Academia de Música em Cabo Verde, que proporcionasse uma aprendizagem científica da música ("Uma academia de música em S. Vicente", inserido na revista "CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação". Praia: Imprensa Nacional. Nº 102, Ano IX (Março, 1958). p. 30).

das condições escravocratas e expressa em queixumes e lamentações, e da dor da saudade do ente-querido ausente, com a emigração. [1519]

3.6.1.1. Conceitos e terminologia

3.6.1.1.1. Conceitos

Várias têm sido as tentativas para conceituar a morna. Neste sentido, Pedro Cardoso define a morna como "música, dança e canto; compasso quaternário, atitudes langues, andamento vagaroso";[1520] para J. B. Amândio Garcias, as mornas são "cantares dolentes, langorosos, enternecedores, ardentes na paixão que reproduzem, suaves nas saudades que evocam";[1521] Désiré Bonnaffoux define-a como sendo "uma ária langorosa, de compasso binário, composta para ser cantada com palavras, tocada por instrumentos de corda e dançada".[1522] É porém Armando Napoleão Rodrigues Fernandes quem, do nosso ponto de vista, dá a definição mais completa da morna: "canto e dança dolente, em compasso quaternário, impregnado de melancolia em que o povo soluça e canta o seu pesar, a sua tristeza e o seu queixume em tom plangente, dolente e soluçante". [1523]

Desses conceitos, entendemos o canto-dança morna como sendo um subsistema cultural, de representações simbólicas do modo de vida do povo que o criou, representações essas que se realizam através da música, do canto, da poesia, do gesto e da coreografia, que se expressa em compasso quaternário e em queixumes e lamentações plangentes, soluçantes, vagarosos, dolentes, melancólicos e enternecedores.

3.6.1.1.2. Terminologia

Segundo José Lopes, professor e poeta cabo-verdiano, nascido em 1871 e falecido em 1962, houve uma certa tentativa, por parte de alguns autores cabo-verdianos, de atribuir uma origem autóctone ao termo morna, para designar o canto-dança em discussão.[1524] Esta possibilidade é entretanto refutada pelo próprio autor, que nos apresenta como alternativa outras propostas, sem contudo ele mesmo ter dado uma resposta cabal ao problema.

[1519] Neste contexto, empregamos o termo *nostalgia* significando a dor profunda de tristeza, isto é, o desespero de quem é obrigado a deixar a sua terra de origem e sabe que nunca mais para ela regressará; ao termo saudade atribuímos o significado de lembrança triste e suave de alguém que se encontra ausente e de quem se tem a esperança ou a certeza de um dia encontrar.
[1520] CARDOSO, ... - Folclore …, p. 44.
[1521] In carta dirigida ao Pedro Cardoso (CARDOSO, ... - Folclore ...).
[1522] BONNAFFOUX, ... - Música popular …, p. 2.
[1523] FERNANDES, ... - O Dialecto Crioulo..., p. 108.
[1524] CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação. Praia: Imprensa Nacional. Nº 53, Ano V (Fevereiro, 1954). p. 27-28.

Outros autores, ainda, sem se preocuparem com a origem do termo, têm-se limitado a constatar a designação morna para o referido canto-dança. A este propósito, Osório de Oliveira, por exemplo, escreve que "[...] a morna é o nome que designa, ao mesmo tempo, a dança e as canções típicas de Cabo Verde. Ritmo do baile, palavras e música das canções, são coisas inseparáveis".[1525]

A questão que se nos coloca, neste momento, é entretanto a seguinte: de onde terá vindo a denominação morna para exprimir um canto-dança que representa tão profundamente a alma sofrida do povo destas ilhas? Quando é que terá aparecido o referido termo?

Não temos formação linguística que nos permita dar uma resposta convincente ao problema. Tentaremos, tão-somente, coordenar algumas das propostas cujos autores tentaram explicar a origem do termo morna, o que poderá servir de subsídio para uma futura pesquisa etno-linguística, por parte dos especialistas na matéria.[1526] Procuraremos, porém, descrever alguns elementos da etnolinguística afro-negra, susceptíveis de serem trabalhados como hipóteses.

3.6.1.1.3. Propostas de explicação para a origem do termo "morna"

De entre os autores que tentaram uma explicação para a origem do termo *morna*, de que tivemos conhecimento, encontram-se entre outros o professor e poeta José Lopes, o filólogo e professor Baltazar Lopes da Silva e o musicólogo Vasco Martins. Comecemos pelos dois últimos.

Baltazar Lopes defende a tese de que o termo morna deriva do termo português morno. Isto é, para se chegar ao termo morna "[...] substantivou-se a forma feminina do adjectivo ('mórnă') e com ela se designa a música e a dança típica do arquipélago. Derivou o verbo 'mŏrnâ' ('mornar'), isto é, 'dançar a morna', e deste o substantivo e adjectivos 'mŏrnădôr' e 'mŭrnîstă' ('mornista')".[1527]

A tese de Baltazar Lopes é apoiada por Moacyr Rodrigues e Isabel Lobo.[1528] Da nossa parte, temos a percepção de que algumas mornas modernas denunciam um tipo de lamentação que não é possível se exprimir através do feminino do adjectivo português "morno", por este não possuir aquele significado profundo e telúrico próprio da alma sofrida do povo cabo-verdiano, construída, por sua vez, da dor escrava. Por isso, os sentimentos que o termo de baptismo do canto-dança morna encerra não poderão ter sido exprimidos pela simples substantivação da forma feminina do adjectivo português morno, como por exemplo o termo "morna" da "expressão água morna".

[1525] TAVARES, ... - Mornas …, p. 97.

[1526] As tentativas da explicação da paternidade da morna serão descritas em capítulos próprios.

[1527] SILVA, Baltazar Lopes da – "O Dialecto Crioulo de Cabo Verde". Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais - Imprensa Nacional (Casa da Moeda) 1957, p. 323.

[1528] RODRIGUES, Moacyr; LOBO, Isabel – "A Morna na Literatura Tradicional: fonte para o estudo histórico-literário e a sua repercurssão na sociedade". Praia: Instituto Cabo-Verdiano do Livro e do Disco, colecção Estudos e Ensaios, 1996, p. 14.

Por seu turno, Vasco Martins sugere a raiz "moda" para explicar a origem do termo morna.[1529] Que a modinha, como fenómeno musical, tenha influenciado a partir de um determinado momento a morna, também como fenómeno musical, é um facto. Contactámos vários linguístas a respeito mas, até hoje, não conseguimos elementos que nos permitissem vislumbrar como é que a raiz moda pudesse ter dado origem à palavra morna!... De qualquer forma, é mais uma hipótese que não deve ser desperdiçada. Pelo contrário, paralelamente às outras, merece um estudo linguístico aprofundado por parte dos especialistas na matéria.

É porém José Lopes, do nosso ponto de vista, quem já apresentara propostas mais consistentes, para a busca da origem do termo *morna*. Neste sentido, sugerindo a hipótese de uma origem etimológica portuguesa para o termo *morna*, o professor e poeta dá-nos conta de que no Alentejo, Portugal, existem uns descantes populares dolentes, dum sabor de melopeias, talvez monódias, chamados mornas, provavelmente de origem mourisca e afro-negra.[1530] Note-se que, a propósito do canto balanta, Amílcar Cabral, estabelecendo uma ponte entre os descantes alentejanos e aquele canto, informa que, "[...] quando comparamos as cantigas balantas com as da Europa, vemos que são parecidas com as cantigas alentejanas, lentas, em coro".[1531]

Estas informações levam-nos às seguintes interrogações: qual é a relação entre as cantigas alentejanas e o canto dos balantas? E qual é a relação entre as cantigas alentejanas, o canto dos balantas e a presença de escravos em Portugal? As respostas a estas perguntas poderão encontrar-se no facto de, para além dos mouros, ser também conhecida a forte presença de negros na sociedade e na cultura portuguesas, a partir de 1441. Neste sentido, segundo José Ramos Tinhorão,[1532] entre 1441 e 1505 foram levados de África Negra para os trabalhos de campo em Portugal, principalmente no Alentejo, de 140.000 a 150.000 negros como escravos. Por exemplo, só em Lisboa havia 10.000 negros em 1551, representando 10% de uma população de cerca de 100.000 habitantes.[1533]

Para uma apreciação mais aprofundada da questão, devemos ter também em conta a influência sócio-cultural dos negros em Portugal, principalmente das regiões compreendidas entre o Tejo e o Algarve. Este facto denuncia-se, por exemplo, na peça teatral "O Negro de Alcântera", na qual o negro Telo é apresentado como sendo migrado do Sul, isto é, "('Lá dos triunfos./ Lá dos Algarves'), e, mais que além de farrista, cantador e músico ("Fadista d'uma

[1529] MARTINS, Vasco – "A Música Tradicional Cabo-Verdiana - I (A Morna)". Praia: Direcção Geral de Património Cultural – Instituto Cabo-Verdiano do Livro e do Disco, 1988. p. 50.
[1530] "CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação". Praia: Imprensa Nacional. Nº 53, Ano V (Fev., 1954), p. 27.
[1531] CABRAL, Amílcar - A Resistência Cultural. Praia: Serviços de Informação do PAIGC, 1974. p. 2.
[1532] TINHORÃO, José Ramos - Os Negros em Portugal: uma presença silenciosa. Lisboa: Edições Caminho, Colecção Universitária, 1988. p. 79.
[1533] TINHORÃO, José Ramos - História Social da Música Popular Brasileira. Lisboa: Editorial Caminho, Colecção Universitária, 1990. p. 27.

cana, toca e canta")",[1534] o que poderá denunciar a contribuição do negro-escravo na criação dos descantes alentejanos. Outrossim, era hábito as autoridades portuguesas promoverem exibições de cantos e de danças de negros em Portugal. Um exemplo destas exibições, referentes à comemoração em 1898 do IV Centenário da chegada de Vasco da Gama à Índia, é relatado por Tinhorão nos seguintes termos: "[...] o governo de Portugal mandou vir negros de Cabo Verde e Guiné, além de um lote de vátuas de Inharrime, que fez instalar em cubatas construídas sob árvores do futuro Parque Eduardo VII, de onde saíam apenas à noite para servir de espectáculo, com as suas danças nativas, perante o público branco do Coliseu dos Recreios".[1535]

Assim, é absolutamente normal que os escravos, muitos deles traficados das terras balantas, levados para o Alentejo, uns e outros trazidos para Cabo Verde, tenham preservado e cultivado os seus cantos que, em contacto com outros espaços físico-humanos, tenham dado origem a novos cantos ou influenciado os cantos nativos.

Nesta óptica, para a denominação morna aos descantes alentejanos, sugerimos as seguintes possibilidades: 1) ou a morna foi levada de Cabo Verde pelos colonos e marinheiros portugueses, na medida em que certos sectores do colonizador foram também objecto de aculturação em relação a certos elementos culturais do colonizado; 2) ou os escravos levados de Cabo Verde para Portugal terão utilizado o termo morna para rebaptizar os descantes alentejanos, já de alguma influência negro-africana, na medida em que os descantes alentejanos poderão ter sido o produto da aculturação dos cantos, como os dos balantas, levados para o Alentejo com os escravos. Cruzando essas possibilidades, aceitamos como a mais provável a segunda. Isto porque, tendo em conta o racismo cultural da época, é muito difícil que os colonos de retorno e os marinheiros portugueses tenham cantarolado, em terras alentejanas, quaisquer motivos musicais de origem afro-negra, ao ponto de tal facto ter provocado mudanças nos cantos de origem.

Infelizmente, José Lopes não nos forneceu fundamentos científicos, ou histórico-culturais, que fundamentassem a sua proposta. De todo o modo, os factos coordenados atrás poderão contribuir para a fundamentação da semelhança, na apreciação de Amílcar Cabral, entre os cantos dos balantas e os descantes alentejanos que, com as raízes da morna, poderão ter pertencido a algum tronco comum que ficou perdido nas selvas africanas. É neste quadro que a proposta de José Lopes, embora sem dar uma resposta cabal, constitui uma pista de trabalho para a busca da origem do termo morna do canto dança cabo-verdiano que nomeia.

Não tendo encontrado uma resposta à questão, pela via da primeira proposta, José Lopes explora uma segunda. Desta vez, tenta procurar a origem etimológica do termo morna na língua francesa. Assim, José Lopes também informa que na Martinica, antiga colónia francesa na América Central onde predomina a cultura afro-negra, existe entre os habitantes de umas colinas nos

[1534] TINHORÃO, ... - Os Negros …, p. 316.
[1535] TINHORÃO, ... - Os Negros ... p. 313.

arredores da cidade de "Saint Pierre" uma encantadora cantilena por nome de "chansons des mornes".[1536] Segundo o poeta, o termo francês "morne", de onde poderá ter derivado o termo morna, traduz-se para o português com os significados de morro e triste ou, às vezes, contristador. Do nosso ponto de vista, a expressão "chansons des mornes" poderá ser traduzida literalmente, em português, tanto para canções dos morros como para canções tristes ou contristadoras ou, com um pouco de esforço, para canções tristes ou contristadoras dos morros. De acordo com o sentido das duas últimas traduções, somos tentados a compreender Archibald Lyall quando, referindo-se ao termo morna, "[...] crê a palavra ter sido introduzida por marinheiros franceses dada a possível semelhança entre "as pequenas canções nostálgicas a que os mestiços da Martinica chamariam 'mornes' e 'as canções da Boavista', de Cabo Verde".[1537]

Num quadro histórico-cultural, existem três factos, entre outros, que poderão justificar certa afinidade ou parentesco entre as "chansons des mornes" e o canto-dança morna. Primeiro: há que considerar a corrente do tráfico negreiro entre a África, Cabo Verde e a América Central, nomeadamente as Antilhas, já no séc. XVI.[1538] Ora, tantos os escravos que ficaram em Cabo Verde como os que seguiram para as Antilhas, poderão ter sido portadores do gérmen do elemento cultural que veio a ser denominado *morna*. Segundo: devido à fome de 1855-1857, em 1855 seguiram para as ilhas de Trindade e Guadalupe, de uma só leva, 250 cabo-verdianos contratados pelo governo francês para a prestação de trabalho naquelas ilhas.[1539] Quantos cabo-verdianos mais não terão sido contratados oficial ou clandestinamente para as Antilhas e Caraíbas nesses períodos de fome? Infelizmente, não conseguimos mais dados. A designação "mornes" aos morros atrás aludidos não terá sido dada por esses cabo-verdianos? Vejamos: se esses cabo-verdianos, uma vez chegados às ilhas antilhenas e caribenhas, foram escravizados, como era prática na altura, como é que os mesmos terão reagido? Terão experimentado a fuga para os referidos montes, como os escravos seus conterrâneos faziam em Santiago? Ora, se como crê Teixeira de Sousa a morna já era cultivada na Brava no último quartel do séc. XIX[1540] e, como veremos mais à frente, se a morna nascera na Boavista, então, aquando da contratação atrás referida, ela já tinha feito história em Cabo Verde. Portanto, levada para a Martinica, a morna não terá dado origem às "chansons des mornes", rebaptizando-se os montes provavelmente ocupados pelos cabo-verdianos de "mornes"? É uma hipótese que, corroborada, nos levaria a concluir que as "chansons des mornes" são o produto de uma aculturação da morna na Martinica e, quem sabe, em outras ilhas das Antilhas.

[1536] "CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação". Praia: Imprensa Nacional. Nº 53, Ano V (Fev., 1954). p. 27-28.
[1537] Citado por FERREIRA, Manuel – "A Aventura Crioula". 3ª ed. Lisboa: Plátano Editora, 1985. p. 176.
[1538] CARREIRA, ... - CABO VERDE ..., p. 140-142 e 276; e CARREIRA, … - O Tráfico …, p. 12.
[1539] "Boletim Oficial da Província de Cabo Verde". Praia: Imprensa Nacional, nº 26 (..., 1858).
[1540] "CABO VERDE: Boletim de Propoganda e Informação". Praia: Imprensa Nacional. Nº 109, Ano X (Out., 1958). p. 7-11.

Terceiro: finalmente, há que se considerar a presença francesa na Boavista que, eventualmente, poderá ter baptizado o canto dos nativos de "morne".

Essa realidade histórica porém não nos conduz a uma solução conclusiva. E assim, estamos novamente numa encruzilhada de possíveis soluções, na medida em que a proposta de José Lopes, seguida da suposição de Archibald Lyall, conduz-nos às seguintes saídas: o termo "morna" poderá ter derivado do termo francês "morne", ou vindo a Cabo Verde com os marinheiros franceses, ou com escravos de retorno das Antilhas e Caraíbas.[1541] Ou, ainda, o termo "morne" poderá ter derivado do termo "morna", este ido de Cabo Verde para aquelas colónias francesas. Ora, do nosso ponto de vista, tal tipo de encruzilhada só poderá constituir, mais uma vez, uma pista de trabalho para o objecto em estudo. E, José Lopes, por aquilo que escreveu sobre a cultura cabo-verdiana e não só, era um estudioso inconformado: levava os seus estudos e reflexões até às últimas consequências, enquanto pensasse existir um ponto de partida, por mais frágil que parecesse. E este ponto de partida tentou encontrá-lo na presença linguística inglesa em Cabo Verde, nomeadamente na ilha da Boavista.

Assim, José Lopes lança ainda uma terceira proposta: a de o termo morna ter derivado do verbo inglês "to mourn", cujo significado é "lamentar ou cantar plangente", o que, segundo o autor, não entra em contradição com o significado do termo francês "morne".

Esta proposta é sustentada por Gabriel Mariano, ao mesmo tempo que refuta a tese de Baltazar Lopes, afirmando que "[...] de certo não é derivação do adjectivo português 'morno'. É mais provável que venha, como José Lopes pensa, do verbo inglês 'to mourn', que significa lamentar".[1542]

Do nosso ponto de vista, contrapondo-se ao termo português "morno" o inglês "mourn", talvez o pe. José Maria Sousa tenha razão, ao sugerir que o termo "morna" derivará do "mourn", quando saído, em jeito de exclamação, da boca de algum marinheiro inglês ao ouvir as lamentações de uma morna muito antiga.[1543] Era este sentimentimento triste que unia os corpos, do homem e da mulhare, de forma lânguida, na dança mona. Observemos um momento dessa dança:

[1541] Baltazar Lopes da Silva, no seu artigo Arquivos da Escravidão, dá conta de uma escritura de alforria em S. Nicolau, a favor de uma escrava natural de Martinica. De todas as formas, o número de escravos possivelmente trazidos da Martinica ou das Antilhas para Cabo Verde, foi tão diminuto que a sua influência na morna não terá sido relevante (Claridade (revista de arte e letras). Mindelo: Grupo Claridade. Nº 6 (Julho, 1948). p. 40).

[1542] "CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação". Praia: Imprensa Nacional. Nº 30, Ano III (Março, 1952). p. 20.

[1543] SOUSA, Pe. José Maria – "Hora di Bai". 1º Livro. [s. l.]: Bóston: Edição Capverdean American Federation, 1971. p. 31.

FIG. Nº 51
Dança da morna



FONTE : BPMP_J6-9-26 (2)_Vol. IIe. Est. XXII

Ora, os sentimentos que, por exemplo, as mornas modernas "na kaminhe de S. Tomé, Man Bia e Pau mató-me nhâ fidje" expressam, não serão reminiscências dessas lamentações? Nesta óptica, na apreciação do referido autor estas mornas exprimem efectivamente o "lamento de saudade final, de morte, de separação de mãe e filho", o que rima, aliás, com as imagens retratadas pelo historiador português Oliveira Martins, do seguinte modo: "um navio de escravos era um espectáculo asqueroso e lancinante.[...]. Na obscuridade do antro, os infelizes, promiscuamente arrumados a monte, ou caíam inânimes num torpor letal, ou mordiam-se, desesperados e cheios de fúrias";[1544] e pelo cronista, Gomes Eanes de Zurara, que assim descreve o cenário do desembarque de escravos nas praias de Lagos, Portugal, em 1444: "[...] 'uns tinham as caras baixas e os rostos lavados com lágrimas, olhando uns contra os outros; [...] outros feriam seu rosto com suas palmas, lançando-se tendidos no meio do chão; [...].

E para seu dó ser mais acrescentado começou a partilha, apartando-os uns dos outros para fazer iguais quinhões. Abraçam-se uns aos outros, pais e filhos, irmãos, a ponto de ser necessário separá-los por *força!"*.[1545]

[1544] Citado por VIEIRA, ... - História …, p. 14.
[1545] Citado por FERRONHA, António Luíz - O Comércio Português de Escravos. Lisboa: Edições do Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1974, p. 5.

Era esta a dor, formada em cinco momentos diferentes – a caça, o embarque, a viagem, o desembarque e a partilha –, que o escravo expressava em queixumes e lamentações, como no-lo relata ainda o cronista: "[...] outros faziam suas lamentações em maneira de canto, segundo o costume de sua terra, nas quais, posto que as palavras de linguagem aos nossos não pudessem ser entendidas, bem correspondiam ao grau da sua tristeza".[1546] Assinale-se que esses horrendos tratos a que eram submetidos os escravos chocavam profundamente com a filosofia de segurança que unia os membros da família tradicional africana.[1547]

Por outro lado, há alguns factos históricos que poderão sustentar a hipótese de José Lopes e que se prendem, tendo em conta o consenso sobre a paternidade boavistense da morna, às relações entre os nativos da ilha da Boavista e os povos de expressão linguística inglesa, que foram particularmente intensas nos séculos XVII e XVIII, devido ao comércio da urzela e do sal.[1548]

Ao analisarmos a proposta de José Lopes, há que se considerar, portanto, a natureza das relações entre os escravos e os povos da cultura inglesa na Boavista pois, para além do mais e como vimos ao descrevermos os contactos do povo boavistense com outros povos, essas relações reflectiram-se, também, na variante linguística boavistense.

De toda a contribuição linguística inglesa ao dialecto da Boavista, o mais surpreendente é facto de o termo morna, designativo do conto-dança cabo-verdiano do mesmo nome, corresponder graficamente ao termo anglo-saxónico "morna",[1549] com o significado, na língua inglesa, de "pine away", que em português traduz-se para "carpir, lamentar". Com as invasões da Inglaterra pelos "Germanic tribe" nos séculos V e VI, o termo anglo-saxónico "morna" terá dado origem ao termo inglês "mourn", do verbo "to mourn", traduzindo-se este, na língua portuguesa, entre outros, por chorar, deplorar, andar de luto; afligir-se e lamentar-se.

Não conseguimos apurar até este momento o facto de, estudioso como era, José Lopes ter-se referido ao verbo "to mourn" e não ao termo anglo-saxónico "morna!..."

De todo o modo, consideramos que a proposta de José Lopes poderá estar mais próxima da explicação da origem da palavra morna. Mas, só um estudo da génese da língua inglesa e da história da presença dos povos anglo-saxónicos na Boavista poderá trazer luzes mais convincentes sobre a matéria, sobretudo no que se refere à data do aparecimento do termo *morna* nessa Ilha.

Assim, enquanto não houver uma explicação segura e definitiva, este facto leva-nos a recomendar um estudo linguístico, e não só, mais aprofundado sobre a matéria, pois nós mesmos levantamos outras hipóteses, como por exemplo a de uma origem étnica e sócio-linguística africana, provavelmente do

---

[1546] Citado por FERRONHA, António Luíz - O Comércio …, p. 5-6.

[1547] Sobre esta matéria, leia-se, entre outros, BELCHIOR, ... - Fundamentos ..., p. 147-177.

[1548] A este grupo linguístico, de acordo com Tomaz Ribas, incluem-se os irlandeses (Garcia de Orta. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar. Nº 1, Vol. 9 (1961). p. 119).

[1549] De origem "Old Norse", povos nórticos primitivos, provavelmente parentes dos Goth ou Germanic tribe, dos sécculos III e V, que invadiram a Inglaterra nos séculos V e VI ("Shorter Oxford English Dictionary on Historical Principels", p. 1364.

termo “marne” que, entre certos povos afro-negros, significa “menina”; ou então, do termo “mona”, da expressão “mona a muhatu”, que significa “rapariguita”.[1550]

3.6.1.1.4. Tentativas de explicação para a génese da morna

Originada, como veremos mais à frente, da força anímica do povo boavistense, difundido para as outras ilhas e assumido por todo o povo cabo-verdiano, a morna é uma forma de expressão tão forte que através dela todo o povo das ilhas, lá onde estiver, mais rapidamente se identifica. Neste sentido, Osório de Oliveira afirma que “[...] nunca, com efeito, a alma dum povo encontrou, tão perfeitamente, a sua expressão, numa única manifestação de arte. O mesmo autor escreve ainda que as mornas [...] são o produto de uma raça, de uma terra, de um clima, e das condições de vida de um povo. Finalizando, observa que [...] para compreender bem a sua sentimentalidade [...] é preciso lembrarmo-nos de que os cabo-verdianos são uma raça mestiça, que a sua terra é um arquipélago, que o seu clima é o dos trópicos e que as suas condições de vida obrigam o seu povo a emigrar”.[1551]

Várias têm sido as tentativas de explicação para a génese da morna, desde as lendário entre os populares boavistenses e em Manuel Lopes[1552] às empíricas em Eugénio Tavares e em Francisco Xavier da Cruz, mais conhecido por “B. Léza”,[1553] e musicológicas, em José Alves dos Reis[1554] e em Vasco Martins.[1555]

Ao coordenarmos neste trabalho as várias contribuições no sentido de se tentar uma explicação para a génese da morna, aventaremos, da nossa parte, uma base de trabalho fundada no etno-histórico-cultural, pois foi um povo que lhe deu a criou, num determinado contexto histórico e cultural. Esta será a nossa modesta contribuição para os musicólogos, etno-musicólogos e outros especialistas que venham a se debruçar mais profundamente sobre o assunto, porquanto a seara é vasta e os obreiros são poucos.

3.6.1.1.5. Explicações lendárias

Quando se pergunta aos informantes idosos da Ilha da Boavista sobre a origem da morna, quase sempre respondem que “el nisé na Bubista” e que “el

---

[1550] Sobre o significado dos termos e expressões referidos, leia-se MAIA, Pe. António da Silva – “Dicionário (complementar) Português – Kimbundo – Kikongo”. Vila da Feira: Edição do autor, Depositária Editorial Missão-Cucujães, 1964. p. 417 e 434.

[1551] TAVARES, ... - Mornas ..., p. 97-98.

[1552] LOPES, Manuel - O Galo Cantou na Baía. Lisboa: Edições 70, 1984. p. 14.

[1553] Natural da Ilha de S. Vicente, nascido em 1905 e falecido em 1958, era trovador e intérprete da música caboverdiana, principalmente da morna.

[1554] Acompanhado de Baltazar Lopes da Silva, filólogo, José Alves dos Reis, musicólogo, realizou na Boavista, por volta de 1937, um estudo de algumas mornas antigas da Ilha, cujos resultados se encontram publicados no artigo "Subsídios para o estudo da Morna", inserido na RAÍZES. Praia: Edições Raízes. Nº 21 (1984). p. 9-18.

[1555] MARTINS, ...- A Música …

ben de reme de bote na forkéta. E, seguros de si, acrescentam: N ubi-l de más bedje y asin é ke el é!...".[1556]

Esta lenda é retomada, mais tarde, pelo escritor cabo-verdiano Manuel Lopes, quando põe na boca de Toi a seguinte afirmação: "[...] foi na ilha da Boavista, entre os pescadores, que nasceram as primeiras toadas rítmicas e queixosas da morna – razão [...], porque a morna tinha a cadência de remo na forqueta, e embalava os pares, na sala, como o bote embalava os pescadores no mar da costa. Foi para esquecerem as horas que os pescadores arranjaram uma cantilena ao ritmo do balançar do bote". [1557]

A tentativa do escritor Manuel Lopes em situar a origem da morna na Boavista poderá servir para a construção de uma hipótese de explicação para a origem boavistense deste canto-dança, com a seguinte base teórica: o homem é sempre avesso à tortura, à fadiga física e mental e à monotonia; para evitar estados de espíritos torturantes e incómodos, cria automaticamente compensações psicológicas, muitas vezes partindo da sua própria estrutura bio-cultural, face às imposições adversas provenientes de outrem ou do seu próprio ambiente natural.

Estarão portanto nas toadas dos pescadores boavistenses, como cantigas de trabalho, as sementes da morna? Realmente, é uma hipótese a ser testada, nomeadamente pela comparação com fenómenos idênticos em outras ilhas de Cabo Verde. Neste particular, são exemplos os acalentos dos pescadores recolhidos por Oswaldo Osório nas ilhas de Santo Antão e de S. Nicolau.[1558] Por outro lado, este poeta e investigador da cultura cabo-verdiana chama a nossa atenção para o facto de as cantigas de trabalho terem funções lúdicas intimamente ligadas à actividade laboral, formando um todo rítmico-gestual.[1559] Ao mesmo tempo, não exclui as funções utilitárias das cantigas de trabalho, como por exemplo a sublimação da fadiga.

Outras lendas também tentam fixar o nascimento da morna na Boavista. Por exemplo, existe uma que postula a origem da morna nos sons produzidos pelo arrastar das correntes dos escravos galegos dos primórdios do povoamento da ilha;[1560] outra, colhida em S. Vicente por volta de 1986, narra que a morna veio de uma raça que tinha saudades da terra e que lamentava, como que cantasse, e as lamentações eram como cantos africanos.

Com tudo isso, é nossa opinião que as tentativas lendárias de explicação da origem da morna não devem ser ignoradas, pois as lendas, como expressão da tradição oral, poderão ajudar a encontrar o fio cujo desenrolar venha a proporcionar dados empíricos que possam ajudar a explicar a origem e a

---

[1556] "A morna nasceu na Boavista" … "veio do remar na forqueta de bote" … "ouvimos isso dos mais velhos e assim é que é".

[1557] Toi, guarda fiscal de profissão, compositor de mornas e tocador de violão, é a personagem principal do conto O Galo Cantou na Baía (LOPES, ... - O Galo …, p. 14).

[1558] OSÓRIO, Oswaldo - Cantigas de Trabalho (Tradições orais de Cabo Verde). Praia: Edição da Comissão Nacional para as comemorações do V Aniversário da Independência Nacional de Cabo Verde - Sub-Comissão para a Cultura, 1980. p. 73-76.

[1559] OSÓRIO, ... - Cantigas …, p. 69-70.

[1560] É lenda entre os populares da Boavista que a Povoação de João Galego, na Zona Norte, foi fundada por escravos-galegos (escravos brancos provavelmente provenientes da Europa).

evolução da morna. Nesta perspectiva, não podemos deixar de lado a compreensão de que a lenda é um elemento fundamental neste tipo de pesquisa, principalmente em Cabo Verde onde fontes escritas sobre a nossa cultura não abundam, nomeadamente até aos meados do século XIX.[1561]

Por outro lado, as lendas integram, como elementos essenciais de determinadas épocas ou estágios do desenvolvimento humano, a herança sócio-histórica e cultural de todo e qualquer povo a que pertençam. Daí a legitimidade do lendário na busca de uma explicação para a origem da morna, com recurso à memória colectiva do povo que a criou.

Por isso, este esforço colectivo em tentar explicar a origem boavistense da morna através de lendas poderá revelar-se de alguma validade na busca das raízes deste canto-dança, quiçá da nossa própria cultura tradicional, desde que seguido de um estudo científico e aprofundado sobre os dados empíricos que originaram estas lendas no imaginário colectivo cabo-verdiano. Neste sentido, é nosso entender que as lendas chegadas até nós, quer por via da transmissão oral quer através da pena dos nossos escritores, poderão contribuir para melhor clarificação da origem autóctone da morna.

3.6.1.2. Tentivas de explicações científicas

Outros autores tentaram uma explicação da genese da morna valendo-se das suas respectivas experiências como compositores de morna. Eugénio Tavares, por exemplo, afirma que a morna é originária da Boavista e que passou depois às outras ilhas, adaptando-se ao sabor psicossocial de cada uma.[1562] Por seu turno, Francisco Xavier da Cruz, por seu turno, afirma que "a típica 'Morna' que hoje se canta por todo Cabo Verde, foi gerada na Boavista, criada na Brava e moldurada em Sam Vicente – e ela representa três belas qualidades artísticas destes três povos: música, poesia e dança".[1563]

Estamos portanto perante dois testemunhos de duas autoridades de muito peso em matéria da criação, da interpretação e do estudo da música cabo-verdiana. É pena porém que nem um nem outro tenha fundamentado a sua respectiva afirmação. Os dados histórico-culturais por nós coligidos indicam, no caso de Eugénio Tavares, que ele possuía informações que lhe permitiam tentar essa fundamentação.[1564] Porque não o fez? Não sabemos. Mas parece que Eugénio Tavares tinha conhecimento da causa que defendia, como no-lo poderá provar a seguinte comparação que ele faz, sob o pseudónimo de "Tambor-Mor", entre a dança da morna e a do tango argentino: "[...] já não é o delicioso e honesto passo coreográfico que se dança na Povoação Velha, da

[1561] Note-se que a tipografia em Cabo Verde só foi criada pelo decreto de 7 de Setembro de 1836 e que o primeiro Boletim Oficial foi editado a 24 de Agosto de 1842, por sinal na então villa do Rabil, Ilha da Boavista.
[1562] TAVARES, ... - Mornas ..., p. 7.
[1563] XAVIER, Francisco – "Uma Partícula da Lira Caboverdeana (Mornas crioulas inspiradas por saudades, sofrimentos e amores)". Praia: [s. n.], 1933, p. 11.
[1564] De acordo com alguns informantes da Vila de Sal-Rei, como Maria Emília Brito, por exemplo, Eugénio Tavares esteva na Boavista, em visita ao seu amigo Rui Tavares de Almeida, exímio tocador de violino.

Boa Vista, e no Campo Baixo, da Brava: é o movimento de quadris, voluptuoso, das muchachas de Talcahuano e de Montevideu. Já não agrada simplesmente: excita ... E continua: a doce morna cabo-verdiana não é bem o lascivo tango argentino: rescende uma suavidade harmoniosa e dulcíssima: não é sensualidade embriagante e arrebatadora".[1565]

Para além das posições de Eugénio Tavares e de B. Léza, a origem boavistense da morna é retomada pelo escritor Gabriel Mariano, quando refere a Boavista como ilha que gerou a morna, dizendo: "[...] e de aí a minha convicção de estar nela a origem da morna".[1566]

Se Eugénio Tavares e B. Léza, como vimos, não deixaram escrita qualquer fundamentação que pudesse corroborar as suas posições quanto à paternidade da morna, Gabriel Mariano porém aventou uma hipótese, a que chamou de "causa material", sem contudo ter feito uma investigação que pudesse comprovar a referida hipótese.

3.6.1.2.1. Explicações etno-musicológicas

Em termos de explicação e fundamentação científicas, tivemos acesso a dois estudos musicológicos sobre as mornas antigas da Boavista: "Subsídios para o estudo da Morna", da autoria de José Alves dos Reis, professor do então liceu Gil Eanes de S. Vicente, e "A Música Tradicional Cabo-Verdiana – I (A Morna)", do musicólogo Vasco Martins. Mas a fundamentação mais sólida que encontrámos até aqui e com a qual concordamos, é a de José Alves dos Reis, atrás referido, que mereceu uma "Nótula introdutória" de Baltazar Lopes. Comecemos pelo estudo de Vasco Martins.

3.6.1.2.2. A morna e o fado

Vasco Martins, utilizando essencialmente as técnicas de entrevista e de audição musical, realizou estudos musicológicos de terreno sobre algumas mornas e o landú da Boavista, tendo concluído que a morna "*[...] tem uma estrutura, um esqueleto baseado na música ocidental europeia[...]"*,[1567] aproximando a sua origem ora ao fado português ora ao landú boavistense, ao mesmo tempo que afasta a hipótese de ela ter sido uma criação das cantadeiras da Boavista, como defendem António Aurélio Gonçalves, citado pelo próprio Vasco Martins, e ainda Baltazar Lopes.[1568] Contra a pretensão de Vasco Martins, há vários argumentos. Vejamos.

A busca da origem da morna no fado português foi sempre empreendida, quer por populares da Boavista quer por intelectuais cabo-verdianos e

---

[1565] MONTEIRO, Felix (recolha de) – "Eugénio Tavares: Poesia • Contos • Teatro." Organização e introdução de Isabel Lobo. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1996, p. 193-194.
[1566] "CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação". Praia: Imprensa Nacional. Nº 30, Ano III (Março, 1952). p. 19.
[1567] MARTINS, ... - A Música ..., p. 17-19, 39 e 42.
[1568] "Nótula introdutória" "Nótula introdutória" à Colectânea de 'morna`, em arranjos para o piano da autoria de José Alves dos Reis.

estrangeiros. No primeiro caso, temos por exemplo informações[1569] colhidas na Ilha da Boavista de que os antigos, de entre gente muito viajada, discutiam acaloradamente as relações entre a morna e o fado: uns defendiam que o fado viera da morna e outros defendiam o contrário. Aqueles que defendiam que o fado viera da morna, argumentavam que esta terá fornecido muitos elementos para o surgimento do fado. É pena não termos podido localizar as fontes dessas suposições populares.

No que se refere aos intelectuais, temos não só os cabo-verdianos Vasco Martins e Désiré Bonnaffoux mas também os portugueses pe. José Maria de Sousa, citado atrás, Augusto Casimiro,[1570] Julião Quintinha, entre outros.

No caso de Julião Quintinha, há que analisar atentamente a sua posição, quanto a nós cheia de contradições. Com efeito, de passagem por Boavista, diz este viajante português que "a ´morna` - quási gémea do fado decadente - é a ingénua expressão musical dêste Arquipélago", o que não quer dizer rigorosamente que a morna seja gémea verdadeira do fado nem que a morna tenha descendido do fado. Reconhece, porém, que a morna é uma criação do Arquipélago de Cabo Verde e que "esquecem-se os músicos negros a tocá-la, de olhos tristonhos, arrancando os sons. De seguida, acrescenta: enlevam-se os moços novos a dançá-la, em diálogos muito românticos com os seus pares; e os poetas caboverdeanos, apaixonadamente, escrevem-lhes a letra em versos que as pálidas mulheres cantam, soluçantes, e o povo repete em sua voz magoado".[1571]

Então, porquê é só o músico negro que toca triste e insistentemente a morna? E porquê são a mulher e o povo que a cantam soluçantes e magoados? Para nós há só uma explicação: é a de que a morna foi criada pelo povo, num parto doloroso que vem da sua dor escrava, o que afasta a possibilidade de a morna ter descendido do fado.

Outras opiniões corroboram esta tese. Neste sentido, a aproximação da origem da morna à música europeia, particularmente ao fado português, é também refutada pelo escritor português e conhecedor da cultura cabo-verdiana Manuel Ferreira que, aceitando a informação de que o fado teve origem no Brasil e de que foi levado posteriormente para Portugal pela corte de D. João VI em 1821, afirma que "o fado não poderia ter influenciado a morna, porque a morna, tudo indica, é mais antiga de que o fado".[1572] Manuel Ferreira situa a criação da morna em cerca de 200 anos atrás, tomando como ponte de referência o ano de 1965, data da 1ª edição do seu livro "A Aventura Crioula".[1573]

Um cálculo, partindo das informações de Manuel Ferreira, mostra-nos que a origem da morna situar-se-á por volta de 1765, enquanto o fado brasileiro

[1569] João Santos Ramalho, Joaquim Santos Lima, Germano da Cruz Lima, entre outros.
[1570] CASIMIRO, Augusto – "Ilhas Crioulas". Cadernos Coloniais. Lisboa: Editorial Cosmos. Nº 3 (1935).
[1571] Citado por DUARTE, Fausto – "Da Literatura Colonial e da ´morna`, de Cabo Verde". Lisboa: Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934. p. 11.
[1572] FERREIRA, ... - A Aventura …, p. 90 e 185.
[1573] Cf. FERREIRA, ... - A Aventura ..., p. 179.

só se torna fado-canção em Portugal nos meados do séc. XIX.[1574] A afirmação de Manuel Ferreira é, por sua vez, corroborada pela musicóloga portuguesa Cecília Martins, ao emitir a seguinte opinião sobre a morna: "– *só sei dizer que é belo, que é original e não devemos ligar esta música ao fado, pois nada tem que ver com esse género*".[1575] Estes posicionamentos corroboram, finalmente, a afirmação do compositor-trovador cabo-verdiano Francisco Xavier da Cruz que, em 1933, já dizia: *há só uma terra que conhece a "Morna* e só um povo que conhece-lhe os versos – é C. V. e o Cabo-verdeano. Porque só ele (o cabo-verdiano) o compreende ... porque só a ele é dado conhecer, ... sentir, interpretar, a alma da sua terra".[1576] Nesta mesma linha de pensamento, o musicólogo cabo-verdiano José Alves dos Reis, após pesquisas levadas a cabo na ilha da Boavista, afirmava em 1954 que "não é fácil encontrar no folclore português ou outro estrangeiro qualquer das características das formas musicais das mornas".[1577]

Observemos aqui que, se há musicólogos nacionais e estrangeiros que defendem um parentesco da morna com o fado e outros que opinam o contrário, há outros ainda que, sobre o assunto, não têm uma opinião formada, como é caso do musicólogo Michael Crawford, professor de música africana na Brown University Prov. R. I., que, instado a opinar sobre a morna, comparando-a com certas músicas da Guiné, diz o seguinte: "*[...] sobre o assunto abstenho-me completamente de comentar. Acho a música em si verdadeiramente típica. Donde lhe vem esse tipicalismo, se da Europa ou da África, não posso dizer"*.[1578] Não caiamos, porém, na tentação de afirmar que a morna não veio nem da África nem da Europa, como sugere o geógrafo Orlando Ribeiro[1579] na seguinte passagem: *[...] se não possui um equivalente português, nada tem tão pouco de africano [...].* Quanto a não possuir um equivalente português, poder-se-á questionar: porquê as variantes culturais cantos-dança do colonizador, em especial o fado, não vingaram nem em Santiago nem na Boavista ou nas outras ilhas de Cabo Verde? Para respondermos a esta pergunta, socorramo-nos de Teixeira de Sousa que, a propósito da miscigenação cultural em Cabo Verde, escreve que "[...] o cruzamento afro-luso e o débil domínio económico dos primitivos colonos e descendentes, concorreram indubitàvelmente para um amalgamento de interesses materiais e culturais, e para a diferenciação gradual dum agrupamento étnico específico em Cabo Verde. Em tal grau que a partir

[1574] José Ramos Tinhorão dá a informação que os portugueses conheciam o fado desde os finais de Setecentos. Mas, é com o regresso da corte do rei D. João VI, em 1821, que se impulsionou a difusão do fado em Portugal [TINHORÃO, José Ramos - FADO: dança do Brasil cantar de Lisboa (Fim de um mito). Lisboa: Caminho, 1994. p. 59]. Note-se que, segundo o mesmo autor, o fado português atinge o seu auge com a cantadeira Severa, na década de 40 de 1800 (p. 85) e, sobretudo, com Amália Rodrigues, por volta de 1920 (p. 116).
[1575] Entrevista ao SOUSA, ... - Hora …, p. 25.
[1576] XAVIER, ... - Uma Partícula …, p. 11.
[1577] RAÍZES. Praia: Edições Raízes. Nº 21 (1984). p. 11.
[1578] Entrevista ao SOUSA, ... - Hora di ..,. p. 25.
[1579] RIBEIRO, Orlando – "A Ilha do Fogo e as suas erupções". 3ª ed. Apresentação de Suzana Daveau. Lisboa: Edições da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. p. 158.

duma determinada época, começou a dar-se fenómeno inverso:— a aculturação do europeu de que há numerosos exemplos em todas as ilhas".[1580]

Há que ter também em conta dois outros factores: o número reduzido de portugueses em relação aos africanos e seus descendentes[1581] e a emergência tardia do fado-canção em Portugal, ou seja, em meados do séc. XIX, pois o fado brasileiro chegado a Portugal nos finais do séc. XVII estava musical e coreograficamente muito preso ao "lundu (m)" que aliás lhe dera origem.[1582] É normal, portanto, que o fado não tenha tido a força suficiente que lhe permitisse conviver ou sobrepor-se aos cantos-dança de índole africana, recriados e implantados em Cabo Verde.

Não concordamos, portanto, que o fado, o landú ou a modinha tenham dado origem à morna. Todos eles terão, sim, exercido várias influências na sua emancipação mas, até nos provarem o contrário, não na sua origem. Nesta óptica, é nosso entender que, ainda na Ilha da Boavista, a morna poderá ter recebido influências de cânticos religiosos europeus, particularmente no que se reporta à melodia, e a influência da modinha brasileira do séc. XVIII; na Brava, provavelmente com o incremento da emigração para os Estados Unidos da América, no último quartel do séc. XIX,[1583] a poética da morna receberá forte influência do lirismo camoniano com os cultores bravenses da morna. No que se refere particularmente a Eugénio Tavares, escreve Gabriel Mariano que "[...] a influência de Camões sai das suas redondilhas e Eugénio não só adopta a sua forma, isto é, o esquema dos versos, como também recebe delas o sentimento que as cobre e, no tratamento de certos temas do 'giro quotidiano' o mesmo comentário ligeiro, irónico e elegante".[1584]

Não excluímos, porém, alguma influência melódica do fado na morna, ainda com Eugénio Tavares e outros cultores da Brava.

Mais tarde, a morna recebe de músicas brasileiras fortes influências, por volta do primeiro quartel do século XX, nomeadamente pela introdução do meio tom por B. Léza.

No que se refere à modinha, assinale-se que a sua aristocratização pela burguesia portuguesa se deu no séc. XIX, tendo chegado a Portugal, vinda do Brasil, no séc. XVIII, onde na época já era praticada por todas as classes sociais, embora não fosse totalmente aceite pela moral católica.[1585] A sua influência terá chegado também à Boavista, sobretudo na sua linha melódica, com a afluência dos barcos, quer brasileiros quer portugueses quer ainda de

---

[1580] "CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação". Praia: Imprensa Nacional. Nº 106, Ano IX (Set., 1958). p. 7.
[1581] CARREIRA, ... - CABO VERDE ..., p. 296-300.
[1582] TINHORÃO, ... - História …, p. 85-89.
[1583] Sobre esta matéria, consulte-se Teixeira de Sousa no artigo "Cabo Verde e a sua gente": pto. 5 - "Emigração" e pto. 6 - "Morna"), inserido no "CABO VERDE: Boletim de Propoganda e Informação". Praia: Imprensa Nacional. Nº 109, Ano X (Out., 1958). p. 7-11.
[1584] MARIANO, Gabriel Lopes da Silva – "O Amor na Poesia de Eugénio Tavares", inserido no CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação. Praia: Imprensa Nacional. Nº 11, Ano I (Agosto, 1950). p. 3-8.
[1585] TINHORÃO, ... - História Social ... p. 92-96.

outras nacionalidades, que escalavam o Porto de Sal-Rei, nas suas viagens entre a Europa e o Brasil.

No tocante ao landú, ele terá influenciado a morna boavistense sobretudo no humorismo e no satírico brasileiros, muitas vezes assumindo formas de "pasquim", tal como no Brasil.[1586] É curioso notar que, enquanto o landú, de origem afro-brasileira e antes dançado em todas as ilhas de Barlavento, radicava-se na Boavista, acomodando-se estritamente ao ritual do casamento, a morna difundia-se desta ilha para todas as outras. Tudo indica portanto que a Ilha da Boavista, ao mesmo tempo que oferece condições à criação da morna, constitui um campo fértil à aculturação, persistência e acomodação do landú a um novo subsistema sócio-cultural boavistense: o ritual do casamento, facto este que não aconteceu nas outras ilhas de Cabo Verde.

3.6.1.3. Boavista ou ilha-berço da morna: sua difusão para as outras ilhas.

O estudo de José Alves dos Reis, com uma "Nótula introdutória" de Baltazar Lopes da Silva, que reputamos de consistente, sobretudo pelo emprego dos métodos científicos da observação, da análise e da comparação, teve como amostragem algumas das mornas antigas da Ilha da Boavista, de entre elas "Rabilóna",[1587] "Maria Barba" e "Dadóia".

Após a caracterização e a escrita das mornas estudadas na pauta musical, conclui José Alves dos Reis que muitas das mornas de compositores bravenses e de S. Vicente, nomeadamente, Eugénio Tavares e B. Léza, possuem raízes nas mornas antigas da Boavista. Neste sentido, escreve José Alves dos Reis, ao analisar a morna Mal de Amor: "a morna 'Mal de Amor` tem a forma reduzida de lied. A impressão produzida em nós ao ouvirmos esta morna, de melodia sustentada, é de intensa dor e de grande resignação.

"A primeira parte ou frase contém quatro ritmos com dois motivos cada um; os três primeiros ritmos são masculinos e o quarto é feminino; conclui a frase com cadência perfeita.

"A segunda frase é comunicativa, e a impressão que nos transmite é de grande comoção e sofrimento, mas não de desespero. O grande Eugénio Tavares, para compor esta segunda frase, teve de recorrer à metrificação de motivos pequenos, à semelhança dos empregados pelos compositores da ilha da Boa Vista, mas divergindo nas terminações dos ritmos, porque ele empregou sete motivos consecutivos com ritmos masculinos e o oitavo com ritmo feminino, concluindo a frase com cadência perfeita, enquanto as compositoras e

[1586] O humorismo e o satírico pesquineiros do landú brasileiro são referidos por TINHORÃO, ... - História Social ... p. 95 e 96.

[1587] Esta morna é de autoria de Fernando Silva. Portanto, não é de autoria de Maninha Santo nem se denomina Babilona, como registaram os dois estudiosos em referência.

compositores da Boa Vista os empregam bem, mas de uma maneira arbitrária".[1588]

Para Baltazar Lopes, por seu turno, "[...] a análise feita pelo professor Reis das 'mornas' da Brava e S. Vicente mostra a persistência nelas da influência boa-vistense. E mais à frente acrescenta: [...] a 'técnica' boa-vistense permanece ainda operante nas canções das outras ilhas [...]".[1589]

Os dois estudiosos identificaram outras mornas bravenses semelhantes às da ilha da Boavista, tanto na técnica da construção dos ritmos como nas terminações. Este é o caso da morna "Ó bai, ó bai, jâ bó é triste!", de autoria de Eugénio Tavares (1906/1908); "Ná, menino, ná" é outra morna bravense, de co-autoria de Eugénio Tavares, letra, e José Medina, música, que embora menos sujeita à influência boavistense, denuncia entretanto sua influência nas "[...] antecipações e retardos, anacrusa ou notas de união e finais".[1590] Advertem porém que as mornas das duas ilhas se diferenciam na sensibilidade: enquanto as mornas da primeira são folgazãs e satíricas, as da segunda são mais líricas e comunicativas.

Aceitando a origem boavistense da morna, é bem provável que a morna-saudade seja uma recriação da morna boavistense pelos bravenses, graças essencialmente à emigração daqueles para os EUA e à propensão criativa da gente da ilha Brava para o canto. Mas ocorre-nos, neste ponto, interrogarmo-nos: Como é que a morna da Boavista se difundiu para a ilha Brava? Ora, entre as nove ilhas habitadas do Arquipélago de Cabo Verde, houve no passado uma intensa ligação marítima, através da qual se produziu uma profícua interpenetração cultural, com particular destaque para o elemento morna, entre as ilhas da Boavista, Brava e S. Vicente. E é do conhecimento geral que os boavistenses, desde os remotos tempos da navegação inter-ilhas, desde moços de câmara a marinheiros, de contra-mestres a capitães, dominaram a marinhagem caboverdeana. Se escravos foram matriculados em navios de longo curso, tendo em conta a afluência de navios ao Porto de Sal-Rei e a quantidade de escravos na Boavista em relação às outras ilhas de Barlavento e à Brava, quantos escravos da Ilha da Boavista não terão sido marinheiros nesses remotos tempos, mais precisamente por volta de 1750? Para além do mais, Boavista teve desde o início do séc. XIX, pelo menos a partir de 1817, armadores de navios e estaleiros de construção de navios até 26 toneladas, tal como existiam na Brava, conforme informam Chelmicki & Vernhagen e Orlando Ribeiro.[1591] Por outro lado, muitos dos navios de armadores bravenses que faziam a ligação inter-ilhas e mesmo para os EUA eram tripulados por marinheiros da Boavista e comandados por capitães da mesma Ilha. Outro aspecto que não deve ser descurado é o facto de entre os bravenses

[1588] "Subsídios para o estudo da Morna" (RAÍZES. Praia: Edições Raízes. Nº 21 (1984). p. 16).
[1589] "Nótula introdutória" à Colectânea de 'morna`, em arranjos para o piano da autoria de José Alves dos Reis.
[1590] "Breves comentários" às mornas estudadas por José Alves dos Reis ("Nótula introdutória" à Colectânea de 'morna`, em arranjos para o piano).
[1591] Este assunto já foi tratado por LIMA, ... – *BOAVISTA ...* p. 139.

contratados pelos baleeiros americanos, na Ilha Brava, ter sido contemplado algum natural da Boavista. É o que dá a entender Félix Monteiro, na nota nº 9 ao artigo "Descrição corográfica e estatística das Ilhas de Cabo Verde", atrás citado.

Assim, se a morna nasceu na Boavista e se desenvolveu na Brava, a marinhagem boavistense desempenhou um relevante papel na viagem da morna da Ilha da Boavista para a Ilha Brava.[1592] E se tomarmos como referência a morna tida como a mais antiga desta ilha, a "Brada Maria", o ponto de partida para o intercâmbio entre as duas ilhas remontará aos finais do séc. XVIII. A corroborar esta posição, debrucemo-nos sobre alguns dados histórico-culturais ligados à referida morna. Com efeito, um dado que consideramos importante como ponto de partida, prende-se ao facto de ter-se apontado sempre a morna Brada-Maria ou "lancinante grito de uma caída", parafraseando Eugénio Tavares, como uma das mais antigas mornas da ilha Brava, provavelmente criada em 1830, na medida em que é o próprio Engénio Tavares que, por volta de 1930, afirma que a referida morna já era cantada havia cem anos.[1593] Ora, se o próprio Eugénio Tavares afirma que a morna é originária da Boavista, terá que haver alguma morna boavistense identificável antes de 1830, no mínimo por volta de 1800, conforme se poderá calcular da informação de Eugénio Tavares. Mas, da audição da morna Brada Maria, denota-se que ela é já uma morna tão estruturada poética e musicalmente que terá de ter uma base antecessora muito antiga, no mínimo de 50 anos. Logo, esta base situar-se-á por volta de 1780.

É de se admitir que nos finais do séc. XVIII o boavistense certamente já tinha também experimentado a dor da saudade, tendo-a exprimido em alguma morna em cuja melodia, quem sabe?, os antigos bravenses terão sobreposto, às letras de origem, um novo texto poético. Ou então, terá algum marinheiro boavistense composto mornas na Brava, tendo elas ficado eternamente como sendo desta Ilha? O mesmo não terá acontecido mais tarde em S. Vicente, onde gente oriunda da Boavista compôs mornas e coladeiras? Ou "Maria Adelaide", Serafim Jon e tantas outras composições, não serão disso exemplos?[1594]

Note-se que a música da morna Brada Maria não é da autoria de Eugénio Tavares e que não se conhece seu autor. Pelo contrário, o poeta bravense terá decalcado sobre essa música a linda poética Brada Maria. Considerando ainda a morna Maria Adelaide, composta em S. Vicente por cantadeiras da Boavista,

---

[1592] A morna era uma presença tão constante no seio dos marinheiros boavistenses em viagem que, na década de 60 de 1900, um exímio tocador de violão, Hermano Almeida, natural de S. Nicolau, afirma que *o navio a motor Neptuno era um autêntico conjunto musical flutuante.* Nessa altura, por volta de 1957 em diante, Neptuno era tripulado maioritariamente por marinheiros da Boavista, desde o capitão Marcos, a marinheiros, Herculano, Tazinho e Jon Violão, entre outros, todos exímios tocadores de violão, viola, cavaquinho, etc. Como vocalista havia o Liminha, bem como Mateus da Cruz (*Néte de Aurinha*) e o próprio João António da Cruz (João Diku), que uma ou outra vez substituía o cozinheiro seu compadre Néte, como cozinheiro e também talvez como vocalista nalgum momento.

[1593] TAVARES, ... – Mornas ..., p. 10.

[1594] "Breves comentários" às mornas estudas por José Alves dos Reis ("Nótula introdutória" à Colectânea de 'morna`, em arranjos para o piano).

há informações de que Eugénio Tavares[1595] decalcou sobre a sua música uma outra letra, desta feita lírica, pois a original, segundo Désiré Bonnaffoux,[1596] era tão indecente que, por pudor, ele não a transcreveu. Eugénio Tavares adoptou esta postura conscientemente, talvez com o intuito de salvar a bela melodia da morna Maria Adelaide, pois em 1930 ele mesmo dá conta desta morna em S. Vicente.[1597]

Nesse quadro, as interrogações feitas atrás não poderão ser mais bem respondidas por musicólogos e outros especialistas na matéria? Ressalvemos que José Alves dos Reis e Baltazar Lopes da Silva tentaram dar resposta ao assunto, através de estudos feitos sobre mornas antigas da Ilha da Boavista.

Quanto à questão da influência da morna boavistense na bravense, discorramos sobre o principal factor que contribuiu para a evolução da morna bravense: emigração para os Estados Unidos da América.

Não há dúvida de que é com a emigração bravense para os Estados Unidos da América, no último quartel do séc. XIX, que mais expressivamente se introduziu na morna o elemento "saudade", através do qual ela ganha paulatinamente o seu lirismo bem característico: "drama de amor, saudade, mar, kretxeu, Lua, ...".[1598] É na Brava, efectivamente, que a morna se transforma estruturalmente, com Eugénio Tavares e outros, em morna-saudade e morna-amor, esta última muito bem caracterizada por Gabriel Lopes da Silva Mariano.[1599]

Por esta razão, concordamos que, com o incremento da emigração bravense para os Estados Unidos da América, a morna tenha tomado novos contornos melódicos e poéticos, mesmo antes de Eugénio Tavares. Vinga assim na Brava a era da morna-saudade, cujo maior cultor foi, sem dúvida, Eugénio Tavares, nascido nesta Ilha em 1867 e nela falecido em 1930. Elucidemos a questão da morna-saudade com alguns dados sobre a emigração.

Um dos incentivos da emigração para a América do Norte proveio da pesca da baleia nos mares de Cabo Verde pelos navios baleeiros da Nova Inglaterra, nos finais do séc. XVII.[1600] No que se refere à Boavista tanto Feijóo, naturalista, como depois Aniceto Ferreira, sucessivamente Feitor e Capitão-Mór da ilha, tentam sensibilizar o governo colonial para a pesca da baleia nos mares da Boavista.[1601] A primeira corrente de emigrantes para a colónia inglesa da Nova Inglaterra acontece de acordo com informações de António Carreira, entre 1685-1700. Depois de 1830, os navios baleeiros americanos passam a contratar

---

[1595] Sobre estas questões, leia-se MONTEIRO, ... - Eugénio …, p. 134 (rodapé) -135.
[1596] BONNAFFOUX, ... - Música ..., Nº 38.
[1597] TAVARES, ... – Mornas ... p. 8.
[1598] Sobre esta matéria, leia-se Teixeira de Sousa, no artigo "Cabo Verde e a sua gente", inserido no "CABO VERDE: Boletim de Propoganda e Informação". Praia: Imprensa Nacional. Nº 109, Ano X (Out., 1958). p. 7-9.
[1599] MARIANO, Gabriel Lopes da Silva – "O Amor na Poesia de Eugénio Tavares", inserido no "CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação". Praia: Imprensa Nacional. Nº 11, Ano I (Agosto, 1950). p. 3-8.
[1600] CARREIRA, ... – "Migrações nas Ilhas de Cabo Verde". 2ª ed. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro, 1983. p. 66.
[1601] CARREIRA, ... - Descrições …, p. 13 e 53.

marinheiros em Cabo Verde, principalmente na Brava e no Fogomas também, como vimos na capítulo sobre as pescas, na ilha da Boavista. A emigração para os EUA torna-se expressiva entre 1900-1920. No caso concreto da Boavista, o Jornal "Opinião" nº 12, de Março de 1903, dá conta da partida, em 1903, de 27 emigrantes para os EUA no palhabote "Portugal", via Brava, devido à crise de 1903-1904.[1602] Vejamos a percentagem de emigrantes cabo-verdianos, por ilhas, nos EUA nas décadas 1920/30:

QUADRO Nº 80
Número de emigrantes das ilhas de cabo Verde para os Estados Unidos da América (1903)

Brava	Fogo	Santiago	S. Vicente	S. Nicolau	Sto. A., S. e B.V.
32,6%	28,5%	14,5%	11,7%	8,6%	4,0%

FONTE: Dados extraídos de CARREIRA, António – "Migrações nas Ilhas de Cabo Verde". 2ª ed. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro, 1983, p. 118-119.

Neste quadro, constata-se que entre 1920 e 1930 o peso da emigração da Brava para os EUA foi grande em relação às outras ilhas, com excepção da ilha do Fogo. Estas circunstâncias, aliadas à geomorfologia da Brava, caracterizada essencialmente por um relevo montanhoso e agreste, virado para o vasto oceano, com horizontes que se perdem no infinito, ofereceram uma nova base material e psicológica à evolução da morna. Assim, a forte emigração da Brava para os EUA e a geomorfologia daquela ilha terão dado a sua contribuição a um salto qualitativo da morna, isto é, da morna essencialmente satírica, do tipo boavistense, à morna-saudade, do tipo bravense, esta toda ela lírica.

Em relação ao Fogo, ocorre-nos questionar: com os seus 28,5% de emigrantes para os EUA, o que terá acontecido com esta Ilha no respeitante ao desenvolvimento da morna? Não encontrámos quaisquer estudos sobre esta matéria, mesmo em Pedro Cardoso.[1603] Sabe-se entretanto que a ilha do Fogo, por razões que ainda desconhecemos, não teve no passado uma tradição "mornista" de relevo. Por exemplo, o próprio termo morna não parece ter sido muito usado nessa ilha pois, até aos finais do séc. XIX, este canto-dança era mais designado por "trabesadu".[1604] Na própria Brava de Eugénio Tavares, a

[1602] Sobre a emigração para os Estados Unidos da América, leia-se CARREIRA, ... - Migrações ..., p. 65, 67 e 87-112.
[1603] Natural da Ilha do Fogo, foi poeta, ensaísta, professor e jornalista, nas décadas 20 a 40 de 1900.
[1604] Informação de Ondina Ferreira, natural dos Mosteiros, nascida em alto-mar, de Cabo Verde para Portugal, em 1946. É professora do Instituto Superior de Educação, na área da Literatura Portuguesa.

morna era inicialmente também conhecida por trabesóde.[1605] A propósito, "trabesóde" na Boavista é a denominação local da postura de violão "Dó Maior", postura essa através da qual se acompanham muitas mornas na referida ilha. Como é que essa relação terá evoluído na ilha do Fogo, a ponto de o canto-dança morna ali ter sido denominado "trabesadu"? Este é mais um ponto de partida para outra investigação.

No caso de S. Vicente, para José Alves dos Reis e Baltazar Lopes da Silva, a influência das mornas boavistenses nas mindelenses vem da época de 1890 a 1917, através das cantadeiras da Boavista residentes em S. Vicente, como Joana Maninha, ela mesma autora de várias mornas, como "Cai no Mar" e "Maria Adelaide". Como mornas mindelenses dos finais do séc. XIX e início do séc. XX, de inspiração boavistense, apontam "Leocádia", "Zangadinha", "Mané Nhóla", "Ti Bixa", "Maria Quirina" e outras, mornas essas que, infelizmente, não se ouvem hoje por terem caído no esquecimento.[1606]

As próprias mornas de B. Léza não escaparam à influência das mornas boavistenses. Das mornas do grande compositor mindelense, inspiradas nas boavistenses, constam "Bia", "Fada" e "Ribeira Grande", tanto nos ritmos, ligeiros e curtos, como nas terminações, femininas, e no final, masculino. Em relação à morna Fada, dizem os referidos estudiosos que "[...] a primeira parte obedece ao protótipo das mais antigas mornas da Boa Vista, nos ritmos, nas estreitas ligações de ritmo e nas terminações". A influência do estilo boavistense nas mornas de B. Léza é atribuída a Luiz Rendall,[1607] natural de S. Vicente, mas que trabalhou durante longos anos na Boavista como faroleiro, e ainda aos naturais desta ilha mas na época residentes em S.Vicente, como por exemplo João Severo Évora, da Povoação-Velha, e João de Eufémia, de Cabeça dos Tarafes.

Outros compositores de S. Vicente também caíram nas malhas dos ritmos e terminações das mornas da Boavista, embora tenham conseguido certa originalidade. Aponta-se como exemplo o Luluzinho, com as mornas "Júnior" e "Pérola de Horizonte".[1608]

A forma como a morna da Boavista terá viajado para a ilha de S. Vicente merecerá também alguma consideração da nossa parte. Com efeito, se a morna nasceu na Boavista e foi cultivada na Brava, uma menção especial cabe à sua "revolução" em S. Vicente, para a qual foi determinante a contribuição de um dos maiores cultores desse género, Francisco Xavier da Cruz (B. Leza) que, como diz António Aurélio Gonçalves, "[...] é um destes homens com o poder singular de modificar os nossos estados de consciência, de nos fazer viver estados de emoções, de nos proporcionar o prazer estético, o que vem a

[1605] LIMA, Maria de Lurdes Santos – "Confluências das línguas caboverdiana e portuguesa. Perspectiva pluridisciplinar". (Dissertação de Mestrado). Porto: Universidade do Porto-Centro de Estudos Africanos, 2000, p. 282.

[1606] Não devemos perder de vista que o povoamento efectivo de S. Vicente se realizou entre 1840 e 1850 e que, para tal, também contribuíram vários abastados da Boavista, transferindo para a promissora ilha do Porto Grande não só capitais mas também familiares e escravos.

[1607] Luiz Rendall foi tutor de B. Léza na aprendizagem do violão e seu encarregado de educação no liceu de S. Vicente.

[1608] De acordo com Serapião Oliveira, "Luluzinho" esteve na Boavista.

significar que o mesmo B. Leza foi um dos intérpretes e um dos estimuladores da nossa sensibilidade".[1609]

Vimos atrás, com José Alves dos Reis e Baltazar Lopes, que as primeiras mornas de S. Vicente foram herdeiras directas das mornas boavistenses, quer quanto à música quer no que se refere à poética, esta no seu estilo satírico, virado para o registo dos desaires da vida social e de factos concretos do quotidiano.[1610] Deve-se assinalar que as primeiras mornas sãovicentinas eram tipicamente boavistenses, sendo a maior parte delas compostas por pessoas originárias da Boavista que para aquela ilha tinham emigrado nos meados do séc. XIX, particularmente a partir de 1845. Alguns desses emigrantes eram kantaderas, como por exemplo Salibânia e Joana Maninha, emigradas em tenra idade para S. Vicente provavelmente entre 1880 e 1890. Aliás, a tradição da emigração de kantaderas da Ilha da Boavista para a de S. Vicente manteve-se até aos meados do séc. XX: Maria Benvinda dos Santos Brito (Mari de Sónte de Benvinda), esta acompanhando o marido que era capitão do navio "Vaporin d'Água" por volta de 1950, é um dos inúmeros casos disso. Todas essas cantadeiras emigradas para S. Vicente são referidas por Baltazar Lopes.[1611] De entre as mornas compostas em S. Vicente por boavistenses destacam-se "Cai no mar", "Maria Adelaide", da autoria de uma cantadiera, e "Serafim Jon".

Com Francisco Xavier da Cruz, a morna sãovicentina ganha uma nova característica: "morna-comentário", como "Barca Sagres", através da qual o autor analisa e exprime um sentimento proveniente de um facto concreto, e "morna-estado d'alma",[1612] causado por um fenómeno natural, como a morna "Eclipse", na qual o autor exprime o sentimento íntimo do seu próprio estado de espírito, quiçá a sensibilidade de todo o mindelense da época, devido a um eclipse.

Passado o período da influência boavistense, momento em que as mornas líricas passam a conviver com as satíricas, quis B. Léza romper com o andamento tradicional da morna de estilos boavistense e bravense. O compositor consegue em boa parte o seu intento, ao introduzir um novo elemento na estrutura das mornas da sua autoria, "[...] entrecortando-as de pausas e suspensão":[1613] trata-se, como descrevemos atrás, do famoso "meio-ton" de B. Léza, influência de estilos musicais afro-brasileiros, como samba, maxixe e outros.

Comparando as mornas mindelenses de B. Léza às bravenses de Eugénio Tavares, escreve ainda António Aurélio Gonçalves que "[...] a morna de B. Léza, talvez, não tenha a leveza, a transparência, a pureza da morna de Eugénio Tavares [...]. Mas tem uma construção mais robusta, deixa uma

[1609] GONÇALVES, ... - Ensaios ..., p.176.
[1610] MARIANO, Gabriel Lopes da Silva - "A MORNA expressão da alma de um povo".*CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação*. Praia: Imprensa Nacional. Nº 30, Ano III (Março, 1952). p. 19.
[1611] "Breves comentários" às mornas estudas por José Alves dos Reis ("Nótula introdutória" à Colectânea de 'morna`, em arranjos para o piano).
[1612] Morna-comentário e morna-estado d'alma são tipificações de GONÇALVES, ... - Ensaios ..., p. 178.
[1613] GONÇALVES, ... - Ensaios ..., p. 178-179.

impressão de força, de melodia densa com profundeza aveludada das suas ressonâncias".

Temos, portanto, que José Alves dos Reis e Baltazar Lopes deixaram uma contribuição muito valiosa para estudos etno-musicológicos e históricos da morna, nomeadamente para a busca da sua genese. Da nossa parte, partindo dessas contribuições, somos levados a aceitar a origem e a originalidade boavistenses da morna, como aliás sugerem os dois autores em referência.

Com efeito, se há dados que provam que as mornas primordiais das ilhas Brava e de S. Vicente têm raízes na morna da ilha da Boavista; se os expoentes da morna, Eugénio Tavares, nascido em 1867 e falecido em 1930, e B. Léza, nascido em 1905 e falecido em 1958, se inspiraram inicialmente nas mornas boavistenses; se não devemos ligar a morna ao fado e se tudo isso for irrefutável, na ausência de dados mais convincentes aceitamos como mais provável a tese de Eugénio Tavares, isto é, de que a morna é uma criação do boavistense, um povo, parafraseando Mário Secca, de canto, de dança, de esperanças e de desalentos, cuja altivez nem a fome provocada pelas crises conseguiu abalar.[1614] Ela passou posteriormente às outras ilhas, adaptando-se aos seus condicionalismos culturais e psicológicos. A partir deste momento, a morna tornou-se uma criação de todo o povo cabo-verdiano. Neste particular, José Alves dos Reis chegou a várias conclusões sobre a morna, de entre elas as seguintes: "[...] a bela melodia da morna caboverdiana, equilibrada e pura, e tão pura que no século passado, com a invasão das polcas, mazurcas, galopes, contradanças, lanceiros, danças de roda, viras, etc., ela não se deixou influenciar. E porquê? Porque nasceu do povo que a criou, banhando-a com lágrimas das suas mortificações, resignações e sofrimentos, e também porque essas melodias não são outra coisa senão a exaltação ou queixume eterno da alma caboverdiana, no que ela tem de mais comovente, de mais extravagante e de mais tumultuoso". [1615]

3.6.1.4. As características da morna boavistense

Vários ensaístas e poetas, cabo-verdianos e estrangeiros, referem a morna como um queixume e lamentação. Ocorre-nos perguntar: de entre os grupos étnicos em presença, quias deles, no processo da formação da cabo-verdianidade, terão tido razões para se mergulhar em queixumes e lamentações, senão os escravos?

[1614] SECCA, ... - A Pesca …, p. 52.
[1615] "Subsídios para o estudo da Morna" (RAÍZES. Praia: Edições Raízes. Nº 21 (1984). p. 9).

3.6.1.4.1. A morna como expressão inicial de queixumes e lamentações de escravos

No ideário do poeta José Lopes, por exemplo, a morna simboliza "*a dor da nossa raça*".[1616] Por seu turno, o poeta Jorge Barbosa afirma que a morna é o *'eco que evoca coisas distantes*' ou "*tragédia da nossa raça*".[1617] Na esteira de José Lopes e Jorge Barbosa, Gabriel Mariano, referindo-se "ao moço crioulo que criou a morna, escreve: e como um lamento, como uma queixa, dos seus lábios fugiram as notas sentidas de uma canção. Criara-se a morna [...]. E, mais adiante, indaga: [...] e afinal de contas, o que é a morna senão um lamento, duma queixa de menino que nasceu e viveu longe dos pais?".[1618]

De acordo com essas posições, seria prudente que, com recurso ao método comparativo, fossem observadas e estudadas, do ponto de vista psico-social, as lamentações reminiscentes tanto na poética como na música de determinadas mornas modernas como por exemplo, "Man Bia", "Reza pa mi nha kretxeu", entre outras.[1619] Reparemos outrossim que essas características nostálgicas e de dor não são exclusivas da morna. Por exemplo, o autor português Augusto Casimiro, citado por Oswaldo Osório, apreende os cantos dos "trapixes de Santo Antão e as bonbenas da Brava, ambos saídos do trabalho escravo, do seguinte modo: [...] é a saudade da selva longínqua, a África natal doendo-se e lembrando-se? Mais à frente afirma: [...] dor de exílio, mágoa de nostalgia... Amargura. Desterro. Saudade".[1620] Com efeito, não estaremos longe da verdade se dissermos que mais grave do que a escravatura foi só o processo de flagelação seguido de crucifixo, perpetrados pelos romanos na condenação de Cristo.

Neste sentido, porque não imaginar que, numa inspiração ímpar da sua história, certo dia o afro-negro, talvez o "moço crioulo" de Gabriel Mariano, vendo-se pela primeira vez na vasta planície dos campos de pastagem da Ilha da Boavista, tenha soltado um grito interior e íntimo, triste e melodioso, com os olhos fixos no horizonte líquido que lhe apontava o caminho da Mãe-Terra: África!?... A melodia que acabava de nascer poderá lembrar-nos a melodia do "canto triste da flauta de Timor", a anunciar aos antepassados que a hora da liberdade chegou e que, por isso, os vivos estão de regresso à casa, ou então, a do canto de resistência dos negros capturados numa das viagens negreiras e levados para as Américas a bordo do "Amistad", ou ainda a melodia do canto triste dos judeus quando eram conduzidos sucessivamente para os campos de concentração e câmaras de gás do nazismo.

[1616] Do Poeta José Lopes, citado por FERREIRA, ... - A Aventura ..., p. 175.
[1617] Citado por FERREIRA, ... - A Aventura ..,. p. 175.
[1618] "A MORNA expressão da alma de um povo", artigo inserido no CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação. Praia: Imprensa Nacional. Nº 30, Ano III (Março, 1952). p. 18-20.
[1619] Exemplos de mornas da recolha do Pe. José Maria Sousa (SOUSA, ... - Hora di ..., p. 30-33).
[1620] OSÓRIO, ... - Cantigas de ..., p. 33-34.

Na hora em que os queixumes e lamentações se metamorfosearam numa nostálgica melodia nas terras planas da Boavista, isso não foi por causa do navio que rasgava o horizonte da Ilha, ou daquele iate que levava para longe o kretxeu inesperadamente perdido, nem tão pouco foi uma inspiração baseada simples e "[...] directamente na mágua dolorosa do Atlântico":[1621] foi, antes, reacção do escravo à dor que lhe vinha na alma, provocada pelo seu afastamento sem retorno dos regaços da Mãe-África. Este ancestral sentido de retorno não encontrará a sua reminiscência, muitos anos mais tarde, nas angustias do poeta, em relação à sua "Mamãi-Terra"? Ou não será assim: "– Mamãizinha, afasta-te um bocadinho/ e deixa o teu filho adormecer ao pé de ti...".[1622]

O grito que acabara de sair das profundezas da alma do afro-negro-escravo tornou-se propriedade do colectivo da Ilha: estava lançada à fertilidade das terras boavistenses a semente ou o protótipo que veio a produzir um canto que, até hoje, é a expressão máxima, não só do sofrimento, da tristeza, da angústia e da saudade mas também da esperança e da alegria: a morna, canto este que também serve para satirizar, ironizar, maldizer, moralizar e folgar. Por isso, do nosso ponto de vista, não é por acaso que a dança-morna se realiza a um ritmo através do qual os pares se embalam como que à procura do ninho perdido, ninando-se mutuamente, ao gemido do violino, ao choro do violão, ao ritmo do inconformado cavaquinho, no embalo da apaziguadora viola de 10 cordas, podendo associar-se em jeito de suave percussão, quais reminiscência dos tambores africanos, a bateria. E, neste ambiente, citando Gabriel Mariano, "[...] mais que dois corpos a morna une duas almas".[1623]

3.6.1.4.2. A morna: uma criação popular

Não temos notícias de intelectuais que tenham produzido mornas na Boavista. Neste sentido, fizemos um levantamento de dezenas de autorias das mornas boavistenses e constatámos que elas pertencem às gentes do povo, o que nos leva a concluir que a morna é uma criação popular. A corroborar a nossa posição, socorramo-nos de Baltazar Lopes da Silva, ao concluir que "[...] 'a morna' teve uma origem popular, entendido este termo no sentido de ela não haver sofrido qualquer contaminação de espécie musical urbana [...]".[1624] Temos também a apreciação de Cecília Martins, musicóloga portuguesa e professora de música no Colégio Rainha Santa em Coimbra a qual, referindo-se à morna, diz que "estas composições são de uma linha melódica muito sóbria, como é costume em toda a música popular, mas cheias de suavidade".[1625]

[1621] DUARTE, ... - Da Literatura …, p. 11.
[1622] Extracto do poema Mamai, de autoria de Baltazar Lopes, com o pseudónimo de Osvaldo Alcantara, inserido na Claridade. Nº 2. (Agosto, 1936). p. 7.
[1623] MARIANO, … – A MORNA …, p. 20.
[1624] "Nótula introdutória" à Colectânea de 'morna`, em arranjos para o piano da autoria de José Alves dos Reis.
[1625] Em entrevista com o Pe. José Maria Sousa (SOUSA, ... - Hora di ..., p. 24).

Baltazar Lopes da Silva defende, porém, uma aristocratização posterior da morna, posição essa com a qual concordamos. Do nosso ponto de vista, se a morna evoluiu, foi também graças a esta aristocratização, nomeadamente nas ilhas Brava, a partir dos finais do séc. XIX, e de S. Vicente nos meados do séc. XX. É lógico que se a morna tivesse partido do salão para o quintal,[1626] seria pouco provável que as primeiras mornas da Boavista fossem essencialmente satíricas, devido ao pudor religioso em que se encontrava mergulhada a sociedade portuguesa da época, de onde provinham os aristocratas. Na vertente dança, os famosos e tradicionais bailes nacionais, de índole popular, constituem outra prova de que a morna nasceu do povo. Nesta óptica, concordamos com António Aurélio Gonçalves, quando afirma que "[...] a morna surgia como expressão do espírito do povo perante factos concretos".[1627] B. Léza também reporta que a morna traduz a tristeza e a saudade, a fatalidade, o sucesso e o fracasso no amor, a crise e a seca, etc., fenómenos esses tão caros à classe popular.[1628]

A morna é uma criação popular tão dinâmica que vem evoluindo desde a sua criação até aos dias de hoje, graças, como já o dissemos, à sua aristocratização. Nascida na Ilha da Boavista, difundiu-se para todas as ilhas do Arquipélago de Cabo Verde, tendo nelas passado por várias fases de evolução, com destaque para as ilhas Brava, com a "morna-saudade, e de S. Vicente com a morna-comentário e a morna-estado d'alma".[1629] Não é por acaso que, em 1964, Tomaz Ribas tenha feito a seguinte apreciação deste canto-dança: "tanto no seu aspecto poético como nos seus aspectos musical e coreográfico, a 'morna' é um ideal elemento de inspiração 'balética'". [1630]

3.6.1.4.3. A nostalgia e a saudade como elementos psicológicos básicos da morna

Se o canto e a dança são ao mesmo tempo o resultado e a expressão do sentimento humano, a nostalgia e a saudade são, por sua vez, dois dos sentimentos que mais ligam a alma humana à sua terra-mãe, razão pela qual estão intimamente ligadas à separação do homem do local onde foi enterrado o seu umbigo. Estes sentimentos foram dilacerantes entre os negros africanos, por estes terem sido vítimas do mais hediondo crime da humanidade: desterro e trabalho forçado em terras longínquas e desconhecidas. Não obstante, lá onde estivessem, mesmo na hora do maior sofrimento, sublimavam a sua dor

[1626] O termo "salão" aqui utilizado simboliza a aristocracia e o termo quintal simboliza a classe do povo.
[1627] GONÇALVES, António Aurélio – "Ensaios e Outros Escritos" (organização e apresentação de Arnaldo França). Praia: Centro Cultural Português, 1998. p. 178.
[1628] XAVIER, ... - Uma Partícula …, p. 8-11.
[1629] Estas duas últimas denominações são da autoria de António Aurélio Gonçalves (GONÇALVES, ... - Ensaios …, p. 178).
[1630] "CABO VERDE: Boletim Documental e de Cultura". Praia: Imprensa Nacional. Nº 19-21/175-177, Ano XV (Abril-Junho, 1964). p. 3.

cantando e dançando, talvez como forma de súplicas e louvores aos seus deuses.

Observe-se que, contrariamente aos juízos preconceituosos que os europeus faziam dos africanos, tidos como uma raça sem alma, os negros eram possuidores de uma filosofia muito profunda, sempre ligada à sua religião e à sua terra-mãe, cujas relações humanas ocupavam um lugar primordial e centralizador.[1631] Ora, são esses laços com a terra-mãe e a sua gente que motivaram no afro-negro os sentimentos de nostalgia com o tráfico negreiro.

Faz sentido interrogarmo-nos: como é que a nostalgia terá atormentado o negro-escravo em Santiago e, mais tarde, na Boavista, e como é que a saudade terá influenciado, mais tarde, a evolução da morna na Boavista, na Brava e em S. Vicente, de satírica para lírica? Neste processo de evolução, que influências terá exercida a emigração, em relação às mornas das três ilhas?

Desde que o ser humano emigrou, ou foi forçado a fazê-lo, é suposto que sinta esta dor da ausência, que se chama "saudade!...", ou de quem partiu mas sabe que um dia voltará para junto dos seus; em casos de rapto e de caça de homens para fins escravocratas, a dor é porém mais profunda e o sentimento daí resultante muito mais profundo do que a saudade: é a "nostalgia!..".: a dor de quem sabe que nunca mais regressará ao convívio da sua gente e da sua terra.

A morna é, antes de tudo, uma das formas de exteriorização deste sentimento profundo da alma caboverdeana, um misto de nostalgia do ambiente físico-humano que ficou perdido lá longe no continente e da saudade do ente-querido que, mais tarde, teve de deixar a terra-ilhéu para procurar uma vida melhor em terras estranhas nos quatro Cantos do Mundo.

3.6.1.4.4. O satírico, o lírico e a morabeza na morna boavistense

Predomina entre nós a ideia de que a ilha da Boavista só produziu mornas satíricas.[1632] É uma ideia errada. Com efeito, refutamos a opinião generalizada de que, nessa ilha, a morna "planou baixo" e de que dela só tenham saído mornas satíricas. Na nossa óptica, é preciso desconhecer a psicologia da gente da Ilha para sustentar categoricamente esta opinião. Com efeito, não se pode caracterizar a morna boavistense só pela sua vertente poética. Deve-se também considerar a sua sentimentalidade musical, produto do substrato psicológico que a suporta. Teixeira de Sousa, do nosso ponto de vista, viu com muita clareza outros aspectos da morna, contrariando assim a tese de Eugénio Tavares através da seguinte afirmação: "se as letras das mornas da Boa Vista, segundo Eugénio Tavares, ironizavam os episódios anedóticos dos naufrágios, a música entretanto atingiu um elevado nível 'melódico', facto que

[1631] Sobre a filosofia dos povos africanos, nomeadamente do povo Banto, leia-se por exemplo TEMPELS, P. Placide – La Philosophie Bantone.
[1632] É satírica uma morna cuja poética visa deprimir ou diminuir, maldizer de uma pessoa.

me leva a concluir não ter sido o 'primum movens' apenas o aspecto caricatural dos encalhes, mas sim o acontecimento em toda a sua significação".[1633]

Nesta mesma linha, deve-se ter igualmente em conta as características psico-sociais que as mornas sugerem das gentes que as criaram. A este propósito, Gabriel Lopes da Silva Mariano, ao referir a ilha da Boavista como berço da morna, diz que tal facto "[...] pode ser atribuído, segundo penso, primeiro ao modo de ser do boavistense: despreocupado, folgazão, levemente atrevido e depois à pequenez do meio".[1634]

De facto, se escutarmos aleatoriamente e com atenção as mornas da Boavista, constataremos que elas sugerem a nostalgia, a saudade, a sátira brejeira (o sócio-caricatural e o cómico-dramático), o lirismo, a moral e o desejo carnal. Na nossa opinião, não se deve buscar as características da morna boavistense somente no modo de vida desse povo mas também nas causas desse modo de vida: o sistema hediondo da escravatura.

Pensamos por isso que é um acto de elementar justiça desmistificarmos a ideia generalizada de que na Boavista a morna "planou baixo" e que nela só se criaram mornas satíricas, na medida em que tal ideia não corresponde à realidade dos factos.[1635] Tentemos identificar algumas das principais características da morna boavistense ou o canto-dança que tanto simboliza a dor do povo caboverdiano na luta pela sua sobrevivência e afirmação, desde os remotos tempos da escravatura.

Tem-se considerado a morna boavistense como sendo alegre e humorista. É, efectivamente, no quadro destas duas características básicas que, mesmo no aspecto poético, Boavista produziu tanto mornas satíricas como líricas, predominando, é verdade, o estilo satírico nos primórdios da morna. Vejamos um exemplo do estilo satírico da morna boavistense, talvez reminiscência das mornas mais antigas da ilha, através dos seguintes extractos:

"Fuskinha[1636]	Tradução:
Fuskinha, temâ kuidóde nese koza	Fuskinha, toma cuidado nessa coisa
udjâ, bu stâ mal falada.	olha que estás mal falada.
Amizade dja kabâ	Amizade já acabou
sigrede dja skurbí	segredo já descobriu-se
pa ben fazê-be vergónha.	para fazer-te vergonha.
……..".	……".

[1633] "CABO VERDE: Boletim de Propoganda e Informação". Praia: Imprensa Nacional. Nº 109, Ano X (Out., 1958). p. 10-11.
[1634] MARIANO, … – A MORNA …, p. 19.
[1635] É uma afirmação de Eugénio Tavares, dos finais da década de 20 do séc. XX, que desde então tem sido citada amiúde.
[1636] Da autoria de Serapião António Oliveira, Vila de Sal-Rei, em 1940.

A letra desta morna revela-nos dois momentos psicológicos cruciais: um primeiro que consiste no desmascaramento e na tipificação da imoralidade da pessoa visada, o que denuncia o carácter moralista das mornas; e um segundo momento que adverte, prevenindo a mesma pessoa das consequências negativas a que ela estará exposta, se persistir nos seus intentos. Esta é uma das linhas principais deste género de mornas que se encontram na maioria das letras das mornas satíricas antigas da Boavista.

As mornas satíricas, do tipo da "Fuskinha", quase sempre provocavam reacções da pessoa visada ou dos seus parentes ou ainda de um amigo que geralmente a defendiam da sátira através de uma outra morna ou de um outro género musical, como coladeira ou samba. No caso em apreço, António Lima, tio da vítima, responde a Serapião António Oliveira com uma outra música, o que dá origem a uma contra-resposta de do primeiro. Vejamos um exemplo dessa troca de mimos entre os dois trovadores boavistenses:[1637]

"Resposta de Fuskinha[1638]	"Contra-resposta de Fuskinha[1639]
Você não tinha o direito De zombar da avezinha Se ela não tinha paixão para você. Então qu'hei-de fazer Não quero mais nem saber".	Você disse que eu não tinha direito De zombar da avezinha, Porque você não sabe o quê que passou, Com essa descarada avezinha. Avezinha é uma bela jóia mas ela não dá perceber a mim quem, porquê, ela aproveita de tudo com essa cara sem vergonha".

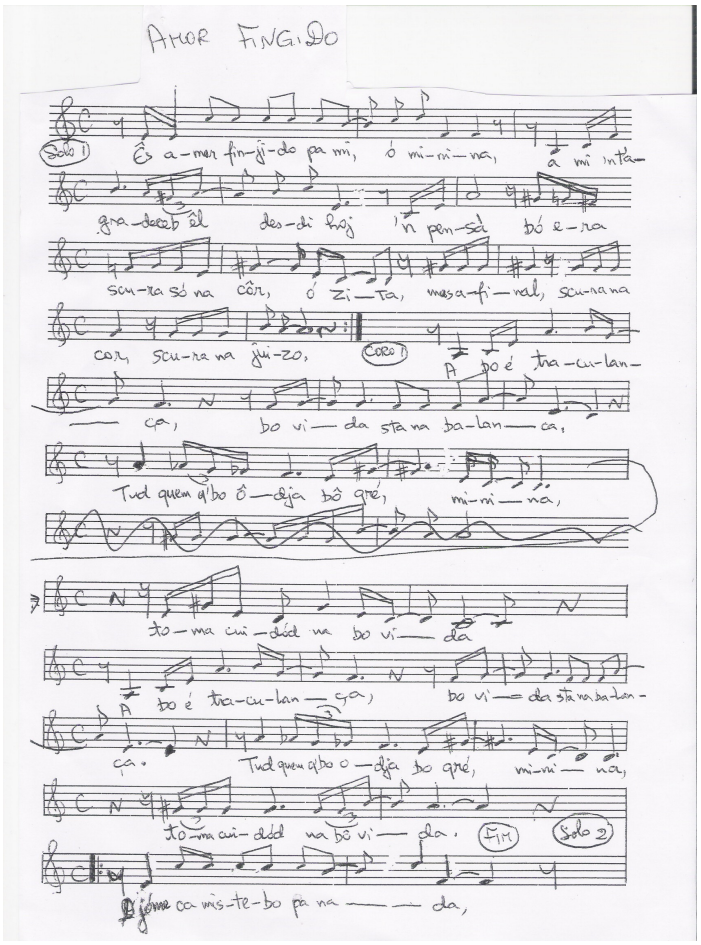
Não conseguimos a transcrição musical em pauta dessas mornas. Temos entretanto, a seguir, a pauta de uma outra morna satírica, a morna "Amor finjido".[1640] Vejamos um extracto:

[1637] Sobre as origens e conceitos de "trovador", leia-se, por exemplo, STEHMAN, Jaques - "História da Música Europeia". Lisboa: Livraria Bertand, [s. d.]. p. 45-48. Na Boavista, os trovadores populares são os criadores, muitas vezes iletrados, da letra e da música da morna e da coladeira. Por isso, os denominamos *trovadores populares*.

[1638] Da autoria de António Lima (Djidjungue), Vila de Sal-Rei, em 1940.

[1639] De autoria de Serapião António Oliveira, Vila de Sal-Rei, em 1940.

[1640] Morna "Amor fingido", da autoria de António Lima (Djidjungue) e António Santxa. Povoação-Velha, Boavista. Transcrição para pauta musical pelo musicólogo Eutrópio Lima da Cruz.



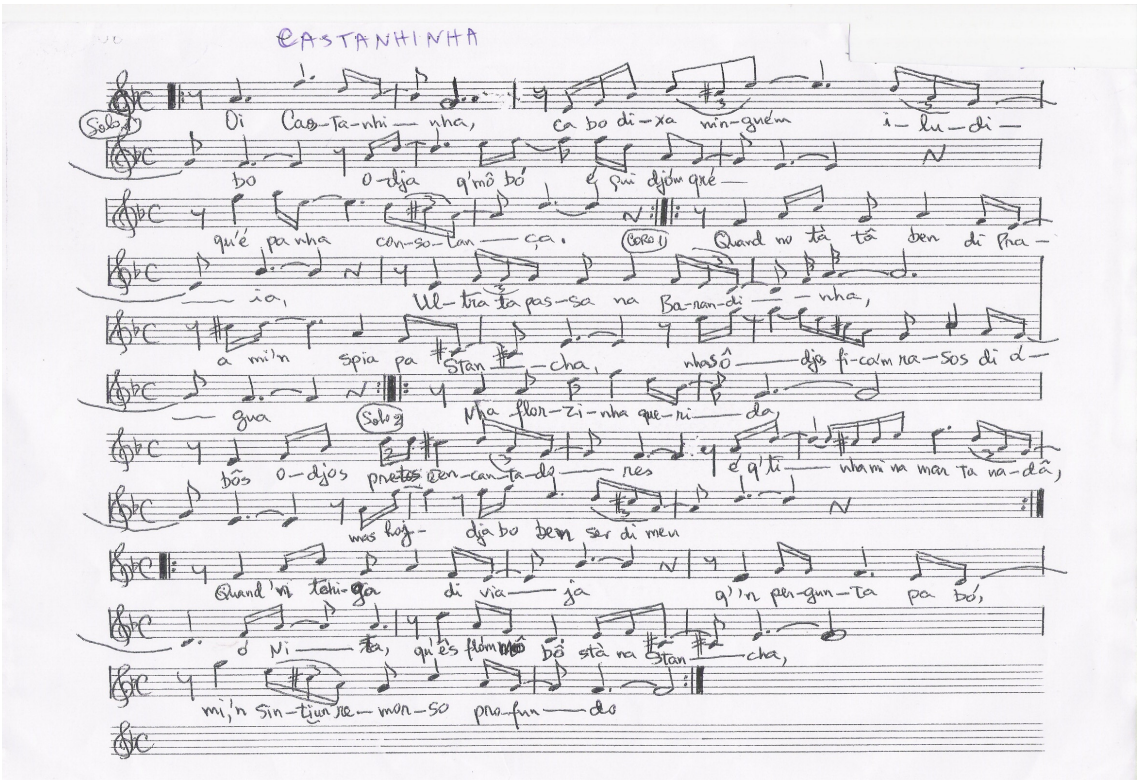
É como mecanismo socialmente regulador – aqui está uma das características fundamentais da morna satírica boavistense – que se deve compreender o facto de muitas delas retratarem satírica e caricaturalmente factos da vida real que fugissem às normas comunitárias ou, então, "[...] o ridículo de cada drama de amor, cantando o perfil caricatural de cada episódio grotesco, ironizando fracassos amorosos sublimando a comédia gentílica das moías".[1641]

A ilha da Boavista também produziu mornas eminentemente líricas,[1642] como a morna "kastanhinha".[1643] Vejamos a transcrição em pauta musical de um extracto da referida morna:

[1641] TAVARES, ... - Mornas ..., p. 7.

[1642] É lírica a morna cuja poética exprime, espontânea ou reflectidamente, os sentimentos e as emoções de amor, saudade ou tristeza do compositor.

[1643] A morna "Kastanhinha", da autoria de António Santxa. Povoação-Velha, Boavista. Transcrição para pauta musical por Eutrópio Lima da Cruz.



Já vimos que Boavista foi também uma ilha de emigração. Logo, a síada para a terra longe trazia saudades, tanto para quem partisse como para quem ficasse. A morna era então um dos meios através dos quais o boavistense exteriorizava as suas saudades. Vejamos, por exemplo, um extracto das letras da morna "Yaya":[1644]

Yaya, bô é bonitinha
bô é engrasadinha
bôs olhar é ke stâ ta mató-me
bu ta dó-me kóbe de nha korason.

Ó ke N bai nha kaminhe
ke N ta lenbrâ na bô
sodade ta fazê-me txorâ
lonje di bô, nha kretxeu.
……"

Observe-se, portante, nas letras da referida morna a vertente saudade, na morna-lírica Yaya – "sodade ta fazê-me txorâ" / "lonje do bô, Nha kretxeu".[1645]

A morabeza era uma outra das características da morna. Neste sentido, a morna "Maria Barba" e a "kantadera" que lhe emprestou o nome são as provas

[1644] Da autoria de Bentinho Évora, nascido na Boavista, por volta de 1910, e emigrante no Senegal.
[1645] "Saudade me faz chorar".

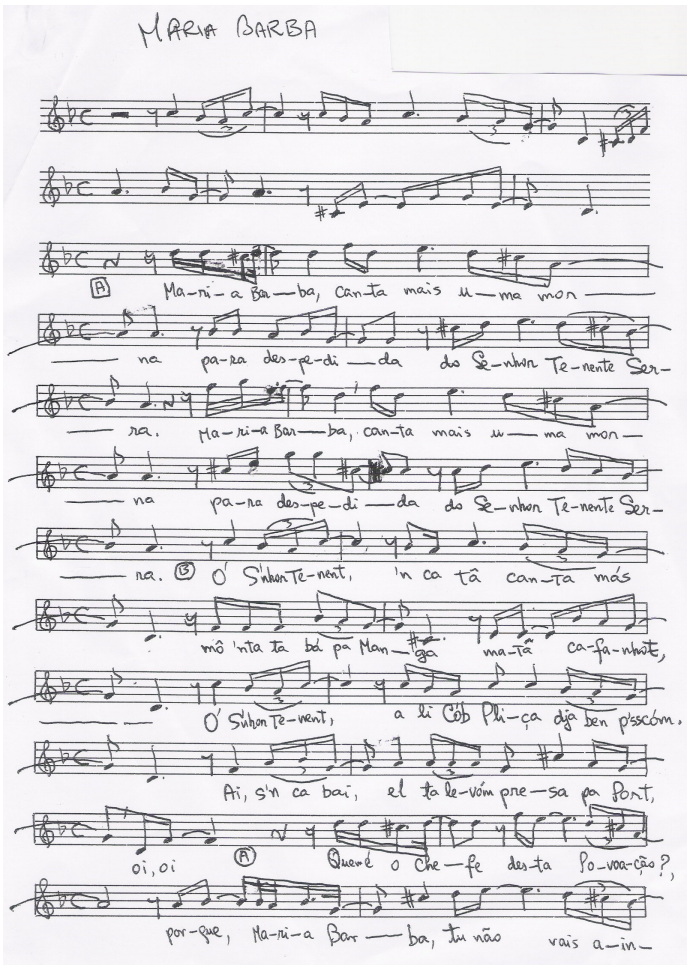
mais evidentes do espírito acolhedor, de convivência sadia, alegre e amiga da gente boavistense. Este facto ficou demonstrado no decorrer de um baile de despedida, no qual se entabulou um diálogo em canto, entre a célebre "kantadera" Maria Barba,[1646] natural da Povoação-Velha, e o Tenente Serra, da Marinha Portuguesa, de passagem pela ilha em missão de serviço geodésico, dando origem à morna "Maria Barba".

Do Tenente Serra, durante a sua estadia na ilha da Boavista, ele residia no cume da "*Rótxa de Stanxa"*. As ruínas da casinha improvisada onde morava lá ainda se encontram e o local onde se situa é denominado de "Ká Tinente". De acordo com Maria Ressurreição Évora, o Tenente Serra convivia maritalmente com a "kantadera" Vitória Brito.[1647]

Do diálogo então entabulado entre a Maria Barba e o Tenente Serra, enquanto dançavam uma morna antiga, por um lado, ficaram decalcadas, sobre a melodia da morna antiga, novas letras; e por outro lado, essas novas letras sob a antiga melodia foram rebaptizadas com o nome de "Maria Barba". Surgia assim uma nova morna, pelo menos em termos de poética, ao mesmo tempo que se perdiam as letras e o nome da morna original. Vejamos o registo da nova morna em pauta musical, por Eutrópio Lima da Cruz:

[1646] De acordo com o Termo de Baptismo nº 36, de 2 de Junho de 1907, da Freguesia de Santa Isabel, Ilha da Boavista, assinado pelo então Pároco Pe. Porphyrio Pereira Tavares. Sobre *Nha Barba*, diz o informante Alberto Ramos Évora (*Alberto Dade*), nascido em 1924, que ela era parente de *Nha Júlia*, da Povoação-Velha. No que se refere ao pai da *Maria Barba*, Serapião Oliveira informa que João de Deus Vitória era abastado proprietário, dono inclusive de um prédio, sobre cujos alicerces foi construído o prédio onde hoje funciona a Delegacia de Saúde da Vila de Sal-Rei. Estas informações contradizem as do Termo de Baptismo de *Maria Barba*, referido atrás, quando este refere João de Deus como trabalhador.

[1647] A informante nasceu a 27 de Maio de 1930, na Povoação-Velha, onde reside.



Denota-se, assim, que a capacidade de amar, de sentir saudade e da morabeza são, efectivamente, alguns dos atributos fundamentais que só uma grande alma é capaz de possuir. E o povo da Boavista possui esta rande alma.

Conclui-se portanto que a ilha da Boavista não produziu somente estilos satíricos mas também uma variedade abrangente e rica de estilos de mornas. Por isso, é nossa opinião que não se devam polarizar os estilos da morna boavistense em morna satírica e morna lírica pois, repetimos, na Ilha criou-se uma variedade muito grande e rica de estilos de mornas.

3.6.1.5. As funções da morna

O canto e a dança simbolizam sempre formas simbólicas de um código social. No caso do canto, por exemplo, Akim Euba, estudioso da música nigeriana, debruçando-se sobre a funcionalidade da música africana, afirma que "*isolada do seu contexto sociodramático, a música perde parte do seu sentido [...]*".[1648] Por sua vez, Francis Bebey defende que, para o africano, "a música,

[1648] Citado por Leonardo Acosta (ACOSTA, Leonardo – "Música e Descolonização". Trad. Carlos Caetano. Lisboa: Editorial Caminho S. A., 1985. p. 173.

necessidade vital, o é igualmente no plano físico, já que está presente em todos os trabalhos e em todos os restantes actos da vida humana".[1649]

O canto e a dança, como elementos da estrutura social, têm funções bem específicas em qualquer sociedade. Na África Negra, por exemplo, "as danças e os cantos distribuem-se desde os mágico-propiciatórios (magia 'imitativa') aos comentários a todas as fases da vida social e individual".[1650]

Neste sentido, os cantos-dança dos grupos humanos africanos em Cabo Verde poderão ter contribuído, por um lado, para uma psicologia de resignação e, por outro, para uma postura reguladora dos comportamentos sociais, como acontecia no Continente. Estas funções são, aliás, notórias por exemplo no "batuque", no "funaná" e nos cânticos religioso-profanos da "tabanka", todos da ilha de Santiago, onde a influência negro-africana é mais marcante.

Por falta de material escrito sobre a morna, não conseguimos dados que nos permitissem saber, ou mesmo inferir, se a protomorna terá tido um carácter mágico ou mágico-propiciatório. Mas a essência da poética da morna conduz-nos a uma função que, pelo seu carácter telúrico, encerra toda uma expressão mítica e filosófica do povo que a criou. Pensamos que, nos seus primórdios, não é a função estético-literária que se deve procurar na morna, tal como pretendeu Eugénio Tavares ao caracterizar a morna boavistense, mas sim a sua função social, função esta marcada pela vida escrava a que foi submetido o seu criador.

Com efeito, seguindo o pensamento crítico de Fernando Pessoa[1651] sobre a arte, diríamos que a morna não é um produto da criação intencional ou científica: ela é o produto de uma invenção prática, instintiva e popular, sendo por isso possuidora de um valor de utilidade prática. Este valor procede do instinto intelectual da utilidade imediata, pois o seu criador tinha a necessidade urgente de um mecanismo de resposta e de resistência ao processo hediondo do cativeiro a que era submetido. Hoje, a morna tem um valor absoluto, próprio de uma obra de arte, em que ela se tornou. Com Eugénio Tavares, por exemplo, a morna ultrapassa a simplicidade temperamental e emotiva dos primeiros tempos, para atingir a finalidade não só de agradar mas também de elevar o homem caboverdeano. Note-se que o valor artístico aparece e cultiva-se paralelamente à evolução da sociedade a que pertence. Neste aspecto, a morna hoje, é uma *"história por e para o povo"*[1652] cabo-verdiano.

3.6.1.5.1. Função sublimadora da dor e reguladora dos comportamentos sociais

No quadro de um sistema escravocrata, portanto opressor, é normal que os escravos tenham desenvolvido mecanismos de auto-defesa psico-sociais contra as condições infra-humanas a que eram submetidos. Mesmo em casos normais de trabalho, o afro-negro amenizava o ambiente com cantos. Neste

[1649] ACOSTA, ... - Música …, p. 173-174.
[1650] H. Abranches, citado na "Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura". Lisboa: Editora VERBO. Nº 2. Col. 382.
[1651] PESSOA, Fernando – "Páginas de Estética e de Teoria e Crítica Literárias". 2ª ed. Lisboa: Edições Ática, [s. d.]. p. 15.
[1652] Esta expressão foi emprestada de Vicente T. Mendonça, citado por Leonardo Acosta (ACOSTA, ... - Música ..., p. 166).

sentido, por exemplo, noticia Manuel Belchior que, após a construção de uma palhota, "[...] findo esta, e celebrada a cerimónia da sua purificação, dá-se lugar à alegria colectiva com um 'batuque'. [...] Aliás, já durante o trabalho cantaram e entre os cantares improvisaram gracejos qie provocam risos, criando um ambiente alegre e fraternal".[1653] No caso do canto morna, não é por acaso que para Pedro Cardosoela "[...] é a melopeia com que a raça cativa amenizava as agruras do exílio forçado, e a trova em que emigrados e embarcadiços cantavam a saudade da Pátria distante [...]".[1654]

É neste contexto histórico e psicológico que a morna surge na Boavista, primordialmente como um mecanismo psicológico ao mesmo tempo de resistência passiva, de resignação e de compensação. Nisto reside toda a força dos queixumes e das lamentações da protomorna. Assim como a "finason" do batuque de Santiago, esses queixumes e lamentações terão como eficácia a finalidade de suavisar a dor da escravatura, a dor da nostalgia, assim como a morna-saudade terá tido, com a emigração, a função de suavizar a dor da saudade.

Numa segunda fase, mas próxima da primeira, de simples mecanismo psicológico de auto-defesa e de fuga às vis condições escravocratas, a morna passou também a ser utilizada, a partir de desaires da vida social, como um dos instrumentos de vigilância de comportamentos que ferissem os costumes tradicionalmente aceites pela comunidade: era o papel fundamental das mornas satíricas, que tinham funções normativas e punitivas sobre o comportamento social do boavistense da época. Neste sentido, a morna serve tanto para chamar a atenção como para punir moralmente todos aqueles que infrinjam as normas dos bons costumes comunitários, atingindo os mais melindrosos assuntos da vida social. Muitas mornas terão desempenhado com eficácia, esses papéis. As mais visadas pela repreensão social através da morna eram as mulheres, principalmente as raparigas. Vejamos um extracto da morna "Ponbinha Esquiva":[1655]

"Ponbinha, ó ke bu ben pa morada
Lembrâ na bu frakéza
udjâ k'mô bô é morgada
ke ta kauzâ jente tristéza.
... ..."

Concluindo, é evidente que as mornas boavistenses cumpriram duas grandes funções: a de ajudar a suportar a dor da nostalgia e da saudade e a de regular a postura moral dos membros da comunidade face a comportamentos sociais tidos como indesejáveis. No desempenho destas funções, a ama-escrava e a cantadeira-compositora, numa primeira fase, e o trovador, numa segunda fase, desempenharam um papel de proa. Como palco de divulgação,

[1653] BELCHIOR, ... - Fundamentos ..., p. 209.
[1654] CARDOSO, ... - Folclore ..., p. 19.
[1655] Da autoria de Luiz Rendall, por volta de 1933.

serviram primeiro as ribeiras de lavar roupa, os terrenos agrícolas, os campos de pastorícia e outros espaços de trabalho, e posteriormente as salas de baile, o terreiro de brincadeiras de roda e o beiral das janelas com as serenatas.[1656]

3.6.2. O landú

O landú é um canto-dança, radicado na ilha da Boavista, que tem merecido pouca atenção por parte dos autores cabo-verdianos.[1657] Torna-se, por isso, imprescindível, porque necessária, uma pesquisa mais aprofundada da sua ancestralidade, das simbioses e mutações por que terá passado até chegar à Boavista, onde ainda hoje constitui um dos elementos fundamentais de cultura da ilha. Neste capítulo tentaremos, portanto, coordenar algumas informações que eventualmente possam contribuir para a reconstituição dos traços e origem desse canto-dança que, levado para a ilha da Boavista, se acomodou a um espaço bem específico, a sala do baile matrimonial, e a um momento próprio, meia-noite, hora em que os recém-casados devem recolher-se aos aposentos nupciais.

3.6.2.1. Algumas definições do "lundu (m)" primordial

Luis Câmara Cascudo define o lundu (m) como "[...] dança e canto de origem africana, trazidos pelos escravos bantos, especialmente de Angola, para o Brasil;[1658] na "Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura" Nº 12, col. 742, define-se o lundu (m), também denominado "lundu", "landu" e "londu", como "dança cantada, de origem africana, cuja raiz entronca no batuque". E acrescenta-se: "o Lundu tornou-se imensamente popular no séc. XVIII, tanto no nosso país [Portugal] como no Brasil, de onde veio".

Desses conceitos, constata-se que o lundu (m) é de origem africana, tendo chegado a Portugal via o Brasil. Trata-se, portanto, originalmente de um canto-dança afro-brasileiro, difundido mais tarde para Portugal. Com efeito, a dança do lundu (m), doravente "landu", como é denominado na ilha da Boavista, tem as suas origens na mitologia negro-africana, particularmente do povo banto, ligada à "Kilundu, divindade secundária responsável pelo destino de cada pessoa".[1659] Nesta óptica, escreve Nuno Marques Pereira: "[os] calundus 'são

---

[1656] Nuno Miranda dá conta da proibição de serenatas em S. Vicente pelas autoridades administrativas locais. A morna, portanto, era de certa forma constrangida pelo Poder Colonial, ainda na década de 60 (MIRANDA, Nuno – "Sobre motivos de criação popular". *CABO VERDE: Boletim Documental e de Cultura*. Praia: Imprensa Nacional. Nº 13-15/169-171 (1963). p. 71).

[1657] Tem havido sim uma ou outra referência como os casos, entre outros, de Nuno Miranda no artigo "A propósito da situação sócio-cultural de Cabo Verde", inserido na Revista *Garcia de Orta*, Vol. 9, Nº 1, p. 96; Manuel Ferreira, in "Aventura Crioula", p. 191; Vasco Martins, in "A Música Tradicional Cabo-Verdiana - I: A Morna", p. 40; Eutrópio Lima da Cruz, no artigo "La musique du Cap Vert, inserido na revista *Le Courrier*", Nº 69, 1981, da CEE, p. 83-86; Dulce Almada, no artigo "Danças e... contradanças", inserido na Revista Mudjer Nº 2, 1982, p. 5.

[1658] CASCUDO, ... - Dicionário ..., p. 525.

[1659] Cordeiro da Mota, citado por TINHORÃO, José Ramos – "FADO: dança do Brasil cantar de Lisboa (Fim de um mito)". Lisboa: Caminho, 1994. p. 27.

uns folguedos, ou adivinhações (me disse o morador) que dizem estes pretos que costumam fazer nas suas terras, e quando se acham juntos também usam deles cá, para saberem várias cousas; como as doenças de que procedem, e para adivinharem algumas cousas perdidas; e também para terem ventura em suas caçadas e lavouras, e para outras cousas". [1660]

Por seu turno, Tinhorão informa que era pela invocação do Kilundu, a cargo dos "Mestres do cachimbo" ou "Mestre de espírito", que se previa o futuro das pessoas, nas cerimónias religiosas dos negros escravos do Brasil.[1661]

Quanto ao termo para denominar o canto-dança, de acordo com o seu significado e vivência religiosos entre os bantos, é bem provável que o termo "lundu (m)" brasileiro tenha derivado do termo quimbundo "kilundu", da divindade banta da "Ngola".[1662] O termo "kilundu", por sua vez, poderá entroncar com os termos "Ilundu" (da expressão "Ilundu Nyi senga") e Lundu (da expressão "Lundu Nyi Senga"), designativos, na explicação cosmogónica do povo banto em torno do Deus Supremo "Nzambi", do monte sagrado ou morada das primeiras divindades responsáveis pelo povoamento e fecundidade da Terra.[1663]

No Brasil o canto-dança em apreço recebe várias denominações, tais como gandu (entre os bantos), "lundu", "lundum", "gandum", "landu" e "londu".[1664] Em Portugal, na chamada língua dos pretos, a dança denomina-se uranzum.[1665] Na Boavista utiliza-se o termo landu, significando dança cerimonial do casamento, que obedece neste contexto a um padrão próprio de organização e de progressão, como veremos mais à frente.

Constata-se pois, que tanto as definições como a origem terminológica do landú deixam claro não só a sua natureza mas também a sua origem afro-religiosa. Com efeito, em traços gerais, a dança ao ritmo da música instrumental e do canto, que veio a ser denominada "lundu (m)" no Brasil, é uma das manifestações cultuais dos povos dos antigos reinos do Kongo e de "Ngola" pré-coloniais. De índole religiosa, a dança nessas terras fazia parte dos rituais das festas que se seguiam aos actos da colheita, simbolizando a fertilidade da terra e daí a simbologia sexual do landú como representativa da fertilidade da mulher recém-casada.[1666]

[1660] "Compêndio narrativo do Peregrino da América", 1718, citado por BOSI, Alfredo - Dialética da Colonização. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 60.

[1661] TINHORÃO, ... – "FADO …, p. 27. "Mestres do cachimbo" ou "Mestre de espírito" era, no Brasil, o superior que dirigia os rituais das cerimónias religiosas dos negros-escravos.

[1662] O termo Ngola (ou N'gola) designava uma dinastia de povos da África Sul-Central, onde fundaram um poderoso reino ("Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura". Lisboa: Editorial VERBO. Nº 2. Cols. 305-306). Com a chegada dos portugueses, o termo Ngola (ou N'Gola) deu origem ao termo Angola.

[1663] MARTINS, João Vicente – "Crenças, Adivinhação e Medicina Tradicional dos Tutchokwe do Nordeste de Angola". Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia - IICT. 1993. p 57-199. Sobre esta matéria, leia-se também ELIADE, Mircea – "Tratado de História da Religião". 2ª ed. Porto: Edições ASA, 1994. p. 80 e 307.

[1664] Gregório de Matos Guerra , citado por TINHORÃO, ... – FADO... p. 13.

[1665] TINHORÃO, ... - Os Negros ... p.329.

[1666] Cf. Mendonça, citado por MACHADO, José Pedro – "Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa". 4ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1987. Vols. I a V. p. 210.

Em Cabo Verde, mais particularmente na Boavista, não tendo hoje o landú o sentido ritualístico-religioso primordial, é entretanto uma dessas representações simbólicas que mais vinculam o boavistense à sua origem histórico-cultural africana.

3.6.2.2. Origem, aculturação e difusão do "lundu (m)" primordial

A busca das raízes de qualquer fenómeno cultural é de capital importância para a sua compreensão, tratamento, preservação e transmissão não deturpada. É por isso que, procurar as origens do landú boavistense, indo às suas raízes africanas, é uma das exigências fundamentais deste trabalho.

3.6.2.2.1. A origem afro-brasileira do "lundu (m)"

As definições que foram dadas e transcritas atrás, deixam muito clara uma ascendência afro-brasileira do lundu (m). Com efeito, os negros africanos levados para o Brasil como escravos eram portadores de danças com umbigadas, denominadas "semba", "lundu", "kariate", "kalenda", entre outros.[1667] No Brasil, continuaram a praticar essas danças às escondidas em "terreiros" e "roças", pois pelo simples facto de serem "coisa de negros", eram tidos pelo Poder Colonial como manifestações supersticiosas. Por isso, tanto a Igreja Católica como a Coroa combatiam essas manifestações. A primeira, devido à "[...] concorrência que a 'superstição' fazia à Igreja" e, o segundo, receando o "[...] perigo que a mistura étnica e de classe representava para o controlo social entregue à administração colonial".[1668] Assim se explica o facto de, embora a dança já marcasse presença no Brasil nos finais do séc. XVII, o termo "lundu (m)" só aparecer nos documentos oficiais brasileiros em 1735, conforme reza a portaria de 16 de Março do mesmo ano.[1669]

Essas perseguições entretanto não impediram que as novas danças africanas se desenvolvessem rapidamente no Brasil e se misturassem com outras danças, aculturando-se mutuamente. É neste quadro de trocas culturais que o fandango europeu também muito ficou a dever aos cantares e dançares de origem negro-africana,[1670] enquanto nos finais do séc. XVIII o landú já era praticado por todas as classes sociais brasileiras.

A nova dança resultante desses contactos manteve duas das características coreográficas fundamentais africanas, ou seja, o ritmo marcado através da percussão dos tambores e a coreografia dramática, nas quais as umbigadas simbolizavam a fertilidade da mulher que, por seu turno, se ligava à fertilidade da terra, pois era ela quem a agricultava e dela extraía o sustento de toda a comunidade. Na sua originalidade africana, o ritual da dança que produziu o lundu (m) brasileiro prendia-se às colheitas, à fertilidade e às cerimónias do casamento em alguns dos antigos reinos afro-negros,

[1667] CASCUDO, ... - Dicionário ..., p. 798.
[1668] TINHORÃO, ... – FADO … p. 27.
[1669] TINHORÃO, ... – FADO... p. 13 e 28.
[1670] TINHORÃO, ... – FADO... p. 15.

nomeadamente do "Kongo" e da "Ngola" pré-coloniais, territórios onde a divindade "Kilundu" era adorada.

3.6.2.2.2. Breves traços da coreografia do "lundu (m)" brasileiro

Não nos foi possível até agora identificar os traços que permitissem caracterizar a coreografia da dança africana os quais terão dado origem ao lundu (m) brasileiro. Assinale-se que essa tarefa se nos afigura difícil, tendo em conta que, sendo consideradas "coisa de cafres", as manifestações religioso-culturais dos negros-escravos não eram, geralmente, descritas. Quando, à laia de alguma curiosidade, se se referisse a elas, era a maior parte da vezes em tom depreciativo, como é o caso do expedicionário Alfredo de Sarmento[1671] que, em 1850, descrevia uma roda de batuque, por ele presenciado no Congo, classificando-a de "repugnante imoralidade". De acordo com José Ramos Tinhorão, entretanto, a coreografia da dança do landú, nas suas origens africanas, evoluía na forma de uma simulação dançante do acto sexual. Neste sentido, escreve Tinhorão: "[...] a simulação dançante do acto sexual pela aproximação frontal dos corpos de homem e mulher era particular da 'quizomba' ou 'Quitomba' [...], a dança de ritos sexuais do Congo, e, ainda, da 'suite' de cenas da vida matrimonial dançada com movimentos ilustrativos perante a noiva em Angola, durante a cerimónia culminante do chamado 'lemba' ou 'lembamento".[1672]

Por outro lado, há a informação de que entre os povos "kimbundu", de Angola, há uma dança cuja coreografia integra braços abertos "formando asas", que em língua kimbundu se traduz para "kina ni maku a usanzumune kala mababa".[1673]

Aculturada no Brasil, a coreografia básica do lundu (m) realizava-se à base de volteios que culminavam em umbigadas, negaças de corpo e maneios dos quadris do dançarino. Esses movimentos foram herdados de elementos coreográficos das danças de roda dos chamados batuques africanos e de danças de origem europeia, como por exemplo o sapateado e o castanholar dos dedos, com as mãos em arco, acima da cabeça, do fandango. A este propósito, o etnólogo brasileiro, Mário de Andrade, ao referir-se ao lundu (m), em dado passo escreve que "[...] 'inclui já expressões coreográficas de influência claramente europeia', nomeadamente o erguer dos braços e o estalar de dedos, movimentos de origem especificamente mediterrânica".[1674]

O lundu (m) brasileiro era dançado aos pares, um ou mais de cada vez, ao ritmo da viola, vozes e coros improvisados, acompanhados de palmas e sapateados. A dança começava em passos lentos, que se aceleravam com a

---

[1671] "Os Sertões d'África (Apontamentos de Viagem)", citado por TINHORÃO, ... - Os Negros ..,. p. 337. Note-se que, quando o expedicionário fala do nosso fado, não será certamente o fado genuinamente português, mas sim o chamado fado brasileiro que, como também ficou descrito, é descendente directo do landú. Sobre esta matéria, leia-se também CARVALHO, Ruben de - As Músicas do Fado. Lisboa: Campos da Música, 1994. p. 14-16.
[1672] TINHORÃO, ... – FADO ... p. 28-29.
[1673] MAIA, ... - Dicionário ..., p. 160.
[1674] CARVALHO, ... - As Músicas ..., p. 14.

progressão dos movimentos. Eis a descrição coreográfica mais completa que conseguimos encontrar do lundu (m) brasileiro: "Os dançantes estão todos de pé ou sentados. Apenas se movem no começo, fazendo estalar os dedos num rumor de castanholas, levantando e arredondando os braços, balançando-se molemente. Pouco a pouco o cavalheiro se anima. Evolui ao redor da sua dama, como se a fosse enlaçar. Ela, fria, desdenha seus avanços. Ele redobra de ardor e ela conserva sua soberana indiferença. Agora ei-los face a face, olhos nos olhos quase hipnotizados pelo desejo. Ela se comove. Ele se lança, os movimentos se tornam mais sacudidos e ela treme numa vertigem apaixonada, enquanto a viola suspira e os assistentes, entusiasmados, batem as palmas. Depois ela se detém, ofegante, esgotada. Seu cavalheiro continua a evolução durante um instante e em seguida vai provocar outra dançarina que sai da fila e o lundu recomeça, febricitante e sensual" [1675]

3.6.2.2.3. A difusão do landu (m) do Brasil para Portugal e Cabo Verde

O intercâmbio entre os povos é uma constante desde que o homem existe. Sem esse intercâmbio, o homem seria mais um bruto do que um verdadeiro ser humano. Neste sentido, as trocas culturais têm sido o instrumento por excelência. Infelizmente, nem sempre elas se realizam, ao longo da história da humanidade, espontâneas e igualitárias: na maior parte das vezes elas foram e continuam sendo, em alguns espaços fisico-humanos, o resultado de imposições culturais, do tipo colonizador-colonizado. Nesta ordem de ideias, o colonialismo, o imperialismo e o capitalismo são três dos principais responsáveis pelas trocas culturais forçadas e impostas, e que hoje persistem sob a capa de uma disfarçada globalização,[1676] que, em mutos casos, mais não é do que uma clara política dos países ricos no sentido de estabelecer laços neocolonialistas com os países pobres e assim perpetuar a exploração económica, com recurso às Novas Tecnologias de Informação e de Comunicação e, por via delas, à alienação cultural.

É sabido que qualquer povo ou parte dele carrega sempre, para onde for, os vestígios da sua cultura, particularmente da sua religião. Assim, quando os negros foram forçados a deixar o seu continente, com eles transportaram os elementos culturais fundamentais do seu mundo, elementos esses preservados, por exemplo, através dos seus cultos religiosos, muitas vezes como meio da sua própria libertação. Tendo em conta as ligações entre a prática religiosa e o canto-dança, os escravos com certeza carregaram no seu substrato religioso-cultural vestígios dos seus cantos e danças de origem, que por sua vez deram origem a novos cantos e danças, ou nas terras do colonizador ou nas terras por este colonizado, como é o caso de Cabo Verde e do Brasil, por exemplo.

[1675] Santana Neri (1889), citada por CASCUDO, ... - Dicionário ..., p. 524-525.

[1676] Note-se que, por exemplo, enquanto os países ricos estimulam os países pobres a se abrirem ao mercado mundial, fecham-se entre eles, estabelecendo-se em blocos político-económico-culturais regionais, como é o caso da U.E. e o Grupo dos oito países mais industrializados do mundo (o conhecido G-8).

Com efeito, a origem e a aculturação das danças afro-negras que contribuíram para a criação dos cantos-dança fofa, lundu (m) e fado afro-brasileiros, transportados mais tarde para Portugal, são provas inequívocas de trocas culturais, forjadas inicialmente, num contexto escravocrata. Felizmente a cultura, independentemente dos meios materiais, imateriais e institucionais que lhe servem de suporte, é uma superstrutura humana que sempre resulta em património dos povos, seja qual for a sua origem ou a natureza da sua formação. O lundu (m) afro-brasileiro é o exemplo mais acabado de um património comum dos povos bantos, brasileiro, português e caboverdeano. Com efeito, como já vimos, levado para o Brasil no quadro de um regime colonial-escravocrata, o kilundu aí aculturou-se e, mais tarde, difundiu-se tanto para Portugal como para Cabo Verde, tendo-se neste último, radicado na Ilha da Boavista.

3.6.2.2.3.1. Como terá entrado o lundu (m) em Portugal?

Do Brasil, as danças afro-negras, nomeadamente o lundu (m), entrariam na então metrópole através da chamada arraia-miúda, nos finais do século XVII. É o que escreve Frei Lucas de Santa Catarina, citado por Tinhorão, dando noticia da penetração da música de origem negro-brasileira em Portugal:

> "Do Brasil em romaria
> Os sons vêm ali descalços.
> Criam-se ali, ali crescem.
> E dali se vão passando
> Pouco a pouco para as chulas,
> Piam piam para os mulatos".[1677]

Mas o ambiente político-social e cultural português da época não estava, de modo algum, preparado para favorecer uma atitude de aceitação do outro, neste particular, das danças afro-negras, sobretudo no seio das classes média e alta. Não obstante, os negros tinham uma consciência bem enraizada das suas potencialidades culturais, nomeadamente das suas músicas, em relação às dos colonizadores, como espelha a informação de S. J. António Gomes, segundo a qual um escravo-banto, ao escutar um fidalgo português a dedilhar uma guitarra europeia, diz para outro: "vês, estes selvagens têm instrumentos musicais tal como nós".[1678]

Nos finais do século XVI, tanto o Estado como a Igreja Católica decretaram regras repressivas contra as manifestações populares que ferissem os bons costumes. É nesse quadro que D. Manuel I manda proibir "[...] não só a

[1677] TINHORÃO, ... – FADO..., p. 13-16. O termo descalço simboliza os escravos recém-chegados das colónias, onde andavam descalços. Eram precisamente esses escravos descalços que levavam os cantares e os dançares de origem negra do Brasil para Portugal e Espanha.

[1678] Citado por BOXER, C. R. – "A Igreja e a expansão ibérica (1440-1770)". Trad. Maria de Lucena Barros e Sá Contreiras. Lisboa: Edições 70, 1989. p. 63.

exibição do Lundum, como igualmente a do batuque e a do charamba, por serem danças indecorosas".[1679]

Se a resistência das classes burguesas contra o landú e outras manifestações religioso-culturais de origem afro-negra era cerrada, a pouco e pouco, entretanto, a dinâmica cultural dos negros em Portugal ia conquistando a simpatia e a aceitação das baixas classes sociais, graças sobretudo aos ajuntamentos permanentes nas tabernas, um dos poucos lugares onde os chamados *rés*, classe constituída por escravos e brancos livres sem posses, podiam frequentar, conversar, comer, beber, cantar, dançar, etc.. Esses ajuntamentos aconteciam, também, desde o início do séc. XVI, nos trabalhos das Ribeiras de Lisboa, onde comiam juntos nas barracas e bodegas. Esses encontros contribuíram grandemente para a divulgação dos cantares, dançares e outros usos e costumes de origem negro-africana, nomeadamente a fofa, o landú e o fado brasileiros, junto dos brancos de classe baixa. Assim, a partir dos meados do séc. XVII, criam-se melhores condições para a integração definitiva do negro no seio das classes populares portuguesas.[1680]

Não é portanto de se estranhar que, do baixo escalão social, proveniente das tabernas e das Ribeiras, o lundú passasse às classes média e alta, ascendendo assim aos salões burgueses. Mas é dos finais do séc. XVIII aos meados do século XIX que se verifica uma certa assunção dos elementos culturais de origem afro-negra por parte da classe alta portuguesa, graças ao desafogo económico provocado pela entrada em Portugal do ouro e do diamante vindos do Brasil. Incrementou-se assim a diversão – a folia – e, por esta via, a diminuição das barreiras que separavam os negros dos brancos. É nesse clima mais favorável que o lundu (m), vindo do Brasil-colónia através de marinheiros e de negros-escravos trazidos pelos seus proprietários, sobretudo com o regresso da Corte de D. João VI em 1821, penetra efectivamente no tecido social português.

Assim, entre 1793 e 1826, o lundú é referido por um viajante inglês, em visita a Portugal, como a música "[...] mais autenticamente portuguesa [...]".[1681] Além do mais, nos meados do séc. XVIII, para além de ser usado no canto e na dança, o lundu (m) fazia igualmente parte dos programas dos teatros portugueses, nomeadamente S. Carlos, destacando-se compositores de renome, como Marcos Portugal e A. Leal Moreira.[1682] Hoje, o lundu (m), com a designação de "galandum", pertence ao repertório das danças arcaicas portuguesas ainda com restrito uso em Trás-os-Montes.[1683]

3.6.2.2.3.2. Como terá viajado o lundu (m) para Cabo Verde?

Neste ponto, colocamos a seguinte questão: como terá chegado o landú ao Arquipélago de Cabo Verde? Para respondermos a ela, aventemos algumas

[1679] "Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura". Lisboa: Editorial VERBO. Nº 12. Col. 742.
[1680] TINHORÃO, ... - Os Negros ..., p. 117-121.
[1681] TINHORÃO, ... - O FADO..." p. 44.
[1682] "Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura". Lisboa: Editorial VERBO, 1980. Nº 12. Col. 744.
[1683] "Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura". Lisboa: Editorial VERBO, 1980. Nº 15. Col. 669.

possibilidades, através das quais tentaremos discutir, não de modo conclusivo mas com base em dados histórico-culturais, as possibilidades da entrada do landú em Cabo Verde, particularmente na Ilha da Boavista.

Antes de mais, importa assinalar que, embora Santiago tenha sido a primeira ilha povoada do Arquipélago de Cabo Verde e tenha contado com um grande contingente de escravos negros, a possibilidade de o landú nele ter entrado directamente da África Negra seria, de imediato, refutada. Isto porque, 1) como já vimos, o landú, canto-dança já elaborado, é o produto da aculturação de uma manifestação religiosa no Brasil, que se evoluía à base de cantos e de danças tipicamente africanos; 2) o grosso dos escravos dos poucos navios negreiros procedentes dos territórios do Kongo e da Ngola, respectivamente, e que provavelmente escalavam a Ilha de Santiago, destinava-se nomeadamente às Antilhas e ao Brasil.[1684] Nesta ordem de ideias, é normal que o reduzido número de escravos deixados em Santiago, procedentes desses territórios, tenha tentado preservar os traços religioso-culturais de origem. Mas infelizmente esses elementos cedo terão desaparecido, devido ao peso numérico dos escravos originários da região sudanesa[1685] em relação ao diminuto número de escravos procedentes da região Kongo e da Ngola. Por isso, é normal que estes tenham sido fortemente aculturados por aqueles, com perdas irreparáveis nas representações culturais dos bantos em relação às dos sudaneses. Por tudo isso, o landú só poderá ter sido difundido para Cabo Verde directamente do Brasil.

Admitimos então a possibilidade de o lundu (m) brasileiro ter entrado em Cabo Verde, mais precisamente na Boavista, através da marinhagem da época das grandes transacções comerciais do sal e da urzela entre as duas colónias portuguesas, a partir dos finais do séc. XVII. Neste sentido, aponta Mário Lima: 2[...] a talhe de foice vêm o `galope' e o `landu', danças antigas praticadas na Boa Vista. Há quem diga que o `landu' foi introduzido na ilha pelos tripulantes dos muitos patachos brasileiros que lá iam carregar urzela".[1686] Note-se, outrossim, que as ligações marítimas entre o Brasil e as Ilhas de Cabo Verde eram regulares, desde o início do tráfico negreiro (séc. XVI), das costas ocidentais africanas para o Brasil e a América Central.[1687]

De acordo com António Carreira,[1688] cada navio realizava por ano, em média, uma única viagem entre a Costa Ocidental Africana e as Américas. Por outro lado, os marinheiros aproveitavam a estadia nos portos para se proverem de frescos e de água e ainda para procederem à manutenção dos aparelhos dos seus navios com sebo de cabra. Assim, as estadias dos navios nesses portos

[1684] Cf. CARREIRA, ... - CABO VERDE ..., p. 140, 152 e 169.

[1685] Os escravos que se destinavam ao povoamento de Cabo Verde eram geralmente capturados no litoral da zona sudanesa, enquanto que, de toda a bibliografia que conseguimos consultar e citada neste capítulo, apurámos que o lundu (m) afro-brasileiro, que deu origem ao landú boavistense, é originário do povo banto, da vasta e antiga região Kongo-Ngola.

[1686] LIMA, ... - Apontamentos ... [s. d.].

[1687] CARREIRA, ... - O Tráfico ..., p.12; CARREIRA, ... - CABO VERDE ..., p. 140-143 e 277.

[1688] De acordo com António Carreira, na época do tráfico negreiro (séc. XV a meados do XIX), os navios duravam entre três e quatro meses nos portos de carregamento nas costas africanas (CARREIRA, ... - O Tráfico ..., p. 10).

eram duradouras, o que dava tempo para um certo convívio e intercâmbio cultural entre os marinheiros e os residentes, ao que se ajuntavam comerciantes de várias nacionalidades. Tal situação era frequente na Boavista, particularmente nos séculos XVIII e XIX. A corroborar esta posição, a 9 de Outubro de 1785, por altura em que o navio Nancy carregava sal na ilha da Boavista, John Rich escrevia no seu Jornal: "we went os shoar, and spent the greater part of the Dey with Inhabitants of the Island, who Entertained us in their fasion with gret Sivility and the most of them can Talk Tolerable good English".[1689]

Não é de se estranhar que o factor de peso para que o landú entrasse em Cabo Verde, se prenda à chegada de elementos da cultura afro-brasileira à Ilha da Boavista, a partir dos finais do séc. XVII, devido à exploração e ao comércio do sal e da urzela, embora os contactos com as terras do Brasil, como já vimos, se reportassem ao séc. XVI, com a exportação, para aquela colónia, de carne salgada ou "txasina" e algum gado vivo da Boavista.[1690]

Em aceitando que o lundu (m) entrou em Cabo Verde, mais precisamente na Boavista, via Brasil, fica refutada, do nosso ponto de vista, a possibilidade da sua entrada na Boavista via Portugal ou via Santiago.

3.6.2.3. Os espaços ilhéus do landú

Com o tráfico negreiro, a Ilha de Santiago, porto por excelência de desembarque do capital-humano negro a partir dos meados do séc. XV, foi com certeza o primeiro espaço físico-humano de Cabo Verde das manifestações religioso-culturais afro-negras. Nesta Ilha, é suposto terem entrado traços de danças bantas que, por sua vez, terão dado origem ao landú. Vimos atrás que tal facto não aconteceu. Há entretanto informações que dão conta do landú do tipo boavistense em Santiago.[1691] Outras, porém, vão no sentido contrário.[1692] Somos levado a concluir, portanto, que o landú, embora se entroncasse nos chamados batuques africanos, não foi cultivado em Santiago. Se o foi, esta prática cedo caiu em desuso.

[1689] "Desembarcámos e passámos a maior parte do dia com os nativos da ilha, que nos receberam à sua maneira, com grande cortesia, e a maior parte deles sabia falar um inglês razoável".

[1690] No que se refere ao sal, observe-se que, de todas as ilhas do Barlavento, só Boavista e Sal possuíam salinas e que as da última ilha só vieram a ser descobertas e exploradas a partir de 1831, altura em que Manuel António Martins, abastado comerciante e político, se encarregou do seu povoamento, tendo utilizado para tal empreendimento os escravos e os instrumentos salineiros de que era detentor na Boavista. Tendo em conta o seu enraizamento e interesses económicos que detinha nessa ilha, era conhecido em todo o Cabo Verde por Martins da Boavista. Senna Barcellos dá entretanto a informação de que António Martins começa a explorar as salinas da Ilha do Sal em 1804 (BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsidios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 172).

[1691] SILVA, ... - O Dialecto …, p. 307; e BRITO, Margarida - Os Instrumentos Musicais em Cabo Verde. Praia: Centro Cultural Português, 1998. p. 17.

[1692] Vários informantes de Santiago, nomeadamente, Kodé di Dóna, afirmam nunca terem ouvido falar do landú nesta Ilha.

No que se refere à sua prática nas outras ilhas de Sotavento, encontrámos referências às ilha do Fogo e Brava, em entrevistas com João António Baptista e Henrique Teixeira Oliveira,[1693] dando conta de que antigamente se dançava o landú nessas duas ilhas.

Se o landú não foi ou se foi pouco praticado nas ilhas de Sotavento, em contrapartida marcou forte presença em todas as ilhas de Barlavento, com destaque para a ilha da Boavista.[1694]

De toda a sua movimentação por Cabo Verde, o landú acabou por fixar-se na Boavista, onde ainda hoje é dançado e de onde se irradiou, como veremos mais à frente, para as outras ilhas do Arquipélago. Nessa Ilha, o lundu (m) readquiriu uma nova dinâmica e, através de novos conteúdos nele incorporados, aculturou-se e transformou-se, acomodando-se aos imperativos físicos, económicos e psicológicos da Ilha. Do nosso ponto de vista, talvez aí residam a força e a persistência do landú boavistense.

3.6.2.3.1. O landu boavistense

Na Boavista, a dança do landú ou o "badjâ landu" (dança do landu) representa um dos pontos mais altos das cerimónias do casamento e o momento mais esperado do baile cerimonial. Antes deste momento tão desejado ninguém arreda o pé da sala, nem os curiosos abandonam as janelas e as portas da sala antes da meia-noite, hora sagrada do landú.

3.6.2.3.1.1. Landú: dança nupcial da meia-noite

A dança do landú representava o último momento dos rituais do casamento na Boavista.[1695] Sobre a dança do landu, João Santos Ramalho diz que "o landu é acto sério, nos 'kazores': à meia noite, após os noivos terem dançado o landú, eles eram prevenidos de que eram horas de irem para a cama". Por seu turno, diz-nos João Baptista: "na véspera do casamento havia baile, assim como no dia do casamento. O baile começava, por exemplo, às oito horas da noite e ia até à meia-noite. No dia do casamento, tocava-se o landú. O landú tocava-se à meia-noite, hora que indicava a saída dos noivos para o quarto deles".

Por isso, era obrigatório que os noivos dançassem à meia-noite o landú. Aliás, todos os presentes eram também obrigados a dançar o landú, mesmo que

---

[1693] Tal informação foi-lhe transmitida pela sua mãe, natural da Ilha Brava, nascida a 23 de Novembro de 1907. Anota ainda que se lembra da sua mãe a dançar o lundú para ele e para os seus irmãos, a fim de os divertir e de os fazer rir. Tinha ele na altura 7-8 anos de idade.

[1694] FERREIRA, ... - A Aventura…, p. 191; ALMADA, Dulce – "Danças e... Contradanças". Mudjêr. Nº 2. (Abril, 1982), p. 4 -5; e SILVA, ... – Chiquinho…, p. 37.

[1695] Dos informantes contactados, só dois declararam que nos tempos antigos o landú era dançado em bailes normais. A este propósito, diz por exemplo Serapião António Oliveira que, como medida para afastar os mais novos da sala, a meio do baile os mais velhos, que o dançavam "por prazer", pediam ao rabequista que tocasse um landú. Então, "os mais novos", por não saberem dançar o landú, eram obrigados pela vergonha a abandonar a sala.

não o soubessem fazer. Os pretendentes ao casamento que não soubessem dançar o landú, tinham de o aprender. Conforme colhemos na Ilha da Boavista, José Brígida Brito Gomes era um dos grandes dançadores do landú e ensinava a todos aqueles que quisessem aprender a dança do landu.

De acordo com a crença popular, por um lado o landú honra o casamento e, por outro, casamento sem a dança do landu trazia azar.[1696] É que a tradição vinha de longe, de muito longe. Com efeito, o landú na Boavista poderá ser uma reminiscência do cruzamento entre as "[...] danças de ritos sexuais do Congo [...] e o culminar das cerimónias matrimoniais do alembamento em Angola, momento em que o noivo [...] dança com movimentos ilustrativos perante a noiva [...]".

Na Boavista, à hora da dança do landu alguém influente e próximo dos recém-casados – "Mestre de coreografia"[1697] ("Mestre dos Calundus ou Babalaô", no Brasil[1698]) – desempenhava o papel de organizador da dança, zelando ao mesmo termpo para o cumprimento das suas regras. Um dos grandes Mestres da Coreografia, para além de dançador a dança do landu da Boavista, foi Monkite.[1699] À meia-noite em ponto, o Mestre da Coreografia mandava parar a música, ordenando aos convivas que se dispusessem imediatamente em círculo, ao mesmo tempo que esses começavam automaticamente seguido pela voz de uma repentista, acompanhada do baxon por parte dos convivas. Então, os recém-casados postavam-se no meio do círculo e a dança do landú começa a evoluir.

3.6.2.3.1.2. A coreografia e as funções do landú da Boavista

Já vimos que um dos elementos fundamentais da coreografia do lundu (m) brasileiro era a simbologia do sexo. É esta simbologia que também marcou a coreografia do landú da Boavista, o que poderá representar, de forma reminiscente, a longínqua simulação dançante do acto sexual noticiada por Tinhorão. Com efeito, representando nessa Ilha o acto final das cerimónias do casamento tradicional, ao dançar o landú perante os presentes, os recém-casados envolvem-se num jogo pré-nupcial, através do qual o marido como que exibe a sua virilidade e a esposa procura realçar os seus dotes femininos, ao mesmo tempo que tentava demonstrar publicamente a sua fertilidade e a sua capacidade de gerar muitos filhos.

[1696] Esta informação é corroborada por vários informantes, nomeadamente Pedro Ascenção Rocha (Magala), nascido em 1931; Paula Brito Ascenção Morais, nascida em 1969; Pancrácio Brito Almeida, nascido em 1957; Tomás Marques, nascido em Setembro de 1906; Manuel do Rosário Mendes, nascido em 1924; Sabino Ramos Pinto, nascido em 1920; Germana Soares Brito e Serapião António Oliveira, já referidos; João José dos Santos, nascido em 1920; Augusto António Monteiro, nascido em 1905; entre outros.

[1697] Pessoa que organizava e dirigia o ritual da dança do landú. Por isso, o "Mestre de Coreografia" era uma pessoa respeitada da comunidade e com prática desses rituais.

[1698] CASCUDO, ... - Dicionário ..., p. 121.

[1699] Monkite ainda após a Independência Nacional representou a Ilha da Boavista num concurso do landú realizado na Praia pela Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV), tendo como par a sua filha Eunice Soares Brito Delgado.

Partindo desse pressuposto, é bastante sugestiva a seguinte analogia popular entre os boavistenses: "ao dançar o landú, os homens comportam-se como o galo quando pretende acasalar-se com a sua fêmea".[1700] É que, no dia do seu casamento, o marido tem de provar publicamente que é o dono absoluto do seu poleiro: não ser um marido runsióde para que outro galo não lhe roube a companheira.

Neste sentido, a nossa participação nas danças do landú, as observações que temos feito na Boavista e as descrições que as pessoas idosas da ilha nos têm feito da dança, levam-nos a estabelecer a seguinte analogia coreográfica do landú boavistense: o homem, simulando cortejar a mulher, faz mil rodeios em torno de si mesmo e volteios mil em torno da sua amada, enquanto esta finge, entretanto mil *negaças* com o corpo, realçando provocadoramente os seus traços femininos com elegantíssimos maneios. O homem, como um galo atiçado e cheio de brio, evolui em movimentos graciosos em torno da sua fêmea. Primeiro lentamente, depois mais rápido, ao mesmo tempo que movimenta os dois braços, ora afastando-os do corpo de uma só vez e elevando-os como que a coroar a sua pretendida num gesto envolvente, ora alternadamente elevando um e abaixando o outro, nos sentidos ascendentes, descendentes e rotativos, no intuito de, num gesto exibicionista, dar espaço à graciosidade da sua companheira: é o momento em que a mulher exibe os seus dotes femininos, na plenitude da graciosidade que a natureza lhe deu mas nunca se entregando ao fortuito do momento. Pelo contrário, cheia de si, continua exibindo os seus traços femininos, quer fitando profundamente os olhos do homem quer se afastando dele mas para logo dele se aproximar ternamente, parecendo mais uma demonstração pública das suas capacidades de procriação do que uma mera exibição de desejos eróticos. Entrementes, o homem, abrindo com as mãos, uma de cada lado, as abas do seu casaco, como um galo que tenta envolver totalmente uma galinha no cio, insiste nos seus rodeios em torno de si e volteios em torno da sua desejada, enquanto esta continua fingindo *negaças* e desdém. O homem entretanto nunca desiste!... persegue sem trégua a amada, nunca pondo de lado a sua altivez e empolgamento, sempre com o propósito de seduzir a sua eleita com galanteios mil, desta vez com arrulhos, como se de um pombo se tratasse. É que, finalmente esgotada, mais pelo desejo do que pelo cansaço, cairá vencida a perseguida e!... Neste solene momento, num clima em que o som da rabeca faz lembrar o gorjeio do galo atiçado e em que o "baxon" dos convivas assemelha-se ao cacarejar da galinha, a recém-casada, toda radiante e orgulhosa de si mesma, acabou de demonstrar publicamente a sua fertilidade e assim a sua capacidade de poder cumprir triunfantemente a lei da procriação. A figura a seguir ilustra uma dança do landu na Boavista:

[1700] Alírio Almeida, natural de Sal-Rei, onde nasceu a 2 de Janeiro de 1940, confirmou-nos este dado: ouvia sempre a sua avó referir essa frase.

FIG Nº 52
Dança do landú na Boavista



FONTE: Foto do autor. Vila de Sal-Rei, 2006.

Findo o ritual do landú, o marido foge com a mulher: "[...] é uma espécie de roubo. O noivo furta a própria mulher para irem para o quarto. É a última dança da noiva porque, terminado o landú, é hora de irem para o quarto" — diz-nos João Baptista.

O landú da Boavista, rico em volteios e gestos sexuais, desenvolve-se, como se constata, através de um encadeamento episódico, com passos e gestos bem definidos. Encerra uma narrativa e uma evocação, nas quais os dançantes parecem estabelecer uma ligação entre o céu (o fertilizador) e a terra (a fertilizada), simbolizados nos passos coreográficos dos recém-casados: homem viril e mulher fértil. Na África Negra, a mulher desempenha nesta relação céu-terra-fertilidade um papel relevante, pois, de acordo com uma mitologia dos povos bantos, "[...] a terra e a mulher estão unidas, no simbolismo animista através de uma qualidade comum: a fecundidade".[1701] Na Boavista a mulher era quem mais se ocupava da agricultura, enquanto o homem labutava essencialmente na pastorícia e no mar. É neste quadro que entendemos a simbologia sexual do landú boavistense.

Nos casamentos em que tivemos o privilégio de tomar parte na Boavista, sentimos que, de entre as múltiplas funções do canto do landu, se aproveita dele para invocar o significado do momento, inundando o ambiente social e psicológico de bons desejos, de advertências e de vivas aos recém-casados e

[1701] BELCHIOR, ... - Fundamentos ..., p. 222.

aos seus familiares mais próximos. No que se refere à mensagem da sua poética, se o canto do lundú brasileiro incorporava "[...] alusões ao patrão e seus méritos, acidentes de trabalho diário [...]",[1702] na Boavista, a repentista do canto do landú, acompanhada do baxon, faz alusões aos recém-casados e aos seus familiares mais próximos, ora brindando à sua saúde e enaltecendo as suas qualidades, ora advertindo-os quanto à escolha feita. Esta advertência era extensivo, aliás, aos futuros pretendentes ao casamento.

As letras do canto do landú, infelizmente, perderam-se. Restam alguns vestígios que conseguimos recuperar a partir de dados colectados aqui e ali. Vejamos um pequeno extracto:

"– Ken kré badjâ landú
ta fazé pose de pasarinha } bis

– Olé-lé-lé-lé – Olé-lé-lé-la

– Ken kré ser flis
ka ta kazâ ma menina bunita } bis

– Olé-lé-lé-lé – Olé-lé-lé-la".

Outros informantes dão conta de um terceiro dístico, que acontece no auge da dança:

"– Ó landú kalabutxanga
ó landú-landú. } bis

– Olé-lé-lé-lé – Olé-lé-lé-la"

Observe-se que a música do landú é tradicionalmente tocada a solo de rabeca, com acompanhamento de violão, viola de dez cordas, cavaquinho e, ocasionalmente, banjo. A meio da música, porém, irrompe sempre uma voz-repentista, no que é automaticamente acompanhada pelos convivas no coro ou baxon: "– Olé-lé-lé-lé – Olé-lé-lé-la".

3.6.2.3.1.3. As regras do landú boavistense

Conforme testemunham os mais idosos, um dos elementos fundamentais da dança do landú da Boavista eram as suas regras e as suas funções específicas, que a diferenciavam do baile que, quando era cerimonial, constituía um instrumento de realização do landú. Essas regras nunca deviam ser infringidas, o que demonstra a índole social e disciplinada da dança do landu

[1702] Reverendo Walsh, citado por TINHORÃO, ... - Os Negros ..., p. 333.

landú de outrora. Com afeito, as regras do ritual da dança do landú obedeciam a uma hierarquia cujo critério principal era o grau decrescente de parentesco e de amizade em relação aos recém-casados. Assim, a participação dos pares que entravam na roda do landú era hierarquizada do seguinte modo: primeiro momento, dançavam os recém-casados; segundo, o pai da recém-casada com esta; terceiro, o pai do recém-casado com a jovem esposa; quarto, a mãe desta com o jovem esposo; quinto, a mãe deste com o mesmo; sexto, o pai da recém-casada com a sua própria mulher; sétimo, o pai do recém-casado com a sua própria mulher; oitavo, os outros familiares, um par de cada vez, seguindo sempre o grau de parentesco, do mais próximo para o mais afastado dançam com a recém-casada. Finalmente e sem obedecer a qualquer hierarquia, os convivas todos entravam na roda, principalmente os candidatos ao casamento.

Uma outra regra dizia respeito à indumentária, pois quem entrava na roda do landú tinha que estar rigorosamente trajado com fato e gravata até que o ritual da dança terminasse e os recém-casados se retirassem para os seus aposentos nupciais. Caso contrário, o infractor era imediatamente penalizado com pesadas multas. Por outro lado, o costume mandava que o baile cerimonial fosse realizado numa das salas mais importantes da comunidade (Palacete, nas povoações do interior; Sobrado, na Vila de Sal-Rei), onde dançavam os recém-casados, os pais, os companhas, os familiares e os convivas de uma maneira geral. Para os convidados que não possuíssem fato e gravata e para os não convidados, reservava-se uma outra sala. Finalmente, impunha-se que, até à meia-noite, os acompanhas, damas e cavalheiros, não pudessem retirar-se nem abandonar a sala do baile pois, como mandavam as normas costumeiras, eram também automática e severamente punidos.

3.6.2.4. A difusão do landú boavistense para as outras ilhas: seu desuso em Cabo Verde

Das referências sobre o landú em Cabo Verde, somos levado a crer que era cantado, tocado e dançado na maioria das ilhas de Cabo Verde mas com maior intensidade nas ilhas da Boavista, São Nicolau e Santo Antão.[1703]

Neste pressuposto, é do nosso ponto de vista que a presença do landú, tanto nas ilhas de Barlavento como em algumas das ilhas de Sotavento, deveu-se sobretudo à marinhagem boavistense inter-ilhas que, particularmente do séc. XVIII aos meados do séc. XX, foi muito intensa, graças à comercialização e transporte marítimo da *txasina*, da manteiga, do queijo da Boavista,[1704] do gado vivo, da cal, do sal, da louça de barro e de outros produtos e efeitos da terra. No regresso, os navios transportavam bolacha, farinha de mandioca, talisca,[1705] feijão e milho em momentos de crise, aguardente, bebidas alcoólicas

[1703] Agostinho Rocha, que dá conta da prática do landú em Santo Antão, dá também a informação do seu desuso nesta Ilha (ROCHA, ... – Subsídios ..., p. 48).

[1704] O queijo de bico da Boavista foi muito afamado e muito consumido em todas as ilhas de Cabo Verde.

[1705] Mandioca aos bocados, seca ao sol. Com talisca faz a farinha de mandioca ou farinha de pau.

importadas, a madeira importada e outros materiais de construção, mobiliário, entre outros.

No que se refere à Ilha de S. Nicolau, informa Francisco Travassos Valdez, por volta de 1833, que dos 800 moios de milho, feijão, mandioca e outros produtos, 100 eram exportados para as ilhas do Sal e da Boavista e que os habitantes dessas ilhas eram "[...] os principaes consumidores das suas producções".[1706] Nas transacções comerciais entre Santo Antão e Boavista, Agostinho Rocha dá-nos conta dos comerciantes da ilha de Santo Antão que "[...] iam a S. Vicente, Sal e Boavista com aguardente, laranja, mangas, abóboras, inhames, batata, mandioca, mel, açúcar, trazendo em troca louças, sal, queijos da Boavista, roupas de bordo e outros artigos também de bordo dos barcos, como marmeladas, jams, genebra, Carne de Norte", entre outros.[1707].

É neste quadro marítimo-comercial que o intercâmbio cultural entre a Ilha da Boavista e as outras ilhas do Arquipélago criou as condições propícias à difusão do landú da Boavista para quase todo o Arquipélago.

Deve-se ter presente, como ficou descrito no capítulo referente à morna, que a Ilha da Boavista exerceu, directa ou indirectamente, certa influência no cultivo do canto e da dança das outras ilhas de Cabo Verde, com destaque para Brava e S. Vicente.

Ressalta-se que a provável presença do landú em S.Vicente e Sal dever-se-á mais aos intercâmbios culturais estabelecidos entre os boavistenses, os sãovicentinos e os salenses do que à passagem dos brasileiros por essas ilhas, por ocasião do abastecimento de carvão aos barcos no Porto Grande de S. Vicente e dos carregamentos de sal. Esta hipótese deve-se segundo Tinhorão,[1708] ao facto de já pelos meados do séc. XIX o landú no Brasil começar a refugiar-se em algumas zonas da Amazónia, enquanto que, nas zonas urbanas, tendia a evoluir para o samba, que muito influenciou mais tarde os compositores da Boavista e de S. Vicente em particular. Por outro lado, escreve João Augusto Martins que "[...] o imposto monstro de 400 réis por alqueire de sal, votado pelo parlamento brazileiro em 1887, deu golpe de morte às ilhas do Maio, Sal e Boa Vista, nas quaes esse genero constituia não só o unico ramo de commercio, mas a produção, por assim dizer exclusiva do seu solo". [1709]

Com o golpe do "imposto monstro", os barcos brasileiros tornaram-se cada vez mais raros nos portos de Cabo Verde, o que reduziu drasticamente a influência do lundu (m) brasileiro nas ilhas. Assim, se por um lado o landú se radicou na Boavista, por outro caiu em desuso nas outras ilhas. No que se refere às de Sotavento, é estranho que os nossos escritores dos finais do século XIX e início do XX como Eugénio Tavares e Pedro Cardoso, não tenham feito qualquer menção ao landú nos seus estudos. Aliás, o próprio Pedro Cardoso confessa ter

[1706] VALDEZ, ... - África Ocidental ..., p. 156-157.
[1707] ROCHA, ... – Subsídios ..., p. 129.
[1708] TINHORÃO, ... - FADO: Dança ... p. 54.
[1709] MARTINS, ... - Madeira, ..., p. 83.

tido poucas informações "[...] acêrca do 'Folclore' poético e musical das outras ilhas [...], exceptuando as do Fogo, Santiago e Brava".[1710]

Da mesma forma, no que diz respeito às ilhas de Barlavento, estranha-se o facto de o Movimento Claridoso, com uma plêiade de homens de Letras, não terem referido, no seu projecto de enraizamento cultural, o canto-dança landú que, como já tivemos a oportunidade de discutir, terá ocupado o palco das salas de baile das ilhas de Barlavento. Exceptua-se Baltazar Lopes da Silva que se refere ao landú em S. Nicolau, nestes termos: "à noite os negros iam foliar para casa de nhô João Tomé, na Ladeira, onde dançavam lundu e outras danças trazidas da Costa de África".[1711] Dulce Almada corrobora a prática do landú na ilha de S. Nicolau, pelo menos até 1982.[1712]

Esses factos poderão significar que, exceptuando a ilha da Boavista, a dança do landú terá iniciado o seu declínio nas ilhas de Barlavento já antes da década de 40 de 1900. E no que se refere à ilha da Boavista, apesar da sua persistência em cerimónias de casamento, o landu vem enfrentando uma certa tendência para cair em desuso, primeiro por falta de estímulos valorativos da dança junto das novas gerações, e segundo pelo facto de a emigração e a indústria do disco, a partir da década de 60 de 1900, terem contribuído imensamente para a substituição das danças tradicionais pelas danças importadas, como por exemplo o "twist", o "yé-yé", o "reggae" e o "rock".

Os resultados da nossa investigação levam-nos a concluir que a dança do landú saiu da África rumo ao Brasil com o tráfico negreiro a partir do séc. XVI. Neste novo continente, aculturou-se em contacto com cantares e dançares de outros povos e depois tornou a viajar, já aculturada, desta feita para Portugal e para as ilhas de Cabo Verde. Quer no Brasil quer em Portugal quer ainda em Cabo Verde, o landú não conseguiu manter a sua originalidade e harmonia africanas, por duas razões fundamentais: a) a simbiose cultural entre os membros de grupos étnicos afro-negros diferentes, após a sua dispersão pelas terras do Brasil; b) a perda, por parte dos negros, dos seus referenciais cosmogónicos, após terem sido brutalmente retirados do seu "habitat".

3.7. A koladêra

Ao abordarmos a "koladera" na ilha da Boavista, tratamo-la como um canto-dança que se realiza à base do ritmo de tambor. Praticada em momentos exaltantes da vida social, a eficácia do seu canto, sob a toada de repentes, é desejar saúde e bons agoiros, deitar vivas e, de uma maneira geral, aclamar, enaltecer, sem esquecer alguma crítica velada ou advertência às novas gerações.

[1710] CARDOSO, ... - Folclore ..., p. 19.
[1711] SILVA, ... – Chiquinho... p. 37.
[1712] ALMADA, Dulce – "Danças e... Contradanças". Mudjêr. Nº 2. (Abril, 1982), p. 4 -5.

3.7.1. Definições da "koladera"

Armando Napoleão Rodrigues Fernandes define o "kolá", na variante de Santo Antão, do seguinte modo: "acto de dar umbigadas ao ritmo do som do tambor e de assobios com muitos maneios e requebros nas festas populares de Stº. António, S. João [...] e S. Pedro". Em relação à variante da Brava, observa: "consiste somente em dar palmas acompanhando cantos especiais denominados 'currem', 'riba sabe', etc., ao som do tambor, o que se pratica não só ao ar livre e deante do 'mastro', como em casa dos feiticeiros". [1713] Por seu turno, Baltazar Lopes diz que o verbo "[...] colar emprega-se também no sentido de 'dançar ao som e ao ritmo do tambor', nas festas de Santo António, S. João e S. Pedro". [1714] Observemos o desenho a seguir:

FIG. Nº 53
Dança do "Kolá San jon" (Koladera, na Boavista)



[1713] FERNANDES, ... - O Dialecto..,. p. 36.
[1714] SILVA, Baltazar Lopes da - Dialecto ..., p. 246.

FONTE: (ilustração de Neves Sousa). Citado por LOPES FILHO, João – "Cabo Verde. Retalhos do quotidiano". Lisboa: Editorial Caminho, 1995, p. 105.

Neste trabalho utilizamos o termo "koladera", variante da Boavista, ou kolá, variante das outras ilhas de Barlavento, para designar o canto-dança que, aos pares, soltos, progride exclusivamente ao ritmo do tambor, acompanhado de palmas e de assobios, cuja coreografia se realiza à base da umbigada, esta concretizada pelas aproximações, recuos, volteios, balanceamentos das coxas e choques das partes inferiores dos ventres do par dançarino. O termo koladera também tem o significado de mulheres que kólan, na acepção de Baltazar Lopes, conjugada com a de Napoleão Fernandes ("Coladêra"): "mulher que brinca nas festas regionais ao som de tambores, ou que dá palmas e canta".[1715] Neste trabalho, o termo é utilizado com o sentido do canto-dança que designa. É por isso que, para designar a mulher que kóla, continuamos a utilizar a expressão mulher-koladera.

3.7.2. O tambor e as suas características

De acordo com as definições expendidas, o tambor da koladera ou do kolá surge assim como o instrumento essencial desse canto-dança.[1716] Como conceito, entendemo-lo no sentido genérico que lhe é atribuído, ou seja, instrumento de percussão, formado por uma caixa cilíndrica cujos fundos são de peles tensas, sobre as quais se bate com dois paus cilíndricos, de 25 a 30 cm de comprimento por 2 cm de diâmetro, denominados de baquetas.

Os modelos dos tambores variam de acordo com os povos seus detentores e com as funções a que se destinam. De uma maneira geral, entre alguns povos africanos, o tambor em si serve para procurar o ritmo de vida dos antepassados e, com o seu ritmo, para mostrar a alegria, os diferentes tipos de trabalho e a ausência da fome. Por outro lado, para além de servir em tempo de guerra para produzir grande estrondo ou barulho e assim amedrontar o inimigo, o tambor africano desempenha igualmente o papel de anunciar e animar as manifestações religiosas.[1717] Note-se ainda que "[...] em muitas tribos indígenas asiáticas e sul-americanas, de África e dos mares do Sul, os tambores, bombos, tantãs, timbales, são formas de terapêutica musical directamente contra o causador da moléstia, o deus da doença ou o demónio que a provoca".[1718]

[1715] FERNANDES, ... - O Dialecto..., p. 36

[1716] O termo tambor poderá ter derivado do termo afro-brasileiro tambu, denominação de um dos instrumentos que os negros no Brasil de setecentos utilizavam para acompanhar as suas danças, cuja característica coreográfica fundamental era a umbigada (Sobre tambu, leia-se CASCUDO, ... - Dicionário ..., p. 851).

[1717] De acordo com um dos chefes dos rituais do tambor africano, em entrevista à RFI, no dia 1 de Novembro de 2000.

[1718] Câmara Cascudo, CASCUDO, ... - Dicionário ..., p. 830.

Por isso, o tambor ainda tem na África Negra um valor sagrado: "[...] o tambor na África é, além disso, o instrumento sagrado por excelência.[1719] No Brasil, os tambores são genericamente conhecidos por atabaques: [...] tambores primários, feitos com pele de animais, distendidas sobre um pau oco, e que são utilizados para marcar o ritmo das danças religiosas [...], estas denominadas de batucajés".[1720] Neste quadro, os atabaques funcionam simbolicamente como instrumento de invocação dos orixás ou espíritos ancestrais que estabelecem a ligação entre os homens e os deuses, como é o caso por exemplo dos atabaques dos candomblés da Bahia.[1721] Porém, não é qualquer tambor que tem essas funções. Com efeito, segundo Roger Bastide, o poder de estabelecer a ligação entre os homens e os deuses é atribuído aos três tambores que integram a trilogia dos tambores do candomblé: o 'rum', o maior, o 'rumpi', o médio, e o 'lĕ', o mais pequeno. Isto porque, ainda segundo Roger Bastide, só eles detêm o poder divino, que adquirem através do baptismo e das refeições anuais com base no azeite-de-dendê, água benta e sangue de um animal de dois pés, preferencialmente a galinha.[1722] Por seu turno, os "agidavi" (varetas), com os quais são batidos os tambores, também têm o poder de evocar a descida dos orixás. Para tanto, tiveram de pernoitar antes junto dos deuses, no Santuário, a fim de adquirirem a força sagrada.[1723]

Tendo em conta que a koladera era inicial e exclusivamente praticada por escravos e considerando a simbiose entre a religião dos brancos e a dos negros, não será por acaso que ainda em tempos não muito recuados se tocava o tambor à porta das igrejas e capelas na Boavista e em Santo Antão.[1724] Mas a função primeira do tambor na Boavista é a de animar as Festas Tradicionais, com realce para as de Santa Cruz, Santo António e São João. Na figura a seguir dá uma ideia do tambor utilizado nos festejos da Santa Crua, no Rbil:

[1719] ACOSTA, ... - Música ..., p. 115.

[1720] CASCUDO, ... - Dicionário ..., p.113. Esta designação, de acordo com Câmara Cascudo, foi emprestada dos tambores pequenos de origem oriental, como vimos atrás. Entre os negros do Brasil, o tambor tinha, porem, outras designações, como, por exemplo, caiumba e caxambu (RIBEIRO, ... - Brasil ..., p. 386 e 400).

[1721] CARNEIRO, Edison - Candomblé da Bahia. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, colecção Retratos do Brasil, 1978. p. 88. De acordo com Carneiro, nos candomblés de Angola e do Congo, entre os "kinbundu, os atabaques" denominam-se "engoma" e os seus tocadores 'cambondo'.

[1722] CARNEIRO, ... - Candomblé …, p. 20-21.

[1723] BASTIDE, Roger – "O Candomblé da Bahia (Rito Nagô)". 2ª ed. Trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz. S. Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC, 1978. p. 21.

[1724] O caso de Santo Antão é-nos relatado por RODRIGUES, ...; LOBO, ... - CABO VERDE …, p.17.

FIG. Nº 54
Tambor da Santa Cruz



FONTO: Foto Mário Évora. Rabil, 2002

Antigamente, era também muito usado pelos *bandoadores* ou pregoeiros, pois tocar tambor publicamente e em momentos não habituais significava alguma novidade de interesse público. Era uma prática em todas as ilhas de Cabo Verde. A este propósito, interroga Augusto Casimiro: "é o ´côrrer bando`, ao som do tambor rufado, em que o oficial de diligências faz o pregão que o tamborileiro repete, pelas ruas, ´canais` e ´cabos` (lugares) da ilha?".[1725]

3.7.3. Origens da *koladera*: uma proposta de trabalho

Originários dos chamados batuques africanos, os ritmos e a coreografia da koladera estão muito próximos dos batuques afro-brasileiros, mais precisamente das pungas do Maranhão. Para melhor elucidarmos o nosso ponto de vista, vejamos algumas definições dos batuques brasileiros, provenientes

[1725] CASIMIRO, Augusto – "Ilhas Crioulas". Cadernos Coloniais nº 3. Lisboa: Editorial Cosmos, 1935. p. 24.

directamente da África Negra, onde eram identificados através de várias denominações como por exemplo "kateko", "gondon" e "pembera".[1726]

Referindo-se ao batuque brasileiro, Macedo Soares define-o como "dança com sapateado e palmas, ao som de cantigas acompanhadas só de tambor quando é de negros, ou também de viola e pandeiro, quando entra gente mais asseada";[1727] Elias Alexandre, por seu turno, define o batuque como "[...] dança indecente que finaliza com umbigadas";[1728] finalmente, Câmara Cascudo escreve que "os instrumentos de percussão, de bater, membranofones, deram batismo à dança que se originou no continente africano, especialmente pela umbigada, batida de pé ou vênia para convidar o substituto do dançador solista".[1729] Da punga, dança do tambor do Maranhão brasileiro, dá notícia Luís da Câmara Cascudo.[1730] Também conhecida por tambor de crioula, trata-se, na descrição de Cascudo, de uma dança ao ritmo do tambor na qual, em círculo, num terreiro apropriado, os dançarinos dão dois passos para a frente, uma rodada e, com a barriga empinada, batem com os umbigos nos dos respectivos parceiros, num gesto lascivo. Neste contexto, pungar significa bater com o umbigo. Na dança da punga o canto não tem versos próprios, pois, são improvisados circunstancialmente à medida que progride a própria dança. Este tipo de dança, segundo informa Macedo Soares,[1731] descende dos batuques de Angola (Loanda), onde a umbigada é denominada de semba.

Com efeito, uma análise atenta dos conceitos dos batuques afro-brasileiros e das características da punga do Maranhão mostra claramente a familiaridade entre eles e o canto-dança que se convencionou chamar de koladera na Boavista.

3.7.3.1. Dos batuques africanos às "koladeras" da Boavista

Da África Negra, os chamados batuques foram levados nos porões negreiros para Portugal, Brasil e, como não podia deixar de ser, trazidos para Cabo Verde. Em Portugal, informa-nos Teófilo Braga[1732] que "[...] já pelo séc. XV habitava Lisboa muita gente de cor e o batuque dançava-se nas ruas. No norte de Portugal dançava-se e cantava-se o Batuquinho: 'A moda do Batuquinho, / Quem n'havia d'inventar? / Bate, bate, Batuquinho, / Se tu queres... / Quem n'havia d'inventar?".[1733]

Os batuques afro-negros, portanto, terão entrado em Cabo Verde da mesma forma que em Portugal e no Brasil, isto é, através dos escravos.

[1726] Relatos do Major A. C. P. Gamito, que visitou a África Austral em 1831, citado por CASCUDO, ... - Dicionário ..., p. 150.
[1727] Citado por CASCUDO, ... - Dicionário ..., p. 150.
[1728] Citado por CASCUDO, ... - Dicionário ..., p. 150.
[1729] CASCUDO, ... - Dicionário ..., p. 150.
[1730] CASCUDO, ... - Dicionário ..., p. 742-743.
[1731] Citado por CASCUDO, ... - Dicionário ..., p. 743.
[1732] "Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura". Lisboa: Editorial VERBO. Nº 12. Col. 742.
[1733] A. Lima Carneiro, citado por CASCUDO, ... - Dicionário ..., p. 150. Note-se que, como citámos no capítulo do landú, a existência do "batuquinho" em Trás-Os-Montes é também referida na "Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura". Lisboa: Editorial VERBO. Nº 12. Col. 744.

Radicados em Santiago, ali fundiram-se e deram origem a uma nova modalidade de batuque, incorporando a "txabéta" (ritmo ou tum-tum-tum marcado com o bater das palmas sobre uma rodilha entre as pernas da batukadera), a finason (canto singelo, nomeadamente do batuque de Santiago), o torno (saracoteio de nádegas ao som da música do batuque). Mas como surge a koladera na Ilha da Boavista?

Poder-se-ia pensar que este canto-dança tenha descendido directamente do batuque de Santiago, levado pelos escravos para as primeiras ilhas povoadas de Barlavento: Boavista, Santo Antão e S. Nicolau, a partir dos finais do séc. XVI e início do XVII. Contudo, tal hipótese poderá perder sentido ao compararmos as definições que são dadas aos batuques afro-brasileiros, atrás transcritos, com a que é dada ao batuque de Santiago por Armando Napoleão Rodrigues Fernandes, nos seguintes termos: "batuque, cantilena acompanhada de 'cimbôa' que canta, soluça, geme e chora, conforme o canto da viola que se despinica, e da 'chabèta' que segue o ritmo, ora brando e cadenciado ora forte e repicado, acompanhando a letra e a cadencia ('finaçon'), seguido de 'torno' e finda no 'pága-biola'. Esses cantos encerram piadas, críticas, censuras e remoques, – verdadeiras sátiras – , e outras vezes são cantos picantes, Quadras soltas jocosas, graçolas e desafios que às vezes terminam por desavenças".[1734]

Tal hipótese torna-se cada vez mais inconsistente, ao compararmos os elementos e características do batuque de Santiago com os da koladera e com os dos batuques e das pungas afro-brasileiros. Com efeito, da definição de Armando Napoleão Rodrigues Fernandes, constatamos que, como instrumento acompanhante, o batuque de Santiago utiliza a cimboa, ao mesmo tempo que exclui o tambor (pelo menos como é tocado na koladera), as aproximações e recuos, os volteios e as umbigadas dos batuques e das pungas afro-brasileiras. Note-se, por outro lado, que, de acordo com a mesma definição, o batuque de Santiago tem uma estrutura, uma organização e um desenvolvimento diferentes dos batuques e das pungas afro-brasileiras.

Assim, é bem provável que os batuques e as pungas afro-brasileiras sejam os antecessores directos da koladera da Boavista que, desta illha, logo depois se difundiu para as ilhas de Santo Antão e de S. Nicolau.

Os dados étnico-histórico-culturais discutidos até aqui, referentes à África Negra, ao Brasil e a Cabo Verde, levam-nos a concluir que a koladera resulta da simbiose e aculturação dos batuques e das pungas afro-brasileiras na Boavista, gracas às ligações marítimas, como já vimos, entre o Brasil nomeadamente Norte e Nordeste e Cabo Verde, particularmente Boavista. Porquê Boavista primeiro? Perguntar-se-á?

Uma resposta sólida a esta questão deverá ser dada através de investigações histórico-etnográficas e musicológicas mais aprofundadas. Mas, do ponto de vista histórico, temos por exemplo duas informações que poderão corroborar a nossa posição sobre a primogenitura do canto-dança koladera da Boavista, em relação ao kolá das outras ilhas de Barlavento: 1) Agostinho Rocha escreve que "[...] a coladeira de S. João foi iniciada pelos escravos que acompanhavam os patrões como Francisco de Lima e Melo, que levou ao Porto

[1734] FERNANDES, ... - O Dialecto..., p. 11.

a ver a festa dos seus escravos sua conterrânea, da Metrópole, Mariana da Rocha Pinto, roubada e ali a deitou à perdição";[1735] 2) António Carreira dá a notícia de que a epidemia em Santo Antão de 1741-1742 causou muitas mortes devido às prepotências e crueldades do capitão-mor Francisco Lima de Melo.[1736] Em se tratando da mesma pessoa, pois Agostinha Rocha fala de Francisco de Lima e Melo, então a koladera terá sido introduzida em Santo Antão por volta do primeiro quartel do séc. XVIII. Ora, nessa altura a koladera da Boavista já existia. A ilha do Sal acolhe a koladera ida da sua vizinha Boavista, que praticamente a povoou, a partir de 1834; e a ilha de S. Vicente vai receber esta herança ao mesmo tempo da sua vizinha Santo Antão e da Boavista, de ambas a partir de 1840.

De qualquer das formas, sendo a koladera ou kolá uma recriação cultural dos escravos nas ilhas de Barlavento, poderá ter acontecido, isto sim, o caso de os escravos idos de Santiago para essas ilhas terem levado com eles o batuque e, do inevitável reencontro de elementos do batuque de Santiago com os dos batuques ou pungas, seus parentes próximos vindos do Brasil, ter nascido um outro parente, a koladera.

Temos presente, por isso, que os batuques ou pungas afro-brasileiras, o batuque de Santiago e a koladera ou kolá, e ainda o kolinha da Brava e o kola do Fogo, têm as suas origens num mesmo tronco ancestral, isto é, nos batuques afro-negros. É normal portanto que a koladera ou kolá mantenha ainda reminiscências espirituais dos batuques afro-brasileiros, por estes terem tido na sua origem africana um sentido essencial e funcionalmente religioso.

3.7.3.2. A origem do termo *koladera*

No que se refere ao termo koladera, para designar ao mesmo tempo o canto-dança e as mulheres que kólan, aventamos a hipótese de uma origem etimológica portuguesa, embora o canto-dança, como já defendemos, seja de origem afro-brasileira. Assim, o termo koladera terá sido uma corruptela, por parte dos grupos étnicos afro-negros, do verbo português colar, que tem entre outros significados, o de unir (-se), grudar, tal qual sugere a coreografia dos batuques e das pungas brasileiras.

Quanto à koladera, especificamente, para nós ela encerra ao mesmo tempo o significado que Moacyr Rodrigues confere ao termo kolá: cantar, falar em voz alta e o de dançar ao som de tambores, cantando, dando palmas e batendo com a parte inferior dos ventres.[1737] Já os termos kolá (Santo Antão, Sal e S. Vicente), kola (S. Nicolau) e Kolinha (Brava), são derivações do termo koladera, no primeiro e no segundo casos, pela queda das sílabas finais "de + ra" (natural obediência à lei do menor esforço) e no terceiro pelo diminutivo da derivação kolá ou kola. Para a expressão colar S. João, Agostinho Rocha defende, porém, uma origem analógica, isto é, "[...] do termo colar boi, que significa colar ou juntar pelo corpo os bois para os espicaçar a andar depressa,

[1735] ROCHA, ... – Subsídios ..,. p. 52
[1736] CARREIRA, ... - CABO VERDE ..., p. 206.
[1737] RODRIGUES, ...; LOBO, ... - CABO VERDE..., p. 19.

veio o colar S. João, quando as bailadeiras colam a barriga contra a barriga para assobar [...]".[1738] Nesta acepção, apreende-se claramente o sentido de unir corpo a corpo, em analogia com unir bois com cangas, o que também se encontra presente na eficácia das umbigadas dos batuques e das pungas afro-brasileiras e, mais tarde, da koladera boavistense.

3.7.4. A *koladera* boavistense

A koladera está intimamente ligada às Festas Tradicionais e aos casamentos da Boavista, já descritos em capítulos próprios. Efectivamente, a koladera representa a vertente profana dos festejos em honra aos Santos Padroeiros e das cerimónias de casamento testemunhadas no civil ou no religioso.

Dinâmica por natureza, a koladera é empolgante, galvanizando pessoas de todas as classes sociais, crianças, adultos e velhos, num ambiente de confraternização e de alegria. Grogue, pontxe,[1739] vinho, canja de kapóde e bafa ou tira gosto de peixe seco assado, não faltam. Para a meninada, a comida de anjo, guloseimas e, sobretudo, rebuçados e doces de coco.

É ao ritmo do tambor, de palmas e assobios que as mulheres-koladeras da Boavista cantam e dançam, ao compasso de palmas, deslocando-se para frente e para trás, dando alguns volteios pelo meio e balanceando as coxas, finalizando cada sequência de recuos, aproximações e volteios da dança da koladera com choques das partes inferiores dos respectivos ventres: a umbigada. Este ritual repete-se horas sem fim, durante os dois ou três dias que durarem os festejos. Na vertente canto, as mulheres-koladeras improvisam um repente que mais não é do que um conjunto sequenciado e cantado de palavras ditas de chofre, através das quais exaltam o ambiente, deitam saúde, desejam bons agoiros, dão vivas a todos os presentes e ausentes e desejam boas-vindas aos forasteiros. Raras vezes o canto da koladera é utilizado para maldizer, a não ser fazendo uma ou outra crítica e advertência, com o intuito de corrigir algum suposto mau comportamento ou para suavizar alguma rixa antiga. Não falta também alguma piada picante, erótica ou de incitação sexual, para retemperar o ambiente de convívio, aumentando-lhe assim a graça e a vivacidade.

Vimos, no capítulo em que descrevemos as Festas Tradicionais da Boavista, que a koladera se encontra entre as componentes fundamentais dos respectivos festejos, particularmente na vertente profana. Se em todas estas festas há a koladera, todavia é pelos festejos de Santa Cruz a 3 de Maio, S. António a 13 de Junho e S. João, a 24 de Junho, que o "tocar tambor" e o canto das koladeras são mais electrizantes. É igualmente por ocasião dos festejos a estes Santos Padroeiros que as corridas de cavalos e de burros são mais frenéticas. Com efeito, é precisamente quando os corredores de cavalos e de burros se aproximam da morada (povoação) que os "tum-ra-ka-tum-tum" e os "oi- sabe!... oi-sabe!..." parecem trazer todos os deuses do céu para a terra.

[1738] ROCHA, ... – Subsídios ..., p. 41.
[1739] Bebida alcoólica, obtida da mistura do grogue (aguardente) com mel.

Vejamos a seguir um extracto de repentes do canto das koladeras das Festas Tradicionais da Boavista, por ocasião dos festejos da Santa Cruz, na Povoação do Rabil:[1740]

a) Incitação às koladeiras

Repentista: – (assobios)
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: Yá! koladeiras!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Yá! koladeiras!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Busês nu ben kolâ!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Busês nu ben kolâ!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – (assobios)
Repentista: – Yá! Jóva!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Yá! Jóva!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Yá! Laia!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Yá! Laia!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Meninas koladeiras!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Meninas koladeiras!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Busês nu ben kolâ!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Busês nu ben kolâ!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Nu ben kolâ Santa Kruz!
Baxon: – Oi! sabe!

b) Exaltação à Santa Cruz

Repentista: – Yá! Rabil!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Oje é bu dia!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Dia de Santa Kruz!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Nôs Fésta Grande!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Yá koladeiras!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Busês nu ben kolâ!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Kolâ Santa Kruz!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Fésta de nôs tradisãu!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Ke ta akolhé tude jente!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Nu ta resebê-r!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Nu ta da-r tude nôs amor!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Karinhe y amabilidade!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Pa-r pudé kolâ ma nôs!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – K'alegria y satisfason!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – (assobios)

c) Incitação aos tamborileiros

Repentista: – Ó! Liminha!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Ó! Maninhe Liminha!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Runkó-me nese tanbor!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Runkó-me nese tanbor!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – (assobios)
Baxon: – Oi! sabe!

d) O erotismos das koladeras

Repentista: – Yá! Jon de Priska!
Baxon: – Oi! Sabe!
Repentista: – Bá pskó-me Marí Bibí!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Pa nu ben sobâ!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – sobâ nese koladera!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Pamo oje é só sobada!
Baxon: **–** Oi! sabe!

[1740] Nossa colecta, junto dos populares da Povoação do Rabil, ilha da Boavista.

Repentista: – Tude jente na koladera!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Tude jente k'mon na sintura!

Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Tude jente k'mon pa riba!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Pa nu ben kolâ!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – (assobios)

e) Louvação ao mordomo da festa

Repentista: – Yá! Munkite!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Bô é Mordome!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Mordome de Santa Kruz!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Munkite bondoze!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Fazedor pa tude jente!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Bô ta betâ drops!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Pa tude menis!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Tude menis é na bu redor!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Bô ta dâ kanja!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Kanja de kapóde!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Dakel bu kapóde gorde!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Pa grande y pikene!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Bu ta dâ groge!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Groge de Santanton!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Yá! Munkite!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Bô é ronkador!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Bô é bazofe!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Bô é amedjerista!
Repentista: – Ma sobâ pa ka fazé mal!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Nu ta kolâ!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Nu ta kolâ de bóxe!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – De bóxe é ké mais sabe!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – (assobios)
Baxon: – Oi! sabe!

f) Louvação aos filhos do Rabil

Repentista: – Yá! Muxin de Djana!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Menine de Stanxa!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Ma Rabil!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Bô é bon fidje!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Amigo de tude jente!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Trabalhador!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Yá! Tjitxú!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Deus ta dó-be saúde!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Junte de bu maride!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Ma busês fidjes!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Yá! Koladeiras!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Busês nu ben kolâ!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Koladera é na Lórge de Muxin!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Ma Jon Ti Djak!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Yá! Jon Ti Djak!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Ome de tude jente!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Dador de groge!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Pa kentâ jente korpe!
Baxon: **–** Oi! sabe!

Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – Bô é keride!
Baxon: **–** Oi! sabe!
Repentista: – (assobios)
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – (assobios)
Repentista: – Nese dia de Santa Kruz!
Baxon: – Oi! sabe!
Repentista: – Nese dia de Santa Kruz!
Baxon: – Oi! sabe! ... ...
Repentista: – (assobios)
… … …

Observe-se que na ilha da Boavista existem duas modalidades de koladera: a koladera praticada nas festas tradicionais, e a koladera da bandeja, dos rituais do casamentos. Com efeito, entre a koladera das festas tradicionais e a koladera da bandeja há três diferenças básicas: 1) enquanto que no canto da primeira, as repentistas-koladeras dirigem as suas palavras ou repentes aos circundantes, aos corredores de cavalos e de burros, às "pessoas grandes" (ricas) da terra, na koladera da bandeja as repentistas dirigem as suas palavras essencialmente aos noivos, aos seus pais e aos parentes próximos, presentes e ausentes, desejando-lhes saúde, deitando-lhes vivas, rogando aos santos que os protejam, etc.; 2) se as koladera das festas tradicionais se realiza na rua, ao ar livre, geralmente junto da Cruz das Almas da povoação da sua realização, a koladera da bandeja progride junto dos noivos, sentados em cadeiras postas a um canto da sala da casa da noiva, durante a qual os noivos recebem as ofertas da bandeja; 3) cada etapa da koladera tradicional finaliza com a umbigada, o que geralmente não existe na koladera da bandeja.

3.7.5. Comparação entre a koladera de Boavista e o kolá das outras ilhas

Conforme se colhe junto de vários informantes, na Boavista a umbigada da koladera aproximava-se da dos kolá da Ribeira de Julião, em S. Vicente, e da de Santo Antão. Mas na Boavista a umbigada da koladera era um pouco mais decente, pois enquanto que no kolá de S. Vicente e de Santo Antão os homens e as mulheres davam umbigadas uns contra os outros, na Boavista "ameaçavam que iam dar, mas não davam; fingiam-se..., faziam aquele jeito..., mas não se batiam,... desviavam-se para o lado, como que bater no vento", diz João Baptista, atrás citado. Conforme vários outros informantes entrevistados na Boavista, contrariamente aos kolá de Santo Antão e de S. Vicente, na koladera da Boavista o corpo do homem não batia contra o corpo da mulher. Isto não significa entretanto a ausência da umbigada, na verdadeira acepção da palavra. Na Povoação-Velha por exemplo a umbigada era mesmo umbigada.

Note-se que, na Boavista, não era tradicional o naviozinho das festas juninas de Santo Antão e de S. Vicente. Foi introduzido na ilha, na década de 50 de 1900, por um tal Eusébio do Curral Velho.[1741] Ele trazia o naviozinho enfeitado com colares de "midje-alióde" (milçho torrado", drops e bolos

[1741] Conforme consta na Boavista, Eusébio era natural de Santo Antão, onde nasceu provavelmente no início do sec. XX. Fixou residência na Boavista, mais precisamente no antigo povoado do Curral-Velho, como pescador. Ainda nos finais da década de 50 e inícios da década de 60 de 1900, Eusébio residiu por algum tempo na Povoação-Velha, com a sua mulher Marí Pépa e filhos. Por volta de 1976 morreu afogado no mar da Praia de Chaves.

(biscoites), bandeiras multicolores, entre outros ingredientes. Uma parte do porão do naviozinho constituía o cofre onde as pessoas interceptadas colocavam moedas como resgate do cativeiro.

No tocante à ilha Brava, Henrique Teixeira Oliveira e outros informantes dão-nos conta do "kolinha", que se dança de 1 a 3 de Maio, dia de Santa Cruz. Conforme Henrique Oliveira, no dia de Santa Cruz todos os grupos se concentram no Monte das Fontaínhas (o monte mais alto da Brava), onde a dança do kolinha atinge o seu auge. A coreografia do kolinha é idêntica à do kolá São João de S.Vicente e de Santo Antão e à da koladera da Boavista.[1742] A corroborar o informante, Armando Napoleão Rodrigues Fernandes define o kolinha do seguinte modo: "festejos pela Stª Cruz, (3 de Maio, antiga festa de escravos, pela libertação de 29 d'Abril), que consiste em saltar, pular, dar palmas e em dar umbigadas, cantando, ou ao som do tambor ou de buzios (buzinas)". [1743] O kolinha, muito perseguido pelo Governo Colonial Português, era referenciado como dança dos pretos, ou seja, gente do povo ou gentinha. A brancagem (gente abastada ou gente da sociedade) não o praticava. Ao contrário, o kolá São João da Brava tem uma coreografia diferente do kolá São João de S. Vicente e Santo Antão e da koladera da Boavista. Com efeito, o kolá São João da Brava é conhecido por "kolá kabalo", realizado por ocasião das Festas Juninas, pois é o cavalo que ladeia ou dança.

No que tange à ilha do Fogo e conforme Fausto Amarílio do Rosário, o tambor foi introduzido nesta Ilha nos finais do séc. XIX por Alexandre Andrade, mais conhecido por "Txitxite", então bandoador ou pregoeiro da Câmara Municipal.[1744] Para exercer o seu ofício, utilizava um tambor grande que aprendera a tocar com os antigos escravos "Sangolé",[1745] no Fogo. O antigo bandoador reinventou então o toque do tambor e transferiu-o para os rituais da "Festa da Bandeira". Contrariamente, porém, Luís Pires, também professor do Liceu de S. Fiipe e vereador da Câmara de S. Filipe, fala do escravo 'Sangolé', originário da Guiné, que na Ilha do Fogo, antes de 1917, ensinou ao Txitxite, natural da Ilha, a tocar o tambor.[1746] Luís Pires corrobora Fausto do Rosário no que se refere ao estilo de tocar o tambor introduzido por Txitxite nas Festas da Bandeira. Há entretanto um pequeno desencontro entre os dois informantes, o que requer uma investigação mais aprofundada. Fausto do Rosário informa ainda que o ritual da 'Bandeira' integra o 'kola', diferente do kolá: o kola é um canto laudatório, de louvor ou, na ausência deste, de desafio entre as mulheres-koladêras.

Essas informações levam-nos a colocar as seguintes questões: porque é que o tambor só entra nos festejos do Fogo entre os finais do séc. XIX e o início do séc. XX? É uma questão que carece de uma investigação interdisciplinar e

[1742] O diminuitivo kolinha poderá advir da psicologia carinhosa do povo de Djabraba.
[1743] FERNANDES, ... - O Dialecto..., p. 36.
[1744] Professor no Liceu de S. Filipe, nasceu na Ilha do Fogo a 25 de Janeiro de 1961, onde foi Delegado do então Ministério da Educação, Ciência, Juventude e Desporto.
[1745] De acordo com Fausto do Rosário, eram escravos procedentes da Guiné que na Ilha do Fogo eram exímios tocadores do tambor. Para Luís Pires, "Sangolé" era nome de um escravo proveniente da Guiné, que ensinou o Txitxite a tocar tambor.
[1746] Natural da Ilha do Fogo, onde nasceu em 1967.

aprofundada, cujas respostas nos ajudariam a estabelecer a ponte cultural entre as ilhas de Cabo Verde e a Costa Ocidental Africana. Tal projecto não cabe nos propósitos do presente trabalho.

Do estudo deste capítulo, constatamos que os habitantes da ilha da Boavista criaram, ao longo da sua história, estruturas e manifestações sócio-culturais mais próximas, umas vezes, do colono, como as estruturas religiosas e de casamentos e as manifestações sócio-culturais das festas tradicionais, e, outras vezes, mais próximas dos escravos, como as manifestações sócio-culturais dos cantos-danças; outras vezes criaram manifestações sócio-culturais, como a superstição, com elementos provenientes equitativamente dos colonos e dos escravos. Notemos, entretanto, que em todas as estruturas e manifestações sócio-culturais, verificaram-se simbioses de elementos provenientes, quer de um lado quer do outro dos dois grupos étnicos.

CAPÍTULO II

O ENSINO

Na história das ilhas de Cabo Verde, ao grupo dos flagelos que as afligiram podemos perfeitamente juntar a falta de ensino oficial até ao primeiro quartel do século XIX, pois tal lacuna contribuiria com um certo peso para o atraso intelectual das suas populações, salvo um ou outro privilegiado da classe abastada, que mandava os seus filhos a estudarem na metrópole.[1747] A este propósito, por exemplo, um intelectual cabo-verdiano, ainda em 1900, reclamava do Governo da metrópole mais escolas "[…] que formem uma geração, não de doutores nem de homens de sciencias, mas de homenns que não precisem andar cinco léguas para procurar quem lhes escreva uma carta, e que saibam que 4 vezes 8 são 32, e possuam os conhecimentos mais indispensáveis á vida pratica […]".[1748]

Partindo do princípio de que o ensino é um factor importante do desenvolvimento de uma sociedade, nesta parte do nosso trabalho abordaremos a instituição do ensino na Boavista, não só por integrar as estruturas sócio-culturais da ilha mas também por ter certamente desempenhado um papel importante na mudança da mentalidade do boavistense, desde a sua implantação na forma de ladinização até à criação de escolas regulares na ilha, nos meados do século XIX.

Bem entendido que, como vimos no capítulo sobre a economia, o desenvolvimento da ilha da Boavista deveu-se à exportavam, já nos finais do século XVII, de muita pele de cabra, couro de boi e carne salgada para o exterior e, nos séculos XVIII e XIX, de toneladas de sal e da urzela, entre outros produtos, encontrando-se a ilha nesses dois séculos no seu apogeu económico e social, devido ao comércio desses produtos exportáveis. Para o seu desenvolvimento económico-social, a ilha da Boavista contaria com agentes dinâmicos mas também letrados. Por isso, por detrás do desenvolvimento económico e social da referida ilha, também estará o ensino nela implantado, como veremos mais à frente, nos começos do século XIX. Mas a análise do ensino na Boavista não se pode desenquadrar das políticas da educação da metrópole para Cabo Verde.

[1747] Cf., por exemplo, CHELMIKI, José Conrado de; VERNHAGEN, Francisco Adolfo de – "Corografia Cbo-verdiana ou descrição Geographico-historica da Província das ilhas de Cabo Verde e Guiné". TOMO II. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1841, p. 197-198.

[1748] VASCONCELLOS, L. Loff de – "A perdição da Pátria". Lisboa: Imprensa de Líbano da Silva, 199, p. 51.

2.1. Da ladinização ao ensino da igreja ou confessional

As iniciativas de introdução do ensino em Cabo Verde coube à Igreja Católica, sob a liderança da Companhia de Jesus, que detinha o exclusivo do ensino em Portugal continental e no Ultramar, pelo que, de acordo com Ruben de Carvalho, "[...] a Companhia de Jesus continuou, durante o século XVII, a criar novas escolas no Continente Português, nas Ilhas Adjacentes e no Ultramar, [...]".[1749] Observe-se entretanto que a presença dos jesuítas no ensino do mundo português foi efémera, pois a sua expulsão de Portugal veio a ser decretada em sentença de 12 de Janeiro de 1759 e, pelo alvará de 28 de Junho de 1759, assinado por Marquês de Pombal, põe-se termo a cerca de 200 anos de actividade pedagógica dos jesuítas em Portugal, continental e ultramarino.[1750]

Devemos assinalar, entretanto, que em matéria de ensino da igreja em Cabo Verde, o seu processo começara com a chamada "ladinização". Entendemos, do nosso ponto de vista, que a ladinização não deixava, com efeito, de ser uma forma de ensino, pois consistia em ensinar os escravosos preceitos da doutrina cristã, crioulo e alguma profissão, visando a sua catequização. A finalidade última era, porém, capacitá-los, com vista à sua venda posterior por um preço mais competitivo, o que devia compensar a ladinização a eles ministrada. Não será difícil, portanto, compreendermos que o processo de ladinização terá sido generalizado para todos os espaços do Arquipélago de Cabo Verde de onde se tenha importado escravos directamente da Costa Ocidental de África, como é o caso do primeiro donatário da ilha da Boavista, Rodrigo Afonso, que o praticou a partir de 1490.

A implementação da referida ladinização pressupunha, entretanto, a existência de templos e de padres. Quanto à existência de templos católicos na Boavista, veremos no capítulo sobre o património construído que, entre 1580 e 1680, terá existido pelo menos uma capela nessa ilha. E no que se refere à existência de padres, a ilha teve o seu primeiro pároco residente por volta de 1677. Por isso, com uma população de 150 habitantes em 1650 e de 1.000 habitantes em 1720, deduzimos que a o ensino da igreja terá chegado à Boavista, na sua forma ladinizante, com a construção das primeiras capelas e com o provimento dos primeiros padres na ilha, portanto, provavelmente a partir dos meados do século XVII.

Porém, as primeiras iniciativas de implementação do ensino regular da igreja em Cabo Verde devem-se ao Bispo D. Frei Francisco da Cruz (1547-1574), pois "pelo alvará de 1555 de 12 de Março foram concedidas ao bispo duas cadeiras: de moral e grammatica latina, no qual se determinou, que só por eleição e provimento dos bispos, os mestres perceberiam as congruas

[1749] CARVALHO, Ruben – "História de Ensino em Portugal". Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, p. 361. Note-se Com este autor que uma das estratégias fundamentais da Companhia de Jesus no combate às heresias suscitadas por Lutero, a partir de 1517 em Vitenbergues, foi precisamente a Educação Cristã. Esta estratégia era utilizada tanto no continente como no ultramar português.

[1750] CARVALHO, … – História de Ensino …, p. 428-429.

estabelecidas".[1751] Outras iniciativas de introdução do ensino em Cabo Verde continuaram a pertencer à Igreja. Era a denominada "Instrução dos Párocos" em Portugal, ao que em relação às ilhas de Cabo Verde preferimos denominar "ensino da igreja", portanto, confessional.

2.2. A criação de escolas oficiais na Boavista

Quanto à introdução do ensino oficial em Cabo Verde, Chelmicki e Vernhagen escrevem que "a primeira vez que o Governo da metrópole se lembrou desta província, foi em 1740, que mandou um mestre de Grammatica, dando-lhe pelo Alv: de 12 de Janeiro do mesmo anno, cincoenta mil réis de ordenado annual".[1752] Pouco mais tarde, José Joaquim Lopes de Lima também informa que, no que se refere ao Ensino Oficial, os esforços do Reino para a sua implementação em todas as ilhas de Cabo Verde datam-se do referido ano, com o envio para a Província de um mestre-escola de Gramática, portanto, para ensinar a ler, a escrever e a contar, e uma Cadeira de Latim e outra de Moral, sem contudo existir qualquer escola de primeiras letras paga pelo governo.[1753] Várias outras medidas, tendentes a implementar o ensino oficial nas ilhas, seriam empreendidas mas, de acordo com Chelmicki, sem resultados palpáveis, ora por falta de professores ora por carência de dinheiro.[1754]

Um novo impulso ao desenvolvimento do ensino em Cabo Verde parece ser dado por Marquês de Pombal, quando, para ocupar o lugar dos jesuítas, reformou o ensino com a lei de 6 de Novembro de 1772, criando 479 postos para mestres-escola, dos quais 4 para a África, ou seja, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique.[1755]

Cabo Verde terá de esperar, entretanto, até ao ano de 1817 para ver criada a sua primeira e única escola oficial de Ensino Primário da época, na então Vila da Praia, pela Junta da Fazenda da Província. O funcionamento dessa escola foi efémero, devido à morte do seu único professor, o castelhano D. António Cabadas, que foi assassinado. Seria depois substituído pelo capelão de tropa, Pe. José Manuel Delgado, mas pouco depois a escolha fecharia. O mestre da referida escola usufruía de uma casa e de 80$000 réis de ordenado.[1756] A referida escola viria a reabrir em 1821, tendo entretanto funcionado, e não sem graves dificuldades, até ao ano de 1840.[1757]

[1751] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE I, Capítulo IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1899, p. 136.

[1752] CHELMIKI, …; VERNHAGEN, … – Corografia Cbo-verdiana …, p. 192.

[1753] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE I. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 79.

[1754] Cf., por exemplo, CHELMIKI, …; VERNHAGEN, … – Corografia Cbo-verdiana …, p. 193-194.

[1755] CARVALHO, … – História de Ensino …, p. 428-429.

[1756] CHELMIKI, …; VERNHAGEN, … – Corografia Cbo-verdiana …, p. 194.

[1757] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 79.

Até aos meados do século XIX não encontrámos notícias sobre a existência de escolas na Boavista. Com efeito, a primeira escola de primeiras letras parece ter sido criada na primeira metade do século XIX, pois em 1841 escrevem Chelmicki e Varnhagen que "agora já ha mais algumas escolas de primeiras letras, e acham-se em exercício duas em Santiago, duas no Fogo, uma na ilha Brava, uma no Maio, uma na Boa Vista, duas em S. Nicolau, e duas na ilha de S. Antão". Mais informa os autores que "cada um dos mestres de grammatica e primeiras letras tem 60$ rs. d'ordenado, só o da villa de S. Nicolau recebe 40$. Os de theologia têem 80$. –".[1758] Constata-se que existiam escolas em todas as ilhas então habitadas. Note-se que as ilhas do Sal e de S. Vicente ainda não eram habitadas. Como notam Chelmicki e Vernhagen, essas ecolas funcionavam, contudo, deficientemente, pois não tinham edifícios próprios e careciam de todo o tipo da material didáctico, como livros, papeis, tintas, canetas, pedras de conta, entre outros.[1759] Chelmicki e Varnhagen observam, que, "apesar de todas estas circunstâncias, e tamanha incúria na Instrução Pública, é d'admirar quanto raro é encontrar allí alguém que não saiba ler e escrever: principalmente em S. Nicolao, S. Antão e Boa-vista".[1760]

No que se refere à Boavista, a escola atrás noticiada por Chelmicki e Varnhagen situava-se no Rabil, pois Francisco Travasso Valdez informa, de passagem pela ilha em 1864, que a "única escola pública que existia nessa ilha" se encontrava na "villa do Rabil", então capital da ilha.[1761]

Novas medidas tendentes ao aumento de escolas públicas em Cabo Verde viriam a beneficiar a ilha da Boavista, pois, entre 1842 e 1843, de acordo com José Joaquim Lopes de Lima, se votou, para o orçamento dos referidos anos, uma verba na ordem dos 3.800$000 réis para a criação de 38 escolas nas ilhas de Cabo Verde e na Guiné, assim distribuídas: 2 de primeira classe, nas ilhas de Santiago e Boa Vista, com o ordenado de 240$000 réis cada uma; 12 de segunda classe em todas as ilhas, com o ordenado de 120$000 réis cada uma; 22 de terceira classe, sendo 17 nas ilhas e 5, com o ordenado de 72$000 réis cada uma; e 2 Mestras de meninas, uma em Santiago e outra na Boavista, cada uma com 72$000 réis.[1762]

Se todas essas escolas funcionaram de facto, não encontrámos documentos que no-lo informasse. Porém, no que se refere à ilha da Boavista, na tabela nº 6 da sua obra, Lopes de Lima regista 1 escola de 1ª classe mascolino, no Porto de Sal-Rei, 1 escola de 2ª classe, em S. Roque, no Rabil, 1 escola de 3ª classe, em S. João Baptista, no Norte, e 1 escola feminina, também no Porto de Sal-Rei, sustentadas com um orçamento global de 504$000 réis. Portanto, de acordo com Lopes de Lima, em 1844 funcionavam na Boavista 4 escolas, três mascolinas e 1 femenina. [1763]

[1758] CHELMIKI, …; VERNHAGEN, … – Corografia Cbo-verdiana …, p. 194-195.
[1759] CHELMIKI CHELMIKI, …; VERNHAGEN, … – Corografia Cbo-verdiana …, p. 195-196.
[1760] CHELMIKI, …; VERNHAGEN, … – Corografia Cbo-verdiana …, p. 195-196.
[1761] VALDEZ, Francisco Travasso – "Africa Occidental: notícias e considerações". TOMO I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864, p. 169.
[1762] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 79-80.
[1763] LIMA, … – Ensaios sobre a statistica …, p. 86-A.

O certo é que, em 1845, começa um período de grandes mudanças para o Ensino Público nas ilhas de Cabo Verde, período que se prolongará até ao advento da 1ª República portuguesa, implantada em 1910. Trata-se, na verdade, de um período de regularização efectiva do Ensino Público em Cabo Verde, com o Decreto régio de 14 de Agosto de 1845.[1764] Através do referido decreto implementa-se a Instrução Primária neste arquipélago. As escolas ganham, então, uma nova visibilidade, porquanto, primeiro, são classificadas em "Escolas Elementares" e "Escolas Principais de Instrução Primária", a funcionar na capital da Província, e, segundo, são-lhes estabelecidos programas compatíveis com os respectivos níveis de ensino. Ao mesmo tempo, pelo referido decreto autorizava-se o Governador a criar novas escolas nas ilhas e a transferir as existentes, sempre que fosse necessário e ouvido o Conselho de Governo. As Escolas Elementares destinavam-se basicamente a ensinar a ler, a escrever e a contar. Ministrava também princípios gerais de moral, doutrina cristã, rudimentos de Gramática, princípios de Geografia, a História Sagrada, a História de Portugal e ainda matérias respeitantes aos produtos naturais ou fabricados nas ilhas. Já a Escola Principal de Instrução Primaria tinha como finalidade habilitar professores para as regências das escolas primárias.[1765] Assim, para além de ministrar as matérias das Escolas Elementares, ensinava também Gramática Desenho, Geometria Prática, Escrituração.

As determinações do Decreto de 14 de Agosto de 1845 terão tido os seus efeitos na ilha da Boavista, pois, em 1848, a respectiva câmara "[...] requereu que se nomeassem mais dois mestres de primeiras letras para esta ilha, por só haver um na povoação do Rabil [...]".[1766] Tal facto mostra que no referido ano ter-se-ão criado mais duas escolas na Boavista, pois a cada mestre correspondia uma escola, pelo que os mestres eram também denominados "mestres-escola". Por outro lado, através Acordão nº 38, de 15 de Novembro de 1852, o Governo, sedeado na ilha Brava, concede ao "[...] Professor da Eschola de primeiras letras da Freguezia de S. Roque à quantia de 30$000 annuaes [...]".[1767] Em 1856 já existiam escolas para os dois sexos na Boavista, pois, referindo-se ao relatório do então governador, escreve Senna Barcellos que "em todos as ilhas estabeleceu este Governo escolas para o sexo masculino; e para o feminino em Santo Antão, Boa Vista e Villa da Praia". [1768]

E mais tarde, pela Portaria nº 44, inserto no Boletim Oficial nº 9, de 29 de Fevereiro de 1868, o Governador José Guedes de Carvalho e Menezes, sob

---

[1764] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. N.º 112 (25 de Outubro, 1845).

[1765] A Escola Principal de Instrução Prima foi instalada inicialmente na ilha Brava, em 1848, pois ali se encontrava a sede do Governo; em 1856 foi transferida para a Vila da Praia, onde o Governador se fixara definitivamente; em 1869, foi novamente transferida para a ilha de S. Nicolau, onde foi anexada ao "Seminario-Lyceu", tendo ali permanecido até 1871, quando regressou novamente à Cidade da Praia. Viria a ser extinta em 1893.

[1766] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE V, Capítulo I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911, p. 131.

[1767] Boletim Oficial do Governo Geral da província de cabo Verde, Nº 115, de 1 de Março de 1853.

[1768] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE VI, Capítulo I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1912, p. 91.

proposta do então administrador da Boavista, nomeia João Baptista Livramento Silva professor de instrução primária de 3ª classe na Freguesia de S. João Baptista.[1769]

Quanto às transferências determinadas pelo Decreto que vimos citando, em 1869, de acordo com a Portaria nº 202, foi transferida para a Povoação do Mangue, em Santiago, a mando do então Governador-Geral, Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque, uma das duas escolas femininas da povoação do Rabil, na ilha da Boavista, por se encontrar vaga, devido ao falecimento da respectiva professora.[1770] Por isso, de acordo com o Dicionário de Geografia Universal, em 1870 na Boavista funcionavam 3 escolas de instrução primária, das quais uma de sexo feminino, com 126 alunas, numa população total de 2.337 almas.[1771] Por seu turno, António Carreira, refere-se à existência, por volta de 1870, de 3 professores na ilha da Boavista, sendo 1 de sexo feminino, numa população total de 2.643 habitantes, informação que não coincide, em termos do número de habitantes para o mesmo ano, com a prestada pelo Dicionário de Geografia Universal.

Em 1872, o "Regulamento das Escolas de Instrução Primária da Província de Cabo-Verde", aprovado pela Portaria nº 281, de 30 de Julho do referido ano,[1772] viria a dar um novo alento ao Ensino Público em Cabo Verde. Com efeito, a Instrução Primária é dividida em duas classes e as matérias a serem ministradas em cada uma delas são estabelecidas do seguinte modo: para a 1ª classe, ensinam-se a leitura, a escrita e as quatro operações aritméticas, de números inteiros e fracções; para a 2ª classe, estipulam-se como matéria de ensino rudimentos da gramática, da história e da corografia portuguesas, aritmética e elementos de geometria, esta com aplicação à indústria. Também se deviam ensinar as primeiras noções da agricultura e da economia rural, respectivamente. Para o sexo feminino previa o funcionamento de uma única classe do ensino primário, em cujo plano de estudo constavam a leitura, a escrita, as quatro operações, o catecismo e a doutrina cristã.

Paralelamente ao ensino público na Boavista, terá funcionado o ensino particular, dirigido pelos denominados "professores particulares", o que terá contribuído para a elevação do nível da escolaridade da população da referida ilha. Ora, no quadro genérico das ilhas de Cabo Verde, há informações que dão conta de funcionamento do Ensino na ilhas em todas as ilhas de Cabo Verde. Por exemplo, Teixeira de Sousa escreve que a partir do século XVIII, numa altura em que o arquipélago contava cerca de 100.000 habitantes, já existiam 110 escolas particulares em toda a Província de Cabo Verde.[1773] De acordo com

---

[1769] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, Nº 9, de 29 de Fevereiro de 1868, p. 56.

[1770] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Nº 38 (18 de Setembro, 1869), p. 223-224.

[1771] "Diccionario de Geographia Universal". TOMO III. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 413.

[1772] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. N.º 31. Praia: Imprensa Nacional (3 de Agosto, 1872), p.164-166.

[1773] SOUSA, Teixeira de – "Igreja e a Literatura em Cabo Verde". Texto policopiado. Praia: Biblioteca do Instituto Superior de Educação [s/d].

este autor, os professores particulares eram pessoas, a maior parte das vezes sem muitas habilitações, que terão aprendido com os padres. Por seu turno, Felix Monteiro dá a notícia de existir, em meados do século XIX, professores particulares em todas as ilhas de Cabo Verde. Segundo o mesmo autor, eram funcionários públicos que leccionavam nas horas vagas e que apresentavam os alunos a exames dirigidos por júris "ad-hoc", nomeados pelo governador.[1774] Essas informações, por outro lado, são corroboradas pelo quadro legislativo que, com efeito, regulamenta a abertura de Escolas Particulares em Cabo Verde. Neste sentido, a Portaria nº 299, de 20 de Agosto de 1872, que aprova o "Regulamento das Escólas Particulares".[1775] O referido regulamento estabelecia as normas para a abertura de escolas de ensino primário por entidades privadas, ficando as referidas escolas sob o controle da inspecção do Conselho Inspector de Instrução Pública. Portanto, a asserção de que terá havido escolas particulares na Boavista, paralelamente ao ensino público, poderá corroborar-se com essas informações.

Com efeito, colhe-se na revista Família Portuguesa N º 37 que "[…] foi fundada na ilha a 'Associação Escolar Esperança', em 1894, com o propósito de lutar contra o analfabetismo, tendo-se iniciado com seis escolas particulares nas povoações de Sal Rei, Rabil, Povoação Velha e a freguesia de S. João Baptista, e uma frequência de 220 alunos, sendo 160 feminino e 60 masculino".[1776] E, em 1895, é igualmente fundada a 'Academia Boavistense – Serpa Pinto', de que José Lopes da Silva foi seu primeiro presidente, e onde se leccionava Português, Francês, Latim, Geografia, História, Literatura e Música".[1777] Portanto, entre 1894 e 1895 funcionavam na ilha da Boavista mais de seis escolas particulares.

As fontes arroladas até aqui mostram, portanto, que foi uma preocupação das entidades oficiais criar escolas de instrução primária em todas as ilhas de Cabo Verde. No caso da Boavista, criaram-se escolas para os dois sexos, a partir do primeiro quartel do século XIX, o que condiz com os níveis do desenvolvimento económico e social, graças ao comércio e exportação de gado, do sal, da urzela e de outros produtos. Não conseguimos, porém, documentos que nos permitissem averiguar a distribuição geográfica dessas escolas pelas povoações da ilha, antes do século XX, com a excepção da do Rabil e da de S. João Baptista, atrás referenciadas. Somos, porém, a concluir que, entre os finais do século XIX e começos do século XX, já se encontravam escolas a funcionar na maioria das povoações da ilha da Boavista, como se poderá averiguar do quadro a seguir:

[1774] MONTEIRO, Félix – "Homenagem a eugénio Tavares". Jornal *A Semana*. Praia: Sociedade Nova Editora. Nº 30, Ano I (1991), p. 11.

[1775] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. N.º 34 (24 de Agosto, 1872), p. 184.

[1776] Família Portuguesa. Lisboa. N.º 37 (Julho, 1984). O "Estatuto da Associação Escolar Esperança" está publicado no Almanach Luso-Africano para 1899, p. 353-356.

[1777] A Família Portuguesa. 103 (Março,1895).

QUADRO Nº 81
Relação dos professores da ilha da Boavista por localidades e escolas (1901-1902)

Nomes dos professores	Local	Tipo de escola	Matriculado
D. Maria de C. Ferreira (Prov.)	Vila de Sal-Rei	Régia - 1º grau	042
David Ben'Oliel (Provisório)	Vila de Sal-Rei	Régia - 1º grau	044
Porphírio Pereira Tavares	Fundo Figueiras	Régia - 1º grau	052
Marcos do Nascimento Lima	Povoação-Velha	Municipal -1º grau	024
Gabriel A. Fortes (Provisório)	Rabil	Municipal -1º grau	086
D. Julia C. C. Ferreira Santos	Fundo Figueiras	Municipal -1º grau	050
		Total……298	

FONTE: Dados extraídos do Suplemento nº 21, do B. O. nº 43, de 24/10/1903.

Do quadro observa-se que as escolas se classificavam em régias, e municipais, o que pressupunha dois níveis de gestão escolar: um sob a tutela dos Governadores, legítimos representantes dos reis na Província, outro sob a tutela directa do Administrador do Concelho, que presidia ao mesmo tempo a Câmara Municipal. Depreende-se também que as povoações de Estância de Baixo e Bafureira, distando-se cerca de 2 e 8 kms, respectivamente, do Rabil, eram servidas pela Escola Municipal do Rabil, enquanto as povoações de João Galego e da Cabeça das Tarafes, da Freguesia de S. João Baptista, eram servidas pela Escola Municipal da povoação de Fundo das figueiras, da mesma freguesia.

As poucas escolas que existiam na Boavista funcionavam, pelo menos até aos meados do século XIX, em casas alugadas. Com efeito, o primeiro edifício escolar do Estado, mandado construir pela Provedoria Geral da Assistência na Vila de Sal-Rei, em 1957,[1778] foi inaugurado no dia 6 de Outubro de 1959.[1779]

As povoações do interior da ilha esperariam por mais algum tempo. Isto é, pelo início das guerras de Libertação Nacional das colónias portuguesas em África em 1961, que, denunciando a política de abandono das referidas colónias, obrigaram o governo salazarista a adoptar uma nova política de Ensino para as referidas colónias. Foi assim que, por ocasião do 40º aniversário da revolução portuguesa, a 28 de Maio de 1966, Salazar promoveu amplas inaugurações de salas de aula do Estado, tendo eleito, assim, o Ensino como objecto principal das suas políticas. Cabo Verde tinha nessa altura mais de 80% de analfabetos.[1780]

[1778] Notícia "Provedoria Geral da Assistência Pública", inserida no *CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação*. Praia: Imprensa Nacional. Nº 89, ANO VIII (1957), 18.
[1779] "Notícias da Boa Vista", inserido no CABO VERDE: *Boletim de Propaganda e Informação*. Praia: Imprensa Nacional. Nº 122, ANO XI (1959), p. 28.
[1780] In "CABO VERDE no Âmbito das Comemorações do Quadragésimo Aniversário da Revolução Nacional". Praia: Centro de Informação e Turismo, 1967.

Concluímos, portanto, que três factores fundamentais terão contribuído para a emergência do Ensino Público e Particular na ilha da Boavista: em primeiro lugar, a existência do "ensino da igreja"; em segundo lugar, a presença de homens de negócio, burocratas e provavelmente degredados portugueses com um certo nível cultural e mesmo de intelectuais, que exerciam funções importantes na Administração da ilha; por último, o desenvolvimento de uma burguesia local, à base do comércio de gado, do sal e da urzela. Todos esses factores não deixariam, por um lado, de estimular os filhos da terra a se instruírem e, por outro lado, de pressionar os governantes a implementarem o ensino na ilha, como forma de instruir e de educar o povo.

Apesar de todas essas providências político-legislativas, não havia, porém, no conjunto das ilhas de Cabo Verde, no ano lectivo de 1897-1898, por exemplo, mais do que 73 escolas, sendo 47 régias, 16 municipais e 10 particulares, abrangendo os níveis do 1º e do 2º graus. Loff de Vasconcellos considerava em 1900 esse número de escolas insuficiente e de nível rudimentar, não correspondendo, assim, às aspirações da população cabo-verdiana. Com efeito, referindo-se ao estado da instrução pública em Cabo Verde, escrevia Loff de Vasconcellos o seguinte: "para se avaliar o abandono em que se encontra este importante ramo, basta dizer-se que na província existem apenas 64 escolas de ambos os sexos, para uma população de 110.926 habitantes o que dá 1 escola para 1733 habitantes, quanto a média na Europa é de 560, havendo na Suissa 1 professor para 360 habitantes".[1781]

Portanto, tanto do ponto de vista numérico como em termos de qualidade o ensino público praticado nas ilhas considerava-se deficitário.

Um dos indicadores dos impactos do ensino na Boavista poderia ser medido pelo índice de frequência do Seminario-Liceu de S. Nicolau por alunos daquela ilha. Tal indicador poderá não ser suficientemente relevante, pois, com uma propina de 3$000 réis[1782] e o custo anual de residência de 110$000[1783] réis face aos parcos rendimentos da maioria da população da Boavista, essa frequência tornava-se proibitiva para uma boa parte dos filhos da ilha.

Não é de estranhar, assim, que entre 1866 e 1898 só quatro alunos naturais da Boavista tenham frequentado estudos eclesiásticos no Seminário - Liceu de S. Nicolau, de nível secundário, o que não deixa, porém, de denunciar um certo grau de escolaridade da população da ilha da Boavista. Dos 4 alunos, 2 estudavam ordens menores e 2 ordens de presbitérios. Entretanto, dois deles abandonaram o Seminário, 1 faleceu e 1 terminou os estudos.[1784]

Um dos alunos naturais da Boavista que frequentaram o Seminário-Liceu de S. Nicolau foi António José dos Santos que, ainda segundo Lopes Filho, como aluno interno gratuito prestou exame da língua portuguesa em 1868 nesse

[1781] VASCONCELLOS, … – A Perdição …, p. 49.
[1782] SILVA, D. Francisco Ferreira da – "Seminario-Lyceu de Cabo Verde". In Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacionl. N.º 33 (19 de Agosto, 1899), p. 259.
[1783] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. N.º 8 (23 de Fevereiro, 1901), p. 62.
[1784] FILHO, João Lopes – "Ilha de S. Nicolau Cabo Verde Formação da Sociedade e Mudança Cultural". Vol. II. Lisboa: Edição da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 1996.

Seminário, tendo alcançado a classificação de “Simplesmente Aprovado”. Não obtivemos, porém, informações que nos confirmassem se António dos Santos se terá formado padre ou não. Um outro aluno natural da ilha da Boavista, conforme João António Baptista, citado atrás, que frequentou o Seminário-Liceu de S. Nicolau foi Manuel António Brito Lima, natural do Rabil. Manuel António Brito Lima formou-se padre e exerceu sacerdócio nas ilhas da Boavista e do Fogo entre a segunda metade do século XIX e cerca de 1920.

Queremos entender que a acção do ensino na Boavista, através dos professores e dos padres, terão exercido uma forte influência na mentalidade dos boavistenses, particularmente no que se refere, não só às atitudes religiosas e supersticiosas mas também aos comportamentos cívicos e aos hábitos, como de alimentação e de vestuário, por exemplo, com predominância da influência de elementos etno-culturais europeus, em relação aos de origem africana.

CAPÍTULO III

O PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

3.1. Considerações gerais

A natureza, com os seus mistérios e surpresas, foi sempre um desafio aos temores, à curiosidade mas também às necessidades humanas subjacentes à sua sobrevivência. Às limitações espirituais e materiais, o homem desde sempre tentou dar respostas ora pontuais ora planificadas, das quais resultou aquilo a que ele convencionou chamar "cultura" que, na sua vertente material, abrange a totalidade dos objectos que detém a sua sociedade, o que constitui, assim, o seu património construído. Neste quadro, por "património construído" entendemos toda a herança material resultante da manufactura e do fabrico de objectos, desde simples utensílios e ferramentas a complexas construções, como prédios e pontes, pois, como escreve Fernand Braudel, "[...] a vida majoritária é feita dos objectos, dos utensílios, dos gestos do homem comum; apenas essa vida lhe diz respeito no seu dia a dia; é ela que lhe absorve os pensamentos e os actos; é ela que estabelece as condições da vida económica, *o possível e o impossível*".[1785]

Na linha de Braudel, para nós o património construído abrange desde as técnicas de produção, à alimentação, ao vestuário, à cerâmica, ao corpo, à habitação, isto é, tudo o que resulta da relação do homem, na sua vida quotidiana, com a natureza. Do ponto de vista histórico, o património construído é portanto constituído pelos vestígios ou testemunhos concretos da vida e, por isso, os reflexos das representações mentais das relações de um povo com os objectos da sua materialidade. De acordo com essa perspectiva, o património construído, como herança deixada pelas gerações passadas às gerações recentes, resulta da transformação do meio ambiente pela acção humana, ao longo de várias gerações sucessivas, pois, sempre que o homem ocupa um novo espaço geográfico, ali começa a construir os meios materiais indispensáveis à sua própria sobrevivência.

Embora a sua importância para a vida presente dos povos, temos a assinalar, porém, que não encontrámos qualquer estudo aprofundado sobre o património construído das ilhas de Cabo Verde, salvo uma ou outra referência etnográfica a alguma ilha.[1786] Não encontrando um trabalho que descrevesse, tipificasse e teorizasse o património construído de Cabo Verde, o nosso estudo sobre a ilha da Boavista fica um pouco dificultado. Porém, não podemos deixar de o fazer, pois, o estudo do património construído da Boavista, enquanto

[1785] Citado por PESEZ, Jean-Marie – "A História da cultura material" . *Nova História*. Coimbra: Almadina, 1990, p.117.

[1786] É o caso de Santiago, numa pequena brochura da autoria de FILHO, João Lopes – "CABO VERDE: Apontamentos Etnográficos". Lisboa: Edição do Autor, 1976.

objecto da sua materialidade, poderá contribuir para a compreensão da própria história da ilha. Com efeito, o património construído, do nosso ponto de vista, obriga o historiador a estabelecer interfaces, por um lado, com outras dimensões da história, como a económica, a social, a antropológica, a demográfica, a das mentalidades, entre outras, e, por outro, com abordagens diversificadas, como por exemplo, a da tradição oral e a da pesquisa de campo, abordagens importantes para a construção da História Local. Imaginemos, por exemplo, o afã dos escravos-pastores, nos primeiros dias da ocupação da ilha da Boavista, na construção de funcos, suas primeiras habitações, e de currais e tapadas para guarda de gado! Se os funcos desapareceram, restando apenas a toponímia, como o "Funco Pascoal",[1787] por exemplo, as ruínas dos currais e das tapadas ainda lá estão, testemunhando o arranque da ocupação e do povoamento da Boavista, graças à criação de gado, nomeadamente do caprino!...

É legítimo, portanto, assinalarmos que um dos elementos fundamentais da Cultura Material dessa ilha é o seu património construído, representação da materialidade mental do passado do seu povo. Note-se que a construção do passado material da ilha da Boavista começou em 1490, com a chegada dos primeiros escravos para o pastoreio do gado caprino, no quadro das políticas da ocupação e povoamento das ilhas de Cabo Verde pela Coroa portuguesa. Mas a construção do património construído da ilha da Boavista conheceu um maior incremento nos séculos XVIII e XIX, período que coincide com o momento de maior desenvolvimento económico e social da ilha, devido à intensa exploração e comércio de gado e dos seus produtos, do sal, da urzela e de outros produtos da terra.

Assim, uma abordagem global do património construído da Boavista torna-se urgente. Tal desiderato, porém, não cabe nos objectivos do nosso trabalho. Procuraremos tão-somente, com recurso à observação no terrenos e a alguma tradição oral, analisar, tal como fizemos em relação aos elementos espirituais da cultura boavistense, alguns aspectos do património construído dessa ilha, mais particularmente os tipos da habitação tradicional e a construção sacra da referida ilha, pelas seguintes razões: primeiro, porque são, do nosso ponto de vista, os elementos da cultura material mais representativos da ilha da Boavista; segundo, porque consideramos a habitação tradicional um dos elementos fundamentais do património construído da ilha; terceiro, pelo facto de em qualquer sociedade o problema da habitação revestir de relevante importância, pois a denominada "casa" desempenha funções múltiplas, como lugar de abrigo, lar e local de actividades da economia doméstica; terceira, por a casa tradicional desempenhar um papel relevante como testemunho do passado da sociedade a que se integra. E no que se refere à construção sacra na Boavista, a sua abordagem torna-se imprescindível, pois, do nosso ponto de

[1787] Este termo, aliás, até hoje faz parte do topónimo da ilha da Boavista, como se poderá observar, por exemplo, no sítio de Condinho, a uns 6 kms a sul da Povoação-Velha, onde existe um sítio que ainda é conhecido por "Funco de Pascoal". Visitámos o local várias vezes, e por último em Janeiro de 2005, mas infelizmente nele não encontrámos quaisquer vestígios de funco.

vista, esse património simboliza a mentalidade religiosa do boavistense de todos os tempos.

3.2. As habitações tradicionais da Boavista

Ao abordarmos a habitação tradicional da Boavista, tentando estabelecer, numa linha histórica, uma interface entre esse tipo de habitação e a situação sócio-económica dos diferentes extractos sociais, faremos o percurso do século XVI ao século XIX. Perseguiremos essa curva cronológica por entendermos que nela a construção habitacional da Boavista evoluiu da mais elementar, o "funco", habitação dos escravos e dos homens livres mas pobres, passando pela "casa", habitação das pessoas possuidores de alguns bens, e "palacete", pertencente às pessoas com um certo conforto económico, ao "sobrado", pertencente à classe mais abastada. Ora, ligada ao poder sócio-económico dos seus detentores, a maneira de conceber as habitações tradicionais da Boavista era fortemente influenciada pelas características específicas da sociedade boavistense e pelas formas de ocupação do respectivo espaço. Consideramos, portanto, que nas relações do homem com os objectos concretos se encontram também as manifestações das suas representações, não só mentais mas também sociais, tentaremos, por outro lado, entender, através de uma caracterização tipológica das suas habitações tradicionais os traços dos níveis socioeconómicos do passado boavistense.

3.2.1. O encontro de dois tipos de habitação em Cabo Verde: a planta circular e a planta rectangular

Com o desenvolvimento da agricultura, o homem teve a necessidade de se fixar num determinado local por um tempo de longa duração ou indeterminado. Consequentemente, foi obrigado a construir habitações simples, com recurso a materiais que o seu meio natural lhe oferecia. Assim, na luta pela sua sobrevivência e obedecendo a uma dinâmica endógena, condicionada pela abertura a influências e por adaptações múltiplas, os povos de diferentes quadrantes do Globo desenvolveram técnicas próprias de construção das suas habitações, adaptando-as sempre às novas necessidades e desafios que se lhes apresentavam.

Neste sentido, os povos antigos, como por exemplo, os da Península Ibérica e os da África Ocidental, não fugiram à regra. E quando os portugueses e os africanos se encontrarem, a partir dos meados do século XV, num novo espaço geográfico – ilha de Santiago de Cabo Verde –, já eram herdeiros de técnicas de construção de habitações, nomeadamente as de planta circular. Assim, por altura do povoamento de Cabo Verde, os portugueses levaram para as ilhas a habitação de planta circular, denominada choça, habitação simples, de planta circular e de cobertura cónica, sem quaisquer comodidades. E os

africanos levariam os seus funcos,[1788] com as mesmas características das choças mas denominados na língua portuguesa "cabana de negro".[1789]

De acordo com a tese oficial portuguesa, quando os portugueses, na qualidade de colonizadores, e os africanos, na qualidade de escravos, se encontraram no Arquipélago de Cabo Verde, as ilhas não eram habitadas. Consequentemente não havia habitações. Por isso, os primeiros capitães-donatários, António de Nolli, na Capitania da Ribeira Grande, e Rodrigo Afonso, na Capitania dos Alcatrazes, ou seus respectivos representantes, certamente mandariam construir, logo nos primeiros dias do povoamento da ilha de Santiago, as suas choças, enquanto os escravos africanos, em ambas as capitanias, teriam construído os seus funcos. Do casamento da choça com o funco predominou o nome "funco", para baptizar a tal habitação pobre e miserável, já de naturalidade cabo-verdiana, que se difundiu para todas as ilhas de Cabo Verde, nomeadamente Santiago, Fogo, Maio, S. Vicente e Boavista. Assim, no presente trabalho abordaremos o funco enquanto habitação de planta circular, resultante da simbiose entra a "choça" portuguesa e "funco" africano, chegados a Cabo Verde com a implantação do sistema escravocrata de ocupação, povoamento e exploração económica.

A ideia da construção dos primeiros funcos da ilha da Boavista é nos dada por Senna Barcellos, quando se refere, como vimos no capítulo sobre o povoamento, às "choupanas" na ilha de "S. Christovam" em 1490. Ora, como habitação de uma só porta, coberta de ramos ou colmo (cabana, choça, casebre), a choupana corresponde ao funco da cultura africana. Na Boavista vincou a designação funco, por um lado, pelas choupanas serem as habitações dos primeiros habitantes da ilha, constituídos por escravos; por outro lado, pelo "funco" ter sido o termo utilizado pelos escravos para designar na sua cultura esse tipo da habitação.

Este tipo de habitação, adequada à guarda do gado largado a esmo pelos campos da Boavista, seria entretanto pouco tempo depois substituído por habitações de planta rectangular do tipo europeu. Assim, com o predomínio da construção de habitações de plantas rectangulares, o funco caiu muito cedo em desuso. Como causas do abandono da construção dos funcos, João Lopes Filho aponta o "fenómeno próprio da evolução", o "surto de novos e melhores materiais" e o "emprego de técnicas mais aperfeiçoadas que a pouco a pouco se

[1788] Referindo-se ao termo "funco", aportuguesado na Guiné-Bissau, António Carreira atribui o significado de "[…] palhota pequena; habitação pobre e miserável". Este autor confessa entretanto ignorar a origem do vocábulo "funco" mas afirma que "é muito usado em Cabo Verde e com igual significado" e que "é, todavia, de origem africana, pois Almada, ao relatar o que viu 'no reino dos Sapes, que começa no Cabo da Verga e vai até aos baixos de Santana', diz que o 'alpendre que ele chama FUNCO, tem um assento como tribunal de audiências […]".Para António Carreira o "funco" era, tanto na Guiné-Bissau como em Cabo Verde, uma "habitação pobre e miserável", enquanto para Almada o "FUNCO" era uma das dependências da habitação do rei entre os Sapes, destinada à administração da justiça. CARREIRA, António – "Aspectos da influência da cultura portuguesa na área compreendida entre o rio Senegal e o norte da Serra Leoa". *Actas do Congresso Internacional da Etnografia.* Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar (Julho, 1963). Vol. IV, p. 219.

[1789] O que os portugueses chamam de "cabanas de negros", na sua língua é denominado "palhota" < "de palha+ Ota"). In "Dicionário da Língua Portuguesa", p. 1219.

foram introduzindo em Santiago".[1790] Do nosso ponto de vista, com o decorrer do tempo o funco foi desaparecendo da paisagem arquitectónica das ilhas, devido também à forte pressão da aculturação imposta pelos colonos sobre os escravos. Neste sentido, aliás, tem-se defendido que, entre duas culturas em presença, das quais uma é dominadora, a dominada vai perdendo com o tempo alguns dos seus traços originais, vendo-se obrigada, para a sua própria sobrevivência, a interiorizar progressivamente formas culturais dos colonos. Este pressuposto poderá suportar a tese de muitos dos traços culturais de origem africana já se terem perdido aquando do povoamento efectivo das ilhas de Barlavento, nomeadamente da Boavista, esta entre os finais do séc. XVI e o início do XVII, com negros, mestiços e brancos, como discutimos no capítulo sobre o povoamento, idos na sua maioria da ilha de Santiago.[1791] Por isso, defendemos que a fraca existência de uma cultura de construção de habitações circulares do tipo africano na ilha da Boavista poderá ser mais bem entendida no seguinte quadro: estas ilha foi efectivamente povoada, no mínimo, cerca de 118 anos após o povoamento de Santiago, com escravos negros e colonos brancos provenientes desta última. Nessa altura, entre os dois grupos étnicos já havia uma razoável simbiose cultural, nomeadamente nos domínios linguísticos e da produção de instrumentos de trabalho. É normal, portanto, que 118 anos depois os negros já tenham começado a substituir, ainda em Santiago, as suas habitações de planta circular, do tipo africano, pelas de planta rectangular do tipo europeu, o que se ficou a dever, sobretudo, ao processo de aculturação forçada, imposto pelo colonizador aos escravos, nomeadamente pelo processo da ladinização e pela proibição das manifestações sócio-culturais e religiosas dos escravos.

As habitações de plantas rectangulares, genericamente denominadas "casas", seriam portanto construídas na ilha da Boavista com a chegada efectiva dos colonos entre os finais do séc. XVI e inícios do XVII. Nos primórdios terão sido habitações sem nenhum conforto, mas próprias de uma economia pastoril incipiente e pouco organizada. Ainda hoje poder-se-ão observar, espalhados aqui e além, em todas as zonas por onde tenha passado a pastorícia na Boavista, vestígios de casebres de uma só porta e uma fresta, que já eram construções rectangulares, do tipo europeu, mais precisamente, do tipo português.

As construções habitacionais surgidas com a economia da pastorícia, evoluíram paulatinamente de casas para palacetes, graças ao crescimento organizado desta economia, aliada a outras como a da urzela, da agricultura, da cal, entre outras. Os palacetes centralizaram-se nas povoações de vocação pastoril, como na Povoação-Velha, fundada em 1650, no Rabil antes de 1810, quando para ali foi transferida a paróquia de S. Roque e nas povoações do Norte: João Galego, Fundo de Figueiras e Cabeça de Tarafes, antes de 1755, quando foi criada a freguesia de S. João Baptista, com sede em Fundo das Figueiras.

[1790] FILHO, … – CABO VERDE …, p. 24.
[1791] Como vimos no capítulo sobre a demografia, em 1850 a ilha da Boavista tinha 50 habitantes.

Com a exploração, a apanha, o comércio, a exportação do sal e da urzela, sobretudo do primeiro, os palacetes continuam a ser construídos no povoado do "Porto Inglês", hoje Vila de Sal-Rei, que se desenvolve graças às suas ricas salinas e à concentração das transacções comerciais do sal, da urzela e de outros produtos da terra em torno do respectivo Porto. Com o desenvolvimento do comércio em Sal-Rei, emergem no século XVIII os sobrados. A decadência dos sobrados de Sal-Rei acentua-se precisamente quando o sal deixa de ser exportado em larga escala para o Brasil e para a Argentina, cerca de 1880, decadência essa que tivera o seu início com a fuga dos principais ricaços da ilha para outras ilhas, nomeadamente S. Vicente, devido ao florescimento do Porto Grande.

3.2.2. As habitações tradicionais e o poder sócio-económico

A construção das habitações tradicionais da Boavista obedece à especificidade de uma cultura cuja génese se assentou essencialmente num sistema económico de base pastoril, de exploração e comércio internacional do sal, da urzela e de outros produtos comercializáveis. Com efeito, a tipologia e a utilização dessas habitações eram condicionadas pelas actividades económicas, nomeadamente a pastoril, a salineira e a da urzela, o que contribuiu para a produção de uma hierarquia de habitações tradicionais, na base da qual se encontrava o funco, dos primeiros tempos da pastorícia, e no topo o sobrado, dos momentos áureos da exportação do sal e da urzela.

Por isso, não é difícil constatar-se que a evolução dos tipos da habitação antiga da Boavista se relaciona intimamente com o desenvolvimento sócio-económico da ilha. Todavia, outro aspecto condicionante a considerar é o poder sócio-económico dos seus respectivos proprietários, pelo facto de cada tipo de habitação reflectir o nível de vida do seu detentor, retratado, aliás, nas dimensões, no número de divisões ou aposentos, na natureza do material de construção, cobertura e pavimento, no aperfeiçoamento do acabamento e na existência de peitoril,[1792] de poial,[1793] varanda e anexos, conforme descrito atrás.

O funco, como já referido, era na Boavista habitação dos escravos e de gentes pobres que nem sequer podiam contar com a sua própria força de trabalho. O funco cedeu lugar às chamadas "casas". Estas, de planta rectangular, variavam, como já mencionado, em termos de comodidades, de acordo com o poder sócio-económico dos seus proprietários. Assim, para a maioria do povo boavistense, já liberto da escravatura mas "sem terra", as casas, quando as possuía, eram pequenas e, por isso, não ofereciam qualquer conforto. Os "sem terra" viviam essencialmente da venda da sua força de trabalho, ou então cultiva pequenas parcelas de terra alheias, por arrendamento.

[1792] O peitoril é uma faixa de terreno murado em volta, entre a fachada do bloco principal da habitação e a rua contígua. Tem o comprimento do bloco principal e mede cerca de 2 m de largura O muro que separa o peitoril da rua mede cerca de 1 m a 1,5 m de Alt., conforme a habitação se situa em terreno plano ou em terreno inclinado, respectivamente.

[1793] O poial era um tipo de banco, com cerca de 0,8m de altura e 0,6m de assento.

A seguir aos "sem terra", vinha a gente remediada, proprietária da "casa assoalhada" e proprietária de pequenas parcelas de terra e de algumas cabeças de gado; o marinheiro bem sucedido dos antigos veleiros e dono de algum meio de produção como, por exemplo, botes e redes de pesca artesanal e lojas ou tabernas de venda a retalho. As suas casas eram mais espaçosas que as dos "sem terra". Tendo em conta, porém, que as posses da gente remediada muitas vezes não satisfaziam todas as suas necessidades, era também obrigada a trabalhar em terrenos arrendados e a vender a sua força de trabalho para os médios e grandes proprietários.

Para as pessoas com um certo conforto sócio-económico, consideradas de classe média, já não se falava de casas mas sim de palacetes. O Palacete pertencia aos pequenos proprietários (um tipo de pequena burguesia local). Eram pessoas semi-abastadas, possuidoras de algum dinheiro, ou seja, indivíduos com um certo conforto económico: criadores de gado, donos de alguns escravos, de pequenas fazendas, de tapadas, de quintas e de pequenas casas comerciais. As salas dos palacetes, por que bastante amplas, eram os locais por excelência das cerimónias das povoações do interior. Por exemplo, serviam sempre de salas de baile por ocasião das cerimónias de casamentos, tornando-se "salas nobres" da dança do landu.[1794]

No topo da hierarquia das habitações vinha o sobrado, pertencente aos detentores de uma posição abastada ou a classe dos grandes proprietários de gado e de fazendas agrícolas, os donos de navios, de estabelecimentos comerciais e de escravos. As maiores propriedades dessa burguesia local eram as marinhas onde se produzia o sal que se exportava em larga escala para o exterior, nomeadamente para o Brasil, Argentina, Estados Unidos da América e para algumas ex – colónias na África Ocidental, como a Guiné-Bissau, Senegal, Gambia e Serra Leoa.

Observe-se que as habitações da Boavista nunca se destinavam ao aluguer, o que imprimia à sua construção um carácter fortemente utilitário em função das necessidades dos respectivos proprietários. Por isso, na Boavista, onde não existiu o sistema latifundiário nem de rendeiros, as habitações são maioritariamente de construção própria, por mais pobre que seja o agregado familiar. Este facto deve-se também à existência de muitos terrenos baldios e à abundância do principal material de construção: pedras graníticas e calcárias. Assim, na Boavista as habitações são construídas, como se entende do exposto no parágrafo anterior, exteriormente aos terrenos agrícolas ou de pastagem, existindo, entretanto, alguns escassos casebres no interior desses terrenos, ora para guardar os apetrechos e produtos de gado ora para moradias temporárias.

Do ponto de vista sócio-económico, conclui-se portanto que a diversificação social, ao longo dos vários períodos históricos da Boavista, é notória no tipo de habitação, o que, por sua vez, andou a par com os ciclos económicos por que passou a ilha. Esta relação entre os tipos de habitação e os ciclos económicos baseia-se, portanto, numa economia escravocrata assente na

[1794] Na Boavista, a dança do landu ou "badjâ landu" representava um dos pontos mais altos das cerimónias do casamento e o momento mais esperado do baile cerimonial. Evoluía à meia-noite, em ponto, hora sagrada da dança do landu.

pastorícia, na apanha e no comércio do algodão, do sal, da urzela e de outros produtos da terra. Esta relação ditou uma estratificação social espelhada também nos tipos, nas plantas e nos materiais de construção da habitação tradicional ou antiga da Boavista.

3.2.3. Os espaços económicos e a dispersão da habitação tradicional

Dissemos no capítulo sobre o cenário geográfico da ilhas da Boavista que a geografia de um determinado espaço não determina mas condiciona os modos de vida do homem que nela move. A construção de habitações é uma das actividades humanas condicionadas pela geografia do espaço onde labuta e sobrevive o homem. No caso dos habitantes da Boavista, como vimos nos capítulos sobre o povoamento e a economia, respectivamente, foram os campos de pastagem das vastas planícies da ilha que condicionaram, em primeira mão, a sua fixação e distribuição pelo respectivo espaço. Sem os obstáculos dos relevos das ilhas montanhosas, a morfologia da Boavista, não só ofereceram aos colonos os vastos campos de pastagem mas também influenciaram um povoamento do tipo aglomerado, em torno dos pólos de maior concentração pastoril e agrícola, enquanto a construção das habitações iam decorrendo dos condicionalismos locais, em termos da actividade económica predominante (pastorícia, apanha do sal e da urzela, entre outras) e do material natural de construção (pedra, palha soca, entre outros).

Nascidas, assim, essencialmente da pastorícia, em termos da dispersão pelos espaços geográficos da ilha da Boavista, as habitações tradicionais organizaram-se em aglomerados populacionais afastados uns dos outros, intermediados por grandes extensões de terrenos, ora de pastagem ora de agricultura ora ainda baldios, situados relativamente próximos de ribeiras agrícolas: Povoação-Velha, junto da "Ribeira da Areia", João Galego, Fundo de Figueiras e Cabeça de Tarafes, junto da "Ribeira do Norte" e Rabil e Estância de Baixo, junto da "Ribeira do Rabil". Exceptua-se a Vila de Sal-Rei que, nascida mais tarde da exploração e comercialização do sal, situa-se junto do Porto de mesmo nome.

O espaço habitacional da Boavista, nessa ordem de ideias, conjugado com os pólos geográficos dos produtos da terra, caracterizava-se assim por uma zonaficação social dominada pelo poder económico desenvolvido na ilha: Povoação-Velha (antes de 1650), quando as zonas de pastagem se concentravam na zona S - SW; → Povoações do Norte: João Galego, Fundo das Figueiras e Cabeça dos Tarafes (antes de 1755), quando os campos de pastagem se deslocaram da S - SW para a zona N - NW e a Ribeira do Norte ganhou interesse económico-agrícola; e → Povoação do Rabil (antes de 1810), quando as zonas de pastagem se deslocam em direcção N - NE e a Ribeira do Rabil ganha maior interesse económico-agrícola; → Vila de Sal Rei (antes de 1820), quando o sal das suas salinas se transforma em maior produto de exportação.

As ruas são geralmente largas e espaçosas, orientadas no sentido N. - S.: Povoação-Velha, Rabil e Fundo de Figueiras; L. - O.: João Galego, Vila de Sal-

Rei; sem definição e certa indisciplina no arruamento: Cabeça de Tarafes, Estância de Baixo e Bafureira. Assim, de uma maneira geral os espaços habitados favorecem um alto índice de arejamento, o que contribui para um alto nível de higiene e salubridade dos aglomerados populacionais.

3.2.4. Os tipos da habitação tradicional

Das observações que fizemos no terreno, constatámos que existem na Boavista diferentes tipos de habitações, diferenciando-se pelo tamanho, pelo número de divisórias, pela natureza dos materiais de construção e da cobertura, pelo número de portais, pela existência e número de casinhas no quintal, de peitoril e varandas, pela sua utilização, entre outros. Assim, tentando uma tipologia das habitações antigas da Boavista, utilizámos como critério essas características.

Ora, sabe-se que cada unidade histórico-cultural impõe contornos bem específicos às estruturas das construções habitacionais. Nesta óptica, as habitações da Boavista têm os seus traços próprios, de acordo com espaços sócio-económicos específicos da ilha. Esses espaços, socializados pela acção persistente do boavistense, correspondem a povoados como a Espingueira e outros já desaparecidos, a povoações, como a Povoação-Velha, o Rabil, a Estância de Baixo, a Bafureira, o João Galego, o Fundo das Figueiras, a Cabeça dos Tarafes e o Curral-Velho, hoje desabitado, todos de carácter agro-pecuário, e a uma vila, a de Sal-Rei, de carácter salineiro.

Na maioria dos casos, os obreiros da humanização desses espaços através da construção da habitação antiga não foram certamente, na sua maioria, profissionais da construção civil, embora, no caso dos palacetes e dos sobrados, por exemplo, tivessem sido dirigidos por mestres de obra vindos da então metrópole. Esses obreiros anónimos, como pedreiros, talhadores, carpinteiros, serventes, e outros, não tendo aprendido dos bancos da escola souberam entretanto estabelecer uma harmoniosa interconexão entre os materiais naturais de construção, a edificação das habitações, as condições geográficas (o terreno, o clima, o vento, a luz solar, a vegetação, o mar, pontos de água, entre outros), e a exploração económica (terrenos agrícolas, campos de pastagem, entre outras). Isto porque havia entre esses construtores do passado e a Natureza-Ambiente uma mais íntima relação e sintonia.

Dessa sintonia, na construção das habitações boavistenses resultaram três linhas arquitectónicas: uma rudimentar, abrangendo os funcos e as casas de chão; outra mista, que combina técnicas tradicionais europeias e africanas, abrangendo as casas de soalhos e alguns palacetes; e o modelo colonial-europeu, constituído por palacetos de construção mais evoluída e pelos sobrados. No primeiro caso predomina uma arquitectura espontânea, fruto do saber tradicionalista africano e europeu, que resultou na construção dos funcos e das primeiras casas de chão, de planta rectangular; a construção das casas de soalho e dos palacetes das zonas rurais denuncia uma arquitectura um pouco meia elaborada de construção habitacional, onde convivem harmoniosamente

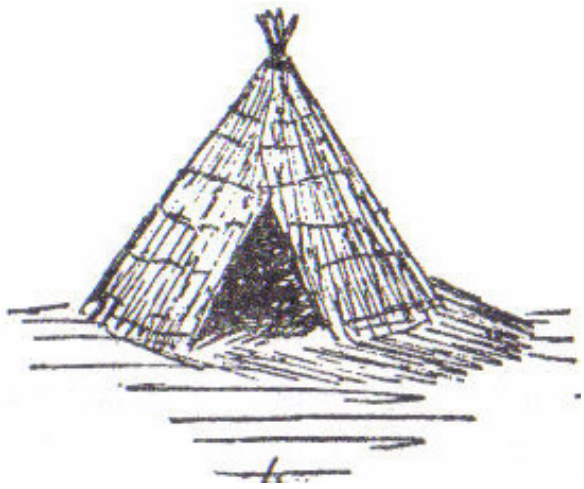
estilos tradicionalistas e modelos coloniais-europeus. Por último, aparecem os palacetes da zona urbana da Vila de Sal-Rei, de arquitectura mais complexa, e os sobrados, de estilo arquitectónico essencialmente colonial-europeu.

Tendo em atenção o modo de vida económico, a especificidade sócio-cultural, o estilo da arquitectura e as técnicas de construção das habitações antigas da ilha da Boavista, observámos uma tipificação da habitação que de seguida analisamos na ordem evolutiva da sua arquitectura, técnica de construção e condições de habitabilidade.

3.2.4.1. A fusão do "funco" africano com a "choupana" portuguesa: o funco cabo-verdiano

O funco cabo-verdiano, nascido da fusão da choupana portuguesa com o funco africano, em Santiago, terá chegado à ilha da Boavista nos finais do século XV, altura em que, como dissemos no capítulo sobre o povoamento, começaram a chegar os primeiros escravos à ilha para pastorear e caçar o gado bravo. Iniciava-se, com efeito, a primeira fase da ocupação da ilha, com a finalidade de ali se implementar uma exploração económica de base inicialmente pastoril. Com a chegada desses primeiros escravos na ilha da Boavista, por volta de 1490, começaram-se a construir as primeiras choupanas, como informa Christiano José de Senna Barcellos, citado no capítulo sobre o povoamento. De acordo com Francisco Travasso Valdez, pelo menos em 1864 ainda se nota a presença de funcos na Boavista, pois, ao falar do Rabil, o autor testemunha a existência de "[…] cabanas ou choças (funcos) n'um circuito de 1½ milha".[1795] Observemos o tipo de choupana, cabana ou choça importado de Portugal, sobre cujo modelo terá sido construído o funco da Boavista:

FIG. Nº 55
Choupana de colmo para abrigo de pastor na Terra Chã, Portugal



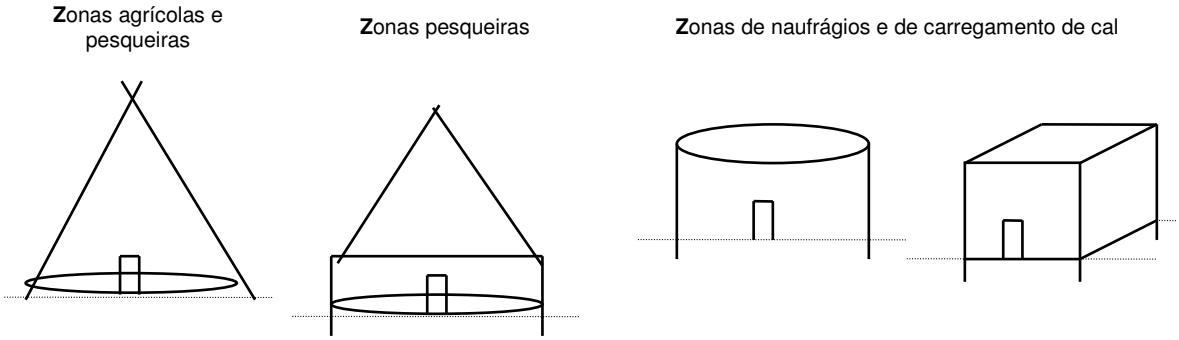
[1795] VALDEZ, Francisco Travasso – "Africa Occidental: notícias e considerações". TOMO I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864, p. 169.

Fonte: RIBEIRO, Orlando – "Opúsculos geográficos".
Vol. VI. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 382.

O funco da Boavista, tal como a choupana portuguesa, de arquitectura rudimentar, era uma habitação de planta circular,[1796] de dimensões reduzidas, de entre 3 a 4 metros de diâmetro em média, de construção frágil e sem comodidade alguma. Maior parte das vezes era construído com ramagens de coqueiros entrelaçados e revestidos exteriormente de colmo ou "palha soca"[1797] ("Andropagon goyanus"). Passou posteriormente a ser construído sobre uma base de pedras secas, material abundante na ilha. Abundavam também as ramagens de coqueiro e palha soca, que serviam da cobertura cónica do funco. A parede geralmente não ultrapassava 1,5 metros de altura. Este tipo de habitação possuía uma única porta, de cerca de 1 metro de altura por 0,80 de largo, que servia ao mesmo tempo de acesso ao interior do funco, de iluminação e de arejamento. O pavimento era de terra batida, que endurecia com o uso e o tempo.

Conforme colhemos junto dos mais velhos, na Boavista construíram-se quatro variantes de funcos: o "funco simples" (cónico e de colmo, parente mais próximo da choupana portuguesa), o "funco misto" (cónico e de colmo com uma base circular de pedra seca), o "funco de pedra seca" (circular, geralmente coberto de lona ou ramagens de coqueiros) e o "funco de pedra seca" (quadrado, geralmente coberto de lona ou de ramagens de coqueiro). Observemos os desenhos a seguir:

FIG. Nº 56
Funcos da Boavista



FONTE: Desenhos da nossa autoria, de acordo com as informações colhidas na ilha da Boavista.

Como se poderá imaginar, os funcos não possuíam as condições mínimas de habitabilidade: eram pouco mais de um abrigo dos pastores dos

[1796] Tivemos notícias de um tipo de funco de planta quadricular, provavelmente por influência das habitações de planta rectangular de origem portuguesa (ver desenho).
[1797] Nome popular do "colmo" na Boavista.

primeiros tempos da ocupação da ilha da Boavista. Hoje, servem somente de cozinha nas habitações de zonas rurais, como nas povoações de Bafureira e Cabeça de Tarafes, por exemplo.

3.2.4.2. Habitações de modelo arquitectónico português

O modelo de arquitectura português abrangiam as habitações de planta rectangular, como as casas de chão, as casas de soalho, os palacetes, localizados, em maior grau, em todas as povoações do interior, e os sobrados, localizados maioritariamente na Vila de Sal-Rei, a partir dos começos do século XIX.

3.2.4.2.1. A casa de chão

Os funcos evoluíram para a "casa" de planta rectangular, levada para Santiago pelos colonizadores do século XV. Existiram duas variantes de casa, de acordo com as posses dos seus respectivos proprietários: "casa de chão" e "casa de soalho" ou assoalhada. A primeira, de arquitectura rudimentar, embora mais evoluída do que o funco, denominava-se "casa de chão", porque o pavimento era de terra-batida; a segunda denominava-se "casa de soalho", porque o pavimento era de soalho; a primeira é mais de carácter rural e a segunda de carácter urbano. Eis uma "casa de chão", da zona Curral do Curral Velho:

FIG. Nº 57
Casa de chão



FONTE: Foto do autor, no sentido Oeste-Leste. Curral Velho, 2005

A casa de chão, em vias de extinção, terá sido introduzida na Boavista provavelmente entre os finais do séc. XVI e o início do séc. XVII, com a chegada dos primeiros colonos para enquadrarem os escravos, nas suas actividades de pastoreio. Se para estes era um tipo de habitação provisória dos primeiros tempos, para os escravos e os desprovidos de quaisquer meios de produção passou a ser, depois do funco, habitação permanente e própria. Pertenceu maioritariamente à classe dos escravos forros, pastores, pescadores, camponeses de parcos recursos ou trabalhadores rurais a dia que, para sobreviverem, vendiam a sua única riqueza ou a sua força de trabalho, ou então cultivavam pequenas parcelas de terra por arrendamento.

A casa de chão não ultrapassava os 5 metros de comprido por 3 de largura. Geralmente com uma só divisória, as suas paredes eram maioritariamente de pedras secas e raras vezes de pedras unidas com barro de terra vermelha; possuíam maior parte das vezes duas janelas, uma na parte de frente e outra na empena; as paredes geralmente eram rebocadas. A cobertura, feita de palha soca, tinha um formato de duas águas bastante inclinadas, enquanto os beirais eram pouco salientes. O edifício principal era quase sempre complementado por um pequeno quintal, de pedra seca, que geralmente não ultrapassava 1 metro de altura, tendo ao fundo a cozinha tipo funco. Apurámos junto das populações que era no quintal que se realizavam a maior parte dos trabalhos domésticos. Note-se, portanto, que a casa de chão, embora oferecesse melhores condições de habitabilidade que o funco, não possuía entretanto as condições de habitabilidade mínimas exigidas pela vida humana: eram ainda habitações simples, de gente pobre ou de parcos recursos.

3.2.4.2.2. As casas de soalho

As casas de soalho foram introduzidas provavelmente no primeiro quartel do século XVII, com o desenvolvimento da pastorícia. Era o tipo de casa pertencente aos remediados, ou seja, aos proprietários de algumas cabeças de gado e de pequenas parcelas de terra; aos proprietários de botes e redes de pesca artesanal; aos proprietário de lojas ou tabernas de venda a retalho e, mais tarde, aos marinheiros bem sucedidos dos antigos veleiros de navegação entre as ilhas e costa de África Ocidental.

Persistindo ainda na Boavista, a casa de soalho era de planta acentuadamente rectangular. Media cerca de 8 metros de comprido por 4 de largura e possuía geralmente duas divisórias, ou seja, dois compartimentos de tamanhos desiguais no corpo principal, uma sala e um quarto. Consequentemente, tinha um pouco mais de conforto. As paredes eram de pedras aparelhadas, unidas com barro de terra vermelha ou, raras vezes, de argamassa de cal e areia. Eram sempre rebocadas do lado de dentro e do lado de fora com argamassa de cal e areia e caiadas por dentro e por fora. A divisória era feita de parede, outras vezes de tabique, em ambos os casos com uma porta ao meio ou duas em cada extremo ou então uma num dos extremos do tabique ou da parede. O tabique era uma armação em tiras de madeira, enchida com cascalhos e argamassa de cal e areia. Em algumas casas de

soalho existia um tipo de sótão ou "sobrado",[1798] cujo acesso era por meio de uma escada de madeira de pinho, fixo ou móvel. Observemos uma "casa de soalho, no Rabil:

FIG. Nº 58
Casa de soalho



FONTE: Foto do autor, no sentido Leste-Oeste. Rabil, 2006

A casa de soalho possuía um quintal de 6 a 8m de fundo e de comprimento igual ao do edifício principal; no quintal possuía dois ou três casas pequenas, sendo uma destinada à cozinha, quando são três; no caso de existirem só dois quartos no quintal, então o proprietário construía um abrigo de pedras soltas e coberto de palha soca, que servia de cozinha. As casas pequenas e a cozinha dispunham-se ora paralela ora perpendicularmente ao edifício principal da habitação. Quando havia espaço, o proprietário construía também junto da casa uma cerca para guardar animais, nomeadamente cavalos e burros.

A cobertura era feita de palha soca a duas águas muito inclinadas e os beirais eram pouco salientes. O pavimento da sala era, na maioria das vezes, de soalho de tábuas de pinho. Um ou outro pavimento era de terra batida. O pavimento dos quartos poucas vezes era assoalhado. O bloco principal possui uma porta de duas bandeiras e duas janelas de cada lado da porta, igualmente de duas bandeiras, que davam para a rua, uma porta e uma janela, ambas de

[1798] O sobrado era uma espécie de tecto falso, geralmente em tábua de pinho, a cerca de 1,5 metros da parte interior do cume.

duas bandeiras, que davam para o quintal e uma janela, também de duas bandeiras, na empena, que dava para o beco.[1799] As portas e janelas raras vezes eram pintadas. Algumas dessas casas possuíam um poial à frente, contíguo aos dois lados da porta.

3.2.4.2.3. Os palacetes das povoações do interior

Com a melhor organização e crescimento da economia pastoril, aliada ao comércio do algodão e aos produtos agrícolas, estes nomeadamente para o fornecimento de frescos aos navios, surgem os palacetes das povoações do interior. Estes eram, portanto, o tipo de habitação provavelmente construído entre os finais do século XVII e o começo do século XVIII, com o apogeu do desenvolvimento da pastorícia. Pertenciam a pequenos proprietários, de entre os criadores de gado, proprietários de escravos, de pequenas fazendas agrícolas, de pequenas tapadas, quintas e lojas.

Os palacetes eram construídos sob plantas rectangulares, com as dimensões, em média, de 10 m de comprimento por 6 a 7 m de largura. Possuíam no edifício principal, no mínimo, quatro compartimentos: uma sala espaçosa, um corredor largo e dois quartos. Na maioria dos palacetes existia um sobrado. O acesso ao sobrado fazia-se através de uma escada de madeira fixa. As paredes das divisórias dos compartimentos eram geralmente feitas de tabiques, com uma porta ao meio, ou duas em cada extremo, ou então uma num dos extremos do tabique. Possuía um quintalão, com mais de quatro casinhas, uma servindo de cozinha. Em anexo ao quintal, existia sempre uma cerca de parede de pedra e barro e, às vezes, um quintalejo, ambos para guardar animais. As paredes do palacete das zonas rurais eram de pedras aparelhadas e unidas maior parte das vezes com barro de terra vermelha; eram rebocadas com argamassa de cal e areia e caiadas do lado de dentro e do lado de fora. O pavimento da sala era sempre assoalhado com tábua de pinho. Os quartos raras vezes eram assoalhados. A cobertura era geralmente de palha, algumas vezes de telha de madeira ou americana; o telhado era a duas águas bastante inclinadas e os beirais pouco salientes. De maiores dimensões do que as da casa de soalho, o palacete rural possuía uma porta e duas janelas, ambas de duas abas, que davam para a rua, um porta e uma janela, ou duas portas, ambas de duas abas, que davam para o quintal, uma janela, também de duas abas, que dava para o beco. As portas e janelas geralmente não eram pintadas. Alguns deles possuía também um peitoril amplo à frente. As salas dos palacetes, por que bastante amplas, serviam sempre de salas de baile. Por ocasião dos casamentos, nas povoações do interior eram as salas nobres da dança do landú. Podem-se identificar ainda em algumas povoações do interior da Boavista vestígios de palacetes, como, por exemplo, o que ilustra a figura a seguir, situado na Povoação-Velha:

[1799] O beco é um espaço de cerca de 3m de L que medeia entre duas casas construídas uma a seguir à outra, no mesmo lado da rua.

FIG. Nº 59
Palacete da zona rural, Povoação-Velha



Fonte: Foto do autor, no sentido Leste-Oeste. Povoação-Velha, 2006

3.2.4.2.4. O palacete das zonas urbanas e semi-urbanas

Os palacetes das zonas urbanas e semi-urbanas surgem com a exportação comercial do sal, nos finais do século XVIII. Tendo em conta o processe da modernização da Vila de Sal-Rei, devido sobretudo ao desenvolvimento do turismo, não conseguimos identificar um palacete dos mais emblemáticos dessa vila. Observemos os vestígios de um palacete da zona semi-urbana:

FIG. Nº 60
Vestígios de um palacete da zona semi-urbana, povoação do Rabil



FONTE: Foto do autor, no sentido Leste-Oeste. Rabil, 2006.

Esses palacetes pertenciam a gente abastada ou proprietários, de entre os grandes criadores de gado, proprietários de escravos, de fazendas agrícolas, de tapadas e quintas e de casas comerciais. Observemos um palacete, reconstruído, da zona semi-urbana:

FIG. Nº 61

Palacete da zona semi-urbana do Rabil



FONTE: Foto do autor, no sentido Sudeste-Noroeste. Rabil, 2006.

Em termos de dimensões, eram maiores do que os palacetes das zonas rurais e possuíam mais de quatro compartimentos. No mais, possuíam características similares às dos palacetes das zonas rurais, com a excepção dos pavimentos das salas e dos quartos que eram de soalho, das paredes que eram de pedras aparelhadas e unidas com argamassa de cal e areia, da cobertura que era de telha de madeira ou americana e de não possuírem peitoril.

3.2.4.2.5. O Sobrado

Simultaneamente à construção de palacetes, os sobrados[1800] terão sido construídos na Boavista, mais precisamente na Vila de Sal-Rei, a partir do primeiro quartel do séc. XIX, com a intensificação do comércio do sal e da urzela para o exterior, nomeadamente para a Inglaterra, Brasil, Argentina, Estados Unidos da América e para os países da África Ocidental. Este tipo de habitação pertencia originariamente aos detentores de uma posição abastada ou a classe dos grandes proprietários de gado, de fazendas agrícolas, de salinas, de navios, de estabelecimentos comerciais e de escravos. Pertencentes hoje aos herdeiros dos antigos abastados de Sal-Rei, os sobrados ainda lá estão, testemunhando o período áureo da exportação, nomeadamente do sal e da urzela da ilha da Boavista, embora muitos deles estejam em estado acelerado de degradação. Vejamos um exempler de sobrado na Vila de Sal-Rei:

FIG. Nº 62
Sobrado



FONTE: Foto do autor, no sentido Nordeste-Sudoeste. Vila de Sal-Rei, 2005

[1800] Residimos, de 1976 a 1978, num dos sobrados pertencentes aos herdeiros de um dos grandes proprietários e comerciantes da Boavista d'outrora, David Ben'Oliel. O sobrado foi adquirido pela Câmara Municipal da ilha. Recuperado, nele funcionava a "Escola de Música" da Boavista, até ser consumido por chamas em 2000.

Construção tipicamente europeia, a planta dos sobrados é rectangular, muito próxima do quadrado. Os sobrados possuíam um andar, com vários e amplos compartimentos: sala de visita ou "salão", sala de convívio ou "convívio", sala de jantar, quartos de dormir, do casal, das raparigas e de hóspedes. As paredes das divisórias do andar são feitas em tabiques. No piso do andar os sobrados possuíam largas varandas, maior parte das vezes viradas para o pátio interior.[1801] Neste particular, note-se que, enquanto que as varandas dos sobrados de Santiago e do Fogo representavam o prestígio do proprietário e tinham funções de vigia das terras circundantes, na Boavista as varandas tinham mais funções utilitárias do que sociais, pois serviam fundamentalmente para a circulação interna e de vias de acesso aos diferentes compartimentos do primeiro andar.

No rés-do-chão, os sobrados possuíam armazéns, arrecadações, lojas e ainda quartos para os rapazes. A cozinha, a dispensa e os compartimentos colectivos para os escravos e a criadagem situavam-se numa construção anexa ao edifício principal. As paredes das divisórias dos compartimentos do rés-do-chão eram feitas de pedras ligadas com argamassa. Acedia-se ao andar por uma escada construída em madeira de pinho, a partir do pavimento do pátio interior. Possuíam em anexo um quintal, onde os proprietários guardavam e tratavam os cavalos destinados às corridas por ocasião das festas tradicionais, com destaque para a Santa Isabel, Santa Cruz e São João Baptista. Tinham muitas portas e muitas janelas, todas pintadas. As janelas eram envidraçadas e tinham persianas do lado de fora. Com uma espessura de 60 a 70 cm, as paredes eram de pedras bem aparelhadas e unidas ora com barro de terra vermelha ora, a maioria, com argamassa de cal e areia; as pedras calcárias dos cunhais, muitas vezes a descoberto, eram trabalhadas com motivos de decoração. A cobertura, a quatro águas e com algerozes em volta, era de telha de madeira ou americana. O interior da cobertura era forrado com tábuas, formando um tipo de sótão entre o forro e o telhado. O acesso ao sótão fazia-se através de uma escada de madeira interior, umas vezes fixa, outras vezes móvel. Em todos os sobrados existiam duas ou mais águas-furtadas, que davam para a rua principal e, às vezes, para a rua da travessa. O pavimento dos compartimentos, menos os destinados aos escravos ou à criadagem, era de soalho de tábuas de pinho importadas do exterior.

Observemos que nessa época não existiam instalações sanitárias, nem nas habitações portuguesas, pois elas foram introduzidas no século XX. Por isso, para a satisfação das necessidades fisiológicas, na maioria das habitações dos remediados e abastados da Vila de Sal-Rei, havia as chamadas "latas de feses" e os "chapéus-altos",[1802] respectivamente, instalados num pequeno cubículo muitas vezes construído de madeira, no fundo do quintal ou no pátio interior. Essas "latas de feses" e "chapéus-altos" eram despejados pelos

[1801] Havia um ou outro sobrado com varandas viradas para a rua.

[1802] "Chapéu-alto" era a designação dada a um tipo de bacio, de ferro esmaltado ou de alumínio, com cerca de 50 cm de altura, no qual se faziam as necessidades fisiológicas.

escravos[1803] ao anoitecer à beira-mar, num sítio genericamente denominado Beira.[1804] Nas povoações do interior a prática das "latas de feses" e dos "chapéus-altos" era menos do que na Vila de Sal-Rei. A explicação para este facto poderá ser a seguinte: antigamente era hábito, tanto entre os pobres como entre os remediados defecarem ao ar livre. No interior da ilha havia lugares públicos próprios para a defecação, genericamente denominados "munturos". Assim, pouca gente do interior defecava nas chamadas "latas de feses" e nos "chapéus-altos". Estamos, portanto, perante um problema mais sócio-cultural do que económico, porque os proprietários dos palacetes e os dos sobrados tinham condições económicas que lhes permitiriam construir instalações sanitárias nas suas respectivas habitações.

3.2.5. Materiais e técnicas de construção das habitações tradicionais

A construção das habitações tradicionais da Boavista, como ainda se poderá observar de algumas ruínas, era feita essencialmente de materiais naturais locais, com destaque para a pedra, o barro e o colmo. Assim, não podemos deixar de fazer uma análise dos materiais naturais da ilha da Boavista e da sua utilização na construção das habitações antigas, pois tal procedimento nos ajudará a enquadrar as referidas habitação no seu ambiente natural. Neste sentido, observando localmente a forma como são construídas as habitações antigas da Boavista, constatamos que, nas relações construtor-habitação-natureza, o material natural de construção era utilizado com todo o seu realismo. Isto é, nessas habitações, a harmonia e a solidez, por exemplo, com que as pedras calcárias e as basálticas eram utilizadas na feitura das paredes; o brilho da brancura da lavagem a água de cal das paredes; o engenho dos lintéis em pesadas mas sólidas lajes de pedra calcária, ou em leves mas resistentes barrotes de coqueiro; os leves mas resistentes caibros em madeira de coqueiro, entre outros. Tudo isso retrata o bom gosto, a leveza, a alegria e a vivacidade do boavistense do passado, sempre em busca de melhores soluções para a construção das suas habitações, o que revela o bom gosto ao mesmo tempo pela estética e pela qualidade da sua própria habitabilidade, com recurso aos materiais que o seu ambiente natural lhe oferecia.

Na Boavista, com efeito, a construção das habitações antigas era estreitamente condicionada pela existência de materiais locais. Como materiais naturais podemos citar a pedra basáltica, localmente denominada de pedra preta, a pedra calcária, conhecida por pedra branca, a areia branca das dunas e a areia preta do leito das ribeiras, a madeira e ramagens de coqueiro, o colmo ou "palha soca" ("Andropagon goyanus"), o barro de terra vermelha, entre outros; os materiais produzidos são a cal, a telha de barro, a corda de coco, para fixar a palha sobre as ripas, entre outros.

A construção de uma habitação tradicional começava pela fundação ou alicerce e pelo enchimento da mesma, com excepção do funco que, como

[1803] Ou empregados domésticos, após a abolição da escravatura.
[1804] Designação dada pelo povo ao local, à beira-mar, onde os pobres e uma boa parte dos remediados defecavam.

veremos de seguida, não tinha alicerces. Seguia-se o levantamento das paredes. Como referimos, os funcos, embora de base de pedra, não tinham alicerces: as pedras eram colocadas directamente sobre o solo; quanto ao funco de base de pau, as vigas-mestras eram espetadas no solo, até a uma profundidade de cerca de 30 a 40 cm, conforme fosse a exposição do local da construção ao vento predominante.

As paredes das habitações, umas eram feitas toscamente e outras de pedras mais talhadas. No primeiro caso, para além das bases de alguns funcos antigos, destacavam-se as casas de chão, construídas na maior parte das vezes de pedras soltas, de aspecto rústico, quer no interior quer no exterior. Eram nada confortáveis e pouco higiénicas. No caso, encontravam-se as casas assoalhadas, feitas de pedras bem talhadas, sobrepostas e intermediadas com barro, para a gente remediada, e com argamassa de cal com areia, para a gente rica. Conforme nos informou Manuel Nascimento Livramento, hoje falecido, é provável que as primeiras paredes de pedra e cal da Boavista tenham sido edificadas no antigo povoado do Canto, fundado pelos ingleses quando no início do séc. XVII tentavam explorar o sal nas salinas do porto do mesmo nome, na costa N. da ilha.[1805] Outrossim, é a zona onde observámos uma intensidade maior de existência de fornos de cal e de vestígios de quintalões para o depósito de cal, onde os navios iam carregar o referido material de construção.

Mas, fossem quais fossem os tipos de parede, na sua feitura obedecia-se, no geral, aos mesmos princípios. Neste sentido, por exemplo, aprendemos com o falecido João António de Cruz, mais conhecido por "Jom Diku",[1806] e com outros pedreiros da Povoação-Velha, em 1970 e 1971, que as paredes das habitações antigas tinham sempre duas faces, uma amarrada à outra com pedras especificamente telhadas para o efeito e colocadas alternadamente. Isto é, essas pedras tinham de atravessar de um ao outro lado da parede. A espessura média da parede situava-se entre os 50 e 60 cm. A altura, do chão à beira, para as casas de chão, poucas vezes ultrapassava os 2,5 m; para as casas de soalho e sem sobrado, variava entre os 2,5 e 3 m e as com sobrado atingiam os 3,5 m; para os palacetes, a altura variava entre os 3 e 3,5 m, quando não tinham sobrado, e mais de 3,5 m quando tinham sobrado; para os sobrados, o rés-do-chão e o andar atingiam em médio os 3,5 m cada um, num total, em média, de 7 m.

Para evitar fissuras e fendas, na feitura das paredes, primeiro as pedras eram aparelhadas e calibradas, sendo depois sobrepostas ou assentes umas sobre as outras no sentido ascendente, e emparelhadas em "marrumes", isto é, a metade posterior da pedra de uma das faces emparelhava-se com a metade anterior da pedra da outra face e assim sucessivamente. Nas extremidades de

[1805] Conforme o informante Manuel Nascimento Livramento, já falecido, nascido no Derrubado a 24 de Dezembro de 1926, existiam antigamente no Canto casotas de planta rectangular, de parede de 'pedra e cal', rebocadas de cal e cobertas de telha de madeira ou telhas americanas. Com efeito, nessa localidade ainda hoje podem-se observar vestígios em degradação irreversível.

[1806] João António da Cruz, nascido a 10 de Junho de 1902 e falecido a 29 de Janeiro de 1977, era pescador e pedreiro de profissão. Nesta última qualidade exercia também as funções de Mestre de Obra. Com ele ensaiámo-nos na arte de fazer parede durante cerca de dois anos.

cada pano de parede utilizavam-se pedras calcárias emparelhadas, rigorosamente talhadas para o efeito, denominadas cunhais, as do lado de fora, e contra cunhais, as do lado de dentro. Para ligar as pedras umas às outras, quando não fossem de pedras soltas, colocava-se entre elas, ou o barro de terra vermelha ou a argamassa de cal com a areia branca das dunas, ou areia preta do leito das ribeiras. As paredes eram feitas com o auxílio de ferramentas tradicionais, como o martelo de pedreiro, o picão, o cordel ou linha de alinhamento, o fio do prumo, a régua, o nível de bolha de ar, o esquadro, a colher de pedreiro, o metro articulado de madeira, a fita métrica, entre outras.

Terminada a feitura das paredes, procedia-se à cobertura. Esta era em palha soca, para as casas de chão e para as casas de soalho, e em telhas de madeira ou americanas para os palacetes e para os sobrados. Nas casas e nos palacetes, a cobertura era a duas águas, muito inclinadas, para facilitar o escoamento das águas das chuvas, e, no sobrado, geralmente a quatro águas. Para a cobertura a duas águas, as casas possuíam empenas, cujo cume tinha um ângulo que variava entre os 80 e 90°, e para a cobertura a quatro águas possuíam varedos. Como suporte da palha soca e das telhas utilizavam-se caibros e ripas de madeira de coqueiros que, na época, abundavam nas ribeiras agrícolas da ilha. Para os sobrados utilizavam-se barrotes de madeira importados. No caso da cobertura em palha soca, antes deste dispunha-se uma camada de ramagens de coqueiro sobre as ripas.

A técnica da cobertura em palha soca, segundo Lopes Filho, terá chegado a Cabo Verde com os açorianos e madeirenses que, nos tempos da pesca da baleia, vinham ao Arquipélago.[1807] Da bibliografia consultada e da observação de muitas fotografias de habitações africanas, cremos entretanto que poderão ter chegado a Cabo Verde com os escravos algumas técnicas específicas de cobertura com a palha soca e outros materiais afins. A palha soca, de todos os materiais locais de construção, era o mais frágil, podendo entretanto durar de 10 a 12 anos sem ser substituída totalmente.

Finalmente vinha a colocação das portas que chegavam a atingir 2m de altura por 1 a 1,20 m de largura, e das janelas, com as dimensões de 1m de altura por 0,80 m largura; o reboco, umas vezes em partes e outras vezes em todo do edifício, conforme as posses do proprietário, e a pavimentação, ora de terra-batida ora de soalho.

Os profissionais tradicionais de parede, os pedreiros, eram dirigidos por colegas mais experientes e, principalmente, por um que fazia as vezes de Mestre de Obra. Um bom pedreiro tradicional conhecia-se pela maneira como talhava, calibrava e assentava as pedras na parede, sobretudo a esquadria dos cunhais e dos contra-cunhais, e como utilizava as ferramentas de pedreiro atrás referidas. O ofício de pedreiro era tradicionalmente aprendido dos mais velhos, sem que houvesse uma instituição escolar de arte e ofício de pedreiro. Com efeito, tratava-se de uma aprendizagem informal, espontânea, transmitida de geração em geração. Porém, quando se era candidato a pedreiro, os mais velhos exigiam que o aprendiz exercesse primeiro as funções de servente dos pedreiros, que os iam iniciando no ofício da parede. Como aprendiz da parede,

[1807] FILHO, … – CABO VERDE …, p. 21.

se lhe exigia que soubesse realizar bem as tarefas inerentes ao ofício, nomeadamente talhar, colocar, emparelhar e amarrar as pedras, utilizar correctamente as ferramentas do pedreiro, nivelar, fazer esquadria, entre outras tarefas. O seu salário era calculado proporcionalmente ao grau do seu rendimento que ia revelando na arte de fazer parede. Apontemos como exemplo o nosso caso: aos 18 anos de idade, ainda como aluno no então Liceu Gil Eanes, fomos iniciados no ofício de pedreiro pelo nosso avô, João António da Cruz, com um salário de 15$00 diários, enquanto que um pedreiro profissional ganhava 40$00 diários; pouco tempo depois passámos a auferir 20$00 diários e mais tarde 30$00, quando, passados já dois anos, retomámos de novo os estudos.

3.2. 6. Utilização das habitações tradicionais

Urge agora interrogarmo-nos: que utilização os boavistenses davam às suas habitações? Antes de mais, refiramos que uma habitação na Boavista não era um simples abrigo: utilizava-se também como lugar de relaxamento físico e psicológico, como lugar de convívio familiar e de encontro de amigos e conhecidos. Para além das funções habitacionais e sociais, a habitação antiga da Boavista tinha, por outro lado, funções económicas, porquanto era nela e nas suas dependências que muitos dos trabalhos quotidianos dos seus proprietários e dos seus familiares se realizavam. Por isso, na construção das habitações os proprietários adaptavam-nas sempre a essas funções, pois as referidas habitações eram, não só o símbolo das suas condições sócio-económicas mas também o reflexo das actividades económicas que exerciam. Por isso, a habitação antiga da ilha da Boavista tinha, ao mesmo tempo, funções habitacionais, sociais e produtivas.

Nesta base, a edificação da habitação antiga na Boavista obedecia, antes mais, aos níveis sócio-económicos da família sua proprietária. Assim, para as famílias sem bens materiais, construía-se um único compartimento, que servia para todas as necessidades habitacionais: todos os membros da família dormiam na única e diminuta divisória existente, que era, ao mesmo tempo, a sala de visita. As actividades económicas quotidianas realizavam-se em torno da habitação, muitas vezes em espaços públicos. Para as famílias remediadas, o casal geralmente dormia no quarto e os filhos na sala. Esta era ao mesmo tempo o lugar de receber visitas. Quando os rapazes crescessem, os pais arranjavam-lhes um quarto no quintal para dormirem. Para a realização das actividades económicas quotidianas dispunham do quintal. As pessoas com um certo desafogo económico viviam mais comodamente nos seus palacetes, com salas só para visitas, um quarto só para o casal e outro quarto para os filhos. Quando os filhos crescessem, os rapazes tinham um quarto de entre os muitos do quintal que servia, ao mesmo tempo, para a labuta quotidiana. Os grandes proprietários tinham os seus sobrados, com salas e quartos amplos, ricamente mobilados: para cada membro da família havia geralmente um quarto de dormir e para os hóspedes havia sempre um quarto disponível. As actividades

económicas quotidianas realizavam-se em espaços especificamente construídos para o efeito.

O quintal e as casinhas anexas ao edifício principal, como vimos referindo, constituíam dependências onde se realizavam os trabalhos da economia doméstica. Por exemplo, o quintal servia não só para as lides domésticas mas também como lugar de guarda das alimárias, de arrecadação da palha para os animais, de tratamento e salga e da seca da carne de cabra, a "txasina", e do pescado. Era ainda nos cantos dos quintais que as pessoas pobres depositavam os produtos da apanha da urzela, do sal e da semente da purgueira, que depois eram vendidos aos comerciantes.

As casinhas do quintal eram utilizadas para o fabrico caseiro do queijo e da manteiga e como arrecadação de vasilhame (tigelas, alguidares, moringos entre outras) e utensílios (selas, ceirões, cordas, entre outros). A chamada "frente de casa" era utilizada, da gente pobre aos pequenos proprietários, não só para moer e pilar o milho e para descascar os produtos hortícolas de vagens, mas também para descansar, cavaquear e contar "estórias" às crianças. Para a gente do sobrado, essas actividades eram realizadas nos pátios interiores dos sobrados.

Aqui ressalta-se o papel social que desempenhavam o poial das casas de soalho e o beco nomeadamente como pontos de encontro para conversas diversas, para contar "estórias", numa sã convivência entre as várias faixas etárias da população, contribuindo, assim, para a coesão social. Quanto ao peitoril, tinha mais uma função discriminatória, na medida em que a sua função principal era a de manter uma certa distância entre as pessoas da família e as da rua que não pertencessem às suas relações sociais. O convívio entre as pessoas do sobrado era em círculos fechados, sobretudo nas salas de visita, ou em espaços construídos especificamente para o efeito.

3.3. Construções sacras: capelas e igrejas

Ao abordarmos a construção sacra na Boavista, temos em vista esclarecer o papel que as capelas e igrejas desempenharam na religiosidade do povo dessa ilha. Neste sentido, entendemos por "construção sacra" algo edificado pelo homem e que se destina ao sagrado, isto é, à adoração dos deuses e à veneração dos santos, por exemplo, na religião cristã, ou para o culto dos antepassados e veneração dos ancestrais, em sociedades classificadas, em termos religiosos, pelas culturas ocidentais de animistas. Nesta acepção, o termo "igreja", com "i" minúsculo, significa templo católico, diferenciando-se, assim, do termo "Igreja", com "I" maiúsculo, que significa "Assembleia dos cristãos", símbolo da comunhão espiritual entre os crentes da Religião Cristã. Portanto, a construção de templo, igrejas e capelas nessa religião, marca também a religiosidade de um povo.

Assim, as igrejas e as capelas, como suportes físicos da espiritualidade do seu povo, constituem as construções sacras mais marcantes da ilha da Boavista, pois o boavistense cultivou sempre com devoção a sua religiosidade,

embora, como vimos atrás, com alguma superstição pelo meio. E o ponto alto das manifestações dessa espiritualidade acontecia, entretanto, pelas celebrações das festas tradicionais, para as quais os boavistenses investiam muito, material e espiritualmente. Por isso, as festas tradicionais realizavam-se imperativamente a partir das igrejas e das capelas que abrigavam os respectivos Santos Padroeiros: S. Roque, Santa Isabel, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Piedade, S. João Baptista, entre outros. As igrejas e as capelas constituem, assim, os símbolos mais autênticos da espiritualidade do boavistense. Por isso, as igrejas e as capelas fazem parte do seu património construído, pelo que merecem ser aqui descritas cronologicamente, por a sua construção andar a par com o desenvolvimento social, económico e religioso da ilha.

Neste sentido, há uma notícia vaga de que a primeira capela da Boavista terá sido erigida cerca de 1580, altura em que a ilha era habitada maioritariamente por escravos pastores e por alguns colonos, assistidos espiritualmente por visitadores. Não tivemos sequer a notícia dos vestígios dessa capela. A ilha veio a ter o seu primeiro pároco em 1677.[1808] Ora, como vimos no capítulo sobre a demografia, a ilha contava 150 habitantes em 1650, 1.000 habitantes em 1720 e 1.256 habitantes 1775 para 200 fogos, após ter sofrido uma grave crise de fome em 1773. Com essa evolução populacional, não é de se estranhar que entre 1650 e 1680 tenha sido provavelmente construída na Povoação-Velha, fundada em 1650, uma capela, cujas ruínas denominadas pelos populares "Igrejóna", como nos referimos quando abordamos a organização paroquial na Boavista. Também referimos, quando discutimos a pirataria na Boavista, que em Outubro de 1684 um navio-corso inglês atacou a ilha, tendo os piratas roubado ornamentos e cálices das igrejas, indo vendê-los à Gambia. Reparemos no pormenor de o historiador referir "igrejas" e não "igreja", o que nos leva a crer na existência de mais de uma capela na Boavista nos séculos XVI e XVII, provavelmente a de 1580 e a de 1650, ou ainda a de 1680. Tais factos mostram que já existia uma certa organização religiosa na ilha, particularmente entre 1650 e 1684, o que justificava, com efeito, a construção de capelas. Assinale-se que, se para a hipotética capela de 1580 não encontrámos vestígios, para a de 1580, de 1650, ou de 1680 a sua existência poderá ser testemunhada através das suas ruínas.

De todo o modo, nos finais do século XVI e durante todo o século XVII, as construções sacras na Boavista restringiram-se a uma ou outra capela, paralelamente à construção de infra-estruturas para a exploração económica de gado, como tapadas, quintas e currais, e de habitações de arquitectura simples para os escravos e para os representantes dos colonos que os enquadravam no trabalho. O grosso das capelas e das igrejas terá sido construído, pois, nos séculos XVIII e XIX, períodos em que a ilha da Boavista se encontrava, como vimos na parte referente à economia, em franco progresso.

[1808] DUNCAN, T. Bentley – "Atlantic Islands : Madeira, the Azores and the Cape Verdes in Seventeenth-Century. Commerce and Navigation". Chicago : The University Chicago Press, 1972, p. 187.

Quanto à construção de capelas na Boavista, Chelmicki dá conta em 1841 da existência de quatro "capelas particulares", a saber: Nossa Senhora das Dores, Santo António, Nossa Senhora da Piedade e Santa Isabel.[1809] Chelmicki não indica as datas dessas construções mas supomos terem sido construídas em anos compreendidas entre 1730 e 1840.[1810] Vejamos, então.

A capela de Nossa Senhora das Dores situava-se junto ao povoado do mesmo nome, povoado esse que evoluiu para a Povoação da Estância de Baixo. Antigamente aquele povoado e mais tarde a própria Povoação da Estância de Baixo pertenciam à chamada "villa do Rabil".[1811]

FIG. Nº 63

Ruínas da capela de Nossa Senhora das Dores



FONTE: Foto do autor, Estância de Baixo, Maio 2005.

[1809] Designamos "capelas particulares" as construídas por privados: proprietários que antigamente construíam capelas junto às suas moradias no campo.
[1810] CHELMICKI, José Conrado C.; VERNHAGEN, Francisco Adolfo de – "Corografia Cabo-verdiana ou Descripção Geográphico-Histórica da provincia das ilhas de Cabo Verde". TOMO II. p. 157.
[1811] Trevassos Valdez, in "África Ocidental", TOMO I, Lisboa, 1864 e B.O. Nº 10, de 11 de Janeiro de 1843.

A capela hoje encontra-se em ruínas. Sobra a possível data da sua construção, das visitas que efectuámos ao local em 2005, entre as ruínas encontrámos inscritas em duas pedras calcárias as datas de 1719 e 1818, respectivamente. Numa delas, artisticamente talhada, encontrámos as inscrições "1718 e V + 168". A inscrição da data 1719 assinalará a da construção da capela? E a data de 1818, a da sua recuperação, ou da sua ampliação? E quanto à inscrição "V + 168", será um código de família? Caso sim, que simbolizará ou qual será o seu significado?

Não conseguimos até agora decifrar essas inscrições. Mas, na falta de outras informações, adoptámos o ano de 1719 como a data mais provável de construção da referida capela, pois a sua presença ali poderá sugerir este facto. Das nossas visitas às referidas ruínas, observámos no átrio da mesma capela a campa de Aniceto António Ferreira[1812] que, tendo chegado à ilha da Boavista entre 1777 e 1779, faleceu na mesma ilha em 1820. Observámos também no átrio da capela as inscrições da laje tumular de um tal Hipólito, assinalando a sua morte em 1846. Estes dados dão a indicação de que pelo menos até 1846 a capela da Nossa Senhora das Dores ainda existia.

De acordo com Senna Barcellos, o Bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente edificou uma capela em S. João Baptista, na povoação do Norte,[1813] pensamos nós, entre 1755 e 1765, altura em que, como referimos no capítulo sobre o povoamento, o Bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente mandara criar a Freguesia de S. João Baptista. Ora, a criação de uma freguesia pressupunha, entre outras, a existência de uma igreja ou, no mínimo, de uma capela. As ruínas dessa capela hoje denominam-se "Igreja Bédja". Note-se que quando o bispo criou a freguesia e mandou construir a capela, "o parocho não tinha congrua, mas recebia um bolo de 100 réis, que lhe pagava cada casal, que para isso fôra obrigado pelo bispo".[1814]

A capela de invocação à Nossa Senhora da Piedade situava-se no Campo da Serra, onde terá sido construída, de acordo com Manuel Nascimento Livramento, pela família da Prisca Lima Melo, de João Galego.[1815] Eis as ruínas da referida capela e da sua "Cruz das Almas, à frente":

[1812] Note-se que de 1809 até 1819 Aniceto António Ferreira era ainda Capitão-mor da ilha da Boavista.

[1813] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Cap. I. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 19-21.

[1814] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 19-21.

[1815] A informação é de Manuel Livramento, nascido a 24 de Dezembro de 1926, na povoação de Cabeça dos Tarafes, na Boavista. No momento em que escrevíamos a nossa dissertação, ele faleceu na Praia, onde constituiu família e residiu até ao seu falecimento.

FIG. Nº 64
Ruínas da capela de Nossa Senhora da Piedade



FONTE: Foto do autor, no sentido Sul-Norte. Campo da Serra, 2006

A família Lima Melo era possuidora de extensas propriedades agrícolas na zona. Da mesma forma, informações colhidas junto dos populares de João Galego, povoação relativamente perto do Campo da Serra, dão conta de que a capela terá sido construída no século XIX. Não encontrámos entretanto outra referência escrita senão a feita por Chelmicki em 1841. Cruzando as informações orais e as escritas por este autor, somos a supor que a capela de invocação a Nossa Senhora da Piedade terá sido construída entre os finais do século XVIII o primeiro quartel do século XIX. Com a queda da criação de gado a capela caiu em ruínas. Em sua substituição, foi construída, entre 1967 e 1968, uma outra capela de invocação à Nossa Senhora de Piedade na povoação mais próxima, João Galego.

A Igreja Matriz[1816] de invocação ao S. Roque, no Rabil, foi mandada construir em 1806 pelo Bispo D. Frei Silvestre de Maria Santíssima e, em 1810, o mesmo bispo manda transferir a sede paroquial da Povoação-Velha para a então "villa do Rabil".[1817]

[1816] "Igreja Matriz" designa a igreja principal de uma localidade, por isso, sede da respectiva paroquia. Na Boavista temos as paróquias de Santa Isabel, com sede na Vila de Sal-Rei, que substituiu a de S. Roque (Rabil), e de S. João Baptista, com sede em Fundo de Figueiras. *Igreja Matriz* designa a igreja lidade

[1817] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a Statística das Possessões Portuguezas na África Occidental e Oriental; na China, e na Oceânia. Livro I – Das Ilhas de Cabo Verde e suas dependências (1844-1846)". Lisboa: [s. n.], 1844. p. 75.

FIG. Nº 65

Igreja Matriz do Rabil



Fonte: Foto do autor, rabil, Maio 2005.

Não tivemos conhecimento se na então "villa do Rabil" havia sido construído alguma capela antes da Igreja Matriz de S. Roque. Pensamos, todavia, que a capela de invocação à Nossa Senhora das Dores, atrás referida, servia a todos os povoados que, por associação, viriam a constituir a referida "villa". Este igreja sofreu estragos consideráveis com o temporal de 3 de Setembro de 1851, tendo o pároco local aberto uma subscrição para reparar os efeitos do referidos estragos.[1818] Já a 11 de Março do ano em apreço, o Bispo da Diocese de Cabo Verde deslocou-se à Boavista e, na ocasião, convidou o povo, na igreja de S. Roque do Rabil, a uma subscrição para a reedificação tanto dessa igreja, que tinha sido danificado pelo referido temporal, como a capela da Vila de Sal-Rei, que o mesmo temporal arruinara.[1819] Era então Bispo de cabo Verde D. Patrício Xavier de Moura.[1820]

A capela de invocação à Nossa Senhora da Conceição foi construída na Povoação-Velha em 1822,[1821] sucedendo à primeira capela construída nessa

[1818] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE VI. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911, p. 223.
[1819] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 225.
[1820] Cf. BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE V. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911, p. 160-166.
[1821] Como se poderá ler numa placa incrustada na frontispício da referida capela.

mesma povoação, como referimos no capítulo sobre a administração, entre os finais do século XVI e meados do século XVII.

FIG. Nº 66

Capela de Nossa Senhora da Conceição, Povoação-Velha



FONTE: Foto do autor, Povoação-Velha, Maio 2005

As informações colhidas em Sal-Rei e na Povoação-Velha dizem que essa capela terá sido erigida pela família Tavares de Sal-Rei. Não conseguimos, porém, qualquer documento escrito que pudesse confirmar tal informação.

A capela de Santo António, situada em campo aberto, mais ou menos no centro da ilha. Em torno da sua construção, conta-se a seguinte lenda: no século XIX um indivíduo abastado da Vila de Sal-Rei mandou transportar, em burros, mantimentos e outras cargas, de entre elas uma imagem de Santo António, para o interior da ilha, onde tinha propriedade agrícola e criação de gado. A partir de uma determinada altura, o burro que carregava o Santo recusou-se a avançar, parando estaticamente sobre um cabeço, localizado a leste do monte que hoje se denomina "Rocha de Santo António". Fizeram tudo para que ele continuasse a marcha, mas não arredava o pé dali. Alguém se lembrou de retirar o Santo do ceirão. Acto contínuo, o burro, muito alegre, recomeçou a marcha. Milagre! Por ser considerado milagre, ali foi construída a capela.[1822]

[1822] Contaram-nos esta lenda em 1982 no Rabil, os irmãos Mirinha Silva Gomes Pinto e Adão Silva, naturais da Boavista. A lenda ouviram-na da sua mãe, nascida em 1884 e falecida em 1971. A lenda foi-nos reconfirmada em 2005 por várias outras pessoas naturais do Rabil, da Estância de baixo e de João Galego, respectivamente.

FIG. Nº 67
Capela de Santo António



FONTE: Foto do autor, no sítio de Santo António, Maio 2005.

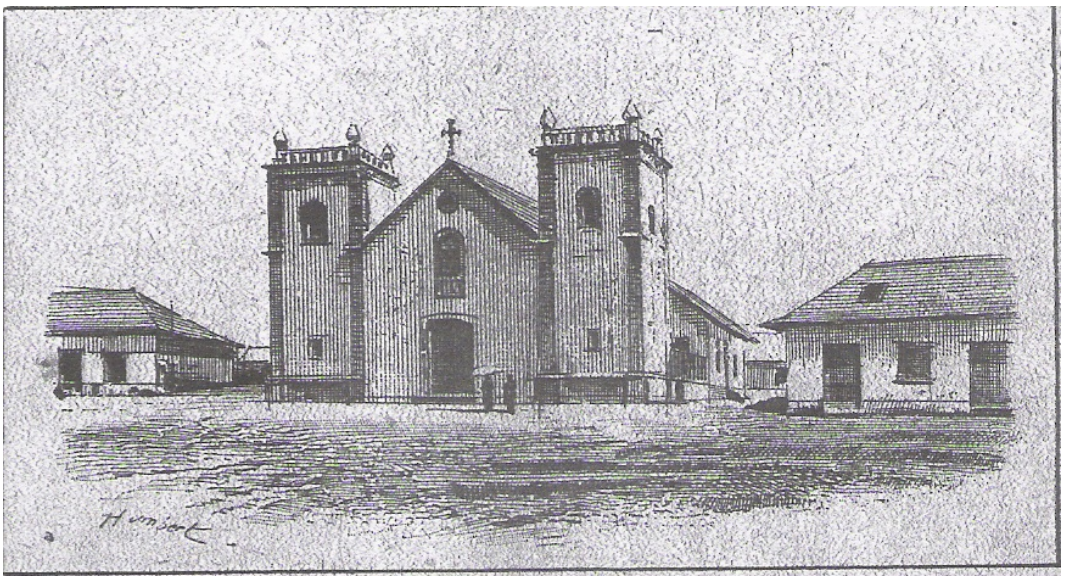
Sobre a construção da capela de invocação a Santo António, colhe-se também entre os populares da Boavista que foi uma família Pinto de Sal-Rei quem a mandou construir na primeira metade do século XIX. Temos, por outro lado, ainda na memória a casa de José Pinto, mandada construir sobre um pequeno cabeço, ao lado da capela. Terá sido, então, a família Pinto quem terá erigido a referida capela? Não encontrámos documento escrito que nos permitisse responder a essa pergunta. De todas as maneiras, cuidava da capela a antiga professora da Povoação Velha, Regina Pinto Almeida, nascida em 1895. Regina Pinto era filha de um tal José Pinto e neta de um indivíduo da Vila de Sal-Rei de apelido Pinto. Entre a tradição oral e os vestígios da Casa de José Pinto junto da referida capela, somos a supor que a capela de Santo António poderá ter pertencido à referida família. Para além do mais, ainda hoje cuida, tanto da casa como da capela a Senhora Cândida Silva, viúva de um descendente dessa família da Vila de Sal-Rei. O certo é que, a partir da construção da capela de sua invocação, Santo António passou a ser muito venerado na Boavista e o local tornou um lugar de romaria a 13 de Junho da cada ano, para onde afluía gente de todas as povoações da ilha, particularmente do Rabil, da Povoação-Velha, da Estância de Baixo e das povoações do Norte, cujas populações viviam essencialmente da pastorícia e da agricultura.[1823]

[1823] Romaria é aqui entendida como deslocação de massas de pessoas a um lugar considerado sagrado.

Na Vila de Sal-Rei construiu-se a capela de invocação a Santa Isabel, cuja data não nos foi possível apurar. Mas, se essa capela já existia, de acordo com Chelmicki, em 1841, é bem provável que tenha sido construída na primeira metade do século XIX, provavelmente entre 1820 e 1830, altura em que a freguesia do Rabil foi transferida para a Vila de Sal-Rei, passando a freguesia a denominar-se Santa Isabel. Sabe-se entretanto que essa capela pertencia à D. Rosa Maria Pereira, que a doou à Diocese, no tempo em que era bispo D. Patrício Xavier de Moura. Destruída pelo temporal de 2 e 3 de Setembro de 1850, a partir de 1851 mandou-se construir, em substituição da referida capela, uma copiosa igreja de invocação à referida Santa.[1824] O referido bispo veio a assentar a primeira pedra e a iniciar a construção dos alicerces da actual igreja Matriz de Santa Isabel, concluída provavelmente em 1895.[1825] Nessa altura, o pároco residia na então "villa do Rabil" e o seu coadjutor em Sal-Rei. Observemos um desenho da igreja de Santa Isabel, em Sal-Rei, assinado por um tal Humbert:

FIG. Nº 68

Igreja de Santa Isabel (Finais do século XIX)



FONTE: "ALMANACH LUSO-AFRICANO". PARTE I. Redigido em S. Nicolau e editado em Paris: Guillard, Ailland, 1899, p. 62.

Observemos a figura a seguir, que reporta à referida igreja em 2005:

[1824] Boletim Oficial da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional, nº 68 (Agosto, 1851).
[1825] "ALMANACH LUSO-AFRICANO". PARTE I. Redigido em S. Nicolau e editado em Paris: Guillard, Ailland, 1899, p. 61-63.

FIG. Nº 69

Igreja Matriz de Santa Isabel, Vila de Sal-Rei (2005)



FONTE: Foto do autor, Vila de Sal-Rei, Maio 2005.

Entre 1850 e 1870, edificou-se a Igreja Matriz de invocação a São João Baptista, substituindo-se, assim, a capela construída entre 1755 e 1765.[1826]

[1826] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: imprensa Nacional. Nº 16 (Abril, 1850).

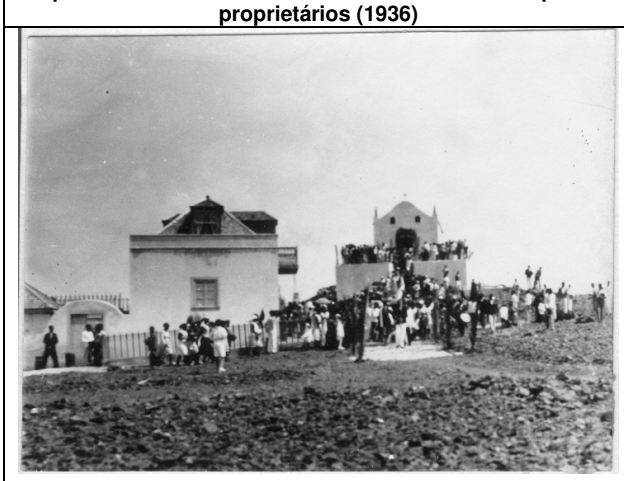
FIG. Nº 70

Igreja Matriz da Freguesia de S. João Baptista, em Fundo das Figueiras



FONTE: Foto do autor, Fundo das Figueiras, Mqio 2005.

Registam-se também a capela de Nossa Senhora de Fátima, a uns 3 kms a norte de Sal-Rei, em ruínas, mandada construir pela família David Ben'Oliel, entre 1935 e 1938. A seguir temos duas figuras dessa capela: uma ilustrando a capela e a casa de campo dos proprietários de pé, outra ilustranso os mesmos em ruínas. Observemos as fuguras:

FIG. Nº 71 Capela da Nossa senhora da Fátima e casa de campo dos proprietários (1936)	FIG. Nº 72 Capela da Nossa senhora da Fátima, ao fundo, e a casa de campo dos proprietários, no primeiro plano, em reinas (2005)
	
FONTE: I. N. A. / T. T. – Fundo "O Século". Arquivo de Fotografia de Lisboa – CPF / MC, 1936.	FONTE: Foto do autor, no sítio da Nossa Senhora da Fátima, Maio, 2005.

E também a capela de Santa Maria, situada na propriedade da Boa-Esperança e cujas ruínas serão provavelmente as ilustradas a seguir. Observe-se que esta capela pertencia à família da Camila Vieira, da Vila de Sal-Rei.[1827] Não conseguimos entretanto informações sobre a provável data da sua construção.

FIG. Nº 73
Prováveis ruínas da capela da Boa-Esperança



FONTE: Foto do autor, no sítio da Boa-Esperança, Maio 2005

[1827] Informações colhidas junto de Manuel Pereira, sociólogo, natural da Vila de Sal-Rei, onde nasceu em 1946.

Estes são os monumentos sacros da ilha da Boavista, legados pelas gerações anteriores e que, por isso, devem ser recuperados e preservados por esta e pelas gerações vindouras, pois, para além de serem testemunhos históricos da ilha, constituem a representação mental, religiosa e social do povo boavistense.

PARTE IV

A CRISE DE UMA SOCIEDADE

CAPÍTULO I

A CONJUNTURA POLÍTICO-ECONÓMICA

A descoberta da Boavista, assim como de todas as ilhas de Cabo Verde, enquadra-se no plano expansionista portuguesa, de que a conquista da Ceuta é um exemplo paradigmático; o povoamento da mesma ilha, não se tendo verificado de imediato, decorreu também das contingências internacionais ligadas, por um lado, às descobertas do Brasil e do caminho marítimo para a Índia e, de outro, da necessidade da frota marítima, que navegava entre a Europa, África, América (Central e do Sul) e Índia, de abastecerem-se de frescos; finalmente, o desenvolvimento dessa ilha dependeu de conjunturas económicas internacionais, como, por exemplo, da necessidade do sal, para a conserva dos produtos do gado e do peixe nas então colónias europeias das Américas e de África Negra, e da urzela, para as indústrias têxteis nos países europeias.

Assim, dependendo a sua economia sempre de conjunturas internacionais, quando essa conjuntura se tornou política e economicamente desfavorável, a ilha entrou em declínio, para o qual contribuiu decisivamente o abandono a que foi votada pela potência colonizadora, sobretudo nos momentos em que ela mesma era afectada por conjunturas políticas internacionais difíceis. Vejamos.

1.1. O abandono das ilhas de Cabo Verde pela Administração colonial

A maior causa da debilidade económica das ilhas de Cabo Verde, e em particular da ilha da Boavista, foi o abandono a que foram votadas pela Administração da própria Coroa portuguesa que, embora detentora de um vasto e diversificado império ultramarino, não foi capaz de implantar um sistema económico sólido, de desenvolvimento endógeno e continuado nas suas então colónias, particularmente nas suas ilhas de Cabo Verde.

Por isso, não é de estranhar, por exemplo, que a Inglaterra dominasse, do século XVII a meados do século XIX, uma boa parte do comércio de Portugal e das suas colónias. Ora, esta situação levou a que Portugal perdesse, durante um certo tempo, o controle comercial sobre certos sectores da colónia de Cabo Verde. Neste sentido, vimos que, no caso da ilha da Boavista, os ingleses dominaram, do século XVI aos começos do século XVIII praticamente todo o comércio do sal das ilhas da Boavista e do Maio, tendo deixado em ambas o topónimos de “Porto Inglês”.

Não podemos deixar de fazer também referência às nefastas consequências para Boavista dos Governos dos Filipes da Espanha em Portugal, nomeadamente no tocante ao abandono a que foi votada neste período, de 1580 a 1640, e ao incentivo da pirataria. Efectivamente, os sucessivos Governos dos Filipes, durante 60 anos consecutivos, foram, no geral, desastrosos para a política e a economia portuguesas, tendo em conta,

por um lado, o abandono a que os dois últimos Filipes votaram Portugal e as suas colónias e, por outro, a pirataria incentivada pelas outras potências sua adversárias. No que toca à ilha da Boavista, foi desde cedo alvo fácil da pirataria dos navios corsários, provocando graves baixas na sua economia, pois os navios começaram a não se sentir seguros nos seus portos durante os governos dos Filipes em Portugal.

Observe-se que o abandono das ilhas de Cabo Verde por parte da Coroa portuguesa é evidenciado pelas denúncias feitas por alguns intelectuais cabo-verdianos, entre os finais do século XIX e começos do século XX, nomeadamente pelo grupo da "Elite Cultural Nativista" em torno da "REVISTA CABO VERDE", editado na então Metrópole, do qual faziam parte Eugénio Tavares, Luís Loff de Vasconcellos, Pedro Cardoso, entre outros. A Coroa portuguesa, nessa altura, sentia-se incapaz de resistir às pressões políticas, diplomáticas e militares exteriores, nomeadamente dos ingleses, franceses, alemães e de outras nações, potências que disputavam com Portugal a posse dos territórios do ultramar e que pertenciam a este país. Por exemplo, a Conferência de Berlim (1884), impôs o princípio da "ocupação efectiva" dos territórios ocupados nas costas africanas; as Convenções Luso-francesa e Luso-alemão (1886), alimentaram a ingenuidade da ideia do "mapa cor-da-rosa", o que desagradou o Governo inglês, velho aliado de Portugal, e que, consequentemente, provocou o Ultimato britânico de 11 de Janeiro de 1890; na sequência, a Grão-Bretanha impôs a Portugal o acordo de 1891, que abalou o orgulho e a política portugueses. Mas o que veio a abalar ainda mais Portugal foi a crise financeira por que passou de 1890 a 1898, que conduziu aos acordos secretos anglo-alemães (1898) sobre as colónias portuguesas. No quadro desse acordo, Portugal obteria importante empréstimo externo, "admitindo dar como garantia as receitas alfandegárias das colónias". Mas tais acordos seriam praticamente anulados com a declaração secreta Luso-britânica de 1899, na qual a Inglaterra se comprometia a "defender e proteger todas as conquistas ou colónias portuguesas contra seus inimigos", o que desagradou às outras potências europeias, como a França e a Alemanha.[1828] Com todos esses desencontros internacionais, o Governo português endurece a sua administração nas colónias, explora-as economicamente ao seu belo proveito, retribuindo praticamente nada em troca, o que provoca, no que diz respeito à Província de Cabo Verde, enérgicas reacções nativistas por parte dos intelectuais cabo-verdianos, tendo como uma das figuras de proa Eugénio Tavares.

Esse grupo de intelectuais da "Elite Cultural Nativista" bateu-se pelo desenvolvimento e dignidade moral e material de Cabo Verde, pelo respeito da África e dos africanos, numa altura em que as ilhas de Cabo Verde passavam por graves dificuldades, com períodos de fome, devido ao então abandono da elite política e governativa da então Metrópole; denunciou, de forma clara, tanto o abandono da Província por parte do Governo da Metrópole e a consequente miséria em que vivia a maioria dos cabo-verdianos como os abusos perpetrados

[1828] MAGALHÃES, José Calvet de – "Breve Hisória Diplomática de Portugal". Mem Martins: Publicações Europa-América, 2000, p.189-207.

pelos agentes da administração da Província.[1829] Com efeito, a referida elite não acreditava, por exemplo, que fossem as longas estiagens as únicas causas da decadência de Cabo Verde: apontava também o dedo, tanto ao pessimismo e à falta de iniciativa por parte dos nativos face à degradação moral e material da sua Terra como ao comportamento dos agentes da administração pública colonial, reclamando ao mesmo tempo uma administração autónoma para Cabo Verde. Por exemplo, insurgindo-se contra o teor da Carta Orgânica de Conselho do Governo, criado em 1917, Luís Loff de Vasconcellos preconizava que essa autonomia devia basear-se "principalmente na necessidade e nas vantagens da intervenção directa das forças vivas da província, em assuntos de administração". [1830] E, Eugénio Tavares, em particular, acalentava um sonho, como no-lo testemunha João José Nunes, nos seguintes termos: "[...] em plena pujança da vida, estuante de entusiasmo, Eugénio vive um sonho febril que inflama a sua alma moça e absorve todas as faculdades do seu ser moral – A Felicidade e o Engrandecimento do Povo Caboverdiano, cuja desgraça atroz ele atribui ao desumano abandono a que fora votado". "[…] a sua pena de jornalista exige justiça e moralidade para Cabo Verde". [1831]

A fuga do rei D. João VI e de toda a Corte para o Brasil, em 1808, em consequência das Guerras Napoleónicas, e as posteriores guerras civis em Portugal, entre 1828 e 1833, que se seguiram à Revolução Liberal de 1820, terão acentuado o abandono das ilhas por parte da Coroa, contribuindo, também, para crise do comércio na ilha da Boavista. Com efeito, abandonando as ilhas à sua própria sorte, deixa as portas abertas aos navios corsários e piratas que, assim, afugentavam a afluência dos navios aos portos das ilhas de Cabo Verde, nomeadamente do de Sal-Rei.

E para complicar mais a vida das ilhas de Cabo Verde, como se não bastassem todos os contratempos atrás discutidos, manda a Coroa portuguesa baixar o Decreto de 14 de Dezembro de 1882, devido à crise no comércio na Metrópole no século XIX, que veio a favorecer os industriais e os comerciantes metropolitanos, em detrimento das colónias.[1832] Com efeito, este Decreto aumentava a pauta aduaneira nas Colónias, enquanto a diminuía na Metrópole, com o firme propósito de impedir a importação inglesa e americana directamente das suas possessões ultramarinas, nomeadamente Cabo Verde. Ora, já vimos que, na Boavista, as transacções comerciais com os ingleses e com os

---

[1829] Ver, por exemplo, VASCONCELLOS, Luís Loff de – "Memorial dos habitantes da ilha de S. Vicente de Cabo Verde ao Exmo. Sr. Ministro da marinha e Ultramar". Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1900.

[1830] VASCONCELOS, Luis Loff de – *A Administração da Província.* "O Caboverdeano". 1º Ano, Nº 14, Praia, 1918, p. 1.

[1831] Citado no site http://www.eugeniotavares.org.

[1832] Os problemas económicos e financeiros de Portugal parecem agudizar-se e, para salvar a Pátria, aventa-se a hipótese de vendar algumas das colónias, nomeadamente Cabo Verde. É o que se lê, por exemplo, na expressão de Luís Loff de Vasconcellos quando, insurgindo-se contra uma eminente hipoteca de parte das colónias portuguesas para salvar a crise financeira da "Mãe-Pátria", entre 1890 e 1898, escreve que os cabo-verdianos se sentiam "feridos profundamente no nosso duplo patriotismo de portuguez e de africano" (VASCONCELLOS, Luís Goff de – "A perdição da Pátria". Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1900, p. 1).

americanos eram muito fortes. Por isso, essas medidas proteccionistas influem directa e negativamente no comércio da Boavista, feito essencialmente com a exportação de gado, do sal, da urzela, e de outros produtos da terra.

1.2. As guerras uruguaianas: o corsário e a pirataria na Boavista

Um outro caso, muito ignorado pelos nossos historiadores mas que terá tido um certo peso na queda económica da ilha da Boavista e não só, diz respeito às guerras uruguaianas, nas quais as colónias da América do Sul lutavam contra as respectivas potências, Portugal e Espanha. Com efeito, como vimos quando abordámos o corso e a pirataria na Boavista, os ataques feitos à ilha pelos piratas de Buenos Ayres, sob o comando de Joseph Artiga, que lutava contra Portugal e Espanha pela independência do Uruguai, visavam os interesses espanhóis e portugueses como meio de forçá-los a abandonarem a América do Sul.

As referidas guerras estavam, assim, intimamente ligadas à pirataria na ilha da Boavista, particularmente dos anos 1815, 1817 e 1818, porquanto, segundo Senna Barcellos, a Coroa mandou em 1817, a pedido do Governador de Cabo Verde, a fragata "Amazonas" para dar caça aos piratas da Buenos Ayres que atacavam as ilhas de Cabo Verde, nomeadamente as da Boavista, Brava e S. Nicolau. E com Artiga, aumentaram, portanto, o corso e a pirataria na Boavista, o que causaria graves baixas ao comércio da ilha, pois, por um lado, os navios deixavam de frequentar os portos da Boavista, por causa dos piratas que os atacavam nos próprios portos, e, por outro, os próprios comerciantes que, emigrando para as outras ilhas, não só punham a salvo as suas vidas mas também os seus capitais em dinheiro e em escravos, causando grandes prejuízos ao desenvolvimento sustentado da ilha.

1.3. Revoltas de escravos e abolição do tráfico de escravos

Um outro factor que viria a contribuir para a decadência económica de Cabo-Verde e, consequentemente, da ilha da Boavista, foi a proibição do tráfico negreiro, imposta pelos ingleses e consumada, no caso do Império Português, nos acordos anglo-portugueses de 19 de Fevereiro de 1810 e de 10 de Dezembro de 1836, respectivamente.

Observe-se que, no Arquipélago de Cabo-Verde, os escravos nunca aceitaram passivamente a sua condição de cativo: resistiram sempre, quer através de fugas quer sublevando-se. Com efeito, no caso da Boavista, as relações entre os colonos e os seus escravos nem sempre foram pacíficas, o que também emprestaria a sua quota parte à decadência económica da ilha, porquanto os escravos ofereciam resistências várias ao trabalho, diminuindo, assim, a sua produtividade, causando graves prejuízos aos rendimentos dos seus donos. Só não fugiam para fora da Boavista porque a ilha não lhe favorecia condições de fuga alguma: cercada por mar, a terra firma ficava-lhe lá longe, noutra ilha.

Quanto a resistência dos escravos na Boavista, podemos partir, por exemplo, da notícia de que desde muito cedo da colonização surgiu a tradição de se dedicar um dia à liberdade dos escravos, isto é, a 3 de Maio de cada ano, durante os festejos da Santa Cruz.[1833] Para expressar a sua revolta e inconformismo de cativo, e na impossibilidade de utilizar outros meios de luta, os escravos utilizavam essa liberdade, sob os olhos dos colonos, para tudo fazerem, até diabruras aos seus donos, pois, neste particular, ainda ardia na sua alma a marca do ferro quente do acto das razias e transporte pelo mar alto a dentro.[1834]

Assim, e como mais um grito de resistência, segundo Francisco Travasso Valdez, em 1811 os escravos planificaram aproveitaram uma das festas de Vera Cruz, hoje Santa Cruz, para realizar uma conspiração, afim de se libertarem dos ferros da escravidão, o que passava pelo assassínio dos seus donos, após se terem apossado do armamento e das munições das milícias. Entretanto, tal intento foi denunciado e atempadamente desmascarado.[1835]

Os reflexos da resistência dos escravos, mais tarde aliada à proibição do tráfico, redundando na abolição efectiva da escravatura com o Decreto de 31 de Outubro de 1874, afectariam também, de forma irremediável, a produção económica da Boavista, porquanto o sistema de exploração dos "produtos da terra" assentava-se essencialmente, desde os primeiros da ocupação da ilha, na mão-de-obra escrava. Portanto, com a abolição da escravatura, sendo o escravo o actor principal do crescimento económico e o elemento humano maioritário do povoamento da Boavista, a decadência económica da ilha acentua-se a partir dos meados do século XIX.

De entre os factores que contribuíram para a decadência económica da ilha da Boavista, não podemos deixar de apontar a abertura do Canal de Suez, em 1869, que desviou, inevitavelmente, as rotas cabo-verdianas de um grande número de navios, sobretudo os que demandavam as índias. De certo que a ilha da Boavista, com a abertura e funcionamento do Canal de Suez, veria diminuir a afluência dos navios aos seus portos.

Por tudo isso, das casas e armazéns tipo europeu, que emprestaram à Vila de Sal-Rei notabilidade, nobreza e beleza até meados do século XIX, quando "havia iluminação a petróleo, que amenizava a negrura das noites",[1836] restava "[...] uma terra que já foi grande, teve vida, riquezas e, até, segundo se diz, foi capital de Cabo Verde, não sendo hoje mais que um cantinho do mundo quase ignorado, para onde toda a navegação se reduz a dois ou três veleiros

[1833] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE II. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 44

[1834] VALDEZ, Francisco Travasso – "África Ocidental – Notícias e Considerações". Lisboa: Escriptorio de Francisco Arthur da Silva, 1864. TOMO I. p.175.

[1835] VALDEZ, … - África Ocidental … p.175.

[1836] ALMEIDA, F.Tavares – "Carta para a Excelentíssima Autora de 'Partir'". In *CABO VERDE: Boletim de Propaganda eInformação*. Nº 36, Ano III. Praia: Imprensa Nacional, 1952, 29.

minúsculos?!".[1837] Por seu turno, Teixeira de Sousa afirmava, em 1971, que "da Boavista doutrora restam agora umas salinas abandonadas, uns fornos de cal esbarrondados e purgueiras sem valor comercial. Restam também os casarões desabitados caindo aos bocados para a via pública".[1838] E o poeta, de lá da diáspora, não deixaria de lamentar que

"no azul líquido é somente
um ponto anónimo na carta".[1839]

[1837] M.H. – "A Ilha - Saudade". In *CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação*. Praia: Imprensa Nacional. Nº 37, Ano IV (1952), p. 7. Observe-se que a ilha da Boavista nunca foi capital de Cabo Verde. Houve sim uma proposta por parte de Joaquim José Lopes de Lima mas, como assinalámos no capítulo sobre o povoamento, a proposta de Lima não foi aceite.

[1838] SOUSA, Teixeira de – "RAÍZES". Praia: Imprensa Nacional. Nº 5 / 6, Ano 2 (1978), 144.

[1839] Daniel Filipe, poeta natural da ilha da Boavista, da diáspora cabo-verdiana em Portugal, onde faleceu – In GOMES, Simone Caputo – "Uma recuperação de raiz: Cabo Verde na obra de Daniel Filipe". Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, 1993, p. 63.

CAPÍTULO II

O DECLÍNIO ECONÓMICO

2.1. A conjuntura económica: a perda comercial dos produtos exportáveis

A economia da ilha da Boavista, assim como a do conjunto das ilhas de Cabo Verde, foi sempre frágil, primeiro, porque se baseou essencialmente nos seus produtos naturais, ou cultivados, como gado, sal, urzela, purgueira, algodão, louça de barro, cal, entre outros; segundo, porque esses produtos tiveram, ao longo da sua história, valores comerciais conjunturais. É o caso do gado, cuja exploração económica resultou, por um lado, da existência de pastagens nos solos da Boavista e, sobretudo, da necessidade dos navios que cruzavam o Atlântico de se abastecerem de mantimentos; por outro lado, do desenvolvimento da indústria da pele e do couro na Europa. Entretanto, quando, por um lado, a tecnologia da navegação se desenvolveu e, consequentemente, os navios a vela começaram a ser substituídos por navios a motor, portanto mais velozes e de maior capacidade de cargas, e, por outro lado, matérias-primas sintéticas começaram a substituir as peles e os couros, a importância dos produtos de godo, como carnes secas e salgadas, sebos, peles e couros deixaram de ter o valor comercial que tinham e, consequentemente, a economia baseada na exportação dos produtos do gado decaiu.

De todos esses produtos, a perda comercial do sal foi a que mais pesou na decadência económico-social da ilha da Boavista. Com efeito, o sal da ilha era exportado maioritariamente para o Brasil. O governo brasileiro, porém, lança um imposto sobre a venda do sal que fere de morte o comércio deste produto para o seu território. Então, como relata o Governador J. Cesário de Lacerda em 1900, *"[…] Cabo Verde ficou sem mercado, e deu-se este facto porque os exportadores deste produto haviam cometido o erro gravíssimo de se contentarem com o mercado do Brasil, não procurando conservar outros que lhes podiam servir*".[1840]

O extracto mostra, por outro lado, que a falta de espírito de iniciativa por parte dos exportadores locais contribuiu para que o comércio do sal perdesse mercados e, com isso, a paralisação do seu comércio em todas as ilhas de cabo Verde.

Vários outros exemplos similares poderíamos dar, nomeadamente com o comércio do sal, ou, ainda, da exploração da urzela que, enquanto sustentou a indústria de tinturaria têxtil europeia, teve grande cotação nos mercados europeus. Mas, quando foram descobertos os corantes sintéticos, em meados do século XIX, que substituíram a urzela na indústria têxtil, esse líquen deixou de ter valor comercial em Cabo Verde. Com mais esta perda comercial, a

[1840] BEBIANO, J. Bacelar – "Considerações sobre alguns problemas fundamentais de Cabo Verde". In *Colóquios Cabo-Verdianos*, Nº 22. Lisboa:Junta de Investigações do Ultramar, 1959, 151.

economia da ilha da Boavista entrou em decadência e, consequentemente, a própria ilha.

Devemos assinalar também que a prática do monopólio, por parte da Coroa, da quase totalidade do comércio insular, não beneficiou um desenvolvimento económico endógeno e sustentado da ilha da Boavista, pois a Coroa se reservava o direito da venda dos produtos de maior valor comercial, como escravos, gado, algodão, urzela, sementes de purgueira, entre outros.

Portanto, quando os tradicionais produtos de exportação, como gado, sal, urzela, sementes de purgueira, entre outros, deixaram de ter interesse comercial para os importadores estrangeiros, agravado pelo monopólio do seu comércio por parte da Coroa, a economia da Boavista entrou em decadência. Isto devido, ora ao aparecimento do material sintético ora à produção de alguns desses produtos, como o sal, no próprio país importador ou nas suas colónias, ao que se junta a febre amarela que assolou a ilha em 1844, que também contribuiu para que muitos comerciantes se transferissem para outras ilhas, levando consigo o seu capital.

2.2. A descapitalização da Boavista: os factores Manuel António Martins e o Porto Grande de S. Vicente

Com a transferência dos comerciantes boavistenses para outras ilhas, iriam certamente investir na nova ilha das suas preferências, pois, à partida, lhes oferecia melhores garantias de sucessos. Dos comerciantes que se instalaram noutras ilhas, Manuel António Martins é um caso paradigmático.

Com efeito, por volta de 1834, esse comerciante transfere os seus interesses económicos para a vizinha ilha do Sal, onde vai explorar as salinas daquela ilha, levando uma boa parte do seu capital e a maior parte dos seus escravos, provocando, assim, um certo desequilíbrio à economia da ilha da Boavista, pois detinha o monopólio do comércio desta ilha. E, assim, descapitalizava-se a ilha da Boavista, com o agravante da diminuição drástica da afluência dos navios nos Porto de Sal-Rei, que ali iam descarregar e carregar ou simplesmente reabastecer.

Por outro lado, por volta de 1850, a movimentação marítima do Porto Grande da ilha de S. Vicente já suplantava a do Porto de Sal-Rei, o que terá contribuído decisivamente para a queda económica da Boavista, pois, como vimos, o comércio desta ilha se baseava na exportação dos seu produtos e na importação de produtos estrangeiros, o que se fazia através da navegação internacional e do seu porto. Aliás, a partir de 1840 começara a ascensão do Porto Grande de S. Vicente, quando o fluxo da navegação internacional e nacional desloca-se do Porto de Sal-Rei para aquele porto, não só devido aos depósitos de carvão, para o reabastecimento dos vapores de longo curso,[1841]

[1841] A emergência do Porto Grande, como porto mais movimentado de Cabo Verde a partir da primeira metade do século XIX, deveu-se muito à Revolução Industrial que, primeiro, proporcionou a invenção da máquina à vapor, por que passaram a se mover os navios, que antes se moviam à vela; segundo, veio a impor, no referido século, uma nova ordem nas relações económicas mundiais, o que culminou com o "Acto Geral da Conferência de Berlim,

mas também, mais tarde, à instalação de Cabos Submarinos, como o "Brasilien Submarine Telegraph", em 1874, o que fazia de S. Vicente um dos maiores centros de comunicação intercontinental da época.

Temos a assinalar que o avanço da tecnologia naval, com o aparecimento da máquina a vapor, veio a revolucionar a indústria e a navegação marítima: os navios ganharam com essa revolução maior autonomia, deixando, assim, de fazer escala nos portos de Cabo Verde, salvo no Porto Grande da ilha de S. Vicente, pois, para além das antigas necessidades de aprovisionamento de aguada e de frescos, surge uma outra e, desta vez, mais premente: o abastecerem de combustível, o carvão de pedra. Este, como combustível da máquina a vapor utilizada nos navios, tornou-se o produto comercial por excelência, fazendo de S. Vicente o novo centro comercial do Arquipélago de Cabo Verde e, do seu porto, escala obrigatória pela navegação internacional.

Remarque-se que, com a assinatura do tratado do comércio e da abolição do tráfico da escravatura no Rio de Janeiro, em 1810, os ingleses tentaram estabelecer na ilha da Boavista um depósito de carvão de pedra para o abastecimento dos seus navios de guerra. Mas tal iniciativa não surtiu os efeitos almejados, porque os fundos do mar do Porto de Sal-Rei não permitiam a portagem de navios de grandes calados, movidos a vapor, contrariamente aos navios movidos à vela, de pequeno calado. Com esse fracasso, a Companhia inglesa "East Índia" instala o seu primeiro depósito de carvão de pedra em S. Vicente, por volta de 1838, destinado ao abastecimento da navegação a vapor do mar alto, o que resultou promissor para a ilha, pois a Baía do Porto Grande era mais profunda, o que permitia fundear navios de maior calado, como era o caso dos navios a vapor, em relação aos à vela.

O golpe final à economia da Boavista viria logicamente na sequência da ascensão do Porto Grande: a Alfândega da ilha de S. Vicente é elevada à categoria de Alfândega maior, estatuto que antes pertencia à da Boavista.[1842] Tal facto representa, como é evidente, uma brusca e significativa redução nos despachos alfandegários na Boavista, o que conduz, por sua vez, a um drástico défice económico. Assim, muitos comerciantes da Boavista emigram para S. Vicente, incluindo diplomatas comerciantes, como é o caso do cônsul inglês John Rendall que, tendo se transferido para S. Vicente em 1850, seria o primeiro comerciante a estabelecer uma companhia de carvão no Porto Grande.

A descapitalização da Boavista acentuava-se, sem poder, assim, investir num desenvolvimento endógeno e duradouro. Pelo contrário, com a frequência de navios a aumentar cada vez mais e o apetrechamento do Porto Grande, a navegação incrementa-se em S. Vicente e, para abastecer os navios a vapor

---

1884-1885", ditando a partilha da África entre as potências da época, nomeadamente Portugal, Inglaterra, França e outros países. Portugal seria o grande perdedor da Conferência de Berlim por ter sido obrigado a ceder vários territórios do seu vasto império ultramarino, particularmente em África. Essa nova ordem económica internacional incrementou o comércio entre as nações, cuja movimentação obrigava a que muitos navios transitassem por Cabo Verde, principalmente pelo Porto Grande de S. Vicente, em detrimentos de outros portos, nomeadamente do de Sal-Rei, na Boavista.

[1842] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 71 (20 de Setembro, 1851), p. 282.

que cruzam o Atlântico, a orla marítima da Baía do Mindelo, capital de S. Vicente, acolhe inúmeros armazéns de carvão de pedra. Nesses empreendimentos, dominam os ingleses, com o cônsul John Rendall, Royal Mail Steam PacKer, Thomas and Miller e outros a instalarem Companhias de carvão em S. Vicente, entre 1850 e 1853. Por isso, diz-se tradicionalmente que "Mindelo veio ao mundo sob a quilha da navegação internacional".

Sal-Rei é o que mais sofre as consequências, no sentido negativo do termo, pois vê diminuir drasticamente a afluência de navios no seu porto, ferindo de morte a economia da ilha da Boavista. Com efeito, da ilha e do seu porto, escreve M. H. que, "em vez da existência buliçosa de outrora, em que o seu porto era constantemente visitado por navios portugueses e estrangeiros, em que ricos armadores gentilmente desviavam a sua rota por alguns dias só para saudar um velho amigo, e os rapazes e raparigas bailavam até cair de sono e canseira; [...] a triste solidão do seu porto sem uma vela, o silêncio das casas grandes onde já não há mocidade nem alegria, mas apenas pobres velhinhos quase centenários, que vivem das recordações de um passado que dificilmente voltará; raparigas que julgam ter nascido ontem porque não viveram ainda e o tempo cruel roubou-lhes os melhores anos; dias sempre iguais [...] resignação e saudade!" [1843]

[1843] M. H. – "A Ilha - Saudade". In *CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação*. Praia: Imprensa Nacional. Nº 37, Ano IV (1952), p. 7.

CAPÍTULO III

CRISES, EPIDEMIAS E CORSOS

Desde o seu descobrimento pelos portugueses, a ilha da Boavista, assim como todas as do Arquipélago de Cabo-Verde, conheceu períodos de opulência mas também de crises e fomes, de epidemias e de ataques de corsários e piratas, entre outros males que atormentavam as populações.

Assim, a juntar às causas da decadência económica e social da Boavista atrás descritas, não podemos deixar de referir às crises, seguidas ou não de fome, às epidemias, aos ataques e saques dos corsários e dos piratas, que também contribuíram para o retrocesso da ilha. Com efeito, essas catástrofes, como veremos de seguida, para além de outros males, fizeram muita gente emigrar da Boavista para as ilhas de S. Nicolau e do Fogo, entre ela muitos comerciantes, o que, portanto, privou a ilha de capitais para o seu desenvolvimento económico e social.

Mas como se explicam a catástrofes na ilha da Boavista ao longo da sua historia? E quais as consequências daí advindas? Que providências tomavam as autoridades competentes para atenuar os efeitos dessas catástrofes? Neste capítulo, ocupar-nos-emos desses catástrofes, por cujos efeitos terem marcado indelevelmente o povo boavistense, nos aspectos morais e materiais.

3.1. Crises e fomes

Crises e fomes tiveram lugar nas ilhas de Cabo Verde desde o século XVI ao século XX. Algumas das possíveis causas para as crises, seguidos de fome, aliás gerais a toda a então colónia, poderão ser, de acordo com a bibliografia compulsada, a condição saheliana do arquipélago, aliada ao Harmatão, provocando frequentemente grandes e graves períodos de seca; a desigual oportunidade de exploração dos recursos naturais, que beneficiava os brancos e alguns mestiços e negros tornados "brancos-da-terra", pela posse de riquezas; doenças epidémicas; pragas de gafanhotos e de carrapato venenoso, este autêntico flagelo de gado; a dependência e fragilidade da navegação e do comércio com o exterior; o abandono da Coroa e de certos governadores coloniais, entre outras causas. Essas possíveis causas eram agravadas pelos ataques dos piratas ingleses, holandeses e franceses que, aticados pela cobiça das suas presumíveis riquezas, não poupavam as ilhas.[1844]

Assim, muitas crises, seguidas ou não de fomes, verificaram-se em Cabo Verde, do século XVI ao limiar do século XX, umas vezes atingindo todas as ilhas, outras vezes atingindo uma ou outra ilha, maior parte das

[1844] Sobre essas possíveis causas, cf. CARREIRA, António –"CABO VERDE: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)". Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1983, p. 202-203.

vezes devido às secas persistentes.[1845] Muitas vezes as fomes causavam milhares de mortes, como as de 1685-1689, nas quais só em Santiago faleceram, de acordo com Senna Barcellos, 4.000 pessoas: "a 'mortandade não foi maior porque o povo se alimentava de carne de cão e de cavalo', segundo Barcelos";[1846] ou então, as de 1770, de acordo com Simão Barros, terão morrido 32.000 habitantes, tendo só a ilha de Santiago perdido dois terços dos seus habitantes;[1847] ou ainda as de 1862-1865, que, de acordo com Costa e Almeida, vitimaram 30.652 habitantes.[1848]

A primeira notícia de fome em Cabo-Verde, que conseguimos apurar, refere-se à crise de 1580 a 1582, que terá atingido todas as ilhas, nomeadamente a da Boavista. Esta crise foi noticiada ao então rei de Portugal pelo Bispo de Cabo Verde, D. Frei Pedro Brandão, em carta de 11 de Junho de 1592, na qual lamentava, entre outras coisas, "[…] a inobservância por parte dos cristãos de Santiago, da Boa Vista e do Maio, de preceitos estabelecidos pela igreja quanto ao uso de carne na quadra da Quaresma […]" e "[…] asseverava que o 'abuso se introduziu / nos costumes / em uma grande fome que durou três anos, há dez ou doze anos, e muito mais nos três anos que não houve prelado".[1849] Portanto, de acordo com a carta do bispo, a fome terá lugar em 1580, 1581 e 1582. Nesse período alguns indivíduos refugiaram-se na Guiné, até a fome estar debelada.[1850] Félix Monteiro retoma essa notícia, nos seguintes termos: "sem dúvida que as estiagens terão contribuído para a retracção verificada no povoamento depois de 1576, a começar pelas fomes da década seguinte durante as quais os rendeiros das Ilhas do Maio e da Boa Vista obrigaram os seus escravos e criadores a 'comerem carne na quaresma e mais dias proibidos do ano' alegando 'de não se dar ou colher nas ditas ilhas outro mantimento algum senão a carne' [...]".[1851] De acordo com o Bispo, D. Frei Pedro Brandão, e Félix Monteiro, essa fome terá tido lugar na década de 80 de 1500, portando, pode enquadrar-se na crise geral de 1580-1583, atrás referida.

Cerca de 150 anos depois, a ilha da Boavista é atingida por uma nova fome. Neste sentido, é estranho que nem Senna Barcellos nem António Carreira tenha se referido à fome de 1734, pois, na sua carta 27 de Fevereiro do referido ano, o Governador de Cabo Verde, Bento Gomes

---

[1845] Cf., por exemplo, CARREIRA, …– CABO VERDE… p. 203-216.
[1846] Citado por CARREIRA, … – CABO VERDE …, p. 205.
[1847] BARROS, Simão – "Origem da Colónia de Cabo Verde". Lisboa: Rdições Cosmos, 1939, p. 27.
[1848] Citado por CARREIRA, … – CABO VERDE…p. 214.
[1849] In Brásio – *Monumenta Missionária Africana*, vol. III, série 2ª, 1964 – Doc. nº 82. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1964. Citado por CARREIRA, António – "Crises em Cabo Verde nos séculos XVI e XVII". Revista da Socieade de geografia de Lisboa – ANO II, nº 6. Abril 1966, p. 40; Cf. tb. MOTA, Avelino Teixeira da (Introdução, notas e apêndices). "Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde (1625)". Trad. Francesa por Léon Bourdon. Lisboa: junta de Investigações do Ultramar, 1977, p. 109.
[1850] CARREIRA, … – CABO VERDE…, p. 203.
[1851] MONTEIRO, Félix (Notas de) – "Descrição corográfica e estatística das ilhas e capitania de Cabo Verde". In Raízes" nºs 5/6, ANO II. Praia: Edições Raízes, 1978, Nota de Roda-pé nº 6, p. 132.

Coelho, dirigida ao rei, referia ao relato do Capitão-Mor da Boa Vista que dava conta da extrema necessidade dos moradores. A dado passo, escreve o governador que "a falta de mantimento tem obrigado a sair muitas famílias, de tal forma que pensa que só restará ele e sua família". A ilha do Maio não escapou a essa fome, pois, como escreve ainda o governador, "teve notícia de que todas as crianças pequenas tinham morrido à fome, por não se poderem sustentar somente com peixe".[1852]

A partir dessa data, não encontrámos outras referências específicas de fome na Boavista até à segunda metade do século XVIII. Há, porém, notícias gerais que poderão indicar a existência de fomes nessa ilha até aos meados do referido século, como as de 1747-1750, durante as quais, de acordo com Senna Barcellos, "os annos de 1748 a 1750 foram de grande angustia para os habitantes de Cabo Verde, havendo muita mortandade pela fome".[1853] Por seu turno, Almerindo Lessa e Jacques Ruffié informam que as fomes que começaram em 1747 atingiram todas as ilhas de Cabo Verde, tendo registado "casos de antropofagia".[1854] Apeser dessa calamidade, o rei D. João V, falecido em 1750, não deu nenhuma atenção às populções da Província de Cabo Verde, pelo contrário, abandonou-as à sua própria sorte. Os efeitos dessas fomes eram agravadas pelas lutas que opunham as autoridades locais, não faltando "[…] latrocinios, extorsões, roubos, pilhagens, assassinios, guerras, fomes, cobardias, injustiças, iniquidades e revoltas".[1855] Registam-se, também, as fomes de 1754-1755, nas quais, de acordo com António Carreira, não choveu em todas ilhas,[1856] provocando, assim, falta de mantimentos. Para nenhuma dessas fomes os autores citados indicam os respectivos números de vítimas, limitando-se a informar que "houve grande mortandade". Supomos, portanto, que essas fomes terão também atingido a ilha da Boavista.

Nos anos de 1764 e 1765, porém, é declarada, de forma expressa, fome nas ilhas de Boavista e S. Nicolau e Santiago, por falta de chuvas, "chegando os habitantes a comer peles de animais já secas".[1857] Essa fome, que terá feito algumas vítimas, é comunicada ao rei de Portugal pelo então Governador Bartolomeu Tigre, quando na sua carta de 20 de Dezembro de 1764 informa, entre outros assuntos, que "[…] conseguiram 12 moios de

[1852] I. A. H. U., Cabo Verde, Papéis Avulsos, cx. 15, Doc. 43. Lisboa, 1734.

[1853] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE II, Capítulo IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1900, p. 304.

[1854] "Quadro I. Biografia das 'fomes' cabo-verdianas". LESSA, Almerindo; RUFFIÉ, Jacques – "Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde. Mesa redonda sobre o homem cabo-verdiano". Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1957, p. 112-113; Cf. tb. CARREIRA, … – CABO VERDE…, p. 206.

[1855] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE II, Capítulo IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1900, p. 305.

[1856] CARREIRA, … – CABO VERDE…, p. 206.

[1857] CARREIRA, … – CABO VERDE…, p. 207.

milho contra a vontade dos 'bárbaros' lavradores da ilha (Santiago) que não o queriam dar para socorrer a ilha da Boa Vista pela fome que experimenta este ano e de que morreu alguma gente; guardam o milho durante vários anos por temor de uma fome".[1858] Senna Barcellos classifica essa fome de "Grande fome", que atacou especialmente as ilhas da Boavista e de S. Nicolau. Escreve ainda Senna Barcellos que "o governador, para soccorrer a Boa Vista, mandou para o interior da ilha de S. Thiago um tenente em dilligencia, com soldados, para comprar milho, conseguindo obter 12 mios contra a vontade dos lavradores".[1859] Observemos que a relutância do povo da ilha de Santiago em vender milho para o socorro da ilha da Boavista talvez se explica pelo facto de a referida fome ter atacado também aquela ilha, embora, supomos, com menor intensidade. Assim, do nosso ponto de vista, a classificação de "bárbaros" para os lavradores da ilha de Santiago, pelo Governador Bartolomeu Tigre, não tem sentido.

De acordo com Senna Barcellos e António Carreira, a ilha da Boavista é igualmente atingida pelas fomes de 1773-1775, assim como todas as ilhas de Cabo Verde. Embora tenha chovido em 1775, a praga de gafanhoto, de ratos e de grilos destruiu grande parte das sementeiras. Os piratas franceses e ingleses, sem escrúpulos, roubavam gente e gado, nomeadamente nas ilhas S. Nicolau, Maio e Brava. A fome era tanta que muitos indivíduos também se entregavam voluntariamente, "que só pelo sustento se deixavam escravisar por dez anos". Por exemplo, "durante este anno de 1775 trocaram-se por mantimentos 131 escravos a navios estrangeiros e desappareceram 1:015 entre mortos e ausentes". Em seis meses, de acordo com Barcellos, terão morrido de fome, no cômputo geral, 22.666 indivíduos. Para atenuar os efeitos da fome, o Governo da Metrópole enviou socorro com mantimentos diversos.[1860] Notemos que, sobre a cifra da mortandade geral da crise de 1773 a 1775, António Carreira aponta outras fontes discordantes de Senna Barcellos, como Almerindo Lessa, que calcula a mortandade em mais de 22.000 indivíduos.[1861]

Quando se refere a essas fomes, Senna Barcellos não é explícito quanto à sua existência na ilha da Boavista.[1862] Já António Carreira afirma que "esta enorme fome atingiu rapidamente todas as ilhas: Santiago, Maio, Fogo, Brava, S. Antão, S. Nicolau e Boa Vista".[1863] No caso da Boavista, com efeito, vários documentos oficiais dão conta de ter recebido vários socorros para debelar as referidas fomes. Por exemplo, do Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, a 21 de Maio de 1774, o Secretário de Estado, Martinho

[1858] I. A. H. U., Cabo Verde, Papéis Avulsos, cx. 28, doc. 50. Lisboa, 1764.

[1859] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Capítulo I. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 44.

[1860] Cf. BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 57-72; Tb. CARREIRA, …– CABO VERDE…, p. 207-208.

[1861] CARREIRA, … – CABO VERDE…, p. 208.

[1862] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 71.

[1863] CARREIRA, … – CABO VERDE…, p. 207.

de Mello e Castro, ordenava ao governador de Cabo Verde que socorresse a ilha da Boavista de mantimentos, nos seguintes termos: "e ainda que se diz acima que dos dois Navios que vão para essa Ilha que se devem socorrer tão somente a mesma Ilha e as de Maio e Fogo e Brava e preciso /.../ que dos mesmos Navios se socorram também a Ilha da Boa Vista porque a Corveta e o Iate que vão para as Ilhas de Santo Antão e São Nicolau não poderão levar mais Provimos que as necessárias das referidas ilhas. A esta achara Vm^{ce} juntas a relações de que acima se faz menção".[1864] Por seu turno, o Governador da Província de Cabo Verde ordenava ao Capitão da ilha da Boavista, em carta de 18 de Agosto de 1755, que "/.../ durante a presente esterilidade de nenhum modo se cobrem condenações, nem se faça ao Povo essa opreção por ser impossível, que possam pagar, quando não tem para se sustentarem, e por isso morrem de fome /.../".[1865] E, no mesmo ano, o Governador informa ao Capitão-Mor da Boavista "que enviou para essa ilha 720 alqueires de milho, 200 arrobas de carne seca no iate Nossa Senhora da Penha de França. Diz que envia mais 400 arrobas de carne seca e bolacha inglesa na chalupa Nazaré. Pede informações sobre o estado da dita ilha e se "/.../ se fez sementeira, e esperanças que há de frutos, como igualmente de que mais necessitara de socorro /.../"[1866] Uma outra prova de que essas fomes terão atingido a Boavista é o facto de, em 1774, a ilha ter 1.440 habitantes e, em 1775, esse número ter descido para 1.256, o que representa uma redução, ou por emigração, ou por morte, ou ainda pelos dois factos, de 184 habitantes, em apenas um ano.[1867]

Assinale-se que essas fomes foram tão persistentes que, ainda a 20 de Março 1776, o Governador de Cabo Verde, Joaquim Salema Saldanha Lobo, ao informar a Corte das chuvas caídas em algumas ilhas, escrevia que "[…] não sucedeu assim nas ilhas Boa Vista, Maio e Brava que estão ainda em grande consternação porque posto chuvesse nas ditas ilhas nada aproveitou na da Boa Vista por não correr cheia em huma única ribeira que tem, sem o que nenhuma cultura se pode fazer nem há na dita ilha outras ribeiras que se cultivem", dizendo entretanto que na ilha da Boavista ainda existia algum gado, o que não acontecia nas ilhas do Maio e Brava.[1868]

De 1785 a 1791 reinou fome na ilha da Boavista, tendo morrido muita gente.[1869] A primeira providência do então governador da Província de Cabo Verde, António Machado Faria e Maia, foi a de mandar substituir por mandioca, já em 1785, alguma plantação de cana que havia nas ribeiras

[1864] I. A. H. N. - Cabo Verde, SG/000/LV25, fls. 12-14v, 1774.
[1865] I. A. H. N. - Cabo Verde, SG/000/LV43-Doc. 7, fls. 11-12v.. Praia, 1775.
[1866] I. A. H. N. - Cabo Verde, SG/000/LV43-Doc. 9, fls. 13-14. Praia, 1775.
[1867] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 66 e 68. Em relação a 1774, por exemplo, escreve Barcellos que a mortalidade das ilhas estava calculada da seguinte forma: "S. Thiago, para mais de 2:500 pessoas; Santo Antão, para cima de 5.000; S. Nicolau, não menos de 1:000; Maio e as outras, não menos de 500.
[1868] I. A. H. U., Cabo Verde, Papéis Avulsos, cx. 35, doc. 9. Lisboa, 1776.

[1869] CARREIRA,… – CABO VERDE…, p. 208.

agrícolas para o fabrico de aguardente.[1870] Por seu turno, numa carta dirigida ao Secretário de Estado, Martinho e Mello, o referido governador informava, em 1786, que a ilha da Boavista "se via ameaçada de perder algumas pessoas, porque se há aumentado a necessidade e penúria, tendo já principiado a mortandade pelo gado", pelo que mandara comprar milho às ilhas de S. Nicolau e Santo Antão para socorrer o povo,[1871] não obstante tivesse proibido, no ano anterior, a saída desse cereal da ilha de S. Nicolau, nos seguintes termos: "não obstante fiar de Vm.cê uma inteira satisfação a minha ordem de 14 de Novembro do ano passado em a qual lhes proibia a saída dos géneros dessa Ilha, me vejo obrigado a proibir de novo a mesma saída porque alem de dever socorrer a Ilha da Boa Vista acabo de receber ordens de S. Magestade para o fazer também as Ilhas dos Açores /.../."[1872]

Por outro lado, nem sempre era fácil prover a ilha da Boavista de mantimentos do exterior, por falta de embarcações, como alegava o próprio Governador,[1873] o que aumentava a desgraça do povo da Boavista, como testemunhava essa autoridade máxima da Província, numa carta datada de 29 de Outubro de 1786 e dirigida a João Carlos da Fonseca Rosado, então Administrador da Companhia de Grão-Pará e Maranhão na ilha do Fogo, nos seguintes termos: "forão-me presentes 2 cartas de Vm.ce em data de 17 de 19 do corrente. Mas me forão sumamente gratas, porque presentemente me deve maior cuidado a desgraça da situação da Ilha da Boa Vista, porque me não escapão as muitas aflições, e trabalhos que se seguem a hum Povo cheio de fome".[1874] E, no dia seguinte, o mesmo governante mandava limitar a venda de gado da ilha da Boavista, como se segue: "já tenho dito a Vm.ce que he necessário vigiar, para que não sahião fêmeas das diferentes espécies de gados dos quais só exceptuo Cabras, porque pela sua abundância se pode permitir a saída delas: agora particularmente lhe recomendo, que não permito vender ao estrangeiro aqueles cavalos, Burros, Bois, que pela Sua formosura, e grandeza for em próprios para País, porque he estilo em todas as Nações que vendem gados a conservarem o melhor para se, para conservarem as boas Raças. Vmce me deve mandar hua relação, a mais exacta possível da mortandade dos Gados e deixo a sua inteligência o fazer reflexão da quantidade que se pode vender ao estrangeiro tendo sempre diante os olhos, que he necessário conservar

[1870] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Capítulo II. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905. p. 110.

[1871] I. A. H. U., Lisboa. Carta do Governador António Machado de Faria e Maia ao Secretário de Estado português, Martinho de Mello e castro, a 12 de Julho de 1786. Cxa. nº 43, doc. nº 46, 1786.

[1872] Carta do Governador, dirigida à Câmara da ilha de S. Nicolau, a 20 de Fevereiro de 1786. I. A. H. N. - Cabo Verde . SGG/A1. 49 - fl. 31v.-32. Praia, 1786.

[1873] Cf. Carta do Governador ao Capitão-Mor da ilha da Boavista, de 21 de Fevereiro de 1786. I. A. H. N. - Cabo Verde. SGG/A1. Liv. 49, fls. 32-32v. Praia. 1786; Carta do Governador ao Comissário Provincial, de 8 de Outubro de 1786. I. A. H. N. - Cabo Verde. SGG/A1. Liv. 49 - fl. 89. Praia, 1786.

[1874] I. A. H. N. — Cabo Verde. SGG/A1. Liv. 49, fl. 93. Praia, 1786.

Gados para fazer negocio com os Estrangeiros, e que no aumento das Cabeças consiste a felicidade dessa Ilha".[1875]

A 4 de Julho de 1787, continuando a fome na ilha da Boavista, o Coronel Freire de Andrade, ali degredado e expondo a sua situação ao Capitão-Mor João de Almeida, dá também conta da referida fome.[1876] O próprio povo endereça ao referido governador, a 7 de Julho de 1787, um pedido de envio de mantimentos, informando-o que já havia três anos que a fome reinava na Boavista, o que deixaria a ilha deserta se não fossem os socorros prestados pelo Administrador local da Companhia de Grão-Pará e Maranhão, José Pereira da Silva.[1877] O próprio Governador, António Machado Faria e Maia, refere-se à essa fome, nos seguintes termos: "pelas noticias, que tenho tido da Ilha da Boa Vista, considero os seus Habitantes em bastante afflição, e porque devo salvar a vida aqueles mizeraveis, ainda que seja da minha algibeira, tenho ajustado com os Administradores da caza da Sociedade, que me dizem mandão algumas Fazendas para trocar a Milho, e eu me obrigo a pagar por aqueles, que absolutamente não tiverem com que comprem o alimento necessário, e desta forma no Caso que o Capitão Falcão falle com Vm.ce para a compra do dito Milho, pode Vm.ce ficar certo, que eu sou responsavel pelo seu pagamento, fazendo-se tudo com aquellas clarezas, e verdade, que deve haver. Sobre tudo que lhe tenho escrito pelas minhas ultimas cartas, espero a execução que Vm.ce costuma ter".[1878]

A 28 de Novembro de 1788, o referido governador dá ordens a António de Silveira, capitão de uma chalupa, para ir comprar à ilha Brava milho e feijão, com o dinheiro do próprio governador, e levar à Boavista para ser vendido, aos que podia comprar, e distribuído gratuitamente, aos pobres.[1879] Em contradição à situação de fome por que passava a ilha, "o rendimento líquido da fazenda real na Boa Vista, em 1788, foi de 489$125 réis; exportou 1:966 moios de sal em 36 navios, no valor de 589$800 réis. N'aquelle rendimento se incluía a venda de 110 burros das ilha do Sal por 110$000 réis, um cavallo por 15$450 réis e um novilho por 4$500 réis, e 73 cabeças de cabra da Boa Vista por 10$250 réis".[1880]

[1875] Carta dirigida ao Capitão-Mor da ilha da Boavista, a 30 de Outubro de 1786. I. A. H. N. - Cabo Verde. SGG/A1. Liv. 49 - fls. 93-94v. Praia, 1786.

[1876] I. A. H. U., Lisboa. Carta do Coronel Freire de Andrade dirigida ao Capitão-Mor João de Almeida a 4 de Julho de 1787. Cax.nº 44, doc. nº 8, 1787.

[1877] I. A. H. U., Lisboa. Carta do povo da Boavista, dirigida ao Governador António Machado Faria e Maia, a 7 de Julho de 1787. Cxa. nº 44, doc. nº 9, 1787.

[1878] Carta do Governador, António Machado Faria e Maia, dirigida em Agosto de 1787, ao Capitão-Mor da ilha da Boavista. I. A. H. N. - Cabo Verde. SGG/A1. Liv. 49 - fl. 135. Praia, 1787.

[1879] I. A. H. U., Lisboa. Nota nº 2, apenso à carta dirigida pelo referido governador ao Secretário de Estado Martinho de Mello e Castro, a 5 de Março de 1789. Cxa. nº 45, doc. nº 5, 1789.; Cf. tb. BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Capítulo II. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p 113.

[1880] Cf. BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 110.

Como a fome continuava a fustigar o povo dessa ilha ainda em 1789, o referido governador escreve novamente ao Secretário de Estado, Martinho e Mello, informando-o do facto, nos seguintes termos: "a ilha da Boa Vista continua a ser castigada por Deos; fosse assim aquelle povo como todo o d'estas ilhas susceptível de remorssos, e de emmenda na sua brutalidade, e em tudo mais que o caracteriza".[1881] Portanto, na óptica do governador, a fome resulta do castigo de Deus contra os pecados do povo. Na referida carta, não deixa, porém, de pedir misericórdia ao Secretário de Estado para com o povo sofredor.

Parece que as fomes de 1785 a 1791 castigaram duramente a população da ilha da Boavista. Com efeito, numa carta de 10 de Setembro de 1788, o Capitão-Mor da ilha da Boavista, Aniceto António Ferreira, dá conta à Secretaria-Geral do Governo da Província de Cabo Verde das chuvas caídas no mês de Agosto do mesmo ano, mas sem os efeitos desejados, devido à falta de animais para comer os pastos e de sementes para a agricultura; adverte também às entidades superiores do perigo de a maior parte do povo morrer de "pura fome" se não houver socorro atempadamente. Não indica o número de mortos, mas diz que "pela certidão, que acompanha esta, verá V. Senhoria os que já tem morrido della". E acrescenta: "estas são as tristes, e funestas noticias desta ilha; Cituação thé hoje nunca vista, segundo os seos Naturaes assevêrão".[1882] Note-se que desde 1786 já se dava conta de pessoas falecidas devida à fome na ilha da Boavista, como testemunha a carta do Governador, de 3 de Dezembro de 1786, dirigida a ao Capitão-Mor dessa ilha, nos seguintes termos: "penetrou-me bastante a morte de que Vm.ce me da parte, mas creio, que não tenho tido omissão, e consequentemente não darei contas a deus a este respeito".[1883] Por outro lado, uma representação das entidades oficiais, dos homens bons e do povo da ilha da Boavista, dirigida à Corte a 8 de Abril de 1789, classifica as referidas fomes de "violenta e cruel", devido à "rigorosa secura", que havia três anos fustigava a ilha.[1884] Nessa exposição dá-se também conta de 91 pessoas falecidas, enquanto a carta do governador referida atrás deixa a entender que muita gente terá morrido de fome, quando diz que "incluzas vão três certidões dos parrochos, que ajuntados á que mandei em Septembro pela Fragatta Bulldog, fazem hum sensível espectáculo de Almas, que depois de passarem os horrores da fome, e o tormento de hua vida languida, e sem socorro, forão para o outro Mundo, deixando os seos

[1881] I. A. H. U., Lisboa. Nota nº 2, apenso à carta dirigida pelo referido governador ao Secretário de Estado Martinho de Mello e Castro, a 5 de Março de 1789. Cxa. nº 45, doc. nº 5,1789.
[1882] I. A. H. U., Lisboa. Carta do Capitão-Mor da ilha da Boavista, Aniceto António Ferreira, à Secretaria-Geral do Governo da Província de Cabo Verde, a 10 de Setembro de 1788. Cxa. nº 44, doc. nº 80, 1788.
[1883] I. A. H. N. - Cabo Verde. SGG/A1. Liv. 49 - fls. 97v.-98, 1786.
[1884] I. A. H. U., Lisboa. Representação do Juiz Ordinário, dos homens, dos principais, dos oficiais e do povo da ilha da Boavista ao Secretário de estado, Martinho de Mello e Castro, a 8 de Abril de 1789. Cxa. nº 45, doc. nº 27, 1789.

irmons em iguaes calamitosos sofrimentos".[1885] A última fome que terá atingido a ilha da Boavista no século XVIII teve lugar em 1791, pois grassou em todas as ilhas de Barlavento, particularmente nas de Santo Antão e S. Nicolau.[1886] Não encontrámos notícias sobre o número de vítimas em cada uma dessas ilhas, salvo em relação à ilha de Santo Antão, onde terão morrido, até Maio do referido ano, para mais de 800 pessoas.[1887] Senna Barcellos refere, porém, "o anno de 1790, que fôra escasso em chuvas, reduziu á fome os habitantes das ilhas de barlavento e os da Brava em 1791, morrendo em todas muita gente".[1888]

Já no século XIX, mais precisamente de 1809 a 1814, à falta de chuva, que vinha de 1808, associa-se a guerra anglo-americana, o que impede a Boavista de exportar couros, peles e sobretudo, a sua maior riqueza, o sal.[1889] Por outro lado, a metrópole via-se a braços com as invasões francesas, razão por que o rei a exigia do povo pesadas contribuições em dinheiro, não dando atenção à crise alimentar que matava milhares de pessoas.[1890]

A crise, a segunda do século, foi acompanhada de fome geral e de tal sorte que as populações "[…] se veriam obrigados a emigrarem de uma para outras ilhas, como sucedeu em 1814 aos da ilha da Boa Vista, que quase a deixaram deserta para buscarem asilo nas do Fogo e S. Nicolau, em as quais os comandantes têm mais cuidado do seu povo, que a daquela, que vindo todos na maior penúria, morrendo à fome, em lugar de lhes procurar meios da sua sobrevivência e contê-los em suas casas, vendia-lhes um prato de milho por um moio de sal, isto me certificaram pessoas de muito crédito".[1891] A respeito dessa fome e de acordo com Senna Barcellos, "parecia que a Providencia queria castigar, n'aquelle infeliz povo, os

[1885] I. A. H. U., Lisboa. Nota nº 2, apenso à carta dirigida pelo referido governador ao Secretário de Estado, Martinho de Mello e Castro, a 5 de Março de 1789. Cxa. nº 45, doc. nº 5, 1789.

[1886] I. A. H. U., Lisboa. Carta do Governador Francisco José Teixeira Carneiro, dirigida ao Secretário de Estado, Martinho de Mello e Castro, a 27 de Maio de 1791. Cxa. nº 47, doc. nº 28, 1791.

[1887] BARCELLOS, … – Subsídios …, p 116.

[1888] BARCELLOS, … – Subsídios …, p 115.

[1889] BARCELLOS, … – Subsídios ..., p. 209.

[1890] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Capítulo III. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 201.

[1891] SENNA, Manuel Roiz Lucas de – "Dissertação sobre as Ilhas de Cabo Verde (1818)". Anotações e comentários de António Carreira. Mem Martins: Edição do Autor, 1987, p. 67. Sobre essa emigração, escreve também Barcellos: "essa emigração, consequência da fome na Boavista, é também noticiada por Senna Barcellos, nos seguintes termos: "devido á muita fome que houve neste anno na ilha da Boa Vista, o povo emigrou quasi todo para S. Nicolau e Fogo. O commandante d'essa ilha, vendo as míseras circumstancias que se atravessava, vendia um prato de milho por um moio de sal" (BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Capítulo III. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 224).

desatinos e iniquidades das auctoridades principaes e suas opressoras durante largos séculos".[1892]

Não encontrámos o número exacto de vítimas referente a essa crise. Senna Barcellos, referindo-se ao ano de 1811, escreve entretanto que nesse ano "[…] falleceram na Boa Vista, de fome, sessenta e duas pessoas, sendo oito da freguezia de S. João Baptista e cincoenta da do Rabil",[1893] o que dá 58 pessoas e não 62. O gado também não foi poupado. Neste sentido, uma exposição da Câmara, dos homens bons e principais do povo da ilha da Boavista, datada de 24 de Agosto de 1811, pedindo socorro ao Rei, dá conta, porém, de ter morrido quase todo o gado, por causa da terrível seca de 1810. Assim, alude ao facto de terem restado 1.200 cabras dos 50.000 que havia; 200 jumentos, dos 20.000 que havia, 42 vacas e bois, dos 6.000 que haviam; 3 cavalos e 1 égua, dos 4.000 que havia.[1894] A complicar a situação miserável a que vivia o povo, fora lançado pelas autoridades o imposto de 24% sobre os preços dos mantimentos e animais vendidos a navios estrangeiros, enquanto os avios nacionais e os ingleses pagavam pelas mesmas transacções 15%. Tal afronta não podia deixar de ser alvo de protestos pela Câmara, homens bons e principais do povo da Boavista na referida exposição.[1895]

Sobre essa crise e tendo em conta o "estado miserável em que vivia a gente pobre", o Governador Moraes e Castro enviou uma exposição ao rei, por mão própria de Aniceto António Ferreira, comandante da ilha da Boavista, e Manuel Alexandre de Medina e Vasconcellos, seu ajudante, pedindo-o providencias. Das providências do rei, não conseguimos notícias. Mas, "por honrosamente terem cumprido a sua missão", os dois emissários foram pelo rei agraciados com o posto de tenente-coronel.[1896]

O ofício nº 93, de 1823, dirigida à Corte pelo do Governador João da Matta Chapuzete, dá conta de fome nas ilhas da Boavista, S. Nicolau e Santo Antão, para as quais ordenou o envio de socorros.[1897] Observe-se que Manuel António Martins terá desempenhado um papel de suma importância na diminuição dos efeitos dessa fome, de acordo com uma informação da

---

[1892] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed. Vol. II, Parte III (Apresentação, Notas e Comentários de Daniel Pereira). Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 195.

[1893] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Capítulo III. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 217.

[1894] I. A. H. U., Lisboa. Exposição da Câmara, dos homens bons eprincip+ais do povo da ilha da Boavista, dirigia ao Rei de Portugal, a 24 de Agosto de 1811. Cxa. nº 59, doc. nº 54, 1811.

[1895] I. A. H. U., Lisboa. Exposição da Câmara, dos homens bons eprincip+ais do povo da ilha da Boavista, dirigia ao Rei de Portugal, a 24 de Agosto de 1811. Cxa. nº 59, doc. nº 54, 1811.

[1896] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Capítulo III. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 245.

[1897] I. A. H. U., Lisboa. Ofício nº 93, do Governador João da Matta Chapuzete à Corte, de 5 de Agosto de 1823. Cxa. nº 73, doc. nº 31, 1823.

Câmara da Boavista de 3 de Agosto de 1824, nos seguintes termos: "[…] com as obras de Pedra de Lume, Martins 'ocupou muito povo desta ilha (Boa Vista), salvando assim a muitas famílias de perecer nos anos das grandes secas que houve em 1810, 1813, 1814 e 1815'".[1898]

A crise de 1830-1833, originada por falta de chuvas e tendo atingido todas as ilhas de Cabo Verde, terá sido a mais calamitosa do século XIX, noticia António Carreira.[1899] De acordo com Senna Barcellos, em 1831 o então Governador, D. Duarte da Costa de Sousa Macedo, terá alertado a Coroa mas o governo de D. Miguel, não obstante as notícias da mortandade em Cabo Verde, para mais de 30.000 mortes, não deu nenhuma importância ao caso. Chegou, sim, de prometer enviar o bergantim Restaurador com 150 moios de milho para sementeira mas tudo ficou pela promessa.[1900] Como é que um rei abandona um povo a morrer de fome à sua sorte?

Não encontrámos resposta à pergunta. Lembremos, porém, que D. Miguel, por um lado, se encontrava envolvido em guerras civis no reino e, por outro, certamente tinha presentes as sublevações a favor da Constituição Liberal, tidas lugar em Sal-Rei e no Rabil, na Boavista, e na Vila de Santa Maria da Praia, em Santiago. Ora, essas sublevações eram consideradas por muitos conspiratórias contra o rei.[1901]

Socorreu mais uma vez a população da Boavista o Conselheiro Manuel António Martins, que mandou vir da Gâmbia, em 1831, dois navios carregados de milho, para vender ao povo, enquanto os Estados Unidos da América enviaram, em 1832, oito navios com mantimentos para serem distribuídos como esmola.[1902] Achamos de justiça registar aqui que, em vários momentos de crise na ilha da Boavista, Manuel António Martins ajudou o seu povo a atenuar os efeitos da fome. Neste sentido, Senna Barcellos informa que Martins impede a muita gente, não só da Boavista mas também de S. Nicolau e de Santo Antão, de morrer de fome, por a ter empregado, na ilha do sal, muitas pessoas dessas ilhas, "[…] que alli iam buscar trabalho bem remunerado, e quantas mais não se lamentariam, nas crises de alimentícias de 1831 a 1834, se não fossem os trabalhos em

---

[1898] "Informação da Câmara da Boa Vista, de 13 de Abril de 1824, sobre pedido de Martins para aforamento da salina de Pedra de Lume. Caixa nº 15 a 18 do Arquivo da repartição Provincial dos Serviços de Administração Civil de Cabo Verde". Citação de FRANÇA, Arnaldo de Vasconcelos – "Exportação do sal no século XIX, ilha do Sal". Revista do Centro de Estudos de Cabo Verde. Praia, I, 1973, p. 40.

[1899] CARREIRA, … – CABO VERDE…, p. 212.

[1900] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Capítulo IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 395 e 397. Como observa Senna Barcellos, 150 mios de Lisboa correspondiam a 50 moios de Cabo Verde.

[1901] Por exemplo, sobre as sublevações na Boavista e na ilha de Santiago, respectivamente, e sobre as antipatias do rei para com o povo de Cabo Verde e vice-versa, cf. BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Capítulo IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 398 e 400.

[1902] BARCELLOS, … – Subsídios ..., p. 395; Cf. tb. VASCONCELOS, Ernesto J. de C. e – "As Colónias Portuguesas: I – Geographia Phisica, Política e Económica". Lisboa: Centro Typographico Coloniual, 1916, p. 25.

caminhos, tunnel, poços, maretas e construcções de casas e conducção de sal n'essa ilha?".[1903] Entretanto, em outra ocasião, Manuel António Martins sofrerá reprimendas da Junta da Real Fazenda pelo facto de lhe ter oficiado sobre o número de mortos que apareciam nos campos da ilha de Santiago, devido à fome.[1904]

Retomando os socorros à ilha da Boavista nas crises de 1830 a 1833, outras pessoas e países também deram a sua solidariedade a esse povo sofredor. Por exemplo, graças às providências do capitão da marinha mercante americana, Joseph Rider, junto do seu governo, dos Estados Unidos da América chegam a Cabo Verde, em 1833, mais dois navios em Santiago e três na Boavista carregados de mantimentos para serem distribuídos gratuitamente ao povo, de sotavento e de barlavento, respectivamente.[1905] O comércio e a exportação do sal terão, certamente, também ajudado a atenuar a fome dessa crise, conforme testemunha o Governador Duarte da Costa de Sousa de Macedo, quando expõe, em 1832, a situação calamitosa das ilhas de Cabo Verde ao conde de Bastos, nos seguintes termos: "as [ilhas] da Boa Vista e Maio resistiam porque os seus habitantes offereceram a circulação de numerário, mantendo-se com os generos de importação que alli affluíam".[1906]

De 1845 a 1846 as ilhas de S. Nicolau, S. Antão e Brava foram atingidas por uma fome que ameaçou a vida de uma grande parte dos habitantes.[1907] Para conjurar a "terrível calamidade", o Governador D. José de Noronha criou um "[…] 'imposto patriótico' a incidir sobre os escravos recenseados em 1843, e a pagar pelos 'senhores,"[1908] cujo produto destinava a socorrer os indigentes durante as crises alimentícias na Província.[1909] O imposto era pago em dinheiro ou em géneros alimentícios. Quando em dinheiro, era assim escalonado: para os escravos domésticos, maiores de 14 anos, os senhores pagavam 15 tostões; de 7 aos 14, 10

[1903] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné". 2ª ed. Vol. III, Partes IV e V (Apresentação, Notas e Comentários de Daniel Pereira). Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 25. Note-se que o próprio Martins já tinha escrito, em 1836, que "a ilha do Sal tem sido uma Índia para os trabalhadores da Boa Vista, S. Nicolau e Santo Antão, e quantas mil almas teriam perecido de fome se eu os não tivesse entretido naquela ilha abrindo poços, fazendo caminhos e abrindo maretas" ("Carta de Manuel António Martins, datada da Boavista a 18 de Março de 1836, dirigida ao Chefe de Estado-Maior e Secretário do Governo, int.º. Caixa nº 15 a 18 do Arquivo da repartição Provincial dos serviços de Administração Civil de Cabo Verde". Citação de FRANÇA, Arnaldo de Vasconcelos – "Exportação do sal no século XIX, ilha do Sal". Revista do Centro de Estudos de Cabo Verde. Praia, I, 1973, p. 38 e 40).

[1904] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Capítulo IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 398.

[1905] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 400.

[1906] Citado por BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 401.

[1907] CARREIRA, … – CABO VERDE…, p. 213; SANTA-RITA VIEIRA, Henrique Lubrano de – "História da Medicina em Cabo Verde". Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, 1989, p. 176.

[1908]CARREIRA, … – CABO VERDE…, p. 213.

[1909] SANTA-RITA VIEIRA, … – "História da Medicina …,176.

tostões; para os pastores, com mais de 14 anos, 850 réis; de 7 aos 14, 560 réis.[1910]

A bibliografia compulsada, quer em Senna Barcellos quer em António Carreira, não refere, entretanto, se essa crise terá feito sentir, ou não, na ilha da Boavista. Mas, pelos dados avançados pelo Boletim Oficial de Cabo Verde, entendemos que durante essa crise houve fome nessa ilha. Com efeito, enquanto durou, a Boavista recebeu vários gestos de solidariedade. Por exemplo, o Boletim Oficial nº 122, de 17 de Janeiro de 1846, publica uma Circular do Governo de Cabo Verde que faz referência a uma "[…] subscripção tanto na Inglaterra como em algumas Colonias Britannicas para socorrerem os infelizes habitantes da ilha da Boa Vista, e talvez de algumas outras"; o mesmo Boletim Oficial traz um rol de 283 pessoas de S. Nicolau que também contribuíram em mantimentos a favor "[…] dos habitantes necessitados da Ilha da Boa Vista, por caridade".[1911] Esses dois factos provam que a crise de 1845-1846 terá afectado grandemente a ilha da Boavista. No que se refere à ilha de S. Nicolau, de acordo com uma nota inserida ainda no referido Boletim Oficial, enquanto que na maioria das restante ilhas os "[…] habitantes se acham já em lucta com a fome […]", era a única que podia dispensar socorro às suas irmãs, pois nela a colheita tinha sido abundante.[1912]

Por seu turno, a crise de 1850-1860, por falta de chuvas nas ilhas de barlavento, atingiu também a ilha da Boavista, nomeadamente nos anos de 1850-1851 e 1853-1855.[1913] De acordo com Ernesto e Vasconcellos, "de 1855 a 1857 não houve colheita nas ilhas de Stº Antão, Boa Vista, Sal e S. Nicolau, devido á falta de chuvas". Para socorrer as populações das respectivas ilhas, para além das medidas do governador, foram enviadas da metrópole 150 moios de milho e 440 arrobas de arroz.[1914] Por isso, não se registaram vítimas na Boavista, embora a crise tenha sido agravada pelo temporal de 2 e 3 de Setembro de 1850 que abalou toda a ilha, cuja população foi prontamente acudida por 177 habitantes da ilha Brava, em mantimentos e dinheiro.[1915]

Da crise de 1862-1866, que atingiu todas as ilhas de Cabo Verde, excepto a de S. Nicolau, morreram 30.652 pessoas. Como medida para combater a fome, o Governador Carlos Augusto Franco propôs à Coroa a emigração de cabo-verdianos para as roças de S. Tomé e de Angola.[1916] O Governo da metrópole chegou ao cúmulo de, através da Portaria Régia nº 105, de 18 de Maio de 1864, estabelecer, "nos portos da costa da ilha (de Santiago) e nos portos fiscais, com o auxílio de dois ou três soldados,

[1910] CARREIRA, … – CABO VERDE…, p. 424.
[1911] Boletim Oficial do Governo gerl da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 122 (17 de Janeiro, 1846), p, 494.
[1912] Boletim Oficial do Governo gerl da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 122, (17 de Janeiro, 1846), p, 494.
[1913] CARREIRA, … – CABO VERDE…, p. 213.
[1914] VASCONCELOS, … – As Colónias …, p. 35.
[1915] SANTA-RITA VIEIRA, … – História da Medicina …, p. p. 208.
[1916] CARREIRA, … – CABO VERDE…, p. 214.

medidas de polícia tendentes a evitar o desembarque e entrada de habitantes das outras ilhas, que sem conhecimento das autoridades afluem e aumentam as dificuldades que já existem".[1917]

No que se refere à ilha da Boavista, dessa crise os cálculos estatísticos de Senna Barcellos indicam uma diferença populacional, para menos, de 1.221 entre os anos de 1862 e 1867 na Boavista. Isto é, dos 2.621 habitantes em 1862, em 1867 havia 1.400.[1918]

Entre 1883 e 1886 regista-se uma nova crise geral. Em 1885, por exemplo, não choveu em nenhuma ilha.[1919] Não obtivemos o número de vítimas. No entanto, de acordo com os Boletins Oficiais da época, Boavista foi particularmente atacada por nuvens de gafanhotos, que destruíram as sementeiras e pastagens, provocando a morte de muito gado. Para acabar com a praga de gafanhoto, no ano de 1887 a Câmara Municipal da Boavista deliberou um orçamento de 40$000 réis para extinguir esses insectos que devoravam as culturas, nomeadamente da parte Norte da ilha, para o desespero dos respectivos agricultores.[1920] Nas crises, respectivamente, de 1889-1890 e de 1896-1897, houve fome geral mas não se registaram vítimas em nenhuma das ilhas de Cabo Verde, devido à pronta actuação do Governo da Província.[1921] No que se refere à ilha da Boavista, a fome grassava, em 1896-1897, nas povoações do Norte, Povoação-Velha e Rabil, apesar da assistência aos famintos.

Conclui-se, portanto, que do século XVI ao limiar do século XX, umas gerais, outras locais, várias fomes atingiram a ilha da Boavista, devido, ora à crise de chuvas, com a consequente falta de produção agrícola, o que fazia escassear os alimentos aos limites da miséria, ora a cheias, que estragavam as sementeiras, ora ainda a pragas de gafanhotos, que comia todas culturas. Muitas vezes eram também os temporais, como a de 1850 referida atrás, que levavam as populações da Boavista a viverem momentos de crise de alimentos, mesmo quando chovesse, como aconteceu com as fortes chuvas e temporal dos dias 1 e 2 de Outubro de 1873, "aponto de vir grandes cheias e levar quasi toda a sementeira que já se tinha feita, deixando na freguesia de São João Baptista 44 casas arrombadas e no Porto de Sal Rei 38 incluindo a da Fazenda, e do Município, fazendo tambem immensos estragos no Rabil, aonde cahiu a Sáchristhia da Igreja matriz".[1922]

Uma análise atenta da mortandade nas ilhas de Cabo Verde, ao longo desses séculos, mostra-nos, porém, que a Boavista sofreu menos perdas

---

[1917] CARREIRA, António – "Migrações nas ilhas de Cabo Verde". Lisboa: universidade Nova de Lisboa, 1977, p. 151.

[1918] Cf. CARREIRA, António – "A evolução demográfica de Cabo Verde". *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Vol. XXIV. Nº 94. Abril, 1969, p. 496.

[1919] CARREIRA, … – CABO VERDE…, p. 215.

[1920] Ofício nº 109, da Câmara Municipal da Boavista ao Secretário-Geral do Governo da Província de Cabo Verde. I. A. H. N.. SGG, cxa. nº 200. Praia, Janeiro-Dezembro, 1877.

[1921] CARREIRA, … – CABO VERDE…, p. 216.

[1922] O ofício nº 110, da Administração do Concelho da Boavista, dirigido ao Secretário do Governo-Geral da Província de Cabo Verde, a 5 de Outubro de 1873. IAHN, Praia. Secretaria Geral do Governo, Cx. 200.

humanas, em relação às outras ilhas. Isso, do nosso ponto de vista, deve-se ao facto de a exploração económica ali implantada não depender exclusivamente dos caprichos das chuvas, cuja falta significava fome, esta predominante nas ilhas onde a economia fora assente, nos primórdios da colonização, no tráfico de escravos e na agricultura, como Santiago e Fogo, e, mais tarde, na agricultura, como Santiago, Santo Antão, Fogo, S. Nicolau e Brava. Esta asserção poderá ser corroborada pela exposição, atrás referida, do Governador Duarte da Costa de Sousa de Macedo, dirigida ao conde de Bastos em 1832; por J. Bacelar Bebiano, quando escreve que "as ilhas do Maio, da Boa Vista e do Sal, não só pela navegação que ali demandava, como pelo comércio salineiro, conseguiam manter a população mais ou menos activa, o que implicitamente significa mais ou menos alimentada";[1923] ou, então, por Félix Monteiro, nos seguintes termos: "[…] já em 1831-1833, quando a estiagem causava cerca de trinta mil vítimas em Cabo Verde, não terá morrido ninguém de fome nas Ilhas do Maio e da Boa Vista graças não só ao comércio de exportação de sal como também ao estacionamento de baleeiros nos portos e ao recrutamento de marítimos ou simples tarefeiros caboverdeanos para os navios americanos […]".[1924]

Com efeito, assente essencialmente na exploração dos produtos da pecuária, do sal, da urzela e de sementes da purgueira, as fomes atacavam a ilha da Boavista com maior intensidade quando a navegação não aportava Sal-Rei, o que provocava a diminuição do comércio desses produtos, ou quando as epidemias grassavam na ilha, ou ainda quando os navios piratas a saqueavam com gravidade. Porém, o povo sempre lá ia conseguindo dar a volta às situações de fome, recorrendo-se à pesca, nomeadamente com pesca à rede e à cana, esta conhecida por pesca de "pé-de-pedra", e, sobretudo, com as "móias-móias" ou salvados de naufrágios, como veremos mais à frente, muito frequentes nas costas da ilha da Boavista, do século XVI ao século XX; outras vezes, quando esses recursos também se escasseavam e não havia mantimentos algum para comer, conforme apurámos junto de pessoas idosas na Boavista, o povo socorria-se da "potóna" (pequeno tubérculo de um gramíneo muito abundante na Boavista), para se alimentar, melhor, para enganar a fome.[1925] No que se fere à pesca e à potóna, por exemplo, já dizia Mário Secca que "suportou a ilha muitas crises, mas a pesca e a potona (gramínea muito abundante usada na alimentação das classes pobres dointerior) atenuaram os seus terríveis efeitos, sendo muito raro qualquer caso de morte pela fome".[1926] Por seu turno, nesta mesma direcção António Carreira testemunha que "em algumas

[1923] BEBIANO, J. Bacelar – "Considerações sobre alguns problemas fundamentais de Cabo Verde". In *Colóquios Cabo-Verdianos*, Nº 22. Lisboa:Junta de Investigações do Ultramar, 1959, 151.
[1924] MONTEIRO, … – Descrição corográfica e estatística … p. 136.
[1925] Apolinário Fortes Varela e João Ramalho, entre outros informantes, citados em capítulos anteriores.
[1926] SECCA, Mário – "A pesca em Cabo Verde". Praia: Divisão dos Serviços de Estatística da Colónia de Cabo Verde, 1945, p. 52.

ilhas, em especial na Boa Vista, utilizam um tubérculo espontâneo conhecido por 'potona' (*Cyperus esculentus*, Linn.), de nulo valor energético".[1927]

Mas houve situações extremas de fome que marcaram profundamente o povo da Boavista. Nestas situações, isto é, quando a fome atingia limites mesmo extremos, não restava ao povo mais nada se não, ou morrer de fome, ou emigrar para outras ilhas de Cabo Verde, como aconteceu, por exemplo, na fome de 1814, durante a qual uma boa parte da população da Boavista se viu obrigada a emigrar para as ilhas do Fogo e de S. Nicolau, para fugirem à humilhação de terem de comprar ao próprio Comandante da ilha um prato de milho por um moio de sal. O inverso também acontecia: mesmo sofrendo de penúria aguda de alimentos, o povo abraçava imigrantes de outras ilhas, onde grassava a fome, como dá conta o seguinte testemunho: "[…] por exemplo: aumentou a grau de calamidade da Boa Vista, até porque seguiram para lá muitos moradores de S. Nicolau que fugiam à fome e o mesmo pode acontecer com a Brava, perante a ida de moradores do Fogo".[1928] Tudo isso levaria Mário Secca a afirmar que as pessoas da ilha da Boavista são "[…] muito parcas na alimentação e a sua altivez não consente tornarem-se conhecidas as suas necessidades".[1929]

O certo é que, para além do défice demográfico e da desarticulação das estruturas sócio-económicas e familiares, os efeitos físicos e psicológicos das populações, causados pelas fomes, foram profundos: famílias destroçadas pelas mortandades e pela emigração; crianças que ficam sem pais e abandonadas, ou recolhidas por pessoas caridosas, ou então exploradas por pessoas sem escrúpulos; êxodo rural, devido a famílias inteiras que abandonam as suas terras agrícolas ou campos de pastagem à procura de comida e de água potável nos centros urbanos; enfim, uma situação dolorosa que perseguiu ciclicamente o povo da Boavista do século XVI ao limiar do século XX, marcando-o indelevelmente, do ponto de vista moral e material. Restou, então, ao poeta da ilha chorar com o seu povo:

> "Nos meus versos agrestes,
> há choros, e lágrimas, e dias perdidos...
> […]
> E o marulho do Mar,
> e a fome daquele dia […]".[1930]

[1927] CARREIRA, … – Crises em Cabo Verde …, p. 35.
[1928] Carta do Governador-Geral da Província de Cabo Verde à Corte, datada de 21 de Março de 1774. I. A. H. U., Cabo Verde, Papéis Avulsos, cx. nº 33, doc. nº 54. Lisboa, 1774.
[1929] SECCA, … – A pesca …, p. 52-53.
[1930] Daniel Filipe, poeta natural da ilha da Boavista, da diáspora cabo-verdiana em Portugal, onde faleceu – In GOMES, Simone Caputo – "Uma recuperação de raiz: Cabo Verde na obra de Daniel Filipe". Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, 1993, p. 40.

3.2. Epidemias

As crises, para além de fomes e de outras calamidades, vinham geralmente acompanhadas de doenças, muitas das quais em autênticas epidemias que, muitas vezes, ceifavam grande quantidade de vidas humanas em todo o Arquipélago de Cabo Verde.

Se as ilhas desse arquipélago foram encontradas desabitadas, de acordo com a tese oficial, então a patologia cabo-verdiana, como defende o médico-historiador Henrique Lubrano de Santa-Rita Vieira, é herdeira de doenças europeias e africanas. Assim, certas doenças, como a lepra, a varíola, a sífilis, a febre-amarela, a tuberculose e a varíola, chegariam a Cabo-Verde trazidos pelos europeus, umas logo nos primórdios da colonização, outras ao longo do povoamento e exploração económica das ilhas. Essas doenças não poupavam nem a família real em Portugal. De África, viria o paludismo.[1931]

Sobre a lepra, por exemplo, ainda hoje certos sectores populacionais da ilha da Boavista acreditam na tradição popular segundo a qual a carne e o sangue da tartaruga, este friccionado sobre a pele, curam a doença. A Senhora Boudich, que em 1832 visitou a ilha da Boavista, com o seu marido em missão científica, testemunhou essa tradição e relatou-a nos seguintes termos: "une tradition populaire attribue à la chair de ces animaux, prise comme nourritur, et à leur sang frotté sur la peau, la faculté de guérir la lèpre".[1932] Essa tradição poderá ter as suas raízes em informações históricas, como, por exemplo, quando, em relação ao conjunto das ilhas, Valentim Fernandes regista que "no mês de mayo Junho e Agosto há nestas ylhas grande avondança de tartarugas de que os gaffos saram".[1933]

De todas as maneiras, essas doenças, quer da origem europeia quer da origem africana, aclimataram-se nas ilhas de Cabo Verde, tornando-se muitas vezes fatais para os próprios colonos, como testemunha o Governador Bartolomeu Tigre, numa carta dirigida à Corte a 20 de Dezembro de 1764, nos seguintes termos: "no 1º de Setembro do presente ano, tempo das águas, todos os que vieram tiveram a doença da terra como

---

[1931] Cf. SANTA-RITA VIEIRA, … – História da Medicina …, p. 23-28 e 86. Por exemplo, D. Afonso II, para além de conflituoso, sofria de lepra e de obesidade. Da obesidade veio-lhe o cognome de "O Gordo", e da lepra, ou das duas doenças, viria a falecer em 1223; em 1834 era a vez de D. Pedro IV que, a meio das guerras civis entre os liberais e os absolutistas, viria a falecer da tuberculose; o jovem D. Pedro V, com 6 anos apenas de reinado, faleceria em 1861 do tifo, com 24 anos de idade.

[1932] Mme. BOWDICH – "Excursions dans les îles de Madère et de Porto-Santo, faites dans l'automne de 1823, pendant son troisième voyage en Afrique, par feu E. T. Bowdiche". Paris: Chez F. G. Levrault, 1826, p. 299. Tradução: "Uma tradição popular atribui à carne destes animais (tartarugas), tomada com o alimento, e ao seu sangue friccionado sobre a pele, a faculdade de curar a lepra".

[1933] COSTA, José Pereira da (Leitura paleológica, nota e índice) – "Códice Valentim Fernades". Oferecido pelo Académico Titular Fundador., Joaquim Bensaúde (1859-1952). Lisboa: Academia Portuguesa da História, MCMXCVII, p. 154.

se fosse mal de epidemia; todos foram sangrados; foram assistidos pelos chamados "curiosos".[1934]

O Governador refere-se à chegada de colonos brancos a Santiago, por a carta ter sido expendida dessa ilha. Por exemplo, a Vila da Praia de Santa Maria, da referida ilha, era muito doentia nos seus primórdios. Justificam-se, assim, as transferências dos governos, de Junho a Dezembro de cada ano, ora para Boavista ora para Brava, onde os respectivos climas eram mais saudáveis do que o da ilha de Santiago.[1935]

No que se refere à ilha da Boavista, note-se que era caracterizada no século XIX como tendo "[…] um clima menos mau, sempre refrescado de brisa, e por isso nã ha ali doenças endemicas, sendo raras as intermittentes, excepto nas immediações do Rabil, ainda-que ás vezes se declaram as *levadias* da terra (dysenterias) e mesmo algumas ophthalmias, em rasão dos seus extensos areiaes".[1936] Por seu turno, referindo-se à Boavista em 1844, escreve José Joaquim Lopes de Lima que "[…] não sendo ella tão extremamente saudavel como a Brava, Santo Antão, e S. Vicente, o é todavia tanto como a do Fogo (e mais freca), e muito mais que as de S. Nicolau, e Maio (não fallando na mortífera S. Thiago): não ha alli molestias endemica: são raras as febres intermittentes, que facilmente se curam, bem como as ophtalmias: de todas as outras doenças há menos que em muitas partes do Reino de Portugal; e a mortalidade é mui diminuta".[1937]

No que se refere à doença identificada no Rabil, devia-se às águas que se estagnavam na ribeira que circundava a referida povoação mas era considerada de fácil e rápida cura. Simão Barros também classificava a povoação do Rabil de doentia, nos seguintes termos: "esta povoação era, porém, doentia, e comunicava com Sal-Rei através de dunas de areia". [1938] No geral, porém, a ilha da Boavista era sadia. Aliás, era por causa do clima saudável da ilha que vários Governos da Província ali estabeleciam

---

[1934] I. A. H. U., Cabo Verde, Papéis Avulsos, cx. nº 28, doc. nº 50. Lisboa, 1764.

[1935] Sobre as transferências temporárias da sede do Governo da Província de Cabo Verde para as ilhas da Boavista e Brava, por exemplo, ver o nº 1 e seguintes, do Boletim Oficial de Cabo Verde, aliás, editado pela primeira vez precisamente na ilha da Boavista, a 24 de Agosto de 1842. Neste sentido, em relação à Boavista, os boletins Oficiais nºs 114, de 1845, sobre o aluguer da escuna "Tereza" para transporte dos empregados e suas mobílias para a ilha da Boavista, 152, de 14 de Agosto de 1846, na "Parte não oficial", que dá conta do Governo sedeado na Boavista, com cerca de 80 pessoas, são mais evidentes (Cf. SANTA-RITA VIEIRA, … – História da Medicina …, p. 151)

[1936] VALDEZ, Francisco Travasso – "Africa Occidental. Notícias e Considerações". TOMO I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864, p. 175.

[1937] LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE II. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 52.

[1938] BARROS, … – Origens …, p. 37.

provisoriamente a sede quando a Vila de Santa Maria da Praia se mostrava insalubre.[1939]

No primeiro quartel do século XIX, encontrava-se instalado na ilha da Boavista um médico cirurgião, a título privado, sem ordenado, portanto.[1940] Tratava-se do cirurgião Hipólito José Xavier de Almeida, "[…] que só tratava os particulares e cuidava dos seus negócios comerciais […]".[1941] É nessa época, mais precisamente em 1818, que aparece na ilha uma doença endémica chamada de "carneiradas".[1942] Sobre a natureza dessa doença, parece geral a todas as ilhas, dá conta Ernesto Vasconcelos, nos seguintes termos: "como é o tempo quente e a época dos trabalhos agrícolas, em que se despende maior actividade, as doenças desenvolvem-se, dando lugar as célebres 'carneiradas', nome porque se distinguem as disenterias, anginas e corizas, que por esta época se fazem sentir no arquipélago".[1943]

De acordo com Senna Barcellos, a ilha da Boavista foi atacada por febres nos anos de 1821, 1823 e 1827.[1944] Por outro lado, Chelmicki e Varnhagen dão conta do mal venéreo nas ilhas de Santiago e Boavista em 1841, nos seguintes termos: "há muito mal venéreo aí, principalmente na vila da Praia de Santiago e na Boa Vista, e não há sobre isso nenhumas providências".[1945] Por isso, no ano de 1843 seria enviado para Boavista um Cirurgião-Mor, pois já justificava um "pequeno hospital", por ali existir "uma bateria fixa".

Uma verdadeira epidemia, tida como a mais grave de todos os tempos, surge na Boavista em Outubro de 1845, trazida pelo vapor inglês "Eclair".[1946] Os Boletins Oficiais da época noticiam amplamente essa epidemia, que ficou a ser conhecida por febre-amarela.[1947]

O médico-historiador, Henrique Lubrano de Santa-Rita Vieira dá grande divulgação à referida epidemia. Neste sentido, de acordo com Santa-Rita Vieira, o vapor Eclair, capitaneado por Estcourt e tripulado por 146 oficiais e marinheiros, partira da Gambia e fizera escala em Goréia, no Senegal, chegou à Boavista a 21 de Agosto de 1845, já com 13 pessoas falecidas a bordo, atacadas pela febre-amarela. Nessa altura, a sede do Governo encontrava-se na Boavista, estando ali a residir o Governador e a

---

[1939] Sobre a insalubridade de Santiago, o padre Guerreiro já escrevia em 1604 que "o clima é pouco sadio, principalmente na cidade (da Ribeira grande), a qual ainda que tenha muito casario, é mal situada pelo sítio ser doentio" (VIEIRA, H. de Santa Rita – "Apontamentos sobre a evolução da medicina em Cabo Verde". In RAÍZES. Praia: Edições Raízes. Nº 2, ANO I (1877), p. 43).

[1940] VIEIRA, … – História da Medicina …, p. 67.

[1941] VIEIRA, … – História da Medicina …, p. 75.

[1942] VIEIRA, … – História da Medicina …, p. 80.

[1943] VASCONCELOS, …. – As Colónias …, p. 44.

[1944] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE V, Cap. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911, p. 59.

[1945] Citados por SANTA-RITA VIEIRA, … – História da Medicina …, p. 90.

[1946] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 91.

[1947] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 120 (3 de Janeiro de 1846), p.487; Cf. tb. Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 121 (10 de Janeiro, 1846), p.492.

maioria dos empregados do Governo, em número de 80 pessoas, menos o médico. Como começaram a aparecer os primeiros sintomas da febre e tendo sido o único médico que se encontrava na ilha, o Dr. Kenny, enganado pelo capitão do navio, que viria a falecer da referida febre, o Governador-Geral, D. José Miguel de Noronha, mandou então buscar o "Cirurgião-mór do Batalhão de Artilharia" da Praia, António José Nunes. Este logo diagnosticou a doença como sendo enterite, enquanto o médico inglês Kenny, que era membro da "Comissão mista" para vigiar a abolição do tráfico de escravos, afirmava ser uma "epidemia de febre palustre". Os dois e o médico Hipólito José Xavier de Almeida, este também comissário da referida Comissão Mista, caracterizaram a doença como não contagiosa, enquanto a população afirmava o contrário. O último, que foi delegado de saúde e comerciante na ilha da Boavista, chegou mesmo de prometer curar a doença, caso lhe pagassem 50 patacas por cada doente curado. Santa-Rita informa que a febre, mal diagnosticada pelo médico do Governador, foi apelidada pelos populares de "Febrona". Enquanto isso, o cirurgião-mor da província, Dr. J. M. Franco, da Vila da Praia chamava a atenção do Dr. Nunes, na Boavista, que "o caso é grave e melindroso". Tendo em conta a mediocridade do Dr. Nunes, o povo, pelos dizeres do autor, acreditava mais nos "mezinheiros do que neste cirurgião", habilitado "apenas com uma licença para curar".[1948]

Tendo o governador conhecimento, a 17 de Novembro de 1845, de casos de "fomito negro", fugiu no navio de guerra "Vouga", com toda a família para a ilha Brava, levando consigo o seu médico privativo, o Dr. Nunes, e todo o medicamento. O Director e os funcionários da Alfândega, de acordo com Senna Barcellos, mudaram-se para a ilha do Sal, levando toda a bagagem, num navio expressamente fretado. Vários habitantes da Boavista refugiam-se, umas nas suas fazendas do interior da ilha, outras nas povoações ainda não infeccionadas, noutras ainda nas outras ilhas.[1949]

Dado o "terror da epidemia" que grassava na Boavista, sobre essas fugas noticia o Director da Alfândega da Boavista, António Augusto Sequeira de Lima, nos seguintes termos: "no dia 21 do dito mez sahi em serviço desta Ilha para as Alfandegas menores do Circulo, e no dia 24 sahio S. Excia. O Governador Geral, e todos os Empregados junto d'elle, e os d'esta Ilha bem como os particulares cada um se retirou deste porto para o local onde se julgava mais livre de ser victima da epidemia; em 27 do dito mez baixou a esta Repartição a Portaria de S. Excia. O Governador Geral ordenando a transferência da Alfandega Grande para Ilha do Sal, ficando a da Boa Vista considerada Alfandega menor, em razão da transferência passarão para o Sal os utencilios do processo do sell".[1950]

A 3 de Janeiro de 1846, no Boletim Oficial, na coluna "Notícias locais", noticiava-se os efeitos dessa epidemia nos seguintes termos: "*Ilha da Boa-Vista*. – Continuava o flagello da febre a açoutar este infeliz Ilha: contava-se

[1948] Cf. SANTA-RITA VIEIRA, … – História da Medicina …, p. 151-184.
[1949] SANTA-RITA VIEIRA, … – História da Medicina …, p. 160.
[1950] Carta do Director da Alfândega da Boavista, dirigida ao Secretário-Geral do Governo, a de 20 de Outubro de 1847. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cxa. 426.

que até ao dia 19 de Dezembro haviam fallecido 203 pessoas. Parece que no Porto de Sal-Rei havia mais de 10 dias que não occurriam novos casos, que com tudo appareciam em grande número e força nas povoações do Norte. Dizia-se que ia apparecendo fome. Pelo que nos consta que o Governo vai tomar as possíveis providencias. O facultativo inglez Kenny tinha fallecido; parece que não pôde resistir ao desgosto de ter causado a morte, pelo seu errado tratamento, á infeliz Miss Pettingal. Os dous Vigários do Rabil e do Norte haviam ambos fallecidos, e dezia-se que nenhum delles da febre; pelo menos o do Norte é inquestionavel que morreu de uma appoplexia por excessos de bebida".[1951]

Parece que a febre tendia a extinguir, pois, no dia 10 do mesmo mês, há uma nova notícia no Boletim Oficial que informa o seguinte: "*Ilha da Boa-Vista*. – Para darmos a nossos leitores uma ideia mais perfeita do estado sanitário da Boa-Vista, transcrevemos o seguinte periodo de um Officio do Tenente Couceiro, de passagem a bordo da Escuna *Carolina*, chegada hontem:

"'No dia 10 (do actual) chegamos á Boa-Vista aonde tive a satisfação de saber (pelos homens de dous differentes botes que vieram a bordo buscar e trazer a corespondencia, com cujos se houveram as cautellas precisas para evitar algum contagio) que no porto de Sal-Rei já não havia aperto de mez e meio a terrível doença que alli grassou, e que os habitantes daquella povoação que se tinham retirado para o interior da Ilha, fugindo áquella calamidade, já tinha recolhido para suas casas, e que só na povoação chamada Norte hé que ainda havia alguns doentes.'"[1952]

Nesse mesmo ano (1846), a fim de combaterem a epidemia, chegaram à Boavista, a bordo da escuna "Cabo Verde", os cirurgiões Joaquim Ribeiro de Moraes e José Fernandes da Silva Leão, prevenidos de uma importante botica.[1953] Sobre a estadia desses dois médicos na Boavista, no Boletim Oficial "informa-se que na povoação de Fundo de Figueiras ainda havia doentes e que na Porto de Sal-Rei houvera dois casos. Encontravam-se na Boavista os médicos cirurgiões Moraes e Leão.[1954]

Ao mesmo tempo, chegava à ilha de S. Nicolau, a bordo do brigue de guerra "Rapid", o médico da Marinha Real Britânica, Mac William, a quem o seu Governo mandou à ilha da Boavista, "[…] com uma grande e bem fornecida botica para investigar a moléstia, seus sintomas, e progressos, e que relação haverá entre esta moléstia, e a arribada que àquela ilha fez o vapor 'Eclair'".[1955]

A febre-amarela, que só viria finalmente a ser combatida em 1847, com auxílio do médico J. F. Leão, atingiria outras povoações da Boavista,

---

[1951] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, Nº 120, de 3 de Janeiro de 1846, p.487.

[1952] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 121 (10 de Janeiro, 1846), p.492.

[1953] SANTA-RITA VIEIRA, … – História da Medicina …, p. 173.

[1954] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 129 (7 de Março, 1846), p. 524.

[1955] SANTA-RITA VIEIRA, … – História da Medicina …, p. 175-176.

nomeadamente a Moradinha, no Rabil. Entretanto, ainda em 1848 se sentiam os efeitos da febre-amarela na Boavista, aliados à fome que igualmente se fazia sentir, devido à falta de chuva. Nem mesmo da Brava, enquanto o governo inglês mandava queimar o vapor que deixara a febre-amarela na Boavista, o Governador Noronha terá dado qualquer atenção à moléstia, que já ia ceifando toda a ilha, não fossem as medidas, embora tardias, da Coroa e a solidariedade do governo inglês e do povo das restantes ilhas. Verdade é que, quando o Dr. Nunes fugiu com o Governador para a Brava, o povo que alcunhara o referido médico de "Febrona", gritava: "'Febrona já bai, Febrona ca ta bem más'". [1956] Outras entidades fugiram também da ilha, como o cônsul inglês, John Rendall, que passou a residir em Santo Antão, depois em S. Vicente, assim como o secretário da Comissão Mista anglo-portuguesa; os árbitros da referida Comissão, Mrs. Charles Pettingall e H. Macauley, que foram para S. Nicolau; os Comandantes Militar e do Forte Duque de Bragança fugiriam para a ilha do Sal, para além de algumas famílias que passaram a residir nas suas propriedades no interior da ilha. Igualmente, os serviços da Alfândega Grande foram transferidos temporariamente para a ilha do Sal, ao mesmo tempo que quarentenas eram decretadas.[1957]

Enquanto se assistia à fuga do Governador Noronha e dos seus funcionários, várias medidas de solidariedade para com a Boavista iam tomando corpo, quer nas ilhas quer no estrangeiro: na ilha de S. Nicolau, segundo Santa-Rita Vieira, abriu-se uma subscrição, em 1845, com a finalidade de angariar alimento para os boavistenses que morriam de fome, pois a febre afugentou os navios que ali iam abastecer e comercializar. O principal contribuinte dessa ilha foi o médico Dr. Júlio José Dias com 30 alqueires de milho.[1958] Ainda a 12 de Novembro desse ano, o cirurgião de 1ª classe da Província de Cabo Verde, Joaquim Vitorino Cardoso, que se encontrava em serviço na referida província desde de 1844, pede a sua demissão, o que lhe é concedida. Tal facto estará ligado à epidemia de febre-amarela na Boavista? Questiona Santa-Rita Vieira.[1959] Caso sim, qual terá sido o móbil? Não encontrámos resposta. Supomos, entretanto, que terá sido por causa da pouca atenção dada pelo então governador e por outros entidades, administrativas e médicas, à referida febre, que, de acordo com uma notícia vinculada no Boletim Oficial da época, "na ilha de Boa-Vista em 11 [de Março de 1846] ainda continuava a moléstia fazendo seus estragos nas povoações do Norte, onde se achava o Cirurgião Leão: o collega deste, o Cirurgião Moraes tinha adoecido porêm mui levemente, e segundo carta vimos a apprehensão entra por muito na sua moléstia. E para socorrer a ilha da Boavista, "havia entrado a Escuna Inglesa "Dispatch", e a Americana "Pauline", a primeira conduzindo 3 toneladas de arroz, e segunda 600

[1956] SANTA-RITA VIEIRA, … – História da Medicina …, p. 160 (Tradução: "Febrona" já foi, "febrona" já não volta mais").
[1957] SANTA-RITA VIEIRA, … – História da Medicina …, p. 159-160.
[1958] SANTA-RITA VIEIRA, … – História da Medicina …, p. 172.
[1959] SANTA-RITA VIEIRA, … – História da Medicina …, p. 148.

alqueires milhinho, producto de uma subscripção do povo de Gambia; e esperavam-se ainda mais soccorros, promovidos pelo Sr. Macauley, que tem desenvolvido uma philantropia digna dos maiores elogios, e da gratidão pública, da qual temos a honra de ser os primeiros interpretes".[1960]

Da Inglaterra, para além do seu Governo ter enviado o Dr. Mac William, atrás referido, vieram 1.000 libras esterlinas para serem distribuídas ao povo da Boavista. [1961] O Dr. Mac William, para além dos seus compromissos oficiais, terá prestado um relevante serviço às populações, "'acudindo aos doentes, fornecendo-lhes gratuitamente remédios e alimentação aos pobres'". Por isso, e por ter prestado o mesmo serviço quando a cólera atacou a ilha em 1846, o Dr. Mac William foi condecorado com o "hábito da Torre e Espada". E em Setembro do mesmo ano, com o reacender da febre-amarela, morre como primeira vítima, por ironia do destino, o grande obreiro da maioria das solidariedades para com a ilha, Mr. H. Macauley, que entretanto tinha regressado de S. Nicolau.[1962]

Mr. Pettingal, por imprudência, regressa logo depois com a família à Boavista, onde em Novembro de 1845 a sua filha Júlia Maria Luísa Pettingall falecera de febre-amarela. De volta outra vez a S. Nicolau, o próprio Pettingall morre a bordo do barco que o transportava. De seguida morre o noivo da falecida Júlia Pettingall, o médico dr. Kenny atrás referido, que antes tratara a noiva.[1963]

De acordo com as estatísticas de Santa-Rita Vieira, durante essa epidemia, das 4.146 pessoas 3.311 foram atingidas, das quais 315 faleceram. De entre estas, 280 eram naturais e 35 estrangeiros. A classe baixa, junto da qual reinava a miséria, foi a mais flagelada pela contaminação e pela mortandade.[1964]

Como se não bastasse, a partir de Julho de 1846 surte também uma epidemia de varíola na Boavista, vindo da Brava, onde teria surgido no ano anterior. Sobre o facto, escreve Santa-Rita Vieira: "os fugitivos da ilha da Boa Vista, por motivo da febre-amarela tinham agora o problema da varíola". A aplicação da vacina contra a referida moléstia na Boavista, o que teria sido pela primeira vez na colónia, impediu que se registassem uma mortandade.[1965]

Em 1852 aparecem febres que causam tantas mortes "[…] que por ser já custoso encontrar homens sãos que ao cemitério do Rabil conduzissem os cadáveres para serem sepultados, se resolveu ordenar que estes fossem enterrados nos areais, onde foram sepultados em 1845 as vítimas da febre-amarela".[1966] Os cadáveres não eram provavelmente enterrados no cemitério do então Porto de Sal-Rei pelo mesmo localizar-se muito próximo da

[1960] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 131 (21 de Março, 1846), p. 534.
[1961] SANTA-RITA VIEIRA, … – História da Medicina …, p. 175.
[1962] SANTA-RITA VIEIRA, … – História da Medicina …, p. 159.
[1963] SANTA-RITA VIEIRA, … – História da Medicina …, p. 159-160.
[1964] SANTA-RITA VIEIRA, … – História da Medicina …, p. 181.
[1965] SANTA-RITA VIEIRA, … – História da Medicina …, p. 87 e 197.
[1966] SANTA-RITA VIEIRA, … – História da Medicina …, p. 213-214.

povoação. A corroborar esta hipótese, temos a Portaria nº 134, de 29 de Maio de 1852, que no seu preâmbulo diz o seguinte: "TOMANDO na devida consideração a representação do Physico-Mór da Provincia, baseada n'aquella que a ele fòra dirigida pelo Delegado de Saúde na Ilha da Boa Vista, mostrando os graves inconvenientes que podem resultar para a saúde pública na mesma Ilha, se fôr conservado no local em que actualmente existe o cemiterio proximo á Povoação do Porto de Sal-Rei". Por isso, na mesma Portaria o Governador Fortunato José Barreiros determinava, da ilha Brava, que a Câmara Municipal da Boavista, em concertação com o Delegado de Saúde, procedesse à construção de um novo cemitério em local mais conveniente.[1967]

O número de mortos, por causa das febres, na ilha da Boavista nos meses e anos que se indicam, apresentavam-se do seguinte modo:

QUADRO Nº 82

Número de mortes na Boavista (1861-1864)

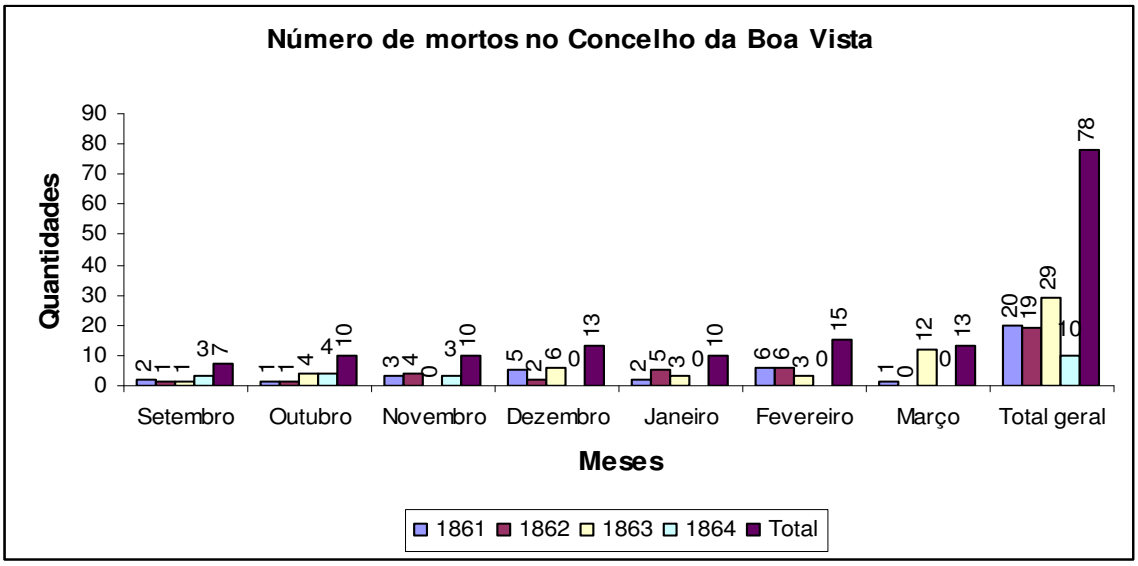
Meses	1861	1862	1863	1864	Total/Mês
Setembro	2	1	1	3	7
Outubro	1	1	4	4	10
Novembro	3	4	-	3	10
Dezembro	5	2	6	-	13
Janeiro	2	5	3	-	10
Fevereiro	6	6	3	-	15
Março	1	-	12	-	13
Total geral	20	19	29	10	78

Fonte: Extraído do Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde Nº 22, de 11 de Janeiro de 1864, p. 113.

Ilustremos com o seguinte gráfico:

[1967] Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 105 (10 de Dezembro, 1852), p. 429.

GRÁFICO Nº 62



3.3. Pirataria e corso

Datam-se dos finais do século XV os ataques e saques dos portos e cidades ribeirinhas atlânticos, os apresamentos de navios e mercadorias e os sequestros e assassínios de pessoas que navegavam no Atlântico. Umas vezes, essas acções eram de pura pirataria e, outras vezes, provinham de actos organizados e regulamentados por Estados que, se vendo lesados pela pirataria se julgavam no direito de represálias. Esses regulamentos, denominados "carta de marca", deram origem aos corsos, que se transformaram em verdadeiros terrores por onde passavam, nas costas ou no alto mar. A pirataria e o corso no Atlântico começaram, por conseguinte, nos primórdios dos descobrimentos marítimos portugueses, quando Portugal começou a dominar os mares, despertando, assim, a cobiça e a ambição das outras potências europeias, particularmente da Espanha, Inglaterra, França e Holanda.[1968]

Com efeito, os corsários e os piratas tinham como objectivo, no alto mar, nos portos e nas cidades costeiras, não só roubar mercadorias e escravos, mas também desestabilizar o poderio português no Além-Mar. Os corsos e os piratas ingleses, franceses e holandeses foram os que mais

[1968] Sobre o corso e a pirataria no Atlântico, cf. ALBUQUERQUE, Luís de (Dir. de) – "Portugal no Mundo". Lisboa: Publicações Alfa, 1989, p. 300-303; no caso específico dos holandeses, por exemplo, cf. tb. VASCONCELOS, … – As Colónias Portuguesas …, p. 9.

danos fizeram aos portos, vilas e povoados de Cabo-Verde.[1969] Neste empreendimento, houve também a participação de alguns pilotos portugueses, capitaneando navios estrangeiros, como, por exemplo, o ataque da então "villa de S. Filipe", na ilha do Fogo, atacada em 1635 por uma nau holandesa, dirigida por pilotos portugueses.[1970]

Os piratas e os corsários impunham a lei do mais forte, principalmente no mar. E a Inglaterra, por exemplo, detinha uma numerosa e poderosa marinha de guerra. Um dos almirantes dessa marinha de guerra, Francis Drake, foi um dos mais famosos corsários: autêntico terror dos mares, o Almirante Drake agia ao serviço da Raínha Isabel I da Inglaterra, com quem dividia os lucros. Em 1585 atacou a então Cidade da Ribeira Grande, em Santiago, saqueando-a e arrasando-a.[1971] As madeiras do próprio barco de Francis Drake hoje fazem parte das relíquias de uma Universidade inglesa: "a rainha Isabel, que tinha empregado nessa rendoso negócio avultadas somas em dinheiro, que renderam 47 vezes o capital investido, quis jantar a bordo do seu navio, e da madeira deste foi construído um púlpito destinado à Universidade de Oxford".[1972] Na Inglaterra, Francis Drake, terror dos povos por onde passou e um dos maiores criminosos contra a Cidade Velha de Cabo Verde e o seu povo, após ter sido promovido à categoria de nobre pela Rainha Isabel I, transformou-se em herói nacional.

Por parte dos franceses, Jacques Cassart comandava uma poderosa esquadra, composta de 12 navios de guerra, que també, era o terror dos mares. A antiga Cidade da Ribeira Grande foi vítima de Cassart em 1712, tendo esta cidade sido pilhada e queimada pelo corsário, que não poupou nem igrejas, nem casas, nem mulheres, nem crianças, quanto mais sepulturas.[1973] Mas Jacques Cassard não teve a sorte de Drake, pois os seus roubos não tiveram a aprovação do cardeal Fleury. O corsário foi preso na Bastilha, em 1740, onde morreu aos 70 anos de idade.[1974] Esses factos espelham o carácter organizado e criminoso do corso e da pirataria no Atlântico, e não só.

É nesse quadro que a ilha da Boavista, muito cobiçada nos seus momentos áureos, foi várias vezes atacada e saqueada por corsários e piratas que infestavam o Atlântico, do século XVI ao século XIX. Com efeito, o corso e a pirataria foram muito frequentes nessa ilha, não só devido às suas riquezas mas também pela afluência dos navios que demandavam os seus portos e pelas facilidades que ofereciam esses portos e as suas praias ao desembarque de pessoas e de mercadorias.

[1969] Sobre o corso e a pirataria aos interesses portugueses na Costa da Guiné e nas ilhas de Cabo Verde, Cf. CARREIRA, … – CABO VERDE…, p. 337-351; sobre as ilhas de Cabo Verde, cf. tb. VASCONCELOS, … – As Colónias Portuguesas…6, p. 9-12.
[1970] VASCONCELOS, … – As Colónias Portuguesas…, p. 10.
[1971] CARREIRA, …– CABO VERDE…, p. 341-342.
[1972] SANTA-RITA VIEIRA, … – História da Medicina …, p. 38.
[1973] CARREIRA, …– CABO VERDE…, p. 344; sobre o ataque da esquadra francesa, comandada por Jacques Cassart, à então cidade da Ribeira Grande e à então "villa da Praia", cf. tb. VASCONCELOS, … – As Colónias Portuguesas …, p. 11-12.
[1974] VIEIRA, … – Apontamentos …, p. 44.

Dos documentos compulsados, o primeiro ataque à ilha da Boavista teve lugar em Setembro de 1684, por um navio inglês que a saqueou, conjuntamente com as ilhas do Maio e Brava, levando ornamentos e cálices das igrejas, indo vendê-los à Gâmbia. Neste sentido, a 15 de Outubro de 1684, o Governador de Cabo Verde, Inácio de França Barbosa, relata à Corte que "[…] a 20 de Setembro [do mesmo ano] foi um navio inglês à ilha do Maio, Boa Vista e Brava debaixo da amizade da paz dizendo que queria tomar refresco porque ia para as ilhas de Barbados e a gente da terra acolheu-o como faz a todos os navios estrangeiros; só que o dito navio lançou gente em terra e saqueou os moradores das ditas ilhas, nomeadamente os ornamentos das igrejas da ilha do Maio e Boa Vista que foram vender à praça de Gâmbia e se recuperou um deles por via de um religioso português que o devolveu ao Bispo".[1975]

Como os corsários e os piratas continuavam a acossar a ilha da Boavista, o então Governador mandou armar a população, a fim de se defenderem de novos ataques. Com efeito, "em 1697, a localidade [a Povoação-Velha] deveria já ter atingido um certo nível de riqueza, pois que nesse ano foi vítima de um ataque de piratas, pelo que em 1707 a população foi armada pelo Governador do Arquipélago a fim de se defender de um novo ataque".[1976] Neste sentido, Senna Barcellos já informara que "o governador, com o fim de defender S. Nicolau e Boa Vista da acção dos piratas, ordenou aos feitores d'ellas que diligenciassem com os moradores para que todos comprassem armas, e achava conveniente que alli se formassem companhias com seus officiaes, dizendo que o ouvidor geral alli iria em correição para tratar d'isso".[1977] A proposta do governador parece ter sido aprovada, pelo facto de o Conselho Ultramarino ter dado ao rei o seu parecer favorável, nos seguintes termos: *"[…] seria justo que o Conselho da fazenda, de cuja administração são estas ilhas e tem o rendimento d'ellas, lhes forneça as armas necessárias*".[1978] Por outro lado, a 20 de Outubro de 1702 o rei ordenava, efectivamente, que o Ouvidor-Geral passasse em correição às ilhas da Boavista e de S. Nicolau, nos seguintes termos: "Ouvidor Geral das Ilhas de Cabo Verde Eu El Rei vos envio muito saudar; havendo visto o que me representou o Governador delas Dom António Salgado sobre ser mais conveniente que vades em correição as Ilhas de São Nicolau e Boa Vista para por em boa forma a administração da Justiça e por este caminho conhecerdes dos procedimentos daqueles vassalos me pareceu ordenar-vos vades uma vez no triénio de vosso lugar em correição as ditas partes e o

[1975] I. A. H. U. - Cabo Verde. Papeis avulsos. Cxa. nº 7, doc. nº 28. Lisboa, 1684. Cf. tb. BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE II, Capítulo III. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1900, p. 82.

[1976] KASPER, Josef E. - « Ilha da Boa Vista, Cabo Verde ». Trad. Luís Filipe da Silva Madeira. Praia : Instituto Caboverdiano do Livro, 1987, p. 38.

[1977] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 166.

[1978] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 166.

mesmo farão os ouvidores que vos sucederem para o que fareis registar esta ordem nas partes necessárias para que a todo o tempo se saiba o que por ela ordeno /.../".[1979] Do nosso ponto de vista, o "por em boa forma a administração da Justiça" implicava, também, organizar a defesa do povo contra os piratas, como atrás anunciado.

De 1684 a 1749, portanto num espaço temporal de 65 anos, não encontrámos notícias de ataques de corsários e de piratas à ilha da Boavista, embora haja as suspeitas que conduziram ao armamento do povo em 1702, atrás referenciado. Em 1749, porém, o Ouvidor Inocêncio Álvares da Silva dá conta do seguinte ataque de piratas ao Porto de Sal-Rei: "em Junho do presente ano encontrava-se no porto da Boa Vista, no bergantim Princesa do Brasil, do contrato da urzela; aí achegaram um navio grande e uma balandra ingleses e disparou as suas 18 peças de artilharia sobre o dito navio e obrigou-os a dar fundo num outro porto muito perigoso e desusado; depois aportou, tomou toda a aguada e roubou 9 mulheres e levou mais de 120 moios de sal sem pagar direitos".[1980] Senna Barcellos refere-se à este ataque, informando que as mulheres roubadas pelos piratas viriam a ser resgatadas e um dos navios veio a ser aprisionado e vendido em hasta pública. Este episódio mereceria a reacção do novo9 rei de Portugal, D. José, que só a 19 de Novembro do mesmo ano "[…] mandou que o ministro portuguez em Londres *fizesse os officios convenientes a fim de conseguir uma satisfação d'esta violencia e que se não restituiria a balandra reclamada pelo consul*".[1981]

Em 1787 foi a vez da Costa Norte da Boavista: a notícia é-nos dada por Senna Barcellos nos seguintes termos: "tendo constatado que no baixo das salineiras, na Boavista, naufragara a fragata ingleza Hartwell, que levava grandes sommas de dinheiro em ouro, foram alli cinco navios piratas, bem artilhados e com 20 mergulhadores, para se apoderarem do que encontrassem, fazendo estes fogo sobre os navios que se aproximassem".[1982]

Em 1815, altura em que era comandante da ilha da Boavista Aniceto António Ferreira, entrou no Porto de Sal-Rei a fragata inglesa "Porco Espinho", capitaneado pelo comandante Henry, e atacou violentamente e destruiu a escuna americana "Kilton", que ali se encontrava fundeado a carregar sal. Os ingleses e os americanos andavam em guerra. Embora Portugal fosse neutro ao conflito, os ingleses não obedeceram a essa

---

[1979] Carta de Sua Magestade, escrita ao Ouvidor Geral, datada de 20 de Outubro de 1702; Cf. BARCELLOS, … – Subsídios …, p.170.

[1980] Carta do Ouvidor Inocêncio Álvares da Silva, dirigida à Corte. I. A. H. U. , Cabo Verde, Papéis Avulsos, cx. nº 22, doc. nº 71. Lisboa, 1749.

[1981] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE II, Capítulo IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1900, p. 303.

[1982] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Capítulo II. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 113-114 .

neutralidade. Restou ao comandante da ilha protestar contra o acto, pois não tinha meios para o repelir.[1983]

Em Maio de 1817, no Porto de foi roubada por piratas uma escuna de Manuel António Martins e um bergantim que acabara de chegar de Lisboa.[1984] Estes piratas seriam de uma quadrilha sul-americana, pois, "em Julho de 1817 mandou-se para cruzar nas aguas de Cabo Verde, a pedido do governador, a fragata *Amazonas*, para dar caça aos piratas de Buenos Ayres, que tinham em desassocego os habitantes das ilhas. Já tinham roubado dois navios na Boa Vista, dois no Tarrafal de Santo Antão e uma escuna que havia saído da Brava".[1985] Por outro lado, o capitão-mor da ilha de S. Nicolau contou em 1818 ao capitão da escuna Pastora, que levava um carregamento de peças de fogo para Santiago e utensílios de lavoura para a Boavista, que fora atacado por piratas de Artiga quando viajava da ilha da Madeira para Lisboa.[1986] Esta quadrilha era dirigida por Joseph Artiga, natural de Montevideu, que comandava a luta pela independência das colónias espanholas sul-africanas. Pelas barbaridades que praticava, teve a sua cabeça a prémio por 6.000 dólares.[1987] A razão por que mandava atacar os navios e os portos portugueses "[…] parece que obedecia a um acto de represália pela intervenção da rainha D. Carlota Joaquina, que era espanhola, contra os insurrectos".[1988]

No caso concreto dos ataques à ilha da Boavista, não devemos perder de vista que, como referimos no capítulo sobre a economia, a ilha da Boavista exportava muito sal para as colónias da América do Sul, principalmente para o Brasil, então colónia portuguesa, e para a Argentina, então colónia espanhola, sendo ambos países consideradas inimigas pelo guerrilha conduzida por Artiga. As investidas dos corsários e piratas eram facilitadas pela própria impotência do governo em manter a segurança nas ilhas. Com efeito, as ilhas se encontravam desprovidas de material de guerra que pudesse obstar essas investidas, "[…] porque as baterias estavam desmontadas e as peças apeadas e enterradas ao chão, praticando os corsários as maiores violencias e insultos á nossa bandeira, desembarcando em todos os portos, matando ao seu bello prazer, saqueando o que encontravam e roubando as povoações, […]".[1989]

[1983] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Capítulo III. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 227.

[1984] BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Capítulo IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 242.

[1985] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 229; sobre a nacionalidade do corsário, cf. tb. LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a statistica das ilhas de Cabo Verde no mar Atlântico e suas dependências na Guiné Portugueza ao Norte do Equador". Livro I, PARTE II. In "Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceânia": Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 49.

[1986] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 241.

[1987] BARCELLOS, …– Subsídios …, p. 229-230.

[1988] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 229-230.

[1989] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 269-270.

Em 1818, um navio corsário de nacionalidade desconhecida, provavelmente da quadrilha de Artiga, roubou nas costas da Boavista um brigue que vinha do Arquipélago da Madeira com dinheiro para comprar milho nas ilhas de Cabo Verde. Este navio corsário e uma galera com bandeira inglesa, bem artilhada, saquearam o Porto de Sal-Rei, roubando a maioria das casas comerciais que ali existiam. Senna Barcellos relata o episódio, nos seguintes termos: "[…] fundearam no porto de Sal-Rei d'essa ilha, e de noite deram um desembarque, guiados por um portuguez que conhecia as principaes casas, sendo estas saqueadas, entre as quaes a de Manuel António Martins, que era a mais importante d'alli, por dispor de muito dinheiro de urzella, em vista do contrato que tinha com o governo".[1990] Os piratas não pouparam a própria Fazenda Real, de cujos cofres roubaram todo o dinheiro e toda a papelada da administração. A Fazenda Real encontrava-se a cargo do Capitão-Mor Aniceto António Ferreira, que desde 1814 não apresentava as contas ao governador.[1991]

As crueldades desse ataque são mais tarde recordadas por um dos seus sobreviventes, filho do próprio Manuel António Martins, e relatado por Maria Isabel Barreno, bisneta do mesmo. Pelo interesse do texto de Barreno, como amostra do quotidiano de um ataque de piratas e corsários na ilha da Boavista, vejamos alguns extractos: "na ausência de meu pai [Martins encontrava-se no Brasil] foi a vila de Sal-Rei atacada e saqueada. Há muito que tal não acontecia, limitando-se os piratas às partes mais desertas da ilha, apenas para roubar gado e outros víveres […].

Aproximaram-se silenciosamente e sem serem vistos. Certos foi terem cúmplices e informadores na ilha, pois conheciam todos os modos de se dissimular, e logo se dirigiram para a casa Martins, e algumas outras das casas mais ricas. D. Aniceto [Capitão Mor da ilha] dormia a sesta, e foi acordado em sobressalto, com o clangor das lutas já bem perto de suas janelas. Lutava a milícia, armada com o arsenal que meu pai juntara […]. D. Aniceto estava velho e cansado. Saiu à rua e já pouco póde fazer. Viu as lutas e a debandada, tentou incitar os combatentes, foi ferido num braço e abriu caminho até junto da filha e dos netos. Faltou às tropas o vigor dum comando forte. Vendo a decisiva investidura dos piratas, Maria Josefa [esposa de Manuel António Martins] decidiu já deixar sua casa; chamou os filhos e os escravos, e fugiu para o interior da ilha, insistindo também em levar seu pai, que sangrava muito.

[…]. Todos os habitantes de Sal-Rei fugiam, levados pela ferocidade do ataque e pela brandura da defesa, […]. A confusão foi grande, e Maria Josefa, acompanhada de seu pai e alguns escravos, perdeu de vista todos os seus filhos […].

Finalmente se juntaram todos os aterrorizados fugitivos no interior da ilha, atrás das dunas, então altíssimas […]. Puderam então proceder a contagens e inventários, garantindo-se de presença de todos. E verificou-se

[1990] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 241.

[1991] BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 238.

então a falta de minha irmã Maria. Tinha seis anos, e nunca mais foi encontrada. […]. Maria não estava na ilha. Ou morrera afogada, ou fora levada pelos piratas".[1992]

Desse longo extracto, note-se que a ilha estava mal preparada em termos militares para reprimir uma ataque de tamanha envergadura; que os corsários contavam com informadores na própria ilha, certamente inimigos da família Martins;[1993] que, na fuga para o interior da ilha, senhores e escravos se juntavam indiscriminadamente, sem atenderem à sua condição social; que a família Martins foi a mais lesada, sobretudo pela perda irreparável da filha Maria, com apenas seis anos de idade, provavelmente raptada pelos piratas.

Maior parte das vezes as autoridades locais das ilhas viam-se impotentes perante as investidas dos corsários e piratas, como é o caso dos ataques que acabámos de discutir.[1994] Por isso, os governadores da província tinham de intervir em apoio às ilhas atacadas.[1995]

Temos a assinalar também que os ataques de piratas e corsos na Boavista tiveram uma grande influência no tipo de povoamento da ilha, pois, como já dizia Mário Secca, citado a propósito no capítulo sobre o povoamento, o povo teve a necessidade de construir as povoações em lugares afastados do litoral, para se defender dos piratas.[1996]

Por outro lado, o corso e a pirataria nas costas da Boavista terão contribuído, em grande medida, para a agudização das crises, fomes e moléstias. Neste sentido, como testemunha Mário Secca, "os piratas deixaram traços profundos da sua passagem, que plasmaram na psique desta gente, feita de fatalismo, de actos de heroísmo e cobardia, simbiose de todos os sangues, influenciada pelos limites do seu insulado destino".[1997]

Uma outra consequência, a única não drástica, que se pode apontar à acção dos piratas em Cabo-Verde, é o facto de que os seus ataques terem ajudado na libertação de muitos escravos. Com efeito, ao sinal do navio pirata, fugiam com os seus donos para o interior da ilha do seu cativeiro, não voltando mais à prisão escravocrata, mesmo quando se tratava de falsos alarmes. Vejamos um caso verificado na ilha da Boavista em 1832, como, por exemplo, conta a Senhora Bowdich, nos seguintes termos: "durante a presença do Sr. Martins nas Côrtes, um vaso de guerra inglês deitou a âncora na baía sem ser visto da praia, e o capitão mandou um oficial e

---

[1992] BARRENO, Maria Isabel – "O Senhor das Ilhas". Praia: Centro Cultural Português, 1998, p. 159-162.

[1993] Vimos entretanto atrás, em Senna Barcellos, que o informante foi um português. Cruzando as duas informações, o referido português poderá ter sido um dos protegidos de Manuel António Martins, quem sabe, um dos seus próprios filhos ilegítimos.

[1994] Sobre essa impotência, cf., por exemplo, BARCELLOS, Christiano José de Senna – "Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné". PARTE III, Capítulo IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1905, p. 243.

[1995] Cf., por exemplo, BARCELLOS, … – Subsídios …, p. 243.

[1996] SECCA, … – A pesca …, p. 51-52.

[1997] SECCA, …– A pesca …, p. 52.

alguns botes fazerem provisões de água. A aparição do uniforme inglês espantou de tal forma os habitantes da Boa Vista, que as sentinelas tendo dado alarme, soldados e capitães, brancos, negros e mulatos, tudo fugiu para o interior da ilha e abandonou a cidade à marcê dos imaginários inimigos. A senhora Martins não teve tempo senão de envergar um fato de lã para acompanhar os fugitivos".[1998] Como se provou mais tarde, de acordo com o mesmo relato, não se tratava de um acto de pirataria mas sim de uma visita de amizade. A reacção da Senhora Martins e da população deve-se ao facto de estar ainda fresca na memória a crueldade do ataque dos corsários de 1818, atrás descrita.

[1998] Mme. BOWDICH – Excursions …, nota nº 2, roda-pé, p. 290.

CONCLUSÃO

Na fase actual do presente estudo, ficamos com a ideia de que o pano de fundo mais recuado da história social, cultural, material e política da ilha da Boavista é o ambiente físico-geográfico, com os seus efeitos sobre as oportunidades da vida nessa ilha. Com efeito, a vida humana não seria possível na Boavista se o seu ambiente físico-geográfico não oferecesse aos seus ocupantes as condições mínimas de satisfação das suas necessidades básicas, o que por sua vez condicionou todo o processo histórico da sua respectiva sociedade.

A ilha da Boavista, de formação geológica muito antiga, originou-se de produtos eruptivos resultantes de actividades vulcânicas submarinas. Situada na zona subtropical do Atlântico Norte, integra o grupo das ilhas orientais do Arquipélago de Cabo Verde, sendo a mais próxima do Continente Africano. Com uma superfície de 620 km^2 e de solos pobres, a extensão do solo arável é da ordem dos 500 hectares. O relevo sofreu, ao longo dos anos, uma significativa erosão por desgaste do relevo pela acção dos ventos e das águas pluviais, o que lhe deu uma configuração maioritariamente plana. O seu clima é saheliano, isto é, árido desértico. Por isso, sob uma temperatura média anual de 24,8º C, se tem verificado uma baixa média de precipitação anual ao longo dos anos, que não tem ultrapassado, por exemplo, os 150mm entre 1931 e 1960, medidas tiradas em Sal-Rei. Em consequência, a Boavista é ainda hoje das ilhas mais pobres em recursos hídricos, tanto subterrâneos como de superfície, embora possua duas importantes bacias hidrográficas, a da Ribeira do Rabil e a da Ribeira do Calhau.

Tendo em conta que a vida do homem é influenciada tanto pelas características do espaço físico-geográfico que ocupa como pelas estruturas sócio-culturais que nele cria, concluímos que foram assim essas condições físico-geográficas que condicionaram não só a ocupação e o povoamento da ilha da Boavista mas também a própria vida económica, social e cultural das suas populações ao longo da sua história. Com efeito, o regime minifundiário de ocupação e exploração da terra, a pastorícia extensiva e a agricultura de subsistência são fruto dessa interdependência entre as características físico-geográficas da ilha da Boavista e a sociedade nela criada a partir dos finais do século XV.

Com essas características físico-geográficas e adormecida no Atlântico Médio durante milhões de anos, a uns escassos 455 km da Costa Ocidental de África, a ilha da Boavista, conjuntamente com as ilhas do Sal, Maio e Santiago, foi descoberta, de acordo com a tese oficial da Coroa portuguesa, em 1460, por António de Noli. Esta tese não é entretanto aceite consensualmente, quer na historiografia portuguesa quer na cabo-verdiana pois, como demonstramos no ponto 2 do capítulo 1, referente ao descobrimento da ilha da Boavista, em torno do problema persistem ainda muitos pontos de vista divergentes. Com efeito, alguns historiadores atribuem a autoria da descoberta das ilhas do Sal, Boavista, Maio e Santiago, pertencentes ao grupo das ilhas orientais do Arquipélago de

Cabo Verde, a uma frota comandada pelo genovês Luís de Cadamosto, que então se encontrava ao serviço do Infante D. Henrique, e outros atribuem tal descoberta a António de Noli e a Diogo Gomes. Do nosso ponto de vista, conforme argumentámos no referido capítulo, foi Luís de Cadamosto quem descobriu a ilha da Boavista, conjuntamente com as ilhas do Sal, Maio e Santiago, em 1456, na sua segunda viajem para a Costa Ocidental de África.

Terras descobertas, terras povoadas. Devia ter assim acontecido de pronto mas tal não se verificou: por exemplo, a ilha de Santiago, descoberta em 1460 e a primeira a ser povoada por oferecer melhores condições de vida, só se iniciou o seu povoamento em 1462 e quatro anos mais tarde, de acordo com a carta régia de 1466, a favor aos seus moradores, o referido povoamento lutava com grandes dificuldades em termos humanos e financeiras para povoar a ilha; o povoamento das outras ilhas completar-se-ia numa curva temporal de cerca de 380 anos, isto é, por volta de 1850, com o povoamento efectivo da ilha de S. Vicente.

No que se refere à ilha da Boavista, descoberta em 1456, como defendemos, ou em 1460, como fixou a tese oficial portuguesa, só veio a ser ocupada oficialmente em 1490, pois não ficou provado que nela tivessem permanecido outros povos, antes da descoberta e colonização portuguesas. De acordo com a tese oficial, foi então encontrada desabitada.

Os estudos feitos mostram-nos que, para a ocupação humana dos seus espaços físicos, duas razões fundamentais foram determinantes nos finais do século XV : a necessidade de abastecer de frescos a navegação no Atlântico e a pastorícia que começa a ser rentável, sobretudo pelo fornecimento da carne seca e salgada aos navios que atravessavam o Atlântico no sentido Norte-Sul e vice-versa. Dados os seus campos de pastagem de plantas xerófilas, ali foram largados gados a esmo, nomeadamente o gado caprino, que se desenvolveu em poucos anos, a ponto de ser doado, em 1490, pela Coroa portuguesa ao nobre reinol Rodrigo Afonso, que já era capitão-donatário da Capitania da metade Norte da ilha de Santiago, com sede em Alcatrazes.

Do ponto de vista institucional, a documentação compulsada convenceu-nos entretanto que a ilha da Boavista não se constituiu numa capitania, pelo menos nos mesmos moldes jurisdicionais da de Santiago, por exemplo. Justificamos o nosso ponto de vista pelo facto de ao donatário ser concedido simplesmente o direito à exploração do gado bravo lançado a esmo na ilha, pois tudo passava novamente para a Coroa após a morte do donatário. Como contrapartida, o rei impunha aos donatários a condição de pagarem, sobre os rendimentos, impostos régios à Fazenda Real e impostos eclesiásticos à Igreja.

De todas as maneiras, foi com Rodrigo Afonso que a ilha da Boavista conheceu os primeiros elementos humanos da sua história. Neste sentido, na sequência da doação atrás referida, foi este capitão-donatário quem para ali enviou os primeiros escravos, uns importados directamente da Guiné e outros vindos da ilha de Santiago, provavelmente da sua Capitania, com o objectivo de pastorear o referido gado e colher o algodão. Começaram, assim, a surgir na Boavista, a partir de 1490, as primeiras choupanas ou funcos, germens dos primeiros núcleos populacionais da ilha. Consideramos portanto que o impulso

inicial para o arranque do povoamento da ilha da Boavista foi dado com a doação do seu gado bravo e o mérito dessa hora inicial coube a Rodrigo Afonso, seu primeiro donatário, por extensão da Capitania da metade Norte da ilha de Santiago. Todavia, para o povoamento da Boavista concorreram vários outros donatários, familiares de Rodrigo Afonso, a quem os sucessivos reis de Portugal, até D. Filipe I, doaram a exploração económica do respectivo gado bravo.

Mas, de acordo com a documentação compulsada, depreendemos que, embora o gado bravo da Boavista tenha sido doado em 1490 para fins da sua exploração económica, não se pode considerar essa política como o arranque efectivo do povoamento da ilha, isto é, em termos de fixação permanente e duradoura de pessoas e de bens num determinado território. Com efeito, a documentação compulsada, referente ao assunto, mostra que o povoamento, no verdadeira acepção da palavra, só se verificou no limiar do século XVII embora lá existissem escravos para cuidarem do gado bravo desde os finais do século XV.

Embora os donatários fossem responsáveis pelo povoamento da ilha da Boavista, pois os reis não intervinham directamente nesse processo, constata-se portanto que o processo de povoamento propriamente dito da Boavista, por várias razões, foi lento e demorado. Assim, do nosso ponto de vista, o período compreendido entre 1490, altura em que a ilha foi ocupada para a criação do gado, e o limiar do século XVII, quando os primeiros aglomerados populacionais começaram a tomar forma no Sul da ilha e a expandir para o interior, corresponde à primeira fase do povoamento da Boavista, culminando com a fundação da primeira povoação da ilha, por volta de 1650. Nesta base, trata-se portanto mais de uma fase de ocupação para fins de exploração económica de gado do que do povoamento propriamente de carácter permanente. Admitamos porém que essa ocupação lançaria as bases para o povoamento efectivo da ilha da Boavista pois, como discutimos no capítulo próprio, a pastorícia serviu como motor do arranque do seu povoamento regular. A criação do gado constituiu portanto a primeira iniciativa de exploração económica dos seus recursos naturais, neste caso a pastagem, e, com ela o processo de povoamento da ilha.

Com o desenvolvimento do gado e com o comércio e exportação dos seus principais produtos, como a carne seca e salgada ou chacina a pele do caprino, o couro do bovino e o próprio gado vivo, graças ao incremento da navegação e do comércio no Atlântico a partir de 1500, a ilha da Boavista conheceu um certo desenvolvimento económico. Por isso, para ela foram então enviados cada vez mais contingentes de escravos para pastorear, caçar, matar e preparar os produtos do gado, destinados ao comércio e à exportação, o que concorreu para que nela se fixassem um certo número de reinóis brancos, a maioria oriundos da ilha de Santiago, negros como escravos importados directamente da Costa Ocidental da África, e alguns negros e mestiços livres, também oriundos de Santiago. O arranque do povoamento da ilha da Boavista fez-se assim com elementos humanos maioritariamente vindos de Santiago. E daí começa o desenho populacional da ilha da Boavista, assente na pastorícia, na apanha do algodão e em alguma agricultura de subsistência, centralizados

geográfica, económica e socialmente na povoação da Estancia, a povoação mais antiga da ilha, fundada por volta de 1650, hoje Povoação-Velha. Por outro lado emergia, de forma irreversível, a formação de uma nova sociedade no contexto de Cabo Verde, a boavistense, que nem as crises persistentes nem os ataques de piratas conseguiram impedir de desenvolver.

A sociedade boavistense, como produto histórico do encontro de grupos humanos europeus, em minoria, e de grupos humanos africanos, maioritários, já possuidora de uma certa aculturação em Santiago numa média de 140 a 144 anos, emergiu portanto de elementos históricos, económicos e sócio-culturais provenientes de reinois, mestiços e escravos de Santiago. Esta ilha terá dado, por conseguinte, uma grande contribuição à formação histórica e sócio-cultural da ilha Boavista, onde os grupos humanos, embora heterogéneos, em breve se miscigenaram, não só em termos somáticos mas também nos aspectos psicológicos, linguísticos e costumeiros.

Graças à exploração de outros produtos de valor comercial e de exportação como o sal, a urzela, as sementes da purgueira, entre outros, inicia-se uma terceira fase do povoamento da ilha da Boavista, com a demarcação e limites das suas "povoações regulares", entre os finais do século XVIII e os começos do século XIX. Fechava-se assim o ciclo do povoamento da ilha da Boavista, cujos centros de difusão, em termos territoriais, administrativos, religiosos e sociais, iniciando-se no Sul da ilha, progrediram progressivamente para a Povoação-Velha, de 1650 a 1810, e passando para Rabil, de 1810 a cerca de 1820 / 1840, estabeleceram-se definitivamente na povoação de Sal-Rei entre 1820 a 1840, que veio a ser elevada à categoria de vila por volta de 1888.

Foram portanto os campos de pastagens, como recurso natural facilitador da criação de gado, que primeiro despertaram o interesse dos colonos para a ocupação da ilha da Boavista, com finalidades económicas. Daí, com o incremento da apanha e do comércio externo de um novo produto natural, o sal, resultou o povoamento efectivo da ilha, a cujo desenvolvimento viriam a associar-se a apanha e o comércio externo da urzela, da semente da purgueira e de outros produtos. Podemos finalmente concluir que do comércio de gado e dos seus derivados, do sal, da urzela e da semente da purgueira nasceu no espaço físico-geográfico da ilha da Boavista uma nova sociedade, no contexto de Cabo Verde: a sociedade boavistense.

Embora jurisdicionalmente a Boavista não constituísse uma capitania, como referimos atrás, com a sua ocupação e povoamento, a ilha foi entretanto administrada pelo sistema de capitanias. Isto porque, com a doação do seu gado bravo a Rodrigo Afonso, capitão-donatário da Capitania da metade Norte de Santiago, a ilha da Boavista ficou automaticamente afecta a essa capitania e, consequentemente, sob a jurisdição do referido capitão-donatário, cujos documentos reguladores eram genericamente denominados "carta de doação". Com efeito, as cartas de doação não se limitavam a doar uma terra mas atribuíam também responsabilidades jurídicas, administrativas, e por vezes militares, ao donatário. Por outro lado, impunham condições que salvaguardassem os interesses económicos, tanto do donatário como da Coroa,

exigindo daquele o pagamento da dízima e outros direitos sobre todos os rendimentos ao rei, e deste a protecção e outras regalias, como a de importar escravos directamente do Continente africano e a de distribuir terras aos colonos. De acordo ainda com essas cartas de doação, enquanto os capitães-donatários dependiam directamente do rei, os moradores, quer se tratasse de colonos quer de escravos, dependiam do respectivo capitão-donatário.

Da documentação compulsada, constatámos porem que os capitães-donatários da Boavista foram entretanto absentistas. Por isso, na prática, a ilha foi administrada de 1490 até aos meados do século XVII pelos seus representantes, os capitães ou feitores, que organizavam e orientavam os trabalhos e administravam a justiça, zelando efectivamente pelos interesses dos donatários. Mais tarde, o rei passou a nomear os seus próprios feitores, que administravam a ilha de acordo com os interesses da Coroa. Essa administração beneficiava portanto os donatários e a Coroa, pois visava promover e controlar os seus próprios interesses económicos.

A ligação administrativa com o Governo Central, com sede na Cidade da Ribeira Grande, na ilha de Santiago, nem sempre era fácil, pois os Almoxarifes e os Contadores, agentes político-administrativos encarregados pela Coroa, respectivamente em 1466 e 1480, de exercerem o indispensável controlo sobre os rendimentos destinados à coroa e promoverem uma certa ordem administrativa ao nível local, nem sempre o conseguiam fazer por falta de meios, nomeadamente meios de transporte. Tal facto dava por vezes origens a abusos por parte dos governantes locais, nomeadamente dos capitães ou feitores, representantes dos capitães-donatários e, mais tarde, pelos capitães-mores, que administraram a ilha da Boavista, de 1530 até 1795.

É estranho que os capitães-mores na Boavista não tivessem vencimentos, como vinha expresso nas respectivas cartas patentes. Em contrapartida, gozavam de todas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas. No meio disso tudo, os capitães-mores contribuíam para uma certa desordem administrativa e muitas vezes se consideravam senhores absolutos da ilha, o que nos leva a crer que utilizavam os seus poderes para os seus próprios proveitos e para exercerem prepotências de vária ordem sobre as populações. Para acabar com a utilização dos cargos administrativos para o exercício de prepotências e proveitos próprios, o rei toma medidas tendentes a moralizar a administração local, pela nomeação, a partir de 1550, dos seus próprios representantes, os capitães corregedores, mais tarde ouvidores, que detinham poderes superiores aos dos próprios capitães-donatários. Essas medidas atingem o próprio governo da província, quando finalmente é nomeado, em 1587, o primeiro Capitão-Mor Geral, o que augura o começo da unificação administrativa das ilhas, pois tal medida concentrava o poder da administração e da justiça de todas as ilhas sob a autoridade do referido Capitão-Mor Geral.

No que se refere ao poder local, se se confirma a notícia de que ainda no reinado de D. Sebastião, falecido em 1578, só existiam as câmaras municipais, respectivamente da Ribeira Grande, na ilha de Santiago, de S. Filipe, na ilha do Fogo, então concluímos que nessa altura não havia câmara municipal na ilha da

Boavista, pelo que então a ilha era governada ainda por capitães-mores, pelo menos até aos meados do século XVII.

O governo dos Filipes da Espanha em Portugal, de 1580 a 1640, foi danoso para Cabo Verde. Em 1640 retoma o governo em Portugal o rei português D. João IV. Das várias medidas tomadas pelo novo rei para sanar a situação herdada, uma toca mais directamente as ilhas de Cabo Verde: a nomeação dos capitães-mores, agora como autoridades máximas, administrativa e militar, na ilha da sua jurisdição. Visava essa medida acabar com as prepotências que os capitães-donatários continuavam a praticar nas ilhas, não acatando mesmo as ordens dos governadores e dos ouvidores.

Tais medidas parecem não ter atingido os objectivos protagonizados, pois até por volta de 1805 a ilha da Boavista era ainda administrada, ora por capitães-mores ora por feitores ora ainda por administradores que, imiscuindo-se na funções de cada um, persistiam a cometer ilegalidades e abusos administrativos. Por isso, os ouvidores continuavam a visitar a ilha a fim de averiguar e pôr em ordem a administração local, o que geralmente resultava benéfico para a própria população. Neste sentido, por exemplo, é da visita do Ouvidor-Geral, José da Costa Ribeiro, que se cria a Câmara Municipal da Boavista, por provisão régia de 11 de Abril de 1732, medida que consideramos um marco importante para a administração da Boavista, pois a criação de uma câmara municipal era já uma indicação da possibilidade de o povo participar na gestão local e, daí poder defender os seus interesses. Provam isso as várias representações feitas pelo povo da Boavista, através da câmara municipal, ora ao governador ora ao rei, reclamando os seus direitos.

Uma outra medida que terá os seus reflexos positivos na administração da Boavista prende-se com a separação, em 1819, dos poderes entre os feitores e os comandantes das ilhas, isto é entre a função civil e a militar, pois a existência dessa dupla função num mesmo agente prejudicava a boa administração das ilha. Tal medida só viria entretanto a vigorar com a implementação, por parte do rei D. Miguel, do parecer de 8 de Janeiro de 1831 do Conselho Ultramarino, que recomendava, entre outras medidas de política, que os capitães-móres não podiam doravante ser nomeados feitores da Fazenda Real e que passariam a vencer pela referida fazenda a gratificação de 80$000 réis anuais.

Por outro lado, nós entendemos que a transferência de algumas autoridades administrativas e militares para Sal-Rei entre 1820 e 1840, ficando entretanto a Câmara Municipal a funcionar no Rabil, poderá ter contribuído para uma certa divisão de poderes, pois a câmara passaria a ter maior autonomia em relação àquelas autoridades que sempre influíram nos assuntos camarários. As insubordinações tidas na referida câmara poderão ser uma das consequências dessa transferência incompleta dos poderes do Rabil para Sal-Rei. Um outro facto que, do nosso ponto de vista, dá notoriedade político-administrativa à Boavista, prende-se com a Constituição de 1820, cuja proclamação em Cabo Verde teve lugar pela primeira vez na ilha, no referido ano.

A completa separação dos poderes na administração em Cabo Verde tenta-se, entretanto com a lei de 16 de Maio de 1832, conhecida pelo “Código

Administrativo de Mouzinho da Silveira", que determina a separação entre a administração central e os poderes civil e judicial e fixa as atribuições dos detentores dos referidos cargos. Essa lei procura outrossim colocar a administração da província ao serviço das populações, a bem do desenvolvimento local. Neste quadro, a província é dividida em concelhos, governados por provedores nomeados pelo rei, enquanto as câmaras municipais são eleitas pelo povo, a que servem.

Outras medidas legislativas foram impostas à administração de Cabo Verde, como o Código Administrativo de 18 de Março de 1842, do nosso ponto de vista de carácter reformador, pois é através dele que, por exemplo, o Governador Francisco de Paula Bastos esboça em 1842, pela primeira vez na província, o desenho dos órgãos municipais, assim como das suas composições, provimentos e respectivos poderes. Nessa altura, mesmo no quadro da justiça, as ilhas do Sal e da Boavista pertenciam a um mesmo concelho, sob a tutela desta. Por exemplo, as duas ilhas elegiam, até 1842, 1 deputado por Província de Cabo Verde junto do Governo da metrópole. Essa junção administrativa terá prejudicado as duas ilha, pois o seu obreiro, Manuel António Martins, que residia na Boavista mas que promoveu o povoamento da ilha do Sal a partir de 1833 / 1834, ora transferia meios materiais e financeiros para essa ilha, prejudicando a da Boavista, ora enviava escravos do Sal para a Boavista, prejudicando a exploração do sal, que constituía o principal rendimento daquela ilha. A ilha do Sal era entretanto a mais lesada, na medida em que todos os procedimentos alfandegários referentes às duas ilhas eram realizados na Boavista, o que beneficiava esta ilha em detrimento daquela. Em 1855 a administração das duas ilhas é finalmente separada, tornando-se a ilha do Sal um concelho autónomo, do nosso ponto de vista com benefícios para as duas ilhas.

Do ponto de vista do poder local, as eleições para os órgãos municipais, que já se realizavam nessa altura com base em recenseamentos e respectivos cadernos eleitorais, davam à administração da Boavista uma certa democraticidade, pois permitiam ao povo participar, embora de forma indirecta, nas decisões da câmara. Aliás, o exercício do direito de reclamações era escrupulosamente respeitado, de acordo com o artº 88º do Código Administrativo.

Todas essas medidas parecem entretanto não ter uma vez mais surtido os efeitos almejados, pois em 1892, através do Decreto de 24 de Dezembro, é promulgada a "Organização Administrativa da Província de Cabo Verde", com o objectivo de estabelecer meios legislativos mais eficazes para a administração das ilhas. Neste quadro, reestruturou-se o número de concelhos, que se fixou em seis de 1ª classe e três de 2ª classe. Cada concelho foi dividido em freguesias, ficando a ilha da Boavista dividida em duas: a de Santa Isabel e a de S. João Baptista. Os administradores, nomeados pelo governador, participavam nos trabalhos da câmara mas não a presidiam: só podiam ser ouvidos quando assim o desejassem.

O poder local, de acordo com os documentos compulsados, não gozava entretanto de autonomia, pois o administrador do concelho dependia em tudo do

Governador-Geral, podendo ser suspenso, transferido ou demitido, por infracção, desobediência, negligência ou procedimento irregular; as resoluções da Câmara Municipal podiam também ser suspensas pelo Governador-Geral, sempre que ocorresse o aumento de encargos ou da criação de impostos e as posturas municipais afectassem desnecessariamente os costumes ou de que pudessem derivar alterações da ordem pública.

Com a revolução de Outubro de 1910, esperava-se a democratização e a autonomia dos poderes locais em Cabo Verde. Tal aspiração foi entretanto defraudada pelo novo regime do Estado Novo implantado em Portugal. Com efeito, embora a "Carta orgânica da província de Cabo Verde", de 25 de Abril de 1917, tenha dado essa esperança, democratizando os órgãos municipais e locais, o regime Salazar - Caetano viria a matar tais pretensões.

Por outro lado, em termos de divisão territorial, a revolução de Outubro não trouxe novidades em relação ao estabelecido em 1892. Pelo contrário, implanta a discriminação entre os concelhos, classificando-os em regulares ou municípios perfeitos e irregulares ou município imperfeitos. À ilha da Boavista coube a classificação de concelho regular, com duas freguesias e com duas juntas locais, uma em cada freguesia. Tanto os vogais como os elementos das juntas são eleitos por eleitores da área concelhia, o que confere de facto democraticidade a esses órgão municipais. E com a chegada de António Oliveira Salazar ao poder, a partir de 1930, essa frágil democraticidade é profundamente abalada, com Cabo Verde a denominar-se doravante "colónia". A nível local, o poder centraliza-se no administrador, nomeado pelo governador-geral. Torna-se assim a autoridade máxima do concelho, superintendendo a "autarquia local", com as câmaras municipais, as comissões municipais e as juntas locais a passarem a ser criadas ou extintas pelo governador de colónia, o que representa um retrocesso na administração das ilhas. Com o Diploma Legislativo nº 456, de 29 de Junho de 1934, os concelhos são novamente discriminados em 1ª, 2ª e 3ª classes, cabendo à ilha da Boavista a classificação de 3ª classe.

Com as denúncias, após a II Grande Guerra, da ilegitimidade da manutenção das colónias, os governos salazarista-caetanista preferiam seguir uma política administrativa de cosmética para as colónias, trocando por exemplo a denominação "Acto Colonial" por "Do Ultramar Português", "Império Colonial" e "Colónia" por "Província Ultramarina" e "Ultramar", respectivamente. Em termos do poder local, sob a pretensa revisão do Estatuto Político-Administrativo da Província de Cabo Verde, o governo salazarista simplesmente retoma, em 1963, a antiga classificação dos concelhos em 1ª e 2ª classes da reforma administrativa de 1892. Já os governos de Caetano, mantendo a estrutura administrativa de Salazar, mudam entretanto, em 1972, a designação "Junta local" por "Junta de Freguesia", geridas por regedores, ao mesmo tempo que reforça a figura do agente administrativo denominado "Cabo-Chefe", que vigoravam nas povoações que não albergavam as sedes das freguesias.

Do ponto de vista eclesiástico, o estudo compulsado sobre a matéria leva-nos a entender que as estruturas eclesiástica na Boavista andaram sempre de mãos dadas ao poder administrativo da ilha, desde a chegada dos colonos,

momento em que foi celebrada a primeira missa em campo aberto, junto de uma furna. Outrossim, a Fazenda Real sempre provia de côngruas aos padres visitadores que temporariamente passavam por Boavista para confessar e sacramentar os fiéis. Por outro lado, a paróquia da antiga povoação da Estância foi transferida dessa povoação em 1810 para a do Rabil e, entre 1820 e 1840, para a Vila de Sal-Rei, em ambos os casos, conjuntamente com os serviços administrativos.

No que se refere à organização eclesiástica na Boavista, até 1731 ainda não havia definição de freguesias nessa ilha. Com o provimento efectivo de padres à ilha, a partir de 1677, e a construção de capelas e igrejas, a partir dos finais do século XVI em diante, vinham-se criando porém as condições para a instituição de freguesias paroquiais na Boavista. Neste sentido, a primeira freguesia, no seu sentido eclesiástico do termo, seria criada nos meados do século XVIII, na antiga povoação da Estância, no tempo conhecida por "Paróquia", e a segunda seria criada, entre 1755 e 1765, sob a invocação de S. João Baptista, com sede na povoação de Fundo das Figueiras. A Paróquia da Estância transferir-se-ia em 1810 para a povoação do Rabil, sob a invocação de S. Roque, sendo então denominada Freguesia de S. Roque, já agora com o sentido administrativo do termo.

Notemos que a organização paroquial e a divisão da Boavista em duas freguesias demonstram o grau da religiosidade da sua população, ao longo da sua história, o que é igualmente patente na construção de capelas e igrejas, em todos os centros populacionais e nas fazendas da gente abastada da ilha, dos finais do século XVI aos meados do século XX.

Com o desenvolvimento da Vila de Sal-Rei, graças nomeadamente ao comércio do sal, a sede da freguesia é novamente transferida do Rabil para aquela vila, sob a invocação de Santa Isabel, acompanhando, uma vez mais, a mudança da sede administrativa que, por volta de 1820, começa a transferir-se do Rabil para Sal-Rei. A relação entre a administração civil e a organização eclesiástica na Boavista é, por exemplo, claramente observável na Reforma Administrativa de 1842, que consagra a instituição das paróquias em Cabo Verde, ao mesmo tempo que consolida as autoridades civis locais.

Paralelamente à administração civil e à organização eclesiástica na Boavista, vinha a organização militar. Vários factores contribuíram para que se organizassem milícias militares na ilha: as potências europeias, como a Holanda, a França, a Inglaterra e, mais tarde os Estados Unidos da América, exploravam abusivamente o sal da ilha; o corso e a pirataria internacional acossavam os portos, as povoações e as populações, roubando e matando indiscriminadamente. Por isso, como vimos no capítulo sobre a administração, a ilha foi governada até aos meados do século XIX por agentes com funções civis e militares, salvo os feitores que administravam os rendimentos da Fazenda Real.

Da documentação compulsada sobre o povoamento da ilha, nomeadamente os de doações, constatámos que os capitães-donatários não tinham funções militares. Enquanto isso, a partir do início do séc. XVII, com o objectivo mais de defender os seus rendimentos do que a própria ilha, os reis de

Portugal passaram a nomear capitães-mores e, mais tarde, feitores da Fazenda Real e capitães-mores comandantes, à ordem dos quais os agentes administrativos, militares e oficiais na ilha se submetiam.

Com a nomeação do primeiro Capitão-General, no tempo de Filipe I, com funções civis e militares, unificaram-se sobre um único comando a administração e a justiça em Cabo Verde, acabando com as prepotências dos capitães-donatários, dos capitães-mores e dos feitores.

Da documentação compulsada, constatámos que o primeiro esforço para a organização da defesa da Boavista surge com a organização das milícias populares em 1701-1702, com o objectivo de combater as investidas do corso e da pirataria à ilha. Foram então distribuídas armas ao povo e organizadas companhias de milícias, dirigidas por oficiais com patentes de sargentos-mores. Note-se que os detentores de patentes de Sargento-Mór de Infantaria da Guarnição, Capitães-Móres, Capitão-Mor Agregado, Capitão-Mor Comandante, entre outros agentes militares não recebiam soldo mas gozavam de privilégios especiais, o que dava lugar a proventos ilícitos por parte desses agentes.

Constatámos também que o impulso à organização e ao apetrechamento militares na Boavista se devem aos ataques do corso e da pirataria dos anos de 1815, 1817 e 1818, pelo terror que deixaram na ilha. Esses ataques tiveram entretanto como mote motivos políticos, pois um dos seus autores, o Artiga, lutava contra os interesses de Portugal no Rio del Plata, na América do Sul. Foi para combater os corsários e os piratas que o então Governador, António Pusich, mandou armar e prover a ilha de oficiais e soldados e que Manuel António Martins, político e comerciante, aliás o mais lesado desses ataques, mandou construir no ilhéu defronte à Vila de Sal-Rei e ofereceu ao Governo da Província o forte denominado Duque de Bragança. O Governo apetrechou o forte com material bélico, nomeadamente canhões ou bocas, tendo constituído, até cair em ruínas, a estrutura física mais pesada da estrutura militar na ilha da Boavista.

A anarquia que se vivia em Cabo Verde no primeiro quartel do século XIX, a ideia veiculada de que Cabo Verde pretendia desligar-se de Portugal e unir-se ao Brasil, que se tinha tornado independente em 1822, as revoltas dos rendeiros da Ribeira do Engenho em 1822, as insubordinações na Boavista, lideradas pelo comandante João Cabral da Cunha Goodolphim, a favor da proclamação da Carta Constitucional proposta pelos liberais: é neste quadro que compreendemos a ordem que o ministro conde de Subserra deu ao então Governador Chapuzet, no sentido de propor um plano geral, fixando as guarnições militares de cada uma das ilhas e das Praças e presídios do continente na Guiné. Para o caso da Boavista, por exemplo, é nomeado Manuel António Martins, que já exercia o cargo de sargento-mór da Companhia de Ordenanças, coronel de milícias da Boavista, enquanto em 1825 o governador Chapuzet manda construir na Vila de Sal-Rei uma casa do governador e um quartel, ao mesmo tempo que é enviado para a ilha um Destacamento Militar, com um total de 82 homens, entre graduados e soldados.

Medidas similares tomaram os governadores Pereira Marinho em 1834, e Arouca em 1836, tendo este criado na Boavista um destacamento composto de

praças do corpo de brigada de marinha, um comandante geral das fortificações e duas companhias de milícias. Em 1843, existia na ilha da Boavista um "Corpo d'Infantaria de 2ª linha", composto de duas Companhias e comandado por um Comandante Geral com a graduação de Major. Entendemos que essas providências militares não eram alheias às lutas entre absolutistas, a favor de D. Miguel, e liberais, a favor de D. Pedro, que em Cabo Verde eram vividas com igual fervor que na metrópole.

Portanto, constatámos que não havia uma motivação natural, endógena, em defender as ilhas de Cabo Verse, nomeadamente a da Boavista, mas sim motivos advindos de factores externos, como os enumerados atrás. Por outro lado, nomeadamente da parte da Coroa Portuguesa e dos donatários, os objectivos da defesa na Boavista prendiam-se mais com a salvaguarda dos seus rendimentos, canalizados ao rei através da Fazenda Real, do que com a defesa da ilha propriamente dita.

Os estudos realizados sobre a ilha da Boavista levam-nos a entender que o povoamento e a administração nela implantada visavam essencialmente a exploração dos seus recursos naturais para fins económicos. Foi entretanto um desses recursos naturais que constituiu a base inicial da exploração económica da ilha: a pastagem, relativamente de boa qualidade para a época, que permitiu a criação de gado, com destaque para o gado caprino.

A criação de gado, paralelamente a alguma agricultura de subsistência foi com efeito a primeira exploração económica da ilha, aliás o móbil da sua ocupação e povoamento, a partir dos finais do século XV. Neste sentido, a ocupação e o povoamento da Boavista prefiguram-se a partir de 1490, quando D. Manuel, duque de Beja, faz doação a Rodrigo Afonso do gado bravo da ilha, para fins de exploração económica dos seus produtos, conforme o alvará de doação de 31 de Maio do referido ano e a carta de confirmação de 29 de Outubro de 1496. Na sequência, a ilha da Boavista andou nas mãos da família Rodrigo até ao tempo dos Filipes, portanto depois de 1580, quando Filipe II da Espanha começou a reinar também em Portugal, como Filipe I.

Em 1784, há já na ilha da Boavista grande produção de cabras e burros. Quanto à agricultura, constatámos que a sua produção foi sempre fraca, excepto quando chovia e as ribeiras se inundassem. O gado, na primeira fase da ocupação da ilha, era portanto o factor exponencial da exploração económica da Boavista, subsidiado por uma agricultura de subsistência, esta certamente como complemento alimentar e para alguma venda de borda dos navios que aportavam os portos da Boavista a fim de se aprovisionarem de frescos.

As salinas que produzindo sal em abundância e de boa qualidade, proporcionaram o desenvolvimento de uma indústria salineira de grande peso no comércio com o exterior. Para além do gado e do sal, outros produtos, naturais e cultivados, também contribuíram de seguida para o incrementando do povoamento e do desenvolvimento económico da ilha da Boavista, como os produtos agrícolas e o algodão; a urzela, que dinamizaria, com o sal, o comércio externo; a semente da purgueira, que substituiu o comércio externo da urzela; a cerâmica, que fomentaria o comércio interno da louça de barro; a cal e o peixe seco e salgado, este com a sua exportação para a Costa Ocidental Africana.

Como constatámos da documentação compulsada, os recursos naturais que contribuíram para a valorização económica da ilha da Boavista não foram, porém aproveitados simultaneamente: cada produto era, com efeito, explorado de acordo com a sua predominância em relação a outros produtos e com a sua importância para o comércio internacional, dos finais do século V aos meados do século XIX. Assinalemos entretanto que a exploração de cada um desses produtos não se desenvolveu de forma estanque, pelo contrário, a exploração de um coexistia, por vezes, com a exploração de outro. Por exemplo, com a exploração dos produtos da pecuária, já se comerciava algum sal, que viria por sua vez a ser, de seguida, o produto económico predominante; ao mesmo tempo que se exportava o sal, explorava-se alguma urzela, que logo depois ascenderia a produto predominante de exportação, paralelamente aos produtos de gado, que entretanto tinham perdido a sua predominância. Notemos ainda que o regime de exploração económica dos recursos naturais, à base de doações régias, de arrendamentos ou da exploração directa pela Coroa, deu dinâmicas e configurações diferentes ao tipo de ocupação, de povoamento e de ordenamento dos espaços geográficos da ilha da Boavista.

Assim, com o comércio dos produtos do gado e do algodão, pelos donatários, e depois do sal e da urzela, Boavista conhece, até por volta de 1834, o seu período áureo, embora conturbado por algumas crises, acompanhadas de fome. O comércio da Boavista, anteriormente à base da criação do gado e monopolizado pela Coroa Portuguesa, através de um sistema de concessões e arrendamentos, beneficiava os reis e os capitães-donatários. Com a exploração das salinas, embora continuasse paralelamente a dos produtos do gado, o comércio passou, entre meados do século XVII e finais do XVIII, para as mãos dos ingleses. No terceiro quartel do século XVIII, tanto a exploração do sal como a do gado e de outros “produtos da terra” giram-se, essencialmente, em torno de Aniceto António Ferreira, então Capitão-mor da ilha. A partir dos finais do século XVIII é, entretanto, Manuel António Martins, chegado ocasionalmente à Boavista em 1792, que protagoniza os negócios da ilha, sempre ajudado pelo sue sogro Aniceto António Ferreira, embora outras famílias também tenham desempenhado um papel muito influente: Almeida, Morais, Montel, Cibrão, Santos, Ferreira, Brito, Spencer, e outras. O resto do povo, ou era escravo, ou era livre, mas miserável. Todas essas formas de exploração tiveram como força de trabalho a mão-de-obra escrava.

Os núcleos populacionais dos primeiros tempos da ocupação da Boavista localizavam-se na zona Sul-Sudoeste da ilha, onde existiam extensos campos de pastagem, situados perto de salinas e de água. Entretanto, por volta de 1650 o centro populacional da ilha era a Povoação-Velha, situada no sopé do então monte “Povoação”, a uns 7 km pelo interior da ilha. Nos finais do século XVII, a ilha já tinha comunicação com navios estrangeiros. Nessa altura, com efeito, na ilha já se faziam transacções comerciais com estrangeiros que a ela aportavam em busca, nomeadamente, do sal e de produtos da pecuária.

Neste sentido, o comércio do sal das salinas do Porto Inglês, a necessidade de novos campos de pastagem e do incremento da agricultura em zonas mais propícias, a importância dos povoados em torno da ribeira que viria

a denominar-se Ribeira do Rabil e a proximidade dessa ribeira do referido porto salineiro, o centro económico, administrativo e paroquial da ilha desloca-se, por volta de 1810, como vimos no capítulo sobre o povoamento, da Povoação-Velha para o Rabil. Nessa altura, a diferença populacional já era considerável entre esta povoação e aquela, na ordem dos 1.500 contra os cerca de 400 habitantes, respectivamente.

Sob o impulso da administração de Aniceto António Ferreira, a exportação do sal e dos produtos de gado incrementa-se e o centro económico desloca-se novamente, desta feita do Rabil para o povoado do Porto Inglês, junto do qual se situavam as maiores salinas da Boavista. A sede administrativa e paroquial continua entretanto no Rabil, pelo menos até aos meados do século XIX, quando no referido povoado, já com o nome de Vila de Sal-Rei, criaram-se as condições de habitabilidade e em edifícios para a instalação dos serviços públicos.

A economia da ilha da Boavista, assim como a do conjunto das ilhas de Cabo Verde, foi sempre frágil, primeiro porque se baseou essencialmente nos seus produtos naturais, como gado, sal, urzela, purgueira, algodão, louça de barro, cal, entre outros; segundo, porque esses produtos tiveram, ao longo da sua história, valores comerciais conjunturais. É o caso, como vimos, do gado, cuja exploração económica resultou por um lado da existência de pastagens nos solos da Boavista e, sobretudo, da necessidade dos navios que cruzavam o Atlântico de se abastecerem de mantimentos; por outro lado, do desenvolvimento da indústria da pele e do couro na Europa. Entretanto, quando a tecnologia da navegação se desenvolveu e, consequentemente, os navios a vela começaram a ser substituídos por navios a motor, portanto mais velozes e de maior capacidade de cargas e, quando matérias-primas sintéticas começaram a substituir as peles e os couros, a importância dos produtos pecuários, como carnes secas e salgadas, sebos, peles e couros deixaram de ter o valor comercial que tinham e, consequentemente, a economia baseada na exportação dos produtos do gado decaiu. Poderíamos dar vários outros exemplos similares, nomeadamente com o comércio do sal, ou ainda da exploração da urzela que, enquanto sustentou a indústria de tinturaria têxtil europeia, teve grande cotação nos mercados europeus. Mas quando foram descobertos os corantes sintéticos, em meados do século XIX, que substituíram a urzela na indústria têxtil, esse líquen deixou de ter valor comercial em Cabo Verde. Com mais esta perda comercial, a economia da ilha da Boavista entrou em decadência e, consequentemente a própria ilha.

Devemos assinalar também que a prática do monopólio, por parte da Coroa, da quase totalidade do comércio insular, não beneficiou um desenvolvimento económico endógeno e sustentado da ilha da Boavista, pois a Coroa se reservava o direito da venda dos produtos de maior valor comercial, como escravos, gado, algodão, urzela, sementes de purgueira, entre outros. Quando não tivesse condições para o fazer directamente, o que acontecia na maior parte das vezes, arrendava os rendimentos desses produtos a particulares, assegurando assim a sua importante posição nas lucrativas trocas comerciais, sem ter a necessidade de fazer qualquer investimento. Para certos

produtos, como é o caso do algodão e o (do algodão e do pano) pano, a Coroa previa mesmo a pena de morte para aqueles que praticassem o comércio clandestino. A Coroa, através da Fazenda Real, assegurava os seus interesses através dos dízimos dos frutos de gado; dos direitos de importação (10%) e de exportação (5%); dos direitos da exportação do sal e da terça parte do seu transporte das salinas para o cais de embarque; dos foros de terrenos; da ancoragem por cada navio estrangeiro; do direito das pastagens ou "redízima".

O sistema de exploração económica implantado na Boavista, à base de mão-de-obra escrava, deu origem a uma sociedade estratificada, primeiro em colonos e escravos, portanto em brancos e negros e, mais tarde, com base na posse de propriedades, em classe abastada, uma minoria, integrada pelos donos dos meios de produção, classe dos remediados, constituída geralmente por mestiços detentores de algum meio de produção, e a classe dos pobres, integrada pela maioria do povo, sem meio algum de produção.

Condicionada ainda pelo mesmo sistema de exploração económica, a evolução demográfica da Boavista foi lenta, muitas vezes contrariada por catástrofes, como secas seguidas de fomes e epidemias. Começando a desenhar-se em 1490 com a doação do gado bravo da ilha a Rodrigo Afonso, o crescimento populacional da Boavista atinge os seus pontos máximos por volta de 1834, quando já se configura todo o espaço povoado da ilha.

Da documentação compulsada, constatámos que a população da Boavista foi inicialmente constituída essencialmente por escravos pastores, portanto de negros e mestiços, e que com o comércio do gado e do sal, a ilha atraiu cada vez mais colonos brancos e mestiços, maioritariamente idos da ilha de Santiago. Assim foi crescendo a população da Boavista, por exemplo, dos 50 habitantes em 1580 para 3.331 em 1834, e para 2.613 em 1900, o que indica por outro lado a flutuação populacional na Boavista ao longo da sua história.

Das estruturas sócio-culturais na Boavista, os estudos feitos levam-nos a concluir que as formas de relevo, o tipo de ocupação e povoamento e o sistema de exploração económica dos seus recursos naturais, como o sal, a urzela, as sementes da purgueira, entre outros, aliados aos contactos com outro povos, como os ingleses, os americanos e os holandeses, que através da sua marinhagem aportavam a ilha, não deixariam de condicionar a formação de uma sociedade com uma mentalidade própria e com uma cultura peculiar na ilha da Boavista. Como é evidente, porém seriam os portugueses, como colonizadores, e os africanos, como escravos, que mais influíram na formação sócio-cultural dessa sociedade, particularmente da sua mentalidade.

Assim, na Boavista criaram-se estruturas e instituições sócio-culturais, como a religião, a superstição, o ensino, as festas tradicionais, o casamento e os cantos-danças, que marcaram indelevelmente a mentalidade boavistense ao longo da sua história. Vejamos.

Um dos aspectos da mentalidade boavistense manifestava-se no sincretismo religioso, fruto da fusão de elementos da religião reinol com elementos das religiões dos escravos. Predominaram os elementos reinóis, pois apesar das resistências dos escravos, a doutrina cristã era-lhes imposta pelo processo de ladinização, iniciado em Santiago e continuado na ilha da Boavista.

Embora tenha sido um processo doloroso para os escravos, essa imposição contribuiu para que se formasse nesta ilha um sistema coerente de crenças, que passou a constituir o suporte psicossocial do comportamento supersticioso e religioso do boavistense.

As práticas religiosas manifestavam-se básica e publicamente nos ritos domingueiros, nas Festas Litúrgicas da Páscoa e do Natal e nas comemorações religioso-pagães das Festas Tradicionais. Como vimos no estudo sobre essas festas, é com efeito por ocasião das suas comemorações que a simbiose religiosa mais se evidenciava. Um bom exemplo disso é o que observámos particularmente durante os festejos da Santa Cruz, do Espírito Santo, de Santo António e de São João Baptista, onde a presença de elementos míticos africanos, como o tambor e a "koladera", à porta das igrejas, capelas e cruzes das almas,[1999] fazem parte dos mecanismos de exteriorização das práticas religiosas em veneração aos respectivos Santos Padroeiros, misturando-se assim com os rituais litúrgicos da religião católica. Em síntese, constata-se que a religiosidade do povo boavistense era profundamente marcada por traços da religião católica, pertencentes aos povos de origem europeia, persistindo entretanto alguns elementos das religiões africanas, particularmente pela utilização, por exemplo, do tambor no adro das igrejas e capelas.

Das práticas supersticiosas do povo boavistense, constatámos que tinham as suas origens, tanto nas culturas europeias como nas afro-negras, ou seja, o terror pelo desconhecido, levando os respectivos povos ao culto dos espíritos, benévolos ou malévolos. Por outro lado, a feitiçaria podia ser aprendida e, tal como por todo o Cabo Verde, no imaginário boavistense ela ligava-se tanto ao bem como ao mal. Revestia-se assim de aspectos benfazejos e malfazejos. A eficácia da feitiçaria benfazeja, eram as práticas da cura e a adivinhação; comer crianças em tenra idade e o "mal féte" ou malefício eram a eficácia fundamental da feitiçaria malfazeja. O primeiro deu origem ao ritual da "noite de sete", visando guardar a criança, ao sétimo dia de vida, da acção malévola das feiticeiras. A crendice no "koza runhe" ou alma do outro mundo que inspirava medo às pessoas, e as lendas, eram outros aspectos das superstições que marcaram indelevelmente a psique do boavistense. Constatámos entretanto que as superstições vêm desaparecendo na Boavista, graças nomeadamente ao aumento da escolaridade, à emigração, aos órgãos de comunicação social, com destaque para a televisão, à luz eléctrica, entre outros.

Quanto ao ensino, por exemplo, desempenhou um papel determinante na mudança das mentalidades dos boavistenses, desde a sua implementação na

[1999] Também conhecido por *Cruz da Santa Cruz*, era o local onde os festeiros *kolavam* por ocasião das Festas Tradicionais, com destaque para a Santa Cruz, Espírito Santo (Rabil, Vila de Sal-Rei e João Galego), Santo António (Povoação Velha e Rabil) e *Cruz Nha Lolo* (Estância de Baixo). Por ocasião do *Dia dos Defuntos*, 2 de Novembro, era costume um grupo de pessoas rezar aos defuntos ou em memória dos mortos junto à Cruz das Almas, principalmente das almas penadas (almas que não alcançaram a porta dos céus e que, por isso, vagueiam até cumprirem suas penas neste mundo, atormentando os vivos que por eles não rezarem ou deles zombarem).

forma de “ladinização” até à sua implementação em escolas regulares na ilha. O processo de ladinização visava tirar da memória dos escravos todos os vestígios da sua herança cultural africana, substituindo-a pela cultura ocidental, através nomeadamente da doutrinação cristã e da aprendizagem da língua do colonizador. Já o processo de ensino em escolas regulares visava transmitir a cultura do colonizador e a preparar os nativos para a vida produtiva.

A primeira escola de primeiras letras só foi entretanto criada entre os finais do século XVIII e o primeiro quartel do século XIX. Com o Decreto régio de 14 de Agosto de 1845 regularizava-se o Ensino Público em Cabo Verde pois, através do referido decreto implementa-se a Instrução Primária neste arquipélago; as escolas são classificadas em “Escolas Elementares” e “Escolas Principais de Instrução Primária”. Em 1872, o “Regulamento das Escolas de Instrução Primária da Província de Cabo-Verde”, aprovado pela Portaria nº 281, de 30 de Julho do referido ano, deu um novo alento ao Ensino Público em Cabo Verde.

Da documentação compulsada pudemos constatar que, paralelamente ao ensino público, na Boavista funcionou o ensino particular, sob a direcção dos chamados “professores particulares”, o que terá contribuído para a elevação do nível da escolaridade da população da referida ilha. Tal facto enquadrava-se na Portaria nº 299, de 20 de Agosto de 1872 que, aprovando o "Regulamento das Escolas Particulares", regulamentava a abertura das Escolas Particulares em Cabo Verde.

As comemorações das Festas Tradicionais constituíam outro marco da mentalidade boavistense, que se consumava nas suas actividades sócio-culturais. O estudo sobre essas festas mostrou-nos que cada povoação ou aglomerado populacional tinha o seu santo padroeiro, ao qual dedicava anualmente uma festa tradicional. As comemorações festivas eram ao mesmo tempo religiosas e profanas, mas sempre em torno do respectivo santo padroeiro. Se os festejos profanos eram essencialmente familiares, de rua e em bailes, os religiosos e religioso-profanos contavam com cinco grandes momentos: o da missa, o da procissão, o do convívio familiar, o dos festejos de rua e o do baile. No primeiro caso, a missa era, e até hoje ainda o é, o grande momento dos católicos, e mesmo de muitos ateus que encontravam ali o lugar ideal para o reencontro de amigos. As procissões eram o ponto alto dos festejos religiosos, como um momento que antecedia a missa ou seguia-se a ela, e circulavam por todo o espaço onde se realizavam os referidos festejos.

Da descrição das festas tradicionais da Boavista, ficamos com a convicção de que elas tinham uma procedência cultural essencialmente europeia, mais precisamente portuguesa. Há que considerar porém a influência africana onde, por exemplo, elementos psicológicos ligados à libertação e alforria de escravos nos conteúdos de certas festas, como é o caso da crença no poder libertador do Espírito Santo, estão presentes. Outrossim, constata-se a presença do tambor que, na maioria dos festejos, também está presente, mesmo nos rituais religiosos, para além das “koladeras”, reminiscências de danças rituais africanas. Regista-se igualmente a prática de certas actividades

lúdicas, como o bumba-meu-boi e o oril, de origem africana, que se misturaram com outras actividades lúdicas, como "kortâ góle kabésa", de origem europeia.

Constata-se também que as Festas Tradicionais da Boavista, umas eram festejadas em mais do que uma povoação e outras numa só povoação; outras ainda, hoje desaparecidas, com o declínio da pastorícia, acantonaram-se em determinados sítios, como a Nossa Senhora da Piedade, antigamente no Campo da Serra a 15 de Agosto.

Uma outra manifestação sócio-cultural da Boavista era a celebração do casamento. Esta instituição visava a constituição da família, que na Boavista revestia-se de um carácter monogâmico, embora se realizasse entre elementos humanos europeus e africanos, estes descendentes da instituição da família poligâmica.

O casamento na Boavista obedecia a um ritual que integrava as seguintes fases principais: conquista e namoro ou fase de galanteios da conquista; o pedido de casamento e o noivado; a organização dos festejos das cerimónias do casamento, com os preparativos, como a oferta da bandeja, a "koladera da bandeja", a vestimenta dos noivos, o "tomâ bensa" e o pedido de perdão das faltas; os testemunhos religioso e civil; o jantar matrimonial, com discursos laudatórios aos noivos e a familiares; o baile matrimonial, com a dança do landú à meia-noite e a retirada para os aposentos nupciais; o "kordâ noives" e a comprovação da virgindade.

Podemos dizer que o casamento tradicional da Boavista era, do ponto de vista dos rituais institucionais e normativos, essencialmente de índole europeia. Da África Negra, incorporou entretanto alguns elementos, nomeadamente a coreografia e o simbolismo sexual da dança do landú, que se realizava à meia-noite, momento em que os recém-casados deixavam a sala do baile matrimonial para se recolherem aos seus aposentos nupciais. A koladera de bandeja era outro elemento que aparecia como uma recriação boavistense, não só pela persistência do tambor e das coreografias das danças rituais africanas mas também pela simbiose de traços do sistema do alambamento africano, conjugados com traços do sistema do dote ocidental.

Dos nossos estudos sobre a cultura boavistense, conseguimos inventariar vários cantos-danças, dos quais discutimos a morna, o landú e a koladeram, por constituírem, do nosso ponto de vista, os elementos de identidade mais representativos do povo que os criou e, consequentemente, por terem influído decisivamente nas atitudes e comportamentos do boavistense ao longo dos tempos.

A morna, canto-dança sentimental por natureza, é de criação autóctone cabo-verdiana, tendo nascido na ilha da Boavista e tendo-se difundido para as outras ilhas. O poema popular, a melodia e a coreografia são os três elementos vitais da morna. E se a poesia, a melodia e a coreografia trazem do fundo da alma do povo seu detentor emoções diversas e profundas e, às vezes, momentos líricos da vida social, então a morna traduz a alma do povo cabo-verdiano pois, dos estudos compulsados, constatámos que ela é a voz da sua alegria, da sua dor, da sua incerteza e da sua esperança, logo, uma expressiva representação da psicologia colectiva do povo cabo-verdiano.

Neste sentido, as mornas boavistenses cumpriram duas grandes funções: a de ajudar a suportar a dor da nostalgia e da saudade e a de regular a postura moral dos membros da comunidade face a comportamentos sociais tidos como indesejáveis. No desempenho destas funções, a ama-escrava e a cantadeira-compositora, numa primeira fase, e o trovador, numa segunda fase, desempenharam um papel de proa. Como palco de divulgação, serviram primeiro as ribeiras de lavar roupa e fontes, enquanto pontos de água, os terrenos agrícolas, os campos de pastorícia e outros espaços de trabalho, e posteriormente as salas de baile, o terreiro de brincadeiras de roda e o beiral das janelas com as serenatas, estas proibidas na época colinial.[2000]

Outro canto-dança estudada é o landú. Trata-se de uma representação simbólica, ritualista, através da qual os dançantes, a anteceder a primeira noite de núpcias, transportam-se sugestivamente para um jogo sexual, como que a provar para toda a comunidade a virilidade do homem e a fertilidade da mulher. Dos documentos compulsado constatámos que este canto-dança é originário da África Negra, tendo sido levado para o Brasil com a escravatura ali aculturou-se e difundiu-se mais tarde, para Portugal e Cabo Verde. Radicou-se na ilha da Boavista, embora tenha-se difundido para as outras ilhas de Cabo Verde, particularmente para as de Barlavento.

Constatámos também que na Boavista a dança do landú se evoluía só em cerimónias de casamentos, à meia-noite, momento em que os recém-casados deixavam a sala de baile para se recolherem aos seus aposentos nupciais. Era a crença popular que o landú honrava o casamento e, por isso, casamento sem a dança do landu não resultava. E para que resultasse, a dança do landu tinha também de obedecer a regras rigorosas.

A “Koladera”, originária dos batuques africanos, integra também o sistema dos cantos-danças da Boavista, onde é praticado principalmente nas celebrações das Festas Tradicionais. Trata-se de um canto-dança que evolui ao ritmo do toque do tambor e coreograficamente à base de volteios e umbigadas. Caracteriza-se pelo seu poder de incitação, de exaltação, de erotismo e de louvação. É muito praticado em Cabo Verde, nomeadamente nas ilhas da Boavista, de Santo Antão, S. Vicente, S. Nicolau e Sal. Nas últimas quatro ilhas recebe o nome de “kolá”. Na ilha Brava existe o “kolinha”, com características idênticas às da “koladera”, e no Fogo canta-se o kola, que se afasta dos padrões do canto e da coreografia do “kolá”. O “kolinha” e o “kola” serão, a título comparativo, descritos no fim deste capítulo.

Os estudos feitos sobre a morna, o landú e a koladera[2001] mostram-nos que os cantos-danças exerceram uma influência muito grande na psique do

[2000] Nuno Miranda dá conta da proibição de serenatas em S. Vicente pelas autoridades administrativas locais. A morna, portanto, era de certa forma constrangida pelo Poder Colonial, ainda na década de 60 (No artigo "Sobre motivos de criação popular", inserido no *CABO VERDE: Boletim Documental e de Cultura*. Praia: Imprensa Nacional. Nº 13-15/169-171 (1963). p. 71).

[2001] Registamos aqui que não encontrámos informações suficientes que nos pudessem permitir tratar outros cantos-danças, como a “taka” e o “galope”, dois cantos-danças que se perderam nas cinzas do tempo, encontrando-se apenas algumas reminiscências na memória das gerações actualmente mais velhas da Boavista.

boavistense, que neles muitas vezes encontraram a expressão da sua dor nostálgica e da saudade mas também um meio de exprimir o seu sarcasmo e a sua ironia satirizante contra a dureza da vida em sociedade, como é o caso da morna, ou um meio de retorno às suas raízes simbólicas, como são os casos do landú e koladera, respectivamente.

Um dos elementos fundamentais da Cultura boavistense é o seu património construído, representação da materialidade mental do passado do referido povo. Da documentação compulsada, nota-se que a construção do passado material da ilha da Boavista começou em 1490, com a chegada dos primeiros escravos para o pastoreio do gado caprino, no quadro das políticas da ocupação e povoamento das ilhas de Cabo Verde pela Coroa Portuguesa. Mas a construção do património construído da ilha da Boavista conheceu um maior incremento nos séculos XVIII e XIX, período que coincide com o momento de maior desenvolvimento económico e social da ilha, devido à intensa exploração e comércio de gado e dos seus produtos, do sal, da urzela e de outros produtos da terra.

Em Cabo Verde encontraram-se dois tipos de habitação: a de planta circular e a de planta rectangular. No primeiro caso, inventariámos o funco e, no segundo, as habitações denominadas casas, palacetes e sobrados, todos condicionados pelos factores físico-geográficos locais.

Do funco, trata-se de habitações de pastores dos primórdios da ocupação da Boavista. Eram habitações pobres, originárias da simbiose entre o "funco" africano e a choça portuguesa. A transportar-nos porém para os períodos áureos da ilha, do séc. XVII ao XIX, constatámos imponentes palacetes ou habitações dos grandes proprietários de gado do interior da ilha, de origem portuguesa. Também de planta portuguesa, ao lado dos palacetes existiam as casas de chão, habitações dos pobres, havendo ainda alguns exemplares espalhados por todas as povoações da Boavista, a testemunharem as desigualdades sócio-económicas que sempre se verificaram na ilha, pois a tipologia das habitações tradicionais foi sempre determinada pelo poder sócio-económico. Por isso, a recordar-nos uma vida abastada do século XIX e inícios do século XX à base do comércio do sal e da urzela, o primeiro com o Brasil, Argentina, Europa, América e África, e o segundo com a Europa, a Vila de Sal-Rei é hoje um museu vivo dos "sobrados" de arquitectura colonial, tipo português mas com alguma influência americana, nomeadamente nos telhados, e inglesa, nos portais. São dignos de nota, por exemplo, os sobrados das famílias Santana, Chucala[2002] e Ben'Oliel, respectivamente.

A dar um cunho de religiosidade ao Largo de Santa Isabel, a copiosa igreja dedicada à Santa Isabel, construída em 1857, é um dos símbolos da religião católica. Aliás, a construção sacra é outro património construído da Boavista que merece a nossa atenção, por constituir uma das representações espirituais dos boavistenses de maior destaque: a sua religiosidade. Com efeito, a construção sacra dessa ilha data do século XVII, coincidindo com o arranque do seu povoamento efectivo, evoluindo com o desenvolvimento económico,

[2002] O edifício foi recuperado e nele funcionou durante algum tempo o Liceu da Boavista.

social e cultural da ilha. A construção sacra na Boavista será analisada mais à frente, pelo que nos abstemos de a referir neste ponto.

Em síntese, todo o património construído da ilha da Boavista, como as habitações tradicionais, reflecte certamente o material e o espiritual boavistense ao longo da sua história.

Desde o seu povoamento, a ilha da Boavista conheceu vários períodos de crises e fomes, epidemias e ataques de piratas que marcaram indelevelmente o modo de vida e a psique das suas populações ao longo da sua história.

As causas das crises e fomes que conseguimos identificar foram a falta de chuvas, devido ao seu clima árido desértico, doenças e epidemias, ausência da navegação que influía desastrosamente no comércio, entre outras. Na Boavista, registamos as seguintes crises, seguidas ou não de fomes, umas gerais e outras específicas: 1580 - 1582, 1734, 1748 - 1750, 1754 - 1755, 1764 - 1765, 1773 - 1775, 1785 - 1791, 1809 - 1814, 1823, 1830 - 1833, 1845 - 1846, 1862 - 1866, 1883 - 1886, 1889 – 1890.

Embora gozasse da fama de bom clima, para além das crises e fomes, na ilha da Boavista registaram-se doenças e epidemias que ceifaram muita gente, sendo a maior de todas elas a epidemia da febre-amarela de 1845 a 1847, deixada na ilha pelo vapor inglês Eclair. Outras doenças afligiram a ilha da Boavista, como as de 1821, 1823 e 1827, respectivamente.

Os corsários e piratas também acossavam a ilha da Boavista, deixando muitas vezes rastros de destruição e de mortos. Como testemunham os documentos compulsados, esses corsários e piratas eram de naturalidade, respectivamente, inglesa, americana e sul-americana. Registamos os seguintes ataques na Boavista: 1684, 1749, 1787, 1815, 1817 e 1818, sendo este último o mais dramático.

Registam-se também na ilha da Boavista os naufrágios que, sendo catastróficos para os náufragos, eram bem vindos para os nativos, principalmente em tempos de crise e de fome, pois ajudavam a salvar muita gente, com as suas cargas variadas. Conseguimos inventariar, de 1770 a 1897, 42 navios naufragados nas costas da Boavista, sendo o encalhe mais drástico, o da “Barca Sicília”, a 5 de Novembro de 1863, tendo morrido 72 pessoas, entre tripulantes e passageiros, das 167 pessoas que trazia a bordo.

Os salvados desses navios, conhecidos na Boavista por “móia-móia”, após serem abandonados pelos armadores dos navios naufragados, oficialmente pertenciam ao Estado. Por isso, a sua salvaguarda cabia à Alfandega local que, sempre que se justificasse, instalava delegações nos sítios de encalhe. Quando os encalhes coincidiam com períodos de crise e fome, as populações invadiam esses sítios, resultando daí escaramuças entre os invasores e a polícia ou tropa do governo.

Atingindo o auge do seu desenvolvimento em meados do século XIX, a breve trecho começava a sua decadência, motivada pelos seguintes factores, entre outros: a conjuntura internacional, com o abandono das ilhas de Cabo Verde por parte da Coroa Portuguesa, sobretudo no tempo dos Filipes (1560-1640), a transferência da corte para o Brasil por D. João VI, em consequência das Guerras Napoleónicas (1808-1820) e durante as guerras civis em Portugal

(1828-1833); as guerras uruguaianas, que incentivaram os ataques do corso e da pirataria na Boavista por parte de Artiga, levando muitos comerciantes a emigrarem, indo investir noutras ilhas; a abolição do tráfico de escravos conduzindo os proprietários de escravos à bancarrota, por falta de mão-de-obra forçada.

Tudo isso conduziu a ilha irreversivelmente ao declínio económico, primeiro devido à perda comercial dos produtos exportáveis como o sal, a urzela e as sementes da purgueira; segundo, devido à descapitalização da Boavista, quando os seus agentes económicos mais influentes foram investir noutras ilhas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES MANUSCRITAS

- “Termo de Baptismo de Maria Bárbara”. Registo Nº 36. Livro de Assentos de Baptismo da Freguesia de Santa Isabel. Sal-Rei (Junho, 1907).

- (Ofício Nº 39, da Alfândega da ilha da Boavista, de 29 de Julho de 1864, dirigido ao Secretário do Governo Geral da Província. Secretário do Governo-Geral da Província. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cxa. nº 427.

- “Alvará de 18 de Setembro de 1818”. Arquivo dos Serviços de Administração Civil, Praia. Cxa. Nº 41. Apenso nº 4, 1837.

- “Alvará de 18 de Setembro de 1818”. Arquivo dos Serviços de Administração Civil, Praia. Cxa. Nº 41. Apenso nº 4, 1837.

- “Auto de desobediência e falta de respeito”, de 15 de Janeiro de 1869. I. A. H. N. Praia. Secretaria Geral do Governo. Cxa. 200, SGG. Janeiro – Novembro de 1869.

- “Bando” de 22 de Março de 1770. Instituto do Arquivo Histórico nacional (I.A.H.N.), Praia. Secretaria-Geral do Governo. A1 (R) / Liv. 0013, fol. 8v.

- “Caderno de recenseamento dos leitores elegíveis das freguesias de S. Roque e de S. João Baptista”, de 1872. I.A.H.N, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Q3.9 / Cx. 755.

- “Caderno de recenseamento dos leitores elegíveis das freguesias de Santa Isabel e de S. João Baptista”, de 1884. I.A.H.N, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Q3.9 / Cx. 755.

- “Carta Patente a Manuel António Martins”. I.A.H.N, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0018, fols. 147v-148.

- “Da urzela”. Instituto do Arquivo Histórico Ultramarino (I.A.H.U.) – Cabo Verde

- Papéis avulsas, 1810-1818. Maço 56.

- “Eleições municipais do Concelho da Boa Vista” – Ofício Nº 245, de 8 de Novembro de 1882. I.A.H.N, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Q3.9 / Cx. 755.

- Ofício do capataz, Irmoencio Boaventura Almeida, dirigido ao Administrador do Concelho, de 29 de Setembro de 1875. I.A.H.N.. Praia. Cxa. 200, SGG. Janeiro-Dezembro de 1875.

- "Matrícula de oficiais e soldados do Corpo de Infantaria da 2ª linha da Ilha da Boa Vista". In *Livro de Registo das Companhias do Regimento de Milícias da Ilha da Boa Vista. Corpo de Infantaria de Segunda Linha*. Livro Nº 216, 1843. I.A.H.N. Praia. A1, G / 0988. SGG. 1843 – Janeiro, 1851.

- "Processo eleitoral da Câmara Municipal da Administração do Concelho da Boa Vista" – Ofício s/ Nº, de 2 de Dezembro de 1874. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Q3.9 / Cx. 755.

- "Processo relativo à delimitação e limites das povoações a que se refere a portaria provincial Nº 309 de 16 de Setembro de 1913". IAHN, Praia, Secretaria Geral do Governo, D2.3 / Cxa. 514.

- "Registo de Carta Patente de Capitão-Mor Aggregado da Ilha da Boa Vista a Manuel António Martins". I.A.H.N, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0018, fol. 84.

- "Registo de Patente de Joaquim Pereira da Silva, Comandante da Ilha da Boa Vista". I.A.H.N, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0020, fol. 56v-57v.

- "Registo de Patente do Primeiro Tenente Aggregado da Companhia de Artilharia Jozè Joaq.^{m} de Sá", pelo Governador António Pusich. IAHN, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0020, fol. 33-33v.

- "Urzeleiros da Ilha de Boa Vista" – "Reclamação apresentada a 29 de Dezembro de 1833". Serviços de Administração Civil da Praia. Cxa. 39. Apensos n^{os} 20, 1833.

- I.A.H.U., Cabo Verde, Cxa. Nº 14, Carta do Desembargador Geral das Ilhas de Cabo Verde, José da Costa Ribeiro.

- AHN, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0017, fol. 46v.
Carta ao Capitão-mor da Boavista. I.A.H.N. Praia. SGGG / A1®. 49 – Fls. 109-109v.

- Carta da Alfândega da ilha da Boavista de 11 de Outubro de 1851, dirigida ao Secretário do Governo Geral da Província. IAHN, Praia, Secretaria-Geral do Governo, Cxa. 426.

- Carta da Alfândega da ilha da Boavista de 11 de Outubro de 1851, dirigida ao Secretário do Governo-Geral da Província. IAHN, Praia, Secretaria-Geral do Governo, Cxa. 426.

- Carta da Alfândega da ilha da Boavista de 11 de Outubro de 1851, dirigida ao Secretário-Geral do Governo da Província. IAHN, Praia, Secretaria-Geral do Governo, Cxa. 426.

- Carta da Alfândega da ilha da Boavista nº 17, de 23 de Maio de 1865, dirigida ao Secretário do Governo-Geral da Província. I.A.H.N, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cxa. Nº 427.

- Carta da Alfândega da ilha da Boavista nº 18, de 23 de Maio de 1865, dirigida ao Secretário-Geral do Governo da Província. I.A.H.N, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cxa. Nº 427.

- Carta da Alfândega da ilha da Boavista nº 31, de 10 de Setembro de 1865, dirigida ao Secretário-Geral do Governo da Província. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cxa. Nº 427.

- Carta da Alfândega da ilha da Boavista, de 23 de Julho de 1846, dirigida a S. Fidelíssima A Rainha. Secretário do Governo-Geral da Província. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cxa. Nº 200.

- Carta da Alfândega da ilha da Boavista, nº 7, de 15 de Janeiro de 1862, dirigida ao Secretário Geral do Governo da Província.

- Carta de Patente, de 1 de Fevereiro de 1790. I.A.H.N, Praia. Secretaria-Geral do Governo, A1/ Liv. 0018, fols. 21-21v.

- Carta de Sua Magestade, escrita ao Ouvidor Geral, datada de 20 de Outubro de 1702.

- Carta dirigida ao Capitão-Mor da ilha da Boavista, a 30 de Outubro de 1786. I.A.H.N. - Cabo Verde. SGG/A1. Liv. 49 - fls. 93-94v. Praia, 1786.

- Carta do Director da Alfândega da Boavista, dirigida ao Secretário-Geral do Governo, a de 20 de Outubro de 1847. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cxa. 122.

- Carta do Director da Alfândega da Boavista, dirigida ao Secretário-Geral do Governo, a de 20 de Outubro de 1847. I.A.H.N, Praia. Secretaria-Geral do Governo, Cxa. 426.

- Carta do Governador ao Capitão-Mor da ilha da Boavista, de 21 de Fevereiro de 1786. I.A.H.N. - Cabo Verde. SGG/A1. Liv. 49, fls. 32-32v. Praia. 1786.

- Carta do Governador ao Comissário Provincial, de 8 de Outubro de 1786. I.A.H.N. - Cabo Verde. SGG/A1. Liv. 49 - fl. 89. Praia, 1786.

- Carta do Governador Geral da Província de Cabo Verde ao Secretário de Estado. I.A.H.N. Praia. SGG/A1 ®. 49 – fls. 17v-18.

- Carta do Governador, António Machado Faria e Maia, dirigida em Agosto de 1787, ao Capitão-Mor da ilha da Boavista. I.A.H.N. - Cabo Verde. SGG/A1. Liv. 49 - fl. 135. Praia, 1787.

- Carta do Governador, dirigida à Câmara da ilha de S. Nicolau, a 20 de Fevereiro de 1786. I.A.H.N. - Cabo Verde . SGG/A1. 49 - fl. 31v.-32. Praia, 1786.

- Carta do Governador, dirigida a Manuel António Martins. I.A.H.N, Praia. Secretaria Geral do Governo da Província de Cabo Verde, A2.3 / Livº. 0116, s/p.

- Carta do Governador-Geral da Província de Cabo Verde à Corte, datada de 21 de Março de 1774. I.A.H.U., Cabo Verde, Papéis Avulsos, cx. nº 33, doc. nº 54. Lisboa, 1774.

- Carta do Ouvidor Inocêncio Álvares da Silva, dirigida à Corte. I.A.H.U. , Cabo Verde, Papéis Avulsos, cx. nº 22, doc. nº 71. Lisboa, 1749.

- Carta Patente de 17 de Dezembro de 1788, passada a Francisco da Silva Neves, pelo Governador das ilhas de Cabo Verde, António Machado de Faria e Maia. IAHN, Praia. Secretaria-Geral do Governo, A1/ Liv. 0017, fol. 243.

- Carta Patente de 27 de Junho de 1796. I.A.H.N, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0018, fol. 44.

- Carta Patente de Novembro de 1787. I.A.H.N, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0017, fol. 223v.

- Carta Patente de Novembro de 1787. I.A.H.N, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0017, fol. 223v.

- Carta Patente de Novembro de 1787. I.A.H.N, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0017, fol. 223v.

- Carta Patente, dada na Quinta da Trindade, a 8 de Agosto de 1785. I.A.H.N, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0017, fol.19v-20v.

- Cartas Patentes de 1785 e 1786. I.A.H.N, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0017, fols. 22v, 23v, 197 e 156.

- I.A.H.N. - Cabo Verde. SGG/A1. Liv. 49 - fls. 97v.-98, 1786.

- I.A.H.N. — Cabo Verde. SGG/A1. Liv. 49, fl. 93. Praia, 1786.

- I.A H. N. Cabo Verde. Liv. nº 26, doc. nº 29, fls. 25v.-26v. Praia, 1770.

- I.A.H.N. Secretaria-Geral do Governo. Liv. 0013, fol. 8v. Praia: 1770. Desse naufrágio, salvaram-se 317 holandeses com 5 mulheres e 17 barras de ouro

- I.A.H.U. *Cabo Verde, Papéis Avulsos,* cx. 31, doc. 29. Lisboa: 1770).

- I.A.H U. – Cabo Verde – Papéis avulsas, 1812-1814. Maço 54.

- I.A.H.U. – Cabo Verde – Papéis avulsas, 1812-1814. Maço 54.

- I. A.H.U. - Cabo Verde. Papeis avulsos. Cxa. nº 7, doc. nº 28. Lisboa, 1684.

- I.A.H.U. - Cabo Verde. Papeis avulsos. Cxa. nº 7, doc. nº 28. Lisboa, 1684.

- I.A.H.U Cartografia e Iconografia, grav. nº 2. Lisboa, 1995.

- I.A.H.U. Cabo Verde, Caixa 24, doc. 41, 15-1-1758, Santiago de Cabo Verde, 15-1-1753, Custódio Correia de Matos.

- I.A.H.U. Cabo Verde, Papéis Avulsos, cx. nº 28, doc. nº 50. Lisboa, 1764.

- I.A.H.U. Lisboa. Carta do Capitão-Mor da ilha da Boavista, Aniceto António Ferreira, à Secretaria-Geral do Governo da Província de Cabo Verde, a 10 de Setembro de 1788. Cxa. nº 44, doc. nº 80, 1788.

- I.A.H.U. Lisboa. Carta do Coronel Freire de Andrade dirigida ao Capitão-Mor João de Almeida a 4 de Julho de 1787. Cax.nº 44, doc. nº 8, 1787.

- I.A.H.U. Lisboa. Carta do Governador Francisco José Teixeira Carneiro, dirigida ao Secretário de Estado, Martinho de Mello e Castro, a 27 de Maio de 1791. Cxa. nº 47, doc. nº 28, 1791.

- I.A.H.U. Lisboa. Carta do povo da Boavista, dirigida ao Governador António Machado Faria e Maia, a 7 de Julho de 1787. Cxa. nº 44, doc. nº 9, 1787.

- I.A.H.U. Lisboa. Exposição da Câmara, dos homens bons eprincip+ais do povo da ilha da Boavista, dirigia ao Rei de Portugal, a 24 de Agosto de 1811. Cxa. nº 59, doc. nº 54, 1811.

- I.A.H.U. Lisboa. Exposição da Câmara, dos homens bons eprincip+ais do povo da ilha da Boavista, dirigia ao Rei de Portugal, a 24 de Agosto de 1811. Cxa. nº

59, doc. nº 54, 1811.

- I.A.H.U. Lisboa. Nota nº 2, apenso à carta dirigida pelo referido governador ao Secretário de Estado Martinho de Mello e Castro, a 5 de Março de 1789. Cxa. nº 45, doc. nº 5, 1789.

- I.A.H.U. Lisboa. Nota nº 2, apenso à carta dirigida pelo referido governador ao Secretário de Estado Martinho de Mello e Castro, a 5 de Março de 1789. Cxa. nº 45, doc. nº 5,1789.

- I.A.H.U. Lisboa. Nota nº 2, apenso à carta dirigida pelo referido governador ao Secretário de Estado, Martinho de Mello e Castro, a 5 de Março de 1789. Cxa. nº 45, doc. nº 5, 1789.

- I.A.H.U. Lisboa. Ofício nº 93, do Governador João da Matta Chapuzete à Corte, de 5 de Agosto de 1823. Cxa. nº 73, doc. nº 31, 1823.

- I.A.H.U. Lisboa. Representação do Juiz Ordinário, dos homens, dos principais, dos oficiais e do povo da ilha da Boavista ao Secretário de estado, Martinho de Mello e Castro, a 8 de Abril de 1789. Cxa. nº 45, doc. nº 27, 1789.

- I.A.H.N. Cabo Verde. Papéis avulsos. Cxa. 29, doc. 24, 1765.

- I.A.H.N. Cabo Verde. Papéis avulsos. Cxa. 29, doc. 24, 1765.

- I.A.H.N. Praia. “Parecer do Director da Alfândega da Boavista”, ao Secretário-Geral do Governo Geral da Província de Cabo Verde, de 25 de Maio de 1844. Cxa. nº 427. SGG, Março-Outubro de 1865.

- I.A.H.N. Praia. Arquivo dos Serviços de Administração Civil. Cxa. Nº 39, 1835.

- I.A.H.N. Praia. Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde nº 10, de 11 de Janeiro de 1843.

- I.A.H.N. Praia. Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde nº 16, de 1 de Fevereiro de 1843.

- I.A.H.N. Praia. Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 16 (1 de Fevereiro, 1843).

- I.A.H.N.. Praia. Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde nº 10, de 11 de Janeiro de 1843.

- I.A.H.N.. Praia. Cxa. 200, SGG, Janeiro-Dezembro de 1878.

- I.A.H.N.. Praia. Cxa. 200, SGG. Janeiro-Dezembro de 1880.

- I.A.H.N.. Praia. Cxa. 427, SGG, Janeiro-Dezembro de 1882.

- I.A.H.N.. Praia. Cxa. 427, SGG, Janeiro-Novembro de 1887.

- I.A.H.U. – Cabo Verde, papéis avulsos. Cxa. 7, doc. nº 28, 1684.

- I.A.H.U. – Cabo Verde, papéis avulsos. Cxa. 7, doc. nº 28, 1684.

- I.A.H.U. – Cartografia Impressa: "Vila de Sal-Rei, Povoação Principal da Ilha da Boa Vista". Doc. Nº 104, 1875.

- I.A.H.U. Cabo Verde. Papeis avulsos. Cx 9, doc. 20, 1701; Cxa. 14, docs. 8 e 12, 1730; Cxa. 16, doc. 39, 1736.

- I.A.H.U. Cabo Verde. Pappeis avulsas. Cxa. 11, doc. 23, 1725.

- I.A.H.U., Cabo Verde. Cxa. 14, doc. nº 33, de 10 de Maio de 1731.

- I.A.H.U., Cabo Verde. Papeis avulsos. Cxa. 3, doc.11, de 26 de Setembro de 1641.

- I.A.N.TT, Cart. Not. 11, Lº…,1592, fols. 38v-39.

- I.A.N.TT, Cart. Not. 7A, Lº 5, 1582, fol. 26v; Cart. Not. 11, Lº 13, 1592, fols. 35-36v.

- IAHN – Secretaria-Geral do Governo da Província de Cabo Verde – "Certidão do Livro em que se registão Ordens respectivas a Alfândega da Ilha da Boa vista", que contem o "Livro em que está Escripto a forma de arrecadação da real Fazenda, e as ordens por que Sua Magestade que Deos Guarde asim Manda Estabelecer nesta Ilha e alguns Capítulos de Regimento das Alfândegas por que os Feitores se devem reger nos despachos que derem aos Navios, como adiante se verá". Praia, Cx. Nº 426, 1825.

- I.A.H.N, Praia, Secretaria Geral do Governo, D2.3 / Cxa. 514.

- I.A.H.N, Praia, Secretaria-Geral do Governo, Cxa. 427, 1863.

- I.A.H.N, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0017, fol. 235.

- I.A.H.N, Praia. Secretaria Geral do Goveno, A1/ Liv. 0018, fol. 45.

- I.A.H.N, Praia. Secretaria-Geral do Governo. A1/ Liv. 0018, fol. 98 [1795].

- I.A.H.U – Cartografia Impressa: “Vila de Sal-Rei, Povoação Principal da Ilha da Boa Vista”. Doc. Nº 104, 1875.

2. FONTES IMPRESSAS

- “Grande enciclopédia Portuguesa e Brasileira”. Vol. VXIII. Lisboa: Editorial Enciclopédia, [s/d].

- “Diccionário de Geographia Universal “. TOMO III. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII.

- “Diccionário de Geographia Universal “. TOMO IV. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 26; “Diccionário de Geographia Universal “. TOMO III. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII.

- “Diccionario de Geographia Universal”. TOMO I. Lisboa: Editor-David Corazzi, MDCCCLXXVIII, p. 613.
.
- “Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura”. Nºs 2, 6, 7, 12, 15 e 17. Lisboa: Editora VERBO, 1980.

- ACADAMIA DAS CIENCIAS DE LISBOA – “Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea”. Vol. I e II. Lisboa: Editorial VERBO, 2001.

- ALBUQUERQUE, Luís de (Direcção de) – “Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses”. Vol I. Lisboa: Caminho, 1994.

- BAND, Pascal [et al] - “Dicionário de Geografia”. Trad., adaptação, revisão técnica e notas de Raquel Mota e João Atanásio. Lisboa: Plátono Edições Técnicas, 1999.

- CASCUDO, Câmara – “Dicionário do Folklore Brasileiro”. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Editorial Tecnoprint, 1972.

- CHORÃO, João Bigotte (direcção de) – “O Grande Dicionário Enciclopédico VERBO”. Vols. I, II e III. Lisboa: Editorial VERBO, 1927.

- LERENO, Álvaro – “Dicionário Corográfico do Arquipélago de Cabo Verde”. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952.

- MACHADO, José Pedro – “Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa”. 4ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1987. Vols. I a V.

- MAIA, Pe. António da Silva – "Dicionário (complementar) Português – Kimbundo – Kikongo". Vila da Feira: Edição do autor, Depositária Editorial Missão-Cucujãs, 1964.

- MONTEIRO, José Maria Souza – "Diccionário Geográphico das Províncias e Possessões Portuguezas do Ultramar". Lisboa: Typographia, 1850.

- QUEIRÓS, Eça de – "Dicionário de Milagres". Lisboa: Livraria Ler Editora, 1979.

- SERRÃO, Joel (direcção de) – "Dicionário de História de Portugal". Porto: Livraria Figueirinhas, 1985. Vols. I e V.

- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coordenação de) – "Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil". Lisboa: Editorial Verbo, 1994.

- SMALL, John; WITHERICK, Michael – "Dicionário de Geografia". Lisboa: Publicações Don Quixote, 1992.

-
MONTEIRO, José Maria de Sousa – "Diccionario Geographico das províncias e possessões portuguezas no Ultramar". Lisboa: Typografia Lisboense, 1850.
MOREIRA, Adriano – "Ciência Política". Coimbra : Livraria Almedina, 1992.

- "Anónimo" – "Bosquejo sobre o Comércio de Escravos e Reflexões sobre Este Trato Considerado Imoral, Política e Cristãmente". Londres: Edição de Ellerton Henderson, 1821.

- "II Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais". Vol. I (realizada em Bissau, 1947). Lisboa: J.I.C., 1950..

- ACOSTA, Leonardo – "Música e Descolonização". Trad. Carlos Caetano. Lisboa: Editorial Caminho S. A., 1985.

- AKESSON, Birgit – "Le Masque des eaux vives, Danses et chorégraphies traditionnelles d´Afrique noire". Paris: L´Harmattan, Éditions Unesco, 1994.

- ALBUQUEREQUE, Luis de – "O descobrimento das ilhas de Cabo Verde". In ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (Coordenação de) – *História Geral de Cabo Verde*. 2ª ed. Vol. I. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2001.

- _____ "O Descobrimento das Ilhas de Cabo Verde". In ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord. de) – *História Geral de Cabo Verde*, Vol. I. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988.

- _____ “Navegações além do cabo Bojador no tempo do infante D. Henrique: seu objectivo”, in ALBUQUERQUE, Luís de (Direcção de) – “Portugal no Mundo”. Vol. I. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

- _____ “Necessidades estratégicas de ocupação das ilhas atlânticas”. In ALBUQUERQUE, Luís de (Direcção de) – *Portugal no Mundo*. Vol. I. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

- _____ “A Ilha de São Tomé nos Séculos XV e XVI: Navegação de Lisboa à ilha de São Tomé, escrito por um piloto português”. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

- ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord. de) – “História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental”, Vol. I. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988

- ALMADA, André Alvares de – “Tratado breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde”, desde o Rio do Sanaga até aos Baixos de Sant'Ana. Porto: Tip. Comercial Portuguesa, 1841 (Publicação original de Diogo Kopke. Porto: 1594).

- ALMEIDA, Fortunato de – “História da Igreja em Portugal”. 2ª ed. Porto: Livraria Civilização, 1967-1971. 4 vols.

- _____ “Portugal e as Colónias Portuguesas”. Coimbra: Editor Fortunato de Almeida, 1918.

- ALMEIDA, Pedro Ramos de – “Portugal e a escravatura em África. Cronologia do Séc. XV ao Séc. XX”. Lisboa: Estampa, colecção Polémica, 1978.

- ALVES, José dos Reis – “Subsídios para o estudo da ‘Morna’”. Mindelo: [s. n.], [s. d.].

- AMADO, Jorge - “Bahia de todos os Santos: guia de ruas e mistérios)”. 27ª ed. Bahia: Editora Record, 1977.

- AMARAL, Ilídio do – “Cabo Verde: Introdução geográfica”. In ALBUQUERQUE, Luís de (Dir. de) – *História Geral de Cabo Verde*. Vol. I. 2ª ed. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical (Portugal); Instituto Nacional de Investigação Cultural (Cabo Verde), 2001.

- _____ “Santiago de Cabo Verde. A terra e os homens”. Lisboa: J.I.U., 1964.

- ANDRADE, Elisa de – “Les Íles du Cap Vert: de l' Esclavage a l' Immigration ‘Spontannée’ (les Migrations Capverdiennes à Dakar)”. Dakar: Nations Unies, Institut Africain de Dévéloppment Économique et de Planiification, Février, 1973.

- Anónimo. “Noticia Corográfica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde desde o seu princípio até o estado presente, com um catálogo dos Exmos. Bispos, Governadores e Ouvidores, e os sucessos mais memoráveis e verídicos, tirados de livros e papéis antigos. E assim mais algumas insinuações dos meios mais conducentes para o restabelecimento dele, por se achar na última decadência. Composta pela infatigável diligência de um amante da Pátria e Leal Vassalo de Sua Magestade fidelíssima – 1784” (Apresentação, notas e comentários por CARREIRA, António). Lisboa: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1985.

- ARAÚJO, António José – “Colonies portugaises d'Afrique. Colonisation, émigration, déportation”. Lisbonne: Exposition Universelle de 1900, Section Portugaise, 1900.

- _____ “Superstições Populares Portuguesas”. Lisboa: Edições Calibri, 1997.

- ARAÚJO, Manuel G. Mendes de Araújo ; NASCIMENTO, Judite – “A pesca artesanal em Cabo Verde : Evolução global e territorial”. Garcia de Orta. Série Geografia. Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical. Vol. 17, Nºs 1 e 2 (2000).

- BÂ, Amadou Hampâté – “Amkoullel l’enfant peul”. Paris: Éditions J’ai lu, s/d.

- BAIÃO, António (Leitura e revisão das provas) – “O Manuscrito ‘Valentim - Fernandes”. Lisboa: Academia Portuguesa da História, MCMXL.

- BANDEIRA, Sá da - “O Tráfico da Escravatura e o Bill de Palmerston”. Lisboa: [s. n.], 1840.

- BARBOSA, Luís Augusto Grandvaux e Teixeira, António José Silva - “A agricultura do arquipélago de Cabo Verde. Memória”. Nº 2. Vila Nova de Famalicão: J.I.U., 1958.

- BARCELLOS, Christiano José de Senna – “Alguns Apontamentos sobre as fomes em Cabo Verde, desde 1719 a 1904”. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar, 1904.

- _____ “Subsidios para a História de Cabo Verde e Guiné”. Partes I, II, III e IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1899-1900.

- BARRENO, Maria Isabel – “O Senhor das Ilhas”. Praia: Centro Cultural Português, 1998.

- BARROS, Dom Joaquim Augusto de (Bispo de Cabo Verde) – "Carta Pastoral de 6 de Fevereiro de 1899". In *Livro das Cartas Pastorais*. S. Calheta de Miguel, Santiago: Arquivos da Paróquia, 1899.

- BARROS, João – "DÉCADA PRIMEIRA DA ÁSIA DE JOÃO BARROS DOS FEITOS, QUE OS PORTUGUEZES FIZERAM, No deſcobrimento, e conquiſta dos mares, e terra DOORIENTE", – LISBOA: Na Officina de PEDRO FERREIRA, Impreſſor da Auguſtiſſima Rainha Noſſa Senhora, Anno do Senhor M.DCCLII.

- BARROS, Simão – "Origens da colónia de Cabo Verde". Cadernos Coloniais № 56. Lisboa: Edições COSMOS, 1939.

- BASTIDE, Roger – "O Candomblé da Bahia (Rito Nagô)". 2ª ed. Trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz. S. Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC, 1978.

- BASTO, Raphael Eduardo de Azevedo (Direcção de) – "ESMERALDO DE SITU ORBIS por Duarte Pacheco Pereira". Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

- BEBIANO, José Bacellar – "Alguns aspectos económicos do Arquipélago de Cabo Verde". *Boletim Geral das Colónias*. ANO VIII, № 82 [1932], p. 6.

- _____ "Considerações sobre alguns problemas fundamentais de Cabo Verde". Colóquios Cabo-verdianos. Lisboa: J. I. U., 1959.

- _____ "La Colonie du Cap-Vert et la Crise". Bruxelas: J.C.J., 1933.

- BELCHIOR, Manuel D. – "Compreendamos os Negros!". 2.ª ed. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1951.

- - _____ "Fundamentos para uma Política Multicultural em África". Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1966.

- _____ "Grandeza Africana - Lendas cantadas da Guiné Portuguesa". Lisboa: Agência Geral das Colónias 1963.

- BENTO: "Malungo: decodificação da Umbanda (contribuição à história das religiões)". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, colecção Perspectiva do Homem, 1979.

- BLOCH, Marc – "Introdução à História". 6ª ed.. Trad. Maria Manuel e Rui Grácio. Mem Martins: Publicações Europa-América, colecção SABER, 1993

- BOLÉO, José Oliveira – "Descobrimentos Marítimos e Explorações Terrestres" (Conferências – Johannesburg 1953). Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955.

- BONNAFFOUX, Désiré – "Música Popular Antiga de Cabo Verde". (Texto policopiado). Marselha: Edição do autor, s/d. 1978.

- _____ "As Habitações da Ilha da Boa Vista e da Ilha do Sal". Sal: texto do autor policopiado, 1973.

- _____ "Música Popular Antiga de Cabo Verde". Paris: texto dos autores policopiado, 1978.

- BONNAFFOUX, Désiré (Trad. de) – "As ilhas de cabo Verde nos anos de 1720. Quatro anos de viagens do capitão George Roberts". Revista Ponto & Vírgula. Nº 7 – Janeiro / Fevereiro, 1984.
- BONNAFFOUX, Désiré e Emma – "Histórias da Ilha da Boa Vista (apontamentos sobre Histórias e Crioulo da Ilha da Boa Vista)". Sarcelles: Policopiado, 1983.

- BORGES, Alexandre; ROSA, Hugo – "Histórias Secretas dos reis de Portugal". 2ª ed. . Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

- BOSI, Alfredo – "Dialética da Colonização". 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

- M.me BOWDISCH – "Excursion dans les isles de Madére e Porto-Santo par T. E. Bowdish". Paris: Chez F. G. Levrult, 1826.

- BOULÈGUE, Jean (apresentado por) – "Relation de Francisco d'Andrade sur les îles du Cap-Vert el la côte occidentale d'Afrique (1582)". Bulletin de l'I.F.A.N. T. XXIX, sér. B, nºs 1-2, 1967.

- BOXER, C. R. – "A Igreja e a expansão ibérica (1440-1770)". Trad. Maria de Lucena Barros e Sá Contreiras. Lisboa: Edições 70, 1989.

- _____ "O Império Marítimo Português (1415-1825)". Trad. Inês Silva. Lisboa: Edições 70, 2001.

- _____ "Relações Raciais no Império Colonial Português-1415- 1825". Rio de Janeiro: Edição Tempo Brasileiro, 1967.

- BRAGA, Teófilo – "O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições". Biblioteca de Etnologia e antropologia (Portugal de Perto). Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995 e 1996. Vols. I e II.
-
BRÁSIO, Padre António (Coligido e anotado pelo) – " Monumenta Missionária Africana: África Ocidental (1651-1684)". Segunda Série, Vol. VI. Lisboa: Academia Portuguesa da História, MCMXCI.
-

BRÁSIO, P^e António (Coligida e anotada) – "Monumenta Missionária Africana (África Ocidental)". 2ª Série. Lisboa: Agência Geral do Ultramar-Divisão de Publicidade e Biblioteca, 1958-1968. Vols. I, II e IV.

- _____ "Descobrimento / Povoamento / Evangelização do arquipélago de Cabo Verde". Separata de STVDIA. Lisboa: № 10, 1962, p. 68.

- BRAUDEL, Fernand – "Civilisation Matérielle, Économie e capitalism, XV^e – XVIII^e siècle, Vols". I, II e II. Paris: Armand Colin, 1979.

- BRITO, Margarida – "Os Instrumentos Musicais em Cabo Verde". Praia: Centro Cultural Português, 1998.

- VASCONCELOS, Ernesto J. C. de – "Archipelago de Cabo Verde. Estudo elementar de Geographia phisica, economica e política". Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1966.

- CABRAL, Amílcar – "A Resistência Cultural". Praia: Serviços de Informação do PAIGC, 1974.

- _____ "Análise de alguns tipos de resistência". Bolama: Edições do PAIGC, 1970.

- CADAMOSTO, Luís de – "Viagens". Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948.

- CAMILLERI C. – "Anthropologie Culturelle et Éducation". Paris: Edições Unesco, 1985.
-
CAMPOMANES, D. Pedro Rodriguez – "ANTIGÜEDAD *MARITIMA* DE LA REPUBLICA *DE CARTAGO* COM EL PERIPLE DE SU GENERAL HANNON". Madrid: Imprensa de Antonio Perez Soto, M.DCC.LVI.

- CAPELA, José – "Escravatura - A Empresa de Saque - O Abolicionismo (1810/1875)". Porto: Editora Afrontamento, colecção "As Armas e os Varões", 1974.

- CARDOSO, António de Brito (Trad. e nota) – "Novo Testamento". 2ª ed. Braga: Editorial Franciscana, 1976.

- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo – "Domínios da História (Ensaios de Teoria e Metodologia)". Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

- CARDOSO, Francisco Henrique – "Capitalismo e Escravatura". S. Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

- CARDOSO, Nuno Catharino – "O crioulo da ilha de Santo Antão de Cabo Verde (subsídios para o seu estudo)". Actas do 1.º Congresso de Etnografia e Folclore promovido pela Câmara Municipal de Braga (22 a 25-6-1956). Lisboa: Biblioteca Social e Corporativa, Junta da Acção Social, n.º 26, 1963. Vol. II.

- CARDOSO, Pedro Monteiro – "Folclore Caboverdiano". Paris: Edições da Solidariedade Caboverdiana, 1982

- CARNEIRO, Edison – "Candomblé da Bahia". 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, colecção Retratos do Brasil, 1978.

- CARNEIRO, Edison - Candomblé da Bahia. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, colecção Retratos do Brasil, 1978.

- CARREIRA, António – (Recolha, anotações e apresentação de) – "Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde". Lisboa: edição do autor, 1987.

- _____ (Apresentação, notas e comentários) – "Notícias Corográphicas e Cronológicas do Bispado de Cabo Verde". Praia: Edições do Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 1987.

- _____ "As Companhias Pombalinas de Navegação, Comércio e Tráfico de Escravos do Ocidente Africano para o Nordeste Brasileiro". Porto: Imprensa Portuguesa, 1969.

- _____ "Aspectos da influência da cultura portuguesa na área compreendida entre o rio Senegal e o norte da Serra Leoa". *Actas do Congresso Internacional da Etnografia*. Vol. IV. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1963.

- _____ "CABO VERDE (Aspectos Sociais. Seca e fomes do século XX)". 2ª ed. Lisboa: Ulmeiro, 1984.

- _____ "Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)", *2ª* ed., Biblioteca Ulmeiro nº 9, Lisboa, 1984.

- _____ "CABO VERDE. Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)".Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1983

- CARREIRA, António – "Demografia Caboverdeana (subsídios para o seu estudo, 1807-1983)". Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1985.

- _____ "Documentos para a História das Ilhas de Cabo Verde e 'Rios de Guiné' (séculos XVII e XVIII)". Lisboa: Edições do autor, 1983.

- _____ "Estudos da economia caboverdiana". Lisboa: Imprensa Nacional (Casa da Moeda), 1982.

- _____ “Mandingas”. Cadernos Coloniais Lisboa: Editorial Gomes. Nº 13. [s. d.].

- _____ “Migrações nas Ilhas de Cabo Verde”. 2ª ed. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro, 1983.

- _____ “Migrações nas ilhas de Cabo Verde”. Lisboa: universidade Nova de Lisboa, 1977.

- _____ “O crioulo de Cabo Verde: surto e expansão”. Lisboa: Edição do autor, 1982.

- _____ “O Tráfico de Escravos nos Rios de Guiné e Ilhas de Cabo Verde (1810-1850)”. Estudos da Antropologia Cultural. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar – Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1981.

- CARVALHO, Ruben de – “As Músicas do Fado”. Lisboa: Campos da Música, 1994.

- CARVALHO, Tito Augusto (Direcção de) – “Dicionário de Geografia Universal”. [s. l.]: Editor David Corazzi, 1883. Tomo III.
- _____ “As Companhias Portuguesas de Colonização”. Congresso Colonial Nacional. Lisboa: Imprensa Nacional, 1902.
- CARYBÉ – “As Sete portas da Bahia”. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1976.

- CASARIENO, J. E. – “El periplo de Hannon de Cartago”. Madrid: [s. n.], 1947.
- CASIMIRO, Augusto – “Ilhas Crioulas”. Cadernos Coloniais nº 3. Lisboa: Editorial Cosmos, 1935.

- CAVAZZI, João António – “Descrição Histórica dos Três Reinos: Congo, Angola e Matamba”. Lisboa: Junta de Investigações Ultramar, Agrupamento de Cartografia Antiga, 1965. Vols. I e II.

- CERRONE, Frederico – “História da Igreja de Cabo-Verde (450 anos)”. Praia: [s. n.], 1983.

- CHAGAS, Manuel Joaquim Pinheiro – “As Colónias Portuguesas no século XIX (1811 a1890)”. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, 1890.

- CHAVES, Maria Adelaide Godinho Arala – “Formas de pensamento em Portugal no século XV. Esboço de análise a partir de representações de paisagem nas fontes literárias”. Lisboa: Livraria Horizonte, [s. d.].

- CHELMICKI, José Conrado C.; VERNHAGEN, Francisco Adolfo de – "Corografia Cabo-verdiana ou Descripção Geográphico-Histórica da provincia das ilhas de Cabo Verde". TOMOS I e II. Lisboa: Typ. de L. C. da Cunha, 1841.

- CHEVALIER, Auguste – "L'Extension du Sahara aux îles du Cap Vert". L Vie dans la Région Desertique Nord-Tropicale de l'encien Monde. Paris : Société

- CHIAVENATO, Idalberto – "Introdução à Teoria Geral da Administração". 3ª ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

- CID, Francisco de Paula – "La main d'auvre aux Iles de Cabo Verde". Londres: III Congrés International d'Agriculture Tropical, 1914.

- COPANS, Jean – "Introdução à Etnologia e à Antropologia". Mem Martins: Publicações Europa-América, colecção SABER, 1999.

- CORDEIRO, António – "História Insulana das Ilhas a Portugal sugeitas no

Oceano Occidental". Lisboa: [s. n.], 1866.

- CORDEIRO, Luciano (Obras de) – "Questões Coloniais", Relatório como Secretário da S. G. L. de 1880. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934

- CORREIA, António Augusto Mendes – "Aspectos demográficos do arquipélago de Cabo Verde". Separata da Revista de "Garcia de Orta". Lisboa: Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar. Nº1. Vol. I.

- _____ "Les métis des îles du Cap-Vert". Jahrgang: Ferdinand Enko Verlag Stuttgart, 1937.

- _____ "Raças do Império". Porto: Portucalense Editora, 1943.

- CORTESÃO, Armando – "Descobrimento e representação das ilhas de Cabo Verde na cartagrafia antiga". *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa: Classe de Ciências*, TOMO XXI. Lisboa: Imprensa Nacional, 1976 / 77.

- _____ "Subsídios para a história do descobrimento da Guiné e cabo Verde". Separata nº 76 do *Boletim da Agência Geral das Colónias*. Lisboa: Agência geral das colónias, 1931.
- CORTESÃO, Jaime – "Os Descobrimentos Portugueses". Vol. II. Lisboa : Arcádia, [s.d.].

- COSTA, A. Fontoura – “Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes”. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1939, p. 269-271.

- _____ “Descobrimentos marítimos”. Congresso do Mundo Português. Vol. III, TOMO 1º, I Secção. Lisboa : Comissão Executiva dos Centenários, 1840, p. 271.

- _____ “Sôbre uma nova versão do descobrimento da Ilha de Santiago de Cabo Verde”. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1938.

- COSTA, José Pereira da (Leitura paleológica, nota e índice) – “Códice Valentim Fernades”. Lisboa: Academia Portuguesa da História, MCMXCVII.

- CRUZ, Eutrópio Lima da – “Apontamentos sobre a música da Ilha da Boavista”. Praia: Policopiado, 1988.

- _____ “Perkurse de Sul d’Ilha”. Praia: AEC - Associação de Escritores Cabo-Verdianos, 1999.

- CUNHA, Antônio Geraldo da – “Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa”. 2ª ed. (10º impressão). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.

- CUNHA, Joaquim da Silva; ALMEIDA, Carlos Marques de – “História das Instituições (aulas teóricas)”. Porto: Universidade Portucalense – Infante D. Henrique, 1998. Vol. I.

- DAVIDSON, Basil – “Mãe Negra (África: os anos de provação)”. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

- DE WITTE, Charles Martial O. S. B. – “Les bulles pontificales et l’Expansion portugaise au XV^{e} siècle”. Separata da Revue d’histoire ecclésiastique. TOMOS XLVIII, XLIX, LI e LIII (1953-1958).

- _____ “Les Lettres papales concernant l’Expansion portugaise au XVI^{e} siècle”. Separata da Immensee, Nouvelle Revue de science missionaire, 1986.

- DELAFOSSE, Maurice – “Les Civilisations Négro-Africaines”. Paris: Stock, 1925.

- DIAS, Carlos Malheiro e outros – “História da Colonização Portuguesa do Brasil”. Porto: Sociedade Editora, 1926. Vols. I, II e III.

- DIAS, Jorge – “Ensaios Etnológicos”. Lisboa: Junta de investigação do Ultramar, 1961.

- _____ “Estudos de Antropologia”. Vol. I. Lisboa : Imprensa Nacional, 1990.

- DIAS, Manuel Nunes – "O capitalismo monárquico português (1415-1549)". Coimbra: Faculdade de Letras, 1963 e 1964. Vols. I e II.

- DINIZ, A. Castanheira ; MATOS, G. Cardoso de - "Carta de Zonagem Agro-Ecológica da Vegetação de Cabo Verde : Ilha da Boavista". Separata de Revista *Garcia* de Orta (p.49-72), Série Botânica. Lisboa, 1988.

- DIOP ANTA, Cheikh – "L´Unité Culturelle de L´Afrique Noire". Paris: Éditions Présence Africaine, 1959.

- DONELHA, André – "Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde (1625)". Edição do texto português, notas e apêndices por Avelino Teixeira da Mota. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1977.

- DUARTE, Fausto – "Da Literatura Colonial e da ´morna`, de Cabo Verde". Lisboa: Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934.

- DUNCAN, T. Bentley – "Atlantic Islands. Madeira, the Azores and the Cape Verdes in Seventeenth - Century. Comerce end navigation". Chicago: The University of Chicago Press, 1072.

- DURKHEIM, Emile – "Formes élémentaires de vie religieuse". Paris: P.U.F., 1968.

- ELIADE, Mircea – "Tratado de História da Religião". 2ª ed. Trad. Fernando Tomaz e Natália Nunes. Porto: Edições ASA, 1994.

- _____ "O Sagrado e o Profano-A Essência das Religiões". Trd. Rogério Fernandes. Lisboa: Edições 'Livros do Brasil', 1999.

- ELIADE, Mircea; COULIANO, Ioan P. – "Dicionário das Religiões". Lisboa: Publicação Don Quixote, 1993.

- EVANS-PRITCHARD, E. E. – "Bruxaria, Oráculos e Magias entre os Azande". Trad. Eduardo Batalha Viveiro e Castro. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, colecção Antropologia Social, 1978.

- _____ Antropologia Social. Trad. de Ana Maria Bessa. Lisboa: Edições 70, colecção Perspectiva do Homem, 1978.

- FAGE, J. D. – "An Introduction to the History of west Africa". Cambridge: Cambridge University Press, 1962.

- FARIA, Francisco Leite de – “A Primeira missão dos capuchinhos em Cabo Verde”. Colectânea de Estudos, 2ª Serie. Ano V I. Braga: Tipografia Missões Franciscanas, 1954.

-

FEBVRE, Lucien – “A Terra e a evolução humana introdução geográfica à história”. Lisboa : Edições Cosmos, 1991.

- FEIJO, João da Silva – “Ensaio e Memórias Económicas sobre as ilhas de Cabo-Verde (Séc. XVII)”. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1797.

- _____ “Memória sobre a Urzella de Cabo Verde em 1797”. Preâmbulo. In MEMORIAS ECONOMICAS DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA. TOMO V. Lisboa: Academia Real das Ciências, M.DCCCC.XV, p. 145.

- FENON, Frantz – “Em Defesa da Revolução Africana”. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

- FERNANDES, Armando Napoleão Rodrigues - “O Dialecto Crioulo: léxico do dialecto crioulo do Arquipélago de Cabo Verde”. Mindelo: [s. n.], [c. 1940].

- FERNANDES, Valentin – “Description de la Cotê Occidentale d' Afrique (sénégal) au Cap de Monte, Archipels (1506/1510)”. Memória N.º 11. Bissau: Centro de Estudes da Guiné, 1951.

- FERREIRA, Aniceto António – “Dissertação dos principais objectos da Ilha da Boa Vista, uma das da Capitania de Cabo Verde”. In CARREIRA, António (Recolha, anotações e apresentação) – “Descrições Oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde”. Mem Martins: edição de António Carreira, 1987.

- FERREIRA, Eduardo de Sousa - “Le Colonialisme Portugais en Afrique”. Paris: Les Presses de L’Unesco, 1974.

- FERREIRA, Manuel – “A Aventura Crioula”. 3ª ed. Lisboa: Plátano Editora, 1985.

- FERRONHA, António Luíz - “O Comércio Português de Escravos”. Lisboa: Edições do Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1974.

- FILHO, João Lopes – “CABO VERDE: Apontamentos etnográficos”. Lisboa: Edições do autor, 1976.

- _____ “CABO VERDE: subsídios para um levantamento cultural”. Lisboa: Plátano Editora, 1981.

- _____ “Contribuição para o estudo da Cultura Cabo-verdiana”. Lisboa: Biblioteca Ulmeira, 1983. p. 28-28.

- _____ “Ilha de S. Nicolau Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Social”. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação, 1996. Vols. I e II.
- _____ Contribuição para o estudo da Cultura Cabo-verdiana. Lisboa: Biblioteca Ulmeira, 1983.

- FILIPE, Daniel – “A invenção do Amor e outros poemas”. 7ª ed. Lisboa: Editora Presença, 1988.

- FRANÇA, Arnaldo – “Exportação do sal no século XIX – Ilha do Sal”. Revista do Centro de Estudos de Cabo Verde. Série de Ciências Humanas. Praia, I (1973), 1-35.

- FREITAS, António Alfredo Barjona de – “Considerações sobre a Província de Cabo Verde”. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1905.

- FREUD, Sigmundo – “Totem e Tabu”. Trad. Leopoldina Almeida. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2001.

- FREYRE, Gilberto – “Interpretação do Brasil. Aspectos da Formação Social Brasileira como Processo de Amalgamento de Raças e Culturas”. Lisboa: Livros do Brasil, 1951.

- GARCIA, José Manuel – “Ao encontro dos descobrimentos: Temas de História da Expansão”. Lisboa: Editora Presença, 1994, p. 13.

- GARCIA, Miguel – “A obra civilizadora dos portugueses e a época dos seus descobrimentos – Perda e reconquista da Independência”. Lisboa: Sociedade Histórica da independência de Portugal, 1933.

- GIRÃO, Aristides da Amorim – “Lições de Geografia Humana”. Coimbra: Coimbra Editora, 1936.

- GODINHO, Vitorino Magalhães – “A Economia dos Descobrimentos Henriquinos”. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1962.

- _____ “Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa”. 3ª ed. Lisboa: Arcádia, 1977.

- _____ “Os descobrimentos e a Economia Mundial”. Vol. IV. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, [s. d.].

- GODINHO, Vitorino Magalhães (Organização e notas de) – "Documentos sobre a Expansão Portuguesa". Vol. III. Lisboa : Edições Cosmos, 1956

- GOMES, Simone Caputo – "Uma recuperação de raiz: Cabo Verde na obra de Daniel Filipe". Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, 1993.

- GONÇALVES, António Aurélio – "Ensaios e Outros Escritos" (Organização e apresentação de Arnaldo França). Praia: Centro Cultural Português, 1998.

- GONÇALVES, Nuno da Silva – "Os Jesuítas e a missão de Cabo Verde (1604-1642)". Lisboa: Brotéria – Associação Cultural e Científica, 1996.

- GOODENOUGH, Ward H. – "Regras de Residência". Cadernos de Antropologia. Trad. de Idalo Moriconi Júnior. Brasília: Editora Universidade de Brasília - UnB, 1973.

- GROMIKO, A. [et al] - "As Religiões da África (Tradicionais e Sincréticas)". Moscovo: Edições Progresso, Academia das Ciências da URSS, 1987.

- GROUT, Donald J.; PALISCA, Claude V. – "História da Música Ocidental". 2ª ed. Trad. Ana Luísa Faria. Lisboa: Gradiva - Publicações, 2001.

- GUERRA, Luiz de Bívar "A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos às ilhas de Cabo Verde de 1753 d o Regimento que deixou à Ilha de S. Nicolau". Separa de Stvdia. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. Nº 2 (Julho, 1958).

- HEERS, Jacques – "Esclaves et domestiques au Moyen Age dans le monde méditerranéen". Paris: Fayard, 1981.

- _____ "L'Occident aux XIV^{e} et XV^{e} siècle. Aspects économiques e sociaux. Paris: P.U.F., 1963.

- HERCULANO, Alexandre (Obras completas) – "História de Portugal". Lisboa: Livraria Bertrand, 1980. TOMO I.

- HERSKOVITZ, Melvile – "La structure des Religions Africaines". Coloque sur les Religions. Paris: Présence Africaine, 1961.

- KASPER, Josef E. – "Ilha da Boa Vista - Cabo Verde". Trad. Luís Filipe da Silva Madeira. Lisboa: Publicações Don Quixote, 1987.

- KI-ZERBO, Joseph – "História da África Negra". 2ª ed. Trad. Américo de Carvalho. Colecção Biblioteca Universitária. Mem Martins: Publicações Europa-América, [s. d.].Vols. I.

- KLINEBERG, Otto – "Race et Psychologie". Paris: Edições Unesco, 1951.

- LE GOFF, Jacques e outros – "A Nova História". Trad. Ana Maria Bessa. Lisboa: Edições 70, 1978.

- LESSA, Almerindo; RUFFIÉ, Jacques – "Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde". Série Estudos, Ensaios e Documentos. N.º 32. Lisboa: J.I.U, 1957.

- LEVI-STRAUSS, Claude – "Antropologie Structurelle". Paris: Plon, 1958.

- LEVY-BRUHL, Lucien – "Le Surnaturel et la Nature dans la Mentalité Primitive". Paris: P. U. F., 1963.

- LIMA, Augusto Mesquitela [et al] - "Introdução à Antropologia Cultural". 4ª ed. Lisboa: Presença, 1982.

- LIMA, José Joaquim Lopes de – "Ensaios sobre a Statística das Possessões Portuguezas na África Occidental e Oriental; na China, e na Oceânia. Livro I e II – Das Ilhas de Cabo Verde e suas dependências (1844-1846)". Lisboa: [s. n.], 1844.

- LIMA, Maria de Lurdes Santos – "Confluências das línguas caboverdiana e portuguesa. Perspectiva pluridisciplinar" (Dissertação de Mestrado). Porto: Centro de Estudos Africanos. Universidade do Porto, 1998-2000.
- LIMA, Mário – "Apontamentos sobre a Ilha da Boa Vista". Praia: Policopiado, 1988.

- _____ "Um breve olhar sobre a literatura boavistense". Praia: Policopiado, 1999.

- LOBO, A. de S. S. Costa – "História da sociedade em Portugal no séc. XV". Lisboa: Imprensa Nacional, 1903.

- LOPES, Manuel – "O Galo Cantou na Baía". Lisboa: Edições 70, 1984.

- LYALL, Archibald – "Black and White make brown: Na account of Journey to the Cape Verde Island and Portuguese Guinea". London: William Heinemann, 1938.

- MACEDO, Jorge Borges de – "Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII". 2ª ed.. Lisboa: Querco, 1982.

- MALINOWSKI, Brounislaw – "Uma Teoria Científica da Cultura". Trad. Gabinete Editorial de Edições 70. Lisboa: Edições 70, colecção Perspectivas do Homem, 1976.

- MANNONI, O. – “Psychologie de la colonisation”. Paris: Édition du Seuil, 1950.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – “Portugal na crise dos séculos XIV e XV”. Lisboa: Presença, 1987.

- MARTINS, J. P. d' Oliveira – “História da Civilização Ibérica”. Lisboa: Guimarães Editora, 1964.

- MARTINS, João Vicente – “Crenças, Adivinhação e Medicina Tradicional dos Tutchokwe do Nordeste de Angola”. Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, IICT, 1993.

- MARTINS, José Augusto – “Madeira, Cabo-Verde e Guiné”. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1891.

- MARTINS, Vasco – “A Música Tradicional Cabo-Verdiana - I (A Morna)”. Praia: Direcção Geral de Património Cultural – Instituto Cabo-Verdiano do Livro e do Disco, 1988.

- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich – “Teoria sobre Literatura e Arte”. 2ª ed. Trad. Albano Lima. Lisboa: Editorial Estampa, Lda., 1974.

- MAUNIER, René – “Sociologie Coloniale. Introduction á l' Ètude du Contact des Races”. Paris: Domar, Montchrestien, 1932.

- MOLINA, N. A. – “Antigo Livro de São Cipriano (O Gigante e Verdadeiro Capa de Aço)”. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Espiritualista, 1993.

- MONIOT, Henri – “A história dos povos sem história”. In LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir. e apresentação de) – *Fazer História*. 2ª ed. Venda-Nova: Bertrand Editora, 1987.

- MONOD, Th.; MAUNY, R.; DUVAL, G. (Organização e notas de) – “De la première découverte da la Guinée”. Bissau : Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1959.

- MONTEIRO, Felix (Recolha de) – “Eugénio Tavares: Poesia • Contos • Teatro”. Colecção Documentos. Organização e introdução de Isabel Lobo. Praia: ICL, 1996.

- MONTEIRO, Félix (Notas de) – “Descrição corográfica e estatística das ilhas e capitania de Cabo Verde”. In Raízes". Praia: Edições Raízes. Nºs 5/6, ANO II (1978).

- MORAIS, Evaristo de – "A escravidão Africana no Brasil (Das Origens à Extinção)". Série V. S. Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasiliana, 1933. Vol. XXIII.

- MOREIRA, Adriano – "Política Ultramarina". Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais, JIU, 1960.

- MOREIRA, Adriano; VENÂNCIO, José Carlos (organização de) – "Luso-Tropicalismo: uma Teoria Social em Questão". Lisboa: Veja Editora, 2000.

- MOTA, Avelino Teixeira da – "Alguns Aspectos da Colonização e do Comércio Marítimo dos Portugueses na África Ocidental nos Séculos XV e XVI. Separata XCVIII". Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, Agrupamento de Cartografia Antiga, 1976.

- MOTA, Salvador Magalhães "Demografia: Programa – Conteúdo – Bibliografia – Métodos". Porto: Universidade Portucalense, 2001.

- _____ "Contactos culturais Luso-africanos na Guiné do Cabo Verde". Comunicação ao Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Washington, em 1950. Separata do Boletim da Sociedade de Geografia. Lisboa: Sociedade de Geografia, 1951.

- MUKUNA, Kazadi Wa – "Contribuição Bantu na música popular brasileira". São Paulo: Global Editora, [s. d.].

- MUNANGA, Kabengele – "Negritude: Usos e sentidos". São Paulo: Editora Ática, 1986.

- NDAW, Alassane – "La Pensée Africaine, Recherches sur les fondements de la pensée né-africaine". Dakar: Les nouvelles Editions Africaines du Sénegal, 1997.

- OLIVEIRA MARQUES, A. H. de – "Histoire du Portugal et de son empire colonial". Trad. (português-francês) Maria-Hélène Baudrillart. Paris: Édition KARTHALA, 1998.

- OLIVEIRA MARQUES, A. H. de – "História de Portugal". 12º ed. Lisboa: Palas Editores, 1985. Vol. I, II e III.

- OLIVEIRA, José Osório – "As ilhas portuguesas de Cabo Verde". Lisboa: Companhia Nacional de Educação de Adultos, colecção Educativa, 1955.

- OLIVEIRA, Pe. Miguel de – "História Eclesiástica de Portugal". 4ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1994.

- OLIVER, Roland e FAGE, J. D. – "Breve História de África". Trad. Artur Morão. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

- ORLOF, A. S. – "Institution de l' Ésclavage dans l'État du Congo au Moyen- Âge (XVI- XVII) Siècles". Congrès International des Sciences Anthropologiques et Ethnologiques. Moscovo: Éditions NAOUKA, 1964.

- OSÓRIO, Oswaldo – "Cantigas de Trabalho (Tradições orais de Cabo Verde)" Praia: Edição da Comissão Nacional para as comemorações do V Aniversário da Independência Nacional de Cabo Verde - Sub-Comissão para a Cultura, 1980.

- PARSONS, Elsie Clews – "Folclore do Arquipélago de Cabo Verde". Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.

- PEDROSO, Consiglieri – "*Contribuições para uma Mitologia Popular Portuguesa e outros Escritos Etnográfico"*. Lisboa: Edição Publicações Dom Quixote, 1988.

- PEREIRA, Daniel – "*Marcos Cronológicos da Cidade Velha"*. Praia: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 1988.

- PERES, Damião – "*História dos Descobrimentos Portugueses"*. Porto: Portucalense Editora, 1943.

- PESEZ, Jean-Marie – "A História da cultura material". Nova História. Coimbra: Almedina, 1990.

- PESSOA, Fernando – "Páginas de Estética e de Teoria e Crítica Literárias". 2ª ed. Lisboa: Edições Ática, [s. d.].

- RADCLIFFE-BROWN, A. R..; FORDE, Daryll – "Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento". 2ª ed. Trad. Tradução Teresa Brandão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

- RAMOS, Arthur – "As Culturas Negras no Novo Mundo". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, S. A., Editora, 1937.

- RECH, Pierre; REGNAULD, Herné – "Géographie Physique". 2ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

- REGO, A. da Silva – "Lições de Missionologia". Lisboa: Junta de Investigação Ultramar, 1961.

- RIBEIRO, Arthur – "Estruturas eclesiásticas de Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe". Lisboa: I.S.C.S.P.U., 1965-1966.

- RIBEIRO, José – Brasil no Folclore. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Aurora, [s. d.].

- RIBEIRO, Orlando – "A Ilha do Fogo e as suas erupções". 3ª ed. Apresentação de Suzana Daveau. Lisboa: Edições da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

- ROCHA, Agostinho – Subsídios para a História da Ilha de Santo Antão (1462/1983). Praia: Edição do autor, 1990.
- RODRIGUES, Maragarida Afonso - Vilas e Vidas. Torino: Edizioni Locchillo, 1988.

- RODRIGUES, Moacyr; LOBO, Isabel – "A Morna na Literatura Tradicional: fonte para o estudo histórico-literário e a sua repercurssão na sociedade". Praia: Instituto Cabo-Verdiano do Livro e do Disco, colecção Estudos e Ensaios, 1996.
- _____ CABO VERDE • Festas de Romaria • Festas Juninas. Mindelo: Edição dos autores, 1997.

- ROMANO, Luís – "A Ilha. Contos lusoverdianos de temática euráfrica e brasilamérica". Mindelo: Ilhéu Editora, colecção "estória", 1991.

- _____ "Cabo Verde - Renascença de uma civilização no Atlântico Médio". 2ª ed. Lisboa: Edição da Revista "Ocidente", 1970.

- SANCEAU, Alaine – "D. Henrique, o Navegador". Trad. José Francisco dos Santos. Porto: Livraria Civilização Editora, 1942.

- SANDOVAL, Alonso de – "Natvraleza, policia sagrada i profana, costvmbres i ritos, disciplina i Catechismo Evangélico de todos Etíopes". Sevilha: 1627.

- SANTO, Moisés Espírito – "A Religião Popular Portuguesa". 2ª ed. Lisboa: Cooperativa Editora e Livreira, CRL, 1990.

- _____ "Fontes Remotas da Cultura Portuguesa". Lisboa: Assírio & Alvim, 1989.

- SANTOS, Maria Emília Madeira (coordenação de) – "História Geral de Cabo Verde". Lisboa: CEHCA/ IICT, 1995. Vol. II.

- SARAIVA, António José – "Inquisição e Cristãos Novos". 5ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1985.

- SECCA, Mário – "A Pesca em Cabo Verde". Praia: Publicação da Divisão de Propaganda dos Serviços de Estatística da Colónia de Cabo Verde, 1945.

- SENGHOR, Leopold – "Négritude et Humanisme". Paris: Édition du seuil, 1964.

- SENNA, Manuel Roiz Lucas de – "Dissertação sobre as ilhas de Cabo Verde (1818)". (Anotações e comentários de António Carreira). Lisboa: Edição de António Carreira, 1987.

- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – "História de Portugal". Lisboa: VERBO, 1978 - 1979. Vols. II e IV.

- SILVA, Baltazar Lopes da – "Chiquinho". Lisboa: Círculo de Leitores, 1971.

- _____ "Nótula introdutória" (à Colectânea de 'mornas' de Cabo Verde, em arranjo de piano, da autoria de José Alves dos Reis). Mindelo: [s. n.], [s. d.].

- _____ "O Dialecto Crioulo de Cabo Verde". Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais - Imprensa Nacional (Casa da Moeda) 1957.

- SILVA, F. A. Wolfango da – "A crise de fome em Cabo Verde". Separata do Boletim do Instituto Vasco da Gama. Nº 14. Bastorá: Tipografia Rangel, 1932.

- SOUSA, H. Teixeira de – "A Igreja e a Literatura em Cabo Verde". Praia: Policopiado, [s. d.].

- SOUSA, Pe. José Maria – "Hora di Bai".1º Livro. [s. l.]: Edição Capverdean American Federation, 1971.

- STEHMAN, Jaques - "História da Música Europeia". Trad. Maria Teresa Athayde. Lisboa: Livraria Bertand, [s. d.].

- TAVARES, Eugénio – "Mornas - cantigas crioulas". Lisboa: J. Rodrigues & C.^{A} - Editores, 1931.

- TAVARES, Jorge Campos – "Dicionário de Santos". Porto: Lelo & Irmão, 1990.

- TELMO, Isabel Cottinelli – "O Património e a Escola". Lisboa: Texto Editora, 1986.

- TEMPELS, P. Placide – "La Philosophie Bantone". 3ª ed. Paris: Prèsence Africaine, 1965.

- TINHORÃO, José Ramos – "FADO: dança do Brasil cantar de Lisboa (Fim de um mito)". Lisboa: Caminho, 1994.

- _____ “História Social da Música Popular Brasileira”. Lisboa: Editorial Caminho, Colecção Universitária, 1990.

- _____ “Os Negros em Portugal: uma presença silenciosa”. Lisboa: Edições Caminho, Colecção Universitária, 1988.

- TITIEV, Mischa – “Introdução à Antropologia Cultural”. 7ª ed. Trad. João Pereira Neto. Lisboa: Fundação Galouste Gulbenkian, 1969.

- UNESCO (Organização de) – “Histoire et diversité des cultures”. Paris: Edições Unesco, colecção Carrefour des cultures, 1984.

- _____ “Spécificité et dynamique des cultures négro-africaines.” Paris: Edições Unesco, colecção Introduction à la culture africaine, 1986.

- _____ “Tradition et développement dans l’Afrique d’aujoud’hui”. Paris: Edições Unesco, colecção Introduction à la culture africaine, 1990.

- VALDEZ, Francisco Travasso – “África Ocidental – Notícias e Considerações”. Lisboa: Escriptorio de Francisco Arthur da Silva, 1864. TOMO I.

- VALENTE, José Francisco – “Paisagem Africana”. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1973.

- VASCHETTTO, Pe. Bernardo – “Origem do Povo Caboverdiano e da Diocese de Santiago de Cabo-Verde”. Bóston: Edição Farol, 1987.

- VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa-Rita – “História da Medicina em Cabo Verde”. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1987.

- VILAR, Pierre - Iniciação ao Vocabulário da Análise Histórica. Trad. João Serra. Lisboa: Edições João Sá da Costa,1985.

- VITERBO, Sousa – “Trabalhos Náuticos dos Portugueses nos Séculos XVI e XVII”. Lisboa: 1898-1900. Vols. I e II.

- WHITEHEAD, Alfred North – “Simbolismo, o seu significado e efeito”. Trad. Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1987.

- XAVIER, Francisco – “Uma Partícula da Lira Caboverdeana (Mornas crioulas inspiradas por saudades, sofrimentos e amores)”. Praia: [s. n.], 1933.
142. LOPES, Duarte – “Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas”. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1951.

PERIÓDIOCOS

-ABO VERDE : Propaganda e Informação. Praia: Imprensa Nacional. Nº 108, Ano IX (Set., 1958).

- "CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação". Nº 37, ANO IV. Praia: Imprensa Nacional, 1952.

- "CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação". Praia: Imprensa Nacional, Nº 90, ANO VIII, (1957) p. 29.

- "CABO VERDE: Boletim Documental e de Cultura". Praia: Imprensa Nacional. Nº 13 (1963).

- "CABO-VERDE: Boletim de Propaganda e Informação". Praia: Imprensa Nacional. Nº 90, Ano VIII (Março, 1957).

- A Capela de Santa Isabel. Praia: Hospital "Agostinhos Neto" (Jul., 2000).

- Afro- Ásia. Bahia: Centro de Estudes Afro-Orientais da Bahia. Nºs 6-7 (1968).

- Boletim Geral das Colónias. Lisboa: Agência Geral das Colónias. Ano XIII, № 140, 1937.

- Boletim Oficial da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 16 (Abril, 1850).

- Boletim Oficial da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional, Nº 68 (Agosto, 1851).

- Boletim Oficial da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 69 (Set., 1851).

- Boletim Oficial da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional, nº 26 (..., 1858).

- Boletim Oficial da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional, Nº 1 (Jan., 1868).

- Boletim Oficial da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional, Nº 3 (Jan., 1869).

- Boletim Oficial do Geverno Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 2 (10 de Janeiro de 1880).

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde Nº 21, de 25 de Maio de 1872.

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, Nº 12, de 18 de Janeiro de 1843.

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, Nº 120, de 3 de Janeiro de 1846.

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, Nº 3, de 31 de Agoste de 1842..

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, Nº 5. Sal-Rei: Imprensa Nacional, 31de Agosto de 1942.

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, Praia: Imprensa Nacional. Nº 104 (29 de Novembro, 1852).

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Brava: Imprensa Nacional. Nº 50 (15 de Dezembro de 1933).

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 14 (1914).

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 35 (4 de Setembro de 1914).

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 26 (30 de Junho de 1934).

- Boletim Oficial Do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 30 (17 de Maio, 1843).

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 37 (15 de Setembro, 1900).

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional, (17 de Abril, 1869).

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 37 (15 Setembro, 1850).

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacionl. Nº 43 (26 de Outubro, 1850).

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 72 (27 de Setembro, 1851).

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 33 (27 de Maio, 1843).

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 76 (19 de Novembro, 1851).

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 34 (21 de Agosto de 1875).

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 120 (3 de Janeiro de 1846).

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 121 (10 de Janeiro, 1846).

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 121 (10 de Janeiro, 1846).

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 105 (10 de Dezembro, 1852).

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Sal-Rei: Imprensa Nacional. Nº 3 (31de Agosto, 1942).

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Sal-Rei: Imprensa Nacional. Nº 4 (31de Agosto, 1942).

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Sal-Rei: Imprensa Nacional. Nº 4 (31de Agosto de 1942).

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Sal-Rei: Imprensa Nacional. Nº 1 (24 de Agosto de 1942).

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Sl-Rei: Imprensa Nacional. Nº 1 (24 de Agosto de 1942).

- Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde: Imprensa Nacional. Nº 21 (25 de Maio de 1871).

- Boletim Oficial do Governo gerl da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 122 (17 de Janeiro, 1846).

- Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde, nº17, de 4 de Fevereiro de 1843.

- Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde, nº17, de 4 de Fevereiro de 1843,

- Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa nacional. Nº 17 (4 de Fevereiro de 1843).

- Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde. Praia: Imprensa Nacional. Nº 169 (26 de Maio de 1855) .

- Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Cabo Verde. Sal-Rei: Imprensa Nacional. Nº 1 (24 de Agosto de 1842).

- CABO VERDE no Âmbito das Comemorações do Quadragésimo Aniversário da Revolução Nacional. Praia: Centro de Informação e Turismo (1967).

- CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação. Praia: Imprensa Nacional. Nº 11, Ano I (Agosto, 1950).

- CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação. Praia: Imprensa Nacional. Nº 37, Ano VII (Out., 1955).

- CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação. Praia: Imprensa Nacional. Nº 30, Ano III (Março, 1952).

- CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação. Praia: Imprensa Nacional. Nº 53, Ano V (Fev., 1954).

- CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação. Praia: Imprensa Nacional. Nº 102, Ano IX (Março, 1958).

- CABO VERDE: Boletim de Propaganda e Informação. Praia: Imprensa Nacional. Nº 106, Ano IX (Set., 1958).

- CABO VERDE: Boletim de Propoganda e Informação. Praia: Imprensa Nacional. Nº 109, Ano X (Out., 1958).

- CABO VERDE: Boletim Documental e de Cultura. Praia: Imprensa Nacional. Nº 13-15/169-171 (1963).

- CABO VERDE: Boletim Documental e de Cultura. Praia: Imprensa Nacional. Nº 19-21/175-177, Ano XV (Abril-Junho, 1964).

- CABO-VERDE: Boletim de Propaganda e Informação. Praia: Imprensa Nacional. Nº 90, Ano VIII (Março, 1957).

- CARREIRA, António – "A Capitania das Ilhas de Cabo Verde (Organização civil, eclesiástica e militar, século XVI-XIX – Subsídios)". *Separata das Revista de História Económica e Social*, 1987.

- CARREIRA, António – "A evolução demográfica de Cabo Verde". Lisboa: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Vol. XXIV. Nº 94 (Abril, 1969).

- CARREIRA, António – "A urzela e o pano de vestir – dois produtos de exportação das ilhas de Cabo Verde". Revista do Centro de Estudos de Cabo Verde. Série de Ciências Humanas. Praia, I (1973).

- CARREIRA, António – "Alguns aspectos da administração pública em Cabo Verde no século XVIII". Bissau: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. Separata do Nº 105. Ano XXVII (1972).

- CARREIRA, António – "Alguns aspectos da administração pública em Cabo Verde no século XVIII". Separata do nº 105 do Ano XXVII do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. Bissau: 1972.

- CARREIRA, António – "Crises em Cabo Verde nos séculos XVI e XVII". Lisboa: Revista da Socieade de Geografia de Lisboa. Nº 6, ANO II (Abril 1966).

- Claridade (revista de arte e letras). Mindelo: Grupo Claridade. Nº 2 (Agosto, 1936).

- Claridade (revista de arte e letras). Mindelo: Grupo Claridade. Nº 5 (Set., 1947).

- Claridade (revista de arte e letras). Mindelo: Grupo Claridade. Nº 6 (Julho, 1948).

- Claridade (revista de arte e letras). Mindelo: Grupo Claridade. Nº 7 (Dez., 1949).

- Claridade (revista de arte e letras). Mindelo: Grupo Claridade. Nº 8 (Maio, 1958).

- Claridade (revista de arte e letras). Mindelo: Grupo Claridade. Nº 9 (Dez., 1960).

- Construção. Praia: MIT. Nº 4, Ano III (Dez. 2000).

- Courrier UNESCO. Paris: Unesco (Agosto/Set., 1982).

- Estudos de Ciências Políticas e Sociais — Colóquios sobre Problemas de Povoamento. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais, JIU. Nº 33 (1966).

- Estudos de Ciências Políticas e Sociais. Lisboa: ISCSPU. Nº 2. Vol. IV (1966).

- Garcia de Orta. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar. Nº 1. Vol. 9 (1961).

- GOMES, Alberto da Mota ; PINA, António Filipe de ; MELO, Teresa Condesso de [et al] - "Geociências". Revista do Centro de Geologia. Praia : Departamento de Geociência. Vol. 1, Nºs 1, 2 e 3 (2004).

- MORENO, Humberto Baquero – "A importância da documentação na construção da história". Revista Africana. Porto: Universidade Portucalense – Centro de estudos Africanos e Orientais. ANO X, Nº Especial (4 de Setembro 1996).

- MOTA, Salvador Magalhães – "Subsídios para o estudo da Secretaria-Geral de Cabo Verde (1810-1926)". Separata do Nº 14 da Revista Africana. Porto: Universidade Portugcalense, 1994, p. 10.

- RAÍZES. Praia: Edições Raízes. Nº 21 (1984).
- RAÍZES. Praia: Edições Raízes. Nº 4, Ano I (1977).
- RAÍZES. Praia: Edições Raízes. Nºs 5/6, Ano II (1979).

- Revista do Centro de Estudos de Cabo Verde. Série Ciências Humanas (I): Praia (1973).

- SARMENTO, Alexandre – "Aspectos demográficos do Arquipélago de Cabo Verde". Separata do "Jornal do médico" LIII. Porto: C. Carregal, 1964.

- Ultramar. Lisboa: Comissariado Nacional da M. P. Nº 22, Ano VI (1965).
Boletim Oficial do Governo-Geral de Cabo Verde, Nº 17, de 23 de Outubro de 1857, p. 87.

ÍNDICE DE FIGURAS

FIG. Nº 1: Posição geográfica do Arquipélago de Cabo Verde em relação aos três continentes atlânticos 22

FIG. Nº 2: Representação das ilhas de Cabo Verde 23

FIG. Nº 3: Maciços que dividem a ilha da Boavista 25

FIG. Nº 4: Rocha Estância 26

FIG. Nº 5: Orografia da ilha da Boavista 29

FIG. Nº 6: Solos empobrecidos 37

FIG. Nº 7: As vias terrestres do comércio africano de escravos 52

FIG. Nº 8: Carta de representações antigas das ilhas de Cabo Verde 54

FIG. Nº 9: Razia de escravos numa aldeia africana (Madagáscar) 89

FIG. Nº 10: Transporte terrestre de escravos no Continente Africa 89

FIG. Nº 11: Transporte transatlântico de escravos num navio negreiro 90

FIG. Nº 12: Castigo infligido a um escravo rebelde 90

FIG. Nº 13: Choupana de colmo para abrigo de pastor na Terra Chã 113

FIG. Nº 14: Aglomerados populacionais da Boavista 114

FIG. Nº 15: Vestígios habitacionais e de pesca no Porto do Curralinho 118

FIG. Nº 16: Povoação-Velha 133

FIg. Nº 17: Povoado do Curral Velho 138

FIG. Nº 18: Uma das ruas antigas da Povoação de João Galego 146

FIG. Nº 19: Povoação de Bafureira 150

FIG. Nº 20: Vista geral da Vila de Sal-Rei (1936 152

FIG. Nº 21: Planta da Vila de Sal-Rei (Finais do século XIX 158

FIG. Nº 22: Aspecto de uma rua movimentada de Sal-Rei (1936) 159

FIG. Nº 23: Furna de Padre 196

FIG. Nº 24: Resquícios do Forte Duque de Bragança, no Ilhéu de Sal-Rei .. 207

FIG. Nº 25: Vestígios de bocas de fogo do Forte Duque de Bragança 208

FIG. Nº 26: Resquícios do Forte do Curralinho 209

FIG. Nº 27: Gado caprino na Boavista 237

FIG. Nº 28: Salinas de Sal-Rei e de Salineiro do Norte (Finais do séc. XIX) 288

FIG. Nº 29: Salina de Sal-Rei (cerca de 1906) 292

FIG. Nº 30-A: Pesca à rede em S. Vicente (1910) 310

FIG. Nº 30-B: Seca de peixe ao sol (1987) 311

FIG. Nº 31: Forno de cal em Campo da Serra 314

FIG. Nº 32: Ceramista artesanal (2005) 320

FIG. Nº 33:Vestígios da Fábrica de Chaves 321

FIG. Nº 34: Aspecto do cais do Porto de Sal-Rei (1936 338

FIG. Nº 35: Edifício da Alfandega (Meados do século XIX) 339

FIG. Nº 36: Edifício da alfandega (2005) 340

FIG. Nº 37: Navio a vela (Cuter) "Maria Teresa" 346

FIG. Nº 38: Tripulantes do N/M no cais da Guiné-Bissau (1961) 347

FIG. Nª 39: Naufrágio da Nau "Lady Burgen" (1806) 349

FIG. Nº 40: Naufrágio do vapor "Cabo Santa Maria", na Praia de Atlântida (1962) 355

FIG. Nº 41: Raparigas mestiças da Boavista 374

FIG. Nº 42: Aspecto de uma rua de Sal-Rei (1936) 380

FIG. Nº 43: Procissão na Vila de Sal-Rei (1936) 444

FIG Nº 44: Festejo de rua da Santa Cruz, no Rabil 451

FIG. Nº 45: Cruz das Almas do Rabil 453

FIG. Nº 46: Aspectos de festejos junto à Pidrona 455

FIG. Nº 47: Luta da Luia (Pegâ kéda) 462

FIG. Nº 48: Procissão em Fundo das Figueira, em honra a S. João Baptista, 2002 467

FIG. Nº 49: Ritual do "toma bensa" 485

FIG. Nº 50: Viagem nupcial a cavala à Vila de Sal-Rei 486

FIG. Nº 51: Dança da morna 505

FIG Nº 52: Dança do landú na Boavista 546

FIG. Nº 53: Dança do "Kolá San jon" (Koladera, na Boavista) 551

FIG. Nº 54: Tambor da Santa Cruz 554

FIG. Nº 55: Choupana de colmo para abrigo de pastor na "Terra Chã" 584

FIG. Nº 56: Funcos da Boavista 585

FIG. Nº 57: Casa de chão 586

FIG. Nº 58: Casa de soalho 588

FIG. Nº 59: Palacete da zona rural, Povoação-Velha 590

FIG. Nº 60: Vestígios de um palacete da zona semi-urbana, povoação do Rabil 590

FIG. Nº 61: Palacete da zona semi-urbana do Rabil 591

FIG. Nº 62: Sobrado da Vila de Sal-Rei 592

FIG. Nº 63: Ruínas da capela de Nossa Senhora das Dores 600

FIG. Nº 64: Ruínas da capela de Nossa Senhora da Piedade 602

FIG. Nº 65: Igreja Matriz do Rabil 603

FIG. Nº 66: Capela de Nossa Senhora da Conceição, Povoação-Velha 604

FIG. Nº 67: Capela de Santo António 605

FIG. Nº 68: Igreja de Santa Isabel (Finais do século XIX) 606

FIG. Nº 69: Igreja Matriz de Santa Isabel, Vila de Sal-Rei (2005) 607

FIG. Nº 70: Igreja Matriz da Freguesia de S. João Baptista, em Fundo das Figueiras..... 608

FIG. Nº 71: Capela da Nossa senhora da Fátima e casa de campo dos proprietários (1936)..... 609

FIG. Nº 72: Capela da Nossa senhora da Fátima, ao fundo, e a casa de campo dos proprietários, no primeiro plano (2005) 609

FIG. Nº 73: Prováveis ruínas da capela da Boa-Esperança 609

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO Nº 1: Distribuição percentual das rochas em Cabo Verde 24

QUADRO Nº 2: Características físicas das ilhas de Cabo Verde..... 27

QUADRO Nº 3: Pluviosidade (em mm) na Boavista (1931-1960) 32

QUADRO Nº 4: Temperatura média na Vila de Sal-Rei (1942-1965) 33

QUADRO Nº 5: Recursos hídricos das ilhas de Cabo Verde (1993-2005) 35

QUADRO Nº 6: Comparação da terra arável na Boavista com as das outras ilhas 36

QUADRO Nº 7: Número aproximado de escravos, por ilhas (1582-1868) 94

QUADRO Nº 8: Distribuição etária dos escravos na Boavista 1844)..... 95

QUADRO Nº 9: Distribuição dos escravos por povoações da Boavista (1856) 96

QUADRO Nº 10: Distribuição dos escravos por concelhos e por senhores (1860) 98

QUADRO Nº 11: Proporções somáticas da população da Boavista (1731) . 100

QUADRO Nº 12: Proporções somáticas da população Cabo-verdiana (1900 – 1918) 100

QUADRO Nº 13: População da Boavista comparado com o número de habitantes de Barlavento e de Cabo Verde (Finais do século XIX) 160

QUADRO Nº 14: Número de eleitores por concelhos, de acordo com a Portaria de 2 de Agosto (1842) 184

QUADRO Nº 15: Ilustração da dependência da ilha do Sal em relação à da Boavista 184

QUADRO Nº 16: Reordenamento concelhio (1892) 187

QUADRO Nº 17: Classificação dos concelhos de Cabo Verde (1917) 190

QUADRO Nº 18:Reorganização territorial (1934) 193

QUADRO Nº 19: Principais produtos exportados da ilha (1804 – 1811) 219

QUADRO Nº 20: Receitas arrecadadas nas ilhas de Cabo Verde (1895 – 1904) 225

QUADRO Nº 21: Exportação do gado vivo da Boavista, por países, 1804-1811 240

QUADRO Nº 22: Produtos de gado exportados da Boavista por países (1804-1811) 241

QUADRO Nº 23: Número de cabeças de gado, por concelhos, em 1875 242

QUADRO Nº 24: Valores de gado em réispor concelhos (1875) 244

QUADRO Nº 25:Número de cabeças de gado do concelho da Boavista e seus valores em réis (1880) 246

QUADRO Nº 26: Número de cabeças de gado, por concelhos (1885) 248

QUADRO Nº 27: Número de cabeças de gado da ilha da Boavista(1898) 250

QUADRO Nº 28: Flutuação numérica de cabeça de gado na ilha da Boavista (1875 – 1920) 253

QUADRO Nº 29: Distribuição dos terrenos da Boavista por áreas da ocupação agro-pecuária (até de 1965) 255

QUADRO Nº 30: Principais culturas por concelho e por extensão dos terrenos disponíveis 260

QUADRO Nº 31: Exportação da urzela por ilhas (1790-1799) 267

QUADRO Nº 32: Exportação da urzela nas ilhas da Boavista, do Sal, Santiago e ilhas não indicadas (1819-1826 / 1827-1836) 269

QUADRO Nº 33: Exportação da urzela nos concelhos de Cabo Verde (em Kg) (1838-1840 / 1841) 270

QUADRO Nº 34: Preço da urzela em réis (1790-1818) 271

QUADRO Nº 35: Sementes da purgueira (1871) 278

QUADRO Nº 36: Exportação de sementes da purgueira pela Alfândega da Boavista (1882-1887) 280

QUADRO Nº 37: Exportação de sementes de purgueira (1881-1882 / 1892) 281

QUADRO Nº 38: Áreas do cultivo da purgueira e as respectivas Produções (em tonelada) (1933) 282

QUADRO Nº 39:Flutuações da exportação de sementes da purgueira (1933 – 1947) 285

QUADRO Nº 40: Número e percentagem de marinhas de sal por famílias (Sécs. XIX / XX) 294

QUADRO Nº 41: Exportação do sal da ilha da Boavista (1904-1811) 297

QUADRO Nº 42: Comparação das exportações do sal das ilhas do Sal e da Boavista (1806-1831)..... 299

QUADRO Nº 43: Comparação da exportação do sal da ilha da Boavista com as do Sal e do Maio (1839-1873)..... 300

QUADRO Nº 44: Espécies de peixes existentes na ilha da Boavista 305

QUADRO Nº 45: Exportação de peixe (1901-1914)..... 312

QUADRO Nº 46:Exportação da cal (1930-1957)..... 314

QUADRO Nº 47: Número aproximado de ovelhas existentes na Boavista (1875-1920) 323

QUADRO Nº 48: Valores em réis de importação e exportação por ilhas (1842-1843) 325

QUADRO Nº 49: Valores da importação e da exportação (em réis) por ilhas (1842)..... 327

QUADRO Nº 50: Número de navios por nacionalidade (1842) 329

QUADRO Nº 51: Importação e exportação por alfandegas das ilhas de Cabo Verde (1872-1875) 331

QUADRO Nº 52: Número de navios que aportaram Sal-Rei (1804-1811)..... 340

QUADRO Nº 53: Movimento marítimo nos portos da Boavista (1873-1874). 342

QUADRO Nº 54: Navios naufragados (1770-1897) 350

QUADRO Nº 55: Estrutura somática da Boavista (1807) 365

QUARO Nº 56: Número de degredados transferidos de Santiago para a Boavista (1826-1828) 366

QUADRO Nº 57; Levantamento da população na ilha da Boavista (estrutura somática) (1731) 367

QUADRO Nº 58: Número de escravos na Boavista (1827-1868) 368

QUADRO Nº 59: População de Cabo Verde (1834) 369

QUADRO Nº 60: Distribuição de escravos na Boavista por senhores (1860) 370

QUADRO Nº 61: População na ilha da Boavista por raça (1900-1950) 375

QUADRO Nº 62: Distribuição da população por ilhas (1580) 390

QUADRO Nº 63: Distribuição da população por ilhas (1650) 391

QUADRO Nº 64: Distribuição da população por ilhas (1720) 391

QUADRO Nº 65: Distribuição populacional, por ilhas (1800) 392

QUADRO Nº 66: Número da população das ilhas de Cabo Verde (1807) 392

QUADRO Nº 67: Comparação da população da Boavista com a de Cabo Verde (1827) 394

QUADRO Nº 68: População de Cabo Verde (1831) 394

QUADRO Nº 69: População do Arquipélago de Cabo Verde (1832-1879) ... 395

QUADRO Nº 70: Número aproximado de fogos e de população de todo o Cabo Verde (1834) 397

QUADRO Nº 71: O número populacional e as mortes provocadas pela febre-amarela (1845-1847) 398

QUADRO Nº 72: População da Boavista (1860) 400

QUADRO Nº 73: Movimento da população (1871) 402

QUADRO Nº 74: Movimento populacional (1872) 402

QUADRO Nº 75: Mortalidade por ilhas (1872)..... 403

QUADRO Nº 76: População da ilha da Boavista nos finais (Séc. XIX) 404

QUADRO Nº 77: População da Boavista nos anos (1898 – 1899)..... 405

QUADRO Nº 78: População da Boavista, por faixa etária (1898 – 1899) 406

QUADRO Nº 79: População da Boavista (século XX) 407

QUADRO Nº 80: Número de emigrantes das ilhas de cabo Verde para os Estados Unidos da América (1903) 518

QUADRO Nº 81: Relação dos professores da ilha da Boavista por localidades e escolas (1901-1902)..... 572

QUADRO Nº 82: Número de mortes na Boavista (1861-1864)..... 646

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO Nº 1: Número aproximado de escravos, por ilhas (1582-1868)..... 95

GRÁFICO Nº 2: Distribuição dos escravos por concelhos e por senhores (1860)..... 99

GRÁFICO Nº 3: Total de exportações da Boa Vista (1804-1811)..... 220

GRÁFICO Nº 4: Receitas arrecadada em Cabo Verde – SOTAVENTO+BARLAVENTO(1896-1904) 226

GRÁFICO Nº 5: Participação em percentagem dos Concelhos em relação ao total das receitas arrecadadas..... 227

GRÁFICO Nº 6: Receitas arrecadadas na Boa Vista (1895-1904)..... 227

GRÁFICO Nº 7: Número de cabeças de gado, por concelhos (1875) 243

GRÁFICO Nº 8: Percentagem do número de gado na Boavista (1875) 244

GRÁFICO Nº 9: Valores de gado em réis por concelhos (1875) 245

GRÁFICO Nº 10: Percentagem de valores de gado na Boavista (1875)..... 246

GRÁFICO Nº 11: Percentagem por cabeças de gado do concelho da Boavista (1880) 247

GRÁFICO Nº 12: Número de cabeças de gado do concelho da Boavista e seus respectivos valores (1880)..... 247

GRÁFICO Nº 13: Valor médio por cabeças de gado (em réis) 248

GRÁFICO Nº 14: Número de cabeças de gado, por concelhos, em 1885 249

GRÁFICO Nº 15: Valores por cabeças de gado e por concelhos (1885)..... 250

GRÁFICO Nº 16: Percentagem do número de cabeças de gado da Boavista (1898) 251

GRÁFICO Nº 17: Percentagem da Boavista por cultura em relação a Cabo Verde (1875)..... 261

GRÁFICO Nº 18: Extensão dos terrenos por culturas e por hectares na ilha da Boavista (1875) 261

GRÁFICO Nº 19: Comparação das produções da urzela entre as ilhas de Barlavento e de Sotavento 268

GRÁFICO Nº 20: Participação da Boavista na produção da urzela em relação ao Barlavento e ao total das ilhas 268

GRÁFICO Nº 21: Produção da urzela nas ilhas de Cabo Verde 269

GRÁFICO Nº 22: Produção da urzela na ilha da Boavista 270

GRÁFICO Nº 23: Participação da Boavista na produção da urzela em relação ao total das ilhas 271

GRÁFICO Nº 24: Quantidade de purgueira exportada pela Alfândega da Boavista 281

GRÁFICO Nº 25: Valor (em réis) de purgueira exportada pela Alfândega da Boavista 281

GRÁFICO Nº 26: Comparação de sementes de purgueira exportadas pelas (em Kg) 282

GRÁFICO Nº 27: Superfície cultivada de sementes de purgueira (em ha) (1933) 283

GRÁFICO Nº 28: Produção de sementes de purgueira (em toneladas) (1933) 283

GRÁFICO Nº 29: Percentagem da superfície cultivada de semente de purgueira na Boavista em relação ao total de Cabo Verde (1933) 284

GRÁFICO Nº 30: Percentagem da produção de sementes de purgueira na Boavista em relação ao total de Cabo Verde (1933) 284

GRÁFICO Nº 31: Exportação de semente de purgueira na ilha da Boavista (1933-1974) 285

GRÁFICO Nº 32: Total exportação do sal da Boavista (1804-1811) 298

GRÁFICO Nº 33: Comparação entre as exportações do sal nas ilhas do Sal e da Boavista (1806-1831) 299

GRÁFICO Nº 34: Percentagem da exportação do sal na Boavista em relação à ilha do Sal 300

GRÁFICO Nº 35: Exportação do sal na ilha da Boavista (1839-1873)..... 301

GRÁFICO Nº 36: Total de exportação do sal nas ilhas do Sal, Boavista e Maio (1839-1873) 301

GRÁFICO Nº 37: Percentagem de exportação do sal nas ilhas do Sal, Boavista e Maio (1839-1873) 302

GRÁFICO Nº 38: Exportação de peixe (1901-1915) 312

GRÁFICO Nº 39: Exportação da cal na ilha da Boavista 315

GRÁFICO Nº 40: Carneiros existentes na ilha da Boavista..... 324

GRÁFICO Nº 41: Valores em réis de importação e exportação por ilhas (1842.1843)..... 326

GRÁFICO Nº 42: Valores em reis de importação e exportação por ilhas (1842)..... 328

GRÁFICO Nº 43: Número de navios por porto e por ilhas (1842) 328

GRÁFICO Nº 44: Relação dos navios por nacionalidades para onde se dirigia a exportação (1842) 329

GRÁFICO Nº 45:Total dos navios por nacionalidades para onde se dirigia a exportação (1842)..... 329

GRAFICO N° 46: Total de importações e exportação (1872-1875 332

GRÁFICO Nº 47: Categorias de navios que aportaram Sal-Rei (1804-1811) . 342

GRÁFICO Nº 48: Movimentos dos portos da Boavista (1873-1874) 343

GRÁFICO Nº 49: Levantamento da população na ilha da Boavista (1731) .. 368

GRÁFICO Nº 50: Número de escravos existentes na ilha da Boavista 369

GRÁFICO Nº 51: Distribuição da população das ilhas de Cabo Verde (1834)..... 370

GRÁFICO Nº 52: Distribuição de escravos na ilha da Boavista Por senhores (1860)..... 371

GRÁFICO Nº 53: População na ilha da Boavista por raça (1900-1950) 375

GRÁFICO Nº 54: Evolução da raça negra na ilha da Boavista (1900-1950) . 376

GRÁFICO Nº 55: Evolução da raça mestiça na ilha da Boavista (1900-1950) 377

GRÁFICO Nº 56: Evolução da raça branca na ilha da Boavista (1900-1950) 377

GRÁFICO Nº 57: População da Boavista, referente aos efeitos da febre-amarela (1845-1847)..... 399

GRÁFICO Nº 58: População da ilha da Boavista (1860) 400

GRÁFICO Nº 59: Mortalidade na população de Cabo Verde (187)..... 403

GRÁFICO Nº 60: Óbitos na população de cabo Verde (1872) 404

GRÁFICO Nº 61: Percentagem de óbitos em relação à população dos Concelhos e ao total de Cabo Verde (1872) 404

GRÁFICO Nº 62: Número de mortos no Concelho da Boavista (1861.1864) 647

INDICE GERAL

INTRODUÇÃO..... 1

PARTE I: A FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE BOAVISTNSE..... 17

CAPÍTULO I 19

QUADRO FÍSICO-GEOGRÁFICO 19

1.1. Posição geográfica 21
1.2. Geologia e formas de relevo 24
1.2. 1. Geologia..... 24
1.2. 2. O relevo..... 27
1.3. Clima 30
1.4. Hidrologia 34
1.5. Solos 36
1.6. Vegetação e fauna 38
1.6.1. Vegetação 38
1.6.2. Fauna 39

CAPÍTULO II..... 43

A DESCOBERTA DA ILHA..... 43

2.1. O conceito do termo descobrimento 44
2.2. As razões que levaram aos descobrimentos marítimos Portugueses 46
2.3. Conhecimentos anteriores das ilhas orientais de Cabo V 52
2.4. A descoberta da ilha da Boavista no quadro das ilhas orientais do Arquipélago de Cabo Verde..... 56
2.4.1. As hipóteses sobre a descoberta das ilhas orientais de Cabo Verde 60
2.4.1.1. A hipótese sobre a autoria de Vicente Dias..... 60
2.4.1.2. A hipótese sobre a autoria de António de Noli 62
2.4.1.3. A hipótese sobre a autoria de Luís de Cadamosto..... 65
2.4.1.4. A hipótese sobre a autoria de Diogo Gomes..... 79

CAPÍTULO III..... 85

O POVOAMENTO 85

3.1. A génese do povoamento da ilha da Boavista 87
3.2. A proveniência geográfica dos elementos humanos que participaram no povoamento da ilha da Boavista 91
3.3. A presença de povos antigos na ilha da Boavista 101
3.4. O povoamento pelos portugueses 103
3.4.1. O processo de povoamento da ilha da Boavista: as doações do gado bravo 105
3.4.1.1. Primeira fase do povoamento: ocupação dos espaços geográficos da Boavista e a formação dos primeiros núcleos de povoamento (finais do século XV aos começos do século XVI) 106
3.4.1.2. Segunda fase do povoamento ou o povoamento efectivo (começos do século XVI aos meados do século XVII) 119
3.4.1.2.1. Dos núcleos populacionais aos povoados 124
3.4.1.2.2. A fundação da primeira povoação: da Estância à Povoação-Velha 127
3.4.1.2.2.1. A Povoação-Velha 133
3.4.1.3. A terceira fase do povoamento ou o aparecimento de outras povoações 137
3.4.1.3.1. O Curral-Velho 137
3.4.1.3.2. De povoados dispersos à "villa do Rabil" 140
3.4.1.3.3. Povoações do Norte 145
3.4.1.3.4. Estância de Baixo 149
3.4.1.3.5. Bafureira 150
3.4.1.3.6. Espingueira 151
3.4.1.3.7. Do povoado do Porto Inglês à Vila de Sal-Rei 152
3.4.2. A demarcação e limites das "povoações regulares" da ilha da Boavista 161

CAPÍTULO IV 163

A ADMINISTRAÇÃO 163

4.1. A administração régia e municipal 163
4.1.1. Dos finais dos séculos XV aos finais do século XVII 163
4.1.2. Dos finais do século XVII aos finais do XIX 168
4.1.3. Dos finais do século XIX à primeira metade do século XX 188
4.2. Organização paroquial 195
4.3. Organização militar 201

PARTE II 215
ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS 215

CAPÍTULO I 217

A PASTORÍCIA, A AGRICULTURA, O COMÉRCIO E A ACTIVIDADE ARTESANAL 217

1.1. Aspectos gerais do desenvolvimento económico da ilha da Boavista 217
1.2. A pastorícia e os produtos do gado 228
1.2.1. A vegetação e a introdução do gado bravo na Boavista 229
1.2.2. O quadro político-económico da introdução da pastorícia na ilha da Boavista 231
1.2.3. O desenvolvimento da economia do gado 233
1.3. A agricultura 254
1.3.1. Produtos hortícolas 254
1.3.2. A urzela 262
1.3.3. O algodão 273
1.3.4. A purgueira 277
1.4. A produção industrial 286
1.4.1. O sal 286
1.4.1.1. A importância do sal da ilha da Boavista 287
1.4.1.2. Exploração das salinas da ilha da Boavista 291
1.5. A pesca 304
1.6. A cal 313
1.7. O Artesanato 315
1.7.1. A tecelagem 316
1.7.2. A cerâmica 319
1.7.3. Outros artesanatos 322
1.7.3.1. Da vassoura 322
71..3.2. Do ceirão 322
1.7.3.3. Da corda de coco 323
1.8. A lã de origem vegetal e animal 323
1.9. O comércio e as comunicações ..... …324
1.9.1. As importações e exportações 324
1.9.2. Os portos, a marinhagem e o desenvolvimento do comércio 334
1.9.2.1. O Porto de Sal-Rei e os portos das costas 334
1.9.2.2. A marinhagem 344
1.10. Naufrágios e "moias-moias" 348
1.10.1. A frequência de naufrágios na Boavista 350
1.10.2. O quotidiano dos naufrágios: procedimentos institucionais e episódios caricatos 354

CAPÍTULO II 363

A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE 363

2.1. Reinóis e escravos 363

2.1.1. A sociedade boavistense: a estrutura social 365
2.1.1.1. Os colonos brancos 365
2.1.1.2. Os escravos..... 367
2.1.1.3. O mestiço..... 373
2.2. A posse dos meios de produção como factor definidor das classes sociais..... 378
2.2.1. Estratificação social da Boavista 379
2.2.2. A emigração: emergência de uma nova classe..... 383

CAPÍTULO III..... 389

A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO 389

PARTE III..... 409

ÉSTRUTURAS SÓCIO-CULTURAIS 409

CAPÍTULO I 411

MENTALIDADE E CULTURA 411

3.1. Comportamentos e práticas religiosas 415
3.1.1. O sincretismo religioso na Boavista 416
3.1.2. Atitudes religiosas e supersticiosas na Boavista: Dia de todos os Santos e Dia dos Fiéis Defuntos..... 418
3.1.3. Igrejas e capelas como marcos materiais da religiosidade boavistense 420
3.2. Comportamentos e práticas supersticiosas..... 421
3.2.1. A feitiçaria nas culturas afro-negras e europeias 422
3.2.2. A feitiçaria e a bruxaria em Cabo Verde: o caso da ilha da Boavista 425
3.2.2.1. A feitiçaria na Boavista..... 426
3.2.2.1.1. Feitiçaria malfazeja 433
3.2.2.1.2. Feitiçaria benfazeja..... 434
3.2.2.1.3. Feitiçaria da cura 434
3.2.2.1.4. Feitiçaria da adivinhação 436
3.3. Crendices no "mal féte" ou malefício e no "koza runhe 437
3.3.1. O "mal féte..... 438

3.3.2. O medo do *Koza-runhe*..... 439
3.3.4. Lendas e medo: o caso das vacas da "Tia Minga" 441
3.4. As manifestações sócio-culturais 443
3.4.1. Descrição das Festas Tradicionais 443
3.4.1.1. Caracterização genérica dos festejos das Festas Tradicionais 443
3.4.1.2. A cronografia das Festas Tradicionais 447
3.4.1.2.1. Ano Novo 447
3.4.1.2.2. Reis Magos 448
3.4.1.2.3. Carnaval 449
3.4.1.2.4. Páscoa 449
3.4.1.2.5. Santa Cruz 449
3.4.1.2.6. "Pidróna" 454
3.4.1.2.7. S. Roque 456
3.4.1.2.8. Cruz de "Lolo" 458
3.4.1.2.9. Espírito Santo 459
3.4.1.2.10. Santo António 463
3.4.1.2.11. São João Baptista 466
3.4.1.2.12. Santa Isabel 469
3.4.1.2.13. Nossa Senhora da Piedade 470
3.4.1.2.14. Nossa Senhora das Dores 471
3.4.1.2.15. Nossa Senhora de Fátima 472
3.4.1.2.16. Nossa Senhora da Imaculada Conceição 473
3.4.1.2.17. Natal 474
3.4.1.2.18. S. Silvestre 474
3.5. O ritual do casamento tradicional 475
3.5.1. Da conquista ao noivado 476
3.5.1.1. Conquista e namoro 476
3.5.1.2. O pedido de casamento e o noivado 478
3.5.2. A organização dos festejos das cerimónias do casamento 479
3.5.2.1. Os preparativos 479
3.5.2.2. A oferta da bandeja e a "koladera da bandeja" 480
3.5.3. As fases cerimoniais 483
3.5.3.1 A vestimenta dos noivos 483
3.5.3.2. O "tomâ bensa" e pedido de perdão das faltas 484
3.5.3.3. Os testemunhos religioso e civil do casamento 485
3.5.3.4. O jantar 487
3.5.3.5. Os discursos 487
3.5.3.6. O baile 488
3.5.3.7. A retirada para os aposentos nupciais 489
3.5.4. O "acordar os noivos" e a comprovação da virgindade 490
3.5.4.1. A comprovação da virgindade 491
3.5.4.2. Troça do marido "runsióde 492
3.5.4.3. A desgraça da "Lua-sen-mel" 493
3.5.4.4. Troça da Lua-sem-mel: o gracejo 494
3.5.5. Morada dos recém-casados 495
3.5.6. As bodas de prata e de ouro: o caso de uma comemoração 496

3.6. Os cantos e as danças 497
3.6.1. A morna 498
3.6.1.1. Conceitos e terminologia 499
3.6.1.1.1. Conceitos..... 499
3.6.1.1.2. Terminologia 499
3.6.1.1.3. Propostas de explicação para a origem do termo "morna"..... 500
3.6.1.1.4. Tentativas de explicação para a génese da morna..... 507
3.6.1.1.5. Explicações lendárias..... 507
3.6.1.2. Tentivas de explicações científicas 509
3.6.1.2.1. Explicações etno-musicológicas..... 510
3.6.1.2.2. A morna e o fado..... 510
3.6.1.3. Boavista ou ilha-berço da morna: sua difusão para outras ilhas.... 514
3.6.1.4. As características da morna boavistense..... 521
3.6.1.4.1. A morna como expressão inicial de queixumes e lamentações de escravos..... 522
3.6.1.4.2. A morna: uma criação popular 523
3.6.1.4.3. A nostalgia e a saudade como elementos psicológicos básicos da morna 524
3.6.1.4.4. O satírico, o lírico e a morabeza na morna boavistense 525
3.6.1.5. As funções da morna 531
3.6.1.5.1. Função sublimadora da dor e reguladora dos comportamentos sociais..... 532
3.6.2. O landú..... 534
3.6.2.1. Algumas definições do "lundu (m)" primordial 534
3.6.2.2. Origem, aculturação e difusão do "lundu (m)" primordial..... 536
3.6.2.2.1. A origem afro-brasileira do "lundu (m)" 536
3.6.2.2.2. Breves traços da coreografia do "lundu (m)" brasileiro 537
3.6.2.2.3. A difusão do landu (m) do Brasil para Portugal e Cabo Verde..... 538
3.6.2.2.3.1. Como terá entrado o lundu (m) em Portugal? 539
3.6.2.2.3.2. Como terá viajado o lundu (m) para Cabo Verde? 540
3.6.2.3. Os espaços ilhéus do landú..... 542
3.6.2.3.1. O landu boavistense..... 543
3.6.2.3.1.1. Landú: dança nupcial da meia-noite..... 543
3.6.2.3.1.2. A coreografia e as funções do landú da Boavista 544
3.6.2.3.1.3. As regras do landú boavistense..... 547
3.6.2.4. A difusão do landú boavistense para as outras ilhas: seu desuso em Cabo Verde 548
3.7. A koladêra..... 550
3.7.1. Definições da "koladera" 551
3.7.2. O tambor e as suas características..... 552
3.7.3. Origens da *koladera*: uma proposta de trabalho 554
3.7.3.1. Dos batuques africanos às "koladeras" da Boavista 555
3.7.3.2. A origem do termo *koladera* 557
3.7.4. A *koladera* boavistense..... 558

3.7.5. Comparação entre a koladera de Boavista e o kolá das outras ilhas 561

CAPÍTULO II 565

O ENSINO 565

2.1. Da ladinização ao ensino da igreja ou confessional 566
2.2. A criação de escolas oficiais na Boavista 567

CAPÍTULO III 575

O PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO 575

3.1. Considerações gerais 575
3.2. As habitações tradicionais da Boavista 577
3.2.1. O encontro de dois tipos de habitação em Cabo Verde: a planta circular e a planta rectangular 577
3.2.2. As habitações tradicionais e o poder sócio-económico 580
3.2.3. Os espaços económicos e a dispersão da habitação Tradicional 582
3.2.4. Os tipos da habitação tradicional 583
3.2.4.1. A fusão do "funco" africano com a "choupana" portuguesa: o funco cabo-verdiano 584
3.2.4.2. Habitações de modelo arquitectónico português 586
3.2.4.2.1. A casa de chão 586
3.2.4.2.2. As casas de soalho 587
3.2.4.2.3. Os palacetes das povoações do interior 589
3.2.4.2.4. O palacete das zonas urbanas e semi-urbanas 590
3.2.4.2.5. O Sobrado 592
3.2.5. Materiais e técnicas de construção das habitações Tradicionais 594
3.2. 6. Utilização das habitações tradicionais 597

3.3. Construções sacras: capelas e igrejas 598

PARTE IV 611

A CRISE DE UMA SOCIEDADE 611

CAPÍTULO I 613

A CONJUNTURA POLÍTICO-ECONÓMICA 613

1.1. O abandono das ilhas de Cabo Verde pela Administração colonial 613
1.2. As guerras uruguaianas: o corsário e a pirataria na Boavista 616
1.3. Revoltas de escravos e abolição do tráfico de escravos 616

CAPÍTULO II 619

O DECLÍNIO ECONÓMICO 619

2.1. A conjuntura económica: a perda comercial dos produtos exportáveis 619
2.2. A descapitalização da Boavista: os factores Manuel António Martins e o Porto Grande de S. Vicente 620

CAPÍTULO III 623

CRISES, EPIDEMIAS E CORSOS 623

3.1. Crises e fomes 623
3.2. Epidemias 939
3.3. Pirataria e corso 647

CONCLUSÃO 655

ÍNDICE DE FIGURAS 713

ÍNDICE DE QUADROS 717

ÍNDICE DE GRÁFICOS 723

ÍNDICE GERAL 726